



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 154ª SESSÃO À 160ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 40
8 SET A 15 SET

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Discorre a respeito da moralização da Administração Pública. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Antonio Carlos Magalhães.	72	Registra entrevista concedida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal Folha de S.Paulo , edição do dia 28 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.	81
Lamenta o desapareço do governo Lula pelas agências reguladoras e realiza encaminhamento de projeto de lei que dispõe sobre o prazo limite para a vacância do cargo de presidente das agências reguladoras. Senador José Jorge.	325	Realiza registro do artigo da jornalista Mônica Bergamo, intitulado “A Pequena Sereia”, publicado na Folha de S.Paulo , no dia 11 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	182
Critica o tratamento dispensado aos funcionários públicos pelo atual governo do Partido dos Trabalhadores. Senador Leonel Pavan.	366	Registra artigo publicado em O Estado de S.Paulo , intitulado “Mil e Uma Noites”, assinado pelo ex-Ministro Pedro Malan. Senador Arthur Virgílio.	195
ARTIGO DE IMPRENSA		Realiza registro do artigo intitulado “Vice se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir”, publicado no dia 11 de setembro de 2005 na Folha de S.Paulo. Senador Arthur Virgílio.	199
Tece comentários e realiza transcrição de matéria divulgada no sítio UOL , intitulada “Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%”. Senador Heráclito Fortes.	65	Registra artigo intitulado “Bagunça fundiária”, de autoria do Deputado do PSDB, Xico Graziano, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 30 de agosto de 2005. Senador Alvaro Dias. .	221
Registra artigo intitulado “Os cacos floridos do vaso quebrado”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição do dia 28 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan.	74	Comenta o artigo da colunista Eliane Catanhêde intitulado “O passado e o futuro”, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo , edição do dia 26 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	223
Realiza registro da entrevista concedida pelo ex-deputado Milton Temer ao jornal O Estado de S.Paulo , intitulada “Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado”. Senador Teotônio Vilela Filho.	77	Realiza transcrição do artigo intitulado “Para superar a crise política”, de autoria do ex-Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 28 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.	224
Registra matéria intitulada “Frei Betto: direção atolou pé na lama”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 25 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	78	Refere-se à matéria publicada no jornal Brasil Norte , sob o título “ONG denuncia malversação de recursos”. Senador Mozarildo Cavalcanti.	446
Comenta matéria intitulada “Nem prioridades são cumpridas”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição do dia 30 de junho de 2005. Senadora Lúcia Vânia.	79	Comenta o artigo intitulado “Correndo atrás do prejuízo”, publicado no Jornal O Estado de S.Paulo . Senador Antonio Carlos Magalhães.	451
		Registra artigo, de autoria do jornalista Josias de Souza, intitulado “Dirceu, o leão, o cachorro e o assalto aos céus”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 4 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra.	461

	Pág.		Pág.
Tece comentários à matéria intitulada “PF iniciará Delúbio, Duda, Genoio e Marcos Valério”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de primeiro de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	463	do dia 2 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	574
Tece considerações a respeito de artigo intitulado “Basta de escândalos”, de autoria do ex-Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, publicado pelo jornal Correio Braziliense , edição de 23 de agosto de 2005. Senador João Batista Motta.	464	Realiza registro da matéria intitulada “O cadáver que assombra o PT”, publicada pela Revista Época de 5 de setembro de 2005. Senador Sérgio Guerra.	575
Transcreve artigo intitulado “As mãos limpas do trabalho sujo”, de autoria do jornalista Nelson Motta, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 26 de agosto de 2005. Senador Alvaro Dias. ..	465	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Registra artigo intitulado “Ainda a crise”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 4 de setembro de 2005. Senador Luiz Soares.	466	Comenta e-mail recebido com críticas ao Governo e ao Senador Paulo Paim. Senador Paulo Paim.	85
Transcreve artigo intitulado “PT viveu como borboleta, mas morre como lagarta”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 21 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	467	Trata a respeito da atuação do Senador Paulo Paim no que diz respeito à PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Rodolpho Tourinho.	87
Registra artigo intitulado “Não viu quem não quis”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 4 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan.	468	Comenta a atuação do Senador Rodolpho Tourinho no que diz respeito à PEC Paralela e à reforma tributária. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Paulo Paim.	93
Comenta a matéria intitulada “Salário dobrado fica na promessa”, publicada no jornal Correio Braziliense de primeiro de setembro de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	563	Protesta contra o comportamento do Deputado Jair Bolsonaro, durante depoimento do ex-Deputado José Genoio à CPMI. Senadora Ideli Salvatti.	417
Realiza registro do artigo intitulado “Por que me ufano do meu país!”, de autoria do professor João Silvério Trevisan, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , de 8 de setembro de 2005. Senador Luiz Soares.	565	Realiza protesto contra o comportamento do Deputado Jair Bolsonaro, durante depoimento do ex-Deputado José Genoio à CPMI. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.	418
Tece comentários ao Editorial publicado no jornal Folha de S.Paulo , de 4 de setembro de 2005, intitulado “A cassação de Dirceu”. Senador Flexa Ribeiro.	566	Tece considerações a respeito da possibilidade de afastamento do Deputado Severino Cavalcanti do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Jefferson Peres.	426
Comenta a matéria intitulada “CPIs acusam Dirceu de criar e coordenar esquema do mensalão”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , de 2 de setembro de 2005. Senador Leonel Pavan.	571	Faz referências ao evento do qual participou, em Belém, que trata do fortalecimento do movimento municipalista brasileiro. Senador Flexa Ribeiro. ...	522
Registra artigo intitulado “Basta cassar uma meia dúzia?”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , de 4 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	572	Trata a respeito da cassação do ex-Deputado Roberto Jefferson. Senador Jefferson Péres.	524
Tece comentários ao artigo intitulado “O engodo desmascarado”, publicado na seção Notas e Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição		BANCO	
		Realiza apelo pela votação de requerimentos, apresentados pelo Senador Álvaro Dias, de pedido de informações e de auditoria no BNDES. Senador Álvaro Dias.	94
		Denuncia utilização, pelo Banco Santos, de corretora em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para operações irregulares. Senador Álvaro Dias.	94
		Realiza apelo pela votação de requerimento de informações sobre empréstimos concedidos pelo BNDES. Senador Alvaro Dias.	135
		Comenta o abuso praticado pelos bancos nas tarifas e nas taxas de juros. Senador Antonio Carlos Valadares.	346

	Pág.		Pág.
BUROCRACIA			
Reflete a respeito de recente pesquisa que mostra que o excesso de burocracia no Brasil é maior que em países como a Etiópia e Bangladesh. Senador Ney Suassuna.	318	Critica a corrupção no Brasil e defende o impeachment do Presidente Lula. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Mão Santa.	331
		Comenta combate à corrupção por parte de S.Exa. na condição de Presidente do PT em Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	414
CÂMARA DOS DEPUTADOS		Trata de denúncias de irregularidades no governo de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.....	414
Traz considerações a respeito da situação do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	63	Solidariza-se à Senadora Fátima Cleide que, em função da firmeza no combate à corrupção no Estado de Rondônia, tem sido alvo de calúnias diversas. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Sendor Sibá Machado.	415
Tece considerações acerca da decisão do Deputado Severino Cavalcanti de não se afastar da Presidência da Câmara dos Deputados. Senador Arthur Virgílio.	377	Demonstra solidariedade à Senadora Fátima Cleide que, em função da firmeza no combate à corrupção no Estado de Rondônia, tem sido alvo de calúnias diversas. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim.	415
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		Afirma que o dinheiro que vai para a corrupção é proveniente do Poder Executivo. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Mozarildo Cavalcanti.	521
Defende a adequação do Código de Defesa do Consumidor às relações de consumo por meio da internet. Senador Rodolpho Tourinho.	219	Tece comentários a respeito de denúncias de propina na prefeitura de Santo André e comenta as relações da empresa de seguros Interbrazil com empresas estatais. Senador Alvaro Dias.	567
COMÉRCIO EXTERIOR		Trata das nefastas conseqüências da corrupção, que cria obstáculos ao progresso e desenvolvimento dos países. Senador Augusto Botelho.	576
Registra mais uma vitória do Brasil na Organização Internacional do Comércio, que foi a eliminação da sobretaxa da carne de frango. Senadora Ideli Salvatti.	310		
CONSTITUIÇÃO FEDERAL		(CPI)	
Justifica a proposta de emenda à Constituição, que S.Exa. irá apresentar, alterando o artigo 68 da Constituição Federal, que estabelece o sistema das leis delegadas. Senador Jorge Bornhausen. .	205	Comenta a postura do Partido dos Trabalhadores contrária a instalação de CPIs. Senador José Agripino.	208
CORRUPÇÃO		Trata a respeito dos trabalhos das CPIs. Senador Efraim Morais.	214
Tece considerações a respeito das manifestações da população brasileira frente às denúncias de corrupção que assolam o País. Senador Romeu Tuma.	321	Trata das dificuldades enfrentadas pelas CPIs para desenvolver os seus trabalhos. Senador Sibá Machado.	412
Afirma que há necessidade de mostrar à sociedade que aqueles que desonraram o Congresso Nacional em casos de corrupção devem ser definitivamente banidos do Senado Federal e da vida pública. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Ramez Tebet.	328	Comenta o andamento das CPIs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tião Viana.	555
Realiza réplica ao pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko a respeito da corrupção no Brasil. Senador Almeida Lima.	329	Comenta a convocação do Senhor Gilberto Carvalho pela CPI. Senador José Jorge.	557
		(CPMI)	
		Faz considerações a respeito dos trabalhos das CPMIs. Senador Heráclito Fortes.	65
		Comenta o anseio da população brasileira no sentido de que as CPMIs tenham êxito com relação	

IV

	Pág.		Pág.
aos propósitos para que foram criadas. Senador Antonio Carlos Magalhães.	326	Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Sibá Machado.....	405
Trata da utilização das CPMI's instaladas para fortalecimento do estado democrático. Senador Ney Suassuna.....	455	Tece comentários à precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	406
Afirma a transparência da CPMI dos Bingos. Senador Efraim Morais.	555		
		EDUCAÇÃO	
CRISE POLÍTICA			
Trata a respeito da influência negativa que a crise política exerce no setor agrícola brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Gilberto Goellner.	210	Debate a Proposta de Emenda à Constituição, em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta o FUNDEB e trata da importância da implantação do projeto de Educação Integral nas prefeituras comandadas pelo PDT. Senador Osmar Dias.	132
Discorre a respeito da crise política brasileira. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Rodolpho Tourinho.	211	Discorre a respeito da importância da educação para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Marco Maciel.....	132
Tece considerações a respeito da crise política do país. Senador José Agripino.	419	Posiciona-se contrariamente à reforma universitária por decreto do Ministério da Educação. Senador Antonio Carlos Magalhães.	133
Reflete a respeito da crise política. Senador Arthur Virgílio.	424	Registra expansão do ensino universitário brasileiro durante o governo Lula. Senador Tião Viana.	148
Trata da gravidade da atual crise política e realiza denúncia referente ao Sistema Brasileiro de TV Digital. Senador Arthur Virgílio.	545	Trata da questão da precariedade de vagas no ensino superior no Estado da Bahia. Senador César Borges.	408
Comenta a gravidade da atual crise política. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	546	Elogia a criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Acre. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado.	409
Tece considerações a respeito da crise política. Senadora Ideli Salvatti.	552	Comenta a greve das universidades federais do Brasil. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa.	410
Faz comentários a respeito da crise política. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador José Jorge.	554	Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002. Senador Gerson Camata.	431
		Questiona a utilização de decreto ministerial destinado à reforma universitária. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	451
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		Reflete a respeito dos temas abordados no Fórum de Avaliação do Anteprojeto da Lei da Reforma da Educação Superior, realizada pela Confederação Nacional da Indústria. Senador Gerson Camata.	469
Afirma que o Brasil possui taxas de crescimento inferiores às médias da América Latina e à taxa de qualquer dos países ditos emergentes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	351	Registra a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Educação do Senado, do Projeto de Lei do Senado 154, de 2005, de sua autoria, que	
DIREITOS HUMANOS			
Realiza protesto quanto à precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Senadora Íris de Araújo.	404		
Comenta a precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Ney Suassuna.	404		
Trata da precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em			

	Pág.		Pág.
autoriza o Governo Federal a federalizar a Universidade da Campanha – URCAMP, no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	511	Trata a respeito da paralisia do Governo Federal. Senador José Agripino.	208
ELOGIO		Realiza críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa.	209
Cumprimenta a Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento que mostra um quadro positivo de uma série de iniciativas do Governo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Paulo Paim.	312	Manifesta-se a respeito do pronunciamento do Senador Ney Suassuna e da Senadora Ideli Salvatti a respeito da atuação do Governo Federal. Senador Mão Santa.....	318
Saúda a Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento que mostra um quadro positivo de uma série de iniciativas do Governo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Ney Suassuna.	312	Crítica o Governo pelo excesso de edição de medidas provisórias. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Leonel Pavan.	348
Cumprimenta o Senador Mão Santa pelo pronunciamento em que são abordados os temas da desigualdade social e dos escândalos políticos do Governo Lula. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Ramez Tebet.	319	Trata da crise moral que assola o País. Senador Ramez Tebet.....	520
Cumprimenta o Senador Arthur Virgílio pela atitude de respeito ao ex-Deputado e ex-Presidente do PT, José Genoíno. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	425	HOMENAGEM	
Externa atitude de reconhecimento pelo gesto de respeito ao ex-Deputado e ex-Presidente do PT, José Genoíno pelo Senador Arthur Virgílio. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Sibá Machado.	425	Realiza homenagem a Nazareth Teixeira da Costa, Presidente do Correio Braziliense Solidário . Senador Paulo Octávio.	72
Elogia o Senador Ramez Tebet pelo pronunciamento em que trata da crise moral que assola o País. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador José Maranhão.	522	Realiza homenagem pelo transcurso do sexagésimo primeiro aniversário da Associação Comercial de Roraima. Senador Romero Jucá.	122
EMPRESAS		Registra a comemoração dos 20 anos de criação do jornal Folha Dirigida . Senador Roberto Saturnino.	309
Afirma que as grandes empresas do Brasil estão atuando no exterior pela falta de obras públicas brasileiras. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Ramez Tebet.	137	Elogios à atuação de Jorge Werthein na representação da Unesco no Brasil. Senadora Maria do Carmo Alves.	328
GOVERNO ESTADUAL		Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Senadora Serys Silhessarenko.	475
Denuncia violência cometida pelo governo do PT no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	416	Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Senador Flexa Ribeiro.....	478
GOVERNO FEDERAL, ATUAÇÃO		Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Senadora Ana Júlia Carepa.	480
Críticas ao atual governo por não enfrentar a questão da publicidade de bebidas alcoólicas. Senadora Heloísa Helena.	97	Parabeniza todos os membros e dirigentes da Igreja Batista Regular de Boa Vista, em Roraima, que completa 61 anos de existência e cujo lema é “Uma Igreja Viva para o Deus Vivo”. Senador Mozarildo Cavalcanti.	507
Cobra esclarecimentos do Presidente Lula sobre as denúncias de irregularidades no governo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	133	Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Senadora Ana Júlia Carepa.	561
		HOMENAGEM DE PESAR	
		Realiza homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Rosental Ramos da Silva. Senador Paulo Octávio.	72

	Pág.		Pág.
Registra o falecimento, ocorrido em 8 de setembro de 2005, do Padre Arnóbio Patrício de Melo. Senador Antonio Carlos Valadares.	184	LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	
HOMENAGEM PÓSTUMA		Realiza apelo para celeridade da aprovação de projeto de lei do Senado, de autoria de S.Exa., que dispõe sobre procedimentos para recebimento de direitos trabalhistas. Senadora Ana Júlia Carepa.	360
Realiza homenagem póstuma ao músico Lupicínio Rodrigues. Senador Paulo Paim.	146	LEGISLATIVO	
Realiza homenagem póstuma ao músico Lupicínio Rodrigues. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti.	147	Tece considerações a respeito das denúncias envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Senador Antonio Carlos Magalhães.	133
Registra o transcurso da data de nascimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Senador Paulo Octávio.	186	Debata a respeito da paralisação dos trabalhos legislativos em virtude do agravamento da crise após denúncias contra o Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Antonio Carlos Valadares. ...	346
IDENTIDADE NACIONAL		MANIFESTAÇÃO COLETIVA	
Discorre a respeito da crise de identidade do Estado Brasileiro. Senador Álvaro Dias.	94	Tece comentários a respeito do Grito dos Excluídos, movimento organizado pela Igreja Católica. Senador Paulo Paim.	32
INFRA-ESTRUTURA		MENSAGEM	
Trata da falta de investimentos nas áreas de infra-estrutura do país. Senador Rodolpho Tourinho.	90	Mensagem nº 218, de 2005 (nº 575/2004, na origem), que restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2005 (nº 4.957/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.	100
JUDICIÁRIO		Mensagem nº 219, de 2005, que possui o seguinte texto: “Junte-se ao processo da Mensagem nº 11, de 2005, à publicação. Em 12-9-2005”.	100
Trata do ingresso de representação no Conselho Nacional de Justiça em relação à juíza Maísa Costa Giudice. Senador José Jorge.	543	Mensagem nº 590, de 2005, que informa a ausência do Presidente Luís Inácio Lula da Silva do País nos dias 12 a 16 do mês de setembro, em viagem à Guatemala e a Nova York.	100
LEGISLAÇÃO COMERCIAL		Mensagem nº 220, de 2005 (nº 579/2005, na origem), de 6 de setembro de 2005, do Presidente da República, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza, sancionado e transformado na Lei nº 11.172, de 6 de setembro de 2005.	372
Realiza análise dos dados divulgados pelo Banco Mundial no relatório “Fazendo negócios em 2005 - Removendo obstáculos ao crescimento”, que segundo o estudo, o Brasil está na lista dos piores do mundo para se implantar negócios, ocupando a centésima décima nona posição entre os 145 países pesquisados. Senador Osmar Dias.	324	Mensagem nº 221, de 2005 (nº 580/2005, na origem), de 6 de setembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de	
LEGISLAÇÃO ELEITORAL			
Manifesta preocupação com a busca da legitimidade no processo eleitoral e reflete a respeito do instituto da pesquisa eleitoral. Senador Almeida Lima.	513		
Critica as pesquisas eleitorais. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Ney Suassuna.	514		
Realiza crítica às pesquisas eleitorais. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Sibá Machado.	514		

Pág.		Pág.
	2005 (nº 4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005.	
372	Mensagem nº 222, de 2005 (nº 581/2005, na origem), de 6 de setembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.264/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., sancionado e transformado na Lei nº 11.174, de 6 de setembro de 2005.	
372	Mensagem nº 223, de 2005 (nº 582/2005, na origem), de 6 de setembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, sancionado e transformado na Lei nº 11.175, de 6 de setembro de 2005.	
372	Mensagem nº 224, de 2005 (nº 583/2005, na origem), de 6 de setembro de 2005, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4.265/2001, na Casa de origem), que institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”, sancionado e transformado na Lei nº 11.176, de 6 de setembro de 2005.	
372	Mensagem nº 225, de 2005 (nº 584/2005, na origem), de 9 de setembro de 2005, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.	
373	Mensagem nº 226, de 2005 (nº 585/2005, na origem), de 9 de setembro de 2005, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará.	
	MOVIMENTO SINDICAL	
	Realiza leitura de carta à sociedade paraibana do Sindicato dos Professores da UFPB. Senador Efraim Morais.	214
	Comenta os prejuízos que a greve organizada pelo Sindicato dos Professores da UFPB acarretará à população. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Mão Santa.	216
	MUNICÍPIOS	
	Discorre a respeito de reivindicações dos prefeitos municipais. Senadora Serys Slhessarenko.	203
	Apóia reivindicações dos prefeitos municipais. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Mão Santa.	204
	OFÍCIO	
	Ofício nº 6/2005, de 24 de agosto de 2005, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 712, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro.	230
	Ofício nº 21/2005, de 24 de agosto de 2005, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 901, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	230
	Ofício nº 693/2005, de 23 de agosto de 2005, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, comunicando que as informações para a resposta ao Requerimento nº 691, de 2005, do Senador José Jorge, estão centralizadas na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República.	230
	Ofício nº 1.622, de 25 de agosto de 2005, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 419, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	230
	Ofício nº 155/2005, de 5 de setembro, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 415, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	391
	Ofício nº 156/2005, de 5 de setembro, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 594, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.	391
	Ofício nº 166/2005, de 1º de setembro, do Ministro de Estado do Esporte, encaminhando resposta ao Requerimento nº 409, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	391

	Pág.		Pág.
Ofício nº 357/2005, de 2 de setembro, do Ministro da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento nº 447, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação.	391	Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005, (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002. Senador Marco Maciel.	4
Ofício nº 374/2005, de 31 de agosto de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 625, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães.	391	Parecer nº 1.636, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005, (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Senador Roberto Saturnino.	5
Ofício nº 1.408/2005, de 6 de setembro, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 410, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	391	Parecer nº 1.637, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005, (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002. Senador João Batista Motta.	5
Ofício nº 8.144/2005, de 6 de setembro, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 526, de 2005, dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti.	391	Parecer nº 1.638, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Senador Alvaro Dias.	6
Ofício nº 8.145/2005, de 6 de setembro, do Ministro Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 135, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	391	Parecer nº 1.639, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005, (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil. Ambas as listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul. Senador Gerson Camata.	8
ORÇAMENTO			
Discorre a respeito do Orçamento da União e da atuação do Congresso Nacional. Senador Cristovam Buarque.	70	Parecer nº 1.640, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de	
Trata da execução do Orçamento da União. Senador Leonel Pavan.	74		
PARECER			
Parecer nº 1.633, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005, (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001. Senador Heráclito Fortes.	1		
Parecer nº 1.634, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005, (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988. Senador Romeu Tuma.	2		
Parecer nº 1.635, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o			

Pág.	Pág.		
<p>Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Parecer nº 1.641, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. Senador Pedro Simon.</p> <p>Parecer nº 1.642, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302 / 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Parecer nº 1.643, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003. Senador José Agripino.</p> <p>Parecer nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Parecer nº 1.645, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518 2003, na origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Senador Fernando Bezerra.</p> <p>Parecer nº 1.646, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem) que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de</p>	<p>10</p> <p>11</p> <p>12</p> <p>14</p> <p>101</p> <p>104</p>	<p>sindicalização para o empregado de entidade sindical. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Parecer nº 1.647, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Parecer nº 1.648, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências. Senador Ramez Tebet.</p> <p>Parecer nº 1.649, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que Altera a Constituição Federal para acrescentar hipótese de nacionalidade originária. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Parecer nº 1.650, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado. Senador Valdir Raupp.</p> <p>Parecer nº 1.651, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, do Senador Teotônio Vilela Filho, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Parecer nº 1.652, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, de autoria do Senador Valdeck Ornélas, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais. Senador Eduardo Azeredo. .</p> <p>Parecer nº 1.653, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos”, para proibir</p>	<p>106</p> <p>108</p> <p>109</p> <p>233</p> <p>240</p> <p>247</p> <p>252</p>

	Pág.		Pág.
a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos. Senador Antonio Carlos Valadares.	256	em andamento de criação de novos municípios). Senador Antonio Carlos Magalhães.	443
Parecer nº 1.654, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica o art. 41-A da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”. Senador Marcelo Crivella.	259	Parecer nº 1.664, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei a Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina Rodovia Alfeo Almeida Velozo o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca.	483
Parecer nº 1.655, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre emenda oferecida perante a Comissão, em turno suplementar. Senador Marcelo Crivella.	263	Parecer nº 1.665, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido. Senador Edison Lobão.	485
Parecer nº 1.656, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível. Senador Demóstenes Torres.	289	Parecer nº 1.666, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677, de 2000, na Câmara dos Deputados). Senador Efraim Morais.	536
Parecer nº 1.657, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer. Senador Papaléo Paes.	293	Parecer nº 1.667, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341, de 2000, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	537
Parecer nº 1.658, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 2005. Senador Tião Viana.	339	Parecer nº 1.668, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501, de 2000, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	538
Parecer nº 1.659, de 2005, da Comissão Diretora, que dá Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 2005. Senador Tião Viana.	340	Parecer nº 1.669, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276, de 2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senador Efraim Morais.	539
Parecer nº 1.660, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 2005. Senador Efraim Morais.	342	Parecer nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891, de 1999, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	542
Parecer nº 1.661, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183, de 2004, na Casa de origem). Senador Efraim Morais.	439		
Parecer nº 1.662, de 2005, que apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003. Senador Antonio Carlos Magalhães.	441	PECUÁRIA	
Parecer nº 1.663, de 2005, que apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Dispõe sobre os processos		Refuta a reclassificação do Brasil, pela União Européia, quanto ao risco de ocorrência da doença da “vaca louca”. Senador Aelton Freitas.	331
		Cumprimenta o Sendor Aelton Freitas pelo pronunciamento em que refuta a reclassificação	

	Pág.		Pág.
do Brasil, pela União Européia, quanto ao risco de ocorrência da doença da “vaca louca”. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Ramez Tebet.....	332	tamento de mais uma parte da chamada Rodovia Bioceânica. Senador Tião Viana.	60
PODERES CONSTITUCIONAIS		Demonstra indignação com o aumento das taxas de embarque nos aeroportos brasileiros. Senador Paulo Octávio.	72
Realiza críticas ao Judiciário pela concessão de liminares favoráveis a deputados petistas passíveis de cassação alegando a ausência da ampla defesa no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Senador Almeida Lima.	456	Trata da falta de investimentos nas rodovias nacionais. Senador Álvaro Dias.	94
POLÍTICA AGRÍCOLA		Registra o mau estado de algumas rodovias nacionais. Senador Leonel Pavan.	221
Discorre a respeito do futuro do agronegócio no País e trata da importância do trabalho da Embrapa. Senador Mozarildo Cavalcanti.	549	Elogia o ex-Senador Carlos Wilson pela gestão na Infraero na construção do Aeroporto Internacional de Alagoas. Senador Teotônio Vilela Filho.	460
POLÍTICA CULTURAL		Comenta o alto custo do transporte rodoviário. Senador Mozarildo Cavalcanti.	549
Registra o trabalho realizado pelo Grupo Musical “Quilomboclada”. Senadora Fátima Cleide....	414	Tece considerações a respeito dos procedimentos adotados na cobrança de pedágios nas rodovias brasileiras. Senador João Capiberibe. ...	557
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
Comenta resultado do Índice de Desenvolvimento Humano/2005 da ONU. Senador Paulo Paim.	32	Crítica o crescimento da economia brasileira. Senador Arthur Virgílio.	348
POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		Realiza críticas ao crescimento da economia brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	350
Discorre a respeito de concessão de licença ambiental para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. Senador Valdir Raupp.....	207	Crítica a política econômica do Governo Federal. Senador Roberto Saturnino.	402
Tece considerações a respeito do projeto de lei de gestão de florestas públicas e cria o serviço florestal brasileiro, que foi objeto de audiência pública realizada na Casa. Senadora Serys Slhessarenko.	322	Elogia o pronunciamento do Senador Roberto Saturnino a respeito da política econômica do Governo Federal. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Paulo Paim	403
Realiza cobrança de uma política de gestão ambiental para o Estado do Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner.	344	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Registra evento destinado ao debate sobre projeto de lei que regulamenta a gestão das florestas brasileiras. Senadora Ana Júlia Carepa.	360	Demonstra preocupação com as recentes notícias veiculadas pela Petrobrás com relação ao desestímulo ao uso do gás natural veicular. Senador Rodolpho Tourinho.	29
Trata da desocupação do Parque Nacional da Serra do Divisor. Senador Sibá Machado.	518	Afirma que o grande problema da região Nordeste será a energia e que a solução para isso seria a implementação de gasodutos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Rodolpho Tourinho.	211
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Cobra política para o setor de geração de energia elétrica. Senador Valdir Raupp.	333
Registra visita do Presidente Lula ao Peru, onde irá assinar a ordem de serviço para o asfal-		Demonstra insatisfação pela ausência de transparência na escolha do Estado destinado à instalação de refinaria de petróleo. Senador Garibaldi Alves Filho.	370
		Alegre-se com a instalação de refinaria de petróleo no Nordeste brasileiro. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Tasso Jereissati. ...	370

	Pág.		Pág.
Discorre a respeito da publicação de dados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no Boletim Eletrônico. Senador José Jorge.	516	Contesta as críticas radicais contra o Partido dos Trabalhadores, suscitadas por atos de correligionários que comprometeram o nome do Partido. Senadora Serys Shessarenko.	322
Trata da importância da realização de novas licitações na área energética. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Azeredo.	517	Registra eleição da direção do Partido dos Trabalhadores. Senador Sibá Machado.	412
Comenta a utilização de combustíveis renováveis. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Alberto Silva.	550	Anuncia a legalização do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL), junto ao TSE. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	416
Discorre a respeito do resultado da reunião com a Ministra Dilma Roussef sobre o impacto gerado pelo reajuste do gás. Senadora Ideli Salvatti. .	552	POLÍTICA RACIAL	
POLÍTICA EXTERNA		Registra realização de audiência para tratar do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, e afirma que o tema da desigualdade étnica deve ser tratado com muita clareza. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Rodolpho Tourinho.	28
Demonstra repúdio a declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. Senador Álvaro Dias.	94	POLÍTICA SALARIAL	
Realiza protesto pelas declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo. Senadora Heloísa Helena.	97	Realiza cobrança da concretização, pelo Governo Federal, da proposta de reajuste dos militares. Senador Romeu Tuma.	459
POLÍTICA INDIGENISTA		POLÍTICA SOCIAL	
Demonstra preocupação com a eminência de alargamento da cidade de Blumenau tendo em vista a depredação pelos índios da região, em reivindicação por melhores condições, dos equipamentos da Barragem de Ibirama. Senador Leonel Pavan.	449	Trata da repercussão da edição de 2005 do relatório sobre a situação social mundial das Nações Unidas. Senador Marco Maciel.	26
Discorre a respeito da demarcação de terras indígenas. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Mozarildo Cavalcanti.	450	Discorre a respeito da exclusão social e do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. Senador Cristovam Buarque.	70
Trata a respeito da demarcação de terras indígenas. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Augusto Botelho.....	450	Trata da extinção do Projeto Alvorada, destinado aos municípios de menor IDH. Senadora Lúcia Vânia.	511
Discorre a respeito da homologação da Reserva de Jacaré de São Domingos, Estado da Paraíba. Senador Ney Suassuna.	515	POLÍTICA SOCIOECONÔMICA	
POLÍTICA INDUSTRIAL		Comentários a artigo do Professor Plínio Arruda Sampaio sobre a distribuição de renda no Brasil. Senador Mão Santa.	212
Realiza denúncia da tentativa de levar a produção de televisores para a área dos incentivos da chamada Lei de Informática. Senador Arthur Virgílio.	572	Reflete a respeito da significação, para o cotidiano das pessoas, da queda da inflação. Senadora Ideli Salvatti.	310
POLÍTICA PARTIDÁRIA		POLÍTICA TRIBUTÁRIA	
Reflete a respeito da necessidade de resgate de ideais pelos partidos políticos para fortalecimento das instituições democráticas. Senadora Íris de Araujo.	187	Comenta a promessa não cumprida do Governo de realizar a redução da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para 25%. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio.	213

	Pág.		Pág.
Destaca a necessidade de redução da carga tributária. Senador Flexa Ribeiro.	522	de Estado e trata da questão da inclusão previdenciária. Senador Romero Jucá.	34
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Solicita a leitura do documento “Repensando a Previdência”. Senador Paulo Paim.	304
Reflete a respeito de pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Alvaro Dias.	61	Registra relatório de 2004 da Fundação dos Economistas Federais (Funcfe), que tem como associados bancários, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal. Senador Romero Jucá.	581
Comenta o discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia da Independência do Brasil. Senador Antonio Carlos Magalhães.	63	PROGRAMA ASSISTENCIAL	
Tece considerações a respeito do discurso do Presidente Lula e demonstra preocupação com a “solidão” atribuída pela imprensa ao Presidente, durante o desfile de 7 de setembro. Senadora Heloísa Helena.	68	Discorre a respeito da importância do Projeto Amor e Vida, desenvolvido em Porto Velho/RO, que oferece atendimento individual a crianças em risco iminente de morte, particularmente as desnutridas, as desidratadas, as portadoras do vírus HIV e as que apresentam moléstias bronco-pulmonares. Senador Valdir Raupp.	207
Critica a viagem do Presidente Lula a Guatemala, após denúncias que agravam crise institucional. Senador Alvaro Dias.	135	PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
Realiza críticas à viagem do Presidente Lula a Guatemala, após denúncias que agravam crise institucional. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Arthur Virgílio.	136	Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN, proveniente da Mensagem nº 106, de 2005-CN (nº 586/2005, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 205.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	392
Tece considerações a respeito da viagem do Presidente Lula à Guatemala e à crise em seu Governo. Senador Arthur Virgílio.	141	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Realiza críticas ao Presidente Lula. Senador Mão Santa.	212	Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2005, que dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal. Senador Paulo Paim.	15
Critica os discursos do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa....	379	Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, que altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Senador Romero Jucá. ..	16
Registra viagem do Presidente Lula ao Peru. Senador Sibá Machado.	412	Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2005, que altera o inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências. Senador Romero Jucá.	18
Comenta a Pesquisa CNT-Sensus apontando queda de popularidade do Presidente Lula. Senador José Jorge.	420	Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, que dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet. Senador Romero Jucá.	20
Pondera sobre o comparecimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião da ONU. Senador Antonio Carlos Magalhães.	451	Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, que cria o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária. Senador Rodolpho Tourinho.	22
Lamenta a presença do Presidente Lula representando o Brasil na ONU, e critica a proposta que apresentou para acabar com a fome. Senador Antonio Carlos Magalhães.	506		
Comenta a proposta, apresentada pelo Presidente Lula, para acabar com a fome e com a pobreza absoluta. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	507		
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Registra discurso e seu anexo que resume a atuação do Ministério da Previdência Social nos quatro meses em que exerceu o cargo de Ministro			

Pág.	Pág.
<p>Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Senador Papaléo Paes.</p>	400
<p>Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais. Senador Papaléo Paes.</p>	496
<p>Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2005, que altera a Lei nº 5.917, de setembro 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-440. Senador Romero Jucá.</p>	389
<p>Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2005, que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências”. Senador José Jorge.</p>	90
<p>Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2005 – Complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Senador Tasso Jereissati.</p>	501
<p>Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de Relações Públicas, revogando a Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, e dá outras providências. Senador Marco Maciel.</p>	189
<p>Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2005, que altera o art. 6º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, adicionando hipóteses de crime de responsabilidade do Presidente da República contra o livre exercício dos demais Poderes ou instituições federais. Senador Luiz Soares.</p>	205
<p>Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005, que denomina “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza” o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa.....</p>	366
<p>Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005, que faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar. Senador Pedro Simon.....</p>	399
<p>Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Senador Pedro Simon.</p>	400
<p>Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências”. Senador Pedro Simon.</p>	496
<p>Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, que reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas. Senador Sérgio Guerra.</p>	496
<p>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</p>	
<p>Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2005, que altera os arts. 28 e 77 da Constituição Federal para dispor sobre o segundo turno de eleições. Senador Marco Maciel.</p>	389
<p>RECURSOS FEDERAIS</p>	
<p>Trata da importância do Projeto de Lei do Senado 277, de 2005, apresentado por S.Exa., que altera a Lei 9.543, aumentando o prazo para que as prefeituras dêem ciência, a entidades da sociedade civil, da liberação de recursos federais. Senador Rodolpho Tourinho.</p>	90
<p>REFORMA AGRÁRIA</p>	
<p>Realiza cumprimentos por acordo inédito homologado pelo Ministro Luiz Fux, do STJ, ao examinar iniciativa de proprietário de fazenda localizada no município de Castilho, São Paulo, objeto de desapropriação pelo Incra. Senador Eduardo Suplicy.</p>	501
<p>REFORMA ELEITORAL</p>	
<p>Discorre a respeito da necessidade de haver uma reforma eleitoral no Brasil. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Valdir Raupp.</p>	189
<p>Demonstra preocupação com a votação da proposta de modificação do sistema eleitoral. Senador Jorge Bornhausen.</p>	205
<p>REFORMA POLÍTICA</p>	
<p>Demonstra preocupação com a demora na aprovação da reforma política. Senador Leonel Pavan.....</p>	366

Pág.	Pág.
REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tece considerações sobre a decisão do governo a respeito da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física para 2006. Senador Rodolpho Tourinho.	90
Comenta declarações do Presidente Lula culpando os governadores pela não votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Senador Rodolpho Tourinho.	90
Critica o fato de o governo do Presidente Lula não ter implementado a reforma tributária. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senadora Heloísa Helena.	93
REFORMA UNIVERSITÁRIA	
Demonstra inconformismo com a decisão do Ministro da Educação de fazer uma reforma universitária por decreto. Senador Antonio Carlos Magalhães.	73
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 984, de 2005, que requer, na forma regimental, seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se no dia 7 de dezembro de 2005, a Hora do Expediente da sessão ordinária do Senado Federal, já aprovada pelo Plenário, nos termos do Requerimento nº 140, de 2005, destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain. Senador Marco Maciel.	15
Requerimento nº 985, de 2005, que requer voto de pesar do Senado Federal pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005. Senador Paulo Octávio. .	74
Requerimento nº 986, de 2005, que requer, ouvido o Plenário, a inserção de voto de pesar pelo falecimento, dia 27 de agosto passado, na cidade do Recife, do radialista Fernando Castelão Pereira. Da decisão da Casa, que seja dada ciência à viúva, Sra. Maria José Castelão e aos filhos, Sérgio Castelão, Fernando Castelão Filho, Alexandre Castelão e Disciôla Castelão. Senador Marco Maciel.	74
Requerimento nº 987, de 2005, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	118
Requerimento nº 988, de 2005, que requer seja registrado nos Anais do Senado Federal um voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, na passagem desta data em que se completam 103 anos de seu nascimento, ao tempo em que solicito sejam comunicados seus familiares. Senador Arthur Virgílio. ..	145
Requerimento nº 989, de 2005, que requer voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização do Passeio Ciclístico destinado a esclarecer a população acerca do referendo de outubro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	145
Requerimento nº 990, de 2005, que requer voto de aplauso à jovem tenista brasileira Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis. Senador Arthur Virgílio. ..	146
Requerimento nº 991, de 2005, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no dia 8-9-2005: inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família. Senador Antonio Carlos Valadares.	184
Requerimento nº 992, de 2005, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do médico João Marcelo Vilas Boas ocorrido no dia 8-9-2005: inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família. Senador Antonio Carlos Valadares.	185
Requerimento nº 993, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda. Senador Alvaro Dias.	185
Requerimento nº 994, de 2005, que requer a realização de sessão especial em comemoração ao cinquentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará a 2 de dezembro de 2005. Senador Mão Santa.	217
Requerimento nº 995, de 2005, que requer seja o PLS nº 32 de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que “Altera a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona”, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para análise do seu impacto financeiro junto à Administração Pública. Senador Fernando Bezerra.	334
Requerimento nº 996, de 2005 (Requerimento nº 45, de 2005 – CRE), que requer urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (CD) nº 74, de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia”. Senador Romeu Tuma.	335

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 997, de 2005, que solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre a distribuição dos investimentos em publicidade entre os órgãos da administração federal nos anos de 2003 e 2004. Senador Arthur Virgílio.	335	no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. Senador Aloizio Mercadante.	444
Requerimento nº 998, de 2005, que requer ao ministro da Saúde informações acerca de providência acautelatórias e de proteção da população da Amazônia contra a malária. Senador Arthur Virgílio.	336	Requerimento nº 1.008, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. Senador Aloizio Mercadante.	445
Requerimento nº 999, de 2005, que requer licença para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha. Senador Osmar Dias. ...	373	Requerimento nº 1.009, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), referente às exportações de carne de frango para a União Européia. Senador Aloizio Mercadante.	445
Requerimento nº 1.000, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao atleta Maurício Shogun, novo campeão mundial de Mixed Martial Arts, na categoria dos pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão, em 28 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio.	392	Requerimento nº 1.010, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Doutor Miguel Rossetto, em caráter de urgência, informações a respeito da evolução da reforma agrária no Brasil. Senador Flexa Ribeiro.	499
Requerimento nº 1.001, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao lutador Ricardo Arona, novo vice-campeão mundial de Jiu-Jitsu, na categoria de pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão. Senador Arthur Virgílio.	392	Requerimento nº 1.011, de 2005, que requer a tramitação conjunta do PLS 418, de 2003-C, e do PLS 49, de 2005-C, que alteram a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Senador José Jorge.	499
Requerimento nº 1.002, de 2005, que requer inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 20 (Projeto de Decreto – Legislativo nº 72, de 2005) seja submetida ao Plenário em primeiro lugar. Senador Marcelo Crivella.....	427	Requerimento nº 1.012, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro João Derly, pela conquista da inédita Medalha de Ouro, no Cairo, Egito, no Mundial de Judô. Senador Arthur Virgílio.	500
Requerimento nº 1.003, de 2005, que requer inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante dos itens nºs 9 a 19 sejam submetidos ao Plenário antes dos itens 1 a 8. Senador Mozarildo Cavalcanti.	427	Requerimento nº 1.013, de 2005, que requer voto de homenagem aos cem anos da arquidiocese de Belém do Pará completados dia 1º-5-2005, e que seja comunicado as Suas Eminências, o arcebispo metropolitano Dom Orani Tempesta, e ao arcebispo emérito Dom Vicente Zico. Senador Flexa Ribeiro.	500
Requerimento nº 1.004, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005. Senador Aloizio Mercadante.....	437	Requerimento nº 1.014, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gerson Camata.....	500
Requerimento nº 1.005, de 2005, que requer seja formulado um voto de congratulações ao jornal A Gazeta, do Estado do Espírito Santo, pelo transcurso do seu septuagésimo sétimo aniversário. Senador Gerson Camata.....	444	Requerimento nº 1.015, de 2005, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Saraiva Felipe, informações, tendo em vista denúncia constante da matéria do jornal Brasil Norte, de Boa Vista – RR, de 11 de setembro de	
Requerimento nº 1.006, de 2005, que requer sejam solicitadas à Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, Srª Marina Silva, em caráter de urgência, informações a respeito das florestas nacionais. Senador Flexa Ribeiro.	444		
Requerimento nº 1.007, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela vitória			

Pág.	Pág.
2005, intitulada “ONG denuncia malversação de recursos”. Senador Mozarildo Cavalcanti.	500
Requerimento nº 1.016, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, que “dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido”. Senador Aloizio Mercadante.	527
Requerimento nº 1.017, de 2005, que requer adiamento da discussão por 14 dias do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que “Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências”. Senadora Ana Júlia Carepa. ..	533
Requerimento nº 1.018, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências. Senador Efraim Morais.	537
Requerimento nº 1.019, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos). Senador Efraim Morais.	538
Requerimento nº 1.020, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias). Senador Efraim Morais.	538
Requerimento nº 1.021, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senador Efraim Morais.	539
Requerimento nº 1.022, de 2005, que requer que a Mesa se digne de encaminhar Requerimento de Informações dirigido ao Excelentíssimo Senhor	
Ministro de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal. Senador Sérgio Guerra.	540
Requerimento nº 1.023, de 2005, que requer voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”. Senador José Jorge.	541
Requerimento nº 1024, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, que “Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gerson Camata.	542
Requerimento nº 1025, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005 que, “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências.”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gerson Camata.	542
Requerimento nº 1026, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”. Senador Gerson Camata.	542
SALÁRIO MÍNIMO	
Tece comentários a respeito do valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antonio Carlos Magalhães.	65
SAÚDE	
Greve nos hospitais universitários. Senador Mão Santa.	212
Registra participação em evento que tratava da saúde do trabalhador, realizado em Porto Alegre. Senador Paulo Paim.	304
Encaminha à Mesa pronunciamento explicativo de requerimento endereçado ao Ministro da Saúde sobre o registro de mais de 40 mil casos de malária no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	361

	Pág.		Pág.
Demonstra preocupação com surto de malária no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	461	SOLIDARIEDADE	
Trata a respeito da situação da saúde pública do Brasil e comenta a importância do Programa Saúde da Família. Senador José Maranhão.....	559	Demonstra solidariedade aos colonos desalojados do Toldo Pinhal, no município de Seara/SC. Senador Leonel Pavan.	449
Comenta a influência da fome na saúde da população. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Alberto Silva.	560	TABAGISMO	
Comenta a malversação de recursos por parte da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Senador Mozarildo Cavalcanti.	578	Trata a respeito da Convenção Quadro a respeito do fumo. Senador Paulo Paim.	32
SEGURANÇA PÚBLICA		TECNOLOGIA	
Comenta campanha institucional veiculada pelo TSE, a respeito do referendo sobre porte de arma. Senador Marco Maciel.....	119	Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002. Senador Marco Maciel.	429
Regozija-se pela assinatura de convênio entre o Banco do Brasil e o estado da Bahia para a área de segurança e realiza críticas aos procedimentos adotados pela Polícia Federal durante a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-Prefeito Paulo Maluf. Senador Antonio Carlos Magalhães.	133	Discute o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Senador Osmar Dias.	438
Critica os procedimentos adotados pela Polícia Federal durante a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-Prefeito Paulo Maluf. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	134	Discute o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Senador Aloizio Mercadante.	438
Tece comentários a respeito de operações realizadas pela Polícia Federal no combate à corrupção, em especial, a prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e seu filho. Senadora Ideli Salvatti.	196	TRABALHO	
Comenta o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti a respeito da prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e seu filho. Também cobra a prisão de outras pessoas envolvidas com a corrupção. Senador Antonio Carlos Magalhães.	196	Registra a realização do vigésimo terceiro Encontro dos auditores fiscais do trabalho, em Cuiabá/MT. Senadora Serys Silhessarenko.	203
Tece comentários a respeito da prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Senador José Agripino.	208	VISTO DE ENTRADA	
Demonstra regozijo com a queda da criminalidade com armas de fogo no Estado da Paraíba. Senador Ney Suassuna.	318	Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003. Senador Mozarildo Cavalcanti.	434
Cobra a construção de presídios federais e da importância do combate ao crime. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Romeu Tuma.	320		

Ata da 154ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Rodolpho Tourinho

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.633, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005, (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países, firmado em Brasília, 21 de agosto de 2001.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 21 de maio de 2002, por intermédio da Mensagem nº 393, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa e, subsequentemente remetido ao Senado Federal.

Nesta Casa, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, no qual é destacado que o Acordo bilateral constitui mais um passo no sentido de aproximar o Instituto Rio Branco, instituição reconhecida em todo o mundo por sua excelência na formação de diplomatas, de suas congêneres, a fim de transmitir conhecimentos adquiridos nos seus quase cinquenta e sete anos de existência e de, supõe-se, renovar tradições e concepções.

O Acordo, versado em dez artigos, dispõe sobre o intercâmbio de informação a respeito dos programas de estudo, cursos, seminários e outras atividades acadêmicas promovidas pelo Instituto Rio Branco, brasileiro, e pela Academia Diplomática do Panamá. Discorre, ainda, sobre a facilitação de intercâmbio de professores, conferencistas, peritos e pesquisadores nas áreas de interesse mútuo, a fim de que dissertem sobre sua especialidade. Impõe como meta a organização de cursos e seminários que se realizarão alternadamente em Brasília e no Panamá. Trata, ainda, da facilitação do intercâmbio de publicações e da busca de sistema efetivo de comunicação e cooperação entre as respectivas bibliotecas e centros de documentação; do intercâmbio de informações e a coordenação da participação das sobreditas instituições em reuniões de organizações regionais e mundiais que agrupam as academias e institutos de formação de diplomatas e as instituições universitárias vinculadas às relações internacionais; e da realização de reuniões periódicas entre as autoridades de ambas as instituições, em Brasília ou no Panamá.

II – Análise

É salutar que os países latino-americanos e em desenvolvimento auxiliem-se mutuamente na busca do apuramento de suas capacidades diplomáticas, as quais poderão atenuar os efeitos da disparidade de poder relativo desses países em relação àqueles econômica ou militarmente mais fortes em fóruns internacionais nos quais seus interesses vitais sejam postos em questão. Os países em desenvolvimento densificam e qualificam, assim, sua experiência na

lida dos contenciosos diplomáticos e comerciais e, por meio do intercâmbio constante de informações, auxiliam seus pares a otimizar seus esforços.

O multilateralismo confere aos países de menor poder relativo a possibilidade de se valerem de margens de manobra, ainda que estreitas, nas quais a capacidade de persuasão – traduzida no poder institucional, ideológico ou cultural – o denominado **soft power**, segundo o teórico norte-americano Joseph Nye, exerce uma influência considerável. O componente ideológico ou cultural tem relevância insuspeita: o comportamento reiterado de um país ou de um grupo de países os credencia ou deixa de credenciá-los perante a opinião pública internacional em relação a determinados assuntos. Emblemática foi a participação do Canadá, país extremamente pacifista, na aprovação da Convenção Internacional sobre a Proibição da Utilização, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Anti-Pessoal e sobre a sua Destruição. Igualmente digno de nota foi a participação do Brasil na últimação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

A Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, o Protocolo de Quioto, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e os resultados dos painéis da Organização Mundial do Comércio a favor de países em desenvolvimento provam que o Direito Internacional não é mera tradução da realidade de poder e que sempre há espaço para o avanço de interesses coletivos, em que pese os muitos reveses por que passam esses regimes internacionais.

Profissionais cada vez mais capazes de forjar entendimentos e compromissos na arena diplomática são cada vez mais importantes, não apenas para o avanço dos interesses dos países que representam, mas na superação do atual momento de tensão sobre os destinos das instituições internacionais, razão da crise de credibilidade reforçada pelo contínuo desrespeito por parte das potências ao regime do uso da força nas relações internacionais, do qual a agressão norte-americana ao Iraque é o exemplo mais próximo e eloqüente.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo em análise.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Heráclito Fortes** – **Flexa Ribeiro**, Relator *ad hoc* – **Romeu Tuma** – **Mão Santa** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Eduardo Suplicy** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.634, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados) que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (PDC nº 2.410, de 2002, na origem), que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional os textos dos atos internacionais acima referido.

Os diplomas legais em apreço foram aprovados pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão

de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 134, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00030/MRE, de 24 de janeiro de 2002, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“A resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o combate ao terrorismo internacional, adotada em 28 de setembro de 2001, insta os Estados a ratificar as doze convenções e protocolos legais sobre o assunto ou a aderir a eles. (...)

A Convenção para a Supressão de Atos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental foram elaborados no âmbito da Conferência Marítima Internacional, em Roma, em março de 1988. O Brasil assinou ambos os documentos no dia em que foram adotados, 10 de março de 1988.”

A Exposição de Motivos ressalta a importância dos dois instrumentos para inserir o Brasil em regimes internacionais de controle e combate ao terrorismo. Registra que ambos já estão em vigor, contando com 60 e 55 ratificações (2002), respectivamente, inclusive de países como os Estados Unidos da América e os integrantes da União Européia.

II – Análise

Sem dúvida, um dos grandes problemas que afrontam a Sociedade Internacional no século XXI é o terrorismo, o qual assume facetas cada vez mais diversificadas e já alcançou todos os continentes. Nesse sentido, os povos do mundo têm-se unido para combater essa grave ameaça e acordos internacionais são celebrados, uma vez que a cooperação se faz necessária diante de um problema que ultrapassa as fronteiras dos Estados nacionais.

O Brasil não está alheio ao combate ao terrorismo internacional. De fato, é princípio constitucional para as relações internacionais do Brasil, na forma do art. 40 de nossa Carta Magna, o repúdio ao terrorismo. Assim, o País tem buscado vincular-se à totalidade dos instrumentos internacionais sobre a matéria, tendo participado em processos decisórios sobre o tema em distintos organismos internacionais, entre os quais a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

Ressalte-se que os instrumentos em apreço tem por objetivo desenvolver a cooperação internacional entre os Estados com vistas à adoção de medidas eficientes e práticas para a prevenção de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima e para o julgamento e punição de seus perpetradores. Em 2005, mais de uma centena de Estados já aderiu a esses tratados. Na América do Sul, apenas quatro países deles não são parte, inclusive o Brasil.

Trata-se, a toda evidencia, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País, em especial no que concerne à garantia de participação brasileira nos regimes de segurança internacionais que envolvem o combate às chamadas “novas ameaças”, bem como para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005.

Sala da Comissão 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Aelton Freitas** – **José Jorge** – **Valdir Raupp** – **Pedro Simon** – **Mão Santa** – **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Péres** – **Wellington Salgado** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Suplicy** – **Sérgio Zambiasi** – **Alvaro Dias** – **Eduardo Azeredo**.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. E da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.635, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301, de 2003, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002”.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e

Narcotráfico. Foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída a esse órgão colegiado.

II – Análise

Informa a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministério das Relações Exteriores, que o referido diploma internacional tem por objetivo promover a cooperação bilateral nos seguintes aspectos: trabalhos de pesquisa científica e de estudos experimentais com a finalidade de produção de material de emprego militar e produção, aquisição, suprimento material e apoio técnico no tocante a armamento e material de emprego militar em geral.

O documento prossegue, expondo o seguinte:

O Memorando em questão constitui o primeiro instrumento bilateral Brasil-Rússia no campo da defesa e simboliza o interesse compartilhado por ambos os lados em um maior conhecimento mútuo nessa área, pavi-

mentando o caminho para o estabelecimento de laços mais consistentes de cooperação técnico-militar.

Cabe registrar que o ato internacional em apreço faz menção, em seu preâmbulo, não apenas a conceitos vinculados às relações internacionais, como a manutenção da paz e a segurança internacional, como também confere especial destaque à consolidação da democracia nos Estados-Partes como condição para o desenvolvimento e a intensificação da cooperação entre os mesmos.

O Memorando de Entendimento especifica as áreas e os objetivos da cooperação, já mencionados supra, e determina a realização de encontros periódicos entre representantes das Partes com o objetivo de determinar as direções concretas da cooperação e de trocar experiências sobre emprego de armamento e de material militar.

O ato internacional em exame faz referência, também, a necessária proteção de informações sigilosas às quais as Partes venham a ter acesso em virtude da execução do mesmo, determinando que as formas de proteção dessas informações serão determinadas em acordo separado. Tais disposições manter-se-ão em vigor, independentemente da cessação da vigência do Memorando.

É estipulado que os eventuais litígios referentes à interpretação ou à aplicação do ato internacional em tela serão solucionados mediante consultas a serem realizadas entre as Partes.

Afigura-se oportuna a cooperação bilateral do Brasil com a Federação Russa no campo militar, não apenas por estreitar as relações entre os dois países, como também por possibilitar ao Brasil o desenvolvimento de novos produtos e modernas tecnologias de interesse da defesa nacional.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Aelton Freitas** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 1.636, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

A presente Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (PDC nº 987, de 2003, na origem), que “aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.”

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação parlamentar o texto deste ato internacional.

O instrumento internacional em análise foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2005, tendo sido naquela Casa, primeiramente encaminhado à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para relatório preliminar, nos termos do inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional. Subseqüentemente, foi avaliado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim, em exposição de motivos para encaminhamento ao Congresso Nacional, afirma que o Acordo em análise, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, insere-se no contexto dos esforços que vêm sendo envidados no sentido de constituir um efetivo espaço integrado na região.

Nos termos do Acordo em apreço, o nacional de um Estado-Parte do Mercosul, Bolívia e Chile, que se encontre no território de outro Estado-Parte poderá obter residência neste último, com propósito migratório, sem necessidade de regressar a seu país de origem. Esse benefício independerá da categoria de ingresso do peticionante e do critério de enquadramento de sua condição migratória.

II – Análise

A formação do mercado comum depende, para sua plena realização, do livre trânsito de pessoas entre os países partícipes da integração e de países associados. Nesse espírito, muitos atos internacionais foram concretizados no processo de integração do Cone Sul, a exemplo da Decisão nº 12/91, do Conselho do Mercado Comum, que, além de estabelecer canais diferenciados para a atenção exclusiva de passageiros nativos, naturalizados e residentes permanentes nacionais dos Estados Partes, solicita ao Grupo Mercado Comum acelerar o exame e implementação de medidas que facilitem o trânsito destas pessoas.

Ao dispensar o deslocamento do imigrante a seu País de origem, para propósito de renovar visto, trocar de categoria de visto ou para qualquer outro trâmite migratório, o Acordo em discussão evita dispêndios e desgastes emocionais.

Tais facilidades, importa sublinhar, não afetam a política migratória do Estado Parte de conceder residência temporária ou permanente, tampouco tendo incidência sobre assuntos distintos da imigração, como regularização de bens e valores ingressos em território do Estado Parte.

Conforme o exposto, o Acordo em apreço merece todos os elogios, pois facilita a integração humana, correlata à econômica, entre os Estados Partes, consolidando um dos objetivos primordiais do processo de consolidação do Mercosul e de sua relação com Chile e Bolívia.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (PDC nº 987, de 2003, na origem).

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Jefferson Peres** – **Romeu Tuma** – **Serys Slhessarenko** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro** – **Marco Maciel** – **Alvaro Dias**.

PARECER Nº 1.637, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da

Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **João Batista Motta**
Relator **ad hoc**: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 96, de 25 de março de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Redação.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 26 de março de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 7 de julho de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 21 de julho subsequente.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de julho de 2005 e, na Comissão, ao Relator signatário no dia 4 de agosto seguinte, após o prazo regimental, sem recebimento de emendas.

II – Análise

O Congresso Nacional depara-se com mais um instrumento jurídico de avanço e aperfeiçoamento das instituições do Mercosul. Cuida-se agora de um importante protocolo regional que estabelece as regras comunitárias no campo da educação e da formação de profissionais de recursos humanos em nível de pós-graduação.

A integração do Mercosul, que se pretende um mercado comum com laivos de integração política, e, portanto, muito mais profunda que a união aduaneira imperfeita atualmente em vigor, tem como um de seus pressupostos a livre circulação dos bens e serviços, incluindo a de mão-de-obra e, portanto, do reconhecimento das capacidades individuais de trabalho, incluindo a formação cooperativa dos recursos humanos.

Sendo uma iniciativa de integração bastante peculiar, de outro lado, caracterizada pelo aspecto incrementalista, no qual as medidas têm a dimensão das necessidades e capacidades conjunturais, o Mercosul apresenta aspectos mistos, de área de livre comércio

incompleta com possibilidade de liberdade de circulação de mercado comum.

Torna-se, portanto, necessário o estabelecimento de mais mecanismos integracionistas nas áreas relativas ao componente humano, incluindo, com destaque, a parte educacional e formação de professores.

O Protocolo em análise tem onze artigos, com os objetivos de formação de docentes e pesquisadores, intercâmbio acadêmico, científico e tecnológico e estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação.

Os métodos para o alcance dos objetivos são definidos como o apoio dos Estados-Partes à cooperação entre grupos de pesquisa, consolidação de núcleos avançados de desenvolvimento científico e tecnológico, esforços de adaptação dos programas de pós-graduação com vistas à sua comparabilidade ou equivalência da formação, além da implantação de cursos de especialização em áreas estratégicas e de interesse para o desenvolvimento da Região.

Prevê-se, também, a criação de uma Comissão Temática Regional **ad hoc** de Pós-Graduação, composta por representantes dos países signatários, para estabelecer a programação e o acompanhamento das atividades do Protocolo. Identifica-se também em cada país um órgão encarregado da supervisão e execução das ações. No caso brasileiro, o órgão é a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação.

O Protocolo trata, por fim, de maneira adequada, dos mecanismos financeiros e condições formais para sua implementação.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Pedro Simon** – **Roberto Saturnino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Mão Santa** – **Flexa Ribeiro**, Relator **ad hoc**.

PARECER Nº 1.638, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado

por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Relator **ad hoc**: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, que aprova o texto do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002”.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 101, de 25 de março de 2003, do Poder Executivo. Na Câmara dos Deputados, foi distribuído, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, ao exame preliminar da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, à luz do disposto no inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN, tendo aquele órgão colegiado recomendado a sua aprovação pelas demais Comissões do Congresso Nacional.

Foi distribuído, ainda, às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, que opinaram pela aprovação da matéria. O Acordo em tela foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 7 de julho de 2005.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos, assinada eletronicamente pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Acordo, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, estabelece regras comuns para facilitar a obtenção de residência legal no território dos Estados-Partes.

Segundo o artigo 4º do referido instrumento, os nacionais de uma das Partes, que desejem estabelecer-se no território de outra Parte, poderão obter, junto às autoridades competentes do Estado Parte receptor, residência legal mediante a comprovação da nacionalidade e apresentação de certidão negativa de antecedentes judiciais, penais ou policiais no país de origem ou em que houver residido o peticionante nos cinco anos anteriores ao pedido de residência.

A residência será concedida inicialmente por um período de dois anos, podendo ser transformada

em permanente, a pedido do interessado, antes do final desse período. Para tanto, o peticionante deverá comprovar que satisfaz, entre outras condições, a inexistência de antecedentes judiciais, penais e criminais no país de recepção e que possui meios lícitos de subsistência.

No artigo 9 estão elencados os direitos outorgados, à luz do presente instrumento, aos imigrantes e membros de suas famílias. São eles: **a)** igualdade de direitos civis, que garante aos imigrantes que houverem obtido o direito de residência o gozo dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas dos nacionais do país de recepção; **b)** direito de reunião familiar, pelo qual será concedida aos membros da família que não tenham a nacionalidade de um dos Estados-Partes, uma autorização de residência de idêntica vigência à da pessoa da qual dependam, desde que apresentem a documentação exigida e não possuam impedimentos, à luz do disposto no ato internacional em apreço; **c)** direito à igualdade de tratamento com os nacionais, isto é, os imigrantes gozarão, no território das Partes, de tratamento não menos favorável do que recebem os nacionais do país de recepção; **d)** compromisso em matéria previdenciária, pendente de negociação entre as Partes; **e)** direito de transferir recursos ao país de origem; **f)** direitos dos filhos dos imigrantes que houverem nascido no território de uma das Partes, a ter um nome e uma nacionalidade e ao acesso à educação em igualdade de condições com os nacionais do país receptor.

O Artigo 10 dispõe que as Partes estabelecerão mecanismos de cooperação permanentes tendentes a impedir o emprego ilegal dos imigrantes no território da outra, que serão instrumentalizados mediante adoção de medidas como, entre outras, sanções efetivas às pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais.

II – Análise

O Acordo em exame representa decisivo passo para a consolidação do Mercosul, uma vez que o Tratado de Assunção, em seu Artigo 1º, prevê a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os quatro estados partes. Tratando-se a Bolívia e o Chile de Estados Associados ao mencionado bloco econômico, aos nacionais destes dois países é estendido o direito de residência no território dos demais países membros. Ressalta a Exposição de Motivos encaminhada pelo Itamaraty que o ato internacional em tela foi negociado na mesma ocasião em que foi pactuado acordo semelhante entre os chamados “membros plenos” do Mercosul.

Trata-se, portanto, de importante avanço rumo à implementação de política de livre circulação de pessoas no espaço econômico integrado, passo imprescindível à conformação do mercado comum.

Importa ressaltar, porém, que, tendo em vista que os dois atos internacionais versam sobre a mesma matéria, e foram encaminhados simultaneamente ao Congresso Nacional, por meio das Mensagens nº 100 e nº 101, ambas datadas de 25 de março de 2003, causa estranheza que no Congresso tenham tramitado em separado. Cabe registrar também que enquanto o Acordo sobre Residência para Nacionais do MERCOSUL foi aprovado pelo Senado Federal em 20 de maio de 2004, e transformado em norma jurídica em 26 de maio de 2004, o Acordo que outorga os mesmos direitos aos nacionais de Bolívia e Chile, Estados Associados ao Mercosul, ainda se encontra em tramitação no Senado Federal. Tal situação acarreta um descompasso entre os direitos de que desfrutam os nacionais dos países membros do MERCOSUL e os conferidos aos nacionais de seus membros Associados, o que provoca insegurança jurídica no Bloco.

Registre-se que o diploma internacional em apreço vem solucionar a situação migratória de nacionais dos Estados Partes na região, ao mesmo tempo em que facilita o combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho ilegal dos imigrantes, por meio de medidas previstas para esse fim. Entre essas, figuram mecanismos de cooperação entre os organismos de inspeção migratória e trabalhista dos Estados Partes, para a detecção e sanção, estabelecidas de acordo com a legislação local, para pessoas físicas ou jurídicas que empreguem nacionais das Partes em condições ilegais ou promovam movimentos ilegais ou clandestinos de trabalhadores imigrantes, cujo objetivo seja o ingresso, a permanência e o trabalho em condições abusivas, destas pessoas ou de seus familiares.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, que aprova o texto do “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002”.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Marcelo Crivella**
 – **Marco Maciel** – **Roberto Saturnino** – **Flexa Ribeiro**
 – **Eduardo Azeredo** – **Aelton Freitas** – **Pedro Simon**,
 Relator *ad hoc* – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Wellington Salgado de Oliveira**.

PARECER Nº 1.639, DE 2005

Da Comissão de Relações Internacionais e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos deputados), que prova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/2000 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substituiu páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociados ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

Relator: Senador **Gerson Camata**

Relator *ad hoc*: Senador **Wellinton Salgado**

I – Relatório

As Decisões do Conselho do Mercosul em epígrafe foram encaminhadas à Câmara dos Deputados em 19 de abril de 2004, por meio da Mensagem do Poder Executivo nº 218, de 2001 foram submetidas às Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Economia, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Redação, tendo sido aprovada em todas elas. O trâmite naquela Casa Parlamentar findou em 21 de abril de 2004, seguido pelo envio dos textos ao Senado Federal. Nesta Casa, os textos foram submetidos à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 26 de junho de 2005 e, após o encerramento do prazo regimental para apresentação de emendas, sem que nenhuma tenha sido sugerida, foram encaminhados para parecer do Relator.

Os textos foram acompanhados pelo Aviso nº 223 da Casa Civil, pelo Parecer CJ/CGDI/nº 48/2000 da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e pela Exposição de Motivos do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

O Parecer da Consultoria Jurídica do Itamaraty versa sobre o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercado Comum do Sul, o qual, inspirado na metodologia da Organização Mundial do

Comércio, deu origem ao sistema de listas de compromissos específicos para liberalização comercial do setor de serviços no Mercosul, objeto das Listas em análise. O Parecer destaca que os objetivos deste sistema são o de firmar uma metodologia de liberalização contínua e dar início ao trabalho de negociações para a liberalização nos casos concretos que se apresentarem.

Informa, ainda, o Parecer que no Protocolo sobre Serviços do Mercosul e, por consequência, nas Listas de Compromissos, a mecânica de desregulamentação e de abertura de mercados seguem, com clareza, precisão, ordem lógica e coerência, o sistema do regime multilateral de comércio, incorporando institutos que lhe são típicos: a reciprocidade, a aplicação da Cláusula de Nação Mais Favorecida, o critério de Acesso a Mercados e o critério de Tratamento Nacional. Esses institutos conjugados garantiriam.

(...) a abertura recíproca e gradativa dos mercados internos, tendo como base não o mero número de setores que se desregulam, mas, principalmente, o potencial comercial a ser mutuamente oferecido a cada Parte Contratante ao longo das etapas de desregulamentação na balança de pagamentos de cada Parte Contratante (...)

A reciprocidade, sopesada pelos demais institutos, é mais acentuada nos Compromissos Adicionais, nos quais são garantidos a cada Parte Contratante a negociação de compromissos específicos que não os negociados entre os membros permanentes do Mercosul, em setores pré-definidos pelo Protocolo. Os Compromissos Adicionais não são objetos das listas ora em estudo pela Casa.

Para o bom entendimento das listas, valemo-nos da explicação fornecida pela Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores:

A primeira coluna corresponde à lista “positiva” dos setores nos quais os países assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam, no formato de lista “negativa”, as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em função dos quatro “modos de prestação” pelos quais os serviços são transacionados internacionalmente – modo 1: prestação transfronteiriça; modo 2: consumo no exterior; modo 3: presença comercial; e modo 4: movimento temporário de pessoas físicas prestadoras de serviços. As limitações são descritas de maneira sucinta. A quarta coluna lista “compromissos adicionais”, em

geral de natureza regulatória, que os países se dispõem a assumir.

A Lista de Compromissos Iniciais do Brasil está dividida em duas partes, a primeira com os compromissos “horizontais” (aplicáveis a todos os setores de serviços), a segunda referente a engajamentos em setores específicos. Nos setores em que há compromissos de abertura – serviços profissionais, comunicações, construção e engenharia, distribuição, serviços financeiros, turismo e viagens, transportes –, o documento detalha, segundo a metodologia descrita acima, as limitações impostas ao acesso a mercados e ao tratamento nacional, e indica os eventuais compromissos adicionais assumidos. A essa Lista Inicial soma-se uma segunda Lista (também dividida em compromissos “horizontais” e “setoriais”), que reflete negociações realizadas entre 1998 e 1999, no quadro da Primeira Rodada Negociadora do Programa de Liberalização em Serviços, cujos resultados foram aprovados pelo Conselho do Mercado Comum na Decisão nº 1/2000, de julho de 2000. A nova Lista brasileira substitui e amplia os compromissos constantes da Lista Inicial em matéria de telecomunicações, de modo a incorporar o novo marco regulatório setorial instituído com a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/97) e de sua legislação complementar.

As Listas que ora o Senado Federal é chamado a analisar foram negociadas sob a égide do Grupo Interministerial de Serviços (GIS), coordenado pelo Itamaraty e integrado pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério dos Transportes, pelo Ministério das Comunicações, pelo Banco Central e por diversos Conselhos Profissionais.

II – Análise

As Listas dão cumprimento às obrigações brasileiras no que concerne à obediência e observância do Protocolo de Montevideu em Matéria de Serviços do Mercado Comum do Sul, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 335, de 24 de julho de 2003, mas ainda não promulgado pelo Poder Executivo, por motivos que desconhecemos. Pelo o que, acreditamos ser absolutamente oportuna e conveniente a finalização da análise congressional da matéria.

Destacamos, no entanto, que o longo período decorrido entre a ulitimação das Listas pelo Grupo Intermistrial de Serviços, em 2001, e a submissão delas a esta Casa Revisora pode ter comprometido a estimativa de impacto comercial desses compromissos, supondo a eventualidade de ter havido mudanças significativas de cenário econômico e comercial do País.

A oportunidade faz destacar a necessidade de que acordos internacionais dessa natureza, mormente aqueles que disciplinam o funcionamento do Mercado Comum do Sul, tramitam com celeridade nas Casas Legislativas, bem como de esclarecimentos mais minudentes pelas partes envolvidas em sua negociação dos aspectos técnicos, comerciais e estratégicos levados em conta para a ulitimação do texto, com vistas a que o Congresso Nacional, mais do que instância chanceladora dos compromissos internacionalmente assumidos pelo Executivo, passe a efetivamente fiscalizá-los.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 358.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Wellington Salgado de Oliveira**, Relator *ad hoc*.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....
DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 24-7-2003

Aprova o Ato que Renova a Permissão Outorgada ao Sistema Regional de Radiodifusão Ltda., para Explorar Serviço de Radiodifusão sonora em frequência Modulada na Cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

.....

PARECER Nº 1.640, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, 30 de julho de 2003.

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, 30 de julho de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 22 de outubro de 2003, por meio da Mensagem nº 561, de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria em tela foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovado pelo Plenário daquela Casa 7 de julho de 2005.

II – Análise

Segundo esclarece a Exposição de Motivos nº 294, de 22 de setembro de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o texto do tratado, ao facilitar o fluxo de nacionais brasileiros e guianenses entre os territórios dos dois países, o Acordo traduz o interesse dos Estados Partes em incrementar os vínculos bilaterais, particularmente no tocante às atividades ligadas ao turismo. Ademais, destaca que a Guiana é o único país do continente sul-americano para o qual o Brasil ainda exige visto para portadores de passaporte comum que viajam para fins de turismo.

Os artigos 1 e 2 dispõem que os nacionais da Guiana e do Brasil, portadores de passaportes nacionais comuns válidos, estarão isentos de vistos para entrar, transitar e permanecer no território da outra Parte Contratante para fins de turismo pelo prazo de até noventa dias, renovável desde que o período total de estada não exceda a 180 (cento e oitenta) dias.

Ressalta o artigo 3 que a entrada, travessia em trânsito e saída devem ser feitas pelos pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, como é de praxe.

Além de disposições sobre procedimentos consulares e troca de informações sobre modelos de passaportes, entre outras informações pertinentes, o Acordo em tela alerta para o respeito às leis e regulamentos do país receptor pelos cidadãos de ambas as Partes (artigo 4) e para o fato de o visto ser mera expectativa de direito (artigo 6).

Ademais, o Acordo poderá ser suspenso unilateralmente, no todo ou em parte, por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, o que será comunicado antecipadamente à outra Parte (artigo 7).

São inequívocos os benefícios às relações bilaterais trazidos pelo ato internacional em apreço, particularmente em momento em que a política externa brasileira prioriza as suas relações com os demais países do continente sul-americano, tendo sido um dos entusiastas idealizadores da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, iniciativa levada a cabo em Cusco, em 6 de dezembro de 2004.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, por sua conveniência e oportunidade.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator – **Romeu Tuma** – **Roberto Saturnino** – **Serys Slhessarenko** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Marco Maciel** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

PARECER Nº 1.641, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de – Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (PDC nº 1.300, de 2004, na origem), que “aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.”

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I da Constituição Federal, o Presidente da República o submete à apreciação parlamentar.

Em análise pela Câmara dos Deputados, foi aprovado em 7 de julho de 2005, tendo sido naquela Casa, primeiramente encaminhado à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para relatório preliminar, nos termos do inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional. Posteriormente, foi avaliado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim, em exposição de motivos para encaminhamento ao Congresso Nacional, afirma que o Acordo em apreço, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros do Interior dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, insere-se no contexto dos esforços que vêm sendo envidados no sentido de constituir um efetivo espaço integrado na região, conforme previsto no Tratado de Assunção.

Nos termos do Acordo sob análise, o nacional de um Estado Parte do Mercosul que se encontre no território de outro Estado Parte poderá obter residência neste último, com propósito migratório, sem necessidade de regressar a seu país de origem. Esse benefício independe da categoria de ingresso do peticionário e do critério de enquadramento de sua condição migratória.

II – Análise

A formação do mercado comum depende, para sua plena realização, do livre trânsito de pessoas entre os países partícipes da integração. Nesse espírito, muitos atos internacionais foram concretizados no processo de integração do Cone Sul, a exemplo

da Decisão 12/91, do Conselho do Mercado Comum, que, além de estabelecer canais diferenciados para a atenção exclusiva de passageiros nativos, naturalizados e residentes permanentes nacionais dos Estados Partes, solicita ao Grupo Mercado Comum acelerar o exame e implementação de medidas que facilitem o trânsito destas pessoas.

Ao dispensar o deslocamento do imigrante a seu País de origem, para propósito de renovar visto, trocar de categoria de visto ou para qualquer outro trâmite migratório, o Acordo em discussão evita dispêndios e desgastes emocionais.

Tais facilidades, importa sublinhar, não afetam a política migratória do Estado Parte de conceder residência temporária ou permanente, tampouco tendo incidência sobre assuntos distintos da imigração, como regularização de bens e valores ingressos em território do Estado Parte.

Como exposto, o Acordo merece todos os elogios, pois facilita a integração humana, correlata à econômica, entre os Estados Partes, assegurando um dos objetivos primordiais do processo de consolidação do Mercosul.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (PDC nº 1.300, de 2004, na origem).

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Marco Maciel** – **Roberto Saturnino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Alvaro Dias** – **Eduardo Azevedo** – **Marcelo Crivella** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
.....

PARECER Nº 1.642, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na

Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Relator *ad hoc* Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302 de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 97, de 4 de março de 2004, o presente Projeto foi aprovado, previamente, na Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Da exposição de motivos que acompanha o Projeto, formulada pelo Ministério das Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

Sobre o assunto, o Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815/80 e suas alterações – prevê que o prazo de validade para o Visto de turista de cada nacionalidade estrangeira seja fixado pelo Ministério de Relações Exteriores, dentro de critérios de reciprocidade, e possa ser expedido, em caráter seletivo, pelo período de até cinco anos, proporcionando ao portador múltiplas entradas em território brasileiro, com estadas não excedentes a 90 dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de 180 dias por ano.

O Acordo em apreço contempla, pois, a concessão de Vistos de longa duração, na forma que a Lei já admitia, para nacionais das partes signatárias, a saber: os governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, que, vinculados, ao âmbito dos negócios, do esporte, da comunicação social, da pesquisa científica, da produção cultural ou artística,

tencionem viajar ao território de qualquer das partes.

II – Análise

Trata-se de instrumento multilateral, marcadamente fundamentado nos objetivos estabelecidos na Constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – destinados a fomentar e facilitar a circulação de pessoas no espaço de seus Estados partícipes e foi firmado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Versado em 8 artigos, o Acordo em apreço se adequa ao ordenamento jurídico brasileiro, conforme acentua a exposição de motivos supra mencionada, mormente pelo que se tem estatuído na Lei Brasileira do Estrangeiro, o chamado Novo Estatuto do Estrangeiro – Lei nº 6.815/80, bem como o Decreto 86.715/81, que em seu art. 83, na redação dada pelo Decreto 1.455/95, prevê que a validade do visto temporário, para negócios, observado o princípio da reciprocidade de tratamento, possa se estender a cinco anos, e autorize múltiplas entradas, com estadas no território brasileiro de até 90 dias, prorrogáveis por igual período, totalizando no máximo 180 dias por ano. Tal disposição se enquadra, perfeitamente, no que estipula o Acordo ora examinado.

Estabelece ainda o Acordo a hipótese de suspensão inter-partes, bem como de denúncia de qualquer dos signatários, nos arts. 4º e 5º, respectivamente, salvaguardando aos Estados partícipes a possibilidade de rever seu consentimento.

Vale salientar que o Brasil possui interesses políticos e econômicos claramente definidos em relação aos países da CPLP, sendo o grande fiador da aproximação das nações lusófonas, o que poderá render grandes dividendos à nossa política externa. A presença do Brasil na África, como parceiro cultural, político e econômico, é imperativo histórico e será manifestamente incrementada com a maior presença junto aos países africanos de língua portuguesa. Logo, ao fortalecer a CPLP, estamos atendendo a imperativo de nossa agenda externa, atuando em prol de reiterado compromisso da política externa brasileira.

III – Voto

Por todo o exposto, sendo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302 de 2004, na origem), que aprova o texto

do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Flexa Ribeiro**, Relator ad hoc – **Alvaro Dias** – **Mão Santa** – **Marcelo Crivella** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Roberto Saturnino** – **Marco Maciel** – **Pedro Simon** – **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

Regulamento: Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

Esta Lei foi republicada pela determinação do Artigo 11, da Lei nº 6.964, de 9-12-1981.

.....
DECRETO Nº 1.455, DE 13 DE ABRIL DE 1995

Dá nova redação ao art. 93 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de imigração.

.....
DECRETO Nº 86.715,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981

Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.

.....
Art. 83. A admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado ou cadastrado.
.....

PARECER Nº 1.643, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Relator: Senador **José Agripino**

Relator *ad hoc*: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 146, de 31 de março de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi distribuído, também, para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Educação e Cultura. A matéria foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 26 de julho de 2005, e, na Comissão, a este Relator, em 4 de agosto seguinte.

II – Análise

Trata-se de acordo genérico entre o Brasil e o Vietnã, cujo objetivo é o de fortalecer e estreitar as relações culturais entre os dois países, por meio do intercâmbio de experiências nos campos das artes plásticas, das artes e da música, a colaboração nas áreas de rádio, cinema e televisão e o incentivo aos contatos entre museus dos dois países. Cria, ademais, mecanismo institucional de acompanhamento dessa cooperação.

O Acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes dos dois países, como as bibliotecas e museus, adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor cultural, assim como regras relativas à prevenção da importação, exportação e transferência ilícita de bens que integram seus respectivos patrimônios culturais (Artigo V) e à facilitação da entrada, permanência e saída do respectivo território dos participantes que intervenham de forma oficial nos projetos culturais (Artigo XII),

negociados caso a caso, que deverão materializar a cooperação.

O Artigo X prevê a criação de Comissão Mista, coordenada pelas respectivas Chancelarias e integrada por representantes dos dois países, que se reunirá, quando necessário, alternadamente no Brasil e no Vietnã, e à qual caberá delimitar as áreas prioritárias para a realização dos projetos, que serão por ela aprovados e acompanhados, e formular recomendações que considere pertinentes às Partes Contratantes.

A Exposição de Motivos nº 27, de 12 de fevereiro de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, ressalta que o ato internacional em apreço visa a "(...) contribuir para o melhor conhecimento recíproco, fortalecer as relações de amizade e incentivar a realização de atividades culturais nos dois países", conforme consta em seu preâmbulo.

Cabe lembrar que o Vietnã foi palco do mais longo conflito militar ocorrido depois da II Guerra Mundial. Com um pequeno intervalo entre os finais dos anos 50 e início dos 60, a guerra durou quase 20 anos. A unificação nacional foi formalizada em 2 de julho de 1976, tendo o país recebido o nome de República Socialista do Vietnã. A região do atual Vietnã foi parte da Indochina, colônia francesa desde o final do século XVIII.

O Brasil vem mostrando acentuado interesse, à luz de suas diretrizes de política externa, em estreitar relações com os países do continente asiático.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a aprovação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. –
Cristovam Buarque, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Marcelo Crivella** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Roberto Saturnino** – **Marco Maciel** – **Mão Santa**, Relator *Ad Hoc* – **Mozaildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 984, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeremos seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se dia 7 de dezembro do corrente ano, a Hora do Expediente de sessão ordinária do Senado Federal, já aprovada pelo Plenário, nos termos do Requerimento nº 140, de 2005, destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 2005

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, após a aplicação dos percentuais de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento), a título de reajuste, e de 26,51% (vinte e seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$13,35 (treze reais e trinta e cinco centavos) e o seu valor horário a R\$1,82 (um real e oitenta e dois centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2007, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantido a concessão de aumento adicional.

§ 1º O aumento adicional estipulado no **caput** corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no **caput**, e art. 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo versus equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso, porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Como sair do impasse sem prejudicar os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que, sendo a previdência um seguro social de caráter contributivo, o benefício deve ser proporcional ao aporte

de contribuições recolhidas pelo segurado. Assim, a concessão de aumento real para os benefícios só poderia ocorrer se precedida de elevação real de suas contribuições pretéritas. Como isso não ocorre, fica evidente a incorreção da atual sistemática.

A presente proposição visa dar uma resposta à indagação anterior. Constitui uma política de salário mínimo que possibilita a concessão de aumentos reais aos salários dos trabalhadores ativos sem prejudicar os idosos e pensionistas e sem comprometer o equilíbrio financeiro da previdência social. A idéia é manter o vínculo entre previdência e salário mínimo e garantir a este último o reajustamento anual, de forma a preservar, permanentemente, seu valor real. Com isso, fica também garantida a atualização automática dos valores mínimos dos benefícios previdenciários.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes ao dobro da variação real do PIB verificada no ano anterior. Tal política, vale sublinhar, não representa a concessão de aumentos anuais expressivos. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do País.

Em vista dessas considerações, fica claro o alcance social do projeto de lei ora oferecido à apreciação dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
.....

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2005

Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 29 e 30 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.
.....

§ 2º-A. Não corre o prazo previsto no § 2º enquanto não resolvida, por decisão irrecorrível, em processo judicial ou administrativo, questão relevante para a apreciação do direito de resposta.

..... “ (NR)

“Art. 30.

I – na publicação da resposta ou retificação do ofendido, em número de edições igual àquele em que foi publicada a ofensa, no mesmo jornal ou periódico, na mesma página e local, ocupando a mesma dimensão (centimetragem) e em caracteres tipográficos, em estilo, tamanho e outros elementos de realce, idênticos ao escrito que lhe deu causa;
.....

§ 9º A divulgação da resposta será feita no mesmo dia da semana em que o agravo foi divulgado, se assim o requerer o ofendido.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Para o conforto de todos nós, desde a promulgação da Constituição de 1988, há dezessete anos, o País conquistou a plena liberdade de opinião e de expressão, como direito inviolável do ser humano, que se manifesta, sobretudo, através dos órgãos de imprensa, seja ela escrita, seja de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por outro lado, em seu art. 5º, V, a Constituição, ao ministrar os direitos fundamentais do Estado Democrático, consagra, paralelamente à liberdade de imprensa, o direito de resposta, nos seguintes termos:

“V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;”

Na verdade, liberdade de imprensa e direito de resposta são duas faces de uma mesma moeda, dois

pólos de um mesmo fenômeno que envolve liberdades, direitos, deveres, responsabilidades e obrigações. Um não sobrevive sem o outro.

O direito de resposta deve ser considerado tão necessário à liberdade de imprensa, que seria mesmo intolerável que não existisse, uma vez que a responsabilidade é decorrência natural daquela liberdade, com a qual guarda estreita conexão. Cessando a liberdade de imprensa, cessará inevitavelmente o direito de resposta, pela simples impossibilidade de se responsabilizar o ofensor.

Conclui-se, portanto, que a imprensa tem ampla liberdade para exercer o dever social de informar, enquanto o indivíduo tem o direito à privacidade e à honra, bem como à reparação, material ou moral, dos danos decorrentes da agressão ilícita a esses bens da vida.

Não é fácil, porém, estabelecer o exato equilíbrio entre o direito de dar e de receber informação e o de não ser prejudicado pela divulgação de fatos inverídicos, truncados ou, de algum modo, ofensivos. Por isso mesmo, deve constituir objetivo permanente do legislador a perseguição de uma solução jurídica que, sem sufocar a necessária liberdade de comunicação, assegure ao indivíduo os meios de proteger sua honra e reputação.

A legislação brasileira que trata especificamente do direito de resposta em face da imprensa, talvez, por já contar quase quatro décadas, parece-nos que merece ser aperfeiçoada, no sentido de preservar o cidadão contra notícias que lhes sejam ofensivas e que, afinal, se revelem improcedentes. Trata-se de igualar, qualitativa e quantitativamente, o direito de resposta à liberdade de imprensa.

Nós, políticos, tanto em exercício no Poder Legislativo, como no Executivo, encarnamos as principais vítimas dos equívocos dos meios de comunicação, experimentando agressões ilícitas à nossa imagem que, muitas vezes, não podem ser reparadas, à míngua de disposições legais que, sem dar margem a interpretações restritivas, garantam o pleno restabelecimento da reputação, que é nosso maior patrimônio.

A título de exemplificação, lembramos que, há algumas décadas, determinado jornal de grande circulação no País publicou, por um ano ininterrupto, todos os dias, a caricatura de um político, tachando-o de mentiroso. Qual a extensão do direito de resposta a que faria jus esse homem público, se demonstrasse a fragilidade da difamação? Teria ele idêntico espaço no jornal por 365 dias? Parece-nos que essa seria a solução mais justa para o caso e, por isso mesmo, estamos submetendo ao Congresso Nacional pro-

posta de alteração da legislação referente ao direito de resposta.

Buscamos, com esta iniciativa, prevenir campanhas eventualmente efetuadas por determinados meios de comunicação de massa capazes de denegrir a reputação de um indivíduo, muitas vezes ilicitamente, outorgando a este a plenitude do direito de resposta, pela exata equivalência entre todos os aspectos do agravo e do desagravo.

Não tocamos na liberdade de imprensa; apenas na responsabilidade que tal liberdade acarreta e que lhe deve ser absolutamente simétrica, igualando-as, de modo que a responsabilidade possa efetivamente assegurar a preservação da liberdade de imprensa. Não há liberdade sem responsabilidade.

Destarte, propomos a inclusão, na Lei de Imprensa, de garantias que julgamos ausentes no texto legal e cuja ausência, certamente tem impedido a plena recuperação da imagem de vítimas de comunicações não verdadeiras, exageradas, mutiladas ou errôneas. Acreditamos que a solução para a questão emergirá no momento em que conseguirmos tornar exatamente de 1:1 (um para um) a “proporção” a que se refere o inciso V do art. 5º da Constituição. Enquanto não chegarmos a essa absoluta equivalência, a liberdade de imprensa ou o direito de resposta, um dos dois, prevalecerá, em detrimento do outro e da justiça social.

Umhas poucas alterações bastariam para atingir o objetivo colimado:

a) incluir no do direito de resposta a publicação “na mesma página”, “pelo mesmo número de edições em que publicada a ofensa”, “ocupando a mesma centimetragem” e em caracteres tipográficos idênticos em “estilo, tamanho e outros elementos de realce”;

b) garantir a publicação da resposta “no mesmo dia da semana em que tenha sido publicada a ofensa”, se assim o requerer o ofendido, como já previsto na lei eleitoral; e

c) deslocar o início do prazo de decadência do direito de resposta para a data em que se tornar irrecorrível decisão judicial ou administrativa, nos casos em que esteja sendo discutida questão capaz de influenciar no direito de resposta.

Em face das razões expostas e convencido de que as inovações propostas fortalecerão os direitos e liberdades relativos à manifestação do pensamento e à informação, contamos com o apoio decisivo dos nobres Pares na célere aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou, errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

§ 2º A resposta, ou retificação, deve ser formulada por escrito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão, sob pena de decadência do direito.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I – na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

Art. 31. O pedido de resposta ou retificação deve ser atendido:

I – dentro de 24 horas, pelo jornal, emissora de radiodifusão ou agência de notícias;

II – no primeiro número impresso, no caso de periódico que não seja diário.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2005

Altera o inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94.

VII – ultrapassar dois anos contínuos de afastamento, agregado em virtude de ter sido

empossado em cargo público civil, temporário, não eletivo, inclusive, de administração indireta.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A modificação contida nesta proposição legislativa é antiga e justa reivindicação dos policiais militares dos Estados do Amapá, de Rondônia e de Roraima (ex-Territórios), os quais estão, atualmente, privados de ocuparem outros cargos na administração, sob pena de serem transferidos ex-offício para a reserva, quando o período do afastamento, mesmo não contínuo, ultrapassar dois anos.

Propomos, aqui, a alteração da atual lei, para que, nessas hipóteses, a transferência para a reserva **ex-offício** passe a ocorrer apenas nos casos em que o policial se afaste do cargo por mais de dois anos contínuos, como ocorre, de resto, com os servidores militares de outras Unidades da Federação.

A inovação garantirá aos servidores por ela abrangidos a possibilidade de considerar, mais de uma vez, a oportunidade de assumir outra posição no serviço público, com a tranqüilidade de que, durante o razoável período de dois anos, poderá refletir sobre a mudança e sobre a conveniência de permanecer no novo cargo ou retornar à Corporação, onde lhe estará assegurada a continuidade do exercício do cargo de militar da ativa.

Além disso, deve-se considerar o estímulo ao aperfeiçoamento individual que a medida provocará no contingente de policiais. Podendo retornar a Corporação caso que não se adapte ou se desinteresse pelo novo cargo, o militar tenderá a se aprimorar nos estudos visando à preparação para concursos públicos, com a segurança de que a frustração em uma nova função estará sempre amparada com a possibilidade de retorno ao serviço ativo na Milícia.

Por fim, lembramos que a proposta está em perfeita sintonia com a nova visão da administração federal, que tem, progressivamente, franqueado a seus servidores a faculdade de se afastar do serviço ativo para tratar de assuntos particulares por maiores períodos de tempo e com maior número de prorrogações da licença.

A redação original da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, permitia ao servidor estável licença sem remuneração para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, improrrogáveis, e não permitia a concessão de nova

licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

A Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, dilatou o prazo máximo da licença para 3 (três anos) consecutivos e permitiu sua prorrogação uma única vez por igual período, resultando na possibilidade de cada licença estender-se por seis anos consecutivos.

Finalmente, a Medida Provisória nº 1.909-15, de 1999 (hoje, MPV nº 2.225-45, de 2001) instituiu a possibilidade de concessão de licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, prorrogáveis ilimitadamente.

Tendo em vista o justo benefício que esta proposição acarreta aos policiais militares dos ex-Territórios, sem qualquer espécie de encargo ou prejuízo para o Estado, para a sociedade ou para as Corporações Militares, pedimos aos nobre Pares apoio no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005 – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.652, DE 30 DE MAIO DE 1979

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares das Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.

.....
 Art. 94. A transferência para a Reserva Remunerada **ex-officio** verificar-se-á sempre que o Policial-Militar:

I – atingir as seguintes idades-limites:

a) para os Oficiais PM:

Postos	Idades
Coronel PM	59 anos
Tenente-Coronel PM	56 anos
Major PM	52 anos
Capitão PM e Oficiais Subalternos	48 anos

b) para as Praças:

Gradações	Idades
Subtenente PM	56 anos
Primeiro Sargento PM	54 anos
Segundo Sargento PM	52 anos
Terceiro Sargento PM	51 anos
Cabo PM	50 anos
Soldado PM	50 anos

II – completar o Oficial superior oito anos de permanência no último posto previsto na hierarquia do Quadro, desde que, também, conte trinta ou mais anos de serviço;

III – for, quando Oficial, considerado não habilitado para o acesso, em caráter definitivo, no momento em que vier a ser objeto de apreciação para o ingresso em Quadro de Acesso;

IV – ultrapassar dois anos contínuos, ou não, em licença para tratar de interesse particular;

V – ultrapassar dois anos contínuos em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

VI – for empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, e cujas funções sejam de magistério;

VII – ultrapassar dois anos de afastamento, contínuos ou não, agregado em virtude de ter sido empossado em cargo público civil, temporário, não eletivo, inclusive de administração indireta;

VIII – ser diplomado em cargo eletivo, na forma do inciso II, do parágrafo único, do art. 52.

§ 1º A transferência para a Reserva Remunerada processar-se-á à medida que o Policial-Militar for enquadrado em um dos incisos deste artigo.

§ 2º A transferência do Policial-Militar para a Reserva Remunerada, nas condições estabelecidas no inciso VI, será efetivada no posto ou graduação que tinha na ativa, podendo acumular os proventos a que fizer jus na inatividade, com a remuneração do cargo para o qual foi nomeado.

§ 3º A nomeação do Policial-Militar para os cargos públicos, de que tratam os incisos VI e VII, somente poderá ser feita:

I – quando o cargo for de alçada federal, pela autoridade competente, mediante requisição ao Governador do Território Federal;

II – pelo Governador, ou mediante sua autorização, nos demais casos.

§ 4º O Policial-Militar, enquanto permanecer no cargo de que trata o inciso VII deste artigo:

I – tem assegurada a opção entre a remuneração do cargo e a do posto, ou graduação;

II – somente poderá ser promovido por antiguidade;

III – terá o tempo de serviço contado apenas para a promoção de que trata o inciso anterior, e para a transferência para a inatividade.

.....
 LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990
 (Texto original)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

SEÇÃO VII

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 91. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

§ 3º Não se concederá a licença a servidores nomeados, removidos, redistribuídos ou transferidos, antes de completarem 2 (dois) anos de exercício.

LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 9º, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 24, 31, 35, 36, 37, 38, 44, 46, 47, 53, 58, 61, 62, 67, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 98, 102, 103, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 133, 140, 143, 149, 164, 167, 169, 186, 203, 230 e 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 91. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez por período não superior a esse limite.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término da anterior ou de sua prorrogação.”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.909-15,
DE 29 DE JUNHO DE 1999

Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

Art. 2º Os arts. 91, 117 e 119 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 91. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o

trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.” (NR)

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005

Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos Municípios desprovidos de provedores de acesso à rede mundial de computadores (*Internet*), às ligações telefônicas interurbanas para estes, efetuadas a partir de terminais fixos, aplicar-se-á a menor tarifa cobrada pela respectiva prestadora de serviços de telecomunicações para ligações locais.

Parágrafo único. Para fins de pesquisa da menor tarifa a que se refere esta Lei, considerar-se-ão todos os planos de serviços, básicos ou alternativos, independentemente das condições e requisitos de participação ou das regras do plano, estendendo-se à referida tarifa quaisquer descontos oferecidos pela operadora.

Art. 2º Nas localidades a que se refere o art. 1º, as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão conferir às ligações destinadas aos provedores de acesso à *Internet* a mesma qualidade dispensada às demais ligações interurbanas.

Art. 3º A infração do disposto nesta Lei sujeita o responsável às penas cominadas no art. 6º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das sanções civis e administrativas aplicáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional tem por escopo básico viabilizar a inclusão digital nas pequenas localidades, onde o acesso à rede mundial de computadores é, ainda, muito oneroso, a ponto de excluir o direito à informação da grande maioria da população.

Acreditamos que o empenho nacional por uma educação de melhor qualidade deve ser suportado por todos, Governo, população e empresas. Recentemente, com a edição da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005 (MP do Bem), o Governo deu o exemplo ao instituir o “Programa de Inclusão digital”,

concedendo isenção tributária para as unidades de processamento digital e respectivos componentes. Com isso, buscou reduzir o preço dos equipamentos de informática, de modo a permitir sua aquisição pelas camadas de menor renda, contribuindo, assim, para a redução da desigualdade social.

Nesta proposta, visamos oferecer aos habitantes das pequenas cidades substancial redução nos custos das ligações telefônicas necessárias ao acesso à *Internet*, propiciando-lhes a interação com o resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros, equiparando-os.

A equalização de tarifas é medida indispensável ao alcance desse objetivo e vem somar-se a outros esforços desenvolvidos no mesmo sentido pelo Estado e pela sociedade, como a utilização de *softwares* livres, a produção de equipamentos mais simples a preços mais baixos, as doações de computadores a escolas e organizações comunitárias, além das isenções e incentivos fiscais.

Deve-se ter em mente que o acesso à informação e o direito à comunicação são bens da vida inalienáveis, compreendidos como novo direito humano fundamental, que deve ser garantido e fomentado pelo Estado. A globalização tornou a inclusão digital imprescindível para a aquisição de conhecimentos, convertendo-se em fator fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do País. E não se pode falar em inclusão digital sem o acesso universal à *Internet*.

Releva, pois, identificar os segmentos da sociedade prioritários para a inclusão digital e suas necessidades específicas. Entre esses, encontram-se, seguramente, os pequenos Municípios, bem como aqueles com mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Por isso mesmo, é necessário buscar soluções para o aumento da capilaridade das redes para as localidades de baixa densidade populacional e de baixo IDH, que são justamente os pequenos Municípios, os quais não são suficientemente atraentes para os provedores de *Internet*.

Fundamental galgar as barreiras tecnológicas impostas a grande parcela de nossa população, muitas vezes impostas pelas operadoras locais de telefonia, e garantir meios de acesso economicamente viáveis a informação e serviços nas áreas não cobertas por formas de conexão tradicionais.

Por fim, frisamos que esta iniciativa, se merecedora de aprovação, surtirá efeito extremamente positivo na vida de nossos estudantes. Para estes, a *Internet* traz um potencial inovador ímpar, pois permite superar as paredes da sala de aula, com a troca de idéias com alunos de outras cidades e países,

possibilita a pesquisa *on-line* em bancos de dados, a assinatura de jornais e revistas eletrônicos e o compartilhamento de experiências em comum. Inaugura um novo ambiente de aprendizagem, que não reside mais apenas na escola, mas se estende aos lares e às empresas.

Pelas razões expostas, pelo alcance social que a proposta nele contida encerra, submetemos este projeto ao exame do Congresso Nacional que, esperamos, renderá seu apoio integral no sentido da célere aprovação, para que possa, o quanto antes, surtir os seus efeitos esperados.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

Art. 6º Constitui crime da mesma natureza:

I – vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço superior ao oficialmente tabelado, ao regime legal de controle;

II – aplicar fórmula de reajustamento de preços ou indexação de contrato proibida, ou diversa daquela que for legalmente estabelecida, ou fixada por autoridade competente;

III – exigir, cobrar ou receber qualquer vantagem ou importância adicional de preço tabelado, congelado, administrado, fixado ou controlado pelo Poder Público, inclusive por meio da adoção ou de aumento de taxa ou outro percentual, incidente sobre qualquer contratação.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 252,
DE 15 DE JUNHO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.

CAPÍTULO IV

Do Programa de Inclusão Digital

Art. 28. Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda, a varejo, de unidades de processamento digital classificadas no código N° 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI.

§ 1º A redução de alíquotas de que trata o **caput** alcança as receitas de vendas de unidades de entrada classificadas nos códigos n° 8471.60.52 (teclado) e n° 8471.60.53 (exclusivamente mouse), e a unidade de saída por vídeo classificada no código n° 8471.60.72 (monitor), todos da TIPI, quando vendidas juntamente com a unidade de processamento digital.

§ 2º Os produtos de que trata este artigo devem atender aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.

Art. 29. Nas vendas efetuadas na forma do art. 28 não se aplica a retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem o art. 64 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 34 da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2005**Cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta lei, o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 2º O art. 21 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
 § 2º A alíquota de contribuição do contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda, será de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, desde que esses segurados optem pela exclusão do di-

reito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, família de baixa renda é a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto, mantendo sua economia pela contribuição de seus membros e cuja renda mensal **per capita** seja de até meio salário mínimo.

§ 4º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei n° 8.213, de 24 de outubro de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta lei.”(NR)

Art. 3º A Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador que opte por contribuir nos termos do § 2º do art. 21 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991.(NR)”

.....
 “Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual e o segurado facultativo que optarem por contribuir nos termos do § 2º do art. 21 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.(NR)”

.....
 “Art. 25.

§ 1º No caso do segurado contribuinte individual e do segurado facultativo de que trata o § 2º do art. 21 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, os períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26, são os seguintes:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: dez contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade e aposentadoria especial: cento e quarenta e quatro contribuições mensais;

III – salário-maternidade: oito contribuições mensais.

§ 2º Em caso de parto antecipado, os períodos de carência a que se referem o inciso III do **caput** e o inciso III do § 1º serão reduzidos em número de contribuições equivalentes ao número de meses em que o parto foi antecipado. (NR)”

.....
 “Art. 555.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 4º do citado artigo.(NR)”

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto da lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

Justificação

De acordo com os dados da última Pesquisa Mensal de Emprego – PME/JBGE, referentes a julho de 2005, o mercado informal de trabalho absorve hoje cerca de 35% do número total de ocupados no Brasil. Nesse mercado, estão os empregados sem carteira de trabalho assinada (15,5% dos ocupados) e os trabalhadores por conta-própria (19,2%).

Quadro similar é encontrado no mapeamento dos dados de cobertura e não-cobertura previdenciária referentes ao período 1999-2002, feito pela-Secretaria de Previdência Social, que permite traçar um retrato da população ocupada que não conta com cobertura previdenciária. Isso é, aquela que, além de estar sujeita a uma série de riscos sociais sem a devida cobertura, caso não acumule patrimônio ou fontes alternati-

vas de renda à previdência, dependerá, no futuro, de benefícios assistenciais ou da ajuda de suas famílias para sobreviver.

De acordo com esse mapeamento, a não-cobertura previdenciária é de 38,3% do total de ocupados, de acordo com dados da PNAD de 2002. Ou seja, de cada dez trabalhadores ocupados, cerca de quatro não são contribuintes. Os seis socialmente protegidos, o são tanto porque contribuem para a previdência social quanto por serem segurados especiais ou estatutários/militares, ou ainda por já receberem algum benefício previdenciário.

Não há dúvida que tal patamar de informalidade nas relações trabalhistas e de conseqüente não-cobertura previdenciária tem impacto sobremaneira negativo sobre a base de incidência das contribuições previdenciárias, minando severamente o esforço de redução do déficit previdenciário. Assim, é fundamental traçar políticas efetivas de inclusão social.

Dentre os trabalhadores desprotegidos, ou seja, integrantes do mercado informal de trabalho, 63,2% têm rendimento igual ou superior a um salário mínimo. O restante, 36,8%, ganha menos que um salário mínimo e tende a ter menos condições de realizar contribuições previdenciárias, devendo se tornar, no futuro, público-alvo da assistência social. Já os que recebem pelo menos o salário mínimo, por possuírem alguma capacidade contributiva, devem constituir o foco de políticas governamentais de inclusão previdenciária. Em números, esse contingente representa 16,8 milhões de trabalhadores que podem e devem passar a contribuir para a previdência.

Ao lado desse contingente de trabalhadores, está o de donas-de-casa de baixa renda que, embora trabalhem por toda a vida no âmbito de suas residências, não têm direito a receber qualquer benefício previdenciário, estando totalmente descobertas diante de riscos sociais do tipo invalidez, doença e morte. Essas cidadãs também têm alta probabilidade de vir a constituir, na velhice, demandantes do sistema de assistência social brasileiro. Ou seja, tenderão a se habilitar a receber um salário mínimo mensal (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) sem nunca terem contribuído para o sistema de seguridade, o que não é nada recomendável para o equilíbrio fiscal no longo prazo.

Em vista do exposto, a Emenda Constitucional nº 47, publicada em 6 de julho de 2005 (a chamada “PEC Paralela”), previu a instituição de sistema especial de inclusão previdenciária destinado a abarcar cidadãos de baixa renda, sejam eles trabalhadores informais ou pessoas sem renda própria que trabalham no âmbito das respectivas residências. Para tanto, modificou o §

12 e acrescentou o § 13 ao art. 201 da Constituição Federal nos seguintes termos:

“Art. 201.
.....

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”

O projeto de lei ora apresentado regulamenta os novos dispositivos constitucionais. Institui, assim, o sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores e donas-de-casa de baixa renda. Prevê benefícios de valor igual ao salário mínimo e contribuição mensal equivalente a 11% deste salário. As carências dos benefícios são reduzidas em cerca de 20%. Com isso, correspondem a: 10 contribuições mensais para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; 12 anos de contribuição para aposentadoria por idade e aposentadoria especial; e 8 contribuições mensais para salário-maternidade.

Para se ter idéia das condições de habilitação menos restritivas da proposta, vale compará-las com as vigentes para o trabalhador de baixa renda contribuinte individual ou facultativo da previdência social. Para receber benefícios equivalentes ao salário mínimo, tem que contribuir mensalmente com 20% do valor deste salário. Além disso, tem que se submeter às seguintes carências: 12 meses para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; 15 anos para aposentadoria por idade e especial; 10 meses para salário-maternidade.

Por fim, cabe mencionar que a exclusão do direito à aposentadoria por tempo de serviço, no âmbito do sistema de inclusão previdenciária proposto, apóia-se em argumento eminentemente técnico. O sistema de inclusão tem que ser minimamente contributivo, isso é, tem que proporcionar compatibilização mínima entre fluxo de contribuições e de benefícios (ver art. 201 da Constituição Federal). Também deve levar em consideração, por um lado, a exígua capacidade contributiva do público-alvo e, por outro, os benefícios essenciais que esse público deve estar apto a receber. Afinal, trata-se

de um benefício do sistema previdenciário, não de um benefício inserido no sistema assistencial.

Posto isso, é consenso que o benefício por tempo de contribuição, além de não ser essencial em termos de cobertura de risco social, é um dos benefícios mais caros para a Previdência Social, pois, como ele possibilita uma aposentadoria precoce, tende a ser pago por tempo muito maior do que no caso da aposentadoria por idade.

Em vista das considerações apresentadas, constata-se que a proposição, além de trazer imensos ganhos sociais para os chamados “sem-previdência”, tende a ter impacto positivo na busca do equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Embora o público-alvo do novo sistema de inclusão previdenciária contribua menos e por menos tempo do que a grande maioria dos segurados da previdência social, deixará de ser potencial beneficiário da assistência social, onde os benefícios auferidos não exigem qualquer contrapartida em termos de contribuição prévia.

Em vista do exposto, está claro o ganho social e financeiro da proposição, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....
“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
.....

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”
.....

“Art. 201. A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:
.....

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 2005

“Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

“Art. 5º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;”

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:”

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

- I – revogado;
- II – revogado.

Parágrafo único. Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados, a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.”

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

“Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.”

“Art. 9º A Previdência Social compreende:
I – o Regime Geral de Previdência Social;
II – O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei específica.

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.”

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:”

“Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais;

III – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta lei.

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.”

“Art. 26. independe de carência a concessão das seguintes prestações:”

“Art. 34. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, serão computados:

I – para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;

II – para o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerado como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, nos termos do art. 31;

III – para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas.”

.....
 “Art. 94. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.”

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 1.508, de 25 de julho último**, da Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia do Agravo de Instrumento nº 2004.002.16151 nos autos da Ação Popular nº 2000.00134.370, onde se discute a exibição de provas que representam invasão de escrita e de documentação contábil da parte adversa.

O referido expediente foi autuado como **Ofício nº S/42, de 2005**, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003** (nº 5.101/2001, na Casa de origem), que *acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas.*

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 30/2005** (nº 6.537/2005, na origem), de 31 de agosto último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 2º trimestre de 2005.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 21, de 2005, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 31, de 2005** (nº 336/2005, na origem), encaminhando o relatório sobre operação de troca de títulos originados da reestruturação da dívida externa brasileira, por novos títulos Globais, autorizado nos termos da Resolução nº 20, de 2004.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Sr^{es} e Srs. Senadores, a edição de 2005 do Relatório sobre a Situação Social Mundial das Nações Unidas – O Problema da Desigualdade, divulgado pela ONU, no mês passado, teve ampla repercussão como era de se esperar, de modo especial em nosso País. Não só por se tratar de assunto que interessa a todas as nações – governos, instituições e pessoas –, mas porque deixa cada vez mais clara a realidade social.

O documento chama a atenção para a desigualdade persistente e, o que é mais grave, em ascensão no mundo todo; focaliza as profundas diferenças entre as economias formais e informais, os ganhos dos trabalhadores qualificados e não-qualificados; dá uma especial atenção às questões relacionadas com saúde, educação e oportunidades nos campos social, econômico e político.

Nos últimos 40 anos, apesar do desenvolvimento tecnológico e econômico, o mundo, surpreso, constata o crescimento das disparidades entre países ricos e pobres; entre as classes mais abastadas e as mais modestas, inclusive dentro do mesmo país. Por exemplo – e o que considero muito grave –, a renda por habitante nos 20 países mais ricos cresceu mais de 180%, enquanto nos 20 mais pobres, o aumento foi de apenas 26%. Essa precária distribuição de renda é

também constatada no Brasil, Sr. Presidente, que dispõe ainda de índices muito pouco compatíveis com seu processo econômico. E o que acontece entre os países se reflete em nível continental, estando a América do Sul, espaço onde se insere o Brasil, entre as regiões que acumularam perdas relativas.

Afirma, a propósito, o Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan:

Ao identificar algumas das questões mais críticas que afetam o desenvolvimento social em nossos dias, o Relatório pode ajudar a orientar medidas decisivas que visem construir um mundo mais seguro e próspero, em que as pessoas possam usufruir os seus direitos humanos e liberdades fundamentais. Vencer o problema da desigualdade é um elemento deste processo.

Creio não haver discrepâncias quanto à relevância da questão social. Podemos até discordar nas formas e alternativas possíveis para superá-la, mas ninguém ousaria negar que esse é o maior obstáculo à plenitude democrática que estamos conquistando.

Não posso deixar de observar, porém, que esse tema é o mais importante da agenda política em todo o mundo, mormente agora após o relatório da ONU, se considerado que o conjunto de requisitos do que se convencionou chamar de plenitude democrática não abrange apenas o desfrute dos direitos e garantias econômicas e sociais, mas também, frise-se, e com igual relevância, a questão dos direitos políticos. Suponho que para se entender a natureza do que chamamos “crise social”, há de se aceitar que ela resulta de “compromissos não cumpridos pela democracia” a que se refere Norberto Bobbio.

Quais são esses compromissos não cumpridos na opinião que, penso hoje, é consensual? A igualdade de oportunidades que, ainda não atingida, gera necessariamente a desigualdade de resultados em todo o espectro social. Pelo menos por mais de três décadas o mundo vem tomando conhecimento de que se os padrões de injustiça das civilizações contemporâneas não forem corrigidos terminarão por inviabilizar a própria existência dos mais de três bilhões de seres humanos que hoje vivem precariamente abaixo da linha de pobreza e sobrevivem dramaticamente aos padrões de miséria e subsistência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o outro lado do relatório exhibe uma grave constatação: 80% da renda mundial estão concentrados com cerca de um bilhão de pessoas – 17% da população mundial –, enquanto 20% da renda estão com os cinco bilhões restantes, isso significando 83% dos habitantes do Globo. Esses

números fazem-me lembrar do Princípio de Pareto, formulado pelo economista italiano Vilfredo Pareto no final do século XIX, segundo o qual a relação 80/20, ou algo próximo, é uma proporção muito freqüente nas relações econômicas e administrativas do cotidiano. Ainda que os atores políticos não devam aceitar o fatalismo estatístico – como não se deve aceitar o fatalismo histórico – os dados do relatório não deveriam ser tão surpreendentes, exceto quanto ao aspecto do aumento das diferenças, em vez de uma alentadora tendência declinante. Sem querer parecer profético, os comentários que faço nesta oportunidade já os fiz em abril de 2001, no XIV Fórum da Liberdade, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais em Porto Alegre.

Na tentativa de popularizar as idéias do desequilíbrio e da assimetria do mundo, o reverendo Padre Theodore Hesburgh criou, há mais de três décadas, em seu ensaio “O imperativo humanitário”, a parábola da nave vagando pelo universo, dotada de quatro compartimentos e quatro tripulantes. Num deles, amontoavam-se três membros da tripulação e os três recintos restantes estavam à disposição de apenas um deles. A questão do espaço se reproduzia em termos de alimentos e disponibilidade dos bens necessários à subsistência. Três quartas partes dos recursos estavam reservadas a apenas um e 25 por cento aos demais tripulantes. Ao fim da viagem, era provável que apenas um sobrevivesse aos riscos comuns.

Essa situação não mudou nos vinte anos seguintes e os informes preparados para a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social, reunida em Copenhague, em 1995, reproduziam exatamente os padrões de referência utilizados pelo ex-Reitor da Universidade de Notre-Dame. Pobreza e desigualdade não são no mundo contemporâneo monopólio dos países mais pobres, nem só do Terceiro Mundo. São mazelas que sobrevivem em países em desenvolvimento e até mesmo em algumas das mais ricas comunidades internacionais. Trata-se, como se vê, de uma preocupação mundial, talvez a mais importante da agenda política.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora, 10 anos após a Cúpula de Copenhague, a ONU informa:

Há milhões de pessoas trabalhando que continuam a ser pobres; quase um quarto dos trabalhadores do mundo inteiro não ganha o suficiente para conseguir ultrapassar o limiar de pobreza de um dólar por dia e melhorar a situação da sua família. A grande maioria dos trabalhadores pobres faz parte do setor informal. A evolução dos mercados de trabalho e o aumento da concorrência mundial provocaram uma enorme expansão da economia informal

e a deterioração dos salários, prestações sociais e condições de trabalho, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Se a desigualdade é o fundamento e a causa principal da crise social em qualquer parte do mundo e nós, no Brasil, não somos exceção, em que ela consiste? Referindo-se apenas ao caso brasileiro, é preciso não esquecer que não se pode falar de um padrão diferenciado e, portanto, não tem sentido aludir-se à desigualdade, mas às nossas várias desigualdades. A mais óbvia, a mais conhecida e talvez a menos comentada é, seguramente, a desigualdade étnica. Não apenas aquela que separa os índices dos padrões de renda de desempenho social e os indicadores de proteção social, como escolaridade, expectativa de vida, habitação e acesso aos serviços de água tratada, saneamento e assistência médica, criando um enorme hiato entre negros e brancos, no país que é a maior nação africana fora da África.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço com prazer V. Ex^a, nobre Senador e ex-Ministro Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – O tema que V. Ex^a traz é extremamente importante. Quero apenas fazer um comentário sobre a desigualdade étnica, e aí devemos nos referir claramente à questão do negro no País. Nesse sentido – e aproveito para somar-me a V. Ex^a em suas preocupações –, estaremos realizando, em Salvador, na próxima sexta-feira, uma audiência pública para tratar do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, do qual sou Relator. Entendo que é o momento de pensarmos em tudo que V. Ex^a expõe agora, para tentarmos minorar daqui para frente; quanto ao passado, não se tem o que fazer, apenas a reparação. O tema da desigualdade étnica no País tem que ser tratado com muita clareza, senão poderemos acabar sucumbindo aos preconceitos. De forma que acho muito próprio o que V. Ex^a traz e quero me congratular com V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Rodolpho Tourinho. A propósito da colocação de V. Ex^a, contida em seu substancial aparte, quero fazer duas observações. A primeira é a de que V. Ex^a representa um dos Estados mais importantes do País e que abriga uma acentuada presença de afrodescendentes, marcando e enriquecendo a nossa diversidade.

A respeito do tema, sempre me valho de Joaquim Nabuco, com quem aprendi, lendo seus livros, seus discursos, os comentários que fez sobre a obra

de seu pai e, mais recentemente, seus diários. Joaquim Nabuco, que tanto lutou pela abolição, sempre dizia que a abolição da escravatura não significou – pelo contrário, até, sob alguns aspectos, agravou – a desigualdade étnica. Enfim, o País ainda convive com problemas que a simples abolição não conseguiu eliminar as suas causas.

Por isso, congratulo-me com a iniciativa de V. Ex^a em promover e participar de um grande simpósio no seu Estado, Salvador, que irá tratar desse assunto.

A outra vertente das chamadas desigualdades – e eu coloco no plural porque acho que a questão das desigualdades no Brasil não pode ser tratada no singular – é a que atinge, de forma ainda mais aguda, porém menos admitida, os descendentes dos silvícolas, a despeito do seu crescimento populacional, dado positivo imemorial de integrá-los à comunidade de cidadãos. Se a esses grupos, numerosos em seu conjunto, juntarem-se as minorias e os novos excluídos representados pelos imigrantes vivendo na ilegalidade, teremos a idéia aproximada, mas ainda não efetiva, nem convenientemente mensurada, do que seria a primeira das nossas desigualdades.

Se essa é a desigualdade, poderíamos dizer vertical, há outra tão grave e não menos excludente e injusta, a de cunho espacial ou geográfico. É a diferença, tão marcante quanto cruel, traduzida numa velha constatação, com muitas vertentes. Ela se materializou, no século XIX, com a constatação de Ferdinand Denis, no seu livro **Resumo da História Literária do Brasil**, de que éramos “um país sem povo”, dividido em apenas duas categorias: a elite altamente capacitada, que liderava o País e usufruía de todos os benefícios do Estado, e os escravos, marginalizados de toda e qualquer proteção jurídica, de direitos sociais e até de representação política. Ela resultou da estrutura social em função do arcabouço econômico, calcado na monocultura e no latifúndio que a Independência, que ontem celebramos, e a Abolição não foram capazes de vencer. Essa desigualdade espacial penaliza exatamente a mais pobre e a que já foi a mais populosa região brasileira, o Nordeste, que responde hoje, indistintamente, por todos os índices de mais baixo desempenho, no conjunto da Federação brasileira. E isso, é bom frisar, a despeito de o Nordeste, em alguns dos últimos anos, ter crescido mais do que o Brasil como um todo, o que serve para dar uma idéia do fosso que o separa da média brasileira e, de forma mais grave, das regiões de maior desenvolvimento.

À desigualdade étnica e espacial ou geográfica é preciso acrescer outra tão imensa e profunda, a que separa, já não mais em termos de desempenho profissional, mas em matéria de renda e em situações

de igualdade, homens e mulheres, aqui e em quase todos os países.

Cotejando-se essas três vertentes de nossas desigualdades, não se torna difícil diagnosticar o perfil dos desafios que teremos de vencer. O principal será o fosso que separa os mais ricos dos mais pobres, isto é, da desigualdade que, refletida em termos econômicos, ainda não traduz as conquistas de aumento da escolaridade, diminuição da mortalidade infantil, erradicação do trabalho penoso de crianças, manutenção da renda e do poder aquisitivo e a diminuição da pobreza, para aludir apenas alguns indicadores mais utilizados. A conclusão inevitável é, lamentavelmente, a de que se torna menos problemático combater a pobreza que superar e vencer a desigualdade.

Se cotejarmos períodos mais longos, mesmo aí conseguimos pequenos, embora insuficientes, avanços. Se os 10% mais ricos ganhavam 28 vezes mais do que os 48% mais pobres, é bom lembrar que essa distância já foi maior.

Sr. Presidente, volto a analisar o relatório das Nações Unidas, enriquecido com a recente publicação, um estudo feito pelo PNUD, que ajuda a compreender as desigualdades no mundo e no Brasil e sintetiza as suas conclusões com diversas recomendações, dentre as quais destaco:

- as assimetrias resultantes da globalização que existem em nível mundial devem ser corrigidas, dando-se mais destaque a uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios de uma economia mundial cada vez mais aberta.

- a democracia e o Estado de direito devem ser promovidos e devem desenvolver-se esforços especiais no sentido de integrar grupos marginalizados na sociedade.

E, finalmente, os dois últimos pontos que eu destacaria dentre as conclusões do documento a que me reporto:

- É necessário melhorar as condições que existem na economia informal através de realização de programas de proteção social e do estabelecimento de melhores enlances entre economia formal e informal.

- Aumentar as oportunidades de emprego produtivo e digno; os jovens – faça-se uma referência – devem ser um dos alvos das políticas de melhoria social e programas de emprego.

No Brasil, Sr. Presidente, essa guerra não será vencida só pelos governos federal, estaduais e municipais, exigirá a conscientização, a participação e

a mobilização de toda a sociedade, aí incluídas as empresas, os fatores econômicos e todos os agentes sociais. Políticas compensatórias ajudam, sem dúvida. É necessário persistir nesse caminho. É preciso ampliar esse e outros esforços. E acelerar esse processo vai depender de três requisitos: manter a estabilidade econômica, acelerar o desenvolvimento econômico e aprimorar os mecanismos decisórios da política, aumentando a eficiência das instituições do Estado.

É a sociedade, em última análise, quem vai decidir quanto está disposta a pagar para que passemos do estágio atual de diminuição das disparidades para eliminação das desigualdades. Esse, certamente, é um grande desafio, é um novo desafio e a ele ninguém pode deixar, a meu ver, de dar sua contribuição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadora Heloísa Helena, Senador Paulo Paim, Senador Marco Maciel, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar da questão do gás natural, mas, desta vez, não direi do meu projeto de lei sobre o assunto, mas trarei uma preocupação nossa com as recentes notícias veiculadas na imprensa nacional sobre o aumento concedido pela Petrobras ao Gás Natural Veicular (GNV).

O problema não é o fato de a Petrobras ter aumentado o preço do gás – acho até que isso seria inevitável –, mas é o que está por trás disso, o que foi dito por trás desse aumento do gás. Acho que o aumento concedido ao gás vai acabar sendo compensado pelo aumento da gasolina, que é inevitável. A Petrobras não pode, no meu entendimento, esperar mais do que 60 dias para aumentar o preço da gasolina em cerca de 5%. Isso é inevitável, a não ser que esteja fazendo política nesse caso para evitar inflação ou não piorar as condições atuais, o sentimento do povo brasileiro em relação ao Governo do Presidente Lula.

Há declarações aqui do próprio Presidente da Petrobras, com a seguinte manchete: “‘‘Uso de gás natural será desestimulado’’. Na matéria, é dito: “‘‘A Petrobras deve lançar mão de medidas de desestímulo de uso do gás natural em indústrias, comércios ou veículos, informou ontem o presidente da companhia, José Sér-

gio Gabrielli”. Isso já faz uma semana. Diz mais: “Ao detalhar o plano de negócios da estatal para o período 2006-2010, o Executivo informou que as térmicas terão prioridade [nesse ponto, acho que o Executivo tem razão] e admitiu que os preços para outros usos deverão aumentar”.

O que está por trás disso e nos preocupa é a questão do desestímulo, que é muito ruim para uma classe tão necessitada, tão grande e tão sofrida como a dos taxistas.

Embora eu reconheça a necessidade de se fazer a reserva para as usinas termelétricas, não creio que esse anunciado desestímulo ao Gás Natural Veicular seja alternativa razoável.

Faço essa afirmação com propriedade, porque já enfrentamos, na Bahia, um racionamento de gás. Para uma demanda industrial de 4,3 milhões m³/dia, a oferta disponível da Bahiagás restringe-se a 3,5 milhões m³/dia, por falta de gás.

Toda essa questão do gás nos preocupa, porque o Gasene foi suspenso, porque hoje não vejo alternativa que não venha pesar sobre o Nordeste, sobre o consumidor do Nordeste, sobre o povo do Nordeste.

Essa questão do GNV, Gás Natural Veicular, merece muita atenção na medida em que suas consequências são muito negativas, repito, para um segmento que é fundamental em todos os médios e grandes centros urbanos, que são os taxistas. Cumpre registrar que os taxistas das principais capitais brasileiras, dentre as quais destaco Salvador, foram os verdadeiros pioneiros, a exemplo do que ocorreu com o álcool, na implementação do uso do Gás Natural Veicular, o que foi muito bem recebido na época pela Petrobras, porque não havia outra saída. Eles foram pioneiros, desenvolveram esse mercado e, de repente, não podem sofrer esse desestímulo oficial. É bom lembrar também o que já passaram na crise do álcool, quando converteram seus carros a álcool ou compraram carro a álcool e, depois, não tiveram o produto porque toda a produção foi desviada pelos usineiros para o açúcar, que tinha preço melhor no mercado. Repito, pior do que o custo maior do Gás Natural Veicular é o desestímulo oficial, o desestímulo governamental.

Atualmente, segundo os dados da Cooperativa Mista dos Taxistas, somente na região metropolitana de Salvador, dos mais de sete mil veículos rodando, 90% utilizam o GNV como combustível. Isso representa uma diferença de preço muito grande. De repente, eles não poderão mais arcar com o desestímulo quando trocarem os carros ou enfrentar um aumento de preço que, na verdade, não é necessário, mas que tem por objetivo desestimulá-los e tornar o gás menos competitivo, forçando, assim, o taxista a não ter mais aquele

diferencial de benefício em relação à gasolina que foi construído ao longo de alguns anos.

A situação deve ser semelhante em várias outras capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, entre outras que possuem frotas de táxi significativas e fundamentais para essas cidades, pois são verdadeiros indutores do desenvolvimento turístico local.

Na Bahia, sempre relacionamos essa questão ao turismo. É inegável a importância de um transporte urbano eficiente para o crescimento do setor de turismo, vocação natural deste País e, sobretudo, da minha região e do meu Estado, a Bahia – não só de Salvador, mas de Porto Seguro, de Ilhéus, do litoral norte, da Chapada Diamantina e de várias outras regiões em que o turismo é muito importante e sensível. No entanto, também são notórias as limitações de muitas cidades com enorme potencial turístico em relação à oferta de transporte, especialmente o transporte coletivo, metrô, ônibus, trens, que têm, no serviço de táxi, talvez a única forma de transportar adequadamente seus turistas.

Quando eu era Secretário da Fazenda no Governo do hoje Senador Antonio Carlos Magalhães, lançamos o programa Protáxi, em 1994, que visava a financiar táxis novos para os taxistas. A frota de Salvador era reconhecidamente ruim, e a idade média dos carros, muito avançada, o que trazia péssimas condições não só de segurança como de conforto aos passageiros.

Esse programa foi gerido pelo então Desembanco, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, que tinha – e tem – como finalidade a concessão de financiamentos para taxistas, com juros extremamente acessíveis e muito inferiores aos praticados no mercado.

O resultado desse programa, dez ou onze anos depois, é inquestionável. Inclusive, ele foi ampliado. Já foram financiados milhares de veículos, e a frota de táxi de Salvador, repito, famosa antigamente por suas péssimas condições, hoje é uma das melhores e mais modernas do País.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Antes de mais nada, quero dizer que V. Ex^a traz um tema muito atual à nossa consideração. Aliás, V. Ex^a, especialista nesse assunto, foi um bom Ministro das Minas e Energia e conhece bem as vicissitudes por que passamos no Brasil com relação às questões energéticas. V. Ex^a chama a atenção especificamente para a questão do gás e, particularmente, mostra como usar essa fonte no transporte. Ouvindo as palavras de V. Ex^a, estava me lembrando de que, quando fui Governador de Pernambuco, no início da década

de 1980, empreendemos no Estado algo semelhante com relação aos táxis, mas, no caso, usando álcool. Criamos condições, com a Caixa Econômica, para o financiamento da aquisição de veículos a álcool, com juros mais baixos, para que pudéssemos renovar a frota e também explorar melhor esse tipo de combustível. Infelizmente, com o passar do tempo, o chamado Proálcool, não avançou e, naturalmente, a experiência não pôde prosseguir. Mas, de toda maneira, a experiência a que se reporta V. Ex^a é altamente vitoriosa, o que mostra que, no Brasil, neste momento em que a questão energética é muito grave, como é grave no mundo todo, precisamos explorar a nossa biodiversidade, inclusive no campo energético. Nesse ponto, observando as diferentes utilizações que devemos fazer da energia eólica, das marés, da energia solar, da biomassa e das oriundas de fontes fósseis, verificamos que o gás é um bom exemplo. Acredito que precisamos, cada vez mais, ter consciência de que é necessário que o Governo Federal defina melhor as suas prioridades nesse campo, porque fico preocupado, como V. Ex^a tem denunciado, de que mais cedo ou mais tarde tenhamos dificuldades que levem a restrições no nosso processo de desenvolvimento. A energia é o grande combustível de desenvolvimento, e, certamente, se não tivermos energia abundante em condições de propulsar esses novos e importantes projetos que estão previstos para o Brasil e, de modo particular, para o Nordeste, vamos sofrer, mais uma vez, uma interrupção em nosso processo de crescimento, provocando, como é natural, menor oferta de empregos, menor crescimento econômico e menores condições de superar as baixas taxas que ainda temos de crescimento não somente econômico, mas social também. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a pelo discurso que pronuncia nesta tarde.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Entendemos o grave problema que é essa questão energética no Nordeste. O próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico admite que, em 2009, pode haver alguns problemas no Nordeste. Ora, se o próprio Operador Nacional do Sistema afirma isso é porque pode ocorrer algo.

A minha grande preocupação hoje é que não estou vendo saída ou o preço dessa saída para o Nordeste, porque, numa eventual troca das usinas para bicombustíveis, para se trocar gás natural por óleo combustível – isso se não houver nenhum tipo de problema de licença ambiental –, a conta será altíssima. Para se ter uma idéia, transformar 1.000 megawatts de potência de gás natural para óleo combustível custa US\$1 bilhão por ano, que, aliás, é o mesmo valor que

se gastaria para se instalarem essas usinas térmicas com 1.000 megawatts de potência. Então, por aí se vê, e a pergunta que se faz é: quem vai pagar isso? O Nordeste não pode pagar, nem o povo do Nordeste.

É isso que me preocupa muito e me faz trazer esse tema do gás natural veicular, pois uma das soluções adotadas hoje pelo Governo é a seguinte: “Vamos logo desestimular os taxistas”. Eles são a ponta mais fraca da cadeia, o elo mais fraco.

Aliás, Senadora Heloísa Helena, o seu Estado produz gás natural e até o exporta para a Bahia. Hoje, a Petrobras queima muito mais gás do que aquilo que consomem os taxistas, todos os taxistas do Brasil.

Quando eu era Ministro, fizemos um programa de queima zero. Para não se queimar gás, tem-se de investir. É só fazer investimento para se levar o gás da plataforma até um ponto onde ele possa ser canalizado. Hoje, queimam-se 9 milhões de metros cúbicos de gás por dia, Senador Marco Maciel. Por dia! E o consumo dos taxistas é muito menor que isso.

Então, creio que o que se deve fazer é investir, e não desestimular o taxista, meter a mão no bolso do taxista, não por necessidade de dinheiro, mas como forma de se conter a demanda. Hoje, o número de conversões feitas caiu praticamente pela metade no País inteiro, o que é um dado muito ruim, e não podemos, de forma nenhuma, somente contemplar isso.

Volto à questão do Protáxi na Bahia, para se ter noção da importância da matéria. Financiamos, desde aquela época, cerca de mais de R\$85 milhões em táxis – isso em quatorze anos – para as áreas do Estado atingidas. Houve uma época inclusive que contávamos com alguma isenção de ICMS, mas contávamos também com a isenção do IPI. Mas sentimos que, tanto neste Governo quanto no governo passado, a sensibilidade da área econômica para esse tipo de atendimento social é zero. Representa muito pouco para o Governo Federal, mas representaria muito para os taxistas a isenção do IPI.

Entendo que um País como o Brasil, que tem grande vocação turística, tem de estar sempre atento à infra-estrutura básica a ser oferecida aos seus turistas, e, sem dúvida alguma, um transporte urbano eficiente é um dos pontos mais importantes.

O Protáxi também auxiliou a conversão de muitos dos táxis para o consumo do GNV, trazendo ainda mais benefício a essa categoria. A idéia, portanto, de desestímulo ao uso do GNV, por meio do aumento dos preços desse combustível, merece muita atenção por parte da Petrobras. Afinal, estarão sendo penalizados inúmeros condutores que apostaram, com custos para isso – houve custos para se fazer essa aposta –, na utilização do GNV, ou gás natural veicular, entre os quais uma parcela muito significativa de taxistas, que

são, repito, fundamentais para o desenvolvimento turístico da Bahia. Na minha terra, na Bahia, eles são absolutamente fundamentais.

Entendemos que o apoio constante a essa categoria representa cada vez mais oferecer melhores serviços aos turistas.

Peço a atenção desta Casa para esse tema, que deve ser, tenho certeza, uma preocupação para a maioria dos Senadores e que merece, dessa forma, toda a nossa atenção e mobilização.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^s e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de vir à tribuna, no dia de hoje, para comentar o dia de ontem, não somente por ter sido 7 de setembro, mas também para falar de um tema que me é caro: a situação dos excluídos.

Sr. Presidente, a crise política, os protestos contra a corrupção e o Grito dos Excluídos também desfilaram neste 7 de setembro, demonstrando a insatisfação da população com o atual panorama político, econômico e social do nosso País.

De um lado, a tropa, “fiéis soldados desfilando as cores de suas fardas”, fazendo o brilho da festa em todo o País; de outro, as suas esposas, exibindo faixas pedindo “salários mais dignos para seus maridos”.

O Grito dos Excluídos, movimento organizado pela Igreja Católica e movimentos sociais, com o *slogan* “Brasil, em nossas mãos a mudança”, lema da 11^a edição do Grito, teve por objetivo exigir mudanças econômicas e o combate à corrupção, e se fez presente em todas as capitais do País.

Na cidade de Aparecida, São Paulo, embora não sendo uma capital, houve uma grande mobilização: 90 mil pessoas se manifestaram, exigindo o combate à corrupção e, ao mesmo tempo, investimentos no campo social.

Os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, demonstraram toda a sua insatisfação com o baixo número de famílias assentadas. Levaram suas bandeiras pelas ruas e endu-receram em seus protestos pelo País, alertando-nos de que teremos um setembro vermelho.

Sr. Presidente, por outro lado, ontem, foi divulgado o Relatório de Desenvolvimento da ONU 2005, que traz o Brasil na 63^o posição no *ranking* de desenvolvimento humano, entre os 177 países pesquisados.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) brasileiro é de 0,792, contra 0,790, registrado em 2004. Isto mostra que tivemos um pequeno avanço. Porém, se analisarmos a distribuição da renda, lamentavelmente o Brasil continua no grupo das nações com maior desigualdade social. Os ricos brasileiros ficam com 46,9% de tudo que existe nesta terra. Só perdemos para outros sete países pesquisados. E, pior, no Brasil essa riqueza tem cor e idade.

A população negra e os idosos são os que mais sofrem com essa desigualdade. Pesquisas indicam que os negros são os que recebem os mais baixos salários e que os idosos sobrevivem com uma aposentadoria miserável. Milhões, no entanto, não possuem aposentadoria.

Não estou, aqui, a querer comparar o Brasil com a Noruega, país que ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial em qualidade de vida; não. Contudo, em resumo, não tivemos o que festejar nessa data.

O panorama mundial, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não fica longe disso. Ao assistirmos as reportagens sobre a ação devastadora do furacão Katrina, que atingiu os Estados Unidos, observamos que também lá os negros e os idosos ficaram para trás, em situação desesperadora, naquele país considerado referência no mundo. Estima-se que 235 mil pessoas foram retiradas das zonas devastadas pelo furacão e abrigadas em refúgios. Outras milhares ainda se encontram lá, sobre as águas poluídas.

É triste, Sr. Presidente, constatar que os que ficam para trás, à mercê da miséria, são exatamente esses dois segmentos da população, que, no Brasil, têm um tratamento idêntico. Em países considerados de Primeiro Mundo ou de Terceiro Mundo, idosos e negros pagam a conta.

Sr. Presidente, há anos pauto a minha atuação em defesa de políticas públicas que promovam a igualdade e uma melhor distribuição de renda.

O Senado Federal, em parceria com a Câmara dos Deputados, já aprovou o Estatuto do Idoso, que, com certeza, é uma legislação moderna.

Agora, pretendemos, Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Heloísa Helena e Senador Tião Viana, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial.

É com satisfação que repito o que disse ontem: estarei com V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, na nossa querida Bahia, no próximo dia 16, às 14 horas, participando de uma audiência pública para discutir e, tenho certeza, melhorar o texto original do Estatuto da Igualdade Racial. Depois do debate, assistiremos a um filme que trata também do tema.

Eu gostaria de receber um aparte de V. Ex^a, inclusive sobre essa audiência pública, porque eu estarei

lá como autor do projeto original e já trabalhando no substitutivo, cuja redação V. Ex^a melhorou muito.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a disse que apoio o seu projeto, mas se trata de mais do que isso. Primeiramente, o apoio é entusiástico. Em segundo lugar, sinto-me parte desse trabalho, com a maior alegria e o maior orgulho. Na semana passada, participei de um almoço com 22 lideranças. O Sr. Jorge Pontual é o coordenador das principais lideranças. Haverá uma reunião na segunda-feira, às 14 horas, na sede do Ilê Ayê, no coração negro de Salvador – o Curuzu, bairro da Liberdade –, quando teremos os primeiros indicativos não somente sobre a questão religiosa, mas também sobre a mulher negra, um tema da maior importância, e outros aspectos gerais. Pelo que tenho ouvido e pelo que tenho tratado com eles, não tenho dúvidas de que conseguiremos muitos bons resultados com essa audiência pública. À noite, será exibido o filme “A Cidade das Mulheres”, que mostra porque a mulher negra baiana é diferente. O filme é baseado na vida das principais ialorixás e em um livro escrito por uma socióloga em 1938. Evidentemente, foram feitas adaptações, pois o filme é atual e nos mostra as expressivas figuras das principais ialorixás da Bahia. Enfim, será a coroação desse tema, com o qual V. Ex^a tem demonstrado tanta competência no trato, especialmente na questão referentemente às mulheres. V. Ex^a tem mais do que o meu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. Também entendo ser mais do que apoio por parte de V. Ex^a, já que é o Relator da matéria e certamente construirá o que chamo de substitutivo, que, como dizia inicialmente, amplia, e muito, o projeto original. Sinto-me co-autor; nós somos os autores do projeto original, do relatório, que será construído por V. Ex^a, e de todas as emendas que, porventura, venhamos a receber neste Plenário e, depois, no da Câmara. Portanto, somos parceiros nessa construção.

Por uma questão de justiça, agradeço o Senador Heráclito Fortes, porque, Senador Rodolpho Tourinho, eu não poderia estar na Bahia para esse bom debate, já que no dia 16 teríamos, no Rio Grande do Sul, um debate sobre a Convenção Quadro, da qual o Senador Heráclito Fortes é o Relator. No entanto, S. Ex^a, num esforço sobre-humano, conseguiu transferir o debate da Convenção Quadro para o dia 23, em Camaquã, que contará com a presença dos três Senadores gaúchos e naturalmente com a de outros convidados. Portanto, Sr. Presidente, por se tratar de um tema de fundamental importância, certamente estarei na Bahia no dia 16 e, no dia 23, estarei no Sul, na Convenção Quadro, para tratar do fumo e de sua repercussão na área da saúde. Será muito importante a nossa partici-

pação naquele grande debate para tratarmos da vida de 300 mil famílias, que, ao longo de suas vidas, foram incentivadas a plantarem fumo. V. Ex^as podem observar que, no Brasão da República Federativa do Brasil, temos, de um lado, um ramo de café e, do outro, o do fumo, demonstrando o quanto este País incentivou a plantação do fumo. Ora, sabemos que o fumo faz mal. Eu, por exemplo, não fumo, e recomendo a todos que não fumem. No entanto, temos que debater no sentido de haver uma regra de transição, a fim de que essas 300 mil famílias possam migrar lentamente da cultura do fumo para uma outra, e não verem, de uma hora para outra, suas propriedades sucateadas.

Sr. Presidente, o debate será de alto nível. Digo ser totalmente equivocada a forma como alguns estão a colocar: quem defende o emprego, está contra a vida e quem defende a vida, está contra os plantadores de fumo. Penso que nem uma coisa nem outra. Temos que exigir uma regra de transição equilibrada e, ao mesmo tempo, nos empenharmos, todos, nessa campanha contra o fumo. Mas, repito, tem que haver uma regra de transição. Por isso, ao me perguntarem se sou a favor ou contra, digo que é muito fácil dizer sim ou não, ficar mal ou bem com um ou outro setor, mas o correto é termos uma regra de transição, termos esse fundo internacional com a participação do Governo brasileiro, para que os produtores possam fazer a transição de uma cultura para outra dentro de um prazo especificado. Os próprios produtores de fumo querem um tempo para fazerem a substituição da plantação de fumo por uma outra cultura. Daí a importância desse debate, no meu entendimento.

Senador Tião Viana, concluo da forma como comecei: nesses 183 anos de independência, claro, temos muito que lembrar o que de positivo ocorreu neste País, mas temos também muito a lamentar, muito a realizar, muito a sonhar. Por isso, nesses tempos de escândalos, de denúncia de corrupção, de confianças traídas, de muitas manifestações legítimas, é hora de despertar e perseguir, por exemplo, o lema do nosso próprio Hino Nacional:

O lábaro que ostentas estrelado,
E diga ao verde-louro desta flâmula:
(...)
És tu, Brasil,
ó Pátria amada!

Sr. Presidente, apenas expressei um pequeno trecho do Hino Nacional para lembrar a importância de combatermos todo o tipo de discriminação, pois sou um daqueles que acreditam que este País é viável, que este País tem tudo para dar certo, que este País, em matéria de riquezas naturais, é um dos melhores

do mundo, mas não acredito que possamos, um dia, chegar a dizer que somos um País de Primeiro Mundo se não combatermos as desigualdades sociais, as desigualdades raciais a fim de que homens e mulheres, negros, brancos e índios, crianças e idosos possam caminhar de mãos dadas, construindo um futuro que todos sonhamos: o da plena cidadania.

Sr. Presidente, acredito muito no nosso País, no nosso povo, na nossa gente. Não é porque...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só mais um minuto.

Não é porque alguns cometeram esse ou aquele deslize que vamos condenar esse ou aquele partido, que, em seu conjunto, não é culpado pelo erro de alguns, ou que vamos condenar grande parte do nosso povo, da nossa gente, trabalhadores e sindicalistas.

Por isso, Sr. Presidente, na certeza de quem é otimista, e não pessimista, digo sempre que o pessimista é um derrotado por antecipação, por isso eu continuo otimista e acreditando muito neste País e em toda a nossa gente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá pela Liderança, por cinco minutos, nos termos do parágrafo único do art. 66, do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer o registro e também solicitar que sejam dados como lido um discurso e um anexo desse discurso. Trata-se de uma publicação sucinta dos quatro meses de minha atuação no Ministério da Previdência Social. Faço essa solicitação para que fique registrado nos Anais da Casa o trabalho que realizei nesses poucos meses como Ministro da Previdência Social. Foram cerca de 120 dias muito profícuos, em que conseguimos empreender um trabalho importante na criação e na definição de novos parâmetros e modelos para que a Previdência Social, no Brasil, possa ser resgatada, ampliada e melhorada.

Dedicamos atenção especial no quesito mudança do modelo no atendimento ao público. Esse o maior gargalo, a maior marca negativa da Previdência junto

à sociedade brasileira. Definimos um novo modelo e a descentralização do atendimento, portanto, espero que o Ministro Nelson Machado, que me substituiu naquela Pasta, tenha condição e o apoio do Governo para pôr em prática o modelo que elaboramos, que dará, sem dúvida nenhuma, uma outra dinâmica e um outro tratamento ao atendimento ao público junto ao INSS.

Também atuamos no sentido de buscar a diminuição do déficit da Previdência Social, previsto para este ano em R\$40 bilhões. Havíamos definido, por meio de um decreto presidencial e de uma portaria interministerial, que esse valor cairia para R\$32 bilhões este ano, economizando, portanto, R\$8 bilhões. Ao sair do Ministério em junho, já estávamos alcançando a meta. Além disso, deixei uma folga de R\$1,6 bilhão, portanto, além da meta, já estávamos poupando R\$1,6 bilhão.

Espero também que o Ministro Nelson Machado, agora, com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou seja, com a fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e da Receita Federal, possa ampliar os mecanismos de controle e de coibição de fraudes e de sonegação, para aumentar a carga tributária sem aumentar a arrecadação da previdência.

Para finalizar, Sr. Presidente, abordo outra matéria que foi tratada por mim, que se encontra no Senado e da qual sou Relator: a questão da inclusão previdenciária.

Sabemos que, hoje, milhões de brasileiros estão fora da previdência, que deve ser pública e universal. Muitos estão fora da previdência porque, como autônomos, não conseguem pagar os 20% do salário mínimo. Fica muito pesado para quem ganha R\$300,00 por mês contribuir com R\$60,00.

Empreendemos um trabalho dentro do Governo e fizemos uma proposta de projeto de lei, que se encontra no Senado e que diminui o pagamento do autônomo referente ao salário mínimo de 20% para 11% – o pagamento de R\$60,00 cai para R\$33,00, com uma economia de R\$27,00 –, dando, com isso, um ganho real para quem, hoje, contribui como autônomo para a previdência.

É importante dizer que, com essa expectativa de mudança – e acreditamos que aprovaremos essa matéria no Senado rapidamente –, pelos cálculos, esperamos pelo menos incluir rapidamente mais 1,5 milhão de pessoas na contribuição.

Portanto, as ações foram delineadas.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que determine a publicação do discurso com o anexo que mencionei no início das minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ.

(CUMPRIMENTOS INICIAIS AOS PARLAMENTARES, IMPRENSA E DEMAIS PRESENTES NO PLENÁRIO).

Venho a esta tribuna após cinco meses afastado da atividade parlamentar, período que estive a frente do Ministério da Previdência Social, atendendo ao convite do Presidente Lula e cumprindo a missão que me foi delegada pelo PMDB. Retomo meu trabalho no Senado como representante do estado de Roraima com entusiasmo e disposição para lutar pelos interesses do povo roraimense, mas também com a alegria e a certeza do dever cumprido no governo federal.

Foram exatos 129 dias de gestão na Previdência Social. Um tempo curto, mas muito profícuo e intenso no qual pude reestruturar parte do ministério e determinar ações que já resultam em benefícios para o País. Os problemas da Previdência não são poucos e muito ainda há de ser feito para que a população brasileira passe a se sentir respeitada.

Mas o início desta transformação já aconteceu. Nestes quase cinco meses, a nossa gestão na Previdência Social priorizou as ações de combate às fraudes e ao déficit; à melhoria no atendimento à população; e a modernização tecnológica da Dataprev e INSS.

Destes pilares necessários à reconstrução da Previdência Social, a modernização tecnológica é o mais importante deles. Digo isso para informar aos senhores e as senhoras que só teremos um atendimento digno à população brasileira quando tivermos um sistema tecnológico capaz de interligar todos os sistemas hoje existentes na Previdência e que, pasmem senhores e senhoras, não se comunicam entre si.

Atualmente, qualquer pessoa com a senha de um funcionário entra no sistema e altera dados dos nossos beneficiários sem ao menos sabermos com precisão se de fato a fraude foi executada pelo dono daquela senha ou se alguém a utilizou indevidamente. Sei que parece primário e é!

Durante nossa gestão, definimos um novo padrão tecnológico com plataforma aberta. Firmamos um compromisso público, por escrito, com o Ministério Público e Tribunal de Contas da União nesse sentido. Estabelecemos ainda a identificação de todos os terminais de computadores com numeração própria para tentarmos, ao menos, saber de onde partem as fraudes.

Ressalto que essa iniciativa é insuficiente por não precisar se de fato quem alterou dados no sistema é o funcionário que utiliza aquele terminal ou se foi utilizado por um terceiro. Para tornar inviolável o sistema e impedir esse tipo de fraude, foi encomendado um projeto tecnológico que utiliza como identificação a Biometria, ou seja, a utilização do polegar para acessar o banco de dados.

Ainda no esforço de combater às fraudes, intensificamos o trabalho da Força-Tarefa composta pela Previdência, Ministério Público e Polícia Federal. Durante a nossa gestão foram presas 21 pessoas em operações realizadas na Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Já as ações de combate ao déficit, que tem uma previsão para este ano de quase 40 bilhões de reais, pretendiam reduzir em 8 bilhões de reais esse rombo. Para isso, estabelecemos metas de arrecadação e déficit para 2005 no Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. Somente entre abril e junho deste ano, a arrecadação aumentou em 791 milhões de reais chegando ao histórico patamar de 16 bilhões e 786 milhões de reais.

Esse crescimento refletiu o nosso empenho em tentar resolver o que o governo federal considera o pior problema a ser enfrentado nas contas públicas. Mas não nos concentramos apenas na arrecadação já que o combate ao déficit deve ser feito com aumentos e cortes. Somente em abril e maio, a redução foi de 269 milhões de reais.

Para 2006, estabelecemos a meta de redução do déficit de 14 bilhões de reais. Mas não ficamos somente nestas ações. Tudo isso só foi elaborado pensando em sanar o que de fato é o principal problema da Previdência Social: o atendimento à população brasileira.

Uma vez iniciados os procedimentos para a modernização tecnológica, estabelecidas as metas de combate ao déficit, planejadas as ações de combate às fraudes, passamos a nos concentrar na melhoria do atendimento ao nosso beneficiário. Convênios foram discutidos com entidades e empresas públicas como cartórios, bancos oficiais e os Correios para ampliar a rede de atendimento.

Além disso, iríamos alterar o funcionamento de algumas Agências da Previdência Social (APS) para que nas cidades mais populosas como São Paulo e Rio de Janeiro, o horário de atendimento à população fosse ampliado para às 22 horas. Dessa forma, permitiríamos a população ter horários alternativos para serem atendidos sem sofrer a humilhação de passar as madrugadas nas filas a espera da abertura da agência.

Melhoramos o serviço de atendimento telefônico -- Prevfone -- e incluímos na página da Previdência (www.previdencia.gov.br) serviços eletrônicos como pagamento da GFIP, implantação do código de barras para o pagamento da GPS, requisição de benefícios, pedidos de revisão e marcação de perícias médicas, evitando assim o deslocamento de parte da população para as agências. Descobrimos que metade das filas que se formam nas APS são decorrentes de pedidos de informação, que podem ser feitos pelo telefone e pela internet.

Para melhorar ainda mais o atendimento precário recebido pela população, convocamos 900 novos servidores concursados. Nomeamos 1492 médicos peritos, o que permitiu aumentar para 6594 o número de médicos credenciados em todo o Brasil. Com o novo Prevfone, os atendimentos passaram de 1 milhão e 100 mil ligações por mês para 1 milhão e 759 mil ligações no mesmo período.

Durante a nossa gestão, capacitamos os servidores do INSS. Ao todo foram disponibilizadas 18128 oportunidades para que analistas e técnicos previdenciários possam estar melhor preparados para, efetivamente, executar um serviço de qualidade no País.

Gostaria ainda de ressaltar senhores e senhoras, entre a série de ações implementadas na nossa gestão, a prorrogação do prazo de junho para dezembro de 2005 para que as pessoas que optaram por um plano de previdência complementar pudessem escolher com mais tempo a opção sobre qual regime tributário preferem. Além disso, lutamos pela isenção da CPMF nas movimentações do cidadão entre os diversos fundos de pensão existentes na hora de optar, evitando assim prejuízo para a população.

Ao final Senhor Presidente, não poderia deixar de falar sobre o programa de Crédito Consignado para aposentados e pensionistas. Apesar dessa iniciativa não ter sido nossa, durante o período que ocupei o cargo de ministro da Previdência revisamos os convênios firmados e liberamos a inclusão de novos bancos com permissão para oferecer esta modalidade de empréstimo à população.

Determinei que as taxas de juros cobradas pelos bancos conveniados fossem públicas e expostas na internet. Lançamos ainda uma campanha de esclarecimento à população com o objetivo de informar as vantagens ao se contrair um empréstimo consignado, mas principalmente alertar ao aposentado e pensionista sobre possíveis problemas decorrentes de ações de estelionatários e atravessadores. Além disso, participamos da elaboração de uma nota técnica juntamente com os ministérios da Justiça e Fazenda para orientar a população e estabelecer novas regras para o sistema bancário oferecer este tipo de empréstimo.

Portanto senhores senadores e senhoras senadoras, apesar do período a frente da Previdência ter sido curto, nós o aproveitamos ao máximo. Deixei, como disse no início, o Ministério da Previdência com a alegria do dever cumprido. Volto ao Senado para retomar a minha atividade parlamentar em prol do Brasil e, em especial, da minha querida Roraima. Certo de ter feito o melhor que pude, apresento minha contribuição ao governo do Presidente Lula, a quem agradeço a confiança em mim depositada, aproveito para agradecer também aos servidores da Previdência, que tanto me ajudaram na realização destas ações, e ao PMDB que me honrou com a indicação e nunca me faltou em apoio.

Encerro este pronunciamento Senhor Presidente dizendo que agrego ao meu perfil parlamentar uma característica que ainda não tinha quando deixei esta Casa para ocupar o cargo de Ministro da Previdência. Hoje, tenho o conhecimento de quem comandou aquela Pasta e percebeu a necessidade de buscar, no Parlamento, um trabalho conjunto entre todos os nossos pares para uma Previdência Social mais equilibrada e próxima da população brasileira.

(AGRADECIMENTOS FINAIS E ENCAMINHAMENTO PARA PUBLICAÇÃO).

Senador Romero Jucá – PMDB/RR

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Choque de Gestão

(100 dias)
Romero Jucá

Sumário

Apresentação
Secretaria Executiva
Secretaria de Previdência Social
Secretaria da Receita Previdenciária
Secretaria de Previdência Complementar
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Dataprev
Anexos

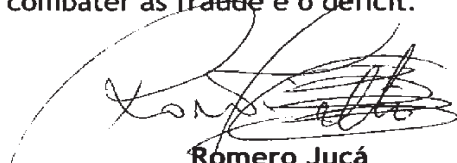
Apresentação

Nestes 100 dias de gestão, o foco dos trabalhos se baseou em quatro prioridades. Como melhorar o atendimento ao segurado, universalizá-lo, buscar as pessoas que não contribuem e não são protegidos pela Previdência Social. Priorizamos o combate à sonegação e à fraude. Com o conseqüente aumento da arrecadação, iremos equilibrar os cofres da Previdência, o que possibilitará o aumento do salário mínimo. Para que tudo isto fosse possível, foi necessário integrar as três casas: MPS, INSS e Dataprev.

As mudanças profundas que estamos fazendo se deve primordialmente ao apoio e a confiança depositadas na nossa administração a frente do Ministério da Previdência Social pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e toda a equipe de governo, entre os quais destaco o ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu; a atual Ministra Dilma Rousseff; o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci; o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; e os demais funcionários de governo que ajudaram a consolidar esse período. Não posso deixar de destacar o trabalho e competência da equipe do Ministério da Previdência, INSS e Dataprev.

Gostaria de citar algumas ações de combate às fraudes pelas forças-tarefas como as operações Psiquê, Quati, Sinceridade e Gavião. O Empréstimo Consignado é outra ação importante, que sofreu algumas alterações como as novas regras para convênios, divulgação das taxas de juros na Internet e no PREVfone, lançamento do cartão de crédito e campanha de conscientização do Segurado. Na melhoria do atendimento, priorizamos a convocação de aprovados no último concurso público, reformamos Agências da Previdência e aumentamos a capacidade de atendimento do PREVfone, de 1 milhão e 100 mil ligações para 1 milhão e 759 mil ligações/mês. Já na área de redução do déficit, tivemos arrecadação recorde no mês de abril, de 8,6 bilhões e intensificamos as ações de recuperação de créditos, destacando os grandes devedores, com um acréscimo de 29% na arrecadação de créditos constituídos e parcelados. Devo ressaltar aqui, o monitoramento iniciado pelo Ministério, em abril, e que permitiu controlar os grandes devedores do INSS, impedindo assim, fraudes no sistema.

No mês de abril de 2005, a Previdência Social pagou 23,3 milhões de benefícios, sendo 16,1 milhões na área urbana e 7,2 milhões no meio rural, o que injetou na economia dos estados e municípios brasileiros mais de R\$ 10,6 bilhões. Uma Instituição universal e pública no seu aspecto de Justiça Social e Seguridade, é com este conceito, que finalizo os 100 dias da minha gestão a frente da Previdência Social, certo de ter cumprido o papel proposto de melhorar o atendimento à população e combater às fraude e o déficit.



Rômero Jucá

Ministro da Previdência Social

Julho/ 2005

Secretaria Executiva

Programa de Educação Previdenciária

1. Realização de 2.338 ações educativas de conscientização e informação, com a participação de cerca de 234 mil pessoas em palestras, seminários e feiras, no propósito de chamar os trabalhadores para inscrição no RGPS e manutenção do pagamento das contribuições em dia, como garantia de sobrevivência na doença e aposentadoria na velhice.
2. Treinamento de 2.238 representantes de entidades da sociedade civil organizada, agentes públicos e comunitários, representantes de categorias profissionais, visando à sua atuação como multiplicadores das informações pertinentes ao Regime Geral da Previdência Social.
3. Treinamento de 108 instrutores do SENAC, visando à inserção de conteúdos sobre Previdência Social nas oportunidades de desenvolvimento profissional nos níveis básico e técnico, presenciais ou a distância.
4. Participação, em palestras, de 1.066 alunos dos cursos profissionalizantes do SENAC, contribuindo para o processo de informação e conscientização desses alunos no que tange a direitos e deveres em relação à Previdência Social como instrumento de proteção da cidadania.
5. Realização de reuniões técnicas com a participação de 236 servidores do INSS, das Regiões Sul, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e do estado de São Paulo, com vistas a oferecer ferramentas gerenciais e atividades práticas orientadas aos educadores previdenciários.
6. Aprovação do projeto de inclusão da Educação Previdenciária nos parâmetros curriculares nacionais, pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), por meio da publicação da Recomendação n° 09/2005.

Assessoria de Gerenciamento de Riscos - AGR

1. Acompanhamento do desenvolvimento do projeto GR pela equipe da AGR.
2. Estudos sobre Benefícios por Incapacidade.
3. Reunião com a Diretoria de Benefícios para atualização do Relatório de Vulnerabilidades da área de Benefícios.

4. Retomada do monitoramento manual das vulnerabilidades identificadas da área de Benefícios.
5. Agendamento de oficina de trabalho para discussão de novas vulnerabilidades verificadas.

Assessoria de Pesquisa Estratégica - APE

1. Continuidade ao rigoroso programa de combate às fraudes contra a Previdência Social, a Assessoria de Pesquisa Estratégica - APE, de março a junho de 2005, mediante ação dos Grupos de Trabalho que atuam de forma integrada e harmônica com o Ministério Público Federal e o Departamento de Polícia Federal, sob a forma de Força-Tarefa Previdenciária. No período referido, as operações resultaram na prisão de 21 fraudadores:
 - Em abril/2005, a Operação Paulo Afonso, na Bahia, resultou no estancamento de um esquema de fraudes em benefícios rurais nas regiões de Paulo Afonso/BA e Tacaratu/PE. A quadrilha que tinha atuação principal do Sindicato Rural de Tacaratu, na pessoa do seu Presidente, Claudionor Rodrigues Major, falecido em 2004, forjava documentação dos seus afiliados com a finalidade de obter aposentadoria de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Psiquê, em Minas Gerais, resultou em buscas e apreensões. A quadrilha, com envolvimento de servidores, médicos peritos e intermediários, atuava na concessão de benefícios por incapacidade de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Quati, no Paraná, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 05 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 03 servidores atuava na preparação de documentação falsa e na inclusão de vínculos empregatícios fictícios, que seriam utilizados na obtenção de benefícios previdenciários de forma fraudulenta;
 - Em abril/2005, a Operação Sabará, em Minas Gerais, resultou em apreensões e na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na preparação de documentação falsa com objetivo de obter benefícios previdenciários de forma fraudulenta; Em maio/2005, a Operação Sinceridade, no Rio de Janeiro, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 01 fraudadora. Esta fraudadora, servidora do INSS, atuava como Presidente do Sindicato dos Servidores da Linha de Arrecadação do INSS/RJ (SINSERA), fazendo gestão junto às empresas para que não sofressem ação fiscal mediante o pagamento de propina;
 - Em maio/2005, a Operação Bangu, no Rio de Janeiro, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 02 fraudadores. Estes fraudadores, servidores do INSS, atuavam na

falsificação de tempo de contribuição de segurados com a finalidade de obtenção fraudulenta de benefício previdenciário;

- Em junho/2005, a Operação Gavião, no Rio Grande do Sul, resultou em buscas e apreensões e na prisão de 09 fraudadores (um Vereador, médicos e intermediários). A quadrilha atuava na preparação de documentação falsa e inserção de vínculos empregatícios fictícios, que seriam utilizados na obtenção de benefícios previdenciários por incapacidade de forma fraudulenta;
- Em junho/2005, a Operação Lombalgia, em São Paulo, resultou na prisão de 01 fraudador. Este fraudador utilizava documentação falsa com objetivo de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta;
- Em junho/2005, a Operação Fabricador, no Rio Grande do Sul, resultou na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na falsificação de cartas concessórias de benefícios do INSS com objetivo de saques do PIS e FGTS indevidamente;
- Em julho/2005, a Operação Peruíbe, em São Paulo, resultou em busca e apreensão e na prisão de 01 fraudador. Este fraudador atuava na preparação de documentação falsa com objetivo de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta.

Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração

1. Implementação de Programas de Melhoria de Qualidade do Gasto Público e Redução de Despesas (Portaria Ministerial nº 939/2005 e Portaria SE nº 261/2005).
2. Elaboração de quadros gerenciais destinados a oferecer subsídios à tomada de decisão por parte das autoridades competentes. Discussão dos limites orçamentário e financeiro com as unidades do MPS. Disponibilização dos limites às Unidades Orçamentárias, após decisão superior.
3. Elaboração do Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - DEOF, aberto por Unidade Gestora - UG, com a finalidade de acompanhar a execução orçamentária/financeira das UG's da Administração Direta, do INSS e da Dataprev.
4. Fornecimento contínuo de Atestados de Disponibilidade Orçamentária, em cumprimento ao contido nos Artigos 15 e 16 da LRF.
5. Acompanhamento contínuo da execução orçamentária e financeira referente ao Grupo de Despesas Pessoal e Encargos Sociais.

6. Contato continuado com as Unidades Orçamentárias, visando identificar possíveis pontos de estrangulamento orçamentário, ou seja, necessidades de dotação suplementar.
7. Início ao processo destinado à elaboração de Proposta Orçamentária Anual/2006, no que se refere às Unidade Orçamentárias do MPS.
8. Atualização dos cronogramas de desembolso das unidades e entidades vinculadas, assim como dos registros e demonstrativos financeiros.
9. Transferência e controle dos recursos recebidos do Tesouro Nacional que são enviados às unidades vinculadas.
10. Elaboração da tomada de contas anual da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhada aos órgãos de controle interno e externo.
11. Elaboração de planilhas diárias, semanais e mensais, com dados coletados no SIAFI, que permitem o acompanhamento dos saldos diários e as necessidades financeiras de cada unidade.
12. Elaboração de planilhas demonstrativas do acompanhamento diário do registro, pelas UG do MPS, das Conformidades Diária e Documental, evidenciando eventuais pendências de registros e as justificativas apresentadas pelo gestor.
13. Avaliação dos Programas do PPA ano de 2004.
14. Elaboração de planilhas da programação física e financeira dos programas/ações constantes do PPA 2004-2007 do Ministério da Previdência Social e entidades vinculadas.
15. Revisão do PPA 2004/07 - Ano 2005 - Fase Qualitativa.
16. Coordenação da elaboração do Plano Gerencial do Programas do PPA 2004 -2007, no âmbito do Ministério da Previdência Social.
17. Elaboração de Relatório de Prestação de Contas de 30 meses de Governo: Elaboração da Proposta do Regimento Interno da CGPGE.
18. Participação na coordenação e apresentação do Plano de Ação do Ministério e entidades vinculadas na Secretária Executiva.
19. Reuniões com as unidades da Secretária da Receita Previdenciária - SRP, Departamento de Tecnologia da Informação - DTI, com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev para discussão e

elaboração do projeto de tecnologia da Informação visando a Modernização da Gestão da Previdência Social.

20. Além das atividades relacionadas à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE, este setor realiza atividades rotineiras, tais como:

- Monitoramento de dados e informações no SIGPlan- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal, com análise de consistência das informações físico-financeiras das ações que compõem o Plano Plurianual 2004-2007 do MPS;
- Acompanhamento sistemático das mudanças na estrutura regimental do Ministério, bem como dos regimentos internos;
- Capacitação de 630 servidores em seis cursos internos e de 21, em cursos externos, de curta e longa durações;
- Formalização de convênios com três instituições particulares de ensino superior, visando assegurar descontos no valor das mensalidades dos servidores e seus dependentes, nos percentuais variáveis de 15% a 25%;
- Aprovação do Plano do Projeto de Modernização da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

ProPREV

1. Reinício dos trabalhos de implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS. Para elaboração dos sistemas previstos no Novo Modelo de Gestão, está em curso o detalhamento dos processos redesenhados. O referido detalhamento está orçado em aproximadamente R\$ 7 milhões. Início do processo de contratação de empresas que irão desenvolver novos sistemas da Previdência para melhoria do atendimento e combate às fraudes. Estima-se gastar R\$ 40 milhões com desenvolvimentos dos softwares e R\$ 12 milhões com o gerenciamento eletrônico dos documentos da Previdência.
2. Integração das ações de Tecnologia da Informação do INSS, Dataprev e MPS com a unificação do plano de investimento das três casas. Com isso eliminou-se a superposição de ações, evitando-se gastos desnecessários em tecnologia.
3. Início do processo de contratação dos equipamentos do sistema Phila para 400 Agências da Previdência, que está estimado em R\$ 1,9 milhões.

PARSEP

1. Contratação de empresa para recadastramento nos Regimes Próprios de Previdência nos estados de RO, RR, AL, AM, MA, BA, no valor de R\$ 3,5 milhões.
2. Contratação de empresa para auditoria nos processos de pensionistas do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 980 mil.

PREVMUN

1. Realização de Seminários sobre a Reforma da Previdência nos Municípios de Guarulhos, Londrina, Recife, Natal, Boa Vista e João Pessoa. Essa divulgação custou aproximadamente R\$ 180 mil.

Secretaria de Previdência Social

1. Discussão, acompanhamento e aprovação do Substitutivo da MP-242 na Câmara dos Deputados.
2. Implementação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 01 de junho de 2005, em cooperação com os sistemas previdenciários dos países parceiros do Mercosul.
3. Negociação da Atualização da Legislação da Previdência Rural na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados.
4. Elaboração de Minuta para a atualização do Regulamento da Previdência Social.
5. Início das negociações do Acordo Bilateral da Previdência entre Brasil e Alemanha.
6. Atualização das Regras do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).
7. Cooperação Técnica com os seguintes países: México, República Dominicana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
8. Contratação, através do Programa PARSEP, da reestruturação do cadastro previdenciário

dos Sistemas Estaduais de Previdência de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Rondônia, Roraima e São Paulo.

9. Realização de Seminários do Programa PREVMunicípios em Boa Vista, Teresina, Natal e Guarulhos, para apoio aos respectivos regimes municipais de Previdência.

Secretaria da Receita Previdenciária

1. Intensificação das ações de recuperação de créditos, com destaque para a priorização dos grandes devedores, ocasionando um acréscimo de 29% na arrecadação de créditos constituídos e parcelados, comparado com o mesmo período de 2004, o que superou a meta estabelecida para o 2º trimestre/2005, em 12%.
2. Priorização da análise/julgamento dos processos de maior valor, o que resultou na redução do valor do estoque a cargo do contencioso administrativo em 21%, tendo sido julgados /analisados créditos com valor superior a 12% em relação ao mesmo período de 2004.
3. Realização do Projeto-Piloto das Delegacias de Julgamento, em três Delegacias da Receita Previdenciária (Recife/PE, Distrito Federal e Rio de Janeiro - Centro), com o objetivo de testar e verificar os resultados práticos das rotinas e procedimentos necessários para a implantação do julgamento colegiado, tendo sido realizadas 70 sessões de julgamento e analisados 1.381 processos, o que supera em 36,9% a meta de análise/julgamento de processos proposta para as Delegacias da Receita Previdenciária não participantes do projeto piloto.
4. Análise de 7.276 ocorrências de variação na arrecadação de grandes empresas, identificadas pelo sistema de Monitoramento, gerando resultado de R\$ 106 milhões em recolhimento e de R\$ 85 milhões em confissões de dívida.
5. Realização de 1.845 auditorias de cobrança de divergências entre valores declarados em GFIP e pagos em GPS, gerando resultado de ação fiscal de R\$ 1,5 bilhões.
6. Incremento de 12,8% na arrecadação previdenciária em comparação com o mesmo período do ano anterior, devendo fechar o primeiro semestre com o valor de R\$ 49 bilhões, cerca de R\$ 1,3 bilhões ou 2,7% acima da meta da Secretaria.
7. Implantação da GPS com código de barras para pagamento de contribuições de pessoas físicas, a partir de 15/06/2005.

8. Adaptações e novas rotinas conceituadas para tornar o processo de cobrança automática GFIP X GPS mais confiável e ágil. A implantação da cobrança automática está prevista para ocorrer, em todas as Delegacias da Receita Previdenciária, em outubro de 2005.
9. Obrigatoriedade do envio da GFIP por meio eletrônico.
10. Fase final de desenvolvimento de GFIP Única, GFIP Retificadora e do sistema GFIP WEB, com implantação prevista para agosto de 2005.
11. Mapeamento dos riscos do Parcelamento Administrativo, ação já concluída.
12. Mapeamento dos riscos de Restituição, ação já concluída.
13. Mapeamento dos riscos do Ajuste de Guias e CND. Início em 04/07.
14. Projeto Piloto na Delegacia do Distrito Federal da Metodologia de Auto-Avaliação da Gestão.
15. Encaminhamento de proposta de Convênio entre SRP e SRF.
16. Acompanhamento do Projeto de Gerenciamento de Riscos.
17. Consolidação da Assessoria de Estudos Tributários e Normatização na estrutura da Secretaria da Receita Previdenciária.
18. Estudo do Impacto, legal e na arrecadação, da proposta de Projeto de Lei das Pequenas e Micro Empresas, apresentado pelo SEBRAE ao Governo Federal.
19. Estudo da transformação da retenção dos 11% sobre os serviços de cessão de mão de obra em tributação definitiva, mediante a redução de alíquotas, objetivando a redução do elevado número de processos de restituição e compensação.
20. Análise e proposição do anteprojeto de Medida Provisória sobre parcelamento, redução temporária da alíquota de contribuição da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica.
21. Análise do Projeto de Lei Complementar para tratamento tributário favorecido ao micro empreendedor (faturamento anual < R\$ 36.000,00).
22. Proposta de inclusão na MP 252 de dispositivo legal que permite o aproveitamento das restituições de tributos administrados pela SRF, para a quitação de débitos previdenciários.
23. Elaboração e consolidação da proposta orçamentária da SRP para o ano de 2006.

24. Estudo, análise e proposta para o redimensionamento da rede de atendimento das unidades descentralizadas da Secretaria da Receita Previdenciária.
25. Revisão da Estrutura do Programa “Arrecadação de Receitas Previdenciárias” do PPA.
26. Incentivo às práticas de planejamento gerencial e operacional nas Delegacias da Receita Previdenciária, pela participação em reuniões com o contingente fiscal, a fim de disseminar a utilização de técnicas de planejamento gerencial, priorização da atividade fiscal e otimização na utilização do contingente, e ainda, o estabelecimento de canais de comunicação com Tribunais de Contas e Secretarias de Fazenda, para troca de experiências e práticas fiscais.
27. Execução de programas de capacitação contínua de nossos servidores, visando à especialização e à construção de conhecimento, otimizando o aproveitamento de nosso potencial humano, onde, além do curso de auditoria aplicada, está em desenvolvimento curso de contabilidade voltado ao contingente externo, a fim de otimizar a utilização das funcionalidades trazidas pelos sistemas AudPrev e AudiG e auferir ganhos ainda mais substanciais na produtividade fiscal.
28. Desenvolvimento e aprimoramento do parque tecnológico e de sistemas de apoio e suporte à execução de auditoria fiscal, destacada no período em análise a aquisição de equipamentos e desenvolvimento de seminário de tecnologia da informação, com a participação de universidades, Serpro, DTI e Dataprev.
29. Redução na quantidade de ações realizadas pelos 2.108 Auditores-Fiscais alocados em atividades de fiscalização externa, consoante com o foco do planejamento, que busca priorizar, através da Curva ABC, contribuintes de maior porte, a fim de melhorar os indicadores de cobertura fiscal.

Secretaria de Previdência Complementar

1. Edição da MP 255, promovendo ajustes no regime tributário de fundos de pensão, a saber:
 - prorrogação do prazo de opção (de junho para dezembro) para que o participante de plano de previdência possa optar por regime tributário alternativo, baseado em alíquotas regressivas de IPRF em razão do prazo de acumulação dos recursos;
 - isenção da CPMF nas movimentações de recursos previdenciários entre planos de

previdência (portabilidade e transferência de gestão de planos);

- Extensão da isenção de IRPJ dos fundos de pensão para os ganhos e rendimentos das aplicações de recursos correspondentes a planos assistenciais à saúde (já existe a isenção, desde 1º de janeiro de 2005, para os recursos de planos previdenciários).
2. Lançamento do Plano de Previdência Complementar da AASP - Associação dos Advogados de São Paulo.
 3. Apoio para a estruturação da PREVIC - MP 233 (o Governo Federal pretendia, com a PREVIC, uma estrutura mais forte de fiscalização, o que infelizmente não foi possível).
 4. Apoio para a reestruturação emergencial da SPC, em face da não aprovação da PREVIC.
 5. 501 processos administrativos analisados, versando sobre a alteração de regulamento de plano, estatuto, transferência de gestão de plano, convênio de adesão, com destaque para a implementação de 23 novos planos coletivos de Previdência.

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

1. **Homologação do Planejamento Anual Integrado do INSS - PAI 2005**
A Diretoria Colegiada do INSS homologou o PAI 2005.
2. **Desenvolvimento do Planejamento Anual Integrado do INSS - PAI 2006, Nível Operacional**
A fase qualitativa do PAI 2006 foi desenvolvida no período de 11/06 a 24/06 e contou com a representação de todas as áreas do INSS. Foram definidos 9 objetivos estratégicos, que se desdobraram em metas e ações viabilizadoras. A fase quantitativa (orçamentária) do PAI 2006, no nível operacional, está sendo desenvolvida pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística. Segundo informações do Ministério do Planejamento, o INSS está à frente dos demais órgãos da Administração com a elaboração do PAI 2006.
3. **Levantamento de Ações Emergenciais para o INSS**
Em trabalho conjunto, as áreas do INSS relacionaram ações que podem promover reflexo imediato na gestão previdenciária e propiciar a melhoria substancial na qualidade dos serviços prestados aos beneficiários, contribuintes da Previdência Social e aos cidadãos, e ainda intensificar o combate à fraude e à sonegação e reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social. Este levantamento foi apresentado à equipe do Governo,

especialmente à da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda, e foi garantindo aporte de recursos da ordem de R\$ 243 milhões para execução das Ações.

4. Definição e Aprovação do Regimento Interno do INSS.

Definido pelas áreas técnicas, o Regimento Interno relativo ao Decreto N° 5.257/2004, que instituiu a Estrutura Regimental do INSS, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e encontra-se no Ministério da Previdência Social para análise e publicação.

5. Projeto Data de Cessação do Benefício - DCB Programada

Tem por objetivo a cessação automática de benefícios a partir do diagnóstico da incapacidade para o trabalho e a definição do tempo necessário para a recuperação do segurado, conforme a causa da incapacidade. Entre outros, propiciará a redução de atendimentos médico-periciais, desafogando as agendas dos consultórios médicos, e a redução de pagamento de benefício por incapacidade por prazo superior ao necessário. A implementação do Projeto acontecerá nos Sistemas Prisma e SABI em 34 APS pilotos - a partir de 1° de agosto o Projeto será implementado em todas as APS no País.

6. Projeto Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE

Este Projeto tem por objetivo disponibilizar à Diretoria de Benefícios estudos e informações referentes às espécies de benefícios, buscando analisar padrões e identificar distorções; proporcionar uma interface única e amigável para consultas e acessos às informações de benefícios; permitir a geração, de forma ágil e segura, de consultas e relatórios, pelo cruzamento de informações.

O SUIBE está em fase de desenvolvimento na DATAPREV, em acordo com o documento "Arquitetura de Sistemas - fase III" do Plano Diretor de Tecnologia e Informação - PDTI, e está alinhado às diretrizes do PROPREV quanto à gestão de informações.

7. Projeto Sistema Histórico de Créditos na Internet - HISCRENET

Objetiva disponibilizar aos órgãos de execução do INSS, bem como seus usuários, um canal de acesso para consulta, em tempo real, das informações relativas a pagamentos efetuados aos beneficiários, proporcionando maior comodidade, agilidade do atual sistema utilizado; obter informação automática sobre os créditos gerados desde 06/1989; e, evitar, erros de cálculos e conseqüente liberação de valores indevidos. O Sistema foi desenvolvido e aguarda a aquisição de equipamento com capacidade suficiente para guardar todo o Histórico de Créditos.

8. Atualização diária dos créditos dos benefícios em manutenção pagos pelo INSS

Disponibilizando-os para todos os Órgãos Pagadores e facilitando o atendimento dos beneficiários, que passarão a receber os pagamentos especiais em seu próprio domicílio bancário. Para execução desta Ação é necessária a alteração de ato normativo interno, orientando a alteração da rotina de cálculo e a promoção de adaptações pela INSS/Datraprev e rede bancária, com vistas à implantação da Emenda 6.0 (pedido feito à Febraban de troca de

9. Descentralização do Benefício por Incapacidade

Tem por objetivo facilitar o acesso do cidadão aos Benefícios por Incapacidade, disponibilizando-os nos mais variados canais de acesso e contribuindo para redução do fluxo de pessoas nas Agências da Previdência Social.

Para realização desta Ação foram previstas a remodelagem do requerimento via WEB, para possibilitar que os segurados requeiram os Benefícios por Incapacidade fora das Agências da Previdência Social - APS, e a implantação imediata do SABI em todas as APS do País.

10. Revisão automática

Objetiva agilizar a conclusão dos pedidos de revisão e redução do acervo de pedidos represados nas APS; implementar este serviço (revisão automática) via web/internet; e, atender de forma imediata as solicitações de revisão por parte do segurado.

11. Cobertura Previdenciária Estimada

Objetivo: melhorar a qualidade do exame médico pericial inicial e reduzir o excesso de perícias médicas, principalmente de médicos peritos terceirizados, no requerimento do benefício por incapacidade; adequar os protocolos médicos com base na CID 10 permitindo definir prazos compatíveis com o período de incapacidade para o trabalho; definir incapacidade para o trabalho, com base no grau de esforço físico, braçal ou postural necessário para executar as tarefas em cada atividade profissional e o grau de acometimento do estado geral do segurado em consequência da doença; permitir, na avaliação médica do Ax1 (exame inicial), as alternativas de DCB (data da cessação do benefício), DCI (data da comprovação da incapacidade) apenas em indicação de RP (reabilitação profissional), em indicação de LI (limite indefinido, sem revisões bienais) e LD (limite definido, com revisões bienais). *Requer alteração de Instrução Normativa.*

12. Produtividade

Visando ao resgate da imagem do INSS, a ação se propõe a eliminar o volume de processos administrativos de benefícios em tramitação com idade superior a 45 dias, com utilização de recursos orçamentários já existentes. Em 2004, foram gastos R\$ 18,7 milhões com diárias e deslocamentos que somados ao pagamento da correção monetária, ultrapassaram o montante de R\$ 100 milhões. Se considerarmos o volume de processos em estoque, conclui-se que o custo médio de cada processo é de R\$ 250,00.

Como requisitos necessários citam-se a alteração da redação do art. 357 do Decreto 3.048/99 e a edição de ato que discipline as novas regras do Decreto. Foram previstos recursos no Orçamento 2005, todavia poderá ser necessária suplementação em razão da abrangência das ações.

13. Disponibilização do CNISVR em todos os pontos de atendimento

Tem por objetivo concluir a implantação do aplicativo CNISVR/HIPNET em todos os pontos de atendimento do INSS, garantindo o reconhecimento do direito aos benefícios com segurança e maior agilidade e possibilitando a atualização dos dados de vínculos e

14. **Recomposição do quadro técnico da reabilitação profissional**

Objetiva implantar o modelo REABILITA em todas as Gerências-Executivas e APS de abrangência, possibilitando o acesso direto do segurado/beneficiário ao serviço prestado pelo INSS, seu retorno ao mercado de trabalho e o resgate de sua cidadania e, conseqüentemente, alterando a sua condição de beneficiário para de contribuinte de Previdência Social, desonerando-a da manutenção de benefícios desnecessários e de longa duração. Para execução desta ação, estão sendo providenciadas a aprovação das alterações propostas na IN nº 95, inclusão de modelos de convênios e acordos específicos da área de Reabilitação Profissional no Manual de Convênios e Acordos Internacionais; a inserção dos dados da Reabilitação profissional no Sistema SABI, uniformizando os procedimentos para a obtenção de dados pontuais sobre o serviço, prestado gerenciamento e acompanhamento do desempenho das equipes; contratação de recurso humano especializado; aquisição de equipamentos de informática com capacidade de suportar os aplicativos inerentes à Reabilitação Profissional, para obter maior agilidade ao trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas, bem como proporcionar acompanhamento e gerenciamento pontual e eficaz.

15. **Reestruturação do Serviço Social no INSS**

Tem por objetivo: democratizar as informações previdenciárias e sua relação com a seguridade social, reduzindo o nível de insatisfação do usuário, por falta de esclarecimentos e conseqüentemente; contribuir para a melhoria de atendimento dos usuários da Previdência Social; identificar os entraves que comprometem o acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, sugerindo alternativas para superação; contribuir para a resolução dos problemas enfrentados pelos usuários relacionados ao reconhecimento dos seus direitos junto a Previdência Social; contribuir para uma maior participação dos segmentos organizados, entidades de classe e outras organizações da sociedade civil na implementação da política previdenciária; contribuir para a formação de uma consciência cidadã de proteção ao trabalho; prestar assessoramento técnico aos estado, municípios, instituições governamentais e não governamentais nos assuntos relacionados a política previdenciária.

Para realização desta ação estão sendo propostos ajustes na Lei Orçamentária, para regulamentar o fornecimento de ajuda material aos usuários da Previdência, de acordo com o definido na Lei 8.213/91 art. 88, parágrafo 2º, e para dar cumprimento ao previsto no artigo 88, da Lei 8.213/91. Estão sendo realizados estudos de alteração do Decreto N° 3.048/99, nos itens que tratam do Serviço Social e de seus instrumentos técnicos de intervenção; da Instrução Normativa 118/05, no item que trata do Serviço Social, regulamentando a emissão do parecer sócio-econômico como um instrumento técnico para comprovação da dependência econômica e união estável nos casos de ausência ou insuficiência de provas. Este parecer pode ser emitido por solicitação das áreas de Benefício, Perícia-Médica, Junta/Câmara/Conselhos de Recursos da Previdência Social ou por iniciativa própria do Assistente Social. Está prevista e incorporação das ações do Serviço Social no sistema corporativo da Previdência Social.

- 16. Descentralização do Requerimento - Benefícios de Prestação Continuada - BPC/LOAS**
Objetiva facilitar o acesso, por meio de parceria com os órgãos de Assistência Social dos estados e municípios ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e operacionalizado pelo INSS, proporcionando comodidade ao requerente e redução do fluxo de pessoas no âmbito das Agências da Previdência Social - Em fase de implementação.
- 17. Implantação de sistema de controle e tramitação de recursos de benefícios - RECNET**
Ajustar e implementar um sistema de acompanhamento de recursos que tem por objetivo dotar o INSS de uma ferramenta que controle a tramitação dos processos recursais, de forma confiável e eficiente, utilizando tecnologia Web, permitindo o cadastramento e emissão de documentos, referentes a tais processos e possibilitando a estruturação do histórico de todas as fases do processo. O sistema integra-se a outros, tais como: SIPPS e CRPS/WEB.
- 18. Supervisão no Reconhecimento, Revisão e Manutenção do Direito**
Tem por objetivo substituir o PAB limite de alçada da concessão por uma modalidade segura; conferência prévia da concessão, revisão e do recurso antes da liberação do crédito; supervisão a posteriori dos benefícios em manutenção.
O Sistema atual está sendo alterado para cumprimento das premissas estabelecidas nas alterações sugeridas.
- 19. Batimento CPF**
Está sendo feito batimento com os 23 milhões de benefícios no SUB e os 16,5 milhões de NIT validados, resultado do batimento do CNIS com o banco de dados da SRF.
- 20. Capacitação de Servidores**
No decorrer dos últimos 100 dias, foram aprovados 442 projetos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos. Esses projetos disponibilizaram 18.128 oportunidades de capacitação para servidores da Direção Central, Superintendências, Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social em todo o País. Dentre as oportunidades já oferecidas, cabe ressaltar a capacitação dos 200 analistas previdenciários com formação em ciências contábeis, os 300 analistas com formação superior e os 600 técnicos previdenciários admitidos no último concurso público, realizado em janeiro do corrente exercício.
O módulo de capacitação a distância foi disponibilizado pela Universidade Corporativa da Previdência Social - UniPREV, com o Curso Ética no Trabalho. Foram disponibilizados ainda, mediante a UniPREV, os seguintes cursos a servidores do INSS (período de 14/03/2005 a 10/05/2005): Trabalho em Equipe; Introdução ao Uso da Internet e Segurança de Redes. Somando todas as ações disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos foram totalizadas 19.326 - oportunidades oferecidas - e 8.208 capacitações concretizadas

- 21. Concurso para admissão de servidores**
Foram realizados concursos públicos para admissão de 1.500 médicos peritos e 900 técnicos e analistas previdenciários, para aumento da força de trabalho do INSS.
- 22. Regularização de unidades habitacionais alienadas pelos ex-Institutos de Aposentadorias e Pensão**
Estão em procedimentos de regularização aproximadamente 7.500 unidades alienadas nas décadas de 30 a 70 em 13 conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro.
- 23. Aprovado o Plano Nacional de Desimobilização 2005/2006**
Alienação de aproximadamente 1.000 imóveis nos próximos 12 meses, devendo ser publicado em outubro/2005 a primeira etapa com 250 imóveis situados no sul/sudeste.
- 24. Estudo em andamento do INSS/MPS/MFazenda sobre imóveis do INSS cedidos a União**
Estudo visando regularizar por meio de alienação à União de mais de 200 imóveis atualmente cedidos a órgãos públicos federais.
- 25. Protocolo de Intenções entre MPS/INSS/MCidades/CAIXA**
Alienações de imóveis do INSS situados em centro de cidades, objetivando o atendimento de demanda por habitações para a área social e regularização de áreas fundiárias urbanas (favelas e invasões).
- 26. Estudo para regularização das atuais ocupações de imóveis funcionais**
Formado grupo de trabalho no INSS para regularizar ocupações de apartamentos funcionais, visando melhor atender ao TCU e ao MP.
- 27. Estudo para alienação dos apartamentos funcionais**
Estudo para alienar 368 imóveis, apartamentos funcionais estimados em 80 milhões de reais.
- 28. Obras de reparos e melhorias**
Promovidas obras de reparo e melhorias em 87 unidades do INSS. O custo foi da ordem de R\$ 1.744.676,86.
- 29. Obras do Programa de Melhoria do Atendimento - PMA**
Em andamento 39 obras do PMA, com custo orçado em R\$ 12.449.663,40.
- 30. Contratação de mobiliário para obras em andamento**
Orçados R\$ 2.249.026,08 para garantir a aquisição de mobiliário para obras em andamento.
- 31. Contratos de Manutenção predial, elevadores e ar-condicionado**
Despendidos R\$ 1.884.269,01 em pagamento de 22 contratos de manutenção.

32. **Processos continuados e descentralização de recursos para material de consumo**
Atendidas 42 Gerências-Executivas mediante repactuação, acréscimo, prorrogações e novas contratações, no valor de R\$ 2.163.211,00. Foram, ainda, descentralizados recursos para material de consumo na ordem de R\$ 18.440.289,21.
33. **Desenvolvimento de Tomada de Contas Especiais**
Constituídas vinte e uma comissões permanentes de Tomada de Contas Especial - TCE, criados bancos de dados para controle, acompanhamento de processos e de ofícios recebidos dos órgãos de controle interno e externo.

Dataprev

Ações estruturantes

1. **Definição dos papéis e dos atores da Previdência**
Definida a DATAPREV como Executora e Elaboradora da Política de Tecnologia da Informação no Âmbito da Previdência Social.
2. **Reestruturação do Conselho de Tecnologia da Informação - CTI**
Deu ao CTI a Característica Técnica, indicando para a Presidência do Conselho, o Presidente da DATAPREV, e indicando os Diretores técnicos da Empresa como Membros do Conselho.
3. **Implantação do Novo Modelo de Gestão - NMG**
Definidas as regras e responsabilidades na Implantação do NMG, pela Portaria Ministerial que determina o Termo de Governança.

Ações Organizacionais

1. **Composição da Diretoria da DATAPREV**
Aprovada no Conselho de Administração e encaminhada proposta de Decreto para assegurar que as Diretorias Técnicas da DATAPREV (DNG e DOP), sejam preenchidas por Empregados da Empresa.
2. **Plano de modernização da DATAPREV**
Elaborado e entregue ao Ministério Público e Tribunal de Contas da União o Plano de Modernização da Dataprev, que atende a uma antiga exigência destes órgãos bem como integra os diversos planos existentes na previdência sobre o assunto, particularmente o NMG e a Migração

3. **Captação de recursos para o Plano Emergencial**

Em andamento a obtenção dos recursos de investimento, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, para as ações emergências referentes a melhoria dos serviços prestados e do combate a fraude e redução de custos.

Ações Operacionais

1. **Melhoria das informações cadastrais**

Executada a primeira etapa do batimento das informações da Previdência (CNIS) com as informações da Receita Federal (CPF).

2. **Código de Barras na GPS**

Implantado o Código de Barras na GPS que irá melhorar o controle da arrecadação bem como reduzir os custos dos serviços prestados pelos bancos conveniados.

3. **Acesso ao sistema de Perícias Médicas**

Implantado o agendamento de consultas, via internet, que permite a marcação de consultas de perícias médicas, reduzindo, assim, o deslocamento do segurado à Agência da Previdência Social.

Anexos

Empréstimo Consignado

Bancos conveniados:

- ASB S.A Crédito, Financiamento e Investimento
- Banco Arbi S/A
- Banco BGN
- Banco BMC
- Banco BMG S/A
- Banco Bonsucesso S/A
- Banco BVA S/A
- Banco Cacique S/A
- Banco Credibel S.A
- Banco Cruzeiro do Sul S/A
- Banco do Brasil
- Banco do Estado do Piauí

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Bannrisul
- Banco Fibra S.A
- Banco GE Capital S/A
- Banco IBI
- Banco Industrial do Brasil S/A
- Banco Indusval S/A
- Banco Matone S/A
- Banco Máxima S/A
- Banco Mercantil do Brasil S/A
- Banco Panamericano S/A
- Banco Paulista S/A
- Banco Pine S/A
- Banco Santander Meridional S/A
- Banco Schahin S/A
- Banco Votorantim S/A
- Barigui Financeira S.A
- BESC Financeira S.A
- Caixa Econômica Federal
- Crefisa S.A
- HSBC Bank Brasil S/A
- Intermedium Crédito, Financiamento e Investimento S.A
- Paraná Banco S/A
- Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A
- Portocred S.A
- RS Crédito, Financiamento e Investimento S/A
- Sul Financeira S/A
- União de Bancos Brasileiros S/A - Unibanco

MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS			
Data	Nº Empréstimos	Valores	Média
11/mar	1.687.562	4.254.466.813,48	2.521,07
4/abr	2.065.997	5.027.830.502,50	2.433,61
9/mai	2.624.905	6.068.688.579,42	2.311,97
2/jun	3.083.696	6.798.980.231,36	2.204,82
12/jul	3.710.279	7.761.678.575,64	2.091,94

Variação Mês a Mês/ Média Diária de Empréstimos				
Data	Nº Empréstimos	Variação Quant.	Dias Úteis	Média Diária
11/mar	1.687.562	318.007	17	18.706
4/abr	2.065.997	378.435	16	23.652
9/mai	2.624.905	558.908	24	23.288
2/jun	3.083.696	458.791	17	26.988
11/jul	3.710.279	626.583	27	23.207

EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Arrecadação Líquida						
	Realizado 2004	2005					
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão 2005	Meta 2005 Portaria nº 597/05 (A)	Realizado 2005 (B)	Dif. Realizado - Meta Portaria nº 597/05 (B - A)	Realizado/Meta Portaria 597 (B/A)
Jan	5.850	8.047	8.047	7.850	8.047	197	102,51%
Fev	7.113	8.051	8.051	7.724	7.371	(353)	95,43%
Mar	7.138	8.503	8.588	7.584	8.236	652	108,60%
Abr	7.198	8.155	8.318	7.866	8.598	732	109,31%
Mai	7.276	8.208	8.454	8.263	8.188	(75)	99,09%
Jun*	7.900	8.340	8.590	8.455	8.526	71	100,83%
Acumulado do ano	42.475	49.304	50.049	47.742	48.966	1.224	102,56%
Jul	7.509	8.393	8.645	8.550	-	-	-
Ago	7.583	8.447	8.869	8.987	-	-	-
Set	7.440	8.501	9.011	8.665	-	-	-
Out	7.759	8.285	8.782	8.941	-	-	-
Nov	7.681	8.480	9.158	8.969	-	-	-
Dez	13.319	14.009	15.130	17.790	-	-	-
Total	93.765	105.419	109.644	109.644	48.966	1.224	

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Benefícios Previdenciários					
	Realizado 2004	2005				
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão 2005* (C)	Realizado 2005 (D)	Dif. Realizado - Meta 2005 (D - C)	Realizado/Meta (D/C)
Jan	8.857	10.497	10.497	10.498	1	100,00%
Fev	9.090	10.311	11.843	11.169	(674)	94,31%
Mar	8.628	10.344	10.797	10.573	(224)	97,93%
Abr	9.287	10.377	10.429	10.612	183	101,76%
Mai	9.419	10.410	10.326	10.531	205	101,99%
Jun*	9.940	11.363	11.008	11.280	272	102,47%
Acumulado do ano	55.221	63.302	64.900	64.663	(237)	99,63%
Jul	9.920	11.398	11.049	-	-	-
Ago	10.154	11.435	11.110	-	-	-
Set	10.078	11.470	11.089	-	-	-
Out	10.314	11.507	11.037	-	-	-
Nov	10.142	11.544	11.302	-	-	-
Dez	19.922	22.567	21.121	-	-	-
Total	125.751	143.222	141.609	64.663	(237)	

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

* Não houve revisão da distribuição da despesa com benefícios previdenciários após a divulgação do Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, assim como ocorreu com a meta de arrecadação (Portaria nº 597/05).

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (2005)
VALORES EM R\$ MILHÕES CORRENTES

Meses	Realizado 2004	Déficit 2005					
		Decreto nº 5.379/05 (Orçamento 2005)	Meta Progr. Modernização Gestão	Meta Portaria nº 597/05 (E)	Realizado (F)	Dif. Meta - Realizado 2005 (F - E)	Realizado/Meta Portaria nº 597 (F/E)
Jan	(3.007)	(2.450)	(2.450)	(2.647)	(2.451)	196	92,6%
Fev	(1.977)	(2.260)	(3.792)	(4.119)	(3.798)	321	92,2%
Mar	(1.490)	(1.841)	(2.209)	(3.213)	(2.337)	876	72,7%
Abr	(2.088)	(2.222)	(2.111)	(2.563)	(2.013)	549	78,6%
Mai	(2.143)	(2.202)	(1.872)	(2.063)	(2.343)	(281)	113,6%
Jun*	(2.040)	(3.023)	(2.418)	(2.553)	(2.755)	(201)	107,9%
Acumulado do ano	(12.746)	(13.998)	(14.851)	(17.158)	(15.697)	1.461	91,5%
Jul	(2.411)	(3.005)	(2.404)	(2.499)	-	-	-
Ago	(2.571)	(2.988)	(2.241)	(2.123)	-	-	-
Set	(2.638)	(2.969)	(2.078)	(2.424)	-	-	-
Out	(2.555)	(3.222)	(2.255)	(2.096)	-	-	-
Nov	(2.461)	(3.064)	(2.144)	(2.333)	-	-	-
Dez	(6.604)	(8.558)	(5.991)	(3.331)	-	-	-
Total	(31.985)	(37.803)	(31.965)	(31.965)	(15.697)	1.461	-

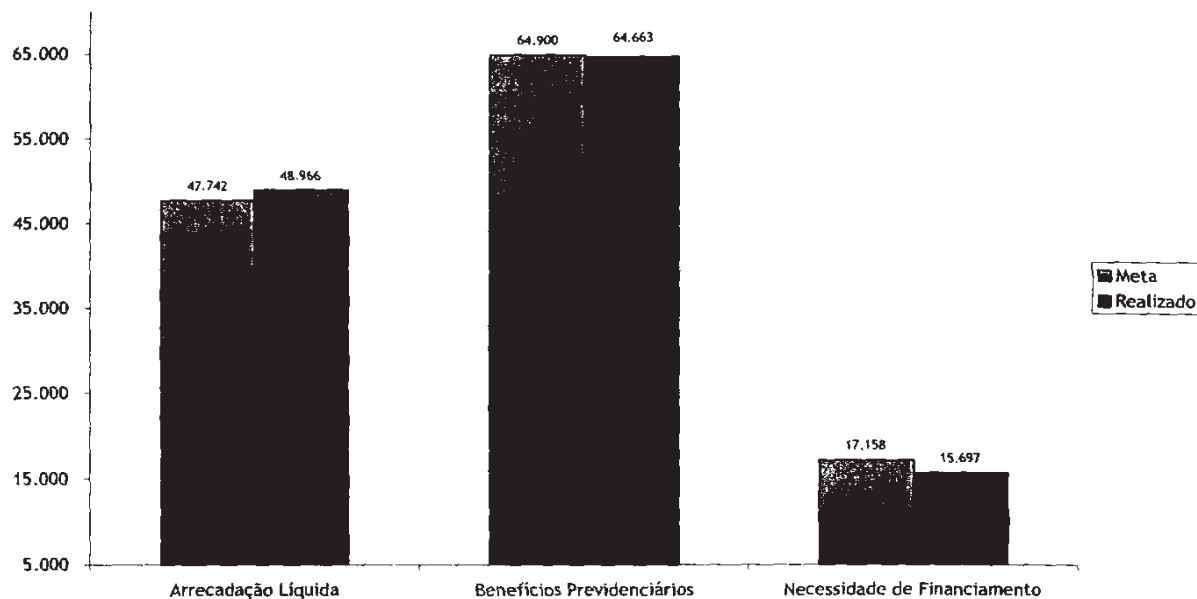
Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Documento do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social; Portaria nº 597/05

Elaboração: SPS/MPS

Obs. As colunas iluminadas em verde são aquelas que devem ser acompanhadas mensalmente, a cada divulgação do resultado INSS via fluxo de caixa

* Prévia do Fluxo de Caixa, sujeita a alterações

Arrecadação, Despesa e Necessidade de Financiamento da Previdência Social - Acumulado Jan-Jun* de 2005 (Em R\$ Milhões Correntes) -



O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Romero Jucá, a solicitação de V. Ex^a será atendida nos termos do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, será hoje a ida do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Peru, à cidade de Porto Maldonado, localizada a mais ou menos 250 quilômetros da fronteira com o Acre, portanto, com o território brasileiro. Esse será um momento especial, pois Sua Excelência e o Presidente do Peru, Alejandro Toledo, assinarão a ordem de serviço para o início do asfaltamento de mais 300 quilômetros da chamada rodovia Bio-Oceânica, que vai interligar, definitivamente, o oceano Atlântico ao oceano Pacífico.

É uma meta desafiante o asfaltamento de mais ou menos mil quilômetros, dos quais 700 quilômetros já estão asfaltados. Hoje, o Presidente da República assina, juntamente com o Presidente do Peru, a ordem de serviço. Ou seja, já transcorreu o processo licitatório, já se definiu qual será a empresa ou as empresas que executarão a obra, e a ordem de serviço está posta.

Ontem, saiu uma grande caravana de empresários, comerciantes, cidadãos e agentes públicos do Acre, comandada pelo Governador do Estado, Jorge Viana, para prestigiar e homenagear esse momento dos mais estratégicos da história da integração sul-americana.

O foco da integração física era basicamente voltado para o chamado Conesul, em que o Brasil, a Argentina, os irmãos do Uruguai e do Paraguai mantêm integração física definitiva. Havia uma espécie de ilha continental, que é a América Andina em relação ao Brasil e aos países que não são andinos. Agora, existe a possibilidade concreta da conclusão e da integração física na chamada rodovia Bio-Oceânica, onde 33 milhões de cidadãos, bolivianos e peruanos estarão voltados para a Amazônia brasileira, para o Brasil, num processo de integração cultural e sócio-política, de relações internacionais e, especialmente, de relações culturais. Está ali a grande oportunidade de consolidação da tese da chamada Comunidade Sul-Americana de Nações.

Não podemos abrir mão disso e, ao mesmo tempo, deixar de lado a oportunidade da ruptura com aquilo que é hoje a América Andina, que está voltada para a Ásia nas suas relações comerciais e nas suas relações de integração, quando poderia perfeitamente estar voltada para a Amazônia brasileira, para o Brasil, no seu

modelo de convivência pacífica e irmã como povos latino-americanos ou sul-americanos.

A expectativa é muito grande. Hoje, temos uma relação comercial da ordem de apenas US\$8 milhões, envolvendo o Estado do Acre, o Peru e a Bolívia. Com essa rodovia, seguramente, podemos pensar, no médio prazo, em uma relação comercial que supere US\$500 milhões, podendo chegar a US\$1 bilhão. Temos carnes, peixes, frutas e madeira para esse intercâmbio comercial. Os irmãos peruanos e bolivianos têm minérios, pedras e produtos estratégicos para a Amazônia ocidental.

Esse mercado que se avizinha depende muito dessa estrada. Atualmente, grandes empresas brasileiras avançam suas prospecções, começam a se instalar às margens da rodovia Bio-Oceânica, na área de produção estratégica de minerais, pensando na grande potencialidade que pode representar a chamada rodovia Bio-Oceânica.

Há ali um horizonte estratégico para o ecoturismo. Hoje, a segunda fonte de imigração do turista europeu para a América Latina, além do México e da região de Cancun, é exatamente a região de Machu Picchu, que está a poucos minutos de vôo do Brasil e estará definitivamente integrada a partir da consolidação dessa rodovia. Poderá haver o segundo movimento de turistas europeus na Amazônia brasileira, associados à Amazônia peruana e boliviana, o que pode significar muito em termos de divisas e de atividades comerciais, cultural e social integradas entre esses povos.

O Governador Jorge Viana tem buscado, com muito zelo, de maneira muito judiciosa, estabelecer precauções para os impactos ambientais que essa rodovia pode representar, tentando preservar as populações tradicionais, o **modus vivendi** daquelas comunidades que habitam as margens das rodovias, para que não percam sua identidade cultural e sua individualidade, mantendo também o seu dia-a-dia tradicional. Em vez de sermos apenas um corredor para a passagem do grande caminhão carregado de riquezas e de produtos comerciais, que sejamos um povo forte, convivendo às margens de uma rodovia estratégica para a América do Sul, que consolidará definitivamente a chamada América andina!

Cumprimento o Governo brasileiro e expresso minha admiração ao Presidente Lula pela coragem e determinação, pelo rompimento que conseguiu causar no chamado preconceito que alguns grandes grupos políticos e empresariais do Peru tinham em relação a essa rodovia, porque é evidente que já estavam muito bem estabelecidos e já tinham muito bem definidas suas práticas comerciais com o mercado asiático. Essa prática inovadora de levar produtos brasileiros a par-

tir da Amazônia para a comercialização com seus 33 milhões de consumidores, com o movimento inverso também, representava um novo desafio. Esse desafio e o preconceito foram rompidos. Hoje há uma adesão da sociedade peruana à viabilização dessa rodovia, e penso que ela se afirmará como marco definitivo na ação integrada para o turismo e o ecoturismo, para atividades comerciais, para as relações culturais e políticas da América Andina com a Amazônia brasileira.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica tem tido suas preocupações de acompanhamento e movimentação estimulante para a realização dessa rodovia. Na figura do Presidente Lula e do Embaixador Celso Amorim, o Governo brasileiro a tem colocado como agenda prioritária. O Senado Federal brasileiro concluiu, há poucos dias, quando tive a honra de ser o Relator, uma matéria que avança mais ainda no amadurecimento diplomático dos povos sul-americanos, quando rompemos, de acordo com o que já foi feito no Congresso peruano e no Congresso boliviano – há poucos dias, isso foi feito no Congresso brasileiro –, com a obrigatoriedade do passaporte nas áreas de fronteira entre os povos peruano, boliviano e brasileiro.

São avanços sólidos de uma política externa brasileira correta, adequada, integradora. Não é uma política das vaidades, mas sim de coexistência e de construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Fico muito feliz em dar essa notícia, é um momento muito bom. Um grande movimento político e cultural se afirma hoje em Porto Maldonado, com a presença dos dois Presidentes e representantes do Parlamento Amazônico naquela localidade.

O novo Embaixador do Brasil no Peru, Luiz Augusto de Araújo Castro, está extremamente preocupado em ser o grande vetor catalisador desse processo acelerado de integração entre brasileiros, peruanos e, é claro, bolivianos. O Governo do Acre também cumpre seu papel, e acredito que, em poucos meses, contaremos com essa obra muito avançada e com a certeza de que se efetivará a integração sul-americana e de que a América Andina será parte, de fato, de um povo só, da chamada Comunidade Sul-Americana de Nações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o pronunciamento do Presidente da República foi repetitivo; ouvimos o mesmo discurso dos últimos tempos. O Presidente

Lula afirmou: “Não podemos permitir que essa crise política seja manipulada por interesses menores e se alastre artificialmente”.

A que se refere o Presidente da República? Interesses menores foram os que moveram os artífices desse gigantesco esquema de corrupção que estamos investigando no momento.

Disse mais o Presidente: “Faço questão de tranquilizar as pessoas de bem e advertir aos mal-intencionados que as turbulências políticas não vão tirar o Governo do seu rumo”.

Ora, Sr. Presidente, quem são os mal-intencionados? Certamente, aqueles auxiliares do Presidente, dirigentes partidários que ele nomeou, outros que credenciou e que freqüentaram o Palácio do Planalto; certamente aqueles que, como se revelou nos últimos dias, fizeram inúmeras ligações para a Presidência da República e para 20 Ministérios: o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares. Evidentemente, são ligações suspeitas, que estabelecem vínculos entre pessoas e o Governo, mostrando, sem dúvida nenhuma, aquilo que já é conhecido, essa confusão entre o que é público e o que é privado.

Aliás, o que se percebe, com tantas ligações do Sr. Marcos Valério, com sua presença assídua nos órgãos governamentais, com sua influência explicitada, é que ele se constituía em verdadeiro Ministro sem pasta. O Sr. Delúbio Soares acabava sendo, na verdade, coadjuvante; o grande operador era, sem dúvida nenhuma, o Sr. Marcos Valério.

O Presidente, mais uma vez, dá a impressão de que assumiu o Governo antes do Plano Real e não depois dele. Veja, Sr. Presidente, que o Presidente Lula afirma o seguinte: “Todos sabem que, quando eu assumi a Presidência, o Brasil estava mergulhado em uma profunda crise econômica e social. O quadro era assustador”. Fica a impressão, portanto, de que ele assumiu o Governo antes do Plano Real, que proporcionou uma razoável estabilidade da nossa economia. Foi nessas circunstâncias que o Presidente Lula iniciou o seu mandato.

É claro que houve uma pequena turbulência provocada exatamente pela desconfiança do mercado em razão do que dizia o Presidente Lula antes de ser Presidente. A sua posição contra o Plano Real, a condenação ao superávit primário, o voto contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, a pregação de rompimento com o Fundo Monetário Internacional, ou seja, o que dizia o candidato Lula provocou uma pequena turbulência no mercado, desfeita logo após a sua posse, porque ficou estabelecido que ele não cumpriria nenhuma das suas promessas da campanha eleitoral. Portanto, o Presidente é injusto, quando tenta fazer com que to-

dos acreditemos que tenha assumido o Governo em momento de catástrofe econômica nacional.

Depois, o Presidente da República fala do crescimento econômico. Comemora, de forma exagerada, índices pífios de crescimento econômico. Eu, pelo menos, não me conformo, Sr. Presidente, com esses índices. Estamos crescendo muito menos do que deveríamos crescer. A Argentina deve crescer 7,5%; a Venezuela, 8%; o Chile, 6%; e, para o Brasil, a mais otimista previsão, anunciada agora pelo IPEA, eleva o índice de 2,8% para 3,5%. Dessa forma, o Brasil terá um dos menores crescimentos do mundo, perdendo até mesmo para países da África.

Ora, há razões para comemorar esse crescimento? O Presidente da República tem méritos no que diz respeito à manutenção da estabilidade da economia. Isso ele poderia anunciar como feito, mas não pode anunciar avanços, pois não aconteceram. Na verdade, o Presidente não inovou, não criou, não ofereceu ao País um novo modelo de política econômica: preservou os mesmos fundamentos que persistiram durante os oito anos do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele poderia destacar, como mérito do seu Governo, portanto, a preservação dessa conquista, que é a estabilidade da economia.

Sr. Presidente, o Presidente também destaca sempre as exportações. Miriam Leitão diz bem: "Quem exporta é exportador". E os nossos exportadores são cada vez mais competitivos, apesar do câmbio baixo.

Hoje, foram divulgados pelo IBGE dados importantes, que desmentem a euforia do Presidente Lula. A produção industrial brasileira registrou queda de 2,5% em julho; o resultado representa a maior perda desde janeiro de 2003. O recuo observado em julho foi generalizado e atingiu 20 das 23 atividades pesquisadas. As retrações mais significativas foram registradas em veículos automotores (-4,6%), material eletrônico, equipamentos e comunicações (-10,7%) e máquinas e equipamentos (-5,7%). Os bens de capital, máquinas e equipamentos registraram queda de 7,6%; os bens intermediários (insumos industriais), de 1,9%; e os bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (roupas e alimentos) caíram 0,9%.

Segundo o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, a renda **per capita**, no primeiro ano do Governo Lula, caiu 0,91%, sob o ponto de vista do poder de compra.

Esses números, que são oficiais, desmentem, desautorizam a euforia do Presidente da República. A política econômica que o Presidente destaca como de autoria e responsabilidade do seu governo, repetido, reproduz os fundamentos macroeconômicos da

política adotada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mais alguns dados importantes. Em junho de 1994, a inflação estava em 47%, quando foi controlada pelo Plano Real. Em 2001, a média foi de apenas 0,6%. Portanto, de 47% ao mês, em média, para 0,6% ao mês.

O crescimento econômico médio entre 1995 e 2001 foi da ordem de 2,9% do PIB, superior aos seis anos anteriores. Isso se deu apesar de ter enfrentado o Brasil três crises econômicas internacionais gravíssimas: a mexicana, a asiática e a russa.

Destaco esses fatos exatamente porque o Presidente Lula insiste em cometer injustiças relativamente aos seus antecessores. É claro que 2,9% de média é também um crescimento pífio, é um crescimento medíocre, é um crescimento aquém das nossas necessidades e das nossas potencialidades. Mas é superior ao crescimento que se verifica no atual governo. É por essa razão que não há como se admitir esse conformismo com os índices de crescimento econômico do nosso País. Evidentemente, há setores que aplaudem o Presidente e dão sustentação a esse discurso porque são os setores beneficiados: os grandes exportadores, os banqueiros nacionais. Esses naturalmente aplaudem o discurso do Presidente Lula.

O Presidente também, no discurso de ontem, falou nas ações sociais do seu Governo como imbatíveis em todos os tempos. Pois bem, a rede de proteção social no Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, deu prioridade a essas ações voltadas para os chamados mais pobres, os chamados excluídos. Eram onze programas diferentes, mobilizando recursos da ordem de R\$29,4 bilhões. Foi, sem dúvida, a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor de pobres realizada pelo Estado brasileiro em toda a História do País.

A política social do Governo Lula, depois que a farsa do Fome Zero levou os seus principais assessores a pedirem exoneração, em face do fiasco do Programa, depois disso, vieram as trapalhadas em torno do Bolsa Família, fraudes e falhas de cadastro, amplamente noticiadas, sem falar na política indigenista que foi criticada até mesmo no Exterior. Mas o Presidente vangloria-se da política social do seu Governo.

E vem agora um dado dramático para quem considera o Governo anterior medíocre nas ações sociais. E esse dado é de um economista conceituado no País, professor da Unicamp, o Professor Márcio Pochmann, ex-Secretário do Trabalho da gestão petista em São Paulo. Segundo o estudo desse professor da Unicamp, o Governo Lula reduziu, em 2004, os gastos sociais em R\$9.9 bilhões, ou seja, cerca de R\$10 bilhões em

relação a 2001, penúltimo ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, não gostamos de comparações, até porque há que se questionar momentos, circunstâncias, a realidade econômica mundial, mas não pode o Presidente Lula, permanentemente, insistir nessa tese de que o seu governo é o maior empreendedor da história e que quer que ele seja comparado ao final da sua gestão, e destacar, especialmente, um crescimento econômico irrisório que perde para o Peru, para o Chile, para a Bolívia, para a Venezuela e que perde para todos os países da América Latina, com exceção do Paraguai – mas para o Presidente Lula é um grande feito e uma grande conquista do seu governo. De outro lado, a questão social que ele insiste em dizer que o seu governo vem investindo como nunca se investiu neste País, e os números aqui apresentados, inclusive por um Professor com ligações estreitas com o PT, são números que desmentem o Presidente e desautorizam a sua afirmativa costumeira.

Relativamente à crise política, o Presidente foi mais contundente, mas, como antes, ficou apenas na manifestação de intenção. Não avançou em relação a atitudes, a providências. Não informou que providências deve adotar, para instrumentalizar os órgãos de investigação e agilizar os procedimentos adotados por Polícia Federal, por Ministério Público, com o objetivo de oferecer uma investigação eficaz, capaz de apresentar à Nação todas as respostas exigidas pela sociedade brasileira, diante deste que é o maior escândalo de corrupção da história do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de pasmar o discurso de Sua Excelência o Presidente da República, no dia da Independência do Brasil.

É inacreditável que o Presidente informe à Nação que vai falar no dia 7 de setembro e não tenha uma palavra sequer sobre o próprio dia e, ainda mais, sobre as mazelas do seu governo. Eu tinha a impressão, às vezes, que não era ele quem estava falando, que era o presidente da Nigéria. Estavam juntos e, como os assuntos não eram realmente os que o País deseja saber, da corrupção desenfreada deste Governo que a moral a cada dia desce mais no conceito dos brasileiros, eu tinha a impressão de que o Presidente ia enfrentar, dizer o nome dos seus traidores, se é que os têm, embora ele tenha traído muita gente. Mas nada disso aconteceu.

O Presidente leu um discurso inosso, e o País ficou sem saber, absolutamente nada, do que ele pensa e da sua responsabilidade nessa crise grave, a maior de todos os tempos no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, o Presidente Lula disse que o País não ia perder o rumo. Nesses anos, o Governo não teve rumo; conseqüentemente, não ia perdê-lo, ia continuar sem rumo, como vai continuar sem rumo, tenho certeza, porque Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, não se interessa por isso.

Abandonou os trabalhadores para ficar, ele sim, com as elites. Ele sim que providenciou os maiores aumentos dos bancos em todos os tempos. Ele sim que, por meio de alguns prepostos, cria algumas crises para disfarçar a verdadeira crise, que é ele na presidência.

Portanto, Sr. Presidente, preocupa-me a situação realmente alarmante do Sr. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados. Nós da Bancada baiana do PFL sabíamos que o Severino não tinha condições para ser Presidente da Câmara. Nele não votamos, embora, infelizmente, parte do nosso Partido, como do PSDB e das oposições quiseram impor uma derrota, no caso ao Governo. E não foi uma derrota para o Governo, mas sim para a instituição.

Jamais o Sr. Severino Cavalcanti poderia ser um bom Presidente, ele que nunca foi um bom Deputado. Jamais poderia ser um homem inteligente porque as provas e as demonstrações que tem dado na vida não são de inteligência, embora, algumas vezes, de sabedoria. Não poderia o Sr. Severino Cavalcanti honrar o posto máximo da Câmara dos Deputados; e o contraste evidente se vê com o Senado, cujo Presidente, pelo menos até aqui, tem demonstrado alta capacidade e inteligência, inclusive de não ir para os Estados Unidos em companhia de Severino Cavalcanti.

Pedi desta tribuna, há 15 dias, que Severino adocesse antes do escândalo do restaurante, mas não fosse de jeito nenhum à ONU representar o Brasil, nem em qualquer Parlamento, porque a presença de Severino iria ser um desastre, como será. Ele jamais lerá o discurso que fizerem para ele sem afrontar o nosso idioma.

De modo que me preocupa, Sr. Presidente, desviar-se essa crise que é do Governo Lula para o Sr. Severino Cavalcanti. O Sr. Severino Cavalcanti realmente não merece estar na Presidência, mas não se pode mudar o foco, que é Lula, que é a imoralidade constante deste Governo, para Severino Cavalcanti. Estaremos cometendo um ato de insanidade se mudarmos o pólo da crise. Isso não quer dizer que não se tome providências contra o Deputado Severino Cavalcanti, mas não se deixe de tomar as providências contra os

que praticaram os crimes que desonram o Congresso Nacional, principalmente o Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República.

O Senador Alvaro Dias, há pouco, falou uma coisa: todos os dias o Senador Aloizio Mercadante vem à tribuna – e o Presidente Lula aprendeu, deram a ele essa lição – e erra todo dia com números que não são verdadeiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os órgãos internacionais apontaram, nos últimos dias, que o Brasil foi o país da América Latina que menos cresceu. É inacreditável, mas é verdade. E ainda se fala nesses números que o Presidente Lula repete sem saber o que está falando.

Temos que dizer a verdade desta tribuna, pois o Senador Aloizio Mercadante virá com os mesmos números, vamos ouvir as mesmas coisas e não se dirá a verdade. O momento internacional é propício ao grande crescimento de todos os países, principalmente os emergentes. Mas o Brasil, de todos os países emergentes, é aquele que menos cresceu. Os índices do nosso País nos envergonham; só não envergonham ao Presidente da República porque Sua Excelência não sabe do que se trata em relação à numerologia.

Portanto, precisamos lutar; lutar com coragem. O que se passa no meio militar é uma afronta diária do Presidente da República aos militares e às suas famílias.

As famílias dos militares foram às ruas no dia 7 de Setembro, em todos os lugares do Brasil, inclusive na minha terra, para protestar contra a falta de palavra do Presidente da República que prometeu – olhe lá, já tem dois anos! – um aumento de 23%, que até hoje não cumpriu e quer dividir em duas partes.

Ora, Sr. Presidente, não se dá sequer o aumento aos militares, porque as Forças Armadas estão no seu mister de cumprir a Constituição, mesmo quando o Presidente da República não cumpre a palavra.

De modo que trago, neste instante, um apoio aos militares pelo 7 de Setembro e pela situação precária em que vivem com as suas famílias, em virtude da insensatez do Governo da República.

Quero dizer ao Senhor Presidente: se ele não tem bons conselheiros, não abuse tanto das Forças Armadas. Não desejo que a casa caia; ao contrário. O País não suporta mais isso. Entretanto, há de se convir que o trabalhador brasileiro não pode viver com o salário que tem, não pode de jeito nenhum.

Há pouco, o ex-Ministro da Previdência falava desta tribuna e mostrava que o trabalhador não podia sequer pagar aquilo que era obrigado e que ele diminui, segundo ele, de R\$60 para R\$27, de R\$60 para R\$33.

Ora, Sr. Presidente, se o próprio Ministro diz isso... Quando aqui lancei o salário mínimo de R\$384 houve a grita geral. Inclusive, a imprensa ficou contra mim, mas não ficou e não tem ficado contra os lucros dos banqueiros, que chegam a bilhões no semestre. Nunca se ganhou tanto no mundo como os banqueiros do Brasil. E isso no Governo do operário, do torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente da República e os seus líderes me devem satisfação e, por meu intermédio, ao Brasil. Queremos saber se ele sabia ou não do mensalão. O Governador Marconi Perillo, Roberto Jefferson e Miro Teixeira informaram ao Presidente do mensalão, e ele ou não quis tomar conhecimento ou quis ignorar o que não gosta de ouvir.

Também perguntei aqui e pergunto agora outra vez: quais as explicações do Presidente da República sobre os R\$5 milhões que a Telemar deu para uma empresa do filho dele? Que não conheça o que se passa no Brasil é intolerável, mas é inexplicável que não conheça o que se passa na sua própria família! A Telemar entendeu por bem patrocinar a empresa do filho do Presidente da República com R\$5 milhões.

Ora, Sr. Presidente, desses assuntos já tratei da tribuna. Tenho cobrado sempre e cobrarei mais ainda. O Presidente não explica o empréstimo que tomou. Segundo ele, isso não se deu no seu Partido. Ele não tomou empréstimo algum. Mas aparece pago pelo Sr. Okamoto, que dirige o Sebrae, empréstimo de R\$29,6 mil do Presidente da República. Em nome de quem? Luiz Inácio Lula da Silva. Por que não se esclarece esse assunto? O pagamento foi feito no seu Governo! Não há por que negar!

Enquanto o Presidente da República não esclarecer, pelo menos, esses três pontos, faltar-lhe-á autoridade para dizer que o Governo dele tem rumo e, mais do que isso, para pedir desculpas aos brasileiros, porque não há desculpas para roubo.

Portanto, Sr. Presidente, o que há agora – chamo a atenção do Congresso Nacional e, em particular, do Senado da República – é o propósito evidente de desmoralizar as CPIs. Se não estão cumprindo totalmente com seus deveres, pelo menos muitos de seus membros têm feito um trabalho que orgulha o Parlamento nacional. Muita coisa poderia estar mais adiantada, não fosse o Governo atrapalhar no envio de dados indispensáveis. O que se vê são ligações telefônicas do Sr. Marcos Valério e do Delúbio para o Palácio do Planalto. Foram mais de 150 ligações telefônicas! E tudo isso o Palácio do Planalto ignora.

Sr. Presidente, o País não agüenta a crise moral que está abalando os alicerces da Nação. Pedimos ao Senhor Presidente de República que vá à televisão, mas fale com coragem e decisão. Aponte os criminosos

que estão perto dele e que ele disse que o traíram ou assuma a responsabilidade de ter feito um grande mal ao Brasil, o mensalão e a desmoralização dos setores públicos nacionais!

Sr. Presidente, leve ao conhecimento do Presidente Renan Calheiros o meu aplauso por sua atitude de ir aos Estados Unidos em companhia tão difícil como a do Sr. Severino Cavalcanti. Mas, ao mesmo tempo, S. Ex^a deve alertar o Presidente da Nação de que o Senado da República não está disposto a tolerar tantas roubalheiras, como as que existem no Brasil de hoje.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mudo um pouco o foco do meu discurso, para transcrever nos Anais da Casa matéria que acaba de sair na UOL, com o seguinte título: “Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%”.

Durou pouco a alegria da classe média. O Governo não vai reduzir, de 27,5% para 25%, a alíquota mais alta do Imposto de Renda das pessoas físicas. Em tese, a redução deveria acontecer, porque a Lei 10.828, de 2003, definiu que a vigência da cobrança dos 27,5% vai até 31 de dezembro de 2005.

O Governo mandou o Orçamento e esqueceu-se de incluir a manutenção da alíquota. Daí por que automaticamente ela caiu. Agora, o Governo reconhece o equívoco, depois de criar a expectativa, principalmente para a classe média, que seria a grande beneficiada, de que, pelo menos no que diz respeito à União, viria um refresco.

O Ministro do Planejamento reconhece o erro e diz que haverá por parte do Governo um ato de correção. Portanto, quem comemorou essa notícia “descomemore”, porque o Governo não vai reduzir a alíquota, como muitos esperavam.

É lamentável que essa peça tão importante, que é o Orçamento, não seja estudada com o afincamento e o cuidado que merece, por sua importância.

Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas não se esqueceu o Governo – veja só que perversidade – de colocar que o salário mínimo do trabalhador brasileiro, do próximo ano, será de R\$321,00. Enquanto se esquece de inserir a fonte de renda, estipula o salário mínimo de R\$321,00. Isso é lamentável,

Senador, mas, felizmente, essa época passará mais rápido do que esperamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É lamentável, Senador Antonio Carlos Magalhães, que fatos dessa natureza ainda aconteçam, com a modernização, com o computador, com a eletrônica e com a quantidade de assessores de que dispõem os Ministérios para elaboração dessa peça.

Senador Cristovam Buarque, agora sem partido, este é o País em que estamos vivendo, onde o Governo não sabe o que está mandando para o Congresso e tem de passar por esse constrangimento, que gerará, mais uma vez, descrédito para o Governo e, principalmente, para os que elaboram o Orçamento da União.

Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Heloísa Helena, agora começo a chegar à conclusão de que essas CPIs não vão acabar em *pizza*. Não podem acabar em *pizza*! Os fatos começam a surgir de maneira irreversível. Há diversos nomes elencados. Evidentemente, num conjunto de dezoito nomes, poderemos encontrar pessoas inocentes que consigam provar isso na sua defesa, mas não deve ser o caso da grande maioria dos ali citados. Também não significa que outros nomes não irão surgir ao longo dessas apurações.

Diferentemente dessa CPMI, a famosa CPI que terminou com a saída da vida pública do então Presidente Collor foi instalada em abril e lutou até outubro para alcançar uma prova concreta, o caso do Fiat Elba, para, então, iniciar um processo de maneira consistente.

O volume de provas e denúncias que chegam às três CPIs são bem maiores do que a capacidade de apuração dos Parlamentares. Agora mesmo estamos vendo a chegada à CPMI dos Correios de elementos mostrando a quebra do sigilo telefônico. Com isso, Senador Rodolpho Tourinho, abre-se um novo horizonte que mostra que a ligação de petistas, ou de pessoas ligadas ao Governo, com o poder, principalmente com estatais e órgãos de orçamento próprio – que era o grande filão que eles procuravam –, é bem maior do que imaginávamos. Quando chegarmos à fase da quebra dos sigilos bancários, aí, Senador Tourinho, no dizer popular, é que “a onça vai beber água”. Com esses cruzamentos, vai-se ver a que ponto chegou o relacionamento promíscuo promovido por setores do Governo atual com essas empresas.

É evidente que esse volume de recursos, que já se sabe foi manuseado nesse período, é infinitamente superior aos que apareceram nesses empréstimos, sob a responsabilidade do Sr. Marcos Valério. Parece-me que esses empréstimos serviam apenas como lavanderia, como justificativa para vôo mais alto. Era uma maneira

de se chegar às fontes e dizer que o Partido estava em dificuldade e que, portanto, precisava de apoio.

Quando se chegar, Senador Antonio Carlos Magalhães – e venho dizendo isto aqui há mais de um ano e meio –, à questão envolvendo fundos de pensão, aí vamos ter realmente uma noção da dimensão do descalabro que este País está vivendo. Aliás, o PT, com aquela técnica, como já disse aqui uma vez, de usar o retrovisor e querer sempre se comparar com os governos passados, cai num equívoco grande, porque no Governo Fernando Henrique – e cito apenas o principal dos fundos – o controle da Previ não pertencia mais ao Governo da época, porque o corporativismo sindicalista tinha assumido por completo o controle desses fundos de pensão. O que, aliás, foi uma especialidade à qual o PT se dedicou com muita competência alguns anos antes de chegar ao poder. Daí por que o grande sucesso que o ex-Ministro Gushiken teve comandando indevidamente a estrutura dos fundos de pensão.

Aliás, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a deve se lembrar que o PT incorreu no mesmo erro que incorreu o Governo Collor: entregou a estrutura de comando dos fundos de pensão para quem não tinha nada a ver. Naquela época, o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos foi o escolhido para comandar o sucessor do SNI, que era a Abin. E tivemos uma grande crise envolvendo a estrutura de fundos de pensão, obrigando o Governo, por meio das patrocinadoras, a injetar milhões e milhões para salvar a aposentadoria dos filiados a esses fundos.

Agora, o que fizeram? Foram buscar um homem da estrutura de comunicação, Sr. Luiz Gushiken, e o colocaram para, de maneira informal, escolher, comandar essa estrutura.

Se formos examinar, Senador Antonio Carlos Magalhães, é o Secretário da SPC, Sr. Adacir Reis – se não me engano –, que constantemente agride o Congresso, critica o Congresso, magoado porque nós não aprovamos aquela imoralidade que ele queria que fosse aprovada aqui, Senadora Heloisa Helena, que era a criação da Previc.

É bom lembrarmos, para que a Nação saiba, por que a proposta de criação da Previc foi derrotada. Eles mandaram o projeto, de última hora, como sempre o Governo manda, por medida provisória, e enxertaram quase 900 cargos no projeto da Previc. Acho que V. Ex^a se lembra disso. Quase 900 cargos! E mais, queriam criar um órgão que não era agência nem secretaria, e tinha mais poder do que as agências, porque o orçamento não seria contingenciado, diferentemente do que acontece nas estruturas das agências. E a indicação do Presidente da Previc, em vez de passar pelo crivo do Congresso Nacional, como na estrutura

das agências, seria escolhido por livre arbítrio pelo Ministro da Previdência.

E fica o Sr. Adacir Reis, que tem no seu currículo e na biografia o único fato de ter sido chefe de gabinete do Sr. Gushiken na Câmara dos Deputados e seu assessor nessas empresas de assistência a fundos de pensão, a Gushiken & Associados, posteriormente Globalprev, a criticar o Congresso, como fez agora no fim de semana. É engraçado isso.

Mas o PT, Sr. Presidente, tem mania de criar verdades. Só que a Nação acordou. Criou verdade com relação – e vou repetir aqui – à morte do Sr. Celso Daniel: “Foi crime comum. Ponto e acabado. O irmão do Celso Daniel está protestando porque é louco, porque é doido”. E nós vimos aqui, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a teve oportunidade de ver, acho que a Senadora Heloisa Helena também, o depoimento de um homem lúcido e sofrido.

Aliás, ontem, no Programa do Jô Soares, como em todas as quartas-feiras consagradas ao debate com as meninas do Jô, aquelas competentes jornalistas, a jornalista Lúcia Hipólito fez uma justiça. O Sr. João Francisco vem dizendo isso, Senador Cristovam Buarque, há muito tempo. Só que o poderio do Governo em abafar os fatos não fez eco às palavras desse homem. Mas ele vem dizendo isto há muito tempo: que havia o propinoduto, que o dinheiro era para campanha e, de uma maneira até constrangida, mas como forma inclusive de ficar com a consciência tranqüila e livre, reconhece que seu irmão foi morto porque se envolveu no esquema de arrecadação.

A Senadora Heloisa Helena trouxe para depor – e acho que tem nova data marcada – a mulher do ex-Prefeito da Campinas. Ela vem aqui, não vem, Senadora Heloisa Helena? Vem com o irmão do ex-Prefeito. É outro caso. Mas o PT vende a sua versão, como vendia a versão aqui de que o Sr. Waldomiro Diniz era o homem mais honesto do mundo. Quem não se lembra que, no momento em que estourou esse caso, tramitava aqui o projeto de um importante membro desta Casa regulamentando o jogo? Esse projeto sumiu, ninguém sabe onde anda, ninguém sabe quem viu. Mas era uma das vertentes do PT, era uma das fontes de arrecadação que se preparava.

Senador Cristovam Buarque, agora sem partido, V. Ex^a já imaginou se nós não tivéssemos feito a privatização no Brasil e esses meninos, com as telefônicas, com as companhias de eletricidade, com todas essas empresas na mão, o tamanho desse escândalo qual não seria?

Ao finalizar, Sr. Presidente, repito uma frase que considero muito inspirada e que serve para qualquer ocasião. O velho Neném Prancha, filósofo do futebol

carioca, sempre dizia que “para político, fundo de poço tem mola”. Realmente. O caso em tela é que ninguém acha o fundo do poço do “propinoduto” e da corrupção implantada no País.

Srs. Senadores Cristovam Buarque e Antonio Carlos Magalhães, a última do PT, agora, é evitar que venha depor na CPI o Presidente do Citibank Group do Brasil, o Sr. Gustavo Marin, o mesmo Citibank que, durante 20 anos, o PT dizia que comia – enquanto o brasileiro dormia – a nossa poupança; que era o grande dragão da economia brasileira a serviço dos americanos. De repente, transformou-se em aliado, e estão aí os defensores e os Líderes do Partido dos Trabalhadores fazendo cabala, fazendo ameaças, em alguns casos, para que não se marque data e para que não se realize, aqui,

a oitiva desse Presidente. Mas creio que é importante ouvi-lo. Ele tem participação decisiva em algumas transações comerciais que envolvem empresas brasileiras. E o Citibank não é virgem em matéria de corrupção: ele responde a processo no Chile, responde a processo no México, no Japão e mundo afora.

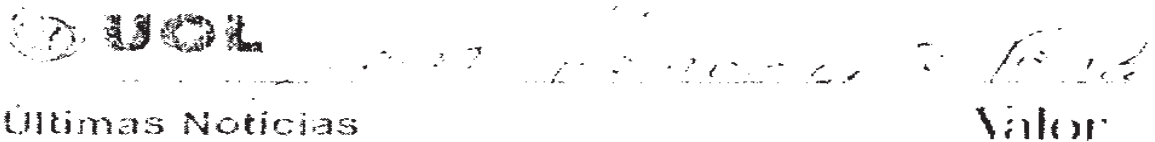
Senador Cristovam Buarque, quem entra em corrupção entra uma vez e não sai mais. Conceito e honra não têm hímen complacente – só se perde uma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



08/09/2005 - 12h46

Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%

BRASÍLIA - Durou pouco a alegria da classe média. O governo não vai reduzir, de 27,5% para 25%, a alíquota mais alta do Imposto de Renda das pessoas físicas. Em tese, a redução deveria acontecer porque a Lei 10.828, de 2003, definiu que a vigência da cobrança dos 27,5% vai até 31 de dezembro de 2005.

Na elaboração do orçamento, técnicos da Receita Federal entenderam assim e, por isso, a proposta orçamentária foi enviada ao Congresso reduzindo a alíquota do IR para 25%. O corte da alíquota provocaria renúncia de R\$ 2,8 bilhões na arrecadação federal em 2006.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ao **Valor** que o governo cometeu um equívoco. Segundo ele, a redução do imposto só aconteceria se partisse de uma decisão do presidente. Além disso, disse ele, na interpretação do Planejamento, a diminuição da alíquota teria de ser feita por projeto de lei.

Agora, o governo vai enviar ao Congresso uma mensagem, restabelecendo a alíquota de 27,5%, mas se comprometendo a definir R\$ 2,8 bilhões, no orçamento, como "reserva para desoneração tributária" em 2006. "Vamos assumir que houve um erro", disse Paulo Bernardo.

Adiante, o governo definirá, portanto, se reduzirá o Imposto de Renda das pessoas físicas ou se promoverá mais uma desoneração de impostos para o setor produtivo. "O IRPF não é prioridade, mas até podemos pensar nisso. Vai depender do presidente", comentou o ministro.

(Cristiano Romero | Valor Econômico, para o Valor Online)

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^ª, como possibilita o Regimento, falar sentada. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, sabem todos que, como ex-militante do PT e como militante da Esquerda socialista e democrática, fico sempre num misto de tristeza profunda e indignação – e fico indignada na condição de mãe. Tenho certeza de que todas as mulheres e todos os homens de bem e de paz que – repito sempre – querem continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar ficam indignados diante da impunidade, da delinqüência de luxo e do aparelho de Estado sendo parasitado e privatizado a serviço de uma minoria. Como militante da Esquerda socialista, isso é algo muito difícil para todos nós, porque poderá significar, no mínimo, quinze anos de novas, boas e grandes lutas para se conseguir incutir no imaginário popular alternativas ao pensamento único.

O Governo Lula entregou o atestado de moralidade pública ao Governo Fernando Henrique e a toda a Direita política e econômica que com ele trabalhou nos anos do seu Governo. Nós, aqui, estrebuchávamos com veemência, condenando o processo de corrupção na privatização do Governo Fernando Henrique, e todas as forças políticas que em torno do Governo Fernando Henrique se articulavam receberam atestado de moralidade pública, porque o Governo Lula foi incapaz de abrir um único procedimento investigatório, uma única auditoria, para, de fato, comprovar como eles parasitaram e privatizaram a máquina pública brasileira.

Ontem, ouvi, em parte, o pronunciamento do Presidente, Senador Cristovam, e, ultimamente, em vez de ouvir, tenho preferido ler sobre o assunto. Sinto-me nauseada e não tenho mais condições de assistir a esses programas.

Quem conhece e quem já militou no Partido sabe exatamente, até do ponto de vista da complexa subjetividade humana, o que está acontecendo por lá. Então, já estou ficando sem paciência para assistir. Leio sobre o assunto para cumprir a minha obrigação constitucional, para analisar os fatos do País, mas já não ouço mais o Presidente, primeiro porque não agüento mais vê-lo legitimar a verborragia neoliberal.

Passamos anos condenando tudo isso, foram anos disputando no imaginário popular alternativas ao pensamento único, ao projeto neoliberal, e, hoje, se divulga, para quem quiser ouvir, que esse é o melhor projeto, que vai desde a entrega de parte importante da riqueza nacional ao capital financeiro até a abso-

luta irresponsabilidade e insensibilidade na utilização dos recursos públicos. Por isso, não há dinheiro para creche, para a saúde, para a segurança pública; para fazer investimentos em infra-estrutura, que dinamizam a economia e geram empregos, geram renda. Mas o que deve ficar no imaginário popular é que há dinheiro para banqueiro e há dinheiro para político safado roubar e se beneficiar desse roubo. É realmente muito difícil agüentar essa cantilena, esses esconderijos.

Ontem e hoje, lendo as manchetes de alguns jornais, tanto do **Correio** quanto da **Folha** – vários abordaram isto –, muito mais do que a análise feita pelos meios de comunicação em relação às vaias ou aos aplausos, o que me marcou muito foi a solidão. O poder não é brincadeira não! Realmente, muitos deles, há pouco tempo, estavam lá, ao lado dele, querendo se tornar o mais permeável possível não apenas para fazer parte do balcão de negócios sujos que o Presidente Lula montou aqui, no Congresso Nacional, quando distribuiu cargos, prestígio, liberou emendas, poder, mensalão ou qualquer outro nome dado a essa maldita patifaria para comprar o Congresso Nacional. Além disso, muitos outros com ele estavam em vários momentos.

Se observarmos o palanque do Sete de Setembro do ano passado, veremos que o palanque só não caía com o peso das personalidades políticas – e deveria cair com o peso das consciências – porque devia ser bem estruturado. Muitos que com ele estavam, usufruindo de todo o prestígio que ele tinha, hoje já não mais lá estão. É claro que continuam usufruindo da máquina nos Estados, da liberação de emendas para que continuem a fazer demagogia nos seus respectivos redutos eleitorais, beneficiando-se de toda a estrutura luxuosa de cargos, prestígio e poder, mas já não mais lá estavam para fazer parte do grupo que recebeu as vaias, porque isso é que foi simbólico. Aplausos foram dados pelos militantes convidados ou pelos cargos comissionados que exercem. Estes receberam um convite para estar lá, no palanque, perto do Presidente. Isso não vale! Do mesmo jeito, as esposas dos militares, que estavam lá, como guerreiras, protestando, para que seus esposos pudessem desfilar para cumprir com a sua obrigação cívica.

O mais assombroso é que, infelizmente, o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT não foram capazes de identificar o quanto o poder, por mais que seja sedutor, é provisório, é passageiro. Eles não conseguiram identificar isso, eles foram incapazes de entender que a crítica, por mais contundente que fosse, era fraterna, porque partia daqueles que, em conjunto com eles, ajudaram a construir o PT e a fazer do Presidente Lula a maior liderança popular da América

Latina. Eles foram incapazes de entender que a crítica fraterna e construtiva, por mais ácida que fosse, era muito melhor do que a convivência com bajuladores corruptos que iriam continuar parasitando a máquina pública e com os cínicos omissos e dissimulados que preferiam se banquetear na estrutura do poder para não perder cargos, prestígio e outras coisas mais. Infelizmente, eles foram incapazes de ver isso.

Não é à toa que, ontem, no desfile, não havia presidentes de partido, importantes lideranças, nenhum Senador; não os Senadores da Oposição, que não seriam convidados, é óbvio – nem V. Ex^a, Senador Cristovam, que eu nem sabia que já havia saído do PT –, mas, mesmo os que são leais, jamais seriam convidados. Não havia nenhum Senador; nenhuma grande personalidade nacional estava lá. Por quê? Porque, agora, eles já não servem. Voltarão rapidamente ao palanque se a roda mudar, porque, infelizmente, a soberba, a arrogância e o embevecimento por estarem na estrutura do poder fizeram com que o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT montassem uma tão sórdida, suja e corrupta base de bajulação, que simplesmente querem usufruir nos momentos que cabe fazê-lo.

Talvez eles devessem lembrar-se de outras coisas muito importantes. A história de luta e de libertação do povo de Deus e a história da Humanidade trazem fatos absolutamente preciosos, que mostram como se deve pensar. Um exemplo disso é a bonita passagem bíblica em que Deus manda Jeremias ver o oleiro e, assim, observar como ele se posicionava diante da roda e do barro. Aquele barro tão bonito que estava sendo polido podia ser completamente desmanchado e desmontado se o oleiro quisesse mudar-lhe a forma, mas ele não conseguiu perceber isso e o quanto a roda era importante: a roda da fortuna, do tempo, do poder.

Ninguém pode imaginar que, porque venceu na vida, essa vitória será preservada ao longo do tempo e que o vencido, provisoriamente, não possa ser o vencedor depois. Por isso, os fatos mais belos da história da Humanidade sempre mostraram como é importante que o vencedor atue com cautela, não se deixando levar pela arrogância e pela soberba, para, mais à frente, não ser o vencido.

Espero, como todos os Parlamentares e como todos os brasileiros, que, o mais rapidamente possível, essa história possa ser esclarecida.

Sabem todos que não tenho dúvida quanto à participação do Presidente Lula em todo esse gigantesco esquema de corrupção. Deve duvidar disso quem faz do Presidente Lula uma avaliação elitista e preconceituosa de que ele é um incompetente, acovardado, o que não é. Quem o conhece sabe que ele é um homem brilhante, muito inteligente, que sempre conduziu com mão-de-

ferro a estrutura partidária, que conhece a estrutura governamental e as relações políticas e econômicas que são estabelecidas na promiscuidade do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional: capital financeiro, fundos de pensão, lavagem de dinheiro de narcotráfico e outras coisas sórdidas e sujas, muito maiores.

É claro que este é um momento triste, especialmente para a Esquerda brasileira, mas ele é essencial, porque os mitos não podem ser preservados à custa dos esconderijos e do falseamento da verdade. Essas coisas não são boas para a história da Humanidade, também.

Espero que, cada vez mais, a população brasileira esteja vigilante. Esta é uma semana muito esclarecedora de como funciona o Congresso Nacional. Quem aqui está são os mesmos que sempre estão nas segundas e nas sextas-feiras, os que não se submetem à cultura maldita de se trabalhar em dois dias na semana. Muitos estão mentindo para as suas respectivas bases e para a sociedade de uma forma geral, dizendo que estão analisando documentos de CPI, o que não é verdade, porque isso é feito aqui, na sala-cofre. Ninguém leva três ou cinco caixas de papel amontoado para estudar na sua casa e no seu respectivo Estado.

Até para que se possa identificar a espinha dorsal da estrutura de corrupção do País e da promiscuidade do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, espero que sejam cassados logo os que devem sê-lo, sejam Presidente da Câmara ou Deputados citados na CPML, porque também se pode fazer isso.

Todos já sabiam exatamente quem era o Presidente Severino. O Presidente Lula comemorou a sua vitória na Câmara dos Deputados, dizendo que o Governo não estava sendo derrotado, pois se tratava de uma personalidade da base governamental, e, há duas semanas, concedeu-lhe a maior comenda, a maior medalha do Brasil.

Tomara que sejam cassados logo o Severino e os 18 Parlamentares que estão sendo citados, e que se quebrem os seus sigilos bancário, fiscal e telefônicos, para que se possam identificar quais foram os outros beneficiários. Se as lideranças do PT, do PMDB, do PP e do PL receberam milhões, para onde esse dinheiro foi? Quem foram os Parlamentares – Deputados ou Senadores – comprados para votar conforme a agenda definida pelo Presidente Lula? Como se estabeleceu isso no Congresso Nacional é essencial que o povo brasileiro saiba.

Espero que possamos trabalhar esse momento, que é especialmente triste para a Esquerda e para milhões de pessoas que depositaram a sua esperança na eleição da maior liderança popular da América Latina, um filho do povo, um retirante nordestino que

derrubava, nas urnas, a elite política e econômica, mas que passou a servi-la. Ele se transformou no filho ilustre da elite política e econômica – da corrupta, que foi administrar com ele a máquina pública, e da relacionada ao capital financeiro, que acabou sendo a grande privilegiada e prestigiada nessa estrutura de poder. Sem dúvida, deveria ser muito importante que vissem todos esses fatos.

Senador Cristovam Buarque, lembro a primeira vez em que vi Brasília. Cheguei aqui como Senadora, quebrando uma tradição, porque, no meu Estado, sentavam-se nas cadeiras azuis do Senado os que haviam nascido em berço de ouro, da cozinha dos pistoleiros ou da varanda dos usineiros. No entanto, o povo de Alagoas, de forma democrática, elegeu uma mulher qualquer, uma filha do povo, para estar no Senado da República.

Lembro que, uma vez, no “Programa do Jô”, falei da primeira vez em que vi o Congresso Nacional, e ele ficou brincando, achando que eu estava exagerando. Hoje, nem arquitetonicamente considero-o tão bonito como já fiz no passado. A Catedral é belíssima, mas não penso o mesmo do Congresso Nacional, como todo respeito a Niemeyer e ao povo maravilhoso de Brasília.

O povo de Brasília é maravilhoso, generoso, honesto, trabalhador, dos mais simples que se encontram.

Senador Cristovam Buarque, acho uma coisa linda o que V. Ex^a fez como Governador: o carro da autoridade e o carro mais chique da cidade são obrigados a parar na faixa para que o serviçal ou o catador de lixo atravesse. É lindíssimo! O povo de Brasília é maravilhoso, trabalhador, honesto e, muitas vezes, acaba sendo atacado em função da maldição de estar no coração da política nacional.

Lembro, com clareza, do momento em que vi, pela primeira vez, o Congresso Nacional, que hoje conheço muito mais.

Sei exatamente o que é o mundo da política, que pode ser um espaço muito nobre, muito importante, mas que acaba sendo o melhor lugar para quem é vigarista, ladrão, cínico e dissimulado. Quem não é assim sofre muito mais, independentemente das posições que defende – seja capitalista ou, como eu, socialista –, por precisar agüentar as coisas que aqui acontecem.

Lembro-me de que, na primeira vez em que vi a estrutura do Congresso Nacional, eu disse: “Eita, neguinha, tem que, todos os dias, pisar na vaidade e cuspir no poder, para que o poder e a vaidade não acabem consumindo a sua alma e o seu coração.”

Apesar do que diziam o Presidente Lula ou a cúpula palaciana do PT e por mais que nos lembremos

da lutas internas pela disputa dos rumos do Partido e para impedir a degeneração, a burocratização ou que as cúpulas partidárias degeneradas tomassem conta da militância, mesmo assim, muitos de nós ficamos surpresos com o que vimos.

Infelizmente, o Presidente Lula e a cúpula palaciana do PT foram incapazes de ver que, por mais que achassem que estavam usando a estrutura política e econômica a serviço do capital financeiro, dos corruptos, dos que sempre parasitaram em todo Governo, hoje são esses mesmos que deixam o Presidente sozinho no palanque, no dia 7 de setembro. Mas nem isso é capaz de promover uma ebulição na mente do Presidente da República, porque, aonde vai, Sua Excelência continua fazendo piadas, gargalhando, utilizando-se de metáforas, como se não estivesse sentindo a dor e a tragédia que Sua Excelência acabou por promover, esmagando a esperança dos corações de milhões de brasileiros que, em Sua Excelência, depositaram tanta confiança quando o elegeram para a Presidência da República.

Então, que, o mais rápido possível, possamos fazer o que é necessário, não por moralismo farisaico, por pequeno moralismo burguês, pela preservação das instituições burguesas brasileiras, não por nada disso, mas porque isso é essencial. Se se trata do Presidente da República, do Presidente da Câmara, de quaisquer Parlamentares e dos empresários apaniguados com a estrutura do Poder, é essencial que o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade, ao menos para minimizar a dor das milhares de pessoas espalhadas pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, pela tolerância, já que extrapolei bastante o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, quero me referir ao tratamento que me foi dado como “Senador sem Partido”. Quero dizer que sou um Senador sem sigla, mas partido eu tenho, e ele continua a ser o mesmo que tenho desde quando imaginei que deveria usar parte da minha energia para lutar por um Brasil diferente. Então, o meu partido é e continua a ser o mesmo.

Um desses dias, eu dizia ao Senador Antonio Carlos Magalhães que despertei para esse partido quando, no dia 24 de agosto de 1954, cheguei à minha casa e vi minha mãe chorando por causa da mor-

te de Getúlio Vargas. E, de lá para cá, o meu partido tem sido o mesmo. A sigla, devemos ter aquela que melhor nos ajude a levar adiante o partido que trazemos no coração.

Mais uma vez, vou me referir ao Senador Antonio Carlos Magalhães quando disse que não podemos desfocalizar os assuntos relativos à CPMI para outros, como por exemplo, o que diz respeito ao Presidente Severino Cavalcanti. Também estou de acordo com V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para dizer que nem todos esses escândalos nos devem desviar de um foco maior: que é o foco da luta pela erradicação da pobreza no Brasil. Precisamos construir um País decente, um País sem exclusão social, com menos desigualdade.

Sr. Presidente, vim falar sobre isso, não provocado pela idéia de desviar o foco, mas, sim, por causa de um relatório divulgado, nesses últimos dias, pelas Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano. É inacreditável que um País com o porte do Brasil, com o tamanho do Brasil, com o potencial brasileiro, ocupe uma posição tão vergonhosa diante do resto do mundo no que se refere ao desenvolvimento humano.

Creio que foi o **Correio Braziliense** o responsável por um editorial intitulado “Vergonha”. É uma vergonha! Não há razão que justifique que o Brasil esteja atrás de países como Trinidad Tobago, Panamá, Bulgária, México, Cuba, Bahamas, Catar, Chile, Uruguai, Costa Rica, Argentina! Não há nada que justifique isso, salvo o egoísmo das chamadas elites brasileiras – entre as quais todos nós devemos nos incluir – e também o fato de nós não cuidarmos, Senadora Heloísa Helena, Senador Antonio Carlos Magalhães, de um mensalão permanente na História do Brasil, embutido no Orçamento da União, no Orçamento dos Estados e no Orçamento dos Municípios. O mensalão é uma corrupção no comportamento de políticos. E não podemos tolerar isso. Mas o Orçamento, como é feito, é uma corrupção nas prioridades da política, o que não podemos tolerar também. Creio que uma das maneiras de quebrarmos essa corrupção na política é despartidarizá-la e até mesmo desideologizá-la, colocando ali a razão da moral e do amor ao nosso País.

O próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, não me canso de repetir, é a pessoa que levou adiante a idéia do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sem o que o Bolsa-Escola não teria sido levado adiante, sem o que o Bolsa-Família não existiria hoje, e o Presidente Lula se esquece disso. Faço justiça também à Ministra Marina Silva, por entender que S. Ex^a também teve papel importante naquele momento.

Se a Ministra Marina Silva e o Senador Antonio Carlos Magalhães se juntaram para elaborar um fundo para a erradicação da pobreza, por que não somos capazes de nos juntarmos, Senadora Heloísa Helena, com o P-SOL, para, juntos, elaborarmos uma proposta de orçamento que faça com que essa vergonha que a gente vive hoje seja superada, não no próximo ano, não em cinco anos, mas em dez anos?

As pessoas que viram esse documento talvez não tenham percebido algo que eu, ao observá-lo, por estar inclusive envolvido com a elaboração desse relatório anos atrás, percebi: muitos dos países que estão atrás de nós estão melhorando mais depressa do que nós e vão nos superar dentro de cinco a dez anos. É algo que poucos perceberam. São países bem mais pobres, que estão piores do que nós, mas, ao nos compararmos a eles, desde 1975, quando começou a ser calculado e divulgado esse índice, até hoje, vemos que, nesse período, eles continuam atrás de nós, mas estão melhorando mais depressa do que nós. Nós, brasileiros, costumamos comemorar a nossa velocidade sem a compararmos com a dos outros países. Comemorar taxa de crescimento da economia hoje não é suficiente se a compararmos com a taxa de crescimento de outros países. Comemoramos os avanços que ocorreram nos últimos dez ou quinze anos na educação brasileira; não podemos negar que tenha havido melhora, mas essa melhora é mais lenta do que a melhora na Turquia, no México, na Colômbia e em muitos outros países. Não basta a gente comparar o Brasil de hoje com o Brasil de anos atrás. É preciso comparar a evolução do Brasil com a de outros países, e nisso estamos ficando para trás.

Senador Antonio Carlos Magalhães, pego o gancho do que disse V. Ex^a, com o que estou de acordo: não devemos mudar o foco da CPMI que já vinha sendo feita para o da CPI do Presidente Severino Cavalcanti, mas devemos fazer as duas CPIS. Quero dizer que também não devemos mudar o foco das preocupações sociais com a pobreza brasileira para concentrar tudo no malcomportamento de alguns políticos. Ou seja, o foco não pode ser apenas na ética do comportamento imoral de alguns políticos, mas deve ser também na ética e na moral das políticas, quando definimos para onde vão os recursos. E o momento é muito propício para isso. A partir das próximas semanas, estaremos aqui analisando o Orçamento de 2006. Se aqui fizermos um bom trabalho, o Orçamento poderá servir de exemplo às 5.561 prefeituras do Brasil e às 27 Unidades da Federação; poderá servir de exemplo para termos uma ética nas prioridades e não apenas uma ética no comportamento. Penso que isso é possível, e é possível suprapartidariamente, como V. Ex^a provou,

ao liderar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, naquele momento, com R\$4 bilhões. Precisamos chegar a R\$40 bilhões, não em 2006, talvez não ainda em 2007, mas em uma data em que isso possa ser feito democraticamente.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz, talvez, um dos mais objetivos discursos dos últimos tempos. V. Ex^a aponta, com a inteligência que lhe é própria, o verdadeiro fulcro em que se deve concentrar o Congresso Nacional. Realmente, tudo isso é importante – moralizar a Administração Pública –, mas para se chegar a esse objetivo que V. Ex^a traduz em relação à pobreza. V. Ex^a deveria, mesmo com as divergências naturais que sei que seu caráter impõe, fazer com que a Mesa envie esse discurso ao Presidente da República e a alguns Ministros do Governo. Trata-se de uma bússola para um bom comportamento político e ético. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Agradeço ao Senador. E, já que o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma proposta a mim, deixo uma outra sugestão. Sugiro que uma Senadora como Heloísa Helena, do P-Sol, que um Senador como Antonio Carlos Magalhães, do PFL – e, se quiserem a minha colaboração, com o maior prazer –, assim como, estou certo, o Senador Paulo Octávio também, todos, juntos, tentemos elaborar uma proposta alternativa de Orçamento. Vamos mostrar que é possível haver um Orçamento que respeita claramente a estabilidade monetária, levando adiante a estabilidade social do País. É possível, e depende, Sr. Presidente, de colocarmos o Senado para trabalhar. Não podemos nos desviar do foco: não podemos nos esquecer do que deve analisar a CPI, mas não podemos ficar apenas na CPI. Devemos analisar, também, a ética nas prioridades das políticas públicas no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, ao cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo seu pronunciamento, lembrar que, quando fizemos aqui uma reunião com as crianças de todo o Brasil, uma reunião em que as crianças se sentiram como Senadores, a pergunta que o Senador Cristovam fez a uma das crianças foi justamente em relação ao Orçamento. Lembro que S. Ex^a indagou a um menino de oito anos o que ele recomendaria para o Orçamento do País, e a resposta foi

brilhante, curta e grossa, de um menino de oito anos. Essa é uma preocupação que a sociedade tem realmente. A sociedade brasileira tem uma grande preocupação com o Orçamento até pela forma como é escrito nesta Casa, como as emendas são apresentadas. E penso que é uma preocupação para o futuro.

É até bom falar de Orçamento na frente de Antonio Carlos Magalhães que quer o que todos queremos: um Orçamento impositivo, um Orçamento que venha a ser respeitado pelo Governo, o que não é. A peça que fazemos aqui, como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, é uma peça de ficção, não é respeitada. Governo nenhum a respeitou nos últimos anos, nas últimas décadas, e nós, Parlamentares, ficamos desmoralizados, porque levamos a população a ter um sentimento de expectativa que, muitas vezes, é frustrado.

Estava no meu gabinete e ouvi a Senadora Heloísa Helena elogiando Brasília, o que me deixou muito feliz. Brasília a recebeu com o maior carinho e Heloísa Helena tem dado a Brasília um tratamento muito digno. Sou testemunha. Na última sessão solene que tivemos aqui em homenagem ao aniversário da cidade, S. Ex^a fez um belo pronunciamento que tocou a todos os brasilienses. O seu engajamento com a cidade é total e, logicamente, o carinho que a cidade tem pela digna Senadora também é muito grande.

Concordo, estamos aqui criando uma sociedade miscigenada, é verdade. Brasileiros de todos os cantos para cá acorreram, para cá vieram, atendendo ao chamado, alguns do ex-Presidente Juscelino, outros da própria história viva da política de Brasília, alguns para, realmente, consolidarem as suas vidas. E aqui estamos construindo uma sociedade diferenciada. Deus queira que venha a ser uma sociedade melhor, mais preocupada com solidariedade e compromissos sociais! Esse é o caminho da nossa cidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a que viu essa Brasília nascer.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para apresentar um requerimento que também é um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005. Ele foi um dos brasileiros, Senador Antonio Carlos Magalhães, que veio para Brasília acompanhando JK, até porque se destacou pelo grande talento na arte culinária, tanto nacional quanto internacional. Foi por volta do ano de 1960 que o cozinheiro fixou residência em Brasília, passando, na ocasião, a trabalhar diretamente para o Presidente Juscelino Kubitschek, que o incumbiu de organizar e preparar inúmeros banquetes à época da inauguração de Brasília. Iniciou-se, então, uma duradoura amizade.

A excelência de seus serviços pôde ser atestada por participantes dos banquetes oferecidos a autoridades e instituições da República do Brasil ao longo de quase 40 anos na Capital Federal. É tido como uma das figuras históricas de Brasília, tendo sido condecorado com o título de Cidadão Honorário de Brasília pelo Decreto nº 224, aprovado pela Câmara Legislativa da nossa cidade.

Deixo, portanto, este requerimento com voto de pesar pela morte de um brasileiro, um brasileiro como tantos outros que para cá vieram no sentido de consolidar esta cidade e deram tanta alegria a Brasília. Rosental foi uma pessoa admirável, um batalhador, um homem que viveu aqui em Brasília e deu muita graça a esta cidade.

Portanto, fica aqui este pedido, este requerimento, para que conste nos Anais do Senado Federal uma homenagem a esse brasileiro, já que é cidadão honorário, ele, que era um grande mestre da arte culinária do nosso País.

Sr. Presidente, também gostaria de deixar aqui consignada a minha indignação com o aumento promovido pela Infraero nas taxas aeroportuárias no País, no embarque e desembarque de passageiros.

O Senador Delcídio Amaral fez um brilhante trabalho, acompanhado por todos nós, na criação da Agência Nacional de Aviação Civil, trabalho esse que foi coroado com o êxito das votações que aqui ocorreram na semana passada, que o consagraram sem nenhuma emenda. O trabalho do Senador Delcídio Amaral, também acompanhado pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes, o projeto da criação da Anac, nas Comissões em que foi votado, foi aprovado, repito, sem emendas.

No entanto, justamente quatro dias após a aprovação, por esta Casa, da Agência Nacional de Aviação Civil, o Governo resolve aumentar em 70% a taxa de embarque dos passageiros, com a justificativa de investimento em aeroportos no País. Em um momento em que temos que estimular o turismo, estimular o brasileiro a andar de avião, em um momento em que apenas 7% da população do Brasil andam de avião, em que nossas estradas estão sucateadas, nós desestimulamos esse transporte com o aumento da taxa de embarque. Isso, logicamente, cria um impacto no preço das passagens, pois os agentes de viagem terão que embutir, no preço das passagens, o aumento da taxa de embarque. Neste momento em que algumas companhias aéreas estão fazendo um esforço enorme para ter passagens mais baratas no Brasil, em alguns casos a tarifa de embarque vai corresponder a 10% do preço da passagem. É inadmissível uma coisa

como essa já que o Brasil vive, como diz o Governo, sem inflação.

Não concordo, de maneira nenhuma, com esse aumento da taxa de embarque no País. Considero desnecessário e entendo que o Governo deveria rever essa posição. Temos, sim, que estimular o tráfego aéreo no Brasil porque as nossas estradas estão intransitáveis, deploráveis, sem investimentos, e o brasileiro precisa viajar.

Para terminar o meu pronunciamento hoje, quero fazer uma homenagem à Sr^a Nazareth Teixeira da Costa, esposa do Dr. Álvaro Teixeira da Costa, Presidente do Correio Braziliense. A Dr^a Nazareth, desde que veio para Brasília, quando o Dr. Álvaro assumiu a Presidência do Correio Braziliense, passou a exercer um trabalho de solidariedade muito grande em Brasília.

Existe uma campanha de atendimento a três mil crianças, por intermédio de 14 creches, realizada por meio de um programa chamado Correio Braziliense Solidário. Esse trabalho é feito com a arrecadação de recursos em jantares, encontros e leilões de arte, por uma equipe que assessora a Dr^a Nazareth com muito empenho; e esses recursos estão sendo muito bem destinados e aplicados.

Então, neste momento em que o Brasil requer, como disse aqui o Senador Cristovam Buarque, tanta solidariedade, em que temos que participar, é importante realçar aqui o trabalho exercido pela Presidente do Correio Braziliense Solidário, Dr^a Nazareth Teixeira da Costa.

Fica aqui registrada nos Anais do Senado esta homenagem que faço em nome da Bancada de Brasília – com a anuência do Senador Cristovam Buarque, aqui presente. Meus cumprimentos à Dr^a Nazareth Teixeira da Costa e ao **Correio Braziliense** por terem, nos últimos três anos, se empenhado em apresentar solidariedade ao acompanhar as creches mais necessitadas de nossa cidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solicitar uma providência da Mesa – não sei qual seria a mais rápida –, por intermédio de V. Ex^a ou do Presidente Renan Calheiros, no sentido de evitar que o Ministro da Educação queira fazer, como está apregoando, uma reforma universitária por decreto. É um absurdo inominável retirar do Congresso um dos seus maiores deveres em relação à educação;

de modo que tem de vir para o Congresso. Daremos a celeridade necessária, se for o caso, mas isso jamais deve ser feito por decreto. Não seria a vontade de um Ministro recém-chegado... Não sei se com méritos ou não; não faço juízo de valor.

Mas faça V. Ex^a chegar ao Presidente Renan Calheiros, imediatamente, o nosso inconformismo se essa reforma se der por decreto. Trata-se de uma reforma que tem de ser feita pelo Legislativo porque é uma reforma universitária de suma gravidade para os rumos da educação superior no Brasil.

O SR PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Mesa encaminhará, Senador Antonio Carlos Magalhães, o pedido de V. Ex^a ao Presidente Renan Calheiros e também ao Sr. Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 985, DE 2005

Requer voto de pesar do Senado Federal pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Em virtude do falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do disposto no art. 218 do Regimento Interno, que seja consignado voto de pesar do Senado Federal junto aos seus familiares.

Justificação

Rosental Ramos da Silva destacou-se pelo grande talento na arte culinária, tanto nacional quanto internacional. Foi por volta do ano de 1961, que o cozinheiro fixou residência em Brasília, passando na ocasião a trabalhar diretamente para o Presidente Juscelino Kubitschek, que o incumbiu de organizar e preparar inúmeros banquetes à época da inauguração de Brasília. Iniciou-se, então, uma duradoura amizade.

A excelência de seus serviços pôde ser atestada por participantes dos banquetes oferecidos a autoridades e instituições da República do Brasil ao longo de quase 40 anos na Capital Federal. É tido como uma das figuras históricas de Brasília, tendo sido condecorado com o título de Cidadão Honorário de Brasília pelo Decreto Legislativo nº 224, aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 1998.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Octávio** PFL – DF.

REQUERIMENTO Nº 986, DE 2005

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro, ouvido o Plenário, a inserção de voto de pesar pelo falecimento, dia 27 de agosto passado, na cidade do Recife, do radialista Fernando Castelão Pereira. Da decisão da Casa, peço seja dada ciência à viúva, Sra. Maria José Castelão e aos filhos, Sérgio Castelão, Fernando Castelão Filho, Alexandre Castelão e Disciola Castelão.

Justificação

Fernando Castelão – de quem fui amigo – iniciou sua carreira na década de 1940, como rádio-ator da Rádio Clube. Versátil, foi, além de ator, narrador esportivo e apresentador de programa de auditório na televisão do meu Estado. Até seu passamento, aos 81 anos, Castelão apresentava programa ao vivo, na sede do Sport Club do Recife, do qual era torcedor fanático. Publicitário, escritor, autor de livros, exerceu várias atividades – como lembrou o operoso Deputado Estadual Sebastião Rufino –, sempre pautando sua vida pessoal e profissional pela honestidade e respeito ao próximo.

Com o sentimento de saudade, que permanece, registro, nesta Casa da Federação, o nosso pesar.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005 – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão da execução do Orçamento representa um sério problema em nosso sistema político-econômico, que veio a se agravar no atual Governo.

Temos, em primeiro lugar, a inutilidade dos longos e exaustivos esforços de ambas as Casas do Congresso em compor o Orçamento da União, o qual se mostra, ao cabo, não muito mais que uma peça ficcional. O Governo refaz o Orçamento quando emite o decreto de programação financeira no início de cada ano, realocando recursos e cortando despesas sem consulta ao Legislativo.

Não bastasse esse procedimento autoritário do Executivo, deparamo-nos, então, com o problema específico da execução orçamentária. É aqui que o Governo do Presidente Luiz Inácio da Silva vem se esmerando em mostrar sua inépcia administrativa.

Além de todos os cortes orçamentários que o Governo tem imposto, com a exagerada obsessão de quem descobriu tardiamente os méritos do equilíbrio fiscal, a execução da dotação orçamentária de cada um dos ministérios mostra-se medíocre.

Muitos investimentos essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico e atender a graves carências sociais, Sr. Presidente, são irresponsavelmente postergados.

Entre as dotações que compõem o Orçamento federal, aquelas que vêm sendo mais sistematicamente desrespeitadas são as originárias de emendas parlamentares. O descaso do Poder Executivo em atendê-las chega a ser acintoso.

Essas emendas dos Deputados e Senadores, Sr. Presidente, refletem, contudo, o ponto de vista dos que estão em contato com a população, ouvindo o clamor dos eleitores por ações do Governo Federal. Em especial, as emendas das bancadas estaduais traduzem, de um modo filtrado pelo debate e pelo consenso, anseios e necessidades das mais significativas da população de cada uma das unidades da Federação.

Já afirmei que é irrisória a liberação das verbas relativas às ações contempladas pelas emendas parlamentares. Há, entretanto, um outro aspecto muito sério a ser considerado.

Esse aspecto, nobres Senadoras e Senadores, é justamente o da utilização de critérios políticos no processo de execução das emendas ao Orçamento. Não me refiro, certamente, a critérios políticos na aceção elevada do termo, que implicaria a sabedoria de conciliar interesses divergentes tanto como adequar os meios aos fins.

Devo referir-me, infelizmente, Sr. Presidente, à baixa política, que consiste em privilegiar os aliados e prejudicar os oponentes, sem considerar as necessidades e os legítimos anseios da população que deixam, assim, de ser atendidos.

O fato com que demonstro essa atitude discriminatória do Governo Federal é o de que, na execução do Orçamento da União para 2005, tenham sido liberados, até meados do mês de junho, 35 milhões e 100 mil reais relativos às emendas de bancada do Estado do Acre, enquanto o correspondente valor para as emendas da bancada de Santa Catarina não passou de 31 milhões e 100 mil reais.

Essa discrepância de 4 milhões de reais em favor das emendas de bancada do Acre seria perfeitamente

natural, Senhor Presidente, não fosse a população de Santa Catarina nove vezes maior que a desse Estado amazônico.

O povo do Acre conta com toda a minha simpatia. Tem todo o direito de eleger um governador do Partido dos Trabalhadores e reivindicar o atendimento de suas necessidades e expectativas de desenvolvimento.

Não posso deixar, entretanto, como representante de meu Estado, de protestar contra esse desrespeito ao povo catarinense. É correto que se use o critério da afinidade política para priorizar a execução orçamentária em benefício desse ou daquele Estado?

É justo que importantes, se não imprescindíveis, programas de trabalho derivados das emendas da Bancada de Santa Catarina não tenham tido, até a metade do ano, um único real empenhado?

Entre esses programas, estão os que tratam da implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos; de manutenção de unidades de saúde; de projetos de infra-estrutura turística; de mecanização agrícola; de construção habitacional para famílias de baixa renda; de construção de centros públicos de atendimento à pessoa idosa.

Todos esses programas, e outros igualmente relevantes que eu deixo de citar, não tiveram, repito, um único real liberado pelo Governo na execução do Orçamento de 2005.

Sr. Presidente, o Executivo deve aprender a respeitar o Legislativo, no âmbito da competência deste Poder. Talvez a aprovação de um Orçamento impositivo seja uma medida drástica o bastante para garantir esse respeito.

Enquanto não se toma uma tal medida, devemos exigir um mínimo de coerência e de respeito às bancadas parlamentares, quando aprovam emendas que vão beneficiar as populações de seus Estados; e, sobretudo, exigir respeito a essas populações, não somente necessitadas de ações concretas do Governo, mas também ansiosas por ver um mínimo de decência no comportamento dos Governantes do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que me traz à tribuna, neste momento, é para fazer o registro do artigo intitulado “Os cacos floridos do vaso quebrado”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Brasileiro** em sua edição de 28 de agosto do corrente.

Sobre as conseqüências da atual crise política enfrentada pelo governo e pelo PT, o autor afirma que “resta-nos um presidente perdido no meio de um tiroteio, que ainda se sustenta pela conveniência e piedade das instituições. De cuia na mão, implora e mendiga a espórtula parlamentar. Como impor-se quem moralmente já se acha abatido?”

O autor conclui seu artigo com a seguinte sugestão: “abra o jogo, presidente. Uma os cacos. É seu o ônus da prova”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

O povo brasileiro se viu vítima de uma das maiores frustrações eleitorais dos últimos tempos. Com a promessa de governar o país sob o pálio da ética e da moralidade, esperava-se que os velhos vícios da política brasileira cedessem lugar a novos parâmetros de conduta que pudessem reorientar a vida pública brasileira. Esse era o carro-chefe da propaganda pe-tista alardeada ao longo dos anos que precederam às eleições de 2002. Durante todo esse período, ouviu-se o mesmo discurso comemorado pela nação como um tônico a revigorar as esperanças de uma nação desiludida.

Já nos primeiros meses da instalação do governo, dei-me conta de que o eleitorado brasileiro havia cometido um erro de fato quanto à pessoa escolhida para a Presidência da República. Havia comprado gato por lebre. Do que não imaginava jamais era da existência de um bando que se postava na vanguarda do projeto que o conduziu ao Palácio do Planalto. Ao referir-me a tal vocábulo, emprego-o não só no seu usual significado vernacular, mas, igualmente, jurídico, segundo a definição do artigo 288 do Código Penal, que o conceitua como a associação de mais de três pessoas para o fim de cometer crimes.

Falemos de alguns antigos dirigentes do partido. Do presidente, do tesoureiro, do secretário-geral, do secretário de comunicação e, de cambulhada, do publicitário mineiro encarregado de intermediar o jogo sujo para a obtenção e distribuição de dinheiro. Sem contar ainda dezenas de outros atores implicados direta ou indiretamente na mesma trama. De tudo quando se apurou até aqui nas CPIs em andamento, não remanesce mais dúvida de que o improvável mesmo será que não haja denúncia do Ministério Público contra os envolvidos por esses e outros delitos. É seu dever constitucional. Por certo não tardará a se pronunciar a respeito.

Do que se cogita aqui é saber se o candidato sabia dos atos ili-

cítos perpetrados a seu lado. Obviamente que sabia dos meios escusos adotados para angariar recursos. Inclusive de um caixa dois que alimentava a campanha eleitoral. Sabia também da compra de deputados e de outras articulações incompatíveis com o processo eleitoral. Alguns depoimentos são explícitos nesse sentido.

Do mesmo modo, ao que sugerem depoimentos já prestados, o ex-chefe da Casa Civil correria o risco de perder o mandato de deputado por quebra de decoro parlamentar, conforme representação já em fase de instrução na Conselho de Ética da Câmara.

Não pretendem estas notas aprofundar o exame da amplitude ou não dos crimes cometidos pelos artífices do complô armado. No que tange aos membros do Congresso Nacional, é da competência de cada uma de suas casas cassar ou não os mandatos dos culpados. Como seria do Congresso, se chegasse ao ponto de ter que processar e julgar o presidente da República; do Poder Judiciário, dos que, além da apuração de falta disci-

plinar, tenham cometido delito comum que enseje processo criminal; ou, ainda, dos que, não gozando de foro por prerrogativa de função, tenham que prestar contas diretamente à Justiça.

A parte esses aspectos, registre-se a melancólica constatação do logro que se escondia atrás das propaladas boas intenções do grupo que se apoderou do poder. Mais do que a trama, sujeira, patifaria, perfídia e sordidez do arsenal de ignomínias, está o maior de todos os crimes — o de haver lançado na mesma cloaca toda a ética de que se tornou pregoeiro e guardião. Quem poderia supor que eles, exatamente eles que se transformaram nos moralistas de plantão, tramassem a degola da ética e com ela todo um sentimento de aplauso da nação.

Resta-nos um presidente perdido no meio de um tiroteio, que ainda se sustenta pela conveniência e piedade das instituições. De cuia na mão, implora e mendiga a esportula parlamentar. Como impor-se quem moralmente já se acha abatido? Agora é remar o barco, exâtime, até o porto final — se che-

gar — como se o país estivesse apenas à espera do epílogo da tragédia mal-encenada.

Enfraquecido perante os formadores de opinião constituídos pelos segmentos politicamente mais esclarecidos, o desgaste já se alastra pelos demais segmentos da sociedade, conforme registram as últimas pesquisas.

Quem sabe numa dessas se dirija ao povo dando nomes dos bois que o tenham traído. Não seria essa uma peculiar forma de delação premiada (lex habemus) concedida pelo povo? Assuma. Mais grave do que isso foi solenemente dizer que foi vítima de traição. Por quem? Não teria o povo o direito de saber a autoria? Pelo menos seria uma atitude digna e leal com a nação.

Será que o presidente não se deu conta de que aquele belo vaso florido de esperanças se quebrou? Tentar colar caco por caco não o trará jamais ao estado original. Quiçá poderá mantê-lo de pé. É assim que estão pensando os brasileiros. As flores murcharam. Abra o jogo, presidente. Uma os cacos. É seu o ônus da prova.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os cacos floridos do vaso quebrado

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo ex-deputado Milton Temer ao jornal **O Estado de S. Paulo** no último dia 24 de agosto do corrente.

Na entrevista, que recebeu o título “Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado”, o ex-deputado afirma que “Lula já é um caudilho populista”. Afirma, ainda, que “tirando Porto Alegre, não boto minha mão no fogo por nenhuma prefeitura do PT”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado’

Milton Temer, que enfrentou duas disputas internas no PT contra Dirceu, se irrita com suposta operação para endeusar Palocci



Wilson Tosta
RIO

Dois vezes adversário do deputado José Dirceu (SP) na disputa pela presidência do PT, em 1997 e 1999, o ex-deputado Milton Temer, que se desfilou para fundar o PSOL, irrita-se com o que chama de operação para demonizar Dirceu e endeusar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para ele, o objetivo é preservar o presidente Lula, visando à eleição de 2006. Temer afirma que Dirceu tem suas responsabilidades nos escândalos, mas não sozinho. “Quem disser que o presidente Lula não sabia de nada é marciano ou mal-intencionado”, garante.

Também não acredita que Palocci seja garantia de que Lula não será populista. “Lula já é um caudilho populista”, diz ele, que foi deputado de 1995 a 2002

‘É preciso deixar clara uma coisa: não tem nenhum inocente nisso tudo. Não tem mocinho’

e saiu do PT no fim de 2003, no mesmo dia em que a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) foi expulsa. Para Temer, Palocci é apenas um político econômico de Lula, e implementaria outra, se recebesse ordem para tal. “É aquela cabeça sindical, da pequena conquista”, critica.

Essa crise é nova para o senhor? – Chale igual a essa nunca vi. Por que nunca um partido com a história do PT chegou ao governo. Segundo, tem coisas que não adianta o PT dizer: “Vocês faziam igual”. É verdade, faziam igual havia 500 anos. O problema é que o PT chega para mudar isso. “Ah, mas o PSDB também fazia”. Que o PSDB também fazia eu sei. Eu gritei “Fora FHC”. Quando o PT entra nessa maracutaia, causa um imenso estrago porque, na cabeça do cidadão comum, acabaram-se as alternativas. Então, como é que a gente faz se houver o impedimento do Lula?

Nesses anos todos, deu para perceber sinais do que se fala agora? – Tem um episódio que me marcou muito, na campanha de 1994. Saiu uma notícia, o que seria um escândalo naquele mo-

mento, que a campanha de Fernando Henrique à Presidência tinha apoio maciço dos banqueiros. Isso nos surpreendeu em São Paulo, numa reunião do Diretório Nacional. Já preparávamos a ofensiva para atacar pesadamente, quando suspendem a reunião e dizem: “Olha, tem reunião com a Tesouraria, tem uma coisa para revelar, vamos com cuidado nisso.” Aientrapara prestar o esclarecimento uma pessoa que não era do diretório. Era Paulo Okamoto.

Equal era a explicação?

Ele disse: “Olha, vão com calma, porque nós também recebemos dinheiro de bancos” e a matéria vai sair no próximo domingo.” Isso no PT era um escândalo. Ele sentou lá com a autoridade de chefe. Isso para mim revelou uma coisa: existem duas instituições. Uma é o partido. Outra é o governo paralelo. Quando Lula perde a eleição de 1989, começa a estabelecer uma operação fora do partido. Esse governo paralelo desemboça no Instituto da Cidadania. Quem deliberou sobre o programa de governo (de 2002) não foi o encontro Recife, mas fóruns organizados no instituto, que, sob protesto do campo da esquerda, tinham Cesar, ACM e companhia. O PT é Dirceu quem administra, para elaborar uma política que na verdade era construída por um grupo de assessores de Lula que nem eram da direção. Okamoto, Mantega, Paulo Vanucchi, Vicente Trevas, Marco Aurélio. Okamoto presidia o Instituto da Cidadania e não era da direção. A guinada fundamentalmente ocorreu, com o deslocamento de burocratas da CUT para a direção partidária. Até então Lula dividia suas bases entre a CUT e o partido. Ai, ele começa a ter quadros suficientes para ter uma parte controlando a CUT e outra vir para dentro do partido. Delúbio veio nessa época.

Agora, nesse processo, houve mesmo a intenção do Campo Majoritário de “matar” a militância? – Uma vez o Mercadante me disse: “Tenho de sair candidato majoritário agora, porque o PT das administrações vai tomar conta.” O PT enfrentou a história do poder local como forma de conter o sistema capitalista pelas bordas. E terminou comido pelas bordas. O capitalismo penetrou no PT pela disputa do poder local. Quem fez a guinada do PT foi a burocracia sindical. Tirando a prefeitura de Porto Alegre, não boto a mão no fogo por nenhuma prefeitura do PT. Talvez Belo Horizonte, com Pa-

trus Anarías. Mas estas prefeituras aí do PT pelo interior de São Paulo... O processo fundamental é aquele do Roberto Teixeira. O Paulo de Tarso avisou. Lembro da reunião do Diretório Nacional, quando saiu a denúncia. No meu modo de ver, ali foi que se deu a entrega definitiva do Dirceu ao Lula, a submissão. Dirceu tinha instalado a comissão. Tinha posto Hélio Bicudo, Paul Singer e José Eduardo Cardozo. Essa comissão, não tenho certeza o que determinou para o Lula, mas indicou a expulsão do Teixeira. Quando chega no diretório, o mesmo Dirceu organiza a reunião para expulsar o Tarso. E o Teixeira fica no PT.

Como vê o processo de Dirceu?

Lamento a mudança política do Zé, profundamente, mas vejo nele um dos maiores organizadores do partido, de onde concluo que não será fácil desmontar a estrutura que construiu em dez anos. É fácil demonizar o Zé Dirceu. Porque ele é arrogante, tem a concepção do trafar, atropela acordos. Agora, é preciso deixar clara uma coisa: não tem nenhum inocente nisso tudo. Não tem mocinho. Não há como responsabilizar só o Dirceu. Ele era apenas o líder natural, mas não era mais do que nenhum dos outros. Não vejo razão para transformar o Palocci em deus e o Dirceu em demônio, a não ser que seja para preservar o Lula até 2006. No fundo, fica todo mundo olhando o Zé Dirceu do passado. E o Palocci é a imagem, o contraponto disso, o PT da acomodação.

Tarso Genro quer dar a cabeça do Dirceu para salvar o governo? – O Tarso é candidato a presidente da República em 2006, caso Lula não o seja. Ele está fazendo campanha presidencial.

O Palocci é o PT do Bem?

O PT do Bem é o PT desse modelo. O anti-PT, Dirceu, tem a simbologia do PT e Palocci, do anti-PT. No tempo do PT-PT, Palocci era segundo escalão. O Palocci afirma na negação da história do PT, por isso é paparicado. Não foi Palocci que mudou a política econômica. Foi Lula quem determinou. Outra coisa: Palocci não é a garantia de que o Lula não vai ser populista. Isso é bobagem. O Lula já é populista. Objetivamente, o Lula é o dono do modelo. O Palocci é o executor.

Dá para dizer que o presidente Lula não sabia do que ocorria?

Quem falar essa frase levando a sério, ou chamar de marciano ou mal-intencionado, Lula nunca abriu mão de conduzir tudo. ■

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja feito o registro da matéria intitulada “Frei Betto: direção atolou pé na lama”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 25 de agosto do corrente.

A matéria destaca opinião de Frei Betto sobre a atual crise política: “A direita brasileira não conseguiu em décadas o que um pequeno núcleo de dirigentes

petistas conseguiu em poucos anos: desmoralizar a esquerda”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Frei Betto: direção atolou pé na lama

“Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo”

CRISE NO GOVERNO LULA

Ubiratan Brasil
Roldão Arruda
PASSO FUNDO

A direita brasileira não conseguiu em décadas o que um pequeno núcleo de dirigentes petistas conseguiu em poucos anos: desmoralizar a esquerda. O comentário partiu do escritor Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, que participou ontem da 11.ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo. Convidado para o debate *A Sublimação do Homem pela Estética e Espiritualidade*, disse, em entrevista coletiva, que não pretendia tratar de política, mas acabou falando abertamente de sua decepção com o sistema político.

“Depois de trabalhar com os movimentos populares para construir uma nova proposta ao País, um pequeno grupo de dirigentes vem, atola pé e alma na corrupção, comprometendo todo um projeto”, afirmou o frade dominicano. Mais tarde, em conversa telefônica com a reportagem do *Estado*, enfatizou: “Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Na ditadura, apesar de todo sofrimento, perseguições, prisões, assassinatos, saímos de cabeça erguida e certos de que tínhamos contribuído para a redemocratização do País. Agora, não; esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira.”

Na opinião de Frei Betto, o impacto é “tremendo”, porque atinge uma das bandeiras mais caras dos grupos de esquerda: “A esquerda pode perder tudo, até a vida, mas não a moral.”

Frei Betto é amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde que ele era líder sindical na região do ABC Paulista. Chegou a escondê-lo quando foi perseguido pela polícia política sob a acusação de subversão. Sempre apoiou o PT e com a vitória do partido em 2002 foi chamado para trabalhar no Palácio do Planalto, como assessor especial da Presidência da República. Mas ficou lá só um ano.

Ontem ele não quis nomear o núcleo petista ao qual se referia, mas insistiu que o PT deve agir com firmeza, para identificar os responsáveis e puni-los. Se não fizer, a desmoralização será maior.

“Não me atrevo a prejudicar ninguém”, afirmou. “Mas já temos dois réus confessos, o Delúbio Soares e o Sílvio Pereira, cabendo agora ao partido aprofundar o trabalho de investigação para apurar toda a corrupção, ao lado das CPIs, do Ministério Público e da Polícia Federal. Não adianta tentar jogar as coisas para debaixo do tapete. O eleitorado, especialmente o eleitor mais jovem, vai cobrar caro por esse estrago.”

Ele explicou que se desligou do governo porque desejava preservar a liberdade intelectual e discordava da política econômica do ministro Antonio Palocci. Também disse que quando estava no Planalto não soube nada sobre o mensalão. “Nunca tive a mínima idéia da existência desse esquema. Se tivesse percebido teria saído antes.”

RENOVAÇÃO

Apesar da decepção, Frei Betto não desistiu do PT. Embora não seja oficialmente filiado, defende o voto no ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, na eleição para a escolha da nova direção petista, dia 18 de setembro. Plínio representa parte das tendências de esquerda e se opõe ao Campo Majoritário, o grupo moderado que hoje controla a direção nacional e do qual fazem parte o ex-ministro José Dirceu, Lula e Palocci. “É preciso renovar urgentemente a direção do PT”, afirma o escritor.

Ele também reafirmou confiança na reorganização da esquerda. “Estou ajudando minha esperança. Vamos sair dessa, porque a desigualdade social, que está no centro de nossas lutas, ainda persistem, infelizmente. Não posso perder a esperança, porque seria trair a causa dos pobres.” ●

PROGRAMAÇÃO

O silêncio dos intelectuais

Até 5 de outubro, 19 conferencistas vão se revezar em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Salvador

TEMAS E CONFERENCISTAS	DIAS	CIDADES
Hoje: O silêncio dos intelectuais	18/09	SÃO PAULO
Amor e política	19/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	20/09	SÃO PAULO
Amor e política	21/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	22/09	SÃO PAULO
Amor e política	23/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	24/09	SÃO PAULO
Amor e política	25/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	26/09	SÃO PAULO
Amor e política	27/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	28/09	SÃO PAULO
Amor e política	29/09	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	30/09	SÃO PAULO
Amor e política	01/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	02/10	SÃO PAULO
Amor e política	03/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	04/10	SÃO PAULO
Amor e política	05/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	06/10	SÃO PAULO
Amor e política	07/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	08/10	SÃO PAULO
Amor e política	09/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	10/10	SÃO PAULO
Amor e política	11/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	12/10	SÃO PAULO
Amor e política	13/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	14/10	SÃO PAULO
Amor e política	15/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	16/10	SÃO PAULO
Amor e política	17/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	18/10	SÃO PAULO
Amor e política	19/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	20/10	SÃO PAULO
Amor e política	21/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	22/10	SÃO PAULO
Amor e política	23/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	24/10	SÃO PAULO
Amor e política	25/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	26/10	SÃO PAULO
Amor e política	27/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	28/10	SÃO PAULO
Amor e política	29/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	30/10	SÃO PAULO
Amor e política	31/10	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	01/11	SÃO PAULO
Amor e política	02/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	03/11	SÃO PAULO
Amor e política	04/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	05/11	SÃO PAULO
Amor e política	06/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	07/11	SÃO PAULO
Amor e política	08/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	09/11	SÃO PAULO
Amor e política	10/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	11/11	SÃO PAULO
Amor e política	12/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	13/11	SÃO PAULO
Amor e política	14/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	15/11	SÃO PAULO
Amor e política	16/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	17/11	SÃO PAULO
Amor e política	18/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	19/11	SÃO PAULO
Amor e política	20/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	21/11	SÃO PAULO
Amor e política	22/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	23/11	SÃO PAULO
Amor e política	24/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	25/11	SÃO PAULO
Amor e política	26/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	27/11	SÃO PAULO
Amor e política	28/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	29/11	SÃO PAULO
Amor e política	30/11	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	01/12	SÃO PAULO
Amor e política	02/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	03/12	SÃO PAULO
Amor e política	04/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	05/12	SÃO PAULO
Amor e política	06/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	07/12	SÃO PAULO
Amor e política	08/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	09/12	SÃO PAULO
Amor e política	10/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	11/12	SÃO PAULO
Amor e política	12/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	13/12	SÃO PAULO
Amor e política	14/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	15/12	SÃO PAULO
Amor e política	16/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	17/12	SÃO PAULO
Amor e política	18/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	19/12	SÃO PAULO
Amor e política	20/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	21/12	SÃO PAULO
Amor e política	22/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	23/12	SÃO PAULO
Amor e política	24/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	25/12	SÃO PAULO
Amor e política	26/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	27/12	SÃO PAULO
Amor e política	28/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	29/12	SÃO PAULO
Amor e política	30/12	SÃO PAULO
Hoje: O silêncio dos intelectuais	31/12	SÃO PAULO

Horas e locais

- São Paulo, às 19h30, no auditório Sesc da Av. Paulista
- Rio de Janeiro, às 18h45, no Teatro Maison de France
- Belo Horizonte, às 19 horas, no auditório do CC da UFMG
- Salvador, às 17 horas, no auditório da Reitoria da UFE

Fonte: Ministério da Cultura

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Nem prioridades são cumpridas”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 30 de junho do corrente.

A matéria trata dos investimentos em gastos sociais durante o governo Lula e mostra que o atual governo é o que menos investiu na área, comprometendo bandeiras da campanha presidencial.

A matéria mostra, ainda, que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aplicou 42% a mais do

que o governo Lula nos seus 24 primeiros meses de mandato.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requieiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GASTOS SOCIAIS

Análise comparativa mostra que Lula é o presidente que menos investiu na área, comprometendo bandeiras de sua campanha. O antecessor FHC aplicou 42% a mais nos 24 primeiros meses de mandato

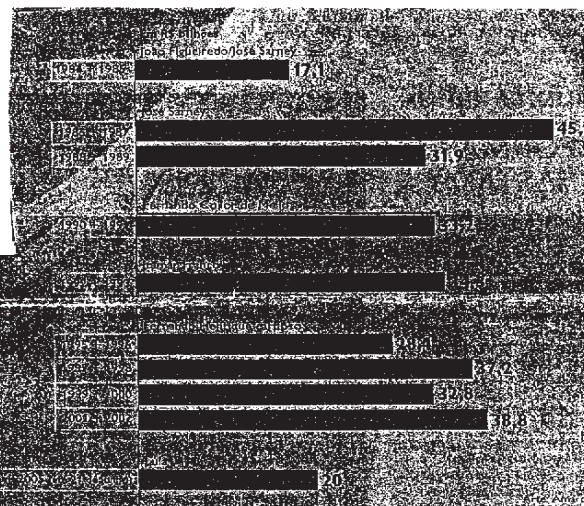
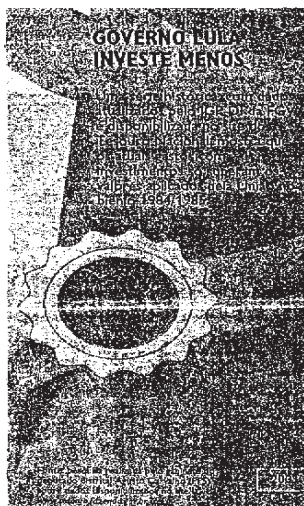
Nem prioridades são cumpridas

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva completa hoje 902 dias à frente da presidência da República, dividindo os quatro anos de governo entre os 2,5 anos que ficaram para trás e o 1,5 ainda por vir. Com mais da metade do mandato cumprido, Lula chega ao limite do tempo para mostrar qual marca deixará em sua passagem pelo Executivo, impressão fundamental na caminhada para um possível segundo mandato. Até agora, o cenário brasileiro exibe economia relativamente equilibrada, com baixa taxa de inflação, risco-Brasil em curva descendente, dólar sob controle e exportações em alta. Mas o mesmo país que apresenta bons resultados no setor econômico soma 7,6 milhões de brasileiros miseráveis e desamparados, 2,5 milhões de crianças que trabalham feito adultas, 3 milhões de jovens fora do mercado de trabalho e 23 mil quilômetros de estradas intrafegáveis.

Os números recordes de superávit primário dos últimos 30 meses mostram que o presidente Lula apertou tanto os cintos para demonstrar capacidade de manter o país com as contas equilibradas que agravou um quadro que se configurava nas últimas duas décadas: a perda da capacidade do Estado de investir. No orçamento da União, é na rubrica investimentos que está reservado o dinheiro para a construção de estradas, de hospitais, melhoria da assistência em saúde e educação, por exemplo. Realizações que se executadas a contento podem ser facilmente percebidas pela população. Mas é justamente nessa rubrica que o presidente Lula apresenta os piores resultados.

Uma série histórica dos números relativos a investimento nos últimos 20 anos mostra que o governo do presidente Lula é o que menos gastou nesse quesito. Ao analisar os dados das duas décadas passadas corrigidos pelo IGP-DI, disponíveis no próprio site do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, os últimos



dois anos e meio apresentam os menores valores de investimento se comparados a qualquer biênio (soma de dois anos) desde 1984 e 1985, quando o conjunto do que foi aplicado equivaleu, em valores atualizados, a R\$ 17,1 bilhões. Nos últimos dois anos e meio, o governo atingiu R\$ 20 bilhões em investimentos, pouco mais que no período considerado tão crítico para o país. Os dados foram pesquisados pelo gabinete do deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), que tem por rotina acompanhar os gastos do governo Lula.

“Década perdida”

Na primeira metade dos anos de 1980, a moeda era o Cruzeiro e a circunstância tão delicada que o período chegou a ser batizado de “a década perdida”, em decorrência da crise fiscal que vivia o Estado. De lá para cá, a soma de quaisquer dois anos seguidos denunciará o baixo nível de investimentos do atual governo. A conta mostra, por exemplo, que o investimento dos primeiros 24 meses do mandato presidencial de Fernan-

do Henrique Cardoso foram 42% maiores que nos últimos 2,5 anos de Lula. Se a comparação for feita com os últimos dois anos de FHC, a distorção torna-se surpreendentemente maior, com investimento no período realizado pela administração passada alcançando 90% a mais do que o gasto pelo governo petista.

Apesar da série histórica apontar uma perda de capacidade

de investir, alguns gestores acreditam no retrocesso dessa tendência. O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, é um dos que percebe uma curva ascendente na trajetória dos investimentos no país: de R\$ 1,9 bilhão em 2004 para R\$ 4 bilhões. Mas diz que isso se deve a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Programa	Meta	Cumprimento
Restaurantes populares	95 unidades	32 unidades
Bancos de alimentos	96 unidades	19 unidades
Farmácias populares	330 unidades	39 unidades
Reforma agrária	290 mil	130 mil
Primeiro Emprego**	300 mil	23 mil (formandos em julho)
Recuperação de estradas	7 mil quilômetros	28 mil quilômetros

* Início do governo ou do funcionamento do programa até o final de 2005
** Metas de qualificação para 2005

Tesouras afiadas

A baixa reserva de investimento, agravada pelo alto índice de contingenciamento que bloqueou 43% dos R\$ 21,6 bilhões previstos para essa finalidade em 2005, compromete o alcance das metas sociais estabelecidas pela maioria dos ministérios. E programas ditos prioritários pelo próprio presidente Lula, como *Primeiro Emprego*, a *Farmácia Popular*, a *Reforma Agrária* e ações do *Fome Zero*

não estão nem perto de alcançar as metas estabelecidas.

Em alguns ministérios, a falta de recursos para investir em projetos sociais já se transformou em uma batalha pública, travada pelos gestores com a equipe econômica do governo. É o caso, por exemplo, da Cultura, sob o comando de Gilberto Gil. Sexta-feira, o ministro interino Juca de Oliveira definiu a situação como cenário de "indigência".

O corte drástico de R\$ 3,7 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Agrário também impede o órgão de realizar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Com um contingenciamento de quase metade dos recursos (R\$ 1,6 bilhão), a pasta só conseguiu financiar o assentamento de 12,5 mil famílias nos últimos seis meses. O compromisso estabelecido no PNRA é de chegar a 115 mil famílias as-

sentadas até o final do ano.

Mesmo o Ministério da Saúde, dono do maior orçamento da Esplanada (R\$ 40,4 bilhões), não é capaz de responder pela demanda de investimento. "Há a disposição do governo em melhorar os gastos no setor, mas isso não nos permite dizer que é o suficiente. As necessidades são maiores, sim, do que o dinheiro que temos", admite o secretário-executivo do ministério, Antônio Alves.

ENTREVISTA// PATRUS ANANIAS

"Gasto com social é investimento"

CORREIO — O ministério que o senhor dirige é um dos que está longe de cumprir as metas para construção de restaurantes populares e bancos de alimentos. Por outro lado, tem alcançado bons resultados no Bolsa-Família, programa que em termos contábeis é tido como de custeio. Há contradição nessa classificação?

PATRUS — Sim. Todos os recursos que efetivamente melhoram ou se propõem a melhorar a vida das famílias pobres, devem ser consideradas como investimento social. Desse modo, benefícios (transferência de renda) repassados

a famílias pobres, idosos, deficientes e crianças não poderiam ser encarados como gasto a fundo perdido. Nesse sentido, ano passado investimos 5,3 bilhões no Bolsa-Família, quando cumprimos a meta de atendimento em 6,5 milhões de bolsas. Este ano, vamos chegar a 8,7 milhões de beneficiados com recursos na ordem de R\$ 6,5 bilhões.

CORREIO — Que características dos programas de transferência de renda permitem apontá-los como investimento e não custeio?

PATRUS — A transferência de renda dá retorno do pon-

to de vista contábil. Quando o governo investe na família, evita que ela se desintegre, o que diminua a chance de expor seus integrantes à vulnerabilidade social, como a marginalidade, a falta de emprego, a prostituição. Problemas que custam caro ao Estado. Além disso, temos pesquisas que relacionam o pagamento do Bolsa-Família ao aquecimento da economia local.

CORREIO — Na lógica defendida pelo senhor e tantas vezes torçada pública pelo presidente Lula de que dinheiro aplicado no social é investimento, o conceito

ainda usado pelo próprio governo para prestar conta de seus gastos está caduco?

PATRUS — Sem dúvidas. Tenho estudado muito o tema e percebido que os estudiosos modernos criaram um novo paradigma para conceituar investimento: o de que tudo o que vai na ponta e incide na melhoria da qualidade de vida, os chamados 'gastos finalísticos' são, na verdade, investimento social, porque promovem desenvolvimento econômico. Enquanto isso, custeio é o dinheiro empregado nas atividades que permitem desenvolver as políticas públicas. É com esse conceito que eu prefiro trabalhar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da última entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à **Folha de S.Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente.

Na entrevista, o ex-presidente analisa o atual cenário político e a atual crise enfrentada pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores. Para Fernando Henrique, “a razão de todo o mal foi acreditar que pela causa, pelo partido, tudo era permitido”. Além disso, comenta que “por não ser néscio nem ingênuo, o Pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem que ele sabia”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ENTREVISTA

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República

PODER: O maior mal do poder é o poder absoluto, existente de fato ou na imaginação dos poderosos

AMBIÇÃO: O PT sempre teve o sonho da hegemonia, que se transforma facilmente em busca do monopólio de poder

SONHO: Hoje estamos todos, mesmo os que não tinham ilusão, desiludidos com o grau de desmoralização de tudo

‘É difícil superar esta crise, ela atingiu o coração do governo’

Para Fernando Henrique, Lula não agiu com rapidez, afastando os suspeitos, e agora é tarde demais

Mariângela Hamu

Por ter atingido o coração do governo, a crise política não será facilmente superada. A razão de todo o mal foi acreditar que pela causa, pelo partido, tudo era permitido. O PT é um partido autoritário, de tendência absolutista e levemente bolchevique, vítima do seu próprio sucesso. E alguns intelectuais deveriam deixar o “silêncio obsessivo” em que vivem para defender a democracia, que é a alternância do poder.

Por não ser néscio nem ingênuo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem que ele sabia, mas será melhor para o País que ele permaneça no governo até o último dia do seu mandato. A menos que fatos comprometedores sejam descobertos. Se assim for, “paciência, a Constituição deverá ser cumprida”.

Estas são algumas das principais conclusões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 74 anos, ao analisar o cenário político e a crise que há quase três meses assombra o Brasil. Na sala de seu confortável apartamento no bairro de Higienópolis, em São Paulo, entre quadros de Joan Miró, Cândido Portinari, Salvador Dalí e Renoir, ele concedeu esta entrevista ao Estado:

Qual é o tamanho desta crise? Não sei de crise tão extensa quanto esta em toda a história republicana. O presidente Lula tem sido poupado, o que a torna diferente das grandes crises anteriores, como a do Getúlio Vargas ou a do (Fernando) Collor. Mas o número de pessoas envol-

CORRUPÇÃO

“O grave no caso atual é que há elementos novos na corrupção: ela se organizou em uma rede que tem apoio em uma visão política do segmento até agora dominante no PT. Como o partido está no

governo, isso ampliou as possibilidades do uso de dinheiro não só para fins privados, mas também para a manutenção e expansão do poder. De endêmica a corrupção estava passando a sistêmica”

vidas, a abrangência de órgãos públicos, a participação direta da cúpula do partido em manobras escusas e as conexões com bancos privados são inéditos.

Como superá-la? Por sua própria extensão esta crise tornou-se de difícil superação. Como atingiu o coração do

fatos comprometedores. Mesmo sem eles, a opinião pública espera a punição dos parlamentares envolvidos nos escândalos e dos pagadores de propina. Ninguém mais acredita na versão “dinheiro de campanha”.

A crise se dá em momento de relativa tranquilidade. Por quê?

Tranquilidade econômica, social, externa, não tem nada atrapalhando. Nesse aspecto, isso me lembra o Jânio. O Jânio caiu quando não havia crise nenhuma. Caiu por intrigas palacianas e por ele próprio. É que as pessoas têm uma visão economicista. Achan que vão ganhar a eleição porque a economia vai bem. É bem mais complicado que isso. Há o fator político e política implica legitimidade, capacidade de abrir horizontes, respeitabilidade... Essa crise é do PT e do governo. Criaram uma situação de descrédito ao permitir a utilização de meios ilícitos para financiamento. Isso é muito grave.

O presidente Lula disse que não repetirá Vargas, João Goulart ou Jânio Quadros. Será como Juscelino, paciente. Acha que ele conseguirá? Essas comparações são descaídas. Como críticas a pessoas que tiveram fins tão trágicos é muito triste. É sinal de que ele anda pensando nessas coisas.

O sociólogo e ex-petista Francisco de Oliveira diz que o PT foi dominado por “gangues”, que o presidente Lula sabia de tudo e está na hora de os intelectuais deixarem de ser complacentes com Lula. Concorda?

Concordo inteiramente. Vários desses intelectuais me atacaram tanto e agora calam em silêncio obsessivo? E quando vão falar, fazem como a (filósofa) Marilena Chaui, que cometeu duas impropriedades. Primeiro falou em “artimanhas do PSDB” na questão da economia, como se a realidade não tivesse mudado. Segundo, disse que o erro foram as alianças. Ora, quem fez a corrupção não foram os aliados, eles foram cor-

“Me lembra o Jânio. O Jânio caiu quando não havia crise nenhuma”

governo e do partido reinante, a primeira condição para escampar dela seria o presidente assumir que não navega em mar de almirante. Requereria, há tempos, ação rápida, afastando os suspeitos – o que não fez. A esta altura, creio que é tarde: houve quebra de confiança no próprio presidente. Tudo vai depender de se encontrarem ou não mais

LUZ

“Cada vez que eu o ouço dizendo uma platidade com ar feliz, ou descobrindo a pólvora com ar auto-suficiente, dizendo “esta é a primeira vez na história deste país que...”, penso com meus botões: falta

quem o advirta, quem o ajude a comparar para ver que, por mais que faça, não dá para refazer o Brasil em dois anos. Ou é ingenuidade ou pretensão. Nos dois casos, não é postura de um presidente”

rompidos. Não dá para fugir desta questão: o problema foi provocado pelo PT. O que ela falou não tem sentido. Era melhor ter ficado calada. Alguns intelectuais se especializaram em dar opinião sobre matérias que não dominam. Falam, com a autoridade de que dispõem na sua área, de assuntos que não conhecem. Não gosto disso.

Olhando um pouco adiante, o que o senhor consegue ver?

Vejo nuvens carregadas. O sistema político que se estava formando baseava-se em dois partidos eventualmente capazes de construir pólos de poder e governabilidade. O futuro desse arranjo vai depender da crise do PT, que é grande. Será que ele ainda aglutinará o que aqui se chama de "esquerda" ou sua desmoralização afastará do partido estes segmentos? Neste caso, o PSDB poderá recolher parte do eleitorado desiludido?

O Brasil parece sofrer de corrupção crônica-endêmica. O que fazer?

A corrupção foi endêmica no passado em muitas democracias avançadas. Até hoje há restos dela em alguns países. Com o tempo, com punições e rigores legais, a corrupção diminui, embora seja difícil acabar com ela totalmente. O grave no caso atual é que há elementos novos na corrupção: ela se organizou em uma rede que tem apoio em uma visão política do segmento até agora dominante no PT. Como o PT está no governo, isso ampliou as possibilidades do uso de dinheiro também para manutenção e expansão do poder. De endêmica a corrupção estava passando a sistêmica.

O presidente Lula disse que um presidente não sabe de tudo o que acontece. Concorda com ele?

É verdade que um presidente nem sempre sabe de tudo. O

País é grande, a máquina pública também. Mas o presidente lê jornais, vê TV. E conta com assessores especialmente para informá-lo sobre o que ocorre, além de seus interlocutores políticos. Assim, mesmo sem saber dos detalhes, sabe o rumo das coisas. As pessoas falam muito com os presidentes. O presidente deve saber ouvir, jogar fora a intriga e usar a boa informação. Para isso precisa ser autoconfiante, ouvir as críticas sem inibi-las e não acreditar que sabe tudo ou que está sempre certo.

Alguém tem coragem de dizer ao presidente: "Cuidado, estão roubando... é preciso fazer alguma coisa"? Pergunte à Ana Tavares (*secretária de Imprensa nos dois mandatos de FHC*) ou ao Clóvis Carvalho (*chefe da Casa Civil*) se eles teriam ou não coragem de me dizer que alguém estaria roubando. Estou certo de que a resposta será positiva.

Qual é o antídoto mais eficaz contra os males do poder?

Faz muito tempo que os fundadores da democracia americana – para não falar de Montesquieu – pregavam os "pesos e contrapesos" como partes fundamentais da democracia. O maior mal do poder é o poder absoluto, existente de fato ou na imaginação dos poderosos. O PT sempre teve o sonho da hegemonia, que se transforma facilmente em busca do monopólio de poder. Não é de estranhar que o presidente acabasse por acreditar nisso. Cada vez que eu o ouço dizendo uma platitudes com ar feliz, ou descobrindo a pólvora com ar auto-suficiente, dizendo "está é a primeira vez na história deste país que..." penso com meus botões: falta quem o advirte, quem conheça um pouco de história, quem o ajude a comparar para

ver que por mais que faça não dá para refazer o Brasil em dois anos. Ou é ingenuidade ou pretensão. Nos dois casos, não é postura de um presidente.

Quais são os riscos de desconexão de um presidente com a realidade, quando é muito grande o fascínio pelo poder e pelas delícias que o poder proporciona?

Se o presidente não tem convicções sólidas, se não percebe que as chamadas "delícias do poder", que não são tantas assim, passam, se ele se deixa levar pela vaidade boba – há as que não são boas – se ele se acostumar com um séquito de bajuladores, acaba desligado da vida real. É preciso que um presidente encontre quem tenha a franqueza para chamar-lhe a atenção cada vez que entre em devaneios de plenipotência.

Acha que o presidente Lula sabia?

Não posso dizer que o presidente sabia tudo, mas como não o considero néscio nem ingênuo, de um modo geral tinha que saber que havia mais coisas entre o céu e a terra do que seus amigos dizem quem ele sabia.

O impeachment desapareceu dos discursos. Lula é inocente ou a oposição acha mais fácil esperar 2006? Nem uma coisa nem outra. Já disse que de algo ele sabia. Mas saber não é suficiente para incriminar alguém: não há evidências de sua participação nos casos apontados. Impeachment é decisão política muito séria. Precisamos pensar em suas consequências para o Brasil e para o jogo político futuro, inclusive eleitoral. Entretanto, se aparecem dados que mostrem a responsabilidade presidencial direta, gostemos ou não e sejam quais venham a ser as consequências políticas, há que respeitar a Constituição.

É a economia, agüenta até quando?

Se houver fatos novos e graves, que enforço para que não aconteçam, certamente haverá flutuações no mercado acionário e nos diversos títulos. Mas a chamada economia real e as contas do País estão em bom estado, sem falar na economia mundial que registra dados positivos como não se via há 40 anos.

O seu governo praticou uma política de juros altíssimos, mantida com perfeição e esmero pelo atual governo. Se fosse presidente outra vez, mudaria alguma coisa?

As taxas de juros durante meu governo chegaram a superar as atuais, mas em circunstâncias diferentes e específicas: havia ataques especulativos ao real. Neste momento isso não ocorre. Mesmo quando no primeiro mandato a desvalorização da taxa de câmbio era pequena e os juros foram puxados para cima para manter o fluxo de entrada de dólares, havia uma razão para manter os juros elevados: a memória inflacionária era curta e não se tinha o equilíbrio fiscal mínimo desejável. Neste governo, com boas condições econômicas no mundo e domésticas, depois da manutenção das mudanças que introduzimos, as taxas de juros foram para as nuvens e continuam nelas pela síndrome da luta contra a inflação. Há exagero. Se eu tivesse força decisória, procuraria reverter, com cuidado, tal situação.

A economia do País resistiria a mudança brusca no cenário externo?

Acho que os colchões protetores da nossa economia estão muito mais fortes do que no passado. Um refluxo traria consequências nas exportações e eventualmente poderia reduzir os investimentos, mas não acredito que isso desorganize a economia de forma dramática. ◊

'PT não tem mais condições de governar'

Para ex-presidente, desilusão no partido e na sociedade foi grande e agora 'ninguém mais acredita, nem eles próprios'

Ainda acha que o PT será o maior inimigo do presidente Lula nas próximas eleições?

Acho que o PT será o grande inimigo do presidente Lula em 2006. O PT não fez a revisão crítica de seu programa - a autocrítica tão falada por eles - e, principalmente, de seus métodos. A superposição entre partido e governo e, agora, as evidências de que o projeto de poder do partido induz a utilizar o Estado para obter recursos e usá-los para fins privados do partido distorcem a democracia.

O prefeito José Serra disse que esta crise foi produzida pela sede com queo "neopatrimonialismo sindicalista-bolchevique, sem nenhuma utopia de igualdade" tentou tomar de assalto o Estado. O sr. concorda?
O PT nunca foi um partido homogêneo. Mas ele tinha a vantagem de ter nascido de maneira nova, a partir das lutas dos trabalhadores. Era mais um movimento que foi se congregando ao redor da imagem de Lula. Nesses anos, houve uma espécie de consolidação de uma estrutura de inspiração burocrática e vagamente bolchevique que se somou ao corporativismo da sociedade brasileira, dos sindicatos, das corporações de funcionários públicos. Isso matou o que tinha de novo no partido. Com o tempo, descobriram que o caminho é eleitoral. Quando se somou essa tendência burocrático-sindical com vontade de ganhar eleição, eles montaram uma máquina. O PT acabou vítima do próprio sucesso. Deram ao partido um cunho de empresa. Nesse sentido, é menos bolchevique e mais um partido americano: tem o jogo eleitoral e tem o jogo dos recursos.

Que tipo de empresa?

Uma empresa sui generis, porque ela não gera recursos e precisa de dinheiro. Foi o começo da perdição. Virou uma máquina muito grande. Se fosse só bolchevique, repousava na militância. Como ele virou uma empresa, passou a repousar em profissionais e isso requer recursos. Os recursos começaram a vir, pelo que se vê pelos jornais, pelas áreas de atuação municipal onde tinham poder: ônibus, lixo e depois jogo, o que para mim foi uma surpresa. Começou por aí e depois foi para o governo central, entraram nos bancos. Tudo isso é distorção, é uma coisa patológica. Por isso digo que

"Acho que para o Brasil será muito ruim se Lula não terminar o mandato. Mas faço uma ressalva: se acontecer alguma coisa, paciência"

"Eu nunca tive ilusões, achava o PT anacrônico. De qualquer maneira eu achava interessante um partido que nasceu da luta dos trabalhadores"

"Aí está a falência dos intelectuais: é quando não denunciam que isto está errado. Falta coragem para defender a democracia"

não foi exatamente bolchevique, porque os bolcheviques tinham um ideal e fizeram uma revolução.

OPT destruiu muitas ilusões?

Isso tudo gerou uma desilusão curiosa, de quem nunca havia se iludido. E não quis entrar no PT no começo porque discordava do conteúdo de classe que eles queriam dar - partido dos trabalhadores. Ora, o futuro é dos assalariados, não dos trabalhadores. A ideia de proletariado é do século passado, não é daí que sai o futuro. Discordava também da política de alianças. Ali já havia a tendência à hegemonia. Numa sociedade social e regionalmente desigual como a nossa é preciso estabelecer um sistema de alianças. Nunca

'Não quis entrar no PT porque discordava do conteúdo de classe que eles queriam dar'

tive ilusões, eu achava o PT anacrônico. De qualquer maneira, eu achava interessante um partido que nasceu da luta dos trabalhadores, de certa confluência entre Igreja, intelectuais e trabalhadores, uma força renovadora. Hoje estamos todos, mesmo os que não tinham ilusão, desiludidos com o grau de

desmoralização de tudo. O respeito é essencial. O PT hoje não tem mais condições de governar no sentido mais profundo. Ninguém acredita mais, nem eles próprios.

Acha, como Serra, que o PT viveu o sonho do controle absoluto de todos os mecanismos de poder?

Eles têm uma tendência absolutista, sem dúvida. Ficou a ideia do partido redentor da humanidade. Como ele é redentor, ele sozinho toma conta do Estado e muda a sociedade. Isso é a origem de tudo. O que leva ao desastre é achar que pela causa, pelo partido, tudo pode. Foi isso que ficou daquela visão transformadora e revolucionária: apenas a casca. Hoje, é o poder pelo poder. Eu não aceito isso nem para fazer a revolução. No fundo, você está expropriando um banco. Há um pouco de complacência: como é pela causa, pode. O problema é que em geral sobra para o bolso alguma coisinha. Essa racionalização quebra os limites da lei. Como você tem compromisso com o povo, acha que está certo. É como o Lula: eu fiz tudo, eu sou o melhor. Ora, isso é totalitarismo, é fundamentalismo. Isso tem de ser combatido pelos intelectuais. Aí é que está a falência dos intelectuais: é quando não denunciam que isto está errado. No fundo, está faltando coragem para defender a democra-

"O que leva ao desastre é achar que pela causa, pelo partido, tudo pode. Foi o que ficou da visão transformadora e revolucionária: a casca. É o poder pelo poder"

"O PT acabou vítima do próprio sucesso. Deram ao PT um cunho de empresa, que não gera recursos e precisa de dinheiro. Foi o começo da perdição"

"O Serra é um excelente nome. Ninguém quer mais do que o Serra. Ele está preparado até mais que eu, porque quer mais que eu"

cia, que é o pluralismo, a alternância no poder. Você não tem o conhecimento absoluto, você tem de seguir certas regras.

O que vai sobrar de tudo isso?

O que vai sobrar é muito preocupante. Se essa desilusão for muito grande, quem vai polarizar certo tipo de descontentamento que existe na sociedade - e a sociedade é realmente injusta, o sistema capitalista não é igualitário, ele não permite que se resolvam rapidamente as questões, nem mesmo as mais dramáticas, de desigualdade e de pobreza absoluta?

E do PT?

Não sei se vão mudar. Será que vão acreditar nos valores da cultura democrática? Isso implica saber que você não é o dono do mundo. O meu medo, com tudo isso, é a demagogia populista.

Acha que o presidente Lula termina o mandato?

Acho que para o Brasil será muito ruim se ele não terminar o mandato. Mas faço a ressalva: se acontecer alguma coisa, paciência. A Constituição deve ser cumprida. Vou torcer para que isso não aconteça.

Como o PSDB pretende reconquistar a Presidência da República?

Quem for para o governo, primeiro não pode mentir. Não poderá prometer o que não puder

cumprir. Não poderá prometer que vai resolver a vida de todos, gerar empregos rapidamente, porque não vai. É difícil dizer isso, mas tem de dizer. Se as pessoas perceberem que você tem rumo, ficam motivadas. É preciso desarmar a armadilha da inflação, juros altos e crescimen-

‘Eles têm tendência absolutista. Ficou a idéia do partido redentor da humanidade’

to baixo. É preciso ter coragem para juntar gente com competência e marcar um rumo, como fizemos no Real.

Qual será o maior inimigo do PSDB nessa empreitada?

O maior inimigo seria interno: não entendermos o momento. Ele requer unidade dos líderes e nova visão dos propósitos de

um governo tucano. O Brasil precisa de ênfase no social, mas com competência, articulações do governo com a sociedade civil, e de políticas de crescimento econômico que não olhem no retrovisor. Chegou a hora de desatar, como fizemos com a inflação, os nós que nos prendem às altas taxas de juros e ao baixo crescimento para manter a estabilidade. Isso pode ser feito sem agressões a contratos e ao mercado, mas requer audácia e conhecimento da microeconomia. É pena que o governo atual tenha desperdiçado a chance de assegurar o desenvolvimento auto-sustentado do qual estamos e estamos perto.

Desenha-se uma luta renhida entre candidatos do PSDB à Presidência: os governadores Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), o prefeito José Serra e, dizem, o senhor. Essa briga não compromete o projeto de volta ao poder?

Se houver briga, sim. Mas não creio que seja necessário. Temos recurso de liderança para evitá-la. Eu tenho insistido em que não está nos meus projetos candidatar-me à Presidência ou a qualquer outro cargo. Mas está neles ajudar o partido a posicionar-se para as eleições. Ainda é cedo para saber se realmente seremos beneficiários da virada da opinião pública e quais serão os candidatos, dos outros partidos e do PSDB. Isso, com a crise, se postergou para o início do próximo ano.

Pesquisas indicam que hoje Serra é o que tem melhores condições para enfrentar Lula. Será o candidato?

O Serra é um excelente nome. Ninguém quer mais do que o Serra. Ele está preparado até mais que eu, porque quer mais que eu. Conhece a máquina, é ótimo administrador. E aprendeu com a derrota, foi para Princeton estudar, não ficou lamentando ou rancoroso. Mas o Alck-

min tem plenas condições de disputar, assim como o Aécio. Eles são ótimos administradores e políticos. O PSDB tem grandes nomes, ainda é cedo para decidirmos.

O senhor tem dito que não é candidato em 2006. Isso pode mudar?

Já disse que não sou candidato. Não juro porque, embora seja meu firme propósito e não veja quem esteja disposto a me pressionar para ser candidato, a política dá muitas voltas e, com possibilidade cerca de zero, as coisas podem tomar um rumo que não desejo. Mas não tome meus cuidados e minha franqueza como se fossem uma forma de “deixar a porta aberta”.

Em quais circunstâncias o senhor voltaria a disputar uma eleição?

Só se não houvesse no meu partido quem pudesse concorrer com chances, o que não é o caso. ■ M.H.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 43 minutos.*)

Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaros Dias e da Srª Íris de Araújo

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, primeiro orador inscrito, por 15 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias que preside esta sessão, Senador Rodolpho Tourinho, Senadores e Senadoras, nesta sexta-feira, faço da tribuna algo que nunca fiz, talvez por estar vivendo esta crise do meu Partido e, conseqüentemente, do Governo do qual faço parte, que é a base de apoio.

Tenho recebido, como já falei algumas vezes aqui, muitos e muitos **e-mails**, não importa a quantidade, são milhares. E um me chamou a atenção de forma especial, o de um professor universitário do Rio Grande do Sul, geólogo, cujo nome é Paulo, a quem pedi autorização para divulgar seu **e-mail**.

Sr. Presidente, ele faz críticas duras, muito duras, ao PT, ao Governo, ao Presidente Lula e a este Parlamento. Ele diz no encerramento do primeiro **e-mail** que me mandou: “Então, Sr. Senador, tinha que desabafar com aquele a quem eu cheguei a considerar o ‘Lênin sul-americano’, em quem muito me orgulhei em ter dado meu voto e, espero, voltar a dar, quem sabe” no futuro, se tiver em outro Partido com legenda ética.

Senador Alvaro Dias, não estou fazendo nenhum auto-elogio, porque digo a ele que não tem nada a ver me considerar Lênin. Quem sou eu? V. Exª me conhece. Sou um operário, que calco a minha vida aqui no mundo social e conto um pouco da minha história.

Ele faz elogios – e faço questão de dizer – ao P-SOL, ao Senador Eduardo Suplicy e faz críticas a este Parlamentar, ao PT, ao Governo e ao Presidente.

Sr. Presidente, de forma muito carinhosa, como sempre faço, recebi esse **e-mail** e o respondi na íntegra com muito carinho e respeito, dizendo a ele que entendia a sua revolta, a sua indignação. Fiz pondera-

ções sobre o Governo, sobre a PEC paralela – que ele disse que foi uma enganação que durou quase dois anos. Disse ele que, na PEC paralela, também me enganaram e que eu não reagi e que ele esperava uma posição mais dura daquele que aprendeu a respeitar ao longo da sua vida.

Ele era estudante, e eu já era sindicalista. Pois bem. Respondi, explicando que a PEC paralela foi uma conquista de todos aqueles que discordavam da PEC da Previdência, como V. Exª, Senador Alvaro Dias, e o Senador Rodolpho Tourinho.

Enfim, enviei respostas a ele, em que escrevi umas duas laudas dizendo que devemos atentar para que este momento tão difícil da vida nacional não se torne apenas um período de caça às bruxas. E digo eu na resposta: “É preciso que entenda que há homens de bem em todos os Partidos”. Em todos os Partidos, há homens sérios, homens de bem, e há também aqueles que erram.

Disse ainda que, diante do momento difícil da vida nacional, tenho muita esperança de que tudo vai ser investigado e de que a opinião pública terá a resposta que espera.

Aí, Sr. Presidente, para minha alegria, ele me respondeu. E aqui vou me dar o direito – depois de tê-lo consultado – de ler a sua resposta. Lerei um trecho que conta um pouco uma fase da minha vida e um detalhe do qual não me lembrava mais. Isso para mim é uma demonstração de que existem milhões e milhões de brasileiros que ainda acreditam muito nos políticos e no Congresso Nacional e que querem respostas. É importante que o Congresso Nacional dê a resposta, porque essa é a expectativa criada hoje na população brasileira.

Ele responde da seguinte forma:

Prezado Senador, me emocionou muito a sua resposta. É o que eu esperava de sua pessoa, um cavalheiro e um cidadão, acima de tudo. Mesmo magoado, mesmo não me identificando mais com o Partido, seguirei, com certeza, dando meu voto para S. Sª...

E segue dizendo que entende que sou um homem de bem – estou resumindo o que ele disse aqui.

E segue:

Desculpe-me pelo emocional na hora em que lhe enviei o **e-mail** anterior. É que, caríssimo Senador, os episódios todos foram e estão sendo piores do que uma punhalada em quem anonimamente tanto se identificou e lutou pelo sonho que o PT representou.

Senador, vou lhe confessar algo que, talvez, só o senhor saiba {e agora, todo o Brasil vai saber e ele me autorizou a dizer}: por diversas vezes, estive muito próximo de S. S^a, mas preferi não cumprimentá-lo, pois acho que o anonimato é a melhor das estratégicas quando se acredita numa pessoa. Acompanho-o desde a grande epopéia que o senhor patrocinou, há muitos anos, em plena ditadura – a Marcha dos Metalúrgicos de Canoas a Porto Alegre {acho que era o primeiro deslocamento de sindicalistas numa distância semelhante àquela, o que se deu ainda em 1981}.

A primeira pessoa que me impressionou naquela marcha foi a sua figura, de dedo em riste, com a barba bastante crescida, de macacão cinza-azulado, em frente ao fórum, conclamando os seus à frente, desafiando a barbárie em que vivíamos {que era a ditadura}. Ali que eu cunhei o termo que sempre lhe apregão, o de “Lênin sul-americano”.

Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia...

Ali já estavam vinte mil pessoas. Eu tinha saído de Canoas juntamente com cinco mil pessoas, e alguns pediam que se invadisse a Assembléia. O Governador era o Jair Soares. Eu, coordenando aquele ato, dizia que ninguém invadiria a Assembléia.

Continua Paulo Neves:

Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia, até que o senhor teve um mal súbito e desmaiou em frente ao limite Palácio/Catedral. Ajudei a colocarem o senhor na carroceria de um velho caminhão (de cor azul – as imagens permanecem vivas em minha retina) e, quando seus camaradas quiseram que saíssemos da carroceria (inclusive até mesmo com ameaças, o que era normal dado o tumulto havido), não tive dúvidas... disse ser estudante de Medicina, e aí me deixaram ficar ... na realidade era estudante de geologia! Mas acho que dava na mesma, Senador, afinal sua

vontade de fazer as coisas e de agir sempre me pareceram pétreas.

Bem, Senador, esse relato a poucas pessoas eu fiz. Eu sabia que, de alguma forma, um dia, eu faria para o senhor. Continuo a acreditar em sua pessoa, que ainda deverá prestar grandes serviços à nossa Pátria.

Um fraternal abraço de quem muito lhe admira.

Atenciosamente,
Paulo Neves.

Respondi a ele, nos seguintes termos:

Caro Paulo César,

Somente quem viveu aquele momento saberia descrever com detalhes aquela caminhada. E você viveu com a gente! Você, eu e muitos outros companheiros estávamos lá. Quando você se refere a mim como o “Lênin sul-americano”, percebo uma generosidade muito além do que sou.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, compararia esse gesto dele, faço questão de dizer, à forma como o Senador Mão Santa costuma elogiar V. Ex^a, o Senador Rodolpho Tourinho e cada um de nós nesta Casa. Então, trata-se de um gesto generoso dele quando viu aquele líder sindical, que era protegido pelos estudantes, liderar aquele ato em 1981.

Continuei:

Suas palavras mexeram com as minhas emoções. Vale a pena lutar quando a causa é justa. Percebo em você a esperança e a verdade que ainda estão fazendo brilhar a mente de milhões de brasileiros. Foi muito bom recordar aquele momento.

Sr. Presidente, logo após essa resposta, diante do fato que estamos aqui relatando, tive o cuidado de remeter, ontem à noite, a esse estudante, que, na época, era anônimo, a pergunta se eu poderia ler esses documentos. E ele disse que fazia questão de que eu lesse e que eu poderia, inclusive, citar o seu nome, pois se considera um daqueles tantos que estão frustrados, magoados e tristes com tudo que está acontecendo em nosso País.

Mas, ao mesmo tempo, ele demonstra, ao longo do texto, que é daqueles que acreditam no processo democrático, porque não há sistema melhor que tenha sido inventado no mundo.

Neste momento tão difícil de crise instalada no País, agravada agora com a denúncia envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, em que as últimas pesquisas mostram, inclusive, que há uma ten-

dência de renovação do Congresso de mais de 70%, fiz questão de ler aqui esse **e-mail** do professor universitário Paulo Neves, que me acompanhou quando eu era sindicalista – ele, que na época era estudante, não esqueceu cada momento dessa caminhada –, para tentar demonstrar, Sr. Presidente, que, lá fora, milhões e milhões de brasileiros acreditam muito, muito, muito na democracia, no Congresso Nacional, na história de todos nós. Eles se dão o direito legítimo de comentar e de contar esses fatos. Embora eu nunca tenha conversado com o Paulo, ele acompanha a minha história, como acompanha a história de cada um de nós aqui, como acompanha a história de cada homem público.

Achei o **e-mail** tão bonito, pela forma como ele conduziu o debate – de uma crítica muito dura no início, caminha para fortalecer o processo democrático –, que resolvi comentá-lo desta tribuna.

Eu gostaria de ouvir o aparte do Senador Rodolpho Tourinho sobre esse diálogo que tive com o Paulo, usando a tribuna do Senado para comentá-lo.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Creio que é importante esse diálogo, Senador Paim. Ele mostra que, no fundo, discutimos democracia, discutimos posições. Mas não posso concordar com o Paulo César a respeito de um ponto: a PEC paralela, porque isso seria fazer uma grande injustiça a V. Ex^a e ao trabalho que foi feito pela sua votação. Entendo que, não fosse a sua posição e a de mais uns dois ou três Senadores, dificilmente a matéria teria sido votada. Ela veio minorar exatamente os efeitos mais perversos da reforma da previdência. Esse é um ponto que preciso destacar para fazer justiça a V. Ex^a. Com isso, contrário frontalmente o Paulo César. E acho mais: que a PEC paralela começa a dar resultados. Eu mesmo já encaminhei um projeto de lei tratando da inclusão previdenciária das donas-de-casa, o que não existia e que foi obtido com a PEC paralela. De forma que quero fazer esse reparo em relação ao que foi exposto pelo Paulo César e fazer justiça ao trabalho de V. Ex^a no que concerne à PEC paralela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a mais do que ninguém conhece a nossa luta, porque V. Ex^a foi o Relator da PEC paralela no momento mais difícil dos trabalhos. No primeiro momento, foi o Senador Tião Viana. A matéria voltou para a Câmara dos Deputados, retornou ao Senado, e V. Ex^a assumiu a responsabilidade de aprovar um texto que sabíamos à época que seria difícil aprovar. V. Ex^a, ouvindo todos os Senadores, construiu uma saída técnica, jurídica e política que deixou muito claro ao País que a PEC paralela havia chegado para ficar e que ela era para valer.

Por isso que, ao mesmo tempo em que V. Ex^a me elogia, sou obrigado, mesmo que alguém não entenda, a render homenagens a V. Ex^a. Não quero que alguém pense lá fora que isto é uma rasgação de seda. Não é, porque eu sei quantas e quantas noites V. Ex^a trabalhou, discutiu e negociou com todos os setores para fazer uma redação que contemplasse centenas e centenas de entidades que queriam a aprovação da PEC paralela e, ao mesmo tempo, buscasse o consenso nesta Casa, onde a matéria foi aprovada por unanimidade.

Então, sinto-me parceiro de V. Ex^a na construção da referida PEC. A Senadora Iris, que está aqui também, sei que deu a sua contribuição ao longo dessa caminhada; o Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, deixou muito claro que cobraria a PEC paralela ao longo da sua vida, se fosse necessário, caso não fosse cumprido o acordo firmado por todos nós.

Então, todos nós a construímos. E creio que o Paulo César entendeu, na essência da minha resposta, que a PEC paralela foi uma conquista principalmente do Senado da República. Sem nenhum demérito à Câmara, foi aqui que ela surgiu, como resultado de uma longa discussão entre nós; foi para a Câmara, que até aperfeiçoou alguns artigos, voltou para cá e a aprovamos, então, por unanimidade, mediante articulação feita principalmente pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Concluo, dizendo ao Paulo César, que hoje é professor universitário – no tempo em que eu era sindicalista, ele era estudante, e lembro-me de que, quando cheguei à capital, cerca de 20 mil estudantes abriram espaço para que pudéssemos chegar, e, dos edifícios, jogavam pétalas sobre nós –, que aquele foi um momento muito lindo, muito bonito. Creio que foi o momento mais bonito da minha vida. Falo isso com convicção. E vim à tribuna porque o Paulo César, que, na época, era um estudante que me acompanhava de forma anônima, relata fatos aos quais vincula esse momento tão bonito. Naquele tempo, a luta era pela volta da democracia; agora, não deixa de ser uma luta que o Congresso Nacional está fazendo pela democracia plena, sem corrupção.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de comentar um bate-papo feito com um companheiro de jornada do Rio Grande do Sul que, embora à distância, impregnou meu coração de emoção. Esta mensagem chegou ao gabinete

deste parlamentar e descrevo abaixo nosso diálogo fraternal.

1ª Mensagem enviada pelo Sr. Paulo:

Prezado Senador, estou decepcionado com o PT e com Vossa Senhoria. Eu sempre votei em sua pessoa desde o primeiro pleito que concorrestes. Sempre estive muito satisfeito com a sua atuação. Entretanto, ultimamente tenho achado Vossa Senhoria muito omisso em relação a nojeira em que transformaram o PT. Achava, inclusive, que o senhor seria um dos expulsos juntamente com aquela gente valente que foi para o PSOL. Mas, aí senti que o senhor, desculpe o termo, se acovardou! Após, na paralela da previdência, brincaram com sua senhoria e, nada. Depois, na CPI achei que o senhor iria dar o bom exemplo e assinar de primeira... e nada, ainda criticou o Senador Suplicy. E, agora, ainda permanece nesta nojeira em que transformaram o PT, parece ainda apoiar nosso patético Presidente da República, se é que patético se aplica ao mesmo; mesmo petista ou talvez ex-petista, tenho sentimento de que ele é o chefe desta gangue que assaltou o partido (raposa com vestes de coelho). Então, Sr. Senador, tinha que dasabafar com aquele a quem eu cheguei a considerar o “Lênin sul-americano”, em quem muito me orgulhei em ter dado meu voto e, espero, voltar a dar, quem sabe no PSOL ou outra legenda ética que vier a surgir.

Atenciosamente,
Paulo Neves
Geólogo – professor Universitário

1ª Resposta encaminhada pelo Senador:

Prezado Sr. Paulo, obrigado por sua mensagem e por sua sinceridade. Respeito suas ponderações mas gostaria de fazer algumas observações quanto ao assunto.

Saiba que também estou profundamente triste com todas as denúncias que têm sido apresentadas. Quero ver toda a verdade apurada e os culpados punidos. Saliento ainda que não estou omisso, tenho me pronunciado através de Jornais, Rádio, enfim toda vez que sou procurado tenho respondido e colocado minhas posições, muito menos me acovardei como o senhor declara. Votei na Reforma da Previdência, pela PEC Paralela, que, graças à minha pressão no Congresso Nacional, foi votada e se não garante o sonho dos servi-

dores, avança em muito o que foi perdido na Reforma.

Quanto à questão de novos rumos, gostaria de esclarecer que a hora é de calma, pois não se pode abandonar os nossos companheiros (principalmente os militantes petistas que construíram a história do Partido) num momento de crise como este. Estou alerta e quero a apuração.

Sempre defendi que as apurações de denúncias de corrupção acontecessem da forma mais transparente possível. Passamos por um momento muito difícil em todo o Brasil. A credibilidade da classe política, em qualquer Partido, já tão abalada, está em profunda crise. O que devemos atentar é para que não se torne um período de “caça às bruxas”, já que sabemos que existem homens públicos de bem e sei que estou incluso, graças a Deus, nesta lista.

Reafirmo que o importante é estar consciente do compromisso que tenho com a população que me elegeu e fazer a minha parte para que o Brasil se torne um país mais digno e estou com minha consciência tranqüila, pois estou fazendo o possível e a minha parte para que este país cresça com mais justiça social.

Informo ainda, que participei no dia 06 de julho de uma entrevista *online* (Chat) concedida ao Clic RBS, onde respondi a diversas perguntas sobre temas relevantes da atual conjuntura de nosso país.

Transcrevo abaixo, parte da entrevista, onde respondo a este questionamento que você me fez em sua mensagem. Saliento que você também terá acesso ao texto completo ou o nosso BLOG no portal: ou

Abaixo encaminho notícia publicada no Correio do Povo do dia 14 de agosto de 2005 (domingo) a respeito da crise política.

Cumprimento-o por sua participação cidadã, pois é importante que todos participem do crescimento e desenvolvimento de nosso país seja através de críticas, sugestões, ponderações, colaborando assim para melhorar a vida do nosso povo.

Pergunta de Internauta – José: Por que o senhor não sai desse partido?

Paulo Paim – Essa é a pergunta a que mais tenho recebido ao longo desses últimos dois anos. Mas sabe, José, sou daqueles que não deixa companheiros na estrada. Por isso, lutarei para fazer as mudanças por

dentro do PT. Se um dia me convencer que isso não é possível, não tenha dúvidas: seguirei os versos de um poeta espanhol que diz “o caminho se faz caminhando”. Nem que tenhamos que recomeçar tudo outra vez.

Deixo com você meu forte abraço,

Paulo Paim

Senador PT/RS

Fonte: **Correio do Povo**

Paim desabafa sua mágoa com o PT

Diz que não pretende “abandonar o navio na hora difícil”, mas não esconde que se considera enganado

Paulo Paim

O senador Paulo Paim, do PT, afirmou neste sábado que foi enganado pelo partido. ‘Estou magoado e constrangido. Fomos eleitos em função do discurso da mudança e não alteramos nada’, disse. Paim criticou também a base de sustentação formada pelo governo e avaliou que o presidente Lula perdeu inúmeras oportunidades de corrigir os rumos da administração. ‘Nunca tinha visto uma relação como a de hoje com os aliados, mas mesmo com tudo isso não consigo abandonar o navio na hora difícil’, desabafou.

Paim salientou que não há, no momento, possibilidade de prever o resultado da crise enfrentada pelo Palácio do Planalto e pelo PT, mas acredita que a única salvação para o partido é o retorno às suas raízes e à sua base social. ‘O sonho não acabou, mas temos que reconstruir o PT’, disse o senador, que na sexta-feira se emocionou ao comentar a situação nacional durante evento na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre.

A idealização e a história do PT começaram muito antes do movimento formado no ABC paulista como defendem algumas lideranças, salientou Paim. ‘Sempre questioneei essa versão e, por isso, nunca fui muito bem visto. Diversos companheiros perderam a liberdade, e alguns até a vida, lutando por nosso ideal, que agora está abandonado’, ressaltou. O senador criticou ainda a postura de dono da ética adotada pelo PT em relação aos demais partidos. ‘Em todos os lugares existem pessoas boas e ruins. Integrar o PT não significa ser anjo’, avaliou. Segundo Paim, é fundamental que o partido enfrente também a disputa entre as correntes internas, identificando a essência dos problemas. ‘Nunca participei ou me aproximei de nenhuma das tendências. Sou PT e ponto’, acrescentou o senador.

Paim criticou a situação do Congresso Nacional que, segundo ele, parou em função das investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão. ‘Deputados e

senadores não têm o direito de permanecer na inércia que estão atualmente. O número de parlamentares envolvidos nas comissões que apuram as denúncias chega a no máximo cem. Os outros, que são mais de 500, estão fazendo o quê?’, questionou. Paim destacou ainda que, se não ocorrerem modificações urgentes, por meio da reforma política, dentro de dois anos será estabelecido o mesmo quadro de corrupção e caixa dois praticado nas campanhas eleitorais.

Resposta encaminhada pelo Sr. Paulo:

Prezado Senador

Me emocionou muito sua resposta. É o que eu esperava de sua pessoa. Um cavalheiro e um cidadão, acima de tudo. Mesmo magoado, mesmo não me identificando mais com o Partido, seguirei com certeza dando meu voto para sua Senhoria, pois trata-se de pessoa ilibada e homem público dos mais dignos que esta combalida República já teve.

Desculpe-me pelo emocional na hora em que lhe enviei o “e-mail” anterior. É que, caríssimo Senador, os episódios todos foram e estão sendo, piores do que uma “punhalada” em que anonimamente tanto se identificou e lutou pelo sonho que o PT representou.

Senador, vou lhe confessar algo que, talvez, só o senhor saiba: por diversas vezes estive muito próximo de Sua Senhoria, mas preferi não cumprimentá-lo, pois acho que o anonimato é a melhor das estratégias, quando se acredita numa pessoa. Acompanho-o desde a grande epopéia que o senhor patrocinou há muitos anos, em plena ditadura: “a marcha dos metalúrgicos” de Canoas a Porto Alegre. A primeira pessoa que me impressionou naquela marcha foi a sua figura, de dedo em riste, com a barba bastante crescida, de macacão cinza-azulado, na frente do **Forum**, conclamando os seus à frente, desafiando a barbárie em que vivíamos. Ali que eu cunhei o termo que sempre lhe apregôo, o de “Lênin sul-americano”. Segui-o quase que hipnotizado no contorno da Assembléia, até que o senhor teve um mal súbito e desmaiou em frente ao limite Palácio/Catedral. Ajudei a colocarem o senhor na carroceria de um velho caminhão (de cor azul – as imagens permanecem vivas em minha retina) e, quando seus camaradas quiseram que saíssemos da carroceria (inclusive até mesmo com ameaças – o que era normal dado o tumulto havido), não tive dúvidas ... disse ser estudante de medicina e, aí me deixaram ficar ... na realidade era estudante

de geologia! Mas acho que dava na mesma Senador, afinal sua vontade de fazer as coisas e de agir sempre me pareceram pétreas. Bem Senador, este relato a poucas pessoas eu fiz, e sabia que de alguma forma um dia faria para o Senhor. Continuo a creditar em sua valiosa pessoa, que ainda deverá fazer muito por nossa Pátria.

Um fraternal abraço de quem muito lhe admira.

Atenciosamente,
Paulo Neves

2ª Resposta do Senador, solicitando autorização para citar em Plenário a mensagem enviada

Caro Paulo Cesar,

Somente quem viveu aquele momento saberia descrever com detalhes aquela caminhada. E você viveu com a gente! Você, eu e muitos outros companheiros estávamos lá. Quando você se refere a mim como “Lenin sul-americano” percebo uma generosidade muito além do que sou.

Suas palavras mexeram com as minhas emoções. Vale a pena lutar quando a causa é justa. Percebo em você a esperança, a verdade que ainda estão em milhões de brasileiros. Foi muito bom recordar aquele momento.

Gostaria de perguntar se o Senhor autoriza citar em Plenário trechos das mensagens que enviou. Aguardo resposta para fazer tal citação amanhã (sexta-feira).

Receba meu fraternal abraço,
Paulo Paim
Senador-PT/RS

Autorização do Senhor Paulo:

Prezado Senador

É com orgulho que recebi suas respostas. Sem dúvida, o senhor poderá usar o que lhe escrevi, sinta-se à vontade Senador.

Um fraternal abraço e, siga Senador, com sua atuação coerente, pois o senhor para muitos, em meu meio, já é considerado uma legenda.

Atenciosamente,
Paulo Neves
Geólogo e Professor Universitário

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PMDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^a Senadora Iris de Araújo, Senador Paulo Paim, não posso deixar de comentar esta questão da alíquota do Imposto de Renda, se de 27,5% ou de 25%.

O **Correio Braziliense** de hoje publica: “Trapalhada. Não vale o que está escrito”. As trapalhadas do Governo não se limitam hoje tão-somente ao caixa dois; não se limitam tão-somente à corrupção nos Correios e em outras empresas; não se limitam aos problemas do IRB; não se limitam ao mensalão; não se limitam às conexões ou culpas remotas em relação aos mensalinhos; enfim, a tantas coisas a que o País assiste estarrecido, e, agora, fica mais estarrecido, sobretudo a classe média, quando vê essa questão.

A matéria do **Correio Braziliense** diz o seguinte: “Governo informou, na proposta de Orçamento para 2006, que reduziria imposto cobrado da classe média, mas ontem voltou atrás, alegando que houve um ‘equivoco’. Três funcionários perderam cargos de comissão”.

Senador Alvaro Dias, com as trapalhadas, O Governo ainda demite três funcionários que, possivelmente, nada têm a ver com o problema. Essa é uma trapalhada filosófica! Ninguém pode imaginar que, depois de se incluir, na proposta de Orçamento, uma redução de alíquota, que se tire esse sonho do brasileiro. Há quanto tempo o brasileiro não vê uma redução de imposto, sobretudo a classe média, que é sempre a mais castigada e a que mais sofre com essa enorme carga tributária do País?

O que aconteceu? Diz o **Correio Braziliense**:

O Governo está brincando de “pegadinha” com o contribuinte. Na semana passada [isso foi na semana passada!], incluiu na proposta de Orçamento de 2006 a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) dos atuais 27,5% para 25%, nível de tributação em vigor até 1997. Ontem, entretanto, voltou atrás. Nota conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão atribuiu o anúncio do que seria uma boa nova a um “equivoco” do próprio Governo. Segundo o texto, a legislação vigente determina a cobrança de 27,5% [eles deveriam ter descoberto se isso era verdadeiro antes do envio da proposta do Orçamento].

Na verdade, o País conseguiu um superávit primário acima da meta imposta pelo Fundo Monetário

Internacional; nos últimos doze meses, atingiu mais de 5% do superávit primário, e isso implica sobretudo falta de investimentos e um enorme aperto fiscal. Na verdade, esse aumento de superávit primário teria uma estrutura muito boa ou seria muito bem-vindo se decorresse de redução de despesas, mas isso não é verdade. Ao longo de muitos anos, ele tem sido obtido por meio de crescimento de receita; e crescimento de receita é crescimento de imposto, de tributo.

Então, o País está conseguindo esse superávit imposto pelo Fundo Monetário Internacional limitando programas sociais de enorme importância, limitando investimentos no País, sobretudo aqueles que tenho sempre defendido aqui, como em relação à área de energia, porque haverá problema de fornecimento de gás a partir de 2010. E as estatais não podem investir. Cometem o mesmo erro que foi cometido há cerca de cinco anos, que resultou no racionamento de energia.

As subsidiárias da Eletrobrás e da própria Petrobras precisam investir. Não há mais nenhuma condição de se imaginar, fracassado como foi o chamado Consenso de Washington, que o Governo não terá que investir. O Governo deve voltar ao seu papel original, de há alguns anos, de investir nos setores de infra-estrutura. As estatais devem investir nas suas respectivas áreas, como energia e petróleo. Se faltar gás em 2010, quando ele será necessário, isso somente poderá ser atribuído a uma coisa: à falta de investimento.

Esse problema não é deste ou do Governo passado. É algo histórico acreditar-se que o mercado vai resolver nossos problemas de infra-estrutura. Os organismos internacionais não pensam dessa forma – nem o Banco Mundial, nem o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Neste momento, ao tratarmos da questão de impostos e de mais essa trapalhada do Governo, devemos acrescentar a falta de investimentos, que já vem de longo tempo, nas áreas de infra-estrutura, sobretudo no setor de energia, de qual falo muito à vontade.

Também quero tratar de um outro tema que aflige muitos os Municípios: a reforma tributária.

Na semana passada, o Presidente Lula cometeu uma injustiça ao culpar os Governadores pela não votação dessa importante reforma na Câmara dos Deputados, após ter sido aprovada no Senado Federal, se não da melhor forma do mundo, pelo menos como foi possível naquele momento.

Há mais de dez anos discuto a reforma tributária no País e entendo que chegamos a um ponto extremamente importante quando conseguimos que os Estados abrissem mão de legislar – eram 27 legislações do Imposto de Renda, inclusive do Distrito Federal.

Quando isso aconteceu, as alíquotas passaram a ser unificadas e o sistema foi simplificado.

No entanto, o objetivo maior é acabar com a guerra fiscal. E quem diz que ela deve ser encerrada é um representante de um Estado que foi muito eficiente nessa questão. A Bahia não teria condições de crescer como fez se não utilizasse todos os instrumentos da guerra fiscal, como a concessão de incentivo fiscal. Mas isso acabou. Tudo foi generalizado e, com o surgimento de verdadeiras engenharias financeiras de incentivo fiscal, isso acabou. Eu vi isso acontecer em quase nove anos como Secretário de Fazenda do Estado; depois, também pelo mesmo período, como Coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Tanto acabou, que se conseguiu construir um acordo, de que falo muito à vontade.

O principal opositor à guerra fiscal, ao reconhecimento dos incentivos fiscais que haviam sido concedidos, foi o Governo do Estado de São Paulo, porque era o maior de todos e o que tinha o maior problema. Esse acordo foi construído entre mim e o Governador Covas e, depois, mantido pelo Governador Alckmin, mas se está esgarçando como qualquer outro. Neste momento – já que estamos falando de trapalhadas, vou acrescentar mais uma –, falta o Governo cumprir sua parte – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a que sabe bem disso, porque participou da discussão da reforma tributária –, que é a alocação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, aqueles dois bilhões no primeiro ano, que ele não quer fazer. O Fundo de Desenvolvimento Regional vai substituir a possibilidade de os Estados concederem um incentivo fiscal, mas se isso não acontecer, realmente os Governadores não votarão a favor, ou não acionarão as suas Bancadas, ou não contribuirão com o processo.

O Presidente Lula está enganado, pois o problema não está com os Governadores. Tenho certeza de que, neste momento, falo em nome do Governador do meu Estado, Paulo Souto, que quer, com absoluta convicção, fazer a reforma, pois ela é necessária. Se não for feita agora, não o será nunca mais. O acordo jamais será retomado se perdermos essa oportunidade, e é necessária pouca coisa: que o Governo cumpra, efetivamente, aquilo que se empenhou em fazer.

Assim, a culpa não é dos Governadores, mas de setores do Governo em que havia uma discussão muito forte, pois muitos não queriam que esses recursos fossem colocados à disposição dos Governadores, mas que os investimentos fossem feitos por intermédio de um determinado Ministério. Tratou-se de uma luta interna do Governo, e o Presidente não tem o direito, neste momento, de culpar os Governadores. Os culpados não são eles; o culpado é o Governo Federal.

Quero tratar, também, da questão dos Municípios.

Dentro da própria reforma tributária, havia o aumento de um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Como a reforma não foi coordenada e incentivada pelo Governo neste momento, os Municípios deixarão de receber esse percentual, que havia sido acordado entre todas as Lideranças, todos os Partidos e todas as áreas do Governo.

É bom lembrar que, em 1988, 76% do que era arrecadado pela Receita Federal eram compartilhados, ou seja, divididos entre Governo Federal, Estados e Municípios. Essa porcentagem, Senador Alvaro Dias, hoje baixou para 44% – por aí, podemos verificar os problemas por que passam os Municípios. Quero lembrar, novamente, que eles somente podem melhorar ou colocar sua situação numa forma mais normal se, efetivamente, receberem esse 1%.

Para facilitar um pouco a vida dos Municípios e por reconhecer as dificuldades que têm em outras áreas, apresentei o Projeto de Lei nº 277, de 2005, que beneficiará as Prefeituras de todo o País, eliminando o custo burocrático, já que a maioria dos Municípios, todos reconhecemos, passa por grandes dificuldades. Trata-se de um custo burocrático exagerado, em especial para os Municípios pequenos.

Os últimos anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, caracterizaram-se por uma grande produção de normas destinadas a aperfeiçoar os instrumentos de controle democrático das instituições. Essa proliferação legislativa ocorre, em parte, pela necessidade de conferir à sociedade os meios de exercer esse controle sobre agentes políticos e, em parte, movida pela reação a acontecimentos que geram grande comoção popular.

Uma das funções do Parlamentar, entendo eu, Sr^a Presidente, é justamente a de verificar qual a situação de uma norma quanto à sua efetiva observância. Ainda que dotados das melhores intenções, os órgãos legislativos não foram agraciados, como todas as obras humanas, com o dom da infalibilidade. Em certas ocasiões, normas fundamentalmente corretas podem, não obstante, gerar efeitos colaterais imprevisíveis. Em tais momentos, o Parlamentar deve ser suficientemente razoável para sugerir a alteração dos pontos que, em seu entendimento, dificultam ou tornam impossível a aplicação da lei.

Por essa razão, pelo Projeto de Lei nº 277, de 2005, de minha autoria, a que já me referi, propus a alteração do art. 2º da Lei nº 9.543.

Essa lei busca aumentar a visibilidade e, conseqüentemente, o controle das transferências de recursos federais aos Municípios, permitindo à sociedade civil

um melhor acompanhamento dos gastos municipais decorrentes dessas transferências, que, em boa parte dos casos, têm sua aplicação vinculada.

Por essa razão, seu art. 1º determina que os órgãos da administração federal deverão notificar as Câmaras Municipais da liberação dos recursos até dois dias úteis após serem efetivamente liberados.

Seu art. 2º, por sua vez, dispõe sobre o prazo máximo para que as prefeituras municipais dêem ciência da liberação de recursos federais a partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais sediados no Município, fixando-o em dois dias úteis de seu recebimento.

O propósito da lei é louvável e, no tocante à administração federal, tem sido possível cumprir o prazo determinado. No entanto, o mesmo não pode ser dito em relação à totalidade dos Municípios.

Efetivamente, boa parte dos cinco mil e oitocentos Municípios brasileiros é de pequeno porte e dispõe de recursos financeiros e humanos extremamente limitados. Em tal situação, é muito difícil para eles cumprir o prazo de dois dias úteis para a cientificação de todos os partidos, sindicatos e entidades empresariais em seu território.

Para esses Municípios...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr^a Presidente, eu poderia ter mais cinco minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Estão concedidos os cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex^a pela tolerância.

Para esses Municípios pequenos, a exigência da lei acaba por ocasionar um ônus excessivo, pois, para cumpri-lo, tais Municípios precisam mobilizar uma quantidade desproporcional de seus escassos recursos humanos.

Mesmo Municípios maiores podem ter dificuldade de manter um cadastro atualizado de todas as entidades a serem notificadas por força da liberação de recursos federais.

Por essa razão, Sr^a Presidente, proponho a alteração do prazo de cientificação das entidades da sociedade civil, aumentando-o de dois para cinco dias úteis. Essa pequena ampliação, em meu entendimento, é suficiente para reduzir a pressão administrativa sobre os pequenos Municípios e, por conseqüente, reduzir o aparato burocrático necessário para o cumprimento da referida lei.

Igualmente, a dilatação do prazo permite que os Municípios efetuem a consolidação, em uma única comunicação, de diversos créditos liberados na

mesma época, simplificando os trâmites necessários para tanto.

Essa ampliação, por outro lado, não causaria qualquer alteração negativa quanto ao cumprimento dos objetivos da lei, pois o prazo final permite, com grande facilidade, a fiscalização dos gastos por meio dos entes da sociedade civil.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a economia resultante da alteração que proponho pode parecer pouca, se pensarmos unicamente na totalidade dos recursos federais; no entanto, do ponto de vista dos inúmeros pequenos e pobres Municípios que compõem a Federação, ela é enorme.

Ao concluir meu pronunciamento e pedir o apoio dos meus colegas aqui no Senado para a aprovação deste importante projeto, registro que estou atendendo a um pleito justo da União dos Municípios da Bahia (UPB), que esteve em meu gabinete. Discutimos esse assunto muitas vezes, vários prefeitos estiveram comigo, de várias regiões, solicitando isso, mas, sobretudo, atendo, neste momento, a União de Prefeitos da Bahia. E entendo que também é um pleito de interesse de todos os prefeitos do Brasil, lamentando termos mais uma atrapalhada do Governo, terminando por onde comecei meu discurso.

Enfim, acaba o sonho de ver a redução de imposto neste País com essa questão do Imposto de Renda. Quando pensávamos que poderíamos caminhar nesse sentido, houve um equívoco, houve mais uma atrapalhada do Governo.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, é só por um minuto. Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que nós cobramos tanto aqui a aprovação da PEC Paralela. Houve um acordo também na reforma tributária, que V. Ex^a ajudou a construir, inclusive com aquele artigo que daria um retorno maior para os Municípios, como V. Ex^a, no conjunto do discurso, está colocando. Por isso, eu me vejo na obrigação de cumprimentar V. Ex^a, com muita tranqüilidade, porque a reforma tributária exige a sua votação. E aquele amplo acordo que se fez aqui sobre os dois temas, Previdência e reforma tributária, e V. Ex^a foi Relator da reforma da Previdência, como destaquei da tribuna, felizmente avançou. Mas, a reforma tributária empacou e, por isso, os Municípios, de forma justa e correta, estão a cobrar do Congresso Nacional. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a, que pega como eixo a reforma tributária.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muito prazer, à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Rodolpho Tourinho, lembro que, no Governo Fernando Henrique, eu era Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique na Casa, Senador Paulo Paim. E lembro-me de que uma vez, num daqueles grandes debates na Comissão de Assuntos Econômicos – não sei se o Senador Alvaro Dias estava lá –, o Senador Geraldo Melo, na época Líder do PSDB, fez-me um desafio, além de ter-me jogado uma praga dizendo que eu ia chorar muito se o Governo Lula fosse eleito. Acabei chorando muito, nem imaginava isso. Mas ele dizia que desafiava. Na época, nós estávamos certos de que Lula ganharia a eleição, e realmente ganhou. Eu cobrava muito que o Governo Fernando Henrique fizesse a reforma tributária, brigando pela reforma tributária, tanto para promover a desoneração do setor produtivo, especialmente o micro, pequeno e médio empresário do campo e da cidade, quanto para alongar o perfil da dívida pública interna, justamente para diminuir o comprometimento da receita líquida real dos Municípios e Estados, portanto, garantindo a capacidade de investimento em políticas públicas e sociais. O Senador Geraldo Melo disse: “Eu duvido, eu desafio. Quero um dia voltar ao Senado, não sei se como Senador ou não, mas eu vou perguntar a V. Ex^a, Senadora Heloísa, se o seu Governo, o Governo Lula, que a senhora está aqui dizendo que vai fazer a reforma tributária, a fez.” Já pensou, Iris, que praga do Senador Geraldo Melo? Porque, infelizmente, não se fez reforma tributária, não se teve a coragem de fazê-la, tanto em relação a tudo aquilo que era nosso compromisso histórico, que ia desde a remessa de lucros ao exterior, a taxação do capital especulativo, a taxação das grandes fortunas, a diminuição da carga tributária...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Só concluindo mesmo. A única coisa que o Governo Lula fez foi aquela que condenávamos com veemência, contra a qual votamos e estrebuchamos quando o Governo Fernando Henrique fez, que foi a DRU – Desvinculação de Receita da União. Todo o debate da reforma tributária aqui foi unicamente, todo o trabalho que eu, V. Ex^a e vários outros Parlamentares tivemos nesta Casa, a única coisa foi para garantir a DRU.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E a CPMF.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E a CPMF, exatamente. Desvinculação de Receita da União, que, por sua vez, autoriza o Estado brasileiro a saquear

20% da saúde, da Previdência Pública e da Assistência Social, 20% da seguridade social, de que, aliás, o atual Governo até este semestre já saqueou 38% para compor superávit e, portanto, fazer a alegria do capital especulativo, especialmente. Então, saúdo a lembrança que V. Ex^a traz à Casa, que é extremamente importante. A situação dos Municípios alagoanos e dos Municípios brasileiros...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo mais um minuto para que V. Ex^a possa concluir.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Só para concluir mesmo, porque esse é um assunto realmente muito interessante. E até naquilo que poderia auxiliar os Municípios, que é o Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, é uma migalha, tão migalha, porque será um bilhão para dividir entre mais de cinco mil Municípios brasileiros, que vai se tornar insignificante. E aí continua a cantilena enfadonha e mentirosa de que dinheiro não há para investir em políticas públicas e sociais. Então, só para saudar o regaste importantíssimo que V. Ex^a traz a esta Casa.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora Heloísa Helena, penso que é muito importante o que foi colocado por V. Ex^a. E mais, estou no primeiro mandato, mas aprendi, lamentavelmente, e reconheci aqui que acordo não vale. E sempre entendi que o Parlamento tinha que ser basicamente acordo. Certamente, para conduzir qualquer trabalhos nesta Casa. E nós fizemos um acordo. E me referi a um acordo que foi feito por mim e pelo Governador Mário Covas e que depois foi mantido pelo Governador Geraldo Alckmin. Então, são coisas que ainda existem. Mas o acordo também no tempo vai esgarçando-se.

Disse a membros do Governo hoje: garanto que os Governadores votam a favor, eu garanto isso. Não tenho uma procuração escrita, mas verbal: hoje os Governadores votam a favor. É a melhor reforma? Não, não é. Mas é o possível de ser conseguido? Sim. Temos depois de arrumar uma fórmula de sair desse imposto de consumo ou de torná-lo o menos regressivo possível, porque atinge o pobre, a classe média. Temos de ver outra fórmula, mas precisamos construir isso com o tempo. Uma etapa é fazer essa reforma tributária. E volto a repetir desta tribuna: garanto...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Só desejo concluir, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Pois não, nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu garanto isso, em nome dos Governadores. Talvez seja até um pouco de ousadia isso, mas tenho conversado com S. Ex^{as} e com todo o Confaz. S. Ex^{as} afirmam que fazem. Então, a culpa não é dos Governadores.

O Presidente diz que a culpa é dos Governadores. Penso que essa é mais uma trapalhada do Governo, como a do Imposto de Renda que houve hoje, porque ele, se quiser, faz.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Iris de Araújo, Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, que momento incrível estamos vivendo no Brasil, que momento péssimo, horrível!

Na verdade, há um trauma de representação popular, uma crise de Estado sem precedentes, uma crise de identidade do Estado brasileiro, com seu visível afastamento das aspirações do nosso povo. O Estado, realmente, está dissociado das aspirações populares.

Não é sem razão que há uma incrível e devastadora tempestade de indignação varrendo o nosso País. A cada momento, a cada atitude do Presidente Lula, há uma enorme contribuição para que a classe política brasileira perca em credibilidade. E o desencanto vai-se disseminando, generalizando, destruindo as instituições públicas do País naquilo que é mais fundamental e sagrado, que é a sua credibilidade para alcançar os objetivos essenciais.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, na esperança de poder refletir um pouco a indignação do povo em relação ao evento de ontem no Peru. Tenho o dever de repudiar, com veemência, as ofensas assacadas contra o povo brasileiro pelo Presidente peruano, sobretudo pelo que disse e também pelo que representa, em que pese a afirmativa do Presidente Lula, que mais uma vez filosofou, dizendo: “Estamos aqui demonstrando que, quando o político é sério – friso, ‘quando o político é sério’ –, conversam seriamente e transformam suas conversas em realidade”.

Ora, Presidente Lula, o Senhor perdeu mais uma grande oportunidade de ficar calado. A situação do

Presidente peruano, Alejandro Toledo, não configura exatamente o perfil de um governante sério. O Presidente Toledo é acusado, no seu país, de corrupção, falsidade ideológica e associação ilícita para delinquir, e é esse “estadista” que é homenageado pelo Presidente Lula; é esse que se coloca como conselheiro do Presidente Lula, ao encorajá-lo a não esmorecer diante das pedras do caminho. E foi além o Presidente peruano, quando afirmou: “Enquanto os cães ladram, nós construímos rodovias”.

Ora, Presidente Toledo, queremos devolver a ofensa. O povo brasileiro merece respeito do senhor, Presidente do Peru, e de todos nós. O povo brasileiro não aceita essa aleivosia, essa agressão que nos afronta sobremaneira.

O Presidente do Peru não tinha por que interferir em assuntos do nosso País, agredindo a nossa soberania com um discurso medíocre. Ora, um Presidente que é acusado de corrupção, falsidade ideológica e associação ilícita para delinquir ousa agredir o povo brasileiro. Além disso, o Presidente Toledo está envolvido na chefia de uma “fábrica” de assinaturas falsas que garantiram o registro de sua legenda partidária ante o jurado nacional, no pleito que o elegeu Presidente da República em 2001. E, agora, a tentativa frustrada de fuga da principal testemunha da adulteração de assinaturas, Carmen Burga, agravou a situação do Presidente. Hoje, sua popularidade gira em torno de apenas 8% no Peru. Um Presidente com 8% de popularidade no seu país se atreve a abordar assuntos do interesse do nosso País e a agredir, da forma mais chula possível, o povo brasileiro. O Presidente Lula vai buscar sempre péssimos conselheiros.

Aliás, reconhecemos a importância da integração sul-americana. Obviamente, obras que permitam uma integração maior são da maior relevância, mas é preciso registrar que um governo que não tem a capacidade de estabelecer prioridades com correção e inteligência está fadado ao fracasso. É o caso do Governo Lula.

O BNDES investirá US\$417 milhões nessa obra, que está orçada em US\$814 milhões. Nosso País jogará US\$417 milhões para pavimentar rodovias no Peru. Concordaríamos, se as rodovias brasileiras fossem um verdadeiro tapete. No entanto, elas estão em estado de calamidade pública.

Estamos, insistentemente, afirmando que corremos o risco de chegar ao tempo em que o Brasil produzirá, venderá e não poderá entregar, em função de um eventual apagão de infra-estrutura, decorrente da escassez de investimentos públicos em obras fundamentais.

As rodovias estão abandonadas, a não ser aquelas onde se cobra pedágio. No Paraná, ainda agora, houve mais um reajuste que provoca indignação. A não ser nessas rodovias em que se cobra pedágio, não temos como trafegar em condições naturais. Em determinadas rodovias o motorista é obrigado a participar de um verdadeiro rali, comparável a Paris-Dakar, por exemplo, correndo todos os riscos próprios de quem participa de uma competição dessa natureza. As rodovias estão destruídas pela irresponsabilidade de quem governa o País, que não tem competência para estabelecer prioridades com correção e acaba, como ocorre agora, pavimentando rodovias em outros países, além-fronteira, e relegando ao abandono as nossas rodovias, que são fundamentais para o progresso e para o desenvolvimento do nosso País.

E mais. O Presidente Lula, em viagens e inaugurações recentes, afirmou que o seu Governo é recordista em investimentos no setor dos transportes. Não entendo como pode o Presidente falar tanta bobagem. Um Governo que investe pouco, que não cumpre o dever de investir nem mesmo no que está provisionado em função de receitas carimbadas, como é o caso das nossas rodovias. A Cide é uma contribuição idealizada e instituída exatamente para oferecer condições financeiras ao Governo de conservar as rodovias, que se constituem em grande patrimônio, adquirido graças aos impostos pagos com sacrifício pela população. É mais uma afirmação falsa do Presidente da República.

Não é verdade que seu Governo, Presidente Lula, investiu mais em rodovias do que todos os outros governos. Não há necessidade sequer de citar outros governos. Basta o comparativo com o governo anterior, já que o Presidente da República gosta tanto de fazer comparações do seu Governo com o governo anterior, é bom destacar que a média anual de investimento em transporte do atual Governo fica em torno de R\$1.6 bilhão contra R\$1.9 bilhão de média no governo anterior, sem contarmos aí, evidentemente, a necessária correção inflacionária. Mesmo sem a correção, o governo anterior investiu R\$1.9 bilhão contra R\$1.6 bilhão de média anual. Não estou afirmando que o que o governo anterior investiu foi suficiente. Não foi suficiente. Investiu pouco também. Mas o atual investe menos ainda e, portanto, o Presidente Lula não está autorizado a mais essa bravata de recordista mor. O Presidente Lula precisa entender que o setor de transportes foi contemplado, no Orçamento da União deste ano, com R\$10 bilhões, que é a metade da demanda anual.

Na verdade, o País precisa de R\$20 bilhões para atender às rodovias. Essa é uma estimativa da As-

sociação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base – Abdib.

Mas, lamentavelmente, aquilo que é provisionado no Orçamento da União não é aplicado pelo Governo. O Governo não tem tido a capacidade sequer de aplicar os recursos disponibilizados no Orçamento. Tanto é que a infra-estrutura aplicou apenas 9% até o mês de agosto: investimentos de infra-estrutura, apenas 9%. E do total de investimentos programados no Orçamento da União, apenas 4% de investimentos. É um Governo, portanto, incompetente, até mesmo para aplicar recursos disponibilizados. Há Ministros que, ao final do ano, cumprem o dever, o triste dever, de devolver ao Tesouro Nacional recursos orçamentários que sobram, em função da incapacidade de gerenciamento e de execução orçamentária.

Ao final, Sr^a Presidente, eu gostaria de fazer um apelo às Lideranças desta Casa e à Mesa do Senado Federal, para que permitam a votação dos requerimentos que apresentei há poucos dias, propondo auditoria no BNDES em relação aos empréstimos concedidos a países estrangeiros, em detrimento de interesses de obras no Brasil. Foram dois requerimentos: um pedindo informações e o outro solicitando ao Tribunal de Contas da União uma auditoria para verificar a lisura dos procedimentos adotados. O Presidente Renan Calheiros retirou esse requerimento, submetendo-o às Lideranças para um entendimento, alegando que estamos vivendo um momento de crise no País e que é preciso ter cuidado. Ora, é preciso ter cuidado mesmo. É preciso ter cuidado com o dinheiro público. É exatamente porque é um momento de crise, em que pesa sobre o Governo suspeição, em razão de atos praticados que não guardam relação com a ética que se exige, que nós estamos investigando. E é uma exigência do País esse tipo de investigação.

Ainda agora o BNDES anuncia o empréstimo de US\$70 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para a conclusão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora.

O BNDES anuncia um empréstimo de US\$70 milhões para o Friboi adquirir na Argentina o frigorífico Swift, um dos maiores; ou seja, o BNDES joga mais US\$70 milhões para gerar empregos em outro país.

Se tivéssemos o atendimento aos pleitos nacionais, dos empresários nacionais, dos empreendedores nacionais, é claro que aplaudiríamos até essa iniciativa de jogar recursos além-fronteira, para alavancar o desenvolvimento de outros países. Mas, sinceramente, não podemos nos dar a esse luxo, não estamos em

condições de fazer benemerência, não estamos em condições de atender as aspirações de outros povos antes de atendermos as aspirações do povo brasileiro.

É por essa razão que queremos, sim, esclarecimentos do Governo relativamente a esses empréstimos: construção do metrô em Caracas, construção de ponte na Venezuela, construção de estradas no Peru, construção de estradas no Paraguai; e no Brasil assistimos a essa paralisia governamental. Se há um canteiro de obras financiado pelo BNDES no exterior, no Brasil há a ausência de obras fundamentais, indispensáveis para a preparação do desenvolvimento econômico nacional.

Hoje, Senadora Iris de Araújo, eu deveria abordar aqui tópicos dessa novela sobre a corrupção no Governo do Brasil, trazendo detalhes da denúncia que ofereci ontem...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO. *Fazendo soar a campainha.*) – V. Ex^a dispõe ainda de dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Senadora. Muito obrigado.

A denúncia que apresentei ontem, de uma pequena corretora de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, utilizada pelo Banco Santos para operações, certamente, fraudulentas, operações escusas, envolvendo cerca de R\$ 400 milhões. Em apenas alguns meses, de maio a julho, essa pequenina corretora repassou cerca de R\$260 milhões. E figuras carimbadas na CPMI dos Correios, Senadora Heloísa Helena, participaram dessas operações: a Bônus Banval, a RS Construtora, a Schahin Engenharia etc.

Transformamo-nos no país dos laranjas e no país dos que não sabem: não sei; eu não sabia; eu não via; eu não participava. Nesse escabroso escândalo de corrupção, há esta revelação: corretoras– laranja, empresas-laranja, pessoas-laranja, inocentes úteis, neste caso, por exemplo, a Associação dos Músicos Militares do Brasil teria recebido R\$50 milhões. Ora, Senadora Iris, Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, quem, neste País, tem esse patrimônio de R\$50 milhões? Poucos, uma elite privilegiada. Pois bem, essa Associação teria recebido R\$50 milhões por meio dessa corretora. Ligamos...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para o gestor dessa Associação, e ele disse: “não sei de nada, não vi nada, esse dinheiro não passou por aqui, esse dinheiro não chegou aqui, nós não temos patrimônio. Fomos usados, usaram o nosso nome”.

É assim que procedem no Brasil. O Sistema Financeiro Nacional está contaminado, há operações

que se constituem em verdadeiro trambique. Ora, Sr^a Presidente, temos o dever de investigar, de desmontar essas arapucas, de acabar com esse modelo de corrupção que vai dilapidando o patrimônio público nacional. Infelizmente, desperdiçamos oportunidades de emprego, de renda, de receita pública, de vida digna exatamente porque estamos permitindo que poucos malandros integrantes da elite e da corrupção no Brasil... dilapidem desta forma...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...dilapidem desta forma...

Vou concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Eu gostaria de ouvi-lo a manhã toda, mas existem outros oradores inscritos. Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a para a conclusão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pode conceder dez.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Pode ser dez?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir. Eu só ia concluir a frase, mas como a... É bom até que os telespectadores saibam que não é a Senadora que aciona o botão da campanha. É um sistema automático que interrompe a fala do orador.

Vou concluir dizendo que é exatamente essa elite da corrupção nacional, com esse modelo inusitado é que vai dilapidando o patrimônio público e roubando as esperanças de vida digna do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Senadora Iris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, por 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, nossa querida Iris, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu brincava lá embaixo, embora saiba que a Senadora Iris está cumprindo o que manda o Regimento e tratando com o sistema eletrônico do Senado. Mas é evidente que ficamos até meio envergonhados – e são 10 horas, por mais que isso seja um sufoco danado para os funcionários da Casa, para os garçons etc. –, porque chega a ser uma situação extremamente difícil, numa sexta-feira, num dia de trabalho, já nos encaminhamos para o encerramento das atividades. Logo os Senadores e Deputados, que são muito bem remunerados e que têm a obrigação de trabalhar todos os dias da semana, com todos os outros trabalhadores! Às vezes, ficamos até envergonhados de estarmos sempre os mesmos – não é, Senador Paim? –,

aqui, na sexta-feira, na segunda-feira, tentando superar essa cultura maldita de que Parlamentar só trabalha dois dias na semana.

E a grande maioria do povo, da imprensa, todo mundo já passa a encarar com naturalidade essa cultura maldita de que só se trabalha dois dias na semana objetivamente.

Do mesmo jeito, Senadora Iris, que o Senador Alvaro Dias, eu também quero deixar aqui o meu protesto em relação ao que disse o Presidente Toledo. Sou absolutamente favorável à integração da América Latina. Todos nós que temos uma tradição da esquerda socialista democrática sempre fomos absolutamente apaixonados pela nossa Pátria, América Latina, além do nosso Brasil. Sempre fomos absolutamente favoráveis a todas as integrações que possam ser feitas, econômicas e sociais, com outros países igualmente explorados diante daquele que se acha o delegado do mundo: o império americano, os gigolôs do Fundo Monetário Internacional e das instituições de financiamento multilaterais.

É evidente que a mais bela declaração de amor que o próprio Presidente Lula poderia dar para a integração dos povos excluídos do mundo não era apenas fazer uma obra, um financiamento na África, uma obra ligando as estradas do Peru ou de qualquer um outro país da América Latina. A mais bela declaração de amor seria a articulação dos povos da América Latina, da África, dos explorados e humilhados no mundo que igualmente ficam numa posição extremamente difícil diante do Fundo Monetário Internacional, dos organismos multilaterais. E não promovendo essa dualidade política, demagógica de ser servil aos interesses do Fundo Monetário Internacional, de legitimar a verborragia neoliberal, de legitimar a subserviência econômica dos países da América Latina, da África e de outros explorados no mundo todo, em relação à nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra.

Mas, como se isso não bastasse, o Presidente Toledo, que, como todos sabem, e o Senador Alvaro Dias falava sobre isso também, está denunciado por corrupção, ainda comete uma estultice literária quando usa Dom Quixote para responder, valendo-se de uma frase de Dom Quixote, pela qual ele dizia a Sancho Pança: “Ladram porque nós estamos a abrir estradas”, ou seja, aquela discussão de que “os caminhos se fazem caminhando”. E nada tem a ver inclusive com as circunstâncias históricas, até porque, se fosse para garantir uma exatidão do ponto de vista literário, o Presidente Toledo estaria muito mais na fementida canalha que Dom Quixote buscava combater nos seus sonhos, do que mesmo em relação a posições relacionadas a

ele, até porque todos sabem como era a história de Dom Quixote de La Mancha: um senhor já de idade que sai por aí tentando imitar a brava gente que povoava seus sonhos. E é em função disso que ele se propõe a sair pelo mundo, consertando as coisas tortas e desfazendo os agravos do mundo. E sai para combater os canalhas, os ladrões, a chamada fementida canalha. Então, é até uma transposição mecânica, estúpida, inclusive, também, do ponto de vista literário.

Sr. Presidente, é claro que sempre acabamos trazendo os assuntos relacionados aos crimes contra a Administração Pública que percorrem os esgotos que ligam à promiscuidade do Palácio do Planalto e, aqui, do Congresso Nacional, as coisas cínicas e dissimuladas da Operação Abafa, do submundo da política brasileira, esteja no Palácio do Planalto ou aqui no Congresso Nacional, no capital financeiro, nos empresários apaniguados pela estrutura de poder que, como estamos analisando em todas as CPIs, especialmente na CPI dos Correios, onde, claramente, só não vê ou quem é inocente e que, portanto, pela inocência, será perdoado em não ver os crimes contra a Administração Pública, patrocinados pela promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional, ou aquele que, por estar se lambuzando do banquete farto do poder, está com a boca tão cheia de usufruir desse banquete que faz de conta que não vê mensalão e outras coisas mais que garantiram a agenda do balcão de negócios sujos montado no Congresso Nacional pelo Governo Federal, o que é extremamente triste.

Mas, além desses outros fatos, já tive a oportunidade de cobrar, várias vezes, uma medida que foi assumida, aqui, no Congresso Nacional – e o Senador Tião Viana não se encontra aqui, mas sei que ele concorda, inclusive, com esse protesto que vou fazer, porque ele era parte do grupo que fazia essa cobrança. Na semana passada, Senador Paulo Paim, tive que retirar um requerimento meu que solicitava a vinda do Ministro da Saúde, porque, como trocam muitos Ministros... Aliás, é uma coisa impressionante, o Governo Lula tira ministros que sempre foram da tradição do PT e coloca ministros do PP, do Severino e de outros mais. É uma coisa que nem Freud explica.

Mas o que vimos? Lembro-me, com a mais absoluta clareza – aliás, foi até colocado no memorial do Tribunal do Santo Ofício, que tal qual o outro, de santo nada tinha – que eu passei no tribunal de inquisição no processo de expulsão do PT. Eles usaram uma medida provisória que lutei muito aqui para incluir, relacionada à propaganda das bebidas alcoólicas.

Quem tem acompanhado esse debate na imprensa, especialmente ao longo do último mês, sabe que é cada vez maior o número de crianças menores

e jovens usando uma droga psicotrópica, socialmente aceita, irresponsavelmente estimulada pelos meios de comunicação, pela publicidade livre, que é o álcool.

Eu não tenho nenhum moralismo farisaico contra quem faz farra. Que tome a cachaça que quiser, está tudo muito bem, desde que não vá dirigir depois para atropelar meu filho ou atropelar qualquer um outro ou de repente pegar uma arma e sair por aí matando alguma pessoa.

É absolutamente irresponsável, covarde a postura do atual Governo, que repete o Governo anterior ao não ter a coragem política necessária de tratar da questão da publicidade do álcool.

O álcool é uma droga psicotrópica, irresponsavelmente estimulada pela publicidade livre e irresponsavelmente aceita socialmente. Todas as pesquisas têm mostrado que cada vez mais o acesso das crianças e dos jovens às bebidas alcoólicas é maior. Depois vamos chorar as estatísticas oficiais, que mostram claramente que, se o fumo é prejudicial à saúde do indivíduo, o álcool é cem vezes mais prejudicial à saúde do indivíduo, da sua família e da sociedade.

Sou contra o fumo. Gostaria muito que as pessoas não fumassem. Aliás, o meu pai morreu – eu era bebê de dois meses – com 35 anos de câncer, e ele era fumante. Então, até gostaria muito que o meu irmão não fumasse, que outras pessoas pelas quais tenho carinho e afeto não fumassem, porque sei qual é o significado do fumo na vida das pessoas.

No entanto, nem se compara com o uso das bebidas alcoólicas. Todas as pesquisas no mundo mostram isso. Quem analisa o impacto das bebidas alcoólicas na vida em sociedade, quem analisa todas as pesquisas feitas no Brasil ou nas melhores universidades do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa constatará como se transforma um cidadão pacato num assassino potencial, como a um quilômetro de um bar as pessoas matam muito mais do que a dois, três quilômetros.

Noventa e oito por cento da violência contra a mulher e da violência sexual contra crianças estão associados às bebidas alcoólicas. É o pai, o irmão, o tio que estupra uma criança e que depois vai chorar na delegacia, sem saber exatamente o que aconteceu. Claro que existem os distúrbios psicológicos, claro que há a safadeza e a impunidade relacionada à pedofilia, mas muitos dos casos, especialmente relacionados às famílias pobres e à violência sexual contra mulheres e crianças nas suas próprias casas, têm uma vinculação direta ao uso de bebidas alcoólicas.

A maior gravidade nos acidentes de trânsito está relacionado a quê? A bebidas alcoólicas. O agravo maior ao motorista e o agravo maior ao que é atropelado está relacionado a bebidas alcoólicas.

Este é um Governo fraco, como foi fraco o Governo Fernando Henrique, acovardado, incapaz, quando há o “tzi” da cervejaria corre todo mundo com medo. Na minha sala, nenhum lobista é besta de querer entrar, porque tem até sua integridade física ameaçada. Mas o que eles fizeram aqui! Estou há seis anos nesta Casa, e há projetos de vários Senadores em relação à publicidade de bebidas: do Suplicy, do ex-Senador Requião, atual Governador, meu, da Marina, da Emilia Fernandes. Há projetos de todas as formas e todos os gostos regulando a publicidade, até para, do mesmo jeito que existe em relação ao fumo ou a outros medicamentos, que se possa colocar o que o álcool faz na vida das pessoas. E do mesmo jeito que tem aquele rótulo mostrando o agravo do fumo na carteira de cigarro que possa ter também na garrafa de bebida alcoólica.

Agora o que não pode é as nossas crianças e a nossa juventude serem seduzidas por aquela publicidade maravilhosa, com as mais belas mulheres, vinculando o uso de bebidas alcoólicas a ser bom nos esportes e a ser profundamente sedutor. Como se um homem alcoolizado fosse ganhar alguma mulher, porque não ganha uma. O cabra embriagado achar que vai ganhar uma mulher? Perde todas. Do mesmo jeito, o contrário. Mas é isso que passa na publicidade oficial.

Então, mais uma vez, vou solicitar do Governo coragem política, que supere a covardia de ser pressionado pelos fabricantes de bebidas alcoólicas e estabeleça um mecanismo para impedir a publicidade das bebidas alcoólicas, porque o álcool é uma droga psicotrópica, irresponsavelmente estimulada pela publicidade enganosa e irresponsavelmente aceita socialmente.

Quero deixar claro que não tenho nenhum falso moralismo contra quem enche a cara, absolutamente nenhum moralismo farisaico com quem quer fazê-lo, só precisa saber fazê-lo, ter a responsabilidade de saber como fazê-lo. Que uma criança seja estimulada a isso ou que um jovem acabe tendo acesso a uma droga psicotrópica pela publicidade oficial é diferente. Se fizessem a propaganda de cocaína ou de maconha, iria ser uma gritaria na sociedade.

Há uma outra droga que mata muito mais do que todas as outras drogas. A desgraça das outras drogas é que elas são utilizadas para lavar dinheiro sujo. Não é à toa que na nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra 30% são para lavar dinheiro

sujo do narcotráfico. Toda essa gentalha que apresenta capital financeiro, estabilidade econômica, como se fossem coisas poderosíssimas, limpas e outras coisas mais, 30% da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra são para lavar o dinheiro do narcotráfico. Não é à toa que os Estados Unidos acabaram com o Afeganistão e não derrubaram um único pé de papoula no *Golden Crescent*, que era a montanha do crescente dourado, onde existem praticamente 40% da produção de ópio do mundo. Acabaram com o Afeganistão, dizendo que estavam procurando Osama bin Laden, mas não derrubaram um único pé de papoula, porque sabem exatamente que parte importante do capital financeiro está diretamente vinculado à lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico.

Assim sendo, Senador Paulo Paim e Senadora Iris de Araújo, mais uma vez, deixo o meu apelo para que o Ministério da Saúde e o Governo Federal tenham a coragem necessária para impedir a publicidade de bebidas alcoólicas. O álcool é uma droga psicotrópica socialmente aceita, irresponsavelmente estimulada pela publicidade enganosa e não pode sair por aí, seduzindo as nossas crianças e a nossa juventude.

Que os adultos possam fazer a opção, até podemos entender. Espero que eles não estejam atropelando as pessoas, estuprando suas crianças, maltratando suas mulheres ou matando as pessoas por aí afora, como todas as estatísticas oficiais demonstram.

Não podemos deixar um problema tão grave simplesmente sob responsabilidade do AA, instituição extremamente séria e importante, que, pela vivência pessoal com o alcoólatra e suas famílias, presta um grande serviço à sociedade. É verdadeiramente nadar contra a correnteza, com essa publicidade oficial que está sendo feita.

É só, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 29 minutos.)

Ata da 156ª Sessão Não Deliberativa em 12 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, da Sra. Serys Shessarenko,
e dos Srs. Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp e Romeu Tuma*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 218, de 2005 (nº 575/2005, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2005 (nº 4.957/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências sancionado e transformado na Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 219, DE 2005

**Junte-se ao processo da Mensagem
nº 11, de 2005 à publicação.
Em 12-9-2005.**

MENSAGEM Nº 590

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 12 a 16 do mês de setembro, em viagem à Guatemala e a Nova York.

No dia 12, encontrar-me-ei com o Presidente da Guatemala, Oscar Berger; no dia 13, participarei de reunião com os Presidentes de Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Panamá, países membros do Sistema de Integração Centro-Americano.

Nos dias 14 e 15, em Nova York participarei da Reunião Plenária de Alto Nível relativa às Metas da Cúpula do Milênio, da Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de encontros com outros Chefes de Estado e de Governo.

Brasília, 9 de setembro de 2005. – **Luís Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 956 – C. Civil

Brasília, 9 de setembro de 2005

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 12 a 16 do mês de setembro, em viagem à Guatemala e a Nova York.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
 – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.644, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

Chega a esta Comissão o PLC nº 87, de 2004, originado do Projeto de Lei nº 5.918-B, de 2001, de autoria do Deputado Ivan Valente, que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O art. 87 especifica princípios, estratégias e ações a serem adotados na Década da Educação, instituída pela LDB, que teve seu início em janeiro de 1997 e se prolonga até dezembro de 2006.

Pela redação do § 3º, ficava parecendo que, no ensino fundamental, a matrícula dos alunos, a oferta de cursos de educação de jovens e adultos e a capacitação de professores passavam a ser dever dos Municípios e, só suplementarmente, dos Estados e da União.

A justificação do projeto se resume a urgir coerência com o dever comum, constitucionalmente estabelecido e regulamentado no corpo da própria LDB, entre cada Estado e seus Municípios, em garantir o ensino fundamental para toda a população brasileira.

Aprovado na Câmara, o projeto veio a esta Comissão, onde não recebeu emendas.

II – Análise

O argumento da justificação é correto: não se pode, talvez a pretexto de uma tendência histórica de municipalização dos anos iniciais de escolarização, desvestir os governos estaduais de seu dever com-

partilhado em prover, com seus recursos financeiros e sua estrutura administrativa, a oferta do ensino fundamental, inclusive para os jovens e adultos.

Se não bastassem os textos da Constituição, em seu art. 211, a LDB, em seus arts. 10 e 11, a Lei nº 10.172, de 2001, que fixou o Plano Nacional de Educação, também foi explícita em colocar no mesmo patamar de responsabilidade os Estados e Municípios, na oferta e financiamento do ensino fundamental. Diversa, no entanto, é a posição da União: embora também ela tenha como dever primeiro a garantia do ensino obrigatório, até hoje limitado ao fundamental, sua função não é prioritariamente a da oferta direta, mas a das ações redistributiva e supletiva, como fica claro no art. 211 da Constituição.

Assim, as ações previstas no art. 87, de matricular as crianças a partir dos sete anos, de oferecer cursos de ensino fundamental para jovens e adultos e de capacitação para professores devem ser de igual responsabilidade de cada Estado e de cada um de seus Municípios, proporcionalmente à capacidade de atendimento, conforme o art. 75 da mesma lei.

Com o mesmo argumento do proponente, vemos a necessidade de suprir a falta da menção, no artigo referido, do Distrito Federal, para o que oferecemos emenda de redação.

III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 87, de 2004, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 87, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87.

 § 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:
 (NR)

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

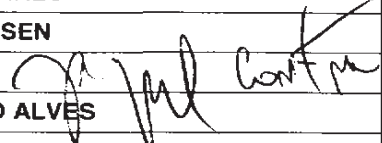
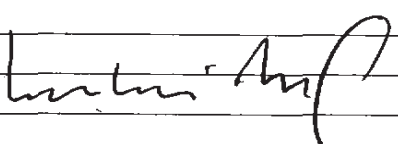
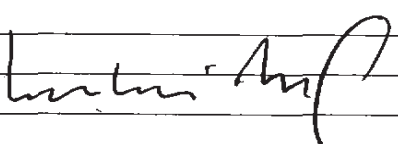
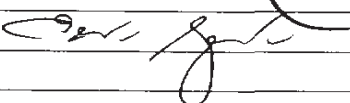
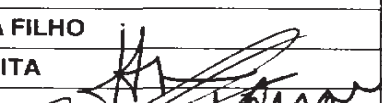
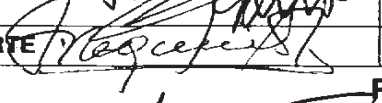
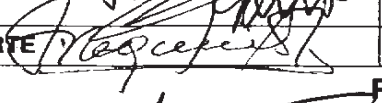
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 087/04 NA REUNIÃO DE 23/08/05
OS SENHORES SENADORES:

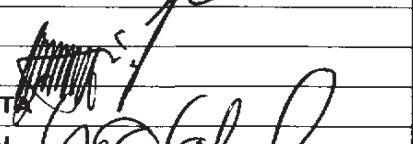
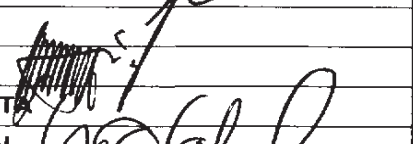
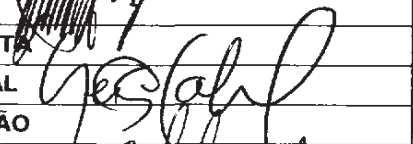
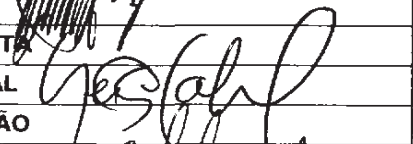
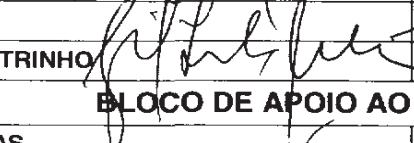
PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)


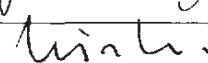
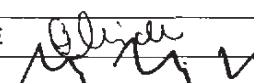
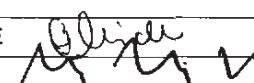
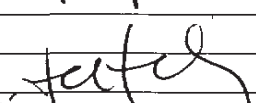
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO 
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO 
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN 	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

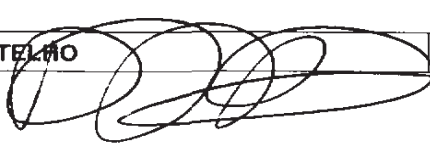
PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP 	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA 	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO 	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO 	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE RELATOR 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS 	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
---	------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

.....
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

**Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional.**

.....
Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das insti-

tuições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003).

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003).

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

.....
Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Mensagem de veto nº 9

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

PARECER Nº 1.645, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518 2003, na origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2005, pretende dar nova redação ao art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para incluir, entre as hipóteses de quebra de fiança, o comparecimento do réu a local de que deveria manter-se afastado, conforme o respectivo termo lavrado pela autoridade policial ou judiciária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

II – Análise

Preliminarmente, cabe registrar que esta Comissão, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é competente para apreciar o PLC nº 17, de 2005, que versa sobre direito processual penal.

Não se verifica no projeto qualquer vício de natureza constitucional. Formalmente, compete privativamente à União legislar sobre essa matéria, conforme dispõe

o art. 22, I, da Constituição Federal; substancialmente, não há qualquer ofensa ao texto da Lei Maior.

No mérito, a inovação proposta pelo PLC nº 17, de 2005, afigura-se conveniente e oportuna. Mostra-se razoável, para manutenção da ordem pública, que a autoridade, policial ou judiciária, que conceder a fiança, proíba o afiançado de comparecer a determinados locais. Como decorrência lógica, o descumprimento dessa condição deve implicar a quebra da fiança, o que acarreta a perda de metade do valor dado em caução e o recolhimento do réu à prisão, consoante o art. 343 do CPP.

Portanto, a alteração pretendida pelo PLC nº 17, de 2005, contribui para o aperfeiçoamento da legislação. Não obstante, cremos que sua redação poderia ser mais clara, em vista do que apresentamos duas emendas.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLC nº 17, de 2005, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518-B, de 2003, na origem), a seguinte redação:

Altera o art. 328 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para incluir, como hipótese de quebra da fiança, o comparecimento do afiançado a local de que deveria manter-se afastado.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 328 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, com a alteração pretendida pelo Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518-B, de 2003, na origem), a seguinte redação:

“Art. 328. Quebra-se a fiança, se o indiciado ou réu afiançado:

I – mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante;

II – ausentar-se por mais de oito dias da sua residência, sem comunicar àquela autoridade o local onde será encontrado;

III – comparecer a local de que deveria manter-se afastado, conforme consignado no termo de fiança.” (NR)

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 17 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Senador Fernando Bezerra</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB) (**)	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(**)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA (Relator)	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBÉT	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 18/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

.....

Art. 343. O quebramento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação, por parte do réu, de recolher-se à prisão, prosseguindo-se, entretanto, à sua revelia, no processo e julgamento, enquanto não for preso.

.....

PARECER Nº 1.646, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem) que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005, que tem por objetivo, ao alterar o parágrafo único do art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurar a liberdade de sindicalização aos empregados de entidade sindical.

O dispositivo que se pretende alterar exclui o direito em associação em sindicato aos empregados de sindicato, **verbis**:

Art. 526.

.....

Parágrafo único. Aplicam-se aos empregados dos sindicatos os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social,

excetuado o direito de entidade sindical em sindicato.

O autor da proposição justifica sua iniciativa alegando que a Constituição Federal estabelece o direito de organização em associação sindical a todos os brasileiros, exceto aos militares, não tendo consignado qualquer exclusão – explícita ou implícita – dos trabalhadores de entidades sindicais.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 8º, estabelece a liberdade de associação profissional ou sindical e determina que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato vedando, finalmente, a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.

Como se trata de norma proibitiva, ela é auto-aplicável.

Foram, portanto, tacitamente derogadas todas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho contrárias ao princípio da autonomia sindical.

A cessação tácita ou indireta do dispositivo da CLT, como diz Roberto Senise Lisboa, advém da incompatibilidade existente entre os textos da lei nova e da lei velha, resultante da interpretação de ambas as normas jurídicas. Conclui-se que há contradição entre o texto da lei nova e o da lei velha (Manual de Direito Civil, vol. 1, 3ª ed., p. 178).

Desse modo, não se sustenta mais à vedação constante do parágrafo único do art. 526, **in fine**, eis que o Constituinte de 1988 não fez qualquer restrição à sindicalização dos empregados de entidades sindicais.

Assim, em princípio, a promulgação de qualquer lei ordinária para declarar a revogação desse dispositivo ou parte dele não seria necessária, como no caso nosso, ante a flagrante incompatibilidade entre ele e o preceito da Lei Maior.

Entretanto, não há também impedimentos para que se altere o dispositivo legal em tela, se assim o legislador desejar, a fim de adequá-lo aos preceitos da Constituição Federal.

III – Voto

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/08/2005. OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: Sr. EDUARDO AZEREDO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

.....

PARECER Nº 1.647, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder

Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara em epígrafe que autoriza a doação pelo Governo brasileiro de doze aeronaves de treinamento para os governos da Bolívia e do Paraguai.

O Projeto de Lei foi recebido na Câmara dos Deputados em 12 de agosto de 2004, sendo distribuído para apreciação em caráter terminativo às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na primeira dessas comissões foi aprovado em 20 de outubro de 2004. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público foi acolhido em 8 de dezembro de 2004. E, finalmente, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em redação final, no dia 3 de agosto de 2005.

Encaminhado ao Senado Federal no dia 5 de agosto de 2005, o Projeto de Lei foi distribuído, para decisão terminativa, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 9 de agosto subsequente, onde foi designado para o Relator que subscreve este Parecer no dia 11 de agosto de 2005, após prazo regimental sem recebimento de emendas.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005, nasceu da avaliação realizada pelo Ministério da Defesa sobre o acervo de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Essa análise, em conjunção com as conversações com as autoridades da Bolívia e do Paraguai, levaram à elaboração dessa proposição, que conjuga a conveniência técnica da administração pública brasileira com a solidariedade regional.

Esse aspecto da justificação da proposta está bem caracterizado na Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Defesa, que acompanhou a Mensagem Presidencial, nos seguintes termos:

Os estudos elaborados no âmbito do Ministério da Defesa, por intermédio do Comaer, e do Ministério das Relações Exteriores levaram a recomendar a doação de seis aeronaves para cada uma daquelas Forças pelas razões que se seguem:

a) a Força Aérea Brasileira conta com aeronaves mais modernas e econômicas, por

essa razão, não há interesse do Comaer em manter aquelas aeronaves sem seu acervo;

b) a estocagem das aeronaves implica custos adicionais para o Comaer;

c) o alto custo de recuperação e manutenção eleva o custo residual das aeronaves, não compensando economicamente sua alienação;

d) a doação servirá de reforço ao bom relacionamento bilateral entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai no contexto sul-americano, estreitando os laços de cooperação militar, tão necessários na atual conjuntura internacional.

Registre-se ademais que a iniciativa não encontra óbices de natureza constitucional ou legal. Tendo em vista o princípio da legalidade que norteia a administração pública e a ausência de permissivo para doação de bens públicos na Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, torna-se imperiosa a necessidade de uma lei específica para a pretendida doação, o que se concretiza na presente iniciativa.

III – Voto

Por todo o exposto, tendo em vista a conveniência e oportunidade da proposição, além de sua adequação jurídica, legal e constitucional, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Jefferson Péres** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Eduardo Azeredo** – **Wellington salgado de oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro Mão Santa** – **Álvaro Dias** – **Marco Maciel** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....
PARECER Nº 1.648, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei

da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador **Ramez Tebet**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

O projeto tem por objetivo criar, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, cento e sessenta e seis funções comissionadas, sendo sessenta e seis de nível FC-5, trinta e seis de nível FC-4, vinte e três de nível FC-3, trinta e dois de nível FC-2 e nove de nível FC-1.

Prevê, ainda, a proposição que ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas cuja criação à proposta e a sua distribuição.

O PLC convalida os atos praticados, até a data de publicação da lei que dele se originar, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções.

Finalmente, estabelece que as despesas decorrentes da execução do mesmo diploma legal correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho justifica a proposição afirmando:

Sediado em Campo Grande, com jurisdição em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, o ... [TRT da 24ª Região], criado pela Lei nº 8.431, de 9 de junho de 1992, a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 10ª Região, Distrito Federal, não contou em sua estrutura originária com a criação das funções comissionadas necessárias ao funcionamento do aludido Órgão.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente elevação

do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de atos administrativos daquela Corte Trabalhista, de funções gratificadas de Representação de Gabinete, atuais funções comissionadas pela Lei nº 9.421/96, preferiu decisão nos autos do Processo TC-400.071/1994-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 49, inciso X, do art. 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal.

Aduz, ainda, aquela Corte superior:

... as medidas aqui tratadas não implicarão ... aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região já inclui os respectivos valores desde 1991.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição é, na verdade, promover a regularização de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, uma vez que as funções que são objeto do PLC nº 82, de 2005, foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União.

Ou seja, trata-se, efetivamente, de convalidação. Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello, em seu “Curso de Direito Administrativo”, p. 338, a convalidação é o suprimento da invalidação de um ato com efeitos retroativos.

A invalidade dos atos que se pretende convalidar surge do fato de terem sido veiculados por espécie normativa imprópria – ato administrativo do TRT da

24ª Região, quando deveriam ter sido objeto de lei, em sentido formal.

Ou seja, trata-se de corrigir invalidade derivada de vício formal e não de vício material, hipótese em que poderia haver impedimento à sua convalidação. Explica Celso Antônio Bandeira de Mello, na p. 338 da mesma obra acima referida, que ... só pode haver convalidação quando o ato possa ser produzido validamente no presente. Importa que o vício não seja de molde a impedir a reprodução válida do ato. Só são convalidáveis atos que possam ser legitimamente produzidos.

No caso em questão, além de não haver impedimento à convalidação poder-se-ia, mesmo, afirmar que ela deve ter lugar, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da estabilidade das relações jurídicas.

Afirma Weida Zancaner, in “Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos”, p. 100, que ... a convalidação se propõe obrigatória quando o ato comportá-la, porque o próprio princípio da legalidade – que predica a restauração da ordem jurídica após convalidação -, entendido finalisticamente, demanda respeito ao capital da segurança jurídica.

Do ponto de vista do mérito, a existência dessas funções se justifica pelo crescente número de feitos ajuizados no TRT da 24ª Região, o que tem obrigado o constante aumento da atividade de seus servidores, impondo-se a preservação da estrutura administrativa do órgão para fazer frente à sua elevada missão institucional.

De outra parte, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação do projeto ora em análise, a criação das funções aqui proposta não implica aumento de despesa, uma vez que os respectivos valores já estão previstos no orçamento do TRT da 24ª Região desde o ano de 1991, quando elas já existiam de fato.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de, ao regularizar a situação acima descrita, permitir a adequada prestação da justiça trabalhista em nosso grande Estado.

III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 82 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Senador Ramez Tebet</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho</i>
ALMEIDA LIMA (PMDB) ***	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLY <i>Eduardo Suply</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANT
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET (Relator)	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 18/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

.....
Art. 96. Compete privativamente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
LEI Nº 8.431, DE 9 DE JUNHO DE 1992

Cria o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.644 a 1.648, de 2005**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Educação

e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004** (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005** (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005** (nº 722/2003, na Casa de origem), que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005** (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaiá; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005** (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência recebeu o **Aviso nº 32, de 2005** (nº 341/2005, na origem), de 2 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real relativo ao mês de julho de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 11, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998** (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)*;
- **Projeto de Lei nº 53, de 2004** (nº 6.100/2002, na Casa de origem), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005** (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências*.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004**, recebeu uma emenda e retorna ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 1998, e 35, de 2005**, não receberam emendas e serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda recebida:

EMENDA (DE PLENÁRIO) OFERECIDA AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004,
(Nº 6.100/2002, NA CASA DE ORIGEM), QUE
ALTERA O ART. 31 DA LEI Nº 8.079, DE 11 DE SE-
TEMBRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A PRO-
TEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS (INCLUI O PESO DENTRE AS IN-
FORMAÇÕES QUE DEVEM SER PRESTADAS AO
CONSUMIDOR QUANDO DA OFERTA E
APRESENTAÇÃO DE UM PRODUTO)

EMENDA Nº 2 – PLEN

Acrescente-se ao texto da proposição, em seu art. 1º, o seguinte parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.079, de 11 de setembro de 1990.

“Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, peso, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.”

Parágrafo único. Excluem-se do dever de informar o peso, os produtos que, conforme regulamento técnico específico, devam ter seu conteúdo líquido informado em volume ou comprimento.

Justificação

Cumprir fazer uma análise do dispositivo do Código de Defesa do Consumidor (art. 31), no qual se pretende inserir a nova expressão. O artigo 31 trata da oferta e apresentação do produto e assegura que devem ser prestadas informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Por este artigo percebe-se que a legislação já exige que todas as características do produto, inclusive o “peso”, bem como outras informações importantes sobre o mesmo, constem obrigatoriamente do rótulo dos produtos.

Diz-se isso, porquanto a informação sobre quantidade implica na indicação do conteúdo do produto, seja ela mensurado por qualquer das unidades de medida: volume (líquidos – ml, cl, cm³ ou l); massa (mg, g, kg.); ou comprimento (mm, cm ou m).

Tanto é assim que o Regulamento Técnico Metrológico (Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002, em anexo), que estabelece a forma de expressar a indicação quantitativa do conteúdo líquido dos produtos pré-medidos (produto embalado e medido sem a presença do consumidor e em condições de comercialização), define como “conteúdo nominal ou conteúdo líquido” a quantidade do produto declarada na rotulagem, excluindo a mesma e qualquer outro objeto acondicionado com esse produto.

O mesmo regulamento disciplina a apresentação da indicação quantitativa do conteúdo líquido, contemplando aí, entre outras coisas, a forma como devem ser expressas as unidades de medida (massa, volume e comprimento), de acordo com a quantidade líquida do

produto e sua forma de apresentação (sólida, líquida, semi-sólida, aerosol, etc) – tens 3.6 e 3.7 da Portaria Inmetro nº 157/02.

Também corrobora o entendimento de que a informação sobre “quantidade” engloba o peso, que a Portaria nº 81, de 23 de janeiro de 2002, do Ministério da Justiça (em anexo), estabelece regras para a informação do consumidor quanto à mudança de quantidade, determinando aos “fornecedores, que realizem alterações quantitativas em produtos embalados, que façam constar mensagem específica no painel principal da respectiva embalagem”.

Desde a publicação da portaria supra, os fornecedores de produtos cujo conteúdo seja em massa (peso), volume ou comprimento, estão obrigados a informar a alteração de quantidade.

No que tange aos alimentos, a Resolução RDC-259/02 – Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados, determina em seu item 5 que devem constar obrigatoriamente do rótulo dos produtos: **(a)** denominação de venda do produto; **(b)** lista de ingredientes; **(c)** conteúdos líquidos; **(d)** identificação de origem; **(e)** nome ou razão social e endereço do importador; **(f)** identificação do lote; **(g)** prazo de validade; **(h)** instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

Tais conteúdos líquidos, conforme o item 6.3. da Resolução Anvisa nº 259/02, devem ser indicados atendendo ao estabelecido em Regulamentos Técnicos específicos, qual seja, o veiculado pela Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002.

Portanto, mesmo que não ocorram alterações nos produtos, o consumidor jamais deixará de ser informado sobre o seu peso, caso seja a unidade de massa exigida para indicar o seu conteúdo líquido, tendo em vista que as informações acima mencionadas são obrigatórias, senão em cumprimento aos CDC, em cumprimento aos regulamentos específicos sobre o tema.

Conclui-se, desse modo, que a prestação da informação quanto ao produto, nos moldes determinados pela legislação vigente, é suficiente para o esclarecimento e proteção do consumidor, sendo desnecessária qualquer alteração nesse sentido, bem como, a Portaria MJ nº 81/02, por si só, atende ao escopo da pretendida alteração, qual seja, proteger o consumidor de eventualmente incorrer a erro por não ser informado quanto a alteração de quantidade na embalagem do produto.

Ressalte-se, inclusive, que essa informação deve dar-se de forma destacada, nos moldes da

Portaria MJ nº 81/02, tendo em vista, principalmente, que o consumidor se habitua com os padrões de quantidade (massa, volume ou comprimento) e embalagens dos produtos, consagrados pelos usos e costumes por práticas comerciais adotadas ao longo do tempo.

Ocorre que, a coexistência das expressões “quantidade” e “peso” podem acarretar, para os produtos que não têm seu conteúdo indicado em unidade de massa, o entendimento de que, além da unidade de medida específica (volume ou comprimento), deva ainda tal produto indicar a unidade de massa.

A eventual aposição de unidades de medida diferentes na mesma embalagem, além de conflitar com o regulamento técnico específico (Portaria Inmetro nº 157/02), pode mais confundir o consumidor sobre a realidade do produto, do que auxiliá-lo e informá-lo.

Frise-se que o rótulo do produto deve trazer informações úteis, claras, precisas e esclarecedoras, e não informações inócuas que nada acrescentam ao produto ou ao consumidor.

E acrescente-se que o consumidor já está habituado com as informações, cada uma em seu devido lugar no rótulo, inclusive com a informação de alteração de peso, que se ocorrida, é expressa também, de forma destacada no painel principal.

Importante sim, é dar pleno vigor ao **caput** do art. 31, exigindo-se que todos os requisitos ali mencionados, sejam devidamente explicitados na oferta ou apresentação dos produtos.

Diante do exposto, resta demonstrada a necessidade de adequação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, que rogamos sejam observadas na análise deste.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir,*

na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004**, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2005

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

‘Art.73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989. (NR)’

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a “Lei dos Crimes Ambientais”, estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e

atividades lesivas ao meio ambiente. Seu art. 73 determina que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, e a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

As duas últimas destinações determinadas pelo diploma legal deveriam ser suprimidas, como propõe este Projeto de Lei do Senado, O Fundo Naval foi criado tendo como principal finalidade a renovação do material flutuante da Marinha de Guerra (Decreto n.º 20.923, de 8 de janeiro de 1932, Não se justifica, portanto, sua presença no texto legal voltado para a repressão a crimes ambientais, ainda mais em iguais condições com o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Ademais, o Fundo Naval conta com um montante de recursos orçamentários bem superior àquele destinado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Em 2004, o FNMA teve uma receita orçamentária de R\$290 mil, contra R\$284,17 milhões do Fundo Naval. A diferença do patrimônio líquido dos dois fundos também é grande: R\$ 2,75 milhões do FNMA e R\$ 1,06 bilhão no caso do Fundo Naval.

Como o total da arrecadação de multas por danos ao meio ambiente foi de cerca de R\$ 14,8 milhões em 2004, conclui-se que a perda dessa fonte de receita não seria danosa ao Fundo Naval, ao passo que o ganho para o Fundo Nacional do Meio Ambiente seria importante, aumentando a sua capacidade de aplicação de recursos em atividades relacionadas especificamente ao meio ambiente, estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a saber:

- I – Unidade de Conservação;
- II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- III – Educação Ambiental;
- IV – Manejo e Extensão Florestal;
- V – Desenvolvimento Institucional;
- VI – Controle Ambiental;
- VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

A destinação de recursos da arrecadação das multas aos fundos estaduais ou municipais de meio ambiente também deve ser suprimida do texto legal. A própria Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em seu art. 76, estabelece que o pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal

ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência. Se os entes da Federação têm a capacidade para instituir e cobrar multas por danos ao meio ambiente e se suas cobranças predominam sobre aquelas de responsabilidade da União, não há razão para que o produto da arrecadação de multas impostas por esta seja destinado a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente.

As mudanças propostas fortalecerão a capacidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente de financiar um maior número de projetos relacionados à preservação do meio ambiente. Esses projetos poderão contribuir para o crescimento econômico e para a consequente melhoria da qualidade de vida das populações de municípios que possuam unidades de conservação ambiental, principalmente se for conjugada com outro projeto de lei do Senado, a ser apresentado por mim, para conceder prioridade na aplicação dos recursos do FNMA a projetos localizados em municípios que possuam partes significativas de seus territórios dentro de um tipo específico dessas unidades, os parques nacionais.

Por todas essas razões, peço o apoio dos Senhores Senadores para a aprovação desta Proposição.

Sala das Sessões, 12 setembro de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de Veto

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador

Art. 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios

substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Regulamento

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que tenham mais de vinte e cinco por cento de suas áreas dentro de parques nacionais e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira (art. 1º). Seu art. 2º estabelece as fontes de recursos do FNMA:

I – dotações orçamentárias da União

II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis

e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a ferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Entre os outros recursos destinados por lei estão aqueles provenientes de valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental, como estabelece o art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, estabelece as áreas prioritárias para aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, sendo que seu § 2º determina que será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal, sem prejuízo das ações em âmbito nacional.

O objetivo deste projeto de lei é alterar essa prioridade, concedendo-a aos projetos localizados em municípios das regiões menos desenvolvidas do Brasil que tenham parte significativa de seus territórios dentro dos limites dos parques nacionais.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (“Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC”), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Estas se dividem em unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. No caso das unidades de proteção integral, das quais os parques nacionais fazem parte, é admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

Poucas atividades econômicas que levariam à geração de emprego e renda podem ser levadas a cabo dentro das áreas dos parques nacionais, já que são vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta para que haja a preservação integral de áreas naturais. Assim, os parques nacionais podem representar um passivo para municípios que tenham uma grande parte de seus territórios dentro dos limites dos parques. Isso ocorre porque esses municípios ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades econômicas, principalmente aquelas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, base da economia de parte significativa de regiões menos desenvolvidas do Brasil.

O Brasil possui 55 parques nacionais. Seis deles estão localizados na região Centro-Oeste.

As regiões Norte e Nordeste possuem, cada uma, quatorze parques nacionais. O Sudeste e o Sul possuem vinte parques, sendo que oito deles estão no Sul e doze na região Sudeste. Apenas um parque nacional – o de Ilha Grande – abrange uma área de duas regiões: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Sul (Paraná). Há, então, uma distribuição de parques nacionais por todas as regiões do País. No entanto, as condições econômicas das regiões brasileiras são muito diferentes, o que faz com que os impactos econômicos da criação de parques sobre os municípios vizinhos a eles sejam bastante distintos.

No caso das regiões mais desenvolvidas do País, o impedimento de dispor de parcela significativa do território para implementar atividades econômicas pode ser compensada pela possibilidade de exploração turística, que abre potenciais frentes de geração de renda e emprego para os moradores de municípios localizados no entorno dos parques, permitindo a instalação de micro e pequenos negócios e a diversificação da economia regional. Esses municípios estão localizados próximos a regiões que têm alta renda **per capita** e que não têm deficiência de infra-estrutura, o que facilita a exploração turística.

Embora a presença de um parque nacional possa abrir alternativas de crescimento econômico em uma região com reduzidas potencialidades de desenvolvimento, é necessário reconhecer que a situação de municípios vizinhos a parques nacionais localizados nas regiões menos desenvolvidas é peculiar. Eles não estão em áreas que têm renda **per capita** alta e têm infra-estrutura deficiente, o que dificulta a exploração do turismo.

É necessário, então, garantir seu acesso a recursos para que eles possam implantar atividades econômicas que não agridam o meio ambiente, como a turística, e que gerem crescimento econômico, beneficiando suas populações. Uma das formas de fazer isso é dar prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) a projetos localizados em municípios de regiões menos desenvolvidas que possuam partes significativas de seus territórios dentro de parques nacionais, sendo este o objetivo desta proposição, para a qual peço o apoio dos Senhores Senadores.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Regulamento**Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta lei:

I – dotações orçamentárias da União;

II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta lei, em projetos nas seguintes áreas:

I – Unidade de Conservação;

II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;

III – Educação Ambiental;

IV – Manejo e Extensão Florestal;

V – Desenvolvimento Institucional;

VI – Controle Ambiental;

VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

§ 1º Os programas serão periodicamente revisados, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto

Regulamenta o art. 225, § 1º incisos I,II,III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 987, de 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos,

diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada, ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, quais as acusações que embasaram o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 3 de setembro do corrente publicou matéria intitulada “Delegado que prendeu Duda por rinha de galo é indiciado”, mostrando que o Delegado Antônio Carlos Rayol e o Agente Fábio Domingos, ambos da Polícia Federal, teriam sido indiciados por cometerem transgressões contra o Departamento de Polícia Federal como “concorrer para escândalo público” e “arranhar publicamente a reputação da PF”.

A matéria mostra, também, afirmação da advogada do Delegado Antônio Carlos Rayol de que o delegado teria sido indiciado em função de suas declarações à imprensa.

A investigação teria começado quando o sindicato protestou contra a transferência para cidades do interior de policiais que participaram da prisão. Aliás, esse fato já tinha sido objeto do requerimento nº 1.534, de 2004, também de minha autoria, justamente para questionar a oportunidade e as razões daquelas transferências.

Recordo que, alguns dias após a prisão do publicitário, os jornais de grande circulação publicaram notas segundo as quais o Presidente Lula teria determinado ao Ministro da Justiça que investigasse se aquela operação teria alguma motivação política, e que fossem tomadas as devidas providências inclusive com a “troca de comandos”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para esclarecer os desmembramentos daquela ação da Polícia Federal que culminou com a prisão do publicitário Duda Mendonça.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Tião Viana, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal Superior Eleitoral começou a veicular peças publicitárias alusivas ao referendo que ocorrerá no dia 23 de outubro deste ano, relativo à questão de comercialização e venda de armas.

O início dessa campanha institucional é ensejo para que façamos alguns comentários sobre o tema que está muito ligado, obviamente, às questões relativas à segurança e à violência.

O Brasil se caracteriza hoje, infelizmente, como um dos países que não se situa bem no *ranking* das nações que têm alto nível de violência, que atinge sobretudo a população mais jovem. E naturalmente isso preocupa não somente às autoridades, mas certamente penaliza muito a nossa população.

É-nos constrangedor, ao ler os jornais ou olhar os noticiários da televisão ou ouvir o rádio, constatar que, em que pesem as medidas adotadas, a violência continua a crescer em nosso País.

O Senado Federal e, posteriormente, a Câmara dos Deputados aprovaram o chamado Estatuto do Desarmamento, que instituiu, entre outras providências, o referendo a que acabo de me reportar, voltado para criar limitações à comercialização e uso de armas de fogo.

As pesquisas, Sr. Presidente, feitas sobre o assunto demonstram que as campanhas do desarmamento, que começaram no ano passado, contribuíram e muito para que se reduzisse o número de homicídios, portanto de mortes por armas de fogo. E, obviamente, contribuíram para reduzir também o número de pessoas feridas, entre as quais, aliás, algumas ficam com limitações para o resto da vida.

Duas pesquisas que tive oportunidade de compulsar, uma da Unesco, que estima que pode ter ocorrido, em função dessas campanhas de desarmamento e também como efeito indireto da aprovação do Estatuto do Desarmamento, uma queda de homicídios,

em torno de 15% este ano em relação a igual período de 2004.

Creio, Sr. Presidente, que a medida de evitar o porte de armas de fogo, promover o desarmamento da população e de alguma forma desestimular a sua fabricação, tudo isso concorre para que possamos melhorar ou reduzir os níveis de violência em nosso País. Daí porque o meu voto, no referendo, será favorável.

Eu gostaria também de lembrar que essa é a terceira vez em toda a História do País em que se realiza uma consulta popular de tal magnitude. A primeira, ocorreu em 1963, quando foi posta em discussão – em um plebiscito, na realidade – se deveríamos manter aquele tosco parlamentarismo que estávamos praticando ou se deveríamos retornar ao presidencialismo. E o povo, na sua grande maioria, entendeu – a meu ver acertadamente – de manter o presidencialismo. Em 1993, aí tivemos novamente uma consulta popular, desta feita um referendo, para discutir, não somente se deveríamos manter o presidencialismo *vis-à-vis* o parlamentarismo, e o povo, mais uma vez, se manifestou a favor do presidencialismo, como também para discutir sobre formas de governo. O eleitorado optou por manter a República e não permitiu, portanto, o retorno à monarquia.

Essa será, portanto, a terceira consulta popular que se faz sobre o tema e a segunda vez em que o País realiza, portanto, um referendo, posto que o ocorrido em 1963 foi – louvado na opinião de especialistas e constitucionalistas – um plebiscito.

Creio desnecessário repetir que o meu voto é favorável, porque entendo que devemos tudo fazer para reduzir a violência em nosso País. Mas cabe, por outro lado, também advertir que a simples proibição para a venda de armas não vai em absoluto acabar com a violência. Não podemos gerar a vã expectativa de que simplesmente essa medida vai, em um passe de mágica, resolver o problema.

Faço essas ponderações para que não haja, por parte da sociedade, uma reversão de expectativa, para usar uma expressão do ex-Ministro Roberto Campos que dizia ser a pior coisa para o político suscitar uma esperança e, depois essa esperança não se materializar.

Eu podia dar o exemplo recente do que aconteceu com algumas medidas que adotamos aqui no Congresso Nacional. Mas vou situar apenas uma: a Emenda Constitucional nº 42, que dispôs sobre a reforma tributária. Toda a sociedade esperava que, com a aprovação da reforma, teríamos uma redução da carga tributária e simplificado o processo, ocorrendo

também redução da sonegação. Isso tudo permitiria que o País crescesse a taxas mais elevadas. Sabemos que tal não ocorreu. A sociedade esperava que a reforma tributária atingisse esses objetivos.

Friso mais uma vez: houve uma enorme reversão de expectativa. Pelo contrário, a carga tributária cresceu, não somente em decorrência da Emenda nº 42, mas de legislação que, posteriormente, foi votada no Congresso, acerca de problemas relativos à cobrança de taxas, impostos e contribuições.

Sr. Presidente, as causas da violência não serão eliminadas ou drasticamente reduzidas sem que se ataquem as causas mais profundas. Entre elas, eu começaria pela instituição familiar, a primeira célula da organização social.

A família vem sendo duramente atingida enquanto instituição não somente por apelos da mídia e da imprensa como também por intermédio de outras causas que contribuem para a desagregação do núcleo familiar. Entre muitas razões, que eu poderia citar neste instante – mas o tempo não permitirá que eu o faça –, estão as drogas, que vêm demonstrando à sociedade que são um fator extremamente desagregador da convivência familiar.

A propósito, lembro uma campanha realizada pelo Presidente Reagan, nos Estados Unidos, reputada como a mais bem feita nos últimos anos, porque se voltou basicamente para a família, com apelo para que cuidasse e da educação dos filhos e procurasse evitar os efeitos nocivos da droga à sociedade, de modo especial, aos jovens.

É evidente que, além do problema familiar, de se trabalhar um pouco a preservação da família – que, certa feita, o Papa João Paulo II definiu como a igreja doméstica –, creio que é importante também se investir em educação, que robustece a cidadania. Obviamente, quando se investe em educação, forma-se o cidadão, forma-se alguém com uma noção mais exata dos seus deveres na sociedade democrática – também dos seus direitos. A educação liberta o cidadão, cria condições para o acesso ao mercado de trabalho, para que se realize na comunidade e ascenda socialmente num país ainda marcado não somente pela pobreza, mas também por muitas formas de desigualdade, geradas por questões étnicas, pelo tratamento dado aos imigrantes, pelas desigualdades ainda relativas ao tratamento que se dá aos silvícolas e, por que não dizer, pelas desigualdades decorrentes do tratamento que se dá à mulher no Brasil – se bem que, nesse campo, temos avançado mais do que se esperava.

Além dessas medidas, convém investir na área de saúde e também buscar executar, de forma mais acentuada, políticas de inclusão social, voltadas, sobretudo, para a geração de emprego e melhoria da renda. A meu ver, se trabalhássemos mais essa questão, certamente reduziríamos a violência. É certo que não se pode atribuir a violência exclusivamente ao desemprego. Pelo contrário, uma pessoa inserida na sociedade e que participa dela ativamente certamente não vai encontrar na violência uma saída ou uma solução para os seus conflitos internos. De outro lado, medidas preventivas de caráter policial e providas do aparelho judicial do Estado vão colaborar para se minimizar o problema. O Poder Judiciário tem de fazer um grande esforço, juntamente com o Ministério Público, com as Promotorias, no sentido de evitar a impunidade, porque ela contribui, e muito, para o crescimento de homicídios e, por que não dizer, de outros tipos de crime, que concorrem para aumentar a violência no nosso País.

Não posso deixar de aproveitar a ocasião para dizer que precisamos atentar para a necessidade de melhorar os níveis de coesão e de convivência sociais. Nesse sentido, entendemos que é necessário um esforço dos governos, das instituições intermediárias e da sociedade como um todo, para que se aumente a coesão social e para que sejam discutidos coletivamente os problemas, porque tudo isso, de alguma forma, contribui para que reduzamos a violência e, conseqüentemente, para que construamos uma sociedade menos injusta e mais pacífica.

Sr. Presidente, desejo também fazer outra consideração que julgo importante, no momento em que nos preparamos para a realização desse referendo, no próximo dia 23 de outubro. Trata-se de matéria na qual eu gostaria de voltar a insistir: diz respeito à prática da democracia participativa, ou seja, do recurso à soberania popular.

A Constituição de 1988 dispõe sobre o assunto no art. 14 e prevê três formas de participação da vontade popular na formação da lei. Uma é feita por meio da iniciativa popular, e as duas outras, às quais já me referi, são o plebiscito e o referendo. Ambas contribuem também para que o cidadão possa manifestar-se por convocação do chamado poder representativo, das Casas Legislativas, quer municipais, estaduais ou do Congresso Nacional.

Quero dizer que sou a favor dessas práticas participativas e vou mais além: quando a Constituição de 1988 foi promulgada, apresentei um projeto sobre o assunto, buscando regulamentar o dispositivo do art.

14. Houve duas outras iniciativas: uma do Senador Nelson Carneiro e outra do Senador Wilson Martins. Posteriormente, a matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se não me engano, relatada – aliás, com um parecer muito competente, pois se trata de um excelente homem público – pelo Senador Jarbas Passarinho, que fez um substitutivo sobre a matéria. Desse substitutivo, brotou a lei que disciplina o assunto. A matéria, aprovada no Senado, foi à Câmara e, posteriormente, à sanção presidencial.

Por outro lado, quando fui Governador de Pernambuco, no período de 1979 a 1982, adotei as chamadas práticas participativas de democracia, mesmo porque entendo que a democracia representativa não colide, não se choca com práticas participativas, chamadas de democracia direta.

O *slogan* do meu Governo foi “Desenvolvimento com Participação”.

Não somente eu, mas meu Vice-Governador, o hoje Deputado Federal Roberto Magalhães, o então Prefeito do Recife, hoje meu suplente, Gustavo Krause, assim também a Assembléia Legislativa, cujo Presidente era o Deputado José Ramos, trabalhamos muito a questão das práticas participativas e obtivemos êxito na execução de muitos desses projetos. Se sou a favor dessas práticas de democracia direta, ou de democracia participativa, não devo deixar de dizer que, obviamente, isso não pode ser usado improvisadamente. Não deve haver uma banalização desse instituto, mesmo porque a sua utilização excessiva pode levar, como ocorreu em alguns países do mundo, a uma certa apatia do eleitor.

Obviamente, só devemos usar o plebiscito ou o referendo quando houver matéria de alta significação. No caso, por exemplo, da comercialização de armas de fogo, penso que essa é uma matéria sobre a qual o Congresso Nacional deveria deliberar e disse isso na ocasião em que a matéria foi discutida no Senado. Não se trata de matéria que justifique uma consulta popular, como vai ser feita no dia 23 de outubro, porque é um assunto que, obviamente, por seu limitado alcance, poderia ser decidido pelos próprios congressistas, que dominam a matéria e conhecem bem a questão.

De mais a mais, sabemos que a consulta popular tem algumas desvantagens. Ela, de alguma forma, deixa ao cidadão apenas o “sim” ou o “não”, algo que, a meu ver, não permite um esclarecimento adequado da matéria. Ela elide o debate. Aliás, quem diz isso não sou eu, mas Giovanni Sartori, que, em suas ob-

servações sobre essas práticas da democracia direta, menciona o fato de que as consultas populares reduzem o espectro do debate.

Enfim, há um certo maniqueísmo – “sim” ou “não”. É algo que estabelece uma mera dicotomia: “cara” ou “coroa”, “sim” ou “não”, etc, quando, na realidade, deixa-se de discutir a matéria em toda a sua complexidade.

A questão do plebiscito e do referendo deve ser reservada para matérias de grande significação, como, por exemplo, a pena de morte. Se fosse uma matéria dessa natureza, obviamente o Congresso Nacional deveria recorrer à consulta popular. Pessoalmente, como sou contrário à pena de morte, me alinharia vigorosamente na defesa da vida.

Também quero dizer que há outros pensadores, como Hanna Arendt, por exemplo, citada recentemente pelo jornalista Mauro Santayana em seu livro **As Origens do Totalitarismo**. Ela sempre entendeu que esses mecanismos, muitas vezes, podem ser usados por governos autoritários ou totalitários e como forma de manipulação da opinião pública, em detrimento do papel do Parlamento.

Por isso, Sr. Presidente, encerro minha manifestação agradecendo a tolerância de V. Ex^a e da Casa, e fazendo apenas três considerações finais.

Em primeiro lugar, meu voto é favorável à aprovação da proibição da comercialização e venda de armas. Por outro lado, deve estar bem claro na consciência de cada um que simplesmente isso não resolverá a questão da violência no Brasil, embora possa dar uma contribuição, e que devemos trabalhar para adotar outras medidas que, efetivamente, venham eliminar ou reduzir a violência no Brasil.

Por fim, devemos ter consciência de que esses mecanismos de democracia direta, como plebiscito e referendo, só devem ser usados nos casos em que a matéria for de tal transcendência que exija uma manifestação do corpo do eleitorado brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PDT assim que V. Ex^a entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança, por até sete minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante para o meu Estado.

No último 7 de setembro, a Associação Comercial e Industrial de Roraima completou 61 anos. Houve uma solenidade bastante concorrida, em que se pode discutir o período de construção do Estado de Roraima, de sua implantação e o papel relevante que a Associação Comercial teve na discussão das linhas de desenvolvimento e na própria estruturação do Estado.

Quero me associar a todos que estavam presentes na homenagem à Associação Comercial e dizer que ela teve e tem um papel fundamental na discussão dos destinos do nosso Estado.

Somos um Estado em implantação, que busca a sua vocação econômica, que tem desafios sociais imensos e o debate com a sociedade é fundamental para nortear os caminhos certos a serem seguidos. Sem dúvida nenhuma, entre os segmentos da sociedade, a Associação Comercial e Industrial de Roraima tem legitimidade, conhecimento, experiência, história e tradição para colaborar, contribuir e interferir nesse debate.

Gostaria de parabenizar toda a Associação e o seu atual Presidente, Derval Furtado, e registrar o discurso do seu ex-presidente Sander Fraxe, na solenidade dos 61 anos.

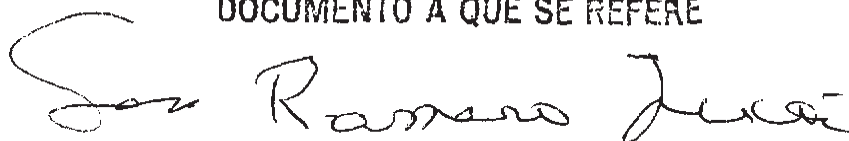
Peço a transcrição, Sr. Presidente, dos documentos que relatam a breve história da fundação da Associação Comercial e Industrial de Roraima, assim como do discurso do Sr. Sander Fraxe, na comemoração dos 61 anos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RORAIMA,
EM 07 DE SETEMBRO DE 1944.

Histórico sucinto:

A criação da Associação Comercial e Industrial de Roraima (ACIR), teve sua inspiração espelhada na ação governamental do primeiro Governador do Território Federal do Rio Branco, então Coronel do Exército - Ene Garcez dos Reis, em 1944, conforme traslado que segue, das páginas nº 84 a 90, inclusive, do livro inédito - HISTÓRIA DA LIVRE INICIATIVA - No Desenvolvimento Socio Econômico do Estado de Roraima - de autoria do historiador Adair J. Santos.

Ene Garcez, exerceu um mandato cristalinamente reconhecido como fortalecido pela sua integridade moral, notável espírito de patriotismo e mentalidade desenvolvimentista, dedicada ao desenvolvimento regional e em defesa do Bem Estar Social, para todos os seguimentos da sociedade local, tendo causado por isso, grandes impactos de mudanças, em todos os setores que compreendiam partes relevantes, a serem saneadas e fortalecidas, para a conquista desse desenvolvimento.

Impacto no Comércio Local

Ante as medidas, austeras e saneadoras, iniciadas por Ene Garcez, o comércio local sentiu, pela primeira vez, o impacto da expectativa gerada pela presença fiscalizadora de uma autoridade pública.

As desculpas evasivas pelo excesso de exploração da bolsa pública, que apresentavam uma sucessão de motivos sobre motivos, para o exagerado custo de vida local, naquela época, ora culpando-se o alto custo das mercadorias na praça de Manaus, ora indicando-se o fator transporte fluvial como principal onerador pelo alto custo dos fretes sobre tais mercadorias, no percurso entre Manaus e Boa Vista, encontravam-se, agora, todos sob a criteriosa fiscalização do Governo Ene Garcez que mandou fazer um criterioso levantamento dos preços dos fretes e do custo das mercadorias em Manaus para Ter uma visão mais ampla sobre o critério como era desenvolvido o comércio local.

O fator "frete", figurava como o mais comprometedor, para a elevação do custo de vida local. Os donos de embarcações cobravam o preço de Cr\$30,00, por cada volume com peso não superior a 60 Kg, e que por qualquer excesso de peso era cobrado uma taxa igual a do preço para um frete de uma tonelada que era de Cr\$500,00. Além desse fator, o número de embarcações responsáveis pelo transporte de mercadorias que sustentavam o abastecimento do Rio Branco, não correspondia a demanda. E por não Ter concorrência à altura, praticava, como bem lhes apetezia, uma verdadeira exploração nas tarifas que tanto encareciam as mercadorias, tornando insuportável o custo de vida na região.

Enc Garcez sabia que a única maneira de combater tão vicioso e espúrio comportamento, dos responsáveis pelo abastecimento do Território, seria através da ação de uma concorrência aliada a uma perfeita articulação de transportes fluviais e rodoviários, apesar de divisar um horizonte muito distante nesse sentido. Mas tinha consciência de que algo deveria ser feito para melhorar os meios de combate à exagerada exploração que sufoca a população local.

A maior dificuldade de transportes de mercadorias, situava-se no trecho entre Caracará e Boa Vista, onde só havia possibilidade de transportar-se um volume de cargas correspondentes a 3.850 toneladas mensais, durante a estação chuvosa; e apenas 873 toneladas mensais na época da vazante. Diante desse quadro, fazia-se necessário transportar-se, na época das cheias, o máximo possível de volumes, dando-se prioridades aos maiores e de maior cubagem pelo seu peso; deixando-se para época de vazante o transporte dos volumes menores e mais leves, criando-se com tal procedimento, apesar de estratégico, freqüentes problemas no tocante à prioridade das mercadorias que às vezes estavam na quota de maiores procuras no comércio.

Enc Garcez logo decidiu pela construção de armazéns na vila de Caracará e paralelamente, de uma rodovia que se adequasse às necessidades, imperativas, do tráfego rodoviário entre Boa Vista e aquela vila.

A capacidade, máxima, de cargas transportadas pelas embarcações que podiam navegar entre Caracará e Boa Vista, na época das cheias, era de 2.500 toneladas; e, na vazante, tal capacidade era considerada como "nula". Cabendo, à rodovia, o papel de escoar as cargas que não pudessem ser transportadas por via fluvial durante a estiagem, em uma média, estimada, na ordem de 1125 toneladas.

Paralelamente, Enc Garcez planejou articular uma concorrência com os proprietários das embarcações existentes. Primeiro articulando a vinda do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará(S.N.A.P.P) para navegar até Caracará, concorrendo com os transportadores particulares; constituindo-se na primeira concorrência entre uma estatal e a iniciativa privada, em defesa do bem-estar social do Povo do então Território Federal do Rio Branco. Somando-se a essa iniciativa, o aproveitamento das cinco embarcações que, na época, transportavam gado bovino para a praça de Manaus e que sempre regressavam descarregadas para o Território. Tais embarcações, somadas à do S.N.A.P.P., formaram uma frota fluvial com o seguinte quadro de capacidade: em tonelagem; número de viagens mensais; total, mensal de tonelagem e algumas outras observações.

QUADRO DE CONTROLE DE EMBARCAÇÕES

EMBARCAÇÕES	TON	VIAGENS MÊS	TONELAGEM MÊS	OBSERVAÇÕES
"S.N.A.P.P."	500	-02-	1.000	
"OBDENSE"	200	-03-	600	
"MACUXI"	100	-03-	300	
"CAURÉ"	70	-03-	210	
"ALUIZIO BRASIL-I"	70	-02-	140	
"ALUIZIO BRASIL-II"	165	-02-	330	
TOTAL	1105	13	2580	

Como podemos observar no quadro acima, com a estratégia criada por Ene Garcez, Boa Vista contava com um acréscimo de carga o abastecimento local, na ordem de 2.580 toneladas mês. Na época das cheias, contava-se com um quadro paralelo de embarcações que podiam navegar livremente, entre Caracará e Boa Vista. Todas pertencentes a particulares e cujas viagens mensais e capacidade de cargas, beneficiavam a cidade com um transporte de cargas na ordem de 2.488 toneladas mês, conforme quadro abaixo.

QUADRO DE CONTROLE DE TONELAGEM E VIAGENS MÊS

EMBARCAÇÕES	TONELAGEM	VIAG. /MÊS	TON. /MÊS	OBSERVAÇÕES
"Amazonas"	30	-08-	240	
"Teté"	30	-08-	240	
"Auxiliador I"	48	-08-	384	
"Auxiliador II"	48	-08-	384	
"Tartaruga I"	05	-08-	40	
"Tartaruga II"	10	-08-	80	
"Colombina"	40	-08-	320	
"Haidê"	40	-08-	320	
"Royal"	20	-08-	160	
"Maluber"	20	-08-	160	
"Burra Branca"	20	-08-	160	
TOTAIS	311	-88-	2488	

Todas essas embarcações faziam, também, o percurso entre Manaus e Boa Vista, na época das cheias; observando-se apenas uma redução em número de viagens que, dentro desse percurso faziam, apenas três por mês.

Já na época da vazante, com exceção das embarcações "Burra Branca" e "Colombina", todas as demais faziam o percurso entre Manaus e Caracará. Chegando, não raras vezes, ao porto de Boa Vista, quando a vazante não era muito rigorosa.

Essas iniciativas governamentais geraram, no comércio local, um impacto de alívio no âmbito do abastecimento e, paralelamente, uma expectativa de cautela no tocante à tão viciosa exploração com que os comerciantes castigavam a população local, na prática das suas tradicionais atividades mercantis, conforme quadro já apresentado no capítulo III, página 80 deste livro.

Com a entrada do S.N.A.P.P. na cabotagem entre o Porto de Manaus e demais ancoradouros, no percurso das suas embarcações, até ao porto de Caracará, foi possível a criação, por aquela autarquia, de uma tabela para controle básicos, de tarifas, em Cr\$, para as mercadorias transportadas naquele percurso e que cobria as localidades de: Tanapessassu, Ayrão, Boca do Rio Branco, Tapera, Catrimani, São José do Aragua e Caracará. Os efeitos dessa tabela foram benéficos para as populações dessas localidades, uma vez que reduziu o custo dos fretes e, conseqüentemente, das mercadorias. Não

esses foram os primeiros passos do Governador Fne. Garcez, para o controle e fiscalização do comércio local.

Surge a Associação Comercial

Diante do novo fenômeno político-administrativo observado na administração governamental, os empresários que compunham o chamado Comércio do Rio Branco, sentiram a necessidade de se unir para uma ação coletiva em busca de também se organizarem. Havia, na época, como ainda hoje, os mais criteriosos e os menos criteriosos, e entre esses, os relativamente honestos e os notoriamente desonestos, mas na verdade seguraram todos uma trilha unânime de viciosa mercenaridade e exploração dos sacrificados consumidores.

Sentindo a realidade da mudança administrativa no horizonte que surgia para o desenvolvimento do então Território Federal do Rio Branco, os empresários locais procuraram se unir no sentido de acompanhar as metas de desenvolvimento e criar um órgão que os representasse e coordenasse as suas atividades, no âmbito empresarial, com policiamento dos seus deveres e respaldo de defesa dos seus direitos. Assim, um grupo de 34 empresários do Território, após várias reuniões e planejamento coeso, decidiram por criar a Associação Comercial do Rio Branco, cuja fundação ocorreu no dia 07 de setembro de 1944. Os empresários que compuseram o corpo de sócios fundadores da nova associação, têm os seus nomes registrados no Art. 1º do Estatuto atual da ACIR.

O nome da Associação mudou posteriormente, para *Associação Comercial de Roraima (ACR)* e, atualmente, é conhecida como *Associação Comercial e Industrial de Roraima (ACIR)* que conta, no momento, com um quadro de 386 associados.

A ACIR rege as suas ações pelo seu Estatuto Social, ora atualizado e que – de acordo com o Parágrafo 2º do mesmo,- “Compete à Diretoria a edição do presente Estatuto, em tamanho de bolso, a ser fornecido todos os associados.” O Estatuto em pauta foi aprovado pela AGE de 12 de Dezembro de 1989. Está registrado às fls. 215 e 216 do Livro A-1, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Boa Vista - Roraima, em 10 de abril de 1990.

Inserimos aqui uma síntese da essência das atividades da ACIR, mais propriamente um traslado do Capítulo I, Arts. 1º e 2º, do seu Estatuto, que revelam a preocupação da ACIR, entre outros fatores, em defesa e fortalecimento dos direitos e policiamento dos deveres dos seus associados e da livre iniciativa como um todo.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

Art. 1º - A Associação Comercial de Roraima - ACR, fundada em 07 de setembro de 1944, por Antônio Augusto Martins, João José de Brito, Abrahim Jorge Fraxe, Antônio Macclaro, Luciano Bezerra da Silva, Nilo Melo, Luiz Bezerra de Araújo, Clodoaldo Pereira

de Melo, José Pereira Filho, Jorge Simão Luz, Joaquim Louze, Domingos Abdala, Felipe Moisés Xaud, Milton Miranda, Habib Jorge Fraxe, Saad Samou Salomão, Dahas Abraham, Antônio Lutgards Moura, Abraham Xaud, Bráulio Barbosa de Araújo, Cecílio Pereira do Carmo, José Celestino da Luz, Homero de Souza Cruz, Alexandre Teles de Andrade, Raimundo Mota Cavalcante, Christina de Matos Reis, Adolfo Brasil, Salustino Liberato, Severino Nunes da Cruz, João Bezerra de Araújo, Alcides da Conceição Lima, Paulo Pereira, Bernardino Dias de Souza Cruz e João Pereira de Melo, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, onde tem sede e foro, e uma sociedade com personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, de duração ilimitada, regendo-se pelo presente Estatuto

Art. 2º - A ACR passa a denominar-se Associação Comercial e Industrial de Roraima - ACIR, entidade representativa da classe empresarial roraimense, tendo por finalidades:

- a) Colaborar com os poderes públicos, dentro de suas finalidades institucionais, inclusive os prerrogativos de órgão técnico consultivo;
- b) Defender os interesses da classe que congrega;
- c) Estudar os problemas sócio-econômicos de Roraima, propondo aos poderes constituídos as medidas que julgar de interesse para o desenvolvimento regional;
- d) Promover, estimular e participar de estudos e iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e de serviços;
- e) Pugnar pelo desenvolvimento de uma superiora mentalidade empresarial e estimular o espírito associativo;
- f) Manter órgãos de informação, divulgação e de serviços em defesa dos interesses da entidade e de seus membros;
- g) Representar a classe nos organismos regionais e nacionais da categoria;
- h) Amparar, por todos os meios e recursos disponíveis, os associados que venham a sofrer medidas arbitrárias, dentro das suas condições;
- i) Concorrer, por todos os meios ao seu alcance para maior desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e de serviços de Roraima;
- j) Representar a classe e/ou associados para implantar mandados coletivos ou de segurança nos termos do Art. V, LXX, B da Constituição da República Federal do Brasil - Parágrafo único - A Associação Comercial e Industrial de Roraima adota também a sigla - ACIR - e a divida "Casa do Empresário"

A atuação da ACIR tem sido, ao todo, relevante no âmbito das suas atividades principais e paralelamente em outros campos administrativos, sociais e políticos, como órgão vigilante que polícia, sugere e defende, não somente no que diz respeito aos interesses do comércio e da indústria locais, como igualmente, de todo e qualquer fator considerado de interesse para o bem estar social do Estado e da Nação como um todo

Antes da transformação do Território Federal de Roraima para Estado, e conseqüentemente criação da Assembleia Legislativa, a ACIR, fora Fórum de debates para soluções de grandes causas sociais e político-administrativas, como a própria transformação do Território em Estado, construção da Br-174, adequação do sistema energético, definição da questão fundiária do Estado. Tendo como objetivo o alcance da evolução, sócio-econômica da região e procurando alertar, o Estado e a Nação, sobre as

influências negativas decorrentes da constante intromissão de estrangeiros em assuntos internos da nossa região e da Nação como um todo, em prejuízo do nosso desenvolvimento e flagrante agressão à Soberania Nacional.

São numerosos os movimentos de classe, pronunciamentos e interferências da ACIR em busca de meios e, não raras vezes, contrários a quaisquer fenômenos político-administrativos que venham causar prejuízos ao desenvolvimento e fortalecimento da livre iniciativa, desde os primeiros dias da sua fundação. Procurando evitar prolixidade nos textos que compõem o presente livro, deixamos de mencionar, na íntegra, todos os pronunciamentos divulgados em defesa de várias causas referentes ao comércio, a indústria e a outras áreas que envolvem o serviço público e outros fatores relativos ao bem estar da sociedade e do próprio Estado. Assim, procuramos inserir nas suas páginas algumas ações mais ligadas ao presente e a parâmetros de relevância para o nosso Povo. É que, por isso, a ACIR não poderia posicionar-se indiferente aos mesmos, que clamam por soluções práticas e coerentes com as aspirações do nosso desenvolvimento.

Presidentes da ACIR

Desde a sua fundação, em 1944, até setembro de 2000, a ACIR teve os seguintes empresários como presidentes:

- 1944 à 1945 - Antônio Augusto Martins
- 1945 " 1946 - Salustino Liberato
- 1946 " 1948 - Mozart Cavalcante
- 1948 " 1949 - Péricles Magalhães
- 1949 " 1951 - Abraham Jorge Fraxe
- 1951 " 1952 - Azemar Saumer D'Orian
- 1952 " 1953 - Said Samou Salomão (***)
- 1953 " 1954 - Raimundo Marques (**)
- 1954 " 1955 - Antônio Lutgards Moura
- 1955 " 1956 - Abdala Habib Fraxe (****)
- 1956 " 1957 - Pedro Aldemar Bantim
- 1957 " 1959 - Abdala Habib Fraxe (2)
- 1959 " 1960 - Raimundo Marques (2)
- 1960 " 1962 - Nilo Brandão (**)
- 1962 " 1963 - Said Samou Salomão (1)
- 1964 " 1965 - Jackson de Barros Vila
- 1965 " 1966 - Carlos Augusto V. de Lima
- 1966 " 1968 - Julio Magalhães Martins
- 1968 " 1970 - Said Samou Salomão (3)
- 1970 " 1971 - Nilo Brandão (3)
- 1971 " 1972 - Abdala Habib Fraxe (3)
- 1972 " 1974 - Paulo do Vale Pereira Filho
- 1974 " 1975 - Ramiro Francisco da Silva
- 1975 " 1977 - Timistocles Ramos Sobrinho
- 1977 " 1978 - Abdala Habib Fraxe (4)
- 1979 " 1980 - José Queiroz da Silva
- 1980 " 1981 - Joacir Teles de Menezes
- 1981 " 1982 - Clodir de Matos Filgueiras
- 1982 " 1983 - João Pereira Barbosa
- 1983 " 1984 - José Faustino da Silva
- 1984 " 1987 - João B. de Melo Mêne (****)
- 1987 " 1989 - Ubirajara Riz Rodrigues (**)
- 1989 " 1991 - Rubens da Silva Lima Filho
- 1991 " 1993 - Virgílio Barbosa de Melo
- 1993 " 1995 - Ubirajara Riz Rodrigues (2)
- 1995 " 1997 - Dourival Coelho Maranhão
- 1997 " 2003 - Sander Fraxe Salomão (**)
- 2003-2005 - Francisco Derval da Rocha Furtado
- OBS - O Empresário Sr. Said Samou Salomão é o Patrono da ACIR.



DISCURSO DO SENHOR SANDER FRAXE
COMEMORAÇÃO DOS 61 ANOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE RORAIMA

*** CUMPRIMENTOS INICIAIS AOS PRESENTES, DESTACANDO AUTORIDADES E IMPRENSA, SE HOUVER.**

A cada ano que aqui retorno para, na alegria deste dia, comemorar mais um aniversário de fundação da nossa Associação Comercial e Industrial de Roraima, procuro sentir o espírito daqueles 37 homens que acreditando que o futuro começa no momento em que aqui estamos, plantaram neste lugar a semente do nosso desenvolvimento. Foi em um 7 de setembro do já distante ano de 1944 que estes visionários, sintonizados com o futuro e, acima de tudo, apaixonados por esta terra, decidiram criar o que hoje não mais representa somente a riqueza do trabalho e a conquista do suor do povo roraimense. Hoje esta Associação Comercial é muito mais! Ela representa a essência da nossa gente. A certeza de que um sonho deve ser sempre perseguido. Que por mais difíceis que os momentos possam nos parecer, temos a obrigação de saber a hora de mudar.

Aprendi em casa a admirar e valorizar o sentimento daqueles que acreditam e apostam nesta nossa longínqua Roraima. Como no passado, hoje o nosso estado continua a atrair homens visionários e dispostos nesta busca pelo desenvolvimento. Meu pai, Said Samou Salomão, fazia questão de afirmar que sem um projeto, sem um plano de desenvolvimento, Roraima nada seria. E hoje me pergunto: Qual o plano de desenvolvimento deste estado? Onde queremos chegar com o modelo atual? Devemos esperar mais quanto tempo para termos, novamente, na condução do nosso desenvolvimento, espíritos inovadores e visionários como foram aqueles que fundaram esta associação há 61 anos.

O Brasil atravessa um momento crítico na sua história política. É fácil apontarmos para Brasília e vermos os problemas ao longe. Mas devemos ver os problemas que estão perto. É para isso que também foi criada esta associação. Para fomentar o pensamento crítico, discutir soluções e elaborar projetos de desenvolvimento.

Essa é a nossa vocação!

Somente quando tivermos um plano de desenvolvimento, teremos a solução para graves problemas do estado como a questão fundiária. Esse sim o pior problema! Diria mais, o vilão que atrapalha e atrasa o desenvolvimento em Roraima. Enquanto a nossa economia for vinculada ao poder público, não teremos indústrias e empresas comprometidas com o verdadeiro desenvolvimento. Somente com independência e força, iremos brindar o espírito que motivou a criação desta associação.

Não foi por acaso que o dia de fundação foi um 7 de setembro. A data representa o mesmo sentimento que, em outrora, intuiu o nosso imperador a buscar mudanças, a quebrar paradigmas, a tornar o Brasil independente de Portugal.

É com esse espírito que comemoramos mais um ano de fundação. O sentimento de independência que fez o Brasil romper com Portugal, deve ser o mesmo ainda hoje. Devemos romper com o atraso, com a falta de desenvolvimento e de projetos que pensam um estado melhor de se viver.

Vamos aproveitar mais um ano de vida para reviver aquele espírito de vanguarda, de futuro e de esperança que fincaram aqui as bases para o desenvolvimento de Roraima. Vamos lutar pelas soluções estruturais de nosso estado. Vamos buscar a sintonia entre a necessidade do trabalho e o desejo do nosso trabalhador. Vamos finalmente concretizar a vocação de um estado desenvolvimentista, alicerçado com amor e planejamento. Desvinculado do poder público que oprime e escraviza.

Neste 7 de setembro de 2005, estamos aqui para comemorar 61 anos de nossa associação e 183 anos de independência do Brasil. Mas estamos aqui também presentes para manter vivo o espírito dos sócios fundadores, daqueles homens que acreditaram numa Roraima melhor, desenvolvida e comprometida com o progresso e com o futuro.

Parabéns a Associação Comercial de Roraima e parabéns ao Brasil.

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, mais uma vez, destaco o papel fundamental que tem exercido, nos Municípios em que tem sido empregado como programa de Governo e como ação de Poder Público, o ensino integral.

Destaco isso fazendo, mais uma vez, uma consideração em relação à PEC que está tramitando na Câmara dos Deputados e que era a grande esperança de todos nós. Esperávamos que a instituição do Fundeb pudesse trazer ao ensino básico, à educação infantil, à educação especial e também às creches um alento, exatamente pelo financiamento com parcelas mais significativas de recursos que pudessem se originar do incentivo fiscal dado a empresas e da alocação de recursos do Tesouro pelo Governo, para abastecer de forma mais adequada esses segmentos, essas categorias de ensino, que perderam em distância muito grande para o ensino fundamental depois que foi instalado o Fundef.

O Fundeb é, portanto, uma grande idéia, mas que o Governo está transformando num pesadelo para os Municípios brasileiros. Fiz o destaque de quanto ele vai custar para os Municípios de alguns Estados. No Paraná, os Municípios terão de deslocar 110 milhões de outras atividades que poderiam exercer para financiar a existência das creches, porque, se isso não ocorrer, elas deixarão de existir, o que será um pesadelo, um grande mal para as famílias de baixa renda, que precisam, necessariamente, utilizar as creches para que as crianças de 0 a 3 anos possam ser acomodadas de forma segura em uma creche e as mães possam ajudar na complementação da renda familiar, exercendo uma atividade profissional fora de casa e, assim, proporcionar mais qualidade de vida à sua família. Ocorre que as creches não estão incluídas como objeto de financiamento do Fundeb. Essa correção tem que ser feita na Câmara dos Deputados, mas já estou aqui, no Senado, conversando com Líderes partidários, com Senadores que têm interesse nesse assunto, para que possamos conjuntamente proceder a essa alteração, que considero relevante para o próprio futuro do País.

A revista **ISTOÉ** desta semana publicou uma matéria representativa do que estou dizendo, com o tema “Decifra-me ou te Devoro”. Segundo a matéria, embora a pesquisa aponte queda do analfabetismo, a maioria dos que lêem não entende o que está escri-

to. Isso significa que apenas um quarto da população brasileira sabe ler efetivamente. Ou seja, 75% da população não entende o que está lendo ou sequer sabe ler o que está escrito.

É por isso que as Prefeituras administradas pelo PDT no Paraná estão dando toda a prioridade ao Programa de Ensino Integral, que começa já na idade de zero a três anos, portanto, nas creches. Nosso Partido não está transformando esse Programa apenas em uma bandeira histórica, porque o ensino integral foi iniciado por Leonel Brizola há muitos anos, por inspiração do Prof. Darcy Ribeiro, mas também porque entendemos que é a base para a construção de uma sociedade mais informada, com perspectivas de melhor qualidade de vida, já que a educação é, sem nenhuma dúvida, o principal instrumento de transformação da sociedade para melhor.

Já concederei aparte a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Nas Prefeituras do PDT, onde temos várias outras prioridades, a prioridade número um é essa. No Paraná, são 40 Prefeituras que se dedicam a implantar o Programa de Educação Integral, para mostrar que é possível em cada Município realizar essa grande obra de construção de um futuro melhor, de modo que as crianças de zero a três anos possam frequentar a creche; depois, dos três aos seis anos, uma escola infantil e, posteriormente, inclusive, no próprio 1º Grau, podem continuar com educação integral, como base de formação de sua personalidade, de seu caráter, de sua formação cultural e de sua informação, que é o que falta exatamente no ensino regular, no ensino tradicional convencional vigente.

Será uma grande revolução na educação brasileira se conseguirmos implantar a educação integral, começando lá das crianças na creche até o Ensino Fundamental, para permitirmos que as crianças, principalmente filhas de famílias de trabalhadores, possam estudar, alimentar-se de forma adequada e aprender inúmeras outras atividades que serão importantíssimas na formação da vida do verdadeiro cidadão.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, com muita satisfação.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Osmar Dias, em rápidas palavras, cumprimento V. Ex^a pelo discurso. V. Ex^a chama a atenção para a questão fundamental do País: a educação. Falar em educação é falar em cidadania e, enquanto não tivermos dado a todos pleno acesso à educação, certamente não vamos construir uma sociedade verdadeiramente democrática e, na questão educacional, está embutida não somente a soberania pessoal, quer dizer, a capacidade de o cidadão ter li-

berdade para se realizar na sociedade em que vive, mas também a própria participação no processo de desenvolvimento do País. E cada vez mais isso fica evidente quando sabemos que o que está caracterizando este novo século, o século XXI, é uma grande revolução científico-tecnológica, graças ao progresso nas áreas de tecnologia, da informação e do conhecimento. Não podemos deixar de salientar, que, ao lado da chamada cultura letrada, estamos vendo surgir a cultura digital, um novo código, se assim posso dizer, e que exige, conseqüentemente, mais do cidadão. E, por fim, isso é fundamental também sob a ótica externa, porque se o Brasil quer ter uma presença maior no mundo, e acho que tem todas as condições para tal, precisamos também ter consciência de que investir em educação é talvez ampliar a possibilidade de participar desse processo de globalização, inclusive superando o fosso digital. Se olharmos os países de primeiro mundo vamos observar que o Brasil ainda está muito aquém do que poderia estar e isso pode fazer com que, cada vez mais, a distância entre os países ricos e os em desenvolvimento se torne cada vez maior. Era o que tinha a dizer e cumprimentar V. Ex^a pelas ajuizadas e sensatas palavras, mas também lembrar que, quando Ministro da Educação, convivi com Leonel Brizola – ele Governador do Rio – e eu o apoiei nos programas dos Cieps, como também sempre tive boa parceria, aqui no Senado, com o Senador Darcy Ribeiro, em projetos de sua autoria, como, por exemplo, a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Aliás, essa PEC que está na Câmara afronta a Lei de Diretrizes e Base da Educação, projeto a que V. Ex^a acaba de fazer referência e que teve como autor o Senador Darcy Ribeiro, e que precisa ser revisto, o do novo Fundeb, exatamente porque ele contraria o previsto, o prescrito, na LDB – Lei de Diretrizes e Base. Nós precisamos modificá-lo naquela Casa para que ele chegue aqui em condições de ser logo aprovado, porque precisa entrar em vigor o mais rápido possível.

Eu ia dizer, Senador Marco Maciel, que o PDT, que já tem essa história ligada à educação, pode, agora, sentir-se um pouco mais fortalecido em relação a esse tema. Eu tenho grande esperança de que teremos, nos próximos dias, a filiação do ex-Ministro da Educação, Cristovam Buarque. O Ministro Cristovam Buarque será, sem dúvida nenhuma, bem recebido e, mais do que isso, será valorizado e terá oportunidade de apresentar, pelo Brasil afora, suas idéias e propostas com relação à educação. E, já que estamos falando no professor Cristovam Buarque, o PDT fará, dentro de alguns dias, uma programação exatamente para

discutir uma questão fundamental para todas as comunidades deste País: um novo modelo de educação para o Brasil. É uma proposta nova que o PDT discute e, vindo para o PDT o Senador Cristovam Buarque, estaremos tranquilos, confortados e sobretudo seguros em debater esse assunto em todo o País.

No Paraná, estamos colocando em prática essas idéias, temos conversado com os prefeitos do PDT, e acredito que o grande exemplo será dado em Foz do Iguaçu, onde o Prefeito Paulo MacDonald Ghisi está instalando um modelo novo de educação. Trata-se de um conceito novo de escola, não apenas na creche, na educação infantil, mas também no 1º Grau, onde haverá uma grande integração com a família dos estudantes, porque a escola passará a funcionar nos finais de semana, com áreas de lazer e para a prática de esportes. Isso fará com que a marginalidade, que cresce nos finais de semana, na idade juvenil, possa também cair.

Tenho certeza de que o conceito novo de escola que se instala em Foz do Iguaçu poderá se espalhar pelo Paraná e pelo Brasil um dia. Esse é um sonho que sei V. Ex^a também tem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar – pasmem V. Ex^{as}! –, quero me congratular com o Banco do Brasil e com o Governo da Bahia, pelo contrato que foi assinado hoje, às 12h, entre o Governador do Estado e o Presidente do Banco do Brasil. São US\$70 milhões a serem empregados, em sua totalidade, na aquisição de equipamentos policiais para dar segurança ao povo baiano.

Isso deve-se difundir por todo o País, dada a necessidade que todos nós sentimos em relação à falta de segurança pública em toda parte.

Em segundo lugar, desejo dirigir-me ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, dizendo que sou seu maior admirador, que tenho por S. Ex^a todo o apreço, assim como pelo Delegado Paulo Lacerda.

Por isso mesmo, choca-me como brasileiro a maneira como foi preso o filho do Sr. Paulo Maluf. Isso não é coisa de país civilizado, que quer defender cidadania. É uma vergonha para o País querer desmoralizar uma pessoa que emprestou seu helicóptero para trazer policiais até a sede da Polícia Federal. No momento em que ele ia entrar no carro de polícia,

estando presente lá o seu carro, a Polícia Federal fez questão de algemá-lo, quando viu a televisão pronta para pegar o flagrante.

Isso já está demais na Polícia Federal. Penso que o respeito ao cidadão, seja ele pobre ou rico, deve ser o mesmo. Ninguém vai pensar que a pessoa que levou em seu helicóptero os policiais federais até a sede da Polícia Federal vá fugir ou fazer algo inconveniente.

Nada tenho contra o fato de terem sido presos, mas o tenho quanto ao modo da prisão. O modo da prisão afronta a cidadania, e isso precisa acabar; se não acabar, será uma demonstração de fraqueza do Ministério e de falta de comando na Polícia Federal. Sei que é desagradável dizer isso, sei o quanto a Polícia Federal pode sentir-se ofendida, mas pouco importa, pois meu dever de cidadão é esse, e quero cumpri-lo.

Ouçõ o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei breve. Tenho tudo a favor da prisão de Paulo Maluf e de Flávio Maluf, mas concordo com V. Ex^a quanto a ter sido excessiva a forma em que ela se deu. O Senador Alvaro Dias aventou, com muita percuciência, a hipótese de ser uma tentativa de se fazer o diversionismo: preste-se atenção em tudo, menos na corrupção do Governo Lula e menos no tal mensalão ou nos mensalinhos. Por outro lado, tenho a impressão de que é inútil esse exercício, se for esse, porque essas nuvens passam, e o que fica é o quadro estrutural da corrupção sistêmica, que tanto temos combatido neste Parlamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, como sempre esclarecedor e fruto da sua inteligência.

Sr. Presidente, também fiz um apelo à Mesa – não era V. Ex^a que a estava presidindo – no sentido de se mandar dizer ao Ministro da Educação que o Congresso Nacional não vê com bons olhos a idéia de se fazer uma reforma universitária por decreto. É uma medida atentatória às duas Casas do Congresso Nacional. O Sr. Ministro da Educação, tão jovem, não pode ser tão autoritário. Chega de autoritarismo num Governo que não tem autoridade para pregar o moralismo!

Quanto ao caso Severino, ao qual quero também referir-me, tudo isso é cortina de fumaça que deve acabar logo. Tenho uma sugestão: a de que os Líderes – e chamo a atenção do Senador Arthur Virgílio – nesta Casa se reúnam e mandem fazer um estudo, em 24 ou 48 horas, na Polícia Federal, dos laudos de Del Picchia, que é um grande perito, não há dúvida, e o apresentado pelo Sr. Severino Cavalcanti.

Evidentemente, na hora em que estiver provado que o laudo de um ou de outro é falso, a situação mudará, e a exigência da saída do Sr. Severino se tornará ainda mais necessária. Aliás, ele deve sair, independentemente disso, rapidamente, para que não se mude o caso do Governo Lula para o caso Severino. Temos de ficar presos aos mensalões, aos mensalinhos, sem deixar que exista acordo, para que haja soluções rápidas, como o povo deseja.

Lamento ter de falar um pouco do Acre. A situação é grave para o Presidente da República, que, embora tenha feito de tudo para cassar Roriz, hoje é amparado pelo Governador, que envia sua claque, para evitar que Lula seja vaiado em público. É inacreditável! Não me parece uma coisa dos Vianas, que são realmente políticos hábeis, inteligentes e competentes e que têm amor à sua terra, mandar 600 acreanos para o Peru, a fim de evitar vaias maiores ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu muitas vaias a políticos que não as mereciam. É a hora de ele recebê-las, merecendo-as.

Sr. Presidente, V. Ex^a e seu irmão, que é um grande Governador e meu amigo, não devem mandar ônibus a Lima, a fim de evitar vexames ao Presidente da República. Peçam ao Presidente para não viajar. Isso será muito melhor, porque, aonde ele for, infelizmente, nessa fase da vida, vai receber vaias e aplausos dos seus amigos, como V. Ex^a, Sr. Presidente.

Portanto, esse homem que quis cassar Roriz sustenta-se no Distrito Federal em Roriz. Esse homem que não tinha nenhuma amizade pelos Vianas no Acre passa a depender de que enviem sua claque para um país estrangeiro, a fim de evitar vexames maiores para o Presidente da República.

O Presidente da República deve a esta Casa, a todos os Senadores e Deputados, três respostas. O Presidente Lula tem de nos dizer se é participe ou não dos mensalões. Queremos também saber o que o Presidente tem a dizer ao povo sobre o financiamento de R\$5 milhões dado pela Telemar à empresa do seu filho – foram R\$5 milhões, Sr. Presidente! – e também sobre o seu empréstimo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Jacques Wagner declarou que o Presidente não tomou empréstimo nenhum, mas, no outro dia, o Sr. Okamoto pagou, em nome do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o empréstimo de R\$29,6 mil tomado no PT – e o fez quando ele já era Presidente da República. Ainda assim, dizem que chamar o Sr. Okamoto para

depor é uma injustiça. Essa injustiça eu pratico. Eu a pratico para o bem do Brasil e para esclarecer pelo menos esse caso, porque os outros não estão sendo esclarecidos pelo Governo da República.

Sr. Presidente, também não deixe que se faça uma reforma universitária por decreto. Isso não fica bem para o Senado, não fica bem para a Câmara, não fica bem principalmente para o Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Estou certo de que V. Ex^a pensa como eu e não vai mais mandar gente para os países vizinhos, quando o Presidente Lula os visitar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, o questionamento que V. Ex^a fez ao Ministro da Educação na última quinta-feira chegou às minhas mãos. Eu estava no exercício da Presidência e o encaminhei imediatamente ao Sr. Ministro. Tive a oportunidade de ter uma audiência com S. Ex^a no dia seguinte e lhe falei que havia enviado o documento. S. Ex^a acusou-me o recebimento e me esclareceu que estaria dando a resposta em tempo hábil. Ao mesmo tempo, deixou claro que o projeto de reforma universitária saiu do Ministério da Educação e está na Casa Civil, aguardando a fase de aperfeiçoamento e algumas discussões complementares, no enfoque do Governo, para vir ao Congresso Nacional.

Esse foi o esclarecimento que S. Ex^a me deu verbalmente e que será enviado formalmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – V. Ex^a afirma que não haverá decreto na reforma universitária?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Ministro me assegurou que a matéria virá como projeto para o Congresso Nacional para uma ampla discussão, com audiências públicas e o devido encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Agradeço a V. Ex^a e ao próprio Ministro a prova de bom senso que S. Ex^a dá.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Quanto à crítica que V. Ex^a faz sobre as estradas, prefiro enviar-lhe a cópia do pronunciamento que fiz sobre o tema na última semana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sobre as estradas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A rodovia interoceânica, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Não fiz críticas a essa rodovia, mas em razão

de os ônibus que foram lá terem ficado realmente danificados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nesse caso, não poderei responder a V. Ex^a por estar no exercício da Presidência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise, mais uma vez, está de viagem. O Presidente Lula desembarca hoje à tarde na Guatemala.

Enquanto para o jornal britânico **Financial Times**, edição desta segunda-feira, esta será uma das semanas mais turbulentas no mundo político do Brasil, para o Presidente Lula estamos vivendo em estado de absoluta tranqüilidade porque, em meio à tormenta, Sua Excelência parte para uma viagem à Guatemala, com desdobramentos em Nova York, passando a semana inteira no exterior, como se nada de grave estivesse ocorrendo no nosso País.

Fica visível a estratégia do Presidente da República, como se fosse possível minimizar as repercussões da crise, certamente a mais escandalosa da República. O Presidente procura não só transferir responsabilidade, como procura minimizar as repercussões. E a estratégia de transferência de responsabilidade impõe sobre o Congresso o ônus maior pela crise. Essa é uma tentativa explicitada do Presidente da República e dos seus principais coadjuvantes. Em primeiro lugar, transferir para o Congresso Nacional e, em segundo lugar, especialmente para os Partidos políticos que integram a base aliada, reduzindo o impacto do forte peso da crise sobre a estrutura do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Seria possível essa transferência de responsabilidade? Creio que não.

É visível que cabe ao Poder Executivo a responsabilidade maior pelos escândalos. Não há dúvida de que o poder corruptor foi o Poder Executivo. Ao arquitetar um projeto de poder de longo prazo em que o fim justificava os meios, os líderes no PT no Governo admitiram a corrupção como forma de captação de recursos para sustentação financeira desse projeto que tinha o Presidente Lula como o principal beneficiado.

O que fará o Presidente Lula na Guatemala? A imprensa guatemalteca dá pouca importância à visita do Presidente brasileiro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dá maior destaque, Senador Arthur Virgílio, ao Presidente de

Taiwan, que deverá estar naquele país no final deste mês. O interesse é rarefeito. Os interesses comerciais da América Central estão direcionados para a possibilidade de celebrar acordos comerciais com os asiáticos. Tanto o é que o primeiro compromisso do Presidente Lula com o Presidente Oscar Berger, na Guatemala, é a assinatura de um memorando de entendimento na área política.

Ora, estabelecer um mecanismo permanente de consultas políticas entre o Brasil e a Guatemala, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode ser apresentado como uma motivação importante para essa viagem do Presidente da República em meio à turbulenta crise que estamos vivendo no Brasil. Esse critério de prioridade, não tem lógica, a não ser que faça parte realmente dessa estratégia de minimizar conseqüências e repercussões de uma crise de repercussões por si só notáveis, com incursão, inclusive, internacional estampada nos principais jornais do mundo, como fiz referência, há pouco, ao **Financial Times**, jornal britânico.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio antes de focalizar aquela que pode ser uma razão imediata da viagem do Presidente Lula à Guatemala.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, não sei nem se me antecipo ao seu pensamento. Para mim, é muito triste esse quadro. Um quadro em que o outrora orgulhoso Governo do Presidente Lula se vale das “severinadas” da Casa ao lado para ver um certo foco da atenção da imprensa desviado dos casos de corrupção produzidos, gestados e criados pelo próprio Governo Lula. Vale-se da prisão de Paulo Maluf, que, de repente, ocupou as páginas dos jornais, como outro expediente para descansar o lombo. Sua Excelência estava apanhando sozinho, agora está apanhando junto com Maluf, com Severino, enfim. Vale-se de algo sério – uma viagem internacional – para tentar passar a idéia positiva de que está alheio à crise, de que não há crise, de que o Brasil estaria funcionando normalmente e que, portanto, não é necessário que o Presidente esteja aqui para o Brasil ser tocado. O pior é que não é mesmo. A economia, hoje, é regida por regras muito próprias, nas quais o Presidente não interfere. Às vezes se diz: se Alencar assumisse iria baixar os juros. Não o faria. É o Copom que baixa e não o Presidente. O Copom não baixará, esse que está aí não baixará. O Presidente Alencar, então, indicaria um Presidente do Banco Central diferente. Não indicaria. Passaria pelo Senado ou não. Talvez nem passasse pelo Senado. Então, a economia não está mais nas mãos do Presidente como já estive em tempos em que o Brasil tinha uma economia mais desorganizada. O fato é que o Presidente está viajando não para propagandear o País, mas para fu-

gir da crise. Há um ditado romântico: longe dos olhos; distante do coração. Sua Excelência pensa o seguinte: longe dos olhos; longe da investigação. É como pensa. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, com sua já conhecida inteligência, V. Ex^a antecipa até a continuidade de nossa exposição.

Antes de chegar ao ponto a que V. Ex^a se refere, gostaria de sugerir ao Presidente da República – já que está chegando à Guatemala hoje à tarde – que aproveite uma sugestão daquele país que, nesse momento, trabalha com uma comissão presidencial para a reforma política e institucional do Estado e apresenta normas de ética do organismo executivo. Está aqui o *folder* com as normas de ética do organismo executivo. Quem sabe o Presidente possa se inspirar na Guatemala, já que aqui, no Brasil, não tem encontrado inspiração suficiente para adotar uma postura ética que corresponda às expectativas da sociedade brasileira.

Na Guatemala, o Presidente poderá talvez, quando muito, falar sobre esse seu desejo de injetar recursos do BNDES em outros países, a exemplo do que fez recentemente no Peru, o que inspira essa extraordinária socióloga, Maria Lucia Victor Barbosa*, da Universidade de Londrina, a escrever um brilhante artigo denominado “Sancho Pança no Peru”.

Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, peço que este artigo, na sua íntegra, seja transcrito nos Anais da Casa. Faço leitura de um trecho que considero importante:

O Sr. Alejandro Toledo, “atribuindo-se o papel de Don Quixote, relegou o colega brasileiro ao papel de Sancho Pança, o fiel escudeiro do cavaleiro da triste figura: ‘Eles ladram, Sancho, porque estamos construindo *carreteras*’ (estradas). Fica a dúvida se o presidente peruano se inspirou na silhueta do nosso mandatário ou na fidelidade do mesmo que lhe está dando um régio presente de milhões de dólares (por intermédio do BNDES).

(...)

Enquanto o Presidente viaja, aqui prosseguem os esforços para atenuar a crise.

E aí chego à exposição do Senador Arthur Virgílio, em aparte:

A prisão espetacular de Maluf (ex-aliado de Marta Favre no segundo turno das eleições municipais) e de seu filho, devidamente algemado, desafoga a alma nacional sedenta por ética e punição.

Ao mesmo tempo, o inevitável pedido de cassação do Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti,

por seus ex-leitores parlamentares, tem ocupado noticiários e distraído as atenções. Irmanados, partidos de Oposição e PT deliberam sobre quem melhor servirá aos interesses do Presidente mais blindado de toda a história: se um Deputado do próprio PT ou da chamada Oposição, que costuma ser tão mais fiel do que os petistas, com honrosas exceções de alguns Deputados e Senadores do PSDB e do PFL.

Claro que se Maluf e Severino são culpados devem ser punidos, mas o que ressalta desses episódios de execração pública é a cortina de fumaça lançada para desviar o foco dos procedimentos mafiosos que têm emergido após as declarações do Deputado Roberto Jefferson. Cômodos escândalos que não atingem o Governo e o PT resguardam o Presidente da República e lhe permitem bater no peito e dizer: “Sou de todos os Presidentes, o que mais combate a corrupção. Só falta se trazer de volta o juiz Lalau, Sérgio Naya, os donos da Daslu e, quem sabe, até Pinochet, porque o furacão katrina já rendeu seu efeito. Enquanto isso, os muitos acusados de crimes de corrupção seguem impunes.

Todos esses episódios levam a constatação de que o atual Governo, além de oferecer o maior espetáculo de corrupção de toda nossa história, é também o que melhor utilizou a farsa, a mentira, a simulação, a propaganda enganosa para se manter no poder. E se mantém por meio da fé inabalável de muitos no mito Lula e no estado de corrupção a que se chegou nos Poderes constituídos. São esses os únicos fatores que podem explicar a convivência com as ocorrências que já teriam derrubado quaisquer outros Presidentes da República.

No mais, entre Quixotes...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço o nome Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É bem simples. O Presidente foi fazer lá fora uma mistura de “firinfim” com corneteação. Segundo Houaiss e Aurélio, “firinfim” e corneteação são trombetear alguém algo que não vale a não ser para proveito próprio e também para fugir da crise. Então é o Presidente do “firinfim”, da corneteação e da fuga às suas responsabilidades.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Continua a articulista Maria Lucia Victor Barbosa:

No mais, entre Quixotes e Sanchos Panças, termino citando Jean-François Revel em seu prefácio à obra magistral de Carlos Rangel, **Do bom selvagem**

ao bom revolucionário: ‘A história da América Latina prolonga a contradição que lhe deu origem. Oscila entre as falsas revoluções e a ditaduras anárquicas, a corrupção e a miséria, a ineficácia e o nacionalismo exacerbado.’”

Peço, Sr^a Presidente, que considere lido todo o artigo da socióloga londrinense.

E, ao concluir, mais uma vez solicito à Mesa que inclua para deliberação o requerimento que apresentei há poucos dias e foi retirado de pauta, no qual peço ao Tribunal de Contas da União auditoria relativamente aos empréstimos efetuados pelo BNDES para obras no exterior. A exemplo do que anunciou o Presidente da República no Peru recentemente, há empréstimos já concedidos para a construção do metrô em Caracas, na Venezuela; ponte no mesmo país; estradas no Paraguai; aquisição de frigorífico na Argentina, por intermédio do Friboi.

Por essa razão, estamos solicitando auditoria ao Tribunal de Contas da União para investigar os procedimentos adotados na aprovação desses empréstimos, e da mesma forma, Sr^a Presidente, o envio imediato do requerimento, com parecer já favorável do Senador Tião Viana, ao Ministro Furlan, com indagações relativamente a esses empréstimos concedidos pelo BNDES.

Como ainda me resta algum tempo, concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, é que seu discurso me traz à lembrança o que li nos jornais de ontem e de hoje no sentido de que as grandes empresas do Brasil, hoje, para poderem sobreviver, estão atuando no exterior, Senador Alvaro Dias. Aqui não há obras públicas; aqui as estradas estão intransitáveis; aqui não há recursos para saneamento básico; aqui há contingenciamento do Orçamento diante dessa balbúrdia que aí se encontra. O processo, envolto em uma cortina de fumaça, e as grandes empresas atuando no exterior porque não têm obras para fazer aqui no Brasil. Isso significa que o Brasil está parado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É verdade, Senador Ramez Tebet. Por essa razão, o meu apelo às lideranças partidárias para que submetam à votação esse requerimento. É evidente, não é muito, é quase nada! Mas, pelo menos, estaremos dando satisfação à opinião pública, relativamente a esses procedimentos do Governo e, com os quais, não concordamos e queremos o esclarecimento definitivo a respeito.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SANCHO PANÇA NO PERU

MARIA LUCIA VICTOR BARBOSA

Os que viajam por meios terrestres sabem que nossas estradas vão se tornando intransitáveis. Mesmo assim, o presidente Luiz Inácio, que prefere ver os problemas de seu governo do alto e de longe, rumou para Puerto Maldonado, no Peru, para o “inaugurar” (dia destes o presidente inaugurou até uma semana da cidadania em Belo Horizonte) a pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que será custeada quase que inteiramente por nós, contribuintes, pois dos US\$ 891 milhões que custará a obra o BNDES vai emprestar (doar?) US\$ 700,00 milhões.

Naquela ocasião o presidente da República, certamente aliviado por estar momentaneamente longe da interminável sucessão dos escândalos que maculam seu governo e detonam seu partido, comparou-se dessa vez a Simon Bolívar, ao Barão do Rio Branco e a Euclides da Cunha, “grandes defensores da integração latino-americana”. Ainda falta o presidente se comparar

a Napoleão Bonaparte, coisa que poderá fazer em Paris onde, certamente, ainda retorna para desfrutar do turismo político que lhe é tão caro. Como ele mesmo disse certa vez, e creio que sobre isso todos concordam: “viajar é gostoso”.

Em Puerto Maldonado o presidente Luiz Inácio foi entusiasticamente aplaudido por 600 militantes do PT e do PC do B, devidamente contratados por seus respectivos partidos. Tal prática faz lembrar o PRI mexicano e tem sido levada a efeito nas intermináveis inaugurações que sua excelência faz em solo pátrio, por conta de sua campanha de reeleição. A presença da festiva comitiva explicaria a foto publicada pelo O Estado

de S. Paulo (09/09/2005), na qual uma moça cumprimenta o presidente. Era muito branca e trajava uma espécie de fantasia de índia, que em nada lembrava as vestes das nativas peruanas. Figurante é assim mesmo.

Em meio ao entusiasmo dos militantes, certamente felizes com a viagem ganha, Luiz Inácio ouviu do presidente peruano, Alejandro Toledo, um estranho elogio. Segundo o jornal acima citado, Toledo, atribuindo-se o papel do Don Quixote, relegou o colega brasileiro ao papel de Sancho Pança, o fiel escudeiro do cavaleiro da triste figura: “Eles ladram, Sancho, porque estamos construindo *carreteras*” (estradas). Fica a dúvida se o presidente peruano se inspirou na silhueta do nosso mandatário ou na fidelidade do mesmo que lhe está dando um régio presente de milhões de dólares.

Recorde-se que Toledo tem 8% de popularidade e é acusado de corrupção e associação ilícita. Presente também em Puerto Maldonado, o presidente da Bolívia, Eduardo Rodrigues, cujo governo não vai nada bem.

Enquanto o presidente viaja, aqui prosseguem os esforços para atenuar a crise. A prisão espetacular de Maluf (ex-aliado de Marta Favre no segundo turno das eleições municipais) e de seu filho, devidamente algemado, desafoga a alma nacional sedenta por ética e punição.

Ao mesmo tempo, o inevitável pedido de cassação do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, por seus ex-leitores parlamentares, tem ocupado noticiários e distraído as atenções. Irmanados, partidos de oposição e PT deliberam sobre quem melhor servirá aos interesses do presidente mais blindado de toda a história: se um deputado do próprio PT ou da chamada oposição, que costuma ser tão ou mais fiel do que os petistas, com honrosas exceções de alguns deputados e senadores do PSDB e do PFL.

Claro que se Maluf e Severino são culpados devem ser punidos, mas o que ressalta desses episódios de execração pública é a cortina de fumaça lançada para desviar o foco dos procedimentos mafiosos que têm emergido após as declarações do deputado Roberto Jefferson. Cômodos escândalos que não atingem o governo e o PT resguardam o presidente da República e lhe permitem bater no peito e dizer: “sou de todos os presidentes, o que mais combate a corrupção. Só falta se trazer de volta o juiz Lalau, Sérgio Naya, os donos da Dalu e, quem sabe, até Pinochet, porque o furacão katrina já rendeu seu efeito. Enquanto isso, os muitos acusados de crimes de corrupção seguem impunes.

Todos esses episódios levam a constatação de que atual governo, além de oferecer o maior espetáculo de corrupção de toda nossa história, é também o que melhor utilizou a farsa, a mentira, a simulação, a propaganda enganosa para se manter no poder. E se mantém por meio da fé inabalável de muitos no mito Lula e no estado de corrupção a que se chegou nos Poderes constituídos. São esses os únicos fatores que podem explicar a conivência com as ocorrências que já teriam derrubado quaisquer outros presidentes da República.

No mais, entre Quixotes e Sanchos Panças termino citando Jean-François Revel em seu prefácio à obra magistral de Carlos Rangel, “Do bom selvagem ao bom revolucionário”: “A história da América Latina prolonga a contradição que lhe deu origem. Oscila entre as falsas revoluções e a ditaduras anárquicas, a corrupção e a miséria, a ineficácia e o nacionalismo exacerbado”.

Maria Lucia Victor Barbosa é socióloga.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, o requerimento será encaminhado ao Presidente do Senado e a solicitação de registro nos Anais será atendida na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero encaminhar a V. Exª um requerimento, de acordo com os termos do Regimento Interno, de apresentação de voto de lembrança da figura do Presidente Kubitschek que faria, no dia de hoje, 103 anos.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Mesa aguarda o recebimento do requerimento para leitura.

Concedo a palavra, pela inscrição...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Srª Presidenta, encaminho à Mesa um pronunciamento para ser publicado nos Anais da Casa, no qual explico porque a viagem do Presidente se resume à corneteação e “firinfim”, além de fugir dos escopos fundamentais do Brasil, que são a apuração das responsabilidades do seu Governo nessa crise de corrupção que nos enlameia a todos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Sr. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Mil e uma noites”, do ex-Ministro Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 11 de setembro do corrente.

O ex-Ministro mostra, em seu artigo, que o desempenho da economia é a principal base de sustentação do atual governo. Mostra, também, que são três as razões principais desse desempenho: “Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não menos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como segundo assunto, eu gostaria de dizer que o Brasil é sempre apontado como maior do que o chamado fundo do poço. É impressionante a capacidade que o País vem demonstrando desde o início de 2003, ao resistir aos desatinos e desencontros de uma triste presença no Governo da República: a presença do PT, com seu hoje desmoralizado e já irrecuperável Governo.

O Brasil parece ser verdadeiro, chegou muito perto desse imaginário fundo do poço. E só chegou perto, porque foi empurrado pelas ações e tentativas de um grupo que em tudo se assemelha a uma quadrilha que vinha jogando tudo pelo poder. O poder pelo poder. Um plano sinistro desses que só se via em filmes do gênero Alcapone. A sorte é que todos eles, do grupo do Poder, foram pilhados em flagrante e aí está a Nação às voltas com a bandeira enlameada de corrupção.

Deu no que deu. O fundo do poço se ampliou e quem nele caiu foram o PT e a autoridade do Presidente que mais parece representar apenas um partido e não representa o País, que eles dizem ser de todos. E fazem de tudo contra o povo.

Quando um Presidente perde o respeito da Nação, o seu fim, o fim dele, Presidente, pode até não ocorrer antes do prazo, mas sua presença assume feição puramente de fachada.

Mesmo nos períodos mais duros deste País, como os tempos da ditadura militar, nunca, nunca mesmo, um Presidente se mostrou tão irresponsável e leviano.

Houve um Presidente que disse preferir o cheiro de cavalo a cheiro de povo. Nem mesmo com essa estranha opção ele perdeu o respeito dos brasileiros.

Antes, há mais de meio século, um outro chegou ao poder como ditador, foi, após, aclamado e ainda hoje, mesmo inscrito na galeria da ditadura, é lembrado com certa reverência. Manteve sua autoridade.

Depois, já na atual era, consolidada por um Governo sério, de dois mandatos, chegou um que o seu partido, o PT, apontava como o salvador da Pátria.

Com essas bandeiras, improvisadas, sem base, sem planejamento, ele passou a entoar loas, dizendo que acabaria com a fome, adjetivada de fome zero. E logo descobrimos que tal programinha Zero de combate à fome permaneceu mesmo como substantivo, só que abstrato.

Abstrato só não foi o gozo do Poder, para ele e os que o Planalto, dos tempos da Dirceulândia, espalhava pela máquina pública, de olho no dízimo que cada um destinava ao caixa 1000 do partido. Caixa 1000 com som de milhões.

Para ele, o Presidente Salvador da Pátria, nada abstrato. Tudo muito concreto, a começar pelo avião Aerolula de alto luxo, comprado por uma fortuninha, um dinheirão de fazer falta. E que, ademais, não serve de exemplo para a Nação cheia de problemas.

Sem grandeza e, à la Goebels, ele exagerou no marketing. Era só o que importava, até pela inexistência de qualquer programa efetivo de Governo. Desapareceram as obras, mas a propaganda se agigantou.

Em nome dessa propaganda de elevado preço, ele riscou o dístico brasileiro da Ordem e Progresso, jogou a própria bandeira no lixo e fez imperar em tudo, até nos impressos oficiais, a nazista frase Um país de todos. E aí ficamos sabendo que este não é o País, é um País. Pelo gosto petista, um país qualquer.

As loas do desacreditado Presidente seguem em marcha batida, como se tudo estivesse róseo. E fazem lembrar o tempo em que nos teatros português e espanhol dos sécs. XVI e XVII, havia uma introdução ou prólogo para a encenação de dramas e comédias. O objetivo era captar a simpatia e maior participação dos espectadores.

Hoje, esse prólogo são os discursos laudatórios, de auto elogio, em que ele faz a apologia de si mesmo e de seu malogrado Governo, para justificar, defender ou louvar o que pensa que faz, como Presidente, mas que, na verdade, não faz.

Na verdade, para falar sem meias palavras e lembrando Lima Barreto, estamos chegando ao triste fim desse policarpo quaresma petista.

Nos dois ou três últimos dias da semana passada, o Governo Lula mostrou que a maior riqueza e o proclamado talento do petismo continuam sendo as trapalhadas que começam do lado de lá da rua e terminam no bolso do povo brasileiro.

O quase desvanecido PT é uma grande orquestra, afinadíssima em trapalhadas, embustes e desconexão. E o maestro de tudo isso, infelizmente, é o Presidente que temos e que está fadado a entrar para a História como o Governo do Quatriênio Perdido.

O povo, desconsolado e aturdido, presenciou mais um blefe, o da falsa promessa de fazer a alíquota máxima do Imposto de Renda retornar aos 25 por cento. Um aviso eleiçoeiro e apressado, logo desnudado para se transformar na trapalhada da semana.

Não durou nem meio dia e logo correram os petistas, tentando reparar a trapalhada. Na frente de tudo, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Quê boa trapalhada essa, em que se embrenhou o Ministro Paulo Bernardo!.. Não honrou o Estado de que procede e que deu ao Brasil eminentes figuras, como o saudoso Senador Acioly Filho e o físico César Lates.

Sr. Presidente, só não digo que não dá para entender o que se passa porque o normal de tudo quanto diga respeito a PT é mesmo não se entender nada.

O Governo que aí está, cambaleante, inerte e quase fictício, vai entrando para o anedotário brasileiro, comprovando que sua autoridade realmente foi para o espaço.

Ainda ontem, convenci-me de que a melhor palavra para definir o Governo petista do Presidente Lula em tudo reflete a desilusão popular.

É uma palavra inventada pelo povo e, embora não acolhida nem pelo Aurélio nem pelo Houaiss, existe. Ao menos na etimologia popular: Firinfinfim.

O povo sabe das coisas.

A palavra é firinfinfim deve ter sido inventada com algum efeito onomatopéico, do mesmo jeito que forró, que teria criada na Cidade do Natal do Senador Agripino e baseada no inglês for all. Do mesmo jeito que as palavras reco-reco e tique-taque.

Firinfinfim existe, pois, e é usada para baticuns e corneteação. Muito barulho para nenhum resultado, a não ser em proveito próprio. Como no meio petista.

Cornetear é o que o Presidente vai fazer, a pretexto de vender etanol, na viagem do dia, hoje à Guatemala.

A fama do Presidente já ultrapassou as fronteiras do Brasil, segundo leio no **Estadão**:

A viagem de Lula não desperta o interesse da imprensa guatemalteca. Os principais diários da capital acompanham com mais atenção os preparativos da visita do presidente de Taiwan, Chen Shui-Bian, que deverá estar no país nos dias 22 e 23 deste mês. Os países da América Central querem fechar acordos comerciais com os asiáticos. A integração da América Latina é de interesse secundário no Caribe.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Segunda-feira, 12 de Setembro de 2005

Lula quer vender etanol para América Central Viagens deixam longe os problemas domésticos Na viagem de dois dias a Guatemala, presidente lança programa para incentivar investimentos brasileiros na região e participa de um fórum de combate à pobreza

Leonencio Nossa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca na tarde de hoje na Guatemala para encontros com empresários e chefes de Estado de oito países

da América Central e Caribe. Na visita de dois dias, ele apresenta o Programa de Incentivo a Investimentos Brasileiros na região (Pibac), participa de um fórum de combate à pobreza promovido pelas Nações Unidas e propõe um acordo de produção de etanol.

A viagem de Lula não desperta o interesse da imprensa guatemalteca. Os principais diários da capital acompanham com mais atenção os preparativos da visita do presidente de Taiwan, Chen Shui-Bian, que deverá estar no país nos dias 22 e 23 deste mês. Os países da América Central querem fechar acordos comerciais com os asiáticos. A integração da América Latina é de interesse secundário no Caribe.

O “Gigante Sul-Americano”, como o Brasil é lembrado, só desperta mesmo a atenção no futebol. Os jornais de ontem na Guatemala estampam fotos da derrota do Real Madrid no campeonato espanhol. Os brasileiros Ronaldo e Robinho participaram de um “baile”, segundo os diários. Já Lula recebe uma pequena citação em matéria sobre a visita de Shui-Bian no Prensa Libre, por exemplo.

Com uma população de 12 milhões de habitantes, a Guatemala não apresenta índices sociais e econômicos diferentes da maioria dos países latino-americanos. De dez guatemaltecos, quatro estão abaixo da linha de pobreza, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, divulgado no início deste ano.

Cerca de 40% das pessoas sobrevivem com US\$ 2 por dia, em média. A maioria dos pobres é descendente de índios. A miséria atinge quase 80% da população indígena.

Neste fim de semana, militantes de movimentos sociais levaram para o centro da capital, onde ocorre o encontro sobre pobreza, cartazes e faixas de protesto contra o presidente da Guatemala, Oscar Berger, anfitrião de Lula.

ALCA

O diretor do Departamento de Comércio do Itamaraty, Mário Vilalva, disse em entrevista, na última quinta-feira, que o objetivo do Pibac – o programa de incentivo a investimentos de empresas brasileiras na América Central e no Caribe – é compensar as inexpressivas cifras de importação de produtos desta região.

No ano passado, o Brasil exportou cerca de US\$ 1,45 bilhão e importou apenas US\$ 100 milhões. De janeiro a junho deste ano, a exportação brasileira para a área cresceu 36% em relação ao mesmo período do ano passado.

O governo brasileiro avalia, ainda, que a construção de fábricas brasileiras em países como Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras,

Nicarágua, Panamá e República Dominicana pode abrir uma ponte para o mercado norte-americano. As negociações para a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) sofreram um refluxo nos últimos anos. “Temos de buscar alternativas já que essa negociação está difícil”, afirmou Vilalva.

O governo cita a fabricante de cerveja Ambev, que investe na Guatemala, como exemplo de empresa que já exporta da América Central para os Estados Unidos.

LUVA: Prevista há meses, a viagem dele à Guatemala e aos EUA caiu como luva, na avaliação de assessores do Palácio do Planalto. Ao se reunir com o presidente guatemalteco, Óscar Berger, e visitar a sede das Nações Unidas, Lula não precisará de malabarismos para demonstrar neutralidade quando o presidente da Câmara e aliado, Severino Cavalcanti (PP-PE), tenta se manter no cargo. Também terá mais facilidade de se esquivar da denúncia de uso do fundo partidário do PT em passagens aéreas de parentes entre 2002 e 2003.

Por coincidência, Lula estava no Caribe em fevereiro, na Guiana, quando o candidato do governo Luiz Greenhalgh (PT-SP) foi derrotado por Severino. Recebeu críticas internas no PT e na base aliada por estar fora.

8-9-2005 – 14h51

Governo corrige texto e mantém alíquota máxima de IR em 27,5%.

PUBLICIDADE

Ana Paula Ribeiro
da **Folha Online**, em Brasília

Um erro de redação levou a idéia de que a alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física seria reduzida de 27,5% para 25%, segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento.

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional no dia 31 --dia em que o Orçamento de 2006 foi entregue--, o texto cita de forma bem clara que a alíquota voltará para 25% --a porcentagem era essa até 1997.

“Acrescente-se a essa medidas [de desoneração fiscal], a decisão do governo de não prorrogar a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda incidente sobre a maior faixa de rendimentos, que voltará a ser de 25%.”

Ainda hoje, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal do Brasil deverão divulgar uma nota conjunta assumindo o erro.

A alíquota de 27,5% é a maior da tabela e incide sobre quem tem rendimentos superiores a R\$ 2.619 -- já descontado a contribuição previdenciária. A lei que definiu a vigência desta alíquota vence no dia 31 de dezembro. Caso volte para os 25%, a perda para os cofres públicos será de R\$ 2,8 bilhões.

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que haverá uma nova correção da tabela do IR a partir de janeiro de 2006. Neste ano, a tabela sofreu um reajuste de 10%.

Kátia Brasil da **Agência Folha**, em Puerto Maldonado

Uma claqué de cerca de 600 pessoas, formada em sua maioria por militantes do PT, viajou 11 horas e 500 km de ônibus de Rio Branco, no Acre, até Puerto Maldonado, no sul do Peru, para aplaudir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento das obras de pavimentação da rodovia Interoceânica, que permitirá a ligação do Norte do Brasil ao oceano Pacífico.

Alguns manifestantes disseram ter sido mobilizados por prefeituras petistas no Acre, como as de Brasília e Xapuri, que deram ponto facultativo aos funcionários públicos que fizeram a viagem.

Os organizadores da viagem cujo pior trecho é a estrada de terra cheia de atoleiros, no Peru divergiram em relação a seu financiamento e custo. O governador do Acre, Jorge Viana (PT), que foi ao Peru no carro oficial, afirmou que sua administração não pagou a alimentação nem os 14 veículos, incluindo seis ônibus, contratados para a viagem. "Quem pagou os ônibus foram várias pessoas do Acre, empresários, entidades, associações que se juntaram e pagaram", disse.

Petistas ouvidos pela **Folha** disseram que foram convidados pelo governo do Acre a fazer a viagem, com todas as despesas pagas. A maioria saiu de Rio Branco por volta das 23h de ontem e chegou em Puerto Maldonado às 9h (11h em Brasília).

Eles só viram o presidente Lula duas horas mais tarde, depois que ele e os presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e o presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez, se deslocaram em carro aberto pelas ruas da cidade, sob os aplausos de transeuntes e estudantes da rede pública de ensino, para chegar no km 13 da rodovia Interoceânica.

O lugar era um descampado no meio da floresta, cercado por palmeiras amazônicas, no qual o governo peruano montou um palanque central para os presidentes falarem.

A claqué brasileira ficou aproximadamente 400 metros distante do palanque, cercada com fita de isolamento e por policiais e militares do Exército peruano. Entre as 5.000 pessoas presentes (segundo a Polícia

Nacional do Peru), os brasileiros gritavam o nome de Lula e palavras de ordem como "o Lula é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

Havia apenas uma bandeira do PT com os manifestantes. Outra bandeira vista entre a claqué era de militantes do PC do B. "Touxemos apenas 60 pessoas, com despesas pagas pelo partido", disse a deputada federal do PC do B Perpetua Almeida (AC).

Ana Carvalho de Oliveira, militante do PT em Brasília, afirmou que veio em um dos ônibus a convite de Viana. "Foi o governador [Jorge Viana] que nos convidou e apoiou a viagem. É um momento muito importante para nós para prestigiarmos o presidente Lula. Quem pagou [a viagem] foi o governo", disse.

O petista Francisco Lima disse que viajou no ônibus com mais 42 pessoas. "No ônibus havia vários funcionários públicos. Teve ponto facultativo por causa do Sete de Setembro e nós fomos convidados para participar do início das obras pelo governo do Estado do Acre. Ele [Jorge Viana] falou da importância da integração dos países. Nós não pagamos nada, tomamos até café da manhã", afirmou.

Um dos coordenadores da viagem, o petista Carlos Alberto de Araújo, disse que a administração de Viana pagou as 400 camisetas e cem bandeiras nas cores vermelha, amarela e verde, mas não a viagem. As bandeiras não tinham referência ao PT e ostentavam a mensagem: "Lula: integração Brasil-Peru. O Acre agradece".

A **Folha** apurou que o custo de uma viagem como a dos petistas não sairia por menos de R\$ 80 por uma pessoa, sem incluir o gasto com alimentação. Araújo disse que a viagem foi organizada pela Associação Comercial de Rio Branco, mas o presidente da instituição, Rubem Guerra, também negou. "Nósouxemos apenas um ônibus com empresários", disse Guerra.

José Eduardo Rondon
da **Agência Folha**

Um grupo de homens encapuzados destruiu na madrugada de ontem parte das instalações do prédio onde estão localizados o jornal **Diário de Marília** e duas rádios da cidade, 444 km a noroeste de São Paulo. Os veículos de comunicação integram a Central Marília Notícias. Um vigia da empresa chegou a ser agredido e mantido refém pelos criminosos.

Conforme o editor assistente do "Diário de Marília", Rogério Martinez, por volta das 2h30 uma mulher chegou à portaria do prédio pedindo ao vigia informações sobre a programação de uma das rádios da empresa.

Ao atender a mulher, o segurança Sérgio Araújo, único funcionário que estava no local na hora do

crime, foi rendido por três homens armados e encauzados.

Após ser dominado, Araújo foi amarrado e agredido com coronhadas de revólver por um dos integrantes do trio.

Enquanto o vigia permanecia refém, o grupo ateou fogo no estúdio das rádios Diário FM e Dirceu AM e em salas do setor administrativo da empresa. Parte do jornal também foi atingida pelas chamas.

“O segurança conseguiu, mesmo amarrado, fugir do prédio e chamar a polícia”, disse Martinez, que informou ainda que quatro galões com gasolina foram encontrados no interior do prédio. Um dos galões estava localizado ao lado da máquina rotativa do jornal, que não chegou a ser incendiada. O fogo foi controlado por volta das 4h.

CÂMERA

No prédio onde estão localizados o jornal e as rádios, de dois andares, há uma câmera de vídeo na portaria que pode ajudar a polícia a identificar os autores do suposto atentado. A fita com o conteúdo das filmagens foi requisitada pela polícia ontem.

Com uma tiragem diária em torno de 11 mil exemplares, o **Diário de Marília**, que pertence ao empresário Carlos Francisco Cardoso, tem 76 anos de existência e nunca havia sofrido um ataque semelhante em sua história.

Até o final da tarde de ontem, funcionários da empresa faziam um levantamento dos equipamentos que foram destruídos no incêndio criminoso. Martinez afirmou que “seria leviano apontar um nome ou nomes” de pessoas que possam ter mandado realizar o ato criminoso, mas disse que a ação foi em razão da “linha editorial crítica” do jornal.

O delegado-assistente da Delegacia Seccional de Marília, Fábio Pinha Alonso, afirmou que a polícia não havia identificado suspeitos do aparente atentado. “A única testemunha é o vigia e estamos trabalhando para levantar todas as informações sobre o caso”, afirmou Alonso.

ANJ

O presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), Nelson Sirotsky, condenou ontem, por meio de nota, o ataque à Central Marília Notícias.

“Revolta e preocupa que empresas de comunicação sejam atingidas pela violência e intolerância. Esse tipo de atentado se reveste de conotações terroristas que nos remetem aos piores momentos da nossa história, que todos acreditávamos superados”, informou a nota.

Sirotsky pede no documento que “sejam logo identificados os culpados, para posterior e exemplar punição”. “A liberdade de informar e ser informado é um bem maior da sociedade brasileira e não será cerceada por iniciativas criminosas e obscurantistas”, afirmou o presidente da ANJ.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 988, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja registrado nos Anais do Senado Federal um voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, na passagem desta data em que se completam 103 anos de seu nascimento, ao tempo em que solicito sejam comunicados seus familiares.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 989, DE 2005

Requer voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização do Passeio Ciclístico destinado a esclarecer a população acerca do referendo de outubro deste ano.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização, ontem, dia 11 de setembro de 2005, de passeio ciclístico a esclarecer a população daquela cidade-satélite acerca do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

Requeiro, também, que, deste voto de aplauso, seja cientificado o Comitê Pró-Desarmamento e, por intermédio de seu coordenador, Alírio Neto, a todos os que participaram do passeio ciclístico.

Justificação

A idéia de levar à população esclarecimentos acerca do significado do referendo sobre o desarmamento, foi muito bem lembrada na cidade satélite do Guará, no Distrito Federal. Com esse objetivo, ali se realizou um passeio ciclístico, que prestou relevante apoio à idéia da proibição do comércio de armas de fogo no Brasil.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 990, DE 2005

Requer voto de aplauso à jovem tenista brasiliense Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a uma esforçada atleta de apenas 11 anos, a brasiliense Thalita Rodrigues, que tem, na sua vida e no esporte, uma história de superação de deficiência física e de talento, tomando-se a 20ª colocada no **ranking** nacional de tênis, na categoria de 12 anos, e a terceira na Federação Brasiliense de Tênis.

Requeiro, também, que, deste voto de aplauso, seja cientificada a homenagem e a Federação Brasiliense de Tênis.

Justificação

Este requerimento pede um voto de aplauso a uma atleta juvenil de Brasília, muito mais do que pela sua posição de 20ª no **ranking** nacional de tênis e em terceiro na Federação Brasiliense de Tênis, pela sua história, profundamente humana, de superação e de talento. E a história da pequena Thalita Rodrigues, que nasceu sem o antebraço e a mão esquerdos e desenvolveu método pessoal para jogar tênis, adaptando essa modalidade de esporte a suas dificuldades físicas. Sem ter a mão esquerda, ela e seu pai, que é

treinador de tênis, fizeram pequenas mas fundamentais adaptações para a prática do esporte. Hoje, com o braço direito, Thalita dá os golpes de esquerda com tal força que chega a impressionar o pai. Aos nove anos, ela disputou a primeira competição, sagrando-se campeã do **Banana Bowl**. Numa temporada que se seguiu a essa disputa, venceu o Torneio Interfederações, foi vice-campeã brasileira e Campeã da Copa Fino, criada pelo medalhista olímpico Fernando Meligeni, de simples e duplas. Em 2005, ela já viajou muito, conquistando vitórias em Recife, no Master da Rota do Sul, como terceira colocada, semifinalista em Maceió e vice-campeã em Aracaju. Até o final do ano, deverá participar de provas em Goiânia, em Londrina e em São Paulo. Thalita é estudante da 4ª série do Ensino Fundamental e continua treinando na Associação dos Servidores do Banco Central, em Brasília. A emocionante história dessa jovem de Brasília, além de exemplo para outras pessoas, demonstra que, acima de tudo, vale muito mais a força de vontade humana. Thalita é duplamente vitoriosa; primeiro, venceu sua dificuldade física, para, tornar-se, como sempre sonhava, uma autêntica tenista, já detentora de vários títulos e que muito promete.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Tião Viana, por 15 minutos, sendo dez minutos mais cinco de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, é mesmo o Senador Tião Viana?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT.) – Desculpe-me, Senador Tião Viana, eu já havia anunciado o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª. Presidente, Senadora Serys Sihessarenko, era minha intenção fazer este discurso no dia 16 de setembro, quando da homenagem ao grande Lupicínio Rodrigues, lembrando os 91 anos de seu falecimento, mas como, no dia 16, Senadora, estarei na Bahia, participando de uma audiência pública sobre a questão racial, a convite do Senador Rodolpho Tourinho, faço hoje a homenagem ao grande Lupicínio Rodrigues, lembrando o seu nascimento que foi em 16 de setembro de 1914.

Como estarei na Bahia, debatendo o Estatuto da Igualdade Social, junto com o Relator, Senador

Rodolpho Tourinho, tenho certeza de que Lupicínio Rodrigues, que também tinha origem negra, apoiaria, se estivesse vivo, esse evento.

Aqui lembro, Sr^a Presidente, que Lupicínio Rodrigues é uma jóia inesquecível e inigualável do nosso samba. Nascido no Rio Grande do Sul, quarto filho de uma família de 21 irmãos, ele dizia sempre, em suas canções, que era fruto da felicidade, do amor de seus pais.

Lamentavelmente, Lupicínio morreu jovem, aos 60 anos. Digo jovem porque, no meu entendimento, a vida começa aos 50 anos.

Lupicínio já dava ares de boêmio aos 14 anos, quando compôs sua primeira música, “Carnaval”, e seu pai, preocupado com isso, resolveu retirá-lo da boemia e inscrevê-lo no Exército.

Não adiantou. Ele insistiu com o samba, e veio o grande sucesso com “Se Acaso Você Chegasse”. E lembra, quando chega no *chateau* e encontra a mulher que amou nos braços de um outro. Faço um resumo porque não vou cantar toda a música – a Senadora Ideli Salvatti é que faria isso muito bem –, eu apenas estou resumindo a história dele. Mas trago para este momento.

Quando cito essa história do abandono, do sentimento, da troca da amizade, trago um pouco para este momento. É um momento meio de frustração, de abandono, um pouco de chateação, como o momento político que estamos passando.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em seguida, Senador Arthur Virgílio.

Volto a Lupicínio Rodrigues, e deixo a análise política do momento para um outro dia. E gostaria de citar mais alguns fatos antes de conceder os apartes.

Quando perguntado, em entrevista ao **Pasquim**, sobre o fato de ser o maior compositor popular brasileiro e sempre ter vivido no Rio Grande do Sul, ele responde: “Graças a meu bom Deus, sempre vivi no Rio Grande do Sul. Foram os marinheiros que visitavam a minha terra, à época, que aprendiam as minhas músicas e a divulgavam pelo País, pelo nosso Brasil.”

O criador da dor-de-cotovelo, como era conhecido nosso grande Lupicínio, disse não saber por que o chamavam dessa forma. Sabia apenas que existia, conforme ele, dois tipos de dor-de-cotovelo: a estadual, que é a da noite em que se encontra um grande amor e depois fica a saudade; e a federal, dizia ele, é aquela que não se esquece nunca. É aquela que se guarda para o resto da vida.

Senador Arthur Virgílio, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, como poucos, consegue sair do formalismo frio da atividade parlamentar, para entrar nos detalhes da vida de seu povo. Eu tenho, desde a Câmara, acompanhado a sua preocupação com o negro. Alguém poderia dizer: “Ah, o Senador Paulo Paim se sente negro.” Mas V. Ex^a se preocupa com a mulher; preocupa-se com as minorias. Em outras palavras, faz uma atuação que é bastante moderna e próxima do pulsar das ruas. A respeito de Lupicínio, gostaria apenas de lembrar também uma música que foi repopularizada pelo Deputado Roberto Jefferson, nosso colega congressista da outra Casa, que é “Nervos de Aço”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu a cito aqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Cita?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou citá-la.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, não vou cantar. Já tive a oportunidade de cantar inclusive um trecho do querido “Lupi”, quando fiz uma homenagem ao Dia Nacional do Samba. Fiz referência aos sotaques regionais dessa grande manifestação cultural do povo brasileiro, que é o samba, e que veio e se firmou como uma das principais contribuições da cultura africana em nosso País. E relembro que, quando cantei o trecho do Lupicínio, eu disse que, por incrível que pudesse parecer, vinha exatamente do sotaque regional gaúcho um dos trechos de samba menos machista que eu conheço, como quando ele coloca: “Se acaso você chegasse, no meu *chateau* encontrasse...” Ou seja, vir exatamente de um compositor gaúcho a manifestação de deixar de lado, porque o sentimento é algo que aflora, é algo que vem, não pede licença quando chega. Parabéns por trazer à tribuna do Senado Federal – talvez os tempos de crise me tenham deixado menos suscetível a fazer isso –, a cultura brasileira, as manifestações artísticas de nosso povo, trazer nossos cantores, nossos compositores, todos os que representam a alma do povo brasileiro, que é sempre tão importante quanto trazer qualquer outro assunto. Gostaria de parabenizá-lo por estar homenageando a grande figura do cancionista popular brasileiro: nosso querido Lupi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Presenciei V. Ex^a cantando as músicas de Lupicínio e me senti contemplado com a forma como V. Ex^a descreveu, aqui, a caminhada do

grande Lupicínio, mas cantando. Estou apenas lendo aqui um pouco da história dele. Mas eu mesmo trago para o viés político esse debate.

Quando ele fala em estadual, falando do amor estadual, eu trago para o Rio Grande, e digo que estou muito sensibilizado pela forma carinhosa com que meu Estado tem nos tratado neste momento de crise política por que passa o País. Quando ele fala em federal, também nos preocupa muito a situação nacional. Está doendo muito, com certeza, em todo o povo brasileiro, a crise política por que passa o País.

Lembro aqui, Senador Arthur Virgílio, a música “Nervos de Aço”. Aliás, é preciso, efetivamente, no meio dessa crise, ter nervos de aço. Ela foi inspirada na mulata Iná, sua primeira namorada, que o deixou por pressão familiar, porque ele era boêmio. Ele quase morreu de dor de cotovelo quando a viu de braços dados com o marido. Eu diria que é um pouco esse o nosso sentimento ao ver hoje bandeiras históricas por nós sempre embaladas nos braços de outros.

Podemos citar músicas como “Vingança”, que conta a história, até hoje mal contada, de um bilhete que ele recebeu e que sua amada, uma moça chamada Carioca, teria escrito para outro. Depois, ela tentou em vão reconquistar Lupicínio. Mas a traição não ficou provada, e, por isso – trago de novo o viés político –, tenho preocupação com prejulgamentos, hoje e sempre.

Outro sucesso de Lupi foi “Maria Rosa”:

Vocês estão vendo aquela mulher de cabelos brancos,

Vestindo farrapos, calçando tamancos, pedindo nas portas pedaços de pão?

A conheci quando moça, era um anjo de formosa, Seu nome é Maria Rosa.

Essa é uma composição feita por Lupicínio que fala da pobreza da nossa gente, mas também de um dos grandes amores da sua vida.

Eu, que falo tanto dos excluídos, não poderia deixar de lembrar de Maria Rosa, simbolizando a situação do nosso povo tão sofrido.

E ainda há aquela outra música, Senador Tião Viana, “Esses Moços”, uma belíssima composição:

Esses moços, pobres moços,

Ah se soubessem o que eu sei.

Não amavam, não passavam aquilo que eu já passei

Por meus olhos, por meu sangue, tudo enfim,

É que eu peço a esses moços que acreditem em mim.

Se eles julgam que há um lindo futuro, só o amor nesta vida conduz.

Eu a achei tão bonita e, por isso, eu a li. Aqui Lupi falava aos moços, e tomo a liberdade de falar aos estudantes, aos jovens: peço que acreditem que é possível ser otimista, apesar do pessimismo que existe hoje.

As músicas de Lupicínio estão imortalizadas por intérpretes de diferentes gerações: Jamelão, que foi grande intérprete das músicas de Lupicínio e que levou ao Rio de Janeiro o samba gaúcho; Elza Soares; Caetano Veloso; Paulinho da Viola; Maria Bethânia; Adriana Calcanhoto; Arnaldo Antunes. Por aí segue a lista de grandes estrelas que emprestaram suas vozes às composições da estrela maior.

Um amante da boemia, um amante do amor, um gênio da música, uma estrela ímpar, esse foi Lupicínio Rodrigues. Será sempre ele o mestre das composições!

Entendo que Lupicínio Rodrigues conseguiu com a frase com que vou terminar o meu pronunciamento falar da igualdade, da liberdade e da justiça, no sentido de desmontar as desigualdades de classe. Enfim, ele diz que todos nós somos seres humanos e devemos ter o amor em primeiro lugar:

Em todo lugar que eu chego eu sou o mesmo Lupicínio.

Todo mundo fala comigo, todo mundo bebe, canta comigo, todo mundo convive comigo.

Gente de toda a classe, de todas as categorias.

Para mim, o mundo tem o mesmo tamanho e todos os homens têm o mesmo valor.

Lupicínio, fiz essa homenagem pelo seu aniversário, pois para mim você é eterno. Se possível, quero ainda cantar “Parabéns a você” daqui a nove anos, quando você completaria 100 anos.

Lupicínio Rodrigues é Brasil, ontem, hoje e sempre, orgulho nacional!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana, por sete minutos.

Em seguida, concederei a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao conhecimento do Plenário do Senado uma informação que julgo de grande importância: a expansão do ensino universitário brasileiro no Governo do Presidente Lula.

Todos somos testemunhas da agonia em que vive a universidade brasileira nesses últimos quinze anos. Desde os anos 90, a universidade passa por um sofrimento marcante, envolvendo todas as correntes de pensamento no acompanhamento do ensino superior

público no Brasil. O Governo do Presidente Lula tomou a decisão de recuperar a capacidade de expansão da universidade pública brasileira, associando tais medidas a ações cobertas de êxito, como, por exemplo, o ProUni, pelo qual mais de quatrocentas mil vagas estão sendo incorporadas ao ensino superior para jovens que não teriam condições de custear seus estudos em uma universidade particular.

Ao mesmo tempo, o foco de gestão está voltado também para a universidade pública, seja na atividade de recuperação de custeio, seja na atividade de investimento para a própria universidade pública. Em dois anos e meio de Governo, estão confirmadas nove universidades federais para o Brasil, sendo seis completamente novas e três consorciadas em atividades já preexistentes, como transformação de um modelo de ensino agregado em uma universidade própria.

Ressaltamos a Universidade do ABC, totalmente nova, e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, um modelo de transformação e adaptação, que teve, em 1954, o primeiro curso de Medicina voltado para o interior do Brasil, criado por Juscelino Kubitschek, numa demonstração de visão de governo a longo prazo.

Agora, nove universidades se consolidam como universidades federais. Isso representa muito para um País que, desde o início dos anos 90, não conseguia firmar universidades, por causa das dificuldades de suporte orçamentário, das dificuldades de custeio e das dificuldades de expansão dos seus cursos. Vale ressaltar que, em pouco mais de dois anos e meio, o nosso Governo conseguiu a recuperação de custeio da ordem de 80%. Isso é muito, numa fase de dificuldade orçamentária, de ajuste da política macroeconômica, de estabilidade da moeda, de controle inflacionário.

Vale ressaltar também a sensibilidade que tiveram os Ministros da Educação deste Governo em consolidar 36 novos **campi** universitários, entre os quais está a Universidade da Floresta, um marco inovador no conceito de universidade para a Amazônia, situada no extremo oeste do Brasil, em plena Amazônia ocidental, no Município de Cruzeiro do Sul, no meu Estado do Acre, que congrega Municípios dos Estados do Acre e do Amazonas, como Guajará, Humaitá e outros. Já no próximo ano, com a conclusão da primeira etapa, haverá a incorporação de 1,6 mil novos jovens universitários e vagas para 30 professores.

A Universidade do ABC paulista será consolidada como universidade federal, em uma área densamente povoada. Quando for instalada, 20 mil estudantes começarão a ocupar os seus espaços, 2,5 mil professores farão cursos de pós-graduação em nível de mestrado e mil farão curso de pós-graduação em nível de douto-

rado. Haverá também a consolidação de 600 vagas de docentes para a Universidade Federal do ABC.

Esses são motivos que nos trazem alegria efetiva e o reconhecimento ao esforço do Ministério da Educação.

Quando esse debate é feito de maneira mais crítica, pode-se dizer: “Mas há um esquecimento, há um distanciamento lamentável do ensino básico brasileiro”. Para isso, temos resposta também: o Ministro da Educação reafirma, com toda a clareza, o envio do Projeto do Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que está na Câmara dos Deputados, numa demonstração de que estamos fazendo um esforço gigantesco para recuperar a universidade federal, o ensino superior, o terceiro grau, e, ao mesmo tempo, estamos voltados, sim, para os desafios de recuperação da educação no que diz respeito ao ensino básico. Isso não é fácil.

Vale ressaltar a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, com o componente socioambiental efetivo, por meio do qual sete Municípios serão contemplados com um **campus** dividido, que será ocupado progressivamente, para atender à perspectiva daquela região do Nordeste brasileiro, no Estado da Bahia. É um braço efetivo da Universidade Federal da Bahia, vinculada à Universidade de Ciências Agrárias.

Com isso, o Governo está dando uma resposta à sociedade, ao salientar a responsabilidade e a importância da universidade federal neste País, como farol da sociedade na formação de jovens que se tornem dirigentes no futuro. Estamos falando de milhares de vagas para jovens universitários.

É evidente que as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, pronunciadas na semana passada, têm de ser lembradas, sim, e de forma aberta. Um projeto de reforma universitária não pode ser feito entre quatro paredes, no gabinete de alguém. Ele tem de chegar ao Congresso Nacional, passar pelas instâncias do grande debate, ir às audiências públicas e enfrentar todo o processo de aperfeiçoamento crítico que a Oposição tem o direito de fazer, pelo seu enfoque natural, de acordo com a sua concepção de ensino universitário.

Que estejamos desprendidos para esse debate e para o aperfeiçoamento. O que importa é que, em relação à reforma do ensino fundamental, o Fundeb já chegou à Câmara dos Deputados; e o projeto de lei referente à reforma universitária já saiu do MEC, está na Casa Civil e chegará ao Congresso Nacional.

Falo, com muita alegria, que estamos trabalhando com muita responsabilidade no que diz respeito ao ensino superior.

Eu não poderia deixar de comentar, com muita satisfação, o que significa a implantação desse **campus** no extremo oeste do Brasil, lá na Amazônia Ocidental. São trinta vagas para professores e mil e seiscentas para jovens que não tinham perspectivas de consolidar o seu futuro, e agora terão, com a implantação da chamada Universidade da Floresta.

Quero, também, fazer uma justa homenagem ao Deputado Federal Henrique Afonso, do Partido dos Trabalhadores do Acre. S. Ex^a foi um verdadeiro missionário, empunhando a bandeira da sua juventude, da população do Vale do Juruá, no meu Estado, tentando fazer com que a ampliação dos horizontes

dos jovens universitários fosse concretizada naquela região do Estado.

Com este registro, faço um reconhecimento público ao Ministério da Educação, ao Ministro Haddad e aos Ministros que o antecederam, Tarso Genro e Cristovam Buarque, pela expansão e recuperação do ensino universitário.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Tarso Genro

Secretário Executivo
Fernando Haddad

Secretário de Educação Superior
Nelson Maculan



O sistema educacional brasileiro deve ser um dos mais importantes instrumentos da promoção do desenvolvimento com igualdade em nosso País.

A expansão das instituições federais de educação superior (Ifes) constitui uma das principais metas do Ministério da Educação. Reconhecendo o papel estratégico das universidades – em especial as do setor público – para o desenvolvimento econômico e social, o governo federal adotou uma série de medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público.

Desde 2003 têm sido feitos investimentos sistemáticos, com aumento de recursos para custeio das instituições federais, recomposição do quadro de professores e implantação de quadro de carreira para servidores técnico-administrativos.

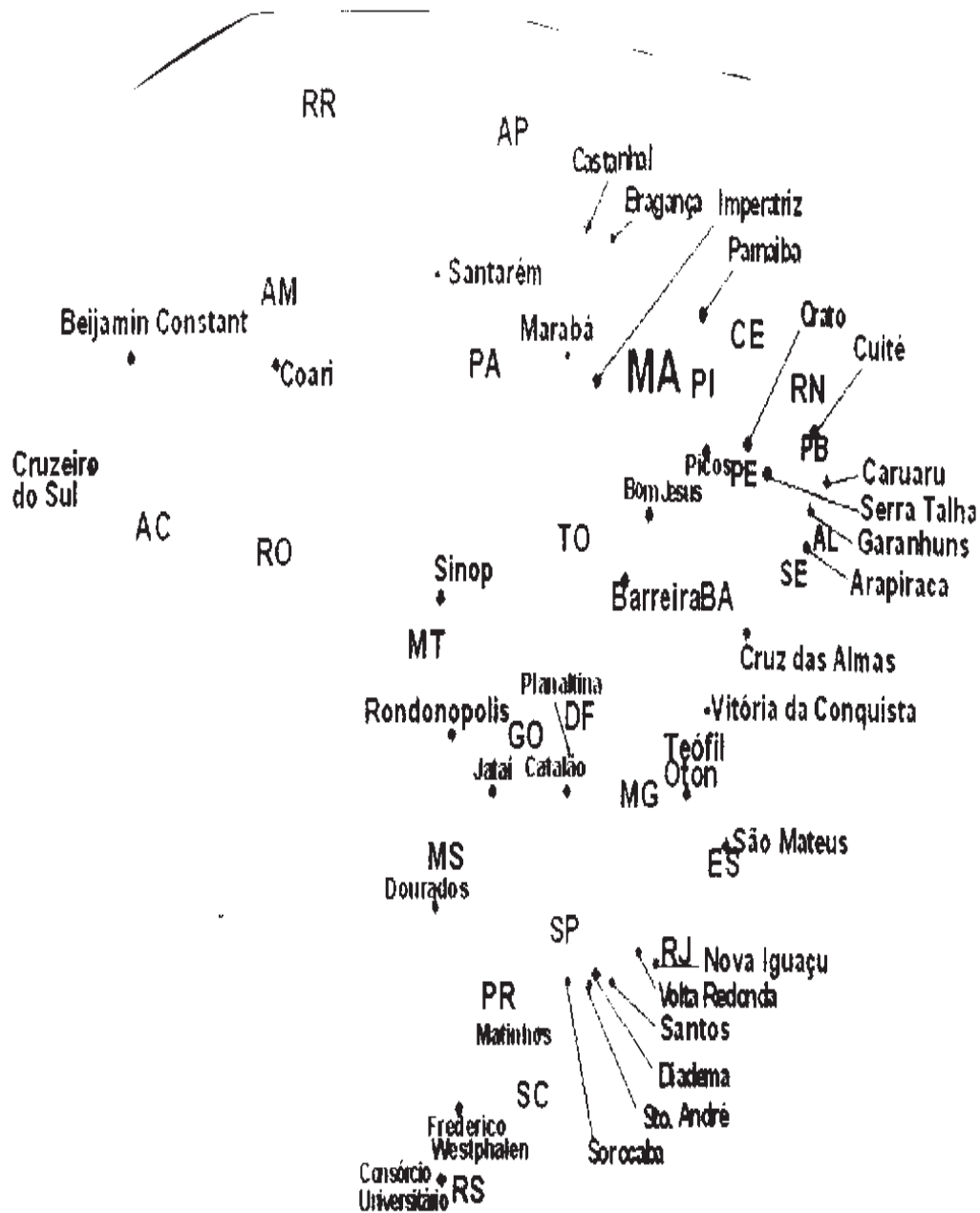
Além de melhorar as condições das Ifes existentes, estão sendo investidos recursos para criação de novas instituições, na expectativa de estender o manto de influência das universidades federais a todo o País. A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, ao lado das necessidades e vocações econômica da região. Novas universidades e novos campi estão sendo criados para alavancar a produção do conhecimento e a qualidade de vida nas diversas regiões.

Dentro dessa proposta de expansão da educação superior pública, estão sendo criadas nove universidades federais – algumas totalmente novas,

Excelência na Expansão

como a UFABC, outras por desmembramento de duas instituições e outras ainda por transformação de faculdades isoladas em universidades.

Além das novas universidades, o Ministério da Educação está criando ou consolidando 36 campi, possibilitando o acesso à educação superior pública a um número muito maior de brasileiros e ampliando a influência benéfica da universidade em todos os estados.



Novas Universidades

UM SALTO

Estão em diferentes fases de implantação nove universidades federais.

A Universidade Federal do ABC vem atender a antiga reivindicação de amplos setores da região. Trata-se de uma zona densamente povoada que, no entanto, possui reduzida presença de instituições públicas de ensino superior.

As universidades federais da Grande Dourados e do Recôncavo Baiano nascem de desmembramentos. A primeira tem sua origem a partir do campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, a segunda, a partir da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia.

Seis novas universidades estão sendo criadas a partir da transformação de faculdades isoladas ou integradas. Três delas já tiveram seus projetos de lei aprovados pelo Senado, após aprovação pela Câmara dos Deputados. São elas: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Semi-Árido e Universidade Federal de Alfenas.

A criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri será votada pelo Senado e o projeto de lei que cria a Universidade Federal Tecnológica do Paraná está tramitando na Câmara dos Deputados. A criação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre está agendada para o próximo ano.

QUALITATIVO

Também foram destinados recursos a duas outras universidades federais: a do Vale do São Francisco e a do Tocantins, permitindo sua implantação efetiva.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) é uma das primeiras universidades federais do Brasil a ser inaugurada no século XXI. Dessa forma, nasce com forte potencial para a inovação e a diversificação, sem os vícios e as mazelas das máquinas burocráticas. Assim, propõe uma estrutura que conjuga flexibilidade acadêmica e curricular com altos padrões de qualidade.

Além de atividades de ensino, a nova universidade terá por objetivo desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A universidade nasce com a missão de formar profissionais de elevada qualificação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional: ciências naturais, matemática e computação e tecnologia – esta, englobando sete engenharias. Serão oferecidos cursos de formação de professores para o ensino médio nas áreas de física, química, biologia, matemática e ciências da computação.

Cerca de mil alunos deverão ser atendidos no primeiro ano de funcionamento. Quando a instituição estiver plenamente instalada, atenderá 20 mil estudantes de graduação, 2.500 de mestrado e 1.000 em programas de doutorado. Seu quadro docente será formado por 600 professores e contará, ainda, com mil monitores bolsistas.

UFABC • Universidade Federal do

ABC - Preparando o Pa

para uma nova era

O campus será instalado em Santo André, em um terreno de 70 mil metros quadrados.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) chega para beneficiar uma área em acelerada expansão econômica, na segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul. A região da Grande Dourados caracteriza-se pelo elevado índice de produção agropecuária direcionada à exportação, o que decorre de seus solos férteis e clima propício.

A UFGD tem como uma de suas principais diretrizes a responsabilidade social, procurando contribuir para a busca de soluções de desenvolvimento sustentável, com forte ênfase no ensino e pesquisa voltados para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Serão criados 26 novos cursos de graduação, um de especialização, três de mestrado e três doutorados, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar o hospital universitário. Os cursos de graduação e pós-graduação a serem implantados de imediato na universidade são engenharia de alimentos, odontologia, psicologia, recursos florestais e engenharia florestal, zootecnia, ciências sociais, educação física, matemática, geografia, letras, pedagogia, biologia e história.

O quadro de pessoal previsto para a universidade, quando de sua completa implantação, compõe-se de 480 docentes, 96 médicos, 281 funcionários administrativos

UFGD • Universidade Federal da

Grande Dourados - Exp

são econômica

de nível superior, 534 funcionários administrativos de nível médio e 220 funcionários de nível de apoio.

A criação da UFRB atenderá à demanda de uma região que se configurou com economia e cultura próprias. A instituição está sendo criada a partir do desmembramento da Escola de Agronomia de Cruz das Almas da Universidade Federal da Bahia. A universidade oferecerá cursos de graduação na área de agronomia, zootecnia e engenharia florestal e contará também com programa de pós graduação em desenvolvimento rural sustentável.

O modelo desenhado para a nova universidade visa explorar o potencial socioambiental do Recôncavo. Sua implantação será feita de forma modular nos municípios de Cruz das Almas (sede), Amargosa, Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e Valença.

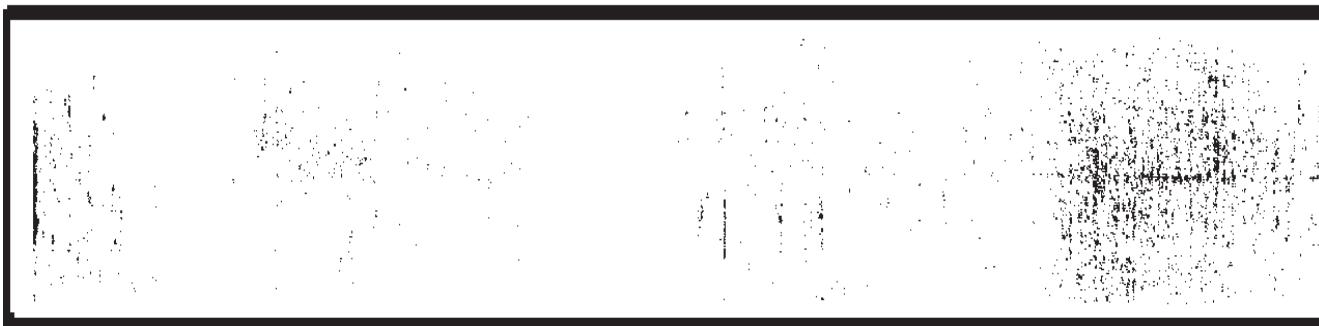
UFRB • Universidade Federal do
Recôncavo Baiano - O
encial sócio-ambiental

Em 27 de abril de 1953, sob inspiração do então governador Juscelino Kubitschek, foi fundada a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro por um grupo composto por 16 médicos, um professor e um advogado. O sonho de criar a instituição era mais forte que as divergências políticas, visto que o grupo era formado por lideranças de vários partidos.

Essa sociedade recebeu do governo do estado um título de dívida pública e o prédio da penitenciária de Uberaba para tornar-se a sede da faculdade, que inicialmente era privada. No dia 28 de abril de 1954, o governador JK ministrou a aula inaugural da instituição. Estava criado, assim, o 21º curso de medicina do País.

Pouco antes da conclusão da primeira turma, alunos e professores queriam mudar a aparência do local para as solenidades de formatura e puseram a mão na massa: reformaram, eles mesmos, como pedreiros, a fachada do prédio. A primeira turma formou-se em janeiro de 1960. Em dezembro desse mesmo ano, JK, então na Presidência da República, assinou a federalização da faculdade. Foi a realização do primeiro sonho da comunidade. O segundo se realiza agora, mais de 45 anos depois: a transformação da Faculdade de Medicina em Universidade.

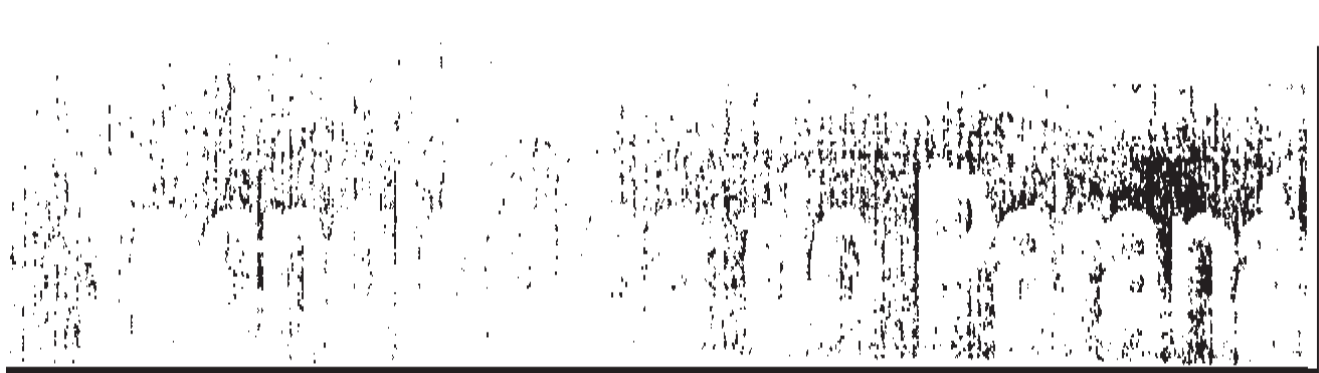
A Universidade Federal do Triângulo Mineiro terá cursos, prioritamente, na área de saúde. Além dos atuais



medicina, enfermagem e biomedicina, serão implantados cursos de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, educação física e nutrição. Oferecerá ainda um curso na área de humanidades (psicologia) e um na área de letras.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná irá se tornar Universidade Tecnológica, a primeira do País e a segunda federal do estado. Entre as vantagens da transformação, estão o aumento da autonomia, a facilidade para abrir cursos e maior acesso a órgãos de apoio à pesquisa.

Criada em 1909 como Escolas de Aprendizes Artífices, a instituição oferece atualmente cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cerca de 12.500 alunos regulares, 1.300 docentes e 560 técnicos-administrativos estão distribuídos em unidades



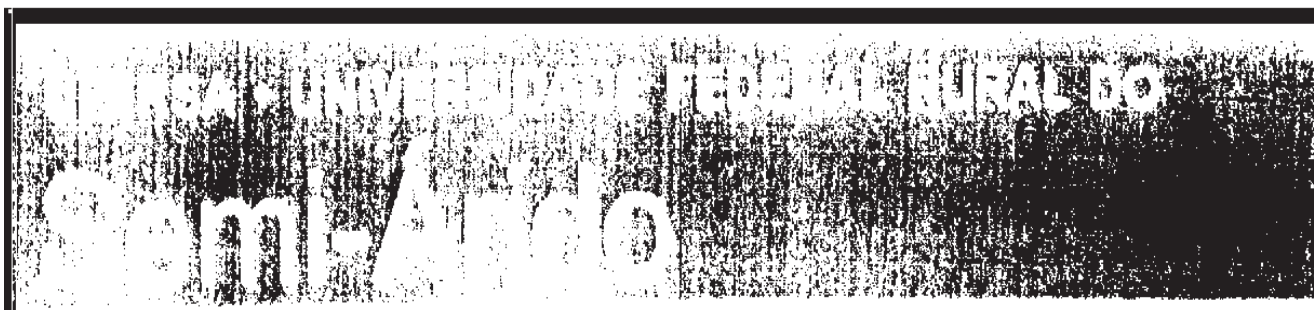
localizadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco/Dois Vizinhos e Cornélio Procópio. A universidade desenvolve atividade de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) será criada a partir da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, no Rio Grande do Norte, entre a capital do estado, Natal, e a capital do Ceará, Fortaleza. A Universidade funcionará em um terreno de 1500 hectares com 72 mil metros quadrados de área construída.

Primeira instituição dirigida à região do semi-árido nordestino, a Ufersa será totalmente voltada para a área de ciências agrárias. A economia local está baseada no agronegócio, com destaque para a fruticultura, inclusive de exportação. Além de alavancar toda a economia da região, a criação da Ufersa constituirá um grande vetor da inclusão social, na medida em que ampliará as oportunidades de formação para os alunos do interior.

A instituição oferecerá cursos de graduação e pós-graduação em agronegócios, engenharia agrícola, licenciatura plena em ciências agrárias e doutorado em agronomia; mestrado em ciências veterinárias com áreas de concentração em produção animal e sanidade animal; mestrado em irrigação e especialização em carcinicultura.

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró já oferece os cursos de zootecnia, engenharia agrícola, agronomia e medicina veterinária, com concentração



em produção animal e sanidade animal. A Ufersa iniciará suas atividades no 1º semestre de 2006, com os cursos de administração em agronegócios e engenharia de pesca, além de pós-graduação nos cursos de engenharia agrícola e ciências e mestrado e doutorado em agronomia com concentração em fitotecnia.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri será criada a partir da transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid).

Os municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no norte de Minas Gerais, caracterizam-se por um baixo índice de desenvolvimento humano. Ocupando cerca de 33% do território mineiro, essa região caracteriza-se por reduzida presença de instituições públicas de ensino superior.

Atualmente, a Fafeid possui cerca de 1.400 alunos divididos entre seus dois departamentos: o de Ciências Agrárias, que oferece os cursos de agronomia, engenharia florestal e zootecnia; e o de Ciências da Saúde, com os cursos de Enfermagem, Farmácia Bioquímica, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia. O programa de pós-graduação inclui especialização e mestrado nas áreas de análises clínicas e análises industriais.

Com a transformação da instituição em universidade, serão criados novos cursos e haverá acréscimo de 390 vagas anuais. Inicialmente serão implantados cursos de licenciatura em física, química, ciências biológicas e educação física e de bacharelado em engenharia hídrica, sistemas da informação e turismo. Todos os cursos a serem criados foram escolhidos com



base nas necessidades da região e respeitando as vocações locais.

A UFVJM deverá oferecer, ainda, cursos de pós-graduação em odontologia, meio ambiente e saúde.

A transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL - MG) representa a concretização de um projeto elaborado por toda a comunidade acadêmica da Instituição.

A Efoa foi criada em 1914, com os cursos de Farmácia e Odontologia, tendo sido federalizada em 1960. Hoje, conta com seis cursos de graduação, onze de especialização e um de mestrado.

Com longa tradição no ensino, tem sido responsável pela formação de várias gerações de profissionais e reconhecida nacionalmente pela qualidade do ensino ministrado. A mesma qualidade se manifesta

também na pesquisa e na extensão.

O processo de transformação em Universidade Federal de Alfenas representa uma conquista grandiosa para Alfenas e para todo o estado. A expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação ampliará a oferta de vagas para os estudantes, implicará em novas contratações de docentes e técnico-administrativos.

A Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre será transformada em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Atualmente, a instituição é uma escola médica isolada, de alto nível técnico-científico, que oferece três cursos de graduação – medicina, biomedicina e nutrição – com ingresso anual de 140 estudantes e, no momento, com 583 alunos. Oferece ainda três cursos de mestrado e um de doutorado, além de 15 cursos de especialização e 24 programas de residência médica, com cerca de 200 residentes. A instituição conta com 15 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Com a transformação da instituição em universidade, além da ampliação de sua autonomia, serão criados novos cursos de graduação, inicialmente em enfermagem, fisioterapia e fonoaudiologia.

Este projeto está em fase de elaboração no MEC e, após sua conclusão, seguirá para o Ministério do Planejamento, que analisa sua viabilidade orçamentária e, sendo aprovado, o projeto segue para a Casa Civil, que o encaminha para o Congresso Nacional.

A criação desta universidade é um dos itens da segunda fase do plano de expansão da educação superior pública. Assim, será efetivado apenas em 2006.

Embora a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco tenha sido criada em 27 de junho de 2002, somente no atual governo teve início sua implantação efetiva.

A Univasf tem duas sedes, uma de cada lado do São Francisco: uma em Petrolina, em Pernambuco, outra em Juazeiro, na Bahia. Tem, ainda, um campus universitário na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Atualmente, a instituição oferece 11 cursos de graduação: administração, enfermagem, medicina, psicologia e zootecnia em Petrolina e engenharia agrícola e ambiental, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica e engenharia de produção em Juazeiro.

Em São Raimundo Nonato está em funcionamento o curso de arqueologia e preservação patrimonial.

Foram autorizadas as contratações de 97 professores universitários e de servidores técnico-administrativos.

A Universidade Federal de Tocantins (UFT) foi criada em 23 de outubro de 2000, efetivando suas atividades em maio de 2003, com posse a posse de 258 professores efetivos. A UFT nasceu com a missão de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do Estado.

Com mais de 8 mil alunos, a UFT oferece 25 cursos de graduação e um curso de mestrado, oferecidos em sete campi, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias e Ciências Biológicas.

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de vida de sua gente. A educação na UFT é desenvolvida, prioritariamente, por meio de seus cursos de graduação e licenciaturas, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Outras atividades como extensão e a pesquisa também promovem a educação, produzindo e disseminando conhecimentos que contribuirão para a transformação do Estado do Tocantins num espaço para todos.

Outra linha de atuação no projeto de expansão da educação superior pública e de qualidade tem sido a criação e a consolidação de campi universitários no interior do País, ampliando o acesso à educação superior para imensa parcela de estudantes.

Essa ação foi dividida em duas fases e, neste momento, o MEC está concluindo a implantação dos campi da primeira fase e iniciando estudos de viabilidade para os demais. Todo o plano de expansão já foi aprovado pelo presidente Lula e deverá ser completamente implantado até o final do ano que vem.

Na primeira fase, foram criados 14 campi. São eles os campi da Floresta (em Cruzeiro do Sul, no Acre); de Marabá, Bragança, Castanhal e Santarém (no Pará); de Caruaru e de Garanhuns (no Pernambuco), de Vitória da Conquista (na Bahia), de Planaltina (no Distrito Federal), de Volta Redonda e de Nova Iguaçu (no Rio de Janeiro) da Baixada Santista e de Sorocaba (o primeiro em Santos, ambos em São Paulo) e do Litoral do Paraná (em Matinhos, no Paraná).

Na segunda fase do plano de expansão estão sendo criados ou consolidados os seguintes campi: em Manaus (AM), Chapadinha (MA), Arapiraca (AL), Bom Jesus do Gurguéia (PI), Itabaiana (SE), Barreiras (BA), Crato (CE), Curimataú (RN), Diadema (SP), Teófilo Otoni

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CAMPI

(MG), Alegre (ES) e Frederico Westphalen (RS). Será criado também o Consórcio Universitário Metade Sul, no Rio Grande do Sul.

Serão consolidados os campi de Coari (AM), de Benjamin Constant (AM), de Imperatriz (MA), de Serra Talhada (PE), de Picos (PI), de Parnaíba (PI), de Catalão (GO), de Jataí (GO), de Rondonópolis (MT), de Sinop (MT), de São Mateus (ES).

Acre – Universidade Federal do Acre – Campus da Floresta – Cruzeiro do Sul

No Campus da Floresta da Universidade Federal do Acre, em Cruzeiro do Sul, serão oferecidos três novos cursos de graduação: enfermagem, ciências biológicas e engenharia florestal, resultando em um aumento de 120 vagas. Quando de sua completa instalação, o campus atenderá 1.600 alunos e contará com 97 professores. Em 2004, foi autorizada a contratação de 30 docentes.

Amazonas – Universidade Federal do Amazonas – Campus de Coari

O Ministério da Educação irá consolidar, em 2006, o campus de Coari da Universidade Federal do Amazonas, fundado em 30 de outubro de 1973. Para isso, serão destinados recursos adicionais para ampliação das instalações físicas, aquisição de equipamentos e criação de novos cursos e de vagas para a contratação de docentes e servidores técnico-administrativos. Com esse suporte será possível a criação de novos cursos bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão.

Amazonas – Universidade Federal do Amazonas – Campus de Benjamin Constant

O fortalecimento do campus de Benjamin Constant com a criação de novos cursos, provimento de recursos

Região Norte - Aliando

humanos para a docência e as atividades administrativas e a ampliação das instalações físicas, permitirá atender a demanda reprimida de egressos do ensino médio.

Localizado na fronteira com a Colômbia e o Peru, a 1.628 km de Manaus (por via fluvial), o município concentra uma população de 25.542 habitantes. Com a criação

de diversas reservas na região, 85% de seu território passou a se localizar dentro de terras indígenas.

Amazonas -- Centro de Estudos de Antropologia e da Biodiversidade - Manaus

A riqueza cultural da Amazônia, objeto de estudo de antropólogos de todo o mundo, justifica a implantação de um centro de excelência em antropologia. Outra riqueza amazônica, a biodiversidade, também será contemplada nesse centro, que estimulará a pesquisa e ensino de pós-graduação, apoiado na capacidade instalada nas instituições universitárias do estado.

Pará – Universidade Federal do Pará – Campi de Marabá, Castanhal, Bragança e Santarém

No Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), foram criados os cursos de sistemas de informação, engenharia de minas e meio ambiente, engenharia de materiais, geologia e agronomia.

No Campus de Castanhal, foram criados os cursos de educação física e medicina veterinária. No Campus de Bragança foi criado um curso de engenharia de pesca. No Campus de Santarém foram criados um curso de física ambiental e de engenharia de alimentos. Quando de sua completa instalação, os novos cursos atenderão 1.080 alunos.

tura e natureza

**Alagoas - Universidade Federal de Alagoas -
Campus de Arapiraca**

O município de Arapiraca, localizado no centro do estado, a 136 km de Maceió, é o mais importante município do interior alagoano, com 186.466 habitantes e tem 81,7% de sua população na zona urbana. Entre os anos de 1999 e 2002, as matrículas de segundo grau nessa região cresceram 45%, criando forte demanda por educação superior na região.

A implantação do campus de Arapiraca permitirá ampliar o acesso à educação superior de setores tradicionalmente marginalizados da população, formando quadros apropriados às demandas locais e contribuindo para a sua fixação no interior.

**Bahia - Universidade Federal da Bahia - Campus
de Vitória da Conquista**

O Campus Avançado Anísio Teixeira, extensão da UFBA que está sendo implantado em Vitória da Conquista, oferecerá cursos de graduação em farmácia, nutrição, enfermagem, saúde coletiva, odontologia e psicologia. Foi autorizada a contratação de 84 professores e de 160 servidores técnico-administrativos. Vitória da Conquista recebeu também um curso de engenharia elétrica no CEFET local.

Região Nordeste - Form

**Bahia - Universidade Federal do Vale do São
Francisco - Campus de Barreiras**

Com uma população de 130.512 habitantes, Barreiras é a principal cidade do oeste baiano. Destaca-se em sua economia a produção de soja e a pecuária. A região de Barreiras agrega seis muni-

nicípios, que se estendem por uma área de 56.236,00 km² e concentram uma população de 109.066 habitantes. A implantação de um campus da Univasf em Barreiras permitirá atender a demanda reprimida da região.

Ceará -- Universidade Federal do Ceará -- Campus de Crato

Localizado no sul do Ceará, a 571 km de Fortaleza, o município de Crato possui população de 108.998 habitantes. Sua economia é baseada no extrativismo, na silvicultura e na pecuária. Sua região abrange oito cidades e concentra uma população de 444.760 habitantes. A criação de um campus da UFC em Crato constitui-se num importante instrumento de desenvolvimento regional, ampliando o acesso à educação superior, formando quadros apropriados às demandas locais e contribuindo para sua fixação no interior. Esse campus terá, sobretudo, cursos voltados às ciências da saúde.

Maranhão -- Universidade Federal do Maranhão -- Campus de Imperatriz

Com uma população de 231.950 habitantes, Imperatriz, a 696 quilômetros de São Luís, é maior cidade do sul do Maranhão. Sua região concentra 16 mu-

ção de recursos humanos

nicipios e população de 491.405 habitantes. A consolidação do campus de Imperatriz, com a criação dos cursos de engenharia de alimentos, enfermagem, educação física e comunicação social, permitirá ampliar e diversificar a oferta de vagas, contribuindo para a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social da região.

**Maranhão – Universidade Federal do Maranhão -
Campus de Chapadinha**

Importante pólo agrícola, com enorme potencial turístico, Chapadinha conta com um campus que a UFMA mantém, onde são desenvolvidas apenas atividades de extensão. A criação de um curso de agronomia contribuirá de forma significativa para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

**Paraíba – Universidade Federal de Campina
Grande – Campus de Curimataú**

A região serrana do Agreste Paraibano, onde se localiza o município de Cuité, se caracteriza por nível baixo de escolaridade superior e de desenvolvimento humano e econômico. A idéia é induzir um processo de desenvolvimento nestas regiões a partir de uma perspectiva de formação universitária sistêmica que articule, por um lado, cursos de licenciatura nas ciências básicas com o objetivo de melhorar o ensino médio e, por outro, cursos voltados às vocações produtivas locais.

**Pernambuco - Universidade Federal de
Pernambuco – Campus de Caruaru**

O Campus do Agreste, extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Caruaru ofe-

Região Nordeste - Educação

receberá os seguintes cursos de graduação: economia, administração, design, pedagogia, e engenharia civil, além de pós-graduação em educação. Quando de sua implantação plena, prevista para 2007, o campus abrigará 120 professores efetivos, 2.400 alunos em seus cursos de graduação e 30 alunos em programas de pós-graduação.

Pernambuco – Universidade Federal de Pernambuco – Campus de Vitória de Santo Antão

Fundada em 1811, Vitória de Santo Antão, localizada a 51 quilômetros de Recife, com população de mais de 115 mil habitantes, sediará um campus universitário da Universidade Federal de Pernambuco. Serão oferecidos os cursos de enfermagem, educação física e fisioterapia.

Pernambuco – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Campus de Garanhuns

O Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE) em Garanhuns será composto de duas unidades acadêmicas: o Centro de Educação e o Centro de Ciências Agrárias. Serão oferecidos cursos de graduação em zootecnia, agronomia e medicina veterinária, com um total de 240 vagas anuais. Quando concluída a sua instalação, em 2008, o campus atenderá cerca de 2000 estudantes, em cursos diurnos e noturnos.

Pernambuco – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Campus de Serra Talhada

Serra Talhada, localizada no sertão do Alto Pajeú, fica a 420 km de Recife, concentra uma população de

ão e qualidade de vida

mais de 70 mil habitantes e tem na agropecuária sua atividade econômica predominante. A implantação no município de um campus da UFRPE, com os cursos de bacharelado em ciências domésticas, economia rural, engenharia agrícola, engenharia de pesca, zootecnia e licenciatura em computação, contribuirá em larga medida para o seu desenvolvimento econômico e social.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos

A *consolidação do campus da UFPI em Picos* contribuirá para a inclusão social, promovendo o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida na região.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Parnaíba

A *consolidação do campus de Parnaíba da UFPI* significará a abertura de novas oportunidades de formação superior para a população da região. O município está localizado na região do litoral piauiense, a 354 km de Teresina.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Bom Jesus do Gurguéia

O Vale do Gurguéia ocupa uma área de mais de 156.000 km², abrangendo 94 municípios e uma população de quase 700.000 habitantes. Possui cerca de 5.000.000 de hectares *agricultáveis* e um dos mais ricos lençóis freáticos do mundo. A ampliação do campus da UFPI promoverá o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuirão para o *aproveitamento de suas riquezas hídricas e minerais* e para a preservação do meio ambiente.

Região Nordeste

Sergipe – Universidade Federal do Sergipe – Campus de Itabaiana

O campus de Itabaiana oferecerá cursos de bacharelado em administração, ciências contábeis e serviço social, além de licenciatura em computação, matemática, física, educação física, pedagogia, *letras-ingles* e artes visuais.

Distrito Federal – Universidade de Brasília – Campus de Planaltina

O campus da UNB em Planaltina abrange quatro regiões administrativas do Distrito Federal e seis municípios do estado de Goiás. Quando de sua completa instalação, serão oferecidos cursos de graduação em administração, agronomia, enfermagem e pedagogia. Os cursos de extensão ofertarão, ainda no primeiro ano, 300 vagas. O terreno já foi doado à UNB e a primeira edificação já foi concluída.

Goiás – Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão

Apenas uma pequena parte dos professores que atuam no campus de Catalão faz parte do quadro efetivo da UFG, o que acarreta graves prejuízos para a comunidade estudantil. O Campus de Catalão da UFG oferece atualmente sete cursos de graduação e quatro cursos de pós-graduação lato sensu, com um total de 1.295 alunos. O incremento ao campus será feito com a contratação de professores e aquisição de equipamentos para a biblioteca e o auditório.

Goiás – Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí

A região sudoeste de Goiás, onde se localiza o

Região Centro-Oeste

município de Jataí, abrange 18 municípios e concentra uma população de 330.490 habitantes.

O campus avançado da UFG em Jataí oferece, atualmente, os cursos de agronomia, ciências biológicas (licenciatura e bacharelado), geografia, letras, pedagogia, veterinária, matemática, educação física, português e inglês.

Mato Grosso - Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis

A expansão das ações do campus de Rondonópolis, com a ampliação do número de vagas e a consolidação dos programas de pesquisa, contribuirá para a democratização do acesso ao ensino superior e para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Mato Grosso - Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Sinop

Localizado a 551 km de Cuiabá, o município de Sinop é o principal pólo econômico do norte do Mato Grosso. Possui população estimada em mais de 95 mil habitantes. Devido à sua proximidade com os biomas de Cerrado e Floresta Amazônica, o campus da UFMT, instalado em Sinop em 1993, desenvolve atividades de pesquisa em diversas áreas ligadas ao meio ambiente (como a climatologia, a geomorfologia e as ciências biológicas).

Sua consolidação, ampliando a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos adequados à realidade da região, é essencial na busca de desenvolvimento sustentável, com a preservação da biodiversidade e das culturas locais.

Região Centro-Oeste

São Paulo – Universidade Federal de São Carlos – Campus de Sorocaba

O Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Sorocaba oferecerá, anualmente, 180 vagas de graduação os cursos de bacharelado e licenciatura em ciências biológicas, turismo, engenharia florestal e engenharia de produção, além de cursos de especialização e de extensão. Quando de sua total implantação, a instituição terá, em seu quadro, 120 professores.

Espírito Santo – Universidade Federal do Espírito Santo – Campus de São Mateus

Localizado na região norte do Estado do Espírito Santo, a 219 km de Vitória, São Mateus possui população de mais de 100 mil habitantes. Com economia concentrada na agropecuária, o município conta com várias empresas florestais e alcooleiras, sendo expressiva a produção de madeira (*eucalipto*) para celulose. O petróleo também possui, desde 1967, grande destaque para a economia local.

A consolidação do campus que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mantém no município, com a ampliação da oferta de ensino superior, é fundamental para atender à demanda reprimida da região, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

Região Sudeste

Rio de Janeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Nova Iguaçu

O Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu oferecerá cinco cursos de graduação nas áreas de Administração, Economia e licenciaturas. Quando plenamente instalado, atenderá 1600 alunos e contará com 90 professores.

**Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense
– Campus de Volta Redonda**

O campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Volta Redonda, terá duas Unidades Acadêmicas: a Unidade de Engenharia e Ciências Básicas (ECB) e a Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas (HCS). Ao ECB se agregarão os cursos oferecidos na Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda e, ao HCS, o curso já criado e em andamento desde agosto de 2004, oferecido pela UFRRJ, de administração de empresas.

O campus contará com 80 professores e atenderá a 1500 novos alunos.

**São Paulo – Universidade Federal de São Paulo –
Campus de Santos**

A Unidade Acadêmica de Santos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) oferecerá os cursos de graduação em fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, psicologia e educação física, com um total de 250 vagas.

A instituição será instalada na Vila Mathias, na Ilha de São Vicente, região central da cidade. Estão sendo realizados convênios para realização das obras de adequação de instalações.

Região Sudeste - Porta

**Espírito Santo – Universidade Federal do Espírito
Santo – Campus de Alegre**

Localizado no sul do estado, a 196 km de Vitória, o município de Alegre, que já foi o mais importante centro comercial da região, vem perdendo dinamismo econômico. O fortalecimento do campus de Alegre, com a criação de novos cursos e aumento de número de va-

gas, é essencial para atender a demanda reprimida de egressos do ensino médio.

São Paulo – Universidade Federal de São Paulo – Campus de Diadema

A implantação de um campus da UNIFESP, que possui larga tradição na área de saúde, em Diadema, representará uma alternativa de ensino superior público no ABCD paulista (necessidade premente da região), oferecendo à população local melhores possibilidades de formação próximas de sua moradia. Diadema ocupa uma área de 30,7 km² e concentra uma população estimada em 384 mil habitantes. Atualmente, a metalurgia e as indústrias de cosméticos e de plásticos são os principais pólos econômicos da cidade. Na última década houve uma mudança no panorama econômico do município, com crescimento nos setores de serviços e comércio e uma diminuição progressiva dos empregos ocupados na indústria.

Minas Gerais – Universidade Federal de Minas Gerais – Campus de Teófilo Otoni

A criação de um campus da UFMG em Teófilo Otoni constituir-se-á num instrumento importante de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, contribuindo para superar os desequilíbrios regionais.

bertas à Educação

**Paraná - Universidade Federal do Paraná -
Campus do Litoral**

O Campus do Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com sede no município de Matinhos, oferecerá três cursos de graduação: gestão e empreendedorismo, fisioterapia e gestão ambiental, além de quatro cursos técnicos: enfermagem, agroecologia, transações imobiliárias e hotelaria.

**Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - Campus de Frederico Westphalen**

O município de Frederico Westphalen, com uma população de 27.695 habitantes, está localizado numa das áreas de mais baixo desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Distante 448 km de Porto Alegre e 318 km de Santa Maria, tem como base de sua economia a produção de soja e milho. A implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Frederico Westphalen poderá facilitar o acesso ao ensino superior de milhares de estudantes.

Região Sul - Flexibilidade

Rio Grande do Sul – Universidade Federal da Região dos Pampas – Consórcio Metade Sul

A Universidade Federal da Região dos Pampas será formada por pólos sediados em municípios da região e oferecerá, inicialmente, treze cursos de graduação integrados às necessidades da base produtiva local. Os cursos serão estruturados em dois ciclos: o ciclo básico, que será ofertado em cada um dos municípios que abrigarão pólos universitários; e o ciclo profissional, que será ofertado apenas em alguns pólos. Inicialmente, a instituição será estruturada em um consórcio: o Consórcio Universitário Metade Sul.

Uma das principais características da Universidade será a flexibilidade curricular, que permite reduzir a necessidade de grandes deslocamentos para cursar o ensino superior. Os estudantes iniciarão seus cursos nos seus municípios de origem e poderão concluí-los em um município vizinho, sem ter que emigrar até o pólo central. Além disso, os pólos universitários contarão com uma infra-estrutura que permitirá o desenvolvimento de atividades não apenas nas salas de aula, mas também através do uso de bibliotecas e da internet.

O Consórcio Universitário Metade Sul iniciará suas atividades em 2006, atendendo a 2000 alunos. Quando de sua completa implantação, prevista para 2008, contará com 400 professores e 10.000 alunos. A inova-

curricular

ção institucional representada pela instituição se enquadra no âmbito da reforma universitária e deverá ser entendida a outras regiões do País.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Esplanada dos Ministérios • Bloco L • Ed. Sede • 3º andar
70.047-900 • Brasília-DF
61 2104.9785
0800.616161
www.mec.gov.br

Ministério da
Educação



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, encaminho para que conste dos Anais esta matéria, publicada na **Folha de S. Paulo** no dia 11/09/05, da competente jornalista Mônica Bergamo, intitulada “A Pequena Sereia”, que conta a história da Sr^a Jeany Mary Corner – aliás, ela diz que não é apelido; esse “Corner” é em inglês; não é de “esquina”.

No artigo, ela mostra sua agenda, diz que detesta camas – é estranho, não? – e chora quando é chamada de cafetina. Aqui está a agenda dela, que tem na

capa **The Little Mermaid**, aquela pequena sereia de Disney. Há um retrato de Nossa Senhora, e outro com o filho, o advogado e ela.

Ela conta uma história que é uma crônica desses dias que estamos vivendo, a Sr^a Jeany Mary Corner, e diz que vai ser Deputada. Quer dizer, não satisfeita em levar para lá, ela parece que quer trazer o negócio para cá.

Peço que este artigo conste dos Anais, Sr^a Presidente.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A pequena sereia

Jeany Mary Corner, a mulher que abalou Brasília, mostra sua agenda, diz que detesta camas e chora quando é chamada de cafetina

Quer saber qual é a mulher que Jeany Mary Corner mais admira em Brasília? A senadora Heloísa Helena, do PSOL. Tanto que Jeany Mary quer se lançar candidata a deputada federal pelo partido de Helena. Se possível, já nas próximas eleições. “Eu quero ela. Quero no partido dela. Eu acho demais aquela mulher falando. Ela é igualzinha a mim.”

Jeany fala sério: quer ser deputada. Ela diz que até foi sondada há dias, por meio de um amigo, para posar nua numa revista masculina. Vai recusar — entre outras coisas, por causa da carreira política. “Você vai ver como vou fazer barulho naquele Congresso!!!”

Barulho, Jeany já fez sem distribuir um único santinho. Ela saltou do providencial anonimato para a fama depois que o senador Demóstenes Torres (PFL-GO) perguntou a uma depoente da CPI dos Correios se conhecia “a cafetina Jeany”. Jeany não perdoa. “Pode colocar: estou louquinha para encontrar ele”, diz. As lágrimas brotam quando Jeany protesta por ser definida como “cafeti-

na”. “Sou promotora de eventos.” As meninas das festas, jura, não são garotas de programa. E sim “repcionistas”.

Desde que se viu envolvida no escândalo do “mensalão” — ela teria recebido dinheiro de Marcos Valério para organizar uma festa com garotas e políticos em Brasília — Jeany se instalou em SP. Foi inscrita no programa de proteção a testemunhas e passa os dias trancada num flat quatro estrelas no Itaim. Divide o quarto com o filho, Bruno, 22, que recebeu dinheiro de Marcos Valério para organizar uma festa com garotas e políticos em Brasília — Jeany se instalou em SP. Foi inscrita no programa de proteção a testemunhas e passa os dias trancada num flat quatro estrelas no Itaim. Divide o quarto com o filho, Bruno, 22, e com a melhor amiga, a manicure Zélia do Nascimento.

O quarto tem duas camas de solteiro. Jeany dorme no chão. “Detesto camas”, revela. Na cama, uma foto de santa Edwiges. Em sua casa, em Brasília, ela tem um altar com muitos santos. “Rezo todas as noites.”

Jeany só sai do flat para ir ao escritório de seu advogado, Ismar de Freitas Junior, ou para almoços e jantares em restaurantes como o Esplanada Grill, o Bolinha e o Pasta & Vinos nos Jardins. Na quarta-feira, Jeany recebeu a coluna no escritório de Ismar. Usava jeans, blusa de gola rulê, bota e óculos Chanel. Entre um gole e outro de uísque Royal Salute, contou que os planos políticos foram adiados até a poeira baixar.

Semanas antes de ter o nome citado na CPI, chegou a conversar sobre a candidatura com Heloísa Helena. “Um amigo que trabalha no Senado me apresentou ‘prá’ ela no corredor [do parlamento]. Ela me abraçou, disse para eu passar no gabinete. Queria me dar um bottom do PSOL.” A visita não foi feita porque era o dia do depoimento do deputado Roberto

Jefferson (PTB-RJ) na CPI dos Correios. "Também amo ele de paixão. Ele é muito homem, muito macho de fazer o que fez", diz.

E Jeany, fatia igual? Contaria o que sabe sobre políticos, festas e recepcionistas numa CPI? Ela diz que sim. Mas tem feito o contrário. Sua boca está fechada. Ordem expressa dos advogados. "A Jeany conhece todo mundo em Brasília. Todo mundo", diz o advogado Ismar. "É, quase", diz. "Mas vai falar o que? E para quê? Ela não tem nada a contar. É tudo foto-ca", diz Ismar. Jeany está em SP "para fugir das ameaças e pressões de Brasília", diz ele. Só volta à cidade depois de falar à polícia. "Aí ela chega lá, distribui o depoimento e diz: 'Tá aqui, tudo o que eu tinha a dizer'."

Caso abrisse a boca, Jeany não conseguiria derrubar o governo. Mas, diz um amigo seu, certamente causaria "uns cem divórcios". E sua poderosa agenda, com mais de mil nomes de políticos e empresários? Está mesmo num cofre? Foi enviada ao Canadá, como publicado? "É tudo mentira", afirma ela.

no. Mas, diz um amigo seu, certamente causaria "uns cem divórcios". E sua poderosa agenda, com mais de mil nomes de políticos e empresários? Está mesmo num cofre? Foi enviada ao Canadá, como publicado? "É tudo mentira", afirma ela.

"Eu não sou delatora, nem f.d.p.", diz. "Não sou a Fernanda Karina Somaggio [a secretária de Marcos Valério que entregou a agenda do ex-chefe à polícia]."

Jeany acende um cigarro. Diz que tem sofrido com jornalistas. "A imprensa faz miséria com o ser humano." Já perguntaram a ela até se era bissexual. "Eu nem sabia o que era bissexual!" Ela acredita que é tudo "inveja [das jornalistas] porque estou inteira. Com 45 anos, sem silicone e meus peitos estão em pé." Jeany está tomando Frontal para dormir, Lexapro para depressão e Nexium para o estômago.

A TV do escritório está ligada. O presidente Lula aparece numa solenidade, tocando tambor. Jeany conhece Lula? Ela hesita. Olha para os advogados. Eles a olham fixamente. "Não", responde. "Detesto o PT." Como assim? "Eu nunca fui ao PT. O PT é que veio a mim. Aliás, eu nunca vou a ninguém. As pessoas vêm a mim."

Jeany repete o bordão mais tarde, no restaurante Pasta & Vino, onde jantou com os advogados. "Eu não procurei Brasília. Brasília é que me procurou." Jeany pede uma salada de rosbi-fe e palmito. Conta como foi descoberta por Brasília. Cearense do Crato, foi expulsa de casa por uma tia que a flagrou "lançando antes do recreio". Em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica, babá, demonstradora de bebidas. Foi a vários eventos, conheceu dezenas de receptionistas e pegou a manha do negócio. Virou "promotora". Ganhou fama. "Nunca tive cartão. Foi tudo no boca a boca", diz.

Depois da eleição de Fernando Collor, em 1989, foi convidada por Pedro Collor para organizar uma das festas da posse dele, em Brasília, na boate "A

Corte". "Quando viu o tamanho do enguiço, ela não quis mais voltar", diz o advogado Ismar. No governo Collor, a empresa bombou. O governo de FHC, que ela diz já ter encontrado "num coquetel chique de Brasília", era "mais light". Com o PT, os bons tempos voltaram.

Jeany deixa a mesa. Vai ao toalete. Volta transtornada. "Um casal na porta do banheiro me falou: 'Aí, hein, comendo com o dinheiro do mensalão!'", Os advogados acalmam Jeany. O jantar segue. São 200 as moças cadastradas em sua empresa. Que tipo de moças? "Hoje em dia exigem até com ensino superior, sabia?", diz ela. Jeany afirma que ganham até R\$ 150 por evento. Ela fica com 20%. O filho, Bruno, 22, completa. "Elas tem até uns 21, 22 anos". Ficam mais velhas, mudam de ramo.

Jeany disse, numa entrevista ao programa "Amaury Junior", que Bruno fazia o "test-drive" das moças. "Era tudo brincadeira. Ele nem namora com elas. Eu não deixo", diz. Jeany afirma que "cansou" de "mandar o Bruno buscar as meninas de carro e levar para a casa delas depois que os eventos acabam". Diz isso para tentar mostrar que essa história de agenciadora de meninas de programas para festas "não existe". "O que as meninas fazem depois que o evento acaba é problema delas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido, em conformidade com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por quinze minutos, já incluso o tempo da prorrogação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo da minha presença na tribuna, nesta tarde, diz respeito a uma notícia que, para todos os sergipanos, é muito constrangedora e muito triste. Trata-se do falecimento, ocorrido no último dia 8, quinta-feira, do Padre Arnóbio Patrício de Melo.

Ele residia na cidade de Aracaju e era pároco da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro desde 1991.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a não gostaria que eu lesse, em primeiro lugar, o requerimento que está sobre a mesa e, então, V. Ex^a se pronunciaria?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida, seria conveniente que V. Ex^a o fizesse.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 991, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no dia 8-9-2005.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.

– **Antonio Carlos Valadares.**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para justificação em plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, o Padre Arnóbio Patrício de Melo era uma figura conhecidíssima e querida não apenas em Aracaju, mas em todo o Estado. Era um homem identificado com as aspirações da nossa sociedade, preocupadíssimo com os problemas sociais da nossa terra. Basta dizer que ele implantou, em parceria com o Instituto Luciano Barreto, em 2003, uma escola de

informática na igreja onde atuava para atender a mais de 300 jovens da comunidade, em que professava a religião católica como pároco de Orlando Dantas.

Ele sempre estava disponível e tinha uma visão muito ampla no sentido de levar educação, conhecimento e cidadania para os jovens. Sem dúvida alguma, a comunidade de Orlando Dantas, a comunidade de Sergipe vai continuar comprometida com o trabalho edificado por esse grande religioso, que deixou uma lacuna impreenchível no nosso Estado.

O Padre Arnóbio Patrício de Melo era natural de Camucim de São Feliz, em Pernambuco. Fez curso de Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco. Em seguida, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, no curso de Licenciatura Plena em Letras – Francês. Tornou-se ainda bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico Pio XI, da cidade de São Paulo.

Foi ordenado padre no dia 8 de dezembro de 1957, na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, em São Paulo. No ano seguinte, veio morar em Aracaju para desempenhar seu primeiro trabalho como padre, integrante da comunidade salesiana. Depois, morou em Recife e Salvador, voltando para Sergipe em 1966.

Na Prefeitura de Aracaju, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Educação, na Administração do ex-Deputado Federal José Carlos Teixeira. Por dois anos, foi Secretário-Geral do Conselho de Cultura, no Governo Lourival Baptista. Foi Vereador durante doze anos na Câmara Municipal de Aracaju.

Teve também uma carreira bastante atuante como Professor, lecionando nos colégios de Aracaju: no Arquidiocesano, no Salesiano, no Colégio de Aplicação, no Atheneu, no Instituto de Educação Rui Barbosa, entre outros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornalista e escritor Luís Antônio Barreto, um dos grandes estudiosos dos homens públicos de Sergipe disse, em síntese, num artigo que escreveu na imprensa sergipana sobre Arnóbio Patrício de Melo, quando ainda vivo:

Rotariano destacado, Arnóbio Patrício de Melo teve uma conferência, que pronunciou em Feira de Santana, na Bahia, publicada com o título de *As Religiões e a Paz* (Aracaju: Rotary Clube Aracaju Norte, 2003). É um texto de erudição, sem proselitismos, destinado a servir de base à reflexão sobre o fenômeno religioso, que acompanha a história humana. É, também, um texto de força didática, de leitura fácil e agradável, que não visa a converter, mas convencer com argumentos que dão à religião funções especiais, como a de prover a paz.

Quem conheceu o padre Arnóbio Patrício de Melo sabe da sua tolerância, da sua capacidade de argumentação, e das profundas bases de sua consciência moral, como homem de fé, como religioso, desdobra-

das nos seus trabalhos como professor, político, administrador, homem público. No Conselho Estadual de Educação, sua palavra ponderada, sua abertura para discussão do contraditório, deu oportunidades a que temas polêmicos fluíssem e tramitassem calmamente, sem vencedores e sem vencidos.

Seu livro é uma contribuição de excelência, franca e clara, que fortalece crenças e congrega crentes, de forma ecumênica, consistente, objetiva, afirmando que “a base mais consciente, o ponto de apoio mais sólido da Humanidade é a religião.” Ainda que a afirmativa possa gerar divergências de opinião, é com ela que ele dá o fecho de sua fé, evocando os cristãos dos primeiros tempos do cristianismo, diante das perseguições e das dificuldades, cantando e repetindo: “Os homens se agitam, mas Deus os conduz”.

Sr^a Presidente, esse foi Arnóbio Patrício de Melo, religioso, cidadão, querido e amado pelo povo de Sergipe e dos lugares por onde passou, deixando obras, trabalhos que tornaram sua passagem por este mundo um exemplo para todos os jovens de Sergipe e do Brasil.

A minha palavra, portanto, de homenagem a esse homem que congregou, em torno de si, todos os segmentos sociais e econômicos de Sergipe, que o admiravam, prestigiavam e respeitavam.

Casamentos, batizados, acontecimentos sociais sempre exigiam a presença e a palavra edificante, brilhante e corajosa, sempre alegre e oportuna, do Padre Arnóbio Patrício de Melo. A sua presença era uma verdadeira festa de alegria, que se traduzia em palavras que representavam, antes de tudo, a solidariedade humana, o jeito de conviver bem com o seu povo e o exemplo que dava aos jovens de como se portarem no dia-a-dia, na vida pública, no trabalho, no lar e na escola.

Por isso, Sr^a Presidente, quero deixar registrado este meu voto de pesar pelo falecimento de um homem tão ilustre e querido como foi o Padre Arnóbio Patrício de Melo, com quem convivi e de quem tive oportunidade de ser amigo.

Do seu enterro, na última sexta-feira, milhares e milhares de pessoas participaram. A Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi pequena devido à multidão que ali se concentrou para prestar a sua última homenagem ao Padre Arnóbio.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 992, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa,

as seguintes homenagens pelo falecimento do médico João Marcelo Vilas Boas ocorrido no dia 8-9-2005.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT.) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 993, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento, a exemplo do que ocorreu com o Banco de Estado de São Paulo (BANESPA), cujas obrigações para com os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975 foram securitizadas por meio de títulos públicos federais.

2) Memórias de cálculo dos montantes dos déficits atuariais assumidos pela União na forma do item anterior.

3) Discriminação de eventuais recálculos dos déficits atuariais assumidos pela União e as respectivas justificativas.

4) Desdobramentos no tempo, observados até este momento e estimados para datas futuras, dos déficits atuariais assumidos pela União.

5) Enumeração dos critérios que balizaram as escolhas das estratégias de saneamento adotadas.

6) Rol das instituições eventualmente encarregadas da custódia dos ativos empregados e os termos dos contratos de custódia.

7) Quantidade, por instituição, de funcionários cujos benefícios foram garantidos pela União. Quantos já se aposentaram? Quantos irão se aposentar? Quantas pensões já foram constituídas? Quantas pensões estima-se que serão constituídas?

8) Demonstrativo de como os ativos empregados e os déficits atuariais assumidos pela União compor-se-ão ao longo do tempo. Qual tratamento será dado aos eventuais saldos líquidos, positivo ou negativo, observados nos termos das operações?

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– **Alvaro Dias**, Presidência da República, Casa Civil
– Subchefia para Assuntos Jurídicos.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 50. Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 10 de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

SUBSEÇÃO II Dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, § 2º)

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando

interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao arquivo, feita comunicação ao plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT.) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Srª Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PFL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Intercalando com os oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Arthur Virgílio o requerimento que foi consignado em mesa, prestando homenagens ao Presidente Juscelino.

Sobre esse assunto eu gostaria de tecer algumas considerações, até porque hoje é o dia de comemorarmos o nascimento do nosso saudoso e eterno Presidente Juscelino Kubitschek.

Nascido a 12 de setembro de 1902 na histórica cidade de Diamantina, em Minas Gerais, onde fez seus primeiros estudos, Juscelino Kubitschek de Oliveira era filho de uma família modesta: o pai, caixeiro viajante; a mãe, dedicada professora primária, que o criou desde a infância, após a morte prematura de seu pai.

Espírito inquieto e sonhador, Juscelino Kubitschek iniciou sua vida profissional como telegrafista, ocasião em que se formou, na Faculdade de Medicina de Minas Gerais, como médico, especializando-se em urologia na França logo em seguida. De volta ao Brasil, ingressou na Polícia Militar de Minas Gerais, onde alcançou o posto de Coronel-médico, participando, como defensor do Governo constituído, do combate à Revolução de 1932.

Em 1931, casa-se com D. Sarah Luiza Gomes de Lemos, idealizadora e patronesse das Pioneiras Sociais, trabalho social até hoje lembrado e reverenciado por todos. Imortalizou o fundador de Brasília ao construir-lhe um Memorial, ao lado do cruzeiro. Hoje, aliás, foi rezada lá missa em homenagem ao nascimento de JK, por sinal muito bonita.

Dotado de notável inteligência e de vasta cultura humanística, iniciou sua incomparável vida política em 1933, na Chefia de Gabinete do então Governador Benedito Valadares, em Minas Gerais.

Foi Deputado Federal em duas legislaturas, Senador, Prefeito de Belo Horizonte e Governador de Minas Gerais, época em que, com seu largo sentido de homem público, se afirma como administrador exemplar e político sagaz. O êxito de sua administração e a dinâmica repercutem em todos os recantos do País. Percebe-se, então, que havia chegado o momento de o menino humilde de Diamantina, conhecido por todos como Nono, lançar-se candidato à Suprema Magistratura do País para realizar seu acalentado sonho de transformar o Brasil numa respeitável Nação progressista.

Em reverência a essa história e à memória desse inigualável homem público, foi realizada, hoje, no cruzeiro onde foi celebrada a primeira missa de nossa cidade, uma homenagem em memória de JK. Foi celebrada pelo Arcebispo de Brasília, Dom João Brás Neves, com a presença da neta e presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek, do Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e sua esposa Sr^a Weslian Roriz, além de Secretários de Estado, Administradores regionais e de muitos outros pioneiros, aos quais homenageio na pessoa do nosso querido Ernesto Silva, que o Senador Antonio Carlos Magalhães tão bem conhece, que está prestes a comemorar 91 anos de vida, prestando enormes serviços ao nosso País.

Durante a cerimônia, recheada de emoções, o coral da Catedral Metropolitana de Brasília, regido pelo maestro Daniel Távora, fez a sua estréia, e 400 crianças da cidade de Ceilândia representaram o futuro da Capital de todos os brasileiros.

Foi um sonhador e um realizador. Ousava fazer e sabia fazer. E também, como todos os gênios, tinha o dom da previsão. Não fora essa virtude, não teria aceito o desafio de construir Brasília, sua meta-síntese, nem a teria profetizado na sua primeira viagem ao ermo do Planalto, a 02 de outubro de 1956, numa explosão de entusiasmo.

Com a visão de estadista, que pensa nas futuras gerações, e a paciência do político mineiro, chegou ao fim do Governo consagrado pelo povo.

Fico feliz, Sr^a Presidente, que Brasília e o Brasil, mais uma vez, reverenciam a memória e a obra de JK, político exemplo, cuja vida pública foi marcada pela tenacidade e pelo trabalho em favor de todo o povo brasileiro. Sua esperança num Brasil melhor é que deve pautar as ações de todos nós que abraçamos a vida pública, pois JK, em sua inteligência e enorme capacidade de antever o futuro, já vislumbrava para Brasília um futuro diferente e especial, traduzidos nesta frase de sua fala durante a missa campal ocorrida exatamente em 3 de maio de 1957: “Que Brasília se molde na conformidade dos altos desígnios do Eterno, que a Providência faça dessa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé.”

É o que todos nós desejamos no dia de hoje, ao comemorarmos os 103 anos de nascimento de JK, para Brasília e para o Brasil.

Que Deus abençoe esta cidade!

Que Deus abençoe o nosso País!

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por 15 minutos, já inclusos os cinco minutos de prorrogação.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo hoje a esta tribuna para falar de um tema que me toca muito de perto. Refiro-me àquelas idéias que um dia alimentaram os sonhos de um geração que não se conformou com o advento da força, mas, antes, preferiu os caminhos da luta permanente para recompor as instituições e construir uma nova Nação.

Refiro-me às idéias e aos ideais que nos moveram na trajetória redemocratizante até que chegássemos ao estágio atual. Faço parte daquela geração que não entregou os pontos diante da supremacia dos que assumiram o poder pela via da violência. Antes, fomos os que estabeleceram a resistência e avançamos na tarefa de vencer etapas e tudo fazer para restaurar a normalidade democrática.

Despertei para a política nos anos 60, em plena ação do golpe militar em Goiás. Vivenciamos os dias e os minutos daquela intervenção, que usava a Força Aérea Brasileira para empreender vôos rasantes sobre a cabeça de cidadãos indefesos bem no centro de Goiânia. Era a prática explícita da intimidação. O povo, assustado, corria para a Praça Cívica, onde se situava a sede do Governo estadual a ser destituído – e lá estávamos juntos. Eu, que acabara de tirar o título de eleitor, me via, logo na estréia, diante de uma quebra

terrível do que imaginava ser um regime democrático e fiquei perplexa com tamanha agressividade.

Mas era preciso abrir os olhos. E já naquele momento histórico percebi a necessidade de agir para transformar uma realidade que se apresentava dura e cruel.

Mas o pior ainda estava por vir. Quando o Brasil se viu diante do período de cassações imposto pela ditadura militar, compreendi mais do que nunca que a situação me obrigava a compartilhar com outras pessoas da indignação que nos unia. Abraçamos juntos aquela determinação de seguir em frente por um Brasil de liberdade e justiça.

Sr^a Presidente, esse ideal que uniu a tantos num período de exceção teve um destino comum, que foi a formação de um partido político com bandeiras e plataformas bem definidas. Porque, naquele momento, era um ideal único que juntava as pessoas. Havia uma meta, um objetivo, um sonho, uma esperança!

Essa mobilização reunia centenas de milhares e foi privilegiada por estar justamente na linha de frente. Todos tínhamos tão-somente um único objetivo: reconquistar o Estado de direito. Naquele tempo, os ideais se faziam mais fortes que os interesses pessoais. E o coletivo, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Presidente, prevalecia.

Queríamos todos recuperar o direito de falar, de opinar, de discursar, de ir e vir. Lutávamos juntos, lado a lado, pelo direito de votar e de ser votado, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de expressão.

E esse ideal foi tão forte no coração da Nação que a sociedade brasileira se mobilizou e as ruas ficaram lotadas de gente. De norte a sul, de leste a oeste, as praças foram, pouco a pouco, se enchendo de uma multidão numerosa. Essa multidão estava ali integrada em nome da confiança e da credibilidade que depositava nos líderes daquele movimento, daquele Partido, daquele ideal, daquele sonho.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as observações que fiz até o momento foram para situar e sublinhar a importância de uma reflexão muito importante para os dias atuais. Infelizmente, os Partidos no Brasil perderam o sentido do ideal, da pureza, da firmeza de propósitos. Gradativamente, aquelas bandeiras que nos conduziam no passado foram esquecidas nas avenidas da História.

É preciso, portanto, urgentemente, resgatar essa essência de Partido ideal. Naquele momento nem tão distante, havia uma bandeira de grandes dimensões que abrigava todas as pessoas. Havia, senhoras e senhores, um ideal nacional e essa meta foi buscada com ousadia, perseverança e coragem.

Eu perguntaria: uma bandeira tão abrangente como a luta por um Brasil de justiça continua existindo?

E digo que sim! Porque os brasileiros continuam determinados na busca desse objetivo. Mas, infelizmente, os segmentos partidários que tínhamos a obrigação de sustentar essa bandeira, pouco a pouco fomos nos distanciando. Fomos nos desvinculando dos ideais, numa prática corriqueira que acabou quase por se transformar em regra geral.

Mas a maioria do povo, Sr^a Presidente, continua nutrindo esses ideais nacionais que deveríamos ter, nós políticos, a obrigação de comandar.

Assim, estamos passando por um período que poderíamos qualificar como absurdo. Os segmentos políticos que deveriam ser os guardiões do processo institucional, acabam hoje por se tornar os próprios responsáveis pela ameaça a essas instituições!

Dessa forma, Sr^a Presidente, é preciso refletir e modificar o curso dos acontecimentos. E meu sentimento patriótico me leva a concluir com toda a veemência, com toda a esperança: ainda há tempo, sim!

Mas, em que sentido a existência de Partidos frágeis contribui para a instabilidade das instituições? Uma constatação é inevitável. Sem um sistema que privilegie a representação popular como critério para a legalização de siglas, continuaremos a ser vítimas desta realidade deformadora: a existência de um grande leque de micropartidos, muitos deles constituídos unicamente para servir a um balcão de negócios inaceitáveis! Ou seja, no Brasil formam-se Partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial histórico. O interesse é, quase sempre, o de servirem, durante os processos eleitorais, como siglas de aluguel para que determinados segmentos possam obter maior tempo na televisão para suas candidaturas majoritárias. Ou simplesmente essas legendas se comportam como abrigo para lideranças que se envolvem em confronto interno e ficam sem espaço político. Daí os tais mensalões e mensalinhos, sobre os quais já tive a oportunidade de escrever um artigo. Na época em que o escrevi, a palavra "mensalinho" ainda não havia sido usada pela imprensa, e o meu artigo já se referia a mensalões e mensalinhos.

O mais terrível é constatar que a salada partidária naturalmente não se caracteriza por possuir os fundamentos que deveriam nortear a formação de partidos: a unidade em torno de um conjunto de idéias e a defesa de uma ação programática clara para o Brasil, com o estabelecimento de uma análise profunda do que temos hoje, para que possa ser o projeto do futuro.

Assim, Sr^a Presidente, só um sistema partidário alicerçado em projetos, idéias e ideais, constituído a partir do critério da representação popular conferida nas urnas, proporcionará ao Brasil a consolidação de um regime democrático realmente forte e participativo.

Por tudo isso, quero deixar claro que minha presença no bloco autêntico do PMDB não é uma decisão de agora, mas uma opção que fiz lá atrás, no chão raso da luta contra a ditadura, quando todo o PMDB se desenhava assim: autêntico nos seus ideais pelas liberdades, autêntico na sua determinação de transformar o Brasil, autêntico nas suas grandiosas jornadas pela paz e pela mais ampla justiça social.

Mais do que nunca, hoje é necessário resgatar essa pureza original do PMDB.

Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp, um autêntico membro do PMDB.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e já estava pensando lá na frente, porque o Senado fez a sua parte. Quero elogiar de público o Senador Jorge Bornhausen, que está no plenário, pelo trabalho que fez na CCJ, assim como o Senador José Jorge, o Senador Antonio Carlos Magalhães e muitos outros. Vi o PFL atuando firmemente nessa reforma eleitoral, nessa reforma política. É claro que o meu Partido, o PMDB, também deu a sua contribuição, assim como o PSDB e os demais Partidos. Vejo que o tempo está ficando muito curto e que a Câmara já começa a ter dificuldade de aprovar o projeto até o prazo final, que é o dia 1º de outubro. E virá outra eleição com os mesmos critérios das anteriores: sem fidelidade partidária, com gastos de campanha excessivos, com verticalização de partidos políticos, enfim, com os mesmos vícios, com as mesmas regras da lei anterior. Senadora Iris de Araújo, gostaria que houvesse tempo de a Câmara dos Deputados aprovar esse projeto já apreciado pelo Senado, para que pudéssemos evitar esse troca-troca de partido e manter a fidelidade partidária. Esta é a terceira ou quarta vez em que falo no Senado que parte do pagamento de recursos por líderes partidários e presidentes de siglas partidárias, o chamado mensalão, deu-se no troca-troca de partido. Não sei se nesta ou na Legislatura anterior, um parlamentar mudou de partido sete vezes, durante um único mandato. O Senador Arthur Virgílio está dizendo-me que isso ocorreu na Legislatura anterior. Isso é um absurdo! Um parlamentar que muda de partido sete vezes não tem amor a partido nenhum, tampouco aos eleitores que o elegeram. Isso tem de acabar. V. Ex^a está batendo numa tecla importantíssima. Parabéns pelo seu discurso!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a palavra do nobre Senador Valdir Raupp e integro-a como contribuição brilhante ao que pretendo demonstrar desta tribuna, neste momento. Concordo plenamente com V. Ex^a.

Eu ainda estava chegando ao Senado, e o trabalho do Senador Jorge Bornhausen, aqui presente,

estava indo para a Câmara dos Deputados. Tenho a mesma preocupação demonstrada por V. Ex^a, daí meu pronunciamento nesta segunda-feira.

Quando eu estava chegando de Goiânia, no meio do caminho...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, quanto tempo ainda tenho?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a dispõe de um minuto, para concluir.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – A Presidente é rigorosa; vou obedecer a S. Ex^a.

Sr^a Presidente, gostaria de considerar lido este discurso. Se eu puder, neste minuto, gostaria de falar um pouco sobre as considerações do Senador Valdir Raupp.

Quando cheguei ao Senado e soube que o projeto já tinha ido para a Câmara, fiquei realmente preocupada. É importante que tenhamos a oportunidade de restabelecer determinados compromissos. A reforma eleitoral não é o que desejamos e precisamos, ou seja, a reforma política, mas pode, neste momento, criar condições para o trabalho de pessoas e políticos compromissados com as causas populares.

(Interrupção de som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Peço-lhe só mais um minuto, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Já está concedido, Senadora Iris Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A minha sensibilidade, no momento em que as idéias foram colocadas, é justamente pela preocupação que tenho sentido. Percebo que o Brasil não agüenta mais!

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta segunda-feira começou com uma invocação a Lupicínio Rodrigues por parte do Senador Paulo Paim, seguido pela Senadora Ideli Salvatti. Eu estava presa ao rádio, ouvindo as considerações. Mas o Brasil precisa, urgentemente, que a reforma seja votada.

Quero terminar minhas palavras, fazendo um apelo, para que os Deputados, os Senadores, os políticos sintam essa aflição que permeia a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente. Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IRIS DE ARAÚJO.

DA SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.

Subo hoje nesta tribuna para falar de um tema que me toca muito de perto. **Refiro-me àquelas idéias que um dia alimentaram os sonhos de uma geração que não se conformou com o advento da força, mas, antes, preferiu os caminhos da luta permanente para recompor as instituições e construir uma nova Nação.**

Refiro-me ÀS IDÉIAS E AOS IDEAIS que nos moveram na trajetória redemocratizante até que chegássemos ao estágio atual. Faço parte daquela geração que não entregou os pontos diante da supremacia dos que assumiram o poder pela via da violência. Antes, fomos os que estabeleceram a resistência e avançamos na tarefa de vencer etapas e tudo fazer para restaurar a normalidade democrática.

Despertei para a política nos anos 60, em plena ação do golpe militar em Goiás. Vivenciamos os dias e os minutos daquela intervenção, que usava a Força Aérea Brasileira para empreender vôos rasantes sobre a cabeça de cidadãos indefesos bem no centro de Goiânia. Era a prática explícita da intimidação. O povo, assustado, corria para a Praça Cívica, onde situava-se a sede do governo estadual a ser destituído - e lá estávamos juntos. **Eu, que acabara de tirar o título de eleitor, me via, logo na estréia, diante de uma quebra terrível do que imaginava ser um regime democrático e fiquei perplexa com tamanha agressividade.**

Mas era preciso abrir os olhos. E já naquele momento histórico percebi a necessidade de agir para transformar uma realidade que se apresentava dura e cruel.

Mas o pior ainda estava por vir. Quando o Brasil se viu diante do período das cassações imposto pela ditadura militar, **compreendi mais do que nunca que a situação me obrigava a compartilhar com outras pessoas da indignação que nos unia. Abraçamos juntos aquela determinação de seguir em frente POR UM BRASIL DE LIBERDADE E JUSTIÇA.**

Senhor Presidente, **este ideal que uniu a tantos num período de exceção teve um destino comum, que foi a formação de um partido político com bandeiras e plataformas bem definidas. PORQUE NAQUELE MOMENTO ERA UM IDEAL ÚNICO QUE JUNTAVA AS PESSOAS. Havia uma meta, um objetivo, um sonho, uma esperança!**

Esta mobilização reunia centenas de milhares e fui privilegiada **por estar justamente na linha de frente**. Todos tínhamos tão somente um único objetivo: reconquistar o Estado de direito. **Naquele tempo, os ideais se faziam mais fortes que os interesses pessoais. E o coletivo prevalecia.**

Queríamos todos recuperar o direito de falar, de opinar, de discursar, de ir e vir. Lutávamos juntos, lado a lado, pelo direito de votar e de ser votado, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de expressão.

E este ideal foi tão forte no coração da Nação que a sociedade brasileira se mobilizou e as ruas ficaram lotadas de gente. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, as praças foram, pouco a pouco, se enchendo por uma multidão numerosa. Esta multidão estava ali integrada em nome da confiança e da credibilidade que depositava nos líderes daquele movimento, daquele partido, daquele ideal, daquele sonho !

Senhoras e Senhores Senadores, as observações que fiz até o momento foram para situar e sublinhar a importância de uma reflexão muito importante para os dias atuais. Infelizmente, os partidos no Brasil perderam o sentido do ideal, da pureza, da firmeza de propósitos. Gradativamente, aquelas bandeiras que nos conduziam no passado foram esquecidas nas avenidas da História.

É preciso portanto, urgentemente, resgatar esta essência de partido ideal. Naquele momento, nem tão distante, havia uma bandeira de grande dimensão que abrigava todas as pessoas. Havia um ideal nacional. E esta meta foi buscada com ousadia, perservança e coragem.

Eu perguntaria, portanto, se uma bandeira tão abrangente como a luta por um Brasil de justiça continua

existindo? E DIGO QUE SIM! Porque os brasileiros continuam determinados na busca deste objetivo. Mas, infelizmente, os segmentos partidários que tínhamos a obrigação de sustentar esta bandeira, pouco a pouco fomos nos distanciando. Fomos nos desvinculando dos ideais, numa prática corriqueira que acabou quase por se transformar em regra geral.

Mas a maioria do povo continua nutrindo estes ideais nacionais que deveríamos ter a obrigação de comandar.

Assim, estamos passando por um período que poderíamos qualificar como absurdo. Os segmentos políticos que deveriam ser os guardiões do processo institucional, acabamos hoje por nos tornarmos os próprios responsáveis pela ameaça a estas instituições!

Desta forma, Senhor Presidente, é preciso refletir e modificar o curso dos acontecimentos. **E meu sentimento patriótico me leva a concluir com toda a veemência: AINDA HÁ TEMPO!!!!!!**

Mas, em que sentido a existência de partidos frágeis contribui para a instabilidade das instituições?

Uma constatação é inevitável. Sem um sistema que privilegie a representação popular enquanto critério para a legalização de siglas, continuaremos a ser vítimas desta realidade deformadora: a existência de um grande leque de micropartidos, muitos deles constituídos unicamente para servir a um balcão de negócios inaceitável!

Ou seja, no Brasil **formam-se partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial histórico.** O interesse é, quase sempre, durante os processos eleitorais, servirem como siglas de aluguel para que determinados segmentos possam obter maior tempo na TV para suas candidaturas majoritárias. Ou simplesmente estas legendas se comportam como abrigo para lideranças que se envolvem em confronto interno e ficam sem espaço político.

O mais terrível é constatar que esta salada partidária **naturalmente não se caracteriza por possuir os fundamentos que deveriam nortear a formação de**

partidos: a unidade em torno de um conjunto de idéias e a defesa de uma ação programática clara para o Brasil com o estabelecimento de um análise profunda do que temos hoje para que possa ser projeto o futuro.

Assim, Senhor Presidente, só um sistema partidário alicerçado em projetos, idéias e ideais, constituído a partir do critério da representação popular conferida nas urnas, proporcionará ao Brasil a consolidação de um regime democrático realmente forte e participativo.

Por tudo isso, quero deixar claro **que minha presença no bloco autêntico do PMDB não é uma decisão de agora, mas uma opção que fiz lá atrás, no chão raso da luta contra a ditadura, quando todo o PMDB se desenhava assim: autêntico nos seus ideais pelas liberdades, autêntico na sua determinação de transformar o Brasil, autêntico nas suas grandiosas jornadas pela paz e pela mais ampla justiça social.**

Mais do que nunca, hoje **É NECESSÁRIO RESGATAR ESTA PUREZA ORIGINAL DO PMDB,** reforçando um perfil que julgo indispensável: manter a autenticidade sem o radicalismo de fachada, aquele tipo de comportamento político imediatista, que só visa as próximas eleições.

O PMDB deve ser radical no sentido de jamais se afastar de seus ideais por um Brasil livre da fome e da miséria. E deve se guiar sempre pela via do equilíbrio e da defesa das instituições democráticas, independente da cor dos partidos que ocasionalmente tenham assumido o comando do governo federal.

Somos privilegiados por possuímos a representatividade delegada pela população. **Assim, torna-se urgente para os segmentos políticos reaprender o nosso verdadeiro papel. É imprescindível retomar as nossas mais altas responsabilidades e lembrar a todo momento que somos o que somos porque assim o povo o permitiu.**

É imprescindível uma ação política que tenha fundamento na humildade e que afaste a empáfia que contamina a alma com a sujeira da corrupção. É preciso

dar um basta a este tipo de atitude e acentuar a compreensão de que esta cadeira no Parlamento não deve servir apenas ao conforto de nossos corpos, mas funcionem sim como poderosas armas para apontar saídas que levem nossa gente à satisfação de suas necessidades fundamentais.

Que nossas palavras não sejam meras figuras de retórica! Que nossas ações não signifiquem tão somente instrumentos do desejo de encontrar a luz dos holofotes.

Que a preocupação que nos rege esteja verdadeiramente – **eu disse verdadeiramente!** - voltada para promover a vida, para socorrer a infância desamparada, para amparar nossos idosos, para oferecer perspectivas e esperanças para nossa juventude, para garantir o crescimento econômico que gera emprego e renda que sustentam o nosso trabalhador.

A população do Brasil já ultrapassa os 180 milhões de habitantes. Uma nação emergente, um gigante que não está mais adormecido.

Dar pão a quem tem fome, dar trabalho ao desempregado, plantar uma semente de vida nova no coração do Brasil a partir da cooperação e da perseverança de todos! **É disso que o nosso povo realmente precisa para voltar a sonhar e a ter uma vida digna!**

Se trata, portanto, de dar início a uma nova empreitada de reestruturação das bases sociais deste País, fazendo com que os resultados do crescimento econômico não sirvam apenas para alimentar um processo produtivo injusto e concentrador, mas que realmente promovam a urgente e inadiável democratização das riquezas, restabelecendo a dignidade para todos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a reforma política que este País ainda haverá de fazer deve se guiar por um conceito maior, que delimite um sistema partidário autêntico, forte, responsável, equilibrado, justo e - por que não dizer? -, explicitamente contemporâneo e moderno.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ideli Salvatti.

Concederei quinze minutos, já inclusos os cinco de prorrogação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O ESTADO DE S. PAULO

Mil e Uma Noites

Pedro S. Malan

“Nós estava errado.” Assim mesmo, “we was wrong” no original inglês, foi a chamada de uma matéria da revista *The Economist* de algum tempo atrás. A matéria e seu título refletiam três coisas. O velho sentido de humor britânico, tanto mais simpático quanto mais voltado para si próprio. O reconhecimento explícito, e uma boa explicação do porquê, dos “erros” de avaliação anteriormente cometidos. E mais importante, ao misturar singular e plural em brincadeira, a revista deixava claro a seus leitores que assumia coletivamente as previsões que haviam sido feitas: “Nós erramos e não fulano errou.” Não sei por que este exemplo menor da infundável controvérsia sobre o tema de responsabilidades individuais e coletivas me vem à mente neste semblante setembro de 2005, em que o governo Lula completará seus Mil e Uma Noites.

Talvez porque a atitude de alguns participantes e coadjuvantes das espantosas histórias que vêm sendo dadas a público nos últimos meses me lembrem a ob-

PARADOXALMENTE, É A ECONOMIA A PRINCIPAL BASE DE SUSTENTAÇÃO DO ATUAL GOVERNO

servação de um velho romano: “Ninguém acha que delinqüiu mais do que é permitido” (Juvé-

nal, citado por Montaigne em seus *Pensaios*). Mas se esta postura, tal como criticada pelo estóico moralista, é velha como a metade do tempo, há exemplos recentes de outras formas de enfrentar penosas realidades.

Na semana passada, por exemplo, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou publicamente que assumia responsabilidade pessoal pelos desastres e ilícitos identificados em devastador relatório produzido por Paul Volcker sobre o programa Petróleo por Alimentos, administrado pela ONU. Disse Annan: “O relatório critica-me pessoalmente e eu aceito as críticas. As conclusões são profundamente embaraçosas para todos nós; a comissão de inquérito rasgou as cortinas e dirigiu uma dura luz sobre os mais recônditos escaninhos de nossa organização.” Volcker foi curto e direto: “Nosso mandato era o de verificar se houve incompetência na administração do programa, bem como procurar evidências de corrupção. Infelizmente, ambos foram encontrados.”

Os mais céticos dirão: não há nada de novo sob o sol. Afinal, a observação de Juvenal tem cerca de 1.900 anos. Para ficar no período mais recente, o excelente livro de H. James sobre a história da Europa (1914-2000) contém uma curta, mas rica seção sobre casos recentes de corrupção nos principais países europeus, que vale a pena ler. Na Europa, como nos EUA, como em

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa, Sr^a Presidente, para transcrição nos Anais, artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**, de ontem, domingo, intitulado “Mil e Uma Noites”, assinado pelo ex-Ministro Pedro Malan, que apresenta uma informação muito interessante: a de que, neste quadro de caos experimentado pelo Governo Lula, precisamente o que o sustenta é a política econômica que ele herdou do Governo anterior.

Obrigado a V. Ex^a.

qualquer país do mundo, existem tentações a que muitos não resistem (afinal, como diz o nosso moralista maior, o ser humano não é falha). Mas o que diferencia os países é o grau de (in)tolerância de seus cidadãos para com ilícitos desta natureza, a efetividade com que suas instituições são capazes de assegurar a não-impunidade e a clareza com que se expressam a respeito, não apenas nos discursos como nas práticas (públicas e privadas), os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Estamos num destes momentos-chave no Brasil, em termos de definição de responsabilidades, individuais e coletivas, pelas lamentáveis histórias que estão vindo a lume nos últimos meses. Há que confiar no aprendizado coletivo envolvido no processo e nas suas consequências, em termos do aumento da maturidade política e institucional do País, forçadas por uma sociedade que se moderniza. Como vem acontecendo na economia, hoje, paradoxalmente, a principal base de sustentação do governo Lula.

Na minha modesta opinião, contudo, o discurso presidencial, hoje – à la James Carville –, principalmente voltado para a economia (e procurando evitar os temas que estão, no momento, no centro da crise política em que vivem seu partido e seu governo), ainda não demonstrou reconhecer, ao menos de público, as razões do desempenho econômico do País ao longo das primeiras Mil e Uma Noites de seu governo.

Resumindo ao extremo algo que venho dizendo há tempos, são três as razões principais deste desempenho. Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não me-

nos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores, como reconheceu o ministro Palocci em sua exemplar entrevista coletiva de agosto.

Olhar para o restante de 2005, para 2006 – e adiante – significa avaliar como podem evoluir esses três conjuntos de fatores. Sobre o primeiro o Brasil não tem controle, embora a natureza das respostas do País a eventos externos sempre será importante. Mas a melhor resposta está nos outros dois conjuntos de fatores. A consolidação destes processos é a melhor forma de alcançar o objetivo em torno do qual há total consenso:

assegurar um crescimento mais acelerado e de forma sustentada por um longo tempo à frente. Entretanto, como notou o economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, em artigo recente, "... é preciso apontar o cerne da restrição ao crescimento acelerado: o baixo nível histórico do investimento na economia brasileira, inclusive em capital humano no sentido amplo, incluindo não apenas educação formal, mas conhecimento técnico e operacional, saneamento, habitação e saúde. Os investimentos que não fizemos no passado (distante ou próximo) parecem impor uma triste e pesada obrigação ao governo e à sociedade".

Estas questões ligadas à redução das barreiras ao investi-

mento (privado e público) têm, em parte, que ver com a política econômica (que, no mundo de hoje, é apenas um modo para que outros objetivos possam ser alcançados), porém muito mais com as agendas microeconômica e regulatória e com infra-estruturas institucionais e a efetividade de seu funcionamento. E são estas questões que, espero, possam não estar ausentes das discussões ao longo dos próximos 12 meses, ao fim dos quais o governo Lula terá completado Mil e Uma Noites e Um Ano. Haja Sherazade.♦

♦ Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC. E-mail: malan@estadao.com.br

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há um ditado popular que, nos últimos dias, ficou um pouco abalado: o de que prisão só serve para os três pês. Penso que V. Ex^{as} já devem ter ouvido isso. Só vão para a prisão três pês: pobre, preto e prostituta. As prisões brasileiras, infelizmente, são o retrato desse corte classista, racista e machista da sociedade brasileira.

Por isso, determinadas ações, como aquela a que assistimos neste final de semana, têm valor emblemático muito contundente, apesar de serem muito poucas ainda, frente à realidade gritante de que basta abrir qualquer prisão brasileira, para se verem os três pês lá dentro. Prender donos de grandes empresas e de grandes lojas por sonegação ou políticos notáveis por desvio de dinheiro público não é muito usual em nosso País, mas acontece.

Podemos até promover aqui o debate, do qual poderiam participar alguns indignados pela forma como determinadas prisões são feitas. Posso até concordar com relação a determinados aparatos ou ao excesso em relação a alguns tipos de procedimentos, mas também não vejo virem à tribuna com a mesma insistência quando se trata de falar das prisões abarrotadas, da violência e da arbitrariedade quando isso ocorre com

qualquer um dos integrantes dos três pês. Todavia, quando acontece com um expoente econômico ou político, isso ocorre. É claro que não devemos fazer nenhum tipo de diferenciação na arbitrariedade ou na violência, mas, indiscutivelmente, a reação para determinadas situações é muito forte.

Antes de dar continuidade ao que me traz à tribuna, faço novamente o registro, porque a nossa Polícia Federal, sob o comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos, desde janeiro de 2003, início do Governo Lula, já realizou 99 operações especiais, das quais 58 de combate à corrupção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Queria que a Mesa me informasse se Delúbio Soares, Marcos Valério, Silvinho e outros foram presos. Pediria à Mesa que me informasse isso e também se a Polícia Federal já tratou dessas figuras nocivas, que roubaram o País, inclusive as entidades públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, a Presidência não tem essa informação.

Continua com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Retomando, Senadora Serys, dessas operações resultaram a prisão de 1.793 pessoas, das quais 1.228 por crime de corrupção. Desse total de 1.228 pessoas presas, 505 são servidores públicos e 71 são policiais federais envolvidos.

A Polícia Federal tem inquérito apurando denúncias de que políticos e assessores teriam recebido

do recursos ilegais de Marcos Valério. Isso está em andamento e, portanto, temos que, juntamente com as investigações que estão sendo desenvolvidas pelo Congresso Nacional, as CPIs e o Ministério Público, ter a convicção de que as apurações chegarão aos responsáveis, comprovadamente, e que serão, efetivamente, punidos.

Por isso que, nesse final de semana, quando assistimos – quem teve a oportunidade de assistir – à prisão do Sr. Maluf e do seu filho, apesar de todas as questões sobre algum ato arbitrário da Polícia Federal na forma como foi feita, vimos que essa prisão tem um caráter emblemático, indiscutivelmente. Até porque essa decisão, tomada e executada pela Polícia Federal, foi requerida pelo Procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto, e se deu exatamente por uma conveniência da instrução criminal, já que eles estariam agindo intensamente para ocultar provas ou intimidar testemunhas que podem incriminá-los na investigação sobre os US\$161 milhões que teriam enviado ilegalmente para os Estados Unidos.

A juíza acolheu integralmente a denúncia apresentada pela Procuradoria da República e abriu processo contra os Maluf e também contra o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, e o ex-tesoureiro da empreiteira Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira.

A prisão dos Maluf foi requerida pelo Procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto, que vê razões de sobra para que o ex-prefeito e seu filho passem longa temporada atrás das grades.

É muito importante também lembrar que esse pedido de prisão se deve a uma operação desencadeada pela Polícia Federal, denominada Operação Hércules, que, por meio de escuta telefônica, ocorrida entre os dias 14 de junho e 20 de julho, agora recente, revelou todas essas tentativas de impedir o depoimento do doleiro Vivaldo Alves, o Birigui, ao Ministério Público Federal. Essas conversas ajudaram a embasar o pedido de prisão de Maluf e seu filho.

É bom lembrar que essas investigações que acabaram levando agora à prisão preventiva se reportam a fatos já bastante antigos: desvios de recursos nas obras na Avenida Águas Espraiadas, no Município de São Paulo, e no túnel Ayrton Senna, executadas durante a Administração do Sr. Maluf no período de 1993 a 1996.

A estimativa é de que o Sr. Maluf tenha recebido pelo menos US\$235 milhões (R\$540 milhões) em propinas nas duas obras. No total, as obras custaram US\$1,2 bilhão, o que, em valores de hoje, corresponderia a R\$2,7 bilhões. A margem da propina teria sido de 37% (R\$1 bilhão), sendo que 20% teriam sido a margem do ex-prefeito, o que totaliza R\$540 milhões.

Nessas investigações, as acusações são de crime financeiro, evasão de divisas, formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Trata-se, indiscutivelmente, do maior desvio de dinheiro público, comprovado, na história da República brasileira.

É muito importante, ainda, registrar que em todas essas investigações desse longo período, de 1993 a 1996, o Ministério Público adotou medidas, a partir de 2001 até agora, em 2005, juntamente com a Polícia Federal, extremamente relevantes para que pudesse haver, inclusive, a possibilidade de repatriação desses recursos, quer dizer, fazer com que voltem ao País. Muitas dessas ações tiveram a atuação da nossa Prefeita Marta Suplicy e, posteriormente, também, do atual Prefeito de São Paulo, José Serra.

Registro ainda que, durante a administração da nossa Prefeita Marta Suplicy, foi feita a contratação do advogado, Dr. Grobet, que garantiu a não prescrição dos crimes cometidos por Maluf na Suíça, que é condição **sine qua non** para que possamos repatriar o dinheiro. Com relação aos recursos localizados em Londres e no paraíso fiscal de Jersey, houve a contratação do advogado Andrew Witt. Tal processo começou na gestão de Marta Suplicy e a contratação foi efetuada agora durante o Governo José Serra. Essa contratação foi realizada por meio de convênio com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. Foi a primeira experiência de convênio de cooperação com esses objetivos. Tal convênio foi realizado agora pelo Governo Lula, tendo à frente o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Registro que, atualmente, a CPMI dos Correios, que está também fazendo investigações sobre os recursos evadidos, que foram encaminhados, desviados, mandados para o exterior, está fazendo um trabalho conjunto com a Dr^a Cláudia Chagas, que é da Secretaria Nacional de Justiça. A Dr^a Cláudia Chagas tem nos trazido informações pertinentes ao Departamento de Recuperação de Ativos, que foi de fundamental importância nesta investigação: o rastreamento das contas, os convênios e os acordos internacionais com vários paraísos fiscais, inclusive com o governo dos Estados Unidos, para podermos descobrir as remessas ilegais de recursos e fazer as sucessivas quebras de sigilo bancário nessas contas internacionais.

O que a Dr^a Cláudia nos coloca é a dificuldade dos procedimentos: são demorados, longos e exaustivos. Isso porque, da mesma forma como as investigações e os mecanismos de investigar vão-se aprimorando, também a forma de tentar iludir e tentar impedir que sejam descobertas as falcatruas também se aprimoram. Portanto, cada vez fica mais demorado desmontar toda

essa rede, todo esse esquema, mas é de fundamental importância esse aprimoramento do Governo Federal, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos determinou e foi consolidado nesses últimos dois anos e meio. E este Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional tem sido fundamental, mesmo que os tempos de investigação sejam muito diferentes dos congressuais. Os tempos da investigação política feita pela CPI têm uma dinâmica, um tempo de duração, e o tempo de investigação, quando estão envolvidos recursos ao exterior tem sido obviamente mais demorado até por conta dessas tratativas internacionais, inclusive com paraísos fiscais que têm resistência absoluta – do contrário, paraísos fiscais não seriam – em fazer as quebras de sigilo.

Mas é muito importante saber que foi exatamente por conta desse tipo de procedimento que se pôde passar a ter a perspectiva não só de punir, de prender, mas de poder resgatar os recursos. E isso vale para todos: não só os investigados anteriormente como os que atualmente estão sendo investigados, bem como, talvez, os que estejam tão preocupados, porque ainda não foram presos, em podermos ter uma participação ativa, republicana, como tem sido, levada a efeito pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Justiça, comandada pela Dr^a Cláudia Maria de Freitas Chagas.

Agora, da mesma forma como houve uma série de procedimentos – e fiz aqui questão de registrar que foram adotadas pela nossa Prefeita Marta Suplicy, que teve continuidade inclusive com o atual Prefeito José Serra –, é muito importante também mostrar que houve vários outros procedimentos para tentar impedir o avanço dessas investigações e, inclusive, dificultar as investigações internacionais.

Na mesma escuta telefônica que acabou viabilizando a prisão preventiva do Sr. Paulo Maluf e do seu filho, foi pego também um funcionário da Justiça, que repassou documentos para os Malufs, que, divulgando os documentos, acabaram dificultando, tendo em vista que essas quebras de sigilos internacionais são muito suscetíveis e vários países, quando vêm a público documentos confidenciais dessas quebras de sigilo, tendem a se recolher e a parar de enviar documentos ou de fornecer provas. Portanto, também o próprio funcionário, que foi pego nesse grampo telefônico das investigações, está sob a mira da área de inteligência da Polícia Federal.

Ainda gostaria de deixar aqui registrado que, nesse rastreamento dos recursos no Exterior, para nós, que estamos agora na CPI dos Correios e estamos fazendo as investigações das remessas que o Sr. Marcos Valério pode ter feito pela Bônus-Banval, pela

Guaranhuns e a própria questão das contas internacionais do Sr. Duda Mendonça, é de fundamental importância que tenhamos a colaboração e a cooperação desse Departamento de Recuperação de Ativos e da Secretaria Nacional de Justiça.

Também quero deixar registrado que muitas vezes as CPIs até nem terminam, como aconteceu no caso da CPI do Banestado, que acabou não terminando, mas foram documentos obtidos por essa CPI que permitiram, inclusive, o rastreamento de contas que chegaram agora à comprovação das contas do Sr. Maluf, como foi o caso da conta Chanani – e a Senadora Serys Slhessarenko é uma das testemunhas –, porque isso estava nas investigações que estávamos fazendo na CPI do Banestado, que, infelizmente, não pôde chegar até o seu finalmente nem ter o seu relatório final votado. Muitos dos documentos, inclusive, estão ainda trancafiados aqui no Senado. Além disso, várias das informações que permitiram as investigações feitas pelo Ministério Público de São Paulo e, depois, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal têm origem na CPI dos Precatórios.

Então, vejam bem: CPI dos Precatórios, CPI do Banestado, ou seja, é uma seqüência de investigações longas, demoradas, que permitiram que tivéssemos algo que, volto a dizer, foi emblemático, sim, e todos nós que estamos participando ativamente das investigações, de forma republicana, punindo todos os que precisarem ser punidos. Seja que de partido for, seja de que governo for, seja de que época for para nós é muito importante que tenhamos a condição de trabalhar com a tranqüilidade e a responsabilidade que o momento político exige de todos nós. Até porque, para que este País deixe de ter uma prisão de “Ps” e passe a ter uma prisão de todos aqueles que cometerem crimes, principalmente dos grandes crimes...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir. E não somente aqueles pequenos crimes, como infelizmente as nossas prisões estão abarrotadas de pessoas que, muitas vezes, cometeram crimes para poder sobreviver, para poder sustentar a sua família. Que as prisões brasileiras sejam efetivamente destinadas a todos aqueles que cometerem crimes, principalmente contra o patrimônio público brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretária, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, junto com o Senador Antonio Carlos Magalhães, envio para inclusão nos Anais da Casa a entrevista de página inteira do jornalista Valdo Cruz e Eliane Cantanhêde, com o Vice-Presidente da República, José de Alencar,

que se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a será atendido conforme o Regimento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

José Alencar afirma que não vê razão para impeachment, mas que mudaria política econômica se precisasse ocupar o cargo

Vice se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir

VALDO CRUZ
DIRETOR-EXECUTIVO DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

Apesar de declarar que é fiel ao presidente Lula, contra o impeachment dele e que não moverá “uma palha” para prejudicá-lo, o vice-presidente da República, José Alencar, não deixa dúvidas: ele se diz pronto para assumir a Presidência na hipótese de afastamento de Lula e, nesse caso, mudar a política econômica — especificamente, baixar os juros.

“Se acontecer [o impeachment], independentemente da minha vontade, eu não abro mão do cumprimento do meu dever e não abro mão também dos meus direitos”, disse Alencar à Folha, na última quinta-feira. “E mudo a política monetária”, acrescentou.

Então, ele está pronto para assumir a Presidência? Resposta rápida: “Claro, absolutamente”, disse, ironizando a visão de que é considerado um risco, por ser um defensor radical da queda dos juros. Nesse caso, diz considerar-se um “risco santo”.

Alencar se diz contrariado com a política e com o fato de não ser ouvido dentro do governo quando o assunto é economia. “Vice não manda nada, nunca me ouviram (...) Nem o presidente”.

O vice-presidente endossou a tese de que o presidente não soubesse de nenhum dos escândalos

no qual o partido e o governo estão envolvidos. “É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, porque viaja muito, para saber que ele não teria espaço para estar cuidando da administração partidária”, disse ele.

Para Alencar, Lula foi “vítima” do PT, que ele considera “despreparado” para assumir o governo. O vice-presidente poupou, porém, o ex-ministro José Dirceu. “Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido”, afirmou.

Sem partido desde que deixou o PL, Alencar disse não estar pensando em se filiar a nenhum partido e que para ele é “indiferente” ter condições ou não de concorrer. “Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido”, afirmou.

Sem partido desde que deixou o PL, Alencar disse não estar pensando em se filiar a nenhum partido e que para ele é “indiferente” ter condições ou não de concorrer nas próximas eleições.

Aos 73 anos, mas com a saúde “boa como nunca” depois de uma angioplastia, ele falou à Folha na quinta-feira passada.

★

Folha - O sr. sonha em chegar à Presidência da República?

José Alencar - Seria desonesto de minha parte dizer que não. Todo homem público tem o ideal de

chegar à Presidência. Mas eu gostaria de fazer isso desde que disputasse [uma eleição] e não mexeria uma palha para prejudicar o presidente Lula. Sou vice-presidente da República graças à eleição dele, portanto a minha posição é de apoio a ele, de lealdade a ele, para que ele recupere o seu prestígio nacional e conclua o seu governo.

Folha - Há muita pressão, ou pelo menos muita conversa, para que o sr. apóie o impeachment ou a renúncia?

Alencar - Sim, é claro que há. Eu, como vice, obviamente sou alvo dessas perguntas. Muitas pessoas pensam que eu estou ansioso para que haja um impeachment do Lula. Sinceramente, não há isso. O que não significa que eu não queira ser presidente. Gostaria de sê-lo, com legitimidade, não assim. É claro que é legítima a substituição do presidente pelo vice, mas não mexerei uma palha para prejudicar o Lula.

Folha - E se acontecer?

Alencar - Se acontecer, independentemente da minha vontade, eu não abro mão do cumprimento do meu dever e não abro mão também dos meus direitos.

Folha - O sr. está pronto para assumir a Presidência?

Alencar - Claro, completamente.

Folha - O sr. acha que, a partir de todas essas denúncias sobre o esquema Marcos Valério, há indícios

suficientes para abrir um processo de impeachment?

Alencar - Eu não sou especialista nisso. O que eu sei é que as CPIs, o Conselho de Ética, a Polícia Federal, todos estão investigando de forma rigorosa e cabal. Não posso fazer um prejulgamento, dizer que o que está aí já seja suficiente para justificar o impeachment do presidente.

Folha - Se chegar alguma prova ao presidente, o sr. é favorável ao impeachment?

Alencar - Não, veja bem, eu não preciso ser a favor nem contra. A rigor, sou contra o impeachment do Lula. Se for inevitável, é outra coisa, isso não é pelo fato de eu ser a favor ou contra.

Folha - Pelo que o sr. conversa com ele, o sr. acha que ele sabia de tudo o que acontecia?

Alencar - Eu penso que o Lula é vítima disso.

Folha - Vítima desse processo?

Alencar - Eu acho que é ele é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente o que acontecia:

Alencar - Eu penso que o Lula é vítima disso.

Folha - Vítima desse processo?

Alencar - Eu acho que é ele é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, porque viaja muito, para saber que ele não teria espaço para estar cuidando da administração partidária.

Folha - Na sua opinião, a coisa está restrita ao PT, à campanha, ao caixa dois? E o envolvimento do governo?

Alencar - Não tem. E pelo que eu conheço e que está posto aí pelas investigações das CPIs, o contato direto do Marcos Valério era o dr.

Delúbio, professor Delúbio, não era outra pessoa.

Folha - O que o sr. quis dizer com "despreparo do PT"?

Alencar - Realmente foi um despropósito tudo isso que aconteceu. Se uma empresa deseja contribuir para uma campanha eleitoral, essa contribuição deve ser rigorosamente correta, de acordo com a lei, mesmo porque não há proibição legal para que uma em-

presa participe de uma campanha eleitoral, não há razão para se fazer esta doação fora da lei, sem registro. Nem de parte da empresa nem de parte do partido. Então isso é um despreparo brutal, para não dizer uma irresponsabilidade de quem doou e de quem recebeu.

Folha - O sr. não acredita na versão dos empréstimos, então?

Alencar - Eu não quero entrar nesses detalhes, mas, pela experiência que eu tenho na área, eu não tenho dúvida de que esses empréstimos têm que ser vistos com desconfiança. Não sei como é que seriam, qual a razão desses empréstimos, como foram feitos, de onde veio esse dinheiro.

Folha - O sr. vinha dizendo que, pela experiência do sr....

Alencar - Pela minha experiência, é muito difícil que um banco faça empréstimos assim, sem garantia absoluta, é muito difícil.

Folha - O sr. conhecia Marcos Valério?

Alencar - Essa pergunta já me foi feita. Eu até fiz um esforço para ver se algum dia eu fui, pelo menos, apresentado a ele. Pode ser que tenha sido, mas não me lembro.

Folha - O sr. nunca ouviu falar que ele era assim...

Alencar - Não, não. Mesmo por que eu não tenho nenhuma militância nessa área, minhas coisas são rigorosamente todas por dentro, por dentro da lei. Eu ouvi grandes homens públicos de Mi-

VÍTIMA

Eu acho que ele [Lula] é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, (...) para saber que ele não teria espaço para (...) administração partidária. Acho que a maior vítima nacional desse quadro que está aí é o Lula.

... e a coisa era assim...

Alencar - Não, não. Mesmo por que eu não tenho nenhuma militância nessa área, minhas coisas são rigorosamente todas por dentro, por dentro da lei. Eu ouvi grandes homens públicos de Minas dizerem no passado: "Fora da lei não há salvação".

Folha - E o papel do ministro José Dirceu, que recebia todas essas pessoas em seu gabinete no Planalto e acabou caindo?

Alencar - Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido.

Folha - O sr. acredita que ele não esteja? O Roberto Jefferson denunciou e a CPI suspeita que ele era o chefe do esquema.

Alencar - Sim, mas isso aí é o seguinte: é uma alegação. Está escrito, me parece no Código de Processo Civil, que o ônus da prova é de quem alega, e não me cabe fazer julgamento de quem quer que seja, muito menos "a priori". O julgamento é eminentemente político, não é julgamento, vamos dizer, do Judiciário. Então os critérios são políticos.

Folha - O sr. arriscaria um palpite de quantos deputados serão cassados?

Alencar - Vai depender. Não posso pedir pena branda nem rigorosa, mas torço por uma pena justa. Cada caso é um caso. Todo mundo sabe que há diferença e saberão muito mais os que estão mais próximos do caso, tanto na CPI como no Conselho de Ética.

Folha - Há uso evidentemente político dessa crise por parte da oposição, do PSDB e do PFL principalmente?

Alencar - Se estiver havendo, isto não é novidade, considerando tratar-se de um critério eminentemente político. O grande problema disso é que acabou afetando, queiramos ou não, todo o campo político e todos nós que militamos na política. Essa foi uma das grandes razões pelas quais eu me desfiliei. A contrariedade, o desconforto com que eu fiquei é justamente porque nós todos fomos atingidos, nunca podíamos ima-

ginar que houvesse tanta coisa, é um absurdo.

Folha - O sr. está contrariado com a política em geral ou com o PL em particular?

Alencar - Eu estava muito contrariado com tudo. Não é apenas com o partido, não, é com o quadro. Tanto que eu não me filiei nem estou preocupado em filiação. Para mim é absolutamente indiferente ter condições ou não de disputar uma eleição no ano que vem.

Folha - Existe essa hipótese, de o sr. não se filiar no PL, e não estar preocupado em filiação? Para mim é absolutamente indiferente ter condições ou não de disputar uma eleição no ano que vem.

Folha - Existe essa hipótese, de o sr. não concorrer?

Alencar - Essa hipótese era a única que existia no momento em que eu tomei a decisão de me afastar [do partido]. Estava sentindo desconforto total.

Folha - Qual o grau de responsabilidade do Lula e do PT nesse deslizado na política?

Alencar - Eu acho que a maior vítima nacional desse quadro que tá aí é o Lula.

Folha - E o PT é o maior artífice?

Alencar - O PT é responsável por isso. Grande parte do PT é grandemente responsável por esse quadro que está aí, e não só o PT, so afetou vários partidos.

Folha - O seu PL...

Alencar - Foi afetado, claro. Não só o PL, outros partidos também foram afetados, todo mundo sabe isso.

Folha - Em tese, quais são as opções partidárias que o sr. tem?

Alencar - Muitos partidos já me roçuraram e têm me procurado. Por enquanto, o que posso dizer é que não estou pensando em filiação, isso não passou pela minha cabeça.

Folha - O sr. tem disposição para disputar a Presidência em 2006?

Alencar - Nesse mundo, ninguém sabe o que vai acontecer da-

ui para a frente. Tudo muda, mas a política muda mais ainda. Tudo pode acontecer.

Folha - E a saúde, como está?

Alencar - Boa como nunca. Fiz uma angioplastia com aplicação de um "stent" [tubo que impede a obstrução das artérias], e eles me disseram que estou zerado.

Folha - Falandi em zerado, o sr. sabe para onde foram os R\$ 10 milhões que o PT deu para o PL por meio do Marcos Valério?

Alencar - Como? Do PT? Essa pergunta tem que ser feita ao partido, não a mim. Isso não passou em a mil quilômetros da minha casa. Quem me conhece sabe que não existem essas coisas na minha vida.

Folha - O PL está sob suspeita, perdeu a Vice-Presidência da República, seu presidente renunciou ao mandato de deputado federal. Que futuro o sr. vê para o PL?

Alencar - Eu me retirei porque me sentia desconfortável com o quadro criado. Essa crise política

é brutal, afetou a todos nós que estamos na vida pública. Para ser exato, quando eu me desfiliei, não foi com o sentimento de optar por outro partido, mas de sair da vida pública mesmo. Mas tenho muitos amigos de vários partidos que falam que não posso fazer isso, que tenho que pensar neles também. Então, estou dividido.

Folha - O "risco Alencar" existe?

Alencar - Ironia do destino. Todo mundo fala que o Lula fez aliança comigo porque eu representava segurança e não risco, justamente para isso que se chama mercado. Hoje, dizem que eu sou o risco. Isso não é estranho?

Folha - O sr. é ou não um risco?

do partido fala que o Lula fez aliança comigo porque eu representava segurança e não risco, justamente para isso que se chama mercado. Hoje, dizem que eu sou o risco. Isso não é estranho?

Folha - O sr. é ou não um risco?

Alencar - Devo ser, uai! Não dizem que a voz do povo é a voz de

Deus? Eu me orgulho muito de ser um risco pelo que me atribuem, porque esse é um risco santo. Não há ninguém que pugne mais pelo desenvolvimento do meu país do que eu. Eu não me conformo com a estagnação, senão eu continuaria como bom vendedor, bom comerciante, na melhor hipótese. Você não pode aceitar de maneira nenhuma que um país como o Brasil arque com uma taxa de juros dez vezes superior à média internacional. É um despropósito, um desperdício. Cada um dos 180 milhões de brasileiros está pagando essa conta. Ela está errada.

Folha - Na eventualidade de ter de assumir a Presidência, o sr. mudaria a política econômica?

Alencar - Mudo essa política monetária, assessorado pelos economistas mais brilhantes e mais experientes do meu país. Imediatamente, os convidaria.

Folha - O Paulo Nogueira Batista, por exemplo?

Alencar - Ele é um deles. E aviso que sou um risco, sim, porque não vou permitir que um cidadão contrate uma obra nem por duas vezes o seu preço no mercado. E é a mesma coisa. Nós temos que denunciar isso.

Folha - Mas é o próprio governo que faz.

Alencar - Porque o vice não manda nada. Vice pede com empenho, com dedicação e com responsabilidade, e eu tenho pedido

todo o tempo do nosso governo. Nunca me ouviram.

Folha - Quem?

Alencar - Nem o próprio presidente. Ele está consciente de que essa política está correta, e é claro que discordo dele. Não posso concordar com uma coisa dessas, que é jogar dinheiro pela janela.

Folha - O sr. tem boas relações na área empresarial, na mídia, no Congresso e, agora, na área militar. Se assumir e imediatamente baixar os juros, há quem veja o "risco" de o sr. virar um candidato imbatível em 2006.

Alencar - Esse é mais um motivo para que ninguém me queira. Mas, voltando, eu sugeri para o presidente que reunisse economistas de um lado e de outro, durante o tempo necessário, até fazer um juízo. Tem alguma coisa

O nosso discurso de campanha [da coligação PT-PL] não assumiu o poder. Nós seguimos a política econômica que estava aí e que éramos contra, porque o país quase quebrou naqueles anos do Gustavo Franco [presidente do BC de 1997 a 1999] no Banco Central. Só não quebrou porque Deus é brasileiro.

Alencar - Esse é mais um motivo para que ninguém me queira. Mas, voltando, eu sugeri para o presidente que reunisse economistas de um lado e de outro, durante o tempo necessário, até fazer um juízo. Tem alguma coisa de errado nisso?

Folha - O que ele respondeu?

Alencar - Não me lembro. Provavelmente, nem respondeu.

Folha - O sr. foi a única pessoa do governo que manteve o discurso

feito pelo PT na campanha?

Alencar - O nosso discurso de campanha não assumiu o poder. Nós seguimos a política econômica que estava aí e que éramos contra, porque o país quase quebrou naqueles anos do Gustavo Franco no Banco Central. Só não quebrou porque Deus é brasileiro.

Folha - O presidente acha que o desempenho da economia será suficiente para reeleger-lo, mas a popularidade vem caindo. Quais são as chances de reeleição dele?

Alencar - As chances dele são muito grandes. A popularidade está caindo, mas, mesmo assim, é muito alta. Essas quedas

são naturais em momentos mais difíceis, mas ele poderá sair vitorioso de tudo isso. Acredito, sinceramente. E não só acredito, como torço, porque o Lula é um homem de bem. Essas coisas todas não alcançam a autoridade moral do Lula perante a Nação. O Lula é correto. O Lula e a família. Dona Marisa é uma mãe de família exemplar. Estarei leal a eles até o fim.

Folha - O sr. também é ministro da Defesa. Como os militares acompanham tudo isso?

Alencar - Não temos conversado sobre esses assuntos, mas, como brasileiros, eles estão tão preocupados como qualquer pessoa de bem. Eles são homens de elevado interesse nacional e é claro que tudo isso preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vários temas para tratar aqui, hoje, mas vou iniciar falando de uma questão que muito preocupa os nossos quase seis mil Municípios pelo Brasil afora.

Ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de agosto, no Estado do Rio de Janeiro, a “Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro” promovida pela Confederação Nacional dos Municípios, que reuniu todos os representantes de associações estaduais. Nessa importante conferência, dentre outras deliberações, ficou decidido que no dia 12 de setembro de 2005, portanto hoje, estariam reunidos, simultaneamente em todo o País, as associações dos Municípios de cada unidade federativa com a sua respectiva Bancada Federal.

Estive hoje pela manhã na Associação Mato-grossense dos Municípios de Cuiabá, às 9 horas, e me coloquei à disposição dos prefeitos para lutar pelas suas justas e antigas reivindicações e pela aprovação de projetos de interesse dos Municípios brasileiros no Congresso Nacional, especialmente aqueles que descentralizam recursos da União. Reuniões idênticas estão ocorrendo hoje em todas as associações dos Municípios de todos os Estados da Federação brasileira.

Quero aqui saudar o nosso presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, o Prefeito tão conhecido carinhosamente por Cidinho, que conseguiu realmente colocar, hoje, na Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, a grande maioria dos prefeitos para discutir com a nossa Bancada Federal do Estado de Mato Grosso. Lá estivemos pela manhã e a discussão foi extremamente profícua. Por esse motivo, gostaria de registrar esse acontecimento desta tribuna.

Eu, que nos meses de julho, agosto e, agora, em setembro, já percorri quase 100 Municípios do meu Estado do Mato Grosso, pude constatar **in loco** a penúria desses entes da Federação. Os gastos com folha de pagamento de pessoal e dívidas contraídas por administrações anteriores impedem qualquer forma de investimento, colocando, paradoxalmente, como bom administrador aquele prefeito que consegue pagar em dia seu pessoal, fazer a varrição das ruas e vai ficando por aí.

Somos um País rico, mas com um modelo centralizador de recursos pela União que vem massacrando cada vez mais os Municípios brasileiros. Deixar o di-

nheiro em Brasília é sacrificar o povo; arrochar ainda mais as prefeituras é diminuir diretamente a sua capacidade de investimento. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das mais justas e necessárias reivindicações dos Municípios brasileiros trata do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 22,5% para 23,5%, previsto no projeto da reforma tributária. A aprovação desse item poderá representar para os Municípios um incremento de receita cerca de R\$1,4 bilhão por ano, importante, pois afinal são eles que trabalham com o cotidiano do cidadão. As prefeituras não podem deixar de fornecer remédios, dar atenção básica à saúde, não podem deixar de fazer o transporte escolar, não podem deixar de recolher o lixo e de atender à creche. Injusto, portanto, que a União concentre em Brasília 61% de tudo que é arrecadado no País e os Municípios, que tinham 19% da arrecadação nacional, há dez anos, tenham caído para insuficientes 14%.

Daí, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso empenho. Sabemos que já fizemos a nossa parte, que o Senado da República já fez a sua parte, votando parte da reforma tributária, que se encontra na Câmara Federal. E acreditamos que se faz necessária, o mais rápido possível, a votação, especialmente dessa parte da reforma tributária que aumenta em 1% o FPM.

Ainda sobre a questão dos Municípios – meu discurso é bastante grande; gostaria de pedir ao Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, que seja registrado, na íntegra, nos Anais do Senado, pois tenho que falar de outros assuntos ainda –, além da reivindicação de 1% do FPM, os prefeitos estão discutindo também outros assuntos de interesse dos Municípios, como a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento, o parcelamento de débitos junto ao INSS, o pagamento com precatórios, a isenção de IPI e ICMS na aquisição de equipamentos pelas prefeituras, a dívida ativa e a reavaliação da distribuição do ICMS por meio de leis aprovadas pelas Assembléias Legislativas. Os prefeitos aguardam com expectativa a aprovação da transferência desses recursos, que poderão auxiliar as administrações municipais no pagamento do 13^º salário dos servidores. Espero que a Câmara Federal possa, com a agilidade necessária, contribuir com nossos Municípios brasileiros.

Para encerrar parte desta minha fala, Sr. Presidente, devo anunciar que, nos dias 27 e 28 deste mês, será realizada uma grande mobilização em Brasília, com a presença de todos os prefeitos do País. Os prefeitos vão informar as dificuldades vividas nos Municípios, visto que muitos não têm mais como oferecer serviços sem uma contrapartida maior, como, por exemplo, esse 1% no aumento do FPM.

Quero fazer agora um breve pronunciamento sobre um grande encontro que está ocorrendo na minha cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Os Auditores Fiscais do Trabalho estão reunidos em Cuiabá para o XXIII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit. Ontem, estive na abertura desse congresso, que realmente conta com uma representação extremamente significativa do Brasil como um todo e especialmente do nosso Estado de Mato Grosso.

O Enafit foi realizado pela primeira vez em 1982, em Belo Horizonte. Os auditores do trabalho são os profissionais responsáveis por fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, mediar conflitos nas relações de trabalho, combater o trabalho escravo e o trabalho infantil e todas as formas de discriminação no trabalho, proteger os trabalhadores com a fiscalização da segurança e saúde no ambiente de trabalho, além de fiscalizar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, uma importante fonte de recursos para o financiamento da habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico.

O Encontro, realizado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, e pela entidade estadual, este ano, a Associação Mato-Grossense de AFTs, acontece anualmente e trata de questões relacionadas ao mundo do trabalho de forma geral e da Inspeção do Trabalho em particular. Dos encontros saem propostas que orientam as lutas gerais e específicas dos Auditores Fiscais do Trabalho, por meio da entidade de classe.

Os Auditores Fiscais do Trabalho estão em luta pela melhoria de suas condições de trabalho que, defasadas em muitos casos, comprometem sua segurança e privacidade. Eles também reivindicam medidas de segurança para que não aconteçam mais casos como o assassinato ocorrido em janeiro de 2004, em Unaí, Minas Gerais, em que quatro servidores do Ministério do Trabalho e Emprego foram mortos em uma emboscada na zona rural.

E aqui deixo registrada a minha indignação pelo **habeas corpus** de soltura, nestes dias, do Sr. Norberto Mânica, que é o mandante desse hediondo crime. O réu está solto; o mandante está solto, infelizmente.

A categoria dos fiscais realiza um trabalho fundamental nesta sociedade tão desigual, em que a correlação de forças nas relações de trabalho são ainda tão fortemente desvantajosas para os trabalhadores. A categoria merece ser mais valorizada pelo Estado e pela sociedade. O reconhecimento, muitas vezes, vem de fora, de organismos internacionais que acompanham o trabalho e desenvolvem programas em parceria. Neste nosso País de dimensões continentais e regiões quase inacessíveis, muitas vezes é o Auditor

Fiscal, braço do Estado, a única esperança do trabalhador. Com todas as dificuldades e carências, a nossa Inspeção do Trabalho ainda é uma das mais fortes do mundo, com resultados nunca alcançados em outros países. Esse é o caso do combate ao trabalho escravo, por meio dos Grupos Móveis de Fiscalização, que se embrenham em matas e florestas, enfrentam todo o tipo de adversidades e hostilidades de quem realiza essa prática na certeza da impunidade. A ação firme e determinada da Inspeção do Trabalho, inclusive se cercando de mecanismos que esta Casa, o Congresso Nacional, pode ajudar a consolidar é que tem dado a visibilidade a um problema que, em pleno Século XXI, não deveria mais existir, sob qualquer forma.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vinha ouvindo o belo discurso de V. Ex^a e agora estou vendo a própria figura, a beleza de Senadora que o Mato Grosso nos mandou. Sei que V. Ex^a tenta, com muita inteligência, garra e fibra, resolver os problemas do País. A bem da verdade, na mesma defesa, alio-me aos prefeitos – porque fui “prefeitinho” –, valorizo-os e sei da missão deles em governar os seus, a mulher, os filhos, a avó, os amigos, todo mundo. Isso diz respeito à Constituição, que está aqui, que Ulysses beijou e disse que desobedecer à Constituição é o mesmo que rasgar a bandeira e desonrar a Pátria. É claro que 54% do bolo seria para a União, no caso, o Presidente da República, Lula; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios; e 2% para os fundos constitucionais. Deu no que deu! Garfaram o dinheiro merecido que ia para os Municípios. Nós moramos nos Municípios, e não nos Estados nem no Alvorada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O projeto que dispõe sobre o repasse de mais 1% para o FPM está na Câmara dos Deputados. Esperamos que aquela Casa acelere a votação.

Com relação à Inspeção do Trabalho, sobre o grande encontro de Auditores Fiscais do Trabalho que está ocorrendo na capital de Mato Grosso, digo que eles merecem todo o nosso respeito e a nossa determinação. Devemos buscar facilitar o trabalho dessa categoria tão importante.

Desejo sucesso a todos os senhores que estão reunidos no Estado de Mato Grosso. Que o encontro e as discussões tragam luz para seus próprios desafios e também sirvam para ajudar a construir um mundo melhor, com trabalho para todos e principalmente com igualdade no tratamento da questão. Infelizmen-

te, como diz o velho ditado, a corda geralmente rói do lado dos mais fracos.

Os auditores do trabalho no País estão fazendo um grande e corajoso trabalho e, por vezes, perdendo a própria vida. Foi o caso daqueles que foram, vil e covardemente, assassinados em Unaí. Aliás, já deixei registrado, aqui, o meu protesto e a minha indignação pela libertação do mandante do crime, o Mânica.

No pouco tempo que me resta, gostaria de registrar também que, no último fim de semana, estive em vários Municípios do meu Estado, como Rio Branco, Porto Esperidião, Cáceres – inclusive, visitei o interior do Município de Cáceres. Estivemos reunidos com assentados dos assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Rancho da Saudade, para acompanhar a reabertura das estradas – que estavam em péssimas condições e que, agora, estão com boa qualidade – e, principalmente, o lançamento da construção de alguns poços artesianos na região. Falo de um assentamento que foi feito há cinco anos em um lugar sem água. É muito difícil para o Governo Lula fazer reforma agrária daqui para a frente, pois tem de socorrer aqueles assentados que, infelizmente, no Governo passado, ficaram sem estradas, sem moradia, sem energia, sem água, sem regularização dos lotes. Foram, simplesmente, jogados na terra sem as mínimas condições.

E o nosso Governo está restabelecendo o mínimo de dignidade que deve ser dado a cada sem-terra, que, ao receber a terra, deve receber também moradia, energia, água, estrada e as mínimas condições para produzir com dignidade para si e para sua família.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a dispõe 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSCB nº 8-214/2005

Brasília, 7 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros

Assunto: Comunica desligamento do Partido dos Trabalhadores – PT.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a meu desligamento do Partido dos Trabalhadores – PT, a partir desta data.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por quinze minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não venho à tribuna para comentar a crise. Ouvi com muita atenção o Senador Antonio Carlos Magalhães, que resumiu de forma muito inteligente a situação que vivemos. A crise tem nome. A crise chama-se Lula. Venho trazer uma preocupação que diz respeito ao processo de tramitação da reforma política, em andamento na Câmara dos Deputados, e da reforma do sistema eleitoral.

O prazo para modificações termina no dia 30 de setembro e, evidentemente, olhando a pauta da Câmara dos Deputados e a crise em torno do seu Presidente, fica muito difícil a possibilidade de vermos votada a proposta do Senado que modifica o sistema eleitoral, pois cerca de oito medidas provisórias, dois projetos com prioridade constitucional e, ainda, processos de cassação de mandatos poderão ser, nesta semana, também objeto de votação na Câmara dos Deputados.

Isso me fez, neste final de semana, meditar muito sobre o assunto. Vamos pedir aos nossos Líderes na Câmara dos Deputados para que efetivem, com modificações, com aprimoramentos, com tempo de retorno a esta Casa, para que possa haver a promulgação da lei, um grande esforço para essa alteração no sistema eleitoral, mas cada vez mais me convenço de que uma reforma política, embora pareça fácil, é sempre muito difícil.

Essa luta, que vem desde 1995, liderada pelo Senador Marco Maciel, à época Vice-Presidente da República, sem dúvida alguma, tem demonstrado que, de uma maneira ou de outra, existe uma barreira, especialmente posta por aqueles que desejam um balcão de negócios no sentido de não se fazer uma reforma política adequada. Penso que não a teremos.

As chances passarão a existir a partir de 2007, quando, depois da aplicação da Cláusula de Desempenho, tivermos um número de Partidos menor – quatro, cinco ou seis – e pudermos, então, numa roda de consciência entre os dirigentes partidários e as Bancadas, ter uma solução.

Vi, com satisfação, que o Tribunal Superior Eleitoral apresentou sugestões oportunas, as quais li neste final de semana, especialmente no que diz respeito às penas, possibilidade que temos de, certamente, alterar, ajustar e modernizar depois do dia 30 de setembro, já que não se trata de matéria eleitoral propriamente dita.

Partindo das declarações do eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, passei a meditar sobre a hipótese de podermos, com a contribuição daquele Tribunal, encontrar uma solução para a reforma eleitoral e política. Cheguei à conclusão de que a mesma solução, que poderia servir para que o Tribunal comandasse uma reforma – e, portanto, um órgão isento para tal –, serviria também para que o Supremo e os Tribunais Superiores estabelecessem normas legais que fizessem com que a tramitação dos processos judiciais não levasse o tempo que hoje leva, pois essa situação é realmente um suplício para os que precisam litigar. Além disso, essa lentidão traz grave prejuízo ao País, quer no seu risco político, quer, até mesmo, pela falta de segurança jurídica, na agilidade do Poder Judiciário, gerando até influências na formação da taxa de juros.

Analisando a Constituição neste final de semana, procurei encontrar um caminho que pudesse dar um curso àquilo que a sociedade brasileira deseja – a agilidade no Poder Judiciário – e àquilo que a classe política, na sua maioria, Partidos e componentes do Executivo e do Legislativo, pretende – a reforma política. E deparei-me com uma solução que pode vir a ser acolhida e que, no meu entender, dará condições de termos esses aprimoramentos desejados pela sociedade brasileira.

O art. 68 da Constituição Federal estabelece o sistema das leis delegadas e dá a prerrogativa dessas leis ao Presidente da República.

Evidentemente, se, por um instrumento de emenda constitucional, viermos a acrescentar ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores essa prerrogativa da lei delegada, teremos a facilidade de encontrar esses caminhos, fazendo com que essa delegação seja relativa ao Direito Processual, ao Direito Penal, ao Direito Eleitoral e Partidário, ao Direito Civil e ao Direito do Trabalho. Com isso, poderiam os Tribunais Superiores solicitar ao Congresso Nacional lei delegada para poder, mediante critérios de justiça de

que são sabedores e capazes, apresentar soluções para a reforma político-partidária e também para o emaranhado de leis que hoje dão oportunidades à protelação de todo o processo judiciário. O Judiciário – o Supremo, o STJ, o TSE – poderia solicitar ao Congresso Nacional uma lei delegada. Estudá-la, colocá-la de forma apropriada e remetê-la para o referendo do Congresso Nacional.

Se continuarmos a discutir a reforma política, cada um olhando para o seu caso pessoal, muito demoraremos para encontrar um caminho adequado e uma reforma mais profunda. Mas se, por meio de emenda constitucional, viermos a dar a oportunidade de uma Casa isenta, que tem responsabilidades ao apresentar uma lei para referendo no Congresso Nacional, certamente, teremos uma Justiça melhor e uma eleição mais limpa e transparente já em 2008.

Portanto, quero dizer a esta Casa que, chegando a essa conclusão e sentindo a necessidade não de abandonar aquilo que propus em termos de sistema eleitoral – que foge à nossa responsabilidade vê-lo aprovado a tempo – mas de dar essa nova solução, que venha definitivamente trazer condições para que haja uma justiça ágil, que beneficie o cidadão simples deste País e que haja também uma lei eleitoral e uma lei partidária adequadas à realidade brasileira.

Por isso, estou anunciando hoje essa Proposta de Emenda Constitucional ao art. 68 da atual Constituição brasileira. A partir de amanhã, irei procurar os eminentes Senadores e Senadoras para obter o apoio necessário de S. Ex^{as}, um terço das assinaturas, para que seja iniciada a tramitação dessa emenda à Constituição que poderá vir a ser a solução para males que não temos a agilidade e a rapidez para enfrentar.

Não posso deixar de prestar uma homenagem ao Senador José Jorge, que conseguiu a reforma constitucional do Poder Judiciário. Mas a parte relativa às leis infraconstitucionais precisa ser agilizada. Ninguém melhor do que o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores para apresentarem a devida solução.

Com isso, anuncio aos meus Pares que, a partir de amanhã, na tarefa de melhorar a Constituição e permitir a agilidade da justiça e a reforma política definitiva, irei procurar cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para assinatura da Proposta de Emenda à Constituição ao art. 68 da Constituição brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –
Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.
V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O próximo orador inscrito é o Senador José Agripino. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mão Santa e ao Senador Efraim Morais, sob a Presidente do Senador Mão Santa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento sobre a vida, gostaria de dizer ao povo de Rondônia, ao povo do Norte do Brasil, que finalmente conseguimos a licença ambiental tão esperada para a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho. Foram mais de três anos de uma longa espera, mas, afinal, essa licença, com muito custo, foi emitida. Talvez, se há mais tempo, há três anos, tivesse sido liberada, o gasoduto estaria pronto, teria gerado emprego, renda, outras obras importantes teriam surgido e o pronunciamento que faço agora até perdesse um pouco o sentido, pois vou falar sobre as dificuldades do povo da nossa capital de Rondônia, Porto Velho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qual é a importância de uma vida? Que relevância possui uma simples vida individual diante da totalidade de existências pertencentes à espécie humana? Aos tiranos, a resposta é clara: uma vida, individualmente considerada, não possui nenhum valor, diante de imperativos coletivos superiores, como a Nação, o Estado, o Partido. Para as ideologias coletivistas, a perda de uma pessoa, ainda que dolorosa para aqueles que a cercam, sua família e seus amigos, nada representa diante de um projeto superior que, finalmente, beneficiaria o grupo como um todo.

As grandes tragédias históricas do século XX tiveram sua origem nessa crença. Se acreditamos que o indivíduo é dispensável, logo passaremos a ostentar o cinismo de acreditar que, como disse Stalin, “a morte de milhões é apenas uma estatística”. Daí a vislumbrar a supressão pura e simples de largos contingentes de seres humanos é apenas um passo.

Os valores democráticos, por outro lado, sempre acreditaram na importância e na preservação de cada vida individual. Cada pessoa tem o direito soberano de viver, de ter garantida sua existência em face de ameaças advindas da coletividade, do Poder Público ou do poder econômico.

Mesmo nas sociedades democráticas, no entanto, a vida individual tem sido fortemente desvalorizada. A prevalência do individualismo exacerbado leva à indiferença em face dos sofrimentos de nossos semelhantes. O consumismo irresponsável anestesia as consciências, limitando a existência à simples busca pelo prazer narcisista imediato.

Sr. Presidente, a precariedade dos dados sociais brasileiros é amplamente conhecida e lamentada. Nem sempre, no entanto, as pessoas que reclamam da violência, da fome e da miséria são capazes de vislumbrar que, debaixo dos números impressos, há pessoas reais; que cada algarismo representa a morte de uma pessoa única e, para seus próximos, insubstituível.

Para que o combate à nossa desigualdade social seja efetivo, não podemos nos esquecer disso. Nossa ação deve se guiar pela consciência de que o fim último a ser atingido são as pessoas e não uma idéia abstrata de bem-estar social.

Por essa razão, Sr^{as} e Srs. Senadores, é extremamente louvável a iniciativa do Projeto Amor e Vida, desenvolvida em Porto Velho.

Nas últimas décadas, a capital de meu Estado conheceu intensa expansão urbana, atingindo, em 2004, a população estimada de 400 mil habitantes. Esse crescimento ocorreu de forma explosiva e desordenada.

Muitas pessoas, na busca por uma vida melhor, terminaram por se instalar nos arredores das cidade, constituindo bolsões de pobreza extrema, destituídos de infra-estrutura e de condições sanitárias adequadas.

Dentro desse grupo desprivilegiado, há, ainda, parcelas em condição de extrema vulnerabilidade, que se encontram no ponto mais desesperador do espectro da exclusão social.

Particularmente as crianças originárias de famílias desestruturadas ou, ainda, resultantes da gravidez indesejada de mães sem situação financeira definida encontram-se em situação de risco de desnutrição, de doença e de morte.

É justamente esse o grupo atendido pelo Projeto Amor e Vida, desenvolvido pela Associação Madre Assunta Marchetti. Em sua sede própria, no bairro Igarapé, o Projeto oferece atendimento individual a crianças em risco iminente de morte, particularmente as desnutridas, as desidratadas, as portadoras do vírus HIV e as que apresentam moléstias bronco-pulmonares.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe muito bem o que são milhares de crianças vivendo em condição de miséria.

Trata-se de uma intervenção direta, destinada a impedir o agravamento terminal da situação da criança, a reverter o quadro negativo e a gerar um impacto positivo permanente em suas condições de vida.

Para tanto, o projeto abarca um conjunto abrangente de ações: atendimento pediátrico, fornecimento de medicamentos e de complementação nutricional, educação sanitária e supervisão das condições sociais da família.

Durante o período de internação na Casa de Apoio, a criança recebe atenção integral, ao mesmo tempo em que sua família, ou responsável, é instruída nos cuidados essenciais para a sua criação.

O Projeto, em conjunto com as autoridades competentes, busca ainda a inserção da criança em nova família, nos casos de abandono. Também atua na capacitação de agentes comunitários no preparo de alimentos alternativos e na disseminação de técnicas de medicina caseira, como a utilização de chás e banhos medicinais, criando um círculo virtuoso de aprendizado social, de efeitos muito mais amplos que os de sua atuação direta.

Toda essa atividade foi mantida exclusivamente, até pouco tempo atrás, pelo trabalho e pelas doações de cerca de 25 voluntários, sem qualquer apoio do Governo ou de entidades privadas.

A despeito das dificuldades decorrentes da falta de recursos, os abnegados participantes lograram construir uma estrutura e um registro de serviços excelentes, atendendo uma porcentagem significativa de um público-alvo estimado em quatro mil crianças.

Recentemente, por meio do trabalho persistente do Dr. Paulo Roberto Lamego, Conselheiro Permanente da Associação e seu principal porta-voz, o Projeto Amor e Vida foi aprovado pela Unesco e passará a receber parcela dos recursos coletados pelo Programa Criança Esperança, promovido em parceria com a Rede Globo de Televisão.

Pela primeira vez, no Estado de Rondônia, uma instituição se capacitou a receber esses recursos, que certamente serão bem aplicados e a ajudarão a atingir suas metas de atendimento. Essas metas, longe de serem irrealistas, preenchem um papel social inestimável, por representarem um auxílio essencial à camada social mais vulnerável entre todas, a dos mais desprotegidos entre os desprotegidos.

Cumpra, assim, uma função emergencial decorrente da ausência de uma política pública para a infância, a que nem o Governo Estadual – talvez mais preocupado em cassar inimigos imaginários – nem o Governo Municipal – quiçá paralisado por suas atividades administrativas – têm oferecido apoio.

Sr. Presidente, o trabalho desses voluntários – além do Dr. Paulo Lamego, cito a Irmã Lorena Fanni, a Sr^a Terezinha Andrade, o Dr. Wilson Cardoso Paniagua e a Desembargadora Zelite Carneiro – é um exemplo para toda a sociedade e, ao mesmo tempo, uma eloqüente resposta para a pergunta que formulei no início do meu pronunciamento.

“Quanto vale uma vida?”, perguntei. O Projeto Amor e Vida responde: “Mais que tudo no mundo!” É como aquela frase, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senado-

res, da Madre Tereza de Calcutá. Um milionário americano, ao vê-la cuidando de leprosos, falou: “Irmã, eu não faria isso por dinheiro nenhum no mundo!”. Ela, então, respondeu: “Eu também não, meu filho!”. E continuou tratando dos leprosos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por cinco minutos. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex^a, que já governou seu Estado e fala tanto nos “Prefeitinhos”, deve estar sentindo falta de algo, como eu também estou: daquela avalanche de Prefeitos que vêm, para nossa satisfação, visitar-nos no gabinete, trazer-nos reivindicações, apresentar-nos queixas, conversar sobre a nossa comunidade. V. Ex^a deve estar sentindo, como eu, Senador Mão Santa, falta daqueles Prefeitos que eram aqui uma frequência natural, até bem pouco tempo. Eles sumiram, já não têm vindo mais a Brasília ou vêm aqui muito pouco.

Na semana passada, estive no interior do meu Estado e perguntei a muitos deles como iam os projetos e as liberações de recursos e por que não apareciam mais em Brasília. Eles me disseram que não têm o que fazer aqui, que o Governo parou.

Talvez seja este, Sr. Presidente, meu maior motivo de inquietação neste momento: o Governo está literalmente parado. Nada acontece. No Rio Grande do Norte, no Piauí, em São Paulo, em qualquer lugar, nada está acontecendo. O Governo, que já ia “devagar quase parando”, parou. Enquanto países como a Argentina, o Chile, a Rússia e a China continuam a se desenvolver, o nosso Brasil parou. Lamentavelmente, parou.

Anuncia-se que o PIB cresceu, que o crescimento da economia pode chegar a 3,5%. Comparado com o que o resto do mundo emergente está exibindo, esse índice parece uma piada. Temos de voltar-nos para a realidade interna, para o que está acontecendo no dia-a-dia, na sua São Paulo, Sr. Presidente, na minha Mossoró, na Parnaíba do Senador Mão Santa, na Florianópolis do Senador Jorge Bornhausen, na Itabuna do Senador Rodolpho Tourinho. O que acontece no Brasil real?

Presidente Romeu Tuma, a crise de credibilidade do Governo, a crise de honestidade, o pilar ético fraturado do Governo do PT fez o Governo literalmente estancar. E olha que trocaram Ministros! Trocaram o Ministro da Saúde, recentemente, da Educação, das Cidades, das Comunicações, das Minas e Energia, da Casa Civil, da Coordenação de Governo. E pergunto a V. Ex^a: o que aconteceu de novo, de fato ou de anúncio, no campo da educação? Até a demagogia da intervenção no Rio de Janeiro faleceu no campo da saúde, a demagogia que exibiu o Governo como o super-homem do Município do Rio de Janeiro. Hoje, é claríssimo para os cariocas que não passava de uma peça de propaganda, porque nenhum resultado positivo deixou.

O Brasil real está parado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas o Governo agora, com muito pouca cerimônia, quase sem cerimônia, vem exhibir uma obra de governo: a prisão do ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf. Não tenho aqui nenhuma intenção de defendê-lo, não sou do partido dele, nunca votei nele; conheço-o, lamento pelo que fez e pelo que está acontecendo com ele, mas, se ele tem culpa no cartório, que preste contas; apenas não vamos permitir que se atire com pólvora alheia.

Aqui vi próceres do PT falarem na prisão do ex-governador como uma obra de governo, como se esse fosse um fato que tivesse iniciado ontem e terminado hoje, como se as investigações em torno do ex-prefeito e ex-governador não viessem já ocorrendo há muito tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu sei que V. Ex^a foi um extraordinário homem executivo, um extraordinário Governador do Nordeste. Mas, como tribuno, a expectativa e a esperança do Brasil são enormes. E V. Ex^a traz muito oportunamente um quadro, que vale por dez mil palavras. Eu vi a Líder do PT aqui, vibrando como obra de governo, a Polícia Federal. Atentai bem, focai em Romeu Tuma, símbolo da Polícia Federal. Trata-se de uma instituição antiga, respeitável e organizada, que trabalha ao longo de anos. O PT não a criou; o PT não criou nada. A Polícia Federal é uma instituição que foi criada pelos governos sérios do Brasil e que possui, como símbolo de uma luta histórica dos momentos mais difíceis, na prática, Romeu Tuma. Não tem nada a ver. Agora, V. Ex^a está dizendo que não acontece, mas acontece. Pode não ser bom, mas desgraça... Padre Antônio Vieira, Senador José Agripino, disse que o bem nunca vem

só, mas também o mal nunca vem. Todas as universidades federais do Brasil estão em greve. E é triste. Eu fui hoje – estou com uma bursite, por isso cheguei atrasado – a um médico amigo meu, da minha idade. O filho dele é médico especialista e ele mandou que eu fosse lá. Deus me ajuda e, por esse relacionamento, eu fui atendido. E dói uma bursite! Então, vi a população. Além da mocidade estudiosa, os pobres e humildes que dependem dos hospitais universitários. Essa é a lastima para onde o Governo Lula está nos levando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a intervenção do Senador Mão Santa, que mostra que, além de parado, o Governo está caminhando como caranguejo, está caminhando para trás, convivendo com greves sucessivas: no INSS, na Polícia Federal, nas universidades; greve em toda parte, por falta de cumprimento da palavra do Governo, que prometeu, que criou expectativas ultrafavoráveis aos funcionários públicos, que foram, em boa medida, em número expressivo, militantes do PT – não todos, mas muitos deles – e que se frustraram com a expectativa que criaram.

Senador Mão Santa, o que me preocupa é que o Brasil está parado. Naquilo que diz respeito à ação de governo, está parado. Parou total, não acontece nada de novo em educação, em saúde, nas comunicações, em minas e energia, não acontece nada no Ministério das Cidades. Os prefeitos sumiram, porque não têm o que fazer em Brasília. É a minha preocupação.

A Senadora que aqui falou sobre a prisão do ex-prefeito e do ex-governador teria a autoridade do mundo todo em fazê-lo se o PT tivesse, desde o primeiro momento, tido uma atitude colaborativa para que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios ou a CPI dos Bingos fossem instaladas com celeridade, para que, um ano e meio atrás, se tivesse instalado a CPI do Waldomiro, ou para que não ficássemos nós até a meia-noite mendigando assinaturas, que, ao final, tivemos, para que o Governo não boicotasse a ação daqueles que queriam a investigação sobre as denúncias feitas na fita gravada do Sr. Maurício Marinho, como se o Governo tivesse facilitado, o que não fez. Fez foi dificultar a ação para que a CPI existisse e todo esse processo de corrupção, que está sob investigação, estivesse sendo apreciado. Teria autoridade moral para falar sobre esse assunto, sobre a prisão, sobre a ação que é da iniciativa da Polícia Federal, movida por evidências constatadas pela Justiça, que vem atuando, investigando há muito tempo, desde o Governo passado, e as evidências se mostraram agora suficientemente robustas para que a Polícia Federal fizesse a intervenção que fez, truculenta ou não.

Não é nada deste Governo, é uma obrigação que se impõe. Ainda bem, porque estamos, também nesse assunto, passando o Brasil a limpo, mas que não me venha falar desse assunto como uma obra do governo, como se fosse o Governo das vestais, que estivesse agindo conforme o PT pregava no passado. Todos sabemos que o que pregava o PT no passado não é o comportamento do presente, que é o de evitador de CPIs, é o evitador profissional de CPIs, que está sendo ultrapassado, ele, Governo, por decisões do Supremo Tribunal Federal e pelas forças vivas dos partidos políticos, que, em nome da limpeza da vida pública do Brasil, conseguiram assinaturas e estão instalando um processo de investigação inédito para identificar corrupção inédita, em amplitude inédita, em volume inédito e que vai ser passado a limpo, sim, senhor. Agora, o que não pode é demorar. Aí a minha preocupação. O Brasil está parado e não pode demorar o processo de conclusões.

Por onde ando, Senador Mão Santa, sou cobrado disso: Senador, em que vai dar? Ouço a sua palavra, gosto da sua opinião, mas em que isso vai dar? Será que não vai haver a coibição do dolo, não vai haver ladrão na cadeia, não vai haver Deputado cassado? Tem que haver.

E a preocupação agora é com o Presidente da Câmara, o Deputado Severino. Presidente Romeu Tuma, tenho uma opinião. O Presidente da Câmara dos Deputados é um Deputado eleito para ser Presidente de uma instituição que tem uma missão importantíssima, qual seja, a de investigar. O Presidente da Câmara está sendo investigado, mas isso não tira da instituição Câmara dos Deputados o direito de investigar, de votar e de cassar, se for o caso. Mesmo presidida por um cidadão sob investigação, que tem que se sentir investigado também, a instituição tem o direito, sim, senhor, porque lá existem pessoas – lá como cá – que têm passado limpo e têm autoridade moral para denunciar e cobrar; denunciar e cobrar. Cobrar um processo que não pode parar, cobrar um processo que não pode sofrer velocidade nas investigações. E aí advogo que, na quarta-feira, o Deputado Roberto Jefferson já esteja sendo apreciado no plenário da Câmara.

O Deputado Romeu Tuma teve o seu voto aprovado pelo Conselho de Ética da Corregedoria, e esse voto vai ser submetido à Mesa da Câmara que, tenho certeza, vai aprová-lo e remetê-lo ao Conselho de Ética da Câmara para que aqueles que forem identificados como comprometidos no mensalão pela CPMI dos Correios e pela CPMI da Compra de Votos sejam também objeto de processo de cassação a ser votado “sim” ou “não”, na Câmara dos Deputados. Que não seja interrompido o processo! Que não haja diminui-

ção na velocidade das investigações! Essa situação não pode ocorrer. O País está parado. O maior crime cometido por este Governo foi permitir que a corrupção imobilizasse o Governo que já vinha caminhando devagar, devagarzinho, e parou. Nós, que temos responsabilidades, devemos fazer a transição com racionalidade e temos a obrigação de apontar os caminhos. Perguntam-me muito: “Quem vai conduzir o processo?” Aqueles que têm autoridade moral para fazê-lo, com equilíbrio e com bom senso, sem entregar a quem quer que seja a condição de vítima, sem permitir que isso ocorra, agindo no tempo certo, nem devagar nem apressadamente, mas com determinação.

Estou sendo claro, Sr. Presidente. Não há interesse algum em que se abra um processo de cassação sem provas, mas também não será a falta de provas que vai inibir o processo de investigação, porque as provas aparecerão. Não será a falta de evidências que nos vai inibir de falar sobre um processo de *impeachment* de alguém que demonstra evidências claríssimas de convivência com a corrupção. Porém, tudo será feito ao seu tempo. Tudo vai chegar pelas mãos daqueles que, com racionalidade e com equilíbrio, têm a obrigação de concluir esse processo de investigação.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – Senador José Agripino, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, concederei mais dois minutos a V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – Senador José Agripino, a sua preocupação quanto à morosidade do desfecho de toda essa crise que estamos enfrentando politicamente se agrava ainda mais quando V. Ex^a fala que o Brasil está parado. O Brasil agrícola está parado! O Brasil do interior, aquele Brasil que produz, aquelas indústrias ligadas ao agronegócio, todo o sistema de exportação, as *commodities*, lamentavelmente, estão cada vez com a rentabilidade menor em função das altas taxas de juros que este País cobra de todo o sistema produtivo, de todas as indústrias, de todo o agronegócio. E isso poderá comprometer ainda mais toda a cadeia produtiva do próximo ano. Vejo que o setor agrícola brasileiro, o setor ligado à mecanização – as fábricas de implementos agrícolas, as fábricas de tratores, de colheitadeiras e de implementos –, enfim, este Brasil rural realmente parou no País. E os reflexos disso virão muito gravemente no próximo ano. Então, preocupa-nos o que poderá acontecer com a economia brasileira a partir do próximo ano, porque a importância do PIB agrícola, do agronegócio, é muito grande no País: são 34% que ficam comprometidos seriamente.

E não só esta crise política está parando o País, mas principalmente os altos juros e a falta de um dólar compatível com as exportações brasileiras.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o lúcido aparte, Senador Gilberto Goellner, meu diletíssimo companheiro de Bancada, e digo a V. Ex^a o seguinte: o que está paralisando o País são as incertezas. No campo dos investimentos, como no setor rural, juros, conjuntura internacional, visão caolha da situação internacional por parte do atual Governo, mas principalmente as incertezas que estão provocando desaquecimento no volume de investimentos estão levando o setor privado, que poderia estar crescendo, a diminuir o índice de crescimento para entrar em uma faixa de paradeiro. Os investimentos públicos estão parados. Estão apenas anunciados da boca para fora. A transposição do São Francisco, a refinaria de petróleo do Nordeste, tudo isso é conversa fiada da boca para fora.

O Presidente Lula foi ao meu Estado e, ao invés de falar sobre a refinaria de petróleo do Nordeste, que o Rio Grande do Norte deseja, foi entregar diplomas de alfabetização de adultos, coisa que qualquer prefeito ou administrador municipal poderia fazer tranquilamente, porque essa é uma obra importante, sim...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – (...) mas não justifica um Presidente da República deslocar-se com todo o seu séqüito ao interior do Rio Grande do Norte para entregar pessoalmente alguns diplomas de alfabetização.

As obras deste Governo são, não se falando nos discursos feitos pelo Presidente, para gerar algum tipo de repercussão na mídia.

Sr. Presidente, já vou encerrar.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Agripino, concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tourinho, com muito prazer.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Serei breve, Sr. Presidente, mas não posso deixar de ressaltar a propriedade do discurso de V. Ex^a nos dois aspectos que podíamos resumir. Primeiro, o País parado. Onde V. Ex^a colocou várias obras paradas ou intenções, gostaria de acrescentar o Gasene, tão importante para nós, Senador José Agripino, para todo o Nordeste. O grande problema do Nordeste será a energia. E não há alternativa nenhuma a não ser o gás. O gás que chegar de outra forma que não seja por meio do gasoduto custará muito caro. Outro dia, perguntei ao Diretor da Petrobras quem pagará por uma eventual outra solução. Creio que a Petrobras não pode pagar.

Quem acabará pagando será o povo nordestino, o que é muito ruim. Não podemos aceitar esse tipo de coisa. Outro ponto que gostaria de colocar é em relação à lista dos culpados por toda essa crise. Na Bahia, da mesma forma que na terra de V. Ex^a, todos nos cobram o que vai acontecer e em quanto tempo irá ocorrer. Todos querem ver algum tipo de consequência. Não pode haver o caixa dois do PT simplesmente, a corrupção e não haver solução para isso. Dessa forma, ressalto a importância do discurso de V. Ex^a. Essa também é a preocupação de todos na minha terra, a Bahia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, as preocupações que V. Ex^a enxerga nos baianos são as mesmas que enxergo nos potiguares e nos brasileiros. Em que vai dar? Em quanto tempo vai dar? E até quando o Governo continuará parado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – (...) governando zero? Até quando esse estado de coisas vai existir?

Daí minha preocupação de que o *affair* Severino não interrompa o processo que já vinha andando. Aqui está o Senador Efraim Moraes. Nas denúncias feitas pelo Sr. Buratti, ele disse: “Faça a quebra do sigilo bancário, que vocês chegarão aonde vocês precisam chegar”. Não se pode perder de vista a obrigação que temos de chegar a esse ponto. Não podemos perder de vista o que o doleiro, Toninho da Barcelona, tem a informar sobre o que Duda Mendonça aqui falou, abrindo sua caixa de ferramentas. Não podemos perder de vista as investigações que se impõem em torno dos fundos de pensão.

Agora é Severino, porque Severino é o Presidente da Câmara.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Que continue, se for o caso, como Presidente da Câmara, mas a Câmara é uma instituição que tem a obrigação e o direito de investigar e que precisará, na quarta-feira, levar à apreciação o caso do Deputado Roberto Jefferson; que precisa, em tempo hábil, pelo seu Conselho de Ética, apreciar aquilo que a CPI dos Correios e do Mensalão já aprovaram: um relatório condenando 18 Deputados Federais.

Temos que cumprir a nossa parte. Que não venham com essa história de boicotar Severino, evitando que as reuniões da Câmara tenham **quorum**. É tudo o que o Governo poderia querer e não terá, porque vamos cumprir com o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Mão Santa.

Quando o Senador José Agripino fala, o tempo passa e a gente nem percebe. É como o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, símbolo da Polícia Federal, que não nasceu agora, não. Quem não conhece a história de Romeu Tuma, o “Xerife do Brasil”? A Liderança do PT erra quando toma para si a Polícia Federal como obra de PT. Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador José Agripino, Cícero, o grande Senador, talvez o maior orador da história, dá um ensinamento: “Nunca fale depois de um grande orador.” Eu vou ter de falar depois desse extraordinário orador que é o Senador José Agripino.

Senador Romeu Tuma, é nossa obrigação, é nosso dever, Senador Gilberto Goellner, ensinar, ensinar, ensinar. A raridade é que agora é nosso dever e obrigação ensinar ao Presidente da República. O Senado Federal nasceu para isso. É essa a sua missão histórica.

Senador Efraim Morais, Moisés, ungido, escolhido por Deus, quis fraquejar em sua missão. Pegou as leis. O povo ia atrás do bezerro de ouro. Quis desistir, e ele ouviu a voz de Deus, em sonho – tinha esse privilégio. Está na Sagrada Escritura: “Procure os mais velhos, os mais experientes e os sábios, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo.” Nasceu a idéia de Senado aí, melhorado na Grécia, na Itália do Renascimento, da Roma de Cícero, na França, na Inglaterra e no Brasil, com Rui Barbosa e conosco.

Senador José Agripino, V. Ex^a é um extraordinário orador. Orador tem que ter conteúdo na mensagem. Infelizmente, Lula não é bom orador. Quantidade não significa mensagem. Bom orador foi Cristo, Lula! Em um minuto, 56 palavras, Ele fez o Pai-Nosso. Que beleza de mensagem! Lula pensa que falar, falar, falar significa ser bom orador. Lula é mau orador. E aqui quero adverti-lo, porque é nossa obrigação, é a obrigação do Senado. Esta Casa deve ser a dos pais da Pátria. É um Poder Moderador. Lula, atentai bem: Pedro II, culto, que governou este País por 49 anos, quando chegava ao Senado, tirava a coroa e o cetro, porque via os pais da Pátria.

Gostaria apenas de sintetizar Cícero para o Lula meditar e dar um freio na verbosidade, na obra que ele está fazendo em seu Governo. O que o maior orador que a História reconhece e diz – sei que outros dizem que é Demóstenes, que é Siciliano, talvez seja até o nosso Pedro Simon, melhor do que todos eles, que é um

Senador do nosso Congresso – é o seguinte: “A força romana está nos costumes...” – atentai bem, Senador Francisco Escócio, não distraia nosso Presidente!

Atentai bem, Senador Gilberto Goellner, Cícero nasceu 106 anos antes de Cristo. O que diz o escritor de **Cícero** sobre a sua oratória: “Com efeito o binômio sabedoria-eloquência está como fundamento de todo o pensamento e de toda a atividade de Cícero.” Se não tem sabedoria, não é orador. E faz questão de dizer que ele era encantado, não pela retórica ou pelas palavras, mas pela mensagem de sabedoria. E diz mais ainda, Senador Romeu Tuma – e não tem ninguém do PT para aprender – é difícil esse PT! –: “A ignorância é audaciosa e ausente nas coisas do saber.”

Atentai ao que diz Cícero: “Freqüentemente raciocinei comigo mesmo: se mais bem ou mais mal tenham trazido aos Estados a faculdade do dizer e o perfeito estudo da eloquência...”. Ele que falou tanto, na Roma, diante dos Césares, Senador Rodolpho Tourinho.

Ô Lula, liga essa televisão que o Senado é para isso! A única novidade é que temos que ensinar e educar o Presidente da República:

Freqüentemente, raciocinei comigo mesmo se mais bem ou mais mal tenham trazido aos Estados a faculdade do dizer e o perfeito estudo da eloquência... E, depois de um longo raciocinar, a mesma lógica me conduz a esta conclusão: que a sabedoria sem a eloquência pouco adianta [o sujeito saber e não se manifestar, não ensinar, não ter ação] aos Estados; ao passo que a eloquência sem a sabedoria geralmente prejudica muitíssimo, nunca é útil.

Não adianta, Lula, falar sem sabedoria. Está lá no próprio Livro de Deus: o rei escolhido por Ele é seguido porque pediu a Deus a sabedoria. E assim fomos a Bíblia em busca da inspiração da sabedoria de Salomão para governar.

Então, o grande orador disse:

Ao passo que a eloquência sem a sabedoria geralmente prejudica muitíssimo, nunca é útil. Pelo que, se alguém, deixados de lado os estudos, verdadeiramente justos [atentai bem, Senador José Agripino. Atentai ao que Cícero diz] verdadeiramente justos e honestos da razão e do dever, consuma toda sua atividade no exercício do falar, este será inútil para si e cidadão pernicioso à pátria.

É, Lula, é Cícero! Não é Mão Santa. Estou buscando para lhe informar, para que devolva o que nós lhe demos: a Presidência, o nosso trabalho e o nosso voto.

Repito:

Este será inútil para si e cidadão pernicioso à pátria; ao invés quem se arma da eloquência de maneira que possa não já contrastar mas sim defender o bem

da pátria, este, segundo o meu parecer, será homem e cidadão respectivamente utilíssimo e amantíssimo de seus interesses e dos interesses públicos.

Se, sobretudo, tiver sabedoria. É o que os gregos chamam Filosofia. Então, essa é a situação do Brasil. Somos do tempo, Senadores Romeu Tuma e Rodolpho Tourinho, em que estudávamos latim. Os professores diziam e nós aprendíamos. E aquele Senador bravo, defendendo a República de Roma, no Senado Romano, o Cônsul Cícero? Fomos obrigados, Senador Romeu Tuma, a decorar muitas vezes “**Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? Quam diu etiam furor iste tuus nos eludet?**”. Mas o latim passou, é língua morta. “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência? Por quanto tempo ainda este teu louco furor zombar-se-á de nós?”

A história se repete. Catilina, Cícero não quis matá-lo, não quis prendê-lo, porque achou que ele ficaria em Roma e favoreceu a que ele fugisse, para que seus comparsas, seus bandoleiros, seus seguidores fossem de Roma com ele. E a história se repete: há agora o Zé Maligno Catilina, que continua aí tumultuando.

Quem bom seria se o Zé Catilina do Brasil voltasse a Cuba, às suas raízes, à sua formação totalitária! Nós é que libertamos este País, foi o Senado que o fez, Senador Romeu Tuma, e o Senado tem de continuar assim. **O tempora, o mores!**

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senado nasceu para ser vigilante. Nós ficamos em vigília nas férias, no recesso. E aí, auscultando o povo, já oferecemos a julgamento dezoito daqueles trezentos picaretas de que o Lula falava. E virão mais bandejas que vamos oferecer.

Este é um Poder vigilante, mas moderado e, ao longo desse 181 anos, simbolizado pelo amor à lei e à Justiça, pelo pluralista Rui Barbosa, que disse: “Só há um caminho e uma salvação, a lei e a Justiça”. E vamos cumprir a lei.

Oh, Lula, Vossa Excelência já leu a Constituição? Sabe Vossa Excelência qual é a lei? Esta aqui é uma casa de artistas, de pais da Pátria, onde o mais bobo sou eu.

São 181 anos! Pelo menos o País é consciente de que evitamos guerra interna. Não houve guerra, porque aqui se resolveu. Já se fez tudo aqui. Enfrentou-se uma ditadura civil – porque Getúlio Vargas era um homem honrado e honesto –, uns militares. Repudiamos o sonho do Zé Catilina Maligno, um sonho de poder, não de governo para o povo brasileiro. Seriam oito anos de Lula, com sua popularidade; então, viria

o Zé Maligno Catilina, com a popularidade de Lula e o dinheiro do mundo inteiro roubado. Seriam oito anos, e, depois, viria o outro. Seria uma ditadura.

O povo brasileiro diz até que essa campanha do desarmamento era para que não houvesse reação, mas Deus e o Senado reagiram. Essa é a verdade.

Então, quero dizer ao Presidente da República o seguinte: que veja a realidade. Primeiro, um mal nunca vem só, conforme dizia Padre Antônio Vieira.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quantos minutos ainda tenho? Dois minutos? Mas V. Ex^a descontou daquele tempo que botei a DNA na Polícia Federal, e V. Ex^a é um dos pais da Polícia Federal, que não tem nada a ver com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou descontando a importância de Cícero.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a é justo.

Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só, mas um mal também nunca vem só. Entraram em greve todas as universidades do Brasil, até a minha lá do Piauí. E, como Deus escreve certo por linhas tortas, quis o destino que, hoje, estando com uma bursite, eu telefonasse para um médico do Piauí que é professor. Ele não estava, mas o filho disse que eu fosse ao Hospital da Universidade, e ele me deu uma injeção. Pelo privilégio da amizade, fui atendido.

Vi, **in loco**, o Hospital da Universidade de Brasília em greve. Fiquei até constrangido, porque consegui ser atendido, porque sou amigo de turma do pai do médico. Além de a mocidade estudiosa, Senador Rodolpho Tourinho, estar parada em busca do saber no Brasil todo, todos os hospitais universitários estão em greve.

Estive lá e vi fila, choro, lamento. Isso é o que Vossa Excelência deve ouvir, Presidente Lula!

Retiraram o Ministro da Educação para se queimar na fogueira da corrupção do PT. E aí?

Atendendo à bondade do Presidente, eu diria o seguinte: Lula...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, permita-me um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, não, Senador Arthur Virgílio, concedo-lhe um aparte, com a certeza de que o povo brasileiro vai lhe dar os aplausos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu ouvia o seu pronunciamento e queria lembrar algo que talvez não tenha sido mencionado nesta sessão. Foi no meio de toda essa confusão agressiva à ética, no meio de tudo isso, que

não discutimos ainda algo gravíssimo que se passou: o Governo anunciou, num dia, que iria rebaixar a alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física de 27,5% para 25%, conforme é a aspiração da classe média deste País, mas, no dia seguinte, disse que não ia mais fazer isso, porque tinha cometido um grande erro. Então, no mínimo, é um Governo atrapalhado mesmo, e incompetente ao cometer um erro desse, ou perverso, porque acena com algo que depois não vai cumprir. Minha mulher chegou a dizer para mim em casa: “Será que estão fazendo isso para que depois o Lula decida?” E eu disse “Só se forem muito estúpidos”. Seria tão flagrantemente ridículo procederem dessa forma, inclusive contrariando a belíssima matéria que a revista **Veja** faz, mostrando como neste País, cada vez menos, um Presidente pode atrapalhar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou conceder só mais um minuto para V. Ex^a terminar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Cada vez menos, um Presidente pode atrapalhar o rumo da economia neste País. Eu queria ressaltar que, no meio dessa confusão toda, eles prometeram reduzir a alíquota para 25% do Imposto de Renda Pessoa Física e depois disseram que era brincadeira. E nem sei se isso não é uma brincadeira de mau gosto para que o Presidente Lula, do jeito mais populista, apareça como o salvador da Pátria. E acho que nem é isso que vai acontecer mesmo, porque teria Sua Excelência que, a partir daí, demitir a sua equipe econômica por incompetência. Eu acho que não fará isso. Quero só registrar que também teve esse gesto de incompetência e de perversidade contra a sociedade brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, agradecemos a V. Ex^a. Como só me resta um minuto, acho que vou ter de rezar o Pai-Nosso, porque este Governo está precisando mesmo é de reza, e o Brasil também.

Mas isso foi até melhor para sintetizar. Eu dispunha de vários números, mas um quadro vale por dez mil palavras.

Está aqui uma entrevista de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo. Em homenagem a São Paulo, vou ler parte do que disse o economista da Unicamp, na entrevista publicada na revista **Mundo Jovem**, de setembro de 2005. Ele diz: “O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo”.

Lula, se manca! Esse negócio de mentira, mentira, mentira... Está aqui: “O Brasil tem a segunda pior

distribuição de renda do mundo”. O rico ficou mais rico no Governo do Lula, e o pobre, mais pobre. Só vou resumir. O professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, em setembro de 2005, na revista **Mundo Jovem**, diz: “O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África”. Acho que o Lula foi à África para nós tirarmos logo o primeiro lugar, de trás para frente, nos quesitos injustiça social e renda. Ele quis ganhar esse troféu, porque estamos atrás de todos. Só Serra Leoa está pior em distribuição de renda. Estou vendo aqui o professor, que é simpático, parece o Crivella! Estou acreditando no estudo dele.

Já estou terminando. Professor, São Paulo, nem tudo está perdido. De acordo com a pesquisa dele, 1% dos brasileiros mais ricos, 1,7 milhão de pessoas, detém uma renda equivalente à parcela formada pelos 50% mais pobres. Ou seja, 1,7 milhão ou 1% equivale a 86,5 milhões de pessoas.

Esta é a verdade: os ricos ficaram mais ricos, os banqueiros. Não é mais PT. O Partido do Lula é PB: o partido dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Efraim Morais, tem V. Ex^a a palavra por 15 minutos. Em seguida, Senador Rodolpho Tourinho, como último inscrito.

A sessão termina às 18h30. Então, vamos tentar encerrá-la no tempo certo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, temos uma agenda cheia nesta semana nas CPIs. Há fatos que, de uma forma ou de outra, mudam o foco da imprensa em relação ao caso do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Severino Cavalcanti. Há a prisão do ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf. E, para que V. Ex^a observe, o ex-Prefeito de São Paulo e o seu filho foram presos para evitar a coação de testemunhas no processo que respondem pelos crimes – atente bem, Senador Mão Santa – de evasão de divisas, corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Isso significa dizer que o Ministério Público tem muito o que fazer nesses dias, junto à nossa Justiça, porque já passaram por essas três CPIs muitos que já estiveram envolvidos em crimes de evasão de divisas, corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Quando fazemos uma avaliação dessas CPIs – tenho a missão de presidir a CPI dos Bingos – devo dizer que a CPI que presido vem cumprindo a sua missão, principalmente quando o nosso Relator, que mostra,

sem dúvida, o caminho a ser seguido na Comissão, o nosso estimado Senador Garibaldi Alves Filho, faz um trabalho, eu diria, silencioso, mas competente.

Em entrevista, S. Ex^a disse que o Ministério Público já poderá receber sugestão da CPI para indiciamento de alguns nomes, entre eles o do Waldomiro Diniz, do Cachoeira, do Buratti e de tantos outros que passaram pela CPI dos Bingos.

O Brasil inteiro estava esquecido de Waldomiro. Ele já foi indiciado. Estava esquecido de Carlos Cachoeira, que também já foi indiciado. Ninguém se lembrava mais do Sr. Rogério Buratti, amigo e ex-Secretário do então Prefeito Palocci, que era a cara nova que vinha negociando entre GTech e Caixa Econômica e foi preso.

O Governo não tinha nenhum interesse em que essas figuras voltassem às páginas dos jornais, mas é preciso que se diga que talvez esse seja um benefício, Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão. O Governo, muitas vezes, dizia: "Não podemos tomar nenhuma decisão porque o Maluf está solto". E agora? O que vão dizer sobre o Marcos Valério? O que vão dizer sobre o Delúbio? O que vão dizer sobre o Buratti, sobre o Waldomiro Diniz e sobre tantos outros que estão enquadrados em um desses crimes?

Será que o Governo entende que, desviando a rota para a Câmara dos Deputados, estará fazendo com que isso aqui não aconteça? Engana-se o Governo, enganam-se aqueles que estão acostumados a abafar CPIs e querem abafar o resultado da CPI.

Na CPI dos Bingos, eu posso deixar claro: não existe a palavra "acordo", tampouco "pizza". Vamos apurar os fatos, vamos convocar quem for necessário para prestar esclarecimentos à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu queria apenas chamar a atenção para esse fato.

O meu discurso hoje tem outra rota, ela sai um pouco da questão das CPIs.

Sr. Presidente, na última semana, estive no meu Estado, a Paraíba, e lá recebi convite dos docentes da Universidade Federal da Paraíba e participei de um encontro e que os docentes, os funcionários e estudantes convocavam a classe política para que nos uníssemos em defesa da Universidade da Paraíba e da valorização do magistério superior.

Peço permissão, Sr. Presidente, para deixar registrado nos Anais desta Casa a carta que foi escrita para a sociedade paraibana, que passo a ler, de autoria da ADUFPB, seção sindical do Andes e Sindicato de Professores da Universidade Federal da Paraíba.

CARTA À SOCIEDADE PARAIBANA

FORA O MENSALÃO E A CORRUPÇÃO PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Cidadão e cidadã paraibana:

Em tempos de mensalão e corrupção, de crise do governo Lula e do Estado brasileiro, dirigimo-nos à sociedade paraibana para conversar sobre a universidade pública brasileira, sobre a situação salarial dos docentes e, em especial, sobre a Universidade Federal da Paraíba e seus docentes.

Principal instituição cultural da Paraíba, a UFPB completa 50 anos neste 2 de dezembro de 2005.

Tive a honra de concluir o meu curso de Engenharia Civil na Universidade Federal da Paraíba.

Como docentes da UFPB, sentimos orgulho da trajetória histórica de uma instituição vitoriosa. Formamos gerações sucessivas de milhares de quadros profissionais qualificados e contribuímos para o desenvolvimento científico, econômico, social e cultural do país, buscando conectar a região nordestina com o que há de mais avançado no campo do conhecimento científico mundial.

Em qualquer lugar do mundo civilizado, a universidade é considerada uma instituição nacional estratégica.

É com pesar que estamos assistindo, no Brasil, a um contínuo desmanche das Universidades públicas, entre estas, a UFPB. Nenhum país ou região se desenvolveu sem o maciço contributo de sólidas universidades públicas. O salto recente da Coreia do Sul, por exemplo, se deu por motivo de uma preocupação permanente com a universidade e com a pesquisa, sobretudo com o professor, agente por excelência do conhecimento e da formação profissional.

Não queremos privilégio, queremos reconhecimento e valorização. O docente universitário é um profissional qualificado que passou longos anos estudando, realizando cursos de graduação, mestrado e doutorado, com horas a fio dedicadas à pesquisa em uma biblioteca ou laboratório, com carga horária que excede, muitas vezes, à própria jornada legal de trabalho.

A docência, como profissão, deve ser respeitada pela sociedade e o Estado. O tra-

balho do docente universitário é tão imprescindível quanto o de carreiras especiais de Estado como a diplomacia, a magistratura e a segurança pública, destacando-se a circunstância de que ensinamos ao futuro médico, ao juiz ou auditor, entre outros, o seu mister profissional.

Em que pese o reconhecimento geral da importância social do trabalho docente, amargamos hoje um dos menores salários-base oferecidos no serviço público federal, inferior mesmo ao de carreiras que sequer exigem diploma de curso superior. São salários gravemente defasados, com perdas reais de mais de 60% (tomando-se por base o ano de 1994).

Por isso, cidadão e cidadã, encontramos, agora, em praça pública, buscando o seu apoio com vistas à salvação das universidades públicas e à valorização do magistério superior.

João Pessoa, 30 de julho de 2005.

Essa foi a Carta Aberta.

Tivemos, na última semana, repito, um encontro da classe política, em que discutimos e fizemos ver, na nossa palavra, a vergonha e o arrependimento dos próprios companheiros da Universidade que abraçaram este Governo e lhe ofereceram o direito de chegar ao poder.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – No entanto, quando isso aconteceu, os primeiros de quem se esqueceram Lula e o PT foram as universidades federais, os professores, os estudantes e, acima de tudo, os servidores públicos federais, vergonhosamente lhes oferecendo um reajuste de 0,01%.

Senador Mão Santa, antes de ouvir V. Ex^a, eu gostaria de dizer que apresentei, há pouco, um requerimento a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está sobre a mesa e será lido em seguida.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu o lerei para deixá-lo registrado:

Com base nos arts. 154, III e §5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de sessão especial em comemoração ao cinquentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará no dia 2 de dezembro de 2005.

Esse requerimento visa homenagear essa instituição que, sem dúvida, tem um serviço extraordinário

prestado à Paraíba e aos paraibanos. Essa instituição formou gerações e continua, hoje, pelo amor dos seus docentes e de todos os seus funcionários, sendo orgulho para a Paraíba.

Tenho certeza de que, com apoio dos Srs. Senadores, faremos essa homenagem justa pelo cinquentenário da nossa querida Universidade Federal da Paraíba.

Escuto V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, eu só queria dar uma contribuição. A Paraíba, na educação do Nordeste, é muito importante, porque tem uma Universidade em João Pessoa e outra em Campina Grande, um centro universitário de grande relevância. Cada um leva a sua profissão em mente – no seu caso, Engenharia. Eu, como sou da área de saúde, vejo o mal que essa greve vai trazer à população pobre que é atendida nos hospitais universitários, nas faculdades de Odontologia, de Enfermagem, de Fisioterapia – os que têm derrame, trombose. Além de prejudicar a mocidade estudiosa e os docentes que estão se lamentando, a greve também afeta a população pobre que tem acesso aos hospitais universitários.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer ao Senador Mão Santa que não há prejuízo. Os professores universitários, principalmente os médicos e enfermeiros do hospital universitário da nossa Paraíba, têm dado prioridade ao doente. O que existe é a decepção. O que existe é a falta de esperança desses professores que acreditaram e consideraram este o Governo da esperança. Agora, têm o Governo da decepção.

Posso registrar e dizer a V. Ex^a que senti de perto a vontade desses professores, da classe estudantil e da trabalhadora, da família universitária, de buscar o apoio não somente da classe política, mas da sociedade, porque eles, realmente, são os responsáveis por estarmos aqui, hoje. São eles os formadores de opinião. São eles os homens e as mulheres deste País que precisam ser olhados.

O Presidente Lula e o PT usaram e abusaram das universidades, dos professores e dos estudantes brasileiros. Agora, agem como se não precisassem mais deles, como não precisam mais das classes pobre e média.

Hoje, o Presidente Lula se sente realizado com os banqueiros, nos grandes banquetes, mas o povo brasileiro saberá dar a resposta ao Partido que lhe deu as costas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 994, DE 2005

Com base nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de sessão especial em comemoração ao cinquentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará a 2 de dezembro de 2005.

Justificação

A Universidade Federal da Paraíba é uma Instituição voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão. É uma das mais importantes do Nordeste brasileiro, atuando nos municípios de João Pessoa, Areia e Bananeiras.

Seus primeiros cursos isolados, anteriores à federalização da Universidade da Paraíba, datam de 1934, com o funcionamento da Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia, abrindo a perspectiva de criação de outras escolas isoladas, o que, no entanto, só aconteceu a partir de 1947, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, em João Pessoa. Até então, somente duas escolas formavam pessoal a nível médio na área do comércio – A Escola Técnica de Comércio “Epi-tácio Pessoa” e a Escola Comercial “Underwood”. A Faculdade de Ciências Econômicas aparece no quadro cronológico da História do Ensino Superior da Paraíba como sendo a transição para a fase do Ensino Superior.

Na década de 50, a intenção de “integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado”, faz de Campina Grande um novo foco científico-cultural da Paraíba, possibilitando um projeto de escola técnica de nível superior, a Escola Politécnica, projeto que conta desde o início com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais que coerentemente assumem de forma concreta compromisso de colaboração com a iniciativa. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais e estaduais que se beneficiam da realização do projeto. A mobilização de recursos fornece à escola toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, daí a boa qualidade do seu equipamento. Faz-se necessário considerar que firmas estrangeiras também estão presentes neste arrolamento de recursos o que não se registra nos projetos relativos às áreas humanística e de saúde. 1952 abre o leque para a criação de novos cursos técnicos superiores na Paraíba. A década de 50 registra a criação de quase todas as escolas isoladas que mais tarde delinearão o corpo

da Universidade Estadual, iniciativas geralmente levadas a efeito por movimentos classistas e lideradas pelas entidades representativas desses movimentos. O Clube de Engenharia inicia o movimento pela criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, inicialmente criando um curso de preparação às Escolas Preparatórias de Cadetes (1948), em cujo exame de seleção a Paraíba se coloca em primeiro lugar, determinando este fato que no ano seguinte os exames sejam realizados em João Pessoa, ao invés de serem realizados em Recife, como tradicionalmente vinha se fazendo. O êxito daquele evento motiva não somente a criação da Escola de Engenharia, mas o desencadeamento de todo o processo de formação do Ensino Superior. A criação da Faculdade de Direito da Paraíba resulta da euforia dos que se envolveram no movimento. A receptividade da comunidade há de compor o quadro propício a outras iniciativas no campo do Ensino Superior.

O Governo Estadual visualiza projeto de criação do ensino Superior na Paraíba e estabelece uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior cujos membros, representantes das diversas profissões liberais, devem elaborar projetos e encaminhar sua operacionalização. O movimento pela criação do Ensino Superior deve ser observado como um dos resultantes, na Paraíba, da euforia redemocratizadora pós-45; a normalidade democrática gera em todo o país um clima de debates acerca dos problemas nacionais mais candentes, como: nacionalização e estatização do petróleo, questões de saúde, de educação. A década de 50 na Paraíba registra o aparecimento de várias Escolas Superiores e a criação da própria Universidade. É neste contexto que se afigura a criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, em 1952, e diversas outras Escolas. De iniciativa particular, a Escola de Engenharia, enquanto unidade de ensino Superior isolada, e encarada com certa descrença pela comunidade, pois seu caráter particular implica nos transtornos oriundos da falta de recursos, considerando-se, além do mais, que na cidade de Campina Grande já existia em pleno funcionamento, a Escola Politécnica que, sendo da área estadual, carregava mais recursos. A Escola de Engenharia se mantém financeiramente através de dotações conquistadas pelo envolvimento de parlamentares paraibanos nos legislativos federal e estadual, além do COSUP, organização federal para o

ensino superior, subordinada mais tarde aos planos desenvolvimentistas do governo Jk.

A Constituição Estadual de 1947 prevê a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba, no ato das disposições constitucionais. Este dispositivo serve de apoio legal mais tarde à ação inicial dos que encampam o movimento pela criação da Fafi. Somente dois anos após, a Faculdade estaria criada oficialmente, cumprindo sua finalidade profissionalizante de formar professores e preenchendo as várias lacunas deixadas até então por outros cursos superiores existentes. Surgindo da necessidade de se qualificar pessoal para o magistério secundarista, a FAFI se propunha inicialmente a especializar professores de Português, Francês, Espanhol, Italiano, Latim (Curso de Línguas Neo-Latinas), Geografia, História (curso unificado) e Pedagogia. A implantação imediata desses grupos, cursos e disciplinas justifica-se pela necessidade explícita e pelo fato de que o pessoal docente se mostra acessível ao recrutamento, com exceção do corpo docente de línguas estrangeiras, aos quais se tinha que oferecer algumas regalias em troca de seus serviços, o que de regra ocorreria a quase todas as disciplinas que exigissem pessoal docente com maior nível de qualificação. A Faculdade de Filosofia do Estado e a Faculdade de Direito, a ser criada depois, formaram o quadro das escolas que, além das atribuições profissionalizantes específicas, é a fonte institucionalizada do “saber humanístico” que deve ser uma das qualidades para que se possa caracterizar o futuro componente da “inteligência”. As profissões médicas e jurídicas caracterizam as famílias da elite e já nas décadas de 40 e 50 eram aspirações de famílias com pretensões à ascensão social.

A Faculdade de Direito é criada legalmente em 1951 e sua turma inicial tem quarenta vagas abertas pelo ministério, sendo que todos os candidatos são aprovados e aproveitados, porque as pressões atuam no sentido do aproveitamento de todos. 1951 marca a fundação da Escola de Serviço Social, contando com o apoio da Igreja e do Governo do estado, no momento em que se abre o processo histórico da criação do ensino superior na Paraíba, momento este já quase que totalmente favorável à proliferação de escolas superiores em todo o País. Porém, dado o seu caráter de instituição particular, a Escola de Serviço Social não escapa às dificuldades resultantes da escassez de re-

ursos, e sobrevive à sombra dessas dificuldades, até que seja absorvida pela Universidade Federal.

A Faculdade de Medicina é fundada em 1951, estimulados os seus idealizadores pelo êxito obtido nas **démarches** em prol da Faculdade de Direito. A criação da Faculdade de Medicina se coloca como o estopim desencadeador do processo de abertura dos demais cursos superiores na área da saúde. A ausência, na Paraíba, de curso superior de Medicina até 1951 implicava em transtornos para a clientela estudantil de nível social mediano, estrangulada entre o **status quo** e o **status** aspirado. A necessidade de deslocamento para outros estados se configura como um desses transtornos, mesmo em se pensando que a locomoção se desse somente até Recife, onde havia o curso de Medicina mais próximo. Os dentistas, que pouco tinham se movimentado pela Faculdade de Medicina, alegando sua situação de dependência em face da nova instituição, já que o curso de Odontologia ficaria em anexo ao de Medicina, acorrem a providenciar a documentação exigida para a implantação da futura Faculdade de Odontologia, estimulados com a onda gerada pelas pressões estudantis secundaristas e pelas recentes atitudes governamentais favoráveis à Faculdade de Medicina. A imprensa divulgaria, mais tarde (1955), informes sobre o reconhecimento da Faculdade de Odontologia pelo MEC, enfocando a boa receptividade do acontecimento junto à comunidade. A falta de recursos, porém, determina o não funcionamento do curso de Farmácia, o que só ocorre em 1956. A criação da Faculdade de Medicina, assim como a ampliação da assistência médica estadual e municipal, com abertura de mais postos de saúde em todo o estado, impõe cada vez mais a necessidade de mais enfermeiros para prestarem serviços nas áreas de saúde que se ampliam.

A Escola de Enfermagem aparece no bojo do mesmo processo de criação da Faculdade de Medicina, tendo sido criada em 1953. No ano de 1955, existiam no estado onze escolas de nível superior, o que possibilita a criação da Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955 e sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a denominação de Universidade Federal da Paraíba. Essa data é o marco histórico de sua existência.

Em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da instituição,

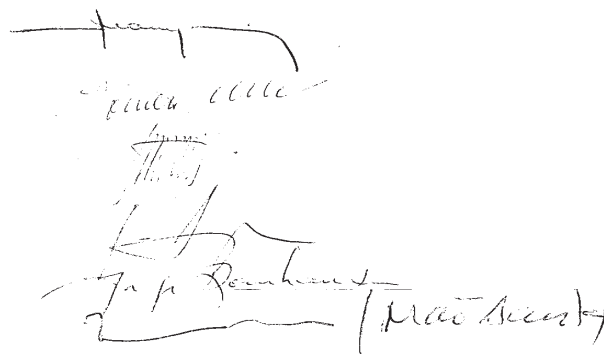
através da Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-Leis nºs 53, de 18-11-66, e 252, de 28-2-67, e a Lei nº 5.540, de 28-11-68, em que são lançadas as bases para a formação de centros como órgãos intermediários e de concentração dos departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais.

A partir de então, a Universidade Federal da Paraíba ficou estruturada da seguinte forma: **campus I**, na cidade de João Pessoa, **campus II**, na cidade de Campina Grande, **campus III**, na cidade de Areia, **campus IV**, na cidade de Bananeiras, **campus V**, na cidade de Cajazeiras, **campus VI**, na cidade de Sousa e **campus VII**, na cidade de Patos.

Após uma luta de vários anos, envolvendo a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e a classe política local, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, integrada pelo **campus I**, na cidade de Campina Grande, abrangendo o Centro de Ciências e Tecnologia – CCT; Centro de Humanidades – CH e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS; **campus II**, na cidade de Cajazeiras, abrange o Centro de Formação de Professores – CFP; **campus III**, na cidade de Sousa, abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS e o **campus IV**, na cidade de Patos, abrange o Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR.

Atualmente a Universidade Federal da Paraíba está estruturada da seguinte forma: **campus I**, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA; Centro de Educação – CE; Centro de Tecnologia – CT e Centro de Ciências Jurídicas – CCJ; **campus II**, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias – CCA e o **campus III**, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Formação de Tecnólogos – CFT.

Pelo significado da UFPB perante a sociedade nordestina, e o muito que tem representado para o engrandecimento intelectual do jovem paraibano, justifica-se que o dois de dezembro seja reverenciado pela Casa dos Estados no Congresso Nacional como marco inovador do trinômio ensino-pesquisa-extensão no âmbito da atuação universitária em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Efraim Moraes, o requerimento, lido com o coração por V. Ex^a, será apreciado oportunamente e deixo de repeti-lo em homenagem à singeleza de sua proposta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

Pergunto a V. Ex^a por quanto tempo falará, para que eu possa prorrogar a sessão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dez minutos, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Prorrogo a sessão por 10 minutos, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mas não podemos deixar, hoje, de comemorar os 15 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor. A Lei nº 8.078 foi um dos grandes marcos legais e se tornou um dos principais instrumentos para se orientarem as relações entre as empresas e os consumidores.

Nessa década e meia que se passou, alguns avanços podem ser facilmente identificados na rotina diária de todos os brasileiros. Afinal, hoje, a maioria dos produtos traz na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade. As empresas são obrigadas a disponibilizar também, em seus rótulos, um telefone (ou alguma forma de comunicação), possibilitando o contato por parte dos consumidores. Ou seja, houve uma mudança que, sem dúvida, melhorou as condições de vida do consumidor nacional.

No entanto, como as relações comerciais no mundo moderno e globalizado são extremamente dinâmicas, é natural que estejamos, nós legisladores, sempre atentos para a adequação do Código às novas práticas e realidades de mercado. Eu poderia citar o caso das

compras e vendas de produtos e serviços por intermédio da Internet como exemplo típico de uma nova modalidade comercial que merece constar, ou melhor, ser aprimorada nos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor. Aliás, adianto à Casa que pretendo, nos próximos dias, apresentar uma proposição tratando desse assunto. Já estou na fase de conclusão dos estudos desse projeto, que entendo fundamental para o aprimoramento das relações do consumidor com as empresas.

Além disso, a própria dinâmica da sociedade e os eventuais problemas identificados ao longo desses 15 anos mereceram, e ainda merecem, alguns aprimoramentos. Da minha parte, sem contabilizar o projeto que pretendo, como disse, apresentar sobre as relações de consumo no âmbito da Internet, já somam três as proposições que versam exclusivamente sobre os direitos dos consumidores. Já apresentei três projetos tentando melhorar o Código de Defesa do Consumidor, e apresentarei um quarto projeto, possivelmente, dentro de alguns dias.

O primeiro projeto que apresentei foi o PLS nº 273, de 2003, que altera o Código do Consumidor para estipular multa ao fornecedor de produtos ou serviços em caso de descumprimento do prazo de entrega. Trata-se de uma proposição que, acima de tudo, pretende dar tratamento mais isonômico entre as partes. Afinal, qualquer atraso de uma prestação devida por um consumidor que realizou sua compra por meio de um crediário é motivo de multa e juros de mora acrescidos ao valor devido a título de punição aos maus pagadores.

No entanto, a recíproca não é verdadeira. Ainda que exista a obrigação legal de prazo de entrega de bens ou prestação de serviços, não há previsão na norma de qualquer sanção de natureza civil para o descumprimento desse prazo.

O projeto que apresentei simplesmente estabelece multa para os vendedores ou prestadores de serviços que atrasem o prazo estabelecido que passa obrigatoriamente a constar do contrato assinado entre as partes. A proposição encontra-se na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sob a relatoria do eminente Senador Heráclito Fortes, que sem dúvida tem dado a atenção devida aos consumidores brasileiros.

Há duas semanas, tive a felicidade de ver aprovada, em decisão terminativa, após o relatório feito com muito brilhantismo pelo Senador César Borges,

a segunda proposição que apresentei sobre o Código de Defesa do Consumidor: o Projeto de Lei nº 219, de 2004, que “dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos”.

Basicamente, o que pretendemos é que um dos avanços mencionados anteriormente, conquistados pelo Código do Consumidor, qual seja, a disponibilização de telefones ou formas de contato para reclamações, seja sempre gratuito. Ultimamente, estava sendo comum a prática dos chamados telefones 0300 para que os consumidores fizessem qualquer reclamação, o que implica que os consumidores estavam pagando por essas informações.

Trata-se de um absurdo que estamos consertando no Senado Federal, e espero que a Câmara dos Deputados dê a mesma atenção que o projeto mereceu nesta Casa. Afinal, o quanto antes realizarmos essa correção que, repito, julgo fundamental, novamente estaremos melhorando as condições de vida dos consumidores brasileiros.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção da Casa para um terceiro projeto que, possivelmente, será votado ainda nesta semana. O Relator é o Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte, que tem dado uma atenção muito grande ao projeto devido a algumas dúvidas que surgiram no decorrer de sua discussão, mas, no fim, chegamos a uma posição em comum, pelo que S. Ex^a colocou. Refiro-me ao PLS nº 263, de 2004, também, que “dispõe sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”. O projeto, que inclusive foi motivo de diversas matérias em jornais de todo o Brasil no último fim de semana, tem por objetivo melhorar a qualidade das informações dos arquivos de crédito, divulgando dados sobre os bons pagadores, criando, portanto, um cadastro positivo.

Na medida em que atualmente as instituições que vendem bens ou prestam serviços têm a seu dispor cadastros que apontam os maus pagadores, como é o caso do Serasa e dos SPCs (Serviços de Proteção ao Crédito), a criação de um cadastro positivo contribuirá para aumentar a segurança na concessão de crédito e para diminuir as taxas de juros.

Com a aprovação do projeto em ambas as Casas, a vida do bom pagador passa a ser um ativo que ele pode usar para negociar com o sistema bancário e obter vantagens, coisa que hoje ele não pode fazer.

O sistema bancário hoje só promove aquilo que é negativo. Quando alguém deixa de pagar uma prestação, vai para o serviço de proteção ao crédito.

O que nós queremos é que o positivo também esteja registrado e que isso seja um ativo que ele possa carregar para outro banco com ele, quer dizer, não ficar só do conhecimento de um determinado banco quando ele é bom cliente.

O indivíduo poderá mudar de banco levando sua vida, pois, atualmente, só leva a assinatura, afinal, por serem concorrentes os bancos, em geral, sonegam informações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo reafirmando minha satisfação pelos 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, que considero uma conquista para o conjunto da sociedade brasileira. Afinal, a defesa do consumidor, além do princípio geral da atividade econômica é também um dever do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, peço permissão para me associar ao discurso de V. Ex^a, pela importância do fato que relatou no início de seu discurso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em função desse tempo que ainda resta, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, que seja rápido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Serei objetivo. É que recebemos hoje alguns empresários do oeste de Santa Catarina. Falavam eles sobre as rodovias.

Eu gostaria de deixar registrado nesta Casa que, em viagem a Concórdia, que fica entre a BR – 272, uma rodovia estadual que se aproxima de Joaçaba, Jaborá e Concórdia, nós nos deparamos com alguns acidentes, porque existem algumas panelas, buracos. Vimos funcionários de empresas pagas com o dinheiro público, pelo Estado, passando piche nos buracos com galhos de árvores. Eles passavam o piche e colocavam a massa.

É lógico que esse dinheiro público está sendo jogado fora. Trata-se de uma obra estadual, para a qual chamamos atenção e, lamentavelmente, não fomos atendidos. Três dias depois, a mesma massa colocada já se havia separado. O mesmo ocorre na rodovia 470, que é federal.

Portanto, eu gostaria que o Dnit fiscalizasse o dinheiro público, porque isso é jogar dinheiro público fora, pois não há fiscalização rigorosa. Tapam um buraco aqui, outro lá e deixam outros abertos. Jogam a massa sem nenhum preparo ideal.

Estou usando da palavra pela ordem para alertar o Governo Federal e o Governo Estadual, que estão jogando dinheiro fora por não praticarem a devida fiscalização das empresas contratadas ou que venceram pela concorrência. Elas estão ganhando, recebendo e não estão prestando o serviço como deveriam.

Esse é o protesto que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Bagunça fundiária”, de autoria do Deputado do PSDB, Xico Graziano, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 30 de agosto do corrente.

Em seu artigo, o Deputado trata da precariedade da estrutura agrária no país. O autor conclui seu texto com sugestões para que se ponha em ordem a “bagunça fundiária” existente no País: “Enfrentar os invasores de terras e os grileiros, titular os posseiros e assentados. Demarcar, de vez, as terras quilombolas e os territórios indígenas. Acabar com a fragilidade jurídica da propriedade rural”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bagunça fundiária

Xico Graziano

Uma verdadeira anarquia jurídica atrapalha o ambiente da produção rural. Como se não bastassem as dificuldades inerentes ao agro, o direito de propriedade sobre a terra, no Brasil, é incerto e discutível. Coisa medieval.

A Lei de Terras, de 1850, estabeleceu os marcos do capitalismo no campo, regulamentando a compra e venda da propriedade. Os domínios privados sobre o território puderam ser registrados, denominando-se, por exclusão, "devolutas" as terras de ninguém. Um século e meio depois, em plena era pós-capitalista, imensas porções do território nacional continuam sem dono. Ou, pior, com vários donos!

Atentem para os números. O Brasil mede 850 milhões de hectares. Mas o cadastro do Incra, mesmo contando as terras griladas, de discutida titularidade, aponta apenas 415 milhões de hectares nos imóveis rurais, menos da metade do País. Cadê o restante?

Sabendo-se que cerca de

POR TRÁS DO SUCESSO DA AGROPECUÁRIA SE ESCONDE UM BARRIL DE PÓLVORA

20% do território está ocupado com cidades, parques florestais e reservas indígenas, lagos, etc., pode-se supor que as terras devolutas ultrapassem 300 milhões de hectares, 35% do total. Um absurdo.

A precariedade da estrutura agrária é o nascedouro da violência no campo. Aqui está a prioridade da política fundiária. Existem oito grandes fragilidades a serem enfrentadas imediatamente pelo poder público. Primeiro, a discriminação das terras devolutas. Talvez um prazo de cinco anos fosse necessário e suficiente para encerrar esse infundável assunto, carregado de eternas suspeitas.

A esquerda agrarista sempre lutou contra a regularização fundiária. Argumenta que na ocupação da Amazônia, ocorrida durante o período militar, se privilegiaram interesses oligárquicos. Deve ser verdade. Quantos pecados, afinal,

não se escondem na História? Repare-se os erros, mas que haja um final para esse processo, conforme ocorre nas grandes nações. Senão continua a barbárie. As mortes, idem.

O segundo item da agenda se refere às áreas indígenas. Há quem conteste a imensidão dos parques da Funai. Trata-se de posição minoritária. O grande problema, criado recentemente, reside na tentativa de arrecadação de terras, como em Mato Grosso do Sul, onde se pratica a agropecuária há décadas. O argumento dos antropólogos oficiais é de que, no passado, foram territórios indígenas. Ora, se for assim, tudo será deles.

Em terceiro lugar, encontram-se as áreas dos remanescentes de quilombos. A Constituição de 1988 assegura aos quilombolas o direito às terras que ocupam. Nada contra. Em várias partes do País, entretanto, grupos negros passaram a reivindicar terrenos de supostos antepassados, entrando em conflito com produtores rurais já estabelecidos.

Em quarto, legislação do período autoritário estabelece uma faixa de 150 quilômetros, nas fronteiras, na qual se exige ratificação do Incra para garantir, acima de 2,5 mil hectares, a escritura da propriedade. Nunca cumprida, a exigência ameaça tornar fora-da-lei milhões de hectares. Um mar para novas tormentas.

Ainda os militares, sob o bordão da integração nacional, criaram o quinto problema. Uma faixa de 100 quilômetros adjacente às rodovias federais, na Amazônia, é de domínio público, embora tenha sido ocupada. A idéia inicial era a da colonização em agrovilas, tentativa que se mostrou um fracasso absoluto. Caducou a proposta, restou a confusão.

Em sexto lugar, contam-se 500 mil posseiros, gente que cultiva e cria em terrenos por aí fora, sem nunca ter regularizado sua posse. Esses produtores precários poderiam beneficiar-se do direito de usucapião especial, mas nem sabem o que isso significa.

O sétimo ponto causador da insegurança no campo está sendo provocado nas vistorias do Incra. Crescem as denúncias sobre a manipulação dos

laudos oficiais. Com dificuldades para desapropriar os verdadeiros latifundiários, que se tornaram produtivos, técnicos do Incra tacham, no papel, fazendas exemplares como improdutivas. Cria-se um pânico no setor.

Por fim, para firmar corretamente a estrutura agrária, há que titular também os beneficiários da reforma agrária. Uma multidão de 700 mil famílias de novos agricultores continua dependente do poder público, constituindo uma inusitada espécie de funcionários públicos. Sua emancipação é fundamental.

Falha do governo? Certamente, mas - pasmem! - quem impede a titulação dos assentados é o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que não admite vê-los progredir, tornando-se senhores de seu destino. Nos assentamentos, mais que a escritura da terra, vale a submissão ao poder ideológico. E lamentável.

Basta olhar o relatório de gestão do Incra e comprovar terrível deformação da política fundiária: em 2004, na regularização de imóveis, apenas 6% da meta acabou cumprida. Na distribuição de cestas básicas para acampados, todavia, se ultrapassou a meta em 71%. O problema só aumenta.

Crise política se agravando, resta torcer pelo melhor. Ninguém arrisca o futuro, decisões não se esperam. Se nem as esburacadas estradas são consertadas para escoar a safra, o que dizer do resto? Por trás do sucesso da agropecuária se esconde um barril de pólvora.

Começa a corrida presidencial. Poderia vencê-la um mandatário com autoridade e coragem para pôr ordem nessa bagunça fundiária. Enfrentar os invasores de terras e os grileiros, titular os posseiros e assentados. Demarcar, de vez, as terras quilombolas e os territórios indígenas. Acabar com a fragilidade jurídica da propriedade rural.

Se conseguir, vira herói.

Xico Graziano, agrônomo, foi presidente do Incra (1995) e secretário da Agricultura de São Paulo (1996-98). E-mail: xico@xicograziano.com.br. Site: www.xicograziano.com.br

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo da colunista Eliane Cantanhêde intitulado “O passado e o futuro” publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, no dia 26 de agosto de 2005.

O artigo menciona o discurso do Presidente Lula de ontem. Segundo a autora, “Lula disse com todas as letras, que não vai se matar, como Getúlio, nem renunciar, como Jânio, nem sofrer um golpe, como

Jango. Não quis falar sobre o mais recente, o impeachment de Collor”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E L I A N E C A N T A N H Ê D E

O passado e o futuro

BRASÍLIA - *O presidente Lula disse ontem, com todas as letras, que não vai se matar, como Getúlio, nem renunciar, como Jânio, nem sofrer um golpe, como Jango. Não quis falar “sobre o mais recente”: o impeachment de Collor.*

Horas depois, no Congresso, José Dirceu usou um gesto que remete a Getúlio ao insistir numa conversa informal que vai ficar na chapa do Campo Majoritário ao Diretório Nacional do PT e lutar até o fim para salvar o mandato na Câmara.

Com o dedo indicador direito na têmpora, simulando um tiro na cabeça, Dirceu foi radical: “Sair da chapa? Só se eu me matar”, disse. Em seguida, corrigiu: “Mas eu não sou disso. Vou lutar e vou viver mais uns 20 anos, vocês vão ver”.

Lula e Dirceu, portanto, finalmente reconheceram, cada um a seu jeito e no seu canto, o tamanho da crise e a dramaticidade de sua própria condição dentro da crise. A reeleição parece impossível, Dirceu está na lona, o PT se debate para não afundar.

Enquanto isso... a economia resiste.

E bem. Ontem foi um bom exemplo.

Na CPI dos Bingos, Rogério Buratti, braço-direito de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, repetia tudo o que já dissera a promotores em São Paulo: havia um esquema, sim, de tirar R\$ 50 mil por mês de uma empresa de lixo para dar ao PT.

E, no PFL, o economista Cláudio Adilson fazia uma comparação importante. Em 13 de agosto, quando a revista “Veja” denunciou a propina dos Correios, o dólar estava em R\$ 2,47, e o Índice Bovespa, em 23.887. Em 3 de junho, na entrevista de Roberto Jefferson à Folha, em R\$ 2,42 e 26.366, respectivamente. Em 24 de agosto, depois das denúncias de Buratti, R\$ 2,43 e 26.656.

Provocação de Bornhausen, presidente do PFL: “O país vai sair da crise melhor do que entrou. O investidor está feliz da vida, porque vai se livrar de Lula e do PT em 2006”.

Quem vai decidir os efeitos da crise e o futuro de todos (inclusive de Bornhausen e do PFL) é você, o eleitor.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Para superar a crise política”, de autoria do ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente.

Para o ex-Ministro, “é chegada a hora de pensar na reconstrução da democracia no País”. Para isso, propõe, primeiramente, que se aprofundem e concluam as investigações e que se punam aqueles que cometeram crimes como o desvio de recursos públicos e o favorecimento a determinados interesses privados a fim de obter recursos financeiros. Propõe, também, que, em uma segunda etapa, seja feita a reforma política em nosso País.

Como expressa o título do artigo, as propostas do ex-Ministro visam a superar a crise política. Crise essa que, segundo o autor, “só faz aprofundar-se a cada semana, com novas revelações estarrecedoras sobre o maior esquema de corrupção política de nossa História, organizado pela facção dirigente do Partido dos Trabalhadores que ocupou os principais postos no atual Governo”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também gostaria de registrar neste momento o artigo intitulado “Mil e uma noites”, do ex-Ministro Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 11 de setembro do corrente.

O ex-Ministro mostra, em seu artigo, que o desempenho da economia é a principal base de sustentação do atual Governo. Mostra, também, que são três as razões principais desse desempenho: “Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do Ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não menos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para superar a crise política

Paulo Renato Souza

“Acho que o Palocci deu a resposta que o País precisava ouvir. Ele mostrou a tranquilidade de um homem que sabe o que quer e, portanto, nós vamos tocar o barco.”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, programa quinzenal de rádio, 22/8

A crise política só faz aprofundar-se a cada semana, com novas revelações estarrecedoras sobre o maior esquema de corrupção política de nossa História, organizado pela facção dirigente do Partido dos Trabalhadores que ocupou os principais postos no atual governo. As investigações no Congresso

e fora dele avançam, impulsionadas por novas denúncias e, principalmente, novas confissões. Como todos suspeitavam, hoje esta assustadamente claro que nenhum personagem importante desse grupo está isento de responsabilidade ou participação ativa nesse processo. Por outro lado, a patética citação em epígrafe é a prova mais

É CHEGADA A HORA DE PENSAR NA RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO PAÍS

cabal da inépcia e do despreparo de nosso dirigente máximo para nem sequer compreender

a dimensão da crise e, menos ainda, para procurar formular uma estratégia para seu enfrentamento e superação.

Hoje podemos ter a esperança de que o País acabará sabendo boa parte da verdade e que haverá punições que atingirão algumas das figuras que até recentemente eram as mais importantes do governo. Já ninguém aposta na permanência nem mesmo do ministro da Fazenda e o impeachment do presidente passou a ser abertamente discutido. Pessoalmente, creio que já há evidências suficientes para dar início a esse processo, mas entendendo a cautela política dos dirigentes da oposição, para evitar que o

País passe por um segundo processo semelhante e altamente traumático num intervalo de uma década e meia. Entretanto, é possível que esses passos tenham de ser obrigatoriamente adotados pelo Congresso em face de novas evidências que venham a surgir.

É chegada a hora de começarmos a pensar na superação da crise e na reconstrução da democracia em nosso país, a partir de uma clara estratégia sobre a qual me parece ser possível reunir certo consenso entre lideranças políticas e da sociedade. No curto prazo, é preciso aprofundar e concluir as investigações e punir com severidade as pessoas que praticaram os crimes mais graves, ou seja, os que se utilizaram do desvio de recursos públicos ou do favorecimento a determinados interesses privados para obter dinheiro com três objetivos: o financiamento partidário, a compra de apoio político nas eleições ou no Congresso e o enriquecimento pessoal.

As etapas de médio e longo prazos se devem concentrar na inadiável reforma política em nosso país. É óbvio que não há tempo para fazer todo o necessário para as eleições do próximo ano. É preciso dividir a reforma em etapas indissociáveis. A primeira deverá incluir aspectos emergenciais para a próxima eleição e que tenham que ver com a redução de custo da campanha política e o aumento dos controles sobre seu financiamento, ainda dentro do marco mais geral de nosso sistema eleitoral vigente. Os riscos de dividir a reforma necessária em etapas são dois: não podemos confundir essa parte

da reforma com o conjunto de medidas a serem adotadas para garantir um futuro melhor para nossas instituições democráticas e não podemos aprovar nada que vá na contramão do que se deve alcançar na segunda etapa da reforma política. Nesse sentido, preocupam propostas que estão sendo discutidas neste momento no Congresso e que poderiam constar da lei a ser aprovada nas próximas semanas, como, por exemplo, a mudança do sistema de eleição parlamentar para o de listas fechadas ou a redução das chamadas cláusulas de barreira em relação ao que já está aprovado para o próximo ano, o que manteria, na prática, a pulverização atual do sistema partidário brasileiro.

Mais do que nunca, o País precisa eleger um verdadeiro estadista como seu próximo presidente. Como seu primeiro ato, ele deveria enviar ao Congresso a proposta de reforma que fixe novas regras permanentes para o sistema político brasileiro. Aos poucos a sociedade brasileira se vem amadurecendo e será possível mobilizar a opinião pública para fazer com que o Congresso aprove dispositivos que hoje soam difíceis por contrariarem muitos interesses estabelecidos no Parlamento. Três são os temas mais importantes a serem discutidos nessa etapa:

- A mudança do sistema de eleição parlamentar, substituindo o sistema do voto proporcional pelo voto distrital puro;
- a ampliação dos mandatos e a eliminação da reeleição imediata;
- e regras rígidas de fidelidade partidária.

Aprovada essa segunda etapa da reforma, o futuro presidente deveria pôr em debate e liderar o processo de aprovação, pela sociedade e pelo Congresso, da mudança do sistema de governo para o parlamentarismo. Há, hoje, condições de demonstrar ao povo brasileiro a sua necessidade, bastando constatar que as últimas grandes crises políticas que atravessamos - a do período Collor e a presente - teriam sido rapidamente superadas sem maiores traumas dentro daquele regime.

Não será quem aspira apenas a "tocar o barco" que poderá liderar esse processo estratégico essencial para a sobrevivência de nosso regime democrático. O governo atual está apenas manobrando para se defender das acusações criminais, sem nenhuma estratégia política para superar a crise. É oportuno lembrar que governo que perde a iniciativa política acaba. O problema é que a persistência dessa situação poderá tornar irrelevante a discussão sobre a conveniência ou não de levar adiante o processo de impeachment do presidente.●

Paulo Renato Souza, economista, foi ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, gerente de Operações do BID, reitor da Unicamp e secretário de Educação de São Paulo no governo Montoro. E-mail: paulo.renato@prsouza.com.br

NACIONAL A13
O ESTADO DE S. PAULO - QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2005

Quebrado sigilo de cartões do Planalto

TCU aprova auditoria para verificar regularidade dos gastos com cartões corporativos na Abin e na Presidência da República

CRISE NO GOVERNO LULA

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovaram ontem a realização de uma ampla auditoria para verificar a regularidade dos gastos na Secretaria de Administração da Presidência e na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) com cartão de pagamento do governo federal, também conhecido como cartão corporativo.

Na prática, a medida é uma quebra de sigilo semelhante às determinadas por CPIs em ope-

rações bancárias. Pelos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo referentes ao período de janeiro a junho de 2005 e divulgados pelo tribunal, 68 órgãos têm utilizado o cartão. O TCU informou que o Gabinete da Presidência foi o que fez mais despesas, num total de R\$ 4.083.874,73, seguido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Itcr), com um valor de R\$ 597.971,48.

A auditoria nos gastos com cartão corporativo foi requisitada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Relator do pedido, o ministro Ubra-

o cartão de pagamento de governo federal em 2005".

Em seguida, a intenção do tribunal é fazer auditorias em cartões corporativos de outros 68 órgãos e entidades da administração pública federal que tenham feito despesas por meio desse sistema de pagamento. "Nesse período, 34 órgãos executaram despesas em valor total inferior a R\$ 10 mil, 23 executaram despesas entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil e apenas 11 efetuaram gastos acima de R\$ 100 mil", constataram técnicos do tribunal de contas.

O TCU informou que o cartão de crédito corporativo foi instituído em 1998 com o objetivo de tornar mais ágeis os pagamentos de rotina do governo, mas a partir de 2002 sua utilização aumentou consideravelmente. O tribunal já tinha analisado o assunto em novembro de 2004. Na ocasião, foram feitas determinações para aprimorar a sistemática de utilização do cartão corporativo.

VINHOS

O uso de cartão foi um dos recentes temas discutidos na CPI dos Correios. O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato prestou depoimento e foi questionado so-

bre o uso de cartão corporativo da Previ, o fundo de pensão dos funcionários da instituição financeira. De acordo com informações divulgadas na ocasião nos extratos teriam aparecido compras de vinhos e até a assinatura de uma página pornográfica na internet.

Questionado sobre os gastos com vinhos, Henrique Pizzolato disse que eram presentes para grandes clientes do Banco do Brasil. Sobre a assinatura do site pornográfico, ele garantiu que não tinha nada a ver com o caso. "Não fui eu, a Previ não mandava as faturas dos gastos para mim", afirmou. ●

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 948, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.519, de 2005, Relatora: *ad hoc* Senadora Ana Júlia Carepa), que *autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.*

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 949, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.520, de 2005, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.*

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 960, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.521, de 2005, Relator: Senador Fernando Bezerra), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até doze milhões, cento de vinte mil dólares dos Estados Unidos*

da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE).

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

6

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a cria-*

ção de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

Ata da 157ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Paim, Roberto Saturnino,
Leonel Pavan, Antonio Carlos Valadares e da Sra. Ana Júlia Carepa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/9/2005 07:52:15 até 13/9/2005 20:02:11

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

– Nº 230/2005, de 24 de agosto último, encaminhando resposta ao Requerimento nº 423, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 6/2005, de 24 de agosto último, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 712, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro;

– Nº 21/2005, de 24 de agosto último do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 901, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

– Nº 693/2005, de 23 de agosto último, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, comunicando que as informações para a resposta ao Requerimento nº 691, de 2005, do Senador José Jorge, estão centralizadas na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República; e

– Nº 1.622, de 25 de agosto último, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 419, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações referentes ao Requerimento nº 801, de 2004, foram anexadas, em cópia, ao processado da Petição nº 8, de 2003, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2004** (nº 249/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Municipal de Amparo Aos Sem Casas de Betim – Amuascab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.281, de 2004** (nº 65/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Melos – Ascom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2005** (nº 1.228/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Padre Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2005** (nº 3.084/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural e Artística “Padre Victor Coelho de Almeida” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2005** (nº 1.400/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cristã de Formoso – ABCF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2005** (nº 1.490/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2005** (nº 1.386/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Monte Aprazível a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2005** (nº 1.503/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação

- Cultural Romeu Marsico para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2005** (nº 1.505/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaculada, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2005** (nº 1.519/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2005** (nº 1.531/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2005** (nº 1.534/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2005** (nº 757/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2005** (nº 980/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Divina Providência de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumado, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2005** (nº 1.511/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Prado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prado, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2005** (nº 1.812/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2005** (nº 1.821/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2005** (nº 1.457/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2005** (nº 1.458/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraniçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraniçu, Estado do Paraná;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2005** (nº 1.477/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gandu, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2005** (nº 1.481/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2005** (nº 1.533/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural “Rádio FM” de Mirangaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2005** (nº 2.367/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Família Fonte de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guanambi, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2005** (nº 1.313/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu (Arco) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2005** (nº 1.409/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar serviço

- de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2005** (nº 1.438/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária – ACRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2005** (nº 1.504/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Parapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parapuã, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2005** (nº 1.511/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Bonito Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2005** (nº 1.518/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Arapuá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2005** (nº 1.522/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irecê, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2005** (nº 1.530/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Comunidade dos Amigos de Santa Adélia – C.A.S.A. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2005** (nº 1.542/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Acci – Associação Comunitária e Cultural Ibititaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibititá, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2005** (nº 1.502/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atividade de Juquiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquiá, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2005** (nº 1.296/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Rádio de Fusão Comunitária Carlos Pereira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2005** (nº 1.441/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Caldeirões a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2005** (nº 1.515/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária “Ondas de Paz” FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbituva, Estado do Paraná;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2005** (nº 1.564/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2005** (nº 1.565/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2005** (nº 1.566/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2005** (nº 1.568/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2005** (nº 1.476/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Mandaguaçu – Acam a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná.
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.
- Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.649, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que Altera a Constituição Federal para acrescentar hipótese de nacionalidade originária.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Relator **ad hoc**: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Sob exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, subscrita primeiramente pelo ilustre Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 12-I, da Constituição Federal, para acrescentar mais uma hipótese de nacionalidade brasileira originária.

Prevê a proposição que serão brasileiros natos os nascidos no estrangeiro filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira. Esse reconhecimento de nacionalidade será condicionado, se forem menores de idade, ao registro em repartição brasileira competente e, se forem maiores de idade, a residência na República Federativa do Brasil e opção, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

II – Análise

A Proposta de Emenda à Constituição, subscrita pelo eminente Senador Rodolpho Tourinho, com o necessário apoio regimental, pretende modificar a alínea **c**, inc. I, do art. 12 da Constituição Federal, e adicionar ao mesmo inciso a alínea **d**.

A pretensão é de evitar a possibilidade de filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos no estrangeiro, tornarem-se apátridas. Tal é possível acontecer caso nasçam em país que não confere nacionalidade originária pelo único fato do nascimento ocorrer no seu território (critério **ius soli**, já que, a seguir a norma constitucional vigente, também não poderiam adquirir nacionalidade brasileira advinda de sua ascendência (**ius sanguinis**), ao menos enquanto não venham a residir no Brasil.

O tema já foi objeto da Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, mas sem resolver todos problemas fáticos. Apesar de, diferentemente dos constituintes, não mais vincular a possibilidade de filho de brasileiro optar por nacionalidade brasileira ao fato

dele vir a residir no Brasil antes de sua maioridade, já que pelos termos da Emenda nº 3 ele o pode fazer a qualquer tempo, simultaneamente foi suprimida a hipótese de registro em repartição brasileira competente de brasileiro nascido no exterior. Dessa forma e atualmente, é impossível ser brasileiro, quando nascido no estrangeiro, sem vir a residir no país, a menos que seja filho de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil no exterior.

A identidade nacional não é associada unicamente ao nascimento em solo pátrio. Inclusive, não é brasileiro aquele que nasce em território nacional e é filho de estrangeiros a serviço de outro País. Tampouco é razoável a tese de o vínculo nacional ser mais forte, ou exclusivo, por parte dos filhos de quem representa o Brasil no exterior, como diplomatas, por exemplo, pois essa é uma regra advinda de convenções reguladoras das relações diplomáticas e interestatais, e não de avaliação das trajetórias subjetivas dos brasileiros em geral e a decorrente transmissão de brasilidade a seus filhos.

Não é menos brasileiro quem nasce no exterior filho de doutorando brasileiro ou possui história de ascendência brasileira, já que a memória familiar é intransferível e dominante. Trata, portanto, esta nova proposta de Emenda à Constituição, de fortalecer o chamado **ius sanguinis**, como tantos outros países já o fazem.

Como visto, a proposição expande as possibilidades de aquisição de nacionalidade e, por conseqüência, não pretende abolir ou restringir direitos fundamentais. Com sua aprovação, três seriam as hipóteses para filhos de brasileiros nascidos no exterior adquirirem a nacionalidade brasileira:

- a)** quando filhos de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil, em qualquer situação;
- b)** quando crianças ou adolescentes, se registrados em repartição brasileira competente;
- c)** quando maiores de idade, se vierem a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo.

Por essa proposta não restariam restrições à proteção da personalidade jurídica de filhos de brasileiros, evitando em todas circunstâncias que eles fiquem sem guarida diplomática do Brasil.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 46, de 2004.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 46 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR "AD HOC": <i>[Assinatura]</i> Sen. Demóstenes Torres	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR "ad hoc")	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>[Assinatura]</i>
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i> (ASSINATÁRIO)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * <i>[Assinatura]</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) <i>[Assinatura]</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYC <i>[Assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBEL <i>[Assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
4-ROMERO JUCÁ <i>[Assinatura]</i>	(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 19/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Maguito Vilela encontra - se licenciado do cargo.

(****) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ARTIGO 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ALMEIDA LIMA PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

I – Relatório

Está sob exame desta Comissão a proposição acima referida, que pretende alterar o sistema constitucional de aquisição de nacionalidade brasileira originária pelo **jus sanguinis**.

Comparando-se os termos da proposta com os que atualmente vigem no Brasil e com aqueles decididos pela Assembléia Nacional Constituinte, tem-se:

Texto Originário da CF	Texto após a ECR 3/94	Texto proposto pela PEC
Art. 12. São brasileiros. I – natos c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.	Art. 12. São brasileiros. I – natos c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.	Art. 12. São brasileiros. I – natos c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, menores de idade, desde que registrados em repartição brasileira competente; d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, maiores de idade, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Como transparece acima, portanto, a proposição que temos **sub examine** pretende um tratamento diferenciado para os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai ou de mãe brasileira, impondo uma disciplina para os menores de idade e outra, especializada, para os maiores.

O parecer do relator nos chega pela aprovação. É o relatório.

II – Análise

Anota a doutrina que, desde a Constituição Imperial até a presente Carta da República de 1988, o Brasil tem, em sede de nacionalidade originária, adotado os critérios do **jus solis** (atribuição da nacionalidade pelo local de nascimento) e do **jus sanguinis** (atribuição da nacionalidade dos pais), de forma combinada.

A Carta Imperial de 1824 reconhecia como brasileiros natos os nascidos no Brasil e os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro que viessem a estabelecer domicílio no Império. A Constituição de 1891 repetiu esses princípios.

A Constituição de 1934 aboliu o pressuposto do domicílio e introduziu a necessidade da opção pela nacionalidade brasileira aos filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira nascidos em território estrangeiro. Essa opção seria feita após o atingimento da maioridade civil. A Constituição de 1937 manteve praticamente a mesma disciplina de sua antecessora. Nenhuma das duas Constituições, porém, registrava prazo para a opção pela nacionalidade, o que só foi feito pelo Decreto-Lei nº 389, de 1938, onde se lia que o prazo para a opção pela nacionalidade brasileira originária era de até um ano após atingida a capacidade civil.

Por esse sistema, o reconhecimento da nacionalidade brasileira não decorria da opção em si. Essa simplesmente tomava definitiva a atribuição de nacionalidade pré-existente. A falta dessa opção fazia cessar a nacionalidade brasileira da pessoa. Nessa linha, a ausência de opção era erigida juridicamente como condição resolutiva da atribuição da nacionalidade originária. O brasileiro passava a ser estrangeiro, por não ter demonstrado inequívoca e formal-

mente a sua vontade de prosseguir na condição de brasileiro nato.

A Constituição de 1946 reintroduziu a necessidade do estabelecimento da residência no Brasil e estabeleceu-se o prazo de quatro anos para a realização da opção como requisito para o reconhecimento da condição de brasileiro nato. A Constituição de 1967, bem como a Emenda Constitucional nº 1/69 mantiveram a redação da Carta de 1946.

Na vigente Constituição da República, a redação original a que chegou a Assembléia Nacional Constituinte leva a três hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira originária (brasileiro nato):

a) os nascidos em território brasileiro (físico ou jurídico, como repartições consulares, mar territorial e espaço aéreo respectivo e embarcações e aeronaves militares), os quais serão brasileiros natos a registro (CF, art. 12, I, **a**), nacionalidade que decorre do fato do nascimento, mesmo que acidental. São excluídos os filhos de estrangeiros que estejam no Brasil em missão oficial;

b) os nascidos em território estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer dos dois esteja em missão oficial brasileira (CIF, art. 12, I, **b**);

c) os nascidos em território estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, em outra situação que não missão oficial (estudos, negócios ou turismo, por exemplo). Essa situação (CF, art. 12, I, **c**) é que vem sendo objeto de estudos desde 1988.

Na redação original da Carta da República de 5 de outubro de 1988, os filhos de pai ou mãe brasileira nascidos no estrangeiro seriam brasileiros natos desde o registro em repartição consular brasileira competente ou, na ausência deste registro, se viessem a residir no Brasil antes da maioridade e, completada esta, fizessem a opção formal (perante juiz federal de primeiro grau, na forma do art. 109, X, da CF). É fácil de ver que essa redação era imperfeita, pois negava a nacionalidade brasileira originária ao filho de brasileiros que, não registrado pelos pais em repartição consular, viesse a residir no Brasil após a maioridade civil. Essas pessoas, mesmo desejando a condição de brasileiro nato, a teriam negada por já terem atingido a maioridade, ao passo em que aquele que fora registrado pelos pais em repartição consular seria brasileiro nato mesmo que nunca houvesse pisado terras brasileiras ou falado a nossa língua, ou tido contato com a nossa história ou a nossa gente. Era evidente a assimetria.

Com os trabalhos da revisão constitucional de 1993/94, a redação foi mudada, tendo sido eliminada a referência expressa ao registro consular, e mantida apenas a necessidade de opção, a qualquer tempo (após o atingimento da maioridade civil, segundo o Superior Tribunal de Justiça, na Apelação Cível nº 421.723, de 23-4-1998), desde que a pessoa viesse a residir no Brasil.

A eliminação da referência à possibilidade de registro consular levou parte da doutrina a propugnar pela sua eliminação. Essa posição, s.m.j., está incorreta.

O Manual de Serviço Consular e Jurídico do Ministério das Relações Exteriores/Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, estabelece, no item 5.1.2. do Capítulo 5º Nacionalidade, na Seção 1ª, Nacionais Brasileiros, que, **verbis**:

5.1.2. A Autoridade Consular procederá ao registro de nascimento de menores:

a)

b)

c) os nascidos após a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-94, até completarem 12 anos de idade.

E, no item 5.1.5:

5.1.5. A Autoridade Consular deverá recomendar sempre aos brasileiros que efetuem o registro de seus filhos na Repartição Consular por constituir o registro prova de filiação. Aos (às) filhos (as) de brasileiro ou brasileira nascido(as) no exterior após 7-6-94, cujos pais não estejam a serviço do Governo Brasileiro, será expedido, até a maioridade, documento de viagem brasileiro com a seguinte anotação: "passaporte concedido à luz do art. 12, inciso I, letra **c**, da Constituição Federal de 1988".

Dessa forma, o atual regime, quanto ao art 12, I, **c**, da Constituição Federal, pode ser assim resumido:

a) nascido de pai brasileiro ou de mãe brasileira, tendo sido feito registro consular: é brasileiro nato até a maioridade civil, onde quer que esteja. Atingida esta, para manter a condição de brasileiro nato, deverá vir residir no Brasil e optar formalmente por essa condição, a qualquer tempo;

b) nascido de pai brasileiro ou de mãe brasileira, sem registro consular: não é brasileiro até a maioridade civil (será estrangeiro, se feito registro pelo **ius solis**, ou apátrida, na

ausência desse); atingida a maioria, pela lei brasileira, será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar formalmente por essa condição.

A proposição que temos em análise cria outro regime:

a) se o nascido for menor e tiver o registro consular, será brasileiro nato, independentemente de estar residindo no Brasil, de querer ser brasileiro, de ter contato com a língua e com a cultura brasileira;

b) se a pessoa for maior de idade (e, obviamente, por não ter sido registrado em repartição consular brasileira no estrangeiro, pois, do contrário, estaria no caso a), só será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar formalmente por essa condição.

Percebemos discrepância evidente nos dois tratamentos. A um, porque atribui a nacionalidade brasileira ao menor registrado em repartição consular, de forma vitalícia, independentemente de esse querer ou fazer questão da condição de brasileiro. A única formalidade terá sido a opção dos pais, ao fazer o registro. A dois, porque condena o filho de brasileiros que não foi registrado em repartição consular a não ser brasileiro até completar a maioria civil, quando deverá estar residindo no Brasil para fazer a opção. A três, porque se este filho de brasileiros nasceu em país estrangeiro que não reconheça o **jus solis**, estará condenado à apatridia pela Constituição Brasileira.

Ou, em outras palavras: o filho de brasileiros que foi registrado no exterior está condenado a ser brasileiro nato, querendo ou não; e o filho de brasileiro que não tenha sido registrado no estrangeiro está condenado a uso ser brasileiro nato até a maioria, mesmo querendo!

Temos evidente para nós a lesão ao princípio da proporcionalidade legislativa, conducente ao reconhecimento da inconstitucionalidade material da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004.

III – Voto

Pelo acima, sou pela aprovação da referida proposição na forma do Substitutivo que apresento.

**“PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2004
Substitutivo**

Art. 12.
I –
.....

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira registrados em repartição consular brasileira competente, ou cujos termos de nascimento tenham sido transcritos no Brasil, em qualquer tempo.(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.”

É como voto.

Sala da Comissão, – Senador **Almeida Lima**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Sob exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, subscrita primeiramente pelo ilustre Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 12-I, da Constituição Federal, para acrescentar mais uma hipótese de nacionalidade brasileira originária.

Prevê a proposição que serão brasileiros natos os nascidos no estrangeiro filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira. Esse reconhecimento de nacionalidade será condicionado, se forem menores de idade, ao registro em repartição brasileira competente e, se forem maiores de idade, a residência na República Federativa do Brasil e opção, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

II – Análise

A Proposta de Emenda à Constituição, subscrita pelo eminente Senador Rodolpho Tourinho, com o necessário apoio regimental, pretende modificar a alínea **c**, inc. I, do art. 12 da Constituição Federal, e adicionar ao mesmo inciso a alínea **d**.

A pretensão é de evitar a possibilidade de filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos no estrangeiro, tomarem-se apátridas. Tal é possível acontecer caso nasçam em país que não confere nacionalidade originária pelo único fato do nascimento ocorrer no seu território (critério **jus soli**), já que, a seguir a norma constitucional vigente, também não poderiam Adquirir nacionalidade brasileira advinda de sua ascendência (**jus sanguinis**), ao menos enquanto não venham a residir no Brasil.

O tema já foi objeto da Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, mas sem resolver todos problemas fáticos. Apesar de, diferentemente dos constituintes, não mais vincular a possibilidade de filho de brasileiro optar por nacionalidade brasileira ao fato dele vir a residir no Brasil antes de sua maioria,

já que pelos termos da Emenda nº 3 ele o pode fazer a qualquer tempo, simultaneamente foi suprimida a hipótese de registro em repartição brasileira competente de brasileiro nascido no exterior. Dessa forma e atualmente, é impossível ser brasileiro, quando nascido no estrangeiro, sem vir a residir no país, a menos que seja filho de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil no exterior.

A identidade nacional não é associada unicamente ao nascimento em solo pátrio. Inclusive, não é brasileiro aquele que nasce em território nacional e é filho de estrangeiros a serviço de outro País. Tampouco é razoável a tese de o vínculo nacional ser mais forte, ou exclusivo, por parte dos filhos de quem representa o Brasil no exterior, como diplomatas, por exemplo, pois essa é uma regra advinda de convenções reguladoras das relações diplomáticas e interestatais, e não de avaliação das trajetórias subjetivas dos brasileiros em geral e a decorrente transmissão de brasilidade a seus filhos.

Não é menos brasileiro quem nasce no exterior filho de doutorando brasileiro ou possui história de ascendência brasileira, já que a memória familiar é intransferível e dominante. Trata, portanto, esta nova proposta de Emenda à Constituição, de fortalecer o chamado **jus sanguinis**, como tantos outros países já o fazem.

Como visto, a proposição expande as possibilidades de aquisição de nacionalidade e, por via de consequência, não pretende abolir ou restringir direitos fundamentais. Com sua aprovação, três seriam as hipóteses para filhos de brasileiros nascidos no exterior adquirirem a nacionalidade brasileira:

- a) quando filhos de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil, em qualquer situação;
- b) quando crianças ou adolescentes, se registrados em repartição brasileira competente;
- c) quando maiores de idade, se vierem a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo.

Por essa proposta não restariam restrições à proteção da personalidade jurídica de filhos de brasileiros, evitando em todas circunstâncias que eles fiquem sem guarida diplomática do Brasil.

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 46, de 2004.

Sala da Comissão, – **Marcelo Crivella**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Sob exame a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, subscrita primeiramente pelo ilustre Senador Rodolpho Tourinho, que altera o artigo 12, inciso I, da Constituição Federal, para acrescentar hipótese de nacionalidade brasileira originária.

Prevê a proposta que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira. Esse reconhecimento de nacionalidade será condicionado, se forem menores de idade, ao registro em repartição brasileira competente e, se forem maiores de idade, a residência na República Federativa do Brasil e opção, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

À proposta foi oferecida Emenda na forma de Substitutivo, da lavra do ilustre Senador Almeida Lima, visando corrigir tratamento diferenciado imposto pela PEC aos filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, impondo “uma disciplina para maiores de idade e outra, especializada, para maiores” e, ainda, emprestar maior concisão ao texto.

II – Análise

A Proposta de Emenda à Constituição, subscrita pelo eminente Senador Rodolpho Tourinho, com o necessário apoio regimental, pretende modificar a alínea **c**, do inciso I, do art. 12 da Constituição Federal, e adicionar ao mesmo inciso uma alínea **d**.

A pretensão é de evitar a possibilidade de filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos no estrangeiro, tornarem-se apátridas. Tal é possível acontecer caso nasçam em país que não confere nacionalidade originária pelo único fato do nascimento ocorrer no seu território (critério **jus soli**), já que, a seguir a norma constitucional vigente, também não poderiam adquirir nacionalidade brasileira advinda de sua ascendência (**jus sanguinis**), ao menos enquanto não venham a residir no Brasil.

O tema já foi objeto da Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, mas sem resolver todos problemas fáticos. Apesar de, diferentemente dos constituintes, não mais vincular a possibilidade de filho de brasileiro optar por nacionalidade brasileira ao fato dele vir a residir no Brasil antes de sua maioridade, já que pelos termos da Emenda nº 3 ele o pode fazer a qualquer tempo, simultaneamente foi suprimida a hipótese de registro em repartição brasileira competente de brasileiro nascido no exterior. Dessa forma e

atualmente, é impossível ser brasileiro, quando nascido no estrangeiro, sem vir a residir no país, a menos que seja filho de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil no exterior.

A identidade nacional não é associada unicamente ao nascimento em solo pátrio. Inclusive, não é brasileiro aquele que nasce em território nacional e é filho de estrangeiros a serviço de outro país. Tampouco é razoável a tese de o vínculo nacional ser mais forte, ou exclusivo, por parte dos filhos de quem representa o Brasil no exterior, como diplomatas, por exemplo, pois essa é uma regra advinda de convenções reguladoras das relações diplomáticas e interestatais, e não de avaliação das trajetórias subjetivas dos brasileiros em geral e a decorrente transmissão de brasilidade a seus filhos.

Não é menos brasileiro quem nasce no exterior filho de doutorando brasileiro ou possui história de ascendência brasileira, já que a memória familiar é intransferível e dominante. Trata, portanto, esta nova proposta de Emenda à Constituição, de fortalecer o chamado **jus sanguinis**, como tantos outros países já o fazem.

Como visto, a proposição expande as possibilidades de aquisição de nacionalidade e, por via de consequência, não pretende abolir ou restringir direitos fundamentais. Com sua aprovação, três seriam as hipóteses para filhos de brasileiros nascidos no exterior adquirirem a nacionalidade brasileira:

- a) quando filhos de brasileiro ou brasileira a serviço do Brasil, em qualquer situação;
- b) quando crianças ou adolescentes, se registrados em repartição brasileira competente;
- c) quando maiores de idade, se vierem a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo.

Por essa proposta não restariam restrições à proteção da personalidade jurídica de filhos de brasileiros, evitando em todas circunstâncias que eles fiquem sem guarida diplomática do Brasil.

O Substitutivo apresentado pelo Senador Almeida Lima, para cujo acolhimento nos inclinamos, suscita a inconstitucionalidade material da PEC nº 46, de 2003, por ofensa ao princípio da proporcionalidade, haja vista que propõe tratamento diferenciado, que pode ser assim resumido:

- “a) se o nascido for menor e tiver registro consular, será brasileiro nato, independente-

mente de estar residindo no Brasil, de querer ser brasileiro, de ter contato com a língua e com a cultura brasileira

b) se a pessoa for maior de idade (e, obviamente, por não ter sido registrada em repartição consular brasileira no estrangeiro, pois, do contrário, no caso a), só será brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar formalmente por essa condição.”

E prossegue o voto dissidente:

“Percebemos discrepância evidente nos dois tratamentos. A um, porque atribui nacionalidade brasileira ao menor registrado em repartição consular, de forma vitalícia, independentemente de esse querer ou fazer questão da condição de brasileiro. A única formalidade terá sido a opção dos pais, ao fazer o registro. A dois, porque condena o filho de brasileiros que não foi registrado em repartição consular a não ser brasileiro até completar maioria civil, quando deverá estar residindo no Brasil, para fazer a opção. A três, porque se esse filho de brasileiros nasceu no estrangeiro que não reconheça o **jus solis**, estará condenado à apátrida pela Constituição brasileira”

As judiciosas considerações trazidas pelo voto de discordância foram capazes de convencer esse Relator, pois forçoso é reconhecer que, se acolhida à redação da PEC em apreço, teríamos o filho de brasileiros registrado no exterior fadado a ser brasileiro nato, independentemente de sua querença, enquanto que esse mesmo filho, caso não venha a ser registrado no exterior, estará predestinado a não ser reconhecido como brasileiro nato, ainda que assim o deseje.

Por outro lado, a fórmula trazida pelo Substitutivo dá ao texto maior concisão, o que sempre é desejável, cabendo apenas reparar a sua redação, acrescentando à denominação do nosso País a sua forma de governo para, dessa forma, adequar o texto à dicção do legislador constitucional

III – Voto

Em face do exposto, o nosso voto e pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 46, de 2004, na forma do Substitutivo que apresento.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2004 – SUBSTITUTIVO**

Art. 1º O art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.
I –

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira registrado em repartição consular brasileira competente, ou cujos termos de nascimento tenham sido transcritos na República Federativa do Brasil, em qualquer tempo.”(NR)

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente
Relator

PARECER Nº 1.650, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 168, de 2002, que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.

De autoria do Senador Ricardo Santos, o projeto tem por objetivo último impedir que chamadas telefônicas feitas dentro de uma mesma região metropolitana, ou até de um mesmo município, sejam

tarifadas como chamadas de longa distância. Portanto, propõe alteração da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, também conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT), na forma de acréscimo de dois parágrafos ao art. 64 daquele diploma normativo. Teve ainda o autor da proposição o cuidado de ressaltar que a adoção da medida prevista no projeto fosse feita de forma a respeitar o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias daquele serviço.

O projeto não recebeu emendas dos membros desta Comissão.

Inicialmente, foi o PLS em exame distribuído ao Senador João Batista Motta, apresentou parecer pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva proposta.

II – Análise

Em que pesem os nobres propósitos da iniciativa, e bem assim os pertinentes argumentos apresentados pelo Senador João Batista Motta, que posicionou-se por sua aprovação, entendemos que a matéria merece encaminhamento distinto em face da superveniência de fatos novos.

Recentemente, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por meio da Resolução nº 373, de 3 de junho de 2004, editou novo Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral. Tal normativo trata justamente da questão enfrentada pelo projeto em exame. Define como área de incidência da tarifa local a área geográfica de um município, ou ainda de um conjunto de municípios, como as regiões metropolitanas. Ademais, frise-se que o novo Regulamento contempla a possibilidade de que a definição das áreas locais seja revista a cada doze meses, o que permitirá a adoção das alterações necessárias para adequar os critérios de tarifação ao crescimento populacional e à expansão das áreas urbanas.

Dessa forma, uma vez que a finalidade a que se destinava a presente proposição já foi alcançada mediante a edição de novo regulamento pela Anatel, não vemos mais necessidade de dar continuidade à sua tramitação.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: VALDIR RAUPP.

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES

1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

DEMÓSTENES TORRES

2-CÉSAR BORGES

JOSÉ JORGE

3-GILBERTO GOELLNER

RCO MACIEL

4-JORGE BORNHAUSEN

RODOLPHO TOURINHO

5-MARIA DO CARMO ALVES

LEONEL PAVAN

6-FLEXA RIBEIRO

SÉRGIO GUERRA

7-EDUARDO AZEREDO

TASSO JEREISSATI

8- ALMEIDA LIMA

TEOTÔNIO VILELA FILHO

9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELCÍDIO AMARAL

1-ROBERTO SATURNINO

MAGNO MALTA

2-PAULO PAIM

JOÃO CAPIBERIBE

3-FERNANDO BEZERRA

SÉRGIO ZAMBIASI

4-FÁTIMA CLEIDE

SERYS SLHESARENKO

5-MOZARILDO CAVALCANTI

JÁ MACHADO

6-FLÁVIO ARNS

AELTON FREITAS

7-NEZINHO ALENCAR

PMDB

GERSON CAMATA

1-NEY SUASSUNA

ALBERTO SILVA

2-LUIZ OCTÁVIO

VALDIR RAUPP

3-PEDRO SIMON

VAGO

4-JOÃO BATISTA MOTTA

GILBERTO MESTRINHO

5- VAGO

MÃO SANTA

6- ROMERO JUCÁ

PDT

JUVÊNCIO DA FONSECA

1-AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2002

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ITERACILIO FORTES					ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
DEMOSTENES TORRES		X			CÉSAR BORGES		X		
JOSÉ JORGE					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JORGE BORNHATSEN		X		
RODOLPHO TOURINHO		X			MARIA DO CARMO ALVES				
LIONEL PAVAN		X			FLÁVIA RIBEIRO		X		
SERGIO GUERRA					EDUARDO AZEVEDO				
TASSO JERESSATI					ALMEIDA LIMA				
HEOTÔNIO VIEIRA FILHO					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELICÍDIO AMARAL					ROBERTO SATURNINO		X		
MÁRIO MALTA					PAULO PAIM		X		
JOÃO CAMBERINI					FERNANDO BEZERRA				
SERGIO ZAMBRIASI		X			FÁTUMA CLEIDE		X		
SERY'S SHESSARENKO					MUZARILDO CAVALCANTI				
SIRÁ MACHADO		X			FLAVIO AKNS				
ABELTON FREITAS					NEZINHO ALENCAR				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GILBERTO CAMATA		X			SNEY SUASSUNA				
ALBERTO SILVA					LUÍZ OCTAVIO				
VALLER RALFF		X			PEDRO SIMON				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
MÃO SANTA					ROMERO JUCA				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JUVÊNCIO DA FONSECA					AUGUSTO BOIELHO		X		

TOTAL: 15 SIM: 0 NÃO: 14 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

PARECER PELA RELIÇÃO DA MATÉRIA

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/08/2005

Senador HERÁCLITO FORTES
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 3º, RISF)

OF. Nº 2/05 – CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Exmº Sr.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, que “Acrésceta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.”

Atenciosamente, – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Subscrita pelo eminente Senador Ricardo Santos, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, com a ementa transcrita à epígrafe.

O referido PLS objetiva acrescentar parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer que nas regiões metropolitanas, instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.

Estabelece, outrossim, a adoção de providências pela Anatel para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e outorga.

Na justificação, o eminente autor assim argumenta em favor da proposta:

“A situação assume maior gravidade quando se consideram as populações das áreas conurbadas das regiões metropolitanas e dos distritos e povoados dos municípios do interior, beneficiárias reais ou potenciais do esforço de universalização, que estão sujeitas as tarifas de degrau conurbado e interurbanas, respectivamente.

No primeiro caso, o das áreas conurbadas, as tarifas telefônicas são significativamente superiores ao valor tarifário máximo da modalidade de serviço local.

Ora, pela Portaria nº 4, de 28 de janeiro de 1986, do Ministério das Comunicações, as áreas conurbadas constituem espaço urbano contínuo à sede de um município, ou uma região metropolitana. Isto significa dizer, em síntese, que a população da periferia dos grandes aglomerados urbanos, ou de bairros de sedes municipais – que já constituem um espaço contínuo totalmente urbanizado, normalmente mais pobre – pagam por serviços telefônicos tarifas muito mais elevadas, inclusive no acesso à internet.”

Adiante, remata o autor da proposição:

“De forma análoga, observa-se também, o problema das tarifas interurbanas entre as vilas e povoados do interior e as respectivas sedes municipais. O alcance das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização e nas condicionantes dos contratos de outorga ou concessão – que procuram induzir a descentralização e interiorização dos serviços de telefonia – encontram obstáculos nos níveis das tarifas interurbanas praticadas entre os núcleos urbanos do interior dos municípios, e suas respectivas sedes. Esta é mais uma contradição nas tarifas do serviço telefônico fixo comutado.”

E conclui:

“Ao caracterizar, justificadamente, o Serviço Telefônico Fixo Comutado como “de interesse coletivo”, atribui-se-lhe papel essencial para a população, não havendo razões para a continuidade das contradições apontadas, relativas às tarifas de áreas conurbadas dentro de uma região metropolitana, e às tarifas interurbanas, dentro de um mesmo município.”

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Após a leitura e pedido de vista do Parecer anteriormente apresentado, recebi subsídios do Ministério das Comunicações e da Anatel, dando conta de que a profundidade das alterações propostas não é, neste momento, recomendável e que a ampliação das áreas locais procedida pelos incisos I e II propostos já alcançaria muito do objeto da proposta.

Aduzem, em prol de suas teses, que a ampliação para as regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico aumentariam demasiada-

mente a área de abrangência e, conseqüentemente, os custos da medida, que alcança o tráfego de voz e de dados, exigindo complexa rede de intercomunicação.

A Anatel, com maior detalhamento técnico, assim justifica a sua posição, destacando, preliminarmente, a defesa do seu poder regulamentar – em conflito com a postura do Ministério, que defende a atuação do Congresso:

“2.4. Recomendamos a eliminação dos incisos III e IV, referentes à possibilidade de adoção da área geográfica de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico para a definição de Áreas Locais, pelas seguintes razões:

- em ambos os casos, tratam-se de critérios administrativos de baixa percepção pelos usuários, o que, ao contrário das fronteiras municipais e da continuidade urbana, inviabiliza uma solução legal homogênea e dificulta a gestão sistêmica;

- baseiam-se em critérios político-administrativos dinâmicos, cuja a evolução e crescimento representa grande incerteza para a prestação dos serviços de telecomunicações e para o equilíbrio econômico – financeiro das concessões, em especial devido à potencial transformação de tráfego competitivo de longa distância em tráfego local deficitário, o que suscitaria reclames quanto à transferência de subsídios entre segmentos de usuários, prática esta vedada pela LGT;

- tocante às Regiões Metropolitanas, em especial (exemplos em anexo), a parcela destas áreas de maior percepção social da prestação do serviço, coincide com as áreas previstas no inciso II (áreas conurbadas), que se sustentam em critérios objetivos “tangíveis” para a otimização do ordenamento regulatório;

- caso de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, observa-se obstáculo adicional, por exemplo na Ride do Distrito Federal, que é a presença de diversas concessionárias numa mesma área de prestação o que dificulta a consecução do Plano Geral de Outorgas e requer profundos estudos de viabilidade.”

Encaminha gráficos representativos das regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba e Vitória, para demonstrar que as áreas de continuidade urbana – áreas conurbadas – são bem inferiores àquela ficção jurídica da Região Metropolitana.

É o Relatório.

II – Análise

De acordo com o art. 91, combinado com o 104, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão examinar a matéria, em caráter terminativo, sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e mérito.

A constitucionalidade.

A Constituição estabelece em seu art. 48 e seu inciso XII, que se insere nas atribuições do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: telecomunicações e radiodifusão. A iniciativa, também, é legítima, visto que a matéria escapa das restrições contidas no § 1º do art. 61.

Por outro lado, o art. 175 comete ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos, enquanto o seu parágrafo único determina que aquela lei regulará as seguintes matérias: “I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II – os direitos dos usuários; III – política tarifária; e IV – a obrigação de manter serviço adequado.”

Portanto, ainda que vozes surjam aqui e acolá contrárias à determinação legal de variáveis condicionantes da política tarifária, certo é que a competência legislativa constitucional do Congresso não sofre limitações outras, senão aquelas expressamente consignadas no Texto Magno, daí porque, penso que os argumentos deduzidos preliminarmente pela Anatel não merecem acolhida.

Não versa, o texto do projeto, qualquer limitação do poder regulatório da Anatel. Antes, fixa parâmetros, legitimamente definidos pelo Congresso Nacional, nos estritos termos de sua competência constitucional de formulação da política de prestação de serviços públicos, à qual deverá se subsumir a Agência Reguladora, no exercício de sua competência regulamentar, o que implica a adequação constitucional da matéria.

A Juridicidade

A juridicidade da iniciativa, por sua vez, exsurge do próprio texto legal que se pretende modificar.

Destarte, ao estabelecer os princípios fundamentais da organização e exploração dos serviços de telecomunicações, logo em seu artigo 1º, a Lei nº 9.472, de 1997, fixa os limites da atuação do órgão regulador aos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, sendo do seguinte teor o dispositivo:

“Art. 1º Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Le-

gislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. A organização inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências.

Ademais, aquele diploma legal impõe ao Poder Público, no art. 2º da citada lei, dentre outros, o dever de:

“Art. 2º O Poder Público tem o dever de:

I – garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas;

II – estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira;”

Avulta considerar, também, que o âmbito da matéria se restringe ao serviço de telecomunicações em regime público, de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União, nos termos do art. 64 e parágrafo único do multicitado diploma legal, compromete-se a assegurar.

O Mérito

Quanto ao mérito, acolhemos integralmente os argumentos alinhados na persuasiva justificação da proposta. Trata-se de proposição que reforça, concretiza e torna efetivo o princípio da universalidade do serviço, na medida em que viabiliza economicamente o acesso ao serviço público pelas classes menos favorecidas da sociedade.

Nesse passo, assume especial relevo a matéria sob exame, já que fica extremamente difícil para o cidadão comum entender que para falar de sua casa, que fica numa margem de uma via, para uma loja, que fica na outra margem da mesma via, tem que pagar mais do que quando fala com um parente que more do outro lado da sua cidade. Este é o paradoxo a que estão submetidos os consumidores do serviço público de telecomunicações, salvo em algumas regiões, o que denota diferença de tratamento entre os cidadãos usuários, conforme a sua localização geográfica, em afronta ao princípio constitucional da isonomia.

Destarte, hoje podem ser observadas as mais diversas situações, as quais podem, grosso modo, ser assim descritas: i) há municípios com várias áreas locais, quando um terminal de um distrito paga ligação interurbana para falar com a sede; ii) há, também, degrau co-

nurbado entre municípios onde se observa continuidade urbana, nestes casos, não raro, a ligação de um distrito situado dentro de uma região metropolitana para falar com a sua sede paga tarifa interurbana, enquanto que para falar com a sede de outro, paga tarifa de degrau conurbado; iii) há os casos de regiões metropolitanas que podem ser consideradas áreas locais, áreas conurbadas e áreas interurbanas; iv) há localidades limítrofes de municípios distintos considerados como área local e outros, na mesma situação, não pertencentes à mesma área local; e há, também, os casos em que um município ou um conjunto de municípios é considerado área local, o que se dá de forma uniforme nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e a área de concessão da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência – CTMR, no Rio Grande do Sul.

Essas situações decorrem tanto de Atos Administrativos, como por determinação das próprias operadoras, precedentes ao processo de concessão à iniciativa privada ou subseqüentes a ele.

Portanto, a fim de afastar-se a vulneração ao princípio, da isonomia, urge que se adote procedimento uniforme a ser observado no processo de regulamentação pela Anatel, ao qual sejam subsumidas as operadoras, a fim de deixar de nos confrontarmos com situações tão díspares e que resultam em cidadãos/consumidores de primeira e outros de segunda categoria, no que concerne aos serviços de telecomunicações.

Essas as premissas que induzem à conclusão de que a proposição é conveniente, oportuna e justa, visto que promoverá a uniformização de procedimentos, mediante a fixação de princípios básicos a serem observados pelas operadoras.

Não obstante, entendemos que, diante da diversidade de situações vigentes, a proposição merece pequenos reparos para, cautelarmente, estabelecer um “padrão mínimo”, respeitadas as situações observadas atualmente, de maneira que a alteração legislativa não venha a prejudicar parcelas de consumidores que, por liberalidade das operadoras e/ou determinação contratual, protegida pelo princípio da imutabilidade do ato jurídico perfeito, estejam enquadradas em situações menos gravosas.

Por outro lado, com a definição de “padrão mínimo”, evita-se o risco de “engessar” a atuação regulamentar da agência que, por força da evolução tecnológica, pode impor, mediante regulamento, condições mais favoráveis aos consumidores na determinação das áreas locais, observado o prazo concedido às concessionárias para adaptação às novas obrigações que lhe sejam impostas (art. 95).

De outro lado, para assegurar o respeito ao princípio constitucional do ato jurídico perfeito, que assegura a intangibilidade dos contratos, com as ressalvas

contidas na própria lei e as decorrentes da natureza do contato administrativo e considerando que as atuais concessões expiram em 31 de dezembro de 2005, por força do § 1º do art. 207 da Lei nº 9.472, de 1997, entendemos por bem inserir, no ato das disposições transitórias, regra de transição que deixe clara a aplicação do disposto nesta lei nos contatos decorrentes de nova licitação ou prorrogação do contrato vigente.

Não podemos, tampouco, deixar de considerar os subsídios que nos foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel, no que tange às críticas à ampliação para todo o limite geográfico dos municípios que compõem as regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico.

No que tange às regiões metropolitanas, mister que se considere, a partir dos gráficos anexados ao processado, que a região metropolitana de São Paulo é integrada por 65 municípios, sendo que destes, apenas 37 apresentam continuidade urbana – uma única mancha urbana. Já a região metropolitana de Curitiba compõe-se de 25 municípios, sendo somente 10 os que compõem mancha urbana única. No Espírito Santo, a “Grande Vitória” contém 6 municípios, sendo que somente um deles – (Juarapari – se destaca da mancha urbana.

Neste aspecto, há que se considerar, ainda, que o fato de as regiões metropolitanas serem definidas por ato legislativo estadual pode representar um complicador e, conseqüentemente, potencial gerador de conflitos na gestão do sistema de telecomunicações, o que desaconselharia a sua adoção como parâmetro na legislação federal.

No que concerne às regiões integradas de desenvolvimento econômico, em que pese a competência legislativa federal, essas áreas se integram, também por ficção jurídica e, normalmente, envolvem mais de um Estado, podendo ter grande amplitude territorial, o que desaconselharia contemplá-las nesta fase evolutiva.

Fortes nesses argumentos, apresentamos novo substitutivo, tendo em vista a profunda modificação em relação ao projeto originário.

Destaque-se, por fim, que mesmo com essa revisão no parecer anteriormente apresentado, com o intuito de aprimoramento e viabilidade de aprovação, a maioria dos residentes em regiões metropolitanas e rides já estará atendida no conceito das áreas conurbadas.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos a proposição conforme à ordem jurídico-constitucional e, no mérito, relevante e oportuna, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1/CCJ – SUBSTITUTIVA

Altera a redação do art. 85 e acrescenta o art. 214-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para definir áreas locais para efeito da prestação de Serviços de Telecomunicações e de interconexões no serviço telefônico fixo comutado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 85 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 85.

§ 1º Sem prejuízo da fixação de critério mais benéfico aos usuários do serviço telefônico fixo comutado pela Agência Reguladora, no uso da competência de que trata o art. 103, o piso da estrutura tarifária, definido como área local, independentemente de qualquer outra condicionante, abrangerá as ligações entre terminais situados dentro dos limites geográficos de município ou do conjunto dos municípios que possuam áreas conturbadas ou integrem Região Metropolitana.

§ 2º Independentemente do instrumento de sua fixação, serão mantidas as atuais áreas locais que sejam mais favoráveis aos usuários.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

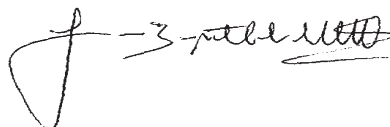
“Art. 214-A. Os contratos de prorrogação ou de novas concessões do serviço telefônico fixo comutado observarão o disposto no artigo 85, com a redação que lhe foi atribuída por esta lei.

Parágrafo único. A Agência Reguladora poderá, conforme estudo de viabilidade técnica e econômica e precedente regulamentação, determinar a implantação imediata do critério estabelecido no § 1º do art. 85, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.”(AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

, Presidente

, Relator



PARECER Nº 1.651, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, do Senador Teotônio Vilela Filho, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.”

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, trata de alterações ao art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 1967, com vistas a garantir condições para o exercício das atividades agrícolas e pesqueiras de forma sustentável.

Diz o referido artigo em sua redação vigente:

Art. 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d’água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d’água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

A alteração proposta, em sua essência, acrescenta novo parágrafo ao artigo em questão e determina que o proprietário ou o concessionário de represas garanta aos produtores rurais situados a jusante do curso d’água condições de exercer a agricultura, a pesca e a aquicultura, ou proporcione a eles compensação financeira por perdas comprovadas por laudo técnico oficial, decorrentes da alteração do curso d’água.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais, para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. O Senador Mauro Miranda, designado relator em 30 de outubro de 2002, apresentou parecer favorável, o qual, entretanto, não chegou a ser apreciado pela Comissão.

Com o fim da legislatura e em virtude do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com nova redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e também nas Instruções da Secretaria-Geral da Mesa (aprovadas pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 17 de dezembro de 2002), a proposição permaneceu em tramitação, aguardando redistribuição na Comissão. O Senador Osmar Dias, designado relator em 27 de fevereiro de 2003, também manifestou-se favoravelmente à matéria. Seu parecer, contudo, não foi submetido a votação na CAS.

Nesta oportunidade, cabe a nós relatar a matéria.

II – Análise

A iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho visa assegurar às comunidades localizadas a jusante de represas construídas nos rios brasileiros, quando se verificarem perdas em função dessas obras, mecanismos de compensação financeira semelhantes aos existentes para aqueles que têm suas terras atingidas pelos reservatórios d’água.

Como diz o autor da matéria em sua justificção, os produtores situados a jusante de represas construídas para produção de energia elétrica “são afetados em suas atividades pela alteração do volume dos cursos d’água existentes, provocando o desaparecimento das lagoas marginais e a degradação das águas, com o comprometimento dos manguezais e do plâncton, fundamentais para a sobrevivência da fauna”. Quando isso ocorre, não há nenhum dispositivo na legislação vigente que explicitamente assegure àqueles que sobrevivem da agricultura, da piscicultura ou da aquicultura a jusante daqueles reservatórios compensações pelas perdas verificadas em suas atividades econômicas.

Há, porém, dispositivos legais no aparato jurídico brasileiro que respaldam a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho. A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, em seu art. 23, estabelece:

Art. 23. As empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica serão responsáveis pelas alterações ambientais por elas provocadas e obrigadas a recuperação do meio ambiente, na área de abrangências de suas respectivas bacias hidrográficas.

Mais recentemente, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, ao dispor sobre a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, estabelece que o aproveitamento de potenciais hidrelétricos depende de outorga pelo Poder Público, devendo ser preservado o uso

múltiplo daqueles recursos. Prevê, ainda, que a outorga poderá ser suspensa no caso de não cumprimento dos termos da outorga, ou para prevenir ou reverter grave degradação ambiental. **In verbis:**

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

.....

IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

Art. 13.

Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I – não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

Ante o exposto, consideramos absolutamente relevante e oportuna a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho, ao oferecer um instrumento legislativo destinado a proporcionar as devidas compensações aos produtores afetados pela construção de represas.

III – Voto

Tendo em vista essas considerações, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PLS 212, de 2002

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERÁCLITO FORTES - PFL				
GILBERTO GOELLNER - PFL	X				2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMÓSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- RÔMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA - PSDB					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB			X	
REGINALDO DUARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RÁMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				5- IRIS DE ARAÚJO	X			
PAPALÉO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- CRISTOVAM BUARQUE - PT				
FLÁVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELEI SALVATTI - PT. (RELATORA)	X				3- EDUARDO SUPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRÍCIA SABOYA GOMES	X				6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/08/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: Senadora IDEU SALVATTI

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB. (AUTOR)
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPPLY (PT)
MARCELO CRIVELA (PE)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNIO DA FONSECA.

Atualizado em 19.08.2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 21. Compete à União:

.....
XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

.....
LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

.....
Art. 23. As empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica serão responsáveis pelas alterações ambientais por elas provocadas e obrigadas a recuperação do meio ambiente, na área de abrangência de suas respectivas bacias hidrográficas.

.....
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

.....
OF Nº 67/05-Pres/CAS

Brasília, 30 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, que “altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

**REQUERIMENTOS ANEXADOS,
NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Senador **Mauro Miranda**.

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, trata de alterações ao artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 1967, com vistas a garantir condições para o exercício das atividades agrícolas e pesqueiras de forma sustentável.

Diz o referido artigo em sua redação vigente:

Art. 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d’água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d’água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

A alteração proposta, em sua essência, acrescenta novo parágrafo ao artigo em questão e determina que o proprietário ou o concessionário de represas garanta aos produtores rurais situados a jusante do curso d’água condições de exercer a agricultura, a pesca e a aqüicultura, ou proporcione a eles compensação financeira por perdas comprovadas por laudo técnico oficial, decorrentes da alteração do curso d’água.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais, para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise da Matéria

A iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho visa assegurar às comunidades localizadas a jusante de represas construídas nos rios brasileiros, quando se verificarem perdas em função dessas obras, mecanismos de compensação financeira semelhantes aos existentes para aqueles que têm suas terras atingidas pelos reservatórios d’água.

Como diz o autor da matéria em sua justificção, os produtores situados a jusante de represas construídas para produção de energia elétrica “são afetados em suas atividades pela alteração do volume dos cursos d’água existentes, provocando o desaparecimento das lagoas marginais e a degradação das águas, com o comprometimento dos manguezais e do plâncton, fundamentais para a sobrevivência da

fauna”. Quando isso ocorre, não há nenhum dispositivo na legislação vigente que explicitamente assegure àqueles que sobrevivem da agricultura, da piscicultura ou da aqüicultura a jusante daqueles reservatórios compensações pelas perdas verificadas em suas atividades econômicas.

Há, porém, dispositivos legais no aparato jurídico brasileiro que respaldam a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho. A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, em seu artigo 23, estabelece:

Art. 23. As empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica serão responsáveis pelas alterações ambientais por elas provocadas e obrigadas a recuperação do meio ambiente, na área de abrangências de suas respectivas bacias hidrográficas.

Mais recentemente, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, ao dispor sobre a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, estabelece que o aproveitamento de potenciais hidrelétricos depende de outorga pelo Poder Público, devendo ser preservado o uso múltiplo daqueles recursos. Prevê, ainda, que a outorga poderá ser suspensa no caso de não cumprimento dos termos da outorga, ou para prevenir ou reverter grave degradação ambiental. In verbis:

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

.....
IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

.....
Art. 13.
Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

.....
Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I – não-cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

.....
Diante do exposto, consideramos importante e necessária a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho, ao oferecer um instrumento para que o aparato legislativo brasileiro seja adequado para oferecer as devidas compensações aos produtores que sejam afetados pela construção de represas.

III – Voto

Tendo em vista essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002.

Sala da Comissão, **Mauro Miranda**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, trata de alterações ao art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 1967, com vistas a garantir condições para o exercício das atividades agrícolas e pesqueiras de forma sustentável.

Diz o referido artigo em sua redação vigente:

Art. 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d’água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d’água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

A alteração proposta, em sua essência, acrescenta novo parágrafo ao artigo em questão e determina que o proprietário ou o concessionário de represas garanta aos produtores rurais situados a jusante do curso d’água condições de exercer a agricultura, a pesca e a aqüicultura, ou proporcione a eles compensação financeira por perdas comprovadas por laudo técnico oficial, decorrentes da alteração do curso d’água.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais, para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. O Senador Mauro Miranda, designado Relator em 30 de outubro de 2002, apresentou parecer favorável, o qual, entretanto, não chegou a ser apreciado pela Comissão.

Com o fim da legislatura e em virtude do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com nova redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e também nas Instruções da Secretaria-Geral da Mesa (aprovadas pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 97, de 17 de dezembro de 2002), a proposição permaneceu em tramitação, aguardando redistribuição na Comissão. Fomos, assim, designado para relatar a matéria.

II – Análise

A iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho visa assegurar às comunidades localizadas a jusante de represas construídas nos rios brasileiros, quando se verificarem perdas em função dessas obras, mecanismos de compensação financeira semelhantes aos existentes para aqueles que têm suas terras atingidas pelos reservatórios d'água.

Como diz o autor da matéria em sua justificacão, os produtores situados a jusante de represas construídas para produção de energia elétrica “são afetados em suas atividades pela alteração do volume dos cursos d'água existentes, provocando o desaparecimento das lagoas marginais e a degradação das águas, com o comprometimento dos manguezais e do plâncton, fundamentais para a sobrevivência da fauna”. Quando isso ocorre, não há nenhum dispositivo na legislação vigente que explicitamente assegure àqueles que sobrevivem da agricultura, da piscicultura ou da aqüicultura a jusante daqueles reservatórios compensações pelas perdas verificadas em suas atividades econômicas.

Há, porém, dispositivos legais no aparato jurídico brasileiro que respaldam a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho. A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, em seu art. 23, estabelece:

Art. 23. As empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica serão responsáveis pelas alterações ambientais por elas provocadas e obrigadas a recuperação do meio ambiente, na área de abrangências de suas respectivas bacias hidrográficas.

Mais recentemente, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, ao dispor sobre a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, estabelece que

o aproveitamento de potenciais hidrelétricos depende de outorga pelo Poder Público, devendo ser preservado o uso múltiplo daqueles recursos. Prevê, ainda, que a outorga poderá ser suspensa no caso de não cumprimento dos termos da outorga, ou para prevenir ou reverter grave degradação ambiental. **In verbis:**

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

.....
IV – aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;

.....
Art. 13.
Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

.....
Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

I – não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

.....
IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

.....
Diante do exposto, consideramos importante e necessária a iniciativa do Senador Teotônio Vilela Filho, ao oferecer um instrumento legislativo destinado a proporcionar as devidas compensações aos produtores afetados pela construção de represas.

III – Voto

Tendo em vista essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002.

Sala da Comissão, – **Osmar Dias**, Relator.

PARECER Nº 1.652, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, de autoria do Senador Valdeck Ornelas, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, foi apresentado em 14 de novembro de 2002 e distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa. Decorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição, sobre a qual, contudo, não houve deliberação até o término da legislatura anterior. Mantida a tramitação em vista do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno, coube a nós relatar a matéria.

Trata-se de proposição formulada com o objetivo de oferecer incentivos fiscais a fim de fomentar doações a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Esses incentivos ocorrem mediante dedução do imposto de renda devido por pessoas físicas e jurídicas, respeitados os limites fixados por lei.

Segundo o autor, o Estado vive uma crise financeira que limita a sua capacidade de satisfazer demandas sociais cada vez maiores e mais complexas. O terceiro setor, em notável crescimento, procura preencher as lacunas deixadas pelo Poder Público em diversos campos, como saúde, educação, assistência à infância, defesa do consumidor, entre outros.

Ainda de acordo com o Senador Waldeck Ornélas, apesar das sérias carências financeiras, de que padecem, as entidades não-governamentais desenvolvem uma fecunda atividade na área ambiental, tornando possível à implementação, por todo o território nacional, de vários projetos para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação do meio ambiente. Para tanto, essas entidades se vêem obrigadas a disputar o limitado apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente, única fonte significativa de recursos para projetos ambientais, a findo perdido, na esfera pública federal.

Por fim, o autor ressalta a importância estratégica do estabelecimento deste mecanismo de fortalecimento das organizações não-governamentais, para a superação dos grandes desafios ambientais com que nos defrontamos.

II – Análise

A proposição em exame nos parece oportuna e pertinente. De fato, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, cujos recursos são oriundos de dotações orçamentárias, doações, contribuições e rendimentos decorrentes da aplicação de seu patrimônio, afigura-se insuficiente

para enfrentar de modo satisfatório as graves questões ambientais que se apresentam.

Historicamente, o Poder Público tem oferecido incentivos fiscais no intuito de carrear recursos para a implantação de atividades que, em princípio, não apresentam rentabilidade suficiente para atrair capital privado. A eficácia desse tipo de iniciativa pode ser aferida pelo sucesso da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Conforme a lei, o doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos legais e segundo percentuais prefixados.

Diversificadas são as ações que merecem incentivos fiscais perante o ordenamento jurídico brasileiro. A Lei nº 6.321, de 1976, dispõe sobre deduções referentes a gastos de pessoas jurídicas com programas de alimentação do trabalhador. A Lei nº 8.661, de 1993, dispõe sobre incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 1990, institui deduções que dizem respeito a doações feitas aos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei nº 8.685, de 1993, cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, também baseados em deduções no imposto de renda devido.

Esses benefícios, entretanto, são limitados pela Lei nº 9.532, de 1997. Os mesmos limites são preconizados para o incentivo proposto no PLS em exame, que, considerado isoladamente ou em conjunto com outros de mesma natureza, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido, entre outras restrições. Desse modo, a criação desse estímulo não constitui nova renúncia fiscal, uma vez que mantêm-se limites globais anteriormente fixados.

O projeto cuida de normas de direito tributário, inseridas na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e dos Municípios.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Constituição Federal. Do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade, e técnica legislativa, o tratamento dispensado à matéria pelo PLS nº 251, de 2002, não merece qualquer reparo.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

RS 251/2002.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACLITO FORTES - PFL.				
GILBERTO GOELLNER - PFL.	X				2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.				
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. (Relator)	X			
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA - PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.	X			
REGINALDO DUARTE - PSDB.	X				8- SERGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO	X			
PAPALÉO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- CRISTOVAM BUARQUE - PT.				
FLÁVIO ARNS - PT.	X				2- MAGNO MALTA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.	X				3- EDUARDO SUPLICY - PT.				
MARCELO CRIVELLA - PL.					4- FATIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT.	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRICIA SABOYA GOMES	X				6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB.				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

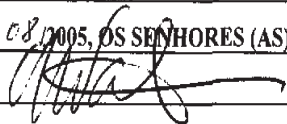
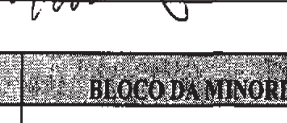





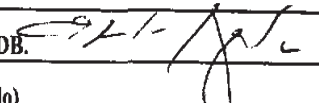


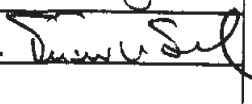

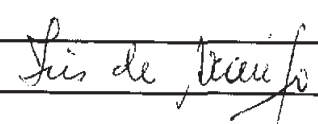







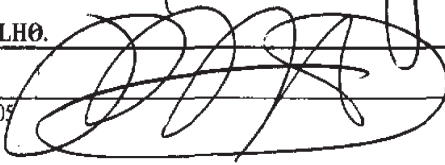
TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/09/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


 SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº PLS 251, de 2002	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES 	
RELATOR: Sen. EDUARDO AZEREDO 	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL 	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL 	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL 	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL 	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB. 	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. ^{RELATOR} 
LEONEL PAVAN - PSDB. 	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB. 	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB. 
REGINALDO DUARTE - PSDB. 	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
DEMOCRATIZADORES	DEMOCRATIZANTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO 
PAPALÉO PAES 	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) 	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3- EDUARDO SUPLYCY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL) 	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT) 	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido) 	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO. 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

OF. Nº 66/05 – PRES/CAS

Brasília, 30 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, que “Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais”, de autoria do Senador Waldeck Ornelas.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

.....
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....
LEI Nº 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993

Cria mecanismos de fomento à atividade de audiovisual e dá outras providências.

LEI Nº 8.661, DE 2 DE JUNHO DE 1993

Regulamento

Vide Medida Provisória nº 252, de 2005

Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências.

.....
PARECER Nº 1.653, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos”, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficiais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Iris de Araújo, altera dispositivo da lei que trata da vigilância sanitária do comércio farmacêutico para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficiais por outros estabelecimentos que não as farmácias, a intermediação de outros estabelecimentos nesse processo e a centralização da manipulação em um único estabelecimento, no caso de redes de farmácias.

O dispositivo alterado é o art. 36 – que trata da obrigatoriedade do registro, na farmácia que a aviar, da receita de medicamentos magistrais e oficiais –, da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

A alteração é feita pelo acréscimo de dois parágrafos.

O primeiro trata da vedação de captação de receitas com prescrições magistrais e oficiais em drogarias, ervanarias e postos de medicamentos – ainda que sejam filiais de uma mesma empresa –, bem como da intermediação entre empresas, nesse processo.

O segundo veda às farmácias que possuem filiais a centralização da manipulação em apenas um dos estabelecimentos.

A cláusula de vigência determina que a lei em que se transformar o projeto entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto vem à apreciação desta Comissão em decisão terminativa e não recebeu emendas.

Não existem outras proposições tratando desta matéria em tramitação na Casa.

Destaco que o meu gabinete encaminhou o Ofício nº 73 à Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde para prévia manifestação e até a presente àquele órgão se manteve silente.

II – Análise

A proposição transforma em lei federal regulamento, com o mesmo escopo, já adotado tanto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como pelo Conselho Federal de Farmácia.

Em ambos os casos, a medida é justificada como necessária à proteção do consumidor, uma vez que – no caso de fórmulas magistrais e oficinais – a captação de receitas por outro estabelecimento que não o que irá manipular a prescrição e a centralização da

manipulação prejudicam a avaliação farmacêutica da prescrição, interferem na responsabilidade técnica do farmacêutico, na rastreabilidade das informações farmacotécnicas e no controle de qualidade do processo e dos insumos, e também dificultam a ação fiscalizadora da autoridade sanitária.

Do ponto de vista da constitucionalidade não há o que opor: a proteção e defesa da saúde é matéria sobre a qual a Constituição Federal dispõe ser competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar.

Também não há óbices quanto à regimentalidade e à técnica legislativa.

III – Voto

Em vista do exposto, somos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003.

PLS 101, de 2003

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LÍNEA DE VOTAÇÃO

MEMBROS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SEDE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACILITO FORTES - PFL				
GILBERTO GOELLNER - PFL	X				2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMÓSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEVEDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA - PSDB					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	X			
REGINALDO DUARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
NEVIL ASSUNÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- WELLINGTON SALGADO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO LUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				5- IRIS DE ARAÚJO			X	
PAPALÉO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- CRISTOVAM BUARQUE - PT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT	X				3- EDUARDO SUPLICY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL	X				4- FATIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRICIA SABOYA GOMES					6- JOAO CAPIBERIBE - PSB				
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 15 SIM; 13 NÃO; 1 ABSTENÇÃO; 1 AUTOR; 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 24/09/2005.

OS VOTOS DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 112, § 8º - RST)

SENADOR CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

Atílio A. Subyuel
Anuário Patricio S. Gomes
Roberto A. A. A. A.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº PLS 101, de 2003	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27 de 08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA S. GOMES SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: Sen. ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
ONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IBELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

OF. Nº 70/05 – PRES/CAS

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, que “Altera o artigo 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos”, de autoria da Senadora Íris Araújo.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

PARECERES Nº 1.654 E 1.655, de 2005

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica o art. 41-A da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.

PARECER Nº 1.654, DE 2005

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares apresentou, em 2003, projeto de lei que altera os termos do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de modo a fazer com que a proibição legal à chamada “compra de votos” passe a valer “desde a escolha do candidato na convenção partidária”. Em seus termos atuais, o diploma legal estabelece que tal ilícito só se caracteriza a partir do registro da candidatura. O referido art. 41-A foi acrescido à Lei nº. 9.504 pela Lei nº 9.840, de 1999, criando uma versão político-administrativa da sanção penal já contida no art. 299 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), ressalvando, no entanto, que tais sanções administrativas não interferem na referida disposição penal.

Essa proposição já havia sido a mim distribuída e apresentado o competente Relatório quando o seu eminente Autor entendeu por apresentar uma Emenda total, verdadeiro Substitutivo, que, embora sem alterar as finalidades inicialmente pretendidas, requer uma reapreciação da matéria.

O primeiro elemento somado à proposta original tem a finalidade de estabelecer prazo inequívoco para a propositura da representação judicial baseada na captação ilegal de votos. A situação atual remete a determinação do prazo à jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dada a omissão da lei quanto a isso. Nos termos do projeto emendado, o prazo passa a ser determinado pela lei: até quinze dias após o pleito eleitoral.

O segundo elemento inovador do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, e que se encontra no § 1º da Emenda, é a afirmação do princípio clássico de direito eleitoral, segundo o qual as decisões são imediatamente cumpridas, o que equivale a dizer que a interposição do recurso previsto no **caput** do artigo não tem efeito suspensivo.

O terceiro elemento, contudo, procura mitigar o caráter absoluto do princípio afirmado no § 1º agora referido. Para tanto, o texto da Emenda prevê, em seu § 2º, a propositura de ação cautelar (devidamente calçada, isso é, estando presentes o sinal do bom direito e a ameaça de lesão grave e irreparável) com a finalidade de lograr-se a suspensão dos efeitos da decisão judicial, que cassou o registro da candidatura por compra de votos. Ademais, o texto da Emenda prevê a possibilidade de recurso (agravo), ao Pleno do Tribunal, da decisão do relator da ação cautelar, qualquer que seja ela. Caso não haja retratação da decisão agravada, o relator deverá submeter o processo à apreciação do Tribunal na sessão imediatamente seguinte.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, em sua redação inicial, tinha por finalidade ampliar a vedação contida no art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de modo que ela alcance o ilícito lá onde o seu cometimento foi refugiar-se. Tal refúgio consistiria no lapso de tempo decorrido entre a escolha do candidato na convenção partidária e o registro da candidatura.

Os arts. 22 e 48 da Constituição Federal estabelecem a competência do Senado Federal para legislar sobre matéria eleitoral, e a proposta, em si, não agride qualquer princípio de direito, o que assevera sua constitucionalidade e juridicidade, tanto no aspecto formal quanto no material. Acresce estar a proposta vazada em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a iniciativa parece-nos meritória, justa e inspirada, por motivos óbvios, pelo bom senso. Este último indica que a oportunidade de cometer-se o ato que a lei busca impugnar apresenta-se desde a convenção partidária, e não apenas desde o registro da candidatura. E é fato previsível que os “interessados” busquem valer-se da imperfeição da lei.

Portanto, deve ser bem recebida a iniciativa de aperfeiçoar-se a sanção legal.

No que concerne ao fato de a plenitude jurídica da situação de candidato” só se configurar após o registro, não há que se falar em impropriedade da alteração pretendida. E isso porque a decisão da convenção, se não cria um “candidato” completamente formado, cria, não obstante, uma situação real, que, com significativa frequência, irá desembocar na formação plena da candidatura. E a lei não se pode eximir de agir sobre os fatos. A má-fé de quem, ainda sem o registro, procura comprar votos, não se desfaz pelo fato de a candidatura não obter registro definitivo. A finalidade da lei é a de inibir a prática de compra e venda de intenções de votos – tem, pois, importância secundária o saber-se se quem “comprou” terá oportunidade de “consumir” o voto.

O Projeto original buscava ainda tomar explícito que a intenção do legislador, ao sancionar politicamente-administrativamente o ilícito, não foi a de descaracterizá-lo como tipo penal. Queda deixar patente que as sanções são concorrentes, e não excludentes. Para tanto, acrescentava, ao final do texto do artigo, que a aplicação de multa e a cassação do registro ou do diploma não acarretariam prejuízo à aplicação da “sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737”, de 1965 (Código Eleitoral. Reclusão até 4 anos e multa). Tratava-se, portanto, de medida salutar, com a finalidade de inibir certas interpretações da lei formalmente possíveis, embora contrárias ao senso de justiça material.

Antes de passarmos à análise da Emenda cumpre deixar claro que nenhum dos elementos até aqui mencionados foi alterado. A sua finalidade, como se viu no Relatório, foi apenas a de trazer novos elementos, de modo a aperfeiçoar a mudança almejada na redação original deste Projeto.

Assim, quanto à fixação de prazo pela lei, em substituição à jurisprudência, e a regulação dos recursos atinentes à persecução judicial da “compra de votos”, deve-se observar que são constitucionais e não ferem qualquer princípio geral de direito, do ponto de vista formal.

No que concerne ao mérito, tem-se que a Emenda contribui para o aperfeiçoamento da proposição, na medida em que acrescenta comandos e princípios que, pela via jurisprudencial, já tinham vigência. Tal incorporação melhora o projeto na medida em que faz dele o instrumento de incorporação, à ordem jurídica, de elementos jurisprudenciais e doutrinários já consa-

grados. Ao fazer isso, toma o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, mais justo e equilibrado.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, acolhendo as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva.

EMENDA Nº – CCJ – SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2003

“Modifica o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições.”

Art. 1º O artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a escolha do candidato na convenção partidária até o dia da eleição, inclusive, com prazo final para propositura em até sessenta dias após o pleito, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil UFIR, e cassação do registro ou diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, sem prejuízo da sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965.

§ 1º As penalidades previstas no **caput** deste artigo terão eficácia após publicação da respectiva decisão judicial.

§ 2º Em caso de recurso, o relator poderá, diante de ação cautelar incidental, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante à fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do tribunal. Desta decisão caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias ao tribunal, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento na sessão imediatamente seguinte”.(NR)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 76 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: Sen. MARCELO CRIVELLA	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) <i>Geraldo Mesquita Jr.</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES (CAUDEM) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i> (RELATOR)
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO <i>Amir Lando</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM TURNO SUPLEMENTAR

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se **caput** do art. 2º do Substitutivo ao PLS nº 76, de 2003, que altera o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a seguinte redação:

“Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e não se aplica aos processos anteriormente iniciados”.

Justificação

O objetivo da presente emenda é o de evitar a utilização casuística do poder de legislar outorgado ao Congresso Nacional para alterar uma lei cuja iniciativa nasceu diretamente da vontade e esforço popular.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – Senador **Luiz Otávio**.

PARECER Nº 1.655, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a emenda oferecida perante a Comissão, em turno suplementar.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Mediante a proposição original, citada à emenda, o Senador Antonio Carlos Valadares propunha duas alterações na redação do art. 41-A da Lei Eleitoral: a primeira para definir que o momento inicial em que o candidato pratica o ilícito de captação de sufrágio ocorra na escolha do candidato na convenção partidária. Na redação original vigente, o dispositivo estabelece o termo inicial somente no momento do registro da candidatura.

A segunda alteração tem por objeto conferir maior nitidez jurídica ao texto legal, para que fique inequívoco que a aplicação da sanção administrativa e eleitoral de que trata não afasta a aplicação da sanção penal a que se refere o Código Eleitoral, em seu art. 299.

Recorde-se que foi apresentada uma “emenda substitutiva”, de autoria do próprio Senador Antonio Carlos Valadares, com dois outros objetivos: o primeiro, definir que a pena prevista no art. 41-A somente terá eficácia após sua publicação. O segundo, para destacar, em homenagem ao duplo grau de jurisdição, que o magistrado Relator do recurso pode, em ação cautelar, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do Tribunal.

Produziu-se, adiante, também mediante iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, uma audiência pública sobre o Projeto de que participaram represen-

tantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nessa oportunidade, pudemos ampliar nossas informações sobre o tema, e formular amplo consenso a seu respeito.

Ao Projeto, finalmente, foram apresentadas duas outras emendas de autoria do eminente Senador Demóstenes Torres: uma ampliando de quinze para sessenta dias o prazo previsto no art. 41-A e, outra, aperfeiçoando o §2º quanto à hipótese de recurso em ação cautelar, na qual o relator tenha negado liminar para atribuir efeito suspensivo ao recurso intentado contra sentença. Ambas as emendas foram incorporadas ao texto do Substitutivo já aprovado.

II – Análise

Os ricos debates travados em torno do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, foram de grande utilidade não apenas para que este Relator e, acreditamos, esta Comissão, formassem juízo crítico quanto à proposição, e também com relação ao próprio artigo da Lei nº 9.504 de 1997, que se pretende alterar.

Tornou-se claro – e esse fato parece-nos digno de referência nesse espaço – que a decisão de afastar o candidato ou declarar a perda do mandato, nos termos do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, vigente, não é substancialmente alterada com a proposição que ora se examina, nem com a emenda posteriormente apresentada pelo autor da matéria.

Efetivamente, as modificações singelas e oportunas do projeto original, que vinham merecendo amplo respaldo, foram substancialmente aperfeiçoadas pelo próprio Senador Antonio Carlos Valadares, que consubstancia, em uma verdadeira emenda substitutiva, as medidas originais e duas outras importantes alterações, ambas homenageando, com felicidade, o princípio do devido processo legal.

A primeira, inserta no § 1º que se aduz ao art. 41-A, determina que as penalidades ali previstas somente terão eficácia após a publicação da respectiva decisão judicial. A segunda, que ressalta o direito à ampla defesa e reforça o duplo grau de jurisdição, assinala que o relator do feito poderá, diante de ação cautelar, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante à fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do Tribunal.

Como a matéria retomou a este Relator, para reexame, optamos por promover – por meio de emendas – pequenas alterações de redação, corrigindo o tempo verbal pois este, em texto legal, deve estar no presente, não no futuro e, ademais, excluindo a referência à extinta Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

Já em turno suplementar, foi apresentada Emenda de autoria do Senador Luiz Otávio, a qual pretende determinar que a alteração do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1995, proposta pelo Projeto, não se aplica

aos processos anteriormente iniciados. Parece-nos, com a devida vênia e salvo entendimento diverso dos mais doutos, que a aplicação de uma lei nova a fatos anteriores só é possível para beneficiar, em decorrência de consagrado princípio inscrito no art. 5º, inciso XL da Constituição Federal, segundo o qual “a lei não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. Assim, a futura lei não terá efeito retroativo e a Emenda do eminente Senador Luiz Otávio, nesse caso, não pode, pelas razões expostas, prosperar.

III – Voto

Por essa razão, o nosso voto é pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Luiz Otávio e pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Suprima-se do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a expressão “de mil a cinqüenta mil UFIR”.

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a seguinte redação:

“§ 1º As penalidades previstas no **caput** deste artigo têm eficácia após a publicação da respectiva decisão judicial.”(NR)

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao § 2º do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a seguinte redação:

“§ 2º Em caso de recurso, o relator pode, diante de ação cautelar incidental, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante à fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do Tribunal. Desta decisão cabe agravo, no prazo de cinco dias, ao Tribunal, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento na sessão imediatamente seguinte.”(NR)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 76 DE 2003 ^{SUBSTITUTIVO Nº 10}

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/09/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR “AD HOC” <i>[Assinatura]</i> ^{Senador Mozarildo Cavalcanti}	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>[Assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR (**)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Assinatura]</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI (RELATOR “AD HOC”)
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA <i>[Assinatura]</i>	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS <i>[Assinatura]</i>

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Atualizada em: 08/06/2005

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 76, DE 2003.
(*tema suplementar*)

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, PSB, (*) PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT, PSB, (*) PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA					6 - TASSO JEREISSATI	X			
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSOL) *				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (*) PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (*) PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI	X			
MAGNO MALTA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SERYS SI HESSARENKO					7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUITO VILELA	X				4 - GERSON CAMATA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS	X			

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 08 / 2005

Senador *Antonio Carlos Magalhães*
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 08/06/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

*Atenuação na 2ª sessão a 22-09-03 ao substituído
 a 09 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 76, DE 2003.
 (Turmas Suplementares)*

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES		X			2 - MARIA DO CARMO ALVES		X		
DEMÓSTENES TORRES			X		3 - JOSÉ AGRIPINO			X	
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA					6 - TASSO JEREISSATI		X		
ÁLVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO		X		
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN		X		
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL) *	X			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLYC		X			2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA	X				3 - SÉRGIO ZAMBIASI	X			
MAGNO MALTA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SERY SLESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUITO VILELA	X				4 - GERSON CAMATA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDI					TITULAR - PDI				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS	X			

TOTAL: 19 SIM: 18 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

Jefferson
 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 08 / 2005

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 08/06/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.
 (***) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

emenda n.º 1 (autor: do Sr. Luiz Otávio)
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 76, DE 2003
(turno suplementar)

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA OPINIÃO (PL, PSE, PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO (PT, PSB, PPS, PL, PSE, PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA		X		
CÉSAR BORGES		X			2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES		X			3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO		X			4 - JORGE BORNHAUSEN		X		
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA					6 - TASSO JEREISSATI		X		
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO		X		
ARTHUR VIRGÍLIO		X			8 - LEONEL PAVAN		X		
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *					9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL) *				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PPS, PL, PSE, PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PPS, PL, PSE, PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE		X			1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA		X			3 - SÉRGIO ZAMBIASI		X		
MAGNO MALTA					4 - JOÃO CAPIBERIBE		X		
IDELI SALVATTI		X			5 - SIBÁ MACHADO		X		
ANTONIO CARLOS VALADARES		X			6 - MOZARILDO CAVALCANTI		X		
SERYS SILHESSARENKO					7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA		X			2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGJITO VILELA		X			4 - GERSON CAMATA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS		X		

TOTAL: 19 SIM: — NÃO: 18 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 08 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCJ2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 08/06/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2003

Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania que:

“Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que ‘estabelece normas para as eleições”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a escolha do candidato na convenção partidária até o dia da eleição, inclusive, com prazo final para propositura em até sessenta dias após o pleito, sob pena de multa e cassação do registro ou diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, sem prejuízo da sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965.

§ 1º As penalidades previstas no **caput** deste artigo têm eficácia após a publicação da respectiva decisão judicial.

§ 2º Em caso de recurso, o relator pode, diante de ação cautelar incidental, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante a – fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do Tribunal. Desta decisão cabe agravo, no prazo de cinco dias, ao Tribunal, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento na sessão imediatamente seguinte”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.

 , Presidente

OFÍCIO Nº 128/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de junho de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”.

A matéria será incluída na para apreciação em turno suplementar, combinado com o art. 92, do Regimento pauta da próxima Reunião Ordinária, nos termos do disposto no art. 282, Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Antonio Carlos Magalhães**,
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OFÍCIO Nº 135/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de agosto de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa em turno suplementar.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 282, combinado com os artigos 91 e 92, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 3 de agosto de 2005, esta Comissão deliberou pela aprovação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, que “Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que ‘estabelece normas para as eleições””, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Antonio Carlos Magalhães**,
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 48. Cabe ao congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

.....

LEI Nº 9.840, DE 28 DE SETEMBRO DE 1999

Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1987, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

.....
Art. 1º A Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.”

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 84,
DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

.....
Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

I – o Corregedor, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, ao despachar a inicial, adotará as seguintes providências:

a) ordenará que se notifique o representado do conteúdo da petição, entregando-se-lhe a segunda via apresentada pelo representante com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, ofereça ampla defesa, juntada de documentos e rol de testemunhas, se cabível;

b) determinará que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida, caso seja julgada procedente;

c) indeferirá desde logo a inicial, quando não for caso de representação ou lhe faltar algum requisito desta lei complementar:

II – no caso do Corregedor indeferir a reclamação ou representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal, que resolverá dentro de 24 (vinte e quatro) horas;

III – o interessado, quando for atendido ou ocorrer demora, poderá levar o fato ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;

IV – feita a notificação, a Secretaria do Tribunal juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao representado, bem como a prova da entrega ou da sua recusa em aceitá-la ou dar recibo;

V – findo o prazo da notificação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de 6 (seis) para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação;

VI – nos 3 (três) dias subseqüentes, o Corregedor procederá a todas as diligências que determinar, **ex officio** ou a requerimento das partes;

VII – no prazo da alínea anterior, o Corregedor poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes, ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão do feito;

VIII – quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, inclusive estabelecimento de crédito, oficial ou privado, o Corregedor poderá, ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito ou requisitar cópias;

IX – se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a juízo, o juiz poderá expedir contra ele mandado de prisão e instaurar processos por crime de desobediência;

X – encerrado o prazo da dilação probatória, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 2 (dois) dias;

XI – terminado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Corregedor, no dia imediato, para apresentação de relatório conclusivo sobre o que houver sido apurado;

XII – o relatório do Corregedor, que será assentado em 3 (três) dias, e os autos da representação serão encaminhados ao Tribunal competente, no dia imediato, com pedido de inclusão incontinenti do feito em pauta, para julgamento na primeira sessão subseqüente;

XIII – no Tribunal, o Procurador-Geral ou Regional Eleitoral terá vista dos autos por 48 (quarenta e oito) horas, para se pronunciar sobre as imputações e conclusões do relatório;

XIV – julgada procedente a representação, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes

sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 3 (três) anos subseqüentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico e pelo desvio ou abuso do poder de autoridade, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e processo-crime, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;

XV – se a representação for julgada procedente após a eleição do candidato serão remetidas cópias de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral, para os fins previstos no art. 14, §§ 10 e 11 da Constituição Federal, e art. 262, inciso IV, do Código Eleitoral.

Parágrafo único. O recurso contra a diplomação, interposto pelo representante, não impede a atuação do Ministério Público no mesmo sentido.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOSTERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2004–CCJ

Exellentíssimo

Sr. Senador Edson Lobão

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nesta

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos incisos I e II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para realização de audiência pública visando instruir o PLS nº 76/2003, de minha autoria, e debate público sobre a necessidade de aperfeiçoamento do art. 41-A da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97), inclusive como elemento destinado a agregar a reforma política; para tanto deve ser providenciada a formação de dois grupos, respectivamente, representativos da sociedade civil e do Poder Judiciário, inclusive das instituições essenciais à Justiça, a fim de que se manifestem os representantes das seguintes instituições, ou por elas indicados, a saber: Primeiro Grupo – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Presidente da Associação dos Juizes para a Democracia (AJD), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e Segundo Grupo – Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Procurador-Geral da República e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Sala das Comissões, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB-SE.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta 34ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica ao Plenário da Comissão que está sobrestada a deliberação das matérias terminativas no âmbito desta comissão em virtude da não deliberação pelo Plenário do Senado Federal da medida provisória que se encontra sobrestando a pauta, nos termos do art. 62 da Constituição Federal. Dessa forma, os itens de nºs 2 a 34 não poderão ser apreciados nesta reunião. Encontram-se presentes a esta reunião o eminente Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Dr. Fernando Neves da Silva e o Dr. Marlon Reis, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Trataremos aqui, em audiência pública, do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, que modifica o art. 41 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições. – Concedo a palavra ao representante da CNBB por quinze minutos.

O SR. MARLON REIS – Bom-dia a todas as Sras e aos Srs. Senadores, ao Sr. Presidente, Senador Edson Lobão. Quero cumprimentar o Ministro Fernando Neves, agora advogado, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, e o Ministro Nelson Jobim, nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal.

De fato, fui convidado pela CNBB para fazer uso da palavra, em nome dessa entidade, hoje, aqui, a convite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Inicialmente, agradeço a iniciativa do Senador Antônio Carlos Valadares de propiciar a realização desta audiência pública. De fato, observo que estamos num momento de debates, que estão sendo propiciados por esta Casa, e fico feliz de saber a maneira como esse debate está sendo conduzido. Quero parabenizar o Senador Antônio Carlos Valadares pela iniciativa, pela apresentação do requerimento, e também a toda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por estar propiciando a discussão sobre o projeto de lei apresentado pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que trata de uma matéria de extrema relevância para o País, particularmente para a CNBB, mas, com certeza, para todos, para o Congresso, e, como disse, para todo o Brasil.

Fui convidado pela CNBB pelo fato de que integro o Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Sou Juiz de Direito no Estado do

Maranhão, Senador Edson Lobão, e integro a Associação de Juizes para a Democracia, que, juntamente com a CNBB e diversas outras entidades de caráter nacional, compõe um comitê de uma rede de entidades que estão, desde a edição da Lei nº 9.840, que é a lei que introduziu no ordenamento jurídico o art. 41 a, mobilizados em torno de um debate sobre as estratégias de combate à corrupção eleitoral no Brasil. Pois bem, gostaria rapidamente de rememorar aquele episódio da criação da lei. Acho que todos nesta Casa lembram bem quando a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil, juntamente com diversas outras entidades, inclusive a Associação dos Juizes para a Democracia, começaram um processo de coleta de assinaturas que beirou a 5 milhões de assinaturas no Brasil, das quais pouco mais de 1 milhão foram, afinal, contabilizadas em virtude de falhas no preenchimento dos cadastros, das folhas de coleta da opinião dos eleitores que vierem a subscrever o projeto.

Entendemos que pensando na dificuldade que é em coleta de assinaturas para projetos de lei semelhantes, tanto que é o único projeto de lei dessa natureza até hoje aprovado. Um processo extremamente árduo, que revela o sentimento que tomou a sociedade brasileira em relação a uma mazela terrível da nossa vida em nosso País que era e continua sendo, infelizmente, a prática da corrupção eleitoral. Pensamos que chegou o momento em que não era mais possível ver pessoas que, às vezes com práticas, como entrega de dentaduras, a relato de práticas de pessoas que, buscando um mandato, chegavam a distribuir dentaduras, colocadas em baldes cheios de água, porque o eleitor iria experimentar a dentadura, se o eleitor a colocasse e não servisse na boca, devolveria a dentadura ao balde de água para que o próximo da fila viesse a experimentar. Há relatos, há registros desse tipo de prática, como há também, inclusive em discussão atualmente, um processo que se atribui a alguém a conduta de haver captado sufragilmente com a entrega de dinheiro falso. E outros casos aberrantes desse jaez.

Muitas situações aconteceram que levaram a sociedade brasileira a se posicionar de maneira bem clara e definitiva de que é preciso superar esse drama, que de fato serve, embora não chegue a causar nenhum desdouro à vida, obtenção de mandatos, mas de fato serve para estimular argumentos contrários à democracia.

Este ano vimos na pesquisa do programa das Nações Unidas ao desenvolvimento, realizado em toda a América Latina, que a população da América Latina, principalmente no país onde isso atingiu maiores índices, não acredita na democracia. Um documento fruto

de pesquisa realizada com mais de 18 mil pessoas em toda a América Latina.

Pensamos que o fortalecimento das instituições e do sistema legal em relação ao combate às práticas como essas, a entrega do bem, o favorecimento pessoal, às vezes meras promessas feitas com fim de que não sejam de fato cumpridas, mas apenas para causar ilusão, possa, quem sabe, impedir que pessoas ligadas a V. Ex^{as} ou até mesmo V. Ex^{as} possam alcançar legitimamente seus mandatos porque alguém saiu a distribuir bens de valores significativos, como disse, às vezes meras promessas, burlando, falseando propositalmente à vontade do eleitorado, em troca de valores econômicos, diante de uma população tão carente.

Infelizmente, é um drama que se revelou muito presente no Brasil. Atribui isso bastante à própria legislação eleitoral. A Justiça Eleitoral, como todos sabemos, foi criada em 1932, perdurando até, a meu ver, o ano de 1999 sem elementos eficazes de combate a essas práticas tão abjetas. Como falei, até da entrega da dentadura em troca do voto, porque é uma avaliação facilmente compreensível à luz do estudo da jurisprudência brasileira. Percebemos que as normas que existiam anteriormente, destacaria uma das mais recentes, que é a lei de Inelegibilidade, que prevê um número tão grande de mecanismos para a não observância da própria norma, que acaba tomando quase impossível a punição de alguém que de fato pratique os atos de abuso ali previstos. A sociedade brasileira viu a necessidade de que se criasse um mecanismo mais ágil. Quero também ressaltar esse aspecto, que a sociedade brasileira observou a necessidade da criação de um mecanismo ágil e como ela fez isso? Criando uma norma para a administração das eleições, essa norma do art. 41, **a**, é de caráter eminentemente administrativo, dá poder ao juiz eleitoral de uma coisa básica, afastar da disputa eleitoral aquele que estiver comprando votos, aquele que estiver praticando as condutas que a lei chama de captação ilícita de sufrágio. Isso é um poder mínimo, já que se atribui ao juiz eleitoral a condução do processo eleitoral, e também se atribui a ele o poder de polícia nas eleições. Então, o mínimo que se poderia fazer é conceder-lhe o poder de, reconhecendo provas firmes da existência da corrupção eleitoral, afastar da disputa aquele que tentasse, de maneira ilícita, conseguir o mandato.

Com essas palavras, quero dizer que o Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, e particularmente a CNBB, em nome de quem falo hoje, nesta audiência pública, tem o interesse na preservação dos princípios que conduziram à aprovação do art. 41 **a**.

Não existe a possibilidade de se estar a nenhum tipo de diálogo. É preciso pensar no aprimoramento

dos instrumentos legislativos. Entretanto, não podemos concordar com o retoma da situação anterior, quando as leis eram elaboradas, com conteúdo que favoreciam pessoas, que praticavam atos ilícitos, se beneficiassem dessa mesma legislação para continuar nos exercícios dos mandatos. Sabemos que exatamente a preservação dessa realidade poderia até continuar a impedir que pessoas, como V. Ex^a, continuassem a conquistar os brilhantes mandatos que exercem nesta Casa, não por força de que outras pessoas tivessem mais prestígio ou conquistado mais espaço político que V. Ex^{as}, mas pela via da ilicitude, e isso não seria admissível. É isso que estamos querendo, a garantia da democracia em que, de fato, seja eleito aquele que teve mais votos, como é o que deve ser, porque as pessoas desejaram realmente votar nelas, e não por que vieram a ter corrompida a sua vontade.

Nós queremos e desejamos profundamente que o espírito do art. 41 **a** que é o espírito revelado pela iniciativa desses milhões de brasileiros, seja preservado.

Acreditamos também que esta Casa está justamente propensa a isso. Pensamos que o art. 41 **a** é um exemplo de democracia para o Brasil, não apenas em relação que propicie para a aplicação da lei pelos juizes, mas, principalmente para a aplicação da lei pelos juizes, mas, principalmente, pelo aspecto pedagógico que ela contém. Nós achamos que pode haver, caso algumas distorções na aplicação da lei tenham acontecido, não tira o brilho da lei. Não pode, de alguma forma, apresentar uma distorção em relação a isso.

É fundamental, e eu gostaria de concluir minhas palavras reafirmando isso, que nós discutamos formas de garantir essa conquista da população brasileira, que é a concessão de poderes administrativos ao juiz eleitoral para afastar do pleito aqueles que, efetivamente, compraram votos.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade concedida por esta Casa, por esta Comissão, e mais uma vez, particularmente, ao Senador Antonio Carlos Valadares por sua iniciativa, e dizer que estamos abertos para conversar sobre o modo que podemos encontrar para salvar um dispositivo tão importante para a construção da democracia deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço a contribuição do Dr. Marlon Reis, Juiz que honra a Magistratura do meu Estado, que aqui falou em nome da CNBB.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Neves da Silva, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. FERNANDO NEVES DA SILVA – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Senador Marcelo Crivella, Presidente Nelson Jobim, Dr. Marlon, Sras e

Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs., a posição da OAB é de extrema preocupação com a possibilidade da corrupção eleitoral, e defende, veementemente, a necessidade de instrumentos capazes para coibir qualquer prática nesse sentido. Digo sempre, e disse isso quando era Juiz do Tribunal, tive a honra de compor o Superior Tribunal Eleitoral, e continuo dizendo hoje, que isso não exclui a existência do instituto, a possibilidade de se ter uma normal legal que permita a punição rápida e eficiente de quem tenta comprar voto, de quem compra votos, isso não exclui a responsabilidade dos juizes, sejam de primeiro, segundo, terceiro graus ou até do Supremo Tribunal Federal, da análise crítica e atenta de cada caso, para que não cometam injustiças. O instrumento só é forte na medida em que for corretamente aplicado. E dentro dessa lógica me parece que o Projeto de Lei do Senado Federal nº 76, de 2003, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares e com a Emenda nº 1 apresentada, que tive conhecimento agora, parece-me que caminha neste sentido. As alterações que propõem sejam feitas no art. 41 a da Lei nº 9.504, norma essa introduzida pela Lei nº 9.840, que o Dr. Marlon já fez o seu histórico e demonstrou a importância do significado, da vontade popular que trouxe a esta Casa, ao Parlamento brasileiro essa preocupação com a lisura das eleições. No meu entender, esse projeto caminha para dar maior eficácia e maior, vamos dizer, certeza a essas normas. Anotei alguns pontos aqui, quando estabelece que o candidato escolhido em convenção já pode incidir no tipo. O Ministro Jobim lembra que essa era uma antiga aspiração da Justiça Eleitoral, que, todavia, na legislação anterior, tinha que se limitar ao registro, e ao Tribunal Superior Eleitoral caminhou no sentido de que era o pedido de registro e não o registro deferido, porque viu que não tinha sentido limitar esse tempo. Trazer isto para a convenção quando evidentemente, e o colocou muito bem o Senador Marcelo Crivella no relatório que V. Ex^a gentilmente permitiu-me ler, mostra que escolhido em convenção não há negar que a pessoa é candidato e que ali já estão os seus atos todos visando a sua eleição. Então deve responder se praticar esse caso.

A outra coisa que me parece relevante, já discutia com o Dr. Marlon também, a questão do prazo para que a esta ação seja proposta após a eleição. Diz-me o Senador Valadares que, segundo dados que V. Ex^a tem, perto de 90% dessas ações são propostas antes da eleição, porque evidentemente isso tem um componente moralizador para as eleições, nem todos os candidatos deixam para discutir isso só após o resultado. Agora sempre defendi, e acho que essa é a posição da Ordem dos Advogados também, que as eleições

têm que terminar. É importante que o País, os Estados ou os Municípios tenham certeza de quem serão os seus dirigentes. E dentro desta linha é importante que se estabeleça esse prazo. Estou de acordo, estamos limitando porque a jurisprudência admitiu que esta ação fosse proposta até o período da diplomação. Mas, pessoalmente, não vejo empecilho maior a que se estabeleça este prazo de 15 dias, até para permitir que juizes de primeiro grau que julguem essas representações antes da diplomação, e não permitam, isso não ocasione o que de forma nenhuma não é recomendável para a democracia que são essas substituições. Então é importante que, antes de ser diplomado, já se saiba quem pode ser ou não diplomado, para evitar essa descontinuidade administrativa.

Outro ponto, Sr. Presidente, que anotei também é o efeito imediato que a Justiça Eleitoral tem admitido a partir da publicação. Isso é muito bom que fique definido na lei, para que não se permitam interpretações equivocadas ou que se ponham em dúvida. Com a responsabilidade, penso também que o Senador foi muito feliz, com a possibilidade da instância superior dentro do juiz cautelar, que é inerente à atividade dos magistrados poder suspender a decisão se denotar ou verificar ali uma teratologia, uma hipótese que evidentemente impeça o cumprimento. Temos que admitir que os juizes são humanos e como tais falíveis, e pode-se ter uma sentença que deixe de analisar um ou outro aspecto. Então é importante e a Constituição garante a possibilidade de recursos em duplo grau, é importante que deixe clara essa possibilidade da instância superior suspender aqueles efeitos que são imediatos da decisão eleitoral. É importante que a decisão eleitoral tenha efeito imediato, porque estamos tratando aqui de prazo de mandatos com prazo certo, seja para o vencedor, seja para aquele que está pleiteando a substituição de alguma forma. A Justiça Eleitoral tem que ser ágil e acho que neste sentido ela tem caminhado.

A última observação que tenho é relativa à referência de que a apuração do tipo eleitoral do art. 41, a, não exclui a apuração do tipo penal do art. 299, que se fará com todas as garantias e procedimentos próprios do processo penal.

Então, em conclusão, Sr. Presidente, as minhas observações são a favor dessa emenda. Acredito que ela venha a aprimorar o processo eleitoral. E estou pronto, no momento oportuno, para tecer considerações e esclarecimentos sobre as posições que aqui defendi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito grato ao Dr. Fernando Neves da Silva também, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil.

Concedo a palavra ao Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, Membros da Mesa, gostaria de falar, nesse tema do art. 41, **a**, com observação importante. Ou seja, gostaria de falar a partir de uma realidade política e não só a partir da leitura legal. Em primeiro lugar, só é réu, só é parte na ação do 41 **a** candidato que tenha sido eleito. Eu não vi, não me lembro, Ministro Fernando Neves, de ações relativas à captação do sufrágio em que tenham sido réus, partes candidatos que não foram eleitos. Então, observem bem que o art. 41, **a**, que tem como objetivo, e esse objetivo não está sendo posto em dúvida nem pelo Senado, nem pelo projeto do Senador Valadares, que é exatamente coibir a captação do sufrágio, com a vedação do candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, a fim de obter o voto, bem ou vantagem pessoal. Isso o Senado em momento algum está colocando em dúvida. O que o Senado está tentando examinar é a forma pelo qual isso se opera.

E lembrem-se o quadro básico que temos que ter presente como perspectiva analítica. Efetivamente, o Senado continua entendendo que a captação do sufrágio, essa regra principal, corresponde à proteção da vontade do eleitor. No Brasil já resolvemos a questão relativa à capacidade de votar e ser votado, o problema da maioria eleitoral e o problema das inevitabilidades; resolvemos também o problema da verdade eleitoral, no sentido de que o voto votado seja o voto apurado; a questão relativa à forma eletrônica de votação, que é um sucesso absoluto em termos de segurança e resultados. E agora o que se discute é a formação da vontade do eleitor. Esse dispositivo visa evitar que essa formação, que essa vontade do eleitor seja distorcida por atos relativos à doação, oferta, promessa ou entrega de bem ou coisa. Isso não está sendo posto em dúvida aqui, o que está sendo posto é exatamente, em cima da experiência do art. 41, **a**, é, exatamente, a questão de como se operacionaliza esse dispositivo.

Então, vamos deixar bem claro que esse é o ponto que está sendo discutido. Daí por que concordo plenamente com o Ministro Fernando Neves e também lembro ao eminente representante da Confederação Nacional dos Bispos que aqui não se está colocando em dúvida a conquista do art. 41, **a**, o que se está discutindo é uma forma adequada de fazer com que isso se operacionalize e por quê. Porque na verdade, ao fim, ao cabo, quando sabemos que as partes sujeitas ao art. 41, **a**, são sempre os candidatos eleitos, na verdade isso é um prolongamento também do debate político. Daí por que sendo um prolongamento do debate po-

lítico, temos que ter técnicas e formas pelas quais se evite que se consigam resultados políticos dentro da Justiça Eleitoral, que não tem essa função de decidir política, que tem a função de decidir lisura e conduta no processo eleitoral.

Então vejam, portanto, que quando nós debatemos a primeira vez, lá, quando eu era Presidente ou membro do TSE à época, debatemos o primeiro dado, que era o texto do art. 41, **a**, que dizia que a característica da realização, ou seja, os atos seriam coibidos desde que praticados desde o registro da candidatura até o dia da eleição. Entendemos, à época, de que era desde o pedido do registro, porque o pedido do registro só marcava um dado. Antecedemos. Eu defendia na época a possibilidade de ser da escolha do

candidato, porque a partir da escolha do candidato é que poderiam ser esses atos de captação do sufrágio serem manifestados.

O projeto do Senador está em debate nesta Comissão, quer na versão original, quer na versão da Emenda nº 1, preserva esta situação.

Absolutamente correto. Entendemos que está perfeito, que o lapso temporal para verificação, para a prática desses atos puníveis seria exatamente da escolha do candidato até a data da eleição. Entendo que está perfeita esta parte.

O segundo ponto é exatamente aquilo referido pelo eminente Ministro Fernando Neves. Vejam o problema. O TSE considerando de que o texto do art. 41, **a** estabelecia, na referia o momento do ajuizamento dessa ação, o que aconteceu? Aconteceu de que se estabeleceu que o lapso de tempo para o ajuizamento da ação prevista no art. 41, **a**, se estabelecia esse lapso de tempo entre o quê? Desde o pleito até a diplomação dos candidatos. E nós teríamos esse espaço de tempo em que nós teríamos uma insegurança jurídica sobre os candidatos eleitos.

Agora, vamos falar, vamos falar absolutamente claro. A pergunta básica é a seguinte: quando é que aparecem os movimentos para a imputação a algum candidato do art. 41, **a**? Repito, é depois da eleição. Se ele foi eleito, começa a aparecer um movimento em relação a descoberto ou pelo menos dos atos que teriam sido praticados. isto não podemos, digamos, ter fora da nossa perspectiva analítica.

Ora, se isto é verdade, é bom ter presente então de que as investigações grande parte da mobilização para investigar a prática da captação do sufrágio se dá depois do resultado da eleição. Antes, raramente se encontra, não é verdade, Ministro Fernando Neves, a experiência que tivemos no período eleitoral, raramente se encontra momentos em que se faz uma investigação

de capitação de sufrágio com eficácia e eficiência se esse candidato ainda não foi sufragado pelo voto.

Então, observem bem. Se isto é verdade e se o tempo do prazo para o ajustamento da ação na linha do TSE é da data da eleição até a diplomação, o que nós estamos permitindo com esse espaço de tempo é um mero prolongamento do debate eleitoral e não investigação que seja eficaz em relação inclusive àqueles que não ganham eleição. O bom seria e o objetivo do projeto não é atingir. O objetivo do texto é a lisura global das eleições para os vitoriosos e para os derrotados. Não é só para os vitoriosos.

Ora, se nós não temos um tempo enorme, um tempo... Fernando, informe aqui isso.

O SR. FERNANDO NEVES – Da eleição à diplomação uns 75 dias.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – 75 dias.

O SR. FERNANDO NEVES – Do mês de outubro à 19 de dezembro.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Dão dois meses, praticamente... E, dois meses e meio.

O SR. FERNANDO NEVES (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Claro. Não. Não. É o problema do ajuizamento da ação.

O SR. FERNANDO NEVES – Admitir, a Justiça Eleitoral também admite também propositura antes da eleição, embora normalmente elas venham depois.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – É claro, venham depois. Mas ocorre que normalmente não ocorre, sempre se dá depois.

Então, vejamos. Nós entendemos na linha do que foi sustentado pelo eminente Ministro Fernando Neves que é razoável a fixação de um prazo. E por que razoável a fixação de um prazo? Porque aí a coibição da capitação do sufrágio se estenderá também àqueles que foram derrotados. Por quê? Porque você tendo um prazo a partir da data da eleição para o ajuizamento da ação, prazo decadencial, poderá esta situação induzir a que, por exemplo, o Ministério Público Eleitoral faça as suas investigações não só em relação àqueles que foram eleitos, mas também em relação àqueles que não foram eleitos. Por quê? Porque os atos investigatórios teriam que se realizar antes do resultado da eleição. Porque de duas, uma, ou esse texto – e aqui insisto – ou esse texto é um texto que tem por objetivo a lisura da eleição – e lisura da eleição depende de quem? Dos candidatos que foram vitoriosos e dos candidatos que foram derrotados. E o que nós encontramos normalmente dentro dos procedimentos é de que o art. 41, **a**, acaba sendo manejado exclusivamente para os candidatos que foram vitoriosos, o que coloca na impunidade os candidatos que não foram vitoriosos. E

por que faz isso? Porque o prazo, sendo longo, acaba sempre induzindo que a busca do art. 41, **a**, se destina exclusivamente a esse personagem. Daí porque eu entendo que é necessário, na perspectiva referida, que se fixe um prazo. O prazo escolhido pelo eminente Autor da Emenda nº 1 que é o Senador Antonio Carlos Valadares é o prazo de 15 dias após o pleito. Ele adotou, praticamente, a regra, ou seja, copiou a regra do art. 90 do Código Eleitoral em que, quanto à impugnação do mandato, a ação de impugnação da expedição do diploma, é, exatamente, o prazo de 15 dias após a diplomação, ou seja, para a impugnação da expedição do diploma que é uma ação que nasce depois da expedição e se fixa o prazo de 15 dias.

Pelo jeito, ele adotou a mesma lógica, ou seja, o mesmo prazo de 15 dias da data da realização do pleito que seria a data – vejam bem – em que, eventualmente, nasceria o interesse na ação do 41 **a**, já que o interesse é cassar registros ou diplomas de vitoriosos e não derrotados.

Então, observem bem que não há e raramente se encontra a aplicação de penas de multas a candidatos derrotados que praticaram a captação do sufrágio. Ao fim, ao cabo, acaba sendo na prática o 41 **a** sendo utilizado para proteger, exclusivamente, a vontade do eleitor, nós teríamos demandas do 41 **a** relativas a derrotados. Isto nós temos que ter muito claro para não sermos ingênuos que nós vamos trabalhar nisto aqui, em cima de visões meramente da leitura dogmática. Vamos trabalhar com a realidade. Eu creio que é razoável se discutir, exatamente, um prazo para estabelecermos uma segurança jurídica e darmos possibilidade de termos, durante o processo eleitoral, uma fiscalização efetiva e não uma fiscalização **a posteriori**, decorrente do nascimento do interesse, tendo em vista o resultado da própria eleição.

Outro texto que acrescentaram pela emenda – eu estou trabalhando em cima da emenda e não em cima do texto original – apresenta, aqui, um § 1º, estabelecendo o problema da eficácia. Hoje, a eficácia é imediata. Imediata significa a proclamação do resultado na sessão em que você, já no final da sessão, proclama o resultado final. E, aqui, o eminente Senador sugere que seja após a publicação da respectiva decisão judicial. Isto me parece relevante e me parece relevante por que? Porque, com a proclamação do resultado em que se decorre, hoje, a eficácia da decisão, não há nenhuma possibilidade de recurso por parte do condenado. Por quê? Porque não foi publicado o acórdão. Ele só poderá recorrer depois de publicado o acórdão. Ora, se ele só pode recorrer depois de publicado o acórdão e o eminente Senador coloca que o Relator do recurso poderá conceder a suspensão da

eficácia imediata, só pode ser da data da publicação porque se não nós teríamos dois prazos completamente desconexos – um prazo da eficácia de algo que é insusceptível de recurso. Então, aqui, o que ele está fazendo? Ele está coincidindo a eficácia com a data do início do prazo de recurso que é exatamente 5 dias em relação à decisão. Parece-me absolutamente razoável: você traz para o mesmo momento processual os dois momentos distintos e viabiliza algo importante que é o descongestionamento eventual de pressões que decorram do processo eleitoral e, aí, você trabalha com dois vetores, ou seja, não só o próprio autor da decisão – que pode se retratar – ou o Tribunal Superior que pode ser, em alguns casos, o Tribunal Superior Eleitoral e, em outros casos, o Tribunal Regional Eleitoral, dependendo se a pena for aplicada por júri de primeiro grau ou pelo próprio Tribunal.

Eu creio, meus caros Senadores, que a experiência da vigência do texto mostrou duas coisas fundamentais: uma que era absolutamente necessária – a manutenção da figura da captação do sufrágio e a outra que era necessário que pudesse o Poder Legislativo definir, com mais clareza, os mecanismos operacionais. Eu não vejo, na proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, nenhuma modificação do objetivo fundamental. Pelo contrário, com a fixação do prazo, ele está forçando que os órgãos investigadores da Justiça Eleitoral, principalmente o Ministério Público, comece a ter, também, uma responsabilidade e produzir investigações de captação de sufrágio antes da eleição e não exclusivamente depois do resultado da eleição. A ação terá que ser depois do resultado da eleição porque a ação tem duas conseqüências: uma é a cassação do registro do diploma e outra é a aplicação de multa. Observem que se a cassação do registro é objeto, eu quero lembrar aos senhores que é muito raro decisões que tenham cassado registro porque sempre acaba cassando a diplomação porque a decisão acaba sempre depois da diplomação. Por quê? Porque o ajuizamento sempre é próximo à data da diplomação, o que prolonga a angústia e a insegurança jurídica do processo eleitoral.

Eu creio que o Senado está caminhando bem no sentido de discutir esse assunto. Eu seria absolutamente contrário a qualquer posição que viesse a dar ao art. 41 a aquela configuração que tenham outras medidas que são medidas que protegem o resultado do pleito. Aqui está se protegendo a formação da vontade do eleitor e não o resultado do pleito. Daí por que mesmo aqueles que não foram eleitos têm que ser coibidos na conduta por quê? Porque distorceram a vontade do eleitor.

Os senhores estão discutindo basicamente essa equação: que o voto votado seja o votado querido e não o voto induzido. Os senhores estão procurando aqui e esse dispositivo visa coibir a indução do voto e os senhores estão querendo estabelecer portanto não mais só a verdade eleitoral do voto votado é o voto apurado, mas, sim, estão discutindo a formação da vontade do voto. Daí por que não se discutiu o resultado da eleição, ou seja, se isto produziu ou não resultados no sentido de ser eleito ou não.

Eu creio que este é o caminho e cumprimento os eminentes Senadores para dizer que me parece absolutamente adequada a solução que os senhores estão discutindo e estão debatendo. É evidente que cabe aos senhores, como órgão representativo da soberania e que exatamente tem a função legislativa decidir dessa forma.

Quero também, antes de encerrar, dizer ao eminente Presidente, que teve uma espécie de cautela no sentido de me convidar para vir expor, enfim, debater em audiência pública essa matéria, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal sente-se, de um lado honrado por todos os convites que sejam feitos pelo Senado e, de outro lado, o Presidente do Supremo Tribunal entende absolutamente obrigatório que aqui se apresente toda vez que for chamado, tendo em vista que os senhores representam a soberania nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Muito grato ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Concedo a palavra ao Senador César Borges. V. Ex^a se inscreveu ou a Presidência se equivocou?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, efetivamente tinha me inscrito, não esperava que fosse nesse momento. Eu preferiria, talvez, primeiro ouvir o autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a deseja falar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a V. Ex^a que me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr. Relator, Senador Marcelo Crivella, Sr. Presidente do Supremo Tribunal, eminente Ministro Nelson Jobim, Supremo Tribunal Federal, Dr. Marlon Reis, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Ministro Dr. Fernando Neves da Silva, representando nesta audiência pública a Ordem dos Advogados do Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro farei um preâmbulo sobre o histórico deste Projeto nº 76.

Ele foi apresentado inicialmente no ano de 2003, em março daquele ano, e tinha o simples objetivo de conferir uma nova data a partir da qual quem cometesse captação, o crime da captação de voto poderia ser representado na Justiça Eleitoral e também ainda o projeto inicial prevê que não apenas a multa, não apenas a cassação do registro seriam as penas impostas ao infrator. Também o infrator poderia incorrer nas penas previstas no art. 299 do Código Eleitoral, ou seja, punição de reclusão de até quatro anos, o que a lei inicial que foi alterada através do art. 41 a não previa estas duas situações: não previa a possibilidade do ingresso de uma ação por compra de votos a partir da convenção; nem havia a penalidade de reclusão, como a prevista no art. 299 do Código Eleitoral, mas apenas a imposição de uma multa pela Justiça Federal.

Inicialmente, em março de 2003, o objetivo era esse. Após a realização das eleições de 2004, ocorreram vários fatos no Brasil inteiro que nos inspiraram a modificar o projeto original. Para tanto, tive a compreensão do nobre Relator, Senador Marcelo Crivella, que, de imediato me estimulou a fazer um estudo pormenorizado do então projeto por mim apresentado a fim de que esta emenda configurasse o entendimento de todos aqueles que pensam em coibir a vontade de alguém em cometer o crime de captação de votos, sem cometer injustiça.

Por isso, inspiramo-nos nas decisões reiteradas do Tribunal Superior Eleitoral, proferidas por dois de seus eminentes membros: o Ministro Nelson Jobim, atual Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, e o eminente Dr. Fernando Neves da Silva. Ambos, em suas palestras, ratificaram o pensamento que já tinham antes, manifestado de forma pública e notória através de decisões judiciais de modificações que poderiam ser feitas no art. 41 a.

Na verdade, não estamos criando, mas mantendo o pensamento edificante da OAB, da CNBB e de todos aqueles que querem, de todas as formas, uma punição severa e exemplar para aqueles que fraudaram as eleições se utilizando o poder econômico, da máquina administrativa e de todos os meios possíveis e imagináveis para mudar o resultado da eleição.

Aproveito o ensejo para ratificar o meu apoio intransigente e inafastável em favor da manutenção do espírito, da natureza do art. 41 “a”, que, em boa hora, veio ao Brasil, e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ratificaram o pensamento das instituições envolvidas nesta preocupação.

Entretanto, a lei é realidade, é o dia-a-dia, é a sua prática. Como disse o nosso querido Ministro, Dr. Fernando Neves, os juizes são humanos e, por isso, falíveis. Podem cometer equívocos, excessos e até er-

ros determinados pela emoção do momento da prática eleitoral e pela pressão com que os processos eleitorais são feitos. Daí, a possibilidade incluída neste projeto de se estabelecer uma medida cautelar uma prática dos tribunais em todo Brasil, tanto dos Tribunais Regionais Eleitorais quanto do Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, os Tribunais Regionais Eleitorais estão praticamente atendendo à súmula vinculante daquilo que é decidido, em nível superior, pela Justiça brasileira.

O que queremos é o voto querido e não o voto induzido, ou seja, a transparência das eleições através de um processamento rápido e justo para que a eleição represente, na realidade, a vontade do eleitor, mas respeitando, acima de tudo, a legislação eleitoral.

Por fim, Sr. Presidente, em resumo – o nobre Relator já colocou tudo isto em seu parecer -, o projeto propõe que o prazo para ingresso da ação judicial por compra de votos é de até 15 dias após o pleito eleitoral. Isso foi muito bem explicado. A justificação foi feita de forma primorosa pelo eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

A representação eleitoral por compra de votos não exclui outras medidas pertinentes, como a prevista no art. 299 do Código Eleitoral, de quatro anos de reclusão, que, inicialmente, não havia no art. 41 a.

A decisão que cassa o registro por compra de voto somente poderá ter efeito após a publicação da decisão judicial. Isso já foi explicado pelos nobres palestrantes. Os efeitos dessa decisão podem ser suspensos mediante propositura de ação cautelar. Logicamente, para que o Tribunal conceda uma cautelar, é preciso que incidam dois requisitos básicos: o **periculum in mora** e o **funus bonus iuris**. Quer dizer, se houver a ocorrência desses dois requisitos e uma determinada fundamentação que venha a convencer o Relator, ele poderá data cautelar. Caso ele não dê, a causa vai ao Pleno do Tribunal.

Aproveito o ensejo para dizer que, ontem, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, antes mesmo da aprovação dessa lei – apenas com base na jurisprudência do TSE e do STF -, já concedeu ao Prefeito de Capela, no Estado de Sergipe, uma cautelar negada pela Relatora, no Tribunal, que não se retratou, mas levou o processo. E, por meio de um agravo, o candidato do PSB, Sr. Sukita, conseguiu liminar por quatro a dois. Ou seja, haverá a possibilidade de discussão do processo original no Tribunal. Antes, não há legislação que assegure o direito – de o candidato requerer, por meio de uma cautelar, uma suspensão da sentença de primeiro grau.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a presença de todos que debatem a questão nesta Comissão, a começar pelo Ministro Nelson Jobim, Dr. Marlon Reis e

Dr. Fernando Neves, que *atenderam, prontamente, ao convite* de V. Et Reconheço que V. Ex^a foi célere, democrático e se interessou porque V. Ex^a é, sobretudo, um político de escol, um dos melhores Senadores da República, que reconhece o valor do voto – já que V. Ex^o foi, tantas vezes, candidato a tantos cargos eletivos – e sabe também o valor de se punirem todos aqueles que têm alguma culpa no cartório e prevenir também os derrotados. Essa lei não pode ser, Sr. Presidente, o refúgio dos derrotados. Ela tem de ser simplesmente a garantia da lisura do voto no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço as palavras generosas de V. Ex^o quanto ao desempenho deste seu colega na Presidência da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; Sr. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Fernando Neves; Dr. Marlon Reis, representando a CNBB, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que o projeto tem consenso, inclusive, entre os Senadores e os operadores de Direito quanto a duas necessidades básicas. Primeira, antecipação para escolha da candidatura, que é muito lógico, porque aí já podem começar a acontecer os abusos, e a limitação desse prazo posterior à eleição, uma vez que fica, principalmente o eleito, sujeito a uma série de montagens de artimanhas do derrotado para tentar reverter na Justiça aquilo que ele não conseguiu nas urnas. Esse prazo é muito elástico: quase 2 meses e meio, o que leva a uma certa intransigência, quando poderia estar o eleito montando equipe, planejando sua atuação, sua gestão.

Creio que a discussão vai se centralizar principalmente na escolha desse prazo. Há uma emenda que não está publicada que reduz o prazo para cinco dias, o que é praticamente impossível logo após a eleição se propor qualquer ação nesse prazo. O prazo de 15 dias é um prazo razoável porque guarda, inclusive, consonância com todo o ordenamento jurídico, mas acredito que uma investigação, porque ela, na realidade, tem traços de investigação, têm que se buscar elementos, etc., e guarda uma certa similitude, inclusive com a área penal. Eu acho que esse prazo, porque é uma ação que efetivamente necessita de investigação, pode ser de 30 dias. Pode ser necessário – e deve, quase sempre acontece – ouvir testemunhas, pode ser necessário produzir uma perícia, requisitar uma documentação, e nesse prazo de 15 dias, por se tratar principalmente de um ajuizamento de ação, pode ser que o Ministério Público Eleitoral, principalmente, não consiga fazer a produção dessas provas. Então, minha

preocupação é somente nesse campo. Cinco dias parece-me impossível, mata a ação. Quinze dias é um prazo razoável, juridicamente é tranqüilo. Mas – acho que, se conseguíssemos limitar em 30 dias, poderíamos evitar, inclusive, qualquer suspeita que paira sobre a propositura da emenda, porque fica um prazo bastante elástico, um prazo razoável, em que todos poderiam trabalhar tranqüilamente sem qualquer castração por parte do órgão investigador, mas também sem aquele prazo imenso que possibilita, na maioria das vezes, a montagem de processos que acabam atrapalhando a vida política no Brasil, como foi muito bem colocado por todos os expositores, inclusive pelo Sr. Relator.

Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Ministro Nelson Jobim, Dr. Marlon Reis, Senador Marcelo Crivella, Dr. Fernando Neves, as exposições, embora não fossem longas, e não deveriam ser mesmo, foram extremamente elucidativas: a experiência do Dr. Fernando Neves no Tribunal Superior Eleitoral, o representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e, em particular, a experiência legislativa e de grande juiz do Ministro Nelson Jobim, que nos deu uma verdadeira aula em pouco tempo sobre o assunto. De maneira que o assunto ficou bastante esclarecido. Mas tem que se ver em minha ótica as causas, e, sem se encontrarem as causas, dificilmente posteriormente a Justiça vai encontrar o crime. Uma das causas principais dentro de minha inteligência é o Orçamento da República. O Orçamento da República serve para corromper. Na medida em que ele não é um Orçamento impositivo, ele corrompe, porque fica na vontade do governante liberar ou não verbas que vão ser utilizadas politicamente por aqueles que lhe são leais. Digo isso não apenas em relação ao Governo Federal, mas aos Governos Estaduais também, até aos Municipais. De modo que, enquanto não chegarmos a esse ponto, não vamos ter lisura em matéria eleitoral. Como chegar a esse ponto? Depende do Congresso Nacional. O Congresso Nacional é que tem sido o responsável pela maior parte desses abusos. O Congresso Nacional não tem tido a coragem de enfrentar os executivos, não apenas esses, mas os anteriores, em relação ao orçamento impositivo.

Se os senhores forem reparar, 80% dessas causas são nascidas das verbas orçamentárias. E nessas verbas orçamentárias o governo faz o que quer. Desde a feitura do orçamento aqui, que é absolutamente ilegal, absurda, imoral, às vezes, porque esse orçamento é feito de meia noite às seis horas da manhã

pelos mais sabidos, porque os outros já foram para casa dormir, e depois fica no Poder Executivo aquela sensação de contingenciar e descontingenciar verbas até o pagamento, corrompendo, inclusive, não só os políticos como também os administradores.

Como fazer isso? Não é nesse projeto, evidentemente não é. Mas a inteligência, principalmente do Dr. Fernando Neves, em particular do eminente Ministro Nelson Jobim, há de encontrar um caminho para que isso seja feito, porque enquanto não fizermos vamos ficar financiamento público, financiamento privado, que não vai resolver coisa nenhuma, porque quando houver financiamento público vai haver também por baixo financiamento privado, e as eleições serão sempre deturpadas. Enquanto não tivermos – não os senhores, mas nós – a coragem de fazer o que é certo, vamos ter avalia(???) do artigo 41, que já é uma grande coisa, mas não vamos resolver o problema da corrupção que é a causa principal dos recursos eleitorais. –

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Fernando Neves, Presidente da OAB, Sr. Marlon Reis, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Sr. Relator, Senador Marcelo Crivella, realmente é uma oportunidade ímpar desta Casa contar com a presença de tão ilustres palestrantes nesta audiência pública.

– Sinto-me na obrigação de fazer uma intervenção, uma vez que fui envolvido ainda este ano numa polêmica quase que em nível nacional, quando apresentei um Projeto de Lei de nº 284 a esta Casa que procurava, dentro da nossa visão, aperfeiçoar o art. 41 **a** e colocá-lo dentro dos trâmites da Constituição Federal, quando ela dá a todo cidadão brasileiro o princípio da presunção de inocência. Isso está no art. 5º da Constituição Federal. E a nosso ver o 41 **a** permitiu que as eleições tivessem, na verdade, continuidade, após a finalização do pleito, tendo o lado derrotado, como foi muito bem aqui enaltecido e ressaltado pelo Ministro Nelson Jobim, a possibilidade de tentar, através de coleta de provas, de aliciamento de votos por maneiras fraudulentas, representar contra o vencido, com provas que poderiam não ter consistência numa primeira avaliação. E poderia, de imediato, ser cassada a diplomação e não ser respeitado o voto popular que foi extraído das urnas. Tenho verificado que os Tribunais Superiores têm dado sempre a aplicação do princípio da presunção da inocência do art. 5º. Recentemente o próprio Supremo Tribunal Federal, Ministro Jobim, conduziu ao cargo o Prefeito de Campos nessa argumentação. Da mesma forma, temos no Esta-

tuto dos Advogados, no art. 35, que as sanções para qualquer membro da instituição deverão constar dos assentamentos no inscrito após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto da publicidade da censura. E o que procuramos foi exatamente trazer para o art. 41 **a** que essas penalidades só poderiam ter eficácia após o trânsito em julgado da respectiva condenação, com sentença condenatória. Isso foi motivo de uma polêmica muito grande e de uma exploração política, a meu ver, injusta, odiosa, naquele momento em que apresentamos esse projeto. Atendendo a algumas solicitações de Srs. Senadores nesta Casa, retirei o Projeto nº 284. – Portanto, o Senado Federal tem agora uma oportunidade com o projeto apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. Na verdade, era um projeto que antecedia o Projeto de Lei nº 76, de 2003, de nossa autoria, ora em discussão, para que pudéssemos discutir essa questão da constitucionalidade do art. 41, **a**, uma vez que todo cidadão brasileiro tem direito à presunção da inocência. E têm sido assim as sentenças proferidas pelos Tribunais Superiores deste País.

Eu gostaria de ouvir do Ministro Nelson Jobim e do Dr. Fernando Neves uma apreciação com relação a esse ponto específico, que foi motivo de polêmica nesta Casa, mais o apoio dos Srs. Senadores, para que os resultados dos pleitos eleitorais não pudessem ser modificados em 1ª Instância, deixando de lado a vontade popular expressa. Teríamos a possibilidade de ter um prejuízo irreparável para a população que votou e fez uma escolha soberana por determinado candidato, que, por uma decisão de 1ª Instância, posteriormente reparada por um tribunal superior, ficasse a vontade popular prejudicada de forma irremediável. – Eu gostaria de ouvir uma apreciação referente a essa questão dos senhores que nos visitam com tanta honra para o Senado e para esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Fernando Neves.

O SR. FERNANDO NEVES – Tenho como relevantes as ponderações do eminente Senador César Borges, mas creio que elas estão, em sua essência, atendidas pelo projeto do Senador Antonio Carlos Valadares. – A presunção de inocência constitucional, lembrada por V. Ex^a, ao que me recordo – o Ministro Nelson Jobim poderá dar a palavra final da instância revisora, aplica-se, especificamente, no caso de uma condenação criminal. Aquela garantia constitucional é para uma condenação criminal, e não estamos falando de condenação criminal. Quando o projeto se refere ao art. 299 do Código Eleitoral, ali, sim, deverá haver a condenação para que ele sofra a restrição de liberdade ou a pena alternativa que for imposta. O que me

preocupa, Senador, é o fato de tomarmos inócuas a norma e outras disposições do Código Eleitoral, assim como outras leis relacionadas. Estamos trabalhando com um mandato de quatro anos. Sem dificuldade e até sem usar recursos protelatórios – como representante da Ordem, não estou dizendo que os advogados usem tais recursos –, é muito fácil se levar um processo por quatro anos. Isso significará que essa e outras normas não serão aplicadas. Por isso, o art. 257 do Código Eleitoral – norma há mais de quarenta anos em vigor – estabelece que as decisões da Justiça Eleitoral têm cumprimento imediato. Os recursos não têm efeito suspensivo.

Penso que caminha muito bem o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares quando cria a possibilidade dessa revisão. É o que falei: os juízes podem errar e muitas vezes erram. Por isso, há a dupla instância. Nesse caso, há a possibilidade de um colegiado, que é bom porque são diversas pessoas a discutir, a examinar aquela decisão de primeiro ou de segundo grau pela instância superior para analisar se a decisão merece uma medida cautelar que suste os efeitos imediatos que são a regra. A regra baseia-se no cumprimento imediato. Entretanto, há possibilidade. Não estamos falando em presunção de inocência, matéria penal que está prevista na Constituição e será aplicada no processo penal, mas estamos tratando da garantia da lisura do pleito. Pergunto a V. Ex^a se houver a evidência de um pleito violado, viciado, corrompido, o administrador vai passar quatro anos no Município, agindo, talvez, da mesma forma, e nós ficaremos de mãos atadas esperando que esse processo chegue ao fim? Creio que, neste caso, não se justifica aguardar o trânsito em julgado. Mas acho fundamental que se dê a possibilidade da instância superior examinar o ato daquilo ali. Até chegar ao Supremo, que como disse o Ministro Pertence, tem a possibilidade de errar por último. Certamente, o Ministro Jobim complementar. – Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Ministro Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Temos que raciocinar em termos um mecanismo que assegure a eficácia do dispositivo. Como disse o Ministro Fernando Neves, a exigência do trânsito em julgado. No caso específico, estamos falando em relação da eficiência do dispositivo. Criaria uma imensa dificuldade a eficiência e a operacionalidade do dispositivo. A regra proposta pelo Senador Valadares parece razoável pela seguinte razão. Não é razoável que hoje se execute imediatamente uma determinada decisão sem que ela seja publicada. Porque não tem nem como saber

o conteúdo dessa decisão e as formas pelos quais por ela possa se opor. É a nº 1.

Nº 2. Não é razoável que a eficácia, mesmo depois de publicada, não possa ser obstada por qualquer tipo de medida cautelar. Coisa que foi criada no TSE, e, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, dando efeitos suspensivos aos recursos. Suspensivos porque suspende o efeito imediato da decisão. Observem, outorgado que seja a possibilidade do efeito suspensivo e considerando inclusive que o juízo de retratação estabelecido no texto do Senador Valadares, na emenda substitutiva, importa em caber agravo de uma decisão, se o relator negar ou conceder o efeito, aí não importa. Ambas as partes poderão recorrer ao Plenário, e no prazo de 5 dias. E se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento da sessão imediatamente seguinte, ou seja, dispensável de pauta. Isso mostra a eficácia do sistema. Ai assegura uma coisa importante. Observem bem o problema que pode ocorrer com a solução do trânsito julgado. Na verdade, se estabelecermos que o trânsito em julgado é a condição básica, o que vamos ter? Vamos ter a necessidade de que Tribunal e a Justiça Eleitoral decidam com rapidez. Para quê? Para cassar desde logo. O que vai determinar uma análise dos fatos que pode, tendo em vista essa pressa, exigida pelo trânsito em julgado para que a decisão, ao final seja eficaz. Por que, caso contrário, essa decisão será ineficaz no prazo de 4 anos, que é o prazo dos mandatos. Então, com isso, você assegurando ao Tribunal que possa ele diante da lesão referida pelo Senador Valadares pela emenda, como também pela razoável fundamentação estabelecida, possa o Tribunal então segurar aquele processo para examinar, com atenção e com calma, sem criar o ônus da eficácia imediata. Eu creio que é razoável, absolutamente razoável a solução.

Quanto ao problema da constitucionalidade, temos 2 níveis de discussão. Um é esse que V. Ex^a se referiu, mas já temos uma experiência do Código Eleitoral muito antiga, que, em momento algum, se sustentou de que o Código Eleitoral que não dá efeito suspensivo aos recursos eleitorais tenha sido inconstitucional. Não temos problema em relação a esse aspecto.

Um outro aspecto é que no momento em que a lei entrou em vigor, surgiram alegações de inconstitucionalidade porque essa lei mandava aplicar a Lei Complementar nº 64 ao art. 22. Então alguém começou a sustentar de ela é inconstitucional porque teria que ser uma lei complementar. Porque importava em inelegibilidade. E o Tribunal já decidiu, o TSE já decidiu várias vezes, e agora tem uma ação direta no Supremo em relação a esse tema, mas eu posso me manifestar a respeito, porque já coloquei meu ponto de vista,

a minha posição perante o Tribunal Superior Eleitoral, em que, no caso o art. 41 a não tem como causa a inelegibilidade. Se causasse a inelegibilidade, teria que ser Lei Complementar e aí se aplicaria o art. 15 da Lei Complementar, porque no caso da inelegibilidade ela exige o trânsito em julgado. Mas, no caso específico, não há inelegibilidade, há pura e simplesmente a perda do mandato, e não há apenamento de inelegibilidade. Dai por que, eu creio, meu caro Senador César Borges, que a solução dada pela emenda é razoável, é uma solução que se ajusta às necessidades.

Quanto à discussão do prazo de 15 ou 30 dias, é uma questão de conveniência examinar essas extensões do prazo. Agora se os senhores estabelecerem um prazo mais dilatado têm que lembrar que a diplomação não está fixada na norma e poderá ocorrer, em um determinado momento, tendo em vista a rapidez da Justiça Eleitoral, a diplomação acabe se dando em prazo inferior a trinta dias. Assim, terá que ser um prazo “x”, mas nunca após a diplomação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente Edison Lobão, Ministro Presidente do Supremo, Nelson Jobim, Sr. Marlon Reis, representante da CNBB, Ministro Fernando Neves, da OAB, Srs. Senadores, evidentemente que o projeto de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares é por demais interessante e é mais uma tentativa para que as eleições possam ocorrer sem que o poder econômico, sem que o crime possa estar inserido nos pleitos.

Presidente Nelson Jobim, queria tentar dar relevância a alguns problemas que temos nas eleições brasileiras, mas não é possível que haja algum brasileiro incauto que possa admitir que com o sistema de eleições de dois em dois anos, não haja corrupção, não haja toda essa sorte de improbidades praticadas nos pleitos.

Ora, quem é que pode imaginar que um Prefeito, dentro das suas atribuições, possa deixar de praticar aquilo que vem ocorrendo no Brasil. No poder, a primeira coisa que acontece é que o Prefeito lança a esposa, o filho, o neto como candidatos e pode praticar toda sorte de atrocidades para elegê-los. Ninguém pode deixar de levar isso em consideração.

Se há reeleição para Prefeitos pelo interior do Brasil afora quem é que vai imaginar que haja uma eleição sem corrupção? Qual o Prefeito que, investido no cargo, com o cofre a sua disposição, vá deixar de usá-lo em benefício próprio? Só sendo muito inocente para acreditar que ocorra o contrário.

Tivemos, em 1982, após o período cruciante da Revolução, a primeira eleição direta para Governadores,

a eleição tão sonhada, limpa, bonita, todos aos mesmo tempo disputando, Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Governador. A corrupção não aconteceu, não houve e todos disputavam o seu espaço. Não havia clãs familiares disputando privilegiadamente uma eleição. Bastou que se instalasse a democracia plena no Brasil para que nós, no Congresso Nacional, começássemos a inserir essas excrescências como reeleição de Prefeito e a de Presidente da República no Brasil que podemos entender, mas reeleição de Governador, de Prefeito, de quase seis mil Prefeitos por esse Brasil afora é um absurdo.

O que devíamos fazer – gostaria de ouvir a opinião do Ministro sobre isso – é eleição no final de semana, no sábado a eleição federal e, no domingo, a eleição estadual, mas que todos disputassem na mesma época e com os mesmos direitos. O que vem da corrupção? É que o Deputado Federal ou Senador vai fazer uma eleição e precisa do Vereador e do Deputado Estadual que, no caso, estará sozinho e se não procurar recursos, haja onde houver, para alimentar essa base não será eleito possivelmente.

Quando chega na eleição do Vereador e do Deputado Estadual, se o Senador ou o Deputado Federal não comparecer com recursos ou outras coisas mais, também não terá o aliado do seu lado. Quem é que desconhece esse fato no Brasil? Por que não corrigimos isso de imediato e não coincidimos essa eleição com a próxima eleição, por exemplo? Por que não acabar com a instituição da eleição, que tem dado margem a tanta corrupção e a tantos problemas que vêm ocorrendo, e que estouram no Poder Judiciário? Devíamos pensar melhor e evitar que as coisas aconteçam. Ao invés de um Melhoral, vamos tomar logo um antibiótico, e curar o paciente de vez. Do contrário, continuaremos batendo na mesma tecla, discutindo projetos como o que estamos discutindo, e a eficácia, por cedo, não virá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – O eminente Senador João Batista Motta colocou um outro enfoque do problema. Eu lembraria que se o Vereador necessita de recursos do Deputado Federal para fazer sua eleição, ele precisará de recursos quer a eleição seja coincidente quer não. A situação é a mesma. Creio que o assunto a ser examinado é outro assunto, Senador. É que nossas eleições são individuais. Ou seja, os candidatos disputam entre si. Daí porque existe o fenômeno de que às vezes cronistas e cientistas políticos fazem uma análise a respeito da propaganda eleitoral, que surge uma cidade, etc., mas o sistema eleitoral impõe isso, já que a candidatura é individual, ou seja, cada um

quer mostrar sua cara, quer ser conhecido. Portanto, o problema não seria resolvido ao estabelecer uma uniformidade nas eleições. O problema da coincidência das eleições V. Ex^{as} terão que discutir, necessariamente, com os vieses já discutidos há muito tempo. Se seria melhor municipalizar a eleição nacional ou federalizar a eleição municipal. Dessa forma, surgiriam situações muito complicadas. E lembro a V. Ex^a que a eleição municipal é uma eleição com características muito diferenciadas da eleição nacional ou da eleição para Governador. Na eleição municipal, o eleitor busca administradores que resolvam problemas como o do esgoto que está a céu aberto, passando na frente de sua casa, ou da saúde pública no sentido da produção de ações tendentes ao bem estar da população que vive naquele meio urbano ou eventualmente na extensão rural. É complicado analisar. E não cabe aqui discutir o assunto, pelo menos não tenho competência para tanto, mas é um tema complicado. Não creio, Senador, queira me perdoar, que o fato de coincidir acabará fazendo com que o vereador deixe, digamos, de buscar recursos junto ao deputado federal. Conheço bem isso. Possuo alguma experiência eleitoral nesse sentido. E eu me lembro claramente de que havia sempre essa tendência. Lembrem-se claramente que os Vereadores, na eleição para Deputado Federal, quando o levam pela mão para a campanha eleitoral, na verdade, estão fazendo a campanha eleitoral deles para daí a dois anos. Nunca o levam para locais onde ele não é conhecido, mas para a base dele. Sabe-se muito bem que é assim. Não se trata de coincidência ou de bondade desse Vereador. Ele está resolvendo um problema do futuro. Está fazendo um desfile, na eleição nacional e de Governador de Estado, para assegurar depois sua penetração nas eleições subseqüentes.

Caro Senador, a situação é essa. A discussão da reeleição é um tema que tem que ser conduzido por V. Ex^{as}, claro, se a reeleição deve ser proibida ou se deve ser mantida. Proibida a reeleição com o mandato de quatro ou cinco anos, lembro apenas que a eleição com mandato de quatro anos, sempre existe um problema básico, antes do processo de reeleição. O primeiro ano de mandato era o da formação da maioria. V. Ex^a sabe muito bem que quem elege não confere governabilidade. Ou seja, a aliança que elege não é a que confere governabilidade. No momento em que alguém é eleito para um cargo executivo, ele precisa rever a aliança que lhe garantiu a eleição a fim de criar condições de governabilidade através de maiorias no Parlamento. E isso determina, às vezes, o rompimento com partidos mais radicais da aliança básica eleitoral, que não coincidem com a necessidade da aliança. Ai temos o quê? O primeiro ano...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permite, é porque não existem partidos políticos organizados.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – É evidente. Mas esse é outro assunto. Estou descrevendo a realidade. E vejam bem, no primeiro ano, o administrador acaba, digamos, aprendendo a administrar e no último ano ele acaba gestando a sua reeleição, e temos uma governabilidade que se dá de dois em dois anos, com interrupção de um final de mandato e um início de outro mandato, em que, lembra em si, o administrador que assume a primeira característica – pelo menos a assistência que vemos, principalmente na área municipal – a primeira coisa que acontece é que o prefeito rompe claramente com sua base eleitoral, que quer toda assumir seus cargos, e aí começa a grande briga em relação às funções administrativas que vão surgir e o governador ou o prefeito fica com imensa dificuldade de gerir tudo isso, porque tem obrigações de resultado, mas tem obrigações também de atender a determinados discursos.

Creio que essa é uma temática infundável na discussão e que só a experiência pode, efetivamente, dar resultados, não é com visões fundamentalistas que se vai resolver esse assunto, é exatamente pelo aprimoramento sucessivo e anual desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Marcelo Crivella, Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, serei breve, cumprimentando o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, os representantes da CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr^a Senadora, Srs. Senadores; tinha alinhavado um relatório para o projeto que já estamos discutindo há bastante tempo, do Senador Antonio Carlos Valadares.

Tinha dúvida, tinha dúvida se deveríamos considerar um candidato, para fins de apuração de uma acusação de compra de votos, antes de ele ser efetivamente candidato, havia apenas sido escolhido na convenção, mas não havia sido, pelo tribunal, registrado como. Acreditava que nesse período devia cuidar a justiça criminal, mas hoje tive aqui a opinião de V. Ex^{as} de que não, de que a justiça eleitoral deve tratar do tema, o que tranqüiliza o meu relatório que estava alinhavado com certa dúvida.

Penso também que devíamos discutir, e gostaria de ouvir a opinião dos srs. representantes que compõem a Mesa, sobre uma coisa fundamental, Sr. Ministro, que é a prova. O Senador Capiberibe sofreu um processo, que a nosso ver foi uma excrescência, em que a Justiça considerou prova testemunhal. Não sou advogado, mas sempre ouvimos falar que prova

testemunhal é a prostituta das provas do meio forense. Será que essa só basta e é suficiente para se cassar um mandato de milhões de votos na maioria das vezes conquistado nas urnas? É uma opinião que gostaria de ouvir de V. Ex^{as}.

E queria também dizer aqui, de público, que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem toda a razão quando fala de orçamento impositivo. É um vexame, é uma vergonha a manipulação das verbas públicas em favor de um ou outro candidato. É um vexame que isso seja um instrumento de sabotagem, a pior e mais vergonhosa corrupção política que existe no Brasil, chantagem mesmo. Assumimos um mandato, chegamos a esta Casa com propostas, com projetos, como chegam também os Srs. Deputados Federais, e o Ministro Nelson Jobim foi um, e encontramos dificuldades tremendas de aprovar até mesmo aquelas emendas a que temos direitos constitucionais, recursos para municípios, verbas para nosso estado, por posições que tomamos, legítimas, daquilo que nos ordena a consciência, porque temos um orçamento aprovado aqui, mas que depois fica aos ventos, ao sabor das decisões políticas, para ser usado como manipulação de parlamentares.

Gostaria também de terminar minha participação, fazendo um desabafo. Concorri às eleições na cidade do Rio de Janeiro, onde nasci. A reeleição é algo extremamente venal para nossa democracia, porque o prefeito, com o cargo na mão, começa a fazer propaganda eleitoral bem antes do que prevê a Lei Eleitoral, despejando milhões na mídia, anunciando seus projetos, cooptando meios de comunicação, que escolhem com antecedência aqueles candidatos que devem ganhar e perder. Então, faz-se uma campanha de compra de votos, mas que não poderemos investigar nem mesmo aumentando o prazo do 41 a, porquê é extremamente difícil de caracterizar que os jornais, que as rádios e as televisões estejam fazendo campanha para esse ou aquele candidato num processo eleitoral. Com isso, vem a discussão da liberdade de imprensa e, por aí a fora, e não conseguimos concluir o pleito.

Sr. Ministro, o que eu gostaria de ouvir de V. Ex^a refere-se às provas, aliás, com os representantes aqui hoje à Mesa. Valeria a prova testemunhal apenas ou teríamos que ter realmente provas efetivas muito mais do que testemunhal para concluir o processo de cassação no caso de compra de votos por algum candidato?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Dr. Marlon Reis.

O SR. MARLON REIS – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a suscita uma pergunta absolutamente relevante assim como as demais, mas, nesse caso, trata-se de

um dos grandes debates que se trava hoje no Brasil sobre o 41 a, a fonte de legitimidade que se pode buscar para a Justiça Eleitoral, e aqui falo como Juiz mesmo, deve estar na maneira de se apreciar a prova. Não vejo, por outro lado, como restringir a essa ou àquela modalidade de prova a possibilidade de análise judicial do caso. Dentre as modalidades de provas, lembraríamos as perícias, as fotografias, entre os documentos, papéis de toda ordem, e gravações além da prova testemunhal.

Há situações em que é possível obter mais de uma dessas modalidades de provas, mas devemos convir que elas são pouco freqüentes. Se, por exemplo, impedíssemos que uma decisão fosse dada exclusivamente com base na prova testemunhal, poderíamos estimular a prática de atos de corrupção eleitoral em situações em que se pudesse prever que não houvesse a possibilidade da gravação, da filmagem, ou da fotografia, ou do levantamento de qualquer documento. Isso é possível lembrando nossa realidade do interior brasileiro, aquelas comunidades isoladas em que o candidato poderia estar presente e até sem muita dificuldade ele se acercaria das cautelas necessárias para que as provas que viessem a existir fossem apenas testemunhais.

Eu até poderia orientar a conduta da prática de corrupção eleitoral para que se tomassem todas as cautelas para que aquele não fosse gravado, filmado ou outra providência que permitisse a produção de outra prova que não fosse a testemunhal. Isso é possível de se fazer e normalmente acontece. Penso que é fundamental e faz parte da cultura do Poder Judiciário que ela deve se aprimorar cada vez mais em relação isso – e o debate sobre essa lei trabalha nesse sentido – sobre a relevância da importância que deve ser dada ao Juiz no ato da valoração da prova. Isso é algo que deve estar ainda mais exaltado dentro da cultura do Poder Judiciário.

Sabemos que podemos ter pessoas condenadas por crimes gravíssimos, com penas elevadíssimas e prova baseada em depoimentos de testemunhas. A prova testemunhal, de fato, é uma prova perigosa, mas quando se pesam, de fato, os depoimentos, a experiência da Magistratura pesa devidamente os depoimentos; ela é capaz, na grande maioria das vezes, de discernir aquilo que é correto do que é incorreto, do que foi dito pela testemunha. Mas ainda há um outro fator que pesa em favor daquele contra quem foi produzida a prova testemunhal – isso já de acordo como nosso sistema – que é aquela tendência que o Juiz deve ter e se não a tiver, ele estará cometendo um erro, daí a necessidade dos recursos, de não se basear em qualquer prova testemunhal, mas naquela produzida

de maneira homogênea e uniforme. Os depoimentos devem se complementar entre si e mostrar que a testemunha conhece, de fato, a situação e depõe de uma maneira convincente. Se isso não acontece, se o Juiz não está convencido, se, por mais que ele ouça as testemunhas, elas dizem algo contrário ao candidato, ele não pode seguir o que diz a testemunha apenas porque ela afirma que houve corrupção eleitoral. É preciso que ele, de fato, convença-se de que o fato ocorreu, até porque existem outras situações que não somente a da suspeição da testemunha, mas até a de um mero engano, em que a testemunha pode estar simplesmente enganada em relação ao fato. Também existe realmente a possibilidade de ela vir a ser subornada para depor nesse ou naquele sentido.

Isso deve fortalecer a orientação à magistratura, particularmente a magistratura eleitoral, de que sopesse devidamente a prova e de que não se deixe levar, a não ser por aquela prova que deixe, de maneira inconfundível, caracterizada a prática da corrupção eleitoral.

Concordo com a preocupação de V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. De fato, é uma temática relevante, mas penso que se deve orientar pela necessidade de manutenção do atual sistema de provas, que, aliás, permeia todo o universo dos julgamentos de processos no Brasil. Então, deve-se orientar no sentido da cautela do Poder Judiciário e que o sistema de recursos venha a suprimir eventuais falhas na valoração da prova.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ministro Nelson Jobim.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Quero apenas complementar. Concordo com as observações do Dr. Marlon. Penso que seria muito complicado excluir a prova testemunhal que é uma prova lícita em todo o Direito Processual brasileiro. Agora, a responsabilidade é do juiz eleitoral ao analisar o conjunto das provas. Esse é o grande fato. Ele tem de examiná-las e dar a cada uma o valor que ela merece. Com o juiz atento, numa prova testemunhal, ele, muitas vezes, consegue obter da testemunha, no interrogatório, no depoimento, mais informações para o seu convencimento que, às vezes, um documento. Infelizmente, quando estamos falando de ato ilícito, poucos são os que vêm comprovados por escritura pública. Pelo menos, nos sete anos que estive no Tribunal Eleitoral, nunca vi uma escritura pública de compra ou de promessa de compra de voto. Sobre o caso do Senador João Capiberibe, peço licença para não entrar no assunto, porque ele será examinado pelo Supremo Tribunal Federal. O que eu tinha a dizer sobre a análise que fiz da prova está no meu voto vencido, quando eu estava no Tribunal Eleitoral.

Agora, fundamentalmente, eminente Senador-Relator, penso que não poderíamos excluir uma das provas possíveis em Direito.

Obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar que realmente eu não pedi a exclusão. O que eu gostaria realmente era que chegássemos a um consenso sobre se elas são suficientes. A prova testemunhal deveria ser considerada como suficiente, Sr. Ministro? Ela deveria ser considerada como suficiente para o julgamento ou devíamos buscar, nesse caso, também a prova documental? Essa era a minha questão.

O SR. FERNANDO NEVES – Talvez num determinado caso, a única prova seja a testemunhal. Pode não existir a chamada escritura de compra e venda a brincadeira que fiz. Pode ser que ele não tenha nenhuma outra prova, não tenha uma fotografia, um filme. São coisas complicadas muitas vezes de se obter, como lembrou o Dr. Marlon.

A responsabilidade é do juiz de fazer uma análise e um bom interrogatório da testemunha, buscando a verdade real. Agradeço.

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Caros Senadores, creio que a discussão tem de ser posta também por um outro aspecto. Lembrem que a – formação da convicção do juiz decorre da dialética produzida pelo debate das partes do processo.

A avaliação que está em jogo é a avaliação da prova produzida e não a idoneidade em si da prova. Essa avaliação decorrerá sempre da capacidade que tenha o autor da demanda e o réu da demanda de produzir um conflito dialético que possa formar a convicção. A convicção do juiz decorre exatamente do conflito dialético. Assisto, **n** vezes, uma situação em que se tem uma disparidade de armas, no sentido de alguém que tem um tipo de conduta processual um bacharel, um procurador frágil, ele acaba fragilizando a convicção, porque a convicção do juiz nasce exatamente do debate dialético, ou seja, do conflito dialético, e não exclusivamente da própria... porque ele não tem a iniciativa da produção da prova.

Então, vejam bem, quando você tem prova testemunhal, exclusivamente prova testemunhal – e eu me lembro da experiência profissional que tive, daquilo com que convivi, qual é grande operação da advocacia? É exatamente desqualificar a informação da testemunha na busca da contradição e na busca de momentos em que aquilo poderia ter sido produzido. Então, a questão de valer ou não a testemunha decorre do quê? Da capacidade que tenham as partes em produzir dialeticamente um conflito que leve à convicção do magistrado. E aí está o problema. Se trouxermos,

por exemplo, para depor em determinado processo D. Paulo Evaristo Arns, vamos dizer que não vale o depoimento de D. Paulo? Ou seja, não podemos partir, em abstrato, que a testemunha valha ou não; ou que a prova testemunhal exclusiva e única seja insuscetível. O grande problema do processo, inclusive eleitoral, exatamente é às vezes o descuido ou descaso que possa se fazer a uma das partes na condução e na preocupação nessa produção de prova. Então, vejamos: às vezes o erro judicial é decorrente da inconsistência de uma das partes no debate judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, V. Ex^a a palavra está franqueada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sou o maior admirador do Ministro Nelson Jobim, mas eu pergunto: só por ser D. Paulo Evaristo Arns a prova é boa?

O SR. MINISTRO (Nelson Jobim) – Não necessariamente, mas estou dizendo que não podemos desqualificá-la a partir dessa perspectiva. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, estamos chegando ao final dessa audiência pública tão importante para o encaminhamento do projeto de lei em debate que cuida de uma reforma importante no campo da vida pública brasileira. Desejo, em reação disso, agradecer a presença do Dr. Marlon Reis, juiz no Maranhão; Dr. Fernando Neves da Silva, ilustre Advogado e ex-Ministro e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. Foram todos advogados e são juizes cuja contribuição haverá de balizar a votação deste projeto, com a contribuição também significativa da experiência dos Srs. Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tendo em vista que a discussão havida aqui, na prática, induz a uma unanimidade em torno desse projeto, sugeriria a V. Ex^a. que ainda nesta reunião, se possível, o colocasse em votação, após as despedidas dos nobres convidados, já que pelos pronunciamentos aqui feitos pelas Sr^{as}. e Srs. Senadores e também pelos Srs. convidados, não há divergências sobre qualquer dispositivo que apresentamos no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Lastimo não poder atender a V. Ex^a por duas razões fundamentais. A primeira delas é de que o Relator deseja fazer alguns pequenos ajustes ao seu parecer. A segunda é de que esse é projeto de caráter terminativo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E como há as medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – E como há as medidas provisórias obstruindo a pauta, não poderemos fazê-lo, lamentavelmente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Agradeço, portanto, aos nossos convidados pela honra que nos deram e estou seguro de que a sua contribuição será de grande valia para a elaboração final desse projeto. – Mas peço aos Srs. Senadores que permaneçam, pois temos duas questões importantes a serem tratadas. Em cinco minutos, nós as resolveremos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, temos, sobre a mesa, um Projeto de Lei do Senado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cujo art.1º estabelece:

O art. 6º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

4º mAs coligações formadas para a eleição de Presidente da República e Vice-Presidente da República não vinculam as coligações celebradas nas eleições de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.

Essa proposta de Projeto do Senado foi assinada pela maioria dos Srs. Membros desta Comissão. Como há o Projeto de nº 342 tramitando, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre matéria correlata, nomeio S. Ex^a. relator. Pedirei que S. Ex^a profira seu parecer, nesta reunião ainda, a respeito da matéria, que deverá ser encaminhado ao Plenário do Senado Federal como proposição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, o projeto é uma PEC?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não. É um projeto de lei e não uma PEC.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares apresentou, neste ano de 2003, Projeto de Lei que altera os termos do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de modo a fazer com que a proibição legal à “compra de votos” passe a valer “desde a escolha do candidato na convenção partidária”. Em seus termos atuais, o diploma legal em tela estabelece que tal ilícito só

se caracteriza a partir do registro da candidatura. O referido art. 41-A foi acrescido à Lei nº 9.504 pela Lei nº 9.849, de 1999. Esta última, por seu turno, criou uma versão político-administrativa da sanção penal já contida no art. 299 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965).

Outrossim, o Projeto em exame especifica que a aplicação das sanções político-administrativas previstas no art. 41-A não acarreta “prejuízo da sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737” (Código Eleitoral).

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, tem por finalidade ampliar a vedação contida no art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de modo que ela alcance o ilícito lá onde o seu cometimento foi refugiar-se. Tal refugio consistiria no lapso de tempo decorrido entre a escolha do candidato na convenção partidária e o registro da candidatura.

Os arts. 22 e 48 da Constituição Federal estabelecem a competência do Senado Federal para legislar sobre matéria eleitoral, e a proposta, em si, não agride qualquer princípio de direito, o que assevera sua constitucionalidade e juridicidade, tanto no aspecto formal quanto no material. Acresce estar a proposta vazada em boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, a iniciativa parece-nos meritória, justa e inspirada, por motivos óbvios, pelo bom senso. Este último indica que a oportunidade de cometer-se o ato que a lei busca impugnar apresenta-se desde a convenção partidária, e não apenas desde o registro da candidatura. E é fato previsível que os “interessados” busquem valer-se da imperfeição da lei. Portanto, deve ser bem recebida a iniciativa de aperfeiçoar-se a sanção legal.

No que concerne ao fato de a plenitude jurídica da situação de “candidato” só se configurar após o registro, não há que se falar em impropriedade da alteração pretendida. E isso porque a decisão da convenção, se não cria um “candidato” completamente formado, cria, não obstante, uma situação real, que, com significativa freqüência, irá desembocar na formação plena da candidatura. E a lei não se pode eximir de agir sobre os fatos. A má-fé de quem, ainda sem o registro, procura comprar votos, não se desfaz pelo fato de a candidatura não obter registro definitivo. A finalidade da lei é a de inibir a prática de compra e venda de intenções de votos – tem, pois, importância secundária o saber-se se quem “comprou” terá oportunidade de “consumir” o voto.

Outrossim, o Projeto em exame busca tomar explícito que a intenção do legislador, ao sancionar político-administrativamente o ilícito, não foi a de descharacterizá-lo como tipo penal. Quer deixar patente que as sanções são concorrentes, e não excludentes.

Para tanto, acrescenta, ao final do texto do artigo, que a aplicação de multa e a cassação do registro ou do diploma não acarretam prejuízo à aplicação da “sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737”, de 1965 (Código Eleitoral. Reclusão até 4 anos e multa). Trata-se, portanto, de medida salutar, com a finalidade de inibir certas interpretações da lei formalmente possíveis, embora contrárias ao senso de justiça material.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003.

Sala da Comissão,

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2003

Projeto de Lei nº 76, de 2003 que “modifica o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997”.

EMENDA 2004

Dê-se ao art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de que trata o art. 1º do Projeto de Lei nº 76, de 2003 a seguinte redação:

“Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde a escolha do candidato na convenção partidária até o dia da eleição, inclusive, com prazo final para propositura em até 15 (quinze) dias após o pleito, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, sem prejuízo da sanção penal prevista no art. 299 da Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965.

§ 1º As penalidades previstas no caput deste artigo terão eficácia após publicação da respectiva decisão judicial.

§ 2º O relator poderá, diante de ação cautelar, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, e se for relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do tribunal. Desta decisão caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao tribunal, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo para julgamento na sessão imediatamente seguinte.” (NR)

Justificação

O objetivo da presente emenda é aperfeiçoar, primeiramente o próprio projeto de minha autoria, e, em última instância o art. 41-A da Lei Eleitoral, nos seguintes aspectos:

1. O prazo para o ingresso da ação judicial por compra de votos é de até 15 (quinze) dias após o pleito eleitoral;

2. Esse prazo será computado desde a convenção partidária;

3. A representação eleitoral por compra de votos não exclui outras medidas judiciais pertinentes, tais como a ação penal prevista no art. 299 do Código Eleitoral;

4. A decisão que cassa o registro por compra de voto somente poderá ter efeito após a publicação da decisão judicial;

5. Os efeitos dessa decisão podem ser suspensos mediante propositura de ação cautelar, pleiteada junto ao Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral, desde que ocorram, evidentemente, os pressupostos essenciais de uma medida cautelar, quais sejam: o sinal do bom direito e a plausibilidade de dano irreparável;

6. Da decisão do relator que negar a medida cautelar ou deferi-la, caberá recurso ao Pleno do Tribunal;

A primeira alteração sugerida estabelece uma redação mais clara e inequívoca da data final para propositura da representação judicial baseada na captação ilegal de votos previstos no art. 41-A da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97).

De fato, assiste razão em se propor um termo final para a representação judicial, pois do contrário abre-se caminho, ad perpetuam para que se elaborem falsas denúncias e se forjem provas e até testemunhas, deturpando o sentido lógico da norma jurídica e a função social dessa regra legal.

É bom lembrar que atualmente o prazo final para o ingresso da representação judicial, fundada no art. 41-A da Lei Eleitoral, é fixado pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fixou o entendimento de que tal representação deve ser apresentada antes da diplomação dos eleitos, sob pena de cair no vazio a ação constitucional prevista no art. 14, § 10 da Constituição, qual seja, ação de impugnação ao mandato eletivo.

A questão torna-se mais lógica quando se amplia o prazo para termos caracterizado a compra de voto, pois não será mais da data do registro das candidaturas, mas sim desde a escolha do candidato em convenção partidária.

A razão dessa mudança decorre do fato de que alguns candidatos de fato, ainda não registrados, efetivam a malfadada compra de votos, pois entre a escolha em convenção partidária e o dia do registro da candidatura (5 de julho do ano que acontece eleições) há um lapso temporal lacunoso que acoberta o ilícito.

Ademais, é necessário resguardar a força da convenção partidária que escolheu os candidatos, responsabilizando-os pela eventual compra de votos que pratiquem desde quando escolhidos em convenção. Vale salientar que a denominada compra de voto prevista no plurifalado art. 41-A da Lei Eleitoral não afastará a hipótese do art. 299 do Código Eleitoral, que estabelece sanção penal por compra de voto, visto que aquele dispositivo abarca somente sanções administrativas e políticas, isto é, multa e cassação.

Por fim, merece relevo esclarecer que se manteve a regra geral e clássica do Direito Eleitoral de que as decisões são imediatamente cumpridas, isto é, desde logo produzem efeitos, tanto que os recursos eleitorais, também em regra majoritária, não têm efeito suspensivo. Assim é que propomos, expressamente, a possibilidade de impetração de ação cautelar visando justamente buscar o efeito suspensivo ao recurso, como, aliás, é a regra prática em todo o processo eleitoral, bastante sedimentada na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

Acrescentou-se a possibilidade de interposição de recurso dessa decisão ao Pleno do Tribunal, na hipótese do Juiz-Relator do processo denegar ou conceder efeito suspensivo ao recurso. Por conseguinte, tudo a semelhança do que ocorre na prática, observando a nomenclatura técnica específica e as regras processuais modernas, amparadas nos princípios da celeridade e economia processual.

Evidentemente que a cautelar somente será deferida sob o fundamento de que as peculiaridades do caso recomendem a concessão de efeito suspensivo ao recurso, ou seja, desde que presentes a fumaça do bom direito (*fumus boni iure*), isto é, a plausibilidade do direito alegado; e o perigo da demora (*periculum in mora*), oriundo da concreta possibilidade de dano irreparável ou mesmo de difícil reparação.

Sala das Sessões, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB/SE.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares apresentou, em 2003, Projeto de Lei que altera os termos do art. 41-A da Lei nº 9.504, de – 1997, de modo a fazer com que a proibição legal à chamada “compra

de votos” passe a valer “desde a escolha do candidato na convenção partidária”. Em seus termos atuais, o diploma legal estabelece que tal ilícito só se caracteriza a partir do registro da candidatura. O referido art. 41-A foi acrescido à Lei nº 9.504 pela Lei nº 9.849, de 1999, criando uma versão político-administrativa da sanção penal já contida no art. 299 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), ressalvando, no entanto, que tais sanções administrativas não interferem na referida disposição penal.

Essa proposição já havia sido a mim distribuída e apresentado o competente Relatório quando o seu eminente Autor entendeu por apresentar uma Emenda total, verdadeiro Substitutivo, que, embora sem alterar as finalidades inicialmente pretendidas, requer uma reapreciação da matéria.

O primeiro elemento somado à proposta original tem a finalidade de estabelecer prazo inequívoco para a propositura da representação judicial baseada na captação ilegal de votos. A situação atual remete a determinação do prazo à jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dada a omissão da lei quanto a isso. Nos termos do projeto emendado, o prazo passa a ser determinado pela lei: até quinze dias após o pleito eleitoral.

O segundo elemento inovador do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, e que se encontra no § 1º da Emenda, é a afirmação do princípio clássico de direito eleitoral, segundo o qual as decisões são imediatamente cumpridas, o que equivale a dizer que a interposição do recurso previsto no *caput* do artigo não tem efeito suspensivo.

O terceiro novo elemento, contudo, procura mitigar o caráter absoluto do princípio afirmado no § 1º agora referido. Para tanto, o texto da Emenda prevê, em seu § 2º, a propositura de ação cautelar (devidamente calçada, isso é, estando presentes o sinal do bom direito e a ameaça de lesão grave e irreparável) com a finalidade de lograr-se a suspensão dos efeitos da decisão judicial, que cassou o registro da candidatura por compra de votos. Ademais, o texto da Emenda prevê a possibilidade de recurso (agravo), ao Pleno do Tribunal, da decisão do relator da ação cautelar, qualquer que seja ela. Caso não haja retratação da decisão agravada, o relator deverá submeter o processo à apreciação do Tribunal na sessão imediatamente seguinte.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, em sua redação inicial, tinha por finalidade ampliar a vedação contida no art. 41-A da Lei nº 9.504, de 1997, de modo que ela alcance o ilícito lá onde o seu cometimento foi refugiar-se. Tal Refugio consistiria no lapso

de tempo decorrido entre a escolha do candidato na convenção partidária e o registro da candidatura.

Os arts. 22 e 48 da Constituição Federal estabelecem a competência do Senado Federal para legislar sobre matéria eleitoral, e a proposta, em si, não agride qualquer princípio de direito, o que assevera sua constitucionalidade e juridicidade, tanto no aspecto formal quanto no material. Acresce estar a proposta vazada em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a iniciativa parece-nos meritória, justa e inspirada, por motivos óbvios, pelo bom senso. Este último indica que a oportunidade de cometer-se o ato que a lei busca impugnar apresenta-se desde a convenção partidária, e não apenas desde o registro da candidatura. E é fato previsível que os “interessados” busquem valer-se da imperfeição da lei. Portanto, deve ser bem recebida a iniciativa de aperfeiçoar-se a sanção legal.

No que concerne ao fato de a plenitude jurídica da situação de “candidato” só se configurar após o registro, não há que se falar em impropriedade da alteração pretendida. E isso porque a decisão da convenção, se não cria um “candidato” completamente formado, cria, não obstante, uma situação real, que, com significativa frequência, irá desembocar na formação plena da candidatura. E a lei não se pode eximir de agir sobre os fatos. A má-fé de quem, ainda sem o registro, procura comprar votos, não se desfaz pelo fato de a candidatura não obter registro definitivo. A finalidade da lei é a de inibir a prática de compra e venda de intenções de votos – tem, pois, importância secundária o saber-se se quem “comprou” terá oportunidade de “consumir” o voto.

O Projeto original buscava ainda tornar explícito que a intenção do legislador, ao sancionar político-administrativamente o ilícito, não foi a de descaracterizá-lo como tipo penal. Queria deixar patente que as sanções são concorrentes, e não excludentes. Para tanto, acrescentava, ao final do texto do artigo, que a aplicação de multa e a cassação do registro ou do diploma não acarretariam prejuízo à aplicação da “sanção penal prevista no art. 299 da Lei Nº 4.737”, de 1965 (Código Eleitoral. Reclusão até 4 anos e multa). Tratava-se, portanto, de medida salutar, com a finalidade de inibir certas interpretações da lei formalmente possíveis, embora contrárias ao senso de justiça material.

Antes de passarmos à análise da Emenda cumpre deixar claro que nenhum dos elementos até aqui mencionados foi alterado. A sua finalidade, como se viu no Relatório, foi apenas a de trazer novos elementos, de modo a aperfeiçoar a mudança almejada na redação original deste Projeto.

Assim, quanto à fixação de prazo pela lei, em substituição à jurisprudência, e a regulação dos recursos atinen-

tes à persecução judicial da “compra de votos”, deve-se observar que são constitucionais e não ferem qualquer princípio geral de direito, do ponto de vista formal.

No que Concerne ao mérito, tem-se que a Emenda contribui para o aperfeiçoamento da proposição, na medida em que acrescenta comandos e princípios que, pela via jurisprudencial, já tinham vigência. Tal incorporação melhora o projeto na medida em que faz dele o instrumento de incorporação, à ordem jurídica, de elementos jurisprudenciais e doutrinários já consagrados. Ao fazer isso, toma o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, mais justo e equilibrado.

III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, nos termos da Emenda nº 1, de 2004, a ele oferecido.

Sala da Comissão, – **Marcelo Crilella.**

Ofício nº 135/2005 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de agosto de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa em turno suplementar.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 282, combinado com os artigos 91 e 92, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 3 de agosto de 2005, esta Comissão deliberou pela aprovação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, que “Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições”, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARCER Nº 1.656, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2,848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescri-

ção a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de lei do Senado nº 401, de 2003, de autoria do ilustre Senador Magno Malta, que altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença o acórdão condenatório recorrível.

A iniciativa, que não recebeu emendas no prazo regimental, sugere que a redação do citado inciso, que define evento causa de interrupção da prescrição, passe de “pela sentença condenatória recorrível”, para “pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível”.

II – Análise

A proposição não fere disposições constitucionais ou infraconstitucionais. Quanto ao seu mérito, é muito relevante, porque concorre para sanar situação jurídica que conduz à impunidade.

No dispositivo em tela, estão ocorrendo dois problemas, um que concorre para indefinição do dispositivo e outro para a interposição de recursos meramente protelatórios a instâncias judiciais superiores.

O primeiro diz respeito à dúvida quanto ao momento da sentença; se o dia da sessão em que foi prolatada ou o de sua publicação. O segundo refere-se ao fato de que, no Superior Tribunal de Justiça, tem prevalecido o entendimento de que acórdão confirmatório de condenação de primeira instância não é causa interruptiva da prescrição. Não entende, aquele Tribunal, acórdão como sentença **lato sensu**. Por isso, sem qualquer motivo razoável, têm sido tentados recursos a instâncias superiores, com a única finalidade de protelar e alcançar a impunidade via prescrição.

A alteração sugerida vem sanar essas disfunções jurídicas, colaborando, de forma marcante, para o aprimoramento da Lei Penal.

III – Voto

Pelo exposto, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº CCJ

Dê-se ao PLS 401/2003 a seguinte redação:

Art. 1º O inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Cód-

digo Penal – Passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117.
IV – Pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível el.
..... (NR)
Art. 2º Esta lei entra e, vigor na data de sua publicação.

IV – Decisão da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, decide pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, com a seguinte Emenda:

EMENDA Nº 1-CCJ

Art. 1º O inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117.
.....
IV – Pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis..(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2005. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 401 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>Cesar Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRÉS (RELATOR)	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA (PMDB)	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * <i>Juvencio</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*) <i>H</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>Jose Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
4-ROMERO JUCÁ	(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Pedro Simon</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 19/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Maguito Vilela encontra – se licenciado do cargo.

(****) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 401, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PT, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PT, PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA (PMDB)***					6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSOL) *	X			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (*) , PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (*) , PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLYC					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SIHESARENKO					7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET	X				1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCÁ					(VAGO)				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: -- ABSTENÇÃO: -- AUTOR: -- PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 24/08/2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 18/08/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18/08/2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDA Nº 1-CCJ AO
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 401, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA (PMDB)**					6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSOL) *	X			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SHESARENKO					7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET	X				1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL (VAGO)				
ROMERO JUCA					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
AMIR LANDO					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
PEDRO SIMON					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 24 / 08 / 2005

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
PresidenteO VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
J:\CCJ2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 18/08/2005)

*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18/08/2005.

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 401, DE 2003**

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

“Altera o inciso IV do artigo 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível”.

O Compresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117.
IV – Pela publicação da sentença ou acórdão condenatório recorríveis;
..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005.



, Presidente

Ofício nº 138/05-Presidência/CCJ

Brasília, 30 de agosto de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 24 de agosto de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, que “Altera o inciso IV do artigo 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição da sentença ou acórdão condenatório recorrível”, de autoria do Senador Magno Malta.

Aproveito a oportunidade para renovar protesto de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.657 DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005 autoria do Senador Tião Viana Institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer.

Relator: Senador **Pafaléo Paes**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, institui o “Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer”, a ser celebrado, anualmente, no dia 21 de setembro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância da participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores da doença (art.1º).

A Proposição foi enviada a esta Comissão de Educação para receber decisão em caráter terminativo, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ressalte-se que, no prazo regimental, o Projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Não há reparos a serem feitos á proposição no que Concerne a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta para os idosos brasileiros portadores de Alzheimer e para seus familiares, que, não lhes bastassem o sofrimento e as dificuldades inerentes ao convívio com a doença, muitas vezes ficam isolados pela desinformação e pelo preconceito que a cerca.

Ressalte-se, somente, a existência de uma falha no texto do art. P da proposta, em que se verifica a repetição dos termos nacional de, falha essa que necessita ser corrigida na redação final do projeto.

Ficam, assim, caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PLS nº 255, de 2005, e, portanto, nossa posição favorável à proposição.

III – Voto

Em razão do acima exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei **do Senado** nº 255, de 2005. Sala da Comissão, em 30 de agosto 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 255/05 NA REUNIÃO DE ³⁰ 108105
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGÉ BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO (VAGO)	1- AMIR LANDO
VALDIR RAUPP	2- GARIBALDI ALVES FILHO
GERSON CAMATA	3- NEY SUASSUNA
SÉRGIO CABRAL	4- PAPALÉO PAES RELATOR
JOSÉ MARANHÃO (VAGO)	5- MÃO SANTA
GILBERTO MESTRINHO	6- LUIZ OTÁVIO
	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANT	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 255/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PTL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN					GILBERTO GOELLNER	X			
JOSÉ JORGÉ	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
GERALDO MESQUITA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				AMIR LANDO				
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					NEY SUASSUNA				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ OTÁVIO				
VAGO					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVENCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/08/2005

SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

Of. Nº CE/120/2005

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255 de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Tião Viana que, “Institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 2/05–CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, que “Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.”

Atenciosamente, – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

OFÍCIO Nº 135/2005–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 16 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 282, combinado com os artigos 91 e 92, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 3 de agosto de 2005, esta Comissão deliberou pela aprovação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, que “Modifica o artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OFÍCIO Nº 138/05–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de Agosto de 2005

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 24 de agosto de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, que “Altera o inciso IV do artigo 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível”, de autoria do Senador Magno Malta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OF. Nº CE/120/2005

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255 de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Tião Viana que, “Institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

OF. Nº 66/05 – PRES/CAS

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, que “Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais”, de autoria do Senador Waldeck Ornelas.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº 67/05 PRES/CAS

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta

Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, que “Altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº 70/05 – PRES/CAS

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, que “Altera o artigo 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos”, de autoria da Senadora Íris Araújo.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 168, 212 e 251, de 2002; 76, 101 e 401, de 2003; e 255, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 205/PLEN

Brasília, 13 de setembro de 2005

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Fernando Ferro – PT/PE, em substituição do Deputado Henrique Fontana – PT/RS, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por

agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2005

Altera a Lei nº 5.917, de setembro 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-440.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, subitem Ligações, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário:

22.2

BR-440

Pontos de Passagem – Mucajaí a Alto Alegre, pela RR-325 e Estrada Tronco do Apiaú.

Unidade da Federação – RR

Extensão (Km) – 150 km

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Trata-se de trecho localizado no oeste do Estado de Roraima com direção à fronteira da Venezuela. Revela-se de extrema importância para o desenvolvimento regional, vez ser o meio de escoamento da produção local e constituir-se em uma saída para a fronteira com dantes referido país, além de propiciar a ocupação da região fronteira, defendendo o nosso País.

A aprovação do presente projeto é bastante oportuna, portanto, por proporcionar ao povo do interior do estado um caminho, uma maneira de levar, com segurança e rapidez, os produtos da atividade econômica gerada na região, abrindo-se, inclusive, portas para a exportação.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2005.
– Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV), de que trata o artigo 8º, tem XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral, Siseria Nacional de Viação.
2. Sistema Rodoviário Nacional:
 - 2.1. conceituação;
 - 2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2005

Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências”.

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, fica acrescido do seguinte parágrafo segundo, renumerando-se como parágrafo primeiro o atual parágrafo único:

Art. 5º

§ 1º

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias da vacância do cargo sem que o Presidente da República se manifeste sobre a escolha prevista no **caput**, a indicação e a nomeação passam a ser de competência exclusiva do Senado Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As agências reguladoras, notoriamente, têm sido um dos pilares da economia moderna. São órgãos de Estado, para garantir a equidade na relação entre os interesses dos consumidores de serviços públicos, dos investidores privados e dos Governos.

Depois de apresentar um projeto de lei, com urgência constitucional, alterando substancialmente o

conceito das agências à luz da larga experiência internacional de autarquias com autonomia administrativa e financeira, o Governo parece que abandonou a sua preocupação com o destino das agências e deixou o PL “mofando” na Câmara dos Deputados.

Agora uma vez mais, o Presidente Lula demonstra o descaso com as agências reguladoras ao deixar de indicar os substitutos dos diretores das agências, findo o mandato dos anteriores. Como exemplo, cito o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que tem 5 diretorias. Destas, duas estão vagas desde o dia 24 de maio último, ou seja, a exatos 113 dias. Como restam 3 diretores, se um entrar de férias ou tiver qualquer problema de saúde, por exemplo, a agência não tem **quorum** para tomar qualquer decisão, por mais simples que seja, já que só restarão dois diretores, o que não permite a maioria.

A Agência Nacional do Petróleo está sem Diretor-Geral desde janeiro último, quando expirou o mandato do último ocupante. Somente em abril, o Poder Executivo indicou um novo nome para o cargo que acabou regimentalmente rejeitado pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado. De lá pra cá, a decisão da CI não foi submetida à apreciação deste plenário.

Além das vacâncias, há uma instabilidade flagrante nos cargos dirigentes. A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, está no seu terceiro Conselheiro-Presidente nos dois anos e nove meses do Governo Lula. O mandato de Elifas Gurgel do Amaral termina no dia 5 de novembro próximo, e se não for reconduzido, teremos quatro diferentes presidentes na agência.

Em vista destes fatos, submeto ao elevado exame do Senado Federal o presente projeto de lei, que prevê que decorridos 90 dias da vacância do cargo de dirigente de agência reguladora, sem que o Poder Executivo faça uso de suas atribuições legais, a indicação passa a ser da competência desta Casa.

Deste modo, entendendo que as agências ficarão mais protegidas em sua autonomia e competência de atuação, com benefícios diretos para toda sociedade brasileira. Solicito o apoio dos nobres pares para esta iniciativa parlamentar.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2005.
 – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes do Conselho Diretor ou da Diretoria, respectivamente, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323,
 DE 2005 COMPLEMENTAR**

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. São inelegíveis:
 I – para qualquer cargo:

.....
g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido submetida à apreciação do Poder Judiciário e obtido deferimento de liminar ou tutela antecipada, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

Justificação

Conquanto da maior relevância para a preservação da probidade administrativa exigida pelo § 9º, do

art. 14, da Constituição Federal, a inelegibilidade estabelecida na alínea g, inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 64, de 1990, tem sido objeto de severas críticas pela ineficácia da norma aprovada.

Com efeito, administradores com contas desaprovadas, por malversação ou desvios de recursos públicos no exercício de seus mandatos, bem próximo à data do registro de suas novas candidaturas protocolam na Justiça Comum uma petição com o objetivo tão somente de contestar a decisão condenatória, visando com essa simples providência obter, com amparo na ressalva daquela norma, a preservação do direito de ter o registro de sua candidatura deferido.

Uma vez apresentada a petição, mesmo que o gestor tenha cometido as mais graves irregularidades que motivaram a desaprovação de suas contas pelo respectivo Tribunal de Contas e Câmara Municipal, ainda assim terá deferido o registro de sua candidatura, bastando tão somente, pela norma vigente, que tenha protocolado na Justiça Comum a sua petição.

Eleito para novo mandato, mesmo que a ação para desconstituir a desaprovação das contas seja julgada improcedente, reconhecendo o Poder Judiciário o acerto da decisão do órgão de Fiscalização e da Câmara ou Assembléia Legislativa, o administrador que praticou gravíssimas irregularidades no exercício do mandato anterior, será mantido no cargo.

Essa situação não pode mais ser mantida, sob pena de se comprometer seriamente os princípios da probidade administrativa e da moralidade para o exercício do mandato, acolhidos no § 9º, do art. 14, da Constituição Federal. Não se pode admitir que uma simples petição protocolada pelo candidato na Justiça Comum, através da qual se insurge contra a desaprovação de suas contas, subtraia a credibilidade da manifestação do Tribunal de Contas e do órgão legislativo que a referendou, atestando graves desvios de recursos públicos em sua gestão.

A nova redação ora proposta objetiva acrescentar ao dispositivo da lei de inelegibilidade a exigência de que a petição apresentada, para que venha a dar ao candidato o direito a ter o seu registro deferido, terá de receber uma apreciação preliminar pela Justiça, através de pedido de liminar ou de tutela antecipada, recebendo da autoridade judiciária uma decisão de deferimento, o que leva a pressupor que o seu pleito, por apresentar indícios de bom direito, possa vir a ser acolhido quanto ao seu mérito. Só nessa hipótese, poderia o candidato obter o deferimento do registro de sua candidatura, comprovando o deferimento da liminar ou tutela antecipada pertinente. Indeferida a liminar, também será indeferido o seu pedido de registro, na Justiça Eleitoral, por inelegibilidade, obtendo-se,

assim, importante avanço no sentido de se excluir da disputa eleitoral pessoas comprovadamente envolvidas em graves irregularidades administrativas.

Dado o alcance moralizador da medida proposta, tomamos a iniciativa de convertê-la em projeto de lei para cuja aprovação esperamos contar com o apoio de meus nobres pares.

Sala das sessões, 13 de setembro de 2005. – Senador **Tasso Jereissati**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 64,
DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subseqüentes ao término da legislatura;

c) o governador e o vice-governador de estado e do distrito federal, o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subseqüentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes;

e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro,

pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para presidente e vice-presidente da república e senador;

b) trinta anos para governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal:

c) vinte e um anos para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de governador de estado ou Território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias con-

tados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2005

Regulamenta o exercício da profissão de Relações Públicas, revogando a Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Definição de Relações Públicas e da Designação do Profissional da Área

Art. 1º A atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo, para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos e pessoas a que esteja direta ou indiretamente ligada constituem o objeto geral da profissão liberal ou assalariada de Relações Públicas.

Art. 2º A designação de “Profissional de Relações Públicas” passa a ser privativa:

a) dos bacharéis formados nos respectivos cursos de nível superior;

b) dos que houverem concluído curso similar no estrangeiro, em estabelecimento legalmente reconhecido, após a revalidação do respectivo diploma no Brasil;

c) dos que possuírem diploma de bacharel, em qualquer área do conhecimento, e forem aprovados em curso de pós-graduação, lato ou **strictu sensu**, em Relações Públicas, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo;

d) dos estrangeiros beneficiados por acordo firmado pelo Brasil.

Parágrafo único. Os programas de pós-graduação de que trata a alínea **c** deverão obedecer a critérios e procedimentos para enquadramento no campo das Relações Públicas, em termos de grade curricular, no caso de programas de **lato sensu**, e em termos de fundamentação teórico-conceitual e do objeto de pesquisa, no que se refere aos programas **strictu sensu**, apontados pela resolução de que trata o art. 8º, § 1º, desta lei.

CAPÍTULO II

Das Atividades Profissionais, das Funções Específicas e do Campo de Trabalho

Art. 3º Consideram-se atividades específicas de Relações Públicas as que dizem respeito:

- a) à informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação;
- b) à coordenação e planejamento de pesquisas da opinião pública, para fins institucionais;
- c) ao planejamento e supervisão da utilização dos meios audiovisuais, para fins institucionais;
- d) à coordenação, planejamento e execução de campanhas de opinião pública;
- e) ao ensino de disciplinas específicas ou técnicas de Relações Públicas em instituições de ensino superior legalmente reconhecidas;
- f) à orientação de dirigentes de instituições públicas ou privadas na formulação de políticas de Relações Públicas;
- g) à promoção de maior integração da instituição na comunidade;
- h) à informação e à orientação da opinião pública sobre os objetivos elevados de uma instituição;
- i) ao assessoramento na solução de problemas institucionais que influam na posição da entidade perante a opinião pública;
- j) à consultoria externa de Relações Públicas;
- l) ao planejamento, coordenação e execução de programas de interesse comunitário, de responsabilidade social e cerimonial.

§ 1º As atividades de Relações Públicas, apontadas nas alíneas deste artigo e nos organogramas de empresas públicas ou privadas, são exercidas sob as denominações de Comunicação Institucional, Comunicação Organizacional, Comunicação Corporativa, Comunicação Pública e Relações Públicas.

§ 2º O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas, Sistema Conferp, de que trata o Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, fica autorizado, por meio de resolução, a definir as funções específicas a serem exercidas e a tipificar as funções de relacionamento com a imprensa e assessoria de imprensa, cerimonial, organização de eventos, pesquisa de opinião pública e relações governamentais.

§ 3º A tipificação de que trata o parágrafo anterior permitirá a execução das funções específicas ao

possuidor do Registro Profissional Específico (RPE), de que trata o art. 9º desta lei.

§ 4º Tipificadas as funções por resolução do Conferp, nos termos do § 2º, será concedido o Registro Profissional Específico (RPE) à pessoa que satisfizer as exigências nela descritas.

CAPÍTULO III

Do Registro Profissional, do Registro Profissional Específico e de Sua Fiscalização

Art. 4º A profissão de Relações Públicas, observadas as condições previstas nesta lei, poderá ser exercida como atividade liberal, assalariada ou de magistério, nas entidades de direito público ou privado, ou no atendimento de pessoas físicas, tendo por fim o estudo ou aplicação de técnicas de política social destinada à intercomunicação de indivíduos, instituições e coletividades.

Art. 5º O exercício em órgãos da administração pública, e em organizações privadas ou de economia mista, de cargos, empregos ou funções, ainda que de direção, chefia, assessoramento, consultoria e magistério, cujas atribuições envolvam conhecimentos inerentes às técnicas de Relações Públicas, é privativo do profissional dessa especialidade, devidamente registrado no Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas – Sistema CONFERP.

Art. 6º O exercício da atividade de Relações Públicas por pessoa jurídica está condicionado ao registro a que se refere o artigo anterior, exigindo-se-lhe, ainda, a indicação de Profissional de Relações Públicas como Responsável Técnico pelas ações por ela desenvolvida, ficando o Sistema Conferp autorizado a definir, por resolução, os termos em que o exercício da atividade poderá ser exercido.

Art. 7º A falta de registro profissional – RPF e do registro de profissão específica – RPE torna ilegal o exercício da profissão, tomando-se punível o infrator com as cominações do Código Penal Brasileiro.

Art. 8º O Registro Profissional, de que trata o art. 5º, será concedido ao Profissional de Relações Públicas designado pelo art. 2º desta lei.

§ 1º “Para a obtenção do registro profissional, de que trata o **caput**, as pessoas incursas no disposto nas alíneas **c** e **d** do art. 2º desta lei deverão comprovar sua competência para o exercício da profissão de Relações Públicas através de aprovação em exame de qualificação profissional.

§ 2º Fica o Sistema Conferp autorizado a dispor, mediante resolução, sobre a elaboração e aplicação do exame previsto no parágrafo anterior.

§ 3º Aos Profissionais de Relações Públicas registrados no Sistema Conferp, até a data da publica-

ção desta lei, é assegurado o exercício da profissão, independentemente de novo registro.

Art. 9º A fiscalização do exercício das atividades profissionais de Relações Públicas e das funções específicas de que trata essa lei será feita pelo Sistema Conferp, que fica autorizado, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, a determinar por resolução:

I – os procedimentos que serão cumpridos pelos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), de que trata o Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, e relativos à:

- a) execução e manutenção dos registros apontados nesta lei;
- b) cobrança dos valores referentes às taxas para a execução dos atos administrativos e daqueles referentes à anuidade devida por registro lançado;
- c) expedição e controle da Carteira de Identidade Profissional e da Carteira de Identidade de Registro Profissional Específico, nos termos dos arts. 8º e 9º desta lei;
- d) expedição e controle do Certificado de Registro, do Certificado de Responsabilidade Técnica, nos termos do art. 6º desta lei.

II – os procedimentos para a elaboração, realização e avaliação do Exame de Qualificação Profissional, de que trata esta lei.

III – os critérios para Anotação de Responsabilidade Técnica, devida aos Conferp.

IV – expedição e controle da Carteira de Estagiário em Relações Públicas, aos bacharelados matriculados a partir do terceiro período em Relações Públicas, em curso oferecido por instituição de ensino superior, credenciada pelo Governo Federal.

V – os valores devidos ao Conferp pelos seus registrados serão definidos anualmente mediante correção com base no Índice de Custo de Vida – ICV, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Educação fica autorizado a fiscalizar o disposto na alínea e do art. 3º, de ofício ou provocado pelo Conferp.

Art. 10. O portador da Carteira de Identidade Profissional e o da Carteira de Identidade Profissional Específica poderá desempenhar suas atividades em todo o território nacional, ressalvadas as instruções do Conferp quanto à jurisdição do Conferp que a expedir.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revoga-se a Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967.

Justificação

A Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, que rege a atividade dos profissionais em relações públicas já foi superada pelo tempo. Na realidade, ela representava uma norma compatível com o tempo em que foi aprovada. A atividade desses profissionais estava, quase quarenta anos atrás, iniciando um processo de consolidação. Hoje, a evolução tecnológica e o aprofundamento da experiência profissional, nesse meio, exigem uma atualização legal.

Propõe-se, então, alterar as definições das atividades e funções exercidas pelos profissionais de relações públicas, com o intuito de modernizar a legislação e fazer justiça para com esses competentes profissionais, imprescindíveis nas relações entre instituições, o público e as pessoas. Trata-se, em última instância, de prevenir conflitos e realçar compatibilidades, estabelecendo a harmonia nos relacionamentos produtivos, públicos ou privados.

Na realidade, os profissionais de relações públicas foram chamados a exercer, pela sua competência profissional, uma série de outras atividades, nas quais os avanços dos meios tecnológicos de comunicação e de relacionamento tornaram exigíveis a presença de um profissional capacitado.

As pesquisas de opinião, a utilização dos meios audiovisuais, as campanhas de opinião pública e a formulação de políticas de relações públicas são apenas alguns dos exemplos de atividade que exigem hoje um profissional de bom nível. Como consequência, as demandas educacionais também foram afetadas, exigindo-se uma atualização curricular constante nas instituições de ensino e um esforço pessoal dos profissionais para se manter em condições de acompanhar a evolução do mercado de trabalho nesse campo.

Como a profissão evoluiu, ocupando novas vertentes de trabalho, com especificidades a ser consideradas, nossa proposição pretende instituir um registro profissional específico. Atende-se assim a uma tendência à especialização, fenômeno que abrange quase todas as profissões. Na mesma direção está a exigência de uma responsabilização técnica, sem a qual os contratadores dos serviços de relações públicas e a fiscalização do exercício profissional não teriam garantias de bons resultados.

Por sua vez, o exame de proficiência certamente será um instrumento positivo. Ele servirá como um elemento de melhoria na qualidade profissional e de controle da existência de uma capacitação mínima, sem a qual os cidadãos que precisarem do trabalho dos profissionais de relações públicas podem ser enganados por mera titulação universitária, sem garantias de formação adequada.

O exame de proficiência pode servir também para difundir conhecimentos e definir alguns conteúdos didáticos mínimos a serem observados na realização dos cursos superiores de educação. Também servirá como parâmetro e como referência para a atualização dos profissionais em atividade, com relação aos avanços teóricos e tecnológicos pertinentes à área.

Tratando-se de um tema que exige atualização constante, o ideal é que o Sistema CONFERP assuma a responsabilidade pela regulamentação das minúcias necessárias a tornar efetivas as novas regras legais. Nesse sentido, estamos propondo que esses Conselhos fiquem autorizados a promover, mediante resolução, as ações necessárias à eficácia da legislação.

Pretendemos, então, dar à iniciativa um conteúdo mínimo, transferindo aos Conselhos a responsabilidade de regulamentar. Pela sua natureza autorizativa, a proposta pretende colaborar com o Poder Executivo, a quem cabe, em última instância, as decisões que envolvam as instâncias administrativas.

Estas as razões que nos levam a pleitear o apoio de nossos Pares para a aprovação desta iniciativa, justa e necessária para valorizar os profissionais de Relações Públicas e atualizar a regulamentação profissional vigente.

Sala das Sessões, – Senador **Marco Maciel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.377, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1967

Disciplina a Profissão Relações Públicas e outras providências.

**DECRETO-LEI Nº 860,
DE 11 DE SETEMBRO DE 1969**

Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, ao Senador Aelton Freitas e ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedimos a inscrição

para comunicação urgente, na prorrogação do Expediente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pela ordem.) – Solicito à Mesa espaço para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, como segundo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^{as} estão inscritos, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno, na prorrogação da Hora do Expediente.

Os inscritos são Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Aelton Freitas e Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, que preside a sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, fui convidado pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Sr. Cláudio, para fazer um debate sobre previdência e saúde do trabalhador. Participamos de um evento com cerca de mil dirigentes de todo o Estado. Tivemos como debatedores a Deputada Jussara Cony, Dr. Antonio Rebouças e Dr. Roberto Ruiz. Coordenou a mesa o Sr. Luiz Gambim.

Estavam presentes, dentre outros, nesse evento que tratava da saúde do trabalhador, principalmente ligado ao seu lugar de atividade, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário de Saúde da Federação dos Metalúrgicos do Estado, os Srs. Milton Viário, Flávio e Jairo Carneiro; Sr. Alfredo Gonçalves, Diretor do Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, e Quintino Severo, Presidente da CUT Estadual.

Foi um belo evento, Sr. Presidente, em que a questão dos peritos foi levada muito em consideração, a forma dura e, às vezes, insensível como os peritos acabam decidindo pela volta ao trabalho ou mesmo pelo não-reconhecimento do benefício no momento em que o trabalhador se sente incapacitado, sem condições físicas de retornar ao trabalho.

Sr. Presidente, falei para os trabalhadores na capital gaúcha um pouco da caminhada dos trabalhadores. Lá eu dizia: ao longo da história, os trabalhadores vêm travando inúmeras lutas contra as injustiças praticadas em seu ambiente profissional e se defrontam, assim, com mudanças importantes na relação de trabalho, nem sempre, ou na maioria das vezes pró-empregador, ou seja, contra o trabalhador.

A globalização econômica, através da integração de mercados e liberação do comércio internacional, todos nós sabemos que é uma realidade. As profundas mudanças observadas nas organizações do processo de trabalho, visando o aumento da produtividade e redução dos custos, geralmente não estão sendo acompanhadas na melhoria das condições de trabalho.

No que se refere à saúde dos trabalhadores, é importante considerar que, nos países de Terceiro Mundo, continuam a persistir normas e formas antigas de produção, muitas artesanais, outras mecanizadas, mas com pouca preocupação com as doenças e acidentes no trabalho.

Falo isso com bastante tranquilidade porque, Senador Eurípedes Camargo, quando eu comecei na metalurgia, de cara fui eleito Presidente da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) – votado, não escolhido – e aí percebi o quanto o trabalhador fica exposto às chamadas condições inseguras – e, por consequência, atos inseguros – que fazem com que ele perca, muitas vezes, parte do seu corpo. O trabalhador vai assimilando, infelizmente, doenças no trabalho e, às vezes, perde a vida.

Essas antigas formas convivem também com novas tecnologias que estão presentes nas matrizes, mas, infelizmente, não estão em muitas das empresas nos países de Terceiro Mundo.

Aqui lembro antigas doenças profissionais, por exemplo, por chumbo, mercúrio, silicose e outras doenças pulmonares. Com isso, altos índices de acidentes do trabalho convivem com uma alta incidência das chamadas lesões por esforços repetitivos, a famosa LER. Temos também câncer e o próprio sofrimento mental entre outras.

As estatísticas de acidente de trabalho são alarmantes. Segundo informações vinculadas este ano, passadas pelo Ministério da Previdência e de acordo com os dados da OIT, a cada ano, no mundo, quase 2 milhões de trabalhadores morrem no trabalho, o que corresponde ao número revoltante de quase 5 mil mortes diárias e três vidas perdidas por minuto. No Brasil é mais grave, segundo dados do artigo de Geraldo Almir Arruda, publicado no Informe da Previdência Social, agora em 2004, e produzida a análise em 2003, foram registrados quase 400 mil acidentes de trabalho no Brasil. O que significa que, de cada mil trabalhadores, 17,72 sofreram algum tipo de acidente.

Poderíamos também dizer que desses quase 4 mil acidentes registrados em 2003, 82% correspondem a acidentes típicos, ou seja, decorrentes do exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que causa morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho. Poderia listar os chama-

dos acidentes típicos, que se referem a acidentes de trajeto e são 12,6%. E poderíamos avançar lembrando ainda que a concentração de acidentes na categoria “típicos” é a comprovação de que, na empresa, se desenvolve a maioria das doenças e ocorrem os acidentes de trabalho.

Ainda segundo esse estudo, os acidentes ocorrem com os trabalhadores jovens, com idade entre 20 e 29 anos, Senador Saturnino. Lembro que, apesar dos números elevados, essa estatística ainda não reflete a realidade; os números são ainda maiores. E explico por quê. Os números do Ministério da Previdência referem-se apenas aos trabalhadores com carteira assinada, contratados pelo regime CLT, com notificação de acidente de trabalho por intermédio da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho. Muitos empregadores sonegam a CAT. Segundo artigo não de Paulo Paim, mas de Paulo Rogério de Oliveira, publicado no Informe da Previdência Social, agora em 2004, no Informe da Previdência Social:

Diz ele:

A questão da sonegação da CAT é assunto complexo e demarcado por aspectos políticos, econômicos e sociais, para o qual nenhuma explicação pontual é suficiente. Dentre as principais razões para a não declaração pelo empregador destacam-se as seguintes:

- para evitar que o dado de acidente/doença ocupacional apareça nas estatísticas oficiais, por ser considerado socialmente derogatório;
- para que não implique reconhecer a estabilidade no emprego de um ano de duração a partir do retorno do trabalhador (...)

Isso porque há uma lei, de cuja elaboração e redação participei, que diz que todo aquele que se acidentar, comprovadamente, com responsabilidade, no percurso da casa para a empresa ou dentro da empresa, quando retornar, terá um ano de estabilidade. E como eles não têm interesse nesse ano de estabilidade, acabam não encaminhando o trabalhador devidamente para a CAT.

– para que não seja necessário depositar a contribuição devida ao FGTS de 8% do salário, correspondente ao período de afastamento; e

– para que não se precise reconhecer a presença de agente nocivo causador da doença do trabalho (...)

Enfim, Sr. Presidente, aqui eu poderia discorrer sobre outra série de motivos que mostra que o número

de doenças e acidentes no trabalho é muito maior do que aqueles dos dados oficiais.

Eu queria também dizer que, em toda essa análise, sem sombra de dúvidas, o maior injustiçado e o maior prejudicado é o trabalhador, que, além de perder parte do corpo, de ter a saúde debilitada, muitas vezes perde a vida ou, quando fica deficiente, acaba vendo os seus direitos não reconhecidos.

Segundo relato recebido, quando o trabalhador procura as agências do INSS – Instituto Nacional de Seguro Social – para recorrer ao seu benefício, inicia-se aí uma sofrida busca dos direitos e benefícios: enfrenta filas, burocracias, desrespeito a normas e leis. A burocracia faz com que o trabalhador fique, às vezes meses, esperando que o perito dê o veredito final para ver se ele tem ou não direito. Só que, depois de quinze dias, ele não recebe mais – fica um, dois, três meses esperando o resultado da perícia, sem nenhum vencimento. A empresa não paga, e a Previdência também não paga.

Sr. Presidente, aproveito para dizer, também, que eu recebo muitas denúncias da tal de revisão de benefícios. O cidadão, comprovadamente, tem direito a receber dois, três ou quatro salários mínimos. De repente, sem nenhum motivo, o salário abaixa – e eu nem estou vinculando à questão do salário mínimo – e ele passa a receber a metade dos benefícios. Entra com o pedido de revisão, e aí eles dizem: olha, quem sabe se daqui um ano ou dois anos você vai ter o seu parecer. Nem dizem se será favorável. Ou favorável ou contra, ele fica esperando, às vezes, dois anos para ter uma resposta.

Nós estamos no tempo da automação – está aí a robótica, a cibernética, enfim, a computação –, é um absurdo que a revisão de um benefício, para ver se o cidadão tem ou não direito, demore às vezes dois anos e meio.

Não estou aqui culpando os funcionários, Sr. Presidente, porque os funcionários são servidores e estão ali a trabalhar. Lembro-me de um posto, localizado em uma capital, que tinha três agências e somente dois funcionários para fazer todas as revisões. É claro que isso só pode demorar de um a dois anos.

Quero também que V. Ex^a considere o meu discurso como lido na íntegra, porque percebo que não vai ser possível ler, no meu tempo, o documento que estudei e do qual relato partes, “Repensando a Previdência”, elaborado pelos servidores da Previdência com muita competência e qualidade. Se fosse aplicado, melhoraria e muito a situação do nosso povo e de toda a nossa gente.

Sr. Presidente, nesse encontro que tive em Porto Alegre, entre as decisões tomadas, uma delas foi que

eu marcasse aqui em Brasília três audiências – com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Previdência e com o Ministério da Saúde. Quero dizer que encaminhei o pedido das audiências aos três Ministros e estão marcadas para os dias 21 e 22.

Então, estarei com uma delegação, representando o conjunto do movimento sindical gaúcho, de todas as centrais, de todas as confederações, com esses três Ministérios, para discutirmos a situação da saúde do trabalhador, a questão da Previdência e, naturalmente, também, dos acidentes de trabalho, assim como essa questão vinculada aos peritos.

Estive também no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, onde fui homenageado, numa atividade muito bonita, presentes cerca de 2.000 representantes da categoria. O presidente eleito, Nelsinho, foi empossado na nova Diretoria e homenageado, e eu queria desejar-lhe um belíssimo período, à frente da Presidência.

Quero também aqui deixar registrada a minha alegria, Sr. Presidente, pela forma carinhosa e amável como fui recebido naquele sindicato, quando fui presidente lá, em 1981. Então acumulei, de 81 a 83, como Presidente da Central Estadual de Trabalhadores. Não havia ainda a divisão, estavam todos numa única Central. Depois, quando se deu a divisão, fui secretário-geral, depois vice da CUT Nacional. E, naturalmente, a categoria, nesse meu retorno às origens, tratou-me de forma, eu diria, muito respeitosa, muito solidária.

Um grupo de trabalhadores e trabalhadoras, quando eu estava saindo, Sr. Presidente – e termino com essa parte –, fizeram-me recordar uma música do nosso Gonzaguinha, que diz “Começaria tudo outra vez”, lembrando naturalmente desse momento – V. Ex^a está entendendo a mensagem. E diz a música assim: “Senador Paulo Paim, e nós não estamos sós, veja, meu bem, a orquestra nos espera, por favor, mais uma vez, vamos recomeçar.”

E termina dizendo: “Ao som desse bolero é a vida, aqui vamos nós, e não estamos sós a orquestra nos espera, por favor, vamos começar tudo outra vez.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui convidado pelo Sr. Claudir Antonio Néspolo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre para participar no último dia 02, de evento realizado na Sede do Sindicato dos Metalúrgi-

cos de Porto Alegre, onde foi discutida a Previdência e a Saúde do Trabalhador.

Foi uma honra estar debatendo assunto de tão grande significação para o povo brasileiro. Foram debatedores a Deputada Jussara Cony, Dr. Antonio Rebouças e Dr. Roberto Ruiz. Foi coordenador da mesa o Senhor Luiz Gambim.

Estavam presentes dentre outros, o Presidente, o Vice – Presidente e o Secretário de Saúde da Federação dos Metalúrgicos do Estado, os Srs. Milton Viário, Flávio, Jairo Carneiro; Alfredo Gonçalves, Diretor do Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e Quintino Severo, Presidente da CUT Estadual.

Desejamos parabenizar aos organizadores deste evento por esta importante iniciativa que trouxe à luz este debate importantíssimo para os trabalhadores.

Ao longo da história, os trabalhadores vêm travando inúmeras lutas contra as injustiças praticadas em seu ambiente profissional e se defrontado com mudanças significativas nas relações de trabalho.

A globalização econômica, através da integração de mercados e liberação do comércio internacional, já é uma realidade.

As profundas mudanças observadas na organização dos processos de trabalho, visando ao aumento da produtividade e redução dos custos geralmente não estão sendo acompanhadas de melhorias nas condições de trabalho.

No que se refere à saúde dos trabalhadores, é importante considerar, especificamente nos países do “terceiro mundo”, que continuam a persistir antigas formas de produção e processos artesanais ou mecanizados.

Estas antigas formas convivem também com novas tecnologias e empresas globalizadas cujas normas e padrões são deliberadamente inferiores aos das matrizes.

Antigas doenças profissionais – intoxicação por chumbo, mercúrio, silicose e outras doenças pulmonares, altos índices de acidentes do trabalho – convivem com uma alta incidência de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), câncer e sofrimento mental, entre outras.

As estatísticas de acidentes do trabalho no Brasil e no mundo são alarmantes.

Segundo informações veiculadas ano passado pelo Ministério da Previdência, e de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a cada ano no mundo, quase dois milhões de trabalhadores morrem no trabalho, o que corresponde ao número revoltante de quase cinco mil mortes diárias ou três vidas perdidas por minuto.

O Brasil não foge a regra. Segundo dados do artigo de Geraldo Almir Arruda, publicado no informe de previdência social de 11/2004 em 2003 foram registrados 390.180 acidentes de trabalho no Brasil, o que significa que de cada 1.000 trabalhadores segurados, 17,72 sofreram algum acidente de trabalho.

Destes 390.180 acidentes registrados em 2003, 82,0% (319.903) correspondem a acidentes típicos, ou seja, decorrentes do exercício do trabalho, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho.

Além dos acidentes típicos, 12,6% (49.069) referem-se a acidentes de trajeto (que ocorrem durante o deslocamento entre a residência e o local de trabalho) e 5,4%(21.208) foram acidentes provenientes de doenças do trabalho (resultantes da atividade profissional exercida).

Vale ressaltar que a concentração de acidentes na categoria “típicos” é a comprovação de que é na própria empresa, no desenvolvimento de suas atividades, que ocorrem os acidentes de trabalho.

Ainda segundo esse estudo, os acidentes ocorrem com os trabalhadores jovens, com idade entre 20 e 29 anos.

Apesar dos números elevados, esta estatística não reflete a realidade. Os números são ainda maiores.

Os números do Ministério da Previdência referem-se apenas aos trabalhadores com carteira assinada, contratados pelo regime da Consolidação das leis Trabalhistas – CLT onde houve notificação de acidente de trabalho, por intermédio da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho.

Muitos empregadores sonogam a CAT. Segundo artigo de Paulo Rogério A. de Oliveira, publicado em 2004 no Informe de Previdência Social.

“a questão da sonogação da CAT é assunto complexo e demarcado por aspectos políticos, econômicos e sociais para o qual nenhuma explicação pontual é suficiente. Dentre as principais razões para a não declaração do empregador destacam-se as seguintes:”

Para evitar que o dado de acidente/doença ocupacional apareça nas estatísticas oficiais, por ser considerado socialmente derogatório;

Para que não implique em reconhecer a estabilidade no emprego de um ano de duração a partir do retorno do trabalhador;

Para que não seja necessário depositar a contribuição devida ao FGTS de 8% do salário, correspondente ao período de afastamento; e

Para que não se precise reconhecer a presença de agente nocivo causador da doença do trabalho ou profissional e para evitar ter que recolher a contribuição específica correspondente ao custeio da aposentadoria especial para os trabalhadores expostos aos mesmos agentes”.

A caracterização de um benefício pelo INSS como acidentário depende da comunicação do acidente do trabalho, mediante a emissão da CAT pela empresa.

Poderá também ser emitida pelo próprio trabalhador, por seus dependentes, pela entidade sindical, pelo médico ou por autoridade (magistrados, membros do Ministério Público e dos serviços jurídicos da União, dos estados e do Distrito Federal e comandantes de unidades do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar). Fonte: .

As medidas adotadas não tem sido suficientes para induzir investimentos capazes de reduzir o número de acidentes e a exposição a agentes nocivos nos locais de trabalho a níveis toleráveis.

Portanto, a segurança e a saúde do trabalhador necessita, urgente, de medidas de prevenção, que responsabilizem os empregadores e que garantam efetivamente o reconhecimento dos direitos dos segurados, uma vez que mesmo tendo acesso a um benefício previdenciário, na maioria das vezes é caracterizado como não ocupacional, retirando dos trabalhadores seu direito à estabilidade ao retornar ao trabalho e à percepção do FGTS durante o afastamento, entre outros.

O grande injustiçado e o maior prejudicado é o trabalhador, que, além de ter a sua saúde e integridade física afetadas, não tem seus direitos reconhecidos.

Segundo relato recebido, quando o trabalhador procura as agências do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social para requerer seus benefícios inicia-se sua sofrida busca para ter direito ao benefício. Enfrentam filas, burocracias e desrespeitos a normas e leis.

Queremos ressaltar que os funcionários do INSS merecem todo nosso respeito. O quadro de funcionários é reduzido e muitas vezes os servidores não conseguem dar conta de toda a demanda.

Reconhecemos o esforço e empenho dos servidores do INSS na busca de maiores esclarecimentos das Leis, Decretos, Regulamentos, Instruções Normativas, Ordens de Serviços, etc.

Para que a implantação desta complexa legislação seja de forma uniforme e clara, são inúmeros os problemas enfrentados pelos analistas de requerimentos de benefícios no INSS.

Segundo documento “Repensando a Previdência” elaborado por servidores do INSS, muitas vezes, perante uma determinada Lei, uma mesma situação para

segurados distintos; esta é aplicada de forma diferente, até mesmo dentro de uma mesma Agência.

E é nesta hora que se inicia uma série de problemas e prejuízos tanto para o segurado quanto para a Instituição, como por exemplo: questões judiciais, aumento de serviços nos setores de Revisão, Juntas de Recursos e Conselhos de Recursos, além dos problemas sociais para o segurado e uma demanda nas Agências em busca de respostas às suas interpeleções”.

Acreditamos que as Gerências deveriam criar equipes dinâmicas e técnicas, com conhecimentos dos procedimentos das Agências, acompanhando a implantação das Leis até que as dúvidas fossem sanadas, inclusive em relação ao sistema/DATAPREV, e procedimentos uniformizados.

Existe o consenso também, de que todos os servidores gostariam de ser treinados e atualizados no conhecimento da legislação previdenciária para que pudesse haver maior agilidade no atendimento.

Pelo que foi relatado as unidades de reabilitação profissional não estão correspondendo às expectativas dos trabalhadores. O INSS precisa repensar o papel da reabilitação profissional.

Afinal, conforme informações no próprio *site* da previdência a reabilitação é “Serviço da Previdência Social que tem o objetivo de oferecer, aos segurados incapacitados para o trabalho (por motivo de doença ou acidente), os meios de reeducação ou readaptação profissional para o seu retorno ao mercado de trabalho”.

Todos sabem que temos o maior orgulho de sermos oriundos do movimento sindical. Fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e da Central Estadual de Trabalhadores do RS; Secretário-Geral e Vice-Presidente da CUT Nacional.

No convite para participar deste importante seminário foram abordados os problemas que os trabalhadores tem enfrentado no INSS; particularmente em relação aos médicos peritos.

Sempre apostamos na luta e no diálogo. Do evento saiu o entendimento de que os sindicatos devem se reunir imediatamente com o responsável pelo campo administrativo e pericial do INSS; ou seja, pelo gerenciamento dos benefícios por incapacidade e pelo serviço de benefícios para que ponto a ponto sejam enumerados os problemas enfrentados pelos trabalhadores para que seja encontrada a solução.

Sabemos que as mudanças na Previdência Social devem ser profundas para resolver as questões econômicas do Setor, contudo, o mais importante, na nossa concepção, é torná-la mais humana, mais trans-

parente, sem fraudes e sonegações e mais resoluta nas questões que tanto afligem os trabalhadores.

Precisamos de ações concretas. Para conseguir estas mudanças, será preciso que estado, trabalhadores, movimento sindical, servidores da instituição, estes dois últimos, maiores conhecedores dos reais problemas do INSS sejam ouvidos como agentes do processo e que todos enfim, vistam a camisa das transformações para que quando o trabalhador procurar uma agência do INSS não seja tratado como se fosse mais um número ou senha.

Queremos dizer, como dissemos no evento, que fizemos apenas ponderações sobre o tema. Muitas propostas surgiram no debate. Dentre elas, destaco as audiências que já providenciei com os Ministros da Previdência, Nelson Machado, para o próximo dia 20 e com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para o dia 21. Também estamos agendando com o Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe.

Nestas audiências, estarão presentes a Comissão de Representação do Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador as Sr^{as} Heliege Wivianne de Azeredo Missel, Cristiane, os Srs. Alfredo Gonçalves, Ivo Vailati, Quintino Severo, Roberto Ruiz e um representante do INST – Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador da CUT.

Reafirmamos, Sr. Presidente, que nossa história de sindicalista está marcada em nossas veias e onde quer que estejamos, será sempre ao lado dos trabalhadores.

Para concluir, queremos dizer que participamos no dia seguinte de mais um evento: aniversário dos 45 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, onde iniciamos nossa atividade política e sindical.

Fui presidente daquela entidade por 02 mandatos, acumulando o cargo de Presidente da Central Estadual dos Trabalhadores e Secretário Geral e Vice – Presidente da CUT nacional antes de ser Deputado Federal por 04 mandatos e agora Senador.

Fazemos esse destaque, por que foi lá onde tudo começou. Sentir retornando às origens, por que todos os ex-presidentes foram homenageados.

Desejamos ao presidente Nelsinho e a diretoria que assumiu neste dia todo o sucesso do mundo na direção desta importante entidade.

Nos contatos que mantivemos falamos da crise política que atravessa o governo e nosso Partido.

Queremos deixar registrados à forma carinhosa e amável como fomos recebidos. Os milhões de militantes e simpatizantes do PT não podem sair decepcionados dessa longa caminhada por causa de erros de alguns.

Por isso, ecoa em nossos ouvidos a música “Começaria tudo outra vez” do nosso saudoso Gonzaguinha, lembrada por um grupo de trabalhadores e trabalhadoras: Senador Paulo Paim “ Ao som desse bolero, a vida, vamos nós

E não estamos sós, veja meu bem
A orquestra nos espera, por favor
Mais uma vez, recomeçar
Ao som desse bolero, a vida, vamos
nós

E não estamos sós, veja meu bem
A orquestra nos espera, por favor”
Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

Senador Paulo Paim, vou pedir a V. Ex^a que assumira para que eu possa fazer uma intervenção.

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu queria também pedir a minha inscrição, logo após o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou inscrito para uma comunicação urgente. Não estando presente o próximo orador da lista normal, solicito, a V. Ex^a que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE. (Paulo Paim) – Senador Roberto Saturnino, é uma orientação da Mesa, que V. Ex^a fosse chamado como orador inscrito, sem prejuízo dos outros. Com isso, V. Ex^a terá dez minutos, com a tolerância de mais dois. E ainda ficam abertas as comunicações inadiáveis para que outros Senadores possam fazer uso da palavra, no momento adequado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar uma palavra de respeito e de aplauso ao trabalho desenvolvido por uma organização jornalística, sediada, na minha cidade do Rio de Janeiro e que está comemorando vinte anos de existência, vinte anos de excelentes trabalhos prestados à população do Rio e do Brasil em geral.

Trata-se da **Folha Dirigida**, um jornal que hoje circula por todo o País, levando em suas páginas uma mensagem de esperança e de estímulo para todas as pessoas que buscam uma oportunidade de trabalho

ou uma oportunidade educacional, coisas da maior relevância para qualquer dos nossos concidadãos nos dias de hoje. É um jornal que produz um jornalismo cidadania, centrado no trabalho e na educação e que se transformou, nessa trajetória de 20 anos, no maior jornal segmentado do País, com uma circulação média de 400 mil exemplares semanais. Trata-se de um jornal de edição nacional, Sr. Presidente.

Sabemos que não haverá equilíbrio social possível no Brasil, não haverá distribuição de renda viável, não haverá dignidade humana palpável, não haverá democracia estável nem desenvolvimento sustentável fora da matriz educacional.

Esse é um conceito que ganha unanimidade na sociedade brasileira como aqui no Senado e na outra Casa do Congresso.

E o jornal **Folha Dirigida** tem dado uma enorme contribuição à Educação do País, promovendo um debate permanente e pluralista em torno dos temas mais relevantes do cenário socioeducacional do País.

É um jornal compromissado com a Educação, com o Trabalho e com a Cidadania cuja filosofia editorial está balizada pela responsabilidade de produzir um jornalismo independente, materializado em cada uma de suas edições através da informação correta, da crítica construtiva, da fiscalização criteriosa, da opinião transparente, do debate plural, da denúncia responsável e do aplauso possível.

A **Folha Dirigida** tem garantido espaço rotineiro para todos aqueles que lutam em favor da educação verdadeira, aquela que exercita a ética, que aduba a inquietude sadia, que materializa a cidadania, que incentiva o humanismo, que forma a consciência política, que trabalha pela inclusão, que debate o próprio papel da escola, que valoriza o magistério, que reflexiona sobre a que e a quem serve o conhecimento na sua amplitude humana e no seu verdadeiro sentido social.

E a **Folha Dirigida** tem procurado abrigar, em suas páginas, os exemplos, os bons exemplos, da ação afirmativa, das idéias inovadoras, da participação política responsável, da capacitação crítica, do empreendedorismo consistente, do trabalho persistente daqueles que lutam para que a escola não ganhe o contorno irremediável da simulação nem a educação se transforme numa trágica conspiração de desesperança.

Desejo, por isso, levar uma palavra de incentivo e de reconhecimento a esse jornal que tem prestado relevantes serviços, inestimáveis serviços à comunidade, especialmente à comunidade do Rio, nesses seus 20 anos de atuação.

Deixo, por conseguinte, Sr. Presidente, os meus cumprimentos, os meus parabéns aos editores e aos diretores da **Folha Dirigida**, registrando aqui essa

efeméride importante para a cidade e para o Brasil, tendo em vista a destinação que o jornal tem, voltada para a promoção da educação de um modo geral, não podendo deixar passar em branco, sem uma referência nesta Casa, esse aniversário de 20 anos da Folha Dirigida.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, que dispõe de dez minutos, com mais dois.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar, aqui na tribuna, mais uma vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio. Foi aprovada a eliminação da sobretaxa da carne de frango, em fase final; não cabe mais recurso.

Portanto, as ações do nosso querido Itamaraty, tendo à frente o Ministro Celso Amorim, o enfrentamento e as articulações necessárias para que nós possamos ter o respeito internacional e para que os nossos produtos sejam valorizados estão, de forma inequívoca, sendo bem sucedidos.

E eu não poderia deixar de fazer este registro, depois de termos ganho as questões do açúcar e do algodão e com toda a disputa que ainda está aguardando deliberação, como a da soja, a do suco de laranja.

Mas o problema da carne de frango tem caráter especial no meu caso, porque Santa Catarina despenca no cenário nacional como um dos principais produtores e exportadores de frango. Então, os produtores de frango de Santa Catarina estão comemorando essa conquista definitiva do Brasil na OMC contra o aumento de 15,4% para 75% das alíquotas de peito de frango salgado para a Europa, que, aliás, nem era salgado; classificavam como salgado o congelamento da carne de frango.

Venho também à tribuna, Sr. Presidente, para falar de um fato que tenho acompanhando pelo noticiário em relação ao que significa para o cotidiano das pessoas a queda da inflação. Nesse sentido, pedi a minha assessoria que fizesse uma compilação desse material e o trouxesse para mim.

Temos o costume de falar sobre economia aqui em plenário – e de vez em quando eu também me meto a falar sobre isso, apesar de não ser economista –, porque sabemos muito bem da importância que esse assunto tem na vida das pessoas, tanto em termos de recursos quanto para o orçamento familiar. Mas sei que é muito difícil, às vezes, para as pessoas entenderem o que significa uma queda no IGPM, no IPCA, e o que isso efetivamente representa na vida delas.

Desde o início do Governo Lula, temos tido a coexistência de três indicadores macroeconômicos extremamente satisfatórios, com dados tão positivos, que há muito não víamos, que são: crescimento econômico; superávit em conta corrente, que é aquela história do dinheiro que sai e do dinheiro que entra no País, ou seja, da sobra de dinheiro no País... No Governo do Fernando Henrique, chegamos a um déficit em conta corrente de quase \$40 bilhões de dólares, ou seja, entre o que entrava e o que saía do País, estávamos exportando dinheiro, exportando recursos da ordem de \$40 bilhões de dólares!

E hoje o nosso superávit em conta corrente – ou seja, o que sobra no acerto das contas brasileiras – há várias décadas não se obtinha. O terceiro indicador é a inflação baixa e decrescente. Então, estes três indicadores macroeconômicos – o superávit em conta corrente, o crescimento econômico e a inflação baixa e decrescente – vêm se sustentando e se mantendo e sendo trabalhados pelas ações do Governo.

O que isso representa para o dia-a-dia das pessoas? De forma muito especial a questão da inflação? É exatamente sobre isso que queremos nesta tarde fazer os comentários. A evolução dessa inflação, todas as ações de Governo estão afetando o dia-a-dia das pessoas de forma muito significativa e não só o dia-a-dia das pessoas, mas também das administrações.

É interessante – e aqui tenho os dados que estão sendo publicados nos últimos dias – como a queda dos indicadores inflacionários tem equacionado e resolvido o problema do enquadramento e do endividamento dos Estados e dos Municípios.

Nessa discussão, saíamos dos dados macroeconômicos que normalmente as pessoas têm maior dificuldade de entender para os dados de percepção mais direta do cidadão para o mundo para o cotidiano, onde podemos de forma mais clara perceber os benefícios decorrentes dessa política que tem conjugado esses três elementos econômicos e trataremos principalmente da queda da inflação.

Os efeitos cotidianos da inflação são percebidos em várias áreas, mas, de forma geral, levam a ganhos de padrão de vida e, ainda mais, ganhos proporcionalmente maiores aos grupos sociais com renda mais baixa. E é para esse ponto exatamente que quero chamar a atenção porque redução, contenção da inflação, o trabalho com esse indicador macroeconômico é uma política pública voltada privilegiadamente para classes de menor poder aquisitivo, porque são elas efetivamente que mais sentem quando se destrambelham os preços, porque o acompanhamento do poder aquisitivo do salário, da renda – há um aquecimento da inflação – provoca resultados absolutamente diferenciados, de-

pendendo do nível de renda, e ataca e aflige e açoita de forma muito mais contundente exatamente os grupos sociais com renda mais baixa. Portanto, a política de contenção e de redução de inflação é voltada aos interesses dos grupos sociais com menor renda.

Dentre as áreas nas quais notamos esses efeitos de forma mais contundente está a dos preços administrados, particularmente as tarifas dos serviços públicos, como energia, telefone, gás, gasolina e pedágio. Alguns estimam que os gastos com bens e serviços cujos preços são administrados chegam a cerca de 30% da renda das famílias dos extratos inferiores da renda. Portanto, mexer nos gastos de quase um terço da renda da faixa da população mais pobre é indiscutivelmente fazer política para este setor.

Muitos desses serviços são contratualmente corrigidos pela inflação medida pelo IGP-DI. Foi uma opção tomada no passado, no período das grandes privatizações. É criticável por conta das fortes variações do IGP-DI e, principalmente, por gerar resistência da inflação às medidas de política monetária, levando à necessidade de taxas de juros mais elevadas.

Como o Presidente Lula está fortemente comprometido com os contratos já firmados, inclusive esse foi um compromisso de Governo adotado na Carta aos Brasileiros, Sua Excelência foi obrigado a enfrentar essa outra restrição herdada do período anterior. O empenho do Governo foi bem sucedido, entretanto. A queda da inflação para níveis bastante baixos começa a se refletir na correção das tarifas. O IGP-DI cai há quatro meses, está em 2,7% nos últimos doze meses e deverá encerrar o ano ainda menor.

Em muitos casos, sentiremos os efeitos no ano que vem, pois o grosso das tarifas é corrigido até setembro, com base na inflação do ano passado. Para o ano que vem, previsões indicam que os preços administrados subirão de 3% a 4%, frente a correções de 17% a 20% verificadas em anos anteriores.

No caso da energia elétrica, no entanto, os efeitos já são bastante perceptíveis. Mais de 30 milhões de consumidores atendidos por oito distribuidoras de Estados como São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná e Mato Grosso, foram beneficiados com quedas nas tarifas de até 9%.

Quanto ao petróleo e seus derivados, a regra de correção é diferente e basicamente decidida pela Petrobras, levando em conta em especial os preços do barril de petróleo no mercado internacional. Aqui, cabe uma postura de equilíbrio entre responsabilidade e respeito ao consumidor.

Se os aumentos nos preços internacionais são avaliados como duradouros, a Petrobras precisa corrigir os preços internos para não se descapitalizar e com-

prometer os investimentos que tanto têm contribuído para o aumento da auto-suficiência do País.

Nos últimos meses, a economia brasileira tem sido vitimada por um autêntico choque de custo, diante do forte aumento do preço do barril de petróleo. Em novembro de 2004, data do último reajuste interno, esse preço era de US\$40 e, agora, depois de ter alcançado US\$70, está em cerca de US\$64, aumento de 60%, portanto.

O aumento do preço nas refinarias da estatal, agora autorizado, é de apenas 10% para a gasolina e de 12% para o diesel, sem que seu programa de investimentos seja afetado. A Petrobras tem segurado os reajustes exatamente para não dar o efeito repique que o combustível tem no consumo das famílias, no transporte coletivo, em todas essas questões.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço um pouco de condescendência para que eu possa concluir minha fala, pois considero esse assunto extremamente relevante.

O impacto para o consumidor será inferior, com algumas estimativas apontando para a correção de 7% para a gasolina e de 9% para o diesel. O impacto sobre o frete, por sua vez, não deverá superar os 4%. As avaliações usuais mostram ainda efeito praticamente desprezível sobre os índices de inflação como o IPCA e o IGP-DI.

O que considero mais importante, Senador Ney Suassuna – o Presidente Lula tem determinado isso com mão férrea –, é que o aumento dos combustíveis não é repassado ao gás de cozinha. Desde dezembro de 2002, o gás de cozinha não sofreu nenhum reajuste, ou seja, não houve um tostão de aumento no preço desse importante elemento, principalmente para as famílias de mais baixa renda. Estamos com o preço do gás de botijão utilizado pelas famílias absolutamente congelado há mais de dois anos e meio. E isso é feito como política pública de garantia, para que as famílias que dependem de um botijão de gás, porque isso, comparativamente com o salário mínimo, representa algo muito significativo, e a evolução do próprio salário mínimo comparativamente com o botijão de gás, Senador Paulo Paim, talvez seja uma das fórmulas mais inequívocas de compromisso do Presidente Lula com as famílias de renda mais baixa.

E faço muita questão de lhe conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Eu pediria ao Senador Paulo Paim que fosse breve e a Senadora Ideli que não concedesse mais aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Com certeza. É só para cumprimentá-la. Neste plenário, onde

a gente ouve diariamente tantas notícias ruins, é só quase desgraça, V. Ex^a vai à tribuna e traz um quadro positivo, de repercussão de uma série de iniciativas do Governo externa e internamente. Então, os meus cumprimentos. É muito bom ouvir V. Ex^a, com esses dados precisos, que mostra que a economia está avançando. Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o meu é só uma frase. Veja, Senadora Ideli Salvatti, é muito importante que não aumente o preço do gás de cozinha porque 30% da população brasileira já estão usando lenha. E isso é muito ruim na minha região. Mas, parabéns que não tenham aumentado. E saúdo V. Ex^a pelo discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os indicadores de inflação correspondem a médias ponderadas de inúmeros itens que compõem a cesta de consumo das famílias e das empresas. Assim, no IPCA, por exemplo, podemos constatar em agosto a queda de bens, como o arroz, feijão, pão, leite, tomate, lingüiça, batata, alface, melancia.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem assistiu a uma reportagem da TV Globo entrevistando pessoas que diziam que estavam comendo carne – há pouco tempo não havia como consumir carne – exatamente pela queda da inflação e, em algumas situações, deflação de produtos alimentícios? E isso permitiu que as famílias pudessem acessar a esse bem de consumo tão importante para a nutrição.

Por último, Sr. Presidente, não vou poder fazer aqui a leitura, mas também a questão do IGP-DI está trazendo importantes conseqüências, como já havia anunciado, no endividamento de Estados e Municípios. Por exemplo, o Estado de São Paulo, no final deste mês, já deverá estar enquadrado no limite de dívidas, correspondente a duas vezes a receita corrente líquida, quando, em dezembro passado, a relação era de quase 2,4. Portanto, também a queda da inflação está permitindo a vários Estados e Municípios brasileiros terem o seu enquadramento...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...no endividamento e isso lhe permite estar aberto e passível de se colocar na possibilidade de obter novos empréstimos para financiar obras públicas tão importantes para a população brasileira.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o meu discurso, na íntegra, porque tive que conceder apartes, agradecendo a gentileza com que V. Ex^a me permitiu ocupar mais alguns minutos.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI.

Sr. Presidente, já é notório o entendimento de que o desempenho da economia brasileira no governo Lula é excelente, pelo menos quando comparamos aos períodos anteriores e levamos em conta os graves problemas herdados.

Chama atenção, em particular, a coexistência da evolução satisfatória de três indicadores macroeconômicos: crescimento econômico, superávit em conta corrente e inflação baixa e decrescente. No Brasil contemporâneo, ou o crescimento econômico era acompanhado de desequilíbrios externos e internos que levavam a sua insustentabilidade ou a tentativa de contornar os desequilíbrios resultavam em estagnação econômica.

No biênio 2004-5, depois do ajuste requerido por conta da fragilidade econômica herdada, o que vemos, Sr. Presidente: aumento médio do produto interno bruto de cerca de 4,2%, se consideramos a previsão usual de crescimento de 3,5% este ano, superávit em conta corrente próximo de 2% do PIB, incluído aí o excepcional desempenho das transações comerciais, com superávit anual acumulado superior a US\$ 40 bilhões e exportações anuais acima de US\$ 110 bilhões e, como se não bastasse, inflação descendente, cujas previsões do mercado financeiro apontam para 2,5% no caso IGP-DI, ao término do ano.

Sr. Presidente, nunca é demais lembrar os números vigentes no período 1995-2002: crescimento médio de 2,3%, déficit em conta corrente de 3,6 % do PIB e, depois do período de manipulação do câmbio, inflação média de 16,4 %, no quadriênio 1999-2002, se tomamos como referência o IGP-DI. Vale registrar que este último indicador mostrava tendência fortemente ascendente nos meses finais de 2002.

Estes números e comparações são, no entanto, do conhecimento de todos, embora alguns analistas engajados ainda pratiquem exercícios hercúleos de raciocínio para qualificar o que as estatísticas mostram de forma tão contundente.

O que pretendemos comentar aqui Sras. e Srs. senadores é, na verdade, como a evolução da inflação está afetando o dia-a-dia das pessoas e mesmo das administrações sub-nacionais. Quero descer do mundo dos dados macroeconômicos, de pouca percepção direta para os cidadãos, para o mundo do cotidiano,

onde podemos perceber claramente os benefícios decorrentes da administração do governo Lula.

Os efeitos cotidianos da inflação são percebidos em várias áreas, mas, de forma geral, levam a ganhos de padrão de vida e, ainda mais, ganhos proporcionalmente maiores aos grupos sociais com renda mais baixa.

Sr. Presidente, dentre as áreas nas quais notamos estes efeitos de forma mais contundente está a dos preços administrados, particularmente as tarifas dos serviços públicos, como energia, telefone, gás, gasolina e pedágio. Alguns estimam que os gastos com bens e serviços cujos preços são administrados chegam a cerca de 30% da renda das famílias dos extratos inferiores de renda. O mesmo percentual corresponde ao peso destes itens no IPCA.

Muitos destes serviços são contratualmente corrigidos pela inflação medida pelo IGP-DI. Foi uma opção tomada no passado, no período das grandes privatizações. É criticável por conta das fortes variações do IGP-DI e, principalmente, por gerar resistência da inflação às medidas de política monetária, levando à necessidade de taxas de juros mais elevadas.

Como o presidente Lula está fortemente comprometido com os contratos já firmados, foi obrigado a enfrentar essa outra restrição herdada do período anterior. O empenho do governo foi bem sucedido, entretanto. A queda da inflação para níveis bastante baixos começa a se refletir na correção das tarifas. O IGP-DI cai há quatro meses, está em 2,7% nos últimos doze meses e deverá encerrar o ano ainda menor.

Em muitos casos, sentiremos os efeitos no ano que vem, pois o grosso das tarifas é corrigido até setembro, com base na inflação do ano passado. Para o ano que vem, previsões indicam que os preços administrados subirão de 3% a 4%, frente a correções de 17% a 20% verificadas em anos anteriores.

No caso da energia elétrica, no entanto, os efeitos já são bastante perceptíveis. Mais de 30 milhões de consumidores atendidos por oito distribuidoras de estados como São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná e Mato Grosso, foram beneficiados com quedas nas tarifas de até 9%.

Quanto ao petróleo e seus derivados, Sras. e Srs. senadores, a regra de correção é diferente e basicamente decidida pela Petrobrás, levando em conta em especial os preços do barril de petróleo no mercado internacional. Aqui, cabe uma postura de equilíbrio entre responsabilidade e respeito ao consumidor.

Se os aumentos nos preços internacionais são avaliados como duradouros, a Petrobrás precisa corrigir os preços internos para não se descapitalizar e comprometer os investimentos que tanto tem contribuído para o aumento da auto-suficiência do País.

Nos últimos meses, a economia brasileira tem sido vitimada por um autêntico choque de custo, diante do forte aumento do preço do barril do petróleo. Em novembro de 2004, data do último reajuste interno, este preço era de US\$ 40,00 e agora, depois de ter alcançado US\$ 70,00, está em cerca de US\$ 64,00, aumento de 60%, portanto.

O aumento do preço nas refinarias da estatal agora autorizado é de apenas 10% para a gasolina e de 12% para o diesel, sem que seu programa de investimentos seja afetado. Entretanto, o impacto para o consumidor será inferior, com algumas estimativas apontando para correção de 7% para a gasolina e de 9% para o diesel. O impacto sobre o frete, por sua vez, não deverá superar os 4%. As avaliações usuais mostram ainda efeito praticamente desprezível sobre os índices de inflação como o IPCA e o IGP-DI.

Vale registrar, entretanto, o preço do GLP, o gás de botijão utilizado pelas famílias. Neste caso, em vista da importância social deste item, ainda não houve aumento durante o governo Lula, Sr. Presidente.

A ênfase nas tarifas, não deve, entretanto, diminuir nosso entendimento da importância da redução da inflação para patamares tão baixos. Afinal, os indicadores de inflação correspondem a médias ponderadas de inúmeros itens que compõem a cesta de consumo das famílias e das empresas. Assim, no IPCA, por exemplo, podemos constatar, em agosto, a queda de bens como arroz, feijão, pão, leite, tomate, lingüiça, batata, alface e melancia.

Outro alcance importante, Sr. Presidente, decorre do uso do IGP-DI para a correção de contratos não relacionados com os preços administrados pelos diversos níveis de governo. A este respeito, cabe lembrar os contratos de aluguel que, segundo algumas pesquisas, corrigem 80% deste tipo de contrato.

É comum também, no mundo dos negócios, as construtoras utilizarem o IGP-DI nos contratos de financiamento dos imóveis. Imaginem os Srs. e Sras., quão inusitado é, diante da nossa experiência inflacionária, ver prestações de financiamentos imobiliários e aluguéis caírem por conta da deflação verificada na economia.

Uma perspectiva diferente para verificarmos os efeitos da inflação é a perspectiva da renda dos trabalhadores. Em períodos de inflação descendente e aumento do emprego, as negociações resultam em aumentos salariais que reforçam o ganho de poder aquisitivo dos trabalhadores. Os resultantes aumentos da massa de salários, por sua vez, juntam-se à expansão do crédito para estimular a demanda, a produção e o emprego.

Quanto à situação das finanças dos estados, motivo de genuína e acertada preocupação dos senadores, também constatamos as importantes conseqüências do IGP-DI. Há pouco tempo, alguns reclamavam da impossibilidade de cumprimento pelos estados dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal. Ocupantes de altos cargos executivos chegavam a pregar a quebra dos contratos da renegociação da dívida com a União.

Eis agora os estados enquadrando-se nos limites estabelecidos sem maiores esforços fiscais, que em geral são cobrados da população. São Paulo, por exemplo, ao final deste mês já deverá estar enquadrado no limite de dívida, correspondente a duas vezes a receita corrente líquida, quando em dezembro passado a relação era de quase 2,4.

Não há segredo em explicar este fato, Sras. e Srs. senadores. A dívida dos estados foi renegociada com a União ao custo de IGP-DI mais 6% ao ano. Com a inflação no patamar atual, a dívida é corrigida a menos de 9%, enquanto as receitas estaduais crescem a mais de 12% em termos anuais, em vista do crescimento da economia.

A mesma evolução favorável de solvência ocorre para os outros estados como Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia. Excetuam-se do enquadramento apenas dois estados que se encontram muito acima do limite estabelecido.

Por fim, Sr. Presidente, não há como deixarmos de falar na taxa de juros, mantida em níveis bastante elevados em termos reais, por conta das metas de inflação estipuladas. Com a grande proximidade dos índices esperados frente a meta para o IPCA de 5,1% neste ano e de 4,5% em 2006, o consenso já é o da progressiva redução das taxas de juros, com o conseqüente aumento do crescimento econômico, emprego e renda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, agradeço enormemente a atenção que me dispensaram.

Senadora Ideli Salvatti

Ganho na OMC

Produtores de frango de SC comemoram a conquista definitiva do Brasil na OMC contra aumento de 15,4% para 75% das alíquotas para a venda de peito de frango salgado à Europa.

Com forte lobby do setor produtivo, o Velho Continente tenta defender sua produção com subsídios ou outros mecanismos. Contudo, encontra cada vez mais dificuldades, especialmente diante dos baixos preços do Brasil.

Floricultura

Comentários do presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, traçando excelente cenário também para a agrofloricultura brasileira, na Folha, trouxe mais ânimo a lideranças do setor em SC.

Economia salva

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendida, Senadora Ideli Salvatti, na forma do Regimento, quanto à transcrição na íntegra.

Passo a palavra ao Senador Ney Suassuna, na qualidade de Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna. O primeiro refere-se ao meu Estado, à minha área. Queria dizer a todos os Senadores e, através da TV Senado, ao Brasil, da minha alegria de ver que, na Paraíba, os crimes por arma de fogo caíram 14,2% em relação ao ano passado. E a nossa alegria maior é vermos que Estados da Região cresceram até, contrariando a média nacional, que foi de 8%. Isso mostra que, na Paraíba, a entrega de armas, a consciência do problema de não usar armas de fogo realmente está funcionando, tanto é que, enquanto a média nacional foi de 8%, nós caímos 14,2%, mesmo havendo na Região alguns Estados que não se comportaram dessa forma. Um Estado vizinho teve 9% de crescimento, ainda um pouco fora do contexto.

O segundo assunto que me traz hoje aqui – enquanto o primeiro era de alegria pelos dados relativos ao meu Estado – é de tristeza por ver, Sr. Presidente, que no Brasil a burocracia ganha apenas da Etiópia e de Bangladesh. Uma pesquisa internacional mostra que – isso ontem estava sendo estampado nas tevês, nos jornais – aqui são necessários 152 dias para se conseguir uma licença para se operar uma empresa, enquanto se consegue em 12 dias no país mais ágil, que é a Nova Zelândia.

A burocracia tem custado muito ao Brasil, em termos de empregos, de economia, de custos, enfim, é uma chaga que precisamos combater. V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, como economista, como homem que fez carreira no BNDES e conhece a economia brasileira, sabe que esse item pesa no Custo Brasil. Já ocupei esta tribuna inúmeras vezes para falar da burocracia, mostrando que fizemos cíclicas reformas, mas que é preciso fazê-las de quando em quando. É como o metabolismo do ser humano: há poucos dias, eu estava bem mais magro; viajei e já voltei mais gordo. Tenho que fazer regime de novo. E é assim, porque a burocracia dá poder a quem está no cargo; e, quanto mais entaves, mais poder essa pessoa tem. Então, é preciso que o Governo esteja combatendo isso ciclicamente.

Fiquei muito triste ao lembrar que, ano passado, nós brigávamos, lutávamos para que a criação de empresas fosse mais ágil. E este ano, a exemplo do que acabei de falar da viagem, estamos mais burocratizados do que nunca e precisamos voltar ao combate.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com a tolerância de dois minutos, como é tradicional na Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Roberto Saturnino, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, ouvimos a palavra da Líder do Governo e, depois, a do Líder do PMDB.

Senador Saturnino, eu queria dizer o seguinte: quando dá para o Senador Ney Suassuna advertir o Governo é porque a desgraça está muito avançada. O Senador Ney Suassuna advertiu o Governo. V. Ex^a é um político que eu muito respeito, porque o vi quando foi Prefeito do Rio de Janeiro, da Guanabara, e teve uma coragem ímpar. O dia maior de V. Ex^a nesse seu mandato foi quando V. Ex^a, com a coragem, a firmeza e a responsabilidade, disse algo profético, antes dessas catástrofes: “Eu não voto mais no Lula”. Saturnino, o profeta do PT!

Quero dizer o seguinte: atentai bem, Petrobras! Senador Ramez Tebet, Presidente de Honra do PMDB autêntico, atentai bem! Disse Getúlio: “O petróleo é nosso”. Que sonho! Que nosso! Que aumento! Que gás de cozinha! Eu não sei quem o tonto PT – Partido dos Tontos, do Lula, da tonta – segue. Nem Hugo Chávez, que veio aqui, ele segue.

Disse Shakespeare: “Palavras, palavras, palavras”. Mas agora eu digo: “Mentira, mentira e mentira”. Se Shakespeare viesse a descrever este Governo, em vez de: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”, ele diria: “Há algo de podre no reino do PT de Lula”. Shakespeare chegou a dizer: “É melhor ser um mendigo em Nápoles do que um rei na Dinamarca”. O gás! Nem o Chávez ele segue. Senador Roberto Saturnino – sei que V. Ex^a já tinha essa conclusão, mas fique tranquilo –, não há jeito: o Governo é assim.

Esta Casa é a cara do Senador Marco Maciel. Apenas esta, não; a história de todos os Senados do mundo: é um Poder Moderador, tranquilo. Foi como Deus disse a Moisés: “Pegue os mais velhos, os mais

sábios, que eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”. Está ali o Marco Maciel, tranqüilo... Mas existem os remédios, e este Senado, há 181 anos, não faltou com o Brasil. Conflitos tivemos, crises tivemos, dificuldades tivemos, mas pelo menos este Senado não deixou haver guerra. Conviveu com todos. E o reconhecimento, Lula, ao Senado? Ao Zé Catilina, maligno Dirceu, bastava estudar história: D. Pedro II, quando entrava no Senado, deixava um cetro e tirava a coroa para vir se aconselhar. Eles quiseram foi comprar o Congresso, avacalhar. Por experiência própria, ele dizia que ali, nos vizinhos, havia 300 picaretas. Aqui, não. Aqui há a imagem de Rui Barbosa. A Polícia Federal está aqui representada por Romeu Tuma. Isso não é obra de PT, não! Senador Romeu Tuma, quantos anos V. Ex^a tem de Polícia Federal?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Cinquenta anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cinquenta anos! E na ignorância agora citam a nossa Polícia Federal. Foram cinquenta anos! É o “Xerife do Brasil”, o Hopalong Cassidy. Então, eles não fizeram nada, não estão fazendo nada e querem ser o pai e a mãe da Polícia Federal. O Senador Ney Suassuna entrou de leve.

Sr. Presidente, quero dizer que fui à Venezuela representando este Congresso. Lá, o preço de uma corrida de táxi é como o de uma corrida de moto-táxi do Piauí. Uma tarde, eu e minha esposa, Adalgisa, pegamos um táxi lá e fomos conhecer a cidade. Sei que o motorista nos pegou às quatro horas da tarde, e voltamos às nove horas da noite. Quando perguntamos quanto era, ele cobrou o equivalente a R\$30,00. Se eu for alugar um carro lá no Piauí agora – quando eu fazia campanha, com R\$50,00 eu enchia o tanque –, encher o tanque custa R\$160,00.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Cinquenta reais dá para vinte litros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Quando fui candidato a Senador, com R\$ 50,00 dava para andar pelo Piauí quase todo. Agora não é mais assim. E gás de cozinha? Quarenta reais no Nordeste todo!

Vejam aí o desmatamento, na Amazônia, no Nordeste, que tem pouca vegetação, no Mato Grosso! O nosso pobre está cortando a madeira para a lenha ou para fazer carvão. O pior é que ele está comendo frio mesmo. Ele vai atrás é de uma mortadela enquanto ainda tem dinheiro.

Mas o Suassuna deu de leve.

Eu nem ia falar. Ontem eu falei, e está aqui. Senador Romeu Tuma, quero que V. Ex^a me dê uma informação, porque ninguém melhor do que V. Ex^a representa São Paulo, São Paulo que trabalha, São

Paulo honesta, São Paulo que produz, São Paulo de vergonha, São Paulo que recebe nordestinos. Então, eu queria que V. Ex^a me dissesse qual o conceito do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É o melhor possível.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o melhor possível. Pronto!

Está aqui o retrato. Ó, PT, a ignorância é audaciosa e a mentira tem pernas curtas. Na foto, ele parece o Crivella, parece irmão do Crivella. “Concentração de renda distribui pobreza” é a chamada para a entrevista publicada na edição 360 da Revista **Mundo Jovem**, de setembro. Estamos no dia 13 de setembro. A publicação é, portanto, recente: “O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Apesar da melhora em áreas de educação e combate à pobreza, a desigualdade entre ricos e pobres aumentou”. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, mais pobres.

“Buscando esclarecer esse fenômeno, conversamos com Plínio de Arruda Sampaio Júnior”, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo.

Vou deixar a entrevista para o Senador Romeu Tuma trazer para uma dessas CPIs. Aprendi lá no meu Piauí que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Deixo o recorte para o Senador Romeu Tuma trazer a verdade, como aquele João Francisco Daniel, o médico que trouxe a verdade dizendo que tudo começou lá em Santo André. Meu pai nos ensinava, Ramez Tebet, que quem mente rouba. Eles mentem, mentem, roubam e matam. João Francisco Daniel, um médico sério.

Atentai bem, Ramez Tebet! Na última pesquisa sobre conceito de classes, constava que, de cem brasileiros, só oito acreditam nos políticos. É a mais baixa credibilidade. A isso nos levou o PT, as mentiras do PT, os roubos do PT, os crimes do PT. Esta é a verdade: de cem brasileiros, só oito acreditam em nós. Aquele médico representa a classe médica, com 83% de credibilidade, a mais acreditada no Brasil.

Com a palavra, o Senador Ramez Tebet, presidente de honra dos autênticos do PMDB.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Também peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Depois, terá a palavra o Senador Romeu Tuma, de São Paulo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Quem pede a V. Ex^a a palavra para interferir no seu discurso lhe tem uma grande admiração. V. Ex^a sabe o quanto eu o estimo e o respeito. Quero aproveitar a oportunidade

de, Senador Mão Santa, para dizer que, no seu pronunciamento, V. Ex^a, ao afirmar a desigualdade social neste País, faz um grave alerta para todos nós que temos responsabilidade pública, porque, realmente, só um país da África tem pior distribuição de renda que o nosso. Mas, ao lado disso, V. Ex^a ainda entremeia o seu discurso com um outro alerta, em relação ao qual V. Ex^a não disse se estamos em primeiro, segundo ou terceiro lugar. Com toda certeza, hoje estamos sendo campeões do mundo em escândalos. Atualmente, neste País, está havendo inúmeros escândalos, que estão sendo abordados por V. Ex^a e que são objetos de três CPIs e também de investigação no Ministério Público, na Polícia Federal e no próprio Poder Judiciário. Oxalá, Senador Mão Santa, as suas palavras possam ecoar e possamos sair disso. É isso que se espera da classe política, para que ela possa conquistar ou melhorar esse prestígio, pois temos apenas 1% da população brasileira acreditando na classe política. Então está na hora, realmente, de sairmos dessa situação vexatória. Está na hora de agirmos, Senador Mão Santa, com o máximo rigor, punindo os responsáveis, e punindo severamente, punindo, politicamente e judicialmente, aqueles que estão infelicitando o nosso País. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Com a palavra, representando São Paulo, o Senador Romeu Tuma.

Quero apenas apresentar o que o professor disse: “de acordo com a pesquisa, 1% dos brasileiros mais ricos – 1,7 milhão de pessoas – detém uma renda equivalente à da parcela formada pelos 50% mais pobres (86,5 milhões)”. É a maior diferença de riqueza e má distribuição.

O Lula transformou o PT, que era aquela esperança, em PB, “Partido dos Banqueiros”.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Mão Santa, desculpe-me, pois é mais importante ouvi-lo do que apartear-lo, mas V. Ex^a falou mais uma vez na Polícia Federal. Ontem, claro, eu me amargurei um pouco com as palavras do Superintendente da Polícia do Rio de Janeiro, José Milton Rodrigues, em razão da impossibilidade de continuar sua atividade de repressão ao crime organizado e outros tipos de delitos por não haver presídio para receber os presos. O Estado proibiu o convênio por ter encerrado o tempo. Então, não se pode receber presos da Polícia Federal. Quero que V. Ex^a, que está nessa tribuna, lembre que, no outro nosso mandato, quando o Presidente Lula assumiu, o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse, com

muita “eficácia”, que cinco presídios federais seriam construídos. Pergunto a V. Ex^a: onde estão? Onde está a pedra fundamental?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mentira! Mentira! Mentira!

Shakespeare traduziria o comportamento do PT no Governo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Prefeito de Bogotá – V. Ex^a sabe onde fica Bogotá e sabe qual é o índice de criminalidade na Colômbia – disse que não adianta o desarmamento sem que haja políticas públicas de combate ao crime. Só se fala em recolher as armas. Não vi até hoje senão o sistema único de segurança de que o Ministro fala. Mas falta o dinheiro, todos os Estados têm dificuldade em levantar verba do Governo. Li a matéria “menino seqüestrado por engano é morto”. Qual é a política real de segurança que o Governo traz? Quando V. Ex^a fala que é preciso consultar os mais velhos, peço licença só para me referir a uma visita que fiz a Cuba, com o Ministro da Saúde de então, do Presidente Sarney, que era Seigo Tsuzuki. O Comandante Fidel disse assim: “Eu queria ir à posse do Collor porque eu queria dizer a ele que não fizesse o que eu fiz, que consultasse os mais velhos, para não errar”.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço, incorporo e peço aquiescência para terminar o meu raciocínio.

Saturnino Braga, a verdade deve vir, mesmo com sacrifício. Quis Deus que eu trouxesse Montesquieu, que se notabilizou pelo livro **O Espírito das Leis**. Sei que V. Ex^a está querendo seguir a lei, o fio da lei, o Regimento.

O Estado de S. Paulo publica – atentai bem para a mentira, porque o PT vem aqui só mentir; trabalhar ele não gosta –: “Brasil perdeu a eficiência”, diz o Bird, o banco aliado deles, “e está em 119º lugar no *ranking* do Banco Mundial que mede a facilidade de negócios em 150 nações”. Melhores países de negócios: 119º é a classificação do Brasil, atrás da Argentina, do Peru, da Colômbia, do Uruguai e de todos os nossos vizinhos. Outra afirmação prova a mentira: de trás para frente, o Brasil é o 4º do mundo mais burocrático. Pior, para se abrir um negócio aqui, para se começar um trabalho, levam-se quase seis meses.

Suassuna, V. Ex^a foi inspiração.

São 152 dias para uma pessoa começar a poder trabalhar no Brasil. Quase seis meses! É o 6º país do mundo com maior dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a para que conclua o seu

pronunciamento, tendo em vista os próximos oradores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei breve.

Para admitir, 165 dias. O imposto é o terceiro mais caro da humanidade, de trás para frente. Para falir, se o cara quiser desistir, leva dez anos no Brasil. Este é o Brasil do PT.

Como últimas palavras, trouxe o Montesquieu e vou terminar, com a generosidade do Senador Roberto Saturnino.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Montesquieu disse que “todo poder leva à corrupção. Todo homem que tem poder é levado a abusar dele, vai até contar os limites. Para que não possam abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”. Estamos aqui para frear a corrupção do Presidente da República e de sua quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aguardarei a fala do Senador Romeu Tuma com muito prazer e peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT, que, quem sabe, pode ser o futuro Partido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – A minha primeira palavra é de cumprimento a V. Ex^a pelo seu aniversário. É um bom presente o convite que o Senador Osmar Dias faz, sem desmerecer a sua postura no Partido dos Trabalhadores, cuja maioria dos membros é bastante honrada e tem feito um trabalho excelente em benefício da população.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Claro que temos algumas restrições àqueles que abusaram da confiança, àqueles que tripudiaram sobre a esperança do povo, trazendo uma sistemática equação de corrupção. Sabemos que a corrupção é endêmica, politicamente falando. Claro que muitos combatiam e lutavam, que era individual a luta. De repente, um grupo do PT que queria a qualquer preço manter o poder resolveu fazer corrupção sistêmica. Isso nos trouxe um pouco de intransigência.

Sr. Presidente, uma das nossas revistas semanais, há cerca de três semanas, publicou que um grupo de senhoras foi devolver a carteira de direito à cesta básica porque passaram a receber aposentadoria. Pode-

se verificar que o povo brasileiro é honesto e correto. Mais de 20 senhoras estão na fotografia e foram devolver espontaneamente a carteira porque achavam que não tinham o direito, que o dinheiro tinha que ser dado para outro grupo de pessoas que não tinham nenhuma forma de receber algum dinheiro.

Atravessamos realmente um período difícil, triste e amargo, mas há muita gente correta e boa por este País afora, e a sociedade tem muita crítica aos Parlamentares, mas há Parlamentares corretos, honestos, em sua grande maioria, que têm lutado para tirar do seu seio aqueles que abusaram da confiança da sociedade.

Estive recentemente na Igreja da Penha, em São Paulo, e uma senhora me disse algo que me assustou na hora, mesmo sendo polícia por 50 anos: “Doutor, fuzila esse pessoal primeiro e depois pergunta o que eles fizeram”. Veja o desconforto que podemos sentir com a reação da população.

Agora mesmo, quando estava almoçando, um senhora me disse: “Doutor, não tem um jeito de varrer, botar um desinfetante e tirar esses bandidos que roubaram o povo? Precisamos tomar medidas. Isso é uma coisa terrível. Onde anda o senhor?”

É claro, agradeço a Deus por não ter nenhuma vez sofrido descompostura. Sempre procurei ter um padrão de comportamento respeitoso.

Discute-se a crise política, mas não acredito em crise política, Presidente. V. Ex^a tem muito mais experiência que eu na situação. Acredito em crise de ética e de falta de moral. Comportamento ético e moral não é comportamento político. Ele segue uma regra desde a infância. A gente aprende em casa com a família, com o exemplo dos pais. V. Ex^a sabe disso.

Assim, trata-se de comportamento ético. Não adianta falar em crise política. Temos que punir os culpados pelos meios legais que existem. Não podemos esmorecer, nem ser condescendentes, nem passar a mão na cabeça. Estamos num momento de decisão, de impor aquilo que realmente a população quer. A população fala conosco hoje, ela nos procura e nos vê pela televisão, discute o que vem acontecendo. Não há mais ninguém ignorando o que se passa neste País.

Aqueles que choram por ter perdido a esperança de ver o País modificado, e se decepcionaram, querem que tomemos providências. Estamos aqui para lutar. Nas CPIs, estamos buscando meios, com toda a ética e respeito, de responsabilizar aqueles que transformaram o País em um poço de lama. Se Deus quiser, vamos conseguir puni-los.

Sr. Presidente, espero não ter extrapolado o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Osmar Dias, a Senadora Serys Slhessarenko foi chamada anteriormente, mas havia se ausentado por dois minutos. Indago se V. Ex^a cede a vez para que a Senadora faça uso da palavra, seguindo a ordem de inscrição.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Em seguida, falará o Senador Osmar Dias pela Liderança do PDT.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar como Líder da Minoria. E aproveito para parabenizá-lo pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador José Jorge. V. Ex^a terá a palavra logo depois do Senador Osmar Dias.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou com dificuldade de falar, pois estou rouca, mas eu gostaria de iniciar minha fala saudando o querido Senador Roberto Saturnino pelo aniversário. Parabéns! Felicidades! V. Ex^a nos engrandece. É muito bom vê-lo, no dia de seu aniversário, ocupando a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora. Suas palavras infundem muita força em nossa alma.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a merece.

Falarei a respeito de dois temas. Um deles diz respeito ao projeto de lei que regulamenta o uso sustentável das florestas públicas brasileiras e cria o Serviço Florestal Brasileiro. Hoje, pela manhã, participamos de uma audiência pública envolvendo três Comissões: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. A discussão foi bastante profícua, e continuará na próxima semana, com a presença de governadores, da Ministra, do Presidente do Ibama e de algumas outras instituições. Mas os órgãos que se fizeram presentes hoje já trouxeram consideráveis contribuições. O debate foi acalorado, foi polêmico. Sabemos que o projeto que trata da regulamentação da gestão de florestas

públicas é extremamente importante para o Brasil em vários aspectos, desde a questão da soberania brasileira até a busca e a conquista da sobrevivência das populações mais longínquas que adentram nossas florestas, especialmente a floresta amazônica. É difícil a situação atual de trabalhadores e trabalhadoras, ribeirinhos, enfim, pessoas que residem em lugares distantes dos centros mais desenvolvidos, com uma série de dificuldades, e sua sobrevivência cada vez mais comprometida.

Acredito que a regulamentação da gestão de florestas públicas contribuirá, não de imediato, talvez, mas, a médio e longo prazo, de forma muito significativa. Precisamos também lembrar que, ao aprovarmos o projeto de gestão de florestas públicas, haverá uma melhoria na situação de vida das populações que vivem na floresta e dela tiram a sua sobrevivência. Trata-se de um projeto, eu diria, de mais alta relevância, mas precisamos que seja efetivado. E não basta ser aprovado, sua execução também é muito complexa, pois necessita de uma fiscalização extremamente rigorosa. Para isso, é preciso a reestruturação para valer de vários órgãos, dentre eles, o Ibama.

O Ibama não esteve presente na audiência pública de hoje, mas acreditamos que estará na próxima semana. É da maior importância a sua participação. Eu diria que é o órgão que terá maior participação na gestão de florestas públicas e nas ações que virão em decorrência da aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, as falas que ouvimos anteriormente continuam nos dando a impressão de que a corrupção teve início no Governo Lula. Não mencionarei outras situações, outros exemplos, apenas o exemplo de meu Estado, onde foi estourado, literalmente, um grande esquema de corrupção envolvendo o Ibama, que acabo de citar. Esse esquema estava montado desde 1990, e só agora, no Governo Lula, foi possível descortinar a situação.

Quando ouvimos as pessoas falando aqui, parece que, tanto nos Estados como no âmbito federal, a corrupção começou agora. Se existe corrupção no Governo agora, que se apure, que se puna, que se investigue, que se coloque na cadeia. É a minha posição. Mas tem que ficar muito claro que é neste Governo que estamos conseguindo descortinar o absurdo que atravessa os tempos, que é a corrupção.

Muitas pessoas falam aqui, principalmente aqueles que há 505 anos mandam e desmandam no País, porque dele se apossaram. Está aí a dificuldade de fazer reforma agrária. Por que é difícil fazer reforma agrária hoje? Porque sabemos o que foi feito no passado. No máximo, jogaram algumas pessoas em cima de uma terra, sem estrada, sem luz, sem água, sem

casa, sem regularização da terra. Tudo isso tem que ser recuperado, não podemos abandonar essas pessoas no extremo grau de miséria, como se encontram os projetos de assentamento de dez, quinze, cinco anos atrás. E parece que tudo aconteceu agora, intempestivamente.

Outro exemplo: o programa Luz no Campo, “grande projeto” do Governo passado. E lá estão as pessoas desesperadas. Há pessoas que não visitam seus Municípios, não andam pelo interior do País. Mas eu sim. Em três meses, visitei cento e poucos Municípios do meu Estado de Mato Grosso. Estão lá, as pessoas que moram no campo – porque era o programa Luz no Campo, agora é Luz para Todos –, enterradas, por dez anos, pagando prestações impossíveis de serem pagas por quem vive na pequena propriedade praticando agricultura familiar.

No entanto, as pessoas não se lembram disso, nas tribunas principalmente. Agora, o Luz para Todos está chegando, e de graça, na casa de cada homem e de cada mulher que vive no meio rural, em pequena propriedade. Só agora citei dois exemplos que fazem sim a diferença.

Está aparecendo corrupção? Está. Queremos que apareça tudo que tem que aparecer. Se existir mais, que se exponha. Mas temos que ter o mínimo de honestidade, de franqueza e de seriedade no trato das coisas. A corrupção está sendo banida agora sim. Estão aí instaladas duas CPMI e uma CPI. Os fatos estão sendo apurados, mais de 1.500 pessoas presas. O único governo na história do Brasil que prendeu empresário, político, juiz e funcionário público que comete fraude nas repartições. Aliás, há muitos funcionários públicos da melhor qualidade, mas muitos que cometem os maiores absurdos e fraudes, e pessoas não querendo trabalhar em determinados órgãos porque sabem que atualmente é difícil cometer fraudes. E tudo que estiver sendo feito tem que ser estourado, tem que vir à tona, tem que ser colocado abertamente, para ser investigado profundamente, ser julgado e punido. O mesmo com relação aos partidos políticos, o meu principalmente, pois é o que exijo, sempre exigi nesta tribuna, desde os primeiros momentos em que tamanha falcatura foi descoberta dentro do meu partido.

As pessoas dizem que sou muito rigorosa com meu partido. Não sou. Quero que se apurem às últimas conseqüências, por mim. E pedi muitas vezes que os membros do meu Partido e a ele filiados que incorreram em irregularidades, crimes e bandidagem fossem expulsos imediatamente do Partido, julgados politicamente e na Justiça comum também.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Um instante, Senador.

E dizem assim: a senhora está sendo muito rigorosa com o seu Partido; os outros partidos têm o mesmo tipo de problema. Não me interessa! Se o têm, que cada um faça a sua faxina. Interessa-me fazer a faxina no meu Partido.

Sr. Presidente, dia 18, agora, nós teremos o PED (Processo de Eleições Diretas) no Partido dos Trabalhadores. É importantíssimo, neste momento, que realmente consigamos revigorar as forças internas do nosso Partido. Somos 820 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores e não é por causa de meia dúzia, uma dezena ou uma centena de pessoas que, de forma irresponsável e criminosa agiram fazendo falcaturas – desculpem-me o termo – dentro do meu Partido, que o PT irá perecer.

O PT é o maior partido de trabalhadores do mundo e como tal terá que continuar a sua trajetória e construção não com aqueles que fizeram os maus feitos, mas com os que têm responsabilidade, seriedade, honestidade e dignidade e que realmente sabem da necessidade, para o processo democrático, de que o nosso Partido saia desta crise, sim, muito mais fortalecido, contrariando, claro, as forças retrógradas e atrasadas deste País que sempre se apossaram de tudo e estão contrariadas, encantadas com a crise porque querem, realmente – como foi usada uma frase de forma vil e covarde dias atrás: “ver essa raça fora do Poder”. Esta é a expressão mais fascista que eu já ouvi na minha vida: “tirar essa raça do Poder”. Essa raça de 52 milhões de pessoas que votaram no Presidente Lula. É essa a raça que alguns não querem que esteja no Poder. Ora, deixem que o povo julgue, deixem que o povo realmente diga sim ou não, e não fiquem fazendo esse tipo de declaração fascista. Não é só nosso esse ponto de vista. Ele está realmente incrustado, trata-se de discriminação, de uma declaração extremamente fascista. Somos contrários a esse tipo de coisa. Somos contrários a qualquer tipo de corrupção, em qualquer setor, em qualquer área. Somos contrários, não aceitamos e com isso queremos dizer que precisamos, sim, limpar os partidos políticos.

Um dia desses disseram: “Mas o PT é cheio de oportunistas”. O Partido dos Trabalhadores teve e tem, sim, oportunistas, infelizmente, como têm todos os outros partidos políticos. Mas o que queremos limpar é o nosso Partido. E que cada um dos outros, das lideranças, da base, da militância de cada partido, seja capaz de realmente aproveitar este momento e fazer a faxina geral. É o momento de se mostrar realmente para o povo brasileiro que existe, sim, a possibilidade e o potencial deste Governo fazer a faxina da corrup-

ção neste País. Muitos tiveram a oportunidade e não fizeram. Está cheio de sujeira embaixo de um monte de tapetes por aí! Espero que todos aproveitem este momento, esta ocasião, esta oportunidade de fazer a faxina geral.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

S. Ex^a tem cinco minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, dois cumprimentos: um a V. Ex^a pelo aniversário, desejando-lhe muita saúde...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Osmar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...e o outro ao Senador Antonio Carlos Magalhães pelo discurso que fez ontem desta tribuna, discurso de responsabilidade, cobrando aquilo que nós devemos sempre cobrar, com equilíbrio, para que neste País seja respeitado o estado de Direito. É muito importante que um Senador que tem nome nacional possa defender essa posição, não concordando, é claro, com os procedimentos daqueles que, por ventura, estejam sendo punidos e devem ser punidos; mas a forma de fazê-lo, dentro do direito democrático. E fez muito bem S. Ex^a quando aqui defendeu essa posição. Eu ouvi do meu gabinete e quis, neste momento, fazer esta manifestação, cumprimentando o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas eu vi hoje um relatório do Banco Mundial que talvez explique grande parte dos problemas sociais que o País vive. Esse relatório é contundente, principalmente, porque ele traz números, e os números são, quase sempre, impossíveis de serem desmentidos.

Numa classificação entre 155 países, o Banco Mundial coloca o Brasil na posição de número 119. Essa classificação é feita com base em fatores que dificultam a instalação de novos negócios, a abertura de novas empresas, criação de postos de trabalho e, portanto, geração de emprego.

Quando se ouve o discurso do Presidente da República, de alguns Ministros e Líderes do Governo aqui, no Senado Federal, acredita-se que o que se está vendo nas ruas não é verdadeiro, mas sim o que eles falam com tanta ênfase e convicção. Mas, agora, os números vêm mostrar que o que vemos nas ruas é o que está correto e não o discurso do Governo, que é de deslumbramento com o Poder e de afastamen-

to total, completo da realidade em que vive o Brasil, principalmente nas regiões do interior. O Governo, que se enrolou todo na crise política, na crise de corrupção; o Governo, que não consegue sair da crise, tenta explicar o seu desempenho, fazendo discursos que comemoram índices de inflação em queda, taxa de câmbio em queda, mas se esquece que há outros índices mais importantes. O Governo, que prometeu criar 10 milhões de empregos, jamais conseguirá isso pela incompetência que tem demonstrado na criação de oportunidades de negócio e por não fazer aquilo que prometeu durante a campanha relativamente a reformas institucionais.

Há outra classificação que abrange a América Latina e coloca o Brasil em quinto lugar no que se refere à ética para negócios – atrás do Chile, da Argentina, do México, enfim, o Brasil é o quinto; e é o quinto em desigualdade social. O nosso País se apresenta entre os que têm os maiores índices de desigualdade.

Um estudo científico mostra que, se houvesse a transferência de apenas 5% da renda, no Brasil, deixariam de ser considerados pobres cerca de 26 milhões de brasileiros; apenas com a transferência de 5% da riqueza. Então, de 20% para 7% da população seria a queda daqueles que são considerados pobres em nosso País.

Mas, por que há dificuldades? Por que não se resolve esse problema? Por que o Governo fala que vai tudo bem, quando, na verdade, vemos nas ruas, nas cidades do interior, até nas capitais, a violência crescendo, a insegurança, que afeta a população, e o desemprego? O Governo fala que foram criados quase 2 milhões de empregos, mas se esquece que só para o crescimento vegetativo, ou seja, aquilo que seria necessário para atender o crescimento da população que nasce todos os anos, seria necessária a criação dos 2 milhões de empregos, fora o que é necessário para atrair ao mercado de trabalho aqueles que já estão desempregados há anos em nosso País.

A resposta vem de um estudo do Banco Mundial que diz que, enquanto o Brasil não fizer as reformas que prometeu – previdência, tributos, legislação trabalhista –, o País não criará condições de segurança para investidores estrangeiros e nacionais; o Brasil não sairá desta incômoda posição nº 119, o que é um vexame para um País que quer ser considerado de Primeiro Mundo. Não podemos sequer acreditar em qualquer proposta de criação de emprego em nosso País enquanto não forem removidos esses obstáculos da insegurança institucional. Por exemplo, coisa simples, as Agências Reguladoras estão aí; seus diretores nem sequer foram nomeados, e não podem funcionar sem diretores. Quanto à reforma tributária que o Go-

verno prometeu, ele só reforma aquilo que interessa: os tributos federais. Esses tributos que enchem os cofres da União, mas não promove uma distribuição dos recursos para Estados e Municípios de forma condizente com as tarefas que Estados e Municípios têm que desenvolver. Com isso, temos Estados e municípios cada vez mais pobres, e a população brasileira pagando mais impostos. Trabalha-se neste País 140 dias para pagar impostos. Cento e quarenta dias de 365 dias do ano o trabalhador praticamente entrega o seu salário para o Governo. São 2.600 horas para pagar uma das maiores cargas tributárias que se cobra em todo o mundo.

A explicação maior da pobreza, da falta de oportunidades de emprego, é que no Brasil se leva 152 dias – vou repetir: 152 dias, quem está dizendo isso é o Banco Mundial – para abrir uma empresa, seja ela grande, pequena, média, microempresa.

Como é que alguém pode se animar a abrir um negócio num país onde, do início da sua tentativa até conseguir instalar o negócio, ele leva 152 dias? Na Nova Zelândia, que lidera o *ranking* nessa classificação de melhores países para se realizar negócio, são doze dias. Eu não digo que nós temos que atingir esse nível de desenvolvimento da Nova Zelândia, de facilidades, sem burocracia, mas não dá para continuar admitindo como normal o sujeito levar cinco, seis meses para abrir uma empresa. Isso desanima, desestimula o setor produtivo e não dá oportunidade de trabalho, porque sem empresa não há trabalho, não há trabalhador empregado.

Esse é um dado revelador da incompetência do Governo, que prometeu fazer as reformas e não faz. É um modelo que se criou neste País, onde se valoriza muito a democracia. É necessário realmente defender as questões ambientais, elaborar o Relatório de Impacto Ambiental; é necessário cautela para que qualquer negócio, no campo ou na cidade, tenha toda a segurança de que não vai atingir, depreciar ou destruir o meio ambiente. Não dá para ficar inventando a cada dia um documento, uma certidão, e o sujeito vai, apresenta um documento e é chamado para outro. Em alguns Estados, há denúncias de pagamento de propina para que se consiga a legalização para se abrir uma empresa, no campo ou na cidade. Então, essas dificuldades, conjuntamente, com o nível de corrupção que foi agora retratado publicamente, faz do Brasil um País com muitas dificuldades para investimento e, portanto, com muitas dificuldades para gerar trabalho.

Eu voltarei a esse assunto porque ele é muito importante, Sr. Presidente, e o meu tempo já esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias,

e chamo o próximo inscrito, Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com dois de tolerância.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Mais uma vez, quero dar-lhe os parabéns.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é notório o desapareço do Governo do Presidente Lula por um dos pilares da economia moderna, que são as agências reguladoras.

Esses organismos não são subordinados aos detentores do poder do momento, mas são órgãos de Estado, para garantir a equidade na relação entre os interesses dos consumidores de serviços públicos e dos investidores privados e governamentais.

Depois de apresentar um projeto de lei, com urgência constitucional, alterando substancialmente o conceito das agências à luz da larga experiência internacional de autarquias com autonomia administrativa e financeira, o Governo parece que abandonou a sua preocupação com o destino das agências e deixou atualmente o projeto de lei “mofando” na Câmara dos Deputados.

No início do seu Governo, o Presidente Lula criticou as agências reguladoras, acusando-as de terem sido criadas “para terceirizar o serviço público”. Por ignorar a finalidade delas, falou sobre o que não sabia. Mas, à semelhança da política econômica que então criticava, hoje faz uso daquelas agências, indicando petistas ou membros dos Partidos aliados para ocuparem seus cargos gerenciais.

As conseqüências dessa falta de conhecimento do papel institucional das agências é a paralisia e a fuga de novos investimentos, causando prejuízos vultosos ao País, reduzindo o crescimento econômico e a geração de emprego. Aliás, o Senador Osmar Dias acabou de falar exatamente sobre isto: a questão da posição do Brasil em relação aos demais países nesse tema.

Mas a maneira mais agressiva de tentar controlar as agências, de que o Presidente Lula tem se utilizado, é o de contingenciar as verbas recolhidas junto aos consumidores do serviço público regulado. Em 2004, por exemplo, 56,56% dos recursos com destinação específica para a fiscalização do serviço de energia elétrica pela Aneel foram contingenciados.

Como reação a essa prática do Executivo, apresentei uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi aprovada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado e, posteriormente, pelo Congresso Nacional, vedando o contingenciamento das verbas

das agências reguladoras que tinham destinação específica.

Agora, mais uma vez, temos a confirmação do desapareço do Presidente Lula pelas agências reguladoras. Trata-se da inoperância do Executivo em indicar os substitutos dos diretores das agências, ao final do mandato dos anteriores.

Como exemplo, cito o caso da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, que tem cinco diretores. Desses cinco cargos, dois estão vagos desde o dia 24 de maio último, ou seja, há exatos 113 dias. Há praticamente quatro meses a agência está funcionando com apenas três diretores.

Como restam três diretores, se um entrar de férias ou tiver qualquer problema de saúde, por exemplo, a agência não terá quórum para tomar qualquer decisão, por mais simples que seja, já que só restarão dois diretores, número insuficiente para decidir.

A Agência Nacional do Petróleo está sem diretor-geral desde janeiro último, quando o nome proposto pelo Governo foi regimentalmente rejeitado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. De lá para cá, a decisão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura não foi submetida à apreciação do Plenário nem o Governo indicou outro nome. Na realidade, a agência está sem diretor desde janeiro. O período de janeiro a abril foi aquele em que foi indicado o novo. O novo foi rejeitado e até agora – estamos em 12 de setembro, se não me engano – vai completar um ano que a Agência Nacional do Petróleo, que é importantíssima para o Brasil, Senador Roberto Saturnino, está sem diretor-geral.

Além das vacâncias, há uma instabilidade flagrante nos cargos dirigentes. A Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – já está no seu terceiro Conselheiro-Presidente e, se este não for renovado, passará a ter um quarto presidente, em apenas um governo, quando a idéia dessas agências é que sejam, Senador Osmar Dias, mais estáveis do que o próprio governo, para dar a tranquilidade necessária aos seus investimentos.

Em vista desses fatos, gostaria de informar ao Plenário que estou apresentando, hoje ainda, no mais tardar, amanhã, um projeto de lei que prevê que, decorridos noventa dias da vacância do cargo de diretor de agência reguladora, sem que o Poder Executivo faça uso de suas atribuições legais, a indicação passa a ser de competência do Senado Federal. Isto é, o Governo já sabe quando vai acabar cada mandato, desde o dia que começou, dois, três anos antes. Se, naquele dia específico, até o fim do mandato, não indicar alguém, o Senado aguardará noventa dias. Se, nesse período, não houver indicação, então o Senado

Federal fará indicação, e o Governo perde essa atribuição por exatamente não exercê-la.

Desse modo, entendo que as agências ficarão mais protegidas em sua autonomia e competência de atuação, com benefícios diretos para toda sociedade brasileira.

Gostaria, portanto, resumindo, já que o meu tempo está terminando, de dizer o seguinte: as agências reguladoras são muito importantes, porque são um ponto de equilíbrio entre os investimentos e o consumidor, entre as relações dos investidores e as dos consumidores. Na verdade, desde o início do Governo do Presidente Lula, talvez por ignorância até ou por falta de conhecimento do poder das agências, elas não foram prestigiadas, nem com a designação de diretores, nem com recursos, nem com seu fortalecimento. O seu projeto era um projeto muito ruim, depois foi melhorado, está na Câmara e aquela Casa já o melhorou, mas não consegue aprová-lo.

Temos uma situação em que diversos segmentos da infra-estrutura brasileira, como, por exemplo, energia elétrica, petróleo, telecomunicações e o setor de saneamento, nem agência têm ainda. O projeto foi enviado há poucos meses e é um projeto muito polêmico. Na realidade, todas essas agências estão contingenciadas, estão sem diretores, estão enfraquecidas e tudo isso por culpa do Poder Executivo, que não está cumprindo com a sua obrigação.

Tenho procurado reagir como Senador. Apresentei projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi aprovado. Agora estou apresentando este projeto. Tenho feito diversos pronunciamentos, mas é necessário que o Governo se convença da importância das agências reguladoras.

Para encerrar, Sr. Presidente, encaminharei ainda hoje, ou no mais tardar amanhã, o projeto à Mesa do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores tem ensejado demonstrações de inteligência. E eu pediria a atenção dos nobres Senadores para este *fax* que recebi – talvez outros o tenham recebido – que é muito interessante.

Ele será lido de cima para baixo e, também, de baixo para cima:

Antes da posse, o que se dizia:

Nosso Partido [o PT] cumpre o que promete.

Só os tolos podem crer que

Não lutaremos contra a corrupção.
 Porque, se há algo certo para nós, é que
 A honestidade e a transparência são fundamentais
 Para alcançar nossos ideais.
 Mostraremos que é grande estupidez crer que
 As máfias continuarão no governo, como sempre.
 Asseguramos sem dúvida que
 A justiça social será o alvo de nossa ação.
 Apesar disso, há idiotas que imaginam [isso era
 o PT falando] que
 Se possa governar com as manchas da velha po-
 lítica.
 Quando assumirmos o poder, faremos tudo para
 que
 Se terminem com os marajás e as negociatas.
 Não permitiremos de nenhum modo que
 Nossas crianças morram de fome.
 Cumpriremos os nossos propósitos mesmo
 que
 Os recursos econômicos do país se esgotem.
 Exerceremos o poder até que
 Compreendam que
 Somos nós a verdadeira política do Brasil.

Isso foi antes da posse. Depois da posse, lemos
 o mesmo texto debaixo para cima:

Somos nós a verdadeira política do Brasil.
 Compreendam que
 Exerceremos o poder até que
 Os recursos do País se esgotem.
 Cumpriremos nossos propósitos mesmo que
 Nossas crianças morram de fome.
 Não permitiremos de nenhum modo que
 Se terminem com os marajás e as negociatas.
 Quando assumirmos o poder, faremos tudo para
 que
 Se possa governar com as manchas da velha
 política.
 Apesar disso, há idiotas que imaginam que
 A justiça social será alvo de nossa ação.
 Asseguramos sem dúvida que
 As máfias continuarão no governo, como sempre.
 Mostraremos que é grande estupidez crer que
 Para alcançar nossos ideais
 A honestidade e a transparência são fundamen-
 tais,
 Porque, se há algo certo para nós, é que
 Não lutaremos contra a corrupção.
 Só os tolos podem crer que
 Nosso partido cumpre o que promete.

Vejam o que a inteligência humana acha do PT!
 Trata-se do mesmo texto, agora lido de trás para frente.
 E as duas formas representam o que foi dito pelo PT

antes da posse e depois da posse, respectivamente. Por
 aí se vê a situação do Partido dos Trabalhadores.

Se não fosse isso, hoje a pesquisa do Sensus
 traz advertências sérias também para o Congresso:
 mostra que a corrupção aumentou no Governo de Lula
 mais do que em qualquer outro Governo. Mostra que
 o Presidente está numa situação pior do que estava
 antes. Mostra que os entrevistados consideram que
 Lula tinha conhecimento da corrupção – o percentual
 era de 33,6%, e hoje é de 45,7%.

Mas há algo muito sério aqui, para o que devemos
 atinar: o Congresso está numa situação pior que a de
 Lula. Isso serve para nos advertir que temos de tomar
 providências, que não podemos deixar que as CPIs se
 eternizem sem resultados práticos imediatos.

Temos a responsabilidade de não fazer o jogo
 da Oposição, que é convocar centenas de pessoas
 desnecessariamente a fim de que tudo se prolongue
 e a corrupção continue. Temos esse dever. Chamei a
 atenção para isso hoje na CPI dos Bingos. Não deve-
 mos impedir que pessoas venham se defender, inclu-
 sive pessoas do PT, mas não vejo razão para algumas
 convocações. É verdade que até o PT, Senador Edu-
 ardo Suplicy, ficou contra o meu ponto de vista, mas
 esse é outro PT. Acho que temos de convocar aquelas
 pessoas indispensáveis e fazer uma seleção dos já
 convocados para que possamos terminar nossos traba-
 lhos cassando quem deve ser cassado, punindo quem
 deve ser punido no Governo Federal, para que o povo
 acredite no Poder Legislativo. Do contrário, vamos ficar
 ombreados com o Governo Lula, que foi, sem dúvida
 alguma, o Governo mais corrupto que o País teve, em
 virtude desses mensalões ou coisa parecida.

Vivemos momentos difíceis, mas o Governo tem
 interesse em projetar o “Caso Severino”, que é grave.
 Ele já não devia estar lá, mas está. E, enquanto Se-
 verino está por lá, se fala no Caso Severino e se es-
 quece o Governo do Presidente Lula. Isso é uma tática
 política que todos nós estamos observando e que não
 podemos deixar que continue.

Temos deveres com esta Nação. E este Senado,
 que é uma Casa de experiência, que é uma Casa de
 pessoas que já viveram em governos, em prefeituras,
 em outros pontos de importância do Executivo, tem
 o dever também de reagir contra tudo isso que está
 ocorrendo.

Chamo a atenção para o Senado, porque não
 podemos nos misturar com os fatos que estão ocor-
 rendo na Câmara e não podemos deixar que as CPIs
 se prolonguem eternamente. Hoje falei isso na CPI dos
 Bingos e talvez não tenha sido bem entendido. Pouco
 importa. O que quero é solução rápida para os pro-
 blemas. O que quero é a escolha rápida de um bom

Presidente para a Câmara, seja ele de que partido for, o que importa é que seja um homem de bem.

Tivemos sorte no Senado na escolha do nosso Presidente, no Senado, mas, quando a Câmara escolheu Severino Cavalcanti, deveria saber que tudo isso iria acontecer. E todos nós temos um pouco de culpa, menos eu, porque a minha Bancada votou com outro candidato.

Conseqüentemente, quero dizer nesta hora, Sr. Presidente, para terminar, que o Presidente Lula precisa responder – e todo dia cobrarei aqui – como foi o seu empréstimo no PT, como o Sr. Okamoto pagou, como foi que a Telemar deu 5 milhões para a empresa do seu filho. Nada foi respondido. Tem que dizer se ele é partícipe ou não dos mensalões, porque até agora nada ficou esclarecido.

Portanto, o Líder do Governo jamais terá autoridade para tratar de assuntos dessa ordem, nesta tribuna, com números que podem impressionar, mas que são muito abaixo de todos os países da América Latina no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Temos responsabilidade. Vamos assumi-la. O Senado da República deve estar acima de qualquer órgão, inclusive para que tenha autoridade de, quando o Supremo quiser realmente se meter nos nossos assuntos, não deixar. Deveremos, sim, acatar o Supremo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Apenas um momento, Sr. Presidente... como órgão importante que é para dirimir os conflitos jurídicos, mas temos o dever de legislar corretamente para que possamos ter autoridade com o povo do Brasil, que nos elegeu.

Ouçó o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje eu tive a oportunidade, em aparte ao Senador Mão Santa, de manifestar o mesmo ponto de vista de V. Ex^a. Entendo que não podemos perder, como V. Ex^a muito bem está salientando e tem sempre salientado, a oportunidade de mostrar à sociedade que nos elegeu que aqueles que desonram o Congresso Nacional devem ser definitivamente banidos desta Casa e da vida pública. De banir desta Casa a responsabilidade é nossa, do Congresso Nacional. Da vida pública, depende da sociedade. Somos espelho desta sociedade, e esta sociedade espera que cumpramos com o nosso dever, tal qual V. Ex^a está observando e pedindo a reflexão desta Casa Legislativa, que tem obrigação, pela sua tradição, pela sua composição, de não faltar com seus deveres perante a Nação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex^a o seu aparte e digo que V. Ex^a traduz o que o povo brasileiro disse nessa pesquisa, exigindo de nós uma posição mais firme e mais decidida para que possamos, dentro de pouco tempo, elevar o nome do Congresso Nacional à altura que ele merece, porque...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... como está, evidentemente, Sr. Presidente, não é possível.

Vamos reabilitar a política brasileira através do Congresso Nacional, porque pelo Executivo isso já se tornou impossível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Tendo em vista a hora, vou conceder a palavra aos três oradores inscritos para comunicação urgente. Em seguida, darei a palavra ao Senador Almeida Lima.

Chamo, então, a primeira Senadora inscrita, Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, definir a educação como prioridade para o desenvolvimento estratégico foi a principal frente de atuação do sociólogo e educador Jorge Werthein, que, no último dia 9, encerrou suas atividades junto à Representação no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, depois de quase uma década de dedicada atuação.

É preciso deixar registrado, Sr. Presidente, que, durante esse período, a representação brasileira foi convertida no maior escritório da Unesco no mundo, tanto em recursos humanos como em número de projetos de cooperação técnica e recursos financeiros aplicados.

Os acordos de cooperação técnica, com parcerias do Governo, da sociedade civil e da iniciativa privada, saltaram de 16, em 1997, para 131, em 2005, com ampliação do número de funcionários de 38 para 258, no mesmo período.

Também os recursos para programas extra-orçamentários evoluíram de alguns milhares de dólares, em 1997, para uma execução de mais de US\$85 milhões, registrada este ano até o mês de setembro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe ressaltar ainda o expoente papel da Unesco no estudo e na divulgação de pesquisas nas áreas de educação e desenvolvimento social, como subsídios indispensáveis para o planejamento e implementação de políticas públicas

no País, cujo crescimento pode ser mensurado por sua produção editorial ampliada de dois livros, em 1997, para 63 títulos lançados até o ano de 2005. Portanto, um crescimento impressionante de estrutura e representatividade que merece registro e reconhecimento de todos nós brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar a brilhante trajetória de Dr. Jorge Wertheim cumprida em prol da educação e à frente da Representação da Unesco no Brasil, tornando-a modelo de sucesso e dedicação para o mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Tem a palavra, em seguida, o Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu ouvia atentamente o pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, a quem solicitei um aparte quando ainda restavam quatro a cinco minutos de seu tempo. S. Ex^a me assegurou que daria o aparte, mas acabou não o fazendo, concluindo seu pronunciamento. Lamento, por entender que não se trata de uma postura democrática, afeta ao debate, que é o que devemos fazer aqui neste plenário, diariamente. E gostaria de tê-la aparteado com o objetivo de descaracterizar uma série de colocações que S. Ex^a vinha fazendo.

É bem verdade que a corrupção neste País remonta a cinco séculos, como S. Ex^a disse, aos 505 anos de história do Brasil. Agora, é verdade também que a presente corrupção do Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores, é a mais ampla e profunda registrada na história deste País. É preciso que se diga também que, embora hoje inúmeros petistas venham à tribuna para afirmar que desejam a mais ampla investigação e a punição dos corruptos, é um belo discurso para o momento, depois que as CPIs já estão instaladas. Esquecem que, há mais de um ano e meio, quando se pretendeu, nesta mesma Casa, instalar a CPI dos Bingos, o Presidente Lula, o PT e a sua base aliada disseram que não era necessário, porque os órgãos – Polícia Federal e Ministério Público – faziam toda a apuração. Apenas uma forma de tentar enganar a opinião pública e enganar o País.

A segunda alegação era de que a economia poderia ir à bancarrota. Tudo mentira, tudo enganação. Eu gostaria que o discurso da Senadora Serys Slhessarenko, da Senadora Ideli Salvatti e de tantos outros petistas não tivessem sido feitos nesta ocasião, quando a podridão já está aí, à vista de todos. Eu gostaria que tivessem sido feitos em fevereiro ou março de 2004, oportunidade em que tentaram achincalhar

com a minha honra, quando, desta mesma tribuna, eu dizia que o Sr. Waldomiro Diniz era um cúmplice do Sr. José Dirceu e que tudo era do conhecimento do Presidente Lula.

Vamos a outros fatos. Quando o Presidente Lula estava em campanha – o PFL mostrou, recentemente, em inserções na televisão –, o discurso era: “No meu palanque, corrupto não sobe; no meu Governo, corrupto não entra”.

No ano passado, após aquele pronunciamento que fiz desta tribuna, em 02 de março de 2004, a imprensa nacional e do meu Estado e meus adversários tentaram dismantelar minha imagem de homem público. Logo após, Senador Mão Santa, no dia 23 de março – vejam que graça, que pérola! –, menos de um mês depois do meu pronunciamento, o **Jornal do Brasil** publicou a seguinte notícia: “Dirceu dá por encerrado o episódio Waldomiro”, como se o encerramento do episódio dependesse da vontade dele.

Vejam outra pérola! No dia 26 de abril de 2004, pouco mais de um mês depois, diz o jornal **O Estado de S. Paulo**: “Para Dirceu, PT acabou com a corrupção no País”. Como se diz lá meu Estado de Sergipe, “engana-me que eu gosto!”

Folha de S. Paulo da mesma data, 26 de abril de 2004: “Em convenção que homologa Bittar, Dirceu nega corrupção no Governo”. **Jornal do Comércio**, *on line*, 23 de março de 2004: “Dirceu: ‘Lula não rouba, nem deixa roubar’”. **O Estado de S. Paulo** – vejam outra pérola –, dia 28 de março de 2004: “Governo fortalece combate à corrupção”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assistimos esta semana à prisão do Sr. Paulo Maluf, que já deveria ter acontecido há muito tempo. Desnecessárias aquelas algemas, até porque ele se entregou à Justiça. É a forma espalhafatosa, talvez até para tentar desviar da corrupção presente as atenções.

A prisão do Paulo Maluf já deveria ter acontecido há muito tempo, mas tenho certeza de que o povo brasileiro, os brasileiros que me assistem neste momento não compreenderão jamais por que, no mesmo País, com a mesma Justiça, com a mesma Polícia Federal, com o mesmo Ministério Público, prenderam Maluf. Disseram que ele foi preso por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e tantos outros crimes, o que é verdade. E merecia exatamente estar preso há mais tempo. No entanto, por esses mesmos crimes, inclusive confessados, Buratti está solto. Quero saber como a população brasileira vai entender isso. Silvinho está solto. Delúbio está solto. Valério está solto. Duda Mendonça está solto. E cometeram crimes idênticos. Quero saber como a Justiça do meu País vai se explicar.

É preciso que a população saiba que a culpa por estarem soltas essas pessoas não é do Parlamento, não é do Congresso Nacional, não é do Senado Federal nem é da Câmara dos Deputados; é da Polícia Federal, que não representa a solicitação de prisão preventiva; é do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais, que não solicitam prisão preventiva; e é da própria Justiça, que não a decreta. É preciso que a população entenda que não são os Deputados e Senadores que estão coniventes por vê-los todos fora da cadeia. Cometeram os mesmos crimes, talvez com um volume de recursos bem maior do que os milhões de dólares do Paulo Maluf, que – repito – deveria ter sido preso há muito tempo, não apenas agora.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer que o Presidente Lula não tinha conhecimento de nada? Não tinha conhecimento do que Delúbio sabia, diante da convivência que possui com esse cidadão, com essa figura, desde os tempos da CUT e dos sindicatos? Dizer que o Presidente não o conhecia? Quando toda a cúpula petista caiu em desgraça, Lula disse que não sabia que eles eram corruptos. Waldomiro foi nomeado, sem informações da Abin? É preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprovarmos um requerimento de informações para a Abin, para sabermos se essa entidade tinha prestado informações ao Planalto sobre quem era a figura de Waldomiro Diniz. Se as prestou, há uma convivência de quem o nomeou e do próprio Presidente; se não as prestou, precisamos pôr abaixo toda a Abin por incompetência.

É preciso buscarmos com profundidade essas informações. Não se nomeia, em 2003, um corrupto, um assaltante – aquele que foi nomeado para a Loterj, no Rio de Janeiro, a pedido de José Dirceu, para achacar empresários para a campanha de Lula, em 2002 –, com inquérito policial na Polícia Federal, desde fevereiro de 2001. Em 2003, Lula não tem conhecimento de quem é a figura de Waldomiro Diniz? E a tentativa de esculhambação da minha imagem foi feita aqui nesta Casa e no País inteiro, em março de 2004, quando eu denunciava, lendo desta tribuna um relatório de um delegado da Polícia Federal encaminhado a um Procurador da República no Rio de Janeiro, mostrando a convivência e a participação do Sr. José Dirceu na “operação abafa” referente à investigação de Waldomiro Diniz.

Tal denúncia a imprensa publicou em junho de 2003. E Waldomiro só veio a ser demitido depois do escândalo, em fevereiro de 2004. Mesmo a imprensa publicando e dizendo que o Ministro José Dirceu estabelecia uma “operação abafa” para o inquérito de 2001, só foi demitido depois de ser surpreendido com a filmagem, após a transmissão, pela Rede Globo, no

Jornal Nacional, da imagem dele achacando o empresário Cachoeira.

O Presidente Lula não tinha conhecimento? Não sabia de nada? E por que Lula não tomou a primeira providência para a instalação da CPI exatamente quando aconteceu a primeira denúncia? Todos sabem que a roubalheira, que foi patrocinada pelos dirigentes – é evidente que não por todos –, mas pela base, pela cúpula do Partido, e toda ela caiu, começou não no Governo Lula, em 2003, mas nas Prefeituras do PT, bem antes, em tempos anteriores.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Evasão de divisas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, Lula sabia de tudo isso. Sabia do mensalão do Roberto Jefferson. Sabia pelo Governador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás. No entanto, não tomou qualquer providência.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que venho à tribuna para dizer: mais do que se justifica o processo de *impeachment* do Presidente Lula. Justifica-se porque ele tinha conhecimento. Mas se alguém chegar neste plenário, qualquer um de V. Ex^{as}, e disser “Senador Almeida Lima, um aparte, porque eu quero dizer a V. Ex^a que o Presidente não tinha conhecimento”, justifica-se exatamente o *impeachment* porque ele não tinha conhecimento.

Se ele não tinha conhecimento...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Se não tinha conhecimento, ele não tem capacidade para governar uma República como o Brasil.

A lei civil, e não é a lei pública, a lei privada diz daquele que não tem condições, que é incapaz de gerir a sua pessoa e os seus negócios. Para o incapaz se nomeia um curador. Interdita-se.

Imaginem um Presidente da República que está administrando não o patrimônio pessoal, mas o patrimônio do povo brasileiro. Se ele não tem capacidade para gerir o patrimônio do povo brasileiro, se ele diz que não tinha informação, apesar dos organismos de informação de que o Governo dispõe, ele precisa sofrer o *impeachment* porque não sabia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – *Impeachment* porque sabia.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Para concluir, Senador Almeida Lima. É a terceira prorrogação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – *Impeachment* porque sabia.

Se alguém provar que ele não sabia, o Presidente deve ser interdito, por falta de capacidade para gerir os destinos desta Nação. Por falta de capacidade, por aquela culpa que está estabelecida no Código Civil, que é uma lei privada – vejam que não é nem pública –, pela culpa **in eligendo** daquele que tem culpa por não saber escolher os seus assessores, os seus ministros, ou daquele que comete a culpa **in vigilando**, por não estabelecer a vigilância entre aqueles que estão a servir, a seu mando, a seu governo, os destinos do País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Mão Santa, eu gostaria de conceder o aparte a V. Ex^a e peço a benevolência do Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Presidente concede, pois é muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Vamos fazer o seguinte: vou conceder dois minutos a mais para que V. Ex^a, Senador Almeida Lima, conceda o aparte ao Senador Mão Santa. Mas apenas mais dois minutos, porque já proroguei por quatro vezes e há outros oradores aguardando para fazerem seu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente, está ouvindo todo o Brasil. O País assistiu ao massacre a que o Governo submeteu V. Ex^a quando apresentou a verdade da corrupção, que se tornou maior do que o mar. Eu lembraria Montesquieu, em seu livro **O Espírito da Lei**, quando diz que “todo homem que tem poder é levado a dele abusar; ele vai até onde encontra limites, e, para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limita o poder. Só o poder freia o poder”. V. Ex^a tentou frear a corrupção que nascia no Governo Lula. Hoje V. Ex^a vem como um Cícero freando Catilina. Foram cinco os discursos de Cícero, as Catilinárias. Cabe o *impeachment*, porque, de acordo com Henri Fayol, criador da Ciência da Administração, em **Os Princípios Gerais da Administração**, tem que haver unidade de comando e unidade de direção. Não houve! O comando foi do “Zé Maligno Catilina”, que ainda hoje manda no PT. São princípios de administração planejar, ordenar, coordenar e fazer o controle. O Presidente pecou e não fez nenhum controle do seu Governo, do seu Partido e do Brasil.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concluo fazendo uma síntese e dizendo que defendendo o *impeachment* do Presidente Lula, sim, porque ele tinha conhecimento de todos os fatos. Mas se alguém se arvorar e disser que ele não tinha conhe-

cimento, o Presidente deve ser interdito. Interdito por falta de capacidade para gerir os negócios, os interesses e o patrimônio do povo brasileiro. E essa interdição que se verifica no Direito Civil, no Direito Público, no Direito Constitucional nada mais é do que o próprio *impeachment*. Portanto, não há saída para um Governo que, se, pessoalmente, não roubou, está deixando roubar.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável, é o Senador Aelton Freitas. Aproveito para dizer ao Senador Almeida Lima que, conforme as pesquisas, o *impeachment* já começou. A população o está fazendo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para fazer um protesto contra a atitude de um órgão ligado à União Européia que reclassificou o Brasil, passando a considerá-lo como risco de ocorrência do “mal da vaca louca”, doença que ataca o sistema nervoso dos ruminantes.

Tal reclassificação, Sr. Presidente, pode trazer inúmeros prejuízos à exportação da carne brasileira, pois implica em uma desconfiança que não condiz com a realidade do nosso setor produtivo.

O órgão responsável pelo equívoco foi o Comitê Científico Permanente, criado pela União Européia para avaliar o risco de contaminação existente em todos os países, dividindo-os em quatro níveis. E o Brasil, inicialmente, se encontrava no nível I, que se caracteriza como “extremamente improvável o risco da ocorrência dessa doença”.

Entretanto, por ter importado matrizes do Canadá e dos Estados Unidos, países onde foram descobertos focos de “vaca louca” nos anos de 2002 e 2003, o Brasil acabou sendo rebaixado ou remanejado para o nível II no último mês de julho passado, que significa “ocorrência improvável, mas não excluída”.

A mudança pode até parecer sutil ou de pouca amplitude, mas não é. Pode, indiscutivelmente, gerar muitas restrições comerciais ao nosso País. Ela significa que, para a União Européia, a carne brasileira perde o *status* da qualidade total, que lhe rendia muitas condições de comercialização externas extremamente favoráveis ao nosso País. Como se tratou de uma alteração discutível do ponto de vista técnico, Sr.

Presidente, não podemos aceitar passivamente esse rótulo tão distorcido.

Alguns pontos precisam e devem ser esclarecidos. As ocorrências do “mal da vaca louca” se dão através da alimentação do gado por meio de ração animal, ração essa produzida com restos corporais. Neste ponto, o Brasil está em situação extremamente privilegiada, pois 98% do nosso rebanho é composto do chamado “gado verde”, que se alimenta exclusivamente de pastagens. As importações de matrizes dos Estados Unidos e do Canadá se deram em níveis bastante restritos.

Outro ponto, Sr. Presidente, é a falta de legitimidade desse órgão avaliador, pois, uma classificação nesse sentido, para ser referência mundial, tem de ser reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal, OIE, o que não foi o caso. Além disso, essa pesquisa utilizou-se de metodologia inadequada às características brasileiras, pois foi concebida a partir de uma realidade européia, onde todo bovino é alimentado com ração animal, que, como eu já disse, não é o nosso caso.

Por todos esses motivos, precisamos lutar e nos prevenir contra possíveis reações adversas provocadas por essa postura errônea desse órgão europeu. Na década passada, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tinha muita dificuldade de exportar gado, e, hoje, quando estamos em situação confortável, não podemos correr risco de regressões, mesmo porque, Sr. Presidente, o setor é um dos sustentáculos da economia nacional.

Felizmente, temos informação de que o Governo e a classe produtiva já estão se mobilizando para dar uma resposta eficiente a esse problema e para garantir o real atestado de qualidade da carne brasileira. O objetivo é fazer com que o Brasil receba uma certificação de fato, legítima em todo o mundo, a ser proferida pela Organização Mundial de Saúde Animal, a OIE.

Como a classificação pela OIE demanda um estudo caro e detalhado, foi firmado um convênio para bancá-lo entre representantes de classe, produtores privados e o Governo Federal.

A previsão é de que o diagnóstico esteja concluído até fevereiro de 2006. Mas, até lá, como fica, para ser então submetido à OIE?

Tenho confiança, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que a carne brasileira receberá a aprovação da OIE, sendo o Brasil considerado País livre da doença da vaca louca. A partir disso, nossa carne também voltará ao nível um, como era até julho passado, na classificação européia, sepultando qualquer desconfiância que possa pairar sobre sua sanidade.

A carne brasileira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um patrimônio do País por que precisamos

todos zelar. Ela é muito bem avaliada na Austrália e nos países do bloco comercial Nafta – Estados Unidos, Canadá e México.

Sr. Presidente, peço a prorrogação do meu tempo, pois quero ouvir o aparte do nobre Senador Ramez Tebet, de Mato Grosso do Sul, Estado totalmente atingido, e também para que eu possa terminar o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a disporá de mais dois minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – A proibição do uso de proteínas animais, que pode implicar na ocorrência do mal da vaca louca, já é um padrão da pecuária nacional.

Segundo o Dr. Guilherme Marques, médico veterinário da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Pasta adota medidas de fiscalização permanentes e realiza testes em rações para evitar a contaminação cruzada. Os animais também são avaliados, e, até hoje, após dezenas de milhares de exames realizados em bovinos presentes no território nacional, todos os resultados foram negativos à doença da vaca louca.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres Pares, temos de protestar bastante contra o fato de sermos submetidos a uma classificação aleatória e sem o devido embasamento técnico, capaz de gerar barreiras sanitárias injustas à nossa carne. Pecuáristas, autoridades sanitárias e políticas, mais do que estarmos preparados até para recorrer à Organização Mundial do Comércio, precisamos nos manter mobilizados para garantir sempre uma carne de primeira qualidade.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Aelton Freitas, não tenho outro objetivo senão o de cumprimentá-lo. V. Ex^a se ocupa de um relevante assunto e se ocupa como representante de um Estado que tem, entre outros, dois fatores básicos em sua economia: a agricultura e a pecuária. V. Ex^a se preocupa com a defesa da pecuária, assim como eu, porque o meu Estado é praticamente igual ao seu. A base econômica de Mato Grosso do Sul é a pecuária. Só queria acrescentar ao discurso que V. Ex^a faz, cumprimentando-o, que o pecuarista brasileiro hoje é um homem consciente das suas responsabilidades. O gado brasileiro, o rebanho brasileiro está bem tratado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Vou conceder mais alguns minutos, para que possa concluir.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Cada vez mais nos preocupamos em produzir mais e melhor. A

Europa está enciumada; é a concorrência, mas, diga-se de passagem, é uma concorrência desleal. V. Ex^a está aí vigilante, e estamos também acompanhando V. Ex^a. Meus parabéns.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito, já que o Presidente Renan Calheiros está chegando, antes de iniciar a Ordem do Dia, é o Senador Valdir Raupp. Logo após, passaremos à Ordem do Dia, porque o Senado precisa votar, para não repetir o que está ocorrendo hoje na Câmara.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem conhecido o fato de que os brasileiros estão submetidos a uma das maiores cargas tributárias do mundo. Isso decorre de uma questão muito simples: atingir o equilíbrio fiscal exigido pelos credores é mais fácil pela via do aumento da arrecadação do que pelo corte de despesas correntes.

A preguiça dos governantes de tornar mais racional e eficiente a máquina estatal os obriga a avançar no bolso do contribuinte. Porém, existem limites para a capacidade contributiva do cidadão. A partir de certo nível de extorsão pelo Estado, as pessoas começam a praticar as mais diversas formas de evasão fiscal, e a informalidade tende a se generalizar no emprego e nos negócios.

Há, entretanto, em certos setores da economia, prestadoras de serviços das quais o cidadão não pode, de modo algum, escapar em direção à informalidade. Os serviços públicos, por exemplo, de fornecimento de água, telefonia e eletricidade não têm sucedâneos clandestinos. No máximo, o povo faz ligações irregulares nas redes, que é a insubordinação que lhe resta. De resto, é pagar ou largar, e os serviços públicos são, em nosso País, serviços pesadamente tributados.

Além de todos os tributos e encargos que incidem sobre esses serviços essenciais, é verdade que suas tarifas vêm recebendo reajustes sempre acima da inflação, o que onera ainda mais o consumidor indefeso e, à exceção do caso de telecomunicações, o deixa sem alternativa de buscar outro fornecedor.

Um estudo realizado pela Consultoria Price Waterhouse Coopers para um grupo de treze associações empresariais do setor elétrico a que se juntaram a Câmara Americana de Comércio e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, mostra de forma irrefutável que o crescimento da carga tributária sobre a energia elétrica tem sido muito superior à

inflação, à taxa de aumento das tarifas e a qualquer medida razoável de estímulo ao desenvolvimento de um setor tão relevante.

Entre 1998 e 2004, segundo o estudo, os encargos setoriais cresceram nada menos que 539,9%, e os tributos, 184,2%, contra uma inflação medida pelo IPC-A de 64,5%. Nesse período, a tarifa residencial sofreu reajuste de 114,4%. O desequilíbrio fica mais evidente se considerarmos o fato de que a parcela de remuneração do distribuidor cresceu somente 81,3%.

De que adiantaram, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os esforços das empresas, no sentido de ganho de eficiência na tributação, se o benefício não chega ao consumidor, que, mal informado, ainda reclama da sua distribuidora pelos aumentos de tarifa?

A comparação com a incidência tributária em outros países é ainda mais eloqüente. No Brasil, de cada R\$ 100,00 que o consumidor paga na conta, 31,90% constituem a parcela de tributos; nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, esse percentual é de apenas 6,5%; no México, país comparável ao nosso em nível de desenvolvimento, a parcela é de 13%.

O peso dos setores econômicos, administrados sobre a arrecadação do ICMS, que já era alta, vem aumentando cada vez mais. Em 2002, o setor elétrico era responsável pelo recolhimento de 10,1% do total do ICMS no País; as empresas de telecomunicações recolhiam 12,8% e o setor de combustíveis, 19,3%. Um total de 42,2% ou cerca de R\$40 bilhões.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2004, esses percentuais subiram para 15,1% para o setor elétrico; 16,4% para o setor de telecomunicações e 25,7% para o de combustíveis, em um total de 57,2%. O maior crescimento na fração de tributo recolhido recaiu sobre o setor elétrico: cerca de 50% de aumento!

Veja bem, Sr. Presidente: de acordo com dados do BNDES, citados no estudo, mais de metade da arrecadação do ICMS, ano passado, proveio desses três setores econômicos administrados. Isso quer dizer que os Estados Federados estão ficando mais dependentes da arrecadação desses setores. A explicação é óbvia: fiscalizados mais de perto, esses setores não têm margem para elidir tributos.

Essa pesada carga tributária sobre o setor energético seria, talvez, de se esperar em um país desenvolvido, de economia madura, com população de nível elevado de renda. Não é o caso do Brasil.

Bem ao contrário, no panorama mundial, o Brasil figura entre os países de baixo consumo energético **per capita** em relação à renda **per capita**. Ou seja, há espaço para o crescimento do consumo e necessidade de aumento da produção de energia. Mas, se o quadro institucional continuar marcado pela tributação elevada,

que desestimula o desenvolvimento do consumo e o investimento em geração, transmissão e distribuição de eletricidade, o País não sairá dessa posição.

O objetivo principal do estudo da Price-Waterhouse-Coopers foi, especificamente, o de dar transparência ao quadro geral da tributação do setor elétrico no Brasil, mostrando onde estão situados os pontos críticos para o potencial investidor. A consultoria internacional, em seu trabalho, empregou uma amostra bem representativa do mercado, analisando 49 empresas que correspondem a 66% da capacidade instalada de geração, a 81% da receita de transmissão e, no sub-setor de distribuição, a 87% da energia vendida. Tudo no ano de referência de 2004.

A sopa de letras de tributos e encargos causa espanto a quem não é especialista em tributação empresarial neste País. Vejam só, Sr^{as} e Srs. Senadores, são doze tributos principais – IRPJ, CSLL, ICMS, ISS, Pis-Pasep, Cofins, CPMF, ITR, IPVA, IPTU, INSS e FGTS –, além de sete encargos: Conta de Consumo de Combustível, Reserva Global de Reversão, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, Encargo de Capacidade Emergencial, Conta de Desenvolvimento Energético, Contribuição ao ONS e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

No total, a arrecadação do setor foi, em 2004, de R\$ 33,8 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões do sub-setor de geração, R\$ 1,3 bilhão do sub-setor de transmissão e R\$ 29 bilhões do sub-setor de distribuição. Em relação à receita operacional bruta total, que, descontada a parte que circula entre os sub-setores, foi de R\$ 76,6 bilhões, isso representa 44,75%. A projeção para 2006 indica que o setor poderá, no próximo ano, recolher 51,58% de sua receita operacional bruta em impostos e encargos. Ou seja, o Estado levará mais da metade da receita das empresas do setor. Daqui a pouco, Sr. Presidente, os impostos do setor elétrico já estarão chegando ao patamar dos impostos cobrados de cigarros e de bebidas alcoólicas, o que é um absurdo, em um setor que deveria ser projeção do desenvolvimento do País!

Faz-se, por isso tudo, necessário e urgente aprovar, neste Congresso Nacional, a Medida Provisória que vem sendo chamada “MP do bem”. Nela, o setor elétrico pleiteia a inclusão dos seguintes itens: o retorno à regra anterior do Pis/Cofins, a isenção desse tributo e do IPI para novos investimentos, a utilização de fator de depreciação compatível com os de outros setores industriais, a manutenção da alíquota de 3,65% para contratos de compra e venda de energia já firmados, a manutenção do Pis/Cofins incidente sobre carvão e gás natural para usinas termelétricas já construídas e o deferimento do ágio sobre uso do bem público

(UBP), de modo a assegurar competição isonômica no próximo leilão.

A desoneração tributária do setor de energia elétrica contribuiria para uma maior justiça social, pelo caráter essencial da energia, pelo impacto na cadeia produtiva e pelo alívio na renda da população mais pobre. A perda arrecadatária inicial seria certamente compensada pelo aumento do consumo da própria energia, pela liberação de renda para a aquisição de outros produtos e serviços e pela possibilidade de expansão e universalização dos serviços.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de ressaltar um ponto que merece nossa atenção. Segundo dados da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), as famílias com rendimento **per capita** mensal inferior a um salário mínimo, que corresponde a 30% da população, gastam na conta de energia elétrica cerca de 5% do seu orçamento. A média nacional é de 2,5% do orçamento familiar, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. Isso significa dizer que, para os mais pobres, o peso do custo da energia elétrica é o dobro da média dos brasileiros. Ou seja, a tributação desmedida incidente sobre esse insumo básico é muito regressiva e injusta. Precisa ser alterada, e logo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Solicito apenas mais 30 segundos, Sr. Presidente, para concluir.

Penso que devemos, portanto, apoiar os pleitos do setor de energia elétrica no sentido de excetuá-lo das novas regras de Pis/Cofins e de racionalizar a tributação sobre o setor, para o bem do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido o Senador Luiz Otávio para secretariar os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 995, DE 2005

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, alínea e, item 12, seja o PLS nº 32 de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que “Altera a Lei nº 8.878, de

11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para análise do seu impacto financeiro junto à Administração Pública. . Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2005. – Senador **Fernando Bezerra**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino a suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito até o encerramento da Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 996, DE 2005

(Requerimento nº 45, de 2005 – CRE)

Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (CD) nº 74, de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia”.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005.

Sala da Comissão, 01 de setembro de 2005.

Senador ROMEU TUMA

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 997, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre a distribuição dos investimentos em publicidade entre os órgãos da administração federal nos anos de 2003 e 2004.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre a distribuição dos investimentos em publicidade entre os órgãos da administração federal nos anos de 2003 e 2004:

1. Qual foi o gasto total do Governo Federal com publicidade nos anos de 2003 e 2004?
2. Como foi a distribuição desses gastos entre os diversos órgãos da administração federal?
3. O que justifica a concentração desses gastos em tão poucos anunciantes estatais?
4. Qual foi o gasto total do Governo Federal com contratos de patrocínio nos anos de 2003 e 2004?
5. Como foi a distribuição desses gastos entre os diversos órgãos da administração federal?

Justificação

O jornal Folha de S.Paulo do último dia 5 de setembro do corrente publicou matéria intitulada “Governo Lula concentra gasto publicitário”. mostrando que 86,3% de todo o investimento publicitário estatal federal está com apenas 6 anunciantes. A matéria mostra, também, que as duas principais empresas públicas do País, o Banco do Brasil e a Petrobrás, registraram, em 2004, um aumento de 63,1% em gastos com propaganda em relação ao ano de 2002.

Assim, o objetivo deste requerimento é esclarecer as razões que justificariam essa concentração de verbas publicitárias em tão poucos anunciantes estatais.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do conteúdo dessa matéria e suas possíveis implicações para a sociedade.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 998, DE 2005**Requer ao ministro da Saúde informações acerca de providências acautelatórias e de proteção da população da Amazônia contra a malária.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao ministro da Saúde, informações que indiquem quais as providências porventura adotadas ou a serem adotadas, para prevenção e proteção da população da Amazônia diante de surto de malária na região. As informações deverão precisar:

1 – Qual é a intensidade do surto de malária na Amazônia e especialmente em Manaus?

2 – O ministério dispõe de dados sobre esse surto? Em caso positivo, informar quantas pessoas foram atingidas e suas consequências.

3 – Se há medidas acautelatórias para conter o surto, especificar de que forma agem as autoridades sanitárias.

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** e outros veículos de comunicação publicam matérias dando conta da existência de uma epidemia de malária na Amazônia e, especialmente em Manaus. O assunto preocupa não apenas a população do estado, mas o próprio País, uma vez que é intenso o deslocamento de brasileiros de todos os estados àquela região, a negócios ou para turismo. As matérias da imprensa adiantam mesmo que a malária vem-se alastrando de forma descontrolada, pelo que estou solicitando essas informações ao ministro da Saúde, a fim de que o Senado Federal, fique a par de eventuais medidas oficiais do Governo para prevenção dessa doença no País.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. É preciso que a Casa fique inteirada se há mecanismos e programas de prevenção da malária e se as medidas eventualmente postas em prática estão sendo suficientes.

Sala das Sessões, 13 de setembro 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 02 de setembro, foi lido o **Requerimento nº 979, de 2005**, do Senador Aelton Freitas

e outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 20 de outubro seja dedicado à comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 08 de setembro, foi lido o **Requerimento nº 984, de 2005**, do nobre Senador Marco Maciel e outros Senadores, solicitando que seja transformada em sessão especial a sessão a realizar-se no dia 07 de dezembro, à Hora do Expediente, já aprovada pelo Plenário por meio do Requerimento nº 140, destinada a comemorar o 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário, em atendimento ao requerimento do nobre Senador Marco Maciel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar uma proposta, tendo em vista o quórum comprometido pela realização, neste momento, de oitivas em Comissões Parlamentares de Inquérito. Evidentemente, elas não justificam o baixo quórum, porque esta sessão plenária se impõe sobre as oitivas das Comissões Parlamentares de Inquérito e das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, mas eu gostaria de fazer uma ponderação à Casa, a V. Ex^a e aos Srs. Líderes.

Em função das oitivas que estão acontecendo, da pauta a ser apreciada e do quórum que está, de certa forma, comprometido, sugiro que apreciemos os itens 1, 2 e 3 da pauta, constantes de projetos de resolução, todos os três em regime de urgência por requerimentos aprovados, e interrompamos a Ordem do Dia no item 4, que se refere a uma proposta de emenda à Constituição, com votação nominal, que exige quórum qualificado – PEC de autoria do Senador Osmar Dias, de mérito inquestionável.

Eu gostaria, portanto, de propor a V. Ex^a e à Casa que apreciássemos os itens 1, 2 e 3, três projetos de resolução em regime de urgência, e suspendêssemos o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa acata a sugestão do encaminhamento de V. Ex^a e agradece a colaboração que, mais uma

vez, V. Ex^a dá no sentido de que possamos avançar nos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na sessão do dia 12 de setembro, foi lido o **Requerimento nº 994, de 2005**, do Senador Efraim Morais e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado destinada a comemorar o cinquentenário da Universidade Federal da Paraíba.

Em votação o requerimento do Senador Efraim Morais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão especial do Senado a realizar-se no dia 07 de dezembro próximo, às 11 horas, com a finalidade de homenagear o trigésimo aniversário da

criação do Instituto Internacional Jacques Maritain, nos termos do Requerimento nº 984, de 2005, aprovado na presente sessão.

Mais uma vez, determino a suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito até o encerramento desta Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu duas emendas, de autoria da Deputada Laura Carneiro, ao **Projeto de Resolução nº 2, de 2005**, do Congresso Nacional, que *dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.*

As emendas vão à publicação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as emendas:

ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 02/2005

EMENDA Nº 1

Artigo:	16	Parágrafo:	4º
Inciso:		Alínea:	



PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suprima-se o § 4º do art. 16

JUSTIFICAÇÃO

É importante que as matérias, sobretudo as dos itens *a* (Relatório de Gestão Fiscal), *b* (informações encaminhadas pelo TCU) e *c* (relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira) tenham relatórios e sejam discutidas na Comissão.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
			
DATA	ASSINATURA		
6/9/2005			

ESPAÇO RESERVADO
PARA ETIQUETA

**EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 02/2005**

EMENDA Nº 2

Artigo:	32	Parágrafo:	único
Inclso:		Alínea:	

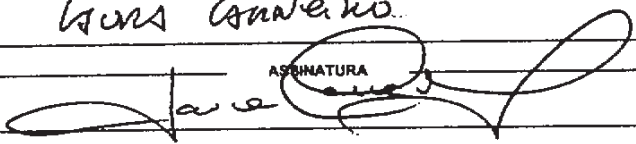
PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suprima-se o parágrafo único do art. 32

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso não deve simplesmente seguir a metodologia do Poder Executivo pois esse tem subestimado as receitas de forma recorrente. A utilização de metodologias diferentes proporciona a evolução no cálculo da reestimativa.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Luis Antonio	UF	PARTIDO
DATA 6/9/2005	ASSINATURA 		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 948, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.519, de 2005, Relatora: *ad hoc* Senadora Ana Júlia Carepa), que *autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do último dia 1º, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das Lideranças para deliberação daquela pauta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 74, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.658, DE 2005 (Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 2005.

A comissão diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 2005, que autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a US\$331,686,15.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o contrato de reestruturação da dívida firmado em 31 de agosto de 2004.

Sala de Reunião da Comissão, 13 de setembro de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de setembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 1.658, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o contrato de reestruturação da dívida firmado em 31 de agosto de 2004.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, a celebrar contrato de reescalamento de seus créditos junto ao Banco de Moçambique, no montante equivalente a US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte americanos e sessenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O reescalonamento definido no caput dar-se-á nos termos do contrato de reestruturação da dívida firmado em 31 de março de 2004, entre a República Federativa do Brasil e o Banco de Moçambique.

Art. 2º A operação de reestruturação da dívida da República de Moçambique observará as seguintes condições financeiras:

I – dívida afetada: equivalente a US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o contrato de reestruturação da dívida firmado em 31 de agosto de 2004;

II – termos de pagamento: o valor de US\$16,584,300.78 (dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, trezentos dólares norte americanos e setenta e oito centavos), correspondente ao montante a ser pago após o reescalonamento será pago em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º de setembro de 2007 [0,12% (doze centésimos por cento)] e a última em 1º de março de 2024 [7,96% (sete inteiros e noventa e seis centésimos por cento)];

III – perdão: 95% (noventa e cinco centésimos por cento) sobre o estoque da dívida, totalizando US\$315,101,714.87 (trezentos e quinze milhões, cento e um mil, setecentos e catorze dólares norte americanos e oitenta e sete centavos);

IV – taxa de juros: 1,0% a.a. (um por cento ao ano) acima da média das taxas oferecidas pelos bancos de referência, conforme publicadas pela Reuter Monitor Rates Services;

V – juros de mora: capitalizados semestralmente, à taxa de 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa de juros.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de eficácia plena do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 949, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.520, de 2005, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do último dia 1º, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das lideranças para deliberação daquela pauta.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 75, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

PARECER N 1.659, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 2005, que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*

e Social – BALDES, no valor total equivalente a até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Nordic Investment Bank – NIB.

Sala da Reuniões da Comissão, em 13 de setembro de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de setembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 1.659, DE 2005.

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Nordic Investment Bank – NLB.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Nordic Investment Bank – NIB.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Multissetorial NIB II.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – devedor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II – credor: Nordic Investment Bank – NIB;

III – valor total: até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos);

IV – prazo: 180 (cento e oitenta) meses;

V – carência: 60 (sessenta) meses;

VI – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento do principal, compostos pela **Libor**, acrescidos de um **spread** de 0,90% a.a. (noventa centésimos por cento ao ano); a taxa de juros poderá ser substituída por uma faixa oferecida pelo NIB a pedido do BNDES, na data do desembolso ou pagamento de juros;

VII – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não-desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;

VIII – front-end-fee: 0,20% (vinte centésimos por cento) flat, deduzida do montante de cada tranche desembolsada;

IX – desembolso: em até 2 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato, em 1 (uma) ou mais tranches não-inferiores a US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

X – amortização: 20 (vinte) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, devendo ser pagas depois de encerrado o prazo de carência de 5 (cinco) anos;

XI – juros de mora: taxa de 1% (um por cento) sobre o maior valor entre:

a) taxa de juros aplicável ao contrato de empréstimo; e

b) custo de captação do NIB para a parcela vencida, somado à última margem utilizada ou negociada.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passaremos ao último item da pauta, de acordo com a sugestão do nobre Senador José Agripino. Votaremos apenas os três primeiros itens da pauta

e deixaremos o restante da matéria para votarmos amanhã. Portanto, amanhã concluiremos a Ordem do Dia de hoje.

Item 3:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 960, de 2005 – art. 336, "II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.521, de 2005, Relator: Senador Fernando Bezerra), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até doze milhões, cento de vinte mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE).*

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final ao Projeto de Resolução nº 76, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.660, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 2005, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco*

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (Bird), destinada ao financiamento, parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace).

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de setembro de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de setembro de 2005.

(Relator)

ANEXO AO PARECER Nº 1660, DE 2005.

Redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (Bird), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (Bird).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – devedor: República Federativa do Brasil;
II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – valor do empréstimo: até US\$12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil)

IV – modalidade: empréstimo margem fixa (fixed spread loan);

V – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2008;

VI – amortização: 22 (vinte e duas) parcelas semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2009 e a última em 15 de janeiro de 2020;

VII – juros: exigidos semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da Libor de 6 (seis) meses e spread a ser definido na data da assinatura do empréstimo e que vigorará até o encerramento;

VIII – comissão de compromisso: 0,85% a.a. (oitenta e cinco por cento ao ano) sobre os saldos devedores não-desembolsados, exigidos semestralmente, nas mesmas datas do pagamento de juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato, até o quarto ano e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) em diante;

IX – taxa inicial (front-end-fee): 1% (um por cento) sobre o montante do empréstimo, a ser debitada da conta do empréstimo quando da efetividade do Contrato.

Art. 3º A realização da contratação da operação de crédito a que se refere esta Resolução é subordinada à observação das seguintes condições:

I – comprovação, pelos órgãos e entidades executoras, da inclusão das despesas resultantes do Contrato de Empréstimo dentro dos limites de programação financeira de que trata o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005;

II – declaração do Bird de estarem cumpridas as condições de efetividade contidas nas letras (a), (b) e (c) da Seção 5.01 da minuta do Contrato de Empréstimo.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em

regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quanto às demais matérias, fica a sua apreciação adiada para amanhã. São os seguintes os itens adiados:

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

6

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que

altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 996, de 2005**, de urgência, lido no expediente, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrada a Ordem do Dia, retornamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Gilberto Goellner, por até 20 minutos.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei breves comentários sobre a gestão ambiental no Estado de Mato Grosso.

Nos últimos anos Mato Grosso vem sendo alvo de críticas e acusações de que em seu território estaria sendo praticado, de maneira descontrolada e criminosa, um intenso processo de desmatamento e devastação, decorrente da expansão das atividades agropecuárias.

Essas críticas, muitas vezes, vêm sendo alardeadas por organizações não-governamentais ligadas ao meio ambiente, muitas delas vinculadas a outros países que, inclusive, passam à opinião pública a imagem de que a expansão da agropecuária no Brasil é incompatível com a preservação do meio ambiente e que, por isso, não deve ser incentivada pelos próprios Governos estaduais e federal.

Em certos momentos procurou-se inclusive vincular a imagem do atual Governador de Mato Grosso como a do grande devastador da Amazônia brasileira, por ser S. Ex^a um empresário que se dedica também à produção de grãos e fibras naquele Estado. Críticos mais deselegantes chegaram até a considerá-lo o “belzebu da Amazônia”, numa atitude apelativa, talvez por falta de outros argumentos mais convincentes.

Sr. Presidente, estranhamente essas críticas, muitas vezes oriundas de países concorrentes com o Brasil na produção agropecuária, aumentaram, quando o nosso País passou a assumir uma posição de destaque no comércio agrícola mundial. Ante a ameaça de uma competição mais acirrada do Brasil nos mercados de oleaginosas e de carnes principalmente, passaram a

associar a crescente competitividade da agropecuária brasileira ao desmatamento da Amazônia, inclusive valendo-se desse argumento para tentar impor barreiras não-tarifárias aos produtos brasileiros.

Sr. Presidente, é importante ressaltar que muitos dos abusos e das distorções que vêm sendo cometidas são em decorrência da inexistência de uma legislação estável para dispor sobre o meio ambiente. Desde 1996, tramita no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 2.166, que se propõe a reformular o Código Florestal. Até o momento, mesmo decorridos nove anos, não foi possível viabilizar um entendimento para que ela pudesse ser aprovada. O fato de o Código Florestal ser regido por uma precária medida provisória, sujeita a ser alterada a qualquer tempo, tem levado muitos proprietários rurais, menos comprometidos com o meio ambiente e com o futuro, a acelerarem o ritmo de desmatamento em suas terras para criarem a figura jurídica do fato consumado, dentro do pretensão princípio do direito adquirido.

Sr. Presidente, é inquestionável que o avanço das atividades agrícolas e pecuárias no Brasil, bem como de todo o processo de urbanização verificado desde o início da colonização, em maior ou menor escala, afeta o meio ambiente natural. Aliás, esse fato ocorre em qualquer país ou em qualquer lugar do planeta.

Portanto, tentar paralisar o processo de urbanização e o desenvolvimento das atividades agropecuárias no País é um procedimento que dificilmente poderá ser obtido, até porque, nas diversas regiões do País, existem pessoas que precisam se sustentar financeiramente e que não têm outra opção, senão a de se valer do seu trabalho e dos meios que a natureza lhes oferece.

Por isso, a questão que se coloca em todo planeta não é simplesmente bloquear o processo de urbanização ou de desenvolvimento das atividades agropastoris. O desafio deve ser, portanto, centrado na busca do equilíbrio, com a implantação de um modelo de desenvolvimento que assegure a sustentabilidade ambiental.

Essa preocupação, Sr. Presidente, já é corrente nos setores produtivos e no governo de Mato Grosso. O governo estadual vem realizando uma profunda reformulação na sua estrutura de fiscalização e controle ambiental de modo a poder, em estreita articulação com o Governo Federal e com as administrações municipais, implantar um novo modelo de gestão ambiental, com transparência e absolutamente dentro dos limites legais.

Para tanto, o governo de Mato Grosso acaba de assinar um termo de cooperação para a gestão florestal compartilhada com o Ministério do Meio Ambiente,

o qual prevê que algumas atribuições do Ibama sejam realizadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, recentemente formulada. Assim, os poderes da Sema – Secretaria Estadual de Meio Ambiente –, foram ampliados no sentido de torná-la responsável pela gestão ambiental naquele Estado, em que irá atuar, de forma compartilhada, com o Ibama. Um comitê suprapartidário da sociedade civil deverá, por sua vez, acompanhar todo o trabalho desenvolvido pela Sema.

Por outro lado, as Lideranças rurais de Mato Grosso buscam difundir junto aos produtores rurais a noção da crescente necessidade de priorizar as práticas e procedimentos que visem a resguardar o meio ambiente e a sustentabilidade das atividades agropecuárias.

Com essa preocupação, muitos produtores já vêm implantando programas específicos de preservação do meio ambiente em suas propriedades, tendo, com eles, obtido resultados excelentes em termos de produção e rentabilidade.

Muitos produtores estão adotando medidas para a obtenção do ISO 14000, que é o reconhecimento da qualidade ambiental, o qual inclusive servirá como incentivo para que seus produtos possam ter melhor aceitação no mercado.

Nesse particular, eu gostaria de destacar o grande esforço que vem sendo feito pelo Grupo André Maggi, um dos mais expressivos de Mato Grosso, com vistas a implantar e consolidar o sistema de gestão ambiental e social, para analisar, auditar e acompanhar todos os projetos e atividades do grupo, e até de seus fornecedores, além de assegurar que eles estejam rigorosamente corretos ambiental e socialmente e dentro das normas de segurança do trabalho. Essa experiência mostra ser possível desenvolver projetos e atividades com preservação do meio ambiente, tanto no aspecto econômico quanto social.

Portanto, Sr. Presidente, não se pode generalizar conclusões e colocar num mesmo saco todos os produtores rurais, como se eles, sem distinção, não tivessem nenhuma preocupação com o meio ambiente. É uma atitude simplista, tendenciosa e própria de quem só deseja ver um lado da questão.

Até porque, mesmo se constatando inúmeros desvios por parte de produtores inescrupulosos, não há como contestar que a agropecuária brasileira tem conseguido significativos progressos quanto à observância da variável ambiental no sistema de produção. O Plantio Direto atualmente já é adotado em mais de 40% das culturas, o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos já atinge, no Brasil, percentuais bem superiores aos adotados em outros países. Isso para citar alguns exemplos.

Em termos nacionais, a produção brasileira de grãos cresceu 112% desde o início da década de 90, passando de 57 milhões de toneladas para perto de 120 milhões de toneladas, enquanto que, no período, a área plantada cresceu somente 15%. Logo, o aumento da produção não se apoiou na expansão da área e, sim, no aumento da produtividade física, que foi da ordem de 94% naquele mesmo período.

Sr. Presidente, sei que esse tema é altamente polêmico e muitas vezes assume o caráter passional. Sei também que ele é complexo e abrangente e que, por isso, não poderia abordá-lo com mais profundidade neste meu pronunciamento.

Mas não poderia deixar de registrar desta tribuna essa postura do Governo de Mato Grosso e, sobretudo, dos produtores rurais daquele Estado, dentro de uma visão mais ampla e responsável, entendendo que, somente por esse caminho, se poderá construir um desenvolvimento que seja sustentável e duradouro para todos.

Dessa maneira, Sr. Presidente, quero também daqui fazer contravoz àqueles que, no Brasil e no exterior, se consideram como os defensores do bem, do meio ambiente e da sociedade e consideram os produtores rurais, do outro lado, como os representantes do mal, inescrupulosos e inseqüentes. Não é mais possível ter esse entendimento e essa visão simplória e maniqueísta.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Goellner, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Passo a Presidência à Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para tratar do abuso das tarifas bancárias e das taxas de juros nos financiamentos em geral existentes em nosso País.

Muito embora seja um tema que abrange de perto o interesse de toda a sociedade, as irregularidades realizadas pelos bancos quanto à prática ilícita da

cobrança de juros abusivos nos contratos de *leasing*, cheque especial, contrato de mútuo, financiamento de capital de giro, escritura de confissão de dívida e outras avenças, não se tem notícia de uma medida adotada pelo Banco Central a fim de se evitarem tais irregularidades ou mesmo punir quem as pratica.

Enquanto isso, dados publicados na grande imprensa nacional informam que, no ano de 2005, o ganho do sistema financeiro vai superar em 589% – isso mesmo, quase 600% – o resultado obtido há cinco anos pelos 50 maiores bancos brasileiros. Isso mesmo, o jornal **Correio Braziliense** nos informa que somente o Bradesco, Itaú e Unibanco vão ganhar este ano – juntos, os três – R\$11 bilhões, valor igual ao alcançado pelos 50 maiores bancos no exercício de 2004. O desempenho é tão espetacular que vai superar, como eu disse, em quase 600% o resultado obtido há cinco anos. É que, no ano de 2000, o ganho financeiro dos 50 maiores bancos foi da ordem de R\$2,9 bilhões, ou seja, em apenas cinco anos, eles vão, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, passar de pouco menos de R\$3 bilhões para R\$11 bilhões. Esse é o lucro dos grandes bancos. Um crescimento espantoso para uma economia que, nos mesmos cinco anos, terá uma expansão de 12%, caso se confirme a projeção otimista de incremento de 3,5% do PIB no ano de 2005.

Não vejo nenhum problema em que as empresas possam lucrar, afinal vivemos em um regime capitalista e não devemos ser contra o lucro. Ocorre que se trata de um crescimento em detrimento do setor produtivo, seja indústria, comércio ou agricultura. Trata-se do uso de tarifas caras e juros abusivos.

A atividade financeira, Sr^a Presidente, que é da própria essência da atividade bancária, direta ou indiretamente estão sempre envolvendo toda a sociedade, pouco importando o nível sócio-econômico em que se encontre este ou aquele indivíduo. Assim é que praticamente todas as pessoas estão vinculadas a instituições financeiras, por via das quais recebem seus salários ou proventos, pagam suas contas de diferentes matizes, movimentam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recebem rendimentos do Pis/Pasep, obtêm o financiamento da casa própria, conseguem crédito pessoal, cheques com limites garantidos etc. É uma relação jurídica compulsória, pois que, na sociedade de consumo atual, seria mesmo impossível imaginar que alguém pudesse tocar a vida sem algum tipo de dependência de um banco.

De fato, os bancos prestam serviços aos consumidores quando recebem tributos e carnês, mesmo de quem não é seu cliente, fornecem extratos, contratam aluguel de cofres, operacionalizam contas de poupança e cuidam de aplicações financeiras de modo geral.

Comercializam produtos quando concedem o crédito, pois que este é um produto imaterial, como tal definido no Código de Defesa do Consumidor.

Ocorre que não se tem notícia de que algum banco tenha refeito seus contratos, adequando-se ao Código de Defesa do Consumidor, que exige seja dado prévio (e ostensivo) conhecimento ao consumidor do conteúdo das cláusulas pré-elaboradas. Assim também, como estabelecido no Código do Consumidor, caberia aos bancos, nos contratos de concessão de crédito ou de financiamento, informar previamente ao consumidor sobre a taxa efetiva de juros reais (não apenas as nominais).

Desenganadamente, pois, as cláusulas leoninas, que desequilibram a relação contratual, são presentes em inúmeros contratos de financiamento, destacando-se entre elas, por exemplo, a que eleger foro longínquo da residência do consumidor nos instrumentos de bens de consumo, especialmente veículos, sob a forma de alienação fiduciária em garantia. A finalidade, neste caso, é uma só: impedir que o consumidor possa exercer o seu direito de defesa nas ações de busca e apreensão do bem.

Portanto, é flagrante a clara ofensa ao princípio da boa-fé e a ausência total de transparência nas relações de consumo com as instituições financeiras, embora os bancos estejam obrigados a assegurar informações prévias corretas, claras, precisas e ostensivas.

Outra irregularidade praticada pelos bancos é que as tarifas são mais caras para clientes mais pobres, uma vez que a relação entre volume de tarifas cobradas é inversamente proporcional à de recursos depositados. Isso, porque os bancos acabam por privilegiar com descontos quem tem dinheiro aplicado em fundos, poupanças ou outros serviços bancários, por exemplo.

O problema é político, Sr^a Presidente: as medidas não-adotadas pelo Banco Central evidentemente não beneficiam a maior parte da Nação, mas sim os já privilegiados banqueiros. Trata-se de uma omissão que contribui para a concentração de renda, piora a situação de mutuários em dificuldades financeiras, torna mais caro o crédito produtivo, agravando o explosivo cenário social no Brasil.

Espero, Sr. Presidente, que este pronunciamento, que visa, antes de tudo, apoiar o sistema produtivo e defender as classes mais pobres, seja levado em conta pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afinal de contas, as taxas de juros cobradas hoje pelo Brasil são as maiores do mundo. Isso implica, sem dúvida alguma, a queda da atividade econômica, a redução dos investimentos, o aumento da nossa dívida e,

conseqüentemente, o empobrecimento da Nação e leva ao desemprego, que é avassalador em nosso País.

Portanto, é o sistema produtivo nacional, principalmente o setor agrícola, que, por meio de suas *commodities*, tem emprestado ao nosso País um serviço altamente relevante, promovendo o aumento das exportações ano a ano. Isso significa dizer que, não fosse o esforço denodado dos nossos empresários, no campo, nas cidades, nas indústrias, no comércio, a situação do País seria periclitante do ponto de vista econômico e social.

É bem verdade que a nossa economia tem sido tão forte, seus fundamentos são tão fortes, a conscientização do nosso empresário é tão forte, que, mesmo diante da crise política, o País não deixou de crescer, de desenvolver-se, não entrou em debacle econômica. O País, a duras penas, graças aos empresários e trabalhadores, tem vencido todas as etapas dessa crise, com o maior destemor, com a maior coragem.

Aproveito este ensejo, para dizer que o empresário e o trabalhador brasileiro são exemplos em todo o mundo, porque não é fácil, Sr. Presidente, todos os dias, ler nos jornais, ouvir pelo rádio e ver pela televisão denúncias tão pavorosas de subtração de recursos públicos, de envolvimento de autoridades políticas em escândalos financeiros, prisões realizadas pela Polícia Federal, a mando da Justiça Federal, de autoridades que fizeram nome neste País, e a nossa economia não retroagir, não retroceder, não tergiversar diante da crise, cumprindo seu dever, sua obrigação, mostrando que o Brasil é muito maior do que a crise.

Deveriam fazer a mesma coisa os políticos, as lideranças deste País. Deveriam vencer a crise, dando o exemplo, punindo, de forma célere e rápida, sem maiores delongas, sem maiores discursos, sem maiores luzes da televisão – muitos desejam só isso –, os verdadeiros culpados, para marcharmos para a tranquilidade neste Senado e na Câmara dos Deputados, onde estamos praticamente parados, ao deus-dará, esperando que amanhã venha uma nova denúncia que faça parar ainda mais os trabalhos do Legislativo.

É inconcebível, Sr. Presidente, que hoje, uma terça-feira, não tenhamos tido número suficiente para o debate e a aprovação dos projetos colocados em pauta pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, simplesmente porque os Srs. Parlamentares estão com os ouvidos e os olhos voltados quase que exclusivamente para as CPIs. Elas poderiam funcionar a contento, investigar, cumprir seu papel fora do horário da Ordem do Dia e sem colocar um paradeiro, como estão fazendo, no funcionamento normal da Casa.

Vejam a reforma política, que é algo imprescindível. O Senado Federal cumpriu o seu dever, aprovou

a reforma política, não esta de agora somente, mas uma que foi aprovada há cerca de três ou quatro anos e que tratava do financiamento público de campanha, da federação de partidos políticos, do voto proporcional, da televisão. Enfim, esta Casa estabeleceu uma pauta sobre a qual a Câmara dos Deputados, infelizmente, até o presente momento, Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia, não se debruçou, deixando de atender ao apelo da Nação, já que, no próximo ano, 2006, haverá novas eleições.

Se essa legislação permissiva continuar, essa legislação que abre a maior porta possível para a corrupção, certamente, em 2007, estaremos aqui cuidando de novas CPIs, para a investigação de novas denúncias feitas contra candidatos nos mais diferentes níveis.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo para o bom senso dos Líderes desta Casa e da Câmara dos Deputados, para que as CPIs continuem funcionando e cumprindo com seu papel, mas sem gerar o paradeiro ou sem criar obstáculos ao normal funcionamento desta Casa.

No Senado Federal, há mais de 400 proposições dormitando nas gavetas. Na Câmara dos Deputados, nem se fala! No ano passado, já chamávamos a Câmara Federal de instituição engavetadora das propostas do Senado Federal. Imaginem agora com o problema do Severino, com o problema da CPI! A Câmara dos Deputados está praticamente de braços cruzados, e, para agravar esse fato, o Presidente da República ainda se dispõe, diante de uma situação dessa, a contribuir para o bloqueio da pauta da Câmara dos Deputados com a edição freqüente de medidas provisórias que estão trancando a pauta daquela Casa.

Por isso, Sr. Presidente, ressalto neste instante que, como Senador da República responsável, só na última Legislatura, ou seja, em dois anos, já apresentei mais de cem projetos que estão nas Comissões do nosso Senado Federal, precisando de uma definição. Entretanto, essa definição não ocorre, justamente porque o Senado Federal, muito embora não tenha nenhum envolvimento nessa crise política, está sofrendo as suas conseqüências.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo tema que traz ao Senado. A Câmara Federal está parada, pois não há votação, não há Ordem do Dia. Os trabalhos estão encerrados. Parece que, amanhã, tentarão se reunir para começar a julgar os Parlamentares envolvidos na corrupção. O que nos deixa preocupados, Senador Antonio Carlos Valadares, é que nós estivemos, por sessenta dias, debruçados

na reforma política, que passou por aqui rapidamente, e que, infelizmente, está parada lá na Câmara. Mas o grande responsável por não andarem os trabalhos da Câmara Federal e do Senado, é o Governo, em razão do excesso de medidas provisórias. Até acredito que há um esquema: lança-se uma medida provisória, tranca-se a pauta, não se julga os Parlamentares, não se faz a reforma política, desvia-se a atenção para o Severino e se esquece um pouco do Lula. E ainda estamos discutindo questões internas: coloca-se em votação, não se coloca; se o Governo edita ou não medida provisória, e, na verdade, os trabalhos ficam paralisados. Se o senhor tem quase cem projetos, imagina então quantos projetos existem nesta Casa para tramitar, visto que somos 81 Senadores e 513 Deputados!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

É verdade que uma parte do desleixo na tramitação dos projetos na Câmara dos Deputados se deve à edição de medidas provisórias pelo Governo Federal.

Neste momento, a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados poderia, junto à Casa Civil e ao Presidente da República, pedir que, enquanto outras medidas provisórias não fossem aprovadas ou mesmo rejeitadas, o Presidente da República não editasse mais nenhuma, que desse um tempo.

Aliás, o Ministro da Articulação Política Jaques Wagner tem uma proposta que considero importante. S. Ex^a falou em São Paulo – e eu o vi na televisão – que iria pedir ao Presidente da República para retirar algumas medidas provisórias para que pauta da Câmara dos Deputados ficasse em situação normal.

Agradeço a V. Ex^a, portanto, Sr^a Presidente, a concessão desse tempo valioso para falar de assuntos tão importantes para a Nação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Neste momento, concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio, por vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou sair – e aqui registro com muito agrado a presença do meu companheiro de Partido e ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, figura correta em toda a linha da sua atuação pública – mas hoje vou sair do ramerrame da denúncia de corrupção, para discutir um pouco a temática da economia e desmistificar algumas empulhações que estão sendo passadas para a sociedade brasileira.

O Presidente Lula foi à TV comemorar o bom desenvolvimento de nossa economia e declarou ainda, ao usar uma expressão chula, que caiu do cavalo quem apostou contra o Brasil. Na verdade, quem apostou contra a política econômica gerenciada pelo Ministro Antônio Palocci foi precisamente o seu Partido, foi o Ministro José Dirceu, o ex-Ministro Ricardo Berzoini, candidato a Presidente pelo Campo Majoritário do PT, são as correntes ditas mais à esquerda do PT. Não foi a Oposição, que, ao contrário, socorreu o Ministro em momentos drásticos, quando ele se encontrava encurralado por essas forças que não conseguem compreender algo que deve ser amargo para elas, que é, precisamente, o fato de o Governo ainda se manter em pé, pura e simplesmente – foi muito elucidativo o artigo do Ministro Pedro Malan ao **Estado de S. Paulo** de domingo, que coloquei, ontem, nos **Anais** desta Casa –, porque justamente aprofundou as políticas macroeconômicas que herdou do governo anterior.

Deve ser duro, Senador Jefferson Péres, deve ser muito duro se manter de pé o Governo precisamente porque aprofundou as políticas macroeconômicas que herdou do governo anterior.

Ninguém apostou contra o Brasil. Ao contrário, as oposições se portaram com enorme compreensão em relação às propostas de economia feitas pelo Ministro Antônio Palocci e pelo economista Marcos Lisboa, que, sem dúvida, representaram e representam o lado mais conseqüente e lúcido do Governo que aí está.

Farei críticas, sim, ao desempenho da economia, mas não pela negação do ajuste fiscal, não pela negação da flutuação do câmbio, não pela negação das metas de inflação. Ao contrário, em mais de uma dezena de vezes, sustentei a validade das metas de inflação desta tribuna. Vou fazer críticas até para apostar a favor do Brasil e justamente para que o Brasil não caia do cavalo. Na verdade, Senador Jefferson Péres, o Brasil é um pangaré, se compararmos nosso desempenho com o das economias da América Latina. É mais pangaré ainda se compararmos o nosso desempenho com o desempenho de economias emergentes de outros continentes, como da China, da Índia, dos Tigres Asiáticos e até mesmo da Rússia, que tem crescido em velocidade menor do que a desses países que acabei de citar.

Segundo a Cepal, entre 2002 e 2004, nos dois primeiros anos do Governo Lula, a economia brasileira acumulou um “espetáculo” de crescimento de 5.4% do seu PIB. Mesmo com essa taxa, ficamos para trás do resto do nosso continente. Sem o Brasil, a América do Sul cresceu 13.5% e a América Latina, 9% nesse mesmo período. No último caso, no da América Latina, quinze países cresceram mais do que o Brasil.

Até mesmo – e estamos falando agora em linguagem de jóquei – o cavalo econômico do amigo de Lula, do meu ex-amigo, Fidel Castro – Cuba cresceu 6% – e, sobretudo, o de Hugo Chávez – que nem chegou a ser meu amigo, mas que é amigo de Lula –, a Venezuela, cresceu 8,8% – chegaram muito na frente na corrida do PIB referida pelo Presidente Lula. Podemos comemorar, isso sim, que chegamos na frente de quatro dos mais atrasados países do Caribe e do mundo: Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti.

O pior de tudo é que esse quadro não vai mudar em 2005, mesmo que o PIB brasileiro cresça mais do que se espera inicialmente. A última previsão da Cepal era de um crescimento, na América Latina, de 4.3% este ano. À parte o Brasil, significa que o resto crescerá em torno de 5%. Ou seja, a América Latina cresce 4.3% porque tem o Brasil. Sem o Brasil, ela crescerá 5% neste ano. O Brasil, portanto, puxa a média de crescimento da América Latina para baixo. Logo, mesmo com o mercado e o IPEA elevando a projeção do crescimento em 2005 para 3,5% – acredito que até 4% –, ainda assim ficaremos, de novo, atrás do resto do continente.

Nossos melhores resultados são os da área externa – não na área de política externa, mas na área da política de exportação –, quando nosso saldo comercial, devemos admitir, cresce mais que a média dos vizinhos. Eu admito isso com prazer.

Seria uma autêntica covardia comparar a taxa de crescimento do Brasil com a média das economias emergentes, puxada por China, Índia e Rússia, que, em apenas um ano, crescem mais que o Brasil em todo o mandato do Presidente Lula.

Na verdade, o que salva este Governo é que a maioria dos brasileiros, especialmente se levarmos em conta os jornalistas de política interna e alguns analistas, somente estão assistindo “às corridas nos jóqueis brasileiros”; não estão olhando o conjunto da vida global. Portanto, ficamos sem muita idéia do que acontece nos outros continentes e até mesmo nos nossos vizinhos.

Enfim, nesse andar da carruagem, Lula vai poder comemorar que, ao final do seu mandato, o Brasil conseguiu ficar menor – esse é o dado interessante deste pronunciamento, se é que eu posso ser imodesto em relação a ele – que era antes da sua posse, apesar do crescimento maior. Não apenas menor no mundo, como até mesmo menor dentro da própria, infelizmente atrasada ainda, América Latina.

E há alguém que ainda acredita que vai bem a nossa economia? Ou melhor, que ela vai “maximizadamente” bem, que ela vai “otimizadamente” bem?

Eu faço a comparação, Senador Mão Santa, entre os desempenhos recentes de Brasil versus América Latina. Primeiro, o PIB 2002/2004. Apesar de o Governo comemorar o crescimento do PIB em 5,4% nos dois primeiros anos de governo, o que é uma marca medíocre, quando comparamos esses dados com os países vizinhos, descobrimos que ficamos para trás. Sem o Brasil, a América do Sul cresceu 13,5%, a América Latina, 9% nesse mesmo período. O Brasil ocupa o último lugar no *ranking* dos dez países da América do Sul e, no *ranking* dos vinte países da América Latina, o Brasil só ganha de El Salvador, Guatemala, República Dominicana e Haiti.

A Argentina, por exemplo, nesse mesmo período, cresceu 18,6%, o Uruguai, 14,8%, a Costa Rica, 11%, o Panamá, 10,8%, o Chile, 10%, Equador, 9,8%, o Peru, 9%, a Venezuela, 8,8%, Honduras, 8,7%, Colômbia, 8,4%, Paraguai, 8%. Abaixo dessa média, então, vêm Nicarágua, 7,5%, Bolívia, 6,5%, Cuba, 6%, México, 5,9% e Brasil, 5,4% nos dois anos, depois – repito: Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti.

Se o Brasil estivesse no futebol apenas melhor do que Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti, haveria uma grita terrível, Senador Jefferson Péres! O Brasil, portanto, continua melhor na bola do que no desempenho econômico.

Agora vejamos o crescimento acumulado do PIB da América do Sul entre 2002 e 2004. América do Sul (10 países), 9,2%; América do Sul sem Brasil, 13,5%. Acima da média: Argentina, Uruguai, Chile e Equador. Abaixo da média: Peru, Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia e Brasil. O Brasil é o último colocado.

Entre 2001 e 2002 – e este é o dado intrigante –, o Brasil aumentou o seu peso na América do Sul e na América Latina. Ou seja, não foi tempo de crescimento mundial, não foi tempo de crescimento nos emergentes, não foi tempo de crescimento na América Latina nos níveis que estão informando agora. E o Brasil fez o melhor que pôde nas condições difíceis que lhe eram dadas. O Brasil, entre 2001 e 2002, apesar de um crescimento parco, aumentou o seu peso na América do Sul e América Latina. Entre 2002 e 2004 – portanto, já entra aí o dado do Governo Lula –, a participação do PIB brasileiro nesses continentes diminui consideravelmente, como pode ser observado na tabela que peço seja inserida nos Anais da Casa: a proporção do PIB do Brasil no total da América do Sul e da América Latina.

Então veja, Senador Jefferson Péres: em 2001, o Brasil representava 31,2% do PIB da América Latina e 51,9% do PIB da América do Sul. Em 2002, o Brasil subiu para 32% do PIB da América Latina e 53,9% do

PIB da América do Sul; em 2003, o Brasil caiu para 31,6% do PIB da América Latina e 53,1% do PIB da América do Sul; em 2004, ele caiu mais ainda, para 31,3% do PIB da América Latina e, mais ainda, para 52% da América do Sul. Ou seja, está crescendo, menos do que devia, menos do que podia, menos do que os outros conseguiram crescer.

A análise das taxas de crescimento anuais mostra que o Brasil cresceu em proporção maior do que a América do Sul (sem o Brasil) e que a América Latina (sem o Brasil), entre 1999 e 2002. Entre 1999 e 2002 – 1999 foi ano de crise –, o Brasil cresceu mais do que a América do Sul, ele próprio se excluindo, e mais do que a América Latina, ele próprio se excluindo. Em 2001 e 2002, apesar de esses continentes apresentarem retração do PIB, o Brasil cresceu 1,3% e 1,9% respectivamente. Esses continentes apresentaram retração do PIB. Então, o Brasil fez o melhor que pôde nas condições difíceis que lhe eram dadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concedo o aparte. Só um segundo, Senador Mão Santa.

Já em 2003 e 2004, o Brasil cresceu bem menos do que os países vizinhos.

Ouçó V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, o País todo está ouvindo os dados verdadeiros que V. Ex^a traz. Apreendi no meu Piauí que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Contribuo apenas com uma pesquisa aqui. Lembro uma entrevista publicada na revista **Mundo Jovem**, edição 360, em setembro de 2005. É um trabalho de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, São Paulo. Ele diz: “O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África”. Aí, entendi por que Lula foi à África: ele quer ser logo o primeiro de má distribuição. É o primeiro na corrupção; agora, ele quer outra medalha. “Apesar da melhoria em áreas de educação e (...), a desigualdade entre ricos e pobres aumentou”. Aí há todo esse trabalho, com o índice Gini, com a apresentação de provas. O trabalho é longo. O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo – só perdemos para Serra Leoa –, mas, do jeito que vai, qualquer dia, vamos obter essa medalha de ouro. Traduzindo: o PT, que era Partido do Trabalhador, é PB, partido dos banqueiros, dos poderosos e dos ricos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. Em matéria de corrupção, então, a coisa é imbatível.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, conceda-me um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concedo um aparte a V. Ex^a.

Peço que todos esses gráficos – não vou falar de gráficos – sejam inseridos nos Anais da Casa. E retomo, antes de conceder o aparte ao Senador Flexa Ribeiro, com a seguinte análise:

A comparação das taxas de crescimentos anuais do PIB, per capita, também aponta para o mesmo movimento. Entre 1999 e 2002 (com exceção de 2001), o PIB per capita brasileiro cresceu em maior proporção (ou caiu em menor proporção) do que a América Latina e o Caribe. Em 2003, o PIB per capita do Brasil cai enquanto o da América Latina e Caribe cresce. E, em 2004, cresce em menor proporção que o continente.

Há outro gráfico, para ficar bem claro.

Em suma, comparar as taxas de crescimento do Governo Lula com as taxas de crescimento do Governo Fernando Henrique Cardoso fora do contexto internacional, além de inútil, é um tanto tendencioso. Não é sincero, é mentiroso.

A pergunta seria: como Lula faria governando aquele Brasil? Como Fernando Henrique faria governando este Brasil de hoje, com esse mar de almirante que a economia internacional nos proporciona?

Quando inserimos o Brasil no contexto internacional, o resultado do governo anterior, portanto, é bem melhor do que o atual.

PIB (2005/2006). As previsões mostram que esse quadro não vai mudar em 2005, mesmo que o PIB brasileiro cresça mais do que se esperava inicialmente.

A última previsão da Cepal era de um crescimento da América Latina de 4,3% neste ano. À parte do Brasil, significa que o resto crescerá em torno de 5% – repito. Logo, mesmo com o mercado e o Ipea elevando a projeção do crescimento em 2005 para 3,5% ou 4%, ainda assim ficaremos de novo atrás do resto do continente.

Segundo as projeções da ONU-LINK Project (dados divulgados pelo IEDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial, que representa fortemente o empresariado paulista), o Brasil crescerá abaixo da média da América Latina e Caribe em 2005 e 2006.

Na tabela aqui, vem o Brasil de novo lá na fila de trás.

É impressionante a comparação do Brasil com a média das economias emergentes, puxada por China, Índia, e Rússia, que em apenas um ano – repito de novo – crescem mais do que o nosso País em um

mandato presidencial. Segundo o FMI, as outras economias emergentes poderão crescer em média 6,3% em 2005. Segundo as projeções da ONU-Link Project*, de novo, dados de novo do IEDI, seja para 2005, seja para 2006, Rússia, China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Filipinas e Tailândia deverão experimentar taxas de crescimento acima da brasileira.

Vêm mais gráficos, e, antes de concluir o pronunciamento, concedo aparte ao Senador Flexa Ribeiro, com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Arthur Virgílio, o pronunciamento de V. Ex^a, além de lúcido, é esclarecedor. Por diversas vezes, aqui, fiz-me pronunciar exatamente nesta direção, Senador Arthur Virgílio, de que, quando são dados números estatísticos, é importante que se faça o que V. Ex^a está fazendo: que se dêem comparativamente a cenários que são completamente diferentes quando esses números são obtidos. Então, V. Ex^a aqui bem colocou que o nosso Brasil tem taxas de crescimento, mas são inferiores às médias da América Latina, inferiores à taxa de qualquer dos países ditos emergentes e, pasmem, estamos lamentavelmente crescendo muito menos do que deveríamos crescer, em face do desenvolvimento da economia neste mundo globalizado. Eu diria que, se olhássemos apenas os números absolutos, a fotografia instantânea, equivaleria a comemorar a vitória em uma disputa em que estivéssemos correndo sozinhos, com risco de chegarmos em segundo lugar. Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O Governo passado teve “de se virar”, para usar uma linguagem de gíria, diante de um quadro inóspito. Enfrentou oito choques de fora para dentro, de caráter sistêmico. Este Governo só enfrentou a favor, a começar pelo belo trabalho macroeconômico que herdou e soube aprofundar e por um quadro virtuoso de política externa, um quadro efetivamente virtuoso.

Mas, então, vamos para a remuneração média real do trabalho. Enquanto Argentina, Chile, México e Colômbia apresentaram crescimento das remunerações médias reais entre 2002 e 2004, a remuneração média real brasileira caiu 8,2%. Dentre os países cujos dados estavam disponíveis, o Brasil só perde para Uruguai e Venezuela. Então, o Brasil está pior do que todos os demais países de uma lista de 11, agora: Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru, Nicarágua, Costa Rica, Paraguai, Brasil, Uruguai e Venezuela. O Brasil só tem situação menos pior do que Uruguai e Venezuela, pela ordem.

Vamos agora ao setor externo. O saldo comercial brasileiro cresceu 254,3%, entre 2002 e 2004, mas

esse não foi um fenômeno isolado da economia brasileira. Vamos ser sinceros e discutir com seriedade a problemática nacional. Na verdade, o Brasil ficou atrás da América Latina e do Caribe, que apresentou um crescimento, Senador Jefferson Péres, de 340,6%.

Ou seja, estou tentando mostrar que se poderia ter feito mais, porque o momento era e é virtuoso. E esse momento não foi aproveitado e vou concluir justamente dizendo como vejo que a crise política já atingiu o Brasil, Senador Tião Viana.

A performance brasileira nos termos de intercâmbio e no investimento direto estrangeiro também ficou aquém do desempenho do continente. Enquanto os termos de intercâmbio da América Latina e do Caribe cresceram 7,6%, o Brasil apresentou queda de 0,5%. Em relação ao investimento direto estrangeiro líquido, a discrepância é ainda mais gritante. Enquanto o continente apresentou um crescimento de 6,1%, o Brasil apresentou uma redução de 38,4%. O desempenho brasileiro só foi superior ao do continente em relação à dívida externa bruta, à proporção dívida externa/exportações e à proporção juros da dívida/exportações, o que são indicadores muito bons da economia brasileira.

Digo ainda que procurei, Senador Tião Viana, sair um pouco desse ramerrame de todo dia denunciar corrupção, para falar de algo que poderia ter acontecido. Ou seja, a crise política atingiu a economia brasileira. E atingiu porque a meu ver o Copom tem precificado a crise política e tem relutado em reduzir as taxas – já podia ter feito isso há muito tempo – precisamente porque teme um desdobramento desagradável da crise política, com coloração, talvez, institucional.

Se olharmos a inflação, ela está controlada de janeiro a dezembro, está controlada de setembro a setembro, está controlada no atacado, está controlada no varejo, não tem razão para termos 19.75% de taxas básicas de juros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se dessa vez, se dessa vez... Eu disponho de quanto tempo, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dois minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se dessa vez o Copom não reduzir em pelo menos 0,5% a taxa básica de juros... O Senador Eduardo Suplicy já sugeriu uma vez que fossem televisionadas as sessões do Copom. Sou terminantemente contra a isso. Aquilo não é para ser televisionado mesmo. Mas vou sugerir, Senador Tião Viana, que tenha um médico presente para colocar as pessoas em camisa de força, porque

não há razão nenhuma para não caírem em pelo menos 0,5% as taxas básicas. Nenhuma razão.

E se o Brasil reduzir paulatinamente 0,5% hoje, amanhã, quem sabe, 0,25%, enfim, reduzir todos os meses até dezembro, vamos poder atingir os tais 4% de crescimento. Para isso, precisaríamos ter 1,4% de crescimento do PIB em relação ao último semestre sempre, nos dois trimestres que vêm por aí.

Portanto, vejo que a crise política atingiu o País, porque podíamos estar crescendo mais. Os investimentos se retraíram de certa forma. Mas o momento é virtuoso e poderia ter sido aproveitado melhor. E vejo que há uma inércia administrativa que precisa ser criticada, porque, se não fosse isso, o Brasil poderia ter crescido mais 0,5%, tranquilamente. Um Governo que aproveita todas as oportunidades administrativas, coloca 0,5% em cima de qualquer crescimento.

E se houvesse lei de regulação melhor do que essa que foi enviada para Câmara, com mais disposição para cumprir contratos, o Brasil poderia colocar mais 0,3% aí. Ou seja, poderia, nessa combinação, crescer em cima de qualquer índice mais 0,8%, no mínimo – talvez, 1%. Ou seja, vai crescer três, crescerá quatro; vai crescer quatro; crescerá cinco.

Portanto, quero desmistificar esse otimismo todo, registrando que o Presidente Lula – e já encerro, Sr. Presidente – se equivoca. Quando Sua Excelência se refere a quem torceu contra o Brasil e caiu do cavalo, está-se referindo a jôqueis do Partido dele. Sua Excelência se refere, talvez, ao jôquei Berzoini*. Sua Excelência não se está referindo ao jôquei Tasso Jereissati, nem ao jôquei Arthur Virgílio ou ao jôquei Fernando Henrique. Ao contrário. Demos sustentação ao Ministro Palocci em momentos difíceis da participação de S. Ex^a na vida pública...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro agora, Sr. Presidente. Portanto, sinto-me com autoridade suficiente para dizer ao Ministro algo que S. Ex^a sabe; para informar à Nação algo de que talvez não tenha conhecimento: há crescimento, sim, porque o momento é virtuoso. Poderia ser muito melhor se tivesse havido mais ação de Governo e se não houvesse, por exemplo, essa crise política a preocupar investidores e a sugerir inquietações.

Graças a Deus, o Brasil mudou muito. A revista **Veja** fez uma matéria sensacional sobre economia. Não quero *impeachment* nunca, mas não pense o Vice-Presidente José Alencar que S. Ex^a entra e, no dia seguinte, coloca 0% de juros. De jeito algum. Não é S. Ex^a que baixa juros. Quem baixa juros é o Copom. O Copom não obedece. Ele não pode empurrar pela

goela adentro qualquer Presidente do Banco Central; não aceitaríamos.

Então, o Brasil hoje possui mecanismos que o protegem mesmo de gestão temerárias. Eu quero voltar, quando a crise me permitir. Amanhã, não há mais refresco, pois vou voltar a falar da corrupção. Mas, quando a crise me permitir, vou voltar a discutir um pouco mais do quadro econômico.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tabela 1 – Crescimento acumulado do PIB da América Latina entre 2002 e 2004

Crescimento Real do PIB acumulado	(2002-2004)
América Latina	7,9%
América Latina sem Brasil	9,0%
Acima da Média	
1 Argentina	18,6%
2 Uruguay	14,8%
3 Costa Rica	11,0%
4 Panamá	10,8%
5 Chile	10,0%
6 Ecuador	9,8%
7 Perú	9,0%
8 Venezuela	8,8%
9 Honduras	8,7%
10 Colombia	8,4%
11 Paraguay	8,0%
Abaixo da Média	
12 Nicaragua	7,5%
13 Bolívia	6,5%
14 Cuba	6,0%
15 México	5,9%
16 Brasil	5,4%
17 Guatemala	4,9%
18 El Salvador	3,3%
19 República Dominicana	0,1%
20 Haiti	-3,3%

Fonte: CEPAL

Tabela 2: Crescimento Acumulado do PIB da América do Sul entre 2002 e 2004

Crescimento Real do PIB acumulado	(2002-2004)
América do Sul (10 países)	9,2%
América Sul sem Brasil	13,5%
Acima da Média	
1 Argentina	18,6%
2 Uruguay	14,8%
3 Chile	10,0%
4 Ecuador	9,8%
Abaixo da Média	
5 Perú	9,0%
6 Venezuela	8,8%
7 Colombia	8,4%
8 Paraguay	8,0%
9 Bolívia	6,5%
10 Brasil	5,4%

Fonte: CEPAL

Entre 2001 e 2002, o Brasil aumentou seu peso na América do Sul e na América Latina. Entre 2002 e 2004, a participação do PIB brasileiro nesses continentes diminuiu consideravelmente, como pode ser observado na tabela abaixo.

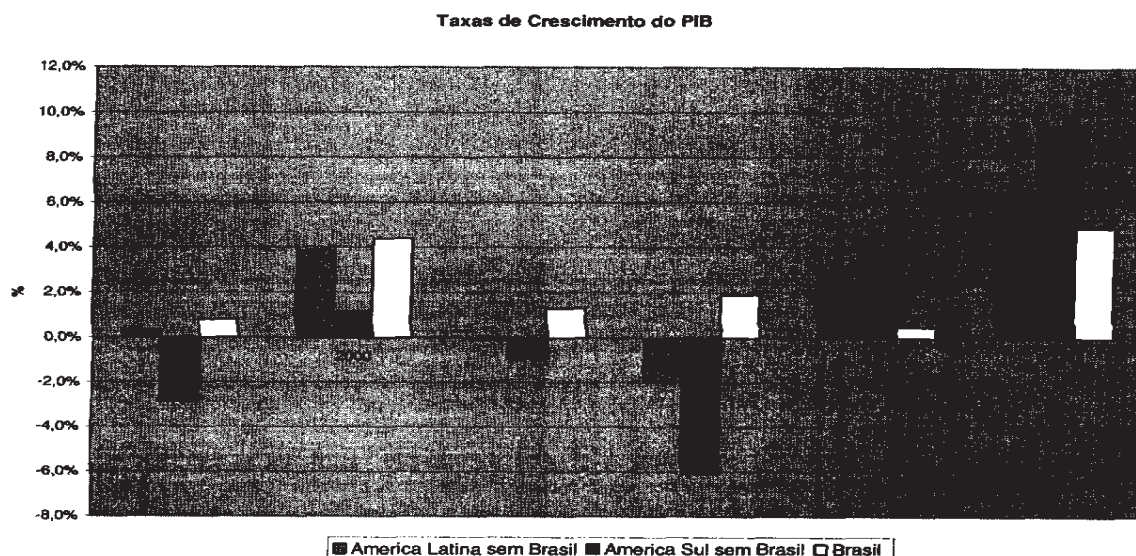
Tabela 3: Proporção do PIB do Brasil no Total da América do Sul e da América Latina

Proporção PIB Brasil	2001	2002	2003	2004
Brasil/América Latina	31,2%	32,0%	31,6%	31,3%
Brasil/América Sul	51,9%	53,9%	53,1%	52,0%

Fonte: CEPAL

A análise das taxas de crescimento anuais mostra que o Brasil cresceu em proporção maior que a América do Sul (sem Brasil) e que a América Latina (sem Brasil) entre 1999 e 2002. Em 2001 e 2002, apesar desses continentes apresentarem retração do PIB, o Brasil cresceu 1,3% e 1,9%, respectivamente. Já em 2003 e 2004, o Brasil cresceu bem menos que os países vizinhos.

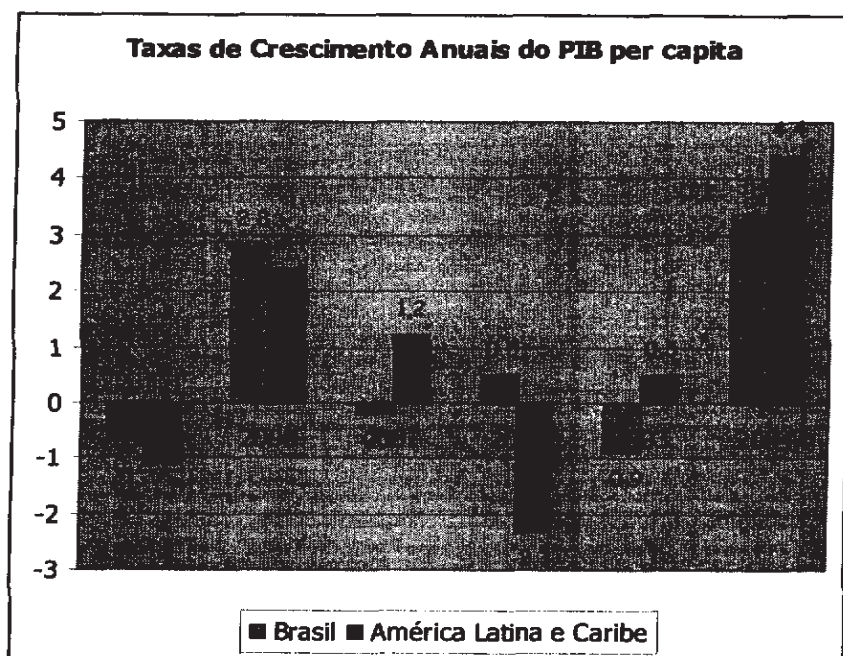
Gráfico 1: Taxas de Crescimento Anuais do PIB do Brasil, da América Latina sem Brasil e da América do Sul sem Brasil



Fonte: CEPAL

A comparação das taxas de crescimento anuais do PIB per capita também aponta para o mesmo movimento. Entre 1999 e 2002 (com exceção de 2001), o PIB per capita brasileiro cresceu em maior proporção (ou caiu em menor proporção) que a América Latina e Caribe. Em 2003, o PIB per capita do Brasil cai, enquanto o da América Latina e Caribe cresce e, em 2004, cresce em menor proporção que o continente.

Gráfico 2: Taxas de Crescimento Anuais do PIB per Capita do Brasil e da América Latina



Fonte: CEPAL

Em suma, comparar as taxas de crescimento do governo Lula com as taxas de crescimento do governo FHC fora do contexto internacional, além de inútil, é um tanto tendencioso. Quando inserimos o Brasil no contexto internacional, o resultado do governo anterior é bem melhor do que o atual.

2) PIB (2005-2006)

As previsões mostram que esse quadro não vai mudar em 2005 mesmo que o PIB brasileiro cresça mais do que se esperava inicialmente. A última previsão da CEPAL era de um crescimento da América Latina de 4,3% neste ano. À parte o Brasil, significa que o resto crescerá em torno de 5%. Logo, mesmo com o mercado e o IPEA elevando a projeção do crescimento em 2005 para 3,5% ou 4%, ainda ficaremos de novo atrás do resto do continente.

Segundo as projeções da ONU-LINK Project (dados divulgados pelo IEDI), o Brasil crescerá abaixo da média da América Latina e Caribe em 2005 e 2006.

Tabela 4 – Taxas de crescimento anuais projetadas para 2005 e 2006 (Países da América do Sul contra média da América Latina e Caribe)

Taxa de crescimento anual	2005	Taxa de crescimento anual	2006
Acima da Média		Acima da Média	
1 Venezuela	8,1	1 Venezuela	5,3
2 Argentina	6,5	2 Chile	4,9
3 Chile	6,2	3 Perú	4,6
4 Uruguay	6	Abaixo da Média	
5 Perú	4,5	4 Brasil	4,1
Abaixo da Média		5 Colombia	4
6 Colombia	3,9	6 Argentina	4
7 Brasil	3,8	7 Uruguay	3,8
8 Bolívia	3,3	8 Bolívia	3,4
9 Paraguay	2,6	9 Paraguay	2,5
América Latina e Caribe		América Latina e Caribe	
	4,5		4,2

Fonte: ONU-Link Project (elaboração IEDI)

Obs: os dados do Equador não estão disponíveis

É impressionante a comparação do Brasil com a média das economias emergentes, puxada por China, Índia e Rússia, que em apenas um ano crescem mais do que o nosso país em um mandato presidencial. Segundo o FMI, as outras economias emergentes poderão crescer, em média 6,3% em 2005.

Segundo as projeções da ONU-LINK Project (dados divulgados pelo IEDI), seja para 2005, seja para 2006, a Rússia, China, Índia, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Filipinas e Tailândia deverão experimentar taxas de crescimento acima da brasileira.

Tabela 5 – Taxas de crescimento anuais projetadas para 2005 e 2006 (Países Emergentes Selecionados)

Taxa de crescimento anual	2005	Taxa de crescimento anual	2006
1 China	8,8	1 China	8,3
2 Índia	7,0	2 Índia	7,1
3 Malásia	6,3	3 Malásia	6,4
4 Rússia	6,0	4 Tailândia	5,7
5 Tailândia	5,5	5 Indonésia	5,5
6 Indonésia	5,4	6 Rússia	5,2
7 Filipinas	5,0	7 Filipinas	4,7
8 Coréia	4,0	8 Coréia	4,3
9 Brasil	3,6	9 Brasil	4,1

Fonte: ONU-Link Project (elaboração IEDI)

3) Outros Indicadores

3.1) Remuneração Média Real do Trabalho

Enquanto Argentina, Chile, México e Colômbia apresentaram crescimento das remunerações médias reais entre 2002 e 2004, a remuneração média real brasileira caiu 8,2%. Dentre os países cujos dados estavam disponíveis, o Brasil só perde para o Uruguai e a Venezuela.

Tabela 6 - Taxa de Crescimento da Remuneração Média Real do Trabalho

	2002-2004
1 Argentina	8,0%
2 Chile	2,7%
3 México	1,4%
4 Colômbia	0,9%
5 Perú	-0,1%
6 Nicarágua	-0,3%
7 Costa Rica	-2,2%
8 Paraguai	-4,6%
9 Brasil	-8,2%
10 Uruguai	-12,5%
11 Venezuela	-20,0%

Fonte: CEPAL

3.2) Setor Externo

O saldo comercial brasileiro cresceu 254,3% entre 2002 e 2004, mas este não foi um fenômeno isolado da economia brasileira. Na verdade, o Brasil ficou atrás da América Latina e Caribe, que apresentou crescimento de 340,6%.

A performance brasileira nos termos de intercâmbio e no investimento direto estrangeiro também ficou aquém do desempenho do continente. Enquanto os termos de intercâmbio da América Latina e Caribe cresceram 7,6%, o Brasil apresentou queda de 0,5%. Em relação ao investimento direto estrangeiro líquido, a discrepância é ainda mais gritante. Enquanto o continente apresentou crescimento de 6,1%, o Brasil apresentou redução de 38,4%.

O desempenho brasileiro só foi superior ao do continente em relação à dívida externa bruta, à proporção dívida externa/exportações e à proporção juros da dívida/exportações.

Tabela 7 – Taxas de Crescimento (2002-2004) de Indicadores de Balanço de Pagamentos

	Brasil	AL & C
Saldo Comercial	254,3%	340,6%
Termos de Intercâmbio de Bens (FOB/FOB)	-0,5%	7,6%
Investimento Direto Estrangeiro Líquido	-38,4%	6,1%
Dívida Externa Bruta	-4,4%	4,0%
Dívida Externa Bruta / Exportações	-38,5%	-21,3%
Juros da Dívida / Exportações	-30,1%	-23,6%

Fonte: CEPAL

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Ana Júlia Carepa, a quem concedo a palavra por 20 minutos para seu pronunciamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já havia tentado falar sobre este tema, sobre este projeto, mas somos sempre atropelados por tantas situações que vão acontecendo. Gostaria, hoje, de fazer o registro de um projeto que apresentei, o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2005, que estabelece a criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências. Esse fundo estava previsto na Emenda Constitucional nº 45, de 2004, resultado das discussões para a reforma do Judiciário, e foi remetido à legislação infraconstitucional.

O nosso propósito é beneficiar o trabalhador, que hoje aguarda durante meses, às vezes durante anos, para ter seus direitos efetivamente garantidos.

A implantação desse fundo tomou como base a experiência espanhola e traz inovações no campo processual, ao adotar alguns procedimentos semelhantes, com vistas a beneficiar os trabalhadores que acessam a Justiça trabalhista de nosso País.

A legislação brasileira, como sabemos, permite que o devedor responda pela dívida com seu patrimônio. Em raras exceções ele poderá ter sua liberdade restringida, ou seja, pode ir preso, como é o caso da pensão alimentícia ou da infidelidade de depósito.

Pois bem; hoje, as ações que tramitam na Justiça trabalhista, quando encerrada a primeira fase do processo e tendo sido o trabalhador contemplado com uma decisão favorável, entram numa segunda fase – a da execução. Essa é uma etapa que para muitos estudiosos e profissionais do Direito tem sido um dos “calcanhares de Aquiles” do sistema judicial. Ela vai de encontro aos princípios que conceberam e devem nortear a Justiça do Trabalho: a simplicidade e a celeridade, principalmente quando se trata de atender aos trabalhadores, muitos deles desempregados.

Atualmente, a demanda do trabalhador, quando entra na fase da execução, leva muito tempo até a sua solução definitiva. Há demora injustificável no ressarcimento das indenizações para o trabalhador, embora

entendamos que os procedimentos devam ser obrigatoriamente obedecidos e cumpridos.

Em primeiro lugar, vem a nomeação da penhora dos bens do devedor. Logo depois, a alienação, que é feita por meio do leilão do bem ou dos bens do devedor. Somente após essas etapas o pagamento dos direitos ao trabalhador.

Como vê V. Ex^a, Sr. Presidente, infelizmente, muitos trabalhadores levam muito tempo para receber aquilo que é um direito, mesmo quando ganham uma causa na Justiça do Trabalho

Nos entremeios vários rituais do processo terão que ser cumpridos, tais como publicação de editais, citações, intimações, nomeação, prazos etc. É uma árdua espera para quem vendeu sua mão-de-obra e por ela não recebeu e encontra-se, na maioria das vezes, desempregado ou desempregada. Se sustentam famílias, o desespero é ainda maior. A situação é muito pior para aqueles ou aquelas que prestaram o serviço a uma empresa e esta simplesmente desapareceu do “mundo formal”, sem o ressarcimento do trabalho. E são muitas as empresas que desaparecem, que acabam, que fecham e não pagam a seus trabalhadores.

Aqui não queremos fazer nenhuma crítica ao Judiciário trabalhista, pois sou testemunha da sua enorme carga de trabalho e das dificuldades do sistema recursal que carece de aperfeiçoamentos, que deve ser, inclusive, feito pelo Congresso Nacional. A idéia do projeto é justamente amenizar o cumprimento das sentenças trabalhistas, tornando-as eficazes o mais rapidamente possível.

A finalidade principal do Fundo, conforme prevê o art. 1º do projeto de lei, é assegurar ao trabalhador o pagamento dos créditos quando a sentença for favorável ao mesmo, antes da quitação da dívida pela empresa. Esse mecanismo certamente agilizará e tornará efetiva uma das fases mais demoradas e penosas do processo do trabalho.

No art. 2º do projeto, tratamos da origem dos depósitos do Fundo, na forma da Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Ele se constituirá das multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, da correção monetária e dos juros moratórios da aplicação desses recursos. Prevê ainda o percentual de 1% sobre a remuneração paga ou devida ao trabalhador, que será depositado pelo empregador, devendo essa despesa ser deduzi-

da no lucro operacional do mesmo, além de dotações orçamentárias específicas.

O projeto também apresenta a criação de um Conselho Curador, que administrará os recursos do Fundo e será composto por representantes de empregados e de empregadores, pela Justiça do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, favorecendo, portanto, a participação de todos os atores no processo.

Agradeço a enorme contribuição de um dos mais renomados juristas paraenses, Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca, que, por muitos anos, dedicou-se a estudar e pesquisar o problema. Ele já foi Presidente da Justiça do Trabalho no Estado do Pará e muito me honrou ao colocar-se à disposição para que, juntos, apresentássemos uma solução a essa questão processual que traz malefícios à classe trabalhadora brasileira.

Fiquei muito honrada por ter o Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca nos dado essa idéia e pudéssemos, ao longo de vários meses, apresentar aqui este projeto de lei, que acredito será muito importante para o trabalhador brasileiro.

Não sinto este projeto como meu, mas fruto da luta de muitas pessoas que têm estudado o assunto, em especial o Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca. Aqui estão suas digitais, aqui também está sua alma.

A criação desse fundo é plenamente compatível com os princípios que norteiam a nossa Constituição Federal, em especial com respeito à cidadania e à dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho e o prestígio de que devem desfrutar as sentenças judiciais.

Gostaria de pedir, desde já, o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para este projeto, a fim de que a sua tramitação seja a mais rápida possível e, assim, o trabalhador, quando vence uma causa na Justiça do Trabalho, não precise ficar tanto tempo esperando para ser beneficiado, exatamente em um momento em que está mais fragilizado e, muitas vezes, inclusive, desempregado.

Creio que essa é uma forma legal, pela qual estaremos garantindo o que prevê a própria PEC da reforma do Judiciário. Acredito que poderemos fazer, o mais rápido possível, essa votação para dar esse alento ao trabalhador brasileiro.

Aproveito para registrar que realizamos uma boa audiência pública na reunião conjunta da Comissão de

Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, em que discutimos posições diferentes – há aqueles que são favoráveis e os que são contrários – em relação ao Projeto de Gestão de Florestas. Entretanto, todos reconhecemos a necessidade de haver uma legislação mais eficiente do que a que existe atualmente neste campo, mesmo que não seja ainda perfeita. Mas melhor do que a perfeição que possamos perseguir é ter uma alternativa para a situação atual das nossas florestas públicas.

São esses os dois registros que gostaria de fazer, em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e à audiência pública que, com certeza, contribuirá com o trabalho dos relatores. Eu sou relatora do Projeto de Gestão de Florestas, na Comissão de Meio Ambiente, e o Senador Jefferson Péres, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, não utilizarei todo o meu tempo e gostaria de agradecer a oportunidade de fazer o registro sobre o Projeto de Lei do Senado que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, bem como a homenagem ao Dr. Vicente José Malheiros da Fonseca, filho do grande Maestro Isoca, esse músico paraense, nascido em Santarém, que muito nos honra e que já nos deixou.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa pronunciamento explicativo de requerimento que estou endereçando ao Ministro da Saúde sobre o fato lamentável de que, no meu Estado, no Amazonas, já se registram mais de 40 mil casos de malária. Indago das providências que S. Ex^a, o Ministro da Saúde, estaria, porventura, tomando. Sem dúvida alguma, cobrança essa que se estende ao Governo do Estado do Amazonas.

Dirijo-me, como Senador da República, ao Ministro da Saúde.

Portanto, encaminho à Mesa o requerimento e o pronunciamento, cobrando rápida e urgente explicação para algo que beira a calamidade pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

JÁ HÁ MAIS DE 40 MIL CASOS DE MALÁRIA
NO AMAZONAS. QUAIS AS PROVIDÊNCIAS
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE?

SENADOR ARTHUR VIRGILIO, 13 SET 05

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

Informam as notícias dos jornais que já foram registrados 41,9 mil casos de Malária em áreas próximas a Manaus. O fato é grave e, na prática, há uma epidemia na região, com o aumento de 20% dos casos registrados pela Saúde Pública.

Por esse motivo, Senhor Presidente, estou encaminhando ao Ministro da Saúde requerimento de informações, para saber quais as providências eventualmente adotadas para impedir a propagação da Malária em meu Estado e na Amazônia.

Ao fazer esse comunicado, encareço à Mesa celeridade no envio do pedido de informações diante da gravidade do assunto que trago ao conhecimento do Plenário.

Insisto e peço a compreensão do Presidente do Senado: não há como não enviar o pedido que estou formulando ainda hoje ao Ministro da Saúde. É um caso urgente, quase de calamidade pública.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES /2005.

*Requer ao MINISTRO DA SAÚDE informações
acerca de providências acautelatórias e de proteção da po-
pulação da Amazônia contra a Malária.*

REQUEIRO, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combi-
nado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicita-
da ao **MINISTRO DA SAÚDE** informações que indiquem quais as provi-
dências porventura adotadas ou a serem adotadas, para prevenção e proteção da
população diante de surto de Malária na região. As informações deverão precisar:

- 1.- Qual é a intensidade do surto de Malária na Amazônia e especialmente
em Manaus?
- 2.- O Ministério dispõe de dados sobre esse surto? Em caso positivo, in-
formar quantas pessoas foram atingidas e suas conseqüências?
- 3.- Se há medidas acautelatórias para conter o surto, especificar de que
forma agem as autoridades sanitárias.

JUSTIFICATIVA

O jornal *Correio Braziliense* e outros veículos de comunicação publicam
matérias dando conta da existência de uma epidemia de Malária na Amazônia e,
especialmente em Manaus. O assunto preocupa não apenas a população do Esta-
do, mas o próprio País, uma vez que é intenso o deslocamento de brasileiros de
todos os Estados àquela região, a negócios ou para turismo. As matérias da im-
prensa adiantam mesmo que a Malária vem-se alastrando de forma descontrola-
da, pelo que estou solicitando essas informações ao Ministro da Saúde, a fim de
que o Senado Federal, fique a par de eventuais medidas oficiais do Governo para
prevenção dessa gripe no País.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições
do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogati-
vas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos
do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. É preciso que a Ca-
sa fique inteirada se há mecanismos e programas de prevenção da Malária e se as
medidas eventualmente postas em prática estão sendo suficientes.

Sala das Sessões, de setembro 2005.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

66

AS PESSOAS ESTÃO PREOCUPADAS. HÁ CASOS DE GENTE QUE JÁ PEGOU ATÉ OITO MALÁRIAS EM MANAUS

Ricardo Igrejas, médico do Centro de Informações em Saúde para Viajantes

99

41,9 MIL

casos da doença foram registrados apenas nas localidades próximas a Manaus no primeiro semestre

SAÚDE

Aumento de 20% dos casos de malária na Amazônia obriga governo a divulgar alerta para quem visitar à região. Foram registradas 286 mil notificações da doença, que atinge especialmente a periferia de Manaus

A volta do mosquito

ULLISSES CAMPBELL

DA EQUIPE DO CORREIO

Se você tem viagem marcada para qualquer cidade da Amazônia, principalmente Manaus (AM), não se esqueça de levar repelente, mosquiteiro e outros apetrechos que mantêm bem distante o mosquito da malária. Quem faz o alerta é o Centro de Informações em Saúde para Viajantes (Cives), órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O aviso não ocorre à toa. No primeiro semestre de 2005, os casos de malária na Amazônia aumentaram 20%, em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o Ministério da Saúde. No mês passado, uma epidemia da doença explodiu na periferia de Manaus. De janeiro a agosto deste ano, já foram registrados 41,9 mil casos da doença.

O alerta do Cives está sendo feito pela internet e por panfletos, distribuídos à população. Preocupados, os passageiros que partem do Rio de Janeiro, onde a campanha é mais incisiva, estão marcando consultas com os médicos da UFRJ para tomar medicamentos antes de embarcar. "As pessoas estão preocupadas. Há casos de gente que já pegou até oito malárias em Manaus", relata Ricardo Igrejas, médico do Cives. O coordenador geral do Programa Nacional de Controle da Malária do Ministério da Saúde, José Lázaro Ladislau, confirma as medidas de prevenção, principalmente se o viajante tiver de dormir na

periferia de Manaus. "Mas não há motivo para pânico", ressalta.

A Amazônia sempre foi o berço da malária no Brasil. A doença atinge a região desde a época áurea da borracha. No primeiro semestre de 2005, já foram registrados 268 mil casos nos nove estados que compõem a chamada Amazônia Legal - Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Amapá, Roraima, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Para se ter uma idéia, esses estados detêm 95% de todos os casos da doença no país. "Vinte por cento são da malária falciparum, a forma mais grave da doença", alerta Ladislau. A mais branda chama-se vivax e é bem recorrente na região.

Segundo o médico José Maria Souza, do Instituto Evandro Chagas, órgão do Ministério da Saúde em Manaus, a malária explodiu por conta da ocupação desordenada feita na periferia, onde há grande concentração de igarapés, pequenos rios comuns na Amazônia. Nesta área ocorreu um fato curioso, alerta o médico, que é um dos maiores especialistas em malária no mundo. "O mosquito estava em seu habitat natural e foi perseguido pelo homem", conta Souza reforça que há focos de contaminação de passageiros que viajam para Manaus.

Diretor da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do governo federal, Fabiano Pimenta diz que Manaus é a única cidade do país com mais de cem mil habitantes que não recebe diretamente do governo federal o fundo para com-

bate a endemias, inclusive a malária. O dinheiro, cerca de R\$ 22 milhões, ainda é repassado por meio do governo do Amazonas, que administra um fundo estadual. "A prefeitura não se credenciou junto ao governo federal. Não podemos atribuir a este fato a epidemia da malária na cidade. Mas certamente isso deixa o acesso ao recurso mais burocrático", lamenta. Para combater a epidemia, Manaus recebeu uma verba suplementar, de caráter emergencial, no valor de R\$ 1 milhão do governo federal.

Em busca da vacina

O médico José Maria Souza, do Instituto Evandro Chagas, alerta para os perigos do mosquito da malária: "Ao contrário do mosquito da dengue, ele pica durante a noite e voa numa distância de até seis quilômetros. Prolifera-se em águas de igarapés pouco movimentadas e de baixa turbulência". Ainda não existe vacina para combater a doença. Atualmente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Evandro Chagas desenvolvem moléculas que poderão funcionar como vacinas para a doença. Os testes estão sendo feitos em macacos. "Tenho 37 anos de experiência e, desde o início da minha carreira, já ouvia falar na vacina para malária. Até hoje não temos previsão de quando a teremos", diz o pesquisador. Para piorar, os medicamentos usados para combater a doença diminuem a eficácia a cada ano. Motivo: os parasitas da doença oferecem resistência às drogas.

CUIDADO PARA OS VIAGANTES

Se você estiver viajando para qualquer cidade da Amazônia, fique de olho nas seguintes informações:

QUANDO

Se você estiver viajando para qualquer cidade da Amazônia, fique de olho nas seguintes informações: Se você estiver viajando para qualquer cidade da Amazônia, fique de olho nas seguintes informações: Se você estiver viajando para qualquer cidade da Amazônia, fique de olho nas seguintes informações:

A DOENÇA

A malária é uma doença infecciosa, potencialmente grave, causada por parasitas (protozoários do gênero Plasmodium). Ela é transmitida pelo mosquito, o principal vetor da doença.

TRANSMISSÃO

A malária é transmitida por fêmeas de mosquitos do gênero Anopheles. A transmissão é mais comum em áreas rurais e semi-rurais, mas pode ocorrer em áreas urbanas. Em altitudes superiores a 1.5 mil metros, o risco de aquisição da doença é menor.

O CICLO DE VIDA DO PARASITA

- 1 O parasito da malária penetra no corpo humano por meio da picada.
- 2 Desenvolve-se nas células do fígado.
- 3 Multiplica-se e reproduz-se. Nasce jovens parasitos.
- 4 As hemácias infectadas rompem e jogam no sangue parasitos.
- 5 O mosquito Anopheles suga o sangue de uma pessoa infectada.
- 6 O parasito se multiplica dentro do organismo do mosquito.
- 7 O parasito invade as glândulas salivares do mosquito. Com isso, pode ser transmitido ao homem.

COMO A DOENÇA SE MANIFESTA

O desenvolvimento da malária ocorre em três fases: 1) incubação, 2) sintomas e 3) manifestação. Este é o período de incubação, que depende do tipo de mosquito.

As manifestações iniciais são febre, calafrios, mal-estar, dores de cabeça e muscular, cansaço e náuseas. Nas fases iniciais, é comum que a doença seja erroneamente diagnosticada como gripe.

Os vários medicamentos estão disponíveis para o tratamento da malária. A doença pode ser tratada com sucesso, principalmente se o tratamento iniciar precocemente.

Se não for prontamente tratada, a malária pode evoluir para uma anemia crônica e febre (olhos amarelados, semelhantes a papoatas). A infecção também pode resultar em um dano permanente aos rins e ao cérebro.

COMO SE PROTEGER

Evitar de manhã comprida e à noite, com insetos nas roupas. Sempre observando a orientação máxima para crianças (10%) e adultos (5%).

Procurar hospitalar em locais com ar condicionado e com telas protetoras contra mosquitos. Evitar utilizar mosquiteiros com inseticida em seu uso nos locais onde for dormir.

ÁREAS DE RISCO

Cerca de 40% da população mundial vive em áreas com risco de transmissão da malária. Mais de 300 milhões de pessoas são infectadas pela doença anualmente. A transmissão ocorre em países da América Central, do Sul e do Norte (México), África sub-saariana, sudeste da Ásia, Oriente Médio, Oceania e na Índia.

RISCOS NA VIAGEM

No Brasil, a transmissão da malária está basicamente restrita à Amazônia Legal. Nas capitais dessa região, em geral o risco é pequeno, mas pode haver transmissão nos arredores das cidades. Nos estados do Sudeste e do Sul, atualmente, não ocorre transmissão.

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

Desafio de conter epidemia

O Ministério da Saúde, o governo do Amazonas e a prefeitura de Manaus uniram forças para tentar conter a epidemia de malária que atinge a região metropolitana da capital. O primeiro passo foi formar uma comissão com técnicos das áreas esferas e pôr em prática um plano emergencial. A ideia é conter o avanço da doença, que já preocupa especialistas internacionais.

Na primeira fase do plano, os técnicos tentarão controlar a ação do mosquito transmissor da malária. Simultaneamente, será ampliada a assistência médica aos pacientes já contaminados. Com essas ações, o governo amazonense e a prefeitura de Manaus pretendem evitar 6,6 mil casos novos da doença até o final do ano em todo o estado do Amazonas. Na capital, o trabalho das equipes deve reduzir em até 40% o número de notificações na cidade, em relação ao terceiro trimestre deste ano.

O plano contempla ações principalmente nas zonas pe-

riféricas de Manaus, onde a doença se espalha de forma descontrolada. A execução das ações vai exigir investimentos de R\$ 2,6 milhões, que serão aplicados na aquisição de mais equipamentos, material permanente e insumos, utilizados no combate ao mosquito, no diagnóstico, no tratamento, no manejo ambiental e em ações de esclarecimento e sensibilização da população.

O governo do Amazonas vai adquirir ainda microscópios, motocicletas, motores de popa, motosserras, roçadeiras manuais e inseticida. Tudo será utilizado na operação de termonebulização e borrifação de inseticida nas casas das áreas de risco para a transmissão da malária.

Veneno

Para conter as larvas dos mosquitos, o plano prevê a limpeza do leito e das margens de 26 igarapés localizados nas zonas de risco, num total de 23,2 quilômetros. A aplicação de biolarvicida será in-

tensificada em 150 tanques de piscicultura, instalados na área do Tarumã, bairro da periferia de Manaus. Em mais de 200 localidades nas zonas urbana e rural, onde existem 16 mil habitações expostas ao mosquito transmissor, também haverá borrifação de veneno.

De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Amazonas, até julho houve um pequeno decréscimo, em torno de 2%, do número de casos de malária em Manaus em relação ao mesmo período no ano passado. O comparativo entre os meses de julho e agosto também apontam redução, apesar do período sazonal que favorece a proliferação dos mosquitos e a transmissão da doença. Foram 1,9 mil casos a menos, mas os números ainda são críticos na avaliação dos especialistas. Manaus, onde vivem 50% da população do Amazonas, concentra atualmente 31% do total de casos da doença. Os outros 69% ocorreram em 32 municípios. (UC)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento de V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por 20 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fui procurado por funcionários públicos de Santa Catarina ligados à Receita Federal. Fiz um pronunciamento que quero deixar registrado nesta Casa.

O mar de lama e de corrupção em que se afunda, dia após dia, o Governo Federal é apenas uma das muitas faces ocultas do Partido dos Trabalhadores. Reveladas, essas faces surpreendem até mesmo a nós, membros da Oposição. Mas surpreendem, principalmente, os milhões de eleitores do Presidente Lula, cidadãos e cidadãs de bem deste País, que acreditaram na beleza de um sonho, mas mergulharam nas agruras de um pesadelo!

Um das faces mais cruéis do Governo do PT é o tratamento dispensado aos servidores públicos.

Prometeram dignidade e recomposição salarial. Mas que dignidade e que recomposição salarial são obtidas com um reajuste de 0,01%? Seria cômico, não fosse trágico.

Recentemente, editaram a Medida Provisória nº 258, que cria a Receita Federal do Brasil. Em mais uma demonstração de desprezo para com o servidor público, o Governo excluiu os Técnicos da Receita Federal da carreira de Auditoria da nova Receita.

É extremamente injusto que os Técnicos da Receita, que já faziam parte da carreira de Auditoria da Receita Federal, sejam alijados da carreira de Auditoria do novo órgão. Isso significa perpetuar a discriminação contra os Técnicos, que sempre exerceram funções semelhantes às dos Auditores, mas nunca foram remunerados à altura.

Com essa medida, o Governo perde uma excelente oportunidade de criar uma carreira composta não somente por servidores de altíssimo nível técnico e profissional, mas também, principalmente, por servidores motivados, dispostos a dar o máximo de

si em prol das atividades da administração tributária, ramo da administração pública que possui importância vital para atingir e perpetuar a igualdade social em nosso País.

A Receita Federal do Brasil necessita de um corpo de funcionários altamente qualificados, de forma a desempenhar, com eficiência e eficácia, as suas funções. Por que, então, alijar os Técnicos da Receita Federal da carreira de Auditoria se eles possuem todos os atributos de competência e qualidade e se já desempenham atividades típicas de Estado na área de tributação, de arrecadação e de fiscalização? É uma discriminação inaceitável!

Na tentativa de corrigir tamanha injustiça, o Deputado Júlio Redecker apresentou uma emenda à MP nº 258, que garante a inclusão dos Técnicos na carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil. Apóio integralmente a emenda e faço um apelo para que as Sr^{as} e Srs. Deputados a aprovem e, quando ela aqui chegar, para que nós também a aprovemos, até porque isso é uma questão de justiça! Devemos aproveitar esses Técnicos, que vão ficar ociosos sem o devido serviço, caso a emenda do Deputado Júlio Redecker não seja aprovada. Se aprovada, com certeza, faremos justiça.

Solidarizo-me, ainda, com o Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal, o Sindireceita, que vem lutando, junto aos Parlamentares, pela correção de tamanha distorção. Tenham em mim um aliado de primeira hora, que lutará com todas as forças para combater essa enorme discriminação aos Técnicos da Receita, patrocinada pelo Governo do PT! A Receita Federal do Brasil necessita tão-somente de uma única carreira: a de Auditor. E essa nova carreira deve contemplar igualmente os Auditores da Receita e os do INSS, bem como os Técnicos da Receita Federal. Aproveitaríamos os dois, os Auditores da Receita e os do INSS, se for aprovada a emenda do Deputado Júlio Redecker.

Faço este pronunciamento porque tivemos uma discussão muito longa com os Técnicos da Receita. Eles estão sentindo que, a permanecer apenas a MP do Governo Federal, serão eles, Técnicos preparados e capacitados, remanejados para órgãos públicos, departamentos, sem serem aproveitados. E o pior: o Governo terá de contratar em torno de mil novos funcionários, certamente muitos inexperientes ainda, e o Brasil vai ter um prejuízo enorme na arrecadação, porque todo o trabalho que foi feito por esses Técnicos da Receita será jogado no lixo.

Esperamos que se aproveitem os dois: os Técnicos do INSS e também os da Receita, para fazermos justiça às duas classes.

Sr. Presidente, recebi uma manifestação de empresários de Santa Catarina, cuja nota foi publicada em vários jornais do meu Estado:

Indústria reclama de aumentos na energia.

Empresários de todo o Estado estiveram reunidos na Câmara de Assuntos Energéticos da Fiesc para discutir o futuro do setor produtivo após os reajustes nas tarifas de energia elétrica (21,1% em média) e do gás natural (13% em média e mais 10%, a partir de novembro). O Presidente da Fiesc, recentemente eleito, Alcântaro Corrêa, apontou a situação extrema de competitividade que a indústria catarinense já passava antes dos aumentos dos insumos e afirmou temer que os reajustes comecem a gerar demissão de funcionários e falências das empresas.

A Eliane [uma empresa por demais conhecida no Brasil e no exterior] está estudando o abandono do insumo na etapa de secagem da massa cerâmica, responsável por 40% do consumo de energia da indústria. A opção energética que está sendo tomada pelo setor ceramista é o carvão mineral, de propriedades menos nobres, porém mais em conta para a atividade de secagem. A Embraco ressaltou o clima de apreensão da empresa, não apenas com o câmbio desfavorável e os juros altos, mas especialmente as questões ambientais. Ele lembrou que o enquadramento nas normas internacionais de meio ambiente são requisito indispensável para o atual sucesso das exportações.

Representantes das empresas de energia estiveram presentes na reunião, onde foram discutidos inúmeros assuntos, mas não há meio para lhes garantir a possibilidade de continuarem a empregar e produzir para o nosso País.

Ora, Sr. Presidente, é lamentável que, além de tudo por que estamos passando, além de todos esses desmandos que estão acontecendo e da falta de preparo do Presidente Lula e de alguns de seus assessores, além de eles não conseguirem colocar o Brasil nos trilhos, ainda prejudiquem – a cada decisão, a cada medida provisória, a cada portaria – mais aqueles que produzem e geram empregos em nosso País.

É preciso que Lula, ao apagar das luzes do seu Governo – porque faltam poucos meses –, dê ao nosso País garantias de crescimento no futuro. Não basta dizer que o Brasil está crescendo agora, pois isso ocorre em função do passado. Se o Governo Federal não adotar uma providência urgente e não tomar cuidado, daqui a um ano ou dois anos, certamente, haverá inúmeros problemas na nossa economia devido ao desemprego.

Falo dessa forma, porque, todos os dias, recebo *e-mails*, ofícios, telegramas e telefonemas de agricultores, de representantes comerciais e de pequenos e microempresários, que dizem estar seriamente preocupados com a política adotada pelo atual Governo. É lamentável que o Governo Federal, que deveria estimular a geração de empregos, tome medidas impopulares e ruins para as nossas empresas, prejudicando a produção e deixando milhares de trabalhadores ao relento, sem oportunidade de buscar o sustento para os seus familiares.

Sr. Presidente, peço que constem do meu pronunciamento um e-mail que recebi e a matéria a respeito da indústria de Santa Catarina que reclama do aumento na energia.

Sr. Presidente, estamos próximos do final de setembro – faltam 17 dias para o seu término – e sentimos que a tão sonhada e debatida reforma política já “foi para o espaço”. Nesses 60 dias, período em que as CPIs estiveram reunidas, houve diversos debates e estudos para que não mais ocorram tantos gastos nas campanhas eleitorais e para que se evitem os caixas dois. Também se procurou encurtar o período de campanha, a fim de que pudéssemos fazê-la mais frente à frente com o eleitor.

Senador Mão Santa, lá se vai o mês de setembro, e a reforma política não vai acontecer. Quem devemos responsabilizar? O Senado? A Câmara dos Deputados?

É preciso que fique bem claro que o excesso de medidas provisórias emitidas pelo Governo Federal está trancando a pauta, impedindo que inúmeros projetos sejam colocados em votação e fazendo com que todos esses escândalos e essas possíveis cassações de mandatos de Parlamentares sejam jogados para a frente. Assim, evitam a reforma e tornam possível a salvação do couro de alguns desses Parlamentares ou de alguns homens públicos envolvidos com corrupção.

Além disso, tenta o Governo Federal manter Severino Cavalcanti no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Dizer que integrantes da Oposição o

elegeram não é justificativa, porque os segmentos do Governo Federal e do PT que combatiam a candidatura de Severino Cavalcanti hoje curvam-se e permitem que ele continue no cargo. Se não fosse assim, não estariam negociando apoio para o atual Presidente Severino, na Câmara dos Deputados, em troca de cargos no Governo. Além disso, todos sabemos que o Presidente Severino praticamente vendeu os trabalhos da Câmara dos Deputados para o Governo, em troca desses cargos.

Espero que o Governo tome uma posição firme em relação à apreciação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do envolvimento do Presidente Severino e dos Parlamentares em vias de perderem o mandato. Dessa forma, talvez o Presidente ainda possa recuperar um pouco do seu prestígio, que está em baixa, e fazer com que as nossas empresas continuem gerando empregos e renda para a população brasileira.

Falou-se, hoje, em *impeachment*. Acredito que ele já teve início. Quando a pesquisa começa a mostrar a queda brusca do prestígio de Lula, é possível notar que o povo, mesmo antes das eleições, já está pedindo “Fora, Lula!”, “Fora, desmandos!”, “Fora, corrupção!”.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

A/C
TANIA URGENTE

Favor repassar este material abaixo, do jornal A Notícia, de hoje, 13/09/05 ao senador, caso queira registrar ou se manifestar em plenário. O assunto, aumento de energia esta rendendo muita polêmica entre a classe empresarial catarinense pois pode haver demissões e falência de empresas.

Gratos
Mello

Indústria reclama de aumentos na energia

Florianópolis — Empresários de todo o Estado estiveram reunidos na Câmara de Assuntos Energéticos da Fiesc para discutir o futuro do setor produtivo após os reajustes das tarifas de energia elétrica (21,1% em média) e do gás natural (13% em média, e mais 10% a partir de novembro). O presidente da Fiesc, Alcantara Corrêa, apontou a situação extrema de competitividade que a indústria catarinense já passava antes dos aumentos dos insumos, e afirmou temer que os reajustes comecem a gerar demissão de funcionários e falências das empresas.

A Eliane está estudando o aban-

dono do insumo na etapa de secagem da massa cerâmica, responsável por 40% do consumo de energia da indústria. A opção energética que está sendo tomada pelo setor ceramista é o carvão mineral, de propriedades menos nobres porém mais em conta para a atividade de secagem. A Erabracó ressaltou o clima de apreensão da empresa, não apenas com o câmbio desfavorável e os juros altos, mas especialmente as questões ambientais. Ele lembrou que o enquadramento nas normas internacionais de meio ambiente são requisito indispensável para o atual sucesso das exportações.

Representantes das empresas de energia estiveram presentes na reunião apresentando a composição das tarifas e os motivos dos reajustes. As duas afirmaram apenas repassar as tarifas autorizadas pelas agências nacionais. O diretor econômico e financeiro da Celesc, Gerson Berti, concordou que o aumento é expressivo, mas lembrou que está alinhado com o que determinou a agência. Sobre um possível escalonamento do repasse, disse que é uma decisão que cabe aos acionistas da empresa, mas que isso poderia causar prejuízos à companhia. “Investimos R\$ 335 milhões só esse ano. Seria complicada

do abrir mão do aumento por conta disso”, declarou Berti.

No gás natural, o presidente em exercício da SC Gás, Walter Piazza Júnior, argumentou novamente que não houve aumentos em 30 meses de atividade, e garantiu que a empresa não repassará este ano o reajuste integral praticado pela Petrobras. Já para o ano que vem, os eventuais aumentos dependem do valor praticado pela fornecedora e também do câmbio, uma vez que Santa Catarina depende 100% do gás boliviano. “Um repasse menor não foi possível em razão dos investimentos que a empresa vem fazendo”.

Balneário Camboriu, 25 de agosto de 2005.

Exmo.Sr.Senador

Leonel Pavan

Brasília DF

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Prezado Senhor,

Tenho ouvido e visto através da TV Senado, o líder do PSDB ter dito à dias atrás na Tribuna do Senado, que não estamos desejando o impeachment do presidente da República.

Senhor Senador, me desculpe, mas não posso concordar com tal colocação. Se não vejamos.

O partido do presidente, o PT, sugou, patrulhou, cobrou e fez uma oposição canina durante oito anos, contra o governo de sua excelência, o senhor Fernando H. Cardoso até o último minuto de seu mandato. O PT e seus seguidores ficaram mais de 20 anos dizendo que eles eram os certos e eram cheios moral e ética. O governo do PT nunca teve uma programa de governo. O que tem é um projeto de poder e desmandos, alimentados pela corrupção.

Se essa crise estivesse ocorrido no governo do Sr.Fernando H. Cardoso, o PT e seus aliados oportunistas teriam afastado o ex-presidente.

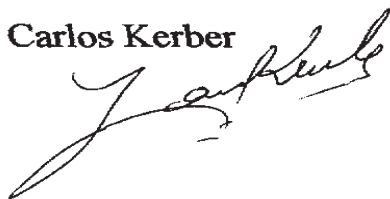
O PSDB e os demais partidos que integram a oposição, tem como obrigação,de lutar pelo afastamento do atual presidente da República, para acabar com esse lamaçal que cobre o País.

Senhor Senador, os senhores líderes da oposição não devem nem pensar em negociar o mandato do presidente Lula, com o PT.

O que tem que ser feito é lutar pelo afastamento do presidente da República. Quando um presidente da República não sabe o que acontece com seus ministros ou acessores mais diretos, torna-se um perigo para a Segurança da Nação.

Um abraço ao amigo Senador Leonel Pavan,
de seu correligionário

João Carlos Kerber



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pelo tempo restante da sessão, ou seja, por dez minutos, concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, ex-Governador do Estado e Presidente da CPMI do Mensalão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sou Relator, Sr. Presidente, da CPMI dos Bingos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Digo melhor, V. Ex^a é o Presidente da CPMI dos Bingos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Relator. Desculpe-me, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não há do que se desculpar, Sr. Presidente. Pelo contrário, eu que lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a é um Senador atuante nesta Casa sempre.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não é a primeira vez que V. Ex^a participa de uma CPI com tanto brilhantismo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a atenção de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já abordei este assunto desta tribuna e volto a fazê-lo por se tratar de questão relativa ao desenvolvimento regional, que vai levar o Governo Federal e os seus parceiros nesse empreendimento a um investimento no valor de US\$2 bilhões. Refiro-me, Sr. Presidente, à refinaria de petróleo a ser instalada no Nordeste e à frustração vivida por todos nós, daquela Região, depois de uma conquista, de uma vitória para que ela não fosse instalada no Rio de Janeiro, como inicialmente se cogitava, mas no Nordeste. Daí passou-se a se cogitar que a sua instalação se desse não apenas em um Estado, mas em quatro: Pernambuco, Ceará, Sergipe e no meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, volto hoje à tribuna para reclamar sobre a falta de transparência no que se refere ao assunto. Não há, nesse processo, sinais de transparência. Ora se diz que o Governo vai adotar uma postura eminentemente técnica, ora se diz que os Governo Federal e o governo venezuelano estão, Sr. Presidente, totalmente de acordo para, por meio da empresa Pedveza, oferecer um aporte de R\$700 milhões para que a refinaria seja instalada em Pernambuco. Isso por-

que, em Pernambuco, há uma cidade chamada Abreu Lima, que foi um dos heróis do processo revolucionário libertador venezuelano.

Sr. Presidente, queremos saber da Petrobras – não sei se os outros Estados estão com esse nível de preocupação, mas o Rio Grande do Norte está –, e temos indagado por meio do Governo estadual, dos Parlamentares federais e estaduais, sobre a localização dessa refinaria, que efetivamente trará desenvolvimento ao Estado em que ela for implantada.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero dizer que, assim como V. Ex^a, nós também nos alegamos com a instalação dessa refinaria no Nordeste brasileiro. Isso, para nós, já é uma vitória. O que não podemos é continuar, indefinidamente, com a instalação dessa refinaria adiada em função do que parecem ser disputas locais. Não é verdade. São outras as razões para que...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Parece ser o que, Senador? Eu não entendi.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Parece que essa refinaria, da qual se fala há tantos anos, não se implanta em função de disputas locais entre os Estados interessados, o que não é verdade. Essa refinaria já poderia ter sido implantada. Mas, neste momento, como representante do Ceará, junto-me a V. Ex^a, que aqui representa o Estado do Rio Grande do Norte, como aos representantes dos demais Estados interessados, dizendo a mesma coisa: ficaríamos muito felizes se ela fosse instalada em qualquer um desses Estados. Se Pernambuco for o Estado escolhido por critérios realmente técnicos, ótimo para Pernambuco. Nós ficaremos felizes também. Não podemos, no entanto, concordar – e, por isso, queremos entender, assim como o Estado do Rio Grande do Norte – é com o critério adotado, ou seja, de a refinaria ser instalada em um determinado local – no caso, a chamada cidade de Abreu Lima, em Pernambuco –, por uma decisão do Presidente Chávez, da Venezuela, sem haver qualquer ligação com critérios técnicos, com critérios locais, com critérios de infra-estrutura, que, durante tantos anos, nos foram dados como argumento pela Petrobras de que seriam a grande qualificação que o Estado receberia. O Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará e o próprio Pernambuco investiram muitos recursos para a instalação dessa infra-estrutura. Agora, fomos surpreendidos pela não-existência de critérios técnico. Não há qualquer decisão tomada em relação a esses critérios, a não ser a vontade do Presidente da Venezuela em instalar a refinaria na cidade de Abreu Lima, cidade que tem o nome dado em homenagem

a um herói que nasceu em Pernambuco, mas é venezuelano. Senador Garibaldi Alves Filho, ninguém sabia, nem em Pernambuco, quem era esse herói, até pouco tempo. E mais ainda: o Presidente do Brasil quebra todos os compromissos de fazer economia com a instalação de uma refinaria viável, tudo dentro de critérios técnicos, para bajular um Presidente populista de um país vizinho, com o objetivo megalomaniaco de chegar ao já frustrado sonho e à ambição de ter uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, que a própria Venezuela já disse que não vai apoiar. Realmente, V. Ex^a está coberto de razão, e tem todo o direito – acaba de chegar o Senador Sérgio Guerra – de questionar esses critérios. Se V. Ex^a me permitir mais um minuto, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Pois não, Senador.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Quero esclarecer que tanto V. Ex^a quanto eu – tanto o Rio Grande do Norte quanto o Ceará –, não temos nenhuma objeção em que a obra seja feita em Pernambuco. Alegramo-nos com esse fato, pois queremos que ela seja realizada. No entanto, esperamos que a escolha não seja feita pelo Coronel Chávez, da Venezuela, ou motivada por um simples desejo de bajulação a um líder populista pelo Presidente do Brasil. O que nos choca e que, de certa forma, nos deixa perplexos é a maneira como são adotados os critérios de escolha de qualquer ato deste Governo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a tem razão. Sempre se garantiu – e não poderia ser diferente – que seriam adotados os chamados critérios técnicos na escolha do local da instalação da refinaria, que essa seria uma escolha racional, a fim de não trazer dúvida com relação à Petrobras, que estava, sobretudo, voltada para os interesses nacionais – e, no caso, para os interesses nordestinos –, escolhendo o melhor local. No entanto, essa intenção parece ter sido deixada de lado.

Na verdade, há um processo, como eu já disse, em que não se divulga nada, não se faz dele ou por meio dele nenhuma abertura, não se trava nenhum diálogo com os Estados. Seria até bom que os Estados preteridos pudessem se unir, que formassem um bloco de excluídos e procurassem o Presidente da República, o Ministro de Minas e Energia ou a direção da Petrobras. O Rio Grande do Norte, por exemplo, tem uma instalação no Município de Guamaré, onde já se refina petróleo. O que precisa haver é uma ampliação desses investimentos. São refinados 33% do petróleo produzido no Rio Grande do Norte, o que significa 25 mil barris.

Então, Sr. Presidente, por que não aproveitar toda aquela estrutura, toda aquela tecnologia, tudo o que ali se faz, e realizar um empreendimento do porte dessa refinaria no Rio Grande do Norte?

Deixo aqui, mais uma vez, a minha palavra com relação a essa situação que se criou e peço ao Presidente que ouçamos o Senador Sérgio Guerra, para que eu possa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O tempo de V. Ex^a foi encerrado.

Entretanto, a Mesa, a pedido de V. Ex^a, faz uma deferência e concede a palavra, por dois minutos, ao eminente Senador Sérgio Guerra, do Estado de Pernambuco, inclusive para justificar a escolha da refinaria em Pernambuco. S. Ex^a deve estar por dentro de como ocorreu a escolha.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, fui Secretário de Indústria e Comércio do meu Estado por duas vezes, quando era Governador Miguel Arraes, ex-Presidente do seu Partido. No seu primeiro governo, como Secretário e na companhia do Secretário da Fazenda, o Deputado Eduardo Campos, agora Presidente do Partido e ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, fiz uma visita à Venezuela e à Pedvesa, por uma semana. Desde aquela época, a escolha da Pedvesa para instalação de uma refinaria no Brasil era rigorosamente prevista para o porto de Suape. Essa definição não tinha conteúdo histórico, tinha conteúdo técnico. Levantamentos feitos posteriormente indicaram que a localização alternativa de uma refinaria em Pernambuco ou no Ceará poderia indicar vantagem mínima para localização em um porto ou em outro, mas essa vantagem mínima não era suficiente para determinar a localização. Seu tamanho econômico não era razão para definição de localização. Acompanhei essa situação na Petrobras por dois, três, quatro anos seguidos. Aliás, a Petrobras foi o grande fator de proteção para a solução de uma refinaria no Nordeste. Além disso, houve alguma precariedade de governos brasileiros que estimularam uma falsa competição entre Estados no interesse de evitar uma solução que fosse para o Nordeste. Quero dizer que há conteúdo técnico na escolha de Pernambuco. Não há aventura populista no campo de um empreendimento de aproximadamente US\$2 bilhões. Uma empresa como a Pedvesa tem engenharia econômica, engenharia técnica, engenharia sobre vários aspectos e conhecimento do mercado para definir onde deveria se localizar. Não se pode supor que, naquela escala de organização e produção, a escolha seja política. Ela é técnica. Devemos trabalhar por uma agenda conjunta e múltipla para o Nordeste, em que os Estados se compensem em projetos que tenham a ver com suas vocações e que sejam a ala-

vanca de seu desenvolvimento. A divisão entre nós não serve, não ajuda e não resolve.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a apenas vem ratificar meu pensamento de que fomos enganados esse tempo todo pelo Governo Federal, que passou a alimentar a possibilidade de a refinaria se sediar em cada Estado, sendo que a decisão, segundo V. Ex^a, já estava tomada há muito tempo pela Venezuela. Assim, ficamos, esse tempo todo, ouvindo da parte do Governo Federal a palavra de que a refinaria poderia se sediar em um dos nossos Estados, e passamos a fazer gastos com estudos técnicos e investimentos de toda sorte para nos apresentarmos, cada um, com maiores possibilidades. Na verdade, a escolha já estava feita.

Não tenho a menor ilusão, Senador Sérgio Guerra, de que Pernambuco já ganhou essa parada. V. Ex^a está apenas dizendo-me que já a ganhou há muito tempo. Creio que não pode ficar assim. Essa questão não pode ser resolvida dessa maneira. Dá-se tudo a Pernambuco e ao Rio Grande do Norte nada, bem como ao Ceará e a todos os outros Estados. Falo dos Estados que estão pleiteando. Para o Ceará do Senador Tasso Jereissati, nada.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Todos ficaram com nada até agora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Todos ficaram com nada e V. Ex^a com tudo, no que diz respeito à refinaria.

Não é possível. Todos os Estados do Nordeste – há, claro, Estados mais e menos desenvolvidos – estão vivendo uma determinada conjuntura que V. Ex^a já conhece muito bem. Um investimento dessa natureza pode trazer grandes benefícios. Volto a dizer que o Rio Grande do Norte, por meio de seu Governo, da Governadora, da Bancada Federal, de todos nós unidos e deixando de lado as diferenças partidárias, vamos reivindicar o que é nosso.

Creio que os outros Estados também devem lutar, batalhar por seus interesses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 220, de 2005 (nº 579/2005, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de*

Combate à Pobreza, sancionado e transformado na Lei nº 11.172, de 6 de setembro de 2005;

– Nº 221, de 2005 (nº 580/2005, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (nº 4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005;

– Nº 222, de 2005 (nº 581/2005, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.264/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*, sancionado e transformado na Lei nº 11.174, de 6 de setembro de 2005;

– Nº 223, de 2005 (nº 582/2005, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul*, sancionado e transformado na Lei nº 11.175, de 6 de setembro de 2005; e

– Nº 224, de 2005 (nº 583/2005, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4.265/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 13 de dezembro como o “Dia Nacional do Forró”*, sancionado e transformado na Lei nº 11.176, de 6 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, as seguintes matérias:

– **Mensagem nº 225, de 2005** (nº 584/2005, na origem), de 9 do corrente, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a

República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social; e

- **Mensagem nº 226, de 2005** (nº 585/2005, na origem), de 9 do corrente, solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 999, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2005 – **Os-mar Dias**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O Sr. Senador Alvaro Dias enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar de mencionar a Pes-

quisa CNT/Sensus, divulgada hoje, destacando que a aprovação do desempenho pessoal do Presidente Lula caiu 9,9 pontos percentuais em setembro. Em dados comparativos, a aprovação saiu de 59,9%, em julho, para 50,0%, neste mês. A desaprovação aumentou de 30,2% em julho de 2005, para 39,4% em setembro.

É mister destacar, Sr. Presidente, que estes são os piores índices colhidos pela pesquisa desde o começo do Governo.

Para que possamos avaliar, quando o Presidente Lula tomou posse, em janeiro de 2003, 83,6% dos entrevistados aprovavam o Presidente e apenas 6,8% o desaprovavam. A pesquisa CNT/Sensus reflete o desgaste político do Presidente da República em face da postura dúbia que assumiu desde que eclodiram os escândalos de corrupção no seu Governo.

Como dizia o botânico francês Philibert Comerson, “a realidade é o funeral das ilusões”. A partir de agora, o presidente da República terá que lidar com os desdobramentos imprevisíveis da crise política e institucional.

No campo econômico, a produção industrial regional perdeu fôlego em julho e registrou crescimento em apenas sete das 14 áreas pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na comparação com igual mês do ano passado.

Gostaria de destacar que a produção industrial brasileira caiu 2,5% em julho na comparação com junho, segundo dados divulgados pelo IBGE na semana passada. Esta foi a primeira queda após quatro meses seguidos de expansão e também a maior retração desde janeiro de 2003.

O Brasil, segundo o Banco Mundial, perdeu eficiência de 2004 para 2005. A partir dos dados divulgados ontem em trabalho intitulado “Fazendo negócios 2006: criando empregos”, o Brasil caiu 23 posições no *ranking* do banco, que analisa a facilidade de se fazer negócios em 155 países.

O Brasil ficou em 119º lugar entre os piores países do mundo para se fazer negócios, atrás de seus principais competidores emergentes como México (73º), Rússia (79º) e China (91º) e da maioria dos países latino-americanos, perdendo para Nigéria, Albânia e Sri Lanka.

De acordo com o Banco Mundial, o Brasil ocupa a liderança absoluta no quesito impostos e complicações tributárias.

As empresas brasileiras consomem em média 2.600 horas por ano para pagar uma das maiores cargas tributárias do mundo. Conseguimos superar até mesmo a República dos Camarões.

A queda da popularidade do presidente Lula e as contradições da ortodoxia da política econômica

ameaçam eclodir a qualquer momento como mais um ingrediente imprevisível do cenário conjuntural de curto prazo.

Nesse contexto, a responsabilidade da oposição aumenta e as chances do País emergir da atual crise com o menor número possível de seqüelas é cada vez menor.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização, amanhã, de sessão solene do Congresso Nacional, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a reverenciar a memória do ex-Governador e Deputados Miguel Arraes, e que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos

termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(*Votação nominal*)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2003 COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Parecer favorável, sob nº 1.361, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Edison Lobão.

5

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 348, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005 (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001*.

Parecer favorável, sob nº 1.633, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 349, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988*.

Parecer favorável, sob nº 1.634, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 351, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 1.635, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 353, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.636, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Sa-turnino.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 354, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.637, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 355, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.638, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 358, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.*

Parecer favorável, sob nº 1.639, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 363, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.640, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº

1.300/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.641, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Parecer favorável, sob nº 1.642, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.643, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 (nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.

Parecer favorável, sob nº 1.606, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 16307/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 12 DE SETEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive nos Estados Unidos, mais precisamente em Nova Iorque, como observador do Parlamento Latino-Americano ao congresso recém-realizado de que também participou, representando o Brasil, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti – Congresso dos Presidentes de Parlamentos do mundo.

Embora não tenha mantido contato, nos Estados Unidos, com o Presidente Severino Cavalcanti, conversei bastante com o Deputado José Thomaz Nonô e com o Senador José Jorge, Líder da Minoria nesta Casa. E deles recolhi algumas informações que julgo relevantes para a conclusão a que chego, ou seja, da parceria, da associação, do conluio entre o Governo Lula e a proposta de se manter na Presidência da Câmara dos Deputados, o Sr. Severino Cavalcanti.

Era voz comum, entre os jornalistas acreditados em Nova Iorque e os que daqui para lá foram acompanhar a viagem do Presidente da Câmara, era voz corrente, entre eles e os poucos Parlamentares que integravam a nossa comitiva, era consenso que o Sr. Severino Cavalcanti, ao chegar aqui, usando do legítimo direito à defesa, pediria licença para se defender fora da Presidência da Casa. As acusações que sofre são graves e ou S. Ex^a tem plena razão e é vítima de uma fraude brutal, ou não tem nenhuma razão e patrocina uma fraude ainda mais brutal – e, neste caso, teria que perder o próprio mandato.

O Sr. Severino sai, então, de Nova Iorque com a clara determinação de pedir licença para se defender fora do tiroteio a que o submeteria a Presidência da Casa. Chegando aqui, S. Ex^a muda. E, lendo os jornais, pondo-me em dia, verifico que conversou com o

Ministro da Coordenação Política, o ex-Deputado Jacques Wagner. Dizem aqui Eliane Catanhêde e Ranier Bragon, na **Folha de S. Paulo**: "Apesar de o Palácio do Planalto ter manifestado reservadamente a intenção de abandonar Severino Cavalcanti (PP de PE)"... – e aí interrompo para indagar: reservadamente por quê? Se ele cometeu um delito, se faltou com a compostura, com o decoro? Que raio de mudança tão grave é essa que aconteceu em Lula, no PT, no Planalto a ponto de manifestarem reservadamente que não querem conversa com o Severino?!

Mas volto ao texto de Eliane Catanhêde e Ranier Bragon:

O coordenador político do Governo, Ministro Jacques Wagner, foi pessoalmente à casa do Presidente da Câmara, momentos antes da entrevista coletiva que este concedeu para se defender, com duas versões para a conversa. A versão do próprio Wagner, repassada pela sua assessoria, segundo a qual o Ministro teria ido à casa de Severino porque teria sido convidado e não teria como negar um encontro com o presidente de outro poder. Já a versão dos aliados de Severino é de que Wagner foi transmitir o apoio do Planalto, afirmando que a Abin – Agência Brasileira de Inteligência – teria apurado as denúncias e teria concluído como sem pé nem cabeça as denúncias contra Severino Cavalcanti e que isso seria um alívio para o Planalto, porque temeria que o afastamento do atual Presidente da Câmara servisse para favorecer a Oposição e enfraquecer Luiz Inácio Lula da Silva, a pouco mais de um ano da sucessão presidencial.

Portanto, se houve falta de decoro, não interessa; se houve corrupção, não interessa; se houve propina, não interessa; se houve achaque, não interessa. Oportuno e interessante, por essa versão, seria, pura e simplesmente, que não se permitisse que alguém da Oposição, no caso o Sr. José Thomaz Nonô, chegasse à Presidência da Casa, porque talvez aí ele apressasse, conforme pede a sociedade, esses processos de cassação de mandato e procurasse impulsionar outros tantos, porque não são só dezoito os culpados. Então, Lula vai para a mediocridade mais deslavada, segundo essa versão, procurando proteger Severino Cavalcanti.

E Severino se sentiu protegido, tanto que desistiu da licença que ia tirar. Esta é a verdade e este é um fato: alguma coisa o fez, Senador Jorge Bornhausen, desistir da licença que ia tirar. Ia tirar licença e não ti-

rou mais, porque conversou com o Ministro Jacques Wagner e, a partir daí, mudou.

Muito bem, aí começam os desmentidos. Esse Governo primeiro desmente tudo, depois confirma tudo. Houve desmentidos de toda sorte. Mas a verdade é que o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, afirmou também, antes, lá para trás, que o objetivo de tirar Severino da Presidência da Casa visaria aumentar o poder da Oposição na Mesa. Então, novamente vem aqui outro ponto de encontro entre Severino e o Governo.

Aqui tem uma nota que considero esquisitíssima:

O Ministro Jacques Wagner afirmou que o Governo não apóia nem condena o Presidente Severino, acusado de receber propina de R\$10 mil do empresário Augusto Sebastião Buani. Disse que não prejudicaria o Presidente da Câmara. No domingo, Severino ao anunciar que não se afastaria do cargo por causa das denúncias disse que tinha o apoio do Executivo, até porque o seu Partido, o PP, faz parte da base aliada. O tribunal é a Câmara, disse Wagner, e não o Governo, não existe a figura do apoio e da condenação, queremos que as investigações sejam feitas.

Segundo o Ministro, o Presidente Lula não iria se manifestar sobre um assunto que diz respeito à Câmara, blá, blá, blá, blá, blá, blá, blá. Muito bem!

Eu, então, desta tribuna, coloco aqui a minha própria versão, já que há um choque de versões. A minha versão é que Severino ia pedir licença, era esse o clima em Nova Iorque, onde S. Ex^a estava, e aqui chegando foi estimulado por alguém ou por mais de uma pessoa do Governo e sentiu que deveria resistir na Presidência da Casa.

Manifesto também a minha opinião de que não considero correto se as oposições boicotarem a reunião de quarta-feira, que vai julgar o mandato do Sr. Roberto Jefferson, por entender que, em primeiro lugar, não dá para a Oposição ficar com a pecha de que impediu a votação de matéria tão relevante; em segundo lugar, porque, se porventura a decisão for pela cassação do Sr. Roberto Jefferson, após S. Ex^a, irão todos os culpados, que não são apenas dezoito, porque não tem sentido nenhum se punir – e acredito que deva ser punido; e ele próprio já disse que sublimou o seu mandato, deve ser punido o Sr. Roberto Jefferson –, além dele, todos aqueles que ele denunciou; todos aqueles que, em função das denúncias que ele revelou à Nação, vieram à baila com indícios que já permitem uma condenação política pela Câmara dos Deputados.

O clima está muito ruim mesmo. Tenho lido sobre petistas aliviados com a prisão de Maluf – penso: “Meu Deus do céu, Lula, agora, se escuda na prisão de Maluf para evitar que o seu próprio lombo arda” –, que o escândalo Severino também é bom para o Governo, Senador José Agripino, porque o escândalo Severino aliviaria também o Governo. Tiraria o Governo do foco, tiraria o mensalão do foco, tiraria a corrupção sistêmica que foi montada, como esquema – a partir do Palácio do Planalto –, e que se espalhou, vergonhosamente, para dentro do Congresso Nacional. Tiraria isso tudo do foco. Mas, mesmo assim, tem sobrado um espacinho.

E mais:

O jornal **O Estado de S. Paulo** diz: “PT usa fundo partidário para pagar viagem da família do Presidente” – e isso envolve também o Ministro Palocci.

É a mistura mais grave, é a mistura mais corriqueira que essa gente faz do público com o privado. Pode tudo, porque se julgaram uma realeza que não é nem sequer o *status* da realeza que conhecemos mundo afora. Não é assim que se pode portar a família real, não é assim que se pode portar a família imperial japonesa, que, aliás, vive com muita restrição orçamentária. Essa é que é a verdade.

Para os Anais, Sr. Presidente, a matéria de **O Estado de S. Paulo**, dizendo que, “financiado com recursos públicos, fundo bancou passagens para uma série de pessoas não permitidas pela lei”. “Planalto nada diz”, é outro hábito; e “Tesoureiro do PT perde tempo”. Perde, não! Quem perde tempo é a Nação; ele pede tempo. A Nação perde – há um “r”; ele pede, sem o “r”.

Já fui vítima de fraude eleitoral, Sr. Presidente, Sr. Senador José Agripino.

Continuando, em **O Estado de S. Paulo**, também do dia 11/09: “PT teme fraudes em eleições internas”. Então, chegou a esse ponto! Já é possível que, na eleição interna ao PT, um grupo fraude o outro. Vaca não está reconhecendo bezerro!

E, aqui, há uma matéria da jornalista Miriam Leitão que está primorosa, dessas de dar inveja de não a termos escrito. Peço a V. Ex^a que ela também vá para os Anais.

“A falta que faz”. Diz Miriam Leitão: “A escola que Lula não frequentou faz falta ao País. Os livros que Lula não fez fazem falta ao país”.

Mais adiante: “Uma mente ilustrada tem mais chances na hora da crise”.

Mais adiante:

A falta de escolaridade do candidato do PT era assunto tabu durante a campanha. Quem o enfrentava nas entrevistas ou nos

artigos era bombardeado com a acusação de ser preconceituoso.

Mais adiante:

O ponto é que Lula, diante de todas as possibilidades de voltar a estudar, não quis fazê-lo. Inexplicavelmente decidiu não estudar.

Mais adiante:

O ensino formal poderia até ser dispensado se o Presidente tivesse aquele tipo de curiosidade intelectual dos grandes autodidatas, que, através da leitura compulsiva, superaram a falta de escola formal.

Mais adiante:

Sem uma mente adestrada, preparada para atravessar relatórios que permitam a decisão informada, sem uma capacidade autônoma de cruzar as informações disponíveis, de concluir, as chances de acertar são muito reduzidas.

Mais adiante: “A educação não garante nada, mas pode evitar certos erros”.

Mais adiante, continua Miriam Leitão:

Lula queria muito ser Presidente da República, mas achou que se preparar para isso era fazer discurso e dominar o palanque. Hoje, quando o Brasil precisa que o Presidente pare, reflita, entenda e reaja à crise, ele gasta energia num frenético rodeio de palanques fora de hora.

Mais adiante, ela se refere ao maior escândalo político da história recente, que estourou bem ao lado do seu gabinete e no coração do seu partido.

Mais adiante: “O Presidente Lula é inteligente...”

Mais adiante:

Mas ele decidiu que, apesar de sonhar em ser o primeiro mandatário, não precisava se preparar para isso, não precisava estudar os relevantes assuntos sobre os quais um dia ele teria o poder de tomar a decisão, mesmo tendo talento...(...)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muito prazer, Senador, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A jornalista é brilhante, e V. Ex^a se iguala à inteligência da jornalista. É muito oportuno eu ter em mão Cícero, o maior orador da História, Senador. Lula pensa que o ne-

gócio é falar. Então, vou ler o que Cícero pensa da oratória, Senador Arthur Virgílio, em uma frase só, com efeito: “O binômio sabedoria/eloquência está como fundamento de todo o pensamento e de toda a atividade de Cícero”. Sabedoria. Cícero, ele mesmo, que foi um grande orador, disse que falar sem a companhia da sabedoria leva à falácia. É o que está havendo no Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Miriam Leitão diz ainda – vou resumir para poupar o nosso tempo: “O instituto de cidadania, que foi apresentado pelo PT como um centro de estudos, uma espécie de **think thank**, sempre foi, na verdade, um centro de propaganda política, isso sim”. E aí ela explica o fracasso, o malogro e até o estelionato, que foram os programas como o Fome Zero e tantos outros. “Programa zero de combate à fome, isso sim, e não programa do Fome Zero. Programa zero no combate à fome, isso talvez seja mais correto de se dizer”.

E conclui dizendo que “um líder descuidado, que faz pouco da educação formal num país que tem menos escolaridade do que os vizinhos mais pobres, arrisca produzir um atraso, e nós não podemos mais nos atrasar”.

Para os Anais, Miriam Leitão, com o seu invejável discurso.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda temos aqui o editorial de **O Estado de S. Paulo** do dia 11: “Um intelectual alça a voz”, falando de Sérgio Paulo Ruanet, que critica Marilena Chauí por dizer algo terrível. Marilena Chauí disse que era a hora do silêncio.

Diz o editorial que é muito difícil alguém passar a criticar aquilo que antes havia elogiado, embora seja elogiável se ter a coragem de fazer isso. É a autocrítica que revela o democrata, que revela o intelectual verdadeiramente humilde, capaz, portanto, de ser um verdadeiro intelectual. Mas ela diz que “agora, o verdadeiro engajamento seria ficar em silêncio para não ceder às exigências cegas da sociedade”; sociedade que quer moralização, sociedade que quer o fim da corrupção, sociedade que quer, na verdade, que se investiguem todos os maus feitos no interior desse Governo que aí está e que ela ajudou a eleger. E diz Paulo Ruanet: “O pior silêncio é o silêncio dos omissos”, e foi exatamente esse silêncio dos omissos que praticaram Marilena Chauí e aqueles intelectuais que serviram para endeusar Lula e não conseguem agora sequer alertá-lo para o buraco em que ele está enfiando a sua biografia.

Sr. Presidente, encerro dizendo que a Câmara dos Deputados está com a reforma política nas suas mãos, mas tem muitas matérias presas em função

do desgoverno a que a submeteu o Sr. Severino Cavalcanti.

Já ouvi dizer, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...e peço um pouco mais de tempo para concluir – que, enquanto eu estava fora, atribuíram às Oposições a eleição do Sr. Severino Cavalcanti, como se as Oposições tivessem mais do que os 130 votos, que são teoricamente seus lá na Câmara dos Deputados, e como se ele não tivesse obtido 300 votos; entre os quais os de muitos petistas que ficaram contrariados com a opção pelo Deputado Greenhalgh.

De qualquer maneira, Lúcia Hipólito mata essa questão. Ela diz “Não importa quem votou nem quem não votou em Severino; importa quem quer tirá-lo e quem quer mantê-lo”. Quem quer tirá-lo agora é a Oposição brasileira; quem quer mantê-lo agora é o PT, que tem medo de ter alguém do PFL na Presidência; é o PT que não tem coragem de submeter uma eleição limpa para saber se sai de um quadro seu, se sai da Oposição ou se sai um nome, a exemplo do que poderíamos exigir de Ulysses Guimarães, um nome acima de Partidos; se sai um nome capaz de restaurar o conceito daquela Casa do Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, repito e encerro: o Sr. Severino Cavalcanti saiu de Nova York pronto para não renunciar à Presidência, mas para se afastar dela. Chegando aqui, conversa com o Ministro Jacques Wagner e sente-se encorajado para se manter na Presidência da Casa, sob a alegação medíocre de que a Oposição não pode presidir aquela Casa, porque isso poderia levar ao **impeachment** de Lula – não é essa a nossa intenção – ou poderia levar ao apressamento desse processo de cassação de mandatos. E essa é a nossa intenção, sim. Quem fala em *impeachment* de Lula, ainda que por vias transversas, é o Vice-Presidente José de Alencar, que disse à **Folha de S. Paulo** que não quer isso, mas que se vier o *impeachment*, S. Ex^a está pronto para assumir o mandato.

Portanto, o Presidente Lula está dormindo com o inimigo. E a Oposição se sente, na verdade, obrigada a tomar todos os cuidados com a instituição democrática brasileira; ela tem o dever de proteger a Nação, e não o Governo, que se revelou o mais corrupto da história republicana deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

PT usou Fundo Partidário para pagar viagens da família de Lula

Financiado com recursos públicos, o fundo bancou passagens para filhos, noras, um genro e uma neta, o que a lei não permite

Diego Escosteguy
Marianela Gallucci
BRASÍLIA

Notas fiscais obtidas pelo Estado revelam que o PT pagou com dinheiro de sua conta do Fundo Partidário, que é financiado

com recursos públicos, passagens aéreas para os filhos, as noras, um genro e uma neta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na virada de 2002 para 2003, período de transição governamental. Os documentos mostram que o partido também bancou passagens aéreas para a mulher e a filha de outro ilustre

petista, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Segundo o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Torquato Jardim, o PT não poderia ter comprado passagens para familiares de Lula e Palocci, pois, pela legislação eleitoral, verba do Fundo Partidário tem de ser gasta com des-

DINHEIRO DO FUNDO

1 Nota fiscal mostra que o PT pagou passagens de dois filhos de Lula e suas namoradas

DESCRICAÇÃO	VALOR	ALIC. PT	ALIC. MUNIC
BURGESSALTA MRS	44,00	7,20	0,00
BORGESALTA LUIZ LULA MR	12720022 opor 888,00	0,00	0,00
ARAUCARIARENE MRS	12720022 opor 888,00	0,00	0,00
BORGESALTA CLAUDIO LULA MR	12720022 opor 888,00	0,00	0,00
BURGESSALTA MRS	12720022 opor 888,00	0,00	0,00

2 Outra nota em nome do partido registra gastos com passagem para a filha de Palocci

DESCRICAÇÃO	VALOR	ALIC. PT	ALIC. MUNIC
ALUCCI PALMOTTONHO MR	2702000 10000 20,00	0,00	0,00

3

BR TUR VIAGENS E TURISMO LTDA

IMPRES. CENTRO SP
DD. 090.000/5045.80
P. JURÍDICAS ESPECIAIS

001334435 0432909625

pesas de pessoal. "Despesa de pessoal é pessoal empregado, funcionário do partido. Não entra em hipótese nenhuma cortesia. É totalmente irregular", explicou Torquato.

As notas fiscais estão anexadas à prestação de contas de 2003 do Diretório Nacional do PT entregue ao TSE e requisitada pela CPI dos Correios. Até agora, os ministros do TSE não aprovaram essas contas.

As faturas do PT mostram que quase todas as viagens ocorreram em dezembro de 2002 e tinham Brasília como origem ou destino. Elas começaram no dia 12. Naquela data, embarcaram do Aeroporto de Congonhas para Brasília Marcos Cláudio Lula da Silva, filho do presidente, e sua mulher, Carla Adriane. As notas indicam que eles voltaram no mesmo dia. A passagem de ida de cada um saiu por R\$ 443. A de volta, por R\$ 839. Luiz Cláudio, outro dos filhos de Lula, fez igual trajeto no mesmo dia, também acompanhado da namorada, Talita.

No mesmo dia, Sandro, outro filho do presidente, partiu de Brasília rumo a São Paulo, ao lado da namorada, Marlene Araújo. No dia seguinte, fez caminho inverso. Três dias depois, foi a vez de Marlene voltar à capital federal. As notas fiscais não registram a primeira ida de Sandro a Brasília. No dia 23, uma semana depois, ele e a namorada voaram novamente para Brasília. A maioria dessas passagens custou R\$ 848 por pessoa, em cada trecho voado.

Lurian Cordeiro, a filha mais velha de Lula, acumulou mais milhas. Ao lado do marido e da filha, saiu no dia 13 de dezembro

de Florianópolis, fez escala em São Paulo e desembarcou em Brasília. Dez dias depois, foi a São Paulo e, no dia 30, às vésperas da posse do pai, voltou a Brasília. Só retornou a Florianópolis em 6 de janeiro de 2003. A filha e o marido voltaram antes, no dia 23 de dezembro.

No caso da mulher e da filha de Palocci, as passagens foram de São Paulo para Ribeirão Preto, também dia 23. Os documentos registram ainda que a filha de Palocci se hospedou com o pai no Hotel Sofitel, no dia 20. O PT pagou R\$ 367 pela diária.

Assinados pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, cópias dos cheques do PT, que também estão na prestação de contas, mostram que todas as passagens foram pagas com recursos da conta 140808-9 no Banco do Brasil, a que recebe recursos do Fundo Partidário, segundo o TSE.

LEI

Torquato Jardim explicou que, no caso de suas contas serem rejeitadas pelo TSE, o PT pode perder o direito ao Fundo Partidário do ano seguinte. As regras para as legendas gastarem o que recebem do Fundo Partidário estão na Lei 9.096, de 1995. O artigo 44 estabelece que os recursos do fundo serão aplicados na manutenção de sedes e serviços do partido. Os especialistas que reprovam o uso do dinheiro para a compra de passagens para parentes afirmam que esse gasto não está previsto na legislação.

O presidente da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, acha que o PT deve dar explicações. "Esse episódio pode

não se comparar ao tamanho e aos milhões que envolvem a crise política, mas não deixa de indicar, no mínimo, um comportamento equivocado", critica. ●

Planalto nada diz e tesoureiro do PT pede tempo

SEM COMENTÁRIOS: Procurada pelo Estado na tarde de sexta-feira, a Assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não iria comentar o caso, porque "somente se manifesta sobre questões de governo". No mesmo dia, a reportagem também enviou e-mail com as mesmas perguntas à Assessoria de Imprensa do Partido dos Trabalhadores, que alegou não dispor, no momento, de tempo hábil para fazer comentários sobre o assunto.

O secretário de Finanças do PT, José Pimentel - ultimamente ocupado em organizar as finanças do partido a partir do estado em que as deixou o ex-tesoureiro Delúbio Soares -, afirmou que o partido fará um levantamento dos dados recebidos "e responderá no início da próxima semana", segundo informou a assessoria petista, também por e-mail.

O Estado pediu ainda esclarecimentos à Assessoria de Imprensa do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, da qual também não foi conseguida nenhuma resposta. A reportagem não conseguiu localizar os filhos do presidente Lula nem Delúbio Soares, ex-tesoureiro do partido.

TSE quer mudar a lei já para eleição de 2006

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

Um intelectual alça a voz

Quando um intelectual toma partido - ou se engaja, como foi moda dizer - não são poucos os seus dilemas. Eles serão tanto maiores quanto mais próxima for a atividade do criador de cultura, em sentido amplo, das questões em torno das quais gravita o seu engajamento. Não se imagina, por exemplo, como as convicções políticas de um matemático ou de um astrofísico possam interferir nas suas altas indagações, colocando em rota de colisão o ativista e o cientista. Já nas situações em que o campo de trabalho e os valores políticos são contíguos, o imenso conflito potencial de interesses - entre a lealdade à causa e a lealdade à verdade - exige do estudioso ou artista os mais rigorosos compromissos éticos para não sacrificar esta última no altar profano da primeira.

Qualquer que seja a sua área de atuação, porém, os praticantes da cultura que escolheram ser intelectuais públicos - formadores de opinião, portanto - não podem se furtar a um dever indeclinável: o de colocar o seu talento, os seus conhecimentos e o seu prestígio a serviço da crítica, mesmo e principalmente quando o que sabem que precisa ser criticado são as próprias idéias, práticas, organizações e pessoas com as quais se haviam identificado. Não há mérito especial em criticar o que já não se apreciava, mas há que ter fibra moral para criticar abertamente aquilo com que se tinha notória afinidade - e arcar com o contra-ataque vingativo dos criticados. No Brasil do mensalão e do desmanche

da aura de pureza do PT, o caráter de um pensador que se considera e é considerado progressista se mede pelo destemor de falar o que lhe dita antes a consciência do que a conveniência.

Há poucas semanas, esse desafio entrou em cena no ciclo de palestras *O silêncio dos intelectuais*, promovido pelo Ministério da Cultura - um evento concebido antes dos escândalos e por eles propellido ao noticiário político. Boa parte do destaque ficou por conta da polémica provocada pelas evasivas da filósofa Marilena Chauí, que durante anos encarnou talvez melhor do que ninguém o papel de "intelectual orgânica" do partido de Lula (cuja aversão aos intelectuais é igualmente conhecida). A espantosa declaração de Marilena segundo a qual "o verdadeiro engajamento exige muitas vezes que fiquemos em silêncio, que não cedamos às exigências cegas da sociedade" - quando tudo o que a sociedade exige, com absoluta lucidez, é que os políticos sejam decentes -, mereceu duras respostas de seus pares.

O filósofo Sérgio Paulo Rouanet, por exemplo, falando em tese, disse que o pior silêncio é "o dos omissos, dos pusilânimes". O geógrafo especializado em relações internacionais Demétrio Magnoli observou, referindo-se expressamente a Marilena, que "a interrupção da crítica condena o PT a repetir a trajetória descrita no passado pelos partidos conu-

nistas (dos quais se afastaram, por isso mesmo, algumas das melhores e mais honestas cabeças da cultura ocidental do século 20). Mas, em matéria de coragem moral e visão desanuviada do petismo, poucas manifestações, oriundas da esquerda, hão de se comparar ao artigo *Por que me ufano do meu país*, do escritor e ensaísta João Silvério Trevisan, publicado quinta-feira no *Estado*. Eis um libelo de quem não pode ser acusado, como diria Chauí, de ter caído numa "armadilha tuicana".

"O PT significou o auge das qualidades de nossas esquerdas. E dos seus defeitos também", argumenta o autor, militante da antiga Ação Popular (AP). É uma seita arrogante e presunçosa, "com dogmas, profetas e um Messias: Lula". Como o partido único dos bolcheviques russos, fez dos movimentos sociais seus reféns e de muitos intelectuais, subservidores correias de transmissão das teses do "comitê central". Não poder, aponta Trevisan, confundiu-se com o governo, perpetuou a doença nacional de tirar vantagem de tudo, diluiu as suas promessas em projetos pífios de transformação e consumou alianças espúrias. Agora, "tentar manter Lula como um mito intocável é manter a ilusão da verdade revelada", critica. "Não é justo nem para o presidente nem para o Brasil. (...) Nossas esperanças políticas não precisam de Messias."


Ele é otimista: acredita que, a partir da crise, o País pode se repensar. Desde que - a ressalva se impõe - os intelectuais ligados ao PT façam a sua parte, em vez de calar diante do "espantoso esquema da corrupção" de que fala Trevisan.

PT teme fraudes em eleições internas

Opositores ao Campo Majoritário fizeram pacto para ampliar fiscalização contra transporte de eleitores e pagamento de dízimo

1453023
O PT renovará o seu comando para os próximos três anos por meio de voto direto

HOMENS	CARGOS NACIONAIS	QUANDO
825.449 filiações aptos a votar	7 candidatos a presidente	18 de setembro
82.816 cargos em disputa	<ul style="list-style-type: none"> • Gegé • Maria do Rosário • Markus Sokol • Plínio de Arruda Sampaio • Raul Pont • Ricardo Berzolini • Valter Pomar 	Segundo turno 9 de outubro (apenas para presidente, se nenhum candidato alcançar 50% dos votos mais um)
O QUE Presidentes <ul style="list-style-type: none"> • Nacional • Estaduais • Municipais 	10 chapas inscritas 81 vagas do Diretório Nacional	ONDE 4.637 municípios; 83% do País
Diretórios <ul style="list-style-type: none"> • Nacional • Estaduais • Municipais 	QUÓRUM MÍNIMO 15% ou presença alcançada em metade mais uma das instâncias inferiores (Estados para a eleição nacional, municípios para a estadual)	*As vagas por corrente são atribuídas ao número de votos de cada chapa. Além de 81 eleições, integram o Dízimo previstas as eleições do PT no Câmara e no Senado.



PARTIDOS

Guilherme Evelin

Mariana Caetano

O PT irá às urnas no próximo domingo com medo de fraudes no Processo de Eleição Direta (PED) que definirá quase 83 mil novos dirigentes nas instâncias municipais, estaduais e nacional. Os candidatos a presidente de oposição ao Campo Majoritário – principal grupo de comando petista – fizeram um pacto para unificar e ampliar a fiscalização contra o transporte de eleitores e pagamento do dízimo de filiados. Uma variação do velhíssimo voto de cabresto, pois uma das regras da eleição petista é que só vota quem estiver em dia com suas contribuições partidárias.

O risco aparece associado às filiações em massa. São adesões patrocinadas sem comprometimento ideológico há pelo menos um ano, prazo de “carência” para que o militante possa participar do PED.

São artimanhas “comuns” no PT, reconhece o presidente interino, Tarso Genro. “Todas as correntes fazem esse tipo de coisa. Não é uma prática exclusiva da maioria”, explica Tarso. “A cultura política, a cultura de disputa que está no partido hoje, na minha opinião, não é positiva. Não é uma cultura da esquerda ainda, é quase de um partido tradicional.”

Segundo ele, o fato de a eleição no PT ocorrer em meio à maior crise da sua história cor-

reia o partido e o fato de ocorrer em meio à maior crise da sua história cor-

reia o partido e o fato de ocorrer em meio à maior crise da sua história cor-

reia o partido e o fato de ocorrer em meio à maior crise da sua história cor-

reia o partido e o fato de ocorrer em meio à maior crise da sua história cor-

Risco está associado às filiações em massa, sem comprometimento ideológico

A deputada Maria do Rosário (RS), candidata do Move-

mento PT à presidência, diz ter ouvido em vários Estados onde fez campanha relatos sobre a hipótese de fraudes: “Convocamos a militância para ficar vigilante.” Coordenador da chapa *Coragem de Mudar*, o secretário de Formação Política do PT, Joaquim Soriano, justifica o temor de irregularidades com base na experiência de eleições anteriores. “Identificamos carregamento de filiados e pagamento de contribuição, o que prejudica muito a democracia interna”, afirma Soriano.

Por sugestão de Plínio de Arruda Sampaio, candidato da chapa *Esperança Militante*, todos os concorrentes à presidência se comprometeram a não transportar eleitores nem quitar cotas em atraso. A taxa paga pela maioria dos filiados é de R\$ 5 por ano. Apesar do pacto, o candidato da corrente *O Trabalho*, Markus Sokol, se queixa de que o poder econômico já contaminou o processo eleitoral. “A eleição é escandalosa. O PED está em crise da mesma forma que o partido”. Ele reclama que as teses das chapas não foram distribuídas para os filiados pelo Diretório, como manda o estatuto, e alguns candidatos dispõem de estruturas de cargos e mandatos para viajar pelo País e imprimir panfletos – enquanto outros não.

Falido, o PT enxugou o orçamento das eleições de R\$ 3 milhões para menos de R\$ 800 mil, com a promessa de

reembolso para as despesas dos candidatos nacionais.

ALARMISMO

Para o coordenador do PED e secretário de Mobilização da legenda, Francisco Campos, há alarmismo no temor sobre fraudes. “Temos meios para superar qualquer problema. Não haverá nada que possa colocar o resultado sob suspeição”, assicura Campos. “Os candidatos pelo Diretório, como manda o estatuto, e alguns candidatos dispõem de estruturas de cargos e mandatos para viajar pelo País e imprimir panfletos – enquanto outros não.

Falido, o PT enxugou o orçamento das eleições de R\$ 3 milhões para menos de R\$ 800 mil, com a promessa de reembolso para as despesas dos candidatos nacionais.

ALARMISMO

Para o coordenador do PED e secretário de Mobilização da legenda, Francisco Campos, há alarmismo no temor sobre fraudes. “Temos meios para superar qualquer problema. Não haverá nada que possa colocar o resultado sob suspeição”, assicura Campos. “Os candidatos podem ficar tranquilos; tratem de fazer campanha e ganhar no voto.”

“Minha preocupação maior não é o impacto no resultado da eleição, mas a corrosão das relações internas

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

do PT com as práticas fraudulentas. Com a crise, não só os petistas vão fiscalizar, mas toda a sociedade", acredita Valter Pomar, da Articulação de Esquerda.

A Comissão Eleitoral tem hoje 22 recursos de filiações ou inscrição de chapas pendentes de julgamento no Diretório. Entre eles, um caso

curioso. Em Tupaciguara (MG), há 137 filiados com endereços idênticos. Segundo Gilberto Neves, da Democracia Socialista, foram patrocinadas por aliados de um deputado estadual ligado ao Campo. A executiva do PT mineiro suspendeu as filiações, que já constam do cadastro do PED, mas poderá validá-

las se constatar que as assinaturas têm grafias distintas. A palavra final sobre o caso cabe agora ao Diretório Nacional.

"O problema (fraudes) atinge todas as correntes", diz o secretário de Organização do PT e um dos coordenadores do Campo, Gleber Naimé. "Não há no Campo ne-

nhuma intenção de fraudar resultados." As regras do PED, que permitem recursos a todas as instâncias do partido (municipal, estadual e nacional), sustenta ele, combatem abusos. "Se temos milhares de filiados, de cargos em disputa e só 22 recursos, os problemas são proporcionalmente muito pequenos."

O GLOBO

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITÃO

A falta que faz

• A escola que Lula não frequentou faz falta ao país, os livros que Lula não leu fazem falta ao país. A escola formal não é tudo, mas fertiliza a inteligência; os livros são fundamentais para construir disciplina, discernimento, conhecimento, essenciais na hora de tomar decisão. Uma mente ilustrada tem mais chance na hora da crise.

A falta de escolaridade do candidato do Partido dos Trabalhadores era assunto tabu durante a campanha. Quem o enfrentava nas entrevistas ou nos artigos era bombardeado com a acusação de ser preconceituoso. Havia, inclusive, uma distorção proposital por parte desses críticos. Intelectuais diziam que ele estava sendo discriminado por não ter curso superior, mas não era esse o ponto. O ponto é que Lula, diante de todas

as possibilidades de voltar a estudar, não quis fazê-lo. Inexplicavelmente decidiu não estudar. Mesmo tendo parado os estudos na metade do fundamental

O ensino formal poderia até ser dispensado se o presidente tivesse aquele tipo de curiosidade intelectual dos grandes autodatas que, através da leitura compulsiva, superam a falta da escola formal. O Brasil é um país complexo, governá-lo é difícil, os di-

lemas não são triviais, muitos têm errado com maior ou menor escolaridade, mas uma coisa é certa: sem uma mente adestrada, parada para atravessar relatórios que permitam a decisão informada, sem uma capacidade autônoma de cruzar as informações disponíveis, de concluir as chances de acerto são muito reduzidas.

O Brasil teve presidentes que estudaram e fizeram governos medíocres; pelas mais variadas razões. A educação não garante nada, mas pode evitar certos erros. Um deles, o de subestimar a dificuldade da tarefa que se tem pela frente.

Lula queria muito ser presidente da República, mas achou que se preparar para isso era fazer discursos e dominar o palanque. Hote, quando o Brasil precisa que o presidente pare,

reflita, entenda e reaja a crise, ele gasta energia num frenético rodeio de palanques fora de hora. O país tem que recolher fragmentos de um discurso fraco e um país com este governo é difícil, os dilemas não são triviais, muitos tem errado com maior ou menor escolaridade, mas uma coisa é certa: sem uma mente adestrada, preparada para atravessar reatários que permitam a decisão informada, sem uma capacidade autônoma de cruzar as informações disponíveis, de concluir, as chances de acertar são muito reduzidas.

O Brasil teve presidentes que estudaram e fizeram governos medíocres; pelas mais variadas razões. A educação não garante nada, mas pode evitar certos erros. Um deles, o de subestimar a dificuldade da tarefa que se tem pela frente.

Lula queria muito ser presidente da República, mas achou que se preparar para isso era fazer discursos e dominar o palanque. Note, quando o Brasil precisa que o presidente pare, reflita, entenda e reaja a crise, ele gasta energia num frenético rodeio de palanques fora de hora. O país tem que recolher fragmentos de um discurso sem seqüência lógica, espalhados em vários palanques, para tentar captar o que o presidente da República tem a dizer do maior escândalo político da história recente, que estourou bem ao lado do seu gabinete e no coração de seu partido.

O presidente Lula é inteligente, alguns dos que estiveram em sua cadeira

até eram menos inteligentes, mas ele decidiu que, apesar de sonhar em ser o primeiro mandatário, não precisava se preparar para isso, não precisava estudar os relevantes assuntos sobre os quais um dia feria o poder de tomar decisão. Mesmo tendo o talento natural da inteligência, preferiu não investir seu tempo em desenvolvê-lo.

O Instituto da Cidadania, apresentado como um centro de estudos, um think tank, sempre foi, na verdade, um centro de propaganda política

Exemplo da confusão entre marketing e estudo de políticas públicas foi o Fome Zero. Quando saiu de lá em forma de livreto, era um projeto que não incorporava o estado das artes das políticas sociais. Diante das críticas, seus formuladores reagiram como se fosse uma disputa eleitoral. Hoje o grande programa social do governo é um aperfeiçoamento do que já existia: o Bolsa Família, herdeiro do Bolsa Escola. Para a educação, não havia uma política definida, tanto que o país está no terceiro ministro em dois anos e meio e, entre o primeiro e o segundo, os objetivos mudaram. Aquele escritório com tantas notoriedades em suas mesas de trabalho era apenas uma peça do marketing político de Duda Mendonça para dar a impressão de que o candidato seria apoiado por um conselho de sábios.

Lula, ao longo dos seus discursos de presidente, passou várias vezes a mensagem de que estudar não é o fundamental. Isso num país que tem três mi-

lhões de pessoas fazendo o antigo supletivo, com enorme esforço pessoal, porque compreenderam que é preciso estudar sempre. Os discursos de Lula presidente têm uma coleção de sinais no sentido contrário. Em inúmeros momentos, que nem é preciso repetir, os leitores bem se lembram, fez sempre o elogio da pouca escola. O brasileiro não pode ser humilhado por ter pouca escola, mas, sim, incentivado a buscar cada vez mais escolaridade. Presidentes formam opinião, por isso, quando falam, não podem pensar nos seus próprios complexos, mas nos desafios que o país enfrenta.

Perguntei a Lula durante a campanha por que ele não voltou a estudar quando pôde. Ele respondeu que viajou muito pelo Brasil e conheceu a realidade do país. Viajar num país continental, surpreenden-

Lula, ao longo dos seus discursos de presidente, passou várias vezes a mensagem de que estudar não é o fundamental. Isso num país que tem três milhões de pessoas fazendo o antigo supletivo, com enorme esforço pessoal, porque compreenderam que é preciso estudar sempre. Os discursos de Lula presidente têm uma coleção de sinais no sentido contrário. Em inúmeros momentos, que nem é preciso repetir, os leitores bem se lembram, fez sempre o elogio da pouca escola. O brasileiro não pode ser humilhado por ter pouca escola, mas, sim, incentivado a buscar cada vez mais escolaridade. Presidentes formam opi-

nião, por isso, quando falam, não podem pensar nos seus próprios complexos, mas nos desafios que o país enfrenta.

Perguntei a Lula durante a campanha por que ele não voltou a estudar quando pôde. Ele respondeu que viajou muito pelo Brasil e conheceu a realidade do país. Viajar num país continental, surpreendente, de contrastes, é sempre importante, porém es-

sa forma visual e impressionista de captar a realidade não pode ser a única. Lula desprezou inúmeras oportunidades de voltar a estudar. Conformou-se com o quinto ano. Escola não garante nada, mas uma pessoa, inteligente como Lula, se tivesse treinado sua mente de forma mais disciplinada e determinada, teria desenvolvido habilidades decisivas neste momento. Um

líder, com carisma, como Lula, se pudesse contar uma história de conquista de escolaridade maior por esforço pessoal a despeito das dificuldades, ajudaria o Brasil a apressar o passo. Um líder descuidado que faz pouco da educação formal, num país que tem menos escolaridade que os vizinhos mais pobres, arrisca produzir um atraso. E nós não podemos mais nos atrasar.

Ata da 158ª Sessão Deliberativa Ordinária em 14 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Sr. Tião Viana, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Papaléo Paes, Jefferson Peres, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Romeu Tuma e Alberto Silva

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 14/9/2005 07:34:58 até 14/9/2005 19:35:12

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
-	MT	LUIZ SOARES	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 2005**

Altera os arts. 28 e 77 da Constituição Federal para dispor sobre o segundo turno de eleições.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 28 e 77 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no segundo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, no ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no segundo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, no ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

.....

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Nos termos como se encontra redigida, a Constituição vigente incide em dois equívocos: o primeiro, uma impropriedade técnica e segundo, de natureza material. Pretendemos retificá-la mediante esta proposta.

O art. 77 da Carta Magna determina um lapso entre o primeiro e o segundo turno da eleição para Presidente da República que pode chegar como é o caso da eleição de 2006 – a 28 dias. No próximo ano, o primeiro domingo de outubro é o dia 1º e o último o dia 29. Esse mesmo critério, como sabemos, aplica-se à eleição para Governador e, quando necessário, para Prefeito.

O mesmo art. 77 contempla o § 3º, pelo qual se determina que o intervalo temporal entre o primeiro e o segundo turno não pode ultrapassar vinte dias. Ora, o **caput** autoriza um intervalo de 28 dias, enquanto o § 3º do mesmo artigo diz que não pode ultrapassar 20 dias. A par da incongruência técnica, há a inconveniência material.

Com efeito, o resultado do primeiro turno da eleição é conhecido no mesmo dia. Os candidatos ao segundo turno são, portanto, nessa mesma circunstância conhecidos. Os seus programas e projetos foram exaustivamente debatidos durante toda a campanha, que se prolonga por dois meses, pelo menos.

Não restam dúvidas de que, na segunda-feira posterior à eleição, todos os agentes políticos já têm condições de fazer os entendimentos necessários à realização dos apoios de segundo turno. Há, portanto, tempo hábil para a propaganda eleitoral e para o debate entre os candidatos ao segundo turno, que são apenas dois, como é sabido.

Vemos, desse modo, como inconveniente ao interesse público o longo período que existe entre o primeiro e o segundo turno das eleições para os cargos do Poder Executivo, no Brasil e propomos, com a presente emenda, além de corrigir uma contradição contida na Constituição, que esse espaço seja reduzido para uma semana.

Contamos com o imprescindível apoio dos eminentes colegas para que a presente proposição legislativa seja apreciada, aperfeiçoada e aprovada.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senador **Marco Maciel**.

01 *Ju. p. Romhauer*
 02 ~~*[Signature]*~~
 03 *[Signature]*
 04 *[Signature]*
 05 *[Signature]*
 06 ~~*[Signature]*~~
 07 ~~*[Signature]*~~
 08 *[Signature]*
 09 *[Signature]*
 10 *[Signature]*
 11 *[Signature]*
 12 *[Signature]*
 25 *[Signature]*
 26 *[Signature]*
 27 *[Signature]*
 28 *[Signature]*
 29 *[Signature]*
 30 *[Signature]*

13 *[Signature]*
 14 *[Signature]*
 15 *[Signature]*
 16 *[Signature]*
 17 *[Signature]*
 18 *[Signature]*
 19 *[Signature]*
 20 *[Signature]*
 21 *[Signature]*
 22 *[Signature]*
 23 *[Signature]*
 24 *[Signature]*
 41 _____
 42 _____
 43 _____
 44 _____
 45 _____
 46 _____

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO III

Dos Estados Federados

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO II

Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 3º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito àquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida será sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 314/2005 – GLDBAG

Brasília, 14 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, o Senador Aelton Freitas, para integrar, como Titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, em substituição ao Senador Magno Malta.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Será feita a substituição necessária.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 155/2005, de 5 de setembro, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 415, de 2005, do Virgílio;
- Nº 156/2005, de 5 de setembro, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 594, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;
- Nº 166/2005, de 1º de setembro, do Ministro de Estado do Esporte, encaminhando resposta ao Requerimento nº 409, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 357/2005, de 2 de setembro, do Ministro da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento

nº 447, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação;

- Nº 374/2005, de 31 de agosto último, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 625, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães;
- Nº 1.408/2005, de 6 de setembro, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 410, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 8.144/2005, de 6 de setembro, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 526, de 2005, dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti; e
- Nº 8.145/2005, de 6 de setembro, do Ministro Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 135, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 61/2005, de 6 de setembro, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 398, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 248/2005, de 31 de agosto último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.357, de 2004, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 249/2005, de 2 de setembro, do Ministro Previdência Social, solicitando prorrogação do Requerimento nº 669, de prazo para a 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 1.872/2005, de 30 de agosto último, do Ministro Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 81, de 2005, da Senadora Heloisa Helena; e
- Nº 1.924/2005, de 5 de setembro, do Ministro Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 426, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 1.244/2005, de 24 de agosto último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando a aprovação da Auditoria solicitada pelo Requerimento nº 604, de 2005, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – As informações e o pedido de prorrogação de prazo foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os **Requerimentos nºs 604 e 669, de 2005**, ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a resposta.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 357/GMF

Brasília, 8 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
70160-900 – Brasília – DF
Assunto: Art. 42 da Resolução do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de abril à junho de 2005, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 9, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.000, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao atleta Maurício Shogun, novo campeão mundial de Mixed Martial Arts, na categoria dos pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão, em 28 de agosto último.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta Maurício Shogun, pela conquista do título de Campeão Mundial, no último Grand-Prix de pesos médios.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, seja cientificado o homenageado e a Academia Chutboxe, de Curitiba.

Justificação

A homenagem que ora formulo, justifica-se. O lutador Maurício Shogun, vitorioso no último Grand-

Prix, tornou-se campeão mundial de Mixed Martial Arts, na categoria de pesos médios, em um feito que honra o País.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.001, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao lutador Ricardo Arona, novo vice-campeão mundial de Jiu-Jitsu, na categoria de pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao lutador Ricardo Arona, pela conquista do título de Vice-Campeão Mundial, no último Grand-Prix de pesos médios.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, seja cientificado o homenageado, bem como a Academia Brazilian Top Team, do Rio de Janeiro, e a Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu.

Justificação

A homenagem que ora formulo, justifica-se. O lutador Ricardo Arona, em um feito que honra o País, tornou-se vice-campeão mundial de Jiu-Jitsu, no último Pride Grand-Prix realizado no Japão, na categoria de pesos médios.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 42, DE 2005-CN MENSAGEM Nº 106, DE 2005-CN (Nº 586/2005, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$205.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério do Desenvolvi-

to Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais), para atender às programações constantes do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação, sendo:

I – R\$11.796.695,00 (onze milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e cinco reais) de Recursos Próprios Não-Financeiros; e

II – R\$193.203.305,00 (cento e noventa e três milhões, duzentos e três mil, trezentos e cinco reais) de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	U	R	M	I	F	VALOR	
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR										70.000.000
ATIVIDADES										
08 605	0352 2798	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR							70.000.000	
08 605	0352 2798 0001	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL							70.000.000	
			S	3	2	30	0	150	11.796.695	
			S	3	2	30	0	179	58.203.305	
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMILIA										135.000.000
ATIVIDADES										
08 244	1335 6524	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DOS BENEFICIOS DE TRANSFERENCIA DIRETA DE RENDA							135.000.000	
08 244	1335 6524 0001	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DOS BENEFICIOS DE TRANSFERENCIA DIRETA DE RENDA - NACIONAL							135.000.000	
			S	3	2	90	0	179	135.000.000	
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										205.000.000
TOTAL - GERAL										205.000.000

MENSAGEM Nº 586

EM Nº 176/2005/MP

Brasília, 24 de agosto de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$205.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito suplementar no valor de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Brasília, 9 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	205.000.000	
Excesso de Arrecadação:		
- Recursos Próprios Não-Financeiros		11.796.695
- Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza		193.203.305
Total	205.000.000	205.000.000

3. A suplementação proposta visa possibilitar o pagamento de despesas operacionais do Programa Bolsa-Família, majoradas em consequência da expansão do número de beneficiários de 6,5 milhões de famílias, em 2004, para 8,7 milhões de famílias, em 2005. Ainda no âmbito desse programa, objetiva-se a revisão e atualização da base de dados do Cadastro Único, bem como o fortalecimento de sua gestão nos municípios. Ressalta-se que a atualização do Cadastro Único é essencial para a migração das famílias que ainda recebem os benefícios Cartão-Alimentação, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás para o Bolsa-Família.

4. O crédito ao Ministério visa, também, garantir recursos para a compra de leite de pequenos agricultores familiares, com vistas à distribuição para aproximadamente 700 mil famílias em situação de insegurança alimentar residentes na região do Semi-Árido, de modo a manter o mesmo de atendimento verificado em dezembro de 2004.

5. O crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II,

da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Em atendimento ao disposto no § 9º do art. 65 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2005), demonstra-se, em quadros anexos, o excesso de arrecadação das receitas envolvidas no presente crédito.

7. Cabe esclarecer, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da LDO-2005, que as alterações decorrentes da abertura do presente crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se referem à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido decreto.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 50

NATUREZA	2005		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C)
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome			
22120000 Alienação de Estoques	0	11.796.695	11.796.695
Subtotal (D)	0	11.796.695	11.796.695
Modificações orçamentárias Efetivadas (E)	0	0	0
Posição atualizada F = (D + E)	0	11.796.695	11.796.695 (*)
Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)			0
Abertura de Créditos Extraordinários			0
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0

Excesso de arrecadação disponível H = (F-G) 11.796.695

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 79

NATUREZA	2005		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C)
12100000 Contribuições Sociais	6.100.018.710	6.164.153.422	64.134.712
19100000 Multas e Juros de Mora	12.901.507	12.161.055	-740.452
19300000 Receita da Dívida Ativa	1.244.763	1.173.318	-71.445
Subtotal (D)	6.114.164.980	6.177.487.795	63.322.815
Modificações orçamentárias Efetivadas (E)	- 133.773.534	-	133.773.534
Posição atualizada F = (D + E)	5.980.391.446	6.177.487.795	197.096.349 (*)
Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)			0
Abertura de Créditos Extraordinários			0
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0

Excesso de arrecadação disponível H = (F-G) 197.096.349

(*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto Rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O 03/06/1964)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências

Art. 64. As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso e de resultado primário aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I – portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de financiamento do orçamento de investimento;

II – portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada ou vinculada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, condicionada a existência de prévia solicitação do Presidente da Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166. § 1º da Constituição, e à verificação de inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais; e

III – portaria do Secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e para os identificadores de uso e de resultado primário.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, observada a vedação constante do art. 38 desta Lei.

§ 2º Não se aplica a exigência estabelecida no inciso II para definição da modalidade de aplicação 99 e para redução da modalidade 90, que serão realizadas diretamente no Siafi pela unidade orçamentária.

§ 3º A exigência de prévia solicitação de que trata o inciso II deste artigo aplica-se apenas às modalidades de aplicação 30, 40 e 50 relativas a dotações que tenham sido incluídas ou acrescidas pelo Congresso Nacional, mediante emendas individuais e coletivas, de bancada ou de comissão.

§ 4º Considera-se como excesso de arrecadação, para fins do art. 43. § 3º da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados em razão das modificações efetivadas por força dos incisos I e III deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.086, de 2004)

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no caput, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o caput serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso 1 do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no caput não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 5º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 9º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o ai. 9º, inciso III, alínea ‘a’, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal

e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.379 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas

Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

LEI Nº 11.086, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera o inciso IV do § 4º do art. 7º, inclui os §§ 2º-A ao art. 19, altera o inciso III do § 1º do art. 29, acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes na Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 14-9-2005

Até 19-9 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 27-9 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 2-10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 12-10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2005

Altera o art. 6º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, adicionando hipóteses de crime de responsabilidade do Presidente da República contra o livre exercício dos demais Poderes ou instituições federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes e prerrogativas constitucionais:

I – do Legislativo:

1 – atentar contra a autonomia funcional, administrativa e financeira de quaisquer das Casas do Congresso Nacional;

2 – impedir a reunião, a livre manifestação dos deputados ou senadores, tentar dissolver o Congresso Nacional ou tentar impedir por qualquer meio o funcionamento regular do processo legislativo;

3 – usar de violência ou ameaça contra qualquer deputado ou senador, para afastá-lo do exercício do mandato ou coagi-lo no modo de exercer o seu mandato, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

4 – violar ou tentar violar as imunidades constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional;

5 – permitir que força estrangeira transite pelo território nacional ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional.

II – do Judiciário:

1 – atentar contra a autonomia funcional, administrativa e financeira de qualquer tribunal ou foro judicial;

2 – opor-se ao livre exercício do Poder Judiciário ou impedir a reunião e a livre manifestação dos seus membros;

3 – usar de violência ou ameaça para constranger membros do Poder Judiciário ou de júri popular a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício, bem como conseguir

ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

4 – violar ou tentar violar as garantias constitucionais e legais dos membros do Poder Judiciário.

III – do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União:

1 – atentar contra a autonomia funcional, administrativa e financeira do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União ou de qualquer uma de suas divisões previstas no art. 128, inciso I da Constituição Federal;

2 – atentar contra os princípios institucionais e orgânicos do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União;

3 – usar de violência ou ameaça para constranger membros do Ministério Público a proferir ou deixar de proferir parecer, impetrar ou deixar de impetrar ação judicial, ou fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção.

4 – usar de violência ou ameaça para constranger membros do Tribunal de Contas da União ou de seu corpo técnico a proferir ou deixar de proferir julgamento, ou fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

5 – Violar ou tentar violar as garantias constitucionais e legais dos membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

IV – da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União:

1 – atentar contra suas respectivas autonomias funcionais;

2 – atentar contra os princípios funcionais e orgânicos dos respectivos órgãos;

3 – usar de violência, ameaça ou ascendência hierárquica para constranger membros da Advocacia-Geral da União ou da Defensoria Pública da União a impetrar ou deixar de impetrar ação judicial, ou fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

4 – violar ou tentar violar as garantias constitucionais e legais dos Advogados e Defensores Públicos da União.

V – dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

1 – praticar ato definido como crime neste artigo contra qualquer Poder, órgão ou ins-

tituição estadual, do distrito federal ou municipal, congêneres aos citados nos incisos anteriores;

2 – intervir nos negócios peculiares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em desobediência às normas constitucionais.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se de imediato àqueles no exercício de seus mandatos, salvo com relação aos fatos praticados anteriormente à sua vigência.

Justificação

A atual redação da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, apresenta-se defasada no que se refere à proteção das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário e dos órgãos de proteção do Estado e da Cidadania. A previsão dos crimes de responsabilidade constantes no Capítulo II de seu Título I é, no mínimo, limitada, quando não totalmente omissa.

As limitações existentes no art. 6º atualmente em vigor referem-se principalmente à extensão da proteção às autonomias funcionais, administrativas e financeiras do Legislativo e do Judiciário.

As omissões se fazem sentir especialmente no que se refere ao exercício das atribuições e poderes constitucionais do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia Geral da União e da Defensoria Pública da União. Os atos coativos praticados contra qualquer um desses órgãos ou seus membros não geram crime de responsabilidade fragilizando as instituições democráticas essenciais ao controle do Estado e à defesa da cidadania.

Ainda, o presente projeto de lei passa a estender tal proteção também aos órgãos congêneres dos estados e municípios, por força do novo inciso V que se propõe para o art. 6º da lei, complementado pelo art. 74 já vigentes.

Por todo o exposto, julgamos oportuna a adoção do presente projeto de lei, que visa a complementar a legislação atual para dar mais estabilidade democrática e solidez institucional para o País.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senador **Luiz Soares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes Legislativo e Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados:

1 – tentar dissolver o Congresso Nacional, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Câmaras;

2 – usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagi-lo no modo de exercer o seu mandato bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;

3 – violar as imunidades asseguradas aos membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e das Câmaras Municipais;

4 – permitir que força estrangeira transite pelo território, do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional;

5 – opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças;

6 – usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício;

7 – praticar contra os poderes estaduais ou neste artigo;

8 – intervir em negócios peculiares os estados ou aos municípios com desobediência às normas constitucionais.

Art. 74. Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes nesta lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, DE 2005

Denomina “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza” o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aeroporto de Belém, no Estado do Pará, passa a denominar-se “Aeroporto de Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Júlio Cezar Ribeiro de Souza foi um dos principais inventores responsáveis pelo desenvolvimento da aviação. Ele desenvolveu, no final do século XIX, a tecnologia que propiciou a transformação dos balões de então em dirigíveis, que podiam ser direcionados para destinos pré-determinados, inclusive em sentido contrário ao vento.

A chamada “estrutura fusiforme dissimétrica” por ele criada nada mais é que o formato aerodinâmico, posteriormente empregado na construção dos dirigíveis Zeppelin e dos aviões. A dirigibilidade dos balões foi alcançada

pela introdução de asas e lemes horizontais, estruturas que, ainda hoje, compõe o desenho de qualquer aeronave.

Paraense nascido em 16 de junho de 1843, Ribeiro de Souza iniciou seus estudos no Seminário Menor de Belém. Posteriormente, estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro e integrou a Unidade de Voluntários na Guerra do Paraguai. Deixou o Exército em 1870, passando a dedicar-se ao jornalismo. Trabalhou nos diários **O Liberal do Pará**, **O Diário de Belém** e **A Província do Pará**.

Iniciou os estudos aeronáuticos em 1875, como autodidata. Já em 1881, seu invento obteve reconhecimento oficial, por meio de patente, que lhe foi concedida pelo Decreto nº 8.132. O reconhecimento internacional veio em seguida, por meio das patentes FR 145512, concedida pela França no dia 25 de outubro de 1881, e US 280914, concedida pelos Estados Unidos em 10 de julho de 1883.

A ausência de recursos impediu, entretanto, que Júlio Ribeiro pudesse demonstrar experimentalmente a viabilidade de suas teorias. Com apoio das Assembléias Provinciais do Pará e do Amazonas e do próprio Imperador Dom Pedro II, obteve subvenções oficiais para a construção de protótipos (Victoria, Santa Maria de Belém e Cruzeiro) e para apresentar suas idéias no Rio de Janeiro (perante o Instituto Politécnico) e em Paris (perante a Sociedade Francesa de Navegação Aérea).

A comprovação prática de suas idéias veio a ser realizada, no dia 9 de agosto de 1884, pelos franceses Charles Renard e Arthur Constantin Krebs, que lograram, a bordo do dirigível La France, percorrer um trajeto de 8 km em 20 minutos, retornando ao ponto de partida.

Renard e Krebs ficaram famosos como os construtores do primeiro dirigível, mas não reconheceram

a precedência de Júlio Ribeiro. Em decorrência, este os acusou de plágio, tendo publicado artigos em conceituadas revistas científicas européias.

Júlio Ribeiro faleceu em 17 de outubro de 1887, tendo dedicado os últimos anos de sua vida ao restabelecimento da verdade e á construção de um protótipo próprio.

O que era um sonho nos tempos de Júlio Ribeiro tornou-se uma realidade nos dias atuais. A aviação faz parte do cotidiano de milhões de pessoas e é fator fundamental de integração do território nacional, especialmente em áreas distantes dos principais centros, como a região amazônica.

A presente proposição tem por objetivo homenagear esse ilustre paraense e brasileiro pela sua perseverança e dedicação à ciência. Propomos, atendendo a uma aspiração do povo paraense, que o Aeroporto de Belém seja denominado “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza”, na certeza de contar com o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senadora **Ana Júlia Carepa**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2005

Faculta atribuir a outros conselhos ligados a Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, onde houver Conselho Municipal de Educação, atribuir, aos respectivos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, as competências do Conselho de Alimentação Escolar, instituído conforme o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, instituído conforme o disposto no art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As leis citadas dispõem sobre a constituição de conselhos no âmbito da Educação. A multiplicidade desses conselhos tem criado grandes dificuldades, na maioria dos municípios, uma vez que diminutos em termos de população, não dispõem, muitas vezes, de massa crítica de pessoas em nível e disponibilidade para integrarem tantos órgãos colegiados.

Facultar-lhes a decisão de atribuir a um só Conselho da mesma área de Educação as atribuições previstas para os demais constituirá enorme simplificação e desburocratização de procedimentos, com economia de tempo e recursos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.

.....
Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais.

Art. 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados a merenda escolar, e a elaboração de seu regimento interno.

.....
LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Art. 4º O acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por Conselhos a serem constituídos em cada esfera no prazo de cento e oitenta dias a contar da vigência desta lei,

§ 1º “Os Conselhos serão constituídos, de acordo com norma de cada esfera editada para esse fim:

I – em nível federal, por no mínimo seis membros, representando respectivamente:

- a) o Poder Executivo Federal;
- b) o Conselho Nacional de Educação;
- c) o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação – CONSED;
- d) a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;

e) a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

f) os pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental; e

II – nos Estados, por no mínimo sete membros, representando respectivamente:

- a) o Poder Executivo Estadual;
- b) os Poderes Executivos Municipais;
- c) o Conselho Estadual de Educação;
- d) os pais de alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental;

e) a seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;

f) a seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;

g) a delegacia regional do Ministério da Educação e do Desporto – MEC;

III – no Distrito Federal, por no mínimo cinco membros, sendo as representações as previstas no inciso II, salvo as indicadas nas alíneas **b**, **e** e **g**.

IV – nos municípios, por no mínimo quatro membros, representando respectivamente:

- a) a Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;
- b) os professores e os diretores das escolas públicas do ensino fundamental; c) os pais de alunos;
- d) os servidores das escolas públicas do ensino fundamental,

§ 2º Aos Conselhos incumbe ainda a supervisão do censo escolar anual.

§ 3º Integrarão ainda os conselhos municipais, onde houver, representantes do respectivo Conselho Municipal de Educação.

§ 4º Os Conselhos constituídos, seja no âmbito Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, não terão estrutura administrativa própria e seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração pela participação no colegiado, seja em reunião ordinária ou extraordinária.

§ 5º Aos Conselhos incumbe acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (Incluído pela Lei nº 10.880, de 2004)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2005

Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 14.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino definirão a forma de escolha dos dirigentes das escolas públicas, admitindo-se, entre outras:

I – escolha pelo dirigente do órgão responsável pela administração do sistema de ensino;

II – escolha pela comunidade escolar;

III – concurso público.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa resgatar ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a faculdade de escolha dos dirigentes escolares, seja pela própria administração do sistema, seja por concurso público direcionado especificamente para esta atividade, ou até mesmo, por deliberação dos integrantes da comunidade escolar: professores, funcionários e alunos.

Cabe ressaltar que a eleição de diretores de escolas por membros do meio escolar já foi objeto de diversas normas legais em estados e municípios, sendo sempre acolhida a arguição de inconstitucionalidade de tais instrumentos, em face da ausência de clara disposição legal em norma maior, no caso, a Lei de Diretrizes e Bases. No Congresso Nacional tal disposição encontrou, inicialmente, abrigo no texto da LDB aprovado na Câmara dos Deputados, entretanto, posteriormente foi retirado pelo Senado Federal.

Considerando que gestão democrática é princípio fundamental de aprimoramento de nossos institutos, a começar, principalmente, pela educação, submeto a meus pares, novamente, a tese de restituir à nossa norma diretriz de educação, a legítima propriedade de escolha de seus dirigentes escolares, sem prejuízo da competente ação dos administradores da educação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005,
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

.....
Vide Adin 3324-7, de 2005 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

.....
O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Há oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)
– Sr. Presidente, respeitando aqui a ordem de chegada, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, para falar da Urcamp, o brilhante relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior que vai assegurar mais uma universidade para o Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– V. Ex^a está inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.)
– Sr. Presidente, da mesma forma também, respeitando a ordem ou qualquer ordem que V. Ex^a determinar, eu gostaria de fazer o uso da palavra para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– A ordem são V. Ex^{as} que impõem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Da mesma forma, obedecendo à ordem com o Senador César Borges, Senador Paulo Paim e Senador Geraldo Mesquita Júnior, acrescida do Senador Sibá Machado para uma breve comunicação peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– V. Ex^a está inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, inscreva-me na primeira suplência dos oradores para uma comunicação de interesse imediato.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Como Primeiro Suplente dos Senadores ins-

critos, Paulo Paim, César Borges e Geraldo Mesquita Júnior.

Há oradores inscritos.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores e o próprio Governo, assediados ambos por todas as denúncias de corrupção que são objeto de apuração por três CPIs no Congresso Nacional, têm procurado apresentar os resultados da política econômica como sendo a dimensão altamente mais positiva do Governo, uma dimensão tão positiva que pudesse contrabalançar de alguma forma toda a carga negativa que está caindo sobre o PT e sobre o Governo neste momento. E quero discordar desta apresentação; quero discordar como tenho discordado aqui ao curso desses três anos de Governo. Tenho sempre discordado de uma forma que não é radical, mas é firme, porque traduz convicções muito profundas que tenho. E acho que tenho um dever em relação à população, à opinião pública, tenho um dever em relação à Nação brasileira maior do que todos. Tenho um dever também em relação ao Partido e ao próprio Governo, porque acho que ajudo o Governo com essa crítica, mostrando que efetivamente os resultados exibidos, como grandes feitos do Governo, na verdade, são resultados medíocres, Sr. Presidente. O próprio Presidente Lula tem-se referido a eles mostrando que a política econômica está dando certo por isso e por aquilo, porque a taxa de crescimento está alta, porque a inflação está baixa, porque o saldo da balança de pagamento é muito grande.

Sr. Presidente, esses resultados são francamente provenientes de toda a política que vem desde a adoção do câmbio flexível, desde a metade do segundo governo Fernando Henrique e são absolutamente insatisfatórios para as necessidades, e os anseios, e as aspirações do povo e da Nação brasileira. Quer dizer, crescimento de 3,5%, quando toda a América do Sul e a América Latina estão crescendo bem mais que isso, quando todo o mundo em desenvolvimento está crescendo muito mais, quando as condições da economia mundial são extremamente propícias, francamente, esse é um resultado medíocre. Isso não vai nunca possibilitar a solução ou pelo menos o encaminhamento da solução do problema social brasileiro, que sempre foi a grande bandeira do PT e a bandeira do próprio Presidente Lula, do próprio Governo Lula.

Ingressei no PT, Sr. Presidente, para fazer a campanha do candidato Lula, porque acreditava que ele trazia no bojo dos seus compromissos um projeto na-

cional de mudanças profundas, que poderia caminhar de uma forma gradual, sim. Em nenhum momento, esperei que se operasse uma revolução. Não houve uma revolução. Houve a vitória de uma eleição com alianças de forças políticas muito mais ao centro e à direita do que o PT. Assim, a minha expectativa não era de nenhuma revolução. Mas esperava – e acho que toda a população do Brasil, a opinião pública, também esperava – que houvesse, não uma subserviência total ao mercado, aos ditames, aos interesses do mercado, às fórmulas econômicas do mercado, como fez o Governo anterior durante todo o seu mandato.

Deveria haver uma confrontação dialética de avanços e recuos com o mercado, explorando as margens possíveis de avanço que existem e estão sendo ignoradas completamente sob o aplauso de toda a mídia, que defende os interesses conservadores do grande capital, em detrimento daquela projeção que se colocava sobre o PT e o Governo Lula e que era, enfim, o encaminhamento, a transição para uma mudança profunda do quadro econômico e social do Brasil.

Nunca defendi uma mudança de 180° na política econômica. Sei que isso não é viável, que produz desestabilização. Nunca propus nem uma mudança de 90°, mas uma ligeira inflexão de 10° ou 15° que, ao longo do tempo, produzisse resultados, a fim de mostrar que é possível, sim, um Brasil diferente, assim como o fórum mundial assegura que é possível um mundo diferente. Mostraríamos que é possível um Brasil diferente, mais justo, com uma distribuição um pouco mais eqüitativa da riqueza que, afinal de contas, é gerada pelo trabalho de todos os brasileiros.

O Governo Lula não enfrentou a questão com o vigor e a sabedoria necessários, com a sabedoria de quem conhece os truques da política econômica, da economia em geral e do próprio mercado. Para mim, está claro que o Ministro Antônio Palocci, que é elogiado em prosa e verso por toda a mídia brasileira, não tem a vivência necessária, é um novato, digamos assim, nas lides com as questões econômicas e não conhece que há uma certa margem de flexibilidade que é possível.

Não adianta querer seguir por dez anos a receita do Fundo Monetário e do Banco Mundial para que o Brasil atinja um *investment grade*, que parece que é tudo que ele quer, mas não é por aí que vamos encontrar o desenvolvimento. O desenvolvimento do Brasil será encontrado na medida em que a Nação e o Estado brasileiro confrontem-se com o mercado dentro das margens de viabilidade que são possíveis, para que se obtenham taxas de crescimento um pouco mais elevadas do que essa média medíocre que o País está tendo, um pouco mais próxima da média dos

países em desenvolvimento, da própria América Latina, e que o Brasil não está conseguindo exatamente porque insiste. E o Presidente Lula faz questão de repetir isso e de fazer um verdadeiro cavalo-de-batalha nessa questão da política econômica, como se fosse um resultado fantástico, sob o ponto de vista econômico e social. Os programas sociais existem, sim. Não vou reduzir a importância do Bolsa Família, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Microcrédito. Essas coisas são importantes, só que a sua importância é inteiramente anulada pela brutal transferência de renda: 120 a 130 bilhões, todo ano, do contribuinte brasileiro para 0,1% dos brasileiros que detêm os Títulos da Dívida Pública Federal, que são os mais bem remunerados do mundo.

Isso é uma brutal transferência no sentido concentrador que acaba anulando todo o resultado dos programas sociais, que não negamos, mas acho que o Brasil vai perdendo sua melhor oportunidade de realizar avanços sociais com um crescimento maior do que esse medíocre que está sendo aí tão louvado e, por causa das condições internacionais extremamente favoráveis, está perdendo pela teimosia, pela insistência, pela bisonhice, pela falta de vivência das autoridades da política econômica...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Com prazer, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– Antes de mais nada, louvo o pronunciamento de V. Ex^a neste momento. E, com o intuito de ilustrar o pronunciamento de V. Ex^a, trago a manifestação de um brasileiro que é uma opinião própria, posso crer, da maioria do povo brasileiro. Ele se chama Durval Quindere. O assunto do **e-mail** é: “...É bom pra quem... cara pávida???” Ele diz:

Cai a farsa.

Qual a melhoria que o bom momento econômico, sempre presente nos discursos do Presidente Lula, traz para os excluídos, para os pobres e miseráveis que são a grande maioria do povo brasileiro?

O bom momento econômico é bom para os grandes empresários, para os exportadores, os banqueiros e a elite, de um modo geral. Para os mais de 50 milhões de eleitores do Presidente nada mudou, continuam ocupando a mesma 63^a posição no **ranking** de Desenvolvimento Humano que ocupavam antes do Presidente ter sido eleito.

O Governo trata os pobres de uma forma que fará com que não só a mãe do Presidente seja analfabeta, mas milhares de outras mães brasileiras também permanecerão sem acesso à educação e à cultura, conforme reportagens abaixo.

Ele cita reportagens da Agência Brasil e de outros veículos de comunicação. Portanto, eu trago aqui não apenas a opinião dele; aliás, a minha opinião é exatamente esta também: política econômica que beneficia poucos neste País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Claro.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– E o brasileiro aqui manifesta exatamente isso com clareza impressionante. Para ilustrar o discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Darei o aparte, logo em seguida. Quero apenas fazer um comentário sobre o aparte do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é exatamente...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– É preciso que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Senador...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– ...,o Governo e o Ministro Antônio Palocci – já terminarei, Sr. Presidente – prestem um pouco de atenção, disponham-se a dar uma atenção, a ter a humildade, o gesto humilde... Olha, acho que o PT, definitivamente, perdeu aquela arrogância de ser o exclusivista na bandeira da ética, mas é preciso assumir também uma postura mais humilde no tocante à questão econômica, não ficar afirmando como se fosse grande feito, porque não é um grande feito. É um feito que está satisfazendo enormemente aos banqueiros, aos aplicadores e aos rentistas, mas não está trazendo à Nação e ao povo os benefícios que foram prometidos.

Ouçõ com muito interesse o aparte do Senador Paulo Paim e já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, quero cumprimentar V. Ex^a por dois motivos: primeiro, pela transparência. E aproveito para comunicar à Casa que a Bancada do PT, hoje pela manhã, por unanimidade, indicou o nome de V. Ex^a para ser nosso candidato – que virá a ser votado – à Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional. E V. Ex^a, antes da indicação, deixou muito clara sua posição em relação à política econômica: a de que manteria exatamente o ponto de vista que V. Ex^a está mantendo, neste momento, na tribuna e que merece os nossos elogios pelo conteúdo e pela coerência. Por isso, eu me sinto muito feliz de ter votado hoje de manhã – todos que estavam na sala votaram – em seu nome para Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Parabéns!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado, Senador Paim. Eu recebo com muita satisfação, alegria e força o aparte de V. Ex^a, que ressalta a questão da coerência, que é também um atributo de V. Ex^a reconhecido por esta Casa e por toda a Nação. É a coerência em relação aos seus pontos de vista e às suas opiniões.

Ao receber o apoio e a indicação da Bancada, fiz questão de hoje mesmo vir à tribuna fazer este pronunciamento para mostrar que pertenço ao Governo e estou aceitando uma missão dada pelo Partido. Agora, vou manter a minha posição crítica em relação a essa política econômica que, penso, não está certa. E é preciso que haja um pouco mais de humildade para discutir esses pontos de vista com a Bancada e as bases do nosso Partido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo, como oradora inscrita, por cessão do Senador Mão Santa.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento e mais dois minutos de tolerância, se for necessário.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há oito meses, o Brasil acompanhava estarecido as cenas de violência e de desespero que foram patrocinadas pelo Governo do Estado de Goiás contra famílias indefesas que ocupavam a área do Parque Oeste Industrial, em Goiânia.

Ficou gravada na mente da sociedade brasileira a crueldade com que seres humanos foram arrancados de seus abrigos pelo uso de armas, bombas e outros recursos de guerra contra aqueles que apenas sonhavam com um teto para morar.

A batalha insensata produziu dois mortos: Wagner da Silva Moreira e Pedro Nascimento da Silva foram baleados durante a desocupação e não resistiram aos ferimentos. Além dos mortos, mais três ocupantes foram feridos à bala naquele dia amargo para a história

de Goiás: Marcelo Henrique Dias, Anael Antônio Moreira e José Dione do Nascimento foram submetidos a delicadas cirurgias naquela oportunidade. Além disso, mais de uma dezena de moradores foram atendidos no Hospital de Urgências, Senador Geraldo Mesquita.

Depois desse episódio de barbárie, seguiu-se uma fase igualmente desumana. Os sem-teto ficaram praticamente quatro meses jogados em um ginásio de esportes sem a mínima estrutura, convivendo com realidades precárias de higiene e passando mesmo por toda a sorte de dificuldades.

Mas o que o Brasil desconhece, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é que esse drama permanece ainda nos dias atuais, agora vestido pelo insensato manto da disputa politiquêira que passou a guiar as atitudes de alguns segmentos que deveriam dar a sua ajuda para solucionar um impasse de tamanha intensidade.

Depois de terem ficado tanto tempo em um ginásio de esportes, os sem-teto foram transferidos para um local provisório, até que fosse adquirida a área definitiva para que, finalmente, construíssem as suas moradias.

Sr, Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mesmo com a disponibilidade oferecida pela Prefeitura de um terreno para o abrigo dos necessitados avaliado em cerca de R\$6 milhões para que esse caso finalmente tivesse um desfecho, pasmem, outros acontecimentos vieram provar que mesmo as atitudes positivas no sentido de amparar os mais necessitados encontram resistência naqueles que usam seus cargos para criar obstáculos e desentendimentos.

Ouçó V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quando entrei, nobre Senadora, pensei que V. Ex^a estivesse falando até do caso da Louisiana, mas vejo que está falando do caso de Goiás, que está sendo noticiado pela televisão, em que não tinham para onde mandar os desabrigados, mandando para outro Estado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Verdade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Fala sobre grande número de desabrigados que até agora não tiveram uma solução. Ao que parece, o atual Ministro das Cidades está se propondo a encontrar uma solução, mas só está conseguindo isso pela agilidade do Prefeito Iris, que, imediatamente, colocou um terreno à disposição e levou lá o Ministro para que S. Ex^a visse e adequasse o projeto. Se não me engano, isso ocorreu mês passado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Foi há quatro meses, Senador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Há quatro meses que o Ministro esteve lá?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Não, quatro meses que isso aconteceu com os desabrigados.

Essa novela vem se prolongando ao longo do tempo. Como diz V. Ex^a, a Prefeitura de Goiânia tomou providências no sentido de disponibilizar um terreno, o que seria uma solução imediata para essa situação. Inclusive, nobre Senador, acompanhei a situação de perto, estando com os desabrigados em várias ocasiões, e o que me causa espanto e estranheza, apesar até do que coloca V. Ex^a neste momento, é providências já estarem sendo tomadas de um lado e, de repente, de outro, aparecerem entraves, não se levando em consideração o sentimento humano, a situação daquelas pessoas, daquelas famílias, deixando-se de lado a condição das pessoas, fechando-se os olhos para a dor humana. Considero primordial, fundamental que as pessoas tenham pelo menos misericórdia e não façam disso um jogo político, um jogo de interesses politiquieiros porque a eleição está se avizinando e um quer parecer maior do que o outro. As decisões que são tomadas e que poderiam ser convalidadas, logicamente por ações subseqüentes, se tornam coisas de passagem por conta disso.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdoo-me, nobre Senadora, pela última intervenção que faço ao discurso de V. Ex^a. Sei o quanto o Prefeito Iris tem trabalhado, como fez nos seus mandatos anteriores, fazendo grandes mutirões, o que resolveu muito a situação habitacional. Mas, desta vez, mal tinha entrado na Prefeitura, mesmo assim se mobilizou rapidamente oferecendo um terreno. Mas, com toda certeza, o Prefeito vai continuar insistindo em resolver a situação daquelas pessoas. Recentemente, estive lá, onde fui ver o filme **Dois Filhos de Francisco**, e ouvi toda a penúria que a senhora está colocando. O Prefeito me fez um relato sobre a dificuldade que está tendo para atender a essa população pobre, até porque ele encontrou a Prefeitura com muitos meses de atraso, e ele está agilizando tudo na cidade, asphaltando, tapando buraco, resolvendo tudo para ver se consegue pagar esse passivo anterior. Quero deixar aqui o meu abraço a V. Ex^a e ao Prefeito de Goiânia, que tanto tem trabalhado lá em Goiânia.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador, as palavras que V. Ex^a acrescenta ao nosso pronunciamento. Acredito que o Íris, se estiver assistindo, sente-se também agradecido pelo esclarecimento. Quero dizer que eu jamais faria uso desta tribuna para trazer um problema local se não visse nesse problema, Senador, uma situação que se estende pelo

Brasil afora. Este, vamos dizer, é apenas um exemplo que eu coloco da necessidade de criar imediatamente uma política habitacional para este País.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado. Em seguida, concederei ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora, eu também, ouvindo seu pronunciamento, imaginei que V. Ex^a estivesse tratando daquele caso em que a CPMI da Terra esteve presente.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Exatamente. Inclusive, estive lá com V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exato. Fiquei impressionado com o que vi. Primeiro, houve uma ordem de despejo, no meu entendimento... A CPI tem apurado até o presente momento que, entre uma decisão de um juiz e uma realidade vista numa comunidade, não há, digamos assim, um elo. Todas as decisões judiciais acabam se dando na frieza do gabinete e na informação considerada técnica, e não se vê também uma informação sobre a realidade de uma comunidade. Acaba havendo uma reclamação de muitos agentes do Ministério Público e de tantas outras autoridades do Judiciário que acham que é preciso reformular esse tipo de decisão. A decisão de ordem de despejo tem sido algo cruel no Brasil, com raras exceções. No caso, o que vimos lá? Houve uma ordem de despejo sem considerar o número de famílias ali estabelecidas, não se considerou, no meu entendimento, a forma que a Polícia Militar agiu naquele momento. Foi de uma violência...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Absurda.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Absurda, até ceifando a vida de algumas pessoas.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Duas pessoas morreram.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Houve depoimento dizendo que uma das pessoas foi morta quando já estava detida, já no chão. Então, creio que o pronunciamento de V. Ex^a é muito importante para chamar a atenção, não apenas para ficarmos aqui focando um episódio que aconteceu no Estado de Goiás. Penso que devemos, daqui para frente, prestar atenção a essas duas observações: uma é quanto a essa política habitacional que V. Ex^a está lembrando, que acredito que, com aquele projeto de habitação popular que foi aprovado aqui, pode-se iniciar um novo momento, e a outra observação é que, muito mais do que isso, podemos avançar também no Judiciário, para que um juiz possa, antes de dar uma ordem de despejo, ter um mínimo de cuidado para saber como é que as coisas estão acontecendo na prática nas comunidades

atingidas. Fico feliz pelo pronunciamento de V. Ex^a e, como fui uma testemunha ocular do pós-evento, estou aqui para prestar este depoimento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço as palavras do nobre Senador. Na realidade, estivemos juntos em Goiânia acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, que têm provocado, inclusive, toda essa polêmica. Penso que há que se levar em consideração aquilo que V. Ex^a disse, Senador. E as pessoas? E o ser humano? E o sentimento de cada um? E as dificuldades dessas pessoas? Será que teremos que estabelecer critérios técnicos, um atrás do outro, para depois acordarmos para o fato de que existem seres humanos morrendo, sofrendo e precisando de assistência? Será que vivemos em uma sociedade tão fria, tão incapaz de abrir os olhos para o que está acontecendo? Será que vamos justificar, nós, como agentes políticos, Senadores e Senadoras, nossa presença neste local tão importante, tão refrigerado, em torno do qual há inclusive todo um cerimonial? Temos que, ao mesmo tempo, nos sentir aqui dentro e imaginar se vale a pena, Senador, diante de fatos como esse.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Iris de Araújo?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senadora Iris de Araújo, terra, renda e habitação – milhões de brasileiros não dispõem desses fatores, que representam a possibilidade de uma vida digna. Louvo o pronunciamento de V. Ex^a, que é de uma sensibilidade incrível. V. Ex^a aqui vem, sem demagogia, colocar-se ao lado daqueles que sofrem a violência sistemática da miséria, da pobreza, que eventualmente levam à morte, como também a violência policial e a violência institucional que se abatem sobre a pobreza do País de forma dramática, não apenas em Goiás, em Goiânia, mas em praticamente em todo o País. V. Ex^a age com grande sensibilidade ao trazer o assunto a este plenário, e peço que não nos deixe esquecer-lo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Está concedido mais um minuto, Senadora, porque já foram concedidos mais três.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Eu inclusive me colocaria à disposição de V. Ex^a, que é uma grande Senadora, para o que for necessário a propósito da matéria. É certo que a CPI da Terra esteve lá, juntamente com o Senador Sibá Machado, V. Ex^a e outros parlamentares, mas creio que o Senado Federal faria bem se, conduzido por V. Ex^a, formasse uma outra comissão, uma comissão especial de Sena-

dores, a fim de lá voltar e examinar o assunto. Até porque, segundo V. Ex^a, passados quatro meses e alguns encaminhamentos, a solução para o problema periga não acontecer, por politicalha, por brigas que não podem prosperar em virtude da necessidade premente de aquelas pessoas terem um local para viver e habitar. Portanto, eu me coloco à disposição de V. Ex^a, se a Presidência da Casa assim o entender, para designar uma nova comissão com o intuito de, juntos, verificar, intervir e talvez até mediar um impasse que não pode mais se estender, sob pena de aquelas pessoas continuarem no sofrimento e na angústia de procurar um canto para viver e não encontrar a solução oferecida pelo próprio Estado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador o brilhante aparte, e peço a tolerância do Sr. Presidente para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Mais um minuto a fim de que V. Ex^a conclua seu discurso.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço à Presidência.

Comecei a ler meu discurso, e não vou conseguir terminá-lo. Portanto, peço que seja dado como lido. A interferência de cada Senador, fazendo essas colocações, justifica mais meu pronunciamento do que se o tivesse lido.

Agradeço a sugestão, vamos levá-la adiante, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Estaremos em Goiás ajudando a mediar a questão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO DA SRA. SENADORA IRIS DE ARAÚJO.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, há oito meses, o Brasil acompanhava estarecido as cenas de violência e de desespero que foram patrocinadas pelo Governo do Estado, contra famílias indefesas que ocupavam a área do Parque Oeste Industrial, em Goiânia.

Ficou gravada na mente da sociedade brasileira, a crueldade com que seres humanos foram arrancados de seus abrigos pelo uso de armas, bombas e outros recursos de guerra contra aqueles que apenas sonhavam com um teto para morar.

A batalha insensata produziu dois mortos: Wagner da Silva Moreira e Pedro Nascimento da Silva foram baleados durante a desocupação e não resistiram aos ferimentos. Além dos mortos, mais três ocupantes foram feridos à bala naquele dia amargo para a história de Goiás: Marcelo Henrique Dias, Anael Antônio Mo-

reira e José Dione do Nascimento foram submetidos a delicadas cirurgias naquela oportunidade. Além disso, mais de dezenas de moradores foram atendidos no Hospital de Urgências.

Depois deste episódio de barbárie, seguiu-se uma fase igualmente desumana. Os sem-teto ficaram praticamente quatro meses jogados em um ginásio de esportes sem a mínima estrutura, convivendo com realidades precárias de higiene e passando mesmo por toda a sorte de dificuldades.

Mas o que o Brasil desconhece, Sr. Presidente, é que este drama permanece ainda nos dias atuais, agora vestido pelo insensato manto da disputa política que passou a guiar as atitudes de alguns segmentos que deveriam dar sua ajuda para solucionar um impasse de tamanha intensidade.

Depois de terem ficado tanto tempo em um ginásio de esportes, os sem-teto foram transferidos para um local provisório, até que fosse adquirida a área definitiva para que, finalmente, construam suas moradias.

Mesmo com a disponibilidade oferecida pela prefeitura de um terreno para o abrigo dos necessitados avaliado em cerca de 6 milhões para que este caso, finalmente, tivesse um desfecho, outros acontecimentos vieram provar que mesmo as atitudes positivas no sentido de amparar os mais necessitados encontram resistência naqueles que usam seus cargos para criar obstáculos e desentendimentos.

Há quem argumente que o valor do terreno está acima dos praticados no mercado, tendo até encomendado um parecer do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci). Diga-se de passagem, esta mesma entidade divulgou recentemente estudo técnico em que confirma que o preço está dentro dos parâmetros estabelecidos na negociação.

A má-vontade demonstrada neste tipo de ação deixa claro que há uma atitude política denunciando a falta de escrúpulos de autoridades que deveriam se envergonhar dos danos que causam. Importante lembrar, senhor Presidente, que estas famílias ficam ao relento, em barracos de lona preta, sob a poeira, o calor e o frio, quando já poderiam estar construindo suas casas naqueles 32 alqueires de terra.

Portanto, Senhor Presidente, hoje, nesta tribuna, invoco os responsáveis por esta ação orquestrada: coloquem a mão na consciência e reflitam sobre o mal que estão fazendo àquela gente indefesa, que precisa urgentemente de um lar para que possam prosseguir suas vidas marcadas por tantas dificuldades.

Basta!!!! Todos nós estamos cansados diante de práticas retrógradas que demonstram a falta de comprometimento com os reais interesses do povo de seu Estado!

Como membro titular da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, tenho a obrigação de vir a público denunciar este gênero de atitude que não só representa um desrespeito aos direitos humanos, como também uma quebra do sentido ético. É um verdadeiro absurdo esta montagem de obstáculos sem fim que impedem o abrigo dos que foram retirados à força de onde estavam. E o ainda pior: foram retirados por meio do uso impiedoso de um verdadeiro arsenal de guerra composto por escopetas, bombas de gás lacrimogêneo, pistolas, gás de pimenta e bombas de efeito moral...

Os sobreviventes do Parque Oeste Industrial de Goiânia clamam pelo fim do pesadelo que agora se torna ainda mais inaceitável pela presença nefasta do confronto político. Sr. Presidente, se hoje, excepcionalmente, abordo um tema localizado é porque bem sei que sua dimensão é nacional, é universal.

Sonho com um Brasil que possa, num determinado momento de sua História, sepultar de vez toda esta prática de mesquinha política que teima em prosperar, a despeito de todas as conquistas da sociedade brasileira, que avança de maneira extraordinária em seu nível de consciência. Ao contrário de muitos de seus representantes que insistem em praticar a política rasteira.

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, há a própria questão da crise que abate o País no setor de moradia sem que as autoridades responsáveis tenham apresentado alternativas realmente factíveis e realizadoras. No caso de Goiás, nem mesmo em mais de seis anos de gestão, se conseguiu apresentar um projeto que tivesse conseqüências práticas. E esta falta de iniciativas é a própria indústria da invasão que cresceu e prosperou no Estado!!!!

Em nível federal, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva igualmente se esquivou de adotar, com coragem e ousadia, uma política habitacional clara e pragmática. No passado, aqui mesmo desta tribuna, alertei ao presidente sobre a necessidade de adotar um projeto consistente de moradia popular. Foi quando descrevi o mutirão realizado em Goiás como uma experiência participativa que bem poderia ser aplicada no País.

Mas nada de impacto realmente está sendo feito, o que me faz recorrer à minha ingenuidade e perguntar: afinal, qual é mesmo a função dos governos?? Se não atendem ao povo em suas necessidades básicas, não têm muita razão de existir!

O Brasil tem um déficit de moradias superior a 7 milhões de unidades. Não se resolve um problema desta dimensão sem criatividade, coragem e inteira disposição para adotar modelos alternativos. Tudo depende da atitude solidária e da soma de esforços.

Seguindo o projeto do mutirão que aqui já apresentei, ao governo federal caberiam os recursos para o material de construção. Aos governos estaduais, a responsabilidade de oferecer a infra-estrutura, água, energia, urbanização. E, às prefeituras, a oferta dos terrenos e a coordenação do programa em cada município, incluindo a assistência técnica. Aos sem-teto, caberá a tarefa de construir, em regime de mutirão. Tendo um terreninho, o povo constrói, disso ninguém duvida. Constrói, de imediato para se abrigar, e vai construindo a vida toda, melhorando e embelezando a casa própria.

Ou seja, além de diminuir o custo, o mutirão possibilita ao cidadão participar diretamente na construção de sua casa, tornando-o mais forte, estimulando sua auto-estima, libertando-o da posição de mero receptor. O projeto envolveria na construção da casa própria milhares de pessoas desempregadas que hoje vivem sob tendas de plástico, no improvisado e na promiscuidade, colocando em risco a saúde física e psíquica das crianças.

Só um programa desse tipo, que envolva, que apaixone, que mobilize muita gente, pode fazer o milagre da mudança tão esperada.

Espero, Sr. Presidente, que as autoridades deste País possam dar um passo adiante. Abandonando a prática atrasada de utilizar o poder que possuem para ferir adversários com intentos eleitorais. E – isto sim -, reunir a soma deste poder com um único propósito: dar o emprego ao desempregado, dar o alimento a quem tem fome. Fazer avançar os processos educacionais e culturais. Garantir atendimento elevado no setor de saúde e assistência. E, finalmente, dar a moradia a quem vive humilhado por não possuir um simples teto para viver em paz!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, antes da Ordem do Dia. Faça chegar às mãos de V. Ex^a a autorização do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Aguardo a chegada da autorização.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, como orador inscrito.

Senador Sibá Machado, se V. Ex^a desejar falar imediatamente, poderá fazer uso da palavra após o Senador César Borges.

Com a palavra o Senador César Borges, por dez minutos, mais dois de tolerância, se necessário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com certeza, será necessário, Sr. Presidente, pois trago um assunto da maior importância para o Estado da Bahia, assim como para o Brasil, e diz respeito à educação, a educação universitária em particular.

O Senado aprovou, recentemente, a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Essa é uma luta de muitos anos no Estado da Bahia, e foi um momento de vitória para o meu Estado, uma correção importante, mas ainda parcial, lamentavelmente.

A Bahia sofre uma grande injustiça com relação à destinação de recursos e vagas para o ensino superior. Nós temos, na Bahia, o menor coeficiente de vagas federais de ensino superior entre todos os Estados brasileiros. Fazendo um cálculo a partir dos dados do próprio Ministério da Educação, do Censo da Educação Superior 2003, a Bahia tem o equivalente a 1,5 vaga de ensino superior federal por mil habitantes.

Vamos comparar isso com outros Estados para verificar como a Bahia está defasada, Sr. Presidente. A média do Brasil é de 3,3 vagas por mil habitantes. Minas Gerais está acima da média, com 3,85. O Rio de Janeiro também está acima da média: 4,20 vagas por mil habitantes no ensino superior – em se tratando da área federal. O Rio Grande do Norte, por sua vez, chega a 7,6 vagas por mil habitantes. O Estado mais próximo da Bahia é o Maranhão, que tem quase o dobro de vagas federais da Bahia: 2,4. Ainda não estamos falando de números absolutos, mas relativos à população do Estado. Nesta conta, São Paulo é um Estado que fica à parte, pois já criou, por força da riqueza de sua indústria, as duas melhores universidades do País, mas tais universidades não são federais, são estaduais: a USP e a Unicamp.

Não podemos comparar um Estado do Nordeste brasileiro, como a Bahia, com São Paulo e a força econômica conquistada por este no cenário econômico brasileiro. A Bahia não teria como competir com seus recursos para dispensar os necessários investimentos que faltam na área federal a fim de criar as vagas universitárias. Entretanto, por conta desse déficit de vagas federais, o que aconteceu na Bahia é que o Estado, por intermédio de nossos dirigentes, dos Governadores que me antecederam – Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto –, teve, ao longo dos anos, a visão de criar vagas estaduais para compensar esse déficit.

Basta observar as estatísticas para verificar que o Governo Estadual tem suprido a falta de investimento do Governo Federal no ensino superior. Em 1995, havia 17 mil alunos de graduação nas instituições de ensino superior

estaduais – 17 mil, número absoluto. Em 1998, já eram 20 mil; em 2001, 30 mil. Ou seja, de 1995 a 2001, praticamente dobramos o número de vagas no ensino superior estadual, vagas oferecidas ao povo baiano, aos nossos jovens, graças aos esforços do Governo Estadual.

De acordo com o último censo escolar do ensino superior, com números relativos a 2003, a Bahia ofereceu, naquele ano, 36 mil vagas através das universidades estaduais, enquanto as vagas do Governo Federal não chegam a 20 mil. Ou seja, o número de vagas estaduais foi mais que dobrado, em dez anos. Continuamos ampliando o ensino superior no Estado.

Segundo números da Secretaria Estadual de Educação, este ano foram realizadas 43 mil matrículas na graduação das 4 universidades estaduais baianas. Com isso, o incremento das vagas chega a ser 145% superior àquelas existentes há dez anos, em 1995. Entretanto, o custo desse esforço é enorme. Somente este ano, o Governo do Estado investirá R\$301 milhões na educação superior. Senador Sibá Machado, esse valor, que é gasto apenas com o ensino superior, representa quase 4% de todas as receitas correntes líquidas do Estado e suprirá a falta de investimentos do Governo Federal. Esse recurso, em outros Estados brasileiros bem servidos de vagas no ensino superior, seria destinado à educação fundamental e ao ensino médio, que é obrigação dos Municípios e dos Estados.

A Bahia, portanto, não pode continuar bancando praticamente sozinha esse gasto crescente, em detrimento das demandas que surgem para os diversos níveis de ensino – médio, fundamental e superior – no Estado. Se forem mantidas as taxas atuais de reprovação e evasão da década anterior, ainda assim, mais de 2 milhões de jovens concluirão, nos próximos dez anos, o ensino médio na Bahia. Se a produtividade da educação básica chegar a 100%, como desejamos, teremos mais de 4 milhões de baianos, de um total de 13 milhões, se candidatando ao ensino superior nesse período.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (PT – AC) – Senador César Borges, deixando de lado as divergências políticas, se há o que enaltecer, isso é preciso ser feito. Temos realizado um grande esforço para a instalação de alguns cursos novos na Universidade Federal do Estado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que Estado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Do Acre. Foi hercúleo o trabalho para criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Acre. A propósito, quero, primeiro, parabenizar o esforço da direção daquela instituição, do Senador Tião Viana, que não mediu esforços nesse sentido; segundo, dizer que a Univer-

sidade Federal da Bahia presta um excelente trabalho de assessoramento a esse curso embrionário lá na nossa universidade, e que também está preparando os professores, porque muitos deles não tinham curso de mestrado, pós-graduação, e é a Universidade da Bahia que está fazendo esse trabalho, nesse intercâmbio com a Universidade Federal do Acre, como há outras fazendo em outras áreas, mas essa tem sido por conta da grande necessidade nossa de ter uma equipe, pessoal formado do próprio Estado. Em busca de qualificação, muitos profissionais vão para a Bolívia, outros vão para o centro-sul, outros para Cuba, outros para outros países. E tem sido para nós motivo de muita alegria ter hoje a Faculdade de Medicina. Não sei se já era do conhecimento de V. Ex^a que é a Universidade Federal da Bahia que presta essa assessoria ao nosso curso de medicina. E quero aqui me irmanar nas preocupações de V. Ex^a porque essa é uma área que, daqui para frente, fará parte do meu interesse também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte e quero agradecer esse reconhecimento da nossa Universidade Federal da Bahia, a UFBA, que efetivamente é uma universidade de qualidade, com excelentes cursos. Mas vejo também o sacrifício imenso dos reitores, do nosso reitor atual, o Reitor Naomar Almeida, que tem feito um imenso esforço para manter a universidade funcionando, e funcionando bem, porque são muito escassos os recursos destinados pelo Ministério da Educação para a nossa universidade federal.

Quando governador, consegui articular com a bancada federal de forma suprapartidária e colocamos emendas de bancada para ajudar a universidade a recuperar as suas instituições, principalmente na parte física, que estava bastante deteriorada. E a bancada baiana continua, no atual Governo, fazendo esse esforço suprapartidário. Lamentavelmente, Senador Sibá Machado, o Governo Federal não tem liberado as emendas coletivas de bancada, por maior que seja o esforço e o mérito dos profissionais da área de educação que fazem a nossa Universidade Federal da Bahia. Formei-me nessa universidade. Era a única escola de engenharia que existia na Bahia à época. Estudei na Universidade Federal da Escola Politécnica, o que é uma honra para mim.

Lamentavelmente, há essa dificuldade de alocação de recursos.

Agora foi criada a Universidade Federal do Recôncavo. Ótimo. Estamos aplaudindo a iniciativa, mas é necessário que o Governo Federal não apenas aprove a criação de novas universidades, mas que coloque recursos para a educação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, que traz a vida própria universitária de engenheiro brilhante que se tornou um político brilhante, um extraordinário governador da Bahia. O que o Governo tem que pensar é que a Alemanha ressurgiu das cinzas depois de duas guerras porque nunca foi destruída a sua Universidade de Heidelberg. O mundo a respeitou. Eu estava atentamente ouvindo e lamento informar que não é apenas a da Bahia, não, todas as universidades federais do Brasil entraram em greve. Este é o estado de calamidade que o PT está levando ao País.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço o aparte, Senador Mão Santa. É uma situação grave que vivem as universidades federais.

Vejo a criação de novas universidades, e só posso aplaudir; quanto mais forem criadas instituições de nível superior e de educação de modo geral, nós temos que aplaudir, mas, concomitantemente, têm que ser direcionados recursos, senão passa a ser quase que uma farsa, cria-se uma universidade e não se destinam recursos para sua efetiva implementação.

Então, temos funcionando no interior do Estado da Bahia quatro universidades estaduais. Uma funciona também na capital, mas está disseminada, porque é multicampi, em todo o interior. Agora a Universidade Federal da Bahia começa um vetor de crescimento para o interior. Muitas cidades estão pleiteando, o oeste da Bahia pleiteia universidade, Vitória da Conquista, a cidade de que sou originário, Jequié, que tem um **campus** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, quer também uma faculdade da área federal. Mas o Governo Federal não destina recursos sequer para manter o atual nível de ensino, e assim vivem as nossas universidades federais lamentavelmente de pires na mão.

É preciso que o Governo mude sua postura, faça da educação uma prioridade efetiva. Este País nunca vai sair do seu secular subdesenvolvimento se não tiver uma educação de nível elevado e que atenda a toda a nossa população que demandar educação. Não será através do ensino privado que nós vamos resolver esse problema. O ensino privado é auxiliar e deve ser apoiado, mas é essencialmente por intermédio do ensino público e gratuito que nós vamos fazer um investimento para as camadas mais pobres e necessitadas da nossa população.

Sr. Presidente, agradeço a sua compreensão e peço que meu discurso seja publicado na íntegra, porque o tempo não foi suficiente, apesar da sua boa vontade, como sempre, ao nosso discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR CÉSAR BORGES.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso aprovou a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, após uma luta de vários anos da Bahia. Foi uma correção importante, mas ainda parcial, de uma grande injustiça que a Bahia sofre e que o país ainda não se deu conta.

Nós temos, na Bahia, o menor coeficiente de vagas federais de ensino superior entre todos os estados brasileiros. Fazendo um cálculo a partir dos dados do Censo da Educação Superior 2003, do Ministério da Educação, a Bahia tem o equivalente a 1,47 vagas de ensino superior federal por mil habitantes.

Vejam como estamos defasados: a média do Brasil é 3,34 vagas federais por mil habitantes. Minas Gerais está acima da média, com 3,85. Rio de Janeiro também está acima da média: tem 4,20.

O Rio Grande do Norte, por sua vez, chega a 7,61 vagas por mil habitantes. O estado mais próximo da Bahia é o Maranhão, que tem quase o dobro das vagas federais da Bahia: são 2,48 vagas para cada mil habitantes.

Nesta conta, São Paulo fica à parte, porque criou, pela força da sua indústria, as duas melhores universidades do país, mas que são estaduais: a USP e a Unicamp.

Mas São Paulo não pode se comparar com a Bahia em termos de força econômica. Nosso estado é pobre, não teria como competir com seus recursos para dispensar o necessário investimento federal em vagas universitárias.

Entretanto, por conta deste déficit de vagas federais na Bahia que acabei de demonstrar, o que aconteceu é que nossos dirigentes tiveram que, ao longo dos anos, criar vagas estaduais para compensar este déficit.

Basta olhar as estatísticas e verificamos que é o governo estadual que tem suprido a falta de vagas federais. Em 1995 havia 17.356 alunos nos cursos de graduação das instituições de ensino superior estaduais. Em 1998 já eram 20.228, e em 2001, 30.743.

De acordo com o último censo escolar do ensino superior, com números relativos a 2003, a Bahia ofereceu naquele ano 36 mil vagas através das universidades estaduais. Ou seja, o número de vagas estaduais foi mais que dobrado, em menos 10 anos!

E as vagas estaduais continuam se ampliando. Segundo números da Secretaria Estadual de Educação, este ano foram realizadas 43.607 matrículas na graduação das quatro universidades estaduais baianas,

com o que teremos um incremento de 145% sobre as vagas que haviam em 1995.

O custo deste esforço é enorme. Somente este ano, o governo da Bahia está investindo R\$301 milhões na educação superior, entre gastos de pessoal, de custeio e investimento. Equivale a 3,56% das receitas correntes líquidas do estado.

Este é um recurso que, em outros estados brasileiros, bem servidos de vagas pelo governo central, está sendo destinado para a educação fundamental e para o ensino médio. A Bahia não pode continuar bancando este gasto crescente, em detrimento das demandas que vão surgindo para o ensino médio e fundamental do estado.

Se forem mantidas as taxas atuais de reprovação e evasão da década anterior, ainda assim, mais de dois milhões de jovens concluirão, nos próximos 10 anos, o ensino médio na Bahia; e, se a produtividade da educação básica chegar a 100%, como todos desejamos, teremos mais de quatro milhões de baianos se candidatando ao ensino superior neste período!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto a Bahia aumentou em 145% as vagas estaduais, o governo federal não fez o mesmo no nosso estado. Neste mesmo período de nove anos, as matrículas federais passaram, de 16.834 para somente 19.168, com o modesto aumento de 13,86%.

Sequer temos 20 mil vagas federais na Bahia, o que nos coloca, também nos números absolutos, entre os estados menos servidos por universidades federais. Enquanto tem a quarta população entre os estados, com 13 milhões de habitantes, o que significa 8,5% da população brasileira, meu estado tem apenas 3,3% das vagas federais.

Quando se compara as vagas públicas de ensino superior oferecidas na Bahia, se vê a que ponto chegou a distorção atual. As vagas estaduais representam 65% do total de vagas públicas de ensino superior na Bahia, enquanto pela média brasileira, os estados participam apenas com 30% do total das vagas públicas, quando se retira São Paulo dessa conta.

É uma verdadeira punição contra a Bahia se obrigar o governo baiano a fazer um esforço duas vezes maior que a média do país para criar vagas públicas.

Para chegar na média nacional de 3,34 vagas de ensino superior para cada mil habitantes, o que ainda seria pouco pelas necessidades do atual desenvolvimento econômico do estado, a Bahia deveria contar com 43.653 vagas no ensino superior federal.

Há um déficit na Bahia, portanto, de 24 mil vagas, apenas para chegar na média do Brasil. O dobro do que existe hoje na estrutura da universidade federal da Bahia.

As universidades estaduais baianas – UNEB, UESC, UEFS e UESB – lutam com grande dificuldade para sobreviver e para se expandir, uma vez que o governo baiano precisa atender também outras necessidades.

Todos aqui têm conhecimento, por exemplo, da defasagem do valor fixado pelo governo federal para o Fundef. Esta defasagem aumenta as despesas com o ensino fundamental dos estados mais pobres, ao passo que o governo federal diminui seus gastos. Ou seja, a Bahia também é punida porque tem que gastar mais no ensino fundamental.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com se vê, não há, estado no país que tenha esta participação tão ampla no ensino superior, salvo São Paulo, como já chamei a atenção. Esta hipertrofia não vai ser corrigida apenas com a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, embora seja um grande passo.

A solução também não pode se dar através do incentivo à criação de instituições privadas de ensino superior, porque a população pobre da Bahia não tem como ser incorporada neste sistema.

Quando fui governador da Bahia, ainda criei o Faz Universitário, para permitir o acesso de alunos carentes a universidades particulares. Sei, entretanto, que o alcance deste recurso é limitado, porque depende da capacidade do estado em oferecer contrapartidas, como isenção fiscal, para o setor privado.

Qual seria então a estratégia de atender, de forma justa e eficaz, as demandas inquestionáveis da Bahia por mais e melhor educação superior federal?

Entre essas, sem dúvida, está a criação imediata de uma ou duas novas universidades federais em regiões que possam polarizar a demanda de ensino e centralizar projetos de pesquisa e desenvolvimento, como já se fez há décadas no caso de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e Uberlândia, em Minas Gerais, e como recentemente aconteceu em Campina Grande, na Paraíba, e Petrolina, em Pernambuco, que também vai atender ao município baiano de Juazeiro.

Neste caso, a grande região estratégica da Bahia que merece, com urgência, o investimento federal, é o Oeste, que tem nos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães um dos pólos mais dinâmicos da economia baiana, mas que ainda não está atendida de maneira satisfatória, muito embora já haja um campus da Universidade Estadual da Bahia.

Para isto, apresentei projeto para a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia para beneficiar esta região, com população de 400 mil habitantes. Uma região que responde pela produção de 1,5 milhão de toneladas de soja.

Por que é importante para a Bahia um centro de ensino universitário nesta região? Porque vai gerar tecnologia para este pólo agrícola. Porque vai agregar o desenvolvimento de soluções tecnológicas que vão dar apoio à agroindústria da região e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Outra região estratégica para a abertura de novas vagas é o Sudoeste baiano, e em particular o município de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, cidade de 250 mil habitantes, já conta com o campus de uma universidade estadual, mas é pólo de outra região bastante dinâmica e que tem gerado demanda contínua por ensino superior.

Há previsão do governo federal no investimento em novos campus na Bahia, mas infelizmente, a prioridade tem sido a abertura de vagas em estados já muito bem atendidos. Por exemplo, está sendo anunciada uma universidade federal e a abertura de três campi no interior de São Paulo. Outros campi estão sendo abertos no Rio de Janeiro.

A previsão do governo federal é de abrir 320 mil novas vagas federais nos próximos anos. A proposta que faço a todos os representantes políticos da Bahia, de todos os partidos, é que busquemos aumentar a participação do nosso estado nestas vagas.

E o centro desta luta será a criação de um plano de redução do déficit de vagas federais para o ensino superior da Bahia, ao longo dos próximos 10 anos. Ao final deste prazo, o estado deverá estar, pelo menos, situado na média de investimentos federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador César Borges.

V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Poderia ser até agora, dependendo da aquiescência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a será o terceiro, pois na ordem de inscrição está o Senador Paulo Paim, o Senador Geraldo Mesquita Júnior... E o Senador Mão Santa, que será o terceiro. O Senador César Borges fez o seu pronunciamento; por conseguinte, saiu da lista dos oradores que iam fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável. O Senador Sibá Machado, que era o primeiro suplente, também fará uso da palavra. Então, V. Ex^a, Senador Mão Santa, será o terceiro, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o Senador Sibá Machado é o Líder do PT hoje.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Vai falar pela Liderança.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É a maior estrela do PT. Então, bote ele pela Liderança e me coloque...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, devo estar inscrito normalmente, devo ser o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Após a Senadora Fátima Cleide, que vai falar por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então, só para eu fazer meu planejamento, fala o Senador Sibá Machado...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senador Sibá Machado, por cinco minutos. Em seguida, a Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador Romeu Tuma, e, após a Senadora, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra, a não ser que algum Líder peça a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, meu mais novo companheiro do PSDB.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Sibá Machado, por cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei a viagem do Presidente Lula ao Peru. Fui por terra, de ônibus, e assisti à solenidade. Vi com os meus olhos o que representa aquela obra para nós, daquela região, e parece que muito mais para o país vizinho, para os peruanos.

O Presidente Lula foi muito aplaudido. Fiquei um pouco entristecido com a forma com que foi noticiado aquele evento. Sei que é um direito das pessoas gostar ou detestar quem quer que seja. Sei que é direito individual de qualquer um aqui se pronunciar da forma que julgar melhor. Mas, para meu constrangimento, Sr. Presidente, fui procurado por vários jornalistas – e não sei por que não me encontraram, já que eu estava muito bem posicionado na solenidade –, que disseram que a tentativa era arrancar de mim informações de que, certamente, esta Casa e a imprensa já trataram. Ali, a questão não era discutir o empreendimento, mas

apenas dizer o seguinte: queremos mais uma matéria para falar mal do Governo. E se espremeram coisas – que acho até de certa infantilidade – que apequenam o brilhantismo da informação.

Mas, para dizer aos que não conseguem entender o que significa aquilo, vou tentar despejar um pouquinho da emoção que significa para nós, Sr. Presidente, uma obra daquela natureza. Trata-se de interligar o Brasil, de uma vez por todas, com o oeste. Os Estados Unidos já fizeram isto há muitos anos – a ligação Pacífico–Atlântico e Atlântico–Pacífico, em todas as modalidades de transportes possíveis.

Olhando um pouco para o passado da Amazônia, nós sempre vimos que o nosso intercâmbio econômico era pelos rios. Portanto, a nossa capital, o nosso norte, era Belém do Pará e, daí, os Estados Unidos. Num segundo momento, com a abertura das rodovias, passamos a ficar de frente para o leste. Deixamos de ficar de frente para o norte e ficamos de frente para o leste, e meio tímidos, constrangidos, porque nós éramos o fundo do quintal do Brasil.

Com a abertura dessa rodovia, interligando o Pacífico via Peru, nós passamos a ser uma espécie de sala de visitas da interligação com a Ásia. Essa obra, então, tem uma conotação em todas as esferas: econômica, cultural, social e tantas outras que se queira imaginar.

Então, eu diria que fiquei bastante emocionado em saber que o sonho de tantos anos do Acre também está no centro de tantas coisas importantes. A pedra fundamental foi lançada, Sr. Presidente.

Outro assunto que quero tratar, aqui, Sr. Presidente, é o das eleições do PT, o meu Partido, que ocorrerá no próximo domingo. Nós temos sete candidaturas à Presidência do PT – dez chapas concorrendo ao Diretório Nacional, porque lá no PT nós votamos em separado. O voto do filiado do PT não é mais um voto convencional, agora é um voto direto. Em qualquer lugar do Brasil, estando em dia, pode votar nas instâncias municipal, estadual e nacional.

Eu quero aqui de público agradecer, porque, no meu Estado do Acre, temos chapa única para o diretório estadual. Em apenas dois Municípios não conseguimos fazer a unificação de chapas. Nos demais, todas as chapas são unificadas.

Tratamos um pouco sobre os nossos textos, sobre os nossos propósitos, sobre o que o Partido dos Trabalhadores no Estado do Acre pensa para a sociedade acreana para a próxima década, o que pensamos do papel, da figura, da personalidade de nossas lideranças e em que podemos contribuir para o sucesso do nosso Estado. Esses são os elementos motivadores, sem esquecer que temos os nossos problemas tam-

bém, as nossas arengas, de vez em quando, as nossas refregas, mas há coisas muito maiores para serem construídas, e não podemos ficar abaixo delas.

Portanto, esse é o meu agradecimento.

Um terceiro assunto me traz aqui, Sr. Presidente – ainda tenho mais dois minutos, pela regra. Reiteradas vezes, da tribuna do Senado, tenho tratado das dificuldades que as CPIs têm tido, principalmente do vazamento de informações, que não têm nenhuma necessidade de sair da forma que saíram. Num primeiro momento, documentos do Banco Rural foram alterados; num segundo momento, documentos foram entregues para a imprensa e viraram capas de jornais; num terceiro momento, a gravação da oitiva do Sr. Toninho da Barcelona, divulgada largamente; e, depois, o relatório das duas Comissões, que foi votado e entregue também para a imprensa no dia anterior.

Então, isso, no meu entendimento, dificulta chegar-se a uma punição mais severa dos verdadeiros culpados dessa onda toda que estamos vivendo. E culmina agora, devido a algumas coisas meio precipitadas, com alguns Parlamentares conseguirem, no Supremo Tribunal Federal, o direito de suspender... não é bem 'investigação' a palavra agora. Mas, no momento em que o inquérito funciona em fase final, que seria no Conselho de Ética da Câmara, isso foi sustado pelo Supremo Tribunal e volta à Corregedoria.

Pode parecer para o Brasil uma coisa complicada, mas eu quero dizer que é um procedimento jurídico, e, se não tomarmos os cuidados, podemos nos precipitar e evitar que se chegue de fato aonde muita gente quer chegar. De qualquer jeito, é uma decisão. As pessoas estão, neste momento, retomando. O processo vai ter que voltar a um determinado ponto de origem, não mais no âmbito da CPI, porque a CPI não tem mais o que tratar sobre isso, mas, dentro da Câmara, esse processo não será tratado da mesma forma.

Veja bem, Sr. Presidente: da CPI, o processo foi entregue à Mesa Diretora, a Mesa Diretora votou por unanimidade encaminhar ao Conselho de Ética sem passar pela Corregedoria e sem fazer o contradito, que é direito da defesa, que é constitucional. Por conta desse elemento e outros mais, o Supremo chega à conclusão de que tinha que voltar, sim, para a Corregedoria.

E está aí mais uma das preocupações sobre a qual eu tenho, reiteradas vezes, falado aqui na Casa: que, se não fizermos isso, estaremos cometendo desenganos daqui para a frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB –)
– Obrigado, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento e dois minutos de tolerância, se for necessário.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não faz muito tempo, a Polícia Federal divulgou o resultado de investigações desenvolvidas, com muito zelo e seriedade, no Estado de Rondônia, revelando o desvio de cerca de 15 milhões de reais da Assembléia Legislativa de Rondônia, por uma folha paralela de pagamentos.

Na condição de Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores – e o sou há seis anos –, diante da gravidade dos fatos envolvendo a expressiva maioria dos Deputados Estaduais, protocolei representação junto ao Poder Legislativo no dia 18 de julho, exigindo rigoroso exame dos fatos, o afastamento dos envolvidos, a convocação e posse dos Suplentes, tendo por base o Regimento Interno da Assembléia Legislativa e a Constituição do Estado.

Na mesma data, outra representação foi apresentada ao Ministério Público de Rondônia, também requerendo rigorosa apuração e demais providências para o afastamento dos Deputados comprovadamente envolvidos.

Não sou conivente com ilegalidades – e ainda mais especialmente no que diz respeito às minhas responsabilidades como Presidente Regional do meu partido.

Em decorrência da suspeita de conduta ilegal e imoral de alguns Deputados Estaduais filiados ao PT em Rondônia, procedi imediatamente, conforme determina o nosso Estatuto. Convoquei a Comissão Executiva Estadual e imediatamente suspendemos a filiação de três de nossos quatro Deputados Estaduais.

Em função de nossa firmeza no combate à corrupção no Estado em todas as suas instâncias, tenho sido alvo de calúnias diversas.

Contudo, Sr. Presidente, difamação, ameaças e perseguições jamais arrefeceram minha luta, muito menos agora teriam esse poder. Não temo e não aceito ser rotulada pejorativamente por ninguém, muito menos por pessoas de moral reconhecidamente comprometida com a corrupção e a ilegalidade no Estado de Rondônia. Por isso mesmo fiz questão de disponibilizar imediatamente meu sigilo bancário, telefônico e fiscal à Justiça, através da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da própria Justiça Federal.

O que vejo é uma clara intenção de antecipar as discussões relativas ao processo eleitoral de 2006. De fato, os grupos tradicionalmente em disputa pelo poder no meu Estado não suportam, Senadora Serys, a idéia de concorrer com uma mulher, nativa de Rondônia, bei-

radeira do rio Madeira, que ama e se orgulha de sua origem, ainda mais porque esta mulher tem consciência do valor da sua terra e da fibra da sua gente e, por isso mesmo, não se dobra à corrupção e à mentira.

Com mentiras a meu respeito, tentam encobrir os verdadeiros inimigos de Rondônia: o Governado Ivo Cassol e seus tolos parceiros, que disputam, a ferro e fogo, os farelos onde aquele há muito se banqueteia.

E aqui quero citar alguns pratos famosos no cardápio desse banquete, todos aqui já devidamente denunciados anteriormente, seja por mim, seja pelo Senador Valdir Raupp, que aqui está:

- superfaturamento nas refeições de hospitais, além de desvios da Saúde fartamente revelados na Assembléia Legislativa nos anos de 2003 e 2004;

- devolução, por absoluta incompetência, de dinheiro destinado, pelo Governo Federal, para a Educação;

- paralisação de obras de hospitais e estradas;

- loteamento de obras do Governo do Estado entre o Sinduscon e as empresas do Governador Ivo Cassol, 50% para cada, conforme ele mesmo, Governador, afirmou em fita gravada, agora em poder da Polícia Federal;

- estímulo à grilagem de terras e utilização do aparato de segurança do Estado para intimidar agricultores humildes – como foi o caso da utilização de helicóptero oficial para (seu filho) metralhar agricultores na região de Alta Floresta, conforme denúncia também sob investigação na Polícia Federal;

- massacre na reserva Roosevelt, em Rondônia, por criminosa inoperância do Governador Ivo Cassol, que sempre incentivou a exploração, alimentando o conflito entre índios e garimpeiros, e nada fez para coibir o acesso ao local. Em processo que tramita no STJ, o Governador consta como um dos operadores do esquema de contrabando de diamantes e ligação com grupos internacionais de comércio ilegal de pedras preciosas;

- pagamento de mesada a Parlamentares Estaduais da base de sustentação dentro da Assembléia de Rondônia. Conforme fita gravada em poder da Polícia Federal, o próprio Cassol admite pagamento regular e mensal de R\$20 mil para cada Parlamentar que vote com ele;

- desvio de recursos na Prefeitura de Rolim de Moura, cujo processo foi acatado

por unanimidade pelo colegiado do Superior Tribunal de Justiça;

– contratação de 108 parentes seus e de sua esposa em funções do Governo do Estado etc.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou autora do requerimento de 17 de maio, para criação de uma Comissão Externa do Senado destinada a acompanhar as investigações e apurar as muitas denúncias de corrupção envolvendo o Governador e Deputados da Assembleia Legislativa de Rondônia, onde a impunidade renova e revigora uma relação promíscua e perigosa para o povo de Rondônia e para o Brasil.

Ao contrário de meus detratores, aqui enuncio apenas denúncias comprovadas. Não me ocupo de denúncias vazias, calúnias oportunistas ou outras mazelas eleitoreiras. Tenho muito mais o que fazer.

Como filha de Rondônia e ao lado dos Deputados Federais do Partido dos Trabalhadores Eduardo Valverde e Anselmo de Jesus, implementamos uma nova forma de fazer política em nosso Estado, baseada em relações transparentes, honestas e de interesse coletivo. Trabalho serenamente, com metas definidas coletivamente e prestando contas do meu trabalho à população.

Em março deste ano, por exemplo, percorri diversos Municípios do Estado, onde apresentei o balanço do meu mandato no ano de 2004 – prática política inédita em nossa região.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 87, de 2003, de minha autoria, que transfere para o quadro da União funcionários hoje assumidos pelo Estado, permitirá uma economia de cerca de quinze milhões de reais, por mês, em favor do nosso Estado de Rondônia.

Por ironia do destino, Senador Sibá Machado, quinze milhões de reais é a mesma quantia desviada dos cofres de Rondônia pelos que estão na Assembleia Legislativa.

Por força do fiel cumprimento do meu dever de propor leis que assegurem o bem-estar da sociedade e o desenvolvimento saudável de nosso Estado, esse recurso estará à disposição de Rondônia para ser aplicado em obras de infra-estrutura, saúde, educação e segurança pelos governantes honestos e dignos que, com certeza, haverão de substituir aquele que hoje infelicita a nossa gente e envergonha a nossa terra.

O Gasoduto Uruçu/Porto Velho, cuja licença para início das obras foi liberada pelo Ibama no último dia 6 de setembro, é fruto do esforço de nosso mandato junto à Bancada do Estado também, junto ao Ministério de Meio Ambiente, junto ao Ministério de Minas e Energia e à Casa Civil da Presidência da República.

No entanto, nada disso é divulgado no Estado como sendo fruto desse esforço e desse trabalho.

Ouçõ com prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, eu preciso aqui, até em nome dos

colegas da Bancada, me solidarizar com V. Ex^a e dizer da nossa tristeza em saber que as pessoas, às vezes, partem para determinados tipos de atitudes no afã de se dar bem na vida, o que é impossível de aceitar. Atacar politicamente, seja V. Ex^a ou qualquer um de nós, até que é aceitável, mas no momento em que querem fazer esse tipo de fantasia com o seu nome, isso não podemos aceitar. Então, de nossa Bancada, fica aqui a solidariedade. Estaremos atentos ao desenrolar dos fatos e à decisão que V. Ex^a tomar sobre esse episódio. Estaremos conscientes da nossa obrigação de acompanhá-la e estamos dispostos a, se necessário for, junto à população do Estado de Rondônia, esclarecer o que se fizer necessário. Quero dizer que temos a consciência mais tranqüila e mais tranqüilos ainda estamos porque sabemos da consciência tranqüila de V. Ex^a contra qualquer tipo de vinculação dessa maneira que estão querendo colocar. Portanto, essa é palavra que posso destinar da Bancada Federal do PT no Senado para V. Ex^a e também do PT do Acre que acompanha pela imprensa o desenrolar dos fatos e dizer que estamos atentos e solidários com V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado. Ouçõ o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, eu não poderia, estando no plenário, a exemplo do Senador Sibá Machado que fez a sua fala em nome da Bancada, deixar de registrar toda a nossa solidariedade. Quem conhece a sua história, uma história bonita, que com certeza orgulha a todo o povo brasileiro, sabe que são notícias infundadas, irresponsáveis que tentam deixar V. Ex^a, que orgulha toda nossa Bancada, numa situação de constrangimento. V. Ex^a hoje falava na Bancada: “Devo ir à tribuna ou fazer o debate local?” E nós dissemos: “Vá à tribuna, expresse a sua posição” com a clareza que V. Ex^a está fazendo. V. Ex^a merece aqui todos os nossos elogios e, com certeza, todo o povo do seu Estado a está assistindo neste momento e está solidário com a nobre Senadora. Tenho orgulho de estar a seu lado na Bancada do Partido dos Trabalhadores. Parabéns, Senadora Fátima.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senadores Paulo Paim e Sibá Machado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso mandato não dispõe de recursos financeiros, nem rádios, jornais ou televisões, para difundir a nossa mensagem, mas contamos com a coragem e a determinação da militância de homens e mulheres esclarecidos, para levar a nossa palavra até a população. Estou, como disseram os Senadores Paulo Paim e Sibá Machado, com a consciência tranqüila e à disposição para quaisquer esclarecimentos, principalmente à imprensa séria e honesta, como é o caso da maioria dos profissionais de comunicação.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. Apesar de toda a dificuldade com que se

produz cultura em Rondônia, o talento e a criatividade de nosso povo têm apresentado gratas surpresas. Uma delas, sem dúvida, é o grupo musical chamado “Quilomboclada,” que reúne uma juventude de negros e de caboclos de Porto Velho, para fazer música alternativa.

Em uma de suas composições, o “Quilomboclada” usa a seguinte expressão que considero muito oportuna para sintetizar a minha resposta às calúnias contra a minha pessoa e contra o meu Partido: “Na boca de quem não presta, eu não valho nada”.

No entanto, Sr^{as} e Srs, faço questão de concluir este pronunciamento com a expressão de minha gratidão às manifestações de apoio e de solidariedade que tenho recebido do povo de Rondônia e de inúmeras entidades da sociedade do nosso Estado.

Assim como nascem flores no pântano e no asfalto, com profunda gratidão recebo o apoio e a solidariedade como quem colhe flores que brotam generosamente no temporal.

Muito, muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a minha inscrição como Líder do P-SOL, se possível, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem o direito de fazer uso da palavra neste momento. Em seguida, pela Liderança, é o Regimento que manda, o Senador Leonel Pavan, que pede a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar, como Líder da Minoria, quando for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a já está inscrito.

Ouço o nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar o pedido que fiz pessoalmente a V. Ex^a, no sentido de me inscrever como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito como Líder do PFL. Fará uso da palavra após o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, voltaremos à lista de oradores inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, é possível conceder a palavra de forma intercalada a um Líder e depois a um orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não. Estamos seguindo a regra das sessões deliberativas. Quando a sessão é não-deliberativa, normalmente fazemos essa intercalação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Haverá sessão deliberativa hoje?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Hoje, quarta-feira, é sessão deliberativa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero saber se vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Se vai haver votação, quando entrarmos na Ordem do Dia, será decidido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela Liderança do P-SOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei sobre três assuntos. O primeiro deles é extremamente agradável para mim, que sou do P-SOL; o segundo, causa-me preocupação; e o terceiro, profunda repulsa. Começarei pelo primeiro, que é mais agradável.

Anuncio para este Plenário e para a militância do P-SOL em todo o País, milhares de pessoas que estão dispostas a construir, juntamente com a população brasileira, um novo Brasil, que o P-SOL está em marcha forçada para sua legalização, será legal dentro em breve. Esse fato já ocorre na maioria dos Estados. O Partido já obteve registro junto aos tribunais regionais eleitorais e recentemente protocolamos o nosso pedido de registro nacional junto ao TSE, pedido que está tramitando com absoluta normalidade. E aqui trago, inclusive, notícia recente do pronunciamento do Ministério Público Federal, que, em parecer favorável, examinou a procedência do pedido do P-Sol. E o parecer do Ministério Público já se encontra sendo enviado ao relator do processo. E creio que poucos dias nos separam do deferimento final do pedido de registro do P-Sol. Essa é uma realidade que nos agrada, faz-nos felizes, a todos nós do P-Sol, em todo o Brasil, do Acre ao Rio Grande do Sul, terra da aguerrida Deputada Luciana Genro, passando por Alagoas, da guerreira Heloísa Helena, ao companheiro Babá, ao companheiro João Alfredo, do Ceará, que está aí se juntando a nós. E há milhares de militantes do P-Sol em todo este País.

Aproveito a oportunidade para mais uma vez agradecer aos milhares de brasileiros que nos ajudaram, oferecendo a sua assinatura de apoio ao processo de legalização do P-Sol. O nosso mais profundo agradecimento, em nome do P-Sol, em nome da nossa Líder, Heloísa Helena, em nome de todos nós os nossos profundos agradecimentos.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, causa-me preocupação. O povo Nuquini, na Serra do Moa, no Estado do Acre, vem recentemente sofrendo violência, em face de uma ordem de despejo, uma ordem de desocupação de uma área deles, próximo da Serra do Moa, próximo do Parque Nacional da Serra do Divisor. Não discuto a decisão judicial. Discuto apenas a forma como foi perpetrada, executada a ordem judicial. A polícia estadual e federal agiram com truculência, com violência, tocando fogo, inclusive, em instalações: casas, escolas, postos médicos, que estavam servindo àquela população indígena. Discute-se a forma. O povo Nuquini está revoltado. As nações indígenas que povoam o Estado do Acre se solidarizam com o povo Nuquini. Estamos tomando providências judiciais e de toda a sorte no sentido de fazer com que tal fato não se repita e que possa ser retomado do ponto da normalidade para permitir que o povo Nuquini tenha a tranqüilidade que merece já que é legítimo e natural ocupante daquela área tão bonita do meu querido Estado do Acre.

O terceiro assunto que, como disse, causa-me profunda repulsa se verificou no dia 07 de setembro, na capital do meu Estado, Rio Branco. Trago essa informação somente agora porque somente ontem retornei do meu Estado, em missão política onde estava. A Polícia Militar, orientada por ordem superior, baixou a borracha, na capital do meu Estado, em professores, estudantes e populares que pretendiam se manifestar legitimamente em praça pública, no dia 07 de setembro, desfilando com faixas e cartazes, colocando-se de forma veemente, protestando contra a corrupção, protestando seja lá contra o que fosse. É um direito legítimo da população se manifestar, seja em que ocasião for. Pessoas desarmadas, pessoas armadas apenas com a sua indignação foram agredidas por policiais militares na capital do meu Estado.

E mais ainda, Sr. Presidente, se isso não bastasse: o IML (Instituto Médico Legal) do Estado do Acre recebeu ordem de não proceder ao exame de corpo de delito nas pessoas que se machucaram, e aqui eu não ouvi falar que pessoas se machucaram.

Eu sou testemunha porque na delegacia compareci, fui lá ver, professores e estudantes algemados, presos, como se fossem marginais, como se fossem bandidos, presos e algemados, machucados, violentados. E o IML se negou a proceder ao exame de corpo de delito nessas pessoas.

Como se isso também não bastasse, Sr. Presidente, os delegados de polícia das delegacias da capital do meu Estado receberam ordem expressa de não proceder ao registro da ocorrência.

Tenho dito nesta tribuna do Senado que o Governo do meu Estado do PT, que se diz democrático e popular, não é bem isso que passa para a opinião pública brasileira. Ali nós estamos vivendo num Estado onde o estado de direito foi suprimido, onde a violência tem sido a tônica contra a população, e nós não podemos admitir que tal fato ocorra.

Eu estou oficiando à OAB nacional, estou oficiando ao Ministro da Justiça e aos órgãos e instituições que representam a defesa dos direitos humanos no nosso País para que este fato não fique impune, para que a violência e a truculência cometidas pelo Governo do PT no meu Estado não possam passar impunes. Estou denunciando um fato grave de que a Nação brasileira precisa tomar conhecimento.

O que ocorre no Acre não é o Estado virtual que o Governador Jorge Viana e o seu Governo passam para o País, em entrevistas que não refletem exatamente a realidade. Há fatos ainda graves, que eu trarei ao conhecimento deste Plenário e da Nação, que dizem respeito à atuação deste Governo, que, no desespero de saber que será apeado do poder, está exorbitando os limites da legalidade para agredir o povo acreano e ofender a sua dignidade.

Portanto, está aqui uma denúncia grave. Estou oficiando a órgãos que representam interesses – OAB, Ministério da Justiça e instituições que representam a luta pelos direitos humanos neste País –, para que tomem conhecimento. E, se providências puderem ser tomadas, o povo acreano agradece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PT, conforme documento que já entreguei à Mesa.

Os Senadores José Agripino e José Jorge gentilmente me cederam a vez para que eu pudesse falar antes deles, tendo em vista que estou participando da reunião da CPMI dos Correios, onde está havendo oitava.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será atendida, de acordo com permissão dos Senadores José Jorge e José Agripino, e terá cinco minutos para seu pronunciamento, pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza dos Senadores José Agripino e José Jorge.

O que me traz à tribuna é um fato ocorrido ontem na CPMI da Compra de Votos, do “Mensalão”, com uma pessoa que tem do Congresso Nacional muito respeito e carinho, o que foi manifestado de forma significativa durante todo o período em que esteve prestando depoimento na CPMI.

Refiro-me ao ex-Deputado Federal José Genoino, ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores. Ao longo de todo o seu depoimento, inúmeros Parlamentares tiveram oportunidade de manifestar o reconhecimento por sua biografia, pelo trabalho exemplar que ele, durante mais de duas décadas, desenvolveu à frente de seus mandatos de Deputado Federal, como Parlamentar brilhante que sempre foi entre os cabeças do Congresso Nacional, tendo sido sempre destacado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), e pela história de vida que teve no combate à ditadura. Quando jovem, jogou-se de corpo e alma na luta contra a ditadura, tendo sido, inclusive, preso e torturado. É uma pessoa que orgulha os petistas e todos os cidadãos brasileiros.

O Deputado José Genoino prestou esclarecimentos sobre o período em que esteve à frente da Presidência do PT, pelos atos cometidos por membros da direção do Partido. No entanto, houve um episódio que eu não poderia deixar de registrar desta tribuna, pela afronta que representou. Foi quando o Deputado Jair Bolsonaro, cuja prática política e concepção ideológica a que está atrelado e vinculado todos conhecemos, levou, enganando o Presidente da CPMI, o Senador Amir Lando, nada mais, nada menos do que o Coronel que prendeu o José Genoino durante o processo de repressão da ditadura militar, numa afronta ao Presidente da CPMI, por ter sido enganado, e a todos os membros da CPMI, numa tentativa inequívoca de buscar o constrangimento do Deputado José Genoino.

É importante sempre resgatar – porque é exatamente nos momentos de crise que os extremos se apresentam – o caráter mais idôneo, o comportamento mais exemplar, tanto no positivo, quanto o negativo. E, ontem – eu não poderia deixar aqui de registrar –, quem nos alertou a respeito da presença do Coronel que havia efetuado a prisão e que estava ali num ato de constrangimento e de afronta foi, nada mais, nada menos, o Senador Arthur Virgílio. Foi S. Ex^a quem nos alertou para que pudéssemos, nas conversações feitas com o Relator da CPMI, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, e o Presidente da CPMI, o Senador Amir Lando, tomar as medidas para a retirada daquela afronta, daquele constrangimento, daquele verdadeiro atentado a um espaço democrático conquistado pela sociedade bra-

sileira, que é exatamente o espaço investigatório do Congresso Nacional, uma CPMI.

Então, é exatamente nas épocas de crise que as pessoas mostram o que de mais fundo lhes cabe na alma.

Então, eu não poderia deixar de fazer o registro do comportamento republicano, compromissado com a democracia, do Senador Arthur Virgílio, bem como o do Senador Amir Lando, que prontamente atendeu o pedido, na hora da afronta, quando o Coronel estava, ao sair, exibindo-se para as câmeras de TV, inclusive chegando muito próximo do Deputado Genoino, numa tentativa de constrangimento, a ação muito pronta do Senador Amir Lando, no sentido de expulsá-lo da sala, e o comportamento lamentável de um Parlamentar, como o do Deputado Bolsonaro.

Eu não poderia deixar de registrar que é a segunda vez, em pouco tempo, que esse Parlamentar me causa indignação profunda. A outra foi há pouco tempo, no dia do enterro da minha mãe. Quando chegamos do cemitério, na casa do meu irmão, ligamos a TV, estava acontecendo a sessão em que ocorreu o retorno do Deputado José Dirceu, e o Deputado Bolsonaro, fazendo uma afronta ao Plenário da Câmara dos Deputados, num enfrentamento com a Deputada do PCdoB, Perpétua Almeida, agredia, de forma ostensiva, a democracia do nosso País.

Então, é por isso...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Sibá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Preciso apenas registrar mais um fato: além de tudo isso que V. Ex^a está dizendo, fui informado por terceiros de que a sua ida à Comissão foi calculada, porque ele quer ser candidato a Deputado Federal. E faço, desde já, um pedido aos Partidos políticos: que se livrem de pessoas dessa estirpe. Devemos aproveitar esta oportunidade, já que queremos nos livrar de tantas coisas ruins. Não quero acreditar que nenhum Partido político no Brasil dê guarida eleitoral para esse tipo de comportamento. Então, ele estava lá, Senadora Ideli Salvatti, para também aparecer na mídia e mostrar que será candidato a Deputado Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já concluo, Sr. Presidente.

Isso foi ostensivo, pois avisou a imprensa que iria fazê-lo. E quero deixar registrado que espero que o Partido dos Trabalhadores na Câmara entre, como me foi anunciado, com representação contra o Deputado Bolsonaro, pelo comportamento afrontoso de quebra ostensiva do decoro parlamentar, afrontando a CPMI,

o Presidente da Comissão, que é Senador e que teve um comportamento muito digno, assim como o foi o do Senador Arthur Virgílio.

Nesta crise que estamos vivendo, temos que estar muito atentos a fim de superá-la com salto de qualidade no aprofundamento da democracia em nosso País. Não podemos admitir, em hipótese alguma, que aquilo que representa o que há de mais amargo, de mais sofrido, de mais lamentável na história deste País, que foi exatamente o período da ditadura, da tortura, da prisão arbitrária, venha para o cenário, como aconteceu ontem na afronta cometida pelo Deputado Bolsonaro e pelo Coronel tentando constranger o Deputado José Genoíno.

Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, aos Senadores José Agripino e José Jorge pela gentileza de me permitirem falar antecipadamente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Concedo a palavra, por cinco minutos, pela Liderança do PFL, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é mais um dia pesado. Hoje, Senador João Batista Motta, é um dia particularmente pesado porque se vota a cassação do Deputado Roberto Jefferson e hoje finalmente apareceu o cheque, o cheque que é o *gran finale* de uma novela anunciada. Não é a exibição de um cheque que teria sido endossado pela secretária do Presidente da Câmara, mas de um cheque que foi anunciado há algum tempo como existente, contestado pelo Deputado Severino Cavalcanti, e que finalmente foi exibido. Não sei qual vai ser a atitude do Presidente da Câmara, se será sensata, altiva – isso diz respeito a S. Ex^a –, mas alguma coisa tem que acontecer e vai acontecer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos passando o tempo e vivendo dias pesados um após o outro. É um dia pesado após o outro. Anteontem estive, nesta mesma tribuna, falando sobre a paralisação do País. O País está parado, anestesiado pela crise que o Governo impôs, uma crise provocada pela ação aética do próprio Governo e do seu Partido. Estamos mergulhados em investigações e denúncias uma atrás da outra.

O caso do Deputado Severino – e eu falava sobre isso segunda-feira – desviou o foco do fato maior, que é a investigação do que está sendo observado na CPI dos Bingos, na CPI do Mensalão, na CPI dos Correios,

que é o que a sociedade brasileira realmente deseja ver investigado.

O caso Severino tem que terminar. Penso que esse cheque seja a peça definitiva. De alguma forma vai ter que terminar e terminar logo, para que voltemos ao assunto principal, que é a investigação da probidade no serviço público brasileiro, do Governo do PT, que traiu a confiança do povo, que enodou a administração pública do Brasil.

Ontem, fiz uma reunião na Liderança do PFL com Deputados e Senadores membros das três Comissões. Preocupados que somos com o pragmatismo das investigações, tomamos uma série de deliberações, como fazemos toda semana: a contratação, que tem que acontecer esta semana, de especialistas para que, feita a quebra do sigilo bancário da Leão&Leão, se possa oferecer os indícios que o Sr. Buratti disse que existiam na quebra do sigilo bancário da Leão&Leão e com as quais chegaríamos aos culpados. Era só seguir.

Como o nosso pessoal está assoberbado, decidimos, ontem, pedir ao Presidente da Casa e ao 1º Secretário a imediata contratação de uma empresa, cujo nome já identificamos, para que o trabalho técnico seja feito e para que possamos chegar às provas, às tão demandadas provas.

Decidimos também pela contratação de uma empresa que fará a investigação das operações de compra e venda de títulos públicos entre os fundos de pensão e as instituições financeiras, para que outras provas também possam ser produzidas a partir de um trabalho operado por políticos, parlamentares, com embasamento técnico dessas empresas, Sr. Presidente.

O terceiro ponto – o Senador Rodolpho Tourinho já está com esse trabalho todo esboçado – é a contratação, também, de uma empresa técnica de suporte internacional para identificação do trajeto do dinheiro remetido para os paraísos fiscais. Aí entra a importância da convocação, tão discutida, tão questionada, do doleiro Toninho da Barcelona. Ele vai ter que vir, sim, senhor. Pode ser bandido, pode não ser, ele tem coisa a dizer e vai ter que vir aqui dizer.

Faço este desabafo, Sr. Presidente, porque cada dia é mais pesado do que o outro. E hoje é outro dia pesado, porque estamos investigando uma série de fatos que começaram com a denúncia de Roberto Jefferson, envolvendo José Dirceu e Marcos Valério.

Pois estamos agora, a esta altura dos acontecimentos, Sr. Presidente, com outro *affair* José Dirceu–Marcos Valério, que é o assunto da Interbrazil. É outro. Todo dia que passa acontece um fato novo no campo do padrão ético quebrado pela corrupção. Agora, o assunto que começou com Roberto Jefferson, Marcos Valério, José Dirceu e Genoíno evolui para o caso da Interbrazil.

Segundo denunciado pela imprensa, a Interbrazil é mais uma “fabriquinha”. Usando o quê? Uma estatal.

A estatal pertence a quem? Ao País, ao contribuinte brasileiro. A Interbrazil é uma empresa particular que presta serviços no campo de seguros e que não existia praticamente até o ano de 2002. Senadora Iris de Araújo, ela é de Goiás, do Estado de V. Ex^a. Ela teve um lucro, em 2002, um ou dois anos depois de fundada, um lucro de R\$24 milhões. Em 2003, teve um lucro de R\$35 milhões e, em 2004, teve um lucro de R\$62 milhões. Sr. Presidente, para uma empresa lucrar R\$62 milhões, haja porte! O porte dessa Interbrazil – a Senadora Iris, que é de Goiás, deve poder testemunhar isso – é pouco mais do que nada. Na verdade, ela mexeu com dinheiro público. Isso vai ser investigado, e tem de ser feito oficialmente. A empresa fazia contratos claramente facilitados por empresas estatais. Foram mais de R\$4 bilhões de seguros, que poderiam ter sido pagos ou feitos por R\$3 bilhões ou por R\$3,5 bilhões. Uma parte desse dinheiro público de estatais era desviado para campanhas do PT ou para satisfazer às exigências de um cidadão chamado Ademar Palocci, que foi Secretário da Prefeitura de Goiânia, petista, que era quem, segundo o Sr. Hélio Moreira Borges, também petista, também funcionário do Governo Municipal de Goiás, colega do Sr. Ademar Palocci, ordenava a quem o dinheiro da Interbrazil deveria ser pago, a quem deveria chegar o dinheiro da Interbrazil, que tinha origem em estatais, em seguros de estatais.

Sr. Presidente, chega de “fabriquinha”! Chega de tanto uso do patrimônio público em benefício de uma causa, que é a causa do PT! É uma boa causa? Creio que seja a pior das causas.

O Sr. André Marques é o Presidente da Interbrazil. Eu aqui queria só fazer uma ilação. Vejam como as coisas se repetem. Falamos no esquema de lixo que vem desde Santo André, Araraquara...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou terminar.

Vem de Ribeirão Preto, vem de longe.

Agora o caso de Goiás. Vejam a similitude. O Sr. André Marques era o empresário que produzia o dinheiro a partir da sugação de dinheiro das estatais que segurava. O Sr. Ademar Palocci era o homem que dizia a quem deveria ser pago o dinheiro produzido pelos contratos do Sr. André Marques, e o Sr. Hélio Moreira Borges foi quem denunciou. O Sr. Hélio Moreira Borges foi o Roberto Jefferson da história. O Sr. André Marques é o Marcos Valério, o operador, e o Sr. Ademar Palocci é um misto de José Dirceu com Delúbio Soares. Ele tanto mandava, porque era diretor de uma estatal, da Eletronorte, que operava seguros e que contratava seguros, como mandava pagar. Ele contratava e mandava pagar.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... manifestei, na reunião de ontem, minha posição contrária à convocação imediata do Ministro Palocci para depor na CPI dos Bingos. Até que a cadeia da quebra de sigilo bancário insinuada pelo Sr. Buratti seja feita, acho que não se deve convocar o Dr. Palocci, Ministro da Fazenda. Mas o irmão dele, não.

O Sr. Ademar Palocci é irmão de pai e mãe do Ministro da Fazenda. Não acredito que o Sr. Ademar Palocci fosse o que é, dirigente de uma estatal, se não carregasse esse sobrenome, se ele não fosse irmão do Ministro da Fazenda. Acho que ele não cometeria o dolo que se supõe está sendo cometido, e, para que se esclareça, sugiro aos meus companheiros, membros da CPMI dos Correios, que chamem o Sr. Hélio Moreira Borges, o Sr. André Marques e o Sr. Ademar Palocci para que esse caso a mais seja esclarecido, a bem do interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres. PDT – AM) – Com a palavra o Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar hoje sobre a pesquisa CNT/Sensus, publicada ontem.

A primeira consideração que faço, inclusive como especialista e professor de Estatística, é que mais uma vez temos confirmado o princípio de que a publicidade tem um efeito forte sobre a população, mas na medida em que os fatos reais da Administração Pública vão chegando ao conhecimento popular, há um processo de substituição da “fantasia” criada pela propaganda oficial por uma avaliação efetiva dos fatos reais.

Esse processo de esclarecimento começa nas classes mais informadas, até alcançar os estratos sociais menos favorecidos. E é esse processo que começa a transparecer, quando examinamos os últimos resultados da pesquisa, senão vejamos: perguntada sobre a avaliação do Presidente, a população pronunciou-se, em janeiro de 2003, com sendo positiva para 56,6% e negativa para apenas 2,3%, portanto uma diferença de 54%. Passados praticamente dois terços do mandato, esta diferença despencou para 12%, ou seja, apenas 35,8% ainda a consideram positiva, enquanto 24% a têm por negativa.

Avaliando o desempenho pessoal do Presidente da República, a diferença entre os que aprovam e os que desaprovam, que era de 76,8%, em janeiro de 2003, reduziu-se para 10%, numa evidência clara de que à medida que a população vai tendo acesso aos fatos que conduzem a administração do Governo Lula, cai abruptamente a aprovação de Sua Excelência.

Mas o que a todos preocupa é o impacto do desempenho do Governo Lula sobre a auto-estima do brasileiro. Perguntado sobre a sua satisfação com o País, percebe-se o crescimento de 20% na avaliação negativa, passando de 20% em julho último para 24%

em setembro. A satisfação com o País desaba 4,5%, passando de 40,3% para 35,8%.

Além da massiva propaganda que ainda mantém um resto da avaliação positiva do Governo Lula, observa-se que um dos pilares do otimismo oficial começa a dar sinais evidentes de que está prestes a ruir à vista dos cidadãos. Perguntados sobre a confiança na economia, se a política econômica tem sido conduzida de modo adequado, mais da metade, exatos 52,1%, a consideram com uma condução inadequada, contra apenas 34,9% que concordam com a política econômica do País.

Perguntados, ainda, se há confiança no desempenho da economia brasileira nos próximos seis meses, quase metade dos respondentes, exatos 48,6% não demonstraram confiança no futuro da economia neste Governo.

Avaliando a corrupção no Governo Lula, 54,5% consideram que aumentou muito (35,6%) ou aumentou pouco (18,6%).

Para 48,9% da população, a corrupção no País é maior do que no Governo anterior – apenas 16,8% a consideram menor do que a do Governo Fernando Henrique.

Outro dado da pesquisa deve merecer a atenção de todos: trata-se do grau de informação sobre a corrupção reinante no País, o que talvez explique a restia de apoio de parte da população. De acordo com os dados, 50,7% da população somente ouviu falar das denúncias de corrupção no Governo ou não tem acompanhado o assunto.

Para que não reste qualquer dúvida sobre a origem da corrupção governamental, lembro que 39,1% da população vincula a corrupção ao Partido dos Trabalhadores, e 49,5% acredita que o Presidente Lula tinha conhecimento da corrupção.

E não adianta o Presidente Lula insistir em fazer pronunciamentos públicos, alguns deles travestidos em comícios pré-eleitorais, pois 38,9% da população não acredita em seus discursos, 31% diz acreditar, e 26% acredita apenas em parte.

Ao concluir, destaco o excelente artigo do jurista Miguel Reale, publicado na edição de sábado do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Variações sobre o Tédio”. A meu ver, a matéria vem ao encontro da análise que faço da última pesquisa de opinião pública, em especial daquelas classes sociais mais bem informadas a respeito do que ocorre na República.

Segundo Miguel Reale, “É nas ‘épocas de nojo’ – como a que estamos vivendo, como consequência da clamorosa e criminoso tentativa do PT de aposar-se, como partido único, da totalidade dos quadros administrativos da Nação – que devemos analisar o fenômeno do tédio.

Há o tédio pessoal ou subjetivo, que ocorre quando algum fato grave vem ferir nossa sensibilidade, dando a impressão de que toda uma fase de nossa vida findou, deixando poucas esperanças de recuperação.

Coisa bem mais grave acontece, todavia, quando é uma coletividade inteira que, repentinamente, se defronta com acontecimentos que a deixam como que paralisada, sem saber encontrar a razão de sua ruptura com a confiança em si e nos outros. É o tédio coletivo, pelo qual nos achamos envolvidos como náufragos a se debaterem contra a violência das ondas.

Foi, confesso, o que senti num primeiro momento – quando se desencadeou, no cenário social e político do Brasil, a torrente de notícias sobre o ‘mensalão’ e os desvios do ‘caixa 2’, com que o Partido dos Trabalhadores traçou o plano de assenhorear-se do poder, em conluio com seus asseclas, pondo termo ao processo democrático que, após duros vinte anos, estávamos consolidando.

Já temos, agora, provas bastantes dos abusos políticos e financeiros praticados” – diz o jurista Miguel Reale, um dos mais importantes intelectuais do País – “e, se ainda não esclarecemos todas as origens dos recursos desviados, de uma coisa estamos certos: da existência de um plano que somente poderia ter início com o apoio do Presidente da República ou de alguém por ele, à revelia dele. Esse alguém todos percebem quem seja e tem todas as características pessoais adequadas às suas aspirações de desmedido mando e que, agora, pretende fugir da inevitável pena de cassação de mandato, sob a alegação de que, na época inicial, não estava exercendo o mandato de Deputado, mas sim as funções de Ministro...”

Que impressionante coincidência! Elimine-se a idéia de plano preconcebido e tudo perde o significado! Pois bem, quando eclodiu a referida crise, a gente brasileira sentiu um tédio global, um nojo, um fastio repentino, ou seja, ‘vergonha de ser brasileiro’ tão assombrosos eram os atos...”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

“...praticados para destinar a um só partido a riqueza da Nação”.

Evidentemente, o jurista Miguel Reale não citou, mas, na verdade, quer se referir ao Deputado José Dirceu.

Dada a exigüidade de meu tempo, Sr. Presidente, solicito a inclusão do restante do texto do Professor Miguel Reale nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, temos que reagir a essa situação. Temos que punir as pessoas que cometeram tais irregularidades.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Variações sobre o tédio

Miguel Reale

É nas "épocas de nojo" - como a que estamos vivendo, como consequência da clamorosa e criminosa tentativa do PT de apossar-se, como partido único, da totalidade dos quadros administrativos da Nação - que devemos analisar o fenômeno do tédio.

Há o tédio pessoal ou subjetivo, que ocorre quando algum fato grave vem ferir nossa sensibilidade, dando a impressão de que toda uma fase de nossa vida findou, deixando poucas esperanças de recuperação. É o momento em que sentimos um vazio em nossa vida interior, com vontade de abandonar todos os motivos que fazem de nossas resoluções uma atividade vital.

Felizmente, essa pausa no "mundo da vida" (Lebenswelt) - que se confunde com nossa própria individualidade - é pouco duradoura e, quando menos esperamos, renasce a vontade de viver, ou seja, de ter iniciativas, de reconhecer que nos cabe fazer algo.

Como se vê, o tédio é a negação e a antítese da vocação para agir, o contrário ao impulso ou à intenção de existirmos para obter algum resultado, algum fim, realizando um valor.

No fundo, viver é agir num mundo de valores e, conforme a escolha neste, a nossa existência adquire um sentido. Donde se conclui que o tédio é a perda, passageira ou duradoura, do sentido da vida.

Coisa bem mais grave acontece, todavia, quando é uma coletividade inteira que, repentinamente, se defronta com acontecimentos que a deixam como que paralisada, sem saber encontrar a razão de sua ruptura com a confiança em si e nos outros. É o tédio coletivo, pelo qual nos achamos envolvidos como náufragos a se debaterem contra a violência das ondas.

Foi, confesso, o que senti - num primeiro momento - quando se desencadeou, no cenário social e político do Brasil, a torrente de notícias sobre o mensalão e os desvios do "caixa 2", com que o Partido dos Trabalhadores traçou o plano de assenhorear-se do poder, em conluio com seus asseclas, pondo termo ao processo democrático que, após duros 20 anos, estávamos consolidando.

Já temos, agora, provas bastantes dos abusos políticos e financeiros praticados e, se ainda não esclarecemos todas as origens dos recursos desviados, de uma coisa estamos certos: da existência de um plano que somente poderia ter início com o apoio do presidente da República, ou de alguém por ele, à revelia dele. Esse alguém todos percebem quem seja e tem todas as características pessoais adequadas às suas aspirações de desmedido mando e que, agora, pretende fugir da inevitável pena de cassação de mandato sob a alegação de que, na época inicial, não estava exercendo o mandato de deputado, mas sim as funções de ministro...

Que impressionante coincidência!

Elimine-se a idéia de plano preconcebido e tudo perde significado!

Pois bem, quando eclodiu a referida crise, a gente brasileira sentiu um tédio global, um nojo, um fastio repentino, ou seja, "vergonha de ser brasileiro", tão assombrosos eram os atos praticados para destinar a um só partido a riqueza da Nação.

Mas o tédio global em geral passa depressa, gerando a reação necessária, o que, em artigo anterior, denominei a resposta da Lei. Já é chegada a hora do ajuste de contas, da punição dos responsáveis, sob pena de deixarmos aberto o caminho para novas investidas.

É por isso que o povo viu com assombro o prejudgamento precipitado do presidente da Câmara dos Deputados de que as condenações devem ser brandas! Todos reconheceram que se trata do juízo de um parlamentar medíocre, temeroso da gravidade das penas...

A hora não é absolutamente do silêncio, mas do processo tão sereno quanto objetivo e severo.

Por essas razões, foi com a maior perplexidade que ouvi o pronunciamento da chamada "inteligência do PT", quase toda formada de professores marxistas da USP, tendo como líder Antonio Candido. Quem teve a incumbência dessa desoladora mensagem foi Marilena Chauí, que não podia ser mais desastrada.

É exatamente quando surgem dificuldades para apuração das responsabilidades que mais devem falar as pessoas intelectualmente responsáveis, apontando caminhos para a descoberta do crime, rumos que levem à apuração dos que praticaram o delito.

Fora disso, o que há é apenas solidariedade hipócrita, exercício malicioso de retórica!

Se não há dúvida de que houve crime contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, falsos empréstimos, a existência de dúvidas é uma desculpa esfarrapada, em prejuízo da causa democrática.

Andaram bem, por conseguinte, aqueles que promoveram a coligação da mocidade com as entidades representativas do País, lançando um Manifesto reclamando a punição inexorável dos culpados.

O passado da "Maria Antônia" teve momentos de grandeza em prol da democracia, e não é, agora, quando o País sofre uma das mais nojentas formas de corrupção, que seus pretensos "herdeiros" optam pelo silêncio.

O silêncio tem sempre um significado: ou é de anuência, ou de confissão; ou é de astuciosa omissão.

Para que a gente brasileira possa vencer o tédio de que foi tomada só há um caminho: o da ação movida pelo anseio da lei e da justiça.

É imprescindível, porém, que a apuração das responsabilidades não fique adstrita ao Poder Legislativo, e não deixe de atingir os que, fora dele, atentaram contra os valores mais altos do Estado Democrático do Direito.

Não se trata de impedimento do presidente da República, pois, como disse artigo de fundo deste jornal, "ruim com ele, pior sem ele". O que desejamos é apenas que o Brasil não seja presa de tédio coletivo, com vergonha de si mesmo.

Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP. E-mail: reale@miguelreale.com.br. Home pages: www.miguelreale.com.br e www.realeadvogados.com.br

O Estado de São Paulo, 10 de setembro de 2005

C:\Academus 2005\Miguel Reale\Variações sobre o tédio_10 09 05.doc

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Aproveito a oportunidade para pedir a todos os Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário, pois iniciaremos a Ordem do Dia às 16h.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mais do que as atenções do Congresso, as atenções do País se dirigem todas para o plenário da Câmara dos Deputados porque hoje se deverá lá decidir pela cassação ou não do mandato do Deputado Roberto Jefferson. Ao mesmo tempo, a Câmara vive algo muito acima do rebuliço com a confirmação da existência de um cheque vinculando o Presidente da Casa, Deputado Severino Cavalcanti, a propina.

Eu aproveito – se é que posso chamar de quietude – eu aproveito a quietude desta sessão de hoje no Senado para convocar os meus pares, convidá-los a uma reflexão. Afinal, se nós temos uma crise aguda marcada pelo esquema, a meu ver sistêmico, de corrupção que se descobriu neste Governo, nós temos que mostrar também, Senador Teotônio Vilela Filho, que as instituições brasileiras são sólidas e fortes para elas próprias acionarem seus mecanismos de defesa de modo a que os problemas oriundos das crises sejam sanados no âmbito e nos limites do regime democrático que nós tanto cultuamos.

Ou seja, há corrupção no Parlamento? O Parlamento tem o dever de punir os culpados comprovados, todos. Há corrupção no Executivo? O Executivo tem o dever de se livrar das figuras indesejáveis, e o Congresso tem o direito e o dever de apontar as figuras indesejáveis. Daí a importância de as três Comissões Parlamentares de Inquérito em funcionamento no Senado – Bingos – e no Congresso – Mensalão e Correios –, partirem mesmo para a fase do exame de documentos, a que seria mais conclusiva, visando a estabelecer as culpas, sem nenhum pejo de liberar a biografia de inocentes e, com toda a certeza, com independência para apontar todos os culpados, sejam eles quais forem.

Eu confio muito no meu País e, sim, estarreço-me quando vejo o Presidente da outra Casa caindo por envolvimento nessa baixaria da propina com restaurante. E poderia ser alto, até da propina com qualquer empresa de porte multinacional. Propina é propina! É para não ser proposta nem aceita por nenhum agente público.

Por outro lado, eu quero entender que o Brasil vai saber dar resposta grandiosa, a fim de que as instituições – eu repito – acionem os seus mecanismos de defesa para se fortalecerem ao fim e ao cabo, quando mostrarão que foram capazes de debelar os que provocaram os malefícios exibindo a face de um País forte e de uma democracia sólida, capaz de apontar rumos para a nossa economia e a nossa sociedade.

Eu não consigo me imaginar na cabeça de um jovem de 16 ou 18 anos de idade, Senador Mão Santa; não consigo imaginar que possa passar pela cabeça de quem está emergindo para a compreensão da vida política do País a idéia de que o segmento político é composto de pessoas que não serviriam e não prestariam serviços ao País. A idéia de que a desilusão possa estar tomando o lugar do idealismo. Isso tudo é preocupante, isso tudo deve ser diagnosticado com presteza por cada um de nós, mas insisto em manter a perspectiva do otimismo dentro de mim. Insisto em manter a certeza de que este Brasil escolheu sabiamente o caminho da democracia e vai ser pelo caminho da democracia que ele haverá de limpar suas instituições, hoje maculadas pela prática de tantos gestos e tantos atos de corrupção.

Severino Cavalcanti é pequeno, é menor, não é grande, não representa muito, não representa nada, aliás. É Presidente da Câmara dos Deputados? Muito bem, vai deixar de ser. Comprovado isso, deixa de ser Deputado também. E vão deixar de ser Deputados todos aqueles que se meterem em “mensalão”, em “mensalinho”, em “semestrão”, em “semestrinho”, todos aqueles que se meterem em quaisquer práticas delituosas, atentando contra o decoro da Casa a que pertencem e contra os princípios que devem nortear todos os que trabalham pelo interesse público. Ou deveriam fazê-lo.

A Câmara dos Deputados concentra hoje suas atenções numa ponta, revelando uma enorme preocupação com a normalidade, Senador Teotônio Vilela, quando seu conterrâneo, o ilustre Deputado José Thomaz Nonô vai presidir a sessão, porque Severino Cavalcanti está moralmente impedido de fazê-lo. O Deputado José Thomaz Nonô hoje vai presidir a sessão. Isso me deixou feliz. A Câmara dos Deputados vai decidir soberanamente se cassa ou não cassa quem ela bem queira, ela é soberana para decidir, mas o importante, Senador Sibá Machado, é que as pessoas diziam nos corredores hoje: “Com essa confusão toda do Severi-

no, não se vota, não se discute a cassação do Roberto Jefferson”. Não. Com Severino ou sem Severino, a Câmara dos Deputados vai cumprir com seu dever, vai deliberar soberanamente sobre o que quiser deliberar, porque este é um País de democracia consolidada, este é um País de experiência democrática madura, este é um País de instituições que se pretendem sólidas. E o Congresso Nacional não nasceu para morrer, o Congresso Nacional vai ser sociologicamente conservador, conservador no bom sentido, na medida em que ele vai procurar se reproduzir como modelo e ele se reproduzirá, como modelo, se ele for capaz de tirar a sua banda podre. Tem, claramente, uma banda podre no Congresso Nacional e ela tem que sair do Congresso Nacional pelo voto daqueles que assumem claramente o compromisso com a sobrevivência da instituição.

Portanto, eu não estou nem um pouco pessimista; triste, sim; desalentado, não; decepcionado, sim; desesperançoso, jamais! Mais do que nunca, numa hora em que pouca gente está prestando atenção no Senado, eu sinto que é hora de falar muito para dentro, para os meus pares, para os meus prezados adversários, para os meus queridos companheiros de luta de oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Nobre Senador, V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente.

Nobre Senador Jefferson Péres, nós estamos diante de uma encruzilhada, e ssa encruzilhada muito nitidamente vai mostrar se nós seremos ou não seremos capazes de fazer aquilo que Mário Covas seria capaz de fazer; aquilo que Ulysses Guimarães seria capaz de fazer; aquilo que Tancredo Neves seria capaz de fazer; aquilo que Petrônio Portella seria capaz de fazer; aquilo que Daniel Krieger seria capaz de fazer. Somos ou não somos uma geração de Parlamentares capaz de dar as respostas que a Nação requer de cada um de nós, de todos nós, em conjunto? E a resposta está, a meu ver, na apuração sensata e firme dos delitos; está na punição dos culpados e só dos culpados, de todos os culpados. Está na nossa capacidade ou não – e eu não quero crer na incapacidade – de defendermos a Casa a que pertencemos e só a defenderemos se soubermos transformá-la numa Casa limpa, e Casa limpa significa uma Casa integrada por cidadãos acima das suspeitas de malversação dos recursos públicos.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fica o convite à reflexão e fica a certeza, Sr. Presidente, e já concluo, de que o Brasil está vivendo um momento rico e um momento bonito. Nada me deixou mais tranqüilo em relação ao País, repito e encerro, do que

hoje quando todos diziam que não se julgaria o caso Roberto Jefferson porque Severino impediria com a sua crise, com a sua atitude indecorosa. Não; hoje se faz maduramente a sucessão lá; hoje José Tomaz Nono assume a Presidência da Casa e haverá o julgamento do Deputado Roberto Jefferson. Portanto, vamos mostrar a normalidade lá, para fora. É claro que é anormal alguém se portar de maneira indecorosa, mas anormalidade maior seria paralisarmos, e não fizemos isso. O Congresso então haverá de ser capaz de dar as respostas todas que a sociedade brasileira requer na medida e na intensidade que a sociedade exige.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte? Muito breve.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria, Senador Arthur Virgílio, de cumprimentá-lo por sua atitude com respeito ao ex-Deputado, ex-Presidente do PT, José Genoíno. V. Ex^a, que o conheceu de perto ao longo dos anos, soube dar a sua palavra de respeito ao trabalho, a toda a vida do Deputado José Genoíno. É só este o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Suplicy. Foi basicamente a reafirmação do compromisso pela defesa do direito da pessoa e contra essa figura execrável e execranda do torturador. O torturador adoece o torturado e se adocece ao mesmo tempo. O torturador, ele parte para o pior diálogo que pode haver entre um ser humano e outro, que é o diálogo da tentativa de obter consenso falso, pela via da coação física mais abjeta. Foi basicamente aí que me manifestei. Agradeço a V. Ex^a, porque faria algo que eu sei que V. Ex^a também faria.

Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, o tempo está esgotado. Peço a V. Ex^a que seja muito breve.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, só para deixar bem ciente de que a matéria requer de toda a Casa, mas especialmente de nossa parte, esse agradecimento. Acho que, naquele momento, não conseguimos todos externar para V. Ex^a a atitude de reconhecimento pelo gesto que V. Ex^a teve. Então, são coisas como essas que levantam o ponto que, acima de qualquer visão política, temos aqui dentro. Uma atitude daquela grandeza que V. Ex^a teve, somos obrigados a reconhecer o seu gesto nobre com José Genoíno

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Saiba o Senado e a Nação que o carinho que V. Ex^a revela pela minha atuação é o carinho que eu tenho pela

sua pessoa, pela sua bravura, ao defender as suas convicções.

Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Roldolpho Tourinho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e ao Senador Jefferson Péres.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito.

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr.

Presidente, se houver tempo, antes da Ordem do Dia, gostaria de me inscrever pela liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Jefferson Péres, apenas lembrando que há uma solicitação dos líderes num entendimento, inclusive com o Senador Arthur Virgílio, para que nós possamos aproveitar a Ordem do Dia no seu horário em razão de matérias relevantes. Mas se houver concordância.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não ha-

verá problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há discordância. Tem V. Ex^a a palavra por 5 minutos para uma comunicação de liderança. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela

Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, como salientou o Senador Arthur Virgílio, desta tribuna, a vida política brasileira atravessa dias ominosos. Estamos em um momento muito ruim da história republicana, com o Presidente de uma das Casas do Congresso envolvido em um episódio vexaminoso, que lhe custará certamente o mandato. Não me lembro de outro Presidente, em pleno exercício das suas funções, que tenha vivido um episódio semelhante, Senador Tião Viana. Oxalá ele tenha bom senso, pelo menos – parece que não tem – de ou se afastar imediatamente do cargo até o final da investigação a ser feita pelo Conselho de Ética, ou mesmo renunciar, porque a posição dele insustentável.

Lamento que um político como ele tenha sido, Senador Gilberto Mestrinho, estimulado a ficar no cargo, segundo noticiário dos jornais, pelo Palácio do Planalto. Diz o noticiário de hoje que, ainda em Nova

Iorque, Severino, por conselho de familiares, teria decidido pedir o afastamento e, depois de uma conversa com o Ministro Jacques Wagner, teria voltado atrás e decidido permanecer no cargo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, dez segundos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu estava em Nova Iorque, e é verdade isso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É verdadeiro?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É verdade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, Sr. Presidente, V. Ex^a que é uma das figuras respeitáveis e honradas do Partido dos Trabalhadores, é profundamente lamentável que, numa hora como esta, em que, acima de questões partidárias de Governo e Oposição, a sociedade brasileira exigia o afastamento do Presidente da Câmara, ele receber o socorro do Palácio do Planalto apenas para, talvez, desviar o foco de atenção da crise e, quem sabe, evitar a ascensão de alguém à Presidência, alguém que não fosse do agrado do Planalto. Mas, nessa ocasião, tivesse o Brasil um estadista à frente, teriam prevalecido os interesses do País. Não era o momento de sustentar o Sr. Severino Cavalcanti.

Espero, Sr. Presidente, que realmente a agonia do Presidente da Câmara seja abreviada e ele se afaste, porque, se ele permanecer no cargo, eu até convidaria o Senador Arthur Virgílio...

Senador Arthur Virgílio, se o Deputado Severino Cavalcanti teimar em permanecer no cargo, creio que é hora, sim, de, lembrando uma sugestão de V. Ex^a, nós, eu, V. Ex^a e outros, coletivamente, devolvermos ao Itamaraty a Ordem de Rio Branco. Severino nunca deveria tê-la recebido. Aliás, a dele em grau superior à minha.

Se ele se afastar, se ele tiver um final melancólico, Sr. Presidente, não seria um gesto nobre de minha parte devolver a medalha. Seria um homem vencido, caído. Mas se ele, arrogantemente, desafiar o Congresso e permanecer, é o que eu vou fazer, porque o mal que ele está causando a esta instituição e à classe política de todo o País, que já está ferida por essa crise, Sr. Presidente, o que ele está fazendo, realmente, é algo indesculpável.

Ele parece não ser um homem muito inteligente, certamente não tem preparo intelectual, mas não ter ao menos bom senso para presidir uma Casa e um mínimo de sensibilidade política para perceber o momento grave que estamos atravessando? Nós não podemos suportar isso, Sr. Presidente!

Vai ser necessária uma medida, um movimento coletivo, em massa até, de Senadores, mas ele não pode continuar à frente da Câmara dos Deputados. Isso é inadmissível para a sociedade brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, destinada a comemorar os vinte anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de acordo com o Requerimento nº 907, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na Sessão de 3 de agosto último, só usarão da palavra Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.002, DE 2005

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 20 (Projeto de Decreto– Legislativo nº 72, de 2005) seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senador **Marcelo Crivela**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.003, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante dos itens nºs 9 a 19 sejam submetidos ao Plenário antes dos itens 1 a 8.

Sala das Sessões, 14 setembro de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 20:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 (nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.

Parecer favorável, sob nº 1.606, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 372, DE 2005**
(Nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Redação ao Imposto sobre a Renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Redação ao Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em evisão da referida Convenção, bem como quaisquer

ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*)O texto da conversão encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 9:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 348, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005 (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 1.633, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 348, DE 2005**

(Nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001

Parágrafo único. Fica sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer

ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 3-9-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 10:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 349, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.*

Parecer favorável, sob nº 1.634, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 349, DE 2005**

(Nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e de Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluído em Roma, em 10 de março de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos de Convenção para a Supressão de Atos ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos – Roma, em 10 de março de 1999, ressalvados o item

1 do artigo 6º, o artigo 8º e o item 1 do artigo 16 da Convenção e o item 2 do artigo 3º do Protocolo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar e revisão da Convenção e do Protocolo referidos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art.49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art.2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Os textos encontram-se publicados no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 351, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.635, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

Em discussão o projeto, em turno único.

Com a palavra o eminente Senador Marco Maciel para discutir a matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) –

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Discussão do Projeto, em turno único.

Com a palavra o eminente Senador Marco Maciel para discutir a matéria.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, desejo em rápidas palavras chamar a atenção para a aprovação deste Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, posto que significa uma nova era nas relações entre os dois países.

A propósito, devo dizer que tive a oportunidade de presidir a Comissão Mista Bilateral Brasil-Rússia, criada por sugestão dos então Presidentes Ieltsin e Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, o Presidente Ieltsin renunciou à Presidência do Governo e assumiu o atual Presidente Vladimir Putin. Os entendimentos prosseguiram tanto do lado brasileiro quanto do lado russo.,

o que permitiu um florescimento muito grande de relações não somente políticas, mas também comerciais, econômicas e culturais entre os dois países.

Sem querer demorar em apreciações, lembraria que os jornais de hoje mencionam o fato de a Rússia haver-se convertido no maior comprador de carnes do Brasil. Quando esse grupo de alto nível se estabeleceu entre Brasil e Rússia, as relações comerciais e econômicas nossas eram muito reduzidas e tomaram grande incremento, já que houve uma determinação do Presidente Putin em estreitar esse relacionamento em vários campos.

O acordo que agora estamos aprovando – e dele fui Relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – é a expressão disso, conquanto específico na área militar. Com isso, quero mostrar ao Plenário do Senado como são fluidas as relações entre os dois países e cada vez mais dinâmicas, mais próximas. Não deixa de ser importante, sobretudo se considerarmos que a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, a Rússia começou a fazer, através da sua Glasnot, da sua Perestroika, uma caminhada positiva no campo da democracia e, por que não dizer também, das chamadas reformas econômicas que tornariam o país mais aberto ao comércio internacional. A Rússia, diferentemente do que aconteceu em outros países, preferiu fazer, primeiro, a abertura econômica, a exemplo do que está fazendo a China, para somente depois fazer a chamada abertura política. É o que ocorre agora. Espero que isso prossiga.

Assim, Sr. Presidente, concluo minhas palavras dizendo que certamente um dos pontos positivos que o País agora tem a acusar nas suas relações com o Leste Europeu é certamente decorrente desse novo relacionamento com a Rússia, o que permitirá que tenhamos uma maior presença não somente no Leste Europeu, mas em toda a área outrora sob a influência da antigamente chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias, para discutir a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, estou pedindo a V. Exª que me dê a palavra, pela ordem, logo após a votação desta matéria, porque é sobre a pauta que quero me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Exª falará em seguida.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 351, DE 2005**

(Nº 301/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação do Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Parágrafo único. Fica sujeito à aprovação do Congresso Nacional qualquer ato que possa resultar revisão do referido memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do memorando encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, o Deputado Irineu Colombo, do PT do Paraná, encaminhou à Mesa expediente que quero avalizar, reforçar, solicitando que coloque em votação o requerimento de urgência para que possamos votar, ainda no dia de hoje, o Projeto de Lei que transforma o Cefet em universidade federal.

Lembro que, no dia 23 de setembro, o Cefet completará 96 anos. Creio que a votação do PLC nº 35, de 2005, que foi aprovado na Câmara, passou pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e aguarda votação no plenário, se for votado hoje, significará uma homenagem a esse órgão que tantos serviços prestou ao País. Em nome do Deputado Colombo, que está

aqui lutando por essa aprovação, gostaria de que V.Ex^a submetesse a voto ainda na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, de fato, o eminente Deputado Colombo entregou-me pessoalmente a solicitação para que essa matéria possa ser votada com a máxima brevidade.

A Mesa pede a V. Ex^a que encaminhe o requerimento de urgência para a votação da matéria. Os Líderes serão ouvidos e, não havendo discordância, a matéria será votada ainda hoje, pois já está instruída.

Continua a Ordem do Dia.

Item 12:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 353, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.636, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 353, DE 2005**

(Nº 987/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII

Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 13:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 354, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.637, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr.

Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para discutir, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Desejo apenas lembrar como a Diplomacia brasileira, ultimamente, vem colocando o Brasil em situação, de certo modo, ridícula.

Assinamos esse acordo já há algum tempo com a República da Bolívia, que vai poder, através do acordo, formar aqui seus pós-graduados, seus doutores, seus mestres, em todos os ramos do conhecimento humano, aqui no Brasil, gratuitamente. E a Bolívia recompensou o Brasil com a nova lei dos hidrocarburetos, taxando o gás, criando problemas para os investimentos brasileiros na região, criando problemas na matriz energética brasileira. Essa é a retribuição que recebemos da Bolívia. Afora a nova cocaína negra que de lá está vindo para o

Brasil, os armamentos que municiam os bandidos que entram pela Bolívia e Paraguai e vêm para o Brasil. É essa a retribuição que estamos recebendo. Na época do acordo do Mercosul, do gasoduto Brasil/Bolívia, no governo passado, fiz aqui um pronunciamento e disse que o Brasil está arranjando um canal do Panamá, um problema sério, fazendo um trato com um país que não pode cumprir com o tratado feito. Está acontecendo, mas o Brasil continua bonzinho, perdoa a dívida de Angola, mas não perdoa a dívida do Espírito Santo; perdoa a dívida de Moçambique, mas não perdoa a dívida do Piauí; perdoa a dívida da Tanzânia, mas não perdoa a dívida da Bahia, dos pequenos e pobres Estados nordestinos, dos pobres municípios brasileiros.

Temos que, no Senado, que trata do problema de política externa brasileira, dar uma redirecionada em certas ações que o Itamaraty vem praticando ultimamente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um comunicado, pela ordem, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Permita V. Ex^a que a Mesa vote esta matéria e, em poucos segundos, dará a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o projeto de decreto legislativo.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 354, DE 2005**

(Nº 988, DE 2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível da Pós-Graduação entre ou Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar e revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Protocolo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar que hoje foi aprovado no pleno, no plural do nosso Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005, que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em relação ao imposto sobre a renda.

Esse é um projeto, Sr. Presidente, que vai trazer, seguramente, incremento às relações comerciais entre Brasil e Israel e é motivo de alegria celebrar aqui no plenário a aprovação final desse projeto.

Eu gostaria de comunicar também aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que a Embaixadora de Israel se encontra presente, Embaixadora Tzipora Rimón, que tem lutado muito para que as relações Brasil-Israel sejam cada vez mais profícuas, trazendo benefícios para ambas as nações, seus povos, suas culturas, dentro desse espírito democrático do Brasil de relacionar-se com todos os países sem intervenções ou sem se envolver nas questões próprias.

Tive agora também, Sr. Presidente, para concluir, uma reunião com a Embaixadora do México, que veio a esta Casa explicar que, ao contrário do que tem saído no noticiário, o México não denunciou o acordo de visto para com o Brasil, embora 25 mil brasileiros tenham

usado o corredor mexicano para entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Houve apenas uma suspensão até que as autoridades possam tomar medidas que evitem esse sofrimento dos brasileiros que tentam imigrar ilegalmente para os Estados Unidos através do México, muitos perdendo a vida na fronteira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Caro Líder Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a pediu que essa matéria fosse colocada como prioritária, e ela o foi; o item 20 foi colocado em primeiro lugar por inversão de pauta, atendendo a V. Ex^a. Lamentavelmente, V. Ex^a não estava na hora do encaminhamento, mas a Mesa registra o apreço e o esforço que V. Ex^a tem feito pela boa relação entre o povo brasileiro e o povo de Israel em todos os aspectos, do religioso às relações humanas e culturais.

A matéria foi aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 14:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.638, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Pedro Simon.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 355, DE 2005**

(Nº 989, de 2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul-Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 15:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 358, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

Parecer favorável, sob nº 1.639, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Wellington Salgado.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 358, DE 2005**

(Nº 1.025, de 2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovado pela Decisão nº 9/99 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e da nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000, a qual amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998, ambas negociadas ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas listas, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

(*) Os textos encontram-se publicados no DSF de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 16:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 363, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.640, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra para discutir a matéria.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para discutir.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a importância deste acordo para o Brasil e para a Guiana, mais especificamente para o meu Estado, que é a parte do Brasil que faz fronteira com a Guiana, principalmente tendo em conta que, há poucos dias, aprovamos um acordo com relação ao transporte de passageiros e cargas, e com este de hoje, que trata da isenção parcial de vistos, se consolida um conjunto de acordos que vai beneficiar o Brasil, mas muito especificamente o meu Estado. Por isso quero expressar minha satisfação e, ao mesmo tempo, pedir o voto favorável a este acordo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 363, DE 2005**

(Nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O Texto do Acordo encontra-se publicado no DSF de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 17:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.641, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 365, DE 2005**

(Nº 1.300/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 18:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Parecer favorável, sob nº 1.642, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2005**

(Nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinada em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 19:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 368, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista

do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.643, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 368, DE 2005**

(Nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há acordo dos Líderes para a deliberação dos itens de nºs. 1 a 8 que constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

3

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR**

(*Votação nominal*)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109,
DE 2003 COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de

origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Parecer favorável, sob nº 1.361, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Edison Lobão.

5

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).*

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002,

na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).*

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.004, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso –, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 14/9/05

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Consulto os Srs. Líderes sobre se há acordo para a votação da matéria agora. (Pausa.)

Não havendo divergência, procederemos à leitura para votação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob nºs 1.551 e 1.552, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Eduardo Azeredo; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, no prazo regimental.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por meio do Requerimento assinado pelos Líderes, solicitei – e V. Ex^a me atendeu – a votação dessa matéria ainda na sessão de hoje.

Vamos fazê-lo agora não apenas porque ela é importante para o Paraná, mas também porque o fato de estarmos aprovando a transformação do Cefet em universidade federal abre uma perspectiva enorme para outros Estados.

Hoje, o Paraná é atendido apenas pela Universidade Federal do Paraná, instituição importante e histórica, que representa muito para a cultura do Estado, mas o Cefet, que vai completar, no próximo dia 23 de setembro, 96 anos, sem nenhuma dúvida, já prestou, continua prestando e prestará serviços ainda mais relevantes com sua nova condição de universidade federal.

O trabalho do Cefet poderá complementar o que a Universidade Federal já vem realizando em termos de ensino superior, principalmente pela qualidade de

seu ensino e pela sua inserção e participação no desenvolvimento regional. Ele proporciona não apenas a formação de jovens, mas, sobretudo, participa dos projetos regionais de desenvolvimento, graças aos professores de alta qualidade que possui e, sobretudo, à disputa por vagas nos vários cursos que coloca à disposição da população.

Para o Paraná, essa é uma conquista extraordinária.

Fizemos esse pedido de urgência atendendo o apelo do Deputado Colombo, do PT, o que mostra que não há, neste caso, conotação partidária e que o interesse do Estado do Paraná foi colocado acima de qualquer interesse de Partido.

O Deputado Colombo, do PT, o Deputado Affonso Camargo, do PSDB, o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB, o Deputado Abelardo Lupion, do PFL, enfim, todos trabalharam para que esse sonho do Paraná fosse realizado na tarde de hoje, com a votação que, sei, será unânime em favor da aprovação desse projeto.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço V. Ex^a, em primeiro lugar, por permitir a votação desse projeto em regime de urgência, na tarde de hoje, a fim de que medidas provisórias não interrompam esse processo e tenhamos que esperar ainda mais. Assim, o Cefet poderá comemorar os seus 96 anos, no dia 23 de setembro, com essa homenagem que o Senado lhe presta, transformando-o em universidade federal.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, tenho certeza, votarão a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, registrar a importância desse esforço do Governo Federal quanto à área educacional, diante do quadro de restrições do Orçamento.

O Pró-Una foi um êxito, pois criou mais de 100 mil novas vagas gratuitas no ensino superior, por meio da adesão voluntária das instituições privadas, que recebem incentivo fiscal pelo custo, relativamente baixo, de R\$50,00, em média, por aluno. Isso viabilizou mais de 400 mil vagas, em quatro anos de Governo, o que é um fato absolutamente inédito na história do ensino superior. Ao mesmo tempo, houve a ampliação dos **campi** das universidades federais.

Trata-se de um gesto de homenagem ao povo do Paraná, à história da educação, da cultura e da universidade, instituição que existe há mais de 900 anos e que é depositária do conhecimento, do saber, da ciência e da tecnologia.

Parabenizo a Bancada do Paraná e, em especial, os Senadores Osmar Dias, que tanto batalhou pela aprovação dessa emenda, e Flávio Arns, que também foi sempre atuante quanto à matéria, contribuindo, portanto, para que o Cefet se transforme numa universidade e para o reconhecimento dessa instituição que tantos serviços prestou ao ensino superior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.661, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183, de 2004, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183, de 2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de setembro de 2005.

Handwritten signatures of Tião Viana and Flávio Arns, with the text 'P. C. A. Nº 2.' written next to them.

ANEXO AO PARECER Nº 1.661, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183, de 2004, na Casa de origem).

Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com natureza jurídica de autarquia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, organizado sob a forma de Centro Federal de Educação Tecnológica pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Parágrafo único. A UTFPR é vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2º A UTFPR reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – ênfase na formação de recursos humanos, no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, envolvidos nas práticas tecnológicas e na vivência com os problemas reais da sociedade, voltados, notadamente, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional;

II – valorização de lideranças, estimulando a promoção social e a formação de cidadãos com espírito crítico e empreendedor;

III – vinculação estreita com a tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias;

IV – desenvolvimento de cultura que estimule as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

V – integração da geração, disseminação e utilização do conhecimento para estimular o desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – aproximação dos avanços científicos e tecnológicos com o cidadão-trabalhador, para enfrentar a realidade socioeconômica em que se encontra;

VII – organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos **campi**, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, da pesquisa aplicada e extensão;

VIII – articulação e integração verticalizada entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e integração horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais, promovendo oportunidades para a educação continuada;

IX – organização dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos e tecnológicos; e

X – maximização quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e uso da infra-estrutura existente pelos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Art. 3º A UTFPR tem por finalidade:

I – desenvolver a educação tecnológica, entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais;

II – aplicar a tecnologia compreendida como ciência do trabalho produtivo e o trabalho como categoria de saber e produção; e

III – pesquisar soluções tecnológicas e desenvolver mecanismos de gestão da tecnologia, visando a identificar alternativas inovadoras para resoluções de problemas sociais nos âmbitos local e regional.

Art. 4º A UTFPR tem os seguintes objetivos:

I – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais para as diferentes áreas da educação tecnológica; e

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas nos vários níveis e modalidades de ensino de acordo com as demandas de âmbito local e regional;

II – ministrar cursos técnicos prioritariamente integrados ao ensino médio, visando à formação de cidadãos tecnicamente capacitados, verificadas as demandas de âmbito local e regional;

III – oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de ensino, nas áreas da educação tecnológica;

IV – realizar pesquisas, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental; e

V – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais.

Art. 5º A UTFPR, observado o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa aplicada e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento, nos termos desta lei e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado o estatuto e o regimento da UTFPR, será ela regida pelo estatuto e pelo regimento do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 6º Passam a integrar a UTFPR, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná com os respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UTFPR, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 7º Ficam redistribuídos para a UTFPR todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Art. 8º Os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná ficam transformados nos cargos de Reitor e Vice-Reitor da UTFPR.

Parágrafo único. Fica criado um cargo de Direção, CD-1, destinado ao Reitor da UTFPR.

Art. 9º A administração superior da UTFPR será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UTFPR.

§ 2º O Vice-Reitor substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O estatuto da UTFPR disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 10. O patrimônio da UTFPR será constituído:

I – pelos bens e direitos que integram o patrimônio do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UTFPR;

II – pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela UTFPR.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UTFPR serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 11. Os recursos financeiros da UTFPR serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais e transferências e repasses, que lhe forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 12. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos cargos decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do orçamento aprovado para o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, neste exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a transferi-las à UTFPR.

Art. 13. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UTFPR, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos **pro tempore** por designação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 14. O Poder Executivo aprovará o estatuto da UTFPR, o qual disporá sobre a organização, reorganização, denominação de cargos e funções e funcionamento dos órgãos universitários.

Art. 15. O Ministério da Educação tomará as providências necessárias para a elaboração do estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a ser aprovado pela instância própria.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.662, DE 2005

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-território Federal de Rondônia).

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de setembro de 2005. – **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente – **Mozarildo Cavalcanti**, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 1.662, DE 2005

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº, DE 2005

Altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-território na data que foi transformado em Estado, bem como os servidores públicos, civis e militares, admitidos por força de lei federal, mas que foram custeados pela União até 31 de dezembro de 1991, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurando os direitos e vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como ressarcimento ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação desta Emenda.

Parágrafo único. Os servidores civis e militares continuarão prestando serviço ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas, observadas as atribuições compatíveis com o grau hierárquico, se servidor militar. (NR)”

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Redação para o Segundo Turno
PROPOSIÇÃO: PEC Nº 87 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: Antônio Carlos Magalhães <i>Senador Mozarildo Cavalcanti</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA (PMDB) ⁽⁴⁾	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) ⁽¹⁾ <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽⁴⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI (RELATOR)
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB) ⁽⁵⁾ <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/08/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.

(4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

(5) O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB em 31/08/2005.

PARECER Nº 1.663, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº. 12, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº. 12, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de setembro de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Rodolpho Tourinho**, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 1.663, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2005

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 95. O disposto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, não se aplica aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000, e desde que já tenha havido mais de uma eleição municipal nessas localidades. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Redação para o segundo turno
PROPOSIÇÃO: PEC Nº 12 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14 / 09 / 2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Senador Rodolpho Tourinho</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO (RELATOR)
ALMEIDA LIMA (PMDB) (4)	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) (1)	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR (5)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (2), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB) (5)	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES-FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/08/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.
 (2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.
 (3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.
 (4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.
 (5) O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB em 31/08/2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.005, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado um voto de congratulações ao jornal **A Gazeta**, do Estado do Espírito Santo, pelo transcurso do seu setuagésimo sétimo aniversário. O jornal **A Gazeta** tem sido parte indispensável do cotidiano dos capixabas como testemunha e cronista fiel dos acontecimentos que marcaram a história do Espírito Santo e ao longo desse tempo conquistou credibilidade invejável, fruto do trabalho sério de seus proprietários e profissionais que emprestaram seus esforços e talentos para a consolidação do empreendimento.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.

– Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.006, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais,

que sejam solicitados a Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Marina Silva, em caráter de urgência, as seguintes informações:

1 – Qual a localização das 69 florestas nacionais, por estado?

2 – Quantas dessas florestas nacionais têm plano de manejo?

3 – Quais os trabalhos já executados na Floresta Nacional do Tapajós?

4 – No Estado do Pará, quais as dimensões territoriais das florestas nacionais já criadas?

5 – Quais são as florestas nacionais – com sua dimensão territorial – previstas para serem criadas na área que hoje abriga a reserva garimpeira do Tapajós, no Estado do Pará?

6 – Quais unidades de conservação estão previstas para serem criadas dentro da área de 8,2 milhões de hectares que está interdita administrativamente na região de influência da

BR-163 (Santarém-Cuiabá), na área conhecida como Terra do Meio?

7 – Quanto o Brasil possui em território em unidades de conservação já criadas na Amazônia Legal?

8 – Quantas reservas biológicas e estações ecológicas estão criadas na Amazônia, com a sua respectiva localização e dimensão territorial?

9 – Quantos parques nacionais existem na Amazônia Legal, com suas respectivas localização e dimensão territorial?

10 – Quantas reservas extrativistas e áreas de preservação ambiental já foram criadas na Amazônia, com suas respectivas localizações e dimensão territorial?

11 – Quantas unidades de conservação estão superpostas com reservas indígenas na Amazônia?

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.

– Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.007, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Justificação

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias (CE), órgão comercial da União Européia, emitiram a Resolução nº 1.223/02 pela qual a carne de frango salgada e congelada exportada pelo Brasil e outros países, como a Tailândia, foi reclassificada na Nomenclatura comunitária relativa às importações.

Essa reclassificação da carne de frango salgada e congelada implicou aumento tarifário de 15,4% **ad valorem** para 1.024 euros por tonelada, cerca de 75% **ad valorem**. Com isto, as exportações brasileiras de carne de frango para os países da União Européia

se reduziram em 80%, resultando em um prejuízo de US\$600 milhões/ano aos nossos exportadores.

O governo brasileiro buscou, em primeira instância, resolver a questão mediante negociações feitas ao abrigo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. Ante as reiteradas negativas da União Européia de resolver o contencioso por consenso, o Brasil viu-se obrigado a pedir a abertura de um painel (**panel**) no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, o que foi feito em novembro de 2003.

Em maio de 2005, o referido órgão emitiu relatório amplamente favorável ao pleito brasileiro. A União Européia recorreu então ao Órgão de Apelação, segunda e decisiva instância de decisão da OMC.

No último dia 12 deste mês (setembro) o Órgão de Apelação da OMC emitiu relatório mantendo, em linhas gerais, as conclusões favoráveis à posição brasileira do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Espera-se, agora, que a União Européia respeite a decisão irrecorrível da OMC.

No nosso entendimento, trata-se de mais uma grande vitória brasileira na OMC, a exemplo do já acontecido nos casos do açúcar, do algodão e vários outros. Essa série de vitórias brasileiras vem contribuindo para desenhar um quadro menos assimétrico e mais justo do comércio mundial, hoje muito concentrado nos intercâmbios entre as nações desenvolvidas e fortemente protecionista, no que tange aos produtos agrícolas.

Assim sendo, julgamos inteiramente procedente e altamente relevante esta propositura de voto de louvor.

Sala das Sessões, 14 setembro de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.008 ,DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Justificação

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias (CE), órgão comercial da União Européia, emitiram a Resolução nº 1.223/02 pela qual a carne de frango salgada e congelada exportada pelo Brasil e outros países, como a Tailândia, foi reclassificada na Nomenclatura comunitária relativa às importações.

Essa reclassificação da carne de frango salgada e congelada implicou aumento tarifário de 15,4% **ad valorem** para 1.024 euros por tonelada, cerca de 75% **ad valorem**. Com isto, as exportações brasileiras de carne de frango para os países da União Européia se reduziram em 80%, resultando em um prejuízo de US\$600 milhões/ano aos nossos exportadores.

O governo brasileiro buscou, em primeira instância, resolver a questão mediante negociações feitas ao abrigo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. Ante as reiteradas negativas da União Européia de resolver o contencioso por consenso, o Brasil viu-se obrigado a *pedir a* abertura de um painel (**panel**) no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, o que foi feito em novembro de 2003.

Em maio de 2005, o referido órgão emitiu relatório amplamente favorável ao pleito brasileiro. A União Européia recorreu então ao Órgão de Apelação, segunda e decisiva instância de decisão da OMC.

No último dia 12 deste mês (setembro) o Órgão de Apelação da OMC emitiu relatório mantendo, em linhas gerais, as conclusões favoráveis à posição brasileira do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Espera-se, agora, que a União Européia respeite a decisão irrecorrível da OMC.

No nosso entendimento, trata-se de mais uma grande vitória brasileira na OMC, a exemplo do já acontecido nos casos do açúcar, do algodão e vários outros. Essa série de vitórias brasileiras vem contribuindo para desenhar um quadro menos assimétrico e mais justo do comércio mundial, hoje muito concentrado nos intercâmbios entre as nações desenvolvidas e fortemente protecionista, no que tange aos produtos agrícolas.

Assim sendo, julgamos inteiramente procedente e altamente relevante esta propositura de voto de louvor.

de 2005

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2005.
– Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), referente às exportações de carne de frango para a União Européia.

Justificação

Em julho de 2002, as Comunidades Europeias (CE), órgão comercial da União Européia, emitiram a

Resolução nº 1.223/02, pela qual a carne de frango salgada e congelada exportada pelo Brasil e outros países, como a Tailândia, foi reclassificada na nomenclatura comunitária relativa às importações.

Essa reclassificação da carne de frango salgada e congelada implicou aumento tarifário de 15,4 % **ad valorem** para 1.024 euros por tonelada, cerca de 75% **ad valorem**. Com isto, as exportações brasileiras de carne de frango para os países da União Européia se reduziram em 80%, resultando em um prejuízo de US\$600 milhões/ano aos nossos exportadores.

O Governo brasileiro buscou, em primeira instância, resolver a questão mediante negociações feitas ao abrigo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC. Ante as reiteradas negativas da União Européia de resolver o contencioso por consenso, o Brasil viu-se obrigado a pedir a abertura de um painel (**panel**) no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, o que foi feito em novembro de 2003.

Em maio de 2005, o referido órgão emitiu relatório amplamente favorável ao pleito brasileiro. A União Européia recorreu então ao Órgão de Apelação, segunda e decisiva instância de decisão da OMC.

No último dia 12 deste mês (setembro) o Órgão de Apelação da OMC emitiu relatório mantendo, em linhas gerais, as conclusões favoráveis à posição brasileira do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Espera-se, agora, que a União Européia respeite a decisão irrecorrível da OMC.

No nosso entendimento, trata-se de mais uma grande vitória brasileira na OMC, a exemplo do já acontecido nos casos do açúcar, do algodão e vários outros. Essa série de vitórias brasileiras vem contribuindo para desenhar um quadro menos assimétrico e mais justo do comércio mundial, hoje muito concentrado nos intercâmbios entre as nações desenvolvidas e fortemente protecionista, no que tange aos produtos agrícolas.

Assim sendo, julgamos inteiramente procedente e altamente relevante esta propositura de voto de louvor.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2005.
– Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno, como Líder do PTB. A seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo PFL.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho, sistematicamente, trazido minha preocupação e, até mesmo feito, a denúncia de que muitos setores do Governo têm sido terceirizados por organizações não-governamentais. Aliás, presidi uma CPI, no Senado Federal, que investigou a atividade dessas organizações não-governamentais.

Estive há pouco no meu Estado, onde fui surpreendido por uma denúncia de uma organização não-governamental sobre malversação de recursos por parte da Fundação Nacional de Saúde.

Para que não se diga que tenho **parti pris** nessa questão, pois a trato sistematicamente, realmente penso que devemos separar o joio do trigo. Existem ONGs realmente sérias, mas também há aquelas que são formadas exclusivamente para se locupletar do dinheiro público, como é o caso de duas organizações que cito, as quais tratam da saúde indígena em Rondônia: a Cumpir e a Paca.

A própria Fundação Nacional de Saúde detectou que elas desviaram milhões de reais que deveriam ser aplicados na área de saúde indígena.

Quero ler, Sr. Presidente, a matéria do jornal **BrazilNorte**, do meu Estado. Seu título é: “ONG denuncia malversação de recursos”.

A ONG Urihi – Saúde de Ianomâmi fez severas críticas à nova Política de Saúde Indígena, que vem sendo posta em prática pelo governo Lula, através da Fundação Nacional da Saúde. A organização não-governamental classifica a administração atual de “gestão caótica”, pelo fato de estar sendo gasto o dobro dos recursos sem que as ações surtam os resultados desejados.

A matéria continua: “Urihi denuncia caos no Distrito Sanitário Yanomâmi. Gastos exorbitantes e ameaça de paralisação de serviços marcam o primeiro ano da gestão da assistência no DSY.”

A Urihi denuncia que após 12 meses das mudanças introduzidas para atender à “nova Política de Saúde Indígena” do governo Lula, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) gasta mais que o dobro, em relação aos anos anteriores, para conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento do Distrito Sanitário Yanomâmi (DSY).

A desorganização do DSY culminou com a recente ameaça de paralisação da assistência na Terra Indígena Yanomâmi pelos funcionários contratados pelo convênio Fundação Universidade de Brasília (FUB/Funasa) que, após dois meses sem receber salários, pre-

tendiam não voltar mais à área indígena caso a situação não fosse normalizada.

Enquanto a coordenação regional da Funasa responsabilizava recente mudança da Presidência do órgão pela interrupção do repasse das parcelas do convênio, a Fundação em Brasília informava que o problema estava nas prestações de contas da conveniada sobre os recursos que já foram transferidos.

Além da gestão caótica pela Funasa, a análise dos números do convênio com a Fundação Universidade de Brasília – FUB – levantam questionamentos sobre os critérios na aplicação dos seus recursos. Assinado em meados de 2004, esse convênio dispõe de um orçamento de R\$10.900.000,00, sendo que, deste total, são destinados R\$9.100.000,00 para o pagamento de recursos humanos, o que significa um aumento de 84% neste item em relação às despesas realizadas nos anos anteriores no DSY, para o mesmo objetivo.

O quadro de recursos humanos para o atendimento no campo, coordenação, logística e administração, pulou de cerca de 130 profissionais para um total de 190 funcionários, sendo que 70 deles não trabalham no campo.

Vale lembrar que as demais organizações conveniadas que atuam hoje no DSY dispõem, proporcionalmente à população por elas atendida, da metade do que está sendo destinado ao convênio Funasa/FUB, custo **per capita**.

Para um aumento tão expressivo nos gastos com pessoal, em especial os de nível superior, lotados na coordenação de DSY, era de se esperar um aumento na mesma escala na qualidade da assistência e nos resultados para a população ianomâmi atendida.

No entanto, o que se observa é, ao contrário, uma queda de eficiência e um desempenho considerado medíocre, regularmente denunciado pelas lideranças indígenas da região. A malária, que havia sido controlada na área ianomâmi até pouco tempo, voltou a ser epidêmica em algumas comunidades ianomâmis e já causou vários óbitos este ano.

Além disso, Conselheiros indígenas do DSY têm se queixado reiteradamente sobre uma crônica deficiência no fornecimento de medicamentos e outros insumos para o trabalho dos profissionais de campo.

Sr^a Presidente, por haver lido, na íntegra, a matéria publicada no jornal **BrasilNorte**, solicito que ela faça parte integrante do meu pronunciamento.

Chamo a atenção do novo Ministro da Saúde, do novo Presidente da Fundação Nacional de Saúde, sobre essa matéria que eu já havia denunciado nesta Casa. Ali, realmente, está ocorrendo a malversação de recursos públicos. Saiu-se de uma situação para outra, que, segundo denúncia dos próprios índios, piorou. Não é concebível que a Fundação Nacional de Saúde não faça uma auditoria em relação à questão da Funasa em Roraima, especialmente no que se refere a esse convênio. Por que a Universidade de Brasília seria mais capacitada em fazer esse atendimento do que a Universidade Federal de Roraima, por exemplo, que já está lá, inclusive ministra o curso de Medicina? Portanto, tem condições de, perfeitamente, fazer esse atendimento. Mas, não. Fez-se um convênio com a Fundação Universidade de Brasília que, antes, havia sido feito apenas com a ONG Urihi, que agora reclama.

Sr^a Presidente, vou requerer formalmente à Mesa um pedido de informação. Também pedirei à Comissão de Fiscalização e Controle que se aprofunde nessa denúncia. Espero que, espontaneamente, o Presidente da Funasa, que assumiu o cargo há pouco tempo, tenha a sinceridade de, realmente, passar essa questão a limpo. Não é possível que estejamos, agora, desviando recursos destinados à assistência dos índios para aplicá-los em outros setores que não dizem respeito à assistência indígena.

Sr^a Presidente, esse assunto é da maior seriedade. Sou completamente contrário que se retire do Estado ou do Município a assistência à saúde indígena, mas se é para retirá-la, que a retire para órgãos públicos confiáveis. A Funasa, com isso, faz a terceirização de um trabalho que é de sua responsabilidade.

Sr^a Presidente, solicitarei também ao Tribunal de Contas da União que, efetivamente, averigüe essa denúncia, que é da maior gravidade.

Ao fazer esses registros, Sr^a Presidente, espero, portanto, as providências tanto do Ministro da Saúde como do Presidente da Funasa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e 2º, do Regimento Interno.)

Boa Vista, Roraima, domingo, 11 de setembro de 2005

BRASINORTE**ALERTA****Urihi denuncia caos no Distrito Sanitário Yanomâmi***Gastos exorbitantes e ameaças de paralisação de serviços marcam o primeiro ano da gestão da assistência no DSY*

A Urihi denuncia que após 12 meses das mudanças introduzidas para atender à “nova Política de Saúde Indígena” do governo Lula, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) gasta mais que o dobro, em relação aos anos anteriores, para conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento no Distrito Sanitário Yanomâmi (DSY).

A desorganização do DSY culminou com a recente ameaça de paralisação da assistência na Terra Indígena Yanomâmi pelos funcionários contratados pelo convênio Fundação Universidade de Brasília (FUB/Funasa) que, após dois meses sem receber salários, pretendiam não voltar mais à área indígena caso a situação não fosse normalizada.

Enquanto a coordenação regional da Funasa responsabilizava a recente mudança da Presidência do órgão pela interrupção do repasse das parcelas do convênio, a Fundação em Brasília informava que o problema estava nas presta-

ções de contas da conveniada sobre os recursos que já foram transferidos.

Além da gestão caótica pela Funasa, a análise dos números do convênio com a FUB levantam questionamentos sobre os critérios na aplicação dos seus recursos. Assinado em meados de 2004, esse convênio dispõe de um orçamento de R\$ 10.900.000,00 sendo que, deste total, são destinados R\$ 9.100.000,00 para o pagamento de recursos humanos, o que significa um aumento de 84 % neste item em relação às despesas realizadas nos anos anteriores no DSY, para o mesmo objetivo.

O quadro de recursos humanos para o atendimento no campo, coordenação, logística e administração pulou de cerca de 130 profissionais para um total de 190 funcionários, sendo que 70 deles não trabalham no campo.

Vale lembrar que as demais organizações conveniadas que atuam hoje no DSY dispõem, proporcionalmente à população por elas atendida, da metade

do que está sendo destinado ao convênio Funasa/FUB, custo per capita.

Para um aumento tão expressivo nos gastos com pessoal, em especial os de nível superior lotados na coordenação do DSY, era de se esperar um aumento na mesma escala na qualidade da assistência e nos resultados para a população Yanomami atendida.

No entanto, o que se observa é, ao contrário, uma queda de eficiência e um desempenho considerado medíocre, regularmente denunciado pelas lideranças indígenas da região. A malária, que havia sido controlada na área Yanomami até pouco tempo, voltou a ser epidêmica em algumas comunidades Yanomami e já causou vários óbitos este ano.

Além disso, Conselheiros indígenas do DSY têm se queixado reiteradamente sobre uma crônica deficiência no fornecimento de medicamentos e outros insumos para o trabalho dos profissionais de campo-

ONG denuncia malversação de recursos

A ONG Urihi – Saúde Yanomâmi fez severas críticas à nova Política de Saúde Indígena, que vem sendo posta em prática pelo governo Lula, através da Fundação Nacional da Saúde. A organização não-

governamental classifica a administração atual de “gestão caótica”, pelo fato de estar sendo gasto o dobro dos recursos sem que as ações surtam os resultados desejados. PÁGINA 8

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª será atendido, Senador Mozarildo, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leonel Pavan. S. Exª dispõe de vinte minutos. Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Shlessarenko, Srªs e Srs. Senadores, dias atrás recebi um ofício da Câmara de Vereadores do Município de Seara, no meu Estado de Santa Catarina, solicitando-me que, desta tribuna, eu me pronunciasse sobre um assunto de extrema importância para o meu Estado, principalmente para o Município de Seara, porque, mesmo tendo enviado inúmeros ofícios e pedidos aos Ministérios e ao Governo Federal, até aquele momento a Câmara de Vereadores não havia sido atendida.

O ofício a que me referi relata a grave situação em que se encontram os colonos desalojados da área denominada Toldo Pinhal. O encaminhamento do ofício, assinado pela ilustre Vereadora Lourdes Maria Gaida, Presidente da Câmara Municipal daquele Município, deu-se por proposta, aprovada em plenário, de autoria do Vereador Valdir Giaretta, e tem por objetivo denunciar, de um lado, a omissão dos Poderes Públicos e, de outro, os problemas financeiros e psicológicos que vêm afetando os colonos e seus familiares.

Relatam ainda, os Vereadores, a ocupação das terras de Toldo Pinhal, bem assim a de outras áreas naquela região do Alto Uruguai catarinense, e que os conflitos se arrastam há décadas, sem que as autoridades encontrem uma solução definitiva para minorar os sofrimentos daquelas pessoas e para pôr fim aos conflitos envolvendo colonos e populações indígenas.

De acordo com documento da Câmara Municipal de Seara, os colonos das pretensas áreas indígenas daquela região, embora tenham sido desalojados há uma década, não foram ainda reassentados, nem receberam indenização por suas terras. Ao referir-se às “pretensas áreas indígenas”, a Câmara Municipal de Seara esclarece que, desde 1919, não se registrou a presença de índios naquelas terras, que haviam sido colonizadas com o aval do Poder Público há quase um século. “Portanto – ressalta o documento –, trata-se de ‘aldeamentos’, ou seja, terras possivelmente ocupadas pelos índios em tempos remotos, e não de área indígena, como tentam fazer crer a Funai e a União”.

“O Supremo Tribunal Federal – acrescenta o ofício – tem decidido com acerto que terras ocupadas pelas populações indígenas há 80 ou 100 anos, e hoje

ocupadas por colonos, não podem ser consideradas áreas indígenas e sim ‘aldeamentos indígenas’, motivo pelo qual cometeu-se grave injustiça ao desalojar os colonos de suas terras, ocupadas por eles há mais de 80 anos”.

Em que pesem todo o respeito e todo o carinho que temos por nossos índios, Srª Presidente, o argumento dos colonos de Toldo Pinhal parece ter fundamentos bastante sólidos. Eles lembram que a antropóloga Rosana Badalotti, por meio de entrevistas e levantamentos históricos, demonstrou que pequenos grupos indígenas viveram um período na região, mas, ainda assim, em tempos remotos. O jornal **A Notícia** – um dos grandes jornais do nosso Estado de Santa Catarina –, há dois anos, informou: “Além de descartar a presença de índios no Alto Uruguai, o levantamento da antropóloga mostra que os agricultores que chegaram ao Alto Uruguai no início do século passado ocuparam as terras a partir de incentivos dados pelo Governo Federal da época”. Isso significa que eles só ocuparam as terras porque o Governo Federal os assentou e ainda deu incentivos.

Ninguém, em sã consciência, pode negar aos índios o direito de viverem em suas terras. Da mesma forma, ninguém pode ignorar que a questão territorial é crucial para a sobrevivência dos povos indígenas e para a manutenção de sua qualidade de vida. Porém, os protestos dos colonos – repercutidos pelos Vereadores de Seara – nos parecem amplamente justificados. Por um lado, foram desalojados de uma área que ocupavam, com incentivo do poder público federal – diga-se, de passagem –, desde o começo do século passado; por outro, embora a reserva de Toldo Pinhal, que agora abriga os índios caingangue, tenha sido criada em 27 de outubro de 1996, até hoje os colonos não foram indenizados pelas terras que lhes pertenciam, ou melhor, que lhes pertencem, porque, até que sejam indenizados, elas lhes pertencem por direito.

Senador Mozarildo Cavalcanti, vou conceder-lhe um aparte, mas antes quero chegar ao final do pronunciamento, até para que meu raciocínio fique mais claro.

Os processos ajuizados pelos agricultores, reivindicando a indenização ou visando ao reassentamento, ainda não foram julgados sequer na 1ª Instância, segundo dizem, em face dos recursos e das manobras da Funai e da União.

Não bastassem esses fatos, uma nova demarcação, que implicará a remoção de duzentas famílias, encontra-se em andamento no Município de Seara, conforme denúncia à Câmara de Vereadores.

Assim, Srª Presidente, ao reportar-me ao ofício da Câmara de Vereadores de Seara, quero solidarizar-me com os colonos que se encontram nessa situação aflitiva e encarecer às autoridades judiciais e do Poder Executivo uma solução firme, decidida e breve para que eles não sejam prejudicados.

Temos de respeitar os índios. Precisamos dar-lhes sustentação, cumprir os nossos compromissos e convênios, oferecendo-lhes espaço, terra, condições de trabalho, casa, escola, saúde. Porém, nessas áreas, há mais de um século, não existem mais índios. Nessa área, foi o próprio Governo Federal que propôs incentivos para que colonos pudessem ali trabalhar.

Concedo um aparte, com muito honra, ao meu querido amigo, Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem certamente uma história nessa área.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Leonel Pavan, nós, inclusive, fizemos parte da comissão externa do Senado que foi ao seu Estado analisar esse conflito. Na verdade, estivemos em Santa Catarina, em Mato Grosso, em Rondônia, em Roraima e a situação não é diferente também em vários outros Estados. Então, o que, na verdade, existe é um conflito federativo provocado pela União. Refiro-me à União, porque o Governo Federal usa logicamente um órgão de terceira grandeza – digamos assim –, que é a Funai, onde parece haver um alojamento de colegas ou professores de Deus, que definem qual terra é indígena, por que não é terra indígena etc. O Supremo já tem uma Súmula sobre isso, mas eles não obedecem. Creio que deveríamos provocar o Supremo para decidir esse conflito federativo, que envolve vários Estados do Brasil. Na realidade, na Amazônia, por exemplo, é um absurdo o que se faz. Hoje, só para resumir, a população indígena do Brasil corresponde a 0,2% dos brasileiros, e atualmente 12% do território nacional já é demarcado para terras indígenas. Não há nenhum país do mundo que tenha tal correlação. Mesmo assim, concordo com V. Ex^a: devemos, sim, olhar cada caso, cada tribo, dar assistência, mas não passando por cima de direitos seculares, de uma ordem institucionalizada, de um **modus** de vida que, muitas vezes, até agrada aos índios, pois os antropólogos da Funai resolvem dizer que tem que ser do jeito que eles entendem. Então, solidarizo-me com V. Ex^a. Temos, sim, que levar essa luta de maneira não-ideológica. Temos que olhar com racionalidade e com bom senso. É lamentável que o Senado esteja acordando muito lentamente para a questão. Pior ainda é a postura do Supremo, que devia chamar essa causa e decidi-la como conflito federativo. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Senador Mozarildo tem já uma história de luta nesse sentido, pedindo justiça, para que o Governo Federal tome as devidas providências. Não somos, em hipótese alguma, contra aqueles que já estão no nosso País, há muito mais tempo que nós, os índios, mas o que não se pode fazer é a injustiça também com os colonos. O direito de cada um deve ser preservado e reconhecido, mas não pode o Governo Federal, às custas de falta de planejamento, no passado, às custas de falta de vontade política do Governo Federal, prejudicar os nossos colonos e também os índios, porque ninguém, nem os índios nem os colonos, estão se sentindo segu-

ros devido à falta de uma política mais ampla e mais segura por parte da Funai e da União.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, com muita honra.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Pavan, faço este aparte a V. Ex^a apenas para relatar algo sobre essa história de que vão reassentar as pessoas. Lá em Roraima já foram demarcadas 34 áreas indígenas, que já correspondem a 50% do meu Estado. Não somos contra demarcação de área indígena. Ocorre que as pessoas são postas para fora de suas casas, de suas propriedades e não são reassentadas. Lá em Santa Catarina não será diferente. Outro fato também é que a Constituição refere-se às terras que os indígenas, tradicionalmente, habitam. Se esse pessoal está lá há cem anos, eles não habitam essa região. Esse fato aconteceu no meu Estado, e é por isso que quero alertá-lo. Tenho certeza de que todos os produtores que forem postos para fora de suas áreas não serão reassentados, porque lá em Roraima ninguém foi reassentado. Há mais de vinte anos estão sendo postos para fora, e ninguém é reassentado. Então, acredito que V. Ex^a tem que gritar e lutar, defender os direitos dos indígenas, mas tentar dar um jeito de fazer indenizações justas, porque eles vêm, avaliam a terra hoje, daqui a 15 anos voltam, reavaliam as benfeitorias, que estão há 15 anos abandonadas, e querem pagar pelo valor auferido nessa avaliação de 15 anos depois. A maioria dos colonos, em Boa Vista, que saiu há 20 ou 25 anos, continua esperando indenização e reassentamento. Nenhum foi reassentado até agora, em nenhum Governo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero incorporar os apartes do Senador Mozarildo e de V. Ex^a ao nosso pronunciamento.

Ainda sobre os índios, queria fazer uma outra denúncia, e gravíssima. O Alto Vale e o Médio Vale de Santa Catarina têm três barragens, sendo uma em Ituporanga, a outra em Taió e uma terceira em José Boiteux – no caso, tanto a de Ibirama quanto a de José Boiteux eles chamam de barragem de Ibirama, mas ela fica, na verdade, em José Boiteux. São três barragens, sendo que a barragem do Ibirama – ou de José Boiteux – é maior do que as outras duas juntas; é maior do que a barragem de Ituporanga e de Taió. Aliás, ela é o dobro das duas juntas.

Essa barragem de Ibirama ou de José Boiteux comporta um volume de água – caso ocorra um problema, muita chuva na região –, dentro da cidade de Blumenau e das cidades próximas, de mais de três metros de altura. Digo isso para chegar a uma denúncia. Essa barragem de Ibirama ou de José Boiteux foi invadida por índios dos dois Municípios. São índios que convivem com a comunidade e que nós respeitamos; pessoas que trabalham e que estão agregadas à economia e à vida social daquela região.

Eles invadiram essa barragem e depredaram alguns equipamentos, para chamar a atenção do Go-

verno Federal. O painel e os quadros de comando da barragem foram destruídos; os cabos de aço das duas comportas existentes foram cortados. Uma comporta está fechada; a outra, semi-aberta. Se houver uma chuva muito grande na região, algumas cidades poderão ser inundadas, a exemplo da enchente que ocorreu há muitos anos, quando milhares de pessoas ficaram desalojadas, com prejuízos enormes para Santa Catarina e para o Brasil.

Existe um convênio entre o Deinfra e o Governo do Estado para a manutenção dos equipamentos e da barragem, a qual não está recebendo os devidos cuidados de parte da União. E os índios estão lá. Já vieram, por diversas vezes, a Brasília, procuraram Ministérios e a Funai e disseram que não vão sair enquanto não forem atendidos. Acharam uma forma de protestar, porque vêm aqui, pintam-se, andam, fazem seus protestos e não são ouvidos. Não são ouvidos! À sua maneira, fazem manifestações pacíficas, mas a Funai não lhes dá atenção, o Governo não lhes dá atenção. Eles precisam de rodovias, postos de saúde, escolas, infra-estrutura; querem que sejam cumpridos os convênios. Como não são ouvidos, invadiram a barragem, depredaram os painéis e a sala de comando, cortaram os cabos. Em função disso, poderá haver uma catástrofe, caso venham a ocorrer muitas chuvas na região.

De quantos milhões e milhões de reais terão de dispor o Governo Federal, o Estado, as cidades, para cobrir os prejuízos, se houver uma inundação em função da depredação e das más condições dessa barragem?

Queria deixar registrado – certamente há alguém da Funai, do Ministério Público, da defesa civil me ouvindo – que um desastre naquela região vai custar muito caro ao País, a todos nós. Não é possível que o Governo não tenha condições de investir R\$2 milhões na barragem de Ibirama ou de José Boiteux e de atender os índios, que reivindicam apenas escolas, postos de saúde, estradas, infra-estrutura. Não é possível que este Governo, que está envolvido em um mar de lama e que usa os microfones da mídia nacional demagogicamente, falando das conquistas sociais, não dê a devida atenção a casos como esse, que poderá gerar inúmeros prejuízos à Nação.

Somo a minha voz, desta tribuna, à da imprensa, que já tem alertado os Parlamentares de Santa Catarina – Deputados Federais, Senadores e Vereadores –, bem como os Prefeitos, os Vice-Prefeitos e as entidades sociais. Todos estão seriamente preocupados, porque, se ocorrer uma catástrofe, certamente o Brasil será penalizado pelos prejuízos econômicos e pelas perdas de vidas.

Fica aqui o nosso pedido, para que os representantes do Governo que nos estão ouvindo e assistindo tomem as devidas providências, urgentemente, a fim de que não haja uma catástrofe como a de Nova Orleans. Blumenau, o Alto Vale do Itajaí, essa região de Santa

Catarina já sofreu muito com inundações e perdas de vidas. Esse é o registro que deixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, a Sra. Serys Shhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o eminente Procurador-Geral da República não precisa mais de provas, para cumprir o que é do seu dever: examinar os gastos do PT, do Fundo Partidário, com interesses pessoais dos seus membros e, em particular, de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

O discurso do Presidente Lula na Guatemala foi mostrado ontem pela televisão e passou despercebido, já que Sua Excelência não é um bom orador, mas a sua entrevista, à saída, essa foi percebida. Tenho certeza de que o Procurador da República, cumprindo os seus deveres, vai requisitar a fita nas televisões, porque o Presidente confessa que usou o Fundo Partidário para passagens suas, de seus familiares e de seus amigos.

Perguntado pelo repórter sobre esse assunto, ele disse: “E quem ia pagar? O PFL, o PSDB? Quem pagou foi o PT!” – uma confissão. Ninguém precisa mais procurar saber quem pagou e paga as despesas do Senhor Presidente, mesmo as pessoais. Se já havíamos desconfiado há tanto tempo disso, agora o fato se materializa pela palavra do Presidente.

Ontem mesmo o Ministro Carlos Velloso declarou que seria algo de muito pouca moralidade a utilização do Fundo Partidário dessa maneira. Mas o Presidente, com sua coragem indômita, fez questão de desafiar os Tribunais e talvez até o seu Procurador, esquecido de que S. Ex^a não é Procurador do Presidente, mas do Estado brasileiro. Portanto, essa parte já está absolutamente clara.

O Governo faz da sua política externa, e muitas vezes vemos aqui o nosso inteligente Líder Aloizio Mercadante assim proclamar, o êxito da política brasileira. E o que se tem visto é um fracasso total.

Tudo isso, até mesmo em relação aos países pobres da América Latina ou da África ou da Ásia, o Senhor Presidente da República resolveu dar mensalões – é um mau hábito, mas resolveu dar mensalões –, para que conseguíssemos um lugar no Conselho de Segurança Nacional. Infelizmente, gastaram-se tantos recursos e não entra sequer na pauta deste ano a questão de se aumentar o número de integrantes do Conselho de Segurança Nacional. É mais um fracasso da política externa, uma política, evidentemente, que

não pode viver às custas de mensalão do BNDES, que, no caso, procede como Marcos Valério, do Governo.

A tão sonhada, para o Governo Brasileiro, reforma do Conselho da ONU não entrará, como disse, na pauta da Assembléia-Geral, que hoje se instala com a presença do Senhor Presidente da República. Do relatório final, consta apenas uma referência descompromissada de que uma reforma deve ser feita algum dia. E o resultado é tão píffio que parece ter desestimulado o Presidente de abrir os debates sábado, deixando a tarefa para o Ministro das Relações Exteriores. Todo presidente se orgulha de abrir as sessões da ONU. O nosso Presidente disse que iria à ONU abrir a sessão, mas – coitado! – com o fracasso dos mensalões para os países mais pobres, atrás dos votos não conseguidos, passará a tarefa ao Sr. Ministro das Relações Exteriores. O Ministro das Relações Exteriores faz uma política de jornal, mas não faz a política que é útil ao País. A prova disso é que nós estamos ficando, ao contrário do que se pensava antes – “o Brasil fala hoje e todos ouvem” –, estamos ficando isolados no mundo. Estamos emudecendo por causa do Presidente Lula.

Ora, meus Senhores, mais uma vez, chamo a atenção desta Casa. A respeito disso, peço as notas taquigráficas a V. Ex^a, Sr. Presidente, da resposta que ontem nos deu o Presidente Tião Viana. Chamo a atenção de V. Ex^a e do Sr. Carreiro para o fato. Gostaria de receber no meu gabinete as notas taquigráficas do Presidente Tião Viana dizendo, em nome do Ministro, que não se vai fazer reforma universitária por decreto, o que seria um absurdo, um absurdo inominável, mas, na realidade, já se está trabalhando na Câmara Federal para se fazer por decreto a reforma universitária. Isso é de uma tristeza total para o Congresso brasileiro. Um Congresso que não tem capacidade para examinar um projeto do Governo de reforma universitária não é Congresso, é um ajuntamento para apoiar os crimes, entre os quais esse, praticado por um Governo irresponsável. Quero chamar a atenção para isso, porque são vários os fatos que merecem que se chame a atenção.

Apresentei nesta Casa, em 2003, um projeto para que, quando fosse determinado o horário de verão, fosse ou para todo o País ou não se tivesse horário de verão. V. Ex^a, Sr. Presidente Edison Lobão, sabe o transtorno que representa para o Nordeste a diferenciação com o Sul do País, para uma economia de quase nada ou nada; mas, a ex-ministra, hoje Chefe da Casa Civil, que é uma senhora competente, é autoritária, não consulta um governador sobre o assunto e toma a atitude que julga conveniente. E o pior é que, nesta Casa, esse meu projeto já foi aprovado na Comissão de Infra-Estrutura, com parecer favorável do Senador João Ribeiro. Quatro meses depois, aprovou-se o requerimento do Senador Delcídio Amaral, para que fosse ouvida, em audiência pública, a Ministra de Minas e Energia. Estamos em setembro – passaram-se outros cinco meses –, e o projeto permanece na Comissão de Infra-Estrutura aguardando a audiência pública.

Já agora não é mais a Ministra Dilma Rousseff. O atual Ministro de Minas e Energia, segundo se fala, Senador Edison Lobão, é ligado ao seu Estado. Peço os préstimos de V. Ex^a para que o Ministro ouça esta Casa em relação ao projeto humilde que apresentei. Já se designou o dia 16 de outubro para começar o horário do verão, que terminará no dia 18 de fevereiro.

Portanto, não adianta fazer projeto, porque o Governo não dá satisfação, como não tem dado aos fatos graves desta República. Até hoje, o Presidente não disse se é participe ou não do dinheiro do mensalão. Até hoje, o Presidente da República não falou sobre o dinheiro que tomou no PT e que foi pago pelo Sr. Okamoto. O Sr. Okamoto está com os recibos e mostrou-os à imprensa. Até hoje, não se fez nada no Governo nem nesta Casa. Os protestos são pequenos em relação ao fato de a Telemar dar cinco milhões para a empresa do filho do Presidente. São fatos desabonadores, que vão surgindo a cada dia, a cada hora, e que exigem resposta do Poder Público, que sempre silencia quando tem que responder a coisas graves.

Ele não fala desse assunto. Ninguém trata desse assunto. Seria o caso, Sr. Presidente, de V. Ex^a, que não é o Presidente efetivo, mas que tem prestígio nesta Casa, falar com o Senador Renan Calheiros que pelo menos um Parlamentar tem vindo à tribuna várias vezes pedir explicações sobre esses fatos, que não são explicados porque são inexplicáveis.

Daí por que, mais uma vez, volto à tribuna e trago um artigo de **O Estado de S. Paulo** intitulado: “Correndo atrás do prejuízo.”

Pediria ao meu correligionário do PSDB que não perturbasse o meu discurso. Se V. Ex^{as} quiserem fazer um aparte, eu aceito. Mas ninguém quer apartear, porque ninguém quer atacar o Governo. Porém, eu quero cumprir com o meu dever. Se todos cumprissem com os seus deveres, assim como eu estou fazendo, o Governo não estaria na situação terrível em que se encontra.

Quero, meus senhores, pedir a transcrição desse artigo de **O Estado de S. Paulo** “Correndo atrás do prejuízo”. Hoje, o mesmo jornal publica:

Bloqueada pela China, pelos Estados Unidos e mesmo por países em desenvolvimento, como Paquistão, Egito, Argélia, México e Argentina, a reforma do Conselho de Segurança não entrará na pauta da 60^a Assembléia-Geral da ONU.

Vejam, pois, que, se a política externa era o fator de êxito, hoje, está provado que é mais um fator desastroso na incompetência desse Governo.

Pior do que tudo isso, são os casos de imoralidade ou de falta moral administrativa que surgem a todo instante e se multiplicam. O Governo não toma providências; nós, Poder desarmado, que só podemos falar e cujas CPIs, quando as fazemos, são sabotadas, não fazemos nada de concreto.

Daí por que, nas pesquisas, o Congresso está mal, e este Senado da República, que tem figuras

eminentes, ex-Governadores de Estado, Ministros, homens de bem deste País, está na obrigação de fazer uma guerra contra essas atitudes do Governo, de obrigar a moralização pública, de fazer com que todos os Ministros procedam com decência. Isso não está acontecendo. Se três ou quatro procedem dessa forma, 32 não fazem o mesmo.

Esperar uma providência do Presidente Lula? Quem ouviu suas entrevistas não pode esperar. Temos de procurar os meios legais para agir o mais rapida-

mente possível e para demonstrar que o Congresso Nacional existe em favor do Brasil.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO - TERÇA-FEIRA, 13/09/2005
NOTAS & INFORMAÇÕES

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Correndo atrás do prejuízo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou quase três anos pretendendo unir a América do Sul em torno de sua liderança política. Como os governos de alguns países vizinhos – inclusive os sócios do Mercosul – nem sempre concordaram com os projetos do governo petista e, portanto, não se deixaram liderar politicamente pelo presidente brasileiro, pretende ele, agora, fazer com o dinheiro do BNDES o que, em suas palavras, “Bolívar não fez com a espada”. Na Guatemala, o presidente Lula apresentou aos países do Sistema de Integração Centro-Americana o Programa de Incentivo aos Investimentos Brasileiros na América Central e Caribe (Pibac).

Trata-se de um mecanismo pelo qual as agências de fomento nacionais financiarão a produção de bens industriais e de serviços no exterior, usando as bases de produção no Caribe e na América Central como plataformas para atingir os mercados dos Estados Unidos e da Europa. Pressupõe, é claro, que empresários brasileiros estejam dispostos a fazer investimentos pesados – ainda que financiados – naquela parte do continente. E, também, que a tal linha de financiamento de fato exista. Afinal, o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está anunciando na Guatemala nada mais é que um projeto. A menos que possa ser utilizada para os propósitos alardeados pelo presidente a linha de financiamento para a internacionalização de empresas recentemente criada pelo BNDES, os empresários brasileiros que pretenderem se instalar no Ca-

ribe ficarão a ver navios.

Mas o que torna essa iniciativa da política externa petista digna de comentário não é o fato de ser mais uma promessa vazia de conteúdo real. É, ao contrário, o extremo realismo contido na confissão nela implícita – por descuido, com certeza, e possivelmente por ingenuidade, que até a isso já negaram os formuladores e executores da política externa – de que o governo brasileiro procura meios de corrigir graves erros que cometeu ao dar uma orientação ideológica às relações do País com o mundo.

Pois o Programa de Incenti-

DEPOIS DE OBJETAR A ACORDOS COM OS EUA, O GOVERNO DESCOBRE VANTAGENS NELES

vo aos Investimentos Brasileiros na América Central e Caribe foi criado, como informa o embaixador Mário Vilalva, chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, para aproveitar as “oportunidades e vantagens” que a região oferece desde que foi assinado o acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e os países centro-americanos e caribenhos. Esse acordo, que entrará em vigor em janeiro de 2006, isentará de tarifas 99,2% dos produtos da América Central e Caribe que forem exportados para o mercado norte-americano. E não é só. Como enfatiza o diplomata, também com a União Europeia aquela região tem acordo que facilita e estimula o comércio.

O governo brasileiro, portanto, corre para ver se apro-

veita “oportunidades e vantagens” que existem graças a um acordo de livre comércio assinado com Washington, oferecendo incentivos financeiros a empresas brasileiras que queiram se instalar na América Central e no Caribe, lá criando empregos. Ora, há pouco menos de três anos, quando assumiu o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entendia que um amplo acordo de livre comércio, justamente por incluir os EUA, era prejudicial aos interesses nacionais brasileiros e tratou de levar as negociações ao atual impasse. O “guia e mentor” do chanceler Celso Amorim temia que uma associação comercial com os EUA transformasse o Brasil numa colônia. Preferiu “mudar a geografia econômica do mundo”, fazendo “parcerias estratégicas” que, até agora, têm sido extremamente rentáveis... para a China, por exemplo.

Já os EUA, que há muito aprenderam que o comércio é um processo incremental e pragmático, passaram a negociar acordos de livre comércio com países do hemisfério – acordos que visavam objetivamente à expansão das trocas bilaterais e por isso puderam ser fechados sem grandes delongas.

Cuida agora o “guia e mentor” da diplomacia de obter por vias oblíquas – favorecendo o crescimento industrial e a criação de empregos em outros países, com dinheiro brasileiro – aquilo que teria sido possível fazer com maiores vantagens, não fosse a política externa um exercício de retórica retumbante, sob a qual se esconde não a nostalgia da submissão, mas um terrível complexo de inferioridade.

Na ONU, frustração à espera de Lula

Cúpula de 170 chefes de Estado adia principais decisões, incluindo a ampliação do Conselho de Segurança defendida pelo Brasil

DIPLOMACIA

Paulo Sotero
Vera Rosa

Enviados especiais
NOVA YORK

Desgastado pela crise e com a popularidade em baixa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará hoje e amanhã, na Organização das Nações Unidas (ONU), de um encontro mundial que promete ser mais fonte de frustração do que de agenda positiva. Motivo: idealizada para reafirmar as Metas do Milênio e desencadear uma profunda reforma das Nações Unidas, a cúpula que reunirá cerca de 170 chefes de Estado e de governo deixou para depois as principais decisões por absoluta falta de acordo.

Prioridade máxima da política externa de Lula e peça central da ambiciosa proposta de mudança apresentada em março pelo secretário-geral Kofi Annan, a ampliação do Conselho de Segurança sobreviveu no texto da esvaziada declaração política aprovada ontem apenas como um longínquo objetivo. O documento da Cúpula do Milênio menciona somente o apoio a uma reforma que seja feita o mais "cedo" possível. Não é só: o capítulo sobre desarmamento e não proliferação de armas também desapareceu da declaração final.

Bloqueada pela China, pelos

Estados Unidos e mesmo por países em desenvolvimento, como Paquistão, Egito, Argélia, México e Argentina, a reforma do Conselho de Segurança não entrará na pauta da 60.ª Assembleia-Geral da ONU, que se instala hoje. Na prática, permanecerá apenas como tema de uma difícil negociação, sem prazo para ser concluída.

O subsecretário de Assuntos Políticos do Itamaraty, embaixador Antonio Patriota, admitiu os problemas. "Não chega a ser algo que desejávamos, mas há o sentimento de que não se perdeu nada de essencial", amenizou. Na definição de Patriota, o Brasil e os seus parceiros do Grupo dos 4 (Alemanha, Índia e Japão), que trabalharam juntos pela ampliação do Conselho de Segurança, "optaram por manter uma linha de perfil baixo", para não criar conflitos.

TRIBUNAL

Resultado de um compromisso proposto na última hora pelo presidente da Assembleia-Geral da ONU, Jean Ping, do Gabão, para evitar o fracasso do encontro, o texto de 178 parágrafos e 35 páginas deixou de lado questões importantes, como o desarmamento e a não-proliferação de armas e o Tribunal Penal Internacional (TPI). Nos dois temas, revelaram-se insuperáveis as diferenças entre EUA, que se opõem ao TPI e

LULA EM NOVA YORK

- 9h - Abertura da reunião da Assembleia Geral da ONU
- 10h - Discurso na reunião sobre financiamento para o desenvolvimento
- 11h20 - Reunião de cúpula dos países membros do Conselho de Segurança da ONU
- 13h15 - Almoço com Kofi Annan, secretário-geral da ONU
- 14h40 - Apresentação da "Declaração de Nova York de 2005" sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza
- 16h - Reunião de presidentes
- 17h - Reunião com Kofi Annan
- 20h30 - Jantar oferecido pelo representante do Brasil na ONU

Obs.: Os compromissos estão no horário local, 1 hora a menos em relação a Brasília.

dão mais peso à não proliferação do que ao desarmamento, e a maioria dos demais países.

Em tópicos centrais para um encontro dedicado a reafirmar o compromisso das nações com o combate à pobreza - como a da ajuda oficial ao desenvolvimento -, o documento limita-se a repetir a linguagem de acordos e declarações políticas adotadas nas várias reuniões de cúpula temáticas realizadas pela ONU desde os anos 90, sem dar indicação sobre como os governos das nações ricas honrarão suas promessas. O texto faz, no entanto, uma referência à Ação

contra a Fome e a Pobreza, iniciativa do presidente Lula que ganhou respaldo da França, Chile, Espanha e outros países.

Não houve entendimento, tampouco, em relação à reforma da administração da ONU. Os países em desenvolvimento rejeitaram as propostas dos EUA, apoiadas pela Europa e outras nações avançadas, de dar maior poder ao secretário-geral, em prejuízo da assembleia, onde eles controlam a maioria dos votos. A declaração limita-se a pedir ao presidente da Assembleia que leve adiante a discussão.

'SATISFATÓRIO'

Mesmo assim, Patriota disse que o Brasil considera o texto satisfatório, "tendo em vista as dificuldades para se chegar a um acordo diante das controvérsias". Para ele, "o melhor dos mundos é sempre irreal".

Lula fará três discursos na ONU, mas não abrirá os deba-

tes do próximo sábado – tarefa que caberá ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O governo nega que a troca tenha relação com a crise. "O fato de o País passar por um momento difícil não atrapalha nem afeta a participação do presidente Lula na ONU, até porque são problemas internos", afirmou Patriota. "O Brasil já é visto como um país estável e democrático."

De qualquer forma, tudo indica que a passagem de Lula pela ONU, neste ano, chamará bem menos atenção do que em 2004. O presidente será o 16.º orador da Cúpula do Milênio – falará sobre mecanismos para financiar o desenvolvimento – e o 12.º na reunião do Conselho de Segurança com chefes de Estado. ●

Kirchner vai atacar proposta de

ampliar Conselho

DISPARO: O presidente Néstor Kirchner aproveitará hoje a tribuna da Assembleia-Geral da ONU para disparar uma saravada de críticas contra a proposta do Grupo dos 4 de aumentar o número de cadeiras permanentes no Conselho de Segurança (CS) do organismo. A oposição argentina à essa proposta não é novidade. Mas será a primeira vez que um presidente argentino utilizará a reunião da ONU para atacar a posição de seu principal sócio comercial, político e militar.

O documento base do discurso de Kirchner foi divulgado ontem pelo jornal *Ámbito Financiero*. Segundo o texto, "a Argentina manterá seu alerta diante de intenção de Estados aspirantes a membros permanentes de utilizar a cúpula de setembro para aprovar resolução ou texto da Declaração final que seja favorável a seus interesses e, portanto, contrário ao interesse nacional". ● Ariel Palacios

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as crises políticas são, até certo ponto, naturais nos regimes democráticos. Não são desejáveis, é claro, mas, naturais; fruto da livre circulação das informações e da liberdade de discussão na imprensa, no Judiciário, no Parlamento e no seio da sociedade.

O Brasil atravessa, neste momento – não há como negar –, uma crise profunda, mas, ao contrário do que acontecia durante o período do governo militar, não existem mecanismos de força e de violência a amordaçar as instâncias de controle social e institucional.

Se forte se mostra a crise, mais forte ainda têm-se demonstrado as nossas instituições, que fazem, neste momento, um trabalho exemplar de apuração das denúncias, sem poupar os poderosos, os influentes, enfim, sem poupar quem deva responder por atos e por omissões condenáveis.

E, no final, Sr. Presidente, é isto que importa para o País e para a democracia: não a ausência de crise, mas a capacidade das instituições nacionais de enfrentá-la e resolvê-la dentro do quadro de normalidade democrática.

Nesse sentido, como Líder do maior Partido da base de apoio ao Governo, o PMDB, e como Líder da Maioria, reafirmo o nosso compromisso com dois princípios que, a nosso ver, devem ser adotados como alavancas fundamentais na superação da crise.

O primeiro deles é a defesa intransigente do rigor e da transparência com que as Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas no âmbito do Congresso Nacional devem desenvolver seus trabalhos.

Entende a base de apoio ao Governo, como também entende o PMDB, que apurar os fatos, esclarecer se houve corrupção e ver encaminhadas ao Ministério Público e à Justiça as conclusões a que chegarem as Comissões, de forma serena e justa, são precondições para a afirmação dos princípios republicanos em nosso País; são elementos vitais para a recupe-

ração da imagem do Parlamento e do Executivo ante a opinião pública.

O segundo princípio, como não poderia deixar de ser, é o de compromisso com a governabilidade, ou seja, com a manutenção da capacidade de ação do Governo naquilo que é crítico, que é vital para o encaminhamento das soluções demandadas, neste momento, pelo Brasil e pelos brasileiros.

Não é cabível, Sr. Presidente, que a crise nos tire a capacidade de responder, a tempo e a hora, às questões das quais depende, em última instância, o desenvolvimento econômico do País e as iniciativas destinadas à promoção do nosso desenvolvimento social.

Por sua parte, o Governo deve aplicar-se no sentido de recuperar a iniciativa política e administrativa, com a ajuda, indispensável, das lideranças políticas nas duas Casas do Congresso.

A crise, senhoras e senhores, não pode atrapalhar o Brasil!

O povo sabe, Sr^{as} e Srs. Senadores; o povo sabe muito bem quando os preços param de subir, quando os empregos estão mais acessíveis, quando os programas sociais se materializam no seio de suas famílias, no seio das comunidades em que vive.

A prova cabal disso é que, a despeito do rugir de uma crise de grandes dimensões – e ela, de fato, apresenta dimensões consideráveis –, os fundamentos da economia estão sólidos e consistentes com o ciclo virtuoso de crescimento que se pretende.

O que é, então, Sr. Presidente, essa crise? Não é uma crise econômica, graças a Deus, como tantas que explicaram e justificaram, em épocas recentes, o déficit de crescimento que quase nos condenava ao estigma do subdesenvolvimento eterno.

A crise é, de fato, uma crise política, e não quero, com isso, diminuir suas dimensões, nem menosprezar seus efeitos.

Todo brasileiro minimamente sensato reconhece a delicadeza do momento. E os políticos não podem se furtar dessa contingência. Entretanto, reafirmo a necessidade imperiosa de, paralelamente às investigações, proceder-se à gestão ordinária da administração pública, respondendo à altura dos desafios que se impõem.

Não podemos, como as figuras aprisionadas na caverna de Platão, permanecer acorrentados no interior da crise, escravizados por um jogo de sombras. É preciso coragem para abandonar a caverna e desafiar a luz no fundo do túnel da crise política e reconhecer de público que ela, mesmo grave, não abalou, até agora, os pilares da economia e que as pessoas, como as

crises, são passageiras. O que permanece são as instituições, e estas têm respondido adequadamente.

Quero dizer apenas, com toda a clareza, que a principal demonstração de força de nossas instituições será tratar essa crise com todos os instrumentos que nos fornecem a Constituição e as leis, sem prejudicar, com isso, a agenda nacional de desenvolvimento, seja em seus aspectos econômicos, seja em seus aspectos sociais.

O PMDB encara tal postura como uma demonstração, clara e firme, dos seus compromissos com o povo brasileiro.

A base do Governo está, toda ela, muito consciente da gravidade do momento em que vivemos, da necessidade de dar à sociedade os esclarecimentos que forem necessários, de apontar os culpados que houver, de fazer cumprir à plenitude o papel que cabe ao Parlamento em nosso sistema político.

Penso, ainda, que entendem ambos, PMDB e Maioria, ser do mais legítimo interesse da Nação que o Governo possa governar, que as ações que desembaraçam os nós ainda colocados ante a perspectiva de desenvolvimento sejam desatados e que os temas que tocam diretamente o bem-estar dos brasileiros tenham espaço na agenda política nacional.

O País, decerto, não exige menos de sua classe política.

Nós, da Bancada do Governo, e eu, pessoalmente, estamos certos de que a crise, tratada por esses princípios, poderá representar, a despeito de tudo, uma oportunidade de amadurecimento do nosso sistema político.

Poderemos, a despeito de tudo, fazer mais fortes as nossas instituições e – por que não dizer? – fazer mais forte a própria democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por 20 minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os fatos, sem dúvida alguma, estão atropelando todo e qualquer planejamento que o Parlamentar faça para o exercício do seu mandato nos dias atuais. Fatos se sobrepõem a fatos.

Eu pretendia, nesta sessão, falar sobre pesquisas eleitorais. Não o farei mais.

A liminar concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Nelson Jobim, Presidente daquela Corte, força-me exatamente a tecer comentários por entendê-la, político e juridicamente, incorreta. Estamos diante de uma crise institucional, não apenas político-

social, pois presenciamos a interferência inadequada do Poder Judiciário nas ações do Poder Legislativo.

O art. 2º da Carta Magna assegura que os Poderes da União são independentes e harmônicos entre si, e não se pode admitir que o Supremo Tribunal Federal venha a interferir nas decisões **interna corporis** desta Casa do Congresso Nacional.

Seis Parlamentares do PT, acusados de corrupção – João Paulo Cunha, Josias Gomes da Silva, Luiz Carlos da Silva, Paulo Roberto Galvão da Rocha, José Mentor Guilherme de Mello Netto e João Magno de Moura –, impetraram mandado de segurança, com pedido liminar, para suspensão do procedimento encaminhado à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados até que a decisão do mandado de segurança, no mérito, seja prolatada. A alegação, Sr^{as} e Srs. Senadores: a falta da ampla defesa.

Um absurdo! Sobretudo porque, até o presente momento, o que existia, o que estava em tramitação, era o inquérito pela Comissão Parlamentar de Inquérito. O processo instaurado o foi exatamente nessa oportunidade, e o mais simples advogado, o mais simples estudante de Direito sabem que é o momento adequado para a ampla defesa.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, que presidiu inúmeros inquéritos policiais federais na função que exercia como delegado da Polícia Federal, hoje nobre Senador, V. Ex^a sabe muito bem que não há defesa na fase inquisitória, não há defesa na fase de investigação. Instaurado o processo, aí sim – e ele foi instaurado na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados –, os indiciados terão duas oportunidades de defesa: a defesa na Comissão de Ética e a defesa no plenário, inclusive a defesa em causa própria ou por meio da constituição de advogado para a sustentação oral.

Durante a tramitação do processo na Comissão de Ética, há a possibilidade da apresentação da defesa escrita, da apresentação de provas documentais e testemunhais. Não há, portanto, que se falar na tese de que foi ferido o direito à ampla defesa. Sr^{as} e Srs. Senadores, não houve sequer, ainda, o ato de cassação de mandato para se dizer: a defesa foi impedida, a defesa não foi feita. E a decisão do Ministro-Presidente, a quem estabeleço uma crítica neste instante, não condiz com a jurisprudência da Suprema Corte.

Aliás, em mandado de segurança por mim impetrado naquela Corte por ocasião de decisão do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desta Casa, na tramitação da PEC sobre a Previdência Social, o Ministro Cezar Peluso decidiu que se tratava de interpretação à norma regimental, portanto, **interna corporis**, e não competia a interferência do Judiciário no Poder Legislativo. Da lavra do

próprio Presidente, Ministro Nelson Jobim, a seguinte decisão, que passo a ler um trecho:

A orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a interpretação de normas regimentais é questão “interna corporis” e escapam ao controle do Judiciário.

Isso, fazendo referência ao Mandado de Segurança nº 20415, Pleno, do Relator Aldir Passarinho, de 19 de abril de 1985.

E cita outras decisões também do Pleno, como uma de 1984, cujo Relator era o Ministro Soares Muñoz, e uma decisão de 2003, do Ministro Velloso.

O Ministro-Presidente Nelson Jobim conclui, em matéria determinada à publicação, no dia 18 de agosto último, agora de 2005, em que S. Ex^a era Relator de uma reclamação procedente do Superior Tribunal de Justiça:

“Assim, concluo que a questão é “interna corporis” e que o Superior Tribunal de Justiça tem competência para suspender decisões judiciais que interferem no funcionamento do poder legislativo. Nego seguimento à reclamação.”

Há uma outra decisão do Ministro Cezar Peluso, em que S. Ex^a diz, em certo trecho:

Só dizer-se, aí, que, incidindo normas regimentais de caráter só ordinatório, o conflito envolve questões interna corporis, que, sob pena de fratura grave ao princípio da separação, só podem encontrar resposta mesmo do Poder Legislativo, a salvo de cognição jurisdicional (...)

Uma outra decisão, também do Ministro Nelson Jobim, com solicitação de informações em 6 de junho de 2005:

“A natureza interna corporis da deliberação congressual – interpretação de normas do Regimento Interno do Congresso – desautoriza a via utilizada. Cuida-se de tema imune à análise judiciária. Precedentes do STF.

Na sua decisão, chega a dizer em seu despacho o Ministro: “Ao que tudo indica não foram observadas as disposições regimentais relativas ao devido processo legal”.

Não se trata, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de questão constitucional. Não se trata sequer de Regimento, mas de um ato, o Ato nº 17, de 2003, que é da Mesa da Câmara dos Deputados. Nem se trata de resolução que fala sobre o Regimento Interno. Portanto, disciplinando procedimento para esses casos e que institui o procedimento contraditório.

Considero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma decisão gravíssima. A sociedade brasileira – e aí já não mais falo do ponto de vista jurídico, mas do ponto de vista político-social – não admite e não

aceita esse tipo de decisão. É uma decisão contraditória; é uma decisão que poderá levar o julgamento dos seis Parlamentares indiciados a uma futura decisão no mérito do mandado de segurança.

Lembrem-se que a questão recentemente decidida pelo Supremo Tribunal Federal, relativa à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, envolvendo os Vereadores suplentes deste País, passou aproximadamente um ano no Supremo Tribunal Federal – ação idêntica, mandado de segurança. Terminará o mandato dos Srs. Deputados impetrantes, se tivermos que analisar pelo foco da tramitação, da falta de agilidade nas ações no Supremo Tribunal Federal.

Entendo que a crise passa a ser institucional. O Poder Legislativo sofre uma interferência do Poder Judiciário. Esta Casa, a Mesa do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, precisam tomar providências urgentes para que a desmoralização da classe política não venha a ser ampliada. É preciso chamar o feito à ordem. É preciso que o Congresso Nacional, que o Parlamento, dê um basta a esse tipo de decisão. Nós não podemos ficar omissos, calados, diante do que consideramos um grave erro, um grave equívoco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje vinha fazer um outro pronunciamento, como disse no início, sobre pesquisas eleitorais e deparei-me com a decisão do Presidente Ministro do Tribunal Federal.

Ao trafegar na Esplanada dos Ministérios no carro oficial que utilizo, dirigindo-me a esta Casa, eis que ao meu lado um senhor de idade esbravejava ao ver o carro oficial do Senado sem identificar o Senador, dirigindo ao Parlamento e ao Senado adjetivos que são impubescíveis e, de forma até impensada, porque repentina, eu solicitei ao motorista que se aproximasse do carro e baixei o vidro e respondi que eu tinha dignidade e que ele procurasse separar o joio do trigo. Foi aí, então, que ele identificou e pediu perdão e desculpas, sobretudo ao dizer: “Senador, perdoe-me, eu lhe conheço, ouvi o seu pronunciamento no dia de ontem. Você é de Sergipe assim como o Deputado Federal João Fontes”. Eu agradei e segui em frente.

Se não tomarmos uma posição, Sr. Presidente, Senador e Deputado vão apanhar na rua. Senador e Deputado vão ser desmoralizados. Eu me orgulho do mandato de Senador que exerço! Eu me orgulho do político que sou! Eu não vou deixar de usar o carro preto. É o carro oficial que eu utilizo para o deslocamento oficial, para o exercício das minhas funções. Eu não deixarei em aeroporto ou em canto nenhum, embora já tivesse ouvido Parlamentar assim afirmar, deixar de usar o broche na lapela de Senador da República. Eu me respeito. Eu me dou ao respeito. Eu não admito esse tipo de agressão!

Sr. Presidente, não irei me esconder, não. Mas o tipo de decisão tomada na tarde de hoje pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim,

está levando a classe política ao desrespeito público. A exemplo das concessões de liminares para que corruptos confessos venham às Comissões Parlamentares de Inquérito – que têm procedimentos idênticos ao de juízes – com o direito de mentirem e de se calarem, de se omitirem. Isso é um absurdo! Sou Senador da República, porque tive a legitimidade do voto popular. Desejo preservar o meu mandato. Desejo preservar a honra desta instituição, que é o Senado da República. Se não fizesse, Sr. Presidente, o pronunciamento que faço na tarde de hoje, eu estaria desonrando a mim próprio, a classe política digna e este Parlamento.

Portanto, o que nós precisamos, aí sim, é tirar da vida pública os ladrões que estão a envergonhar todos nós. Essa é a medida que precisa ser tomada, é isso que defendo, é isso que eu faço.

Por essas razões, venho à tribuna do Senado Federal, mais uma vez, para dizer que esse não é o procedimento correto. O próprio Ministro refere-se a um ato que estabelece os procedimentos, que, possivelmente, não se equivalem nem à resolução, que é o Regimento Interno da Casa, quando a jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, ratificada por decisões da lavra do Ministro Nelson Jobim, diz de forma contrária.

Não podemos nos acovardar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de fatos dessa natureza. Alguém até pode dizer: ‘Senador, mas é uma decisão do Ministro, Presidente da mais alta Corte de Justiça do País, e V. Ex^a vai fazer um pronunciamento?’ Sim; sou Senador da República, a Constituição me garante o direito de expressão. A imunidade parlamentar que estabelece a Constituição não é um privilégio do Senador, não, é assegurada ao Parlamentar como um privilégio da sociedade, que não tem o direito e a oportunidade do “jus espèrniandi”, de contestar, de gritar, de reclamar. Daí a Constituição atribuir ao Parlamentar a imunidade, a inviolabilidade, pelas suas palavras, pelas suas decisões e pelos seus votos.

O que eu não posso admitir é a omissão, é a covardia diante de uma crise como esta em que estamos vendo desmoronar os valores éticos e morais...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – (...) da vida pública brasileira.

Quero dizer a V. Ex^{as} que saio desta tribuna feliz, tranqüilo, por entender que, assim fazendo, estou cumprindo a minha obrigação.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, venho a esta tribuna hoje para algo que há muito tempo me amargura: a falta de boa vontade do Governo para com a classe dos militares.

Há uma medida provisória que se arrasta por mais de quatro anos, da qual fui o relator. Está naquele arquivo morto das antigas medidas provisórias que, infelizmente, ninguém traz à votação no Congresso.

Na primeira semana de agosto, houve uma reunião do Presidente Lula com a equipe econômica do Governo, o Ministro da Defesa – Ministro José Alencar e que é o Vice-Presidente da República – e os Comandantes Militares. Ficou acertado que o reajuste não cumprido de 23%, prometido pelo Presidente para março deste ano, seria dividido em duas parcelas: a primeira, de 13%, a ser concedida a partir de 1º de outubro – portanto, daqui a dez dias – e a segunda, a vigorar a partir de 1º de agosto do ano que vem. Quer dizer, o compromisso do Presidente foi dividido em prestações.

Até o presente momento, nada foi apresentado como proposição do Governo ao Congresso Nacional para concretizar o prometido. Ou seja, o Governo não está cumprindo o acordo. Não há tempo hábil para que, no dia 1º de outubro, eles recebam esses 13% de aumento, porque é preciso fazer a folha de pagamento, e há uma série de fatores que, administrativamente, demandam algum tempo.

Parece que, mais uma vez, o Governo está realmente protelando suas promessas, frustrando novamente a família militar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, até onde vai a paciência disciplinada? E, aqui, faço uma homenagem aos militares, porque suportam os desgastes, os descasos, sem manifestar uma reação que possa trazer intranquilidade à sociedade. Eles se mantêm disciplinados, recebendo e cumprindo ordens, prestando serviço à Nação, conforme juraram na formação da sua academia militar.

Precisamos, Sr. Presidente – e é dever dos Parlamentares –, cobrar uma postura mais ativa e objetiva por parte do Governo Federal, não só em relação a esse assunto específico do reajuste dos militares como em muitos outros que conhecemos bem.

Eu abriria aqui um parêntese para dizer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias retirou praticamente 30% do salário dos militares, de forma que a verba mal vai dar para o custeio. Não haverá comida depois de agosto para os praças que forem servir às Forças Armadas.

Hoje, ouvi, da própria Polícia Federal, a respeito do corte de uma percentagem sobre o Orçamento da Polícia Federal, sendo que dia-a-dia aumentam as

suas competências e a exigência no cumprimento da lei, da ordem e da manutenção da segurança pública. Só se pensa em desarmar. Não há política objetiva de segurança para que o cidadão sinta confiança no Estado de que vai ser protegido, porque os órgãos que podem fazer isso estão sendo desprezados no seu Orçamento.

V. Ex^a, como um grande engenheiro, sabe melhor do que eu sobre o que estou falando. Trata-se de cálculo. Não dá para enganar ninguém. São números. V. Ex^a sabe que matemática é uma ciência exata, não dá para enganar por meio de contas que não trazem a realidade.

Sabemos, Sr. Presidente, que, hoje, há quartéis que não têm dinheiro para manter o soldado aquartelado no fim de semana, Senador Teotônio Vilela. A caserna é algo sagrado, porque os soldados têm de conviver praticamente todo o tempo do serviço militar dentro do quartel, para entenderem o que é a atividade militar, a disciplina, a ordem unida e tudo aquilo que faz parte da formação profissional do bom soldado.

Quando o Exército não pode manter pelo menos a alimentação dos soldados, eles são dispensados para ir para casa, e a maioria deles, Senador – soldados da sua terra, da minha e de todos os Estados –, às vezes vai servir o Exército para ter uma profissão e para ter o que comer. Há muito tempo se pedia para não servir às Forças Armadas. Hoje, há gente implorando para conseguir uma vaga em qualquer uma das três Forças. E não podemos negar que isso vem rapidamente ao interesse do Governo.

Estamos sentindo a angústia e vendo as lágrimas das esposas dos militares, que andam como as mães da Praça de Maio, a se lastimar e a chorar pela falta de atenção do Governo em pelo menos minimizar o sofrimento e a angústia por que estão passando, pela falta, eu diria, de inteligência do Governo, que deveria respeitar as Forças Armadas e cumprir com aquilo que foi acordado. Eles não estão reclamando de nada, mas apenas pedindo o que foi acordado. O Presidente é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Isso está lá, na Constituição! O chefe não pode ser desrespeitado, mas não pode desrespeitar o subordinado, porque, senão, ele passa a não confiar mais no chefe.

Senhor Presidente, pelo amor de Deus! Cumpra a palavra empenhada, o que é importante nesta hora de sufoco por que passa a Nação.

Não falo em crise política, não aceito muito essa expressão. Creio que se trata de crise de ética, de moral e de vergonha. A crise política não existe. Tudo está funcionando, estamos votando. Desrespeito à sociedade não é crise política, mas uma crise de dignidade e de respeito ao cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula inaugura, nesta sexta-feira, o novo aeroporto internacional de Maceió, com um programa feito sob medida para as circunstâncias. O aerolula, como já está sendo chamado o avião presidencial, vem direto da viagem à Guatemala e a Nova Iorque e pousa em Maceió, limitando o Presidente à única área física do Estado onde ele pode ficar sem o constrangimento de ver obras que seu Governo paralisou por insensibilidade ou incompetência mesmo.

O aeroporto de Maceió é uma solitária exceção. Iniciado no governo passado, que liberou, para a obra, emendas de bancadas que o Senador Renan Calheiros e eu patrocinamos, o aeroporto foi construído quase integralmente com recursos da Infraero. Registre-se, Sr. Presidente, por questão de justiça, que a Infraero, sob a Presidência do ex-Senador Carlos Wilson, é uma grata exceção e uma ilha quase solitária de competência e ação neste Governo: é ágil, funciona, está presente no Brasil inteiro com um exemplar trabalho de modernização e de racionalização dos nossos aeroportos.

Eu mesmo já estive 22 vezes em audiências na Infraero para tratar das obras do aeroporto de Maceió, que vai ser inaugurado, mas ainda está inconcluso. Mas a obra é fundamental para Alagoas e para o nosso turismo, sobretudo para o fluxo internacional que, a partir de então, pode não apenas acentuar-se, mas consolidar de vez o Estado de Alagoas como roteiro para o mundo.

O Presidente Lula escala em Maceió e vai embora, deixando para trás dezenas de obras inacabadas e a mais perversa relação já estabelecida com o Estado de Alagoas. Praticamente não há transferências voluntárias, não há liberação de convênios, não há liberação de emendas.

Que saudades do Governo Fernando Henrique Cardoso, que investiu em Alagoas mais de R\$1 bilhão, o maior aporte de recursos que o Estado já experimentou em toda a sua história. Faz apenas mil dias que este Governo assumiu, mas parece que se já vai um século... A saudade superdimensiona o próprio tempo.

Estão paralisadas, nas Alagoas, as obras de saneamento das Lagoas de Mundaú e Manguaba, que banham Maceió, mas sobretudo alimentam talvez as mais ricas de todas as águas estuarinas do Brasil. Parou o ambicioso projeto de engenharia sanitária, que recuperava a vida em nossas lagoas a partir do esgotamento sanitário de 20 Municípios ribeirinhos do Paraíba e do Mundaú. As obras iniciadas no Governo Fernando Henrique pararam por completo, e a cidade de Marechal Deodoro, que o Presidente nem teve a coragem de visitar no ano passado, está hoje mais pobre, sem saneamento e com menos qualidade de vida.

Sr. Presidente, pararam as obras de revitalização do rio São Francisco. Em todo o baixo São Francisco, que é o trecho do rio que margeia Alagoas e Sergi-

pe, os Municípios da bacia estão sem esgotamento sanitário – e os trabalhos foram iniciados também no Governo Fernando Henrique –, comprometendo o rio e o desenvolvimento econômico e social da sua população. Pararam os projetos de piscicultura e rizicultura baseados em Penedo, a histórica cidade do baixo-vale, imponente em seu casario e suas igrejas coloniais.

Pararam também as obras do Canal do Sertão, que o Governo Fernando Henrique retomou no semi-árido de Alagoas. Previsto para três etapas, o canal um dia levaria água do rio São Francisco, renda e desenvolvimento para 27 Municípios alagoanos da mais pobre de todas as nossas regiões. Com essa obra, Sr. Presidente, iríamos garantir a mais de 700 mil alagoanos do semi-árido água tratada para o consumo humano, irrigação em milhares de hectares às margens do canal, produção de alimentos para o consumo regional e para a exportação, viabilização da pecuária e aumento da oferta de alimentos por meio da introdução da piscicultura. Falando do Canal do Sertão, em pleno Governo Lula, tenho de usar o condicional: “levaria”, “iríamos”, “viabilizaria”. Felizmente, Sr. Presidente, faltam apenas 15 meses e alguns dias para acabar esse desastre administrativo, político e ético que a todos choca e envergonha. O Brasil vai mudar de Governo. O Canal do Sertão vai sair.

Tão importante é essa obra para Alagoas e para o Nordeste, que o Governo Fernando Henrique a considerou estratégica para o Brasil! O Governo Lula a contabiliza apenas como obra parada e, depois de três anos sem lhe enviar absolutamente nenhum recurso, anunciou, nesta semana, provavelmente para acobertar a ida do Presidente, que liberaria R\$4 milhões – essa obra está dimensionada em R\$500 milhões.

Estão paralisadas também as obras das adutoras do Agreste, do Sertão, do Alto Sertão e a de Pratagi, que reforçaria o abastecimento de Maceió, precário, deficiente, criando problemas em toda a periferia.

O Governo Lula paralisou, da mesma forma, o maior programa de engenharia sanitária do Estado de Alagoas, que beneficiaria os 99 Municípios do Estado com melhorias sanitárias domiciliares, ligações de água e esgotamento sanitário.

Parou tudo. Do litoral ao sertão, do agreste à mata, de Pajuçara às barrancas do São Francisco, de Piaçabuçu a Porto Real do Colégio, não sobrou um canteiro de obras sequer. E as obras do Prodetur, que estavam levando infra-estrutura e perspectivas de consolidação do turismo para todos os Municípios do litoral norte e sul? Paradas também. E os 20 mil operários da construção civil que tocavam obras com recursos federais no Estado? De braços cruzados, sem nada fazer.

E o sertão de Alagoas, que fica bem pertinho da Caetés natal de Sua Excelência? O sertão lembrará sempre que o Governo Lula foi o mais insensível que a República conheceu nos últimos 50 anos, pelo menos, durante uma seca nordestina. Jamais, em tempo algum, os sertanejos de Alagoas sofreram tanto como

na seca de 2003, no Governo do Presidente-retirante. Até água faltou. Comida, mais ainda. Trabalho, nem se fala. A seca passou, vieram as enchentes de janeiro do ano passado, as maiores chuvas em 90 anos; outra seca castigou os alagoanos no segundo semestre do ano passado, novas enchentes arrasaram casas, cidades e infra-estrutura neste ano, e o socorro do Governo continua em Brasília, para a primeira seca – uma coisa nunca vista em lugar algum –, quem sabe em mensações, mensalinhos, recursos não contabilizados de campanha e outros neologismos da terminologia petista que envergonham o Brasil. Duas secas, alternadas com duas enchentes, mas nada, nada, nada. Os Municípios tiveram de se haver com sua própria indigência. O Governo do Estado teve de se virar com suas próprias carências.

Pararam todas as obras em Alagoas.

Mais que o orçamento, na verdade contingenciaram nossos sonhos de futuro. Mais do que perspectivas, contingenciaram a própria vida. Quem desconhece, afinal, que foram programas como esse de engenharia sanitária que mudaram o perfil da saúde pública do Estado? Quem desconhece que o aumento da oferta de água tratada acabou com muitas mortes resultantes das chamadas doenças hídricas? Caíram todos os índices de mortalidade infantil quando o Presidente Fernando Henrique iniciou esse processo de engenharia sanitária, interrompido no Governo Lula. Na época, aumentou o emprego, aumentou a renda; até a arrecadação do Estado e dos Municípios beneficiados por tais obras aumentou em cerca de 15%. Foi uma das maiores, mais abrangentes e mais benéficas intervenções do Governo Federal de toda a história de Alagoas, mas tudo isso, Sr. Presidente, também está sendo perdido. Tudo está contingenciado.

É pena que o Presidente da República não tenha tempo para essas questões. Ele anda atarefado demais com suas deslumbrantes viagens internacionais e com a diplomacia do lero-lero, para usar a terminologia feliz do jornalista Élio Gaspari. Essa diplomacia da enrolação e do puro ilusionismo trata como vitórias o que, na verdade, são reverses sucessivos de uma política externa que não consegue sequer responder às retaliações cada vez mais estapafúrdias dos vizinhos e sócios do Mercosul. Perdemos tudo, dos sonhos do assento no Conselho de Segurança da ONU aos cargos menores em organismos multilaterais. Os jornais, a propósito, registram hoje que o Presidente argentino vetou por completo a importação de calçados brasileiros. Mais uma vez, o Brasil apenas calará. O Itamaraty do Barão do Rio Branco merecia melhor sorte. E o Brasil de 180 milhões merecia melhor defesa.

É pena que o Presidente não consiga enxergar o País que deveria governar. E trate os Estados com um rigor impiedoso, que não tem com os nossos devedores de além-mar. Enquanto o Brasil perdoa os créditos brasileiros de muitos países, nega a Estados como Alagoas qualquer chance de renegociação de

uma dívida que já consome praticamente um quarto de nossas receitas. Enquanto o Brasil acerta investimentos do BNDES em outros países, nega a Estados como o nosso qualquer projeto estruturante de sua economia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dos maus-tratos, da omissão e da indiferença, seja bem-vindo, Presidente Lula! Mesmo que seja apenas durante um brevíssimo intervalo entre uma viagem e outra, seja bem-vindo às Alagoas, Presidente! E boa viagem!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Reginaldo Duarte, João Batista Motta, Alvaro Dias, Luiz Soares, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, manifestei neste Plenário a preocupação que não é só minha, mas de todos os amazonenses e de todos os brasileiros, diante de notícias da ocorrência de mais de 40 mil casos de malária nas cercanias de Manaus.

A elevada incidência constatada supõe a existência de um verdadeiro e preocupante surto de Malária no Estado. Sem exagerar e, como dizem as informações, trata-se de verdadeira epidemia.

Essa incidência pede, ademais e principalmente, um alerta das autoridades federais e estaduais para o combate ao mosquito da Malária.

No entanto, Sr. Presidente, recebi esta manhã denúncia do Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Amazonas, informando que a Susam deverá demitir 20 por cento dos agentes de endemias, contratados por meio de convênio com o Ministério da Saúde.

Essas demissões devem ocorrer, segundo a informação do Sindicato, nos distritos da Susam em Zumbi, Alvorada, Cidade Nova e Cachoeirinha.

A notícia chega a ser inacreditável. No mínimo, revela total insensibilidade do Poder Público. Não é possível que prevaleça essa intenção. Afinal, está em jogo a saúde da população de meu Estado.

Por isso, protesto com veemência diante dessa ameaça, que, além de inconcebível, vai além, muito além. Equivale a um crime contra a população, assim entregue ao descaso público.

Espero que isso não se confirme.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Josias de Souza

intitulado "Dirceu, o leão, o cachorro e o assalto aos céus", publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 de agosto do corrente.

Segundo o autor, o ex-Ministro José Dirceu tem o perfil de quem o observa: "quem observa Dirceu pelo perfil esquerdo enxerga um inocente culpado. Quem o espreita pelo ângulo direito vê um culpado inocente. Quem o examina de frente, avista o semblante de um chefe escondido atrás da crise. Daquele Dirceu habituado a clandestinidades mais honrosas esperava-se outro tipo de atitude. Deste Dirceu protegido pelo manto diáfano da empulhação não se espera senão

o epílogo de Silvério de Delúbios que desonra a sua biografia".

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

04/09/05

BRASIL

NO PLANALTO

Dirceu, o leão, o cachorro e o assalto aos céus

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

CADA CRISE tem uma fatalidade própria. A excentricidade da crise atual é a corrupção acéfala, a máfia sem capo. Onde estão os chefes? Eis a pergunta que os brasileiros começam a se fazer uns aos outros, sem obter resposta. O pseudopresidente Lula, como se sabe, reivindica o papel de cego utoleimado. E José Dirceu está como o animal de uma célebre anedota da década de 60.

É a piada do português que se tornou o principal credor de um circo. O circo faliu. Com o português em seu encalço, o dono ficou sem alternativa: "Não tenho dinheiro, mas pode levar o leão". Decidiu a passar o bicho nos cobres, o fuso enxergou na juba do animal um traço do desleixo dos tratadores. Antes de vendê-lo, achou que deveria melhorar-lhe a aparência. Passou a máquina zero na cabeleira do leão que, sem juba, virou um cachorro amarelo.

No esforço que empreende para provar-se coadjuvante de um enredo de perversões, José Dirceu como que aplaina a própria juba. Lançando mão dos melhores estratagemas para atingir os piores subterfúgios, o ex-chefe da Casa Civil nega um passado do qual costumava jactar-se. De atração principal do circo, converte-se num insignificante cachorro amarelo. No tempo em que Brasília ainda tentava fazer sentido, os valores pareciam mais nítidos. Deus era Deus, o diabo era diabo, o PT era PT, o Delúbio era pautado, o Lula era presidente e o Dirceu era primeiro-ministro. Hoje, a nitidez perdeu a função. Nada é o que parece. Dirceu, por exemplo, virou o antilíder, uma espécie de sub-Delúbio.

O novo Dirceu, trêmulo de humildade, guarda uma abissal des-

semelhança com o Dirceu eternizado nas páginas de um livro de cunho autobiográfico. Chama-se "Abaixo a Ditadura" (Ed. Garamond, 1998). Foi escrito, em parceria com Vladimir Palmeira, por um Dirceu que Nelson Rodrigues chamaria de legítimo, de escocês.

O Dirceu do livro vendia-se como um protagonista nato, um líder desde a primeira mamada. Nasceu em 16 de março de 46 jul com o ego empinado. Colecionou façanhas que bem poderiam tê-lo guindado à condição de estátua. Nada a ver com o Dirceu atual, que, pardal de si mesmo, suja com desenvoltura dialética a própria testa de bronze. É como se o líder vivo, autoconvertido em pobreza, desejasse provar que morreu. Pior: é como se quisesse demonstrar que nunca existiu. Esse novo Dirceu não faz jus nem à memória do menino de alma turbulenta de Passa Quatro (MG). No tempo em que seu horizonte humano não passava de meia dúzia de casas vizinhas, Dirceu percorria, descalço, as ruas da infância profunda à procura de encenação.

Integrava uma "pequena gangue de garotos". Divertia-se amarrando barbante em rabo de cachorro e assaltando frutas em quintais alheios. A "gangue", conta o Dirceu do livro, se comunicava por meio de um assobio que se tornou "o terror da cidade". Dirceu era, entre todos os garotos, "o pior". "Quando se falava de um menino insuportável, desses que ninguém agüenta na escola, diziam: 'Esse aí parece o Zé Dirceu'. Quando sai da cidade, as professoras e as mães soltaram fogos, se alegraram: 'Estamos livres do Zé Dirceu.'"

Despachado por Lula do Ministério da Educação parou por or-

dem no mafud petista, Tarso Genro sonhou para si um futuro de professorinha de Passa Quatro. Tramou a exclusão de Dirceu da chapa que disputa a direção do "novo" PT. Logo se deu conta de que não se livraria facilmente de Dirceu. A soberba do leão ainda se remexe nas entranhas do cachorro amarelo.

Muitos espíritos ingênuos imaginaram que o Dirceu pulguento seria solidário à renovação que condiciona o futuro do ex-PT e do governo. A humildade falsificada, porém, tem solidariedades mais urgentes. Se Dirceu acreditasse em Deus e fosse intimado pelo To do Poderoso a optar entre a salvação do PT e do governo e a preservação do seu mandato proclamaria sem hesitar: "Morra o PT. Apodreça o governo".

É na refrega subterrânea do poder que o leão genuíno desafia o cachorro simulado. Ali, o Dirceu pré-UNE ressurgiu nas cinzas do líder estudantil que já se insinuava na ação do fundador da "Turma da Canalha", um grupo de estudantes que, dedicado à subversão das regras de uma conservadora PUC de São Paulo, ateava paixões instantâneas nos corações femininos.

Ouçã-se o longínquo Dirceu do livro: "(...) Derrubamos essa história de precisarmos nos levantar quando o professor entrava na sala (...).

Nessa época eu havia deixado o cabelo crescer e, como ninguém usava cabelo comprido, acabei virando um personagem. Foi um escândalo".

Dirceu agora é mais testa do que fios de cabelo. Enredou-se em escândalos menos pueris. Seu olhar

já não vaza luz. As meninas já não lambem a sua cútis com os olhos. Seus ombros não carregam mais o futuro do mundo. Esforça-se para tirar das costas o peso do arcaísmo que conspurcou os ideais de um passado remoto.

Escute-se de novo o Dirceu das páginas de "A Luta Contra a Ditadura": "É difícil reproduzir o que foi o espírito de 68, mas posso dizer que havia uma poderosa força simbólica impulsionando a juventude (...). O mundo parecia estar explodindo. Na política, no comportamento, nas artes, na maneira de viver e de encarar a vida, tudo precisava ser virado pelo avesso. Para nós, o movimento estudantil era um verdadeiro assalto aos céus".

É pena que, ao despencar dos céus do Planalto, Dirceu tenha agora de sustentar a tese de que não viu o assalto que virou o sonho pelo avesso. O convívio com a luta armada não desenvolveu em Dirceu a dimensão da morte. Daí o fracasso da tentativa de mostrar-se como figurante em meio ao caos.

Quem observa Dirceu pelo perfil esquerdo enxerga um inocente culpado. Quem o espreita pelo o ângulo direito vê um culpado inocente. Quem o examina de frente, avista o semblante de um chefe escondido atrás da crise. Daquele Dirceu habituado a clandestinidades mais honrosas esperava-se outro tipo de atitude. Deste Dirceu protegido pelo manto diáfano da empulhação não se espera senão o epílogo de Silvério de Delúbios que desonra a sua biografia.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “PF indiciará Delúbio, Duda, Genoino e Marcos Valério”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 1º de setembro de 2005.

A matéria informa que a Polícia Federal decidiu indiciar o ex-presidente do PT, José Genoino, o ex-tesoureiro petista, Delúbio Soares, o empresário Marcos Valério e o publicitário Duda Mendonça, responsável

por campanhas políticas petistas em 2002. Entre as acusações estão as de crime contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/HORA DAS PROVAS

Eles deverão ser acusados por crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro

PF indiciará Delúbio, Duda, Genoino e Marcos Valério

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Polícia Federal decidiu indiciar o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza e o publicitário Duda Mendonça por práticas criminosas relacionadas ao “mensalão”.

Entre as acusações que provavelmente serão imputadas aos quatro, pelos indícios reunidos até o momento na investigação, estão crime contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro.

Conforme a legislação, as penas para tais crimes podem chegar a 10 anos de prisão, além de multa.

Os indícios mais contundentes para sustentar o indiciamento, conforme os investigadores, são pagamentos feitos a Duda Mendonça no sistema financeiro norte-americano, à revelia da Receita Federal, por meio de uma rede conhecida e acionada pelo empresário Marcos Valério, com as supos-

tas ordens de Delúbio e a conivência de José Genoino.

Em depoimento à CPI dos Correios Duda afirmou ter recebido em uma conta da empresa Dusseldorf, nos Estados Unidos, pelo menos R\$ 10,5 milhões referentes a serviços que prestou em campanhas políticas petistas em 2002.

A Dusseldorf é uma offshore —empresa cujos nomes dos sócios não são revelados— que o publicitário disse ter aberto nas Bahamas (um paraíso fiscal) por orientação de Valério para receber o dinheiro do PT. O empresário mineiro, por sua vez, nega que tenha orientado Duda a abrir a empresa.

Os valores depositados na conta da Dusseldorf em uma agência do BankBoston nos EUA têm origem em pelo menos oito contas, conforme documentos que Duda entregou à CPI dos Correios.

Autoridades de inteligência financeira das Bahamas estão em contato com o Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras), em uma via de duas mãos: so-

licitando e fornecendo informações relacionadas à Dusseldorf.

Formalização

A formalização dos indiciamentos de Genoino, Delúbio, Valério e Duda deve acontecer tão logo o inquérito que investiga o suposto esquema do “mensalão” seja devolvido à PF.

Os documentos que compõem a investigação estão com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa, relator do caso.

Caberá ao ministro decidir sobre os pedidos feitos pelo Ministério Público Federal e pela PF para dar continuidade à apuração, o que inclui a quebra de sigilo, no sistema financeiro norte-americano, das contas que alimentaram a Dusseldorf e também de contas bancárias de Duda e de sua sócia Zilmar Silveira nos EUA.

Ao se formalizarem as acusações sobre os quatro personagens da crise do “mensalão”, subirá para sete a lista de indiciados no curso da investigação.

Os dois primeiros indiciados, também por crime financeiro e lavagem de dinheiro, foram Rodrigo Fernandes e José Luiz Alves, no dia 4 de agosto. Fernandes foi tesoureiro da campanha do petista Fernando Pimentel à Prefeitura de Belo Horizonte (MG). Alves é assessor do ex-ministro dos Transportes e hoje prefeito de Uberaba (MG) Anderson Adauto.

O terceiro indiciado é José Carlos Batista, sócio da empresa Guaranhuns, utilizada por Marcos Valério para repassar dinheiro a aliados do PT, segundo a orientação de Delúbio Soares.

Existe a intenção de acrescentar a acusação de sonegação fiscal ao rol de acusações imputadas a Genoino, Delúbio, Valério e Duda.

Mas tal disposição pode enfrentar dificuldades jurídicas, pois, no entendimento do STF, a caracterização da sonegação deve ser necessariamente precedida de um procedimento administrativo, conduzido pela Receita, antes de se tornar uma questão judicial.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Basta de escândalos”, de autoria do ex-ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, publicado pelo jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de agosto do corrente.

O artigo trata da indignação com os escândalos em sucessão que atingem o Partido dos Trabalhadores e o governo do presidente Lula. Para o autor, “é a nação inteira que se enoja a cada revelação de propina, como regra, e extorsão negociada, a fraude de licitações, os dólares na cueca, reais do mensalão nas maletas, as contas clandestinas nos paraísos fiscais

de onde retornam milhões ilegalmente, os brindes ‘generosos’ do tipo *Land Rover* e figuras como Delúbio e Marcos Valério, aquele petista de carteirinha e este um lobista passando por publicista que mais ganhava quanto mais dava em troca, tudo num governo ‘que não rouba nem deixa roubar’”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Basta de escândalos

JARBAS PASSARINHO
Foi ministro de Estado, governador e senador

No Exército, a que serviu por vocação por 29 anos — e do que muito me honro — costumava-se dizer a alguém que não convencia ao defender-se de uma falta pessoal: “Explica, mas não justifica”. A fala do presidente Lula, dirigida à platéia cativa de seus ministros e indiretamente ao povo, não me convenceu. Afinal, tínhamos um parlamentarismo de fato? O presidente da República era o chefe de Estado, papel comum aos presidentes no sistema de governo parlamentarista, e o seu ministro predileto, o “Querido Zé”, o chefe de Governo? Sofreu metamorfose o líder de véses autocrático do “centralismo democrático”, à Lenin, transformado num presidente pró-forma, comparável vulgarmente à rainha de Inglaterra? E mais: que a Casa Civil, centro de todas as decisões do governo, delas não desse o ministro ao presidente a menor ciência? Mas repetidas vezes não disse Dirceu: “Tudo o que eu fazia era de conhecimento do Lula”? Ao terminar de ouvi-lo, repeti o que aprendei no quartel: explica, mas não justifica.

Tarso Genro, interino na presidência do PT, pretende refundar o partido, visando a reabilitá-lo. O óbice é precisamente Dirceu, que já rejeitou duas propostas moralizadoras de Tarso. Em entrevista ao *Estado*, Tarso disse que Dirceu devia considerar sua exclusão da chapa como gesto político de quem reconhece que a antiga maioria se esgotou e é preciso novo núcleo dirigente. O apelo foi rejeitado, o que sugere a intenção de Dirceu de concorrer à Executiva Nacional, obter maioria e inviabilizar o objetivo de Tarso, de refundar o PT, mudando seu programa. Voltaria a

Atribui-se erroneamente a Marx ter dito que os meios justificam os fins. Mais perto estaria Maquiavel, para quem a política (a arte de adaptar os meios aos fins), uma “necessidade intrínseca à natureza humana”, não pode ser julgada em comparação com a moral (um âmbito de fins). Como a política não é o reino dos bons sentimentos, nela valeriam todos os meios fraudulentos praticados para manter o PT no poder por muitas décadas. Só que Lula não foi eleito apenas pelos votos petistas, pois ganhou a adesão de milhões de não-petistas que acreditaram na bandeira da ética e na mudança do comportamento oportunista e habitual de políticos inescrupulosos. A isso apelidavam de pragmatismo, nome que quer dizer, no contexto dos ensinamentos de John Dewey, que popularizou o conceito filosófico de pragmatismo.

As eleições de setembro nos dirão se o PT quer ou não refundar-se. Se Tarso vencer, ainda assim a história sugere ser improvável a pronta reabilitação de um partido que, em curto tempo no poder, destruiu sua pretensa imagem ética e comprometeu-se profundamente com a corrupção. Agrava-o o peso dos crimes reconhecidos pelos petistas decentes. Se não vencer, pobres dos petistas indignados e movidos por ideal. Em desabafo melancólico, Fábio Konder Comparato exclamou: “O PT enganou todo mundo”. Revoltado, César Benjamin, petista histórico, disse que “sob a liderança de Lula se formou a pior geração de militantes da esquerda brasileira de toda a sua história: pragmática, oportunista, individualista, carreirista.

Basta de escândalos em sucessão escabrosa. O PT, hoje, é não só aquele “partido da boquinha”, assim chamado por Garotinho, porque tinha fome de cargos no governo dele, que fora aliado. A crítica pode ter tido influência no mau desempenho do PT, em 2004, no Rio de Janeiro. Agora, é a nação inteira que se enoja a cada revelação de propina, como regra, a extorsão negociada, a fraude de licitações, os dólares na cueca,

clandestinas nos paraísos fiscais de onde retornem milhões ilegalmente, os brindes “generosos” do tipo *Land Rover* e figuras como Delúbio e Marcos Valério, aquele petista de carteirinha e este um lobista passando por publicista que mais ganhava quanto mais dava em troca, tudo num governo “que não rouba e não deixa roubar”.

No teatro dramático, gregos antigos constituíam a parte final, quando as perspectivas se adensam e os fatos constituem a catástrofe. Ao que parece, a tragédia petista já chegou à catástrofe e como se ainda não fosse para finalizar o drama, eis que um novo personagem aparece, na figura do advogado Rogério Brito. Inicialmente, diretor do Departamento Federal de Polícia, em 1999, Palocci. Eleito prefeito de Ribeirão Preto, Palocci dele fez secretário.

Bratti tem um currículo peculiar e curioso, desde lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e cobrança de propina de empreiteiros, pelo que foi exonerado do cargo que exercia na prefeitura. Depoendo no Ministério Público, denunciou, para beneficiar-se da delação premiada, entre outras pessoas o ministro Palocci, como cliente do mensalão já quando prefeito de Ribeirão Preto. Asseriu como refugio do ocultismo, também não desqualifico testemunhas, por mais repugnantes que sejam. Ainda que não tragam provas, trazem pistas a serem examinadas. :

O ministro se defendeu veementemente, exemplo único no PT, de enfrentar de pronto as perguntas da imprensa vulgarmente. Cabe aguardar o resultado final. Não faço julgamento precipitado. Dou, por exemplo, o benefício da dúvida a José Genro, de quem não vi, até agora, qualquer indício de comprometimento com o ledacal que afunda o PT. Quando dirigi a CPI do Orçamento (a dos anões) levou-me um filho, pré-adolescente, para que o menino me conhecesse e apertasse a mão do adversário político que dizia admirar. Guardo o gesto e confio que seu filho não tenha de

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “As mãos limpas do trabalho sujo”, de autoria do jornalista Nelson Motta, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 26 de agosto do corrente ano.

Como bem diz o autor: “sintomaticamente, a coleta de lixo é prato forte da corrupção em diversas prefeituras petistas. A imagem é eloqüente, o lixo do

povo bancando o luxo de políticos, funcionários e empresários de esquerda”.

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NELSON MOTTA

As mãos limpas do trabalho sujo

RIO DE JANEIRO - *Os últimos acontecimentos ultrapassam e humilham qualquer ficcionista. Sintomaticamente, a coleta de lixo é o prato forte da corrupção em diversas prefeituras petistas. A imagem é eloqüente: o lixo do povo bancando o luxo de políticos, funcionários e empresários “de esquerda” (rs).*

Empresas que usam seu capital (ou empréstimos de bancos públicos a juros subsidiados) para comprar veículos e vassouras e explorar os trabalhadores, pagando salários de fome a milhares de pobres lixeiros, que fazem um dos mais abomináveis e literalmente sujos serviços que um cidadão pode ser obrigado a fazer para comer. Claro, os “socialistas” donos da empresa, que não trabalham, mas têm o capital e os contatos — e colaboram para o partido dos lixeiros e para a “causa” — ficam com a parte do leão. Com trocadilho.

Como urubus corporativos, eles amam o lixo, lutam por ele, vivem dele, corrompem e até matam por ele.

Pelo privilégio de recolher os detritos e dejetos públicos, mas sem botar a mão na massa nem pegar na vassoura e embolsando a diferença entre o que recebem das prefeituras em contratos superfaturados e o que pagam aos lixeiros que fazem o trabalho sujo. Que ficcionista ousaria uma metáfora mais poderosa, pela obviedade, do que essa? Mas é apenas fato.

Pior: uma caricatura grotesca da exploração do homem pelo homem. Pior do que os juros de um banco, pior do que um agiota. Não sei como todos esses “homens de esquerda” conseguem dizer que são movidos por motivos políticos sem rir.

E quem imaginaria que a paixão de um quarentão por uma garota o levaria, para escapar da prisão e da insuportável separação de sua amada, a se tornar o delator de escândalos que abalariam a República e os mercados internacionais?

Entre o amor e a “causa”, ele ficou com a garota.

E nós ficamos com o lixo.

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Ainda a crise”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado pelo jornal **Correio Braziliense** do último dia 4 de setembro do corrente.

O ex-Presidente mostra o quadro diante do qual o país está: “três meses de crises políticas, CPIs dia e noite, estarcimento geral e paralisia política e administrativa. O desânimo da população, se decisões mais rápidas e justas para punir os desvios de conduta não ocorrerem, pode ser muito negativo para a democracia”.

O ex-Presidente mostra, também, que “cansamos todos de fazer apelos ao presidente para que ajude o governo a sair da crise”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ainda a crise

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Sociólogo e ex-presidente da República

Há alguns meses, em um seminário interno do Instituto Sérgio Motta, disse que o rei estava nu. Referia-me ao governo, não ao presidente. A reação foi imediata: que engano! Seria inveja dos dados econômicos tão brilhantes ou da popularidade do presidente, sussurravam os críticos, deliciando-se com o que se chamou de uma “pisada no tomateiro”. Nem uma coisa, nem outra: apenas me referia ao fracasso da gestão governamental, que eu atribuía à substituição indiscriminada de funcionários competentes (fossem cargos de confiança ou não) por militantes do partido governante ou de partidos aliados, cuja lealdade política raramente correspondia a desempenho competente.

Avaliação ingênua. Havia mais do que clientelismo e amor ao partido hegemônico. Havia distorções comportamentais muito maiores, de caráter mafioso em alguns casos. Eu não imaginava que estivessem ocorrendo atos de corrupção na proporção hoje sabida.

Meses depois daquela afirmação, em outra reunião interna, dessa vez em encontro do PSDB paulista, disse que o governo estava como peru nas antevésperas de Natal, preso por um círculo de giz, tonto, incapaz de sair do córner. Outra saraivada de comentários pouco airoso sobre o que eu dissera. Teria sido grosseiro, chulo, ou coisa que o valha, pois perus na antevéspera de Natal são embebidos para tornar a carne mais palatável. De novo, eu falava do governo a leitura foi como se tivesse feito uma referência ao presidente.

E agora, que dizer? Três meses de crises políticas, CPIs dia e noite, estarcimento geral e paralisia política e administrativa. A eleição do deputado Severino para a presidência da Câmara já foi consequência da perda de controle do governo sobre sua maioria. Essa perda era perceptível: há quantos meses não há no Congresso qualquer agenda, no sentido forte da palavra? Em vez disso, só discussão sobre reeleição das mesas, acordos para dar passos atrás nas leis de desempenho eleitoral, como a cláusula de barreira ou a verticalização das alianças. As maiorias “compradas” não seriam para aprovar leis concatenadas em um programa, mas para garantir vitória nas próximas eleições.

Cansamos todos de fazer apelos ao presidente para que ajude o governo a sair da crise. Ele prefere fazer comparações toscas com seus antecessores, assemblhando-se em sua imaginação pouco alimentada pelo conhecimento da história àqueles a quem admira, ou sabe que são admirados, saltando o único antecessor que sofreu impeachment e distanciando-se do antecessor imediato que representa a seus olhos a praga a que ele próprio está agarrado, a herança que deixou na economia.

Desse mato não sairá coelho. Infelizmente, no lugar da grandeza que se pediu que o presidente tivesse, que contasse ao país os novos caminhos que abriria, para cuja consecução apelaria à colaboração de todos (deixando a reeleição para quando tivesse recuperado a respeitabilidade), preferiu brincar de cabra cega. Colocou venda nos olhos e, como a Ismália enlouquecida do poeta Alphonsus de Guimarães, se pôs na torre a sonhar, viu uma realização

no ar e um futuro no mar de votos que teria. E tome arengas e mais arengas, como se com elas fosse possível substituir a informação e a razão da boa democracia pela manutenção de ilusões nos que pouco sabem, renovando neles a confiança que perdera nos demais segmentos do país.

Esse é o quadro. Diante dele, é preciso que o Congresso apresse a marcha. A fase informativa das denúncias e dos interrogatórios televisivos está prestes a cansar as audiências. A ânsia por punição aumenta. Os riscos de exageros, por temor da omissão ou dos acordos, também estão presentes. E o desânimo da população, se decisões mais rápidas e justas para punir os desvios de conduta não ocorrerem, pode ser muito negativo para a democracia.

Mas não é só ao Congresso que corresponde estar à altura do momento. Os partidos e suas lideranças tampouco podem se perder em quíslas pré-eleitorais, quando toda gente espera por um rumo e por crença. Embora seja desgastado o que vou dizer, é hora de discutir programas, caminhos para o Brasil. Não se trata de saber, por enquanto, quem vai personificá-los. Trata-se de juntar pessoas e grupos e refazer a teia de alianças com a sociedade civil: com os sindicatos, as igrejas, as ONG's, a intelectualidade, os empresários, a mídia. Um “pacto” — outra palavra a ser renovada — não apenas entre líderes e partidos, mas com os vários setores da sociedade, a partir de valores e de proposições concretas. A construção de um pólo de poder, ou de vários pólos em competição, não se faz do dia para noite. A hora de começar é agora.

Não desejo excluir o PT da

ambição de manter o pólo que tão penosamente construiu. Mas para ser competitivo, ele terá de renovar-se completamente. O comportamento de seu líder máximo não dá sinais disso, continua mirando no retrovisor. No partido, então, nem se fale: não há condições sequer para expulsar quem já foi expulso da vida política pela opinião pública.

Com isso não quero dizer que só o PSDB será capaz de propor uma visão e um percurso viável. Acho mesmo que neste momento sem um diálogo franco com o país nenhum partido reúne condições para aglutinar uma maioria. Isso, sem falar do que sempre existe latente: a descrença pode dar lugar a nova ilusão, dessa vez mais abertamente populista.

A reconstrução da crença não será fácil. É hora de os intelectuais falarem com franqueza. De dizerem como se pode transformar em prática suas crenças. De não se envergonharem em defender os valores democráticos. De deixarem de se esconder na crença abstrata em um socialismo cuja forma nunca apresentaram. Que digam claramente no que consistiria e como compatibilizá-lo com a democracia. É hora para definir como será possível acelerar o crescimento econômico, manter a estabilidade e assegurar melhores condições de vida ao povo. Sem muitas ilusões estatizantes nem sonhos de fundamentalismos de mercado, que a poucos satisfaz.

Por fim, é o momento para dizer alto e bom som que roubo e corrupção não são “de esquerda” ou “de direita”. São desvios de conduta que não podem ser justificados em nome de causa alguma e tampouco derivam de sistemas eleitorais imperfeitos ou de estruturas sociais iníquas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Em bilhete ainda não divulgado, o PT deixou anotados os termos que deseja ver esculpidos em sua lápide: ‘Aqui jaz a ética que, ao cair na vida, se esqueceu de manejar’”.

O trecho citado acima faz parte do artigo intitulado “PT viveu como borboleta, mas morre como lagarta”, de autoria do colunista Josias de Souza, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 21 de agosto do corrente. O artigo trata da crise que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores e mostra que “aquele PT ilusório, portador de esperanças vãs, jamais voltará à vida”.

FOLHA DE S.PAULO

NO PLANALTO

PT viveu como borboleta, mas morre como lagarta

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

HÁ CADÁVERES demais no noticiário. Insepultos, produzem um fedor lancinante. Como em toda grande tragédia, a contagem das vítimas do “PTgate” é lenta. A pilha de corpos cresce dia a dia. Na sexta-feira, o pedaço de uma laje que se imaginava segura desabou em Ribeirão Preto. Caiu na cabeça de Antonio Palocci. Gravemente ferido, o ministro está na boca de escalar o monturo.

Talvez tenha sido esse excesso de mortos que levou muitos a passar batido pelo defunto mais ilustre: o próprio PT. Morreu também o pobre. E, suprema desgraça, não foi para o céu. O atestado de óbito do PT foi elaborado por uma legista insuspeita. É chamada de “Evidência”.

No espaço do formulário reservado à causa mortis, ela escreveu: suicídio. De fato, o PT há muito vinha adotando uma conduta estranha, algo psicótica. Parecia empenhado em provar que também os partidos políticos ceifam a própria vida.

A exemplo de muitos outros suicidas, o PT viu-se às voltas com a falta absoluta de auto-estima. Passou a portar-se como um Narciso às avessas. Cuspia na própria imagem. No governo, a psicose partidária alçou níveis extremos. No Planalto, na Esplanada, nos desvãos de autarquias e estatais, nas prefeituras municipais, por onde passou o PT fez o pior o melhor que pôde.

Em bilhete ainda não divulgado, o PT deixou anotados os termos que deseja ver esculpidos em sua lápide: “Aqui jaz a ética que,

ao cair na vida, se esqueceu de manejar”. Há um corre-corre em torno do caixão. Quem vê o algaravia de longe pensa que estão tentando ressuscitar o morto. De perto, porém, percebe-se que tudo não passa de uma briga pelo espólio.

Numa ponta do esquife, está José Dirceu, o ex-chefe da Casa Civil. Ele vagueia como zumbi em meio aos despojos. Conspira contra a moralidade espúria no alçado Delúbio Soares, gestor das arcas espúrias. No outro extremo, encontra-se Tarso Genro. Alçado à incômoda posição de inventariante do caos, ele escava as ruínas partidárias à procura de uma dignidade que todos sabem inexistente.

Importa pouco saber quem sairá vitorioso da contenda. Seja quem for, aquele PT ilusório, portador de esperanças vãs, jamais voltará à vida. O partido do futuro foi irremediavelmente reduzido à condição de partido do fatureiro.

A morte do PT foi prematura. Ao experimentar os prazeres do poder no apogeu da juventude, o partido tornou-se alvo da cobiça universal aos 25 anos. Entregou-se com avidez à nova aventura. Sucumbiu às relações plurais sem zelar pela escolha dos parceiros. Não soube dosar as próprias pulsões.

Em meio à atmosfera de volúpia, o PT foi pilhado em novas e inusitadas poses. O partido da castidade deu preferência às posições ideológicas mais exóticas. Aceitou gostosamente o assédio dos interesses mais contraditórios. Deu azo a perversões homéricas.

Atônito, o Brasil espionou os pri-

meiros latos da orgia através de frinchas abertas no mármore do Palácio do Planalto. Súbito, o país descobriu no imenso telhado de vidro do PT um posto de observação mais adequado. Daí, pôde-se acompanhar sem restrições o strip-tease da virtude.

Súbito, a legenda imaculada integrou-se à baixa comum a todos os partidos.

O PT provou-se capaz das maiores abjeções. Mal acordou do sonho essencial e já foi dormir com o L, o PP, o PTB e o novo mais arrastado do PMDB. O partido hipotecou a alma às conjunções mais impudicas. Escorado na castidade presumida do pseudopresidente Lula, tornou-se a maior evidência de que, com o tempo, qualquer um pode atingir a perfeição da impudência.

A ascensão do PT enganara até os analistas mais argutos. Aqui e ali. Mencionem-se dois exemplos eloquentes:

1) em novembro de 2002, falando à Folha, o historiador inglês Eric Hobsbawm viu na vitória de Lula um dos poucos eventos do começo do século 21 que inspiravam “esperança”;

2) no prefácio de um livro lançado em dezembro de 2002 (“Lula, o filho do Brasil”, de Denise Paraná), o escritor Antônio Cândido enxergou no PT um partido “vivo”, capaz “de escolher no arsenal ideológico os instrumentos adequados à ação política transformadora desse Brasil pesado de iniquidades seculares”.

No mesmo livro de Denise Paraná, à altura da página 147, o próprio Lula foi indulgente consigo mesmo. Pintou assim o seu autorretrato: “(...) Se eu não tivesse al-

O autor conclui seu artigo com a seguinte afirmação: “Borboleta da política brasileira, o PT protagoniza no seu ocaso uma inusitada volta ao casulo, túmulo da lagarta”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

gumas [qualidades pessoais] não teria chegado aonde cheguei. Eu não sou bobo. Acho que cheguei aonde cheguei pela fidelidade aos propósitos que não são meus, são de centenas, milhares de pessoas.”

Decorridos dois anos e oito meses de seu mandato, Lula encontrou-se na constrangedora posição do presidente supostamente honrado que preside uma esbórnica inaudita e continua empunhando a bandeira da moralidade. Assume o papel de bobo que recusa. O Lula de 2005 não faz jus nem à imagem que fez de si mesmo nem às avaliações de Hobsbawm e Cândido nem à confiança dos 52.788.428 votos que recebeu em 2002.

A morte do PT mergulha o país numa perigosa fase de desencanto. É como se a idade da ética houvesse terminado. A medida que floresce o “Mula” (Movimento Unificado dos Lulistas Arrastados), o brasileiro se dá conta de que Deus está em toda parte, mas é a Trindade quem controla a política brasileira.

Um fantasma assombra as noites de Lula na Granja do Torto. Trata-se da assombração do próprio Lula, quando era um puro e ingênuo socialista. A alma penada ronda-lhe os sonhos, brandindo faixas com bordões inconvenientes. Coisas como “Abaixo a corrupção” e “Diga não aos 300 picaretas do Congresso”.

Borboleta da política brasileira, o PT protagoniza no seu ocaso uma inusitada volta ao casulo, túmulo da lagarta. O partido cavou na enciclopédia um verbete indigno de sua história. Descerá às profundezas dos livros como larva. Deixa para a posteridade um rastro pegajoso de perversões.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “*Não viu quem não quis*”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 4 de agosto do corrente.

O artigo mostra que os petistas, dirigentes e simpatizantes, que se dizem indignados com as práticas da cúpula do partido, não podem alegar desconhecimento dos fatos, pois há muito tempo os próprios

intelectuais de esquerda vêm avisando que havia problemas no partido.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Não viu quem não quis

SÃO PAULO - *Os petistas, dirigentes e simpatizantes, que se dizem indignados com as práticas da cúpula partidária afastada durante a crise não têm o direito de alegar desconhecimento. A crise de agora foi cantada, com muita antecedência, por intelectuais de esquerda, conforme se verá das reproduções abaixo:*

“A política que o governo do PT vem implementando, desde sua primeira hora, é, em parte, expressão de seu transformismo e sua conseqüente adequação à ordem. Mas a intensidade da subordinação ao financismo, ao ideário e à pragmática neoliberais deixaram estupefatos até seus mais áspers críticos” (Ricardo Antunes, Unicamp, novembro de 2004).

“(O PT), partido político que herdou as tradições mais generosas da esquerda brasileira, preferiu imergir despudoradamente nos jogos do poder, sem preocupação com o preço ético da sua escolha” (Zander Navarro, hoje no exterior, abril de 04).

“O PT e o governo federal não são vítimas inocentes da bandidagem; ao caçar as bruxas ‘radicais’ e ao am-

pliar o leque de alianças ao ponto de descaracterizar o que é a política, que não é soma, mas divisão, o PT e o governo federal estão criando as condições para que cresçam a chantagem, o jogo sujo e a corrupção” (Francisco de Oliveira, fundador do PT, abril de 2003, premonitório, dois anos antes do “mensalão”).

“Ficou muito claro que, ao chegarem ao governo, eles descobriram, deslumbrados, que o mais importante é ficar no governo e secundário o que será feito com o país. (...) Eram pessoas que viviam com uma certa dificuldade e de repente encontram esse universo de ascensão material. A Presidência para o Lula é uma ascensão material. Ele desfruta de recursos e possibilidades materiais muito maiores do que quando estava na oposição” (Fernando Gabeira, agosto de 2004).

Vê-se, pois, que nem todos os intelectuais de esquerda fizeram silêncio. Só calaram os que se demitiram da obrigação de pensar.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago para o conhecimento de todos alguns dos aspectos abordados por mim no dia 31 de agosto próximo passado, no Fórum de Avaliação do Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior, realizado pela Confederação Nacional da Indústria, e aproveito agora para fazer algumas reflexões sobre o tema, de inegável importância para o Brasil.

Naquela oportunidade lembrei que a última reforma universitária ocorrida no Brasil data de 1968. Passados longos 37 anos, a Lei nº 5.540, em que pesem suas virtudes e defeitos, continua a reger a educação superior no País. Não é difícil constatar que um enorme descompasso se deu entre o regramento legal e a dinâmica da vida universitária hodierna.

No cenário contemporâneo, em que os sinais de crise econômica não se arrefeceram por completo, e os efeitos da globalização dos mercados ainda se projetam internacionalmente, é preciso dizer que a educação readquiriu importância crucial nas políticas governamentais. Assim, há razões de importância verdadeiramente estratégica para que se supere o mencionado descompasso, reformando a legislação concernente à educação superior.

Com efeito, as mudanças nos padrões tecnológicos e organizacionais passaram a exigir dos governos, dos empresários e dos trabalhadores, resposta para um dos grandes desafios de nossos dias: a inserção no mundo globalizado. Em tal contexto, é vital produzir conhecimento, que passou a ser visto como motor do desenvolvimento econômico e social. No Brasil, segundo tendência mundial dos países capitalistas, a educação passou a refletir em larga medida um conjunto de preocupações de ordem particularmente econômica. Dito de outra maneira, a educação tem sido apontada como possível resposta estratégica aos desafios da competição internacional.

Compreende-se, portanto, o imperativo da Reforma Universitária que ora debatemos. O papel exercido pela Universidade é central, pois ela é a responsável pela formação do capital humano – bem maior de um País e pilar de seu desenvolvimento. Além disso, produz a maior parte da pesquisa nacional, gerando, de um lado, o conhecimento que se traduz em inovação tecnológica e maior produtividade, e, de outro, uma ampla gama de benefícios sociais.

Porém, não são poucos os problemas com que se depara a educação superior. Em termos quantita-

tivos, a despeito da rápida e desordenada expansão havida na segunda metade dos anos 90, ainda é baixo o patamar de jovens na faixa entre 18 e 24 anos regularmente matriculados em instituições de ensino superior – IES. O Plano Nacional de Educação prevê uma meta de 30% até o final da década, e ainda patinamos em percentual que não ultrapassa os 10%, um dos mais baixos da América Latina.

Existem hoje 2.306 instituições de ensino superior no Brasil, das quais 44% têm menos de 500 estudantes. Trata-se de um universo atomizado, além de hegemonicamente privado: segundo dados do Censo da Educação Superior de 2004, 88,9% das IES são particulares, e respondem por 70,8% das matrículas, o que equivale a cerca de 2 milhões e oitocentos mil alunos. A velocidade de expansão das particulares diminuiu, mas ainda avança em ritmo duas vezes superior às da rede pública.

De um ponto de vista qualitativo, os dados não são menos dramáticos. Apenas 8,7% das IES são, de acordo com os critérios atuais, Universidades, a máxima parte de natureza pública. No outro pólo, é enorme o contingente de faculdades isoladas e centros universitários: 91,3%. Cabe ainda ressaltar que a distribuição geográfica das IES é tremendamente desigual, o que demonstra a falta de organicidade do sistema. Enquanto a região Sudeste concentra 49% do total de matrículas do País, a região Nordeste tem apenas 16%, em contraste com os 28% de sua população global. Também, como reflexo da falta de planejamento, há predominância expressiva dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas e de humanidades, em detrimento dos cursos tecnológicos.

Quanto à inclusão social, vivenciamos um quadro repleto de iniquidades. As minorias permanecem ao largo da educação superior, pois não há correspondência entre os números do IBGE e a representação de negros, pardos e índios nas IES, sejam públicas, sejam privadas. Ainda, há, nas nossas universidades públicas, uma carência muito grande de vagas nos cursos noturnos, que sabidamente abrigam estudantes provindos das classes sociais menos favorecidas. De 1995 a 2002, por exemplo, só 31% das novas vagas criadas nas IES públicas se deram em cursos noturnos. Como a oferta de vagas públicas nos cursos diurnos aumentou em ritmo superior aos noturnos, a proporção de vagas noturnas oferecidas pelas instituições públicas, ao invés de aumentar, caiu. É preciso não esquecer dos dilemas do financiamento, que tem

diminuído ano a ano. Em 1989, correspondia a 0,95% do PIB; em 2000, não passava de 0,63%.

Eis, em grandes linhas, a áspera realidade que se pretende reformar. Esta é a missão sobre a qual nos debruçamos agora! É louvável, portanto, a iniciativa do Ministério da Educação de empreender a reforma, e não de maneira autoritária, mas democrática e conscienciosa, ouvidas todas as partes interessadas – e não foram poucas, pois cerca de 200 instituições participaram dos debates ao longo de mais de um ano!

O Senado Federal tem cumprido sua parte. Antecipando-nos à agenda do MEC, promovemos, na Comissão de Educação, à época presidida pelo Senador Osmar Dias, a primeira audiência pública sobre o tema. Depois, mais três audiências trataram de aprofundar os debates, com participação de autoridades do Poder Executivo, de renomados especialistas, de entidades representativas das instituições privadas e das públicas, dos estudantes, e de setores da sociedade civil.

Penso que a terceira versão do Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior avançou em alguns pontos considerados mais sensíveis, ao incorporar diversas demandas importantes, incluindo nesse rol o valioso trabalho da Confederação Nacional da Indústria. Gostaria de destacar 6 pontos, entre tantos que mereceriam aplauso:

- a reserva de 50% das vagas de todos os cursos para alunos da rede pública, em paralelo ao alargamento dos prazos para implementação da política de cotas;

- o aumento de 5% para 9% nas bolsas de estudo, moradia e alimentação concedidas a alunos cotistas nas IES públicas, aliado à obrigatoriedade de as IES privadas divulgarem com antecedência de dois meses o valor dos reajustes para o semestre seguinte;

- os reparos à função dos Conselhos Sociais, dotando-os de caráter eminentemente consultivo;

- as alterações visando a reverter a banalização do conceito de universidade, instituindo critérios claros para que as instituições atinjam o *status* de universidade, com prazo razoável para adaptação;

- integração do sistema, com interiorização das IES e conseqüente aproximação com o setor produtivo e o mercado;

- obrigatoriedade de elaboração de um Plano Nacional de Pós-graduação, gerido pela

CAPES, com duas prioridades: estudos em áreas que atendam às demandas de política industrial e comércio exterior; estudos que contemplem as regiões com índices sócio-econômicos abaixo da média nacional.

É preciso deixar claro que o trabalho não findou. Caberá, agora, ao Congresso Nacional a análise criteriosa da Reforma, contribuindo para seu aprimoramento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, por fim, de frisar que a educação superior deve ser entendida – e parece que caminhamos nessa direção – como uma política de Estado e um bem público de inestimável valor, ferramenta imprescindível para a superação dos grandes impasses com que o Brasil se depara, rumo a um processo de desenvolvimento duradouro, equilibrado, sustentável e equânime.

Agradeço a todos pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2005

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 996, de 2005 – art. 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguai*.

Parecer favorável, sob nº 1.647, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Se-

nador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

4

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

5

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 109, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Parecer favorável, sob nº 1.361, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Edison Lobão.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.543, de 2005, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos), do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que *obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.*

9

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável).*

Parecer sob nº 1.362, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).*

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).*

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que *altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.512, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Reginaldo Duarte.

15

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 945, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 487, de 2003, e 108, de 2005, por regularem a mesma matéria.

16

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 953, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, de 2002, e 120, de 2005, por regularem a mesma matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 954, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 394, de 2003, e 98, de 2005, por regularem a mesma matéria.

18

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 959, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 305, de 2004, por regularem a mesma matéria.

19

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 964, de 2005, do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 269, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 965, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 274, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

Ata da 159ª Sessão Especial, em 15 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a Sessão Especial do Senado Federal que, em atendimento ao Requerimento nº 907, de 2005, da nobre Senadora Serys Slhessarenko e de outros Srs. Senadores, destina-se a comemorar os vinte anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instituído pela Lei nº 7.353, de 1985.

A Presidência tem a honra de convidar para compor a Mesa o Senador José Sarney, que, quando Presidente da República, exatamente há 20 anos, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (Palmas.)

Também tenho a honra de convidar para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Ministra Nilcea Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (Palmas.)

Tenho a honra também de convidar para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial para Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. (Palmas.)

Convido também para compor a Mesa a Sr^a Clara Scharf, Presidente do Grupo das Mil Mulheres, representando, nesta oportunidade, as mulheres do Brasil. (Palmas.)

Convido todos a ouvir a música “Cio da Terra” pelo Coral da Capes.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^o Senador José Sarney, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Embaixadores, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Sr^{as} Deputadas Federais, Exm^a Sr^a Ministra Nilcea Freire, Exm^a Sr^a Ministra Matilde Ribeiro, Dona Clara Scharf, é com enorme satisfação que comemoramos, hoje, 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O Conselho é, na verdade, uma conquista de movimentos sociais e de mulheres do Brasil inteiro, que marcou o início da caminhada pela promoção de políticas públicas em prol da liberdade, da igualdade de direitos e da plena participação das mulheres nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

Para dar uma idéia da importância do Conselho na luta pelos direitos das mulheres, basta lembrar

sua atuação na Constituinte. Foi a partir da articulação do Conselho junto aos movimentos feministas e de mulheres, aos conselhos estaduais e municipais e à bancada feminina no Congresso Nacional que a Constituição de 1988 acabou incorporando a maioria das reivindicações da Carta das Mulheres.

O Conselho também teve papel fundamental nas discussões que envolveram dois dos maiores eventos internacionais sobre a questão da mulher: a Conferência do Cairo, em 1994; e a Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, em 1995.

A criação da Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres, em 2002, e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério, em 2003, foi, sem dúvida, fruto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto à administração pública federal e à sociedade civil.

Há de se ressaltar o trabalho da Ministra Nilcea Freire, que tem conduzido a Secretaria Especial com a seriedade e a eficiência exigidas por todos os que sonham com um Brasil livre da discriminação de gênero.

Hoje, o maior desafio do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher é a implementação efetiva do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004, depois de um debate exaustivo, que envolveu mais de 120 mil mulheres em suas etapas municipais, regionais e estaduais.

Senhoras e senhores, Convidadas, como Ministro da Justiça tive a preocupação de reforçar o papel do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher; como Senador, sempre estive atento à luta pelos direitos da mulher. Exemplo recente é nosso empenho, como Presidente do Senado Federal, pela aprovação da licença-maternidade para mães adotivas.

A implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pelos vários Estados e Municípios brasileiros é hoje, portanto, uma de nossas bandeiras.

Não basta termos leis avançadas se não existirem políticas públicas claras, efetivas em prol da mulher. E sempre cabe lembrar que tais políticas verdadeiramente não significam qualquer privilégio.

As mulheres representam hoje 51% da população brasileira e do eleitorado, chefiam uma em cada

quatro famílias brasileiras e respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e por 57% da mão-de-obra no trabalho informal.

Vemos, no entanto, uma discriminação absurda, que, apesar dos avanços, claro, continua. Apesar de terem um índice de escolaridade mais alto que o da população masculina, as mulheres ganham, em média, 69,6% do rendimento recebido pelos homens. Ainda são minoria em cargos de chefia e, também, quando se trata de representação política.

Só para dar um exemplo: nossas Deputadas e Senadoras, que são as mais competentes, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, ocupam não mais que 9% das cadeiras do Congresso Nacional. Trata-se de uma bancada participativa, como disse, atuante, sempre pronta a defender não apenas os direitos das mulheres, como os direitos da infância e as mais diversas causas sociais.

Homenageio, em nome de todas as representações político-partidárias do Congresso Nacional, a Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da Bancada Feminina e Presidente da Comissão da Mulher e do Conselho da Mulher Berta Lutz. (Palmas.)

Uma das maiores tarefas de nossas Deputadas e Senadoras, senhoras e senhores, é, sem dúvida, combater a violência contra as mulheres que continua manchando a nossa sociedade. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo traz dados impressionantes. Pelo menos 6,8 milhões de brasileiras já foram espancadas. A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil, motivo de sobra para que nos empenhemos, com todo o vigor, na aprovação do Projeto de Lei nº 4.559, que cria mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher.

O projeto, entre outros pontos, prevê a criação de juizados especiais de violência doméstica contra a mulher e aumenta as penas para esses crimes. Já foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, depende, agora, de articulação e de vontade política para sair do papel e não apenas disso. Depende de resolvermos, também, esse tumulto que se abateu sobre o nosso País, que, pelo menos do ponto de vista da Câmara dos Deputados, não tem criado condições para que possamos avançar nessa agenda estática, que não é agenda de Governo – permitam-me –, que não é agenda de Partidos, mas é uma agenda do Brasil, de interesse de todos os setores do nosso País. Certamente, não vai faltar empenho de todos nós que lutamos por um Brasil mais justo, por um Brasil menos desigual, por um Brasil livre da violência e da discriminação, definitivamente, seja de gênero, seja de outra espécie.

Agradeço sinceramente a presença de todas, a presença da nossa querida e eterna Senadora Emilia Fernandes. Agradeço a presença de artistas, de presidentes, de representantes das entidades e da sociedade organizada.

Quero cumprimentar a Deputada Rita Camata, em nome de quem cumprimento também todas as mulheres que comparecem a este ato que homenageia os 20 anos de criação do nosso Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Mais uma vez, cumprimento o Presidente José Sarney pela feliz iniciativa. Esses avanços, que são significativos também, devem-se, eu já disse e repito, à mobilização e à competência com que essa articulação se fez a partir do Conselho que teve no Presidente Sarney a inspiração para a sua definitiva criação.

Parabéns, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko, primeira signatária do requerimento desta sessão especial. (Palmas.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Senador José Sarney, nossas Ministras, nossa Clara Scharf, gostaria de saudar, uma por uma, as companheiras presentes, as nossas Senadoras, a nossa eterna Senadora Emilia Fernandes. Há pouco eu dizia que queria citar todas as companheiras mulheres presentes, as embaixadoras, as embaixatrizes, as atuais e as ex-presidentes de conselhos estaduais, que, realmente, são a força desse movimento de mulheres. Gostaria de citar uma por uma, mas ocuparia todo o meu tempo. Citaria os embaixadores, as embaixatrizes.

Faço uma saudação ao Grupo Girassol da Melhor Idade, de Americana, São Paulo. (Palmas.)

Um abraço muito carinhoso a todas essas mulheres que participam conosco. Realmente, é um momento da maior relevância para o nosso Senado.

Repito que gostaria de citar o nome de uma por uma das nossas Deputadas. Encontra-se presente a Deputada Luiza Erundina. Em seu nome cito todas as outras.

Temos presente a Rita Camata, relatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, que hoje é a nossa lei maior nessa área. Enfim, são mulheres da maior importância em todos os setores de luta sobre a questão da mulher.

Costumo dizer que não sei fazer discurso escrito, mas hoje vou ter que fazer, senão, vou falar muito, não é Sr. Presidente?

Sinto-me muito honrada em, nesta data, poder assomar à tribuna do Senado para comemorar a criação de um dos órgãos de maior importância para a questão feminina em nosso País e, assim, fazer uma justa homenagem ao prezado Senador José Sarney, por ter criado, há 20 anos, o CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A homenagem a ele é extensiva a todas as mulheres que foram ou são hoje presidentes de conselho.

No Brasil, a nossa Carta Magna eleva à condição de cláusula pétrea a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, em seu art. 5º, inciso I. Especifica ainda mais esta igualdade: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Infelizmente, essa certeza de igualdade é apenas um desejo, um sonho sendo perseguido por muitos, por muitas especialmente. Não posso aceitar que ainda hoje eu tenha que assomar a esta tribuna e falar que precisamos diminuir a desigualdade entre homens, que temos que combater a violência contra a mulher, que as mulheres têm que ter maior participação no campo político e que temos que acabar com o preconceito.

Não me soam familiares essas palavras. Deveríamos ter virado a página e estarmos aqui só para comemorar. Mas, infelizmente, nem tudo é motivo de comemoração no que tange aos direitos da mulher.

No Brasil e no mundo, as sociedades não raramente impõem um fardo extra, tão pesado quanto injustificável, à condição feminina. Recentemente, a imprensa brasileira divulgou o drama vivido por uma mulher na Arábia Saudita, que pode ser condenada à morte – vejam bem, à morte – por ter eliminado um homem que tentou estuprá-la. Em face da rigorosa interpretação da *sharia*, lei islâmica vigente naquele país, a pena de morte é aplicada a qualquer pessoa condenada por homicídio.

Albert Einstein costumava dizer que “é mais fácil desintegrar um átomo que um preconceito”. Porém, eu acredito que a sociedade humana traz na sua gênese a marca do progresso, da evolução permanente, da depuração ininterrupta, a partir da dialética histórica.

Se desejarmos tornar real o que nossa Constituição estabelece, precisamos criar políticas públicas, a um só tempo audazes e prudentes; utópicas e realistas; abrangentes e pontuais. No que tange à condição feminina – neste mundo de tantos sofrimentos, que a nós nos causas uma estupefação doída –, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), há exatamente 20 anos, foi iniciativa relevantíssima nesse sentido, balizadora, por assim dizer, do País que desejamos construir para nossas filhas e filhos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nasceu da capacidade de organização e pressão dos movimentos feministas e das mulheres brasileiras, além da grande sensibilidade demonstrada pelo ex-Presidente José Sarney em relação à questão da mulher em nosso país. Não tenho dúvidas em afirmar que ele é um dos grandes companheiros homens que o movimento feminista possui.

E, neste momento, reverencio o atual Presidente do Senado, Renan Calheiros, que não tem medido esforços no sentido de apoiar todas as iniciativas com relação à questão da mulher tomadas pelo Senado da República.

As ações do Conselho nestes 20 anos de existência foram fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres, inserindo no campo político mais fortemente as discussões sobre a participação feminina. Sua atuação tem refletido as demandas e plataformas do movimento e, também, das Conferências Internacionais sobre os Direitos da Mulher realizadas pela ONU.

A participação das mulheres nos espaços de poder no Brasil ainda é baixa, mas seria muito pior se o Conselho não existisse. Desde o início, o CNDM empenhou-se na questão do “empoderamento” da mulher – este termo é utilizado pela nossa querida Solange Bentes Jurema –, culminando com a aprovação de cotas para as candidaturas de mulheres ao Legislativo, na década de 90. Para mim, um dos principais feitos, depois da conquista do voto feminino no início do século passado, por Bertha Lutz, foi a aprovação da lei de cotas.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tem atuado de modo a incentivar a ampliação da participação feminina nas esferas de poder. Essa é a maneira mais fácil e segura de conseguir a igualdade entre os gêneros por que tanto lutamos. Somente quando as mulheres estiverem concorrendo com os homens em igualdade de condições dentro do campo político é que o preconceito será reduzido, e, para isso, é necessário estimular as mulheres a entrarem na disputa por cargos políticos. Como disse, o CNDM, dentre tantas questões em que atua, dentre tantas iniciativas que tem, estimula também a participação das mulheres na política.

Não tenho medo algum de incorrer em erro ao afirmar que a situação das mulheres hoje seria muito ruim, não teríamos conquistado tanto espaço na sociedade. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher foi fundamental para que o movimento feminista adquirisse maturidade e relevância, principalmente nos espaços de poder.

Em 1º de janeiro de 2003, o Presidente Lula, em seu primeiro dia de Governo, achou por bem criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com **status** de Ministério. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher, naquela oportunidade, passa a fazer parte dessa nova Secretaria e sofre reestruturação em suas funções e atribuições.

Nesse novo desenho institucional estabelecido pelo Presidente Lula, vale destacar a decisão de que a maior parte das conselheiras passasse a ser escolhida diretamente pelas entidades ligadas aos movimentos de mulheres. Os representantes do setor governamental, de acordo com a decisão presidencial, são minoritários. Isso assegura que a sociedade civil seja o guia das políticas sociais a serem implantadas, bem como mantenha controle sobre as atividades do Estado.

É importante lembrar que essas ações do Presidente asseguraram e incentivaram a realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada já em 2003, sob a competente coordenação da Ministra Nilcéa Freire, e que contou com a participação de duas mil delegadas e o envolvimento ativo de mais de cento e vinte mil mulheres em todo o País.

Tais mudanças no Conselho Nacional de Direitos da Mulher são fundamentais para que possamos, em futuro próximo, diminuir as graves desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso País. Em termos comparativos, o Brasil, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano, se encontra em situação não muito melhor do que, por exemplo, Filipinas e Arábia Saudita, quando tratamos da desigualdade entre os sexos em termos de participação política.

Se observarmos o Congresso Nacional, verificaremos que há uma quantidade muito pequena de Senadoras e Deputadas Federais.

Se olharmos para o Judiciário e o Executivo, constatamos que não estamos em melhor situação; poucas, pouquíssimas são as mulheres em cargos-chave da Administração Federal, em que pese o indiscutível esforço levado a cabo pelo Presidente Lula.

Abro parênteses aqui para fazer um convite – Sr^{as} Companheiras, mulheres aqui presentes, e homens também, com certeza, hoje minoria, mas o convite é estendido a todos –: para discutir o assunto e propormos mudanças, estaremos em um fórum, no próximo dia 6 de outubro, no Interlegis, aqui no Senado Federal, junto com companheiras de todo o Brasil discutindo o tema “Mulheres no Topo da Carreira”. Convidamos para o debate a nossa Ministra Dilma Rousseff e a Prefeita – guerreira – de Fortaleza, Luizianne Lins, dentre outras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos aqui presentes, vejamos que os problemas que aqui narramos eviden-

temente refletem uma situação cultural muito antiga, em que a mulher deveria exercer um papel de submissão e de inferioridade em relação ao homem. Basta lembrar que o antigo Código Civil, de 1916, em sua redação original, considerava a mulher como relativamente incapaz.

Às vezes de maneira mais fácil, outras de maneira mais difícil, estamos aprendendo a nos tornar uma sociedade democrática, em que homens e mulheres sejam vistos sem preconceitos, de forma igual.

Nesse processo de transformação de nossa sociedade em uma verdadeira democracia em que homens e mulheres tenham acesso a oportunidades iguais, é inegável o papel exercido pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento da Mulher ao longo dos seus últimos vinte anos.

O Conselho possibilitou não apenas a existência de um espaço para a discussão de temas ligados à mulher, mas, principalmente, a criação de um meio de a mulher influenciar as políticas públicas e de transformar o Estado em uma ferramenta a serviço da diminuição das desigualdades de gênero.

Deixo, para concluir, um agradecimento ao Senador José Sarney pelo papel que desempenhou, há vinte anos, na criação do Conselho. Aliás, nem sei como S. Ex^a teve essa idéia tão magnífica – vou discutir depois com V. Ex^a, Senador José Sarney, para descobrir como isso se deu. Eis aí uma prova de que os homens são nossos companheiros na construção de um mundo melhor e mais justo para todos e para todas.

Parabéns às companheiras dos Conselhos Regionais, à equipe da Secretaria Especial da Mulher, parabéns e nosso muito obrigada pelo empenho da nossa ex-Senadora e ex-Ministra Emilia Fernandes e ao nosso amigo Jorge Werthem, que sempre participou e incentivou as atividades de educação e de gênero desde que assumiu a Unesco, há nove anos.

Ao encerrar, gostaria de dizer a frase que sempre digo em nossas falas a respeito da questão da mulher: nós somos 52% da população, e somos mães dos outros 48%. Portanto, exigimos direitos absolutamente iguais para homens e mulheres na sociedade. E precisamos, para isso, conclamar os companheiros homens a participarem dessa luta conosco. Não queremos ser mais que os homens, mas também não queremos ser menos, queremos ser apenas iguais. E é nesta luta que estamos diuturnamente, homens e mulheres, para conquistar uma sociedade justa e igualitária para todos e para todas.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido a Ministra Nilcéa Freire a entregar ao

Senador José Sarney uma placa em sua homenagem. (Palmas.)

Eu gostaria de, com muita honra, destacar a presença aqui das ex-Presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ilm^{as} Sr^{as} Ruth Escobar, Sylvia Maria Vom Atzingem Auad, Cátia Maria Soares de Vasconcelos, Herilda Balbuíno de Souza, Ministra Solange Bentes Jurema, Senadora Emilia Fernandes. (Palmas.)

Convido a Ministra Nilcéa Freire, a Ministra Matilde Ribeiro e a Sr^a Clara Scharf a entregar um *botton* a cada uma das ex-Presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Solicito a todas que venham à Mesa recebê-lo.

(Procede-se à entrega de botton.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convido a Senadora Serys Slhessarenko para presidir esta sessão especial, dando prosseguimento à solenidade.

Peço licença para me ausentar, juntamente com o Presidente José Sarney, porque teremos outro compromisso agora, infelizmente.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como eu disse no início da minha fala, este é um momento importante: 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Conseguimos realizar este evento hoje aqui no Senado Federal e, nesta homenagem, gostaríamos de ter conseguido entregar um *botton* para cada mulher, por suas tantas lutas, como a nossa Clara Scharf, cuja história nos emociona tanto.

Quero parabenizar todas as mulheres aqui presentes, todas as entidades e organizações, nossa Presidente e as ex-Presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Felicito todas pelo carinho, pela determinação e pela dedicação nesses vinte anos. Nossa luta está se construindo e nossa participação na sociedade está cada vez mais forte graças à luta de cada mulher aqui presente e de tantas outras.

O Senador Flexa Ribeiro é o primeiro orador inscrito.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, pelo PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos, Presidente Senadora Serys Slhessarenko, demais membros da Mesa, quero, como minhas primeiras palavras, saudar a todas as mulheres pela data

magna que hoje comemoramos, vinte anos da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Acho que é da maior importância o reconhecimento e a homenagem que todos nós brasileiros, especialmente o gênero masculino, presta neste momento a todas as senhoras por tudo aquilo que fazem pela sociedade brasileira, principalmente na família.

Eu rendo aqui as minhas homenagens a todas as mulheres e, em especial, à minha mãe, que partiu há pouco, deixando uma saudade e uma presença permanente. Eu li, de um poeta, que a saudade é a presença da ausência. E é uma verdade bem definida.

À minha ex-mulher, à minha filha e a todas as mulheres do nosso País, digo que hoje nós comemoramos uma data especial. No dia 29 de agosto de 1985 – há vinte anos, portanto –, o então Presidente da República, José Sarney, que esteve até há pouco aqui conosco, sancionou a Lei nº 7.353, criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Presidente Serys Slhessarenko, ao remeter ao Congresso Nacional, dois meses antes, o projeto que resultaria naquele Diploma Legal, Sua Excelência dava atendimento à histórica reivindicação do Movimento Feminista, que entendia que a criação de uma instância nacional de defesa dos direitos das mulheres era medida de fundamental importância para fortalecer a luta contra a discriminação e pela plena igualdade.

No ano anterior, realizara-se, na cidade de São Paulo, o seminário intitulado “Mulher e Política”, no qual foi formalmente proposto o estabelecimento de um órgão com aquelas características. Após esse encontro, uma comissão liderada pela então Deputada Federal Ruth Escobar incumbiu-se de procurar o Presidente eleito, Tancredo Neves, para com ele negociar a criação de um organismo específico para as mulheres.

Vinculado, então, ao Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) nasceu com a finalidade expressa de “promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”. A estrutura do órgão era composta por um Conselho Deliberativo, uma Assessoria Técnica e uma Secretaria Executiva. Ficou instituído, também, pela mesma Lei nº 7.353, o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, destinado a gerir recursos e a financiar as atividades do Conselho.

A primeira Presidenta do Conselho veio a ser, justamente, a Deputada Federal Ruth Escobar e, em sua gestão, o órgão investiu seus esforços nas áreas de saúde, legislação específica, educação, trabalho rural e urbano, violência, combate ao racismo, implan-

tação de creches, entre outras. Foi marcante, nesse período, o engajamento do Conselho na defesa das propostas veiculadas pela campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. Tratava-se, evidentemente, de esforço voltado para influenciar as decisões a serem tomadas no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, então reunida para elaborar a Carta Magna de 1988.

Mediante campanhas publicitárias e uma incançável labuta de acompanhamento dos trabalhos das Comissões Temáticas da Constituinte, as mulheres lograram insculpir no texto constitucional inúmeros dispositivos de salvaguarda de seus direitos específicos. Esse notável esforço que ficou conhecido como “o lobby do batom” obteve grande reconhecimento naquela época, estimando-se que 80% das suas reivindicações tenham sido aprovadas.

No Governo Collor, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sofreu um severo golpe, ao perder a sua autonomia administrativa e financeira, por força da Medida Provisória nº 150, de 15 de agosto de 1990. Reagindo a essa derrota – as mulheres são determinadas e imbatíveis – o movimento de mulheres, em 1994, levou aos candidatos à Presidência da República uma proposta de criação de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher, ligado à Casa Civil da Presidência, cuja estrutura contaria com um Conselho Deliberativo e com uma Secretaria Especial.

No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as múltiplas conquistas do CNDM vieram a culminar com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim), em 8 de maio de 2002. A criação da Sedim, com **status** de Ministério, no último ano daquele Governo, é o resultado da capacidade de negociação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, bem como da visão de estadista e do compromisso democrático externados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao ser criada, em 2002, a Sedim foi aprovada por unanimidade por todos os Partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Com isso, garantiu-se às mulheres assento no Governo e, portanto, a possibilidade de construir mecanismos de gestão e de governabilidade em gênero, para a prática de uma democracia verdadeiramente inclusiva e menos sexista.

Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em cuja estrutura passou a abrigar-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com a incumbência de colaborar e contribuir nas ações e iniciativas da Secretaria, estabelecendo a necessária interlocução com o movimento de mulheres.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, minhas senhoras, Srs. Senadores, ao longo de seus vinte anos de existência, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

vem trazendo para o cenário nacional o debate público sobre os direitos das mulheres e a questão da igualdade. Por isso mesmo, não poderia deixar passar a oportunidade de registrar, nos Anais desta Casa, o seu vigésimo aniversário, congratulando-me, pelo transcurso da data, com sua atual Presidenta, Professora Susana da Rocha Cabral, com todas as Conselheiras e com todas as mulheres brasileiras.

E, ao encerrar, Sr^a Presidenta, quero fazer aqui uma homenagem especial a todas as nossas Parlamentares e ex-Parlamentares, Deputadas, Senadoras, Deputadas Estaduais, Vereadoras, Lideranças políticas, e conclamar a todas vocês que se engajem cada vez mais na política partidária, para que possam nos ajudar e a todos aqueles brasileiros que têm como objetivo, ao serem conduzidos a uma representação popular ao Congresso ou às Assembléias ou às Câmaras Municipais, de fazer com que ajudados, conduzidos e levados pelo conhecimento, pela inteligência, pelo engajamento e, mais do que tudo isso, pelo amor que vocês todas esbanjam e transmitem, para que possamos criar uma legislação que permita ao nosso País ter um futuro mais justo, para que tenhamos uma sociedade em que nossos filhos, nossos netos, a geração que irá nos suceder tenha uma condição de vida muito mais igualitária e muito mais justa. Quero parabenizar a todas. Parabéns por tudo aquilo que vocês fazem por nós: nos ajudam, nos animam, nos dão força e nos dão, mais do que tudo, carinho e amizade.

Muito obrigado e parabéns a todas. (Muito bem!Palmas!)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, obrigada. Eu disse que não iria abrir exceção, mas vou fazer aqui uma pequena exceção e registrar a presença da Embaixadora da África do Sul, por toda a luta que ela tem empreendido, pelo belíssimo trabalho que tem desenvolvido na questão da discriminação contra a mulher e da discriminação de raças. (Palmas)

Gostaríamos de agradecer a todas aqui presentes, dizendo que hoje realmente é um dia problemático para o nosso Congresso Nacional, especialmente para o Senado, porque estão funcionando as duas CPMIs e uma CPI. E todos os Líderes – aliás, acabo de receber aqui a relação de todos os Líderes agradecendo a presença de todas – infelizmente, os Líderes de todos os Partidos não se puderam fazer presentes porque estão nas Comissões.

Apesar de dizerem que o Congresso Nacional está parado, o Congresso está trabalhando mais do

que nunca. O Senado da República está com a pauta limpa, termo que costumamos dizer, e as Comissões funcionando normalmente.

Essa é uma questão da maior importância neste momento, especialmente para o nosso Senado da República.

Nosso muito obrigada a cada uma e um abraço muito carinhoso por estarmos juntas hoje. (Palmas!)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a busca da igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história recente do Brasil, história construída em diferentes espaços, por diferentes mulheres, de diferentes maneiras. No privado e no público, questionando essa rígida divisão e ampliando suas intersecções, as mulheres estão alterando relações cristalizadas e desiguais de poder.

Gerações de mulheres e homens têm dedicado parte de suas vidas à construção de um mundo de igualdades: igualdade entre mulheres e homens que respeite as diferentes orientações sexuais; igualdades raciais e étnicas que façam com que as diferenças de cor e origem também sejam apenas mais uma expressão da rica diversidade humana; igualdades de oportunidades para todas as pessoas.

Estamos, hoje, celebrando os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1984, o Seminário Mulher e Política, realizado em São Paulo, propôs a criação de uma instância nacional de defesa dos direitos das mulheres. Após aquele encontro, a Deputada Ruth Escobar liderou comissão que procurou o então governador de Minas Gerais Tancredo Neves, eleito por um colégio eleitoral para a Presidência da República, com o intuito de negociar a criação de um organismo específico para as mulheres.

Em agosto de 1985, finalmente foi atendida a histórica reivindicação das mulheres e criado o CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, por intermédio de Lei, com o objetivo de “promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”.

Na primeira gestão do CNDM, entre 1985 e 1989, o Conselho investiu seus esforços nas áreas de saú-

de, legislação específica, educação, trabalho rural e urbano, violência, combate ao racismo, implantação de creches. Nesse período, apoiou a defesa das propostas da campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, junto ao Congresso Nacional, que estabelecia uma nova Constituição para o País, aprovada em 1988. Foram desenvolvidas campanhas publicitárias e houve o acompanhamento dos trabalhos das comissões no Congresso, realizando um verdadeiro *lobby*, o “*lobby* do batom”, como ficou conhecido na época.

Em janeiro de 1989, o então Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, propôs transformar o CNDM em um simples órgão deliberativo, muito impulsionado pelo sucesso das ações do CNDM conseguidas no ano anterior, quando aprovou 80% de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988. Nesse momento, foram nomeadas 12 novas conselheiras, sem identidade alguma com o movimento de mulheres, o que provocou a renúncia coletiva das equipes técnica e financeira.

Na era Collor, o CNDM sofreu novo golpe. Perdeu sua autonomia administrativa e financeira pela Medida provisória nº 150, de 15 de agosto de 1990.

Em 1994, o movimento de mulheres encaminhou aos candidatos à Presidência da República, uma proposta de criação de um Programa de Igualdade e Direitos da Mulher, ligado à Casa Civil da Presidência, cuja estrutura contaria com um Conselho Deliberativo e com uma Secretaria Especial.

No entanto, ao tomar posse em 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reativou o CNDM, sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e com a nomeação de Conselheiras e Presidente sem consultar ao movimento de mulheres e feminista. Em 1997, no segundo Governo FHC, o CNDM mais uma vez perdeu o *status*, tendo sido rebaixado dentro da estrutura do Ministério da Justiça.

Em 2002, motivada pela pressão das redes nacionais de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ainda subordinada à pasta da Justiça, mas, no entanto, a lei que a instituiu não regulamentou e não define sua competência e estrutura.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sempre motivou e levou para a sociedade os debates e discussões sobre a questão da Mulher, embora seu poder de decisão tenha sido pequeno dentro da estrutura de Estado ao qual estava ligado.

Porém, em 2003, no primeiro dia de seu Governo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A SPM passa a abrigar em sua estrutura o CNDM, que colabora e contribui nas ações e direções da Secretaria, estabe-

lecendo a necessária interlocução com o movimento de mulheres e feminista.

Hoje, temos o que celebrar. O Governo federal está cumprindo o seu papel. Suas ações têm apoiado e incentivado o caminho da igualdade de gênero no Brasil.

O Plano Plurianual 2004-2007 trouxe à tona uma perspectiva inovadora inclusiva, na medida em que adotou, pela primeira vez no País, na plataforma política de Governo, “a viabilização da inclusão social, da equalização das oportunidades – gênero, raça, etnia, pessoas portadoras de necessidades especiais e da cidadania”. Portanto, propôs a garantia de que o recorte transversal de gênero esteja presente na formulação e implementação de políticas públicas no País.

A criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é um claro sinal disso. Segundo a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres e Presidenta do CNDM, Nilcéa Freire, o plano foi “tecido a partir das diretrizes definidas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, indica as políticas e linhas de ação propostas para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. O Plano está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres”.

A Secretária reitera também, a importância da criação da SPM, “impulsionadora e articuladora dessa nova institucionalização, representou um imenso avanço para o movimento feminista na sua luta pelo fim da desigualdade de gênero. A Secretaria inaugurou um momento novo na história do Brasil, e sua existên-

cia já apresentou resultados positivos na formulação, coordenação e articulação de políticas. A atuação da Secretaria, para promover a transversalidade das políticas para mulheres e a igualdade de gênero, revela-se um enorme desafio”.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2003, reuniu 1787 delegadas, e mais de 700 observadoras e convidadas. O processo de preparação envolveu mais de 120 mil mulheres que discutiram, em plenárias municipais e regionais e em conferências estaduais, a situação das mulheres brasileiras, com o objetivo de propor as diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Assim, um modelo de gestão solidária e compartilhada, de permanente diálogo com os movimentos e setores sociais é reafirmado. Com isso, o Governo pretende que as políticas para as mulheres sejam efetivamente aplicadas. As estatísticas revelam o papel central das mulheres na vida brasileira e evidenciam as discriminações, desigualdades e violências a que ainda estão submetidas. A história demonstra, dia a dia, a luta das mulheres para superá-las. Apesar de ainda estarmos distantes do nosso ideal, já caminhamos muito. Hoje, temos a certeza de que com a nossa força, com a nossa garra, com a nossa determinação, breve chegaremos lá.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se à sessão às 12 horas e 50 minutos.)

Ata da 160ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Aelton Freitas, Paulo Paim,
Mozarildo Cavalcanti, João Batista Motta, da Sra. Ana Júlia Carepa e do Sr. Alberto Silva*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/9/2005 07:33:15 até 15/9/2005 19:46:23

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.664, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei a Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392, de 2003, na origem), apresentado pelo Deputado Murilo Zauith e aprovado pela Câmara dos Deputados após manifestação favorável de três Comissões daquela Casa.

Destina-se o projeto a homenagear o engenheiro agrônomo Alfeo Almeida Velozo pelos relevantes serviços prestados ao Município de Dourados (MS) e adjacências. Para isso, é proposta a atribuição de seu nome ao trecho da rodovia BR-376 compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-163, nas proximidades de Dourados, e a localidade de Fátima do Sul, também no Estado do Mato Grosso do Sul.

O homenageado é natural da cidade de Severínia, Estado de São Paulo. Em 1959, graduou-se na Faculdade Superior de Agronomia e Veterinária, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Embora tenha chegado já adulto ao Mato Grosso do Sul, foi nesse estado que construiu sua vida profissional e familiar. Faleceu em 1994, aos 61 anos de idade.

Ao justificar a proposição, o autor ressalta a bem-sucedida atuação do homenageado à frente do Núcleo Colonial de Dourados, organização que administrou com dedicação e idealismo. São reconhecidas como fruto de seu trabalho obras estratégicas para o escoamento da produção agrícola local, incluindo a construção de estradas de rodagem e pontes que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da região de Dourados e municípios vizinhos.

À Comissão de Educação compete examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

No mérito, a biografia do homenageado justifica plenamente a iniciativa, já que o competente engenheiro agrônomo estabeleceu forte ligação com a população de Dourados, notadamente os colonos, e participou ativamente da luta pelo desenvolvimento da região onde se situa o trecho rodoviário escolhido, com muita propriedade, para a homenagem.

Quanto à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos atinentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, a teor do disposto nos arts. 22, inciso XI, 48 e 61, **caput**, da Constituição Federal.

Verifica-se igualmente observância aos critérios que disciplinam a atribuição de designação a componentes do Sistema Nacional de Transportes e, de modo geral, aos bens públicos de propriedade da União, conforme disposto nas seguintes leis:

– Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979: os terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Transporte poderão, mediante lei especial, receber designação supletiva àquela de caráter oficial, estabelecida no Plano Nacional de Viação, sendo admissíveis, para esse fim, designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação ou à humanidade;

– Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977: é vedado “atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

A técnica legislativa não demanda correções, estando de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Quanto à redação, todavia, acreditamos que poderia ser aperfeiçoada por meio de pequenos ajustes, nos termos da emenda proposta ao final deste parecer.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005, com as mo-

dificações decorrentes da emenda apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominado "Rodovia Alfeo Almeida Velozo" o trecho da rodovia BR-376


compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR- 163, próximo à cidade de Dourados, e a cidade de Fátima do Sul, ambas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2005.

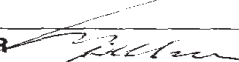


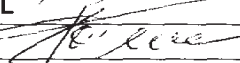
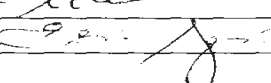
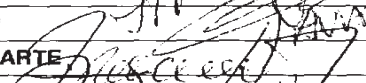
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 041/05 NA REUNIÃO DE 30/08/05
OS SENHORES SENADORES:**

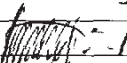
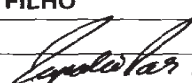
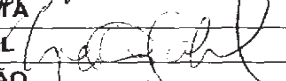
PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Carmo)

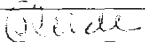
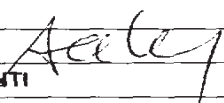
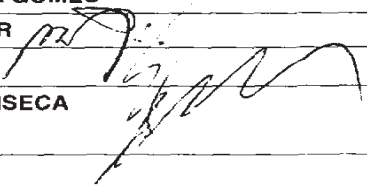
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER 
JOSÉ JORGE 	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO 
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP 	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES 
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR 

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA RELATOR
-----------------	-----------------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....
LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

.....
PARECER Nº 1.665, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, 527 que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 72, de 2005, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido, de iniciativa da Presidência da República.

O art. 1º da proposição tem por objetivo, mediante atribuição de nova redação ao § 3º do art. 523 do Código de Processo Civil (CPC), tomar obrigatória a utilização, nas audiências de instrução e julgamento, do agravo retido oral, que deverá “constar do respectivo termo (art. 475), nele expostas sucintamente as razões do agravante”.

O dispositivo proemial altera também o § 4º do art. 523 do CPC, para dispor que será “retido o agravo das decisões: i) não suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação; ii) posteriores à sentença, salvo nos casos de não admissão da apelação ou relativos aos efeitos em que a apelação é recebida”.

O inciso II do art. 527 do estatuto processual, por sua vez, nos termos que lhe confere o art. 1º da proposição, torna obrigatória a conversão do agravo de instrumento em retido, “nos casos previstos nos incisos I e II do § 4º do art. 523 desta lei”, determinando, ainda, a remessa dos respectivos autos ao juiz da causa.

O inciso V do artigo em exame tem a redação modificada apenas para consignar que o patrono do agravado deverá juntar aos autos, em lugar das “cópias das peças que entender convenientes”, “a documentação que entender conveniente”.

O inciso VI, também do art. 527, passa a adstringir a intervenção do Ministério Público à ultimação das providências previstas nos incisos III, IV e VI do

mesmo dispositivo (atribuição de efeito suspensivo ao recurso ou deferimento de tutela; requisição de informações ao juiz da causa; intimação do advogado do agravado para responder ao recurso).

O art. 1º do PLC ainda acresce um parágrafo único ao art. 527 do CPC, determinando que “a decisão liminar proferida nos casos dos incisos II e III [...] somente [será] passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar”.

O art. 2º, por fim, dispõe sobre a vigência da lei em que eventualmente se convolar o projeto noventa dias após a data de sua publicação.

Na justificação que acompanha a proposta, elaborada pelo Ministério da Justiça, arguiu-se que, “sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária a alteração do sistema processual brasileiro, com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa”.

Argumenta-se, ademais, que o objetivo da proposição é tornar “regra o agravo retido, [...] reservando o agravo de instrumento para as decisões suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”, além de limitar o cabimento do agravo interno, “sem prejuízo da faculdade de o relator reconsiderar sua decisão”.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem assim, no mérito, sobre direito processual.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Além disso, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

No que concerne à juridicidade, a proposta se afigura irretocável, porquanto **i**) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, **ii**) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico, **iii**) possui o atributo da generalidade, **iv**) se afigura dotada de potencial coer-

tividade e **v**) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, detectamos a necessidade de ajustar-se, a proposição, aos ditames da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Assim, deve ser modificada a ementa do projeto, para conferir-lhe a precisão exigida pelo rigor da técnica legislativa.

Ademais, a fim de se preservar a sistematicidade com que são disciplinados os agravos no CPC, cumpre transpor a alteração produzida no § 4º do art. 523 para o **caput** do art. 522, conservando-se a topologia da cláusula geral do cabimento e do prazo. Correlativamente, a redação atribuída ao inciso II do art. 527 do Código deve ser adaptada, bem como revogado o mencionado § 4º do art. 523.

Cumprido, ainda por razões de técnica legislativa, suprimir a grafia cardinal dos prazos constante do art. 527, incisos V e VI, do CPC (nos termos do art. 1º da proposição), e do art. 2º do PLC.

Destacamos, por oportuno, que todos os ajustes cuja implementação se propõe – nos termos das emendas apresentadas ao final deste relatório – são de meramente redacionais, não implicando modificação de fundo na proposta.

No mérito, acedemos por inteiro à iniciativa do Poder Executivo. É que, conquanto tenha a Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, tomado a prestação jurisdicional mais célere e econômica – ao conferir maiores poderes diretores ao relator do agravo de instrumento, entre os quais nos interessam, no particular, os de, recebido o recurso, negar-lhe seguimento ou, de outro modo, convertê-lo em agravo retido, quando não for urgente o pronunciamento jurisdicional –, com a sua edição não se logrou, de modo efetivo, desobstruir a pauta das Cortes ordinárias do crescente número de agravos de instrumento, um dos principais fatores relacionados à morosidade do Poder Judiciário.

Realmente, a norma em referência não satisfaz as expectativas da comunidade jurídica, porquanto os desembargadores, diante da singela faculdade instituída em favor da jurisdição (art. 527, II, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001), tem revelado excessiva cautela na apreciação dos casos que demandam “urgência” ou encerram potencialidade de “dano de difícil e de incerta reparação” (§ 4º do art. 523 do CPC, com a redação que lhe atribuiu a Lei nº 10.352, de 2001), deixando, assim, de determinar a

baixa do agravo de instrumento em muitos casos em que o recurso cabível é o agravo retido.

Dessarte, a obrigatória conversão recursal preconizada pelo art. 1º do Projeto de Lei em apreço – nos termos da nova redação conferida art. 527, II, do CPC, combinada com a modificação dirigida ao art. 523, § 4º, do mesmo Código – atende aos legítimos reclamos dos operadores do direito, à medida que inverte a práxis forense, tomando o agravo retido, sem espaço para dúvida, o recurso-regra conta decisões interlocutórias, e desafoga as cortes ordinárias da excessiva quantidade de agravos de instrumento manejados.

Ressalte-se, pela oportunidade, que a medida vislumbrada não viola o poder de apreciação dos magistrados, que conservam competência hermenêutica para decidir sobre o que se deve haver por “provimento jurisdicional de urgência”.

No mesmo bom caminho da reforma dos arts. 523, § 4º, e 527, II, do CPC, mostra-se inovação dirigida ao § 3º do art. 523 do mesmo Código, no que diz respeito ao célere andamento dos feitos judiciais. Realmente, se o juiz se sentir à vontade para resolver, na própria audiência de instrução e julgamento, determinado incidente, nada mais escorreito que determinar, ao advogado da parte que se der por prejudicada, que interponha, oralmente, o competente agravo retido. Nem se alegue, com isso, ofensa ao princípio da ampla defesa: primeiro porque, caso a questão apresente insofismável complexidade, dificilmente a decidirá o magistrado de plano, isto é, na própria audiência; em segundo lugar porque, caso se trate de hipótese hábil a causar “dano grave e de difícil reparação”, a parte poderá, desde logo, aviar o competente e necessário agravo de instrumento.

A redação atribuída ao inciso V do art. 527 codificado se afigura igualmente salutar, porquanto toma expressa a possibilidade de juntada ao instrumento, pelo agravado, da “documentação que entender conveniente”, e não apenas das “cópias das peças que entender convenientes”. Com efeito, a expressão em vigor conduz a incorreta inteligência, qual seja, a de que somente se pode anexar ao instrumento a reprodução de peças já apresentadas no feito principal, reduzindo demasiadamente o espectro da defesa do recorrido.

A limitação das hipóteses de oitiva do Ministério Público (inciso VI do art. 527) também se revela de bom alvitre. Realmente, não há porque, em vista do postulado da celeridade, manter a possibilidade de invocação, pelo magistrado, do pronunciamento institucional do **Parquet** em todos os casos do art. 527 do CPC – até porque este se daria, no particular, após a prolação das decisões a que se referem os incisos I e II do dispositivo sob exame, em óbice ao regular andamento do processo.

Finalmente, resta analisar a mais importante alteração preconizada pelo PLC nº 72, de 2005 (parágrafo único adicionado ao art. 527 do CPC), consistente no estabelecimento, por via transversa, da irrecorribilidade da decisão monocrática que i) converte em retido o agravo de instrumento, lhe ii) atribui efeito suspensivo ou iii) defere a tutela recursal, no todo ou em parte. Trata-se de tema que demanda maior detenção.

É que a razão da existência dos recursos reside, por uma parte, na natureza irresignável do ser humano diante de situações – no caso, decisões – adversas, e, por outra, na falibilidade inata aos órgãos que exercitam a jurisdição.

Realmente, por mais que justa seja a decisão exarada, dificilmente conformar-se-á o indivíduo, sobretudo se o provimento for único. Humberto Theodoro Junior, a propósito, afirma, resgatando ensinamento de Gabriel Rezende Filho, que “psicologicamente, o recurso corresponde a uma irresistível tendência humana”, acrescentando que, “na verdade, é intuitiva a inconformação de qualquer pessoa diante do primeiro juízo ou parecer que lhe é dado. Naturalmente, busca-se uma segunda ou terceira opinião.” (**Processo de conhecimento. Vol. I, p. 488**).

Como bem acentuou Lino Enrique Palacio, “a razão de ser dos recursos reside na falibilidade do juízo humano e na conseqüente conveniência de que, por via do reexame, as decisões judiciais se adaptem, na maior medida possível, às exigências da justiça” (**Manual de Derecho Procesal Civil, p. 570, tradução livre**).

Essa possibilidade de revisão dos provimentos judiciais, mais que uma possibilidade jurídica e uma faculdade deferida aos jurisdicionados, afigura-se decorrente de uma inapelável necessidade de autocorreção do sistema judicial, tendente a evitar os tantos erros de julgamento e de procedimento em que incorrem os magistrados, ora por incúria, ora por má-fé. Nesse sentido, a prerrogativa do duplo grau de jurisdição, **verbi gratia**, revela-se uma garantia essencial à boa justiça.

É preciso ter em conta, no entanto, que a persecução da justiça e da conformação do sucumbente não pode ser incessante, pena de se eternizarem os litígios, causando inconveniente insegurança jurídica e gerando, inevitavelmente, injustiça.

Com efeito, devem ser conciliados, tanto quanto possível, os fins jurídico – substanciado na prolação de decisões efetivas e seguras – e social da jurisdição, isto é, a pacificação por meio da eliminação judicial dos conflitos, o que demanda economia e celeridade.

Eis aí o maior problema do processualista e, pois, do legislador: equilibrar esses dois aspectos da jurisdição.

Não obstante o ideal fosse a justaposição das duas decisões, de sorte que a segunda reafirmasse, sempre, a certeza da primeira, ou que se repetissem ambas até a obtenção da dupla conformidade, injunções de ordem prática, fundadas na economia e na necessidade de breve restauração da paz coletiva, afetada pelos litígios, com as quais deve o legislador transacionar, aconselham ora a forma transacional de prevalência do segundo julgado, ora a estipulação da irrecorribilidade de determinado provimento, a fim de se evitar a ilimitada repetição do pleito, o que, além de não assegurar, no seu resultado último, certeza absoluta de justiça, encarece desmedidamente o custo da prestação jurisdicional, em prejuízo do interesse público de estabilidade dos direitos (Miguel Seabra Fagundes. **Dos recursos ordinários em matéria civil**, p. 13, nota 18).

Por essa razão, impõe-se a limitação do número de recursos, a fim de se evitar, mediante decisões protegidas pela preclusão ou pela coisa julgada, o prosseguimento nocivo das controvérsias. Tal necessidade era já observada por Eduardo Coutore, ao consignar que “a medida que o tempo passa, vai-se restringindo a possibilidade de recorrer. Em nosso país, toda a legislação posterior à codificação de 1879 não é outra coisa senão um processo de supressão e cerceamento dos recursos tradicionais. A tendência de nosso tempo é aumentar os poderes do juiz e diminuir o número de recursos: é o triunfo de uma justiça pronta e firme sobre a necessidade de uma justiça boa, mas lenta” (**Fundamentos del derecho procesal civil**, p. 349, *tradução livre*).

Na mesma esteira, Humberto Theodoro Júnior assevera que o legislador brasileiro deve ter coragem de “inovar o sistema recursal como um todo, reduzindo o número de recursos e os casos de respectivo cabimento. Não há processo civil algum, no direito contemporâneo dos povos cultos, que contemple uma gama tão ampla de possibilidade de acesso à via recursal como a do Código brasileiro” (**O processo civil brasileiro: no limiar do novo século**, p. 191).

Diante dessas asserções, é possível inferir que permitir a recorribilidade da decisão monocrática que antecipa a tutela recursal, confere efeito suspensivo ao agravo de instrumento, ou, inversamente, converte-o em agravo retido, é uma questão, mais que técnica, de política judiciária, em que o aspecto da segurança (escopo jurídico) ocupa papel primordial, devendo, todavia, conciliar-se com os objetivos de celeridade e efetividade processuais (fim social da jurisdição).

Nesse panorama, a opção adotada pela proposição revela-se-nos a mais adequada à realidade brasileira. Devemos, realmente, perseguir a celeridade processual, até porque, após a edição da Lei nº 10.352, de 2001, aumentou, em muitos casos, o trabalho das

cortes ordinárias, em vista da constante interposição de agravos internos (ou regimentais) das decisões que determinam a conversão do agravo de instrumento, em detrimento da economia almejada.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, com as seguintes emendas, meramente de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 72, de 2005, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 72, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

..... (NR)

Art. 523.

§ 3º Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo (art. 457), nele expostas sucintamente as razões do agravante. (NR)

Art. 527.

.....

II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa.

.....

V – mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de dez dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e naquelas em que o expediente forense for divulgado no **diário oficial**, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial.

VI – ultimadas as providências referidas nos incisos III a V do **caput** deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de dez dias.

Parágrafo único. A decisão liminar, preferida nos casos dos incisos II e III do **caput** deste artigo, somente é passível de reforma

no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar. (NR)

EMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao art. 2º do PLC nº 72, de 2005, a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Acrescente-se ao PLC nº 72, de 2005, um art. 3º, com a seguinte redação:

Art. 3º Fica revogado o § 4º do art. 523 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 72 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Edison Lobão</i> Senador Edison Lobão
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (Relator)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB)**	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(**)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001);

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem

os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

.....
Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, retido nos autos ou

por instrumento. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995)

Parágrafo único. O agravo retido independe de prepara. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995)

Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995)

.....
 § 3º Das decisões interlocutórias proferidas em audiência admitir-se-á interposição do agravo retido, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão. (Incluído pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995)

§ 4º Será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e de incerta reparação, nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida. (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

.....
 LEI Nº 10.352, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2001

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, referentes a recursos e ao reexame necessário.

.....
 LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-01-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

PARECER Nº , DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, que dá nova reda-

ção aos arts. 523 e 527 da Lei da Câmara nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 72, de 2005, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido, de iniciativa da Presidência da República.

O art. 1º da proposição tem por objetivo, mediante atribuição de nova redação ao § 3º do art. 523 do Código de Processo Civil (CPC), tomar obrigatória a utilização, nas audiências de instrução e julgamento, do agravo retido oral, que deverá “constar do respectivo termo (art. 475), nele expostas sucintamente as razões do agravante”.

O dispositivo proemial altera também o 540 do art. 523 do CPC, para dispor que será “retido o agravo das decisões: i) não suscetíveis de causar á parte lesão grave e de difícil reparação; ii) posteriores à sentença, salvo nos casos de não admissão da apelação ou relativos aos efeitos em que a apelação é recebida”.

O inciso II do art. 527 do estatuto processual, por sua vez, nos termos que lhe confere o art. 1º da proposição, torna obrigatória a conversão do agravo de instrumento em retido, “nos casos previstos nos incisos I e II do § 4º do art. 523 desta Lei”, determinando, ainda, a remessa dos respectivos autos ao juiz da causa.

O inciso V do artigo em exame tem a redação modificada apenas para consignar que o patrono do agravado deverá juntar aos autos, em lugar das “cópias das peças que entender convenientes”, “a documentação que entender conveniente”.

O inciso VI, também do art. 527, passa a adstringir a intervenção do Ministério Público à ultimação das providências previstas nos incisos III, IV e VI do mesmo dispositivo (atribuição de efeito suspensivo ao recurso ou deferimento de tutela; requisição de informações ao juiz da causa; intimação do advogado do agravado para responder ao recurso).

O art. 1º do PLC ainda acresce um parágrafo único ao art. 527 do CPC, determinando que “a decisão liminar proferida nos casos dos incisos II e III [...] somente [será] passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar”.

O art. 2º, por fim, dispõe sobre a vigência da Lei em que eventualmente se convolar o projeto noventa dias após a data de sua publicação.

Na justificação que acompanha a proposta, elaborada pelo Ministério da Justiça, argúi-se que, “sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária à alteração do sistema processual brasileiro, com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa”.

Argumenta-se, ademais, que o objetivo da proposição é tomar “regra o agravo retido, [...] reservando o agravo de instrumento para as decisões suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”, além de limitar o cabimento do agravo interno, “sem prejuízo da faculdade de o relator reconsiderar sua decisão”.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem assim, no mérito, sobre direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 72, de 2005, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétreia alguma. Além disso, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

No que concerne à técnica legislativa, detectamos a necessidade de ajustar-se, a proposição, aos ditames da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Assim, deve ser modificada a ementa da proposta, para conferir-lhe a precisão exigida pelo rigor da técnica legislativa.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coercitividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, entretanto, o PLC nº 72, de 2005, conquanto louváveis as razões que presidiram sua apresentação, revela-se carente de aperfeiçoamento. Preliminarmente, cumpre destacar que a inovação dirigida ao § 3º do art. 523 do Código de Processo Civil pode mais prejuízos que benefícios trazer para o bom e célere andamento dos feitos judiciais. E que, conforme a prescrição em vigor, admite-se o uso do agravo retido na forma oral para impugnar decisões interlocutórias proferidas em quaisquer audiências (de conciliação, preliminar ou de instrução e julgamento), e não apenas as pronunciadas em audiência de instrução e julgamento. A alteração acaba por restringir, segundo se vê, o alcance da norma em referência. Ademais, é inegável que, a depender da complexidade da causa, a obrigatoriedade de interposição oral do agravo retido, justamente em audiência destinada à produção de provas, poderá acarretar indesejável prejuízo para a defesa da parte que se houver por prejudicada – razão porque o estabelecimento de uma regra de tal teor não nos parece de bom alvitre.

A atual redação do § 4º do art. 523 do CPC também se mostra mais apropriada que a sugerida. Explica-se. A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001, com o objetivo de proporcionar aos cidadãos uma prestação jurisdicional mais célere, econômica e, portanto, efetiva, houve por bem conferir maiores poderes diretores ao relator do agravo de instrumento (art. 527, incisos I e II, do CPC), entre os quais nos interessam, no particular, os de, recebido o recurso, negar-lhe seguimento ou, de outro modo, convertê-lo em agravo retido, salvo quando houver risco de lesão de difícil ou incerta reparação para os interesses controvertidos na demanda (em outras palavras, quando o provimento jurisdicional não se revelar urgente).

A possibilidade (e não obrigatoriedade, como impõe o texto do PLC nº 72, de 2005) de conversão do agravo de instrumento em retido atendeu – registre-se – aos legítimos reclamos dos operadores do direito, pois teve em vista desafogar as cortes ordinárias do acessivo número de recursos interpostos, em especial o recurso de agravo.

Mas não foi só. De fato, a mencionada Lei nº 10.352, de 2001, a propósito de estimular a utilização do agravo retido – que, antes da reforma, era manejado segundo a livre convicção do agravante -, erigiu-o à condição de recurso-regra contra decisões interlocutórias, elasticendo seu campo de incidência e invertendo a práxis forense, que privilegiava, à exaustão, o aviamento do agravo de instrumento.

Esse o sentido que se deve extrair da prescrição contida na norma encenada no § 4º do art. 523 do CPC:

Art. 523.

§ 4º Será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e de incerta reparação, nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.

Releva ressaltar, ainda, que, em vista do arcabouço processual posto à disposição dos magistrados, a racionalização do uso dos agravos e, pois, a promoção da celeridade jurisdicional, depende, mais que de novas reformas legislativas, da efetiva aplicação do direito positivo. Dessarte, afigura-se-nos, salvo melhor juízo, inconveniente e, porque não dizer, desnecessária (porquanto parcialmente atendida pelo Código), a alteração destinada ao § 4º do art. 523 do CPC (art. 1º do PLC).

Por sua vez, o inciso II do art. 527 codificado, nos termos do art. 1º da proposição em exame, torna obrigatória (e não mais possível) a conversão do agravo de instrumento em retido, quando interposto fora dos casos em que é admitido (existência de risco de lesão grave e de difícil reparação, ou nas hipóteses de inadmissão de apelação ou relativos aos efeitos em que se recebe a apelação). De modo bastante diverso determina a norma em vigor;

Art. 527.

II – poderá [o relator] converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais, cabendo agravo dessa decisão ao órgão colegiado competente;

Na atual sistemática – como se vê -, o desembargador que receber o agravo de instrumento está autorizado a convertê-lo em retido, salvo se for o caso “de inadmissão da apelação e [dos] efeitos em que a apelação é recebida” ou, ainda, se entender que não se trata de alguma das hipóteses de admissão previstas (provisão jurisdicional de urgência, existência de perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação).

Procurou-se, em síntese, outorgar ao relator do agravo poderes para desobstruir a pauta das abarrotadas cortes ordinárias, mediante a diminuição do número de recursos processados. Cuida-se, acertadamente, de uma faculdade, e não de um dever, uma vez que, conforme as circunstâncias, o magistrado encarregado

do exame poderá vislumbrar a conveniência de, desde logo, solucionar a questão processual pendente.

Cumpra pôr em claro que a análise do cabimento do agravo de instrumento comporta-se, com exclusividade, no juízo fundamentado do desembargador-relator, que poderá admiti-lo ou determinar o seu retorno à instância a qua. Ademais, mesmo se entender o julgador que não estão presentes os pressupostos de admissibilidade, poderá determinar o processamento do recurso na modalidade instrumental.

Consoante bem observou Leonardo José Carneiro da Cunha, “há casos em que, mesmo não havendo urgência nem risco de lesão, impende que se mantenha o agravo de instrumento, não o convertendo na sua modalidade retida”, como no caso do “agravo interposto de decisão que aprecia a impugnação ao valor da causa [...] e, bem assim, nas hipóteses em que falece interesse recursal na modalidade retida” (Inovações no Processo Civil: Comentários às Leis 10.352 e 10.358/2001. São Paulo: Dialética, 2002, p. 103).

Eis, em suma, os procedimentos que podem ser adotados quanto ao agravo de instrumento:

a) o relator analisa o agravo e, percebendo que não se trata de uma das conjecturas do art. 527, II, do CPC, determina a sua baixa e retenção nos autos. Dessa decisão cabe agravo regimental, no prazo de cinco dias, após os quais o magistrado (relator) o remeterá à decisão da Turma ou Câmara. Provido o agravo regimental, será reformada a decisão que determinou a transformação do recurso;

b) não havendo reforma da decisão que converteu o agravo de instrumento em retido (quer por não ter sido interposto o regimental, quer por ter-lhe sido negado provimento), materializar-se-á a convolação, devendo o agravante ratificar as razões do recurso, por ocasião da apelação;

c) o relator, mesmo em vista da não-incidência do instrumento em uma das hipóteses do art. 527, II, do CPC, pode recebê-lo e dar-lhe processamento (atendendo o disposto no art. 527, inciso III e seguintes, do CPC).

Mais uma vez, a solução já se encontra no ordenamento jurídico positivo, ainda carente – por razões internas do Poder Judiciário – de efetiva aplicação. Tais as razões que subsidiam, a nosso ver, a manutenção da vigente redação do inciso II, do art. 527, do CPC.

A redação atribuída ao inciso V do art. 527 codificado, de sua parte, parece-nos, à primeira vista, inócua, porquanto limitada à permuta da expressão “cópias das peças que entender convenientes” por “do-

cumentação que entender conveniente”; além disso, a utilização do vocábulo “documentação” pode facilmente conduzir o operador do direito a indesejável interpretação, segundo a qual o advogado do agravado deverá juntar aos autos do recurso documentos originais, em detrimento das respectivas cópias, consoante o permite a disposição em vigor.

A limitação das hipóteses de oitiva do Ministério Público (inciso VI do art. 527) não encontra, salvo melhor juízo, fundamento que lhe permita prosperar, por duas razões: primeiro porque os incisos I e II do art. 527 versam providências judiciais enérgicas – fundadas, muitas vezes, na apreciação subjetiva dos fatos contidos -, para as quais o magistrado pode entender indispensável o pronunciamento institucional do Parquet, ainda que a posteriori; segundo porque a manifestação do órgão ministerial se dará sempre a critério do juiz, conforme as circunstâncias do caso, não representando, portanto, óbice ao regular andamento do processo.

Finalmente, resta analisar a mais importante alteração preconizada pelo PLC nº 72, de 2005 (parágrafo único adicionado ao art. 527 do CPC), consistente no estabelecimento, por via transversa, da irrecorribilidade da decisão monocrática que i) converte em retido o agravo de instrumento, lhe ii) atribui efeito suspensivo ou iii) defere a tutela recursal, no todo ou em parte. Trata-se de tema que demanda maior detenção.

É que a razão da existência dos recursos reside, por uma parte, na natureza irresignável do ser humano diante de situações – no caso, decisões – adversas, e, por outra, na falibilidade inata aos órgãos que exercitam a jurisdição.

Realmente, por mais que justa seja a decisão exarada, dificilmente conformar-se-á o indivíduo, sobretudo se o provimento for único. Humberto Theodoro Junior, a propósito, afirma, resgatando ensinamento de Gabriel Rezende Filho, que “psicologicamente, o recurso corresponde a uma irresistível tendência humana”, acrescentando que, “na verdade, é intuitiva a inconformação de qualquer pessoa diante do primeiro juízo ou parecer que lhe é dado. Naturalmente, buscase uma segunda ou terceira opinião.” (**Processo de conhecimento**. Vol. I, p. 488).

Como bem acentuou Lino Enrique Palacio, “a razão de ser dos recursos reside na falibilidade do juízo humano e na conseqüente conveniência de que, por via do reexame, as decisões judiciais se adaptem, na maior medida possível, às exigências da justiça” (**Manual de Derecho Procesal Civil**, p. 570, tradução livre).

Essa possibilidade de revisão dos provimentos judiciais, mais que uma possibilidade jurídica e uma faculdade deferida aos jurisdicionados, afigura-se de-

corrente de uma inapelável necessidade de autocorreção do sistema judicial, tendente a evitar os tantos erros de julgamento e de procedimento em que incorrem os magistrados, ora por incúria, ora por má-fé. Nesse sentido, a prerrogativa do duplo grau de jurisdição, **verbi gratia**, revela-se uma garantia essencial à boa justiça.

É preciso ter em conta, no entanto, que a persecução da justiça e da conformação do sucumbente não pode ser incessante, pena de se eternizarem os litígios, causando inconveniente insegurança jurídica e gerando, inevitavelmente, injustiça.

Com efeito, devem ser conciliados, tanto quanto possível, os fins jurídico – substanciado na prolação de decisões efetivas e seguras – e social da jurisdição, isto é, a pacificação por meio da eliminação judicial dos conflitos, o que demanda economia e celeridade.

Eis aí o maior problema do processualista e, pois, do legislador: equilibrar esses dois aspectos da jurisdição.

De fato, não obstante o ideal fosse a justaposição das duas decisões, de sorte que a segunda reafirmasse, sempre, a certeza da primeira, ou que se repetissem ambas até a obtenção da dupla conformidade, injunções de ordem prática, fundadas na economia e na necessidade de breve restauração da paz coletiva, afetada pelos litígios, com as quais deve o legislador transacionar, aconselham ora a forma transacional de prevalência do segundo julgado, ora a estipulação da irrecorribilidade de determinado provimento, a fim de se evitar a ilimitada repetição do pleito, o que, além de não assegurar, no seu resultado último, certeza absoluta de justiça, encarece desmedidamente o custo da prestação jurisdicional, em prejuízo do interesse público de estabilidade dos direitos.

Por essa razão, impõe-se a limitação do número de recursos, a fim de se evitar, mediante decisões protegidas pela preclusão ou pela coisa julgada, o prosseguimento nocivo das controvérsias. Tal necessidade era já observada por Eduardo Coutore, ao consignar que “à medida que o tempo passa, vai-se restringindo a possibilidade de recorrer. Em nosso País, toda a legislação posterior à codificação de 1879 não é outra coisa senão um processo de supressão e cerceamento dos recursos tradicionais. A tendência de nosso tempo é aumentar os poderes do juiz e diminuir o número de recursos: é o triunfo de uma justiça pronta e firme sobre a necessidade de uma justiça boa, mas lenta” (**Fundamentos del derecho procesal civil**, p. 349, tradução livre).

Na mesma esteira, Humberto Theodoro Júnior assevera que o legislador brasileiro deve ter coragem de “inovar o sistema recursal como um todo, reduzindo

o número de recursos e os casos de respectivo cabimento. Não há processo civil algum, no direito contemporâneo dos povos cultos, que contemple uma gama tão ampla de possibilidade de acesso à via recursal como a do Código brasileiro” (**O processo civil brasileiro**: no limiar do novo século, p. 191).

Diante dessas asserções é possível inferir que permitir a recorribilidade da decisão monocrática que converte o agravo de instrumento em retido é uma questão, mais que técnica, de política judiciária, em que o aspecto da segurança (escopo jurídico) ocupa papel primordial, devendo, todavia, conciliar-se com os objetivos de celeridade e efetividade processuais (fim social da jurisdição).

Nesse panorama, a opção adotada pela proposição em apreço revela-se-nos, em um primeiro momento, adequada, quanto à determinação da irrecorribilidade da decisão que determina a conversão em retido do agravo de instrumento. Trata-se, com efeito, de questão em que o aspecto segurança pode, inequivocamente, ceder espaço ao aspecto celeridade. Entretanto, quanto à irrecorribilidade da decisão que atribui efeito suspensivo ao agravo, ou que defere, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, a proposta se mostra de todo inconveniente.

Realmente, se é irrespondível que devemos, no plano legislativo, prover, tanto quanto possível, condições para o alcance efetivo da celeridade processual – sobretudo porque, após a edição da Lei nº 10.352, de 2001, aumentou, em muitos casos, o trabalho das cortes ordinárias, em vista da constante interposição de agravos internos (ou regimentais) das decisões que determinam a conversão do agravo de instrumento, em detrimento da economia almejada –, não menos correto é que não podemos, em nome dessa mesma celeridade, dispensar certos expedientes recursais essenciais à salvaguarda dos direitos postos em litígio.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, na forma do seguinte substitutivo:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 72 (SUBSTITUTIVO), DE 2005 – CCJ**

Altera o § 4º do art. 523 e o inciso II do art. 527 da Lei nº 869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos ao cabimento e à disciplina dos agravos retido e de instrumento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 523 e o inciso II do art. 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de

Processo Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 523.

§ 4º Será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de provisão jurisdicional de urgência, dano de difícil e de incerta reparação, nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida.(NR)

Art. 527.

II – poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provimento jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo a respectiva petição ao juízo da causa, onde será juntada aos autos principais, desprezadas as peças que formaram o instrumento, não cabendo recurso dessa decisão.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.664, de 2005**, da Comissão de Educação, sobre a seguinte matéria:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005** (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.665, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005** (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2005

Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 15-A. É vedada a concessão de qualquer dos benefícios previdenciários de que trata esta lei ao parlamentar que tenha tido seu mandato cassado, ou ao que renunciou ao mesmo, visando frustrar a instauração de procedimento capaz de resultar na decretação da perda desse mandato, conforme ato da Mesa Diretora da Casa Legislativa, ouvido, o órgão tutor da ética e decoro parlamentar.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.506/97, que além de ter extinguido o IPC, passou a ditar as normas que regulam o sistema previdenciário parlamentar, especificamente, dispôr sobre as aposentadorias e pensões dos Congressistas e seus dependentes.

A presente proposição visa incluir no supracitado diploma legal, a condição **sine qua non**, de uma postura mínima condizente com a ética e o decoro parlamentar, para que este e, conseqüentemente seus legatários, possam fazer jus aos benefícios concedidos.

É impensável, ilegítimo e inadmissível que um parlamentar que tenha tido seu mandato cassado, ou que tenha renunciado ao mesmo por estar sujeito a cassação, poder usufruir de um substancioso subsídio, sendo que não houve a recíproca do comportamento de respeito a coisa pública e à vontade de seus representados.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2005

Reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2006, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 1.164,00	—	—
De 1.164,01 até 2.326,00	15	174,60
Acima de 2.326,00	25	407,20

Tabela Progressiva Anual

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 13.968,00	—	—
De 13.968,01 até 27.912,00	15	2.095,20
Acima de 27.912,00	25	4.886,40

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após a estabilização da economia alcançada com o Plano Real, a Lei nº 9.250, de 1995, instituiu a alíquota de 25% aplicável sobre a maior faixa de renda da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A título provisório, válido somente para os anos-calandário de 1998 e 1999, o art. 21 da Lei nº 9.532, de 1997, majorou a alíquota para 27,5%. Porém, como tudo no Brasil que é gravoso ao contribuinte toma-se permanente, do que é exemplo a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMIF), uma sucessão de leis vem prorrogando a vigência da alíquota majorada.

A última delas, a Lei nº 10.828, de 23 de dezembro de 2003, fixou a data próxima de 31 de dezembro de 2005 para o término da vigência da alíquota de 27,5%, então preconizada pela Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. Com base na mencionada Lei nº 10.828, de 2003, o Poder Executivo encaminhou, em 31 de agosto de 2005, a proposta orçamentária para o ano de 2006 com previsão de uma desoneração de R\$2,89 bilhões em função do retomo da alíquota histórica de 25%.

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, contudo, resolveram retificar a proposta orçamentária, sob o argumento de que a Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005, ao reiterar a aplicação da alíquota de 27,5% sem lhe impor limitação no tempo, teria revogado tacitamente a data de 31 de dezembro de 2005, estabelecida na Lei nº 10.828, de 2003.

O presente projeto de lei visa a garantir o respeito ao contribuinte e também a segurança jurídica. A proposta reduz de 27,5% para o percentual histórico de 25% a alíquota incidente sobre a maior faixa de renda da tabela progressiva do IRPF.

Além de preconizada pela Lei nº 10.828, de 2003, a medida é oportuna em face do propósito, manifestado pelo Poder Executivo após sucessivos recordes de arrecadação ao longo dos anos 2004 e 2005, de promover a desoneração tributária, já colocado em prática com a edição da Medida Provisória nº 252, de 2005, conhecida por “MP do Bem”.

Não se diga que a desoneração aqui propugnada vá beneficiar somente os ricos. A alíquota de 25% incidirá sobre os rendimentos da pessoa física superiores a R\$2.326,00 ao mês ou, de forma equivalente, R\$27.912,00 ao ano. Esses valores caracterizam renda de classe média, que, hoje, é o estamento social que mais paga tributos no Brasil.

A conversão em lei do projeto ora apresentado acarretará redução na arrecadação do IRPF no valor de

R\$2,89 bilhões no ano-calandário de 2006, conforme estimado pelo próprio Poder Executivo. Como se está a assegurar a aplicação da Lei nº 10.828, de 2003, não há falar em concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, razão pela qual são impertinentes ao projeto as disposições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000).

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.
– Senador **Sérgio Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1996 o imposto de renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta lei.

Art. 2º Os valores expressos em UFIR na legislação do imposto de renda das pessoas físicas ficam convertidos em Reais, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

CAPÍTULO II

Da Incidência Mensal do Imposto

Art. 3º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 900,00	-	-
acima de 900,00 até 1.800,00	15	135
acima de 1.800,00	25	315

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

.....

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2003, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, a alíquota, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), e as parcelas a deduzir, até 31 de dezembro de 2001, de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais) e R\$4.320,00 (quatro mil, trezentos e

vinte reais), e a partir de 1º de janeiro de 2002, aquelas determinadas pelo art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a saber, de R\$423,08 (quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e R\$5.076,90 (cinco mil e setenta e seis reais e noventa centavos)

LEI Nº 10.451, DE 10 DE MAIO DE 2002

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00	-	-
De 1.058,01 até 2.115,00	15	158,70
Acima de 2.115,00	27,5	423,08

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 até 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

LEI Nº 10.828, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

Altera a legislação tributária federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2005, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as tabelas progressivas mensal e anual de que trata o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, alterado pelos arts. 1º da Lei nº 9.887, de 7 de dezembro de 1999, e 63 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Antônio Palocci Filho.**

LEI Nº 11.119, DE 25 DE MAIO DE 2005

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 1.164,00	-	-
De 1.164,01 até 2.326,00	15	174,60
Acima de 2.326,00	27,5	465,35

Tabela Progressiva Anual

Base de Cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a Deduzir do Imposto em R\$
Até 13.968,00	-	-
De 13.968,01 até 27.912,00	15	2.095,20
Acima de 27.912,00	27,5	5.584,20

(À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.010, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Doutor Miguel Rossetto, em caráter de urgência, as seguintes informações:

1 – Quadro de evolução da reforma agrária no Brasil, contendo, ano a ano, as terras desapropriadas e o número de famílias assentadas de 1982 a 2005.

2 – Levantamento dos hectares de terra desapropriados para o plano de reforma agrária do governo federal, ano a ano, de 1998 a 2005.

3 – Número de assentamentos feitos pelo Incra, ano a ano, de 1998 a 2005.

4 – Número de assentamentos de trabalhadores rurais efetivados pelo Incra no Estado do Pará, ano a ano, de 1998 a 2005.

5 – Orçamento do Incra, ano a ano, de 1998 a 2005.

6 – Gastos do Incra com desapropriação de terras, ano a ano, de 1998 a 2005.

7 – Levantamentos do Incra sobre o número de trabalhadores rurais acampados, inclusive às margens de rodovias, ano a ano, de 1998 a 2005.

8 – Número de propriedades rurais invadidas no Brasil, ano a ano, de 1998 a 2005.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.

– **Flexa Ribeiro.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, art. 216, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.011, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do PLS 418, de 2003-C, e do PLS 49, de 2005-C, que alteram a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.

– **José Jorge**, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro João Derly, pela conquista da inédita Medalha de Ouro, no Cairo, Egito, no Mundial de Judô.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta brasileiro João Derly, que conquistou para o Brasil, no último dia 10 de setembro, a inédita Medalha de Ouro no Mundial de Judô realizado no Cairo, Egito.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e à Confederação Brasileira de Judô.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo notável desempenho do atleta de 24 anos, que acaba de conquistar, para o Brasil, a primeira medalha de ouro da história do judô brasileiro em campeonatos mundiais.

A medalha foi conquistada contra o atual campeão olímpico em uma competição que só perde em importância para a Olimpíada. O desempenho do jovem atleta enche de orgulho o nosso País.

Sala das Sessões 15 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, voto de homenagem aos cem anos da arquidiocese de Belém do Pará completados dia 1º-5-2005, e que seja comunicado as Suas Eminências, o arcebispo metropolitano Dom Orani Tempesta, e ao arcebispo emérito Dom Vicente Zico.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.014, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005 que, “Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.015, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Saraiva Felipe, as informações abaixo, tendo em vista denúncia constante da matéria do jornal **Brasil Norte**, de Boa Vista – RR, de 11 de setembro de 2005, intitulada “ONG denuncia malversação de recursos”:

1. Qual o montante de transferências de recursos do Ministério da Saúde, destinado à saúde indígena no Estado de Roraima?

2. Qual o montante de transferências de recursos feito pela Fundação Nacional de Saúde por meio do convênio Funasa/FUB?

3. O Ministério da Saúde tem conhecimento das denúncias de malversação de recursos pela Fundação Nacional de Saúde?

4. Quais as ações do Ministério da Saúde para coibir a malversação de recursos públicos no âmbito da Funasa?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 350/2005

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Ney Suassuna,

para a titularidade da Comissão de Educação – CE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Sr. Senador Ney Suassuna como titular para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 351/2005

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa

Excelência a indicação da Senadora Íris De Araújo, para integrar, como membro titular, a Comissão de Educação – CE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa a Sr^a Senadora Iris de Araújo como titular para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF GLPMDB Nº 354/2005

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o desligamento do Senador João Batista Motta, como membro titular, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relações Exteriores e Defesa Nacional e como membro suplente, nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a inscrição de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa, por dez minutos, com tolerância de mais dez.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje registrar uma atitude muito positiva que ocorreu ontem quando o Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, examinava uma iniciativa do proprietário de terras da Fazenda Três Barras, Francisco Alves Linhares Netto, localizada no Município de Castilho, na região de Andradina, no Estado de São Paulo, que havia sido objeto de desapropriação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, tendo em vista a existência, há alguns anos, de índices de produtividade não adequados.

Por essa razão, levando em conta os princípios constitucionais e a legislação sobre reforma agrária, foi realizada a desapropriação. Mas o proprietário havia recorrido ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, posteriormente, ao Superior Tribunal de Justiça, encaminhando solicitações para que fosse sustada aquela desapropriação.

Ao mesmo tempo, nos últimos meses, inúmeras famílias de trabalhadores sem terra e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, o Sintra, inúmeras vezes, estiveram ali e fizeram ocupações. Houve momentos, inclusive, de preocupação por parte do fazendeiro, de sua família, dos próprios funcionários e dos administradores com respeito a eventuais abusos que pudessem ocorrer de destruição de cercas ou de benfeitorias naquela fazenda ou de eventuais ameaças aos filhos e aos funcionários do proprietário.

Nessas ocasiões, o Sr. Francisco Alves Linhares Netto, conhecido como Cataco, ligou-me para que eu pudesse dialogar com os trabalhadores no sentido de evitar quaisquer ameaças e abusos. Ano passado, ocasião em que o Senador Tasso Jereissati havia me pedido para que eu atendesse o Sr. Francisco Alves Linhares Netto, eu o atendi e sempre procurei o diálogo com os trabalhadores.

Eis que havia, então, vindo para decisão do Ministro Luiz Fux a solicitação do Sr. Francisco Alves Linhares Netto diante da pressão dos trabalhadores, que gostariam que logo fosse decidido se se vai ou não desapropriar ou se se vai emitir a posse da terra.

Pois bem, o Francisco Linhares ligou-me mais uma vez, preocupado, pedindo que eu dialogasse com o Ministro Luiz Fux. Da mesma maneira, os trabalhadores assim o pediram. Quando telefonei para o Ministro Luiz Fux, eis que S. Ex^a tomou uma iniciativa que pelo menos eu não havia conhecido antes. Ele falou: “Se há disposição das partes de dialogar, eu gostaria de convidar tanto o proprietário Francisco Linhares quanto os trabalhadores e o próprio Incra para um diálogo”.

Assim, prezado Senador Antonio Carlos Magalhães, o Ministro Luiz Fux ontem reuniu-se com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, com o proprietário da Fazenda Três Barras, Francisco Alves Linhares Netto, com Subprocuradoras e Procuradores do Incra e com os representantes dos trabalhadores, que, em número de seis, estiveram na reunião, inclusive o ex-Presidente e o Presidente do Sintraf, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar da região de Andradina.

Consideradas todas as ponderações, eis que houve um entendimento que foi firmado por todas as partes envolvidas. Quero registrar a tão importante iniciativa do Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça.

Transcrevo a decisão tomada pelas partes:

As partes na presente data firmaram acordo, no sentido que no prazo de 90 dias, o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA, depositará o valor referente à indenização decorrente de desapropriação para fins de reforma agrária, da FAZENDA TRÊS BARRAS, por meio de TODA'S.

Nesta oportunidade, o proprietário requer a desistência da presente Medida Cautelar, com plena anuência do INCRA, que será imitado imediatamente na posse do imóvel, comunicando-se à 1^a Vara Federal da Seção Judiciária de Araçatuba/SP nos autos da ação de desapropriação nº 2004.61.07.003681-6.

Por sua vez, as famílias de trabalhadores empregados dos proprietários da Fazenda serão assentadas no imóvel, nos termos da legislação própria [ou seja, os que trabalham na fazenda terão prioridade].

Destarte, os trabalhadores rurais a serem assentados comprometem-se a respeitar, de forma pacífica, a retirada dos pertences e semoventes do proprietário, no prazo de 30 dias, período em que a área em que se localiza a sede do imóvel será preservada na sua totalidade. No que pertine aos piquetes, concorda o proprietário com a ocupação pelos trabalha-

dores das áreas discutidas no feito, na medida da gradativa retirada dos seus semoventes.

Outrossim, no que se refere à formalização do acordo a ser firmado no processo de desapropriação, estipula-se o prazo máximo de 30 dias.

Assinam, representando o Incra, a Sr^a Gilda Diniz dos Santos, Subprocuradora Federal, e a Sr^a Renata Almeida D'Ávila, Procuradora Federal; representando os trabalhadores, o Sr. Nilton Caldeira dos Santos; o Sr. José Carlos Bossolona, Presidente do Sintraf; a advogada do proprietário, Cloridytes Soares Peixoto Lemos; o proprietário, Francisco Linhares Netto e outros.

Ex positis, homologo o presente acordo judicial, celebrado pelas partes, a saber:

Assina como Relator o Ministro Luiz Fux.

Quero, inclusive, registrar a nota do próprio Superior Tribunal de Justiça, intitulada “Acordo inédito põe fim a demanda milionária entre proprietário e trabalhadores rurais em São Paulo”:

Um acordo inédito fechado na tarde desta quarta-feira (14) põe fim a uma demanda de mais de R\$ 12 milhões envolvendo a Fazenda Três Barras, na região de Araçatuba (SP), em curso há quatro anos. O acerto foi homologado pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STF), em um processo de sua relatoria. A iniciativa do encontro partiu do senador da República Eduardo Suplicy (PT-SP).

Daí transcrevem-se os termos do acordo que acabo de ler.

O Ministro Luiz Fux, segundo a nota, ressaltou a “expressiva boa vontade” das partes e a intermediação fundamental do Senador Suplicy, que resultaram no “magnífico precedente”.

Fui procurado pelo senador, que mantinha contato com as partes, quando ia decidir uma liminar sobre se o assentamento deveria dar-se de forma imediata ou se iria aguardar o julgamento do recurso especial.

Perguntado se poderia ouvir as partes, o Ministro lembrou que, quando juiz, sempre optava pela resolução dos conflitos pela conciliação, quando possível. “Se os trouxer aqui, posso atuar como juiz, como magistrado. Não vou discutir valores, mas dirigir a negociação”, afirmou ao ministro ao senador.

(...) em uma hora de reunião, fechou-se a conciliação, que foi lavrada na secretaria do gabinete do ministro Luiz Fux. “É uma experiência inovadora. A conciliação otimiza

o relacionamento social e é a melhor forma de solução das lides porque, de outra forma, sempre resulta um perdedor”.

Sr. Presidente, o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, salientou que esse tipo de procedimento é o que mais agrada ao próprio espírito do Governo do Presidente Lula, que deseja que mais ocasiões de conciliação e entendimento possam acontecer. A iniciativa de promover um entendimento é muito positiva, um exemplo a ser seguido, porque é a forma de resolver o impasse de modo mais rápido.

Joaquim Justino da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina e Região (SINTRAF) ressaltou que “é importante que outros trabalhadores acampados saibam que é possível, e melhor, resolver os conflitos...”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ...pacificamente, porque diminuí o prazo para o assentamento das famílias acampadas nas beiras de estradas de todo o País.”

19:10 - Acordo inédito põe fim a demanda milionária entre proprietário e trabalhadores rurais em SP

Um acordo inédito fechado na tarde desta quarta-feira (14) põe fim a uma demanda de mais de R\$ 12 milhões envolvendo a Fazenda Três Barras, na região de Araçatuba (SP), em curso há quatro anos. O acerto foi homologado pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em um processo de sua relatoria. A iniciativa do encontro partiu do senador da República Eduardo Suplicy (PT-SP).

Pelos termos do acordo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) depositará em 90 dias o valor referente à indenização decorrente da desapropriação, por meio de títulos da dívida ativa. O montante final será apurado em novo levantamento dos preços correntes das terras, que passaram por significativa variação desde 2003, quando foram avaliadas em pouco mais de R\$ 12 milhões.

São 2.427 mil hectares no interior de São Paulo, onde serão assentadas as 130 famílias - cerca de 400 pessoas - acampadas no local há três anos e também os funcionários rurais do atual proprietário. Foi garantida a posse imediata do Incra sobre imóvel, para que as famílias comecem a lidar com a terra. Em contrapartida, os trabalhadores rurais se comprometeram a respeitar, de forma pacífica, a retirada dos pertences e animais do proprietário, que deverá ser efetuada em 30 dias.

A sede do imóvel será totalmente preservada durante o período, e o proprietário também concordou com que os trabalhadores ocupem os piquetes da fazenda conforme se dê a retirada gradativa dos animais ali presentes.

Experiência inovadora

O ministro Luiz Fux ressaltou a "expressiva boa vontade" das partes e a intermediação fundamental do senador Suplicy que resultaram no "magnífico precedente". "Fui procurado pelo senador, que mantinha contato com as partes, quando ia decidir uma liminar sobre se o assentamento deveria dar-se de forma imediata ou se iria aguardar o julgamento do recurso especial", esclareceu o ministro.

Perguntado se poderia ouvir as partes, o ministro lembrou que, quando juiz, sempre optava pela resolução dos conflitos pela conciliação, quando possível. "Se os trouxer aqui, posso atuar como juiz, como magistrado. Não vou discutir valores, mas dirigir a negociação", afirmou o ministro ao senador.

Gostaria de registrar a presença de todos os que estavam nessa ocasião: além de Rolf Hackbart, José Carlos Bossolan, presidente do Sintraf, Marcelo Dantas, presidente da STR de Andradina, José Pedro de Souza, João Mota Santos, acampado, Sinésio Sapucaí Filho, engenheiro agrícola do Incra, Cloridytes Soares Peixoto Lemos, advogada do proprietário, Francisco Alves Linhares, proprietário, Nilton Caldeira dos Santos, da Terra Livre Acampamento, Joaquim Justino da Silva, além das procuradoras do Incra.

Requeiro que seja registrado, também, o documento do Superior Tribunal de Justiça, cumprimentando, mais uma vez, o Ministro Luiz Fux pela iniciativa de conciliação tão bem sucedida.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Na tarde desta quarta-feira (14), em uma hora de reunião, fechou-se a conciliação, que foi lavrada na secretaria do gabinete do ministro Luiz Fux. "É uma experiência inovadora. A conciliação otimiza o relacionamento social e é a melhor forma de solução das lides porque, de outra forma, sempre resulta um perdedor", concluiu.

O senador Suplicy destacou que o acordo ocorreu em um clima muito positivo, de entendimento, possibilitado pela atuação do ministro Luiz Fux. "A iniciativa de promover um entendimento entre as partes é muito positiva e inovadora. O ministro permitiu às partes resolver o impasse de modo mais rápido", afirmou.

Exemplo a ser seguido

As partes - trabalhadores rurais, representantes do Inca e o proprietário - ressaltaram a importância da iniciativa, que abrevia em muito os processos, alivia a Justiça e facilita a resolução dos conflitos sociais locais. "Não temos os proprietários como inimigos", afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina e Região (STR), Marcelo Dantas. A entidade é ligada, em nível nacional, à Federação da Agricultura Familiar (FAF).

"É importante que outros trabalhadores acampados saibam que é possível, e melhor, resolver os conflitos pacificamente, porque diminui o prazo para o assentamento das famílias acampadas nas beiras de estradas de todo o País", acrescentou o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Andradina e Região (Sintrafe) Joaquim Justino da Silva.

O proprietário da Fazenda Três Barras, Francisco Alves Linhares Neto, afirmou que o acordo evita o desgaste decorrente do atraso na solução das disputas. "É uma decisão de bom-senso. Esse é o único caminho para viabilizar a reforma agrária, com uma justa indenização ao proprietário, a preços de mercado. Isso vai me permitir voltar a investir no País", afirmou Linhares.

Também estiveram presentes na reunião as procuradoras federais Gilda Diniz dos Santos e Renata Almeida D'Ávila; o chefe da Divisão Técnica do Inca-SP, Sinésio Sapucaí; os representantes dos trabalhadores rurais Nilton Caldeira dos Santos, José Carlos Bossolon e João Mota Santos; e a advogada do proprietário da fazenda, Cloridytes Soares Peixoto Lemos.

Murilo Pinto

(61) 3319-8589

NOME	ENTIDADE
1. ROLF HACKBART	Presidente INCRA
2. José Carlos Bossolan	Presidente SINTRAFe Andradina
3. Marcelo Dantas	Presidente STR Andradina
João Mota Santos	Acampados da fazenda Três Barras
RENATA ALMEIDA D'ÁVILA	PFEL INCRA
GILDA DINIZ	Procuradora Federal INCRA
SINÉSIO SAPUCAÍ FILHO	Engenheiro INCRA/SP
Cloridytes Soares Peixoto Lemos	Advogada Proprietário
Francisco Alves Linhares	Proprietário
NILTON CALDEIRA DOS SANTOS	TERRA LIVRES 3 ACAMPAMENTO 3 BARRAS
Joaquim Justino da Silva	Representante dos Acampados
Eduardo Matarazzo Suplicy	Senador PT/SP

Superior Tribunal de Justiça

FM

AgRg na MEDIDA CAUTELAR Nº 10.302 - SP (2005/0111088-1)

RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
 AGRÁRIA - INCRA
PROCURADOR : RENATA ALMEIDA D'ÁVILA E OUTROS
AGRAVADO : FRANCISCO ALVES LINHARES NETTO
ADVOGADO : YNACIO AKIRA HIRATA

DECISÃO

As partes na presente data firmaram acordo, no sentido que no prazo de 90 dias o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA depositará o valor referente à indenização decorrente de desapropriação para fins de reforma agrária da FAZENDA TRÊS BARRAS, por meio de TDA'S.

Nesta oportunidade, o proprietário requer a desistência da presente Medida Cautelar, com plena anuência do INCRA, que será imitado imediatamente na posse do imóvel, comunicando-se à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária de Araçatuba/SP nos autos da ação de desapropriação nº 2004.61.07.003681-6.

Por sua vez, as famílias de trabalhadores empregados dos proprietários da Fazenda serão assentadas no imóvel, nos termos da legislação própria.

Destarte, os trabalhadores rurais a serem assentados comprometem-se a respeitar, de forma pacífica, a retirada dos pertences e semoventes do proprietário, no prazo de 30 dias, período em que a área em que se localiza a sede do imóvel será preservada na sua totalidade. No que pertine aos piquetes, concorda o proprietário com a ocupação pelos trabalhadores das áreas discutidas no feito, na medida da gradativa retirada dos seus semoventes.

Outrossim, no que se refere à formalização do acordo a ser firmado no processo de desapropriação, estipula-se o prazo máximo de 30 dias.

1) Representando o INCRA:

- Gilda Diniz dos Santos - Subprocuradora Federal/PFE/INCRA - Matrícula SIAPE - 1223127.

- Renata Almeida D'Ávila - Procuradora Federal - Matrícula SIAPE nº

1359033.

2) Representando os trabalhadores:

- Nilton Caldeira dos Santos - RG nº: 9.471.191 SSP São Paulo.

- José Carlos Bossolona RG nº: 29606636 SSP São Paulo.

3) Advogada do Proprietário:

- Cloridytes Soares Peixoto Lemos OAB/RJ: 121485

4) Proprietário:

- Francisco Linhares Neto e outros

saber:

Ex positis, homologo o presente acordo judicial, celebrado pelas partes, a

Brasília (DF), 14 de setembro de 2005.

MINISTRO LUIZ FUX
Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, já inscrito pela Liderança do PFL.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – A palavra está assegurada a V. Ex^a, antes da Ordem do Dia, logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, aproveitando o discurso do Senador Suplicy, quero dizer que esta prática realmente seria útil se ocorresse no Brasil inteiro e se os juizes agissem como o Juiz Luiz Fux no caso que S. Ex^a apontou. Mas, na realidade, o que existe hoje no Brasil é a inquietude do Movimento dos Sem Terra, principalmente no sul da Bahia, invadindo fazendas produtivas e até fazendas clonadas há pouco tempo a fim de tumultuar o homem do campo, o agricultor que produz, enfim, tumultuar a vida do País e, mais ainda, ajudado por um Governo que quer pegar a sua base na CUT e no Movimento dos Sem Terra, sem falar nas benesses que produz para a UNE, a fim de que esta se junte ao grupo nesse confronto.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é principalmente lamentar a presença do Senhor Presidente da República representando o Brasil na ONU.

Que tristeza assistir à fala do Presidente da República, que, como solução, propôs US\$2,00 nas passagens internacionais para acabar com a fome no mundo. Isso seria irrisório no Brasil, avaliem no mundo inteiro!

Que ridículo! Que falta de assessoria! Que tristeza para o País no maior fórum internacional do planeta! Por tudo isso, como brasileiro, fico sentido ao ver o ridículo em que está levando a Nação, no meio da ONU e de todos os países, o Presidente da República, pela sua incompetência e pela falta de conselheiros e até mesmo, e sobretudo, pela sua falta de consciência cívica.

Se ele quer acabar com a fome assim, ele que nada fez ainda por isso, porque o projeto de acabar com a fome no País e de diminuir a pobreza é de minha autoria, e nunca foi aplicado devidamente. Por isso, tenho autoridade para, neste instante, dizer que é ridículo o Presidente da República ir às Nações Unidas propor US\$2,00 nas passagens aéreas internacionais para acabar com a fome. Com essa quantia, não acaba com a fome nem no Guará, quem dirá no Brasil inteiro!

Ora, Sr. Presidente, V. Ex^a, que é um quase companheiro de Partido do Presidente da República, poderia aconselhá-lo. V. Ex^a é um homem que tem boa inteligência e, sobretudo, amor às causas nobres, que representa e defende, não me deixe o Presidente da República sair assim. O Sr. Celso Amorim não tem força com o Presidente da República para dizer: “Não faça isso, Presidente, o senhor vai cair no ridículo”. Os outros ministros e presidentes da República estão rindo.

Avalio o Presidente Bush, vendo esses US\$ 2,00 nas passagens internacionais resolverem o problema da África. Não falo sequer do Brasil, mas essa é a proposta que sai da cabeça do Presidente da República.

Por tudo isso, quero, neste instante, lançar um protesto veemente. Nós, que lutamos para terminar com a fome, nós, que queremos que todos os recursos sejam empregados, inclusive com honestidade e seriedade, acabando com os Marcos Valérios, os Delúbios, etc., entendemos que esse dinheiro seria mais do que os US\$2,00 da passagem.

Portanto, Sr. Presidente, já que o Presidente Lula não se aconselha com aqueles que podem lhe dar a oportunidade de dizer coisas sérias, por favor, que evite ir a esses fóruns internacionais, porque o Brasil não pode continuar passando o ridículo por que passa hoje, ao se apresentar na ONU.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Permito, sim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe V. Ex^a que a proposição que o Presidente Lula citou ontem leva em consideração o apelo que fez aos diversos chefes de Estado no sentido de que se empenhassem no combate à fome e à pobreza absoluta, objetivo que inclusive levou V. Ex^a a apresentar, aqui, o Fundo de Combate à Pobreza, objeto de atenção de nossa parte, inclusive na Comissão Especial formada pelo Congresso Nacional com essa finalidade. O Presidente Jacques Chirac anunciou iniciativa nesse sentido, para que todas as viagens internacionais realizadas pelos franceses passem a ter agora uma taxa com o objetivo de ajudar no combate à pobreza do mundo. Ora, o Presidente Lula, ao se solidarizar com esse objetivo, que também foi expresso e anunciado como lei pelo Presidente do Chile, Ricardo Lagos, dá mais um passo não para resolver o problema inteiramente. Eu gostaria que nós estivéssemos dedicando muito mais do nosso tempo e energia a esse tema do que o que temos feito em função de estarmos com as energias aqui voltadas tanto para apurar problemas. Mas isso também é nosso dever. O que quero salientar, Senador Antonio Carlos, é que o propósito do Presidente Lula guarda relação com o propósito de V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, neste momento da sessão, na fala da Liderança, não seria permitido aparte. Eu permiti, atendendo ao apelo de V. Ex^a. Como se

esgotou o tempo, vou dar mais dois minutos para que o orador conclua.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço a oportunidade, Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero dizer ao Senador Eduardo Suplicy que nessa reunião não estava presente o Sr. Jacques Chirac. Não estava na ONU. Graças a Deus. Seria um a menos a rir do Brasil. Mas V. Ex^a ficaria muito mais satisfeito, e eu também, se ele tirasse dos lucros dos bancos que chegam a perceber R\$3 bilhões num semestre; que tirasse daí pelo menos R\$1 bilhão para dar ao combate à fome. Era por aí que iria fazer; se tirasse dos Ministros, se tirasse de nós, Parlamentares, uma quantia por menor que fosse em vez desses US\$2 da passagem internacional. Isso só se for para fomentar as viagens dos Parlamentares ao exterior pelas comissões de turismo que até hoje, lamentavelmente, ainda infelicitam o nosso Parlamento. Talvez seja por aí. Mas que, pelo menos, nessas, tirem US\$100.00.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, pela Liderança do PTB, ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a tem cinco minutos mais dois de tolerância.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 15 de setembro de 1944, portanto, há 61 anos, foi criada em Roraima a Igreja Batista Regular de Boa Vista, que teve como seu primeiro Pastor o Reverendo Garner Trimble, e que tem como Pastor atual o Pastor João José da Silva. O lema da Igreja é “Uma Igreja viva para um Deus vivo”, tendo como propósito “celebrar a presença de Deus em adoração, comunicar a Palavra de Deus aos homens, trazer a família à comunhão com Deus, ajudar o povo de Deus a crescer através do discipulado e demonstrar o amor de Deus através do ministério”. Quero, portanto, hoje, parabenizar todos os membros e dirigentes da Igreja Batista Regular de Boa Vista pelos seus 61 anos de existência.

Eu gostaria de ler um trecho da sua história que está, vamos dizer assim, completamente interligada à história do nosso Estado.

A Igreja Batista de Boa Vista, nome com o qual foi fundada, pioneira das obras batistas do Estado, contribuiu e ainda contribui, de modo direto e indireto, para a fundação não apenas de Igrejas Batistas, mas também de Igrejas de outras denominações, enviando e sustentando missionários próprios, ou apoiando missionários de outras denominações, em vários momentos, quando solicitada.

Foi organizada pelo Senhor Jesus Cristo em 15 de setembro de 1944, estando à frente o Rev. Garnet Trimble, perfazendo, neste ano, 61 anos de existência no Estado de Roraima. Tempos difíceis, foram tempos de perseguições, de oposições, mas o Senhor estabeleceu a sua vontade.

Além da família Trimble, o Senhor usou muitas outras famílias e irmãos para fundar e consolidar a sua obra no Estado. Foram membros fundadores os irmãos: Garnet Trimble, Fernanda Trimble, Lois Martson, Teolinda Rodrigues, José Rufino, Albertina Rufino, Genésio Rufino de Souza, Jaci Rufino e Neuza Viana.

Somente em 30-3-1973 é que a Igreja acrescentou o termo Regular, passando a se chamar Igreja Batista Regular de Boa Vista. Nesses 61 anos, pela graça e pelo poder de Deus, pastorearam a Igreja os seguintes pastores: Garnet Trimble, Davis, Donald Nichols, João Paiva, Raimundo Marinho, Mauro Galdino, Harold Burns, Davi Gino, José Gino, Jaime Lima, Eloilson, Alceu Olimpio, Douglas Alves, Luis Neto, Raimundo José de Souza, Antonio Paulo de Oliveira.

Esses irmãos, somados a tantos outros, ofereceram suas vidas a Deus para a edificação da Sua obra no Estado. Louvamos e somos gratos por suas vidas. Hoje, pela mesma graça e poder, desde 20/01/2002, o Pastor João José da Silva exerce o ministério pastoral da Igreja. Esse Pastor veio do Rio de Janeiro, da Cidade de Niterói, onde foi Pastor auxiliar na Primeira Igreja Batista de Niterói. É casado com a irmã Iray de Andrade Silva. O casal tem dois filhos, Clhis Alberty de Andrade Silva e Clhistynnine Alice de Andrade Silva, que estudam no Rio de Janeiro.

Peço, Sr. Presidente, que três outros tópicos com mais detalhes da história da Igreja Batista Regular de Boa Vista sejam transcritos como parte integrante do meu discurso.

Reitero os meus parabéns e as minhas felicitações pela grandiosa obra que a Igreja vem prestando a Boa Vista e a todo o meu Estado de Roraima.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IGREJA BATISTA REGULAR DE BOA VISTA

Organização: 15 de setembro de 1944

Primeiro Pastor: Rev. Garnet Trimble

Pastor Atual: Pr João José da Silva

“Uma Igreja Viva para o Deus Vivo”

Tem como propósito:

“Celebrar a presença de Deus em adoração, comunicar a Palavra de Deus aos homens, trazer a família à comunhão com Deus, ajudar o povo de Deus a crescer através do discipulado e demonstrar o amor de Deus através do ministério”.

História

A Igreja Batista de Boa Vista, nome com o qual foi fundada, pioneira da obra Batistas no Estado, contribuiu e ainda contribui, de modo direto e indireto para a fundação, não apenas de Igrejas Batistas, mas também de Igrejas de outras denominações enviando e sustentando Missionários próprios ou apoiando Missionários de outras denominações em vários momentos, quando solicitada.

Foi organizada, pelo Senhor Jesus Cristo em 15/09/1944, estando a frente o Rev. Garnet Trimble perfazendo neste ano, ~~61~~ ~~58~~ anos de existência neste Estado. Tempos difíceis, foram tempos de perseguições, de oposições, mas o Senhor estabeleceu a sua vontade. Além da família Trimble, o Senhor usou muitas outras famílias e irmãos para fundar e consolidar a sua obra no Estado. Foram membros fundadores os irmãos: Garnet Trimble, Fernanda Trimble, Lois Martson, Teolinda Rodrigues, José Rufino, Albertina Rufino, Genésio Rufino de Souza, Jaci Rufino e Neuza Viana.

Somente, em 30/03/1973, é que a Igreja acrescentou o termo Regular, passando se chamar Igreja Batista Regular de Boa Vista. Nesses ~~58~~ anos, pela graça e pelo poder de Deus, pastorearam a Igreja os seguintes pastores: Garnet Trimble, Davis, Donald Nichols, João Paiva, Raimundo Marinho, Mauro Galdino, Harold Burns, Davi Gino, José Gino, Jaime Lima, Eloilson, Alceu Olimpio, Douglas Alves, Luis Neto, Raimundo José de Souza, Antonio Paulo de Oliveira.

___Esses irmãos, somados a tantos outros, ofereceram suas vidas a Deus para a edificação da sua obra no Estado, louvamos e somos gratos por suas vidas. Hoje, pela mesma graça e poder, desde 20/01/2002 o Pr. João José da Silva exerce o ministério pastoral da Igreja.

___O mesmo, veio de Niterói RJ, onde foi Pastor auxiliar na Primeira Igreja Batista de Niterói, e casado com a irmã Iray de Andrade Silva. O casal tem dois filhos, Clhis Albery de Andrade Silva e Clhystynnine Alice de Andrade Silva, os quais, estudam no Rio de Janeiro.

Boa Vista, RR 00 de agosto de 2005

UMA IGREJA VIVA PARA UM DEUS VIVO "O Propósito da Nossa Igreja é:"

"Celebrar a presença de Deus em adoração, comunicar a Palavra de Deus aos homens, trazer a família à comunhão com Deus, ajudar o povo de Deus a crescer através do discipulado e demonstrar o amor de Deus através do ministério".

Se você é um visitante que ainda não conhece a palavra de Deus, não perca essa oportunidade, aproveite este momento para conhecer um pouco o nosso grande Deus, que é um Deus de verdade, um Deus presente, que conhece todos os seus desejos mesmo você estando longe dele. Abra o seu coração para a palavra de Deus e deixe ele tocar você. Explore ao Maximo esta pagina e veja o quanto Deus tem feito por nos membros na Igreja Batista Regular de Boa Vista, e se você realmente sentir o desejo no coração de essa oportunidade para você mesmo e junte-se a nos.

" O SENTIDO DA VIDA "

"Antes mesmo de o meu corpo tomar forma humana Tu já havias planejado todos os dias da minha vida; cada um deles estava registrado no Teu livro" (Salmo 139:16)

.O mundo que estamos vivendo está numa profunda crise, a crise da vida e seu sentido. As pessoas estão a caminhar, mas parecem não entender a razão da existência. Por que viver? Qual o sentido da vida? A vida se resume apenas a nascer, crescer, reproduzir envelhecer e morrer? Ou há alguma coisa que pode mudar o rumo da nossa vida. Jesus cria, e demonstrou que a vida do homem vai

Horário dos Cultos

Domingo 9:00h às 10:30h

Domingo 18:30h às 21:00h

Quarta 19:30h às 21:00h

EBD 10:30 às 11:30 (domingo)

Culto jovem/adolescente

Sexta 19:30h em diante

**End. - Rua José Magalhães - 222 - Centro
Tel./Fax: (95) 224-2299**

além da vida animal, de modo que a existência humana não pode ser preenchida apenas com a satisfação das necessidades básicas da vida. O Senhor Jesus Cristo deixou isto bem claro quando, na ocasião em que Ele estava muito fragilizado, quanto a sua natureza humana, pois tinha passado quarenta dias sem comer e beber, Satanás o tentou usando a confrontação entre as motivações das necessidade naturais e as motivações das necessidades espirituais, nesta ocasião, Jesus Cristo disse: **Leia Mais...**

01 001000100100001

«Sou parte da congregação dos que não tem do que se envergonhar. Tenho o poder do Espírito Santo. A sorte já foi lançada. Já ultrapassei a linha divisória. A decisão já foi tomada. Sou discípulo dEle. Não vou olhar para trás, me abater, esmorecer, diminuir o passo ou me acomodar. Meu passado já foi redimido, meu presente faz sentido, meu futuro é garantido. Acabei com o viver rastejante, o andar pela aparência, o planejamento pobre, os joelhos sem calos, os sonhos desfeitos, as visões sem cor, o falar mundano, o viver barato e os alvos mesquinhos. Não preciso mais de destaque, prosperidade, posição, promoções, aplausos ou popularidade. Não tenho que estar sempre certo, ser o primeiro, estar por cima, receber reconhecimento, ser louvado, notado ou recompensado. Agora eu vivo pela fé, prostrado na presença dEle, caminhando com paciência, sustentado pela oração e trabalhando pelo poder de Deus. Meu rosto está determinado, meu passo é firme e meu alvo é o céu.» **Leia Mais...**

Versículo do Dia

IV: FAMÍLIA

Conferencia apresentada nos dia 29 à 30/06 e 01/07.

Um grande momento de celebração, louvor, adoração e ações de graças a Deus no IV Congresso da Família da Igreja Batista Regular de Boa Vista, que este ano veio com o Tema: "A Família a Serviço de Deus."

"Eu sou seu criador. Você estava sob os meus cuidados mesmo antes de nascer."

PRELETOR: Pr. Estevão - Primeira Igreja Batista de João Pessoa **Leia Mais...**

**Administração da Igreja
Pastor João José da Silva
48 anos
Casado
Niterói - RJ**

Fui chamado por Cristo para ser pastor e edificar pessoas comprometidas com Deus, acima de tudo e na ação evangelística e do discipulado além do compromisso de uma vida com santidade, oração e estudo da bíblia

**Rua José Magalhães - 222 - Centro
Telefone/Fax: (95) 224-2299**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, passamos a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com mais dois minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto prosseguem as investigações no Congresso Nacional sobre a maior crise ética que se abateu sobre o País, a vida deve seguir seu ritmo.

Mas a rotina dos programas e projetos da União, dos Estados e Municípios, bem como a normalidade dos trabalhos no Congresso Nacional, sofre com a paralisia que se abateu sobre a União, refletindo-se de forma dramática nos Estados e Municípios.

Estive, semana passada, acompanhando o Governador Marconi Perillo em visita a vinte cidades do Nordeste goiano. Essa é a região em que vários Municípios possuem o menor IDH do Estado. Durante essa visita, presenciei dois fatos que considero graves e parece que não foram percebidos pelo Governo Federal. Refiro-me à extinção do Projeto Alvorada – e aqui me antecedeu o Senador Antonio Carlos Magalhães, falando sobre a erradicação da pobreza e a sugestão do nosso Presidente da República para o combate à pobreza.

Assusta-nos assusta ver que o Fundo da Pobreza, que, até então, financiava o Projeto Alvorada, destinado àqueles Municípios de menor IDH, concentrando recursos e evitando a sua pulverização, foi solenemente ignorado pelo atual Governo, e as conseqüências estão aí: pulverização de recursos que são destinados muitas vezes a ONGs, desconhecendo-se os trabalhos das Prefeituras; a falta de continuidade desses projetos que envolviam infra-estrutura, assistência social, saúde, educação, o que, obviamente, traz um prejuízo muito grande e, o que é mais grave, faz com que a sociedade, principalmente os mais pobres, sejam totalmente desconhecidos dos programas sociais.

Isso é muito triste porque esse mesmo trabalho já levou o Presidente da República anterior, Fernando Henrique Cardoso, a receber o prêmio da Organização das Nações Unidas pela evolução positiva do Índice de Desenvolvimento Humano. E quero citar a experiência de Goiás, que é uma experiência altamente bem-sucedida, onde conseguimos grandes avanços. As cidades melhoraram suas ações de saneamento básico, de saúde e educação, mas hoje sofrem com a ausência desse programa.

Há um segundo problema que me causa muita inquietação: é a questão do alargamento da dívida do INSS dos pequenos Municípios. Nós temos ainda 1.600

Municípios neste País que são obrigados a pagar, a renegociar suas dívidas em tempo extremamente curto, fazendo com que esses Municípios fiquem engessados, impossibilitando qualquer ação. Isso é muito grave. E, mais grave ainda, quando sabemos que existe aqui no Senado da República o projeto de lei do ex-Senador Geraldo Melo, por mais de dois anos sob a batuta do Senador Aloizio Mercadante, que se nega a relatá-lo e se nega, inclusive, a atender aos apelos desta Senadora.

Em 2003, já preocupada com isso, levamos o assunto ao então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que se sensibilizou e organizou um grupo de trabalho para resolver o assunto.

Com a saída do Ministro e ascensão do nosso colega, Senador Amir Lando, o assunto voltou à pauta.

Ao assumir o Ministério, o Senador Romero Jucá garantiu prioridade ao tema, que foi discutido aqui no Senado, no gabinete do Senador Garibaldi Alves, que até então presidia a Comissão voltada para os Municípios.

Na ocasião, o Ministro Jucá se comprometeu a encaminhar uma medida provisória à Casa Civil para resolver a questão das dívidas dos Municípios com o INSS. O Senado Romero Jucá se afastou do Ministério, mas o assunto continua a merecer a atenção desta Casa.

É nesse sentido que hoje ocupo esta tribuna, para relatar as conseqüências da omissão do Governo Federal em relação a este assunto, ou seja, os pequenos Municípios encontram-se em situação de calamidade pública, e quem sofre com isso é a população mais desassistida de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, por cessão do Senador João Batista Motta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de um ano venho à tribuna falar da importância de nós federalizarmos a Universidade da Região da Campanha, a Urcamp.

É com muita satisfação que registro hoje a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Educação do Senado Federal, do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de nossa autoria, que autoriza o Go-

verno Federal a, de uma vez por todas, federalizar a Universidade da Região da Campanha (Urcamp), que muitos chamam de a Universidade dos Pampas, localizada na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, com **campus** em Alegrete, Caçapava, São Gabriel, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior pelo brilhante trabalho realizado na relatoria, que resultou na aprovação da nossa iniciativa, por unanimidade, na Comissão de Educação.

A transformação da Urcamp em instituição federal é uma antiga reivindicação das regiões da fronteira oeste e Campanha do meu Estado, e que aos poucos, felizmente, está se tornando realidade.

A metade sul, como chamamos no Rio Grande do Sul, infelizmente, vem acumulando a falta de investimentos tanto do Poder Público quanto do setor privado. O atraso econômico nessa região tem provocado o aumento do desemprego e, por conseqüência, o empobrecimento da população.

É com certeza uma região emblemática, talvez a mais preocupante do meu Estado, e que carece de uma atenção especial dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Sem dúvida alguma, esperamos que aconteçam iniciativas como essa, com parceria da sociedade civil, da iniciativa privada, que possam impulsionar o desenvolvimento social e econômico dessa importante região do Rio Grande.

O fator preponderante dessa iniciativa, no meu entendimento, é a recuperação social e econômica, pois com certeza teremos, com a Universidade Federal, mais produção científica, tecnológica e de conhecimento, que, sem dúvida, vai trazer mais investimento do setor produtivo para aquela região.

Mas é importante frisar ainda, Sr. Presidente, que, além da implantação de uma nova instituição, a partir da estrutura atual, é fundamental a preservação do corpo docente da universidade e de seu quadro de funcionários. Entendemos que, para desenvolvermos a região, não basta apenas dizer que a universidade agora é federal. É claro que esse talvez seja o primeiro passo. É preciso muito mais. É preciso ir além, com políticas efetivas e integradas com as comunidades. É necessário que, efetivamente, a educação avance no espaço democrático e, com isso, contribua para investimentos no campo social.

Sr. Presidente, o projeto que ora aprovamos vem ao encontro inclusive de uma iniciativa do Governo Federal, aquela que eu comentava, de democratizar o ensino superior. Lembro-me que em julho o Presidente Lula anunciou, num ato público, em Bagé, com a pre-

sença do Prefeito Mainardi, do Ministro Tarso Genro e de cerca de vinte mil pessoas da região, a criação da Universidade Federal dos Pampas, a Universidade da Campanha, que agora, com esse projeto, tornamos real, porque já existe a autorização do Senado para a implementação efetiva dessa universidade.

Essa iniciativa de nossa autoria, em tramitação nesta Casa há quase um ano, na verdade, consolida um movimento feito por toda essa região do nosso Estado. Apresentei esse projeto, depois de discuti-lo amplamente com o Ministério da Educação, na figura do Ministro Tarso Genro.

Volto a frisar que o projeto que autoriza o Governo a federalizar a Urcamp é uma reivindicação de toda a região da fronteira oeste e Campanha. Com isso, o Senado Federal fez a sua parte.

Tenho certeza de que, uma vez que já foi anunciado, inclusive em ato público, que esse projeto, uma vez aprovado, seria implantado, não há dúvida alguma de que aquela região importantíssima do meu Estado será contemplada com essa universidade.

Quero dizer também, Sr. Presidente, por uma questão de justiça, que muitos me perguntaram por que eu não estava em Bagé no dia do ato público, que tem como eixo o projeto que ora aprovei. Por uma série de motivos, Sr. Presidente, que não cabe neste momento que sejam aprofundados, eu não estive lá.

Em seguida, o Presidente desloca-se de Bagé e vai para minha cidade, Canoas, local onde nasceu toda a nossa caminhada. É a cidade das minhas origens como dirigente sindical dos metalúrgicos da cidade e depois, a partir dali, no mesmo ano, como Presidente da Central Estadual e posteriormente Secretário-Geral e Vice da Central Nacional.

O Presidente esteve lá, inaugurando novos investimentos e a ampliação da obra da Petrobras, que fica cerca de dois, três quilômetros do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas.

Mas o importante, Sr. Presidente, não é se eu fui ou não convidado. O importante para mim é que foi assumido um compromisso de que, efetivamente, a Universidade Federal vai para Campanha.

Dois: o importante para mim também não é se eu estava lá ou não na hora de receber as palmas da população. O importante foi a iniciativa que aqui nós fizemos e o apoio que eu tive de todos os Senadores.

E o importante também para Canoas foi o anúncio da ampliação dos investimentos na nossa Petrobras. Por isso, Sr. Presidente, eu estou muito tranqüilo e digo mais uma vez: o Senado Federal fez a sua parte e tenho certeza de que o Governo Federal fará a dele. Nós teremos a Universidade da Região da Campanha.

Nós teremos, com certeza, mais investimentos na educação lá, no nosso Rio Grande do Sul.

Por isso, eu não poderia deixar de vir à tribuna registrar estes fatos.

Parabéns Senadores e Senadoras. Quem ganha é a educação do Rio Grande do Sul e do Brasil com iniciativas como essa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que possa me inscrever como Líder do Bloco, para um pronunciamento de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concederei a palavra agora ao orador regularmente inscrito, Senador Almeida Lima. Em seguida, a V. Ex^a.

Senador Almeida Lima, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago na tarde de hoje o assunto que pretendia tratar no dia de ontem. E, diante daquela decisão que considere equivocada, errônea, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, não pude fazê-lo na tarde de ontem, mas tentarei fazer neste instante.

A minha preocupação é a busca da legitimidade no processo eleitoral. E muitos estão preocupados na busca dessa legitimidade com a questão que envolve o País de Norte a Sul nos dias de hoje e que diz respeito à corrupção, ao uso do dinheiro nas campanhas eleitorais. Mas é preciso que se diga que este não é o único fator que tem levado à ilegitimidade do processo eleitoral, pois entendo que entre tantos outros nós temos um que é crucial e se trata exatamente das pesquisas eleitorais.

Ora, estamos com projetos que visam à reformulação da legislação eleitoral. Se nós não atentarmos para esse aspecto, estaremos passando para a opinião pública a idéia de que as nossas eleições serão legítimas, resolvida a questão do financiamento de campanha. Engano. Não teremos eleições legítimas neste País enquanto for permitida a realização de pesquisas eleitorais.

Eu, particularmente, considero a pesquisa um instrumento científico real e válido. No entanto, no Brasil quase sempre se constitui em uma fraude. A pesquisa eleitoral induz o resultado da eleição; induz o eleitor, que tem a mania de não querer votar naquele candidato que pela pesquisa eleitoral aparece derrotado.

Todos sabemos que, embora seja um instrumento científico, a pesquisa é feita pelos homens, que têm interesses, que, na maioria das vezes, não são interesses legítimos. A pesquisa não conscientiza o eleitor em nada. A pesquisa tem um custo caríssimo e, quando um candidato majoritário faz publicar uma pesquisa que lhe é favorável, induz o outro candidato adversário a contratar um instituto mais conhecido e mais caro ainda para poder rebater aquela informação diante do eleitorado, mostrando claramente que ali não há correção. Por outro lado, é preciso que se diga que, numa pesquisa publicada faltando 60 dias, 30 dias para uma eleição, aquele candidato que nela se apresenta como derrotado não terá condições de buscar recursos para financiar sua campanha, como a legislação está a orientar. E mais: qual o candidato, ou a militância do candidato, que vai continuar a ter ânimo e permanecer na campanha quando ele se apresenta diante de uma pesquisa como um derrotado? Desestimula o candidato, desestimula a militância e faz subir exatamente aquele candidato que se apresenta em condições favoráveis, buscando a definição daquele eleitor que não gosta evidentemente “de perder o voto” (entre aspas).

Sem dúvida alguma, as pesquisas, em nosso País, são fonte de corrupção e de fraude. Devo, inclusive, trazer a V. Ex^a um caso acontecido no meu Estado, Sergipe, em 1994. Prestem bem atenção, senhores. Não vou falar de instituto de pesquisa pequeno – aliás, os pequenos todos gostam de criticar. Eu quero fazer uma crítica é ao Ibope, que é um instituto grande.

O Ibope, em 1994, em Sergipe, fez publicar, no dia 1º de setembro, pelo Jornal Nacional – Rede Globo de Televisão, uma pesquisa onde apontava o candidato Albano Franco ao Governo de Sergipe – prestem atenção, senhores – com 44% e Jackson Barreto, o seu opositor, com 28%, basicamente 30 dias para a eleição. Quinze dias depois, o mesmo Ibope, no dia 14 de setembro, faz publicar no Jornal Nacional a notícia de que Albano Franco tinha saído de 44% para 50% e Jackson Barreto de 28% para 31%.

Na antevéspera para a eleição, no final do mês de setembro, apresentava Albano Franco com 49% e Jackson Barreto com 31%, uma diferença de 20%.

Os senhores devem saber que, quando o Jornal Nacional publica pesquisa dessa ordem, o que faz a imprensa no dia seguinte. Está aqui, **Gazeta de Sergipe**, jornal do meu Estado, do dia 2 de setembro de 1994, “Ibope Confirma Ampla Vantagem de Albano”; manchete seguinte: “Pesquisa Confirma a Vantagem de Albano”, **Jornal da Gazeta; Jornal da Cidade**: “Albano Dispara na Pesquisa do Ibope”.

No dia 15 de setembro, a do meio do mês, faltando 18 dias para a eleição: “Pesquisa do Ibope dá 50 Pontos a Albano”. Vejamos a seguinte, a última, no final do mês, faltando três, quatro dias para a eleição: “Ibope dá Vitória a Albano no Primeiro Turno”.

Os senhores sabem qual foi o resultado? Estou com ele em mão. A matéria do Ibope está toda aqui, e exatamente o resultado da eleição os senhores podem buscar no *site* do Tribunal Regional Eleitoral oficial. Vejam: “Albano Franco ganha no primeiro turno com 50%; Jackson, com 30%, com uma margem de 20% na frente” – isso era o que dizia a pesquisa. Mas Albano Franco teve 280.926 votos e Jackson Barreto, 282.000 votos. Aquele que iria perder com 20% a menos ganhou no primeiro turno. Ganhou no primeiro turno. Aquele que iria perder com 20% a menos pelo Ibope – está aqui o resultado oficial – ganhou no primeiro turno.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concederei.

Aí pergunto: o Ibope errou? Não, porque cientificamente a pesquisa é um instrumento válido. Vai ser demais dizer que o Ibope fraudou? Não. O Ibope fraudou. Assumo a responsabilidade de dizer isso aqui. Isso foi em 1994. Ambos, hoje, politicamente, são meus adversários e nada tenho a ver com nenhum dos dois. Não defendo nenhum dos dois. Trago aqui apenas o registro da história, para mostrar que isso não é legítimo. E quero dizer, Sr. Presidente, que, se essas pesquisas, Senador Ney Suassuna, não fossem publicadas, aquele que, no segundo turno – Jackson Barreto –, perdeu a eleição já teria ganho no primeiro turno, pois, 15 dias antes da eleição, ele não fazia mais campanha para ele. Naquela época, éramos aliados. Ele tinha deixado de fazer campanha.

Portanto, vir hoje dizer que é inconstitucional...

Concederei o aparte a V. Ex^a, com a benevolência, inclusive, da Mesa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador, também peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Dizer que é inconstitucional...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...não, não é inconstitucional. Não é inconstitucional exatamente porque, se é inconstitucional proibir a publicação das pesquisas por 60 dias, como desejei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é inconstitucional, também, por 24 ou 48 horas como a lei hoje determina.

Ora, está no art. 1º da Constituição Federal o princípio maior, este sim, que deve ser obedecido, que o Brasil é uma República Federativa, cujo Estado se constitui num Estado de direito e democrático.

E não há democracia quando a representação popular, esta que está no aqui Parlamento e nos Executivos, é ilegítima. E a ilegitimidade decorre exatamente desse tipo de fraude.

Eu gostaria que o Ibope nacional – não estou falando dos pequenos, falo é logo do grande – me contestasse. Estão aqui, no próprio *site* do Ibope, todos os dados e o resultado oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Concedo com prazer o aparte ao Senador Ney Suassuna.

Logo em seguida, ao Senador Sibá Machado, com a permissão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei muito rápido, Senador Almeida Lima. V. Ex^a fala com muita propriedade enquanto rememoro a minha campanha. Comecei com 3% e meu adversário tinha 46%. Todas as pesquisas davam-no como vencedor até a véspera da eleição, e eu venci. Então, as pesquisas quase sempre, principalmente no início, têm uma margem de gordura colocada propositadamente. Tenho quase certeza disso. A verdade é que V. Ex^a fez uma proposta, que recebeu algumas críticas. Mas V. Ex^a tem razão. Sei disso porque vivi essa experiência, e muitos outros aqui também já devem ter vivido. Quem faz política sabe da dificuldade que é, porque temos que ter mais convencimento. Por isso, eu me solidarizo com V. Ex^a e, mais do que isso, eu parablenizo V. Ex^a por levantar esse problema.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que, tão logo fui eleito Senador da República, liguei a TV Senado e, desta tribuna, vi o Senador Edison Lobão, que havia sido reeleito pelo Maranhão Senador da República, e aqui contestava o Ibope, os institutos, porque todos eles apontavam o Senador como derrotado. Ele aqui, angustiado, amargurado, desabafando... Isso acontece exatamente no País inteiro, e é um absurdo.

Concedo o aparte a V. Ex^a em tempo...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas 30 segundos. Mas eu não poderia deixar de apartear-lo, Senador, porque, no momento em que o Senado aprovou a minirreforma política, um dos assuntos tratado foi essa situação das pesquisas. Infelizmente, acho que a classe mais profissional da imprensa deixou de discutir a peça completa da reforma política para tratar apenas desse ponto, chamando isso de mordça. Acho isso complicado, porque não são

poucas as reclamações sobre o papel dos institutos de pesquisa que, em muitos casos, deixam para...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...a opinião pública essa preocupação que V. Ex^a traz ...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Terceira prorrogação, Senador.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...sobre determinadas candidaturas. O pronunciamento de V. Ex^a é justo neste momento, que me irmano a ele e acho que a imprensa teria, neste momento, a obrigação de tratar, inclusive com o Senado e com a Câmara dos Deputados, da questão de como fazer para solucionar esse grave problema.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Gostaria que este meu pronunciamento não se encerrasse com este debate, mas que fosse ampliado, que tivessem coragem de ampliá-lo, porque eu gostaria inclusive de ver alguém contestando, do ponto de vista constitucional, a inconstitucionalidade dessa nossa proposta. Diante do princípio maior, que estabelece a Constituição, mostrando que o nosso País se constitui em Estado democrático e que alguém ou algum jurista ou algum Ministro de Tribunais Superiores, como cheguei inclusive a ver e a ouvir do Tribunal Superior Eleitoral, achando que é inconstitucional, alguém...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...alguém que me mostre que o princípio maior de que este País se constitui num Estado democrático, que me dê a explicação do que é democracia senão o respeito à vontade livre da maioria, que precisa ser escoimada de qualquer vício. O eleitor precisa votar de acordo com a sua consciência, e não induzido ou envolvido por qualquer um outro fator externo à realidade da sua consciência.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria que esse tema voltasse e que alguém assumisse a condição de contestá-lo para podermos continuar com esse debate.

Muito obrigado pela benevolência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, e quero começar agradecendo o Senador Sibá porque me permitiu uma permuta, uma vez que

tenho um compromisso. Mas o meu pronunciamento aqui é muito pequeno.

Tenho visto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas demandas entre comunidade, empresários e índios pelo Brasil afora, mas, principalmente, no Norte do País, mas existem demandas em todos os Estados e em todas as Regiões. Ontem me procuraram os índios potiguaras do meu Estado – que são cerca de 12 mil –, que estão preocupadíssimos porque um recurso contra a homologação da Reserva de Jacaré de São Domingos, que tinha sido homologada no Governo Fernando Henrique Cardoso, uma área demarcada de 4,5 mil hectares, foi marcada no plano. Feita a medição, dados os morros que havia, obviamente a área aumentou – é como se estivéssemos espichando, projetando no plano os relevos –, somando 5,32 mil hectares. Por essa razão, os opositores da homologação apresentaram recurso ao Supremo, que deve ser julgado amanhã.

Sou um homem que gosta que a Justiça funcione. Esses índios eram donos da terra quando nós chegamos, mas é preciso que o progresso continue. Nesse caso, os empresários que lá estão não podem deixar de ser indenizados pela Funai, mas também a “desomologação” abre um precedente muito perigoso, em uma legislação que já é muito combatida.

Sei que, às vezes, há exageros. Tenho visto mesmo V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, lutando, porque fizeram reservas quilométricas, reservas que parecem países, ainda mais na fronteira, e me solidarizei com V. Ex^a na época. Mas este caso aqui diz respeito a uma área pequena, de 4,5 mil hectares, e a 12 mil índios.

Esses índios foram os primeiros a serem contactados, porque, quando os europeus vieram em busca do pau-brasil, havia uma diferença entre o pau-brasil do Sul e o do Nordeste, que era tenro. Todo mundo sabe que o pau-brasil era usado, naquela época, para colorir as roupas. O vermelho era cor nobre, só quem usava eram os nobres. Era muito caro fazer um tecido vermelho, porque era preciso que buscassem uma conchinha no Mediterrâneo para tirar-lhe a tinta, e isso era caro. Assim, a descoberta do pau-brasil foi uma abertura gigantesca para todo mundo usar vermelho. A madeira era moída, e a tinta era feita a partir dela. Como o pau-brasil do Nordeste era muito macio, foi praticamente devastado.

Aqueles foram os primeiros índios a serem contactados. Muitas pessoas na Paraíba alegam que os índios estão aculturados ou que nem são índios, mas caboclos. São caboclos porque foram permeáveis à colonização.

O que venho à tribuna defender é que se faça justiça, que se busque dar o direito aos empresários que estavam lá, indenizando-os, mas que não se tire a oportunidade desses primeiros brasileiros, os brasileiros de primeira hora, que são os índios, para que não sejam também prejudicados.

Espero que, no julgamento a ser realizado amanhã, o Supremo Tribunal Federal faça justiça, elaborando uma sentença que tanto privilegie os empresários que lá estão como também faça justiça aos nossos índios potiguaras, primeiros brasileiros da costa do Nordeste, do meu Estado e do Rio Grande do Norte.

Agradeço ao Senador Sibá Machado, que parece um caboclo descendente dos índios potiguaras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – De acordo com o Regimento, concedo a palavra ao próximo orador regularmente inscrito, Senador José Jorge, e, em seguida, ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) oferece à sociedade o Boletim Energia, publicação eletrônica que é tornada disponível semanalmente em sua página na Internet. No Boletim podem ser encontrados dados precisos, atualizados mensalmente pela fiscalização da Agência, sobre a previsão de entrada em operação, nos próximos anos, dos empreendimentos de geração em construção. São usinas cujas concessões foram outorgadas três, quatro ou cinco anos atrás, cujo funcionamento começará ainda este ano, no ano que vem ou até 2007.

Vejamos os dados publicados pela Aneel no Boletim nº 187, o mais recente. Os empreendimentos sem restrições para entrada em operação ainda em 2005 chegam a 1.724MW, que, somados aos 1.641MW já agregados ao sistema este ano, perfazem 3.365MW. Para 2006, está prevista a entrada em funcionamento de usinas que totalizam 4.965MW.

Essas usinas fazem parte da herança bendita que o PT e o seu Governo não mencionam nunca. Mas esse estoque não é infinito, e, a partir daí, a curva de oferta de energia nova sofre uma grave inflexão. Em 2007, está prevista a entrada de apenas 183MW novos – um valor baixo, se comparado à média de 3.000MW a 5.000MW. Para 2008 e 2009, não há previsão de funcionamento de nenhuma nova hidrelétrica. Essas que havia foram todas licitadas no governo anterior.

Trata-se, portanto, de uma queda da média anual de entrada em operação de 3.310MW, mantida no período de dez anos, entre 1995 e 2004, para ínfimos

183MW em 2007! Esses números exigem reflexão e, sobretudo, ação imediata por parte do Governo.

Em artigo publicado no jornal **O Globo**, de 23 de agosto passado, o professor Maurício Tolmasquim, presidente da recém-criada Empresa de Pesquisa Energética, aborda essa questão. Entre outras coisas, afirma que a capacidade instalada do País cresceu 10 mil MW, como se essa fosse uma realização do Governo do Presidente Lula, e não o resultado de uma sementeira iniciada muito antes.

Como todos sabemos, uma hidrelétrica demora de quatro a cinco anos para ser construída. Então, se essa energia está entrando agora, provém do governo anterior.

Diz também o professor Tolmasquim que, graças à ação do Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico, criado pelo Governo atual para equacionar problemas dos empreendimentos hidrelétricos, “dos 13.037MW do estoque das 45 usinas licitadas até 2002 que estavam paralisadas, 6.015MW já estão com licenciamento ambiental em curso, o que corresponde a 24 empreendimentos. Outros 5.386MW (seis empreendimentos) têm processo de licenciamento concluído”.

Nada disso está registrado no Boletim Energia – o boletim oficial – pela fiscalização da Aneel, que, repito, atualiza mensalmente os dados de expectativa de entrada em operação dos novos empreendimentos. Espero que não estejamos diante de mera prestidigitação numérica em assunto de tanta seriedade.

Além disso, notícia publicada pela Agência Estado, em 5 de setembro passado, dava conta de que apenas um de 17 empreendimentos que poderiam ser licitados havia obtido a necessária licença ambiental. Trata-se, portanto, de apenas 140MW dos 2.780MW que o Governo pretendia licitar até o final do ano.

Como se sabe, uma usina hidrelétrica, dependendo do seu porte, leva três, quatro, às vezes cinco anos para ser construída. Isso significa que é preciso fazer novos leilões de concessões de empreendimentos de geração a cada ano, para que se mantenha a oferta de megawatts novos a cada ano subsequente – isto é, quatro, cinco anos depois. A necessidade, no caso brasileiro, já passa dos 3.500MW por ano, Senador Eduardo Azeredo. Na realidade, nos três anos do Governo Lula, incluindo este, não se licitou um único megawatt.

O último leilão de empreendimentos de geração foi realizado em julho de 2002, há mais de três anos, portanto. De lá para cá, o Governo não conseguiu realizar nenhum novo leilão, em que pese haver anunciado repetidas vezes que iria licitar 17 novos empreendimentos, em fase de obtenção de licenciamento

ambiental. Mas, mesmo assim, é importante notar que os 2.780MW a serem gerados por esses anunciados 17 empreendimentos não atendem sequer à demanda nacional de acréscimo de energia elétrica em um único ano.

Quais seriam os motivos dessa grave omissão? O simples anúncio, feito em 2003, de que a legislação do setor elétrico seria alterada de novo pelo Governo paralisou os investimentos. E a aprovação dessa nova legislação – desnecessária, a meu ver, tendo em vista os resultados obtidos com a legislação anterior – consumiu praticamente dois anos do Governo do PT.

O tempo correu, e nada de leilão de novas usinas. Estamos em setembro de 2005, há mais de dois anos e oito meses da posse deste Governo – aliás, dia 1º de outubro, o Governo completará dois terços do seu mandato, graças a Deus! –, e até hoje não foi realizado nenhum leilão de concessão de novas usinas hidrelétricas. Onde estão as licenças ambientais sem as quais não se pode gerar a energia elétrica de que o País precisa para o seu desenvolvimento?

Sr. Presidente, isso é muito preocupante. Ao que tudo indica, nem mesmo os parques 17 empreendimentos, que já deveriam ter sido leiloados, estão no ponto para sair do papel. O Governo não consegue obter o licenciamento ambiental prévio para essas usinas e o País é que vai “pagar o pato” mais adiante. E vejamos – repito – que mesmo essas 17 usinas ainda serão insuficientes, embora sejam necessárias.

Os esforços despendidos pelo Governo, pela Aneel e pela iniciativa privada, a partir de 1995, quando se iniciou esse novo modelo, fizeram com que, nos dez anos entre aquele ano e 2004, fossem agregados 33.104 megawatts à capacidade instalada do País. Houve, portanto, um acréscimo de mais de 57% aos 57.629 megawatts existentes em 1994, o que resultou em um crescimento médio anual de 3.310 megawatts, como já disse, que é o mínimo para que se possa ter tranquilidade na geração de energia elétrica no nosso País.

Superou-se, com isso, um período de estagnação, entre 1985 e 1994, em que a média anual de entrada em operação de novas usinas foi de apenas 1.653 megawatts, de acordo com os dados do Boletim Energia e do Balanço Energético Nacional, do Ministério de Minas e Energia. A causa dos baixos investimentos foi o esgotamento do modelo de financiamento do setor elétrico adotado até então.

Naquela época, tínhamos só um modelo de investimento público, esse modelo foi modificado por investimento privado. Tivemos a falência do modelo anterior e a transição para o novo modelo.

Além disso, mais de 2.500 megawatts, gerados em países vizinhos – Argentina, Uruguai e Venezuela –, podem hoje ser importados para atender às necessidades do desenvolvimento brasileiro, graças aos investimentos realizados para a integração energética da América do Sul – outro importante fruto do modelo energético anterior. Isso sem contar os cerca de 2.000 megawatts das térmicas emergenciais, contratadas à época do racionamento de energia, que seguem disponíveis para o País.

Corremos, agora, sério perigo em relação ao abastecimento de energia elétrica do País. Os leilões que não ocorreram nos últimos três anos serão os megawatts que irão fazer falta ao Brasil já a partir de 2007, projetando uma crise de abastecimento para a virada da década. O Governo já perdeu muito tempo nesses mais de dois anos de Governo.

Preocupa, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o quadro que se desenha no horizonte. Mesmo em meio à grave crise política que vive, é preciso que o Governo aja com extrema presteza para evitar problemas futuros de abastecimento.

Felizmente, os reservatórios das usinas existentes estão cheios como há muito tempo não estavam. São Pedro tem sido bastante generoso em vista de tanta inoperância. Hoje, também, há mais de 20 mil quilômetros de linha de transmissão, construídas entre 1995 e 2004, graças aos investimentos privados, ao esforço do Governo e aos leilões realizados pela Aneel, o que aumenta a confiabilidade e a flexibilidade do sistema. Aliás, essas linhas é que eles estavam querendo reestatizar. Era uma das coisas que o Marcos Valério foi tratar em Portugal.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador José Jorge, é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a e é bom que fique bem registrado nos Anais do Senado porque, se viermos a ter problemas de abastecimento de energia no futuro, estará bem claro esse discurso de V. Ex^a, lembrando a importância da necessidade de novas licitações. É fato. Cheguei a apresentar um requerimento, que foi aprovado aqui, convidando a Ministra Dilma Rousseff para que pudesse vir expor resultados do novo plano energético brasileiro, mas, com a mudança de posição da Ministra, talvez seja o caso de convidarmos agora o novo Ministro para que possa vir expor, realmente, no Senado, quais são os resultados até agora. Pelo o que V. Ex^a coloca, de maneira muito correta, os resultados não existem, simplesmente porque não se fez ainda a licitação de novas hidrelétricas. Lá, em Minas Gerais, a Cemig está construindo uma grande hidrelétrica no

Jequitinhonha, a Hidrelétrica de Irapé, mas essa também é uma licitação ainda da época em que eu era Governador. Começou no governo seguinte e, agora, o Governador Aécio está terminando. De maneira que quero apenas registrar aqui que é importante a posição de V. Ex^a e que todos temos que estar alertas para essa questão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador. Realmente, é um fato que nenhuma hidrelétrica foi licitada neste Governo. Não houve nenhum leilão de hidrelétrica. Ele é marcado e adiado. É marcado de seis em seis meses. A próxima data será dezembro, mas, pelo que se diz, das 17 usinas, apenas uma tem autorização ambiental necessária.

Isso amplia as chances de contornar uma possível crise de abastecimento, mas é preciso agir agora, se é que ainda há tempo. É fundamental que o Governo tenha capacidade de decisão e resolva urgentemente quais empreendimentos de geração devem ser licitados.

Vencer os entraves ambientais, que não podem ser tantos e nem tão insuperáveis assim, e leiloar novas concessões de geração é a única saída para que não tenhamos, em futuro breve, um novo racionamento de energia elétrica no Brasil.

Essa inércia, que já dura dois anos e oito meses, está muito mais para inépcia decisória do que para qualquer outra coisa. O Governo está devendo explicações e ações urgentes para evitar o caos que se anuncia. Isso é o mínimo que dele se espera.

Eu também gostaria de registrar, Sr. Presidente, que temos as grandes hidrelétricas do rio Madeira e do rio Xingu, que, na verdade, no início do Governo, eram prometidas como ação prioritária do Governo no setor de energia elétrica e agora não se fala mais nisso.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que tenho um requerimento na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, convocando o novo Ministro de Minas e Energias para que ele venha aqui ao Senado para explicar todas essas questões e para dizer quais são...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ... as providências que deverão ser tomadas para que essa questão não venha a surgir e tenhamos um problema ainda mais grave do que tivemos em 2001.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pelo Bloco do Governo, por cinco minutos para uma comunicação urgente de interesse partidário nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

Em seguida, falará por cinco minutos o Senador Ramez Tebet.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje, mas confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é da maneira que eu não gostaria de fazer, por dois grandes motivos.

Primeiro, porque quero me reportar a uma pessoa que não está neste momento no plenário e, em segundo lugar, porque considero que determinadas atividades que ocorrem nos Estados e Municípios não são pauta do Senado Federal. Acredito que seja isso. Mas as pessoas estão livres para tratar dos assuntos que consideram mais importantes.

Ontem fiquei surpreso com o pronunciamento muito forte, contundente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador do meu Estado, Estado do Acre, o qual já gozou de toda a nossa confiança, de toda a nossa simpatia na certeza de que teríamos uma unidade de construção, com toda dificuldade que temos na construção do sucesso da nossa comunidade acreana.

Mas as coisas mudam. Não sei quem mudou, se ele ou se nós, resta saber que continuamos firmes no nosso propósito de fazer um excelente governo no nosso Estado.

Sr. Presidente, no dia 7 de setembro, como é comum em todos os lugares comemorar a independência do Brasil – eu pessoalmente não estive lá, estava acompanhando pela tevê, porque estava em outro Município –, mas havia sim, como, acredito, há em todo o Brasil, um sentimento de algumas pessoas que hoje têm uma visão diferenciada do papel do Governo Lula e também do meu Partido, o PT, de fazer um ato, uma manifestação naquele momento.

É claro que queriam fazer uma manifestação antes de começar o desfile. Mas foi negociado para que a manifestação fosse feita após o desfile. E a representação do Exército brasileiro, que acabou passando de alguma maneira, realizou o seu desfile. Acontece que nesse diálogo entre policiais militares e as pessoas que estavam para organizar essa manifestação – diga-se de passagem, pessoas do meu mais sincero respeito, como o Prof. Gerson Albuquerque, o Prof. Jones, meu professor de Geografia, pessoa que estimo tanto e de quem tenho recebido grandes contribuições, inclusive para a minha atuação parlamentar. São pessoas que

hoje têm uma visão crítica do Governo Lula e do meu Partido, o PT, e que respeito absolutamente. Mas tenho integração total de trabalho com a nossa comunidade acadêmica da Universidade Federal do Acre.

Diante disso, Sr. Presidente, houve, sim, um excesso, porque o Governador jamais, Sr. Presidente, tomaria atitude desta natureza, ou seja, ordenar que a Polícia Militar fizesse prisão e batesse em alguém. Isso, jamais. Não posso concordar com isso. Houve, naquele momento, uma falta de diálogo e, no excesso, houve prisões. Isso é inegável. Houve uma atitude de um policial, isolada, que fez essa prisão dos professores. O entendimento era de que os professores fizessem a sua manifestação depois da realização do desfile.

Sr. Presidente, pretendo agora, na minha ida ao Estado, visitar a universidade. Quero conversar com os professores e dizer que jamais isso pode ser entendido como o caráter e o perfil da atuação do nosso Governo Estadual.

Eu imaginava que esse era um assunto para ser tratado no Estado do Acre, mas já que veio parar na tribuna do Senado Federal, cabe-me aqui fazer esse esclarecimento.

Um outro assunto tratado pelo Senador diz respeito a um ato de desocupação de uma área de terra que compreende hoje o Parque Nacional da Serra do Divisor. Vou esclarecer o que sucede. É claro que houve a reintegração dessa terra, pelo Ibama, para o Parque Nacional.

A história é a seguinte: Paulo Nukini é um cacique, uma liderança desse povo chamado Nukini, que, em 2003, concorreu a uma espécie de eleição em sua comunidade e perdeu – eleição para cacique. Juntou 14 famílias, invadiu essa área da Serra do Divisor e disse que iria criar um novo povo, o povo kapanawa. Esse povo não existe, Sr. Presidente.

O Ibama recorreu na Justiça ao direito de reintegração de posse, ganhou, e, com esse direito, no momento em que ia fazer o despejo, a Funai pediu ao Ibama um tempo para conversar com as famílias. Foi dado um tempo de dez dias. Conversou-se com as famílias, que foram convencidas a sair pacificamente da área, e, somente após isso, com as casas já desocupadas, procedeu-se à queima dessas casas. Por que se queimaram as casas, Sr. Presidente? Primeiro, porque lá é o ponto mais nobre de um Parque Nacional; segundo, porque havia denúncias de moradores dos arredores de que Paulo Nukini estava fomentando a caça predatória e ilegal lá dentro e desmatamentos ilegais, enfim, provocando um dano ambiental violento. Portanto, o Ibama sabia que, se essas casas ficassem, os caçadores clandestinos poderiam se ocupar delas e continuar a praticar barbaridades.

Não houve absolutamente nenhum contato entre os policiais da Polícia Federal, os agentes do Ibama e muito menos a Polícia Militar do Estado e essas famílias, que já tinham sido retiradas pacificamente.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede mais dois minutos, Sr. Presidente, aqueles sete minutos de praxe? Ou seja, dois minutos após o horário normal?

(Assentimento do Sr. Presidente.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, sou uma pessoa que concorda absolutamente, em qualquer momento, com a Oposição, porque fomos Oposição. Agora, que se faça oposição dessa maneira irresponsável, não posso aceitar. Aceito qualquer debate seja no plenário do Senado Federal, seja no Estado, seja em qualquer lugar. Se quiserem falar das imperfeições de nosso Governo do Estado, concordo. No entanto, não se pode alimentar esse tipo de perfil para fazer campanha eleitoral antecipada no Estado. Haverá oportunidade, sim, de poder discutir com o povo do Acre no momento em que chegar as eleições do ano que vem. Estaremos postos à prova – deixe a prova chegar, e o povo vai escolher quem tem razão.

Não posso aceitar a maneira como, reiteradas vezes, o Senador Geraldo Mesquita Júnior traz o ranço da sua saída da Frente Popular do Acre para a tribuna do Senado, fazendo campanha eleitoral antecipada.

Estarei sempre disposto a qualquer debate e vigilante a esse tipo de coisa, porque temos honra, temos história. Muitas pessoas sacrificaram as suas vidas para serem tratadas dessa maneira.

Peço respeito à história do Acre, à história do nosso povo e à história daqueles que deram a sua própria vida para integrar essa terra à Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito, Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição pela Liderança do PDT, por cessão do Líder, tão logo seja possível.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito, Sr. Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meu amigo Senador João Batista Motta, entreguei uma autorização para falar pela Liderança do PSDB. Quero passar essa autorização para o Senador Flexa Ribeiro, para falar após a Ordem do Dia, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – O Senador Flexa Ribeiro fica inscrito em segundo lugar, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra, por dez minutos, como oradora inscrita, à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou começar o discurso, falando da sua terra, Senador José Maranhão, se V. Ex^a me permitir, da Paraíba.

Recebi um *e-mail* de um cidadão, José Inácio da Silva Filho, de Alagoa Grande, Paraíba. Esse *e-mail* reflete a politização do povo brasileiro, a indignação da cidadania, porque ele cita um grande escritor e homem público português, Eça de Queiroz, referindo-se a Portugal de 1871: “ninguém crê na honestidade dos homens públicos”.

Também ele afirma que os serviços públicos são abandonados a “uma rotina dormente”, citando Eça de Queiroz, e que o “desprezo pelas idéias vem aumentando a cada dia no nosso País”, que “toda a vida espiritual e intelectual está parada”.

Sr. Presidente, permito-me discordar do cronista só quando ele afirma que o País perdeu a inteligência e a consciência moral se ele estiver comparando 1871 com os dias de hoje, porque acho que, nesse sentido, a palavra do cronista não vale para os nossos dias. O País não perdeu a inteligência e a consciência moral, não. O Brasil tem avançado na cidadania. O Brasil tem avançado na sua consciência moral.

O verdadeiro – nesse ponto, o cidadão conterrâneo de V. Ex^a tem toda a razão – é que uma parte da classe política e da classe governante do País, uma parte que tem a maior responsabilidade, é que

demonstra uma deplorável perda de inteligência e de consciência moral.

Mas o povo brasileiro permanece, graças a Deus, atento e vigilante. É nesse ponto que reside a minha mais profunda esperança de que possamos ultrapassar a atual crise moral por que o País atravessa e que está gerando a paralisia na administração e nos serviços públicos brasileiros.

Em verdade, Sr. Presidente, ontem assistimos à sessão da Câmara dos Deputados. Temos assistido aos trabalhos das CPIs. Posso afirmar à Nação brasileira que o Congresso está cumprindo e vai cumprir o seu dever. Deve fazê-lo de acordo com os princípios constitucionais; deve fazê-lo com respeito ao princípio do contraditório. Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deve fazê-lo de forma a não permitir dúvida alguma quanto a uma credibilidade da Instituição, que precisa ser recuperada.

Digo isso porque, na verdade verdadeira, esta é uma oportunidade ímpar do Poder Legislativo de se salvar diante da opinião pública, de mostrar ao País que a maioria dos homens públicos tem responsabilidade e quer um Brasil melhor, um Brasil mais humano, um Brasil mais justo; um País livre da corrupção, da imoralidade, e que disponha dos recursos de nossos contribuintes, da nossa população, para serem aplicados em serviços indispensáveis à melhoria da qualidade de vida da população.

O momento é de crise, mas é de esperança, porque as CPIs estão trabalhando, efetivamente, e ontem a Câmara dos Deputados demonstrou que vai cumprir com seu dever.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento que precisa ser ultrapassado, e há necessidade que o seja o mais rapidamente possível, e por ser necessário que trabalhem o mais rapidamente possível, é necessário, Senador Mozarildo Cavalcanti – que me pede o aparte –, que trabalhem dentro da lei, e que as leis sejam cumpridas e que a Constituição seja cumprida.

Foi bonito. Não houve motivo de comemoração na Câmara dos Deputados ontem. O resultado foi recebido com humildade pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Tive oportunidade de ver pela televisão o momento em que era cassado o ex-Deputado do PTB, o Deputado Jefferson.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Não sou eu.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não, é evidente que não é V. Ex^a, cujo estofo moral e cuja dignidade são ressaltados por esta Casa.

O que quero dizer, sem entrar no mérito, é que a decisão nos dá esperança, seja qual for, porque é

preciso haver julgamento. E é preciso haver julgamento sério, é preciso haver julgamento sem corporativismo, dentro da lei, reafirmo, pois fora da lei não há salvação. Quando me perguntam, pelos corredores ou no Estado de Mato Grosso do Sul, qual é a solução para a crise, sempre respondo que a solução está dentro da lei, que estamos caminhando com as instituições funcionando, que não devemos nos apressar, não devemos correr, mas não podemos retardar o cumprimento da lei, não podemos procrastinar o andamento dos processos contra aqueles homens públicos que foram acusados. É preciso que haja julgamento, repito, dentro da lei. A pressa significa agir e observar os ditames legais.

Creio, Sr. Presidente, que isso esteja ocorrendo. Lamento que haja a paralisia administrativa a que se referiu o orador que me antecedeu nesta tribuna, o Senador José Jorge. Lamento que haja realmente essa paralisia administrativa, essa paralisia dos serviços públicos no País. E, se existe, não é culpa somente da crise moral que atravessamos, mas da inapetência administrativa. Dá vontade de ver funcionar, de ver a realização de obras, de serviços públicos de interesse da coletividade. O Orçamento aí está, devia ser cumprido e liberado. Tenho pessoalmente procurado agir nos interesses do meu Estado de Mato Grosso do Sul, tenho, sim, por isso é que telefono e percorro os escaninhos e os caminhos dos Ministérios, pedindo para liberar recursos orçamentários a fim de que os Municípios e o Estado possam realizar obras indispensáveis a serviço da população. Não há motivo de desânimo para a Nação. É o recado que gostaria de deixar neste momento. O Brasil está dando uma demonstração de amadurecimento.

Mencionei Eça de Queiroz, citado pelo cidadão paraibano, ilustre conterrâneo do Senador José Maranhão, que honra este Senado da República, referindo-me à crise moral. Eça de Queiroz se referia a Portugal, e escreveu isso em 1871. Se não explicarmos direito, dirão que o orador que ocupa a tribuna quer dizer que a imoralidade vai existir para sempre, eternamente. Mas não é isso. O cidadão quer dizer que uma sociedade quanto menos corrompida for, quanto mais honesta for – prefiro usar este vocábulo – a administração pública e os homens públicos, maiores benefícios serão prestados à coletividade.

Rui Barbosa mesmo, que ali está, como um culto a ser sempre lembrado por nós pelas grandes lições, que honrou este Senado da República, quando Senador desta Casa, já dizia – e quero aqui citar um trecho conhecidíssimo de Rui Barbosa –: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a

desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, haveremos de nos orgulhar do Brasil, a sociedade haverá de ter um maior respeito pelo Poder Legislativo e por nossas instituições. Isso está em nossas mãos, neste momento de grave crise moral e social por que o País atravessa. Está em nossas mãos dar o exemplo para resgatar a dignidade da sociedade brasileira para que esta possa viver mais feliz e mais tranqüila numa terra e numa pátria a quem Deus deu tudo. Por esse motivo, porque esta terra é generosa, a esperança não pode morrer em nosso coração.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Ramez Tebet, gostaria muito de aduzir ao pronunciamento de V. Ex^a algo que entendo necessário: temos que estancar o mal na fonte. E a fonte da corrupção, o dinheiro que vem para a corrupção sai do Poder Executivo. Não vi, ainda, CPMI alguma indicar os corruptores, punir os corruptores. Apenas pegam na ponta aqueles que se deixam corromper. É importante punir quem se deixa corromper, porque são corruptos da mesma forma, mas temos que atingir também os corruptores. E, nesse sentido, tanto o Poder Executivo, que dispõe de um Comitê de Ética e a Controladoria-Geral da União, como nós, que temos uma Corregedoria e um Conselho de Ética no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, temos que ser mais vigilantes. Há muitos Parlamentares com vários processos, e o Senado e a Câmara nada fazem! Só quando os escândalos alcançam tal dimensão é que se pega uma dúzia deles e pune. Temos que aproveitar o momento e tomar uma atitude duradoura que realmente passe a limpo o País.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vejo que V. Ex^a concorda com o meu pronunciamento, sobretudo o ilustra, Senador Mozarildo Cavalcanti. E sabe por quê? Quando me refiro ao Poder Legislativo, é porque este Poder é o mais transparente. Sei que a corrupção está no Poder Executivo. Todos sabemos que a corrupção está lá instalada. Ainda ontem, na Câmara dos Deputados, muitos, e o próprio Deputado Roberto Jefferson, que foi cassado, aludiram, dizendo que a corrupção estava do lado de lá. Ninguém pode ignorar isso. É preciso que haja a punição dos corruptos e também dos corruptores. Esse tem sido nosso grande desafio. Qual é o maior desafio que as CPIs atravessam neste momento? É descobrir, é procurar apurar, é trazer para as barras dos tribunais, porque, via de regra, os corruptores não estão no Congresso Nacional, que é composto de uma parte de homens

públicos que são manchados, mas com uma maioria, como V. Ex^a e a totalidade desta Casa, que posso afirmar que quer o bem do País, que quer trabalhar pelo País, pela sociedade, para o povo. É preciso punir os corruptores. Mas, infelizmente, V. Ex^a sabe, qual é o Poder mais transparente? Qual o Poder mais aberto, pergunto aos Srs. Senadores, senão o Poder Legislativo? Por isso mesmo, é alvo das críticas mais severas da sociedade. Está na hora, Sr. Presidente, de encerrar, e encerrar afirmando verdadeiramente que essa é uma oportunidade ímpar que se oferece ao Poder Legislativo. Posso afirmar, pelo que estou presenciando – trago aqui o meu testemunho –, que estamos trabalhando; as coisas não acontecem da noite para o dia. Vamos continuar trabalhando e o Congresso Nacional haverá de cumprir o seu dever, sim.

Sr. Presidente, pergunto se meu horário está encerrado. Se estiver encerrado, apenas concederei o aparte ao Senador José Maranhão e já cumpro o Regimento da Casa.

Senador José Maranhão, por gentileza.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, louvo a iniciativa de V. Ex^a, que, partindo de um *e-mail* que recebeu de um cidadão paraibano que honra a cidadania paraibana, trouxe ao conhecimento desta Casa muito mais como informativo ao público externo e não somente como notícias, sobretudo com uma análise profunda da crise que atravessamos agora, informações que certamente vão ilustrar tantos quantos querem saber o que realmente está ocorrendo no Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal – já que não há nenhum Senador envolvido nesses episódios lamentáveis. É evidente que o Poder Legislativo, como diz V. Ex^a muito bem, é aquele que trabalha de forma transparente, que se expõe a si mesmo. Enquanto os outros Poderes se fecham ao público no acompanhamento de sua atuação, sobretudo nos seus deslizes, o Poder Legislativo se abre seja pela televisão, por jornais, rádio, meios de comunicação, não se peja...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – ...de expor as mazelas que, infelizmente, infelicitam a vida pública nacional. V. Ex^a está de parabéns porque fez uma análise com a qual concordo em gênero, número e grau. V. Ex^a está levando, inclusive a esse meu ilustre conterrâneo que lhe mandou essa correspondência, as informações necessárias para que ele, o público externo, faça um juízo de valor sobre a atuação do Congresso Nacional. Os Deputados, os Senadores, diferentemente dos membros de outros Poderes, expõem suas próprias chagas, suas próprias feridas e

mostram que não são coniventes com aqueles que erraram. Sei que tanto esta Casa quanto a Câmara Federal são constituídas na sua maioria de homens íntegros, de homens de bem, de pessoas que podem até ter deficiência de natureza funcional – trabalhando mais ou menos –, mas não têm nenhuma mácula de ordem moral que possa envergonhar os eleitores e os cidadãos lá de fora que os escolheram. Parabéns a V. Ex^a pela forma clara, explícita com que abordou essa questão, levando luz para que o público externo possa fazer um juízo realmente justo do que se processa no Congresso Nacional. Não sei ainda quantos serão punidos na Câmara Federal, mas tenho certeza de que a Câmara Federal e o Senado, já que se trata de uma Comissão Mista, vão punir tantos quantos forem encontrados em culpa.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou encerrar dizendo que eu tenho sorte. Veja V. Ex^a que comecei o meu discurso com a Paraíba, citando um ilustre cidadão, um homem que tem cidadania, que conhece política e que é o cidadão José Inácio da Silva Filho, a quem não conheço pessoalmente.

Encerro meu discurso...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...também com a voz da Paraíba, do Senador José Maranhão, dizendo que não tive outro objetivo ao comparecer a esta tribuna senão o de prestar esclarecimentos à sociedade, porque é preciso acreditar, é preciso confiar nos homens públicos apesar de todas as mazelas que existem por aí. É preciso separar o joio do trigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra, como orador inscrito, por dez minutos, ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, falará o Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador João Batista Motta, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, meus amigos e minhas amigas do meu querido Estado do Pará, venho à tribuna hoje para fazer referência a um evento de que participei na segunda-feira próxima passada em Belém e que deve ter se realizado em vários Estados da nossa Federação. Trata-se de um movimento de fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro.

Quero dizer aos Prefeitos dos 143 Municípios do meu Estado – saúdo a todos em nome do Prefeito Fernando Lobato, Presidente da Famep – que podem contar com este Senador, neste Senado Federal, para

apoiar as reivindicações justas dos Prefeitos que fazem parte do Movimento Municipalista Brasileiro.

A reunião de que participei segunda-feira, em Belém, originou-se do encontro havido na Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro, realizado nos dias 24 a 26 de agosto no Rio de Janeiro. Nessa conferência, acordou-se sobre uma mobilização em todos os Estados brasileiros e uma reunião com as Bancadas federais a fim de discutir a pauta que será por eles trazida a Brasília, numa mobilização prevista para os próximos dias 27 e 28 deste mês. Penso que virá a esta cidade uma grande quantidade de Prefeitos, milhares deles, dos mais de 5 mil Municípios brasileiros, fazer justas reivindicações e chamar a atenção do Poder Federal a fim de que possam ter condições de levar a bom termo suas obrigações como gestores municipais.

Não é possível, Senador Mozarildo Cavalcanti, que não enfrentemos de uma vez a questão da revisão do pacto federativo. É impossível que tenhamos ainda hoje e cada vez mais a concentração das receitas na mão da União, Senador Jefferson Péres, que detém mais de 60% do bolo tributário arrecadado. Os Estados brasileiros ficam com pouco mais de 20% e os milhares de Municípios brasileiros, com apenas 14% ou 15% dessa receita. Então está ficando insuportável o atendimento das necessidades. E todos nós sabemos que é no Município que as demandas são cobradas, onde há realmente a necessidade de atendimento na área social, na área de educação, na área de segurança, na área de transporte.

Srs. Senadores, as reivindicações que foram levadas à Bancada Federal do Pará nessa reunião de segunda-feira, todas elas justas, pedem a continuidade da nossa tão esperada reforma tributária. É lamentável, Srs. Senadores, Sr. Presidente, que a reforma tributária, tão necessária para o avanço no desenvolvimento, para a diminuição da carga tributária que pesa sobre a produção brasileira, que pesa sobre todos os brasileiros, não seja de uma vez por toda feita em profundidade. Por falta de vontade política do Governo Federal, processam-se a arremedos de reforma tributária que atendem, quando concretizadas, ao interesse da Receita Federal, ao interesse do Governo Federal e, na maioria das vezes, como aconteceu na última, em vez de fazer uma reforma neutra, como dizia o Ministro Antonio Palocci, foi feita uma reforma com aumento da carga tributária, já não mais suportada pela sociedade brasileira.

Os prefeitos clamam, Senador João Batista Motta, para que a reforma tributária aumente em 1% a participação do municípios no Fundo Municipal.

O Senado Federal já se pronunciou a respeito desse aumento, aprovando-o, e agora a matéria está na Câmara Federal. Como a reforma está paralisada, é necessário que seja feita, pelo menos em separata, essa aprovação para que possa surtir efeito a partir de 2006.

Então, é um pleito que o Senado já aprovou, da maior justiça, e quero aqui fazer um apelo à Câmara Federal e ao Governo para que o aprove também.

Os prefeitos também pedem, na sua pauta, que o teto de pagamento dos precatórios judiciais seja limitado a 2% do total da receita corrente líquida do Município.

Pedem também, e com justiça, um novo parcelamento dos débitos junto ao INSS. Sabemos todos nós aqui que a maioria das prefeituras brasileiras estão impossibilitadas de acessar os recursos, sejam de convênios estaduais, sejam de convênios federais, por estarem inadimplentes com a Previdência e a Receita Federal. Então, há necessidade de se fazer uma nova revisão, um novo pacto, uma nova renegociação dessa dívida.

Hoje, Srs. Senadores, o jornal **Valor Econômico** traz a notícia de que uma medida provisória vai rever as dívidas da Previdência com relação a Estados e Municípios, e também que os hospitais e as entidades filantrópicas ficaram de fora dessa medida provisória.

Quero aqui acrescentar, Sr. Presidente, um apelo: que essa medida provisória que o Governo está gerenciando atenda, sim, aos entes federativos, aos Estados e aos Municípios, mas não deixe de atender ao setor produtivo nacional. Há necessidade de se fazer uma revisão, um novo pacto desse débito com a Previdência, pacto esse que seja discutido, Senador Jefferson Péres, e que não seja nos moldes em que foi feito o Refis 1, ainda no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o percentual da renegociação, de tão baixo que foi, elevava o prazo de pagamento a centenas de anos. Mas também não seja do tipo como foi o PAS (Programa de Atendimento à Saúde), agora no Governo do Presidente Lula, que, limitando o prazo a 180 dias e fixando a prestação, independente da receita dos Municípios, independente da receita das empresas, torna inviável a manutenção da adimplência com a Previdência.

Então, é necessário que se faça um novo acordo em que o valor do percentual seja de tal monta, em função do faturamento e em função da receita, que dê um prazo compatível com a necessidade da Previdência para o resgate dessa dívida ativa.

Mas o que é importante, Senador João Batista Motta, é que isso seja tomado como uma das bandeiras desta Casa, para que possamos, junto com o

Governo Federal, trazer para a adimplência tanto os Estados e os Municípios quanto o setor privado, que necessita desse apoio para a retomada, para ajudar o desenvolvimento da Nação brasileira.

Outro ponto importante da agenda municipalista diz respeito à isenção de IPI na compra de máquinas e equipamentos pelas prefeituras.

Senador Eduardo Azeredo, os prefeitos justificam esse pedido junto ao Governo Federal, dizendo que não há lógica para que sejam taxadas essas máquinas, compradas pela prefeitura, com IPI, com Cofins, não há lógica para que seja aumentado esse valor. E esse dinheiro, muitas das vezes ou todas as vezes, sai com certeza absoluta da sociedade, diretamente da prefeitura ou em convênio com o Governo Federal ou com os governos estaduais. E aí há uma necessidade de um valor maior para comprar o mesmo equipamento. Estamos tirando do Governo para passar para o Governo o mesmo tributo. Então, que seja feita essa isenção.

Srs. Senadores, com relação aos recursos para saneamento básico, a condição que foi levantada aqui, também com relação à questão do ITR, Imposto Territorial Rural, é que passe a ser uma das fontes de receita dos Municípios e não parcialmente, como é hoje na legislação atual, também já com a concordância do Governo Federal.

Quero, ao concluir, Sr. Presidente, dizer aos prefeitos de todo o Brasil, especialmente do meu querido Pará, que, com certeza absoluta, contarão com a ação dos Senadores e Deputados Federais e com meu apoio, em particular, para que essa pauta de reivindicações, aqui de forma breve colocada e que será objeto da vinda desses milhares de prefeitos ainda este mês de setembro a Brasília, tenha êxito e seja atendida pelo Governo Federal, por ser de justiça.

Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados, ontem, cumpriu seu papel e deu a resposta que a sociedade esperava, cassando o mandato do Deputado Roberto Jefferson por ampla maioria. É preciso esclarecer ao cidadão comum desinformado que a Câmara dos Deputados não poderia ter agido de forma diferente. Recebi *e-mails* de muitas pessoas, estranhando que

o ex-Deputado fosse punido, porque, segundo essas pessoas, ele teria prestado um serviço à Nação.

Em primeiro lugar, ele não revelou esses fatos para servir à Nação. Ele participou de todo esse esquema de corrupção e, por divergências com membros do Governo a respeito, talvez, da divisão do butim, ele resolveu falar e, com isso, acabou prestando esse serviço ao Brasil.

Em segundo lugar, ele é réu confesso. Ele confessou o crime. Recebeu, ilicitamente, R\$4 milhões e até hoje não prestou contas a ninguém desse dinheiro. Portanto, o ex-Deputado Roberto Jefferson não podia continuar como membro do Congresso Nacional. A punição foi justa e não poderia ter sido outra.

Mas a crise continua. O Presidente Severino Cavalcanti lá se encontra ainda, consultando os seus botões ou sei lá quem, e na próxima semana vai anunciar a sua decisão. Se teimar em permanecer, a Câmara terá, obviamente, de iniciar o processo de cassação do seu mandato. Enquanto isso, aquela Casa Legislativa continua mergulhada na crise. Uma crise que atinge o Poder Executivo e começa a arranhar o Judiciário, Senador Motta. Atinge o Executivo porque o Presidente, que, em última análise, foi o responsável por todo esse esquema de corrupção que se instalou em seu Governo e em seu Partido, está em descrédito, cada vez maior, junto à opinião pública e continua dizendo e fazendo o que não deve.

Ainda ontem, Senador Alberto Silva, no exterior – ontem ou anteontem –, na Guatemala, ao ser informado pelos repórteres que o entrevistava que os seus familiares haviam viajado, feito muitas viagens custeadas pelo seu Partido, Sua Excelência respondeu, simplesmente, que seria de se admirar se fossem custeados pelo PFL ou pelo PSDB. Debochou, e, portanto, tentou justificar que o Partido de Sua Excelência, usando dinheiro do fundo partidário, dinheiro público, portanto, dinheiro meu, nosso, de vocês todos, pagasse viagens a seus familiares – filhos, noras, genros. O Presidente da República disse isso no exterior e considerou normal. Uma atitude anti-republicana que, só por isso, o desqualifica para o cargo. Essa é a triste verdade.

Não vou propor o **impeachment** de Sua Excelência, não. Mas, vou tocar adiante a minha proposta de emenda à Constituição que institui, no Brasil, o **recall**, um instituto existente em vários estados da Federação americana, que dá ao eleitor o direito de revogar o mandato dos ocupantes de cargos majoritários. Penso que se essa minha emenda já estivesse em vigor, incorporada à Constituição, já se estaria propondo hoje, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a convocação de um plebiscito para revogar o mandato do atual Presidente da República.

Eu não gostaria que o Congresso fizesse isso por meio de **impeachment** não. Porque Sua Excelência se faria de vítima e diria que os Congressistas estão tirando o mandato de alguém que recebeu 53 milhões de votos dos brasileiros. E esse discurso vai pegar. Mas eu acho que deveria ser dado ao próprio povo, aos próprios eleitores, o direito de fazer essa revogação.

Portanto, o Executivo também é um Poder, hoje, em crise. E, como eu dizia, uma crise que já começa a arranhar o Judiciário. Ontem, preocupou-me a decisão do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, concedendo liminar para que Deputados investigados pelo Conselho de Ética pudessem ser ouvidos primeiramente pela Corregedoria da Câmara dos Deputados, numa ingerência aos assuntos internos do Legislativo. Eu creio que, tecnicamente, pode ser defendida a decisão do Ministro Nelson Jobim, porque S. Ex^a invoca um princípio constitucional do direito à ampla defesa em todas as etapas do processo. Por esse lado, juridicamente, pode-se defender essa ingerência no Poder Legislativo, mas o Ministro Nelson Jobim devia se poupar. Um homem público, principalmente um magistrado, ainda mais Presidente do Supremo Tribunal Federal que, segundo a imprensa, está no fim – já vou encerrar –, dizem que S. Ex^a é aspirante a candidato à Presidência da República tão logo se aposente, no próximo ano, e toma uma decisão dessa? S. Ex^a fica sob suspeita, Senador João Batista Motta! S. Ex^a está sob suspeita da sociedade. Todos os atos praticados pelo Ministro Nelson Jobim, que é meu amigo particular, a quem respeito, um jurista e um dos mais brilhantes expositores que já ouvi. Se S. Ex^a ficar magoado comigo, paciência, mas é meu dever dizer que S. Ex^a não pode, S. Ex^a tinha a obrigação, o dever de desmentir peremptoriamente e dizer que não é candidato à Presidência da República. Do contrário, S. Ex^a fica incompatibilizado para exercer o cargo de magistrado da mais alta Corte deste País.

Creio que é preciso emendar a Constituição também, deixar de quarentena por cinco ou talvez de dez anos todos os magistrados que queiram, depois de aposentados, candidatar-se a qualquer cargo, para evitar que isso aconteça: um Ministro, do mais importante Tribunal, da cúpula do Poder Judiciário, está sendo cogitado como candidato à Presidência da República, e, a partir daí, ficar com sua isenção sob suspeita de toda a sociedade.

Sr. Presidente, lamento que isso aconteça com um amigo meu. Mas eu tinha de registrar essa minha manifestação de inconformismo nos Anais da Casa.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Peres, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência determina às Comissões que suspendam todos os trabalhos para que possamos dar cumprimento à Ordem do Dia.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para usar da palavra após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, após a fala do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição, pela Liderança, para falar após o Senador Aelton Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, através do Requerimento nº 92, de 2005.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Educação, através do Requerimento nº 676, de 2005.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Ex^a seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de

Estado do Desenvolvimento Agrário, através do Requerimento nº 678, de 2005.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado das Cidades, através do Requerimento nº 684, de 2005.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Advogado-Geral da União, através do Requerimento nº 689, de 2005.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informação feito ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, através do Requerimento nº 611, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Educação, através do Requerimento nº 7, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Jefferson Péres**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, através do Requerimento nº 475, de 2005.

Cordialmente, – Senador **João Capiberibe**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, através do Requerimento nº 46, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Presidente do Banco Central do Brasil, através do Requerimento nº 159, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, através do Requerimento nº 208, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Secretário de Desenvolvimento Estratégico da Presidência da República, através do Requerimento nº 262, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, através do Requerimento nº 284, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, através do Requerimento nº 309, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Educação, através do Requerimento nº 353, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Secretário de Política de Igualdade Racial da Presidência da República, através do Requerimento nº 393 de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, através do Requerimento nº 440, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 15 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja

reiterado o pedido de informações feito ao Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Requerimento nº 496, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em resposta ao Sr. 1º Secretário, a Mesa reiterará os pedidos de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência convoca sessão especial do Senado a realizar-se no próximo dia 25 de outubro, terça-feira, às 11 horas, destinada a reverenciar a memória de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, nos termos dos **Requerimentos nºs 225, 226 e 233, de 2005**, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Arthur Virgílio e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 3036, DE 2005

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, requero urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, que “Dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido (restringe hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento e estabelece hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido)”.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2005

Alvaro Moura
Arthur Virgílio - 13
Requerimento - 22
 15
 3
 4

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os Itens nºs 1 a 5 ficam transferidos para a próxima terça-feira.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 996, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaiá.*

Parecer favorável, sob nº 1.647, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da*

Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2003 COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Parecer favorável, sob nº 1.361, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 6:

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora

Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 7:

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios), tendo

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão o substitutivo à proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 8:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2004

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.543, de 2005, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos), do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 324, do Regimento Interno.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria definitivamente aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38 DE 2004

(Nº 808, de 2002, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, para obrigar a identificação do corretor de imóveis responsável pela venda na respectiva escritura pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 1º-A. As escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis conterão a identificação do corretor, pessoa física ou jurídica, e o valor da corretagem.

§ 1º A identificação do corretor conterá:

I – o endereço completo;

II – o número de cadastro de pessoa física ou jurídica no Ministério da Fazenda;

III – o número de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

IV – o valor pago a título de honorários de corretagem.

§ 2º Ocorrendo compra e venda sem intermediação, na escritura pública, as partes

declararão, sob as penas da lei, que aquela se realizou sem intermediários.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 9:**

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das lideranças para sua deliberação.

Em discussão as Emendas da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação, em globo, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, nos termos do art. 286 do Regimento Interno.

As Sr^{as} e os Srs. s Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada:

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999**

Altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

EMENDA

Suprima-se o art. 2º do projeto, renumerando-se o seguinte

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O inciso VI do **caput** do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional, desde que o adquirente não possua outro imóvel de sua propriedade, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS;

..... (NR)”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 10:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável).

Parecer sob nº 1.362, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) que oferece, com adendo.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a votação.

Em votação a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), com adendo da Comissão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo), fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o projeto aprovado:

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Dispõe sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável, que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 12 e 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

VIII – como segurado de sociedade conjugal ou de união estável: todo aquele que, em razão de casamento ou de união estável, exerce atividade contínua, no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos, desde que não incluído em nenhuma outra categoria de segurado obrigatório.

..... (NR)”

“Art. 28.

V – para o segurado de sociedade conjugal ou união estável: o salário-de-contribuição, observado o limite máximo a que se refere o § 5º

..... (NR)”

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado pelas Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998 e 9.876, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual, facultativo e do segurado de sociedade conjugal ou de união estável, é do vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

§ 1º A alíquota de contribuição do segurado de sociedade conjugal ou de união estável, cujo cônjuge ou companheiro perceba remuneração mensal igual ou inferior a seiscentos e vinte e três reais e quarenta e

quatro centavos, é de sete inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento sobre o menor salário-de-contribuição, não se lhe aplicando o disposto no inciso V do art. 28.

§ 2º Ao segurado de que trata o § 1º é garantido o acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. (NR)”

Art. 3º O inciso II do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

II – os segurados contribuinte individual, facultativo e o de sociedade conjugal ou de união estável, estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência e, no caso do segurado de sociedade conjugal ou de união estável, a obrigação do recolhimento é do cônjuge ou do companheiro que perceber renda, relativamente ao outro;

..... (NR)”

Art. 4º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterado pelas Leis nºs 8.647, de 13 de abril de 1993 e 9.876, de 26 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 11.

VIII – como segurado de sociedade conjugal ou de união estável: todo aquele que, em razão de casamento ou de união estável, exerça atividade contínua no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos. (NR)”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das lideranças para sua deliberação.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 11:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1 – CAS.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004
(Nº 3.341/2000, na Casa de origem)

Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de asteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º a dispensação ou a venda de medicamentos do grupo terapêutico dos asteróides ou peptídeos anabolizantes para uso humano estão sujeitas à apresentação, retenção, pela

farmácia ou drogaria, da receita de controle em 2 (duas) vias, emitida por médico registrado no Conselho Regional de Medicina.

Parágrafo único. A prescrição de que trata este artigo deve ser escrita em receita impressa do profissional ou da instituição, ficar retida no estabelecimento farmacêutico pelo prazo de 5 (cinco) anos e conter:

I – nome, endereço e telefone do consultório ou da residência do profissional prescritor ou da instituição;

II – número de inscrição do profissional prescritor no Conselho Regional de Medicina e no Cadastro de Pessoas Físicas;

III – nome e endereço do paciente;

IV – dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade prescrita e posologia;

V – data de prescrição;

VI – nome, identidade e endereço do comprador;

VII – registro, na receita retida, da quantidade dispensada;

VIII – quando se tratar de formulações magistrais ou oficinas, a quantidade aviada e o número do registro da receita do livro correspondente.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 66, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A dispensação ou a venda de medicamentos contendo substâncias anabolizantes para uso humano estão sujeitas à apresentação e à retenção, pela farmácia ou drogaria, de Receita de Controle Especial em duas vias, emitida por médico.

§ 1º A receita de que trata o caput deste artigo deve conter:

I – nome, endereço e telefone do consultório ou da residência do prescritor ou do serviço de saúde;

II – número da inscrição do prescritor no Conselho Regional de Medicina e no Cadastro de Pessoas Físicas;

III – nome e endereço do paciente;

IV – dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade prescrita e posologia;

V – data da prescrição;

VI – nome, identidade e endereço do comprador;

VII – registro, na receita retida, da quantidade dispensada;

VIII – quando se tratar de formulações magistrais ou oficinas, a quantidade aviada e o número do registro da receita no livro correspondente.

§ 2º A receita de que trata o caput deste artigo deve ficar retida no estabelecimento farmacêutico pelo prazo de cinco anos. (NR)”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 12:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das lideranças para sua deliberação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.017, DE 2005

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro adiamento da discussão por 14 dias do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que “Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa** – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento de adiamento de discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão do próximo dia 5 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 13:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (in-

clui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CE, de redação, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação transferida devido à falta de acordo das lideranças para sua deliberação.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1 – CE, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

(Nº 2.501/2000, na Casa de origem)

Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

II – comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 21, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O inciso 11 do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.
.....

II– comunitárias, assim entidades as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em suas entidades mantenedora representantes da comunidade.

.....”(NR)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 14:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.512, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Reginaldo Duarte.

As emendas não foram oferecidas no prazo regimental.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para adequação do texto final aos dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005

(Nº 276/2003, na Casa de origem.)

Altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei explicita o direito ao atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

Art. 2º O **caput** do art. 11 da Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 15:

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 945, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 487, de 2003, e 108, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 487, de 2003, e 108, de 2005, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Constituição, Justiça e Cidadania, e, posteriormente, à de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 16:

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 953, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, de 2002, e 120, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nº 90, de 2002, e 120, de 2005, passam a tramitar em conjunto e retor-

nam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 17:**

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 954, de 2005, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 394, de 2003, e 98, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nº 394, de 2003, e 98, de 2005, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 18:**

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 959, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 305, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 305, de 2004, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 19:**

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 964, de 2005, do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 269, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 20:**

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 965, de 2005, do Senador Tião Viana, so-

licitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 274, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.

Em votação os requerimentos, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 266, 269 e 274, de 2005 –Complementares, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Sr. Presidente, com isso, esgotamos a pauta, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, grande Líder do PMDB, sobre a mesa, há três requerimentos para serem votados pelo Plenário, solicitando audiência de Comissão. É um pedido do eminente Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo divergência dos Srs. Líderes, a Mesa colocará em votação os requerimentos. (Pausa.)

Sendo assim, passa-se à imediata votação dos requerimentos, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 969, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 969, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 285 e 346, de 2004, por tratem de matérias distintas.

Em votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 285 e 346, de 2004, ficam desapensados, voltam a ter tramitação autônoma e retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 981, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 981, de 2005, do Senador João Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em votação o Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retornando à de Agricultura e Reforma Agrária, seguindo posteriormente à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 966, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 966, de 2005, do Senador Pedro Simon, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nº 171, 428 e 605, de 1999, a fim de que tenha tramitação autônoma.

Em votação o Requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, fica desapensado, volta a ter tramitação autônoma e retorna à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Os Projetos de Lei do Senado nº 171, 428 e 605, de 1999, continuam a tramitar em conjunto e voltam à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para exame em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 1.016, de 2005**, de urgência, lido no Expediente, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC.) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.666, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 nº 2.677, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677, de 2000, da Câmara dos Deputados), que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências, consolidando as emendas da Câmara dos Deputados aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente – Senador **Efraim Morais**, Relator – Senador **Tião Viana** – Senador **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.666, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677, de 2000, na Câmara dos Deputados).

Altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do **caput** do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional, desde que o adquirente não possua outro imóvel de sua propriedade, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2005**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2005.

– Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC.) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para a Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.667, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341, de 2000, na Casa de origem), que altera o art 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros** – Presidente, Senador **Efraim Morais** – Relator, Senador **Tião Viana**, Senador **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.667 DE 2005**Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341, de 2000, na Casa de origem).****Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.****EMENDA ÚNICA**

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º A dispensação ou a venda de medicamentos contendo substâncias anabolizantes para uso humano estão sujeitas à apresentação e à retenção, pela farmácia ou drogaria, de Receita de Controle Especial em duas vias, emitida por médico.

§ 1º A receita de que trata o **caput** deste artigo deve conter:

I – nome, endereço e telefone do consultório ou da residência do prescritor ou do serviço de saúde;

II – número da inscrição do prescritor no Conselho Regional de Medicina e no Cadastro de Pessoas Físicas;

III – nome e endereço do paciente;

IV – dosagem ou concentração, forma farmacêutica, quantidade prescrita e posologia;

V – data da prescrição;

VI – nome, identidade e endereço do comprador;

VII – registro, na receita retida, da quantidade dispensada;

VIII – quando se tratar de formulações magistrais ou oficinais, a quantidade aviada e o número do registro da receita no livro correspondente.

§ 2º A receita de que trata o **caput** deste artigo deve ficar retida no estabelecimento farmacêutico pelo prazo de 5 (cinco) anos.’ (NR)”

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REOUERIMENTO Nº 1.019, DE 2005**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Sala das Sessões, 15 de Setembro de 2005.
– Senador **Efraim Moraes**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC.) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.668, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501, de 2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, consolidando a emen-

da de redação, da Comissão de Educação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente – Senador **Efraim Moraes**, Relator – Senador **Tião Viana**, Senador **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.668, DE 2005**Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501, de 2000, na Casa de origem).****Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.020, DE 2005**Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui

os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005.

– Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC.) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.669, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276, de 2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente – Senador **Efraim Morais**, relator. – Senador **Tião Viana** – Senador **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.669, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276, de 2003, na Casa de origem).

Altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei explicita o direito ao atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

Art. 2º O **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.021, DE 2005

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.022, DE 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Requeiro à Mesa se digne de encaminhar o Requerimento de Informações anexo, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal.

Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pecuária

1) O Ministério da Agricultura dispõe de recursos orçamentários que lhe permitam dar continuidade ao Programa de Equalização dos Custos de Produção de Cana-de-Açúcar para a região Nordeste a que se refere o art. 7º, § 2º, da Lei Federal nº 10.453/2002?

2) Qual o volume global de recursos efetivamente aplicados por esse Ministério nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005 como subvenção econômica para redução das desigualdades no custo de produção da cana-de-açúcar utilizada pelas usinas e destilarias nordestinas?

3) Que medidas o Ministério da Agricultura adotou em favor da alocação de recursos oriundos da Cide destinados à implantação de medidas de política econômica de subvenção ao preço do álcool produzido e comercializado na região Nordeste, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.453/2002?

4) Quais os programas e ações desenvolvidos por esse Ministério no exercício de 2002 com base no art. 3º, I, da Lei Federal nº 10.453/2002 com o objetivo de equalizar os custos da matéria-prima necessária ao fabrico de álcool em favor dos produtores estabelecidos nos Estados do Nordeste? Em caso positivo, quanto foi efetivamente executado nos referidos programas e ações? Se negativa a resposta, pede-se informar os critérios que levaram esse Ministério à não-adoção da política de equalização de preço da matéria-prima para os produtores nordestinos no exercício de 2002.

5) Quais os programas e ações desenvolvidos por esse Ministério no exercício de 2003 com base no art. 3º, I, da Lei Federal nº 10.453/2002 com o objetivo de equalizar os custos da matéria-prima necessária ao fabri-

co de álcool em favor dos produtores estabelecidos nos Estados do Nordeste? Em caso positivo, quanto foi efetivamente executado nos referidos programas e ações? Se negativa a resposta, pede-se informar os critérios que levaram esse Ministério à não-adoção da política de equalização de preço da matéria-prima para os produtores nordestinos no exercício de 2003.

6) Quais os programas e ações desenvolvidos por esse Ministério, nos termos do art. 3º, I, da Lei Federal nº 10.453/2002, com o objetivo de equalizar os custos da matéria-prima necessária ao fabrico de álcool em favor dos produtores estabelecidos nos Estados do Nordeste no exercício de 2004? Em caso positivo, quanto foi efetivamente executado nos referidos programas e ações? Se negativa a resposta, pede-se informar os critérios que levaram esse Ministério à não-adoção da política de equalização de preço da matéria-prima para os produtores nordestinos no exercício de 2004.

7) Quais os programas e ações desenvolvidos por esse Ministério, nos termos do art. 3º, I, da Lei Federal nº 10.453/2002, com o objetivo de equalizar os custos da matéria-prima necessária ao fabrico de álcool em favor dos produtores estabelecidos nos Estados do Nordeste no exercício de 2005? Em caso positivo, quanto foi efetivamente executado nos referidos programas e ações? Se negativa a resposta, pede-se informar os critérios que levaram esse Ministério à não-adoção da política de equalização de preço da matéria-prima para os produtores nordestinos no corrente exercício de 2005.

8) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento adotou alguma das medidas econômicas previstas no art. 3º da Lei Federal nº 10.453/2005 nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005 para equalização de preços do álcool ou seu transporte em favor de unidades produtoras ou transportadores de álcool estabelecidos em estados que não integram a região do Nordeste do País? Em caso afirmativo, pede-se informar, no âmbito desse Ministério, quais os programas, ações e valores executados na realização das citadas medidas nos exercícios financeiros de 2002, 2003, 2004 e 2005.

9) A Lei nº 10.453/2002 e o Decreto nº 4.353/2002 prevêm a possibilidade de concessão de subvenção econômica aos pro-

ços do álcool ou seu transporte em regime de equalização de custos não-reembolsável (sem necessidade de contraprestação financeira por parte dos produtores de álcool ou cana). O citado Decreto refere-se “inclusive” à concessão de linhas de crédito, mas não se restringe ao financiamento subsidiado como política única de equalização de custos de produção. Indaga-se: qual(is) o(s) programa(s) de trabalho anual(is), plurianual(is) ou setorial(is) de competência desse ministério em fase de execução ou planejamento que contemple(m) a concessão de subvenção a título de equalização dos custos de produção da matéria-prima com base no art. 3º, I, da Lei Federal nº 10.453/2002 que não seja através de oferta de linhas de crédito subsidiadas? Pede-se informar os valores envolvidos e o quanto já foi executado nos exercícios de 2004-2005.

10) Considerando as diversas políticas de incentivo econômico contidas nos incisos I a VI do art. 3º da Lei Federal nº 10.453/2002, indaga-se: no âmbito desse ministério, como se deu a partilha e execução orçamentária dos recursos oriundos da Cide nos programas e ações alusivos às medidas econômicas previstas nos incisos I a VI do art. 3º da Lei Federal nº 10.453/2002 nos exercícios financeiros de 2002, 2003, 2004 e 2005?

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Srº 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2005

Requer voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”.

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno, requero que seja consignado, nos anais do Senado Federal, voto de aplauso à Unesco, na pessoa de seu Representante Jorge Werthein, e ao sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, pesquisador da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela publicação do excelente trabalho

“Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil”, de junho de 2005, no qual apresenta um aprofundado quadro da situação atual do Brasil envolvendo o uso indevido e danoso de armas de fogo.

Justificação

Considera-se o cenário atual brasileiro que apresenta um quadro aterrador quando se refere ao assunto do porte e uso de armas, tendo em vista a previsão de existência de 10 a 20 milhões de armas de fogo no território nacional, capaz de produzir tragédias diárias indistintamente desde nossas maiores metrópoles até o mais longínquo rincão do Brasil.

Não podemos esquecer que para mudar essa situação o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.826/2003 que “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, prevendo, inclusive, a realização de plebiscito junto à população sobre a proibição de comercialização de armas de fogo e munição no País.

Para nortear a escolha da população, uma iniciativa bem-vinda e apropriada surgiu com a publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na pessoa do seu representante no Brasil Jorge Werthein e do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, pesquisador responsável pela obra.

Aliando-se, portanto, à luta dos brasileiros para livrar-se desse grande mal, a Unesco demonstra a sua total solidariedade com o desenvolvimento ético-moral, educacional e cultural do nosso povo, visto que move-se pelo sentimento de promover a conscientização do quão injusta é a terra onde a população apóia-se no uso de armas para relacionar-se socialmente.

Não poderíamos deixar de abordar alguns dados citados pelos pesquisadores como, por exemplo, o fato de que 1/3 (34,4%) dos óbitos registrados entre a população jovem do Brasil ocorrem por armas de fogo constituindo-se, de longe, a principal causa de morte entre os jovens, bem distante do segundo fator, os acidentes de transporte, que representam 15,8% da mortalidade juvenil.

Não há, portanto, como deixar de sensibilizar-se diante de tão clamorosa situação, sendo salutar a iniciativa da Unesco em detalhar ao público em geral sua gravidade, razão pela qual será um justo reconhecimento aprovar o presente requerimento e aplaudirmos a iniciativa daquela organização internacional.

Sala das sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Desa Nacional, nos termos do disposto no art. 222, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1024, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005 que, “Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 1025, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005 que, “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 1026, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das sessões, 15 de setembro de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.670, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891, de 1999, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891, de 1999, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de setembro de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Tião Viana** – **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.670, DE 2005

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891, de 1999, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 12, 21, 28 e 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

VIII – como segurado de sociedade conjugal ou de união estável: todo aquele que, em razão de casamento ou de união estável, exerce atividade contínua, no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos, desde que não incluído em nenhuma outra categoria de segurado obrigatório.

.....”(NR)

“Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual, facultativo

e do segurado de sociedade conjugal ou de união estável é de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-de-contribuição.

§ 1º alíquota de contribuição do segurado de sociedade conjugal ou de união estável, cujo cônjuge ou companheiro perceba remuneração mensal igual ou inferior a R\$623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), é de 7,65% (sete inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o menor salário-de-contribuição, não se lhe aplicando o disposto no inciso V do art. 28.

§ 2º Ao segurado de que trata o § 1º é garantido o acesso a benefícios de valor igual a 1 (um) salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.” (NR)

“Art. 28.

V – para o segurado de sociedade conjugal ou união estável: o salário-de-contribuição, observado o limite máximo a que se refere o § 5º.

..... “ (NR)

“Art. 30.

II – os segurados contribuinte individual, facultativo e o de sociedade conjugal ou de união estável estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia 15 do mês seguinte ao da competência e, no caso do segurado de sociedade conjugal ou de união estável, a obrigação do recolhimento é do cônjuge ou do companheiro que perceber renda, relativamente ao outro;

..... :“(NR)

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 11.

VIII – como segurado de sociedade conjugal ou de união estável: todo aquele que, em razão de casamento ou de união estável, exerça atividade contínua no âmbito de sua própria residência, sem fins lucrativos.

..... “(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – O parece lido vai á publicação. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. E, posteriormente, falará, pela ordem, o Senador José Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha palavra era principalmente para saudar a Oposição, que hoje, mais uma vez, apóia-nos. Com isso, podemos manter o Senado Federal vivo.

O apoioamento é colaboração. O nobre Líder da Minoria diz que não apóia, mas colabora. É colaboração, sim, principalmente para com o Brasil, porque, com isso, o Senado Federal conseguiu, mais uma vez, cumprir seu dever e esgotar a pauta.

Também informo ao nobre Presidente que, agora, depois da Ordem do Dia, o PMDB delega a palavra ao nobre Senador José Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Feito o registro de V. Exª, Senador Ney Suassuna, de reconhecimento à Oposição, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Oposição não apóia...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Senador José Jorge, mas o reconhecimento não é só à Oposição, mas também a V. Exª, Sr. Presidente, que, com toda a tranqüilidade, conseguiu exaurir a pauta por completo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a generosidade de V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, os parabéns do Senador Ney Suassuna não são à Oposição, mas a V. Exª. A Oposição entrou, como Pilatos entrou no Credo. Não tem nada a ver.

Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar que estou dando entrada em um requerimento no seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça,

Com fundamento no art. 103-B, parágrafo 5º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, José Jorge de Vasconcelos Lima, Senador da República, oferece uma Representação(...)

Na realidade, Sr. Presidente, é uma representação em relação à Juíza Dr^a Maísa Costa Giudice, que emitiu uma série de pareceres a favor da GTech, na briga da empresa com a Caixa Econômica Federal.

A CPI dos Bingos aprovou a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico da referida juíza; posteriormente S. Ex^a entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal, e a Ministra Ellen Gracie a concedeu, se não me engano. Portanto, a CPI agora vai recorrer etc.

Mas, independentemente disso, creio que, se é uma juíza em efetivo trabalho, deveria ser investigada inicialmente pelo Conselho Nacional de Justiça, Instituição que criamos no Senado, por ocasião da reforma do Judiciário, no ano passado. Então, estamos dando entrada no requerimento, exatamente para fortalecer o Conselho Nacional de Justiça, órgão próprio para fazer esse tipo de investigação.

Para encerrar, vou ler o último parágrafo, que diz o seguinte:

(...) Em face aos argumentos acima expostos, venho requerer a esse Conselho Na-

cional de Justiça que apure a procedência das suspeitas levantadas contra a juíza, por este documento representada, de modo a que não pare qualquer dúvida quanto à ilibada reputação da magistrada.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere lido este documento, na íntegra, para que faça parte dos Anais da Casa.

Devo dizer que é uma tentativa de fortalecer o Conselho Nacional de Justiça, para que os juízes sejam lá investigados e julgados. Trata-se de uma evolução que conseguimos no ano passado e que gostaria de prestigiar por meio desse requerimento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça

Com fundamento no art. 103-B, parágrafo 5º inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, José Jorge de Vasconcelos Lima, Senador da República, oferece

REPRESENTAÇÃO

A fim de que este Conselho Nacional de Justiça determine a apuração de denúncias publicadas por diversos órgãos de imprensa, envolvendo o nome da juíza federal da 17ª Vara da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, **MAÍSA COSTA GIUDICE**, em virtude de suspeitas sobre sua atuação em processos judiciais envolvendo a multinacional *Gtech Brasil Ltda*, subsidiária da *GTECH Corporation* e a Caixa Econômica Federal.

A imprensa brasileira tem divulgado a suspeita de que a juíza federal estaria adotando comportamento atípico, quando aprecia ações envolvendo a *Gtech* e a Caixa Econômica Federal - CEF. Há fortes indícios, segundo a imprensa, de favorecimento da empresa em detrimento da estatal federal. Segundo declarações dos diretores da CEF, Paulo Bretas e Mário Haag, a juíza concedeu liminares até mesmo para proibir a Caixa Federal de fazer licitações para mudar o sistema de processamento dos jogos lotéricos administrados pelo banco público (ver anexo Histórico da Tramitação Processual junto à 17ª Vara).

Ainda segundo denúncia do presidente Paulo Bretas, a juíza em determinado momento teria proibido a empresa de manifestar-se nos autos, o que se caracterizaria como cerceamento de defesa, contrariando frontalmente os direitos garantidos pela Constituição Federal.

O ex- diretor Mário Haag relatou, em depoimento no Senado Federal, que após um conversa dele com os advogados sobre a renovação do contrato, os prepostos da *Gtech* teriam retornado minutos depois tendo em mãos uma liminar da juíza contrariando os interesse da Caixa.

Em robusto parecer do eminente jurista Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, exarado para atender à solicitação da Caixa Econômica Federal, e que consta do Processo 002.365/2004-3 do Tribunal de Contas da União, o parecerista também estranha a presteza jurisdicional da 17ª Vara Federal de Brasília.

Segundo relato do parecer, “em 05.03.2001, a 5ª T. do TRF/1ª Região, ao julgar o mérito do recurso manejado pela CAIXA, a este deu provimento e comunicou essa decisão ao juízo ‘a quo’. Curiosamente, também em 05.03.2001, o juízo da 17ª VF/DF confirmou a liminar e concedeu a segurança implorada, mediante sentença. Da sentença, a CAIXA foi imediatamente notificada (por fax) para presto cumprimento e, após alguns dias, intimada mediante publicada pelo DJ, para os fins do processo. Por força da rapidez com que o juízo da 17ª VF/Brasília atuou em prol da *Gtech*, jamais aconteceu a sessão para o recebimento ou abertura de propostas à Concorrência 001/2000”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito em curso no Senado Federal, que se destina a “investigar o envolvimento do subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva, em esquema de corrupção relacionado com jogos clandestinos e a extensão do seu envolvimento em fatos relacionados com tráfico de influência e corrupção ativa no uso de seu cargo público, com o possível envolvimento de outras pessoas” já aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da magistrada federal, contudo entendemos que já há evidências de que o assunto deva ser apreciado no âmbito deste Conselho recém criado pelo Congresso Nacional, por meio da emenda constitucional n.º 45.

Em face aos argumentos acima expostos, venho requerer a esse Conselho Nacional de Justiça que apure a procedência das suspeitas levantadas contra a juíza por este documento representada, de modo a que não paire qualquer dúvida quanto ilibada reputação da magistrada.

Brasília, 13 de setembro de 2005.

JOSÉ JORGE
Senador da República

Senado Federal – Ala Senador Dinarte Mariz, gabinete 4 – Brasília/DF CEP 70065-900
Tel. (61) 3311-3245 – Fax: (61) 3323-6494

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a, Senador José Jorge. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

A seguir falarão os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Aelton Freitas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PDSB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizia ontem que o dado mais relevante, talvez, desta crise, no dia de ontem – e cada dia tem sido, Senador Sérgio Guerra, um dia de agonia de crise – eram precisamente os boatos

que circulavam pelo Senado de que, em função dos eventos em torno do Presidente Severino Cavalcanti, que se têm agravado, dificilmente se votaria ontem a matéria referente ao Deputado Roberto Jefferson.

A Câmara tomou a sua decisão soberana, em plena normalidade. Reuniu-se, usando o Presidente que lhe cabia usar, utilizando os serviços do 1º Vice-Presidente da Casa, o ilustre Deputado José Thomaz Nonô.

Esse é um dado que a mim me animou porque a Câmara dos Deputados vive, Senador José Agripino, talvez a sua crise mais aguda em toda a história republicana brasileira. Afinal de contas, o General Meira Matos, em determinado momento, fechou a Câmara dos Deputados contra a resistência daquele democrata por todos admirado que era Adauto Lúcio Cardoso, e

Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional de 1937 a 1945. Mas ali os Deputados e Senadores saíram engrandecidos do episódio.

A Câmara vive algo acima e além de todo e qualquer momento de crise que ela própria possa ter experimentado. Vamos aos dados: o ex-Presidente João Paulo está ameaçado de cassação; o ex-Líder do Governo, Professor Luizinho, ameaçado de cassação; o Líder do PT, Deputado Paulo Rocha, ameaçado de cassação e deixou de ser líder em função das acusações que sofre; o Presidente do PP, Deputado Pedro Corrêa, ameaçado de cassação; o Líder do PP, Deputado José Janene, ameaçado de cassação; o Presidente do PTB foi cassado ontem, Deputado Roberto Jefferson; o Deputado Presidente do PL abriu mão do seu mandato e, portanto, ficou fora formalmente desse processo de cassação; o Líder do PL, Deputado Sandro Mabel, está ameaçado de cassação; o ex-Líder do PMDB, Deputado José Borba, ameaçado de cassação.

Ora, se o Presidente Severino Cavalcanti está com sua cabeça a prêmio, seu mandato a prêmio, está encurralado pelos fatos, lamentáveis, que têm sido revelados ao público, ele está impossibilitado de se reunir com o Colegiado de Líderes que, por sua vez, não está com legitimidade para decidir sobre nada, em profundidade, naquela Casa. Temos uma Câmara com líderes e mais líderes, ex-líderes e ex-presidentes e ainda presidentes tentando meramente sobreviver.

Portanto, quando digo que a crise é grave, é porque ela é muito grave. E digo que a crise é grave e, talvez, a mais grave de toda a história republicana brasileira, é precisamente, Senador José Agripino – já lhe concedo o aparte –, precisamente porque – e aí vem o dado otimista – diziam: “O País vai paralisar com as CPIs”. Não paralisou. A economia poderia ir melhor, mas vai indo bem. “O País entraria em um caos, em um turbilhão”. Não entrou. Continuamos vivendo plena normalidade e, ontem, a Câmara mostrou a sua capacidade de produzir normalidade.

Mais ainda, mais ainda, Senador Sérgio Guerra: os mecanismos de autodefesa das instituições começaram a ser acionados. É por isso que eu acredito – não quero a cassação de nenhum inocente – que a cassação tem de acontecer apenas dos comprovadamente culpados, e de todos: 10, 20, 30 ou 80. Todos! E nenhum inocente. Mas os mecanismos de preservação das instituições, Senadora Ideli Salvatti, começaram a se manifestar, começaram a produzir os seus efeitos. Portanto, entendo que o Brasil, ao fim e ao cabo desse processo, haverá de sair fortalecido na sua condição de Nação democrática. Haverá de sair fortalecido pelo teste de fogo a que estão sendo

submetidas instituições suas, como, por exemplo, o Legislativo e o Judiciário.

Ainda há pouco, eu conversava com o Senador José Agripino e lhe dizia que nada mais impopular do que a decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, que protela um pouco a decisão sobre os mandatos de seis Deputados do PT.

Não sou um estudioso do Direito, embora formado nesta matéria. Estou seguro de que, tecnicamente, o Presidente Nelson Jobim agiu com absoluta correção. Tanto quanto agiu com absoluta correção a esposa do Ministro Marco Aurélio de Mello, quando teve, pela Lei brasileira, de tomar a decisão pouco simpática de soltar aqueles moços que haviam praticado aquela crueldade indizível contra aquele índio tempos atrás. Injusto estarem eles soltos? Injusto. Mas as leis brasileiras não permitiam que ela tomasse outra decisão que não aquela. E ela teve a coragem de não violentar as leis brasileiras. Não tive ocasião para cumprimentá-la, mas gostaria de dizer que, se dependesse de mim, eles seriam condenados à prisão perpétua, mas para isso seria preciso alterar as leis.

Nelson Jobim, ontem, fez o que lhe competia fazer, e tem sido muito criticado. Mas nós temos de começar a falar a linguagem da verdade. Isso significa que algum culpado ali vai escapar? Não. Os culpados serão cassados. Mais uma semana, menos uma semana, isso não vai mudar coisa alguma.

Que se assegure ao máximo o direito de defesa a todos, porque todos merecem o máximo direito de defesa. Ninguém deve ser condenado sem que lhe seja dado o direito de defesa pleno, máximo.

E entendo que toda essa demonstração de maturidade vai apontar o caminho de um País efetivamente capaz de se afirmar como Nação democrática, com direito ao desenvolvimento econômico e social.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, lúcido como sempre o pronunciamento de V. Ex^a, o que me enseja a fazer algumas observações, que são meramente complementares ao raciocínio que V. Ex^a vem fazendo e que tenho certeza que vai concluir pelo que vou me antecipar. Veja V. Ex^a que quem está conduzindo o processo de fiscalização e apuração do Congresso – e V. Ex^a coloca com precisão cirúrgica, o ineditismo da crise, a singularidade da crise, porque ela atinge o Presidente e o Líder do PP; o Presidente e o Líder do PL; o Presidente e o Líder do PT; o Presidente do PTB – não são Parlamentares quaisquer, são as lideranças maiores no Congresso. E, mesmo assim, o Congresso tem líderes de outros partidos, capazes de conduzir o processo de investigação e de apuração, ou seja, a Instituição está doente, mas não está

mortalmente ferida, porque ela está agindo e ela está se autopurgando. Agora, a crise, como disse ontem o ex-Deputado Roberto Jefferson, não está aqui. Ela é produto da corrupção gerada do outro lado da praça; é produto de um gesto muito mais inédito do que a crise do Congresso: o gesto inédito do Poder Executivo de comprar a obediência do Poder Legislativo. Nunca houve isto na história republicana: a compra da obediência do Poder Legislativo, chegando à humilhação de Partidos inteiros – o Presidente e os líderes de quatro Partidos que estão indo para o pelourinho, para o cadafalso. E a nossa obrigação, evidentemente, é a de chegar à origem, quem formulou a idéia, quem foram os pombos-correios, onde estava a origem do dinheiro. E é por isso que nós dois estávamos na CPMI dos Bingos ouvindo o depoimento do equilibrado Secretário Particular do Presidente da República, Dr. Gilberto Carvalho, que deu um depoimento que confronta 180 graus de diferença em relação ao que disse o irmão do Prefeito assassinado, que disse que na Prefeitura de Santo André dinheiro era coletado a partir de doadores que prestavam serviço à Prefeitura e transportado para o Presidente Nacional do PT, o Deputado José Dirceu, por ele, Gilberto Carvalho – disse o irmão de Celso Daniel. E o próprio Gilberto Carvalho disse que não existia dinheiro coletado, ele nunca foi “mala” e nunca levou dinheiro para José Dirceu. O que nós temos que fazer, a não ser que sejamos poltrões ou coniventes com a corrupção? Promover o confronto. Ver quem é que está com a razão. Um diz que não tem medo da verdade; o outro diz que falou a verdade. Vamos ver. Então, nós, que não temos realmente o que temer, temos a obrigação de promover, no limite máximo, as investigações, para purgar uma Instituição à qual eu me orgulho de pertencer, que é o Congresso Nacional. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que faz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Agripino.

A propósito do depoimento do Dr. Gilberto Carvalho, que me pareceu de fato um ser humano equilibrado e que procurou responder, procurou sair da evasiva, não ficou naquela: não, meu advogado não deixa. Procurou responder. O próprio depoimento dele, nós sabemos, homens experimentados que somos, com experiência em Governos que já dirigimos e Governos dos quais participamos, sabemos que a própria presença dele aqui já é um sinal do tamanho da crise, da gravidade da crise, da agudez dessa crise. Sabemos disso. Afinal, trata-se de uma figura que trabalha próximo ao Presidente da República. A própria vinda dele à CPI já demonstra que a crise é de proporções enormes, até porque é uma crise que nasceu no Exe-

cutivo e se espalhou para o Legislativo, onde assumiu essa proporção incendiária.

Por outro lado, quando registrei aqui, no dia de ontem, a maturidade que a Câmara demonstrou, resalto a presidência absolutamente segura do Deputado José Thomas Nonô, do PFL de Alagoas, que foi correto, competente, democrático, mostrou autoridade, imparcialidade e isenção. O Deputado mostrou, enfim, sua plena capacidade de conduzir esse processo sucessório que se avizinha na Câmara. É uma Câmara cheia de valores. Ela é cheia de nomes de peso em todos os Partidos, Senador Mozarildo Cavalcanti. Ela tem, por exemplo, no próprio Partido do Governo, nomes do melhor nível, como os dos Deputados Paulo Delgado, José Eduardo Cardozo, Sigmaringa Seixas, Arlindo Chinaglia. São nomes que, entre outros, se credenciam. São nomes completamente respeitáveis. São respeitáveis como outros nomes que temos nós da Oposição, como os dos Deputados Jutahy Magalhães, do PSDB, José Carlos Aleluia, do PFL, Michel Temer, do PMDB, com toda a sua tarimba de quem já presidiu a Casa. Ou seja, há lideranças legítimas, legitimadas e limpas nesse processo todo que podem, perfeitamente, dar o tom da ressurreição de uma Casa.

Eu, por exemplo, Senador José Agripino, estou observando... Alguém pode falar “você não tem nada que se meter no que vai acontecer na Convenção do PT.” E não tenho. Mas tenho o direito de observar. Vejo que o chamado “campo majoritário”, em qualquer circunstância, sairá menor do que entra nessa eleição. É o que me parece, com clareza.

O próprio candidato do chamado “campo majoritário” não é alguém afinado com a política econômica que está aí sendo praticada e que, ao meu ver, é o de melhor esse Governo apresenta como *performance*, que é essa capitaneada pelo Ministro Antônio Palocci. Parece que o PT se recusa a se fazer de sócio da melhor coisa que o Governo produziu, que é, precisamente, o seu conjunto de políticas macroeconômicas.

Eu digo a V. Ex^a agora o que eu iria dizer daqui a pouco na intimidade, que pretendo ter uma conversa – conversei sobre isso com o Senador Jefferson Péres –, Senador Eduardo Azeredo, com Parlamentares de todos os Partidos que aceitem que combater a inflação é uma coisa correta, que trabalhar ajuste fiscal é uma coisa correta, que admitir a necessidade de superávits primários, para que o Brasil não deixe de disparar a relação dívida pública/PIB para que possamos pensar em praticar, de maneira consistente, juros básicos cada vez mais baixos, com os reflexos naturais na ponta do consumo. Ou seja, se é verdade que grupos supostamente à esquerda no PT teriam mais poder interno e diminuiriam o poder de fogo dos que apóiam a po-

lítica em torno do Ministro Antônio Palocci, chego a imaginar que é nosso dever dizer, sem nos envolvermos nas questões de Governo, com clareza e nitidez, que somos um grupo de Parlamentares, Deputados e Senadores, que não admitem certos retrocessos. Não admitimos, por exemplo, que alguém diga que inflação não faz mal ou que acha que inflação vale a pena porque gera um crescimento maior. O crescimento maior é ilusório, porque dois ou três anos depois vem uma recessão brutal e o Brasil se enfia em todos os retrocessos imagináveis a partir da perda de conceito nos foros internacionais.

Então, não sei se não é de nos tornarmos fiadores de certas conquistas que não são conquistas deste Governo, não são conquistas apenas do Governo passado, mas que revelam alguns dados.

Por exemplo: é saudável, é salutar que o Brasil, nos últimos quase onze anos, tenha tido apenas dois Ministros da Fazenda. Isso é muito saudável. Afinal, não era essa a prática brasileira anterior? É muito saudável que o Brasil, nos últimos doze anos, tenha praticado ajuste fiscal, responsabilidade fiscal, tenha procurado praticar políticas de responsabilidade fiscal, ou seja, tenha procurado praticar políticas que levem à estabilidade da economia, porque não há nenhuma economia desenvolvida que renda bons frutos sociais se não houver estabilidade econômica. Esse é o primeiro passo, é o ponto essencial.

Então, se vejo isso em perigo, não sei o que resultará, do ponto de vista da falta de suporte ou não para as políticas que estão sendo praticadas pela área econômica do Governo. Sinto-me um pouco responsável por algumas coisas.

Meta de inflação. Lutei aqui dentro para que as metas de inflação fossem essas mesmas que aí estão, e o Governo está indo para as metas de inflação sem que isso impeça o crescimento de 3,5% ou até de 4% neste ano. Não estou vendo nenhuma incompatibilidade entre isso e aquilo. O Brasil não tem, hoje, nível de investimento para crescer 5% ou 6%. Não tem! Se crescer, durante alguns anos, 5 ou 6%, o Brasil se verá às voltas com a inflação. É preciso, portanto, para gerar esse crescimento de maneira sustentável, alcançar a perspectiva de investimento a maior.

Senador José Agripino, tenho muito orgulho de dizer a V. Ex^a que vivo um momento virtuoso – sei que V. Ex^a e os nossos companheiros de Oposição vivem este mesmo momento –, porque estamos conseguindo tocar – espero que seja sempre assim – com firmeza e equilíbrio o nosso combate. Corrupção, denúncia intransigente, combate intransigente a ela.

Ao mesmo tempo, não investimos contra projetos e propostas que sejam boas para o País. Ao mesmo

tempo, nós nos mostramos organizados e capazes de fazer o que fazemos aqui no Senado. Não há nenhum desdouro para o Governo em dizermos que aqui no Senado somos maioria, com clareza. Aqui no Senado, a Oposição é maioria, maioria nítida. Não há o que brigar diante dessa verdade da matemática.

Mas o Senado funciona de maneira muito organizada. O Governo não pode se dizer prejudicado aqui no Senado quando manda para cá matérias de interesse do povo pelo fato de a Oposição ser maioria, e ela é maioria esmagadora aqui. Aqui, dialogamos de maneira fraterna com as Lideranças do Governo, dialogamos com os Líderes dos Partidos da Base Aliada ao Presidente Lula e aquilo que julgamos bom para o País passa, mostrando que é possível, sim, governabilidade sem “mensalões”, é possível governabilidade sem fisiologia, é possível governabilidade até com um Presidente com minoria no Senado, como acontece. Não há nenhuma matéria pendente na pauta, e somos maioria. Se fosse nossa obstinação atrapalhar o Governo, teríamos todas as matérias entulhando a pauta. No entanto, não há nenhuma matéria entulhando a pauta. Todas foram votadas hoje sob o beneplácito da maioria que nós conformamos, da maioria que V. Ex^a, com o seu talento, lidera pela parte do PFL, que eu ajudo a coordenar pela parte do PSDB, que o Senador Osmar Dias lidera pelo PDT, Partido de que é membro esta grande figura que é o Senador Jefferson Péres.

Temos uma oposição que, quando é para mostrar sua força, vence aqui. Está provado. Na Câmara, Governador Alberto Silva, as coisas viraram do avesso, e as razões foram aquelas repisadas pelo Senador José Agripino e aqui mencionadas por mim. Viraram do avesso porque lá há Líderes, Presidentes de Partido, ex-Presidentes da Câmara, ex-Líderes, há essas figuras todas à beira do cadafalso da cassação de mandato por motivos que estão sendo aclarados e por denúncias que estão sendo sobejamente noticiadas à Nação brasileira.

Essa situação tem inviabilizado certo dinamismo daquela Casa. Mas, ontem, repito, a Câmara acionou os seus mecanismos de autodefesa e fez algo que pareceria impossível se a minimizássemos, se a tratássemos com desdém. A Câmara mostrou, ontem, que é uma Casa Legislativa madura e pronta para assumir os seus desafios. Ontem, a Câmara dos Deputados votou soberanamente aquilo que quis votar. Optou pela cassação do Deputado Roberto Jefferson e pronto, votou. Se tivesse optado por outra decisão, teria sido também uma decisão autônoma, respeitada e acatada. A Câmara mostrou que era capaz de acionar os seus mecanismos de autodefesa.

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu gostaria de tratar de um assunto local, agradecendo ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela gentileza com que trocou comigo o horário de pronunciamento.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa uma denúncia que prejudica a economia do meu Estado e que está ligada ao destino do sistema brasileiro de TV digital.

É uma tentativa de levar a produção de televisores para a área dos incentivos da chamada Lei de Informática. O meu Estado produz 98% dos televisores do País. Haverá uma luta muito empedernida da minha parte aqui, pois lutarei, inicialmente, com as minhas forças de amazonense contra algo que a Bancada do Amazonas não permitirá que ocorra. O meu Estado produz 98% dos televisores deste País, é quem exporta os televisores todos do País. Se os incentivos para televisores passarem para o âmbito da lei de informática, nós perderemos capacidade competitiva, perderemos competitividade sistêmica e...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –... portanto, teremos a revogação de algo que já virou uma vocação no meu Estado.

Na próxima semana eu falarei aqui sobre uma grande empresa coreana cujo Presidente diz que os operários da minha terra, os trabalhadores industriais da minha terra, são mais produtivos do que os coreanos. Isso quando nós temos um regime aberto e democrático e eles têm um regime de quase nenhuma garantia trabalhista.

Portanto, estou avisando – e quem avisa sempre amigo é –: estou aqui basicamente porque fui eleito pelo povo do meu Estado e não estou aqui, em nenhum momento, para virar as costas aos interesses do Amazonas. Falo do Brasil o tempo inteiro, cuido do Brasil tudo o que eu posso, mas tratando-se de um assunto capital, fundamental, do meu Estado, é bom que todos aqueles que imaginam que esse golpe é capaz de ser orquestrado e executado se preparem para uma luta sem quartel.

Sr. Presidente, pura e simplesmente – e falo aqui por mim, pelo Senador Gilberto Mestrinho e pelo Senador Jefferson Peres –, nós não toleraremos isso. Eu peço que a Mesa encaminhe a todos os Deputados e Senadores da Amazônia Ocidental e do Amapá este pronunciamento, que eu, por minha vez, estou tomando a iniciativa de encaminhar aos líderes partidários da Casa, e com um aviso bem tranqüilo: se o Governo quer pensar em Orçamento, em aprovar matérias com tanta tranqüilidade como tem aprovado aqui, se o Governo quiser paz, por favor, que ele abra mão da idéia de prejudicar o meu Estado, porque não vai con-

seguir, até porque não passará por cima da Bancada de Senadores do Amazonas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos um momento delicado em relação ao agronegócio brasileiro, a despeito do caráter crescentemente estratégico que o setor exhibe na retomada do crescimento econômico.

Por um lado, estão absolutamente claras as potencialidades do campo. A produção, que cresceu a um ritmo médio de 1,9%, entre 1995 e 1998, passou a apresentar médias superiores a 5% desde então. Essas taxas foram puxadas, é certo, pelo crescimento da demanda externa, mas também foram impulsionadas pelos ganhos de qualidade e de produtividade auferidos na atividade produtiva. O agronegócio brasileiro se modernizou. E é por isso que, hoje, ele é considerado, na voz de todos os concorrentes globais, o antagonista a ser batido.

Mas a antevisão de um Brasil celeiro mundial, de um Brasil capaz de alimentar o mundo, não é, ainda, uma fava contada.

Essa antevisão, Sr. Presidente, reclama a implementação de um conjunto substantivo de mudanças, de ajustes e de aprimoramentos, sem os quais o Brasil potência agrícola poderá redundar, como redundaram muitos outros sonhos nacionais, em uma miragem, em mais um esbulho histórico que a Nação brasileira não realizará.

Da mesma forma, a revolução prevista na matriz mundial de energia – cada vez mais apontando para as fontes renováveis em detrimento dos combustíveis fósseis – poderá não nos beneficiar da forma esperada. O novo Golfo Pérsico, potencialmente representado pelo álcool e pelo *biodiesel* do Brasil, ficará, ele também, por realizar.

E por que digo isso? Vale a pena ressaltar alguns pontos – alguns problemas e riscos – que, a meu ver, tornam esse alerta algo a ser levado em conta, de fato, pelos setores dirigentes, sejam os do Governo, seja o representado pelo Parlamento.

O primeiro ponto diz respeito às questões de qualidade e de sanidade dos produtos, exigência cada vez mais presente na preocupação dos consumidores, em

especial os de origem externa. Não quero aqui, evidentemente, menosprezar os avanços já realizados na cobertura preventiva contra as febres animais e contra as pragas agrícolas, mas é evidente a necessidade de ações mais efetivas nessa área – da parte do Governo, dos produtores e dos consumidores – e de divulgação ao mundo de um melhor conhecimento sobre a nossa realidade. Assim, um incidente de contaminação, localizado em uma parte do País apenas, deixará de ser interpretado pelos compradores como disseminado em todo o território nacional. De fato, um surto de aftosa no Sul não deve, em princípio, motivar sanções contra a carne do Norte, e vice-versa.

Valor igual pode ser dado ao tema da certificação, ao da rastreabilidade de responsabilidades na cadeia produtiva, e ao da rotulagem, entre outros.

Um segundo ponto é a insuficiência de recursos para a pesquisa aplicada. Ninguém duvida de que, dentre os principais responsáveis pelo sucesso que a agropecuária brasileira vem alcançando, destaca-se a Embrapa. O extraordinário aumento da produtividade que experimentamos, em muito, deve-se a essa instituição exemplar, um verdadeiro ícone da inteligência e da competência nacional.

É interessante constatar, Sr. Presidente, que – ao contrário da mistificação constantemente alardeada pelas ONGs – o crescimento da área plantada no Brasil é infinitamente menor que o crescimento exibido pela produção. Estamos ganhando o jogo do agronegócio com investimentos, com tecnologia e com capacidade gerencial, não à custa de um abuso ecológico – muito embora existam aprimoramentos a fazer nesse aspecto.

Se assim é, temos de admitir que o futuro do agronegócio brasileiro dependerá, em grande parte, de que recursos suficientes sejam alocados para os projetos-chave, entre eles os que sustentam a transformação do *biodiesel* em *commodity* de mercado.

Para repetir o sucesso do Proálcool, o *biodiesel* deve ser apoiado em toda a sua cadeia, do plantio à comercialização, aí incluídas, evidentemente, as etapas de produção do combustível e de pesquisa tecnológica de base.

Outra questão de fundamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a organização para viabilizar acesso, em melhores condições, ao mercado externo. É preocupante o pequeno avanço obtido nos últimos meses na negociação sobre a formação da Alca e nas discussões sobre tarifas, travadas no âmbito do Mercosul e com a União Européia. As vitórias obtidas junto à Organização Mundial de Comércio devem, é claro, ser comemoradas, mas o avanço geral das tratativas regionais claramente deixa a desejar.

Tal como no tópico da organização de governo, deve-se chamar atenção sobre a necessidade de melhor organizar os próprios setores produtivos que, com necessário apoio governamental, têm, diante de si, um grande campo na melhora de abordagem aos mercados externos, seja agregando valor aos produtos, seja desintermediando as vendas, de forma a aumentar as margens e os resultados.

E a infra-estrutura, Sr. Presidente? Sobre essa questão, quase nada de novo resta a dizer, pois o problema tem repercutido intensamente na imprensa, nos encontros especializados e, principalmente, nas duas Casas do Congresso Nacional. Creio que sabemos todos, a esta altura, os efeitos nefastos que a matriz de transporte brasileiro impõe a toda a economia, com destaque negativo para o alto custo do transporte e para o grande índice de perda em transporte apresentado pelo escoamento da safra e dos produtos de origem animal.

Basta verificar que, nos Estados Unidos da América, 61% do transporte de soja é feito por via fluvial e 23% por via ferroviária – meios sabidamente mais baratos –, restando apenas 19% para as rodovias. Pois bem, no Brasil, temos uma inversão disso: 7% para o transporte fluvial, 33% para o ferroviário e – pasmem – 60% para as rodovias. Isso, sem mencionar os problemas de produtividade, preço e tempo de processamento de embarque apresentados pelos portos nacionais.

Quão mais competitiva, Sr. Presidente, seria a nossa economia, apenas se considerando os efeitos benéficos da melhoria da infra-estrutura de transporte no desempenho do agronegócio?

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordo os aspectos referentes ao financiamento da atividade agropecuária. Vejam que os mecanismos de prevenção e tratamento de crises praticamente inexistem, como se viu no caso do ano-safra 2004/2005, quando os efeitos negativos da queda de preço das *commodities* agrícolas conviveram, simultaneamente, com a disparada dos juros e a apreciação do real.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Ex^a, que aborda um tema fundamental para o desenvolvimento do nosso País. V. Ex^a aborda, em primeiro lugar, a questão da substituição do combustível fóssil pelo combustível renovável e lembra que poderíamos considerar o *biodiesel* como *commodity* em relação à exportação. Mas eu gostaria de lembrar, Senador

Mozarildo, que um problema dessa envergadura, que é um desafio para o nosso País, deveria ter um suporte governamental, como foi o caso da Petrobras. Lembre-se de que foi no Governo Getúlio Vargas que se criaram a Siderúrgica Nacional e a Petrobras; e, no regime militar, criou-se o Pró- Álcool, sob a proteção do Governo. A Petrobras financiou, de certa forma, a garantia da produção do álcool. E, agora, o biodiesel, Senador Mozarildo, está solto! Não há ninguém comandando o biodiesel: os plantadores não sabem bem o que vão fazer, por exemplo, com a mamona ou com qualquer outra oleaginosa. Eu sugeriria – e, para tanto, gostaria do apoio de V. Ex^a; fiz essa sugestão ao Presidente da República diretamente – o seguinte: por que não criar o programa do biodiesel semelhante ao da Petrobras? Por exemplo, a Biobras, incluindo o diesel, o álcool e qualquer combustível renovável. Já que o Brasil é um País tropical, que tem solo, que tem água, que tem sol e que tem gente desempregada, poderíamos empregar milhões de pessoas no plantio da cana. Dividiríamos por família: três, quatro hectares para cada família. O mesmo ocorreria com a mamona, para se produzir o biodiesel, e, assim, haveria uma base segura para garantir ao País a formação de um estoque de combustível capaz de poder ser negociado lá fora. Por último, V. Ex^a menciona o transporte. V. Ex^a sabe da minha posição. Desejo sempre algo que foi feito no passado com relação ao apagão. Lembra-se como foi resolvido o apagão? Foi por meio de um esquema muito inteligente: criou-se um mecanismo, diretamente da Casa Civil, com representantes de todos ministérios, para conduzir o programa do apagão. Foi tudo orquestrado e organizado de maneira que se chegou a um resultado prático. Com as estradas, poderíamos fazer o mesmo. Tenho um documento pronto, que desejo levar até a Presidência da República, propondo que se acelere a viabilização do projeto, porque há 12 mil quilômetros contratados, andando a uma marcha de 120 quilômetros por mês – 12 mil! Em quanto tempo vamos terminar essa obra? V. Ex^a tem razão quando diz que a nossa matriz de transporte está prejudicando a nossa exportação. Parabéns V. Ex^a e nos colocamos à disposição para encontrar um mecanismo que ajude o Brasil a vencer a crise. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sou eu quem agradece a V. Ex^a o aparte.

V. Ex^a, realmente, é um estudioso do assunto e tem abordado, com frequência, tanto o tema *biodiesel* quanto à questão da nossa matriz do transporte. Frisei muito bem os Estados Unidos, que sempre gostamos de citar como exemplo: 61% da sua produção é escoada por via fluvial. E, aqui, há uma campanha contra as hidrovias. Há tantos rios navegáveis de Norte a Sul

deste País e, no entanto, não os utilizamos. E as rodovias, por intermédio das quais 60% da nossa produção é escoada, estão em péssimo estado, em manutenção. Com esse ritmo de recuperação, realmente vão passar algumas décadas. Com isso, o agronegócio sofre; com isso, o nosso País perde e, com isso, também perde o povo brasileiro, porque perde emprego e perde alimentação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse quadro significou uma renda decrescente, uma correção cambial no preço dos insumos importados – contratados em dólar, no mais das vezes – e a majoração das despesas de custeio e dos encargos de investimento.

Relembro aqui – e não se passaram mais que poucas semanas – a ira dos produtores rurais acampados frente ao Congresso, a protestar contra uma situação que ameaçava quase todos os responsáveis pelos negócios do campo. De fato, a combinação de preços deprimidos, câmbio em alta e juros crescentes são o suficiente para derrubar qualquer setor econômico, por mais pujante que seja a sua base produtiva, por mais obstinados que sejam os homens que o sustentam.

É um quadro muito grave, com o qual não é possível transigir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalizand o esta minha fala – que pretende combinar, em sua singeleza, a comemoração dos feitos recentes do agronegócio brasileiro e alguns alertas que julgo indispensáveis à plena realização do nosso potencial –, eu gostaria de parabenizar a atuação responsável de alguns setores do Governo, em especial a do Ministério da Agricultura e a do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, bem como a de outros órgãos envolvidos na área, que aqui faço representar na figura da Embrapa, estendendo as congratulações aos seus dirigentes.

Congratulo-me, ainda, com aqueles que, em sua incessante obstinação e em seu constante arrojo, fazem maior nossa economia e mais próspero o nosso País: os produtores rurais. Esses são os verdadeiros heróis da recente saga de desenvolvimento econômico experimentada por nosso País.

O produtor rural continua um credor das ações de Governo – isto é, o Governo continua devedor em relação às ações do produtor rural. Espero, para o bem do Brasil, que essa dívida tenha um rápido e pronto resgate, tendo em vista o bem-estar futuro de todos os brasileiros.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero fazer um registro especial sobre os produtores do meu Estado, Roraima, que, além dessas dificuldades comuns a todos os produtores brasileiros, ainda encontram dificuldade em

saber se existe ou não a terra onde estão produzindo, porque o Governo Federal, obstinadamente, teima em não regularizar as terras do meu Estado. Com isso, nós, que viemos de um território federal, ficamos em uma situação de “semi-Estado”, uma espécie de “Estado virtual”. Por isso mesmo, o Governador do Estado já anunciou que vai entrar com ação junto ao Supremo Tribunal Federal, para resolver um problema básico para a produção, que é a terra. Se não há terra, como se pensar em produzir?

Por isso, quero também parabenizar os produtores do meu Estado, que, além das dificuldades por que todos passam, eles ainda têm incerteza quanto à titularidade das suas terras.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL

– MG) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem.) – Solicito a palavra pela Liderança do PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL

– MG) – V. Ex^a está inscrito para falar logo após a Senadora Ideli Salvatti, a quem concedo a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Li-

derança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Eu havia me preparado hoje para falar, desta tribuna, sobre uma importante reunião que tivemos pela manhã com a Ministra Dilma Rousseff e com representantes empresarias do Sul do País – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, para tratar da questão do gás, do impacto que o reajuste do gás está causando em diversos setores produtivos e das perspectivas de impossibilidade de solução para o impasse.

Vou relatar, muito rapidamente, o resultado da reunião.

Ela foi extremamente positiva, porque, no decorrer do dia, outros assuntos concernentes me obrigam a vir à tribuna do Senado para me pronunciar.

A preocupação dos setores industriais, quando pediram a audiência, eram os preços e a garantia do abastecimento. Com relação aos preços, há um plano de elevação significativa para os próximos meses, que pode provocar dificuldades competitivas para toda a cadeia da indústria do gás.

Um dos principais pontos levantados em relação ao ajuste dos preços foi que, atualmente, há uma diferença significativa entre o preço de mercado internacional e o mercado nacional. Apesar de toda a situação, no Brasil ainda se paga um preço significativamente

menor – o preço internacional é algo em torno de US\$12 e o nacional, cerca de US\$5 dólares.

Nos últimos anos, a Petrobras conseguiu suportar o aumento dos preços internacionais, mas a crise na Bolívia e uma série de outras questões os tornaram insustentáveis.

Para 2005, a Petrobras faz uma previsão de investimentos de US\$16 bilhões, o que nos dá uma perspectiva de auto-sustentação. Essa ampliação do abastecimento praticamente vai-nos permitir dobrar a produção, inclusive com a criação de novas redes de gasodutos, como o Gasene, Sudeste/Nordeste. No entanto, o problema existe agora, quando o setor empresarial está muito agoniado com o preço e a garantia de abastecimento.

Fazendo um breve resumo, talvez o resultado mais importante da reunião tenha sido o compromisso da Ministra Dilma Rousseff, assumido com esses setores, de realizar uma reunião com a Petrobras, Minas e Energia, Casa Civil e representantes dos setores produtivos afetados pela crise do gás, do preço e do abastecimento, cujo principal objetivo será debater a possibilidade de alteração nas bases contratuais. Todo sistema de fornecimento de gás contratado em 1996 tem uma cláusula que é, agora, com as elevações internacionais de preço, profundamente prejudicial aos setores produtivos que utilizam o gás. Ela vincula o preço a uma cesta de preços internacionais de combustíveis e isso é algo absolutamente explosivo. Então, há necessidade de se discutir a modificação desse item dos contratos em vigor.

Assim, a Ministra Dilma Rousseff se comprometeu a fazer essa reunião rapidamente, para que se debata essa alteração nas bases contratuais e se discuta a possibilidade de unificação do preço do gás em todo o Brasil. O Sul paga muito mais caro que as outras regiões, então unificar o preço é algo meio delicado, pois envolve interesses regionais. No entanto, a Ministra também se comprometeu a debater a questão.

Mostro o resultado dessa reunião porque ela foi importante para os setores produtivos e para o desenvolvimento do nosso País, diante da grave situação atual. Apesar de a Petrobras estar adotando uma política muito correta de enfrentamento dos preços internacionais, a crise boliviana nos colocou em uma situação difícil, para a qual precisamos ter equacionamento.

Registro que trouxe esse primeiro assunto, antes de falar das demais questões, porque, apesar de toda essa crise política que estamos vivenciando há mais de 100 dias, o País continua andando, crescendo, gerando emprego e exigindo que cumpramos todas as nossas tarefas e responsabilidades.

Como Senadora da base Governista, tenho a obrigação de ficar 12, 14, 15, 18 horas envolvida com as tarefas emergenciais de investigação do Congresso Nacional, além de participar de reuniões com o Governo, para que situações graves e delicadas como essa do gás tenham andamento, possam ser levadas ao Governo e tenham uma equação como a que hoje encaminhamos à Ministra Dilma Rousseff.

Eu já tive a oportunidade de dizer, nesta tribuna, que a crise traz à tona os melhores e os piores sentimentos; situações absolutamente diferenciadas, opostas. Nas crises, encontramos as melhores e as piores personalidades.

Quem já teve oportunidade de presenciar, vivenciar ou estar próximo de uma catástrofe sabe que é nesse momento que se apresentam as pessoas que desempenham atos de solidariedade elogiáveis, assim como os saqueadores, os que se aproveitam da situação para fazer com que aflorem os piores sentimentos.

Na crise política, ocorre a mesma coisa: detectamos os piores e os melhores comportamentos dos homens e das mulheres que se dedicam às causas públicas, nos Parlamentos e nos Executivos.

Tive a oportunidade de registrar, desta tribuna, um exemplo claro de como a crise faz com que determinados tipos de comportamento aflorem.

Durante o depoimento do nosso querido – e digo querido porque foi isso que ficou claro no depoimento – ex-Deputado Genoíno, respeitado por esta Casa pelo trabalho que aqui desenvolveu durante mais de duas décadas, houve dois exemplos claríssimos de como se apresentam, nas crises, o pior e o melhor, aquilo que há de mais nefasto e aquilo que há de mais altruísta, quando fomos alertados pelo Senador Arthur Virgílio de que o coronel que prendeu o ex-Deputado Genoíno estava na sala, afrontando a CPMI e constringendo o ex-Deputado Genoíno, levado que foi pelo Deputado Bolsonaro.

Na crise, o ódio aparece, como também o sentimento muito pronto de responsabilidade. Na crise atual, já apareceram posicionamentos claríssimos desse tipo de ódio, que, inclusive, tem viés classista. Já houve quem, há algum tempo, dissesse que a história acabou, que não há mais luta entre as classes sociais, que isso está superado. A crise política brasileira colocou esse assunto na ordem do dia, de forma clara e inequívoca, gerando manifestações como: “Tem que acabar com essa raça para que a gente não tenha mais incômodo nos próximos 30 anos.” Essa é uma declaração indiscutivelmente classista, principalmente se lembramos para que platéia, em que momento e em que ambiente ela foi feita.

Um dos nossos principais artistas – já tive oportunidade de elogiá-lo desta tribuna –, o nosso querido Chico Buarque, quando questionado disse que o que mais o incomodava era a alegria raivosa com que determinadas personalidades estavam comemorando o que vivenciamos.

Tereza Cruvinel, em sua coluna, não citou a fonte mas escreveu que alguém comentou com ela que essa crise política se transformou numa verdadeira guerra sem Convenção de Genebra, ou seja, sem os limites mínimos elementares de respeito e civilidade. Todos os limites foram ultrapassados e o macarthismo está estabelecido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivencie essa falta de limites no dia de hoje, apenas porque faço parte de uma única CPMI, a dos Correios – que já me dá muito trabalho. O Senador Aelton Freitas, que também é membro dela, sabe das dificuldades para conduzirmos as investigações na lógica de investigar, para encontrarmos provas, de forma correta, para que elas não sejam depois derrubadas na Justiça, para que se apurem os fatos, para que se punam aqueles que devem ser punidos e para que se descubram os culpados, a fim de que, a partir desta crise, possa haver um salto de qualidade, com o aperfeiçoamento da democracia, da nossa legislação, dos mecanismos de controle do Estado, da máquina pública.

Sr. Presidente, hoje, eu não poderia deixar de dar um depoimento na CPMI, em uma reunião reservada, em que prestava depoimento o meu irmão Gilberto Carvalho. Tive a oportunidade de ali me emocionar – e não quero me emocionar novamente –, porque conheço a figura de Gilberto Carvalho há 32 anos; sei do seu cotidiano, da sua personalidade, do seu comportamento.

Gilberto Carvalho não é uma figura pública; ele faz parte da grande maioria da população, diferentemente do ex-Deputado José Genoíno, que teve um tratamento respeitoso pela ampla maioria dos Parlamentares que estiveram na CPMI da Compra de Votos. Gilberto Carvalho não é uma figura pública, portanto.

Às vezes, fica até mais difícil demonstrar, de forma clara, como é inadmissível uma figura como Gilberto Carvalho estar em situação como aquela em que ele se encontrava hoje, em razão de uma declaração sem a apresentação de uma única prova sequer; foi apenas uma declaração.

Ele foi condizente com sua história, com sua biografia, e sou testemunha disso pelos 32 anos de convivência próxima. Ele poderia ter exigido uma reunião aberta e até ter acatado a proposta de acareação com o irmão do falecido, do nosso querido ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Mas Gilberto Carvalho,

Chefe de Gabinete da Presidência da República, é tão desprezado que não quer se livrar, não quer se safar de uma acusação absurda feita contra ele, sem nenhuma prova apontada, porque ele não quer expor o cargo que ocupa.

Gilberto Carvalho foi levado a essa situação, e eu a enquadro como perda absoluta de limites do que está posto nesta crise atual. Vale qualquer coisa, vale tudo. Iniciou-se a era do vale-tudo, para se tentar, de qualquer forma, atingir o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dentro da lógica que moveu Chico Buarque a dizer da alegria raivosa dos que querem acabar com essa raça, dos que estão implantando o macarthismo, dos que estão fazendo dessa crise política uma guerra sem Convenção de Genebra.

O que tem a ver a questão de Santo André com a dos bingos ou com o jogo? O que tem a ver? O que as liga? Qual o nexa, a não ser – tive oportunidade de dizer, mas, infelizmente, não pude concluir minha fala – o objetivo de tentar, a qualquer preço, atingir o Presidente da República?

O crime foi investigado, à época, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e a investigação, concluída. Ao final, pessoas foram presas. Não houve a vinculação de quem quer que seja do PT a esse crime. Por mais de quatro anos, tentou-se reabrir o caso. E, agora, ele foi reaberto! Que o investiguem! Se pairar qualquer dúvida, que se investigue! Mas por que trazer o assunto para a CPMI dos Bingos, que investiga o jogo? Penso que só há um objetivo, e o objetivo, hoje, estava sentado em uma cadeira em reunião reservada. No desprendimento de Gilberto Carvalho, precisa-se preservar, sim, o cargo que ele ocupa de Chefe de Gabinete da Presidência da República. Pela sua história – todas as pessoas que o conhecem sabem –, Gilberto Carvalho não deve nada.

Resgato, aqui, inclusive o depoimento do Senador José Agripino, que registrou – nesse período, eu não estava presente à reunião; portanto, não acompanhei todo o depoimento – que seu irmão, que ocupa um cargo no Vaticano, referiu-se, com os melhores conceitos, a Gilberto Carvalho, que foi portador de uma carta do Presidente Lula ao Santo Papa. O Senador José Agripino fez questão de fazer o registro. Outros Parlamentares também fizeram questão de registrar o que ouviram, o que presenciaram, a forma tranqüila e clara de ser de Gilberto Carvalho.

Repito: conheço Gilberto Carvalho há 30 anos e sei que não poderia ser, em nenhum momento, diferente. Sobre alguém que tem uma história de vida como a do Sr. Gilberto Carvalho – e eu a conheço nos detalhes – não pode pairar nenhuma dúvida, principalmente quando a dúvida é lançada por alguém

que, durante muitos anos, por briga familiar, não falava sequer com o irmão. Depois que o irmão morreu, faz ainda insinuações e ilações a respeito da ética do próprio irmão, morto, que, portanto, não pode mais se defender, inclusive.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar as emoções desta semana. Houve um absoluto extrapolar dos limites. Isso é o que estamos vivenciando nos últimos dias.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador José Jorge, com todo o prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Ideli Salvatti, assisti ao depoimento do Dr. Gilberto Carvalho por quatro horas. Infelizmente, tive de me ausentar – eu tinha outros compromissos – e, por isso, não pude fazer minhas perguntas. Na verdade, tendo em vista as informações de V. Ex^a, do Senador Tião Viana e do Senador Flávio Arns, lá presentes, e pela própria forma como ele abordou as questões levantadas, verificamos que se trata de pessoa conscienciosa, que tem uma forma de se conduzir. Inclusive, lamentei por ele não haver sido eleito Deputado, porque, certamente, ele teria, na época em que era da Oposição, um tratamento bem mais correto com o Governo da época do que alguns Senadores e Deputados tiveram nas CPIs, quando eram muito mais violentos que nós da Oposição hoje. Então, na verdade, o Dr. Gilberto Carvalho mostrou esse lado de sua vida. Mas há de se reconhecer que a situação lá é muito nebulosa. Na verdade, independentemente do lado pessoal, que também me pareceu positivo, acho que a coisa ainda fica muito nebulosa, porque é crime, é máfia, é dinheiro transportado em carro. Então, isso tudo vai necessitar de uma investigação mais ampla. Penso que, para ele, a única coisa que fica mal é o fato de ele ser Chefe de Gabinete do Presidente da República, já que esses esclarecimentos terão de ser dados. Ele vai ser exposto, mesmo que no final ele venha a ser inocentado – que é o que espero e em que acredito. Mas, de qualquer maneira, acho que não ficou claro que aquela situação já esteja resolvida. Haverá mais investigação. Sem dúvida, vou torcer para que ele seja inocente e possa provar isso, porque ele me pareceu-me, efetivamente, como V. Ex^a está dizendo, uma pessoa com uma história de vida positiva. Muito obrigado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senadora, um minuto a mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu somente gostaria de conceder um apar-

te ao Senador Tião Viana e, depois, concluir rapidamente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Cara Senadora Ideli Salvatti, agradeço também a generosidade do Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, que será substituído agora pela Senadora Ana Júlia Carepa, por razões do vôo que tem e de compromissos. Senadora Ideli Salvatti, acompanho esse clamor por justiça que V. Ex^a faz, no que diz respeito ao processo legislativo, uma opinião sobre o andamento das CPIs, o que V. Ex^a entende como uma espécie de confronto direto com a história do Partido dos Trabalhadores, com todos os sentimentos que nos levaram a construir e a defender a história desse Partido até os dias de hoje, e a separação clara que V. Ex^a faz de quem praticou erros deve ser punido. É muito evidente esse posicionamento coerente de V. Ex^a. Ao mesmo tempo, exerce um direito de queixa e de crítica àquilo que julga inadequado. Na CPI dos Bingos, tenho tido a tranqüilidade de debater com todos os membros as minhas insatisfações e os meus descontentamentos, respeitando sempre a decisão da maioria. Aqui, funcionamos na base da decisão da maioria. Hoje, tenho certeza de que tivemos um dos momentos mais bonitos da história das CPIs. Refiro-me ao depoimento do Dr. Gilberto Carvalho, o testemunho de uma história de vida, um homem que se dedicou à causa da responsabilidade social, da generosidade, da fé, de tentar construir um mundo melhor a partir dos oprimidos, pautado na Teologia da Libertação, que foi a origem de sua formação política, ex-seminarista, quase padre. Então, um homem que mostrou a sua vida aberta aos Senadores. E o que vi foi o respeito quase unânime por parte de todos os Senadores à personalidade, ao caráter e à grandeza humana de Gilberto Carvalho, o que me deixou muito feliz. Dou o meu testemunho também de que o Senador Efraim Morais, presidindo a CPI, tem atendido à decisão da maioria. S. Ex^a não pode fazer diferente. S. Ex^a ouve as minhas reclamações e as de outros Senadores. Estamos nesse embate. O que espero é que a Oposição entenda que podemos focar no que é o fato determinado da CPI. Hoje, tivemos um episódio desagradável, que feriu o propósito; mas foi votado, e a maioria ganhou. Então, vamos ter que corrigir isso no diálogo, no entendimento e na busca da conciliação. Portanto, minha solidariedade ao sentimento de V. Ex^a. Que, com isso, não estejamos fazendo nenhuma injustiça contra qualquer Senador, nem contra o Presidente da CPI, que vem tratando com transparência os trabalhos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Tião Viana.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito apenas um minuto para concluir o discurso, Sr. Presidente.

Nós, do PT, temos uma única alternativa frente a esta crise: investigar e sermos intransigentes. Contudo, nós, do PT, não concordaremos, submissos, de cabeça curvada, com nenhuma atitude que esteja marcada por este tipo de comportamento expressado na “alegria raivosa”, citada pelo Chico Buarque, no “acabar com essa raça”, citado em episódio bastante recente, nesta guerra, sem convenção de Genebra, onde vale tudo, inclusive os procedimentos com crueldade.

A questão de Santo André está reaberta à investigação, então não havia nenhum motivo para trazê-la para uma CPI que investiga bingo, que investiga jogo. Mas, nessa lógica de atingir o Presidente Lula, colocaram o Chefe de Gabinete da Presidência aqui, numa situação que o desprendimento do meu irmão Gilberto Carvalho teve ainda o cuidado de preservar.

Por isso, Sr^a Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a, brindando-me com mais alguns segundos.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Antes, porém, peço a palavra por ter sido citado, pelo mesmo tempo que foi dado para a Senadora Ideli Salvatti, segundo o art. 14 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Capiberibe, o Senador Efraim pediu a palavra para uma explicação pessoal e terá direito a cinco minutos, conforme o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar claro que entendemos o desespero de determinados Parlamentares, que se sentem decepcionados até porque o que pregaram no passado não é exatamente o que acontece no presente. Mas vir para a tribuna do Senado Federal atirar em uma CPMI que tem sido diferenciada – e talvez esteja aí o motivo da irritação e, por que não dizer, da preocupação? Na CPMI dos Bingos, não se engavetam requerimentos. Na CPMI dos Bingos, tudo é transparente.

O que acho pior é atirar sem saber em que se está atirando. O requerimento que convocou o Sr. Gilberto Carvalho foi do Senador Garibaldi Alves Filho, que é o Relator e é da base do Governo. Há pessoas que agem como uma pomba perdida, que sai voando e pousa no primeiro galho, sem saber o que está acontecendo. Até porque as acusações feitas são de alguém que foi pela primeira vez à CPI, onde chegou emocionada, chorando, para saudar o Sr. Gilberto Carvalho, que teve uma boa oitiva...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Não existe aparte em explicações pessoais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ...respeitado por todos. Pouco me interessa qual a função de qualquer cidadão ou cidadã deste País. Se convocado pela CPI, tem de prestar o seu depoimento.

O Governo, primeiramente, tentou impedir que houvesse a oitiva do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando que fosse feita por meio de ofício, por escrito, sem depor. Os Membros da CPI entenderam que tinha de haver o depoimento. Pediu-se que fosse feito reservadamente, e a CPI aceitou que assim fosse.

Quando se fala na questão de Santo André, não sei por que tanto medo! Tenho certeza de que não é do santo! Quero adiantar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, depois do crime ocorrido, o assassinato do Prefeito Celso Daniel, já mataram mais de seis pessoas que estavam envolvidas. E, na CPI dos Bingos, eu repito – não falo daquela bolinha que sobe e desce e se marca na cartela –, na CPI dos Bingos também se trata de crime organizado. Apuram-se, na CPI dos Bingos, a máfia, a lavagem de dinheiro. E é isso que a CPI está fazendo, de forma transparente, independente, sem medo de apurar, sem engavetar requerimentos. Não interessa se é do Governo ou da Oposição: de quase 200 requerimentos apresentados, Sr^a Presidente, apenas um não foi votado, que é o da convocação do Ministro Antônio Palocci. Isso, porque naquela CPI não se briga por “A”, “B” ou “C”; não se esconde por baixo do tapete nenhum requerimento. Lá se conversa, lá se discute. Quanto ao requerimento do Ministro Antônio Palocci, os membros da CPI entenderam que ainda não chegou a hora de ele ser votado. Mas o será na hora certa.

Então, quero deixar claro que não procede esse histerismo, essa falta de respeito com os companheiros que fazem parte da CPI – e não é com o Presidente, porque ele não vota, apenas desempata. Tive a oportunidade de desempatar duas vezes. Fiquei com

o Relator e com o autor do requerimento, para que se pudesse apurar tudo. Não tenho medo...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Peça que conclua, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peça a mesma prorrogação que foi dada à Senadora. S. Ex^a teve quatro minutos a mais. Penso que mais dois minutos...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Existe uma questão de proporção. S. Ex^a falou pela Liderança e tinha 15 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – É mais uma vez o PT esperando que se diga a verdade.

Mas vou ser rápido. Não tenho medo. Não estamos atrás de fazer nada contra o Governo. O Governo já fez contra o Brasil; já fez contra o povo. O Governo mentiu e traiu o povo brasileiro.

O PT era acostumado a abrir a boca, para dizer que eram eles os donos da ética; hoje, são os que estão mais envolvidos. Basta que se veja o número de Deputados do PT envolvidos.

Quero dizer aos Srs. Senadores – e pediria um minuto a V. Ex^a, Sr^a Presidente, para concluir – que vou continuar, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, a fazer o trabalho da CPI, a apurar o que tiver que ser apurado, repito, sem engavetar nada. Todos os requerimentos serão votados. Quem tiver maioria que aprove, porque o Presidente Efraim não está apresentando requerimentos, não está tendo voto para decidir.

Lembro que é a única CPI em que há o direito ao contraditório. Quando fui eleito Presidente, pedi ao Sr. Aloizio Mercadante que fizesse a indicação de um Relator da Base do Governo, o que não foi feito nas outras duas. Foram feitas lá indicações, todas da Base do Governo. Por isso, o Governo está sentindo que vamos chegar ao fim.

E, na nossa CPI, duas palavras não existem: “pizza” e “acordo”.

Vamos apurar a verdade, doa a quem doer.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Presidente Efraim Morais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr^a Presidente, peça a palavra como Líder da Minoria, por um minuto só.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – V. Ex^a sabe que eu não poderia ceder em relação ao Regimento. Já havia anunciado, inclusive, o Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Só um minuto, Senadora Presidente, nem vou sair deste lugar.

Peço desculpas aos companheiros, mas, como participei hoje de toda a audiência pública na CPI dos Bingos – mesmo não sendo membro, fiquei lá mais de quatro horas –, gostaria de solidarizar-me com o Presidente Efraim Morais e com o Relator. Não vejo razão para que a Senadora Ideli Salvatti tenha ficado tão nervosa, porque, na realidade, o Sr. Gilberto Carvalho foi convocado como qualquer outra pessoa.

Sobre esse crime de Ribeirão Preto há muita coisa ainda que não foi investigada. Ele veio, quis que a reunião fosse secreta, a Comissão assim decidiu, e todos os Senadores o trataram muito bem. Então, não havia nenhuma razão para que houvesse esse protesto da Senadora Ideli Salvatti.

Como Líder da Minoria, solidarizo-me com V. Ex^a, Presidente Efraim Morais. V. Ex^a está conduzindo-se muito bem, e a CPI está fazendo a investigação. Se aconteceram problemas e se pessoas boas muitas vezes estão envolvidas, infelizmente não podemos deixar isso de lado, temos que investigar.

Muito obrigado. Era só isso, Sr^a Presidente.

A Sra. Ana Júlia Carepa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Devo reiterar a V. Ex^a e a esta Casa que, se o próprio Dr. Gilberto Carvalho pudesse aqui dar um depoimento neste momento, diria do tratamento respeitoso que teve naquela Comissão, não só do Presidente e do Relator, mas de todos que lá estiveram presentes.

Lamento, sinceramente, mais uma vez, que S. Ex^a, por falta de conhecimento e, acima de tudo, de vontade de transmitir para o País a verdade, utilize a tribuna desta Casa, para mostrar destempero e condição de pessoa desinformada naquela CPI. É a primeira vez em que houve lamentavelmente um desastre. S. Ex^a chorou; chorou muito. E o Presidente simplesmente ouviu o choro e, na hora certa, encerrou a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador João Capiberibe, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este nosso querido e amado País é uma dádiva da natureza. É um País com uma grande superfície, um povo generoso e multiétnico; um País que não tem grandes dificuldades, grandes fenômenos destruidores, como o que estamos acompanhando nos Estados Unidos.

Manifestações dramáticas da natureza ocorrem em função, evidentemente, da má utilização dos recursos, da pressão exagerada que sobre ela se exerce. Quando ela se rebela, mostra sua força.

Este nosso Brasil generoso hoje conta com milhões de brasileiros fora. São milhões de brasileiros que, não encontrando condições de sobrevivência aqui, exilaram-se; são os novos exilados econômicos. Há algumas décadas, no período da ditadura militar, havia pouquíssimos brasileiros morando no exterior: eram os exilados políticos, entre os quais eu me incluía. Tive de viver nove anos fora do nosso País, contando cada dia, para poder retornar; contando os dias, as frações de tempo, para voltar.

É assim também com os exilados modernos, com os exilados econômicos. Eles sonham em constituir riqueza para voltar. Mesmo diante dessa crise, mesmo diante das contradições de um País voltado para poucos e que é símbolo da desigualdade social, da exclusão, eles sentem saudade.

O Brasil sofre de uma enorme carência de democracia. Senador Alberto Silva, este País constituiu-se um Estado de braços curtos, um Estado que não olha para os seus cidadãos e cidadãs, um Estado que não presta conta da contribuição coletiva, da generosa contribuição coletiva, um Estado que alçou a carga tributária a patamares nunca vistos. Nem no período colonial, pagavam-se tantos impostos como se paga hoje.

Olhem, tenho percorrido o Brasil. No último final de semana, eu estava em São Paulo. Fui a Osasco para falar sobre o controle social do Orçamento público. Vejam que o instrumento da política é o Orçamento, mas esse instrumento é guardado a sete chaves. O Poder Público, no Brasil, é uma caixa preta. Não se abre a caixa preta, não se explicita para o povo em que é gasta a sua contribuição.

Fui também a Taboão da Serra, onde me reuni com o Prefeito, com os Vereadores, com o Presidente da Câmara e com centenas de pessoas para dizer-lhes que é possível democratizar o nosso País e que, enquanto a sociedade não tiver controle do aparelho de Estado, em nível de Município, para saber no detalhe em que as prefeituras gastam os recursos do contribuinte, enquanto os Estados federados não fizerem a mesma coisa, enquanto a União Federal não seguir a mesma trilha da exposição clara das suas receitas e das suas despesas, vamos estar aqui discutindo os mensalões, a corrupção deslavada e absurda que nos envergonha.

A sociedade brasileira é uma sociedade dividida pela desconfiança, Srs. Senadores. O povo brasileiro não confia no Estado e não confia na nossa Instituição. Isso é o que eu tenho concluído das minhas andanças.

O povo não confia no Senado, não confia na Câmara, não confia no Executivo municipal, estadual e federal e não confia no Judiciário. Como nós, politicamente, vamos construir uma sociedade mergulhada na desconfiança generalizada?

Temos que democratizar as informações. Fala-se em democracia e em participação, mas democracia e participação se dão no acesso ao Orçamento público, nas políticas públicas originárias da execução correta dos gastos com prioridade do Orçamento público, do gasto correto. É a isso que o nosso Senado está respondendo. Talvez seja um pingão d'água, Sr. Presidente, mas aqui já aprovamos um projeto que torna obrigatória a exposição de todas as receitas e despesas. Esse projeto está na Câmara Federal, já foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, deve ir para a CCJC na semana que vem e, em seguida, ao Plenário. Uma vez aprovada, a matéria vai à sanção presidencial.

É no detalhe que podemos prestar devida informação ao povo. O povo quer saber quanto custa uma penicilina, uma dipirona; quer saber por que esses medicamentos faltam nos centros de saúde e nas unidades hospitalares. Há dinheiro suficiente para esse abastecimento, mas a corrupção, o desvio, a malversação, a ladroagem não permitem que esses centros de saúde sejam abastecidos. É uma contribuição nossa, do Senado.

Hoje, o jornal **Folha de S. Paulo**, em seu editorial, descreve a necessidade de o povo controlar o Orçamento público, de o povo acessar as informações, afinal estamos vivendo na era da sociedade da informação e do conhecimento. Temos um instrumento fabuloso – a Internet –, acessada por intermédio dos computadores. Por que não usá-los para informar o povo? Fala-se tanto em transparência, mas todas elas com limites. Não queremos limite na transparência. Queremos o detalhe de cada gasto. Queremos ter acesso as contas públicas conta por conta: conta do Fundo de Participação dos Estados, conta do Fundo de Participação dos Municípios, conta do ICMS, conta do ISS, conta da Cide, e, se eu continuar, falarei por meia hora, tendo em vista tantos tributos que pagamos. Queremos cada conta dessa disponível na Internet para sabermos qual é a receita e quais são as despesas executadas com essas receitas. Sem isso, vamos passar a vida aqui numa agenda contrária aos interesses do País.

Se não sairmos dessa crise política, da crise ética, dessa imoralidade, com propostas claras para o povo brasileiro, a democracia perderá. E o povo tem uma certa desconfiança com a democracia. Não há nada mais constrangedor do que ver a sociedade perder a perspectiva de participar democraticamente dos bene-

fícios mínimos da vida moderna. Temos que caminhar na direção do controle social. Se o dinheiro é público, o dinheiro é resultado de quase 37%! Cresceu enormemente, é quase o dobro do quinto cobrado pela Coroa Portuguesa ao Brasil Colonial. Vejam que os colonizadores cobravam um pouco mais da metade do que o Estado brasileiro retira das rendas das famílias.

Temos avanços, sim. A democracia brasileira avançou, mas não na velocidade desejada pela sociedade. O povo já acompanha pela mídia. Tem, sim, transparência, tanto tem que há pressão para a cassação dos mandatos de Parlamentares. A demissão de agentes públicos ocorre pela pressão da sociedade. Agora, imaginem quando essa sociedade tiver conhecimento no detalhe dos gastos públicos principalmente das prefeituras!

Falo porque fui Prefeito e dei uma direção correta ao orçamento da minha prefeitura. Falo porque fui Governador por dois mandatos. Por ter dado uma condução correta ao orçamento público, desagradei às oligarquias e às elites do meu Estado, que não me perdoam até hoje e movem ações em cima de ações contra mim. Ando com um batalhão de advogados para me defender. Eu disse ao meu advogado que, se fosse na época da ditadura, já tinham mandado me fuzilar.

Defendo, com intransigência, o direito à informação do cidadão sobre a sua contribuição. Nenhum agente público tem o direito de desviar um lápis de repartição pública. Nenhum! Há muitas pessoas, evidentemente, que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado que não acreditam que seja possível exercer tamanho controle. Está aqui! Estou diante de um *laptop*. No plenário do Senado, há *laptops* sobre as nossas mesas.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador João Capiberibe, peço permissão a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais trinta minutos para que V. Ex^a conclua seu pronunciamento e para que possamos ouvir o Senador José Maranhão e a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Há um outro projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acaba de aprovar esta semana. Falo do PLS nº 211, a que demos entrada. Vai na mesma direção da transparência, mas trata de outro assunto, das prestadoras de serviços públicos.

As concessões de serviços públicos em nosso País têm de prestar contas do que fazem. Vou citar um caso. Tenho certeza de que o Senador Alberto Silva conhece a questão com profundidade, pois é um homem que conhece o setor de transportes. Trata-se do caso dos pedágios.

Há pedágios, neste País, que existem há mais de 30 anos. São caça-níqueis que enriquecem meia dúzia e são protegidos pela cumplicidade do Estado.

O projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou torna obrigatório que se coloque na Internet a receita de cada pedágio. Na hora em que se abre a cancela para que o carro passe, o pagamento será registrado diretamente na rede mundial de computadores, como é feito no Ministério da Ciência e Tecnologia, onde cada gasto vai diretamente para a rede e todo mundo toma conhecimento. Cada pedágio deste País terá de ter uma página na Internet, para que, em tempo real, o pagamento feito por cada veículo seja registrado diretamente.

É um caça-níquel. É inadmissível que isso fique sem controle. Pode-se dizer que há o controle do Estado. É controlado por meia dúzia? É muito fácil corromper meia dúzia. Quero ver corromperem todos aqueles que pagam pedágio.

O Senado está cumprindo com suas obrigações de tornar transparentes todas as relações do Estado e da sociedade. Ninguém acredita mais em discurso, Senador. O povo quer feitos concretos.

O dia 17 de setembro é o dia das transportadoras, dos caminhoneiros, de quem quero pedir o apoio, porque são os profissionais que mais precisam saber quanto cada pedágio arrecada. Há estradas que arrecadam fortunas e cuja manutenção é precária.

Portanto, com o conhecimento que vamos ter da receita de cada pedágio, os caminhoneiros, as associações dos caminhoneiros que percorrem este País de ponta a ponta poderão controlar a qualidade das estradas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Em seguida, terá a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem acompanhou a evolução da saúde pública brasileira nos últimos quinze anos pôde observar avanços muito significativos no setor, tanto em termos de operacionalização quanto em termos da própria concepção do que seja a saúde pública.

De um lado, podemos observar a reestruturação operacional do atendimento à população, com o advento do Sistema Único de Saúde, o SUS, que atua de acordo com os princípios constitucionais básicos que balizam a política de saúde pública no País: a

descentralização, a universalidade do atendimento e a participação da comunidade.

Essa nova abordagem traduziu-se, na prática, na descentralização político-administrativa do setor e, paralelamente, na implantação de uma forma moderna de atendimento à população.

Sr. Presidente, nos últimos quinze anos, as autoridades de saúde pública do nosso País passaram a operar dentro de uma concepção filosófica praticamente oposta à que vinha sendo historicamente adotada no Brasil. No passado, a ênfase era dada à doença. A abordagem da saúde pública era meramente curativa. Em outras palavras: o Estado só considerava um indivíduo como usuário do sistema de saúde pública a partir do momento em que ele ficasse doente e desse o ar de sua graça em um hospital.

A nova concepção vigente na saúde pública brasileira é diametralmente oposta à abordagem meramente curativa. O foco não é mais na doença, é na saúde. A prevenção ganhou relevância similar ou mesmo maior que a cura das doenças. As unidades básicas de saúde, marcadas no passado por um comportamento fundamentalmente passivo, vem ganhando caráter cada vez mais ativo. Ou seja, os agentes de saúde, ao invés de esperarem a doença nos hospitais, passaram a levar a saúde às comunidades.

Nesse novo contexto, o Ministério da Saúde resolveu dar ênfase e prioridade absoluta à saúde básica, mais especificamente ao Programa de Saúde da Família, justamente o tema sobre o qual pretendo discorrer neste pronunciamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em março de 1994, aconteceu o lançamento do Programa Saúde da Família – PSF, com a finalidade de promover uma verdadeira revolução no modelo assistencial de então. A nova concepção de saúde adotada pelo Estado brasileiro, sobre a qual discorri anteriormente, encontrou no PSF um veículo privilegiado para a realização de seus ideais.

A saúde de uma pessoa é determinada por vários fatores, de ordem física, psicológica, ambiental. Natural, portanto, que a nova abordagem favoreça o trabalho de equipe. Cada equipe do PSF, chamada de Unidade Básica de Saúde da Família, compõe-se de um médico, de um enfermeiro, de um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. A Unidade de Saúde trabalha com um território de abrangência definido e realiza o cadastro e o acompanhamento da população vinculada a esse território, sendo recomendável que cada equipe seja responsável por, no máximo, 4,5 mil pessoas.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação. Quando eu ainda era acadêmico de Direito – e a todos nós, jovens estudantes, empolgavam-nos as

idéias socialistas –, fiquei entusiasmado ao ver que a China, que emergia de uma revolução, tendo à frente o grande líder Mao Tse-Tung, havia resolvido implantar os chamados programas de saúde, versão oriental do que o Brasil, a partir de 1994, resolveu fazer. Esse programa na China tinha o nome de “doutores de pés descalços”. Eram paramédicos, enfermeiros, pessoas que tinham rudimentos de saúde pública que adentravam as casas das famílias levando conhecimento sobre como proteger a sua saúde. Era um embrião daquilo que, agora, de forma mais moderna e mais sofisticada, o Brasil quer fazer. Mas é preciso registrar que aquele embrionário programa evoluiu bastante na China e responde por um estado de saúde pública realmente privilegiado no território da China continental.

Chegamos tarde, mas chegamos, Sr. Presidente!

Um balanço da primeira década do Programa de Saúde da Família mostra, de maneira clara e inequívoca, que o programa é um sucesso.

Atualmente, cerca de 22,4 mil equipes do PSF assistem a 72,4 milhões de pessoas em todas as Unidades da Federação, cobrindo quase 4,8 mil Municípios. A meta do Governo Federal é aumentar o número de pessoas assistidas para cem milhões e o número de equipes para trinta mil.

Mas esses não são os números mais importantes, Sr^{as} e Srs. Senadores. Os benefícios do PSF são mais bem traduzidos pelos indicadores de saúde dos últimos anos nos Municípios cobertos pelo programa.

Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, os investimentos no Programa Saúde da Família são um dos maiores responsáveis pela redução da mortalidade infantil entre 1990 e 2002. A ampliação em 10% da cobertura do programa resultou em uma queda média de 4,6% da mortalidade infantil. Nesse particular, os investimentos no PSF mostraram-se mais eficazes que outras medidas importantíssimas, como a água tratada e o aumento dos leitos hospitalares.

Acho, no entanto, que há um certo otimismo em causa própria do Ministério da Saúde. Não se pode subestimar o valor fundamental que têm, em questões de saúde pública, o abastecimento da água e o esgotamento sanitário.

Além da mortalidade infantil, outros indicadores também experimentaram melhorias expressivas nas cidades servidas pelo programa. Podemos citar, como exemplos, o aumento do número de consultas pré-natais, a redução do número de mortes decorrentes de complicações no parto, o aumento dos índices de cobertura vacinal, além da ampliação dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde, que, por sua vez,

desafoga os ambulatórios e os pronto-socorros dos hospitais de médio e grande porte.

Sr. Presidente, toda história de sucesso contém capítulos reservados aos obstáculos, e toda iniciativa bem-sucedida tem espaço para aperfeiçoamento e melhorias. Com o Programa de Saúde da Família, não poderia ser diferente.

A implantação do programa nas grandes cidades ainda é problemática. Existe dificuldade para contratar médicos em tempo integral – uma das exigências do PSF. Nos Municípios com mais de 100 mil habitantes, 60% das Unidades Básicas de Saúde não contam com esses profissionais. Há também complicações no que se refere aos incentivos financeiros fornecidos pelo Ministério da Saúde. Para receber os incentivos em nível máximo, o Município precisa comprovar que 70% da população é assistida pelo programa – objetivo relativamente fácil para Municípios pequenos e médios, mas complicado para municípios mais populosos.

Esses entraves, aliados a uma infra-estrutura precária em muitas localidades do País e a um nível ainda precário de desinformação da população, são alguns dos obstáculos com os quais as autoridades de saúde pública ainda terão que lidar nos próximos anos.

Em relação aos possíveis aprimoramentos do programa, vejo alguns pontos em que, muito claramente, o PSF pode ser aperfeiçoado. Um dos mais patentes, a meu ver, refere-se à composição das equipes de saúde. Sou da opinião que cada equipe deveria contar com pelo menos mais dois profissionais, ambos de suma importância para o bem-estar geral do indivíduo: um dentista e um psicólogo. Cada vez mais exigimos da Medicina uma preocupação com o ser humano como um todo. Em outras palavras, cuidar do corpo sem cuidar da mente é inútil, mesmo porque muitos males do corpo têm origem na natureza psicológica. A inclusão de um psicólogo nas equipes de saúde supriria essa importante lacuna e aperfeiçoaria a qualidade do atendimento das Unidades Básicas de Saúde. O mesmo pode ser dito da inclusão de um dentista na equipe, sendo desnecessário discorrer sobre os benefícios do tratamento dentário para a população, principalmente para a população pobre, que não tem meios financeiros para acessar os consultórios odontológicos pagos.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Concedo, com muita honra, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador José Maranhão, V. Ex^a trata de um problema com muito conhecimento de causa, pois foi um dos grandes Governadores da Paraíba, e V. Ex^a acaba de detalhar para o País, por meio da TV Senado, a existência de um

programa que funciona realmente. Faria apenas uma observação. Também fui Governador por duas vezes, assim como V. Ex^a, e cheguei à conclusão de que grande parte das pessoas adoecem porque as defesas do organismo dessas pessoas foram enfraquecidas por causa da fome crônica. O desemprego, Senador José Maranhão, é talvez um dos males maiores da comunidade brasileira, a falta de dinheiro para se alimentar. O médico pode até chegar à família, pois é louvável que se elimine, da maneira como V. Ex^a disse, a mortalidade infantil. Tudo bem! Naturalmente, são questões de natureza técnica que foram adotadas no Programa. V. Ex^a fala com conhecimento de causa e eu também: é necessário que se cuide dos dentes, porque, se a saúde entra pela boca, quem não tem dente não mastiga. Mas pior ainda é para quem não tem o que mastigar. Esse é o mal maior do País. Acho que devemos trabalhar conjuntamente, nós, aqui do Senado, e o Governo, para tratarmos de conseguir trabalho para a população, porque quem ganha e se alimenta não adoece. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que aborda e pela precisão com que o apresenta!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado a V. Ex^a pelo substancioso aparte, que incorporo ao meu discurso. Diria que, em matéria de experiência gerencial da coisa pública, V. Ex^a é um mestre, não somente pelo bom gerenciamento, mas, sobretudo, pela criatividade, pela forma como teve capacidade de conceber e implementar programas que responderam a questões do seu Estado, um Estado do semi-árido brasileiro como o meu, a Paraíba.

V. Ex^a fala de uma questão que foi abordada pela primeira vez no Brasil de forma convincente, não só às autoridades brasileiras, mas às autoridades de saúde e de alimentação do mundo inteiro, há mais de 50 anos, por Josué de Castro, no livro **Geografia da Fome**, em que ele mostrava que não apenas a fome total, mas a fome específica, sobretudo nas condições nordestinas, eram responsáveis pela geração de anões mentais, pessoas cujo intelecto não se desenvolveu plenamente em virtude da chamada fome específica de elementos básicos, como a proteína, os sais minerais e as vitaminas, que são essenciais à formação física do homem e, sobretudo, à formação cerebral, à formação do seu intelecto.

Portanto, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso e levo às autoridades do Ministério da Saúde, agora Ministério da Alimentação ou da Fome, como queiram chamar, que estão se propondo a tratar dessa questão, a questão alimentar.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, considero o Programa de Saúde da Família uma das iniciativas mais felizes do Estado brasileiro. Prova de seu caráter

de questão de Estado, e não de Governo, é sua adoção pelas sucessivas administrações, desde sua implantação durante o mandato de Itamar Franco.

É também uma exceção e um exemplo edificante, porque esta não é a constante da vida pública brasileira. De um modo geral, abandonam-se projetos importantes, projetos sérios, quando muda o Governo, por questões meramente pessoais ou político-partidárias.

A prioridade absoluta dedicada à saúde básica e ao PSF, pelo Ministério da Saúde, revelou-se uma decisão das mais acertadas, tendo em vista o retorno visível do investimento feito no programa da melhoria de indicadores, como a redução da mortalidade infantil. São previstos, no âmbito da expansão do PSF, investimentos de US\$500 milhões até 2008, metade dos quais virá de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial.

Aliás, quero aqui fazer um registro de reconhecimento, Sr. Presidente, ao Banco Mundial, que tem amparado, na sua programação para a América Latina, muitos programas que realmente são de grande utilidade pública. Tive oportunidade de administrar, no meu Estado, um projeto que tem o apelido de “Cooperar”. Aliás, apropriado, pois se trata de um projeto para a realização de obras de infra-estrutura, especialmente de eletrificação rural e de recursos hídricos, na zona rural. É um projeto de combate à pobreza rural. Resta, agora, combater os obstáculos que impedem que o programa se desenvolva ainda mais.

Por fim, reitero a minha sugestão ao Ministério da Saúde, para que se incluam dentistas e psicólogos nas equipes básicas de saúde. O sistema de saúde básico melhorará ainda mais com a inclusão desses dois profissionais, que, sem dúvida nenhuma, são de muita utilidade para o PSF.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, celebramos aqui, nesta Casa, com uma sessão especial no Congresso Nacional, os vinte anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Sem dúvida nenhuma, nesses vinte anos, as mulheres contribuíram muito com todos os avanços e conquistas deste País.

Fiz questão de vir aqui falar, no dia de hoje, porque sei que o nosso País vive, sim, um momento dra-

mático na sua história política. Esse não é o primeiro; já houve outros momentos de denúncia, de corrupção, de mau uso do dinheiro público, de tráfico de influência, visando a beneficiar grupos privados – aliás, tem havido muitos, mas muitos mesmo, momentos como este no nosso País. Infelizmente, o nosso Partido também está incluído nesse tipo de denúncia – e digo “infelizmente” do fundo do meu coração. Digo infelizmente porque o meu PT, Sr. Presidente, o nosso PT, deve, sim, explicações ao País, aos nossos milhões de eleitores, a todas e a todos que conosco sonham o sonho da mudança, o sonho da justiça, o sonho da democracia.

Por isso, neste momento, quero pedir licença, sim; pedir licença para falar para os petistas do meu Estado, o Pará, e para os petistas do Brasil.

No domingo, realizaremos um processo de eleição direta, que vai eleger a nova direção do Partido dos Trabalhadores. Esse, na minha opinião, é um momento decisivo para a história do Partido. O PT que os militantes decidirem, que os filiados escolherem, o PT que sairá das urnas neste domingo dirá a si próprio e ao Brasil se estamos prontos, sim, para fazer uma autocrítica interna, como observei, inclusive, na prática o que fez o ex-presidente Genoino, que reconheceu o erro, que fez uma autocrítica na prática, afastando-se, sem vir afrontar ninguém na disputa pela direção do Partido. S. Ex^a se afastou inclusive de qualquer disputa eleitoral dentro do PT.

O Partido que sair das urnas terá que mostrar que está preparado para fazer essa autocrítica. Todos nós temos que fazê-la – e não estou me eximindo de fazer também uma autocrítica. É claro que quem tem a maioria, quem comanda a direção nacional do Partido tem, sim, mais responsabilidade. Isso o Brasil inteiro está vendo.

Teremos que ter a capacidade de fazer uma autocrítica interna e pública dos nossos erros. O PT que sair dessas urnas vai ter que dizer se terá condições de fazer uma autocrítica interna, uma autocrítica em relação aos nossos erros ou se vai repetir o que tem sido muito citado – cuja posição considero até autista: que houve apenas alguns deslizos e que tudo não passa de articulação da Direita para desmoralizar o nosso projeto partidário.

Quero dizer que é óbvio que há articulação da Direita para desmoralizar o nosso projeto partidário; é claro que há, até porque a Direita não queria sequer que o Presidente Lula chegasse ao poder; gastou muito dinheiro para impedir isso, fez muita maracutaia, assaltou muitos cofres públicos para impedir que o PT chegasse ao poder. Porém, não posso dizer que foi apenas a Direita que fez isso. Ela está inclusive se aproveitando deste momento, de forma oportunista,

sim, como é sua característica; mas, infelizmente, alguns também deram motivos – alguns de nós, alguns dos nossos, alguns do nosso lado.

Estou convencida de que o primeiro passo para resgatarmos o nosso PT é termos a lucidez e a coragem de assumir os erros, de punir os culpados e de separar o joio do trigo.

Por isso, quero dizer aos meus amigos e às minhas amigas, às companheiras e aos companheiros de todo o Brasil, em especial do Pará, que, no domingo, votarei em Raul Pont para Presidente do PT, para Presidente do meu Partido, porque não vamos desistir do PT como alguns fizeram, nem queremos o continuísmo. Queremos ter a coragem de mudar.

Votarei em Raul porque tenho o dever de ajudar a resgatar a esperança, ajudar a reconstruir a esperança e a confiança que o PT representou e que ainda representa para milhões de brasileiras e brasileiros. Votarei em Raul Pont por ser um homem preparado e íntegro, que tem experiência administrativa e política, que já foi Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário e Deputado Federal, embora não seja em razão dos seus cargos que lhe darei o meu voto, mas pelo que ele representa. Ele é uma pessoa que fará com que o meu PT volte a valorizar a democracia interna e a escutar os nossos filiados nos núcleos de base, que alguns nem sabem mais o que significam. Carminha, nem sabem mais o que é núcleo de base; alguns nunca ouviram falar disso.

Votarei em Raul Pont porque o nosso Partido deve voltar a representar os interesses desses milhões de excluídos que esperam de nós uma oportunidade de ascensão, que ainda acreditam que viver a vida não pode ser sinal de sofrimento, desilusão e desesperança.

Eu sei o quanto tem sido feito pelos excluídos, não tenho a menor dúvida. Sou do Pará, um Estado que nunca recebeu tantos recursos para a reforma agrária, para a agricultura familiar e para o pequeno produtor como no Governo Lula. O Pronaf, no Pará, cresceu mais de 500%.

Eu sei, mas isso não é suficiente.

Votarei em Raul Pont porque temos que mudar a política econômica do nosso Governo. Quando falo isso, não é para fazer alguma aventura, mas para que possamos ter um Governo que garanta um crescimento econômico mais vigoroso ainda, que gere mais emprego do que está fazendo e que distribua mais renda.

Votarei em Raul Pont para que o nosso Partido dê um sinal claro de que voltaremos a combater o bom combate, lutando pelos direitos dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, da juventude.

Votarei em Raul Pont porque nós não surgimos para ser um Partido de costas para o povo, com uma

direção que fica encastelada, distante das lutas sociais e a serviço dessa ou daquela corporação, desse ou daquele grupo econômico. Não! Não é esse, com certeza, o nosso Partido.

Diante dessa grave crise, muitos pensam em abandonar tudo. Muitos pretendem, dependendo do resultado deste domingo, ficar ou não no PT. Quero dizer que fico no PT, independentemente do resultado da eleição, porque não vou jogar fora 25 anos da história. Não vou jogar fora, Carminha, a história de tantas e tantos que já até se foram e que ajudaram a construir esse sonho.

Sabemos que ganhar governos é muito diferente de ter poder. Nós ganhamos governos. Infelizmente, não se ganha o poder só porque se ganha governo. Diante dessa grave crise, quando muitos pensam em abandonar, em desistir, nós, que representamos milhares de pessoas, não temos escolha, não temos esse direito. Não temos esse direito, pois precisamos mudar os rumos e isso deve ser feito pela militância.

Por isso, faço este apelo hoje, desta tribuna, pedindo licença para falar aos petistas, embora minhas palavras não deixem de ser também para o povo brasileiro. Estivemos em todas as casas, em todas as ruas, em todas as cidades construindo o PT, defendendo uma sociedade mais justa, com distribuição de renda, com democracia. Nós construímos uma alternativa socialista para o Brasil. Nós, petistas, vivemos dias decisivos, muito mais do que em qualquer momento do passado. Vivemos dias que decidirão o futuro do nosso grande sonho coletivo de 25 anos, chamado PT. Agora, somos nós que precisamos refazer nosso caminho, refundando nossos valores, limpando nossa bandeira e fazendo brilhar novamente a nossa estrela. E não há prova maior da nossa disposição de retomar os rumos do PT do que eleger Raul Pont. No entanto, independentemente de quem passe para o segundo turno, desse chamado campo que faz oposição à maioria, eu o apoiarei.

Também quero dizer que não abro mão de defender o Presidente Lula e os avanços do seu Governo. Não abro mão de dizer para todos os petistas, inclusive para aqueles milhares que são ligados a um grupo do Partido, que a maioria são pessoas de luta, sérias, que merecem todo o nosso respeito. É para essas pessoas que falo, porque elas estão andando nas ruas, estão indo à padaria, ao supermercado, assim como eu, e sei que ouvem coisas que as deixam indignadas. Este é o momento de refundarmos o PT, independentemente de que tendência se adote. Reflitam, pensem e votem com a vontade de refundar nosso Partido.

Não abro mão de defender os avanços do Governo Lula, o que investimos no Bolsa-Família e num pro-

grama como o Luz Para Todos, que tem levado energia para aqueles rincões mais distantes, para pessoas que não sabiam o que era energia elétrica. Não abro mão de defender um programa como o Prouni, que já deu oportunidade a mais de 100 mil jovens – isso não é dar o peixe, mas ensinar a pescar. Não abro mão de todos os avanços que conquistamos na reforma agrária e na educação. Não abro mão da conquista do Fundeb, que, diferentemente do Fundef, tem recursos garantidos. Queremos ampliar mais ainda essa conquista, que vai desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio. Não abro mão de defender os avanços do nosso Governo.

Exatamente por isso, não posso concordar que o Governo continue com essa política econômica. Não queremos fazer aventuras, mas não se podem paralisar obras como as eclusas de Tucuruí, que não são importantes somente para o Pará, mas para o Brasil, pois vão restaurar a navegabilidade de um rio. As eclusas precisam ser realizadas para que seja feita a hidrovia Araguaia-Tocantins, por onde nossos produtos serão escoados de forma muito mais barata, o que os tornará mais competitivos.

Não estamos defendendo uma aventura econômica, mas não podemos ser reféns de uma política econômica que prioriza taxas de juros altas, enquanto corta, prende e contingencia recursos de obras e políticas públicas fundamentais para o povo.

Hoje, pedi licença ao Brasil para falar em especial para os petistas: no domingo, aqueles que estão com o coração sangrando vão às urnas e retomem as rédeas desse Partido! Vamos refundar o PT e eleger Raul Pont Presidente!

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a. Ana Júlia Carreia, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Luiz Soares, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Salário dobrado fica na promessa”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 1º de setembro do corrente.

Para quem, em 2002, prometeu dobrar o salário mínimo em quatro anos, descontada a inflação, o Presidente Lula vai ficar devendo pelo menos R\$141,00. Isso porque ontem, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo entregou a proposta orçamentária para 2006 ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, com a previsão do mínimo em R\$321,00, sendo que, para cumprir a promessa, o valor teria que ser de, pelo menos, R\$462,00. Mais uma promessa descumprida.

CONTAS PÚBLICAS

O valor do mínimo não terá crescimento real de 100% neste governo, ao contrário do que prometeu o presidente Lula. Orçamento de 2006 prevê R\$ 321, mas compromisso só seria cumprido com R\$ 462

Salário dobrado fica na promessa

ALON FEUERWERKER
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve chegar ao fim do mandato, em 31 de dezembro do próximo ano, devendo pelo menos R\$ 141 mensais a cada brasileiro que recebe o salário mínimo. Em 2002, Lula prometeu dobrar o mínimo em quatro anos, descontada a inflação. Ontem, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou a proposta orçamentária para 2006 ao presidente do Congresso, Renan Calheiros. O salário mínimo previsto é de R\$ 321.

Para cumprir o compromisso de campanha, precisaria ser pelo menos de R\$ 462, já que a inflação (IPCA) acumulada entre 2003 e 2006 deve ficar em 31%. O mínimo valia R\$ 200 quando Lula assumiu. Há dois argumentos que o presidente pode usar em sua defesa. O mínimo não dobrará como prometido, mas terá tido um aumento de real de quase 30%. E, graças ao fortalecimento do real, o valor em dólar terá mais que dobrado, de US\$ 57 para US\$ 119.

Mas, se o mínimo pode ser um flanco aberto na disputa presidencial, Lula chega ao ano eleitoral amparado em números generosos para os programas sociais, especialmente os dirigidos aos mais pobres. Caso o Congresso aprove a peça enviada pelo Executivo, o

Bolsa-Família terá triplicado entre o primeiro e o último anos de governo. Serão mais de 11 milhões de famílias atendidas, um gasto total de R\$ 8,3 bilhões. Apenas para comparação, os investimentos da União, tiradas as estatais, devem somar em 2006 menos de R\$ 15 bilhões.

Com quatro membros em média por família cadastrada no programa, o Bolsa-Família permitirá ao presidente enfrentar as eleições com um quarto da população brasileira atendida pela principal iniciativa de complementação de renda de seu governo. É um trunfo eleitoral não desprezível.

NO BOLSO
R\$ 200
era o valor do mínimo quando Lula assumiu o governo

Mais ainda, dois milhões de famílias devem ser alcançadas por ações destinadas à agricultura familiar e à reforma agrária. Serão R\$ 9 bilhões para a safra 2005-2006, um crescimento de 66% em relação ao início do governo. E R\$ 3,6 bilhões para a reforma agrária, com o assentamento de 115

mil famílias. Graças ao dispositivo constitucional que reajusta o orçamento da Saúde pelo crescimento do PIB, os gastos totais na área vão chegar a R\$ 41,1 bilhões, um crescimento de R\$ 4,3 bilhões

Emendas

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou a proposta orçamentária pela manhã ao presidente do Senado, Renan Calheiros. A peça contém uma reserva de contingência primária de R\$ 3,2 bilhões para emendas parlamentares.

De Renan, Bernardo ouviu cobranças sobre a lerdeza na execução deste ano. Às 12h de ontem, o site do Senado registrava que apenas 8,46% do orçamento das emendas individuais haviam sido empenhados (autorização para a despesa). O pagamento, pouco mais de R\$ 3,5 milhões, não chegava a 1% do total previsto.

Os líderes governistas no Congresso e o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, têm pressionado duramente a área econômica nos últimos dias para acelerar as liberações. Ontem, Renan disse a Bernardo que não dá para sustentar politicamente uma situação na qual o superávit primário está acima da meta de 4,25% e as emendas ficam, na prática, congeladas. "Vamos acelerar as liberações", prometeu o ministro, que procurou desvincular o assunto da crise política. "As emendas são um direito dos parlamentares", afirmou.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Despesa social vai ser reforçada

O Bolsa Família e os recursos para agricultura familiar e reforma agrária não são os únicos trunfos sociais de Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentar a disputa pela reeleição à Presidência da República em 2006.

Os gastos com medicamentos vão subir 31,6% em relação a este ano, atingindo mais de R\$3,5 bilhões. Os recursos para tratamento da Aids vão quase dobrar, para cerca de R\$ 1 bilhão. Outro R\$ 1 bilhão irá para saneamento,

crescimento de 27% sobre 2005.

Mais de R\$ 500 milhões serão destinados a moradias de interesse social, para atacar o déficit habitacional das famílias que recebem menos de 5 salários mínimos.

Na esfera da segurança alimentar, R\$ 1,3 bilhão irá para a merenda escolar, quase 40 milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública.

Na área da segurança pública, politicamente sensível, qua-

se R\$ 400 milhões vão fortalecer as polícias estaduais e municipais. A Polícia Federal receberá quase R\$ 600 milhões para combater o crime organizado, o tráfico de drogas e para sua modernização. O investimento social é importante politicamente para o PT, porque são as classes populares que mais aprovam o governo Lula, segundo todas as pesquisas de intenção de voto para a eleição à Presidência da República em 2006. (AF)

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Por que me ufano do meu país!”, de autoria do professor João Silvério Trevisan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 8 de setembro do corrente.

O autor mostra que “com o PT no poder, a confusão entre governo e partido inaugurou um novo tipo de peleguismo. Antigos militantes, agora empregados das gestões petistas, passaram a defender o partido-patrão para garantir seu salário”.

Mostra, ainda, que “uma vez no poder federal, as promessas petistas se diluíram com seus projetos pífios de transformação e suas alianças espúrias. Não surpreende, portanto, afundar-se na lama o partido que apregoava ser guardião da ética política”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requiero que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por que me ufano do meu país

João Silvério Trevisan

Desde meus tempos de política estudantil, militância na Ação Popular (AP) ou convivendo com grupos clandestinos, aprendi dois dados importantes sobre as esquerdas brasileiras. O primeiro é que nós, supostos revolucionários, tínhamos convicção de que nossos fins justificavam os meios. O segundo é que se visávamos a revolucionar o outro como maneira de não mudar nada no agente revolucionário. Minha posterior vivência nos movimentos anarquista e homossexual confirmou esses dados, mais atuais do que nunca na atual crise petista.

O PT significou o auge das qualidades de nossas esquerdas. E dos seus defeitos também. Sua marca registrada foi a dedicação à tarefa transformadora, com uma modernização até então inédita na esquerda brasileira. Em contraposição, apropriou-se da verdade política, com as suas kouvezes, inteligência nem hávia fora do PT. A arrogância tornou-se, muitas vezes, um traço comum em todas as suas correntes. Tendeu-se a uma série de ideais, com dogmas, profetas e um Messias: Lula. A presunção de modernidade levou o petismo a cooptar os movimentos sociais, dentro do sonho vultoso de partido único que atualiza os anseios populares.

Assim, núcleos de luta social não paralisaram a perseguição autônoma e se tornaram reféns do PT. Malu, com o PT no poder, a confusão entre governo e partido inaugurou um novo tipo de peleguismo. Antigos militantes, agora empregados das gestões petistas, passaram a defender o partido-patrão para garantir seu salário.

Mas a pior talvez tenha sido o comportamento de muitos intelectuais, torçados correntes de transformação das vezes do “comitê central” do PT. Movidos por uma vontade que os impedia de admitir equívocos ideológicos, enterraram o modelo de intelectual independente e provocador, gerando a subserviência. No capítulo geral dessa história do debate político dentro do PT, perpetuou-se a aliança nacional de tirar vantagem de tudo. Mudaram as moedas, mas os doces continuaram os mesmos. Uma vez no poder federal, as promessas petistas se diluíram com seus projetos pi-

fos de transformação e suas alianças espúrias. Não surpreende, portanto, afundar-se na lama o partido que apregoava ser guardião da ética política. Teriar manter Lula como um mito inabundável é manter a ilusão da verdade revelada. Não é justo nem para o presidente nem para o Brasil que ele carregue nos ombros o peso dos nossos sonhos Sebastiãoístas. Nossas esboanças políticas não precisam de Messias.

Quase seja há lembrar aquele grupo de jovens intelectuais que incutiu um núcleo de ideias inovadoras através do modernismo de 22, e desenvolvimento no movimento antropofágico. Ali se realizou uma raia X da metáfora nacional para fazer o que havia de realidades no estômago da Nação. Escorreu-se muito sangue, mas a fome não profunda que só nos restava devorar o que não era nosso para daí extrair a nossa essência. Nesse estágio da fome coiza macca nera, precisou-se criar Macanalis, herói nacional sem nenhum caráter, para garantir a sobrevivência. Foi com esses poucos elementos que se constituiu um projeto nacional. Como dizia Oswald de Andrade: bárbaro e nosso. Por mais que nosso e falta de sentido resumia nosso sentido. E quem pergunta esse busca da verdade nacional? Não está nenhum Messias com seus apêndices. Ao contrário, tratava-se de um máximo de burguesia de São Paulo e de um mulato andando na contramão da sua homossexualidade reprimida. Imbuído ambos de romantismo, crítica privilegiada, eles se miraram no espelho da devoção do bispo Sardinha. Ante a ausência de um rosto, adotaram a máscara e fizeram o carnaval.

Quase um século após o modernismo brasileiro, o espírito

macanalis já absorveu sua função histórica. Retorno aqui uma ideia que propus em 1994, no meu romance *Dois em Veneza*: é hora de aposentar o herói nacional sem nenhum caráter. Seu domínio desentroucou no cinema. E isso vemos na atual crise do PT, que desmascarou a falta de pureza política da esquerda. Não há mais para fazer de conta. Na perplexidade dos últimos anos, já nos desmistificamos a ausência dos nossos personagens políticos. Está na hora de

encerrar equívocos, a partir da necessária lavagem de roupa suja, para tentar um impuro salto histórico das esquerdas. Este parece ser o grande momento para a organização um encontro nacional de intelectuais que, acima de sectarismos partidários, discuta as pretensões revolucionárias do nosso passado e repense o futuro.

Aliás, o processo podia se iniciar com a projeção do filme *Quanto Vale ou É por Quanto?*, de Sérgio Bianchi, servindo como um espelho cruel para deflagrar o debate sobre a fiasco das nossas tentativas de trans-

É HORA DE APOSENTAR O HERÓI NACIONAL SEM NENHUM CARÁTER

formar o Brasil. Portanto, urge uma rápida e irrestrita revisão que comecemos a fazer imediatamente deste país e dos seus até o papel das nossas esquerdas, que são a outra face da este, herdada das suas deficiências estruturais, inclusive o autoritarismo. Não se visa enterrar o petismo, conforme o temor de muita gente, visivelmente paranoica. Ao contrário, há até mais uma função do PT: suas mazelas servem para o País inteiro se repetir. Bem longe dos seus manuais de correção política, os paradoxos do PT podem nos levar a um entendimento mais exato do País.

Complexo de Polanski Não. Um país cuja história recente foi capaz de produzir um partido com a projeção revolucionária do PT é o mesmo com capacidade de gerar o espantoso esquema de corrupção petista. E de desvendá-lo. Hoje, estamos ante um raro momento da verdade nacional que, por ser legítima, contém muito mais paradoxos do que gostaríamos. Uma verdade agnata, mas nossa, que permite conhecer melhor nossos mistérios. É a face do Brasil real.

Goste-se ou não, é no fundo do poço que encontramos a nos orgulhar deste país.

João Silvério Trevisan, jornalista, ensaísta e professor, é autor de *Andar e Vozes e Desvios no Paraíso*, entre outros livros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: ocupo a Tribuna neste momento para comentar o Editorial publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 4 de setembro de 2005, intitulado “A cassação de Dirceu”.

Segundo o editorial, as CPMIs do Correio e Mensalão acertaram ao incluir o nome do deputado José Dirceu na lista de pedido de cassação dos parlamentares que tiveram os seus nomes envolvidos em escândalos de corrupção. Porque, apesar de toda a defesa, baseada em argumentos jurídicos, que o deputado apresenta, não faltam elementos para que a Câmara

endosse o pedido das CPMIs. É fato público e notório que José Dirceu foi um dos principais articuladores políticos do PT e do governo.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A CASSAÇÃO DE DIRCEU

A CERTAM AS CPIS dos Correios e do Mensalão ao incluir o nome do deputado José Dirceu no relatório que pede a cassação do mandato de 18 parlamentares por prática de “um amplo conjunto de crimes políticos”. O ex-ministro da Casa Civil tem se defendido da acusação de quebra de decoro parlamentar recorrendo a argumentos de ordem jurídica. *Trata-se, aqui, no entanto, de uma decisão de caráter político.*

É evidente que o acusado goza de amplo direito de defesa, mas os ritos que conduzem ao veredicto não são os mesmos observados num processo judicial. A sentença, no caso da cassação, é determinada pelos próprios pares no Conselho de Ética e, a seguir, em votação realizada em plenário. É a convicção formada com base nos indícios reunidos que prevalece nesse julgamento.

E não faltam elementos para que a Câmara endosse o pedido das CPIS. O deputado José Dirceu foi, de modo público e notório, um dos principais —senão o principal— articuladores políticos do PT e do governo, tendo desempenhado formalmente essa função na Casa Civil. Incumbia-se da coordenação da base de apoio governista, costurando as alianças e zelando pela aprovação dos projetos.

Considerado uma espécie de superministro, chegou a referir-se à administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como “o meu governo”. Ninguém, com efeito, desconhece a fortíssima influência por ele exercida tanto no comando da campanha presidencial quanto nas máquinas partidária e governamental —ou seja, no terreno onde prosperou o amplo esquema de corrupção baseado no uso de recursos de caixa dois, apropriação de fundos públicos e distribuição de dinheiro a parlamentares e legendas governistas. Não se pode esquecer que o nome de Dirceu já fora associado a esquemas de captação irregular de recursos, tanto no escândalo envolvendo seu ex-assessor Waldomiro Diniz, ora examinado pela CPI dos Bingos, como no tenebroso caso da cidade de Santo André, cujo prefeito, Celso Da-

niel, foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Caracterizaria até mesmo um insulto à reconhecida inteligência e operosidade do ex-ministro considerar que ele, no desempenho de suas funções, nada sabia sobre o loteamento viciado de estatais e postos públicos, mantendo-se alheio às operações realizadas pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério.

Não foi apenas o deputado Roberto Jefferson quem denunciou Dirceu, clamando por sua saída da Casa Civil, no que se consumou como um dos mais patéticos episódios de nossa história republicana. O próprio Valério e sua mulher, além do tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, afirmaram que o deputado não apenas tinha conhecimento como participou de fatos relacionados ao esquema que veio a público —como seria mais do que razoável supbr em se tratando de tão proeminente, poderosa e estratégica figura.

O próprio Dirceu parece perceber que tudo se encaminha para a cassação de seu mandato —e é um sinal disso que recorra a expedientes de difícil sustentação, como afirmar que as situações eventualmente incriminadoras datavam de sua passagem pela Casa Civil, quando não exercia o mandato legislativo.

É uma evidente chicana, já superada, aliás, por pareceres anteriores, como o do ex-senador Josaphat Marinho, de 1995, considerando que atos e fatos do passado “podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar e atingir a instituição”. O argumento aplica-se perfeitamente ao caso.

É inegável que o deputado José Dirceu seja um homem de crenças e um tenaz combatente. É razoável crer que as irregularidades em que incorreu serviram à lógica segundo a qual os fins —por ele tidos como nobres— justificariam os meios. Nada disso, porém, é suficiente para apagar a convicção de que exerceu papel ativo na trama de corrupção em que se entredou o PT e “seu” governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre as denúncias de propina na prefeitura de Santo André feitas pelo irmão do ex-prefeito Celso Daniel (assassinado em janeiro de 2002), João Francisco Daniel e suas implicações para a governabilidade do país.

Segundo João Francisco Daniel dois dias após a morte de seu irmão, Gilberto Carvalho o procurou para dizer que existia um esquema de propina na prefeitura de Santo André para beneficiar o PT. Gilberto Carvalho, que hoje é Chefe de Gabinete do Presidente Lula, havia dito que pegava o dinheiro e levava ao então Deputado José Dirceu. João Francisco acredita que Daniel foi vítima de crime premeditado porque sabia do esquema de propina e queria acabar com ele.

Portanto, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é que são estarrecedoras as revelações de que uma empresa de seguros desprovida de qualquer expressão no mercado securitário, a Interbrazil, tenha conseguido ganhar contratos bilionários nas empresas estatais do setor elétrico após ter contribuído para as campanhas eleitorais de candidatos do Partido dos Trabalhadores no Estado de Goiás, inclusive a do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Considero o mais novo ápice do descalabro a notícia transmitida na noite de ontem pelo principal noticiário da mídia eletrônica do País, o Jornal Nacional, da Rede Globo, de que o financiamento de partidos pode ser altamente lucrativo. Conforme divulgado, uma empresa declarou em horário nobre, com todas as letras: pagava despesas de campanha em caixa dois em troca de informações que pudessem lhe render bons contratos com o governo federal.

A Interbrazil, conforme detalhamento da reportagem do noticiário da Rede Globo, funcionava numa mansão de um bairro nobre da capital paulista, hoje vazia e sem qualquer vestígio dos tempos áureos, nos

quais os fechamentos de contratos milionários eram celebrados em alto estilo.

Sr. Presidente, a Interbrazil foi seguradora das usinas nucleares de Angra I e II, cobertura de R\$2,5 bilhões. Fechou contrato com a Companhia Energética do Paraná – R\$1,2 bilhão. E com a Companhia Energética de Goiás – outro bilhão de reais de seguro. Os contratos, quase sempre com companhias públicas de setores estratégicos, coincidem com o início do governo do presidente Lula.

A seguradora, de acordo com as informações coletadas pela equipe de jornalismo do Jornal Nacional, foi registrada na Junta Comercial de São Paulo em 2002. Nesse ano, teve lucro de R\$24 milhões, saltou para R\$35 milhões em 2003 e atingiu R\$62 milhões em 2004.

Eu gostaria de reproduzir o comentário de Ernesto Tzirulnik, presidente do Instituto Brasileiro do Direito de Seguro, por considerar que esta opinião credenciada demonstra o despreparo da Interbrazil: “uma seguradora que surgiu de repente operando na área de garantias com riscos bastante elevados, sem tradição de lastro, sem uma referência mais sólida em termos de aparição no mercado”.

No início de 2004, o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB -, um dos órgãos que regulam o mercado, acusou a Interbrazil de garantir um contrato usando documentos falsos e de emitir apólices irregulares para a Companhia Energética de Goiás. A denúncia é que a Interbrazil assumiu sozinha um risco que não poderia arcar, de mais de R\$1 bilhão.

O capital da seguradora, quando ela foi registrada na Junta Comercial de São Paulo, era de apenas R\$13 milhões.

O órgão responsável por fiscalizar as seguradoras, a Susep, é subordinado ao Ministério da Fazenda.

A Susep liquidou a Interbrazil no mês passado, quase um ano e meio depois de receber o primeiro alerta de que a empresa teria falsificado documentos.

A seguradora foi registrada na Junta Comercial de São Paulo em 2002. Nesse ano, teve lucro de R\$24 milhões, saltou para R\$35 milhões em 2003 e atingiu R\$62 milhões em 2004.

No início de 2004 o Instituto de Resseguros do Brasil, um dos órgãos que regulam o mercado, acusou a Interbrazil de garantir um contrato usando documentos falsos. E de emitir apólices irregulares para a Companhia Energética de Goiás. A denúncia é que a Interbrazil assumiu sozinha um risco que não poderia bancar, de mais de R\$1 bilhão.

O capital da seguradora, quando ela foi registrada na Junta Comercial de São Paulo, era de apenas R\$13 milhões.

O órgão responsável por fiscalizar as seguradoras, a Susep, é subordinado ao Ministério da Fazenda.

A Susep liquidou a Interbrazil no mês passado, quase um ano e meio depois de receber o primeiro alerta de que a empresa teria falsificado documentos. É inquestionável, Sr^{as} e Srs. Senadores, que constitui um grande enigma para todo mercado de seguros do Brasil a demora da Susep em se pronunciar sobre as irregularidades na Interbrazil.

Atualmente, a referida empresa está falida e sendo investigada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público de dois Estados e pelo Ministério Público Federal.

Sr. Presidente, esse caso é mais um dos inúmeros ilícitos que integram o rol do maior esquema de corrupção já arquitetado na história republicana do País.

Não poderia deixar de fazer menção, nesta tarde, ao fato de que o governo, após refazer suas estimativas, passou a prever para o ano de 2005 o maior gasto com juros da dívida pública desde o Plano Real. Vale ressaltar que, em função dos efeitos da ortodoxia exacerbada da política monetária sobre as contas públicas, o novo cálculo para a despesa financeira supera em quase 60% a projeção feita há um ano.

Segundo a equipe econômica, os encargos das dívidas interna e externa do governo federal chegarão neste ano a 6,6% do PIB (Produto Interno Bruto), ou R\$127,1 bilhões. Numa comparação cruel, cerca de 20 vezes o orçamento do Bolsa-Família, principal vitrine da política social do governo Lula.

Eu gostaria de destacar, Senhor Presidente, que, no projeto de orçamento enviado no ano passado ao

Congresso Nacional, o governo calculou em R\$80,3 bilhões (4,2% do PIB) o gasto com juros neste ano. Naquela época, o Banco Central ainda não havia iniciado o processo que elevou os juros básicos do país de 16% aos atuais 19,75% ao ano.

Nesse contexto, o Ministério do Planejamento informou que, no novo projeto orçamentário recém-enviado ao Legislativo, a projeção foi refeita em razão da elevação dos juros. Nesse caso, Sr. Presidente, se confirmadas as novas previsões, o mesmo superávit primário cobrirá apenas um terço das despesas financeiras, deixando um déficit de R\$83,4 bilhões, ou 4,3% do PIB. A despeito de não se tratar de uma estimativa oficial para o déficit público, que teria de levar em conta também os resultados de Estados, municípios e estatais, além da expectativa de aumento do superávit primário federal, os dados em epígrafe demonstram que a eficácia da estratégia fiscal do governo Lula e da equipe Palocci é questionável.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de citar que, segundo levantamento do Ministério de Minas e Energia realizado em junho de 2004, quando o programa "Luz para Todos" começou de fato a operar, até ontem, a energia elétrica chegou a apenas 275.538 domicílios rurais pelo programa que usa recursos de encargos do setor cobrados na conta de luz para subsidiar a instalação elétrica na zona rural. Esse levantamento revela que até o dia 12 de setembro apenas 38,47% da meta foi cumprida. Estou trazendo esse dado apenas para mostrar que o alarde inicial ao ser anunciado o programa não faz jus à sua execução.

A previsão do governo somente para 2004 era de 222.975 domicílios rurais atendidos. Considerando também a meta que deve ser cumprida até o final deste ano (493.123 domicílios), o número de residências rurais que deveriam receber energia elétrica chegaria a 716.098. Fica patente o quanto a realidade desmente a gestão Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INTEGRAL DO "IMPERIAL" CASO SANTO ANDRÉ

Na CPI dos Bicos, João Francisco Daniel, irmão de Gilberto Carvalho, assessor de Lula, levava dinheiro de empresas para Dirceu

Irmão de Daniel reitera acusação de propina

LILIAN CRISTOFOLETTI
ENVIADA ESPECIAL PARA A BRASÍLIA
HUDSON CORRÊA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O oftalmologista João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel (PT), disse ontem em depoimento à CPI dos Bicos que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou a ele, por três vezes, que recebia propina de empresas e repassava o dinheiro ao deputado José Dirceu (PT-SP).

A afirmação já havia sido feita por ele em depoimento ao Ministério Público, mas, ao ser repetida durante a sessão, causou desconfortos entre os senadores. José Jorge (PFL-PE) cobrou a demissão imediata de Carvalho. O presidente da CPI, Eraldo Moraes (PFL-PA), disse que é uma das "denúncias mais consistentes recebidas pela comissão" e que, devido à acusação, "não tardará" o depoimento de Dirceu, cuja convocação já foi aprovada.

Os governistas Tão Viana (PT-AC), Elvino Arns (PT-PR), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) saíram em defesa do chefe de gabinete.

Daniel foi morto em 20 de janeiro de 2002. Dois dias antes havia sido sequestrado. Para a Promotoria, o crime tem ligação com o suposto esquema de propina que havia na prefeitura da cidade.

Marta
No depoimento, João Francisco afirmou que o dinheiro da propina da Prefeitura de Santo André abastecia a campanha de Marta Suplicy, que disputava o governo de São Paulo pelo PT, e do presidente Lula. Mercadante reagiu: "Se Celso Daniel estivesse vivo, ele estaria aqui defendendo o Gilberto, que era o maior amigo dele", afirmou. O senador disse que foi a comissão apenas para delimitar a honra de Daniel, seu amigo desde a faculdade, de Carvalho.

"Também achei estranho Carvalho me contar isso, mas ele me contou. Contou três vezes. Falou que, com muito medo, pegava seu Corsa preto e entregava o dinheiro para o então deputado José Dirceu", disse João Francisco.

Segundo ele, Daniel sabia do esquema de propina e permitia que o dinheiro fosse para o PT, mas revolveu rompê-lo após descobri-

FRASE

Também achei estranho Carvalho [Gilberto, chefe de gabinete de Lula] me contar isso, mas ele me contou. Contou três vezes. Falou que, com muito medo, pegava seu Corsa preto e entregava o dinheiro para o então deputado José Dirceu

JOÃO FRANCISCO DANIEL
Irmão de Celso Daniel

que parte das quantias ficava com o empresário Sérgio Gomes da Silva (denunciado como o mandante do assassinato), com o ex-vereador do PT Klanger Luiz de Oliveira e com o empresário do setor de transporte e coleta de lixo Roman Maria Pinto.

Todos negam a existência do suposto esquema. "Quando ele [Daniel] ficou sabendo que esse grupo estava enriquecendo de maneira estatoférica, ele realmente tentou brejar aquele tipo de coisa", afirmou João Francisco.

Carvalho, em depoimento ao Ministério Público, confirmou que ele enviou a Daniel documentos sobre as empresas dos três homens citados por João Francisco.

Ele acredita que o grupo teria desbeirado a intenção do prefeito de romper o acordo e, por isso, encomendou a morte, na versão do irmão apresentada ontem à CPI. João Francisco criticou a atitude adotada à época do crime pelo deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que acompanhava a investigação da polícia. O deputado sempre defendeu a tese de crime comum e disse que Daniel não havia sido torturado.

O peito Carlos Delmonde Princes, no entanto, primeiro a analisar Daniel, disse que o prefeito foi torturado. Disse ter sido "censurado" durante três anos.

Roseana Garcia, viúva do prefeito para o Campanas Antônio Costa dos Santos, o Toninho do PT, assassinado em setembro de 2001, assistiu ao depoimento. Segundo ela, seu marido também foi vítima de um "crime político".

Chefe de gabinete e Dirceu negam ter recebido dinheiro

DE SILVANA PORTINARI/AGÊNCIA FOLHA

O chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, negou ontem por meio de nota ter dado a João Francisco Daniel que recebia propina e entregava o dinheiro ao deputado José Dirceu.

A assessoria de Dirceu informou que o irmão de Celso Daniel repetiu a mesma acusação, feita em 2002, para prejudicar a campanha do presidente Lula. Dirceu também nega ter recebido dinheiro e informou que move ação "por calúnia e difamação" contra João Francisco.

"Reiterei o que declarei já no dia 20 de junho de 2002: não são verdadeiras as afirmações do senhor João Francisco Daniel. Não afirmarei a este senhor, em nenhum momento, que levei qualquer importância em dinheiro ao deputado federal José Dirceu. Fica muito fácil afirmar — e posteriormente apresentar uma testemunha fã — qualquer coisa a respeito de uma pessoa", afirmou Carvalho.

FOLCLORE POLÍTICO

Taubaté enterra sua "Velhinha"

Personagem de Luis Fernando Veríssimo representava a crença nos políticos

FÁBIO AMATO
DIRETOR DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Uma cerimônia simbólica realizada na tarde de ontem em Taubaté (130 km de São Paulo), no Vale do Paraíba, marcou o enterro da Velhinha de Taubaté, personagem criada pelo escritor Luis Fernando Veríssimo que entrou para o folclore político nacional por representar a crença na palavra de todos os políticos e governos brasileiros.

Veríssimo decretou a morte da personagem em sua coluna no jornal "O Globo", na semana passada. De acordo com o escri-

tor, a Velhinha de Taubaté morreu sentada em frente a televisão, de causa desconhecida — uma referência à profusão de denúncias contra o governo federal e o PT noticiadas na TV.

O enterro simbólico da personagem foi organizado pelo vereador Rodson Lima (PSC), de Taubaté, e levou ao cemitério de Belém, na cidade, cerca de 30 pessoas, a maioria representantes do PSTU de São José dos Campos. Um caixão com uma bandeira do Brasil em cima foi carregado ao longo de um pequeno cortejo.

A cerimônia serviu de plataforma para os protestos dos militantes do PSTU, que levaram para o local boncos com o rosto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente do PT José Genônio em roupas de presidários, além de máscaras e cucas com dinheiro — em referência à denúncia de que o suposto "mentalião" seria carregado em máscaras e ao peista preso com US\$ 100 mil na cueca.

Apesar da morte da personagem, de autoria de Lima e aprovada esta semana pela Câmara Municipal de Taubaté, foi feita pelo vereador.

Preso diz que crime custaria R\$ 1 mi

DA ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

Um dos homens presos pelo assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), disse ontem à polícia e ao Ministério Público que o ex-segurança e empresário Sérgio Gomes da Silva prometeu R\$ 1 milhão para a quadrilha sequestrar e matar o peista.

O objetivo do sequestro, disse ele, era "arrancar" de Daniel documentos que supostamente interessavam a Gomes da Silva. Os papéis foram recuperados, e a ordem para o assassinato foi dada. O preso, cujo nome é mantido

em sigilo, apontou José Edison da Silva como o autor dos disparos. Disse ainda que Dionísio de Aquino Severo presenciou o assassinato — Silva está preso pelo crime. Severo foi morto no prisão. O preso disse que decidiu falar após várias tentativas de cobrar o suposto pagamento prometido.

Na semana passada, a Folha publicou carta escrita pelo preso em 12 de agosto deste ano. No documento, ele cobrou Gomes da Silva pelo acordo e relatou detalhes sobre a dinâmica do crime ocorrido em 18 de janeiro de 2002, quando Daniel foi sequestrado. A carta foi

entregue por um amigo do preso no escritório do advogado de Gomes da Silva, Roberto Pólvora. Pólvora determinou que o documento fosse anexado ao processo que corre contra o empresário no Fórum de Itapererica da Serra (SP), por homicídio doloso. Disse se tratar de uma mentira. Na carta, o preso fixava um prazo para o pagamento. Dizia ainda que, se algo lhe acontecesse, advogados, juizes, promotores e jornalistas receberiam cartas denunciando o acordo e a morte de Daniel.

Em seu depoimento ontem à delegada Elisabete Sato e ao pro-

curador Roberto Wáder Filho, o preso disse que o valor de R\$ 1 milhão foi combinado pelo chefe da quadrilha, Ivã Rodrigues da Silva, o Monstro, na véspera do sequestro, quando ele foi a Campinas. Quebra de sigilo telefônico de Monstro revelou que ele esteve em Campinas. Em duas semanas, o preso deverá repetir suas declarações à Justiça de Itapererica.

Os demais presos confessaram ter assassinado Daniel, mas negam a participação de Gomes da Silva. Gomes da Silva disse que jamais cometera um crime contra Daniel. **LILIAN CRISTOFOLETTI**

CONTAS DO PLANALTO

Casa Civil admite notas frias em compras com cartões

EDUARDO SCOLESSE
ANA FLOR
DA AGÊNCIA FOLHA EM BRASÍLIA

Uma sindicância interna aberta pela Casa Civil constatou que a empresa FR Comércio Serviço e Representação Ltda. emitiu pelo menos 24 notas frias, no valor de R\$ 11 mil, em compras do Palácio do Planalto realizadas por meio de cartões corporativos da Presidência da República, que são objetos de uma auditoria no Tribunal de Contas da União.

As notas foram emitidas entre junho de 2002 e outubro de 2004 para a compra de materiais de es-

critório, como cartuchos de impressora, para a Secretaria de Comunicação de Governo. De acordo com a Casa Civil, existem compromissos do recebimento dos materiais na Secom.

Nos arquivos do Planalto, há 42 notas fiscais referentes à empresa, sendo 24 delas consideradas falsas. Ontem, por meio de nota, a Casa Civil informou que o resultado da sindicância será encaminhado à Secretaria da Receita Federal e ao Ministério Público Federal para eventuais crimes de sonegação fiscal.

Segundo a Casa Civil, a sindicância interna que foi aberta para

apurar a existência de notas frias na prestação de contas de saques em dinheiro dos cartões corporativos constatou que a FR Comércio Serviço e Representação forneceu materiais à Secom entre 2000 e 2004 e que existem registros de funcionários da Secom, do então ministro Luiz Gushiken, "atestando o recebimento dos materiais referentes à FR Comércio Serviço e Representação".

A partir de agora, a sindicância vai apurar, por exemplo, a eventual conveniência do funcionário responsável pelas compras desse parte na Secom e se realmente tais produtos foram entregues.

A sindicância da Casa Civil teve o apoio do governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Fazenda. "Em resposta à solicitação da Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria da Fazenda do Distrito Federal informou que a empresa emitiu notas fiscais inidôneas desde junho de 2002", diz a nota. Ontem, a Casa Civil não soube informar os motivos que levaram a empresa a ter suas notas sob o rótulo de "inidôneas". É possível que estivesse, por exemplo, com sua situação irregular na Receita local. De acordo com as notas fiscais, o Planalto recorreu a uma peque-

na empresa instalada a cerca de 45 quilômetros da Esplanada dos Ministérios para suprir a falta de cartuchos para impressoras e outros materiais de escritório do Planalto, o que chamou a atenção de técnicos do gabinete do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que denunciou o fato na CPI dos Correios.

Na semana passada, em entrevista à Folha, o dono da FR, Francisco Pereira Barnhalho, disse que vende de tudo: "roupa, móveis para escritório, material de limpeza, material de informática", além de alimentos. O registro da empresa na Receita Federal informa

que ela comercializa alimentos. Em contato com funcionários do gabinete de Álvaro Dias, Barnhalho teria dito que não vendeu os cartuchos, mas apenas forneceu a nota fiscal a uma pessoa chamada Edison.

As notas fiscais aparecem entre as comprovantes de gastos de uma das portadoras de cartão corporativo do Planalto, como o nome Maria da Penha Pires. Em dinheiro vivo, ela sacou, em 2004, R\$ 74 mil. Os cartões são responsáveis por mais de R\$ 20 milhões em gastos desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003.

Assessor de Lula repassava dinheiro a Dirceu, diz irmão de Daniel na CPI

João Francisco conta que duas outras pessoas testemunharam conversa em que Gilberto Carvalho teria revelado esquema

CRIME NO GOVERNO LULA

Rosa Costa
Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Pela primeira vez, o irmão do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) - assassinado em janeiro de 2002 - o médico João Francisco Daniel, revelou que duas outras pessoas testemunharam a conversa em que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, teria afirmado que entregava ao então presidente do partido, deputado José Dirceu (SP), dinheiro extorquido de empresas. Uma delas é seu irmão mais novo, Bruno Daniel. A outra testemunha ele não disse o nome, "por enquanto", por razões de segurança.

Em depoimento à CPI dos Bingos, João Francisco declarou que a morte de seu irmão foi "crime planejado, premeditado". Ele afirmou que Gilberto Carvalho o procurou no dia 25 de janeiro de 2002 - seis dias depois do assassinato de Celso Daniel - e contou sobre a prisão que ia para o PT. Na época, Carvalho ocupava o cargo de secretário de Governo do prefeito de Santo André. Os senadores da oposição já pressionam Lula para que exonere Gilberto Carvalho.

João Francisco lembrou que, ainda na Casa Civil, José Dirceu o processou por dano moral, mas nada da audiência o ex-ministro pediu adiantado. Ele disse que Bruno estava presente, no dia 26 de janeiro, à primeira reunião com Carvalho. Segundo o médico, o assessor de Lula o procurou em casa no dia da morte de seu irmão. Celso Daniel, para "confidencial", sobre esquema de propina na cidade. "Gilberto disse que morria de medo, quando recebia dinheiro em Santo André e tinha de ir até São Paulo, no seu Corsa preto, entregá-lo ao deputado José Dirceu".

Em uma ocasião, Carvalho teria afirmado que entregou R\$ 1,2 milhão para Dirceu. Dinheiro de extorsão contra empresários seria usado no financiamento das campanhas do PT. "Gilberto disse que o dinheiro era para a campanha da eleição de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo e para outras do PT no Brasil", afirmou João Francisco. Apontou como membros do esquema, além de Dirceu e de seu próprio irmão, o ex-secretário de Obras, Klunger Luiz de Oliveira Souza, e o empresário Rogan Maria Pinto e Sérgio Gomes, o "Sombra". O médico disse que também foi informado por Miriani Belchior, ex-mulher de Celso, sobre denúncias de corrupção. Ela é assessora da Casa Civil.

João Francisco disse que ele e Bruno ficaram "sintomas de boca aberta". Segundo ele, Carvalho pediu que mantivessem a informação em segredo. "Ele estava preocupado e triste", lembrou. Carvalho voltou a falar no assunto, de acordo com o médico, 10 dias depois, quando se queixou de "Sombra". "O

Gilberto disse que o Sérgio era muito violento, que constrangia os empresários (extorquidos) colocando um revólver em cima da mesa, quando ia conversar com eles", afirmou.

João Francisco disse que foi difícil expor seu irmão à execução pública ao revelar o que sabia ao Ministério Público. "Não tive saída, infelizmente (Celso) montou caixa em Santo André para as campanhas do PT", alegou. afirmou que assim poderia contrariar a tese do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), de que Daniel foi vítima de crime comum. O parlamentar acompanhou as investigações em nome do PT.

"Quando Celso soube que o dinheiro era para o grupo que estava entrando de maneira ilegal no poder, quis tomar uma providência para frear esse tipo de atividade", afirmou o médico, que se recusou a ser ouvido em depoimento público. Segundo ele, "não houve crime cometido".

Dirceu avalia que não há novidade nas acusações

O ex-ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu, afirmou que o depoimento de João Francisco Daniel na CPI dos Bingos "não teve nenhuma novidade em relação às acusações levadas e mentiras que já havia feito em 2002". O irmão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, nunca o reconheceu o dinheiro supostamente pago por empresas do bairro da cidade. Segundo Dirceu, João Francisco fez três acusações, mas não conseguiu estabelecer nenhuma ligação com o presidente do PT. Segundo ele, "não há nada que não tenha sido dito anteriormente".

nenhum momento, que levei qualquer importância em dinheiro ao deputado federal José Dirceu, simplesmente porque nunca o fiz".

Apontado como um dos operadores do caixa 2, Klunger de Oliveira Souza, ex-secretário de Obras de Santo André, afirmou "nunca ter ouvido falar em arrecadação paralela". Para ele, o irmão do ex-prefeito sempre tentou, com as denúncias, proteger a empresa Expresso Guarará. "O João Francisco fez um lobby valioso para que nós os ajudássemos a ponto de estrangeiro e Celso Daniel", disse. Também afirmou que não se lembra de ter ouvido falar em qualquer outra investigação da campanha eleitoral de 2002.

Roseana e Paulo estiveram com a senadora Heloisa Helena (PSDB-AL) no depoimento à CPI dos Bingos do irmão do prefeito de Santo André, Celso Daniel. João Francisco Daniel, morto em janeiro de 2002. Segundo Roseana, Toninho tinha reduzido em R\$ 42 milhões o contrato supervalorizado com empresa de lixo, região alvará a dos bingos e carregou o preço das passagens. Rosa Costa

Viúva e irmão de Toninho do PT tentam reabrir caso

AJUÍDA A mulher e o irmão do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, Roseana Garcia e Paulo Roberto da Costa Santos, pediram ontem ajuda de parlamentares para reabrir investigações do assassinato do prefeito, ocorrido em setembro de 2001. Eles não aceitam o laudo de que Toninho foi vítima de um crime comum, como alegam a polícia e promotores de Campinas. Roseana afirma que seu marido já tinha sido antecipado por contrariar interesses de três setores na cidade: empresas de coleta de lixo, exploradoras de bingos e de transporte.

Roseana e Paulo estiveram com a senadora Heloisa Helena (PSDB-AL) no depoimento à CPI dos Bingos do irmão do prefeito de Santo André, Celso Daniel. João Francisco Daniel, morto em janeiro de 2002. Segundo Roseana, Toninho tinha reduzido em R\$ 42 milhões o contrato supervalorizado com empresa de lixo, região alvará a dos bingos e carregou o preço das passagens. Rosa Costa

Preso diz que Sombra prometeu R\$ 1 milhão por morte de Daniel

Homem aponta Sérgio Gomes da Silva como mandante do crime

Fausto Macedo
BRASÍLIA

Custou R\$ 1 milhão a cabeça de Celso Daniel, o prefeito de Santo André que o PT havia escalado para coordenar a campanha de Lula à Presidência. Por esse dinheiro, Celso Daniel foi capturado na noite de 18 de janeiro de 2002, na periferia de São Paulo, levado para um cativeto nas cercanias da Rodovia Régis Bittencourt e, dois dias depois, crivado de balas 9 milímetros.

A revelação foi feita ontem à tarde por um dos acusados pela morte do prefeito, que está preso em uma penitenciária de segurança máxima. Seu nome é mantido em sigilo pelo Ministério Público, que teme pela vida do denunciado. Ele apontou o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sérgio Ghefe ou Sérgio Sombra, como mandante e mentor da trama. Arrog e segurança do prefeito, Gomes teria preparado a armadilha porque Celso Daniel havia decidido

dar um fim em hipótese esquema de corrupção e envio de verbas públicas para financiamento de campanhas eleitorais do PT.

O prefeito teria recusado a participação de empresários, entre eles Sérgio Gomes, e políticos. O relato do prisioneiro tem peso extraordinário para os investigadores que há 3 anos e meio investigam o caso que incomoda o Palácio do Planalto e o PT. "A proposta era sequestrar, pegar os documentos que a vítima guardava e depois era para matar", confessou o preso.

Mas o dinheiro prometido não teria sido pago, pelo menos para alguns dos executores, que foram sequestrados e identificados detidos enquanto aguardam julgamento. Um que não recebeu pelo serviço é o preso que ontem foi interrogado. "O dinheiro não foi dividido em partes iguais", afirmou.

O promotor Roberto Widen e a delegada Elizabeth Sató tomaram o depoimento. "O prisioneiro estabeleceu uma ordem para os fatos", contou o promotor. "Sérgio contratou Dionísio,

que contratou José Edson, que fez parceria com a quadrilha do Ivá Monstro".

Dionísio de Aquino Severo, assaltante sequestrador que teria comandado a operação de resgate do prefeito, está morto. Ele foi golpeado cem vezes por um estilete na prisão do Belém, zona leste de São Paulo. Severo morreu à 10 de abril de 2002 - dois dias antes avisara que contaria tudo sobre a execução de Daniel. A polícia nunca identificou

Celso Daniel havia decidido dar um fim em suposto esquema de corrupção

ou o matador de Severo. José Edson e Ivá Rodrigues, o Ivá Monstro, estão presos. A polícia confessou a morte de Celso Daniel, mas afirmou que não sabiam que a vítima era um prefeito do PT. Também não acusaram Sérgio Gomes. O prisioneiro ouviu ontem de declarar: "O Monstro veio de Campinas no sábado 19 de janeiro de 2002" com a ordem de matar, ele veio com proposta de R\$ 1 milhão. A gente concordou o serviço não era o melhor, era também para pegar documentos". Ele disse que não sabe que documentos eram aqueles. afirmou que o autor dos disparos contra Celso Daniel, oito avô todo, foi José Edson.

"Ele (o preso) está inventando tudo isso para tentar obter algum benefício", reagiu o criminalista Adriano Salés Vanni, que defende Sérgio Gomes. "O Sérgio é completamente inocente. Não mandou matar Celso Daniel". Vanni alertou que o benefício da delação prometido não é concedido quando a denúncia é comprovada. "Esse rapaz (o denunciante) está com a vida perdida, acusado de sequestro e morte e passar o resto dos seus dias na prisão", anotou. "Qualquer coisa que vier é lucro, no desespero atira para todo lado. É muito estranho que tenha resolvido falar isso mais de 3 anos depois de ser preso." *

TJ rejeita investigação de promotores em Santo André

Marcelo Godoy

Por 3 votos a 0, os desembargadores decidiram ontem que o Ministério Público Betandua não tinha legitimidade para investigar de forma sigilosa um suposto fraude de R\$ 18,2 milhões na contratação de emergência, sem licitação, de serviços de segurança pela prefeitura de Santo André na gestão de Celso Daniel (PT).

Os desembargadores seguiram o voto do relator, Claudio Gudeira. Com isso, determinaram que a Polícia de Santo André abra investigação para apurar "quais aqueles que vendem" as informações como autores de delito e a pátria de tais providências. Assim, após três anos, o caso recomeça quase do zero. "Com a decisão, o Judiciário começa a pôr limites à atividade de persecução do Ministério Público. Queremos investigação, mas dentro da lei", disse o advogado Alberto Zacharia Toron, que defende os réus.

Os promotores haviam denunciado por fraude 14 pessoas: os ex-secretários Mirian Belchior (Administração), Luiz Poleto (Administração), Maria Selma de Moraes Rocha (Educação) e Márcia Pellegrin (Negócios Jurídicos), além de 17 promotores do município das áreas da empresa Offic Serviços de Segurança e Vigilância. *

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “CPIs acusam Dirceu de criar e coordenar esquema do mensalão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 2 de setembro do corrente.

A matéria mostra que o relatório conjunto das CPIs dos Correios e do Mensalão aponta o ex-ministro José Dirceu como criador do esquema de compras de votos de parlamentares em troca de apoio ao governo em votações de seu interesse. O relatório sugere que

o sistema de pagamento não teria como funcionar sem o conhecimento do ex-ministro da Casa Civil.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPIs acusam Dirceu de criar e coordenar esquema do mensalão

Relatório sugere que sistema de pagamento não teria como funcionar sem o conhecimento do ex-ministro da Casa Civil

CRISE NO GOVERNO LULA
Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

O relatório conjunto das CPIs dos Correios e do Mensalão aponta o ex-ministro José Dirceu como “criador do esquema” de compra de votos de parlamentares em troca de apoio ao governo em votações de seu interesse. Baseado nas denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e nos depoimentos de Marcos Valério e sua mulher, Renilda Souza, o texto busca apresentar um conjunto de evidências testemunhais de que o sistema de pagamento não teria como funcionar sem o conhecimento e sem a coordenação do ex-chefe da Casa Civil.

Até mesmo a declaração crítica do atual presidente do PT, Tarso Genro, ao se despedir do cargo de ministro da Educação, foi citada pelos relatores para atingir Dirceu: “Se o partido não se acostumar a aplicar duramente a norma daqui para a frente, seja para quem for, não vai dar uma contribuição para a democracia.” Também é dito no relatório que um assessor do ex-ministro, Roberto Marques, era o destinatário de uma remessa de numerário da MPB a São Paulo, apesar de a CPI não ter conseguido provar até hoje quem era e a pessoa autorizada a sair do dinheiro no Banco Rural. O relatório sustenta ainda que Dirceu pode ser cassado por falta de decência para

mentar, apesar de não estar exercendo o mandato quando foram ocorridos as irregularidades. “Entendi nos necessários o registro da necessidade de se punir irremediavelmente por quebra de decoro, em razão de atos praticados ou

Assessor de Dirceu é apontado como o destinatário de remessa da SMPB

fatos acontecidos ainda que fora do exercício de mandato”, diz o texto, contrariando o principal argumento de de-

fesa do ex-ministro. A interpretação de que Dirceu pode ser cassado se baseia em parecer de 1995 do senador Josaphat Marinho, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e que dizia: “Ora, as (representações) que concernem ao decoro parlamentar e à previsão de perda de mandato devem ser, em tese, contemporâneas do exercício da função. Não há como negar, porém, que atos e fatos passados, sobretudo se recentes, a depender de sua natureza e circunstâncias, podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar e atingir a instituição.” Em sua defesa, Dirceu diz que as referências feitas por Jefferson são “desprovidas

de prova e seriedade” e os depoimentos recolhidos pelas CPIs mostram que “nunca houve levantamento de fundos para pagar parlamentares, mas sim realização de empréstimos para fazer frente a obrigações de campanhas”. Ele insiste na tese de que, ao entrar no governo, se afastou das atividades de coordenação partidária e desconhecia operações do ex-tesoureiro do PT para ajudar aliados. “Conhecia esse assunto apenas genericamente, sabendo que o PT estava com problemas financeiros e buscava empréstimos junto a bancos, sem ter participação de qualquer negociação a eles relacionada nem ter prometido qualquer favores aos envolvidos”, diz a defesa de Dirceu.

Deputado se diz vítima de ‘fuzilamento político’

Dirceu acusa imprensa de linchá-lo e desafia acusadores a apresentarem provas do que praticou ato ilícito

Vera Rosa
BRASÍLIA

O ex-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu (PT-SP), acusou ontem a imprensa de querer incriminá-lo sem provas e provocar um fuzilamento político. Depois de ler o relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão, que dedica sete das 61 páginas a um capítulo só para ele – “Dirceu foi taxativo: “Considero o um julgamento.” Imediatamente depois de ler o relatório, o deputado José Dirceu (PT-SP) afirmou, admitiu no texto que “o julgamento político tem a característica de ser julgado de conveniência e oportunidade”, Dirceu demonstrou irritação. “Para cassar um deputado é preciso ter provas, caso contrário será uma violência política”, comentou. “Tenho confiança de que os deputados

desta Casa farão justiça.” Diante da insistência dos jornalistas sobre a “convicção” do relator, que aponta Dirceu como “criador” do esquema de compra de votos de parlamentares, em troca de apoio no Congresso, o deputado voltou a perder a paciência. “Aqui não há convicção nenhuma, é só um relatório. Quem vai fazer instrução de juízo é o Conselho de Ética. Agora, se vocês entendem que já há decisão, eu quero protestar, denunciar aqui um fuzilamento político, um linchamento, um julgamento sumário”, afirmou. Logo em seguida, perguntou: “Quando vai começar o fuzilamento?” Dirceu já enfrenta um processo no Conselho de Ética, por quebra de decoro, e corre o risco de perder o mandato. “Quero que apresentem uma prova de que eu pratiquei um ato ilícito

na Casa Civil e quebrei o decoro parlamentar”, repetiu. “Cadê a prova, gente? Eu digo e repito: é preciso que haja direito de defesa e do contraditório.” Em tom irônico, o ex-chefe da Casa Civil disse que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), hoje seu algoz, acabou advogando a seu favor nos depoimentos. “Ele disse que eu cercava a volta que ele tinha de cooptar determinados cargos”, insistiu Dirceu. O deputado afirmou, ainda, não ver fundamento na observação de que tinha responsabilidade nas irregula-

ridades cometidas em empresas estatais, como Correios. “Isso é uma coisa sem pé nem cabeça. Como eu, que era chefe da Casa Civil, poderia ser responsável por pessoas que eram nomeadas pelos presidentes das estatais?”, perguntou. Ex-presidente do PT de 1995 a 2002, Dirceu repetiu que não foi responsável por irregularidades cometidas pelo ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares, que será expulso amanhã das fileiras petistas. Negou, ainda, que tivesse conhecimento dos empréstimos bancários feitos ao PT, com aval do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. “Eu era chefe da Casa Civil: não era tesoureiro do PT”, argumentou. “Como o chefe da Casa Civil poderia administrar o PT?” Questionado se ainda conta-va com apoio do PT, Dirceu vol-

tou a dizer que sabe se defender sozinho. “Eu não preciso de desagravo”, garantiu. E o presidente Lula?, perguntaram os repórteres. “O presidente Lula tem de governar o Brasil”, respondeu. Depois de reunir-se, à noite, com deputados do PT também citados no relatório, Dirceu disse ter identificado algumas “imprecisões” no texto. Comentou, por exemplo, que a citação de Roberto Marques é incorreta porque ele “não fez nenhum saque”. O ex-chefe da Casa Civil negou que tenha usado sua influência para favorecer sua ex-mulher Maria Ângela Saragoga, que trabalha no BMG, banco que emprestou dinheiro para o PT. Maria Ângela também recebeu ajuda de Valério para obter, no Banco Rural, empréstimo de R\$ 42 mil para comprar um apartamento.

‘Não troquei de partido nem fiz caixa 2’

João Paulo Cunha garante que não cometeu nenhum delito que o envolva com o mensalão

Marcelo de Moraes
BRASÍLIA

Apontado como um dos parlamentares que será investigado pelo Conselho de Ética da Câmara por suposto envolvimento no escândalo do mensalão, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) afirmou ontem que é “inocente” e disse ter certeza que vai ser “absolvido em qualquer votação que peça sua cassação”.

O ex-presidente da Câmara é investigado pelo saque de R\$ 50 mil que sua mulher, Márcia Regina Cunha, fez na agência do Banco Rural, em Brasília, e que teria sido pago com recursos enviados pelo empresário Marcos Valério.

Na porta de seu gabinete, a poucos metros da sala da comissão onde o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar

Serraglio (PMDB-PR), apresentou ontem seu parecer. João Paulo afirmou que não pode ser condenado porque não cometeu nenhum delito que o envolva com o chamado mensalão.

“Sou inocente”, assegura. “Não cometi nenhum dos atos que dizem que foram cometidos por quem recebeu mensalão. Dizem que quem pegou mensalão foi para trocar de partido. Eu não troquei de partido. Eu não troquei de partido para quem votasse a favor do governo. Eu era presidente da Câmara e não votava porque presidia a sessão. Dizem também que o mensalão foi para pagar caixa 2. Minha campanha não teve caixa 2”, alega.

Sobre o fato de sua mulher ter feito o saque de R\$ 50 mil no Banco Rural, João Paulo disse em sua defesa, feita por escrito

e entregue à CPI dos Correios, que, “procurado pelo coordenador do PT da macrorregião de Osasco, solicitando apoio para a realização de pesquisas de opinião, face a dificuldades financeiras partidárias, buscou auxílio perante a Tesouraria Nacional do partido”. “Tal ajuda consistiu da quantia de R\$ 50 mil, que foi disponibilizada na agência do Banco Rural de Brasília, tendo o saque sendo efetuado por sua mulher, Márcia”, completou.

Segundo o relatório entregue ontem por Serraglio, João Paulo explica na defesa que “recorrer à Tesouraria Nacional para socorrer diretórios municipais e estaduais no pagamento de dívidas de eleições pretéritas ou na preparação de processos eleitorais é uma prática que norteia a vida partidária brasileira”. João Paulo alega

que todo o dinheiro sacado foi gasto com o pagamento de quatro pesquisas.

“Acho que o fato de eu ter mandado alguém da minha família para fazer esse saque é mais um reforço de como não havia nada ilegal. Se fosse algo clandestino, eu não teria feito isso”, conta.

O ex-presidente da Câmara avalia também que não pode ser condenado já que sequer foi ouvido pela CPI dos Correios em depoimento.

“Como alguém poderia me condenar se nem fui ouvido na sessão da CPI para me defender?”, argumenta. “Só me foi pedida uma defesa por escrito.”

“Não tem nada contra mim e quero provar minha inocência na Câmara e na sociedade”, disse. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, denuncio ao Senado e à Nação um fato que, a se confirmar, põe a nu iniciativas sorrateiras em curso nas instâncias em que se discute o destino do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Estou informado de que, naquele âmbito de discussão, ganha corpo a idéia de mudar o nome de televisor para terminal de acesso.

Não se trata de mera questão semântica.

É – e aqui insisto na denúncia – uma tentativa de levar a produção de televisores para a área dos incentivos da chamada Lei de Informática.

O que se está pretendendo, se de fato se confirmar, seria o que, no linguajar comum, se chama de golpe de João-sem-braço.

Em primeiro lugar, isso seria um desrespeito, uma burla, a uma deliberação soberana do Senado Federal, adotada por ocasião da votação dessa Lei de Informática.

Em segundo lugar, entro firme com meu brado de alerta: essa premeditada iniciativa invalidaria, por meio de soezes artifícios de esgrima conceitual, a proteção que o Senado conferiu ao Pólo Industrial de Manaus, ao reconhecer sua importância estratégica para o País.

Mais do que alerta, como Senador da bancada do Amazonas, estarei vigilante, com a bancada amazonense, acompanhando os passos desse golpe contra o Senado e contra o meu Estado.

Relembro aos meus pares: quando se votou aqui o projeto de lei que alterou textos legais sobre incentivos para a produção de bens de informática, alguns dispositivos nele embutidos condenavam a economia do Amazonas à destruição. E por caminhos sorrateiros.

O que se pretendia, à sorrelfa, era transferir o maior segmento do Pólo Industrial de Manaus – o de televisão para regiões mais ricas e mais desenvolvidas. Um golpe contra as regiões mais pobres do Brasil.

Que tipo de sorrateirice se intentava então e que o Senado não permitiu que viesse a se consumir? A idéia, como agora, era permitir que aparelhos com funções majoritárias de televisão pudessem ser fabricados como sendo monitores de vídeo. Com incentivos fiscais para áreas ricas do País.

Obviamente, insurgi-me, na época, e, com apoio e compreensão dos senadores. Os trabalhos de Plenário foram então obstruídos até que pudéssemos chegar a uma redação que resguardasse, minimamente, as conquistas alcançadas em duras lutas para a consolidação do nosso Pólo Industrial de Manaus.

O apoio que recebi dessa casa deveu-se, sobretudo, aos excepcionais indicadores portados pela economia amazonense.

Apresentados sobejamente em vários pronunciamentos que aqui fiz, esses dados trouxeram à luz uma pujante, sólida e dinâmica econômica ignorada pela maioria da nação, atacada injustamente por preconceitos e maltratada por instâncias mal intencionadas da república, sempre prontas a criar-lhes dificuldades.

De fato, nenhum dos senhores haveria de recusar apoio para um pólo produtivo que, em 2005, será responsável por faturamento de US\$16 bilhões, por 100 mil postos de trabalho diretos e 350 mil indiretos, por R\$10 bilhões de arrecadação tributária, por investimentos anuais de US\$5 bilhões, por exportações de US\$2 bilhões e que crescem em ritmo quatro vezes maior do que as importações.

Não bastasse isso, o PIM foi responsável pelo maior crescimento industrial do Brasil em 2004 e que foi quase duas vezes superior à média brasileira (8,3%)

e, em 2005, continua sendo o maior do Brasil com taxas mais de quatro vezes a média nacional.

Encerro, afirmando que a bancada do Amazonas e todo o Senado estaremos vigilantes. Se prosseguirem essas iniciativas, não tenham dúvida, voltarei a esta tribuna com o mesmo espírito de despreendimento com que enfrentei tentativas semelhantes do ano passado.

Voltarei para dar nomes e abortar esse carcomido método em que, de forma anônima, sombras mefistofélicas tramam a destruição de um patrimônio legítimo da economia brasileira, o Pólo Industrial de Manaus.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado "Basta cassar uma meia dúzia?", de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 4 de setembro do corrente.

O autor algumas cobranças ao presidente Lula: "cumpra seu dever constitucional e ajude o Congresso a levantar as origens dos volumosos saques e depósitos

das contas do grupo Marcos Valério. De onde veio o dinheiro para abastecer sua rica campanha eleitoral de 2002, de correligionários e aliados, fora da prestação de contas feitas ao TSE? E os cartões magnéticos da Presidência da República? Foram utilizados apenas no interesse da administração pública ou na de gastos espúrios? Por quem?"

E o autor conclui: "O povo aguarda respostas a essas e outras indagações. O preço da governabilidade não pode ser a eterna impunidade".

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que o mesmo passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Basta cassar uma meia dúzia?

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado e ex-presidente do STF

Inequívoco o saldo positivo dos trabalhos das três comissões parlamentares de inquérito instaladas após o abalo sísmico causado pelos escândalos no governo Lula. Terminada a coleta dos depoimentos das principais personagens do desfile de escândalos da temporada, começa a escassear o comparecimento de parlamentares às sessões programadas para novos depoimentos. Quanto mais importante é a testemunha ou o investigado, tanto maior é o interesse de deputados e senadores na formulação de perguntas. Até mais do que o questionamento em si, como tem sido freqüente, é fazer o discurso genérico, quase sempre sem pertinência com o caso específico, mas que visa essencialmente a conquistar o eleitor. Se a valoração do depoimento não tem maior densidade, menor é a divulgação nos veículos de comunicação e, obviamente, mais restrita a fúria de aparecer.

Se, de um lado, as grandes estrelas já exauriram a expectativa de atrativas revelações, de outro, com o acúmulo de informações trazidas à apreciação dos parlamentares, agora o que se aguarda é que todos se dediquem, com especial empenho, ao exame do volumoso acervo de documentos já acumulados nos escaninhos das CPIs. Como essa tarefa, de um modo geral, não ensaja o encanto dos holofotes, é evidente que o trabalho fica prejudicado pela falta de interesse, salvo honrosas exceções, malgrado seu inestimável valor no estágio em que se acham as investigações. As pessoas que se supõem mais comprometidas com o cerne do esquema de corrupção — sempre bem orientadas por advogados — foram espertamente evasivas em seus depoimentos, o que

tem dificultado a reunião de provas para se chegar à autoria de tão abomináveis condutas.

Não há dúvida de que, de tudo quanto se apurou até aqui, ressaem elementos suficientes para o enquadramento de vários deputados diretamente comprometidos com o golpe do dinheiro fácil, os quais, a meu juízo, são passíveis de responder por crime eleitoral, que é espécie de crime comum, como hoje consolidado pela jurisprudência pátria. De fato, nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal, em lapidar voto proferido pelo ministro Celso de Mello na Petição 673, que "a locução crime comum compreende, na abrangência do seu sentido conceitual, os delitos de natureza eleitoral". Fora de cogitação, em consequência, qualquer tentativa de distinção das duas modalidades de delito, porque ambas são de natureza comum.

Ora, se vários desses parlamentares já confessaram que os recursos recebidos originários de caixa 2 foram utilizados em gastos de campanha eleitoral, portanto, não registrados perante a Justiça Eleitoral, isso é o bastante para caracterizar a quebra de decoro parlamentar, que sujeita o agente à cassação do mandato. Seria um absurdo e um despaupério não admitir que um deputado ou senador, tendo como dever a exação no cumprimento da Constituição e das leis, desrespeite-as com estrepolias dessa ordem, sem pagar o preço da perfídia. Quem assim agiu com o eleitor é a nação, feriu de morte o decoro parlamentar. Deve ter o mandato cassado.

Prefiro não acreditar que os esforços das CPIs não conduzirão a nada, como se alardeia. Mas,

sim, que resultarão na cassação de mandatos dos que, pela prova colhida ou por manifesta confissão, assumiram a prática de crime eleitoral e, por isso mesmo, precisam ser punidos. Não me passa pela cabeça a idéia de que se trata de mera encenação para que, ao fim e ao cabo, muitos ou todos se salvem, em prejuízo da honorabilidade da instituição parlamentar. Não se pode transformar o conluio armado entre Delúbio Soares e Marcos Valério, criadores do álibi de crime eleitoral, para que os deputados atolados na lama também dele se valham como meio de buscar a impunidade. Seria nos fazer todos de bobos da corte.

Presidente Lula, cumpra seu dever constitucional e ajude o Congresso a levantar as origens dos volumosos saques e depósitos das contas do grupo Marcos Valério. De onde veio o dinheiro para abastecer sua rica campanha eleitoral de 2002, de correligionários e aliados, fora da prestação de contas feitas ao TSE? E os cartões magnéticos da Presidência da República? Foram utilizados apenas no interesse da administração pública ou na de gastos espúrios? Por quem? Por que alguns servidores palacianos ficaram de fora da corretagem maldita do operador Marcos Valério? Ficarão também sem resposta os pagamentos a Duda Mendonça realizados fora do país? Até onde vai a irresponsabilidade dos que esbanjaram os recursos dos Fundos de Previdência? Abra o caixa-preto de todos. Peça ao espólio da Secom que o auxilie. E suas constantes viagens deixando o país entregue ao ex-chefe da Casa Civil? Vai agora deixá-lo solitário no rolo? Não é sua, em primeiro lugar, a responsabilidade por todo o desastre?

O povo aguarda respostas a essas e outras indagações. O preço da governabilidade não pode ser a eterna impunidade.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O engodo desmascarado”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição do dia 2 de setembro do corrente.

O texto destaca que o mais importante no relatório parcial das CPIS dos Correios e do Mensalão não são os nomes dos 18 parlamentares cuja cassação foi

pedida, mas sim, o fato de ter posto abaixo de uma vez por todas as fabulações do PT e do governo.

Sr. Presidente, é no contexto desse caos que requero que o texto acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTÍCIAS & INFORMAÇÕES

O engodo desmascarado

O mais importante no primeiro relatório parcial conjunto das CPIS dos Correios e do Mensalão, divulgado ontem, não são os nomes dos 18 deputados cuja cassação foi pedida por terem se beneficiado de recursos ilícitos, como revelou a investigação parlamentar dos saques efetuados nas contas do publicitário Marcos Valério. Tampouco é o fato de que entre eles figura o ex-ministro José Dirceu – este, sob a acusação de ser o cabeça do esquema de suborno de políticos. O mérito maior do trabalho dos relatores Osmar Serraglio e Ibrahim Abi-Ackel é ter posto abaixo de uma vez por todas duas fabulações convenientes para o PT e o governo.

Primeiro, a soez tentativa de usar o improvável pagamento regular de mesadas a membros do bloco aliado na Câmara para esconder a palpável contrapartida aos serviços tópicos por eles prestados sempre que necessário, desde a filiação a partidos indicados pelos operadores do Planalto até o apoio disciplinado ao governo em votações de peso. Dirceu não se cansará de sustentar que não se pode acusá-lo de comandar o que nunca existiu – o mensalão, no sentido que lhe deu, precisamente, o deputado Roberto Jefferson. Era portanto imperativo desmanchar o quanto antes esse sofisma, ainda mais quando o espectro de um “acordão” continua a rondar o Congresso.

“O que resta inconteste é o recebimento de dinheiro por parlamentares e dirigentes de partidos que integram a base de sustentação do governo”, escreveram os relatores já no preâmbulo do seu texto de 53 páginas. “O que menos importa é a periodicidade dos pagamentos. Alguns podem ter sido mês a mês, outros com maior ou menor periodicidade. O fato relevante, do qual não podemos nos afastar, é o recebimento de vantagens indevidas (...); sendo desimportante a denominação que se dê.” Eles atestam que as acusações de Jefferson “têm encontrado correspondência nos fatos”.

A segunda fabulação atingida pelo relatório havia sido montada pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e por Valério – por ora, pode-se apenas especular sobre quem os instruiu para tal – a fim de explicar a origem e o destino da dinheiro: empréstimos bancá-

rios utilizados para aportar “recursos não contabilizados” a deputados da base que carregavam dívidas de eleições anteriores. Como se o caixa 2 não fosse crime eleitoral, apenas um pecadilho, de resto cometido “sistematicamente”, chegou a desdenhar o presidente Lula. Serraglio e Abi-Ackel consideraram “desculpa esfarrapada” a simulação dos R\$ 55 milhões em empréstimos assumidos por Valério e repassados ao PT.

Aqui se chega, efetivamente, ao nervo do problema da corrupção e da crise que as denúncias desencadearam. Pois, se está estabelecido que determinado número de políticos – decerto maior do que os arrolados no relatório – recebeu propina, ou que nome se queira dar à maracujá, e se a verba não saiu dos bancos citados por Valério para as suas empresas, “para dar aparência lícita a dinheiro de origem ilícita”, veio de onde? De onde se suscitava desde a primeira hora, principalmente “de empresa privada que tenha vínculo contratual com a administração pública”, apontam os relatores. Ou, como diria o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, “dos Correios, da publicidade”.

Pode a sucessora de Dirceu na Casa Civil, Dilma Rousseff, achar que o loteamento da administração “não é atestado de corrupção”, como afirmou na entrevista publicada ontem neste jornal. Serraglio e Abi-Ackel, porém, se pouparam de tentar tapar o sol com peneira. “A evidente seleção de diretorias ou ministros a que estão aletas decisões de ampla repercussão empresarial (licitações, obras, patrimônio financeiro)”, ressaltaram, “corresponde a espúrios ajustes, porque não combatidos no interesse público, se não do mais reprochável desvio de poder.” Em português ainda mais claro, no governo Lula se roubou e se deixou roubar – se é que o pretérito é o tempo certo dos verbos.

Eis por que talvez tenha se precipitado o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao prognosticar o término próximo dos apuros do presidente. A crise, acredita ele, “está saindo do meio para o fim”. Não tão depressa, é o caso de objetar. O seu epicentro pode migrar para o Executivo. “Nenhuma CPI foi na origem do dinheiro”, adverte o presidente da comissão dos Correios, Delcídio Amaral. “É acompanhar as próximas semanas.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O cadáver que assombra o PT”, publicada pela Revista **Época** de 5 de setembro do corrente.

A matéria mostra que, mesmo após 4 anos da morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, a polêmica em torno da real motivação do crime só aumenta. Em depoimento à CPMI dos Bingos, o irmão do ex-prefeito, o médico João Francisco Daniel, reafirmou que Celso Daniel foi vítima dos companheiros que, encarregados de achacar empresários para financiar

campanhas do PT, estavam desviando a propina para o próprio bolso. O médico reafirmou, ainda, que a propina era entregue ao deputado José Dirceu.

Para concluir, Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O cadáver que assombra o PT

Dúvidas e suposto interesse político reforçam a necessidade de investigar a morte de Celso Daniel quase quatro anos depois de sua execução

SOLANGE AZEVEDO

Executado com sete tiros há quase quatro anos, o prefeito Celso Daniel assombra o PT como um fantasma. A cada depoimento, como os dois que foram prestados na semana passada, a polêmica em torno da real motivação do crime só aumenta. Para constranger ainda mais o partido do presidente Lula, cuja elaboração do programa de governo Daniel coordenava quando foi morto, a polícia paulista decidiu voltar a investigar o assassinato, que antes tratara como crime comum, sem conotações políticas.

A reabertura do caso se dá por pressão da família da vítima e do Ministério Público de São Paulo. Os promotores Roberto Wider Filho e Amaro Thomé Filho sempre defenderam a tese de que Celso Daniel foi vítima dos companheiros que, encarregados de achar empresários para financiar campanhas do PT, estavam desviando a propina para o próprio bolso. Essa versão foi reforçada pelo irmão de Daniel, na quinta-feira.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o médico João Francisco Daniel reafirmou que a propina era entregue ao deputado José Dirceu, então presidente do PT, por intermédio de Gilberto Carvalho, atual chefe de gabinete do presidente Lula. Numa das vezes, Carvalho teria levado R\$ 1,2 milhão no próprio carro, um Corsa preto. A quantia teria servido para financiar, entre outras campanhas, a de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo e a do próprio Lula ao Palácio do Planalto.

Não foi a primeira vez que João Francisco denunciou petistas coroados. Quatro meses depois do crime, ele contou a mesma história aos promotores e disse que tinha sabido do esque-

ma de caixa dois através de Gilberto Carvalho, então secretário de Governo de Santo André, e por Miriam Belchior, ex-mulher de Celso Daniel e atual subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

Carvalho sempre negou as acusações de João Francisco – o médico responde a dois processos por danos morais, um impetrado por Carvalho e outro por José Dirceu. Segundo o assessor do presidente Lula, foi João Francisco quem lhe pediu para não intervir na empresa de ônibus Guarará, nos dias seguintes à morte de Celso Daniel.

Enquanto João Francisco depunha em Brasília, o Ministério Público e a polícia ouviam em São Paulo um dos presos já acusados formalmente pelo assassinato do prefeito. Ele contou aos promotores e à polícia mais detalhes sobre a atuação dos criminosos. De acordo com o depoente, cuja identidade tem sido mantida sob sigilo, Daniel foi morto por José Edison da Silva. Além do autor dos disparos, estava presente à cena do crime Dionísio Aquino Severo. A nova versão é mais crível. Ao ser preso, José Edison disse que os disparos tinham sido feitos por um menor que, confrontado com uma foto de Celso Daniel, não reconheceu o prefeito.

Além de José Edison e do réu colaborador, há outros quatro presos por envolvimento no assassinato de Celso Daniel. O único acusado em liberdade é o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, suspeito de ser o autor intelectual do crime. Mas o Ministério Público acredita que possa haver outros mandantes. Cinco pessoas estão sendo investigadas. Uma delas é o deputado estadual Donisete Braga (PT). Em

maio de 2004, os promotores revelaram que antenas de uma operadora de celular captaram ligações do telefone de Braga feitas nas proximidades do local onde o corpo do prefeito foi encontrado. O deputado, que nega participação no crime, tem foro privilegiado e está sendo investigado sob sigilo pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A apuração do crime, sempre marcada por contradições e dúvidas, pode finalmente apontar outros culpados. Há duas semanas, a polícia paulista resolveu se unir à promotoria e reabrir o caso. Desta vez, ninguém calou o legislador Carlos Delmonte, que em 2002 disse que o prefeito tinha sido torturado antes de morrer. Na ocasião, o próprio IML o desmentiu, corroborando a tese do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, designado pelo PT para acompanhar as investigações. Na semana passada, o legislador voltou a dizer que Celso Daniel foi torturado. Greenhalgh voltou a desmenti-lo.

Para a nova rodada de apurações foram designados os delegados Elisabete Sato, que já integrou o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), e Maurício Correia, da Divisão de Inteligência, dois dos mais experientes quadros da Polícia Civil. Nos corredores da polícia, no entanto, circula que a real motivação do governo paulista em reabrir o caso é política. O governador Geraldo Alckmin é uma das opções tucanas para disputar as eleições presidenciais contra Lula, em 2006. Independentemente da motivação, a reabertura das investigações pode ser a última chance para esclarecer um crime em que, além do prefeito, pelo menos outros seis envolvidos já foram assassinados.

ENTENDA O CASO

Quase quatro anos depois da morte de Celso Daniel, o inquérito é reaberto pela polícia

Janho de 2002

O prefeito de Santo André, Celso Daniel, é seqüestrado depois de sair de um restaurante na capital paulista. O empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, que estava com o prefeito, saiu ileso. Dois dias depois, **Daniel é encontrado morto**

Abriho de 2002

A Polícia Civil de São Paulo conclui o inquérito e diz que o crime não teve conotação política. A família do prefeito afirma que ele foi assassinado por ordem do comando do esquema de corrupção montado na prefeitura de Santo André

Dezembro de 2003

Sérgio Gomes da Silva é acusado formalmente pelo Ministério Público de ser o mandante do assassinato. O empresário é preso

Julho de 2004

Por força de uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, Sérgio Gomes da Silva é solto depois de passar 218 dias na cadeia. O ministro Nelson Jobim, hoje presidente do STF, alegou que o clamor popular e a suposta personalidade perigosa do acusado não eram motivos suficientes para mantê-lo preso

Março de 2005

A Justiça paulista acata denúncia do MP de concussão e formação de quadrilha contra os empresários Sérgio Gomes da Silva e Ronan Maria Pinto e o ex-vereador Klinger de Oliveira Sousa, por envolvimento em esquema de corrupção na prefeitura de Santo André

Maid de 2005

A família do prefeito entrega aos promotores **Roberto Wider Filho** e **Amaro Thomé Filho** um dossiê que apontava suposto esquema de corrupção em Santo André. O documento estava no apartamento de Daniel e foi enviado ao prefeito por

Gilberto Carvalho, atual chefe de gabinete do presidente Lula

Junho de 2005

Carvalho admite ter entregue o dossiê apócrifo a Celso Daniel. Anteriormente, ele sempre negara conhecer o documento

Agosto de 2005

A polícia reabre o inquérito sobre a morte do prefeito, apesar de o delegado-geral Marco Antônio Desgualdo insistir na tese de crime comum. Um dos presos indiciados pelo homicídio de Celso Daniel manda uma carta para Sérgio Gomes da Silva cobrando o pagamento do assassinato

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a sucessão aparentemente interminável de denúncias de corrupção que têm vindo à tona ao longo das últimas semanas é motivo de perplexidade e estarrecimento para o conjunto da opinião pública do País e para nós, integrantes da classe política, em particular. Tanto entre os membros da base de apoio ao Governo como entre aqueles que lhe fazem oposição, os sentimentos mais evidentes são de tristeza e repulsa, frente à constatação de que esse vício insidioso de nossa vida pública persiste em flagelar o País, corroendo não apenas os fundos do erário mas, também, a confiança da população nas instituições e, o que é ainda muito mais grave, a própria credibilidade do regime democrático.

Neste momento de tanta preocupação, parece-me oportuno tecer algumas considerações acerca das

funestas conseqüências que o fenômeno da corrupção acarreta para a vida social, política e econômica da Nação.

Para que se possa melhor aquilatar quão grave a comunidade internacional avalia ser o problema, basta lembrar que o 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, recentemente realizado nesta Capital, afirmou, em sua declaração final, que a corrupção representa uma ameaça à democracia.

Sr. Presidente, considerado apenas o âmbito da economia, as conseqüências da corrupção já devem ser qualificadas como devastadoras. A nós, brasileiros, a corrupção endêmica, histórica e resistente, tem custado muito caro. Veja-se que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, o País perde de 3% a 5% de seu PIB, o que equivale a R\$72 bilhões, em virtude da disseminação de práticas como pagamento de propinas e licitações com cartas marcadas. No mundo todo, se-

gundo a Organização das Nações Unidas, esse valor chega a US\$3 trilhões.

Evidentemente, cada real tragado pelo ralo da corrupção representa um real a menos de investimento na merenda escolar, na aquisição de medicamentos, na construção e na recuperação das nossas rodovias, colaborando, nessa medida, para aumentar a exclusão social em nosso País.

O relatório da Transparência Internacional relativo ao ano de 2004 apontou a corrupção nos projetos públicos de grande porte como um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento sustentável, ao diminuir os investimentos em setores públicos básicos como educação, saúde e redução da pobreza.

A corrupção acarreta pesados custos na medida em que vulnera gravemente o potencial de crescimento de uma nação. Afinal, os investimentos externos em um determinado país são sempre prejudicados quando diversas agências estatais, envolvendo políticos e burocratas, exigem propinas dos agentes privados para a implementação de projetos. A consequência lógica é que as empresas e os investidores optem por realizar seus investimentos em países menos assolados pela corrupção, já que os “custos informais” acarretados pelo pagamento de propinas entram como fator de desconto no cálculo da rentabilidade de projetos.

Também por criar instabilidade política, a corrupção onera o crescimento econômico, ao afugentar novos investimentos. O risco político e institucional, que implica incerteza com relação aos direitos individuais e sociais, é sempre levado em conta pelos investidores internacionais e domésticos. Quando esse risco é alto, projetos de novos investimentos podem ser adiados ou mesmo cancelados. Em casos extremos, a corrupção crônica leva países a crises políticas permanentes.

Além do crescimento econômico **stricto sensu**, a corrupção traz graves prejuízos para o desenvolvimento, entendido este em seu sentido amplo, como garantia de qualidade de vida mínima para toda a população de um país. Afinal, deve-se considerar que, em várias economias, a corrupção implica diminuição da eficácia dos investimentos ditos sociais, por ineficiência deliberada dessas políticas ou por puro e simples desvio de verbas públicas destinadas para as políticas de combate à pobreza, de melhoria da educação, da saúde etc.

A corrupção, portanto, quando endêmica e crônica numa sociedade, é extremamente danosa, não só para o crescimento da economia, mas também para o desenvolvimento social e humano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o próprio sentido das normas e regulações estabelecidas pelo Poder Público é excluir algumas áreas de convivên-

cia social da lei do mais forte, do mais rico, do mais esperto, mediante a introdução de garantias para a segurança, a igualdade e a justiça entre os cidadãos e nas relações negociais.

Quando um agente corruptor faz uso de propina para contornar essas normas e regulações, quem sai perdendo?

Em primeiro lugar, perde aquele que não é o mais forte, o mais rico, o mais esperto, aquele que era o destinatário da proteção instituída pela norma. Se as regulações podem ser evitadas mediante o pagamento de um suborno, voltamos à era do vale-tudo, dribladas as regras de convivência social e suprimida da apreciação do Poder Judiciário a lesão dos direitos. O desenvolvimento de atividades reguladoras pelo Estado visa à preservação do bem comum. Assim, a corrupção prejudica a sociedade, que conta com a fiscalização do Estado, favorecendo tão-somente o corruptor e o corrupto.

O segundo perdedor com a corrupção é o próprio Poder Público, que, por sua causa, acaba caindo em descrédito. Um Estado cujos funcionários se deixam subornar freqüentemente é, na verdade, somente uma fachada. Não consegue regular as relações sociais e as atividades econômicas para torná-las mais justas, mais seguras, mais produtivas. Na medida em que as instituições do Estado são corrompíveis, os cidadãos também deixam de acreditar no princípio do bem comum, um espaço do convívio social fora da lei da selva.

O terceiro perdedor é o empreendedor privado honesto. A corrupção estabelece uma concorrência desleal entre aquele que segue as normas e aquele que paga propina para fugir a suas obrigações ou para obter privilégios. Se o Estado não consegue fazer valer as suas normas, ele sinaliza aos empreendedores que a sobrevivência no mundo dos negócios sem praticar atos de corrupção significa competir com outros que têm menos custos de investimento, pagam menos impostos, temem menos a fiscalização e conseguem mais contratos públicos e a preços melhores. Na esfera privada, a corrupção tende a contaminar sucessivamente os mercados.

Sr. Presidente, por fim, deve-se considerar uma das mais terríveis consequências da corrupção, que é a deterioração por ela provocada na imagem do regime democrático. Isso é particularmente verdadeiro nos países onde a democracia é uma conquista recente. Naqueles outros que se caracterizam como democracias estáveis, a corrupção afeta os governos e seus protagonistas, mas não compromete as instituições políticas. Países de tão arraigada tradição democrática como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França e a Itália viveram, no período recente, rumoroso

sos escândalos de corrupção, que acarretaram grande desgaste para seus governantes e parlamentares. Não houve, lá, contudo, qualquer questionamento por parte da opinião pública quanto à validade do regime democrático representativo.

Já em países como o Brasil, onde a democracia é uma conquista recente, a corrupção pode adquirir uma dimensão não só política, mas, também, institucional. Há motivos para nos preocuparmos em que medida – e em que prazo – a percepção de que a corrupção é generalizada não poderá levar ao descrédito da democracia. Afinal, o respeito ao devido processo legal na repressão às condutas delituosas é uma exigência do regime democrático. Para as mentalidades politicamente menos esclarecidas, pode parecer tentadora a alternativa de abrir mão das franquias democráticas em troca de uma repressão pretensamente mais eficaz ao crime em geral e à corrupção em particular.

Em outros países latino-americanos, politicamente menos estáveis que o Brasil, esse risco é ainda maior. Cabe, contudo, lembrar àqueles que se possam mostrar sensíveis às tentações autoritárias que são exatamente as liberdades democráticas que facilitam a descoberta dos esquemas de corrupção. Nos regimes totalitários, onde não impera o Estado de Direito, a percepção da corrupção é, às vezes, menor, justamente em virtude do cerceamento à liberdade de imprensa, da falta de autonomia do Ministério Público, da facilidade de acobertamento de seus atos espúrios de que gozam os poderosos.

Em outras palavras, a corrupção não é menor do que nas democracias, apenas é mais facilmente encoberta. E os terríveis rigores da repressão, que prescindem do devido processo legal, são reservados não necessariamente aos corruptos, mas, sim, àqueles corruptos que não atuam em sintonia com os poderosos de plantão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se pode ver, são terrivelmente deletérias as conseqüências da corrupção para as nações e seus respectivos cidadãos. Algumas vezes, ela os impede de exercer plenamente seus direitos civis e políticos. Outras, priva-os de seus direitos sociais e econômicos. Em qualquer caso, a corrupção cria obstáculos ao progresso e desenvolvimento dos países, prejudicando todos os setores da sociedade.

Essa a reflexão que desejei trazer ao conhecimento da Casa, neste difícil momento em que a Nação é defrontada com tantas denúncias, com a revelação de tantos escândalos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho, sistematicamente, trazido minha preocupação e, até mesmo feito, a denúncia de que muitos setores do Governo têm sido terceirizados por organizações não-governamentais. Aliás, presidi uma CPI, no Senado Federal, que investigou a atividade dessas organizações não-governamentais.

Estive há pouco no meu Estado, onde fui surpreendido por uma denúncia de uma organização não-governamental sobre malversação de recursos por parte da Fundação Nacional de Saúde.

Para que não se diga que tenho **parti pris** nessa questão, pois a trato sistematicamente, realmente penso que devemos separar o joio do trigo. Existem ONGs realmente sérias, mas também há aquelas que são formadas exclusivamente para se locupletar do dinheiro público, como é o caso de duas organizações que cito, as quais tratam da saúde indígena em Rondônia: a Cumpir e a Paca.

A própria Fundação Nacional de Saúde detectou que elas desviaram milhões de reais que deveriam ser aplicados na área de saúde indígena.

Quero ler, Sr. Presidente, a matéria do jornal BrasilNorte, do meu Estado. Seu título é: “ONG denuncia malversação de recursos”.

A ONG Urihi – Saúde de Ianomâmi fez severas críticas à nova Política de Saúde Indígena, que vem sendo posta em prática pelo governo Lula, através da Fundação Nacional da Saúde. A organização não-governamental classifica a administração atual de “gestão caótica”, pelo fato de estar sendo gasto o dobro dos recursos sem que as ações surtam os resultados desejados.

A matéria continua:

“Urihi denuncia caos no Distrito Sanitário Yanomâmi. Gastos exorbitantes e ameaça de paralisação de serviços marcam o primeiro ano da gestão da assistência no DSY.”

A Urihi denuncia que após 12 meses das mudanças introduzidas para atender à “nova Política de Saúde Indígena” do governo Lula, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) gasta mais que o dobro, em relação aos anos anteriores, para conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento do Distrito Sanitário Yanomâmi (DSY).

A desorganização do DSY culminou com a recente ameaça de paralisação da assistência na Terra Indígena Yanomâmi pelos funcionários contratados pelo convênio Fundação Universidade de Brasília (FUB/

Funasa) que, após dois meses sem receber salários, pretendiam não voltar mais à área indígena caso a situação não fosse normalizada.

Enquanto a coordenação regional da Funasa responsabilizava recente mudança da Presidência do órgão pela interrupção do repasse das parcelas do convênio, a Fundação em Brasília informava que o problema estava nas prestações de contas da conveniada sobre os recursos que já foram transferidos.

Além da gestão caótica pela Funasa, a análise dos números do convênio com a Fundação Universidade de Brasília – FUB – levantam questionamentos sobre os critérios na aplicação dos seus recursos. Assinado em meados de 2004, esse convênio dispõe de um orçamento de R\$10.900.000,00, sendo que, deste total, são destinados R\$9.100.000,00 para o pagamento de recursos humanos, o que significa um aumento de 84% neste item em relação às despesas realizadas nos anos anteriores no DSY, para o mesmo objetivo.

O quadro de recursos humanos para o atendimento no campo, coordenação, logística e administração, pulou de cerca de 130 profissionais para um total de 190 funcionários, sendo que 70 deles não trabalham no campo.

Vale lembrar que as demais organizações conveniadas que atuam hoje no DSY dispõem, proporcionalmente à população por elas atendida, da metade do que está sendo destinado ao convênio Funasa/FUB, custo **per capita**.

Para um aumento tão expressivo nos gastos com pessoal, em especial os de nível superior, lotados na coordenação de DSY, era de se esperar um aumento na mesma escala na qualidade da assistência e nos resultados para a população ianomâmi atendida.

No entanto, o que se observa é, ao contrário, uma queda de eficiência e um desempenho considerado medíocre, regularmente denunciado pelas lideranças indígenas da região. A malária, que havia sido controlada na área ianomâmi até pouco tempo, voltou a ser epidêmica em algumas comunidades ianomâmis e já causou vários óbitos este ano.

Além disso, Conselheiros indígenas do DSY têm se queixado reiteradamente sobre uma crônica deficiência no fornecimento de medicamentos e outros insumos para o trabalho dos profissionais de campo.

Sr. Presidente, por haver lido, na íntegra, a matéria publicada no jornal **BrasilNorte**, solicito que ela faça parte integrante do meu pronunciamento.

Chamo a atenção do novo Ministro da Saúde, do novo Presidente da Fundação Nacional de Saúde, sobre essa matéria que eu já havia denunciado nesta Casa. Ali, realmente, está ocorrendo a malversação de recursos públicos. Saiu-se de uma situação para outra, que, segundo denúncia dos próprios índios, piorou. Não é concebível que a Fundação Nacional de Saúde não faça uma auditoria em relação à questão da Funasa em Roraima, especialmente no que se refere a esse convênio. Por que a Universidade de Brasília seria mais capacitada em fazer esse atendimento do que a Universidade Federal de Roraima, por exemplo, que já está lá, inclusive ministra o curso de Medicina? Portanto, tem condições de, perfeitamente, fazer esse atendimento. Mas, não. Fez-se um convênio com a Fundação Universidade de Brasília que, antes, havia sido feito apenas com a ONG Urihi, que agora reclama.

Sr. Presidente, vou requerer formalmente à Mesa um pedido de informação. Também pedirei à Comissão de Fiscalização e Controle que se aprofunde nessa denúncia. Espero que, espontaneamente, o Presidente da Funasa, que assumiu o cargo há pouco tempo, tenha a sinceridade de, realmente, passar essa questão a limpo. Não é possível que estejamos, agora, desviando recursos destinados à assistência dos índios para aplicá-los em outros setores que não dizem respeito à assistência indígena.

Sr. Presidente, esse assunto é da maior seriedade. Sou completamente contrário que se retire do Estado ou do Município a assistência à saúde indígena, mas se é para retirá-la, que a retire para órgãos públicos confiáveis. A Funasa, com isso, faz a terceirização de um trabalho que é de sua responsabilidade.

Sr. Presidente, solicitarei também ao Tribunal de Contas da União que, efetivamente, averigüe essa denúncia, que é da maior gravidade.

Ao fazer esses registros, Sr. Presidente, espero, portanto, as providências tanto do Ministro da Saúde como do Presidente da Funasa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Boa Vista, Roraima, domingo, 11 de setembro de 2005

BRASIL NORTE

ALERTA

Urihi denuncia caos no Distrito Sanitário Yanomâmi

Gastos exorbitantes e ameaças de paralisação de serviços marcam o primeiro ano da gestão da assistência no DSY

A Urihi denuncia que após 12 meses das mudanças introduzidas para atender à "nova Política de Saúde Indígena" do governo Lula, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) gasta mais que o dobro, em relação aos anos anteriores, para conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento no Distrito Sanitário Yanomâmi (DSY).

A desorganização do DSY culminou com a recente ameaça de paralisação da assistência na Terra Indígena Yanomâmi pelos funcionários contratados pelo convênio Fundação Universidade de Brasília (FUB/Funasa) que, após dois meses sem receber salários, pretendiam não voltar mais à área indígena caso a situação não fosse normalizada.

Enquanto a coordenação regional da Funasa responsabilizava a recente mudança da Presidência do órgão pela interrupção do repasse das parcelas do

convênio, a Fundação em Brasília informava que o problema estava nas prestações de contas da conveniada sobre os recursos que já foram transferidos.

Além da gestão caótica pela Funasa, a análise dos números do convênio com a FUB levanta questionamentos sobre os critérios na aplicação dos seus recursos. Assinado em meados de 2004, esse convênio dispõe de um orçamento de R\$ 10.900.000,00 sendo que, deste total, são destinados R\$ 9.100.000,00 para o pagamento de recursos humanos, o que significa um aumento de 84% neste item em relação às despesas realizadas nos anos anteriores no DSY, para o mesmo objetivo.

O quadro de recursos humanos para o atendimento no campo, coordenação, logística e administração pulou de cerca de 130 profissionais para um total de 190 funcionários, sendo que 70 deles não trabalham no campo.

Vale lembrar que as

demais organizações conveniadas que atuam hoje no DSY dispõem, proporcionalmente à população por elas atendida, da metade do que está sendo destinado ao convênio Funasa/FUB, custo per capita.

Para um aumento tão expressivo nos gastos com pessoal, em especial os de nível superior lotados na coordenação do DSY, era de se esperar um aumento na mesma escala na qualidade da assistência e nos resultados para a população Yanomami atendida.

No entanto, o que se observa é, ao contrário, uma queda de eficiência e um desempenho considerado medíocre, regularmente denunciado pelas lideranças indígenas da região. A malária, que havia sido controlada na área Yanomami até pouco tempo, voltou a ser epidêmica em algumas comunidades Yanomami e já causou vários óbitos este ano.

Além disso, Conselheiros

indígenas do DSY têm se queixado reiteradamente sobre uma crônica deficiência no fornecimento de medicamentos e outros insumos para o trabalho dos profissionais de campo.

ONG denuncia malversação de recursos

A ONG Urihi - Saúde Yanomami fez severas críticas à nova Política de Saúde Indígena, que vem sendo posta em prática pelo governo Lula, através da Fundação Nacional da Saúde. A organização não-governamental classifica a administração atual de "gestão caótica", pelo fato de estar sendo gasto o dobro dos recursos sem que as ações surtam os resultados desejados. PÁGINA 8

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Fundação dos Economistas Federais (Funcef) apresentou mais um relatório das suas bem-sucedidas atividades, referentes ao ano de 2004.

A Funcef é uma importante empresa privada; um fundo de pensão que começou a operar em 1977, e que conta, em nossos dias, com mais de 73 mil associados, entre bancários, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal.

A geração de empregos, de renda e de crescimento sustentável em países modernos requer a formação de poupança interna, que garanta o investimento na produção. Quanto mais forte a poupança doméstica, melhores são as chances de garantir, no longo prazo, o desenvolvimento de países como o Brasil.

Os fundos de pensão têm cumprido esse papel entre nós, porque são constituídos para investir na produção brasileira, com o intuito de garantir aos seus associados uma aposentadoria segura e confiável.

Essa tarefa vem sendo cumprida com grande êxito pela Funcef, que contabilizou, em 2004, uma alta rentabilidade em seus investimentos, de nada menos que 22,68%, ou seja, cerca de 10% acima da meta atuarial traçada para o período.

Nos últimos anos, a Funcef tem apostado na diversificação de sua carteira de imóveis. Para tanto, a fundação busca garantir uma gestão imobiliária moderna, com representantes designados para acompanhar a boa administração dos imóveis. Em sua permanente busca de aperfeiçoamento gerencial, a Funcef realizou uma reavaliação minuciosa dos contratos de locação, fato que também contribuiu para o bom resultado obtido em 2004.

No campo dos investimentos produtivos, sua diretoria executiva direcionou os Fundos de Participação em Investimentos para áreas de infra-estrutura, equipamentos petrolíferos, e também de energia elétrica, setor que receberá 165 milhões de reais em investimentos.

No que tange às ferrovias, a Funcef optou por recuperar a combalida Brasil Ferrovias, *holding* das empresas Ferrobán, Noroeste e Ferronorte, das quais é acionista. Para tanto, conta com a parceria do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A situação da *holding* é difícil, porém o esforço da Funcef certamente resultará na melhoria do setor dos transportes, um dos gargalos do desenvolvimento do Brasil.

No que tange ao seu próprio gerenciamento, a Funcef vem tentando aperfeiçoar os canais de interação com seus associados, inclusive pela implantação

da Coordenadoria de Relacionamento. A participação das decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo aos associados, pela internet, é outro avanço nítido no aumento da transparência na relação dos administradores com os 73 mil participantes.

Essa relação será doravante regulada por um inédito Código de Conduta Corporativa documento que tem por escopo a garantia da ética e da segurança na gestão dos interesses da entidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a função social da Funcef é a de promover e desenvolver a seguridade social, visando a qualidade de vida dos seus associados.

Tenho para mim que o progressivo aprimoramento administrativo dos investimentos realizados pelos fundos de pensão é um importante passo para a evolução da própria economia brasileira.

Ao contribuir para o bem-estar dos seus associados, entidades como a Funcef contribuem, na verdade, para gerar e distribuir riquezas, e eu não tenho dúvidas de que o Brasil será tanto mais forte e competitivo quanto mais fortes forem os seus fundos de pensão.

Em economias maduras, o fomento inequívoco ao associativismo cooperativo, e o incentivo à gestão transparente dos negócios privados devem ser metas permanentes do Estado, para o incremento das atividades produtivas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, termino minha fala cumprimentando a Funcef pelos resultados obtidos em 2004. Cumprimento, igualmente, a diretoria da entidade, pelo seu nítido compromisso com a transparência na gestão do interesse dos associados da fundação.

Essa boa iniciativa haverá de aumentar, em 2005, o imenso patrimônio da Funcef – de mais de R\$18 bilhões - com ganhos inestimáveis para os associados e para a geração de riquezas no Brasil.

Que esse exemplo frutifique, e que administração profissionalizada se converta em verdadeira idéia fixa para todos os fundos de pensão do nosso País.

Eis o nosso mais sincero desejo!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Shessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza ¹³	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT ¹					
Heloísa Helena (P-SOL) ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros ¹⁷	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 4.8.2005)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

¹⁴ Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

¹⁷ O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Refuta a reclassificação do Brasil, pela União Européia, quanto ao risco de ocorrência da doença da “vaca louca”.	331	das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.....	444
ALBERTO SILVA			
Comenta a utilização de combustíveis renováveis. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. .	550	Requerimento nº 1.008, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia.....	445
Comenta a influência da fome na saúde da população. Aparte ao Senador José Maranhão. ...	560	Requerimento nº 1.009, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), referente às exportações de carne de frango para a União Européia.	445
ALMEIDA LIMA			
Realiza réplica ao pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko a respeito da corrupção no Brasil.	329	Requerimento nº 1.016, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005, que “dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido”.	527
Realiza críticas ao Judiciário pela concessão de liminares favoráveis a deputados petistas passíveis de cassação alegando a ausência da ampla defesa no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.	456	ALVARO DIAS	
Manifesta preocupação com a busca da legitimidade no processo eleitoral e reflete a respeito do instituto da pesquisa eleitoral.	513	Parecer nº 1.638, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005, (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	6
ALOÍZIO MERCADANTE			
Requerimento nº 1.004, de 2005, que requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005.	437		
Discute o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.	438		
Requerimento nº 1.007, de 2005, que requer seja apresentado voto de louvor ao ministro			

	Pág.		Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.	12	Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2005, que denomina “Aeroporto Internacional de Belém – Júlio Cezar Ribeiro de Souza” o aeroporto da cidade de Belém, no Estado do Pará.	398
Reflete a respeito de pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.	61	Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	480
Realiza apelo pela votação de requerimentos, apresentados pelo Senador Álvaro Dias, de pedido de informações e de auditoria no BNDES.	94	Requerimento nº 1.017, de 2005, que requer adiamento da discussão por 14 dias do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, que “Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências”.	533
Denuncia utilização, pelo Banco Santos, de corretora em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para operações irregulares.	94	Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	561
Discorre a respeito da crise de identidade do Estado Brasileiro.	94	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Trata da falta de investimentos nas rodovias nacionais.	94	Comenta o discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia da Independência do Brasil. .	63
Demonstra repúdio a declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo.	94	Traz considerações a respeito da situação do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.	63
Realiza apelo pela votação de requerimento de informações sobre empréstimos concedidos pelo BNDES.	135	Tece comentários a respeito do valor do salário mínimo. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	65
Critica a viagem do Presidente Lula a Guatemala, após denúncias que agravam crise institucional.	135	Discorre a respeito da moralização da Administração Pública. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	72
Requerimento nº 993, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda.	185	Demonstra inconformismo com a decisão do Ministro da Educação de fazer uma reforma universitária por decreto.	73
Registra artigo intitulado “Bagunça fundiária”, de autoria do Deputado do PSDB, Xico Graziano, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 30 de agosto de 2005.	221	Regozija-se pela assinatura de convênio entre o Banco do Brasil e o estado da Bahia para a área de segurança e realiza críticas aos procedimentos adotados pela Polícia Federal durante a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-Prefeito Paulo Maluf.	133
Transcreve artigo intitulado “As mãos limpas do trabalho sujo”, de autoria do jornalista Nelson Motta, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 26 de agosto de 2005.	465	Posiciona-se contrariamente à reforma universitária por decreto do Ministério da Educação.	133
Tece comentários a respeito de denúncias de propina na prefeitura de Santo André e comenta as relações da empresa de seguros Interbrazil com empresas estatais.	567	Cobra esclarecimentos do Presidente Lula sobre as denúncias de irregularidades no governo.	133
ANA JÚLIA CAREPA		Tece considerações a respeito das denúncias envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.	133
Realiza apelo para celeridade da aprovação de projeto de lei do Senado, de autoria de S.Exa., que dispõe sobre procedimentos para recebimento de direitos trabalhistas.	360	Comenta o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti a respeito da prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e seu filho. Também cobra a prisão de outras pessoas envolvidas com a corrupção.	196
Registra evento destinado ao debate sobre projeto de lei que regulamenta a gestão das florestas brasileiras.	360	Comenta o anseio da população brasileira no sentido de que as CPMIs tenham êxito com relação aos propósitos para que foram criadas.	326

Pág.	Pág.
<p>Parecer nº 1.662, de 2005, que apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003.</p> <p>Parecer nº 1.663, de 2005, que apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).</p> <p>Pondera sobre o comparecimento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião da ONU.</p> <p>Questiona a utilização de decreto ministerial destinado à reforma universitária.</p> <p>Comenta o artigo intitulado “Correndo atrás do prejuízo”, publicado no Jornal O Estado de S.Paulo.</p> <p>Lamenta a presença do Presidente Lula representando o Brasil na ONU, e critica a proposta que apresentou para acabar com a fome.</p> <p>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</p> <p>Registra o falecimento, ocorrido em 8 de setembro de 2005, do Padre Arnóbio Patrício de Melo.</p> <p>Requerimento nº 991, de 2005, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no dia 8-9-2005: inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.</p> <p>Requerimento nº 992, de 2005, que requer as seguintes homenagens pelo falecimento do médico João Marcelo Vilas Boas ocorrido no dia 8-9-2005: inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.</p> <p>Parecer nº 1.653, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos”, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.</p> <p>Comenta o abuso praticado pelos bancos nas tarifas e nas taxas de juros.</p> <p>Debate a respeito da paralisação dos trabalhos legislativos em virtude do agravamento da crise</p>	<p>após denúncias contra o Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>ARTHUR VIRGÍLIO</p> <p>Registra entrevista concedida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao jornal Folha de S.Paulo, edição do dia 28 de agosto de 2005.</p> <p>Requerimento nº 987, de 2005, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.</p> <p>Crítica os procedimentos adotados pela Polícia Federal durante a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-Prefeito Paulo Maluf. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p>Realiza críticas à viagem do Presidente Lula a Guatemala, após denúncias que agravam crise institucional. Aparte ao Senador Alvaro Dias.</p> <p>Tece considerações a respeito da viagem do Presidente Lula à Guatemala e à crise em seu Governo.</p> <p>Requerimento nº 988, de 2005, que requer seja registrado nos Anais do Senado Federal um voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, na passagem desta data em que se completam 103 anos de seu nascimento, ao tempo em que solicito sejam comunicados seus familiares.</p> <p>Requerimento nº 989, de 2005, que requer voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização do Passeio Ciclístico destinado a esclarecer a população acerca do referendo de outubro de 2005.</p> <p>Requerimento nº 990, de 2005, que requer voto de aplauso à jovem tenista brasileira Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis.</p> <p>Realiza registro do artigo da jornalista Mônica Bergamo, intitulado “A Pequena Sereia”, publicado na Folha de S.Paulo, no dia 11 de setembro de 2005.</p> <p>Registra artigo publicado em O Estado de S.Paulo, intitulado “Mil e Uma Noites”, assinado pelo ex-Ministro Pedro Malan.</p> <p>Realiza registro do artigo intitulado “Vice se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir”, publicado no dia 11 de setembro de 2005 na Folha de S.Paulo.....</p>
441	346
443	81
451	118
451	134
451	136
506	141
184	145
184	145
185	146
256	182
346	195
	199

	Pág.		Pág.
Comenta a promessa não cumprida do Governo de realizar a redução da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para 25%. Aparte ao Senador Mão Santa.	213	AUGUSTO BOTELHO	
Realiza transcrição do artigo intitulado “Para superar a crise política”, de autoria do ex-Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 28 de agosto de 2005.	224	Trata a respeito da demarcação de terras indígenas. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	450
Requerimento nº 997, de 2005, que solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre a distribuição dos investimentos em publicidade entre os órgãos da administração federal nos anos de 2003 e 2004. ...	335	Trata das nefastas conseqüências da corrupção, que cria obstáculos ao progresso e desenvolvimento dos países.	576
Requerimento nº 998, de 2005, que requer ao ministro da Saúde informações acerca de providência acautelatórias e de proteção da população da Amazônia contra a malária.	336	CÉSAR BORGES	
Crítica o crescimento da economia brasileira.	348	Trata da questão da precariedade de vagas no ensino superior no Estado da Bahia.....	408
Encaminha à Mesa pronunciamento explicativo de requerimento endereçado ao Ministro da Saúde sobre o registro de mais de 40 mil casos de malária no Estado do Amazonas.	361	CRISTOVAM BUARQUE	
Tece considerações acerca da decisão do Deputado Severino Cavalcanti de não se afastar da Presidência da Câmara dos Deputados.	377	Discorre a respeito do Orçamento da União e da atuação do Congresso Nacional.	70
Requerimento nº 1.000, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao atleta Maurício Shogun, novo campeão mundial de Mixed Martial Arts, na categoria dos pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão, em 28 de agosto de 2005.	392	Discorre a respeito da exclusão social e do Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano.	70
Requerimento nº 1.001, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao lutador Ricardo Arona, novo vice-campeão mundial de Jiu-Jitsu, na categoria de pesos médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão.	392	Parecer nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	101
Reflete a respeito da crise política.	424	DEMÓSTENES TORRES	
Demonstra preocupação com surto de malária no Estado do Amazonas.	461	Parecer nº 1.656, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.	289
Requerimento nº 1.012, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro João Derly, pela conquista da inédita Medalha de Ouro, no Cairo, Egito, no Mundial de Judô.	500	EDISON LOBÃO	
Trata da gravidade da atual crise política e realiza denúncia referente ao Sistema Brasileiro de TV Digital.	545	Parecer nº 1.665, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.	485
Realiza denúncia da tentativa de levar a produção de televisores para a área dos incentivos da chamada Lei de Informática.	572	EDUARDO AZEREDO	
Registra artigo intitulado “Basta cassar uma meia dúzia?”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , de 4 de setembro de 2005.	572	Parecer nº 1.646, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de	

Pág.	Pág.		
origem) que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical.....	106	discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.	537
Parecer nº 1.652, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, de autoria do Senador Valdeck Ornélas, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.	252	Parecer nº 1.668, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501, de 2000, na Casa de origem).	538
Trata da importância da realização de novas licitações na área energética. Aparte ao Senador José Jorge.	517	Requerimento nº 1.019, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).	538
EDUARDO SUPLICY		Requerimento nº 1.020, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).	538
Cumprimenta o Senador Arthur Virgílio pela atitude de respeito ao ex-Deputado e ex-Presidente do PT, José Genoíno. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	425	Requerimento nº 1.021, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	539
Realiza cumprimentos por acordo inédito homologado pelo Ministro Luiz Fux, do STJ, ao examinar iniciativa de proprietário de fazenda localizada no município de Castilho, São Paulo, objeto de desapropriação pelo Incra.	501	Parecer nº 1.669, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276, de 2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	539
Comenta a proposta, apresentada pelo Presidente Lula, para acabar com a fome e com a pobreza absoluta. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	507	Parecer nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891, de 1999, na Casa de origem).	542
EFRAIM MORAIS		Afirma a transparência da CPMI dos Bingos.	555
Trata a respeito dos trabalhos das CPIs.	214		
Realiza leitura de carta à sociedade paraibana do Sindicato dos Professores da UFPB.....	214		
Parecer nº 1.660, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 76, de 2005.	342		
Parecer nº 1.661, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183, de 2004, na Casa de origem).	439		
Parecer nº 1.666, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677, de 2000, na Câmara dos Deputados).	536		
Parecer nº 1.667, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341, de 2000, na Casa de origem).	537		
Requerimento nº 1.018, de 2005, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata			

	Pág.		Pág.
FÁTIMA CLEIDE			
Comenta combate à corrupção por parte de S.Exa. na condição de Presidente do PT em Rondônia.	414	de Belém do Pará completados dia 1º-5-2005, e que seja comunicado as Suas Eminências, o arcebispo metropolitano Dom Orani Tempesta, e ao arcebispo emérito Dom Vicente Zico.	500
Trata de denúncias de irregularidades no governo de Rondônia.....	414	Destaca a necessidade de redução da carga tributária.	522
Registra o trabalho realizado pelo Grupo Musical “Quilomboclada”.	414	Faz referências ao evento do qual participou, em Belém, que trata do fortalecimento do movimento municipalista brasileiro.....	522
FERNANDO BEZERRA			
Parecer nº 1.645, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518 2003, na origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	104	Tece comentários ao Editorial publicado no jornal Folha de S.Paulo , de 4 de setembro de 2005, intitulado “A cassação de Dirceu”.	566
GARIBALDI ALVES FILHO			
Requerimento nº 995, de 2005, que requer seja o PLS nº 32 de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros que “Altera a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona”, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para análise do seu impacto financeiro junto à Administração Pública.	334	Demonstra insatisfação pela ausência de transparência na escolha do Estado destinado à instalação de refinaria de petróleo.	370
FLEXA RIBEIRO			
Afirma que o Brasil possui taxas de crescimento inferiores às médias da América Latina e à taxa de qualquer dos países ditos emergentes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	351	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Requerimento nº 1.006, de 2005, que requer sejam solicitadas à Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, Srª Marina Silva, em caráter de urgência, informações a respeito das florestas nacionais. ...	444	Tece comentários à precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo...	406
Transcreve artigo intitulado “PT viveu como borboleta, mas morre como lagarta”, de autoria do colonista Josias de Souza, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 21 de agosto de 2005.	467	Denuncia violência cometida pelo governo do PT no Estado do Acre.....	416
Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	478	Anuncia a legalização do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL), junto ao TSE.....	416
Requerimento nº 1.010, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, Doutor Miguel Rosseto, em caráter de urgência, informações a respeito da evolução da reforma agrária no Brasil.	499	GERSON CAMATA	
Requerimento nº 1.013, de 2005, que requer voto de homenagem aos cem anos da arquidiocese		Parecer nº 1.639, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005, (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil. Ambas as listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul.	8
		Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.....	431
		Requerimento nº 1.005, de 2005, que requer seja formulado um voto de congratulações ao jornal <i>A Gazeta</i> , do Estado do Espírito Santo, pelo transcurso do seu septuagésimo sétimo aniversário. ...	444
		Reflete a respeito dos temas abordados no Fórum de Avaliação do Anteprojeto da Lei da Re-	

Pág.		Pág.
	forma da Educação Superior, realizada pela Confederação Nacional da Indústria.	
469	Requerimento nº 1.014, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens de óleo comestível, advertência sobre a destinação correta do produto após o uso”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	97
500	Requerimento nº 1024, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, que “Altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	
542	Requerimento nº 1025, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2005 que, “Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	
542	Requerimento nº 1026, de 2005, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 310 de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica”.	
	GILBERTO GOELLNER	
210	Trata a respeito da influência negativa que a crise política exerce no setor agrícola brasileiro. Aparte ao Senador José Agripino.....	
344	Realiza cobrança de uma política de gestão ambiental para o Estado do Mato Grosso.	
	HELOÍSA HELENA	
68	Tece considerações a respeito do discurso do Presidente Lula e demonstra preocupação com a “solidão” atribuída pela imprensa ao Presidente, durante o desfile de 7 de setembro.	
93	Critica o fato de o governo do Presidente Lula não ter implementado a reforma tributária. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	
97	Críticas ao atual governo por não enfrentar a questão da publicidade de bebidas alcoólicas.	
	Realiza protesto pelas declarações do Presidente do Peru, Alejandro Toledo.	97
	HERÁCLITO FORTES	
	Parecer nº 1.633, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005, (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.	1
	Tece comentários e realiza transcrição de matéria divulgada no sítio UOL, intitulada “Governo assume equívoco e diz que não baixará alíquota do IRPF a 25%”.	65
	Faz considerações a respeito dos trabalhos das CPMLs.	65
	IDELI SALVATTI	
146	Realiza homenagem póstuma ao músico Lupicínio Rodrigues. Aparte ao Senador Paulo Paim.	146
196	Tece comentários a respeito de operações realizadas pela Polícia Federal no combate à corrupção, em especial, a prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e seu filho.	196
247	Parecer nº 1.651, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, do Senador Teotônio Vilela Filho, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”.	247
310	Reflete a respeito da significação, para o cotidiano das pessoas, da queda da inflação.	310
310	Registra mais uma vitória do Brasil na Organização Internacional do Comércio, que foi a eliminação da sobretaxa da carne de frango.	310
417	Protesta contra o comportamento do Deputado Jair Bolsonaro, durante depoimento do ex-Deputado José Genoíno à CPML.	417
552	Tece considerações a respeito da crise política.	552
552	Discorre a respeito do resultado da reunião com a Ministra Dilma Roussef sobre o impacto gerado pelo reajuste do gás.	552
	ÍRIS DE ARAÚJO	
	Reflete a respeito da necessidade de resgate de ideais pelos partidos políticos para fortalecimento das instituições democráticas.	187

VIII

	Pág.		Pág.
Realiza protesto quanto à precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia.	404	sil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.	14
JEFFERSON PÉRES		Trata a respeito da paralisia do Governo Federal.	208
Tece considerações a respeito da possibilidade de afastamento do Deputado Severino Cavalcanti do cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.	426	Tece comentários a respeito da prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf.	208
Trata a respeito da cassação do ex-Deputado Roberto Jefferson.	524	Comenta a postura do Partido dos Trabalhadores contrária a instalação de CPIs.	208
JOÃO BATISTA MOTTA		Tece considerações a respeito da crise política do país.	419
Parecer nº 1.637, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005, (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.	5	Comenta a gravidade da atual crise política. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	546
Tece considerações a respeito de artigo intitulado “Basta de escândalos”, de autoria do ex-Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, publicado pelo jornal Correio Braziliense , edição de 23 de agosto de 2005.	464	JOSÉ JORGE	
JOÃO CAPIBERIBE		Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2005, que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências”.	298
Tece considerações a respeito dos procedimentos adotados na cobrança de pedágios nas rodovias brasileiras.	557	Lamenta o desapareço do governo Lula pelas agências reguladoras e realiza encaminhamento de projeto de lei que dispõe sobre o prazo limite para a vacância do cargo de presidente das agências reguladoras.	325
JORGE BORNHAUSEN		Comenta a Pesquisa CNT-Sensus apontando queda de popularidade do Presidente Lula.	420
Justifica a proposta de emenda à Constituição, que S.Exa. irá apresentar, alterando o artigo 68 da Constituição Federal, que estabelece o sistema das leis delegadas.	205	Requerimento nº 1.011, de 2005, que requer a tramitação conjunta do PLS 418, de 2003-C, e do PLS 49, de 2005-C, que alteram a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.	499
Demonstra preocupação com a votação da proposta de modificação do sistema eleitoral.	205	Discorre a respeito da publicação de dados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no Boletim Eletrônico.	516
JOSÉ AGRIPINO		Requerimento nº 1.023, de 2005, que requer voto de aplauso à Unesco pela publicação “Mortes matadas por armas de fogo no Brasil”	541
Parecer nº 1.643, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Bra-		Trata do ingresso de representação no Conselho Nacional de Justiça em relação à juíza Maísa Costa Giudice.	543
		Faz comentários a respeito da crise política. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	554
		Comenta a convocação do Senhor Gilberto Carvalho pela CPI.	557
		JOSÉ MARANHÃO	
		Elogia o Senador Ramez Tebet pelo pronunciamento em que trata da crise moral que assola o País. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	522

	Pág.		IX Pág.
Trata a respeito da situação da saúde pública do Brasil e comenta a importância do Programa Saúde da Família.	559	Trata da extinção do Projeto Alvorada, destinado aos municípios de menor IDH.	511
JUVÊNCIO DA FONSECA		LUIZ SOARES	
Parecer nº 1.664, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei a Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina Rodovia Alfeo Almeida Velozo” o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.	483	Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2005, que altera o art. 6º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, adicionando hipóteses de crime de responsabilidade do Presidente da República contra o livre exercício dos demais Poderes ou instituições federais.	397
LEONEL PAVAN		Registra artigo intitulado “Ainda a crise”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 4 de setembro de 2005.	466
Registra artigo intitulado “Os cacos floridos do vaso quebrado”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição do dia 28 de agosto de 2005.	74	Realiza registro do artigo intitulado “Por que me ufano do meu país!”, de autoria do professor João Silvério Trevisan, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , de 8 de setembro de 2005.	565
Trata da execução do Orçamento da União. .	74	MÃO SANTA	
Registra o mau estado de algumas rodovias nacionais.	221	Apóia reivindicações dos prefeitos municipais. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	204
Critica o Governo pelo excesso de edição de medidas provisórias. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.	348	Realiza críticas ao Governo Lula. Aparte ao Senador José Agripino.	209
Critica o tratamento dispensado aos funcionários públicos pelo atual governo do Partido dos Trabalhadores.	366	Comentários a artigo do Professor Plínio Arruda Sampaio sobre a distribuição de renda no Brasil.	212
Demonstra preocupação com a demora na aprovação da reforma política.	366	Realiza críticas ao Presidente Lula.	212
Demonstra solidariedade aos colonos desalojados do Toldo Pinhal, no município de Seara/SC. .	449	Greve nos hospitais universitários.	212
Demonstra preocupação com a eminência de alagamento da cidade de Blumenau tendo em vista a depredação pelos índios da região, em reivindicação por melhores condições, dos equipamentos da Barragem de Ibirama.	449	Comenta os prejuízos que a greve organizada pelo Sindicato dos Professores da UFPB acarretará à população. Aparte ao Senador Efraim Morais.	216
Registra artigo intitulado “Não viu quem não quis”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 4 de agosto de 2005.	468	Requerimento nº 994, de 2005, que requer a realização de sessão especial em comemoração ao cinquentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará a 2 de dezembro de 2005.	217
Comenta a matéria intitulada “CPIs acusam Dirceu de criar e coordenar esquema do mensalão”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , de 2 de setembro de 2005.	571	Manifesta-se a respeito do pronunciamento do Senador Ney Suassuna e da Senadora Ideli Salvatti a respeito da atuação do Governo Federal.	318
LÚCIA VÂNIA		Critica a corrupção no Brasil e defende o impeachment do Presidente Lula. Aparte ao Senador Almeida Lima.	331
Comenta matéria intitulada “Nem prioridades são cumpridas”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição do dia 30 de junho de 2005.	79	Realiza críticas ao crescimento da economia brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	350
		Critica os discursos do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	379
		Comenta a greve das universidades federais do Brasil. Aparte ao Senador César Borges.	410

	Pág.		Pág.
MARCELO CRIVELLA			
Parecer nº 1.649, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que Altera a Constituição Federal para acrescentar hipótese de nacionalidade originária.	233	Discorre a respeito da importância da educação para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	132
Parecer nº 1.654, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica o art. 41-A da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”..	259	Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de Relações Públicas, revogando a Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, e dá outras providências.	301
Parecer nº 1.655, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre emenda oferecida perante a Comissão, em turno suplementar.	263	Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2005, que altera os arts. 28 e 77 da Constituição Federal para dispor sobre o segundo turno de eleições.	389
MARCO MACIEL			
Parecer nº 1.635, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005, (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre a Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.	4	Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.	429
Requerimento nº 984, de 2005, que requer, na forma regimental, seja transformada em Sessão Especial, a realizar-se no dia 7 de dezembro de 2005, a Hora do Expediente da sessão ordinária do Senado Federal, já aprovada pelo Plenário, nos termos do Requerimento nº 140, de 2005, destinada a assinalar a passagem do 30º aniversário da criação do Instituto Internacional Jacques Maritain. ..	15	MARIA DO CARMO ALVES	
Trata da repercussão da edição de 2005 do relatório sobre a situação social mundial das Nações Unidas.	26	Elogios à atuação de Jorge Werthein na apresentação da Unesco no Brasil.	328
Requerimento nº 986, de 2005, que requer, ouvido o Plenário, a inserção de voto de pesar pelo falecimento, dia 27 de agosto passado, na cidade do Recife, do radialista Fernando Castelão Pereira. Da decisão da Casa, que seja dada ciência à viúva, Sra. Maria José Castelão e aos filhos, Sérgio Castelão, Fernando Castelão Filho, Alexandre Castelão e Discíola Castelão.	74	MOZARILDO CAVALCANTI	
Comenta campanha institucional veiculada pelo TSE, a respeito do referendo sobre porte de arma.	119	Parecer nº 1.640, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005, (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.	10
		Requerimento nº 1.003, de 2005, que requer inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante dos itens nºs 9 a 19 sejam submetidos ao Plenário antes dos itens 1 a 8.	427
		Discute o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em 30 de julho de 2003.	434
		Refere-se à matéria publicada no jornal Brasil Norte , sob o título “ONG denuncia malversação de recursos”	446
		Discorre a respeito da demarcação de terras indígenas. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	450

	Pág.	XI	Pág.
Requerimento nº 1.015, de 2005, que requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Saraiva Felipe, informações, tendo em vista denúncia constante da matéria do jornal <i>Brasil Norte</i> , de Boa Vista – RR, de 11 de setembro de 2005, intitulada “ONG denuncia malversação de recursos”.....	500		324
Parabeniza todos os membros e dirigentes da Igreja Batista Regular de Boa Vista, em Roraima, que completa 61 anos de existência e cujo lema é “Uma Igreja Viva para o Deus Vivo”.....	507		
Afirma que o dinheiro que vai para a corrupção é proveniente do Poder Executivo. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	521		
Discorre a respeito do futuro do agronegócio no País e trata da importância do trabalho da Embrapa.	549		
Comenta o alto custo do transporte rodoviário.	549		
Comenta a malversação de recursos por parte da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.	578		
NEY SUASSUNA			
Saúda a Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento que mostra um quadro positivo de uma série de iniciativas do Governo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	312		
Reflete a respeito de recente pesquisa que mostra que o excesso de burocracia no Brasil é maior que em países como a Etiópia e Bangladesh.	318		
Demonstra regozijo com a queda da criminalidade com armas de fogo no Estado da Paraíba.	318		
Comenta a precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	404		
Trata da utilização das CPMLs instaladas para fortalecimento do estado democrático.	455		
Critica as pesquisas eleitorais. Aparte ao Senador Almeida Lima.	514		
Discorre a respeito da homologação da Reserva de Jacaré de São Domingos, Estado da Paraíba. ...	515		
OSMAR DIAS			
Debate a Proposta de Emenda à Constituição, em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta o FUNDEB e trata da importância da implantação do projeto de Educação Integral nas prefeituras comandadas pelo PDT.....	132		
Realiza análise dos dados divulgados pelo Banco Mundial no relatório “Fazendo negócios em 2005 - Removendo obstáculos ao crescimento”, que segundo o estudo, o Brasil está na lista dos piores do mundo para se implantar negócios, ocupando a centésima décima nona posição entre os 145 países pesquisados.			324
		Requerimento nº 999, de 2005, que requer licença para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha.	373
		Discute o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.	438
PAPALÉO PAES			
		Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.....	115
		Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.....	116
		Parecer nº 1.657, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer.	293
PAULO OCTÁVIO			
		Realiza homenagem a Nazareth Teixeira da Costa, Presidente do Correio Braziliense Solidário.	72
		Realiza homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Rosental Ramos da Silva.	72
		Demonstra indignação com o aumento das taxas de embarque nos aeroportos brasileiros. ...	72
		Requerimento nº 985, de 2005, que requer voto de pesar do Senado Federal pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 6 de setembro de 2005.	74

	Pág.		Pág.
Registra o transcurso da data de nascimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.	186	Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	11
PAULO PAIM		Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2005, que faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.	399
Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2005, que dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.	15	Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2005, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	400
Tece comentários a respeito do Grito dos Excluídos, movimento organizado pela Igreja Católica.	32	Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências”....	496
Comenta resultado do Índice de Desenvolvimento Humano/2005 da ONU.	32	RAMEZ TEBET	
Trata a respeito da Convenção Quadro a respeito do fumo.	32	Parecer nº 1.648, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.	109
Comenta e-mail recebido com críticas ao Governo e ao Senador Paulo Paim.	85	Afirma que as grandes empresas do Brasil estão atuando no exterior pela falta de obras públicas brasileiras. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	137
Comenta a atuação do Senador Rodolpho Tourinho no que diz respeito à PEC Paralela e à reforma tributária. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	93	Cumprimenta o Senador Mão Santa pelo pronunciamento em que são abordados os temas da desigualdade social e dos escândalos políticos do Governo Lula. Aparte ao Senador Mão Santa.	319
Realiza homenagem póstuma ao músico Lupicínio Rodrigues.....	146	Afirma que há necessidade de mostrar à sociedade que aqueles que desonraram o Congresso Nacional em casos de corrupção devem ser definitivamente banidos do Senado Federal e da vida pública. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	328
Solicita a leitura do documento “Repensando a Previdência”.	304	Cumprimenta o Senador Aelton Freitas pelo pronunciamento em que refuta a reclassificação do Brasil, pela União Européia, quanto ao risco de ocorrência da doença da “vaca louca”. Aparte ao Senador Aelton Freitas.	332
Registra participação em evento que tratava da saúde do trabalhador, realizado em Porto Alegre.	304	Trata da crise moral que assola o País.	520
Cumprimenta a Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento que mostra um quadro positivo de uma série de iniciativas do Governo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	312	REGINALDO DUARTE	
Elogia o pronunciamento do Senador Roberto Saturnino a respeito da política econômica do Governo Federal. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	403	Registra matéria intitulada “Frei Betto: direção atolou pé na lama”, publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 25 de agosto de 2005.	78
Demonstra solidariedade à Senadora Fátima Cleide que, em função da firmeza no combate à corrupção no Estado de Rondônia, tem sido alvo de calúnias diversas. Aparte à Senadora Fátima Cleide.....	415		
Registra a aprovação, por unanimidade, na Comissão de Educação do Senado, do Projeto de Lei do Senado 154, de 2005, de sua autoria, que autoriza o Governo Federal a federalizar a Universidade da Campanha - URCAMP, no Rio Grande do Sul.	511		
PEDRO SIMON			
Parecer nº 1.641, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o			

Pág.	Pág.	
Comenta o artigo da colunista Eliane Catanhêde intitulado "O passado e o futuro", publicado pelo jornal Folha de S.Paulo , edição do dia 26 de agosto de 2005.	223	
Tece comentários à matéria intitulada "PF indicará Delúbio, Duda, Genoio e Marcos Valério", publicada pelo jornal Folha de S.Paulo , edição de primeiro de setembro de 2005.	463	
Tece comentários ao artigo intitulado "O engodo desmascarado", publicado na seção Notas e Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 2 de setembro de 2005.	574	
RODOLPHO TOURINHO		
Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, que cria o Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.	22	
Registra realização de audiência para tratar do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, e afirma que o tema da desigualdade étnica deve ser tratado com muita clareza. Aparte ao Senador Marco Maciel.	28	
Demonstra preocupação com as recentes notícias veiculadas pela Petrobrás com relação ao desestímulo ao uso do gás natural veicular.	29	
Trata a respeito da atuação do Senador Paulo Paim no que diz respeito à PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	87	
Trata da falta de investimentos nas áreas de infra-estrutura do país.	90	
Trata da importância do Projeto de Lei do Senado 277, de 2005, apresentado por S.Exa., que altera a Lei 9.543, aumentando o prazo para que as prefeituras dêem ciência, a entidades da sociedade civil, da liberação de recursos federais.	90	
Tece considerações sobre a decisão do governo a respeito da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física para 2006.	90	
Comenta declarações do Presidente Lula culpando os governadores pela não votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados.	90	
Discorre a respeito da crise política brasileira. Aparte ao Senador José Agripino.	211	
Afirma que o grande problema da região Nordeste será a energia e que a solução para isso seria a implementação de gasodutos. Aparte ao Senador José Agripino.	211	
Defende a adequação do Código de Defesa do Consumidor às relações de consumo por meio da internet.	219	
	ROBERTO SATURNINO	
	Parecer nº 1.636, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005, (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	5
	Registra a comemoração dos 20 anos de criação do jornal Folha Dirigida	309
	Crítica a política econômica do Governo Federal.	402
	ROMERO JUCÁ	
	Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2005, que altera a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.	16
	Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2005, que altera o inciso VII, do art. 94, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.	18
	Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2005, que dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.	20
	Registra discurso e seu anexo que resume a atuação do Ministério da Previdência Social nos quatro meses em que exerceu o cargo de Ministro de Estado e trata da questão da inclusão previdenciária.	34
	Realiza homenagem pelo transcurso do sexagésimo primeiro aniversário da Associação Comercial de Roraima.	122
	Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2005, que altera a Lei nº 5.917, de setembro 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-440.	297
	Registra relatório de 2004 da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), que tem como associados bancários, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal.	581
	ROMEU TUMA	
	Parecer nº 1.634, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o	

	Pág.		Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005, (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.	2	SERYS SLHESSARENKO	
Parecer nº 1.647, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia.....	108	Discorre a respeito de reivindicações dos prefeitos municipais.	203
Cobra a construção de presídios federais e da importância do combate ao crime. Aparte ao Senador Mão Santa.	320	Registra a realização do vigésimo terceiro Encontro dos auditores fiscais do trabalho, em Cuiabá/MT.	203
Tece considerações a respeito das manifestações da população brasileira frente às denúncias de corrupção que assolam o País.	321	Tece considerações a respeito do projeto de lei de gestão de florestas públicas e cria o serviço florestal brasileiro, que foi objeto de audiência pública realizada na Casa.	322
Requerimento nº 996, de 2005 (Requerimento nº 45, de 2005 – CRE), que requer urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (CD) nº 74, de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força Aérea Paraguaia”.....	335	Contesta as críticas radicais contra o Partido dos Trabalhadores, suscitadas por atos de correligionários que comprometeram o nome do Partido.	322
Realiza cobrança da concretização, pelo Governo Federal, da proposta de reajuste dos militares. ..	459	Realiza homenagem pela celebração aos 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	475
SÉRGIO GUERRA		SIBÁ MACHADO	
Registra artigo, de autoria do jornalista Josias de Souza, intitulado “Dirceu, o leão, o cachorro e o assalto aos céus”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 4 de agosto de 2005.	461	Trata da precariedade em que se encontra a população expulsa do Parque Oeste Industrial em Goiânia. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	405
Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, que reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.	496	Elogia a criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Acre. Aparte ao Senador César Borges.....	409
Requerimento nº 1.022, de 2005, que requer que a Mesa se digne de encaminhar Requerimento de Informações dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal.	540	Registra eleição da direção do Partido dos Trabalhadores.	412
Realiza registro da matéria intitulada “O cadáver que assombra o PT”, publicada pela Revista Época de 5 de setembro de 2005.	575	Registra viagem do Presidente Lula ao Peru.	412
		Trata das dificuldades enfrentadas pelas CPIs para desenvolver os seus trabalhos.	412
		Solidariza-se à Senadora Fátima Cleide que, em função da firmeza no combate à corrupção no Estado de Rondônia, tem sido alvo de calúnias diversas. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	415
		Realiza protesto contra o comportamento do Deputado Jair Bolsonaro, durante depoimento do ex-Deputado José Genoíno à CPMI. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	418
		Externa atitude de reconhecimento pelo gesto de respeito ao ex-Deputado e ex-Presidente do PT, José Genoíno pelo Senador Arthur Virgílio. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	425
		Realiza crítica às pesquisas eleitorais. Aparte ao Senador Almeida Lima.	514
		Trata da desocupação do Parque Nacional da Serra do Divisor.	518

	Pág.		Pág.
TASSO JEREISSATI			XV
Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2005 – Complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.	299	Parecer nº 1.658, de 2005, da Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Resolução nº 74, de 2005.	339
Alegra-se com a instalação de refinaria de petróleo no Nordeste brasileiro. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	370	Parecer nº 1.659, de 2005, da Comissão Diretora, que dá Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 2005.	340
TEOTÔNIO VILELA FILHO		Comenta o andamento das CPIs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	555
Realiza registro da entrevista concedida pelo ex-deputado Milton Temer ao jornal O Estado de S.Paulo , intitulada “Quem disser que Lula não sabia é marciano ou mal-intencionado”.	77	VALDIR RAUPP	
Elogia o ex-Senador Carlos Wilson pela gestão na Infraero na construção do Aeroporto Internacional de Alagoas.	460	Discorre a respeito da necessidade de haver uma reforma eleitoral no Brasil. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	189
Comenta a matéria intitulada “Salário dobrado fica na promessa”, publicada no jornal Correio Braziliense de primeiro de setembro de 2005.	563	Discorre a respeito da importância do Projeto Amor e Vida, desenvolvido em Porto Velho/RO, que oferece atendimento individual a crianças em risco iminente de morte, particularmente as desnutridas, as desidratadas, as portadoras do vírus HIV e as que apresentam moléstias bronco-pulmonares. ...	207
TIÃO VIANA		Discorre a respeito de concessão de licença ambiental para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho.	207
Registra visita do Presidente Lula ao Peru, onde irá assinar a ordem de serviço para o asfaltamento de mais uma parte da chamada Rodovia Bioceânica.	60	Parecer nº 1.650, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.	240
Registra expansão do ensino universitário brasileiro durante o governo Lula.	148	Cobra política para o setor de geração de energia elétrica.	333